UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO AGRICULTURA E SOCIEDADE

TESE DE DOUTORADO

PESQUISADORES, POPULAÇÕES LOCAIS E ÁREAS PROTEGIDAS:
entre a instabilidade dos "lados" e a multiplicidade estrutural das "posições"

CLEYTON HENRIQUE GERHARDT

2008

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

PESQUISADORES, POPULAÇÕES LOCAIS E ÁREAS PROTEGIDAS:
entre a instabilidade dos "lados" e a multiplicidade estrutural das "posições"

CLEYTON HENRIQUE GERHARDT

Sob a Orientação do Professor
Roberto José Moreira

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro
Junho de 2008

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO AGRICULTURA E SOCIEDADE

Pesquisadores, populações locais e áreas protegidas: entre a instabilidade dos "lados" e a multiplicidade estrutural das "posições"

CLEYTON HENRIQUE GERHARDT

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade

TESE APROVADA EM 30/08/2008

Membros da banca examinadora:

_____

Roberto José Moreira (Dr) CPDA-UFRRJ
(Orientador)

_____

Rosane Prado (Ph.D) UERJ

_____

Gláucia da Silva (Dr) UFF

_____

Henry Acselrad (Dr) IPPUR-UFRJ

_____

Maria José Carneiro (Dr) CPDA-UFRRJ

Agradeço,

A todas as pessoas que entrevistei, pela cordialidade com que aceitaram compartilhar um pouco de si com um estranho.

Ao Roberto, pelas provocações durante nossas conversas (cruciais e decisivas para o rumo da tese) e pela paciência para com este orientando um tanto indomado.

À coordenação do CPDA (especialmente na figura da Leo), pela compreensão com que suportou meus pedidos insubordinados de prorrogação de prazo.

Ao CPDA e ao coordenador do projeto "Ruralidades: assimetrias de poder e identidades sociais no campo", pelo financiamento de parte da pesquisa.

Ao amigo Edgar, pelas *charlas*, pela assessoria antropológica (ainda que informal) e, sobretudo, por ter me apresentado aos *Nuer*.

A Lê, pela leitura cuidadosa e interessada dos capítulos, pelas sugestões, pelas dicas ortográficas, pela assessoria musical e pelos "dragões" do Caio.

A Grazzi, Edgar e Cecília, pelos papos instigantes, pela troca de idéias e pela convivência.

Ao João, Débora, Silvia e Bianca, por me tirarem de casa nos momentos difíceis.

E que "Bibiana" possa estar conosco ainda por muitos e muitos anos.

As agulhas de um relógio se inauguram, se saúdam, se perseguem, se adiantam, se alcançam, se anoitecem, se iluminam, se desvelam, se seduzem, se atrasam, se acariciam, se coabitam, se possuem, se exploram, se apaixonam.

As agulhas de um relógio se despertam, se trabalham, se vinculam, se enaltecem, se entrecruzam, se aguilhoam, se concorrem, se instigam, se resistem, se interrogam, se magoam, se dão volta, se equilibram, se perdoam, se dão tempo.

As agulhas de um relógio se conciliam e se atacam, se aparentam, se entrelaçam, se embaraçam, são infiéis, se antepõem, se desatam, se penetram, se revelam, se obscurecem, se desviam, se separam, se detêm, se dão corda.

As agulhas de um relógio mimetizam, desesperam, se dão cita, se discutem, se saturam, brigam, se nostalgiam, se acasalam, se erotizam, se retêm, se liberam, se envolvem, se coincidem, se questionam, se tic tac tic tac tic tac tic tac tic tac, se olham cúmplices.

As agulhas da vida, você e eu.

Daniel Viglietti[*]
(O que seria deste relógio caso tivesse 28 ou 33 ponteiros!)

Os dragões não conhecem o paraíso (...), seu paraíso é o conflito, nunca a harmonia.

Caio Fernando Abreu

Toda sociedade tem a natureza que merece.

Eduardo Viveiros de Castro

[*] Tradução livre de minha querida amiga Pierina da canção (segundo ela, "uruguaíssima") "Las agujas de un reloj".

RESUMO

GERHARDT, Cleyton Henrique. **Pesquisadores, populações locais e áreas protegidas: entre a instabilidade dos "lados" e a multiplicidade estrutural das "posições"**. 545p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais aplicadas ao conhecimento do mundo rural). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2008.

A relação entre populações locais e áreas protegidas é tema hoje extremamente controvertido no âmbito científico, mobilizando a atenção de cientistas interessados tanto em pesquisar questões específicas como em interferir em políticas públicas a ele direcionadas. Se há um consenso entre especialistas, é que estamos diante de um contexto discursivo caracterizado pelo dissenso, pela polifonia e por ácidos diálogos acadêmicos. Diante disso, passei a observar esse universo controvertido que marca a relação entre cientistas que, atuando nas fronteiras da ação política e da pesquisa científica, se envolveram com este debate. Como tentei mostrar, oposições, divergências, mas, também, alianças e convergências geram, dentro de um equilíbrio de forças marcado por planos de identidade/alteridade distintos, um ambiente estrutural instável. Dividi a tese em duas partes. Na primeira, problematizo e descrevo, a partir das suas respectivas publicações científicas, encontros e desencontros interpretativos protagonizados pelos autores. A segunda parte traz dois capítulos. No primeiro, trabalhei com fragmentos de diferentes trajetórias sociais e experiências de vida relatadas por 33 pesquisadores que tive a oportunidade de entrevistar, o que permitiu visualizar um quadro extremamente heterogêneo quanto às trilhas por eles percorridas. No último capítulo apresento suas observações, reflexões, avaliações e críticas sobre alguns aspectos relacionados às políticas direcionadas às populações locais e áreas protegidas. Ao final, além de apontar um inconveniente ético vinculado à abordagem do estudo que realizei, reconecto alguns aspectos discutidos ao longo da tese com vistas a indicar o caráter problemático que há por trás da cristalização de controvérsias científicas fortemente politizadas.

Palavras-chave: cientistas, áreas protegidas, populações locais, meio ambiente, unidades de conservação

ABSTRACT

GERHARDT, Cleyton Henrique. **Distinctions and similarities among researchers working on protected areas and local populations: multiplicity of "sides" and structural instability of "stands"**. 525 p. Thesis (Doctorate in Social Sciences applied to the knowledge on the rural world). Institute of Human and Social Sciences, Department of Development, Agriculture and Society, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2008.

The relationship between local populations and protected areas has been an extremely controversial issue. However, this divergences also extend to the scientific domain, mobilizing the attention of scientists, who are interested both in researching specific aspects and in interfering in public policies related to this issue. If there is indeed a general agreement among specialists, then it is about the fact that the discursive context of this issue is marked by dissension, polyphony and by fierce academic dialogues. Bearing this in mind, I observed this controversial world reflected in the relationships among the scientists who, by operating in the frontiers of political action and scientific research, got involved in this debate. The thesis is divided into two parts. In the first part, some interpretative similarities and dissimilarities between authors are analysed and described based on their publications. As I intend to show, antagonisms, oppositions, divergences, but also alliances, agreements and convergences generate, within a wider strength balance marked by different identity/alterity levels, a permanently unstable and inconsistent structural environment. The second part is also divided into two distinct chapters. In the first chapter, I worked on fragments of different social trajectories and life experiences reported by 33 researchers I had the opportunity to interview, which allowed an insight into an extremely heterogeneous set regarding the paths they followed. In the last chapter, I present their observations, reflections, assessments and criticism on some aspects related to policies that target local populations and protected areas.

Key-words: scientists, protected areas, local populations, environment, conservation units.

LISTA DE ABREVIAÇÕES, SIGLAS E SÍMBOLOS

ANAMA	Ação Nascente Maquiné
ABA	Associação Brasileira de Antropologia
APA	Área de Proteção Ambiental
ANPOCS	Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais
ANPPAS	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade
APREMAVI	Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida
APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Preservação Permanente
CBBC	Centro Brasileiro de Biologia da Conservação
CBUC	Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação
CPDA	Pós-Graduação em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade
CCA	Centro de Ciências Agrárias
CDS	Centro de Desenvolvimento Sustentável
CI	Conservation International
CNRPPN	Conferência Nacional sobre Reservas Particulares do Patrimônio Natural
CONAMA	O Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPDA	Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
CTNBio	Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
EcoUC	Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação
EICOS	Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FUNBIO	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
GESTA	Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (UFMG)
IPÊ	Instituto de Pesquisas Ecológicas
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
ICDP	Projetos Integrados de Conservação e Desenvolvimento
IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais
ISA	Instituto Socioambiental
MADE	Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento
MMA	Ministério do Meio Ambiente
NEPAM	Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais

NUPAUB	Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileira
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PGDR	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural
PNAP	Plano Nacional de Áreas Protegidas
PROCAM	Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RESEX	Reserva Extrativista
RETIS	Grupo de Pesquisa do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SAPIS	Seminário de Áreas Protegidas e Inclusão Social
SBS	Sociedade Brasileira de Sociologia
SEMA	Secretaria do Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPVS	Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem
SOBER	Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural
TNC	The Nature Conservancy
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catariana
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UnB	Universidade de Brasília
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UC	Unidade de Conservação
USP	Universidade de São Paulo
WWF	Worlwide Fund for Nature
ARPA	Programa Áreas Protegidas da Amazônia

SUMÁRIO

PRELÚDIO PARA UMA CONTROVÉRSIA **01**

INTRODUÇÃO **03**

CAPÍTULO I: Sobre o problema de pesquisa e caminhos metodológicos trilhados **09**

1.1 Antagonismos, oposições, lados e divisões como ponto de partida 10

1.2 Do "campo de disputa" para a hipótese da instabilidade: a inconstância do trânsito entre distintos planos de alteridades/identidades 21

1.3 Peculiaridades do trabalho no campo e inconveniências metodológicas 30

1.4 Dividindo os diferentes espaços discursivos acessados-vivenciados: publicações científicas como lugar de encontros e desencontros (primeira parte) 41

1.5 Explicitando o caráter problemático do recorte empírico da pesquisa 47

1.6 Como cheguei nas entrevistas: das trajetórias aos "pontos quentes" (segunda parte) 55

1.7 Sobre as pessoas com quem conversei e outros aspectos procedimentais e metodológicos 60

PRIMEIRA PARTE

Distinções e aproximações nas publicações científicas sobre áreas protegidas e populações locais

CAPÍTULO II: Entrando no universo discursivo nativo **65**

2.1 Dualização das distinções ou como nativos reconhecem os outros 65

2.2 Zarpando em direção ao mar revolto das categorias-artefato: primeiros comentários 78

2.3 Cientistas inventam, mas também "bricoleiam": algumas sobreposições 83

2.4 Personificação, "outro ausente" e o caráter relacional das oposições e categorias nativas 94

2.5 O "detalhe" da ênfase nas oposições 100

2.6 Quando pesquisadores relativizam suas próprias distinções 105

2.7 Breve pausa de cinco compassos para a instabilidade 113

2.8 Destrinchando a instabilidade estrutural segmentar das oposições: da estatua aos Nuer 115

2.9 Entre dissonâncias, consonâncias e inconstâncias: fazendo música com cientistas 132

CAPÍTULO III: Simplificações e complexidade no plano disciplinar **138**

3.1 "Os naturais" e "os sociais" ou quando pesquisadores se diferenciam disciplinarmente 139

3.2 Divergências teórico-epistemológicas como outro ponto de partida 150

3.3 Para além das dicotomias disciplinares: novamente os Nuer e o efeito personificação 160

3.4 Controvérsias no interior das ciências biológicas: entre refúgios, ilhas e corredores 170

3.5 Nas regiões de fronteira, cuidado com o "fogo amigo" 179

3.6 Olhando para outro interior: quando antropólogos discutem entre si 183

3.7 A importância dos lugares de enunciação na conformação de divergências interpretativas 191

CAPÍTULO IV: Proximidades na diferença e algumas controvérsias **202**

4.1 Alguns falam "por", outros "sobre" e outros ainda falam "com", mas todos falam 202

4.2 Humanizando bichos, animalizando gente 217

4.3 Enquadramentos, planos de discussão e novamente a questão da ênfase no discurso científico 220

4.4 Notícias das frentes de batalha em dois rounds: táticas de ataque e defesa 228

Primeiro Round: "a guerra dos mitos" . . . 228
Segundo Round: devolvendo a "batata-quente" . . . 236

4.5 Outras táticas de defesa e ataque: em caso de controvérsia, se prepare para a guerra, arregimente "amigos", traga exemplos, cite casos e mencione dados . . . 248

SEGUNDA PARTE

Fragmentos do universo intersubjetivo nativo

CAPÍTULO V: Um pequeno caderno de histórias e memórias . . . **272**

Cena 1: Infância e pré-adolescência: algumas reminiscências . . . 280

Cena 2: Entradas e vivências no mundo universitário: os caminhos da formação . . . 284

Cena 3: Contraculturas e os diferentes tipos de engajamento político durante a ditadura . . . 291

Cena 4: A importância do trabalho de campo: quatro relatos . . . 298

Cena 5: Primeiras experiências com problemas e temas ambientais . . . 304

Cena 6: Transversalidade e trânsito entre vivências disciplinares . . . 320

Cena 7: Vidas dentro e fora da academia: interfaces entre a pesquisa e outros espaços sociais . . . 329

CAPÍTULO VI: Sobe a temperatura em torno de nosso "tema quente": as (há) controvérsias entre pesquisadores . . . **350**

6.1 Pesquisadores em ação: acionando categorias classificatórias distintivas . . . 356

6.2 Ideologização e politização das pesquisas sobre populações locais e áreas protegidas . . . 362

6.3 Olhando para o passado de olho no presente: primeiros (e grandes) encontros e desencontros . . . 375

6.4 Encaixes e desencaixes entre o universal e o particular: seguir padrão ou avaliar caso a caso . . . 383

6.5 Operacionalizando distinções disciplinares: novamente os "sociais" e os "naturais" . . . 392

6.6 A urgência de preservar, processo evolutivo, direitos da natureza e humanização dos "bichos" 400

6.7 Circulando entre os pequenos e os grandes: sobre assimetrias sociais no contexto das políticas de preservação ambiental . . . 406

6.8 Compensação ambiental, participação local, conselho gestor, educação ambiental: rápidas divergências . . . 420

6.9 SNUC: planos de manejo ou de uso? conselho consultivo ou deliberativo? UCs de proteção integral ou de uso direto? . . . 428

6.10 População tradicional como alvo ("ser ou não ser?"): acusações . . . 447

6.11 Políticas ambientais "focadas" ou socioambientais "difusas": entre garantir proteção à biodiversidade e garantir qualidade de vida às populações locais . . . 455

6.12 Populações tradicionais, direitos universais e paralelos com "políticas da diferença" nas políticas ambientais (primeiro ato) . . . 459

6.13 Populações tradicionais, direitos universais e paralelos com "políticas da diferença" nas políticas ambientais (segundo ato) . . . 467

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS . . . **497**

7.1 Um "detalhe" inconveniente: o possível ocultamento do outro na fala competente . . . 498

7.2 Sobre controvérsias e encruzilhadas . . . 503

7.3 Reconectando alguns fios soltos . . . 507

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS . . . **510**

ANEXO: perfis dos entrevistados com base nos seus respectivos currículos *lattes* . . . **526**

PRELÚDIO PARA UMA CONTROVÉRSIA

Gostaria de iniciar relatando um evento ocorrido durante trabalho *no* campo ligado ao contato que tive com uma antropóloga (que chamarei aqui de Irene) referência na sua área quando se trata do debate sobre áreas protegidas e populações locais. Porém, para melhor compreensão reproduzo textualmente trecho do diálogo inicial que tivemos ao ir entrevistá-la:

> **I** - Você não falou **onde você está**.
> ***C -*** *Eu estou como um pesquisador também. Então eu sou também um objeto da minha pesquisa, um objeto potencial. Um nativo estudando junto com os nativos, vamos dizer assim, que pesquisam essa temática também.*
> **I** - Mas você falou que tem dissenso, multivisões, você sabe que essas coisas não são consensuais; então, **onde você está**?
> ***C -*** *Eu estou num lugar que pretende perceber a questão ambiental não como uma questão estritamente ligada à necessidade de preservação. Até porque políticas de preservação podem desencadear processos não pré-imaginados, com conseqüências, às vezes, não tão interessantes, por exemplo, para populações locais que vivem nesses lugares. Então eu me coloco simpático às políticas de preservação, mas cético quanto a alguns possíveis resultados.*
> **I** - **Então você é um socioambientalista**? Poderia te **enquadrar como se fosse uma coisa menos restrita do que ambientalista**.
> ***C -*** *Não,* ***não sou um ambientalista****...mas não sei...* ***não sei me definir****. Engraçado, você está me entrevistando.*
> **I** - **É que você precisa saber essas coisas pra você saber pra onde vai no seu trabalho**. Porque do que tenho visto das pesquisas recentes, e já estou velha neste campo, vejo gente nova chegando com um discurso crítico muito fácil, por isso estou te perguntando. Você é um rapaz interessado. Porque é fácil cair num discurso básico. Então eu **estou te perguntando pra saber até onde você tem consciência da dificuldade de se posicionar nesse campo** até pra você **entender as sutilezas das respostas** que irá achar.
> ***C -*** *Então,* ***pra mim é muito difícil me posicionar nesse campo****, se eu entrevisto um...*
> **I** - Não, não precisa se posicionar para os outros, mas eu estou te perguntando. Sabe por quê? Porque eu mesma, se fosse falar com um ambientalista, por exemplo... esqueci o nome do cara, ele escreveu um artigo duro, horrível, sobre populações tradicionais, você deve saber (...). Se eu estivesse sendo entrevistada por ele, por exemplo, **eu acho que eu não teria muito a falar**, não? (...) **eu tenho uma visão muito clara**, eu não tenho posição política partidária, nem me interessa. [Mas] **nessas questões eu tenho uma clareza de pensamento**, podem não concordar comigo, mas meu pensamento é muito coerente no sentido de ter vivido muito isso. De eu me posicionar, **eu tenho uma posição definida**.

Este breve diálogo ilustra o ambiente dividido, belicoso e, por vezes, cáustico do debate sobre populações locais e áreas protegidas. Mas o que quero ressaltar com ele é que as argüições desta antropóloga marcaram uma inflexão (para não dizer reviravolta) nos rumos da pesquisa. Após este encontro, o modo como percebia as interações entre pesquisadores que se ocupam com a dimensão política dos estudos sobre o tema se alterou drasticamente. Ainda que referende minha resposta à questão "onde você está?" e concorde relativamente com o "enquadramento" sugerido, Irene estava absolutamente correta: de fato, mesmo tendo sustentado uma "posição", não tinha então (sexta entrevista de um total de 33) "consciência da dificuldade de [me] posicionar nesse campo". Tal como a situação vivida por Guilherme Sá (2006, p.180) – o qual conviveu com primatólogos que estudavam *monos* (macacos) em uma estação ecológica -, de repente me vi "na constrangedora situação de estar desarmado e circunstancialmente rendido por 'nativos' em meio a uma guerra que não escolhi lutar".

Todavia, a partir deste encontro me convenci de que seria realmente preciso participar franca e abertamente da "luta", o que me levou, quando em contato com os sujeitos da pesquisa, a enfrentar, com as armas de que dispunha à época, o ponto de vista do outro, mas, ao mesmo tempo, me deixar afetar por ele. Instigado por perguntas como "onde estou?" e "que posição ocupo?" – desde então, freqüentes companheiras de travesseiro -, segui o conselho da antropóloga com quem conversei: esforçar-me em perceber as "sutilezas" que mobilizam produtores de conhecimentos e versões científicas sobre políticas públicas vinculadas à interface entre a premência de proteger áreas eleitas como prioritárias para a conservação e a necessidade de garantir direitos e qualidade de vida a grupos sociais subalternos que lá vivem.

Mas a inquietude interna suscitada por este encontro desencadeou outras conseqüências. Obviamente percebi, enquanto entrevistava Irene, que estava sendo sondado com o propósito de saber onde ela "estaria pisando" quando falava comigo (afinal, se tivesse sido identificado como uma pessoa próxima ao "ambientalista" que "escreveu um artigo duro, horrível, sobre populações tradicionais", talvez ela concluísse que "não teria muito a falar" comigo). Ocorre que - e aí está o *turn point*, o ponto de virada - naquele instante não havia me dado conta de que esta prática inquiritória (que, embora de modos distintos, se repetiu em outras entrevistas) apontava para um caráter interativo bem mais complexo do que pareciam indicar os esquemas conceituais e analíticos que então estavam ao meu alcance.

E, de fato, como ela mencionou, "precisa[va] saber essas coisas pra saber pra onde [ia no meu] trabalho". Não muito tempo depois deste episódio passei a perguntar pelo que acharia caso olhasse além das grandes classificações (abundantes, como veremos no item 2.1) que cientistas e outros atores sociais vêm adotando em seu dia-a-dia para tentar compreender os desdobramentos de tal problemática. Por que, como disse Irene, haveria "dificuldade de se posicionar nesse campo" ao mesmo tempo em que a maioria dos pesquisadores com quem falava revelava "uma visão muito clara", "uma clareza de pensamento" e "uma posição definida" "nesse campo" de discussão?

Como verão ao longo da tese, minha reação a tais indagações (fruto de vivências como a que relatei acima) originou uma das hipóteses que pretendo defender aqui: quando se fala sobre áreas protegidas e populações locais, não se trata de ter ou não "uma posição" ou "um ponto de vista", e, sim, de perceber que, ao nos pronunciarmos somos levados a tomar diferentes posições e a expressar distintos pontos de vista. Estes, por sua vez, dependem não só de condicionantes estruturais ligados a um campo de disputas cindido ao meio (bipolar), mas também de circunstâncias e temporalidades que remetem à necessidade de estar atento ao lugar de onde se fala e para quem se fala quando se quer fixar distinções ou realçar proximidades.

INTRODUÇÂO

Creio que minha primeira experiência concreta com áreas protegidas e populações locais se deu no inverno de 1996, quando, ainda aluno na faculdade de agronomia em Porto Alegre, tive oportunidade de fazer estágio curricular no Parque Nacional da Lagoa do Peixe. Localizado no litoral gaúcho próximo ao pequeno município de Mostardas, este parque fica na estreita faixa de terra que separa a Lagoa dos Patos do oceano atlântico. Trata-se de ambiente lagunar recortado por banhados, restingas e que serve como ponto de alimentação e descanso para inúmeras espécies de aves migratórias. Como é comum nesses casos, também na Lagoa do Peixe havia ingredientes clássicos de muitas unidades de conservação brasileiras: pescadores artesanais vivendo e extraindo recursos dentro da área protegida; forte atuação repressora por parte do diretor do parque; grandes latifundiários (arrozeiros) ocupando o entorno; problemas com turismo predatório e, é claro, conflitos entre diversos atores sociais locais ali presentes.

Sobre essa breve experiência, lembro-me particularmente de um episódio ocorrido quando, junto com o diretor do parque, viajávamos em seu jipe pela beira da praia deserta da Lagoa do Peixe até Mostardas, distante uns 35 quilômetros. Quem conhece o litoral sul do Rio Grande do Sul sabe que poderá percorrer praias por centenas de quilômetros sem que nenhum obstáculo natural atrapalhe seu caminho e, dependendo da época do ano, sem que encontre viva alma em seu trajeto. São basicamente paisagens horizontais onde a imensidão do mar se confunde com a imensidão da areia da praia (no linguajar campeiro, “uma planura sem fim”).

Neste dia, apesar do límpido céu azul e do sol das três da tarde, lembro que fazia muito frio. A certa altura passamos por uma senhora com seus 50 e tantos anos que estava na beira da praia com uma pá estreita cavando a areia, acredito eu, para retirar mariscos. Ao fundo, com água até a cintura, um menino de 15 ou 16 anos tarrafeava solitário no mar agitado em meio às ondas. Ao ver aquilo, o diretor do parque imediatamente parou seu jipe, desceu rápido e foi em direção a esta senhora. Fiquei no carro observando de longe, pois fazia pouco tempo que tinha chegado e não sabia bem o que estava acontecendo e como proceder. Vi então que ele parou para confiscar tanto a pá da senhora como a rede de pesca do menino e, também, para lhes aplicar uma multa por executarem ação ilegal dentro do parque. Ambiente tenso seguiu-se então, pois a senhora não queria, de jeito nenhum, entregar a rede e a pá ao diretor do parque. Completando o cenário, enquanto este preenchia a guia da multa com certa dificuldade (pois nessa região é comum soprar um forte e impertinente vento nordeste), no mar, ao longe, cerca de 500 metros da beira da praia, dois pesqueiros industriais passavam tranqüilamente fazendo o que popularmente se conhece como “arrastão”. “Pena não trazer máquina fotográfica”, lembro que pensei. Tempos depois, uma amiga me contou que este mesmo diretor havia sido

esfaqueado por um pescador (versão contestada anos mais tarde, quando encontrei outra conhecida que alegou se tratar de agressão física sem a participação do dito "ferro branco").

Cerca de um ano depois me envolvi com uma pequena ONG chamada ANAMA, a qual se instalou no município de Maquiné (um dos locais de Mata Atlântica mais preservados do Rio Grande do Sul). Pude então, como estagiário e, depois, bolsista de um professor do PGDR-UFRGS e como simpatizante desta ONG, trabalhar dois anos e meio na região a partir de um convênio firmado entre universidade, prefeitura de Maquiné e ANAMA. Com isso, vivenciei de perto certas contradições que cercam a chegada de restrições ambientais em localidades rurais. Os próprios representantes desta ONG que freqüentava (pois nunca fui integrante formal) se distinguiam pela relativa diversidade de visões sobre o tema. Ao mesmo tempo em que uns buscavam se aproximar dos agricultores visando propor alternativas sustentáveis à produção agrícola local, outros se voltavam para a necessidade de preservação no seu sentido mais estrito, o que gerava, por vezes, discussões acaloradas nas reuniões de trabalho.

Esta experiência me levou, quando entrei no mestrado em 2000, a fazer minha pesquisa nessa região, onde, para variar, havia aqueles ingredientes clássicos de que falei antes. Só que, complicando a situação, além da presença de órgãos e agentes ambientais e de Maquiné abrigar a Reserva Biológica Estadual da Serra Geral (UC das mais restritivas) e fazer limite com a APA Rota do Sol, lá há também: Terra Indígena Barra do Ouro (onde vivem M`byá Guarani), Comunidade Remanescente de Quilombos de Morro Alto, pequenos (em área) agricultores familiares com perfil diversificado (desde horticultores altamente tecnificados a agricultores que mantêm sistemas de produção próximos aos adotados por seus antepassados de 50 ou 100 anos atrás), extrativistas que vivem da samamabaia-preta, ação de palmiteiros, problemas com queimadas e caçadores, influência de uma série de atravessadores e mediadores sociais, sem contar o universo político local, marcado por fortes relações de reciprocidade e clientelismos baseados na "política do favor". Tendo oportunidade de viver em Maquiné por quatro meses num primeiro momento, e, depois, por mais três meses, fiz então meu trabalho *de* campo neste ambiente social e culturalmente diversificado, concluindo o mestrado em agosto de 2002.

Sobre Maquiné, teria outros eventos parecidos ao ocorrido na Lagoa do Peixe para relatar, alguns deles descritos em minha dissertação. Mas o que quero acentuar com esta breve retrospectiva é que, chegando ao doutorado, estava totalmente tomado pelo debate sobre a relação entre políticas de conservação e grupos rurais subalternos. Embora não soubesse precisamente qual seria o recorte da pesquisa, estava convencido e motivado a continuar estudando este tema. Mas, ainda que minha intenção fosse seguir por este caminho, a única certeza que tinha à época é que queria me afastar das "pontas" para me aproximar do "centro".

Com esta intenção, passei a olhar com maior cuidado para o funcionamento de esferas poder que estão a montante dos efeitos concretos de estratégias de preservação baseadas na criação de áreas protegidas, o que me levou a buscar pelos lugares sociais onde se produzem discursos competentes. Foi então que cheguei aos pesquisadores que, de alguma forma, se envolveram (tanto produzindo pesquisa como atuando em outras arenas políticas) com aspectos relacionados ao que chamarei aqui de "tema quente"[2]. Mas, visando acessar outra mediação que não a que se dá através do texto científico, o qual, por vezes, invisibiliza seus autores (ainda mais quando escrito no estilo indireto e/ou terceira pessoa do singular), não me limitei à leitura e reflexão sobre o que eles já publicaram. Além deste material, fui atrás das "fontes primárias", o que significa dizer pessoas hoje consideradas referência em suas respectivas áreas.

Só que não se trata apenas de cientistas no seu sentido estrito, mas pessoas com atuação marcada pelo constante trânsito entre o campo da ciência e o campo da ação política. Portanto, apesar de lidarem constantemente com linguagens que chamamos hoje de "científicas", muitos se tornaram intérpretes privilegiados e influentes atores na conformação de políticas públicas. Indicação disso é que quase todas as pessoas com quem conversei atuou em algum momento ativamente fora do contexto universitário, ocupando paralela ou alternadamente posições de destaque em cenários decisórios mais amplos ou mais localizados[3]. Em suma, os sujeitos da pesquisa são personagens que, a despeito de suas formações intelectuais e profissionais, ampliaram sua competência perita para fora dos muros acadêmicos e caixinhas disciplinares e, com isso, adquiriram legitimidade para se pronunciar, bem como autoridade para falar sobre nosso "tema quente" e seus desdobramentos éticos, ecológicos, sociais, econômicos e morais.

Nesse sentido, tanto seus esforços intelectuais como as ações que exercem no campo político mais amplo contribuem (queiram ou não) para que pontos de vista passem a funcionar como se fossem verdades, produzindo o que Foucault (1997) chamou de "efeitos de verdade" ou, se preferirem, "efeitos de realidade", como propôs Latour (1994) ao falar sobre o "trabalho dos intermediários" nas sociedades contemporâneas[4]. Se - como sugiro no item 1.2 -, controvérsias científicas e a necessidade de se posicionar e se distinguir dos demais pares pode ser visto como a objetivação do ambiente polêmico gerado, tanto suas falas como aquilo que escrevem expressam parte da complexidade de percepções e práticas sobre nosso "tema quente". Do mesmo modo que estes intérpretes privilegiados ajudam a elevar tal discussão à

[2] Para não ficar repetitivo, adotei, vez que outra, esta expressão para me referir à discussão sobre a relação entre áreas protegidas e populações locais, temática hoje, falando em termos metafóricos, extremamente "quente".
[3] Como veremos no quinto capítulo, se há uma característica que os une esta é a extrema diversidade quanto as suas respectivas áreas de atuação, interesses de pesquisa e percursos profissionais.
[4] Conforme sugere Latour (1994, p.80), tais "intermediários", quando "dotados da capacidade de traduzir aquilo que eles transportam, de redefini-lo, desdobrá-lo, e também traí-lo, [tornam-se] mediadores".

condição de "questão social relevante"[5] (interferindo nos sentidos que tal discussão venha a ter), sua presença neste cenário como pesquisadores é, em alguma medida, também resultado deste mesmo processo (pois sofrem a influência de sua politização na esfera pública).

É claro que pretender observar este universo perito só é possível correndo-se os riscos inerentes a qualquer tipo de meta-pesquisa ou meta-observação. Porém, pensar sobre certos aspectos peculiares do trabalho executado por pesquisadores como recorte empírico me parece perfeitamente justificável tendo em vista que o que tais peritos dizem, escrevem e fazem possui relativa influência entre os que estão à frente da elaboração e implantação de estratégias de preservação ambiental. Como comenta José Jorge de Carvalho (2002, p.13), "se a obra de interpretação já parece um desafio, a ela se supõe um outro, qual seja, o de interpretar hoje essa posição de intérprete acadêmico". Aliás, embora se trate de um diálogo voltado estritamente para a prática antropológica[6], creio que a resposta de Vagner Gonçalves da Silva (2006, p.19) às considerações críticas que lhe foram feitas por José Jorge de Carvalho durante sua defesa de tese[7] podem ser estendidas para as ciências sociais em geral:

> ao concordar que no limite é impossível escaparmos totalmente a esse 'círculo vicioso de reificações', julgo importante, por isso mesmo, ampliarmos cada vez mais a discussão sobre as condições de produção do trabalho [científico] e sobre as formas 'possíveis' (epistemológicas e éticas) de falarmos com os e/ou sobre os 'nossos pares', principalmente quando trabalhamos temas tão delicados cuja própria legitimidade ainda está sendo construída nos fóruns acadêmicos.

Sobre como se deu meu contato direto com tais "intérpretes", deixarei para discutir este aspecto mais de perto no próximo capítulo. Porém, adianto que procurei me deixar afetar pelas conversas que tive com eles, sendo que esta afetação (no sentido tanto de ser atingido, portanto, modificado, como de gerar afetividades) não se limitou ao tempo de cada entrevista que fiz ou aos momentos imediatamente subseqüentes. Poder vivenciá-las deixou rastros por longos períodos, produzindo pequenos "efeitos borboleta" na forma como conduzi a pesquisa.

Quanto à estrutura da tese, além de um capítulo inicial, dividi-o em duas partes. Inicio este capítulo refazendo e refletindo sobre como se deu o processo de construção do problema de pesquisa. Explicito então que não tive pretensão de negar a formação de um "campo de disputas" interpretativo polarizado, mas dele partir para procurar pelo que estaria além das

---

[5] No sentido de Blumer (1971) de que "problemas sociais" não são só fruto ou "espelho" de "condições objetivas" (no caso, decorrentes do modo "insustentável" das sociedades contemporâneas se relacionarem com o ambiente a sua volta), mas produto de um processo assimétrico de definição coletiva sobre quais problemas serão socialmente priorizados. Hilgartner e Bosk (1988, p.1), partindo de Blumer, sustentam que "uma teoria que vê os problemas sociais como meras reflexões de condições objetivas não pode explicar por que algumas condições estão definidas como problemas, demandando muita atenção da sociedade, enquanto que outras, igualmente prejudiciais ou perigosas, não são". Os autores propõem que haveria uma "competição" nas "arenas públicas" pela elevação de "fatos objetivos" a "questões sociais" relevantes, visto que "a atenção pública é recurso escasso".

[6] Visando ampliar o sentido dos comentários do autor, tomei a liberdade de substituir a palavra original "etnográfico" pelo termo "científico", entre colchetes na citação acima.

[7] Segundo relata Gonçalves da Silva (2006, p.19), este último teria dito: "você não quis investir numa avaliação, você quis entender o campo, mas não avaliá-lo. Não sei se é possível fazer estas duas coisas".

posições estáticas, dos tipos ideais redutores e dos esquemas dicotômicos mecânicos adotados para analisar este mesmo "campo" e seus potenciais atores. Esclareço ainda que, ao relativizar tais divisões, me preocupei em observar os encaixes e desencaixes que conformam a multiplicidade de visões expressas em contextos enunciativos variados. Em seguida, volto-me para a abordagem metodológica adotada ao mesmo tempo em que discuto suas implicações, sobretudo, aspectos ligados ao fato de que se trata de um estudo com uma particularidade não tão usual: um pesquisador pesquisando outros pesquisadores.

Na primeira parte da tese mergulhei fundo nas publicações científicas sobre o tema em questão. No capítulo dois descrevo os principais esquemas conceituais e sistemas analíticos baseados em categorias e oposições adotadas quando nativos desejam tanto se referir aos seus pares e aos demais atores como à própria relação entre áreas protegidas e populações locais. A seguir, problematizo aspectos sociolingüísticos ligados à operacionalização discursiva de tais esquemas nos textos que acessei focando minha atenção tanto nas instâncias onde e no modo como são acionados como para nas implicações hermenêuticas do seu uso.

Termino o capítulo mostrando que, se há antagonismos interpretativos e valorativos, estes seriam acionados conforme distintos planos de alteridade-identidade. Mesmo entre os que aparentemente se opõem haveria a possibilidade latente de, em situações particulares, se não atuar em conjunto, se contraporem às idéias de um mesmo pesquisador (ou mais de um), "corrente de pensamento", "paradigma" etc. O que valeria igualmente para os que, em princípio, estariam "do mesmo lado", pois, dependendo do contexto, também divergiriam e se confrontariam. A condensação de divisões ligar-se-ia então à pluralidade instável de aproximações e distinções recíprocas não tão previsíveis quanto aparentariam ser, sendo que, se há cisões e lados definidos, estes seriam múltiplos e inconstantes.

No terceiro capítulo descrevo, a partir de suas publicações, como nativos se referenciam mutuamente em termos disciplinares, ou seja, como qualificam seus pares a partir de suas formações acadêmicas. Partindo da suposta distância que separaria ciências naturais, sociais, aplicadas e ditas "de fronteira", discuto (relativizando) as diferenciações metodológicas, teóricas e epistemológicas que estariam por trás das controvérsias sobre áreas protegidas e populações locais. Como no caso das divisões descritas no capítulo anterior, proponho pensar (também sem negar sua existência) tais distinções a partir de um olhar menos rígido. Já, nos três últimos itens, primeiro desenvolvo esta proposta a partir de teorias biológicas adotadas para definir áreas prioritárias para a conservação, depois discuto implicações de um estudo específico que analisa extensa literatura científica produzida sobre caiçaras nos últimos 50 anos, e, por fim, contrasto as divergências de antropólogos sobre as conseqüências da inclusão da categoria "população tradicional" na legislação atual.

No quarto capítulo procurei por procedimentos que aproximam autores com interesse de pesquisa distintos, sendo que os dois primeiros itens visam – com perdão da contradição em termos – "contrastar o idêntico" ou, se preferirem, "aproximar o diferente". Ao expor críticas, argumentos e dados compartilhados por cientistas tidos como tendo visões antagônicas, tento mostrar que o que os distancia (provocando desencontros) pode ser muito mais a ênfase dada a estas críticas, argumentos e dados do que uma oposição clássica de idéias. Ao invés de se cruzar e produzir o contraditório, ênfases trilham caminhos discursivos paralelos, sendo as finalidades pragmáticas do texto e o modo de apresentar a análise que às conduz a conclusões divergentes. Nos demais itens foco, a partir de uma controvérsia específica, a própria dinâmica do debate científico sobre populações locais e áreas protegidas visando explicitar "táticas nativas" usadas quando cientistas se enfrentarem neste jogo onde o dito e o contradito, o ataque e o contra-ataque, o afirmar e o refutar são práticas comuns e cotidianamente reproduzidas.

Na segunda parte da tese abordo as entrevistas que fiz. Como possuíam dois momentos distintos, optei por dividi-la em dois capítulos. O capítulo cinco se refere às trajetórias sociais dos pesquisadores. Além de trazer à tona singularidades e idiossincrasias próprias das pessoas com quem pude estar reunido por alguns momentos e de explicitar o fato delas mesclarem atividades de pesquisa com atuação em outros espaços sociais, os depoimentos reproduzidos trazem à tona a diversidade dos percursos trilhados pelos entrevistados e o trânsito de muitos deles por distintas áreas do conhecimento. O que sugere, por sua vez, cautela ao usarmos categorias designativas generalizantes para explicar o que estaria por trás das polêmicas levadas a cabo por pesquisadores sobre a relação entre áreas protegidas e populações locais.

O sexto capítulo trata das discussões que tive com entrevistados sobre "pontos quentes" sobre esta relação. Sem questionar a pertinência dos depoimentos, através do contraste entre visões divergentes e da alternância entre argumentação e contra-argumentação, trago à cena algo da intencionalidade que move sujeitos sociais portadores do discurso perito. Como irão notar, ao privilegiar trechos em que avaliam a atuação de seus pares, aqui o tom beligerante que envolve controvérsias vistas nos capítulos anteriores virá à tona com toda sua força a partir de um grande eixo ambivalente em que gravitam as ênfases no particular e no universal, no específico e no generalizável, no "cada caso é um caso" e na igualdade geral de condições.

Nas "considerações finais", além de reconectar pontos discutidos ao longo da tese e abordar um aspecto que, no futuro, pode acarretar, a meu ver, resultados indesejados, com base nas experiências vividas nestes cinco anos de doutorado procurei antever repercussões de sua publicação concluindo com uma avaliação crítica acerca das discussões intelectuais sobre a relação entre áreas protegidas e populações locais.

CAPÍTULO I

Sobre o problema de pesquisa e os caminhos metodológicos trilhados

> Freqüentemente nos vemos perdidos em meio ao campo num reino obscuro de um conhecimento ainda não articulado até que possamos voltar trazendo à luz significados encobertos.
>
> Vagner Gonçalves da Silva (2006).

Devo dizer inicialmente que, no começo e mesmo já bem adiantado na pesquisa, não tinha ainda elaborado nem trabalhado com nenhuma hipótese relativamente estruturada - fato, por sinal, cobrado algumas vezes pelo orientador e, como veremos, por alguns entrevistados. Sem dúvida, tinha várias perguntas abertas, o que não ajudava muito, pois, como fui descobrir depois, na maior parte do tempo estive, como Vagner Gonçalves da Silva (aliás, outro cientista que se arriscou a estudar seus colegas) "perdido em meio ao campo num reino obscuro".

Mas me consolei-convenci de que tais incertezas não seriam tão problemáticas ao ler Luis Cardoso de Oliveira (2007, p.3 e p.9) se referir à carta recebida por Roberto DaMatta de sua colega Jean Carter, onde ela usava o termo *anthropological blues* para falar das "dificuldades existenciais" e "contingências constitutivas do trabalho de campo": "não é possível nem seria desejável definir ou prever com precisão todos os seus interesses (presentes e futuros) de pesquisa (...). O próprio objeto da pesquisa precisa ser negociado, trata-se de uma experiência cujos resultados não podem ser propriamente medidos, mas cujo poder elucidativo pode ser fundamentado". Sendo possível "fundamentar", *a posteriori*, o que vivi *no* campo, havia então esperanças às minhas inquietações. Amorim (2004, p.11) notou esse aspecto: "é impossível saber quando e onde começa um processo de reflexão. Porém, uma vez terminado, é possível ressignificar o que veio antes e tentar ver indícios no que ainda não era e que passou a ser", mas Luís C. de Oliveira (2007. p.4) foi mais longe ao caracterizar seu ofício:

> freqüentemente, o objeto teórico da pesquisa é redefinido após a pesquisa de campo, quando cessa a interação com os sujeitos da pesquisa. (...) é normalmente raro ou pelo menos difícil que o pesquisador tenha uma definição clara e definitiva do seu objeto de pesquisa, — ou do problema que irá abordar no livro ou no artigo a ser publicado no futuro — no momento em que ele está tendo a interação com os sujeitos da pesquisa. Mas insistiria que não seria nem mesmo desejável, do ponto de vista da produção antropológica, que uma definição bem amarrada e conclusiva fosse formulada no início da pesquisa.

Também no presente caso meu contato com pesquisadores não constitui uma "fase" da pesquisa que iniciou e terminou sem deixar rastro, visto que esta foi, dia após dia, sendo reinventada. Como lembra novamente Luís Cardoso de Oliveira (2003, p.4), para "ressignificar o que veio antes e tentar ver indícios no que ainda não era", é preciso considerá-la como um todo (desde seu início até a redação final), afinal, "a negociação da pesquisa e/ou do objeto é parte constitutiva do empreendimento: primeiro no campo e depois no escritório quando o

trabalho é redigido, ainda que no segundo momento trate-se de um diálogo simulado". E aqui acompanho Gonçalves da Silva quando este relativiza a idéia de "trabalho *no* campo" [8] como

> fase intermediária entre a proposição de um projeto de pesquisa e a análise dos dados apresentados (...). Na prática essas etapas são processos que se comunicam e se constituem de forma circular ou espiral. Às vezes é somente no final da pesquisa que se encontra o que se procurava. Também pode acontecer de, não se encontrando o que se procura, 'remodelar-se' o texto, de modo a valorizar o que se encontrou (...). O campo não é somente nossa experiência concreta (...) que se realiza entre o projeto e a escrita (...). Junto a essa experiência, o 'campo' (no sentido amplo do termo) se forma através dos livros que lemos sobre o tema, dos relatos de outras experiências que nos chegam por diversas vias, além dos dados que obtemos em 'primeira mão' (Gonçalves da Silva, 2006, p.27).

Tendo esta compreensão e visando permitir ao leitor acessar parte do processo de conquista que "se realiza entre o projeto e a escrita" final, passarei a seguir a descrever como cheguei onde estou agora, ou melhor, a resgatar certas dimensões de minha experiência existencial no campo que me levaram a refletir sobre questões que não estavam presentes enquanto realizava e interagia com os sujeitos da pesquisa.

1.1 Antagonismos, oposições, lados e divisões como ponto de partida[9]

> Existem vários indicadores de uma batalha política e ideológica em ato nos meios científicos e institucionais da política brasileira da conservação.
>
> Vincenzo Lauriola (2001, p.243).

O debate em torno da relação entre áreas protegidas e populações locais - seja pelo viés que for (técnico, científico, ético, político, jurídico, administrativo) ou a dimensão envolvida (local, regional, nacional, internacional) – tem se caracterizado por ser um ambiente extremamente dividido. Marcado pelo confronto de idéias e visões divergentes, dele emergem posturas firmes e posicionamentos contumazes. Tal beligerância, aliás, já se inicia a partir dos próprios termos que adotamos para apresentar ou falar sobre a questão, a começar pela disputa, mesmo que um tanto silenciosa, travada entre os que preferem falar em "área protegida" (termo adotado mundialmente) e os que priorizam "unidade de conservação" (expressão trazida ao

---

[8] Vinha adotando o termo "*no* campo" em substituição à "*de* campo" desde que li Luís C. de Oliveira. Mas tal procedimento se fortaleceu ao me deparar com o texto de Gonçalves da Silva. Ao dizer "trabalho *de* campo", a preposição "de" dá uma conotação genérica para o substantivo "campo", como se houvesse um tipo específico de "trabalho" a ser executado. Como comenta Goldman (2006a, p.29), tal "trabalho" poderia ser visto tanto como técnica para obter dados que "poderiam ser obtidos de outra forma", como método em que tais "informações só poderiam ser obtidas dessa forma" ou como "experiência" exigida pelas "próprias características epistemológicas" da antropologia (opção sugerida pelo autor e com a qual comungo). Amorim (2000) se aproxima desta última ao adotar "situação *de* campo"; porém, neste caso, ao invés de um tipo de **atividade** a ser executada, temos a indicação de um **contexto** particular que precisaria ser vivenciado pelo pesquisador. Agora, ao falar "trabalho *no* campo", o artigo "o" acompanhando a preposição "em" indica outra especificidade. Trata-se não mais de um "campo" genérico, muito menos um método ou técnica, mas justamente aquele universo social que desejamos observar. Se vários cientistas fazem "trabalho *de* campo" (que podem ser bem distintos), apenas um fará "trabalho *no* campo", visto que se trata do "campo" de alguém que precisou construí-lo como tal para poder depois caracterizá-lo, descrevê-lo e, como ocorre habitualmente, chamá-lo de "meu campo". Tal percepção me levou a adotar "no" para indicar "o campo" que vivenciei e "de" para me referir à "experiência" de que fala Goldman.

[9] Neste item, utilizarei o **negrito** para acentuar partes que desejo chamar a atenção do leitor.

Brasil por Maria Tereza Pádua no final dos anos 1970 e hoje, pelo que sei, exclusividade nossa)[10]. Ainda que sejam conceitos jurídicos distintos, preferências por uma ou outra expressão (e, claro, a busca subjacente por monopolizar seu sentido) ficam evidentes quando transitamos por este universo de sensibilidades que, por vezes, saltam à flor da pele[11].

Desta situação conflituosa envolvendo interesses locais e gestão de áreas protegidas, bem como do intenso debate (em que atuam forças, grupos e atores distintos) sobre políticas públicas e a legislação voltada para o disciplinamento do uso de recursos naturais, cresceu nas últimas décadas o interesse de pesquisadores pelo tema. Ainda que com enfoques distintos, cientistas de diversas áreas têm produzido farta literatura sobre o assunto, sendo que artigos, coletâneas, livros, dissertações, teses e outras publicações são hoje numerosas e ricas em termos de abordagem, recorte, conteúdo, amplitude e qualidade. Mas quando cientistas naturais (ecólogos, biólogos, botânicos, oceanógrafos), cientistas sociais (antropólogos, historiadores, sociólogos, economistas, cientistas políticos), profissionais de disciplinas aplicadas (agrônomos, advogados, eng. florestais, biólogos da conservação) ou de "fronteira" (geógrafos, geólogos) começam a se pronunciar, vemos que uma disputa interpretativa vem se desenvolvendo na interface que marca o fazer científico e a ação nas demais arenas públicas.

De fato, se há um consenso entre especialistas - como veremos ao longo da tese – é o de que discutir a relação entre áreas protegidas e populações locais implica entrar em um universo discursivo controvertido caracterizado pelo dissenso, pela polifonia, por argumentos bem matizados e, em certos momentos, por ásperos e ácidos diálogos acadêmicos. Dito de outra forma, para quem se encontra no interior das disputas interpretativas envolvendo nosso "tema

[10] Em termos jurídicos, "unidade de conservação" e "área protegida" são conceitos distintos. Na legislação, a primeira refere-se a espaços físicos delimitados cuja titularidade pertence ao Estado (excetuando RPPNs). Já a expressão "área protegida", além de incluir as diferentes categorias de unidades de conservação (Reserva Biológica, Parque Nacional, Reserva Extrativista etc.), é também adotada para as chamadas "reservas legais" e "áreas de preservação permanente". Conforme Medeiros *et. Alli* (2006, p.25), estas responderiam "a uma dinâmica de gestão diferente e foram instituídas por um outro instrumento legal [que não o SNUC], o Código Florestal de 1965". Porém, embora orientados por objetivos, marco regulatório, status jurídico e finalidades distintas, "terras indígenas" e "quilombolas remanescentes" não deixam de ser territórios legalmente "protegidos" pelo Estado.

[11] Apesar do sentido conferido a estes termos estar em disputa, como esta situação – caso desejasse seguir com a tese - me impôs fazer uma escolha, procurei adotar o termo mais amplo possível ("áreas protegidas"). Assim, usarei "unidades de conservação" para me referir especificamente às categorias de manejo mencionadas na nota anterior (contrariando, portanto, como veremos adiante, alguns pesquisadores que não consideram as categorias ditas "de uso sustentável" como UCs "de verdade"). Procedimento semelhante vale para as palavras "pesquisador" e "populações locais", termos mais genéricos que encontrei para designar, respectivamente, aquelas pessoas consideradas sujeitos da pesquisa e grupos sociais atingidos pela criação de áreas protegidas. Porém, no segundo caso, como noções como "população tradicional" (do porquê de adotar "população" e não "comunidade", ver nota 208) e outras formas de designar grupos rurais subalternos (seringueiros, caboclos, ribeirinhos, caiçaras, agricultores familiares, sertanejos, colonos, camponeses etc.) são extremamente polissêmicas, pois estão sendo constantemente ressignificados devido tentativa (por parte de atores diversos) de fixar-lhes significados distintos e, por vezes, ambíguos, o sentido de tais expressões encontrar-se-á sempre referido no texto ao contexto pragmático da enunciação, não sendo, portanto, generalizável para as demais vezes em que forem citadas.

quente", é senso-comum a idéia de que haveria "lados" bem delimitados ou a constatação de que estaríamos diante de um tema marcado por antagonismos já sedimentados.

Eis que, seja qual for o assunto em pauta, decorrente da necessidade de nomear sujeitos, classificar posições e/ou enquadrar visões, distinções logo começaram a ser demarcadas. O que, por sua vez, fez com que esquemas dicotômicos (do tipo: "ambientalistas *versus* socioambientalistas"; "preservacionistas *versus* conservacionistas"; "cientistas sociais *versus* cientistas naturais"; "ecocêntricos *versus* antropocêntricos") fossem sendo propostos visando tanto identificar o lugar do outro como explicar o porquê deste ambiente polêmico[12].

Assim, se quiséssemos definir "pólos" no interior das estruturas acadêmicas nacionais, esquemas duais como os citados viriam a calhar ao pesquisador que os adotasse. Vejamos alguns exemplos. Se este último escolhesse delimitar sua pesquisa a partir dos dois principais fóruns científicos de discussão hoje disponíveis para debater questões relacionadas às áreas protegidas e populações locais - o *Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação* (CBUC) e o *Seminário de Áreas Protegidas e Inclusão Social* (SAPIS) -, logo constataria nítidas diferenças de enfoque. No que se refere aos objetivos e motivações, por exemplo, visualizamos tais diferenças simplesmente examinando as apresentação dos dois encontros em suas páginas virtuais. Segundo o *site* da *Fundação O Boticário* - organizadora do evento junto com a *Rede Pró-UC*[13] - o CBUC "é considerado hoje **um dos mais importantes eventos** regulares **sobre conservação da natureza** da América Latina". Já conforme o *site* do III *SAPIS* - organizado pelo curso de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e Florestais da UFRRJ -, este teria "a responsabilidade de atualmente ser **um dos mais importantes fóruns** no Brasil **a discutir a temática da inclusão social em áreas protegidas**". A despeito da pretensão de serem "um dos mais importantes" "eventos" ou "fóruns" de debate, os temas escolhidos por ambos diferem bastante ("conservação da natureza" para um e "inclusão social"para outro). De fato, olhando o restante de suas apresentações, seu conteúdo enfatiza aspectos bem distintos. No caso do CBUC, hoje em sua quinta edição, lê-se:

> imagens de grandes florestas e imensas riquezas naturais, plasmadas no inconsciente coletivo nacional, não passaram pelo filtro da realidade. Infelizmente ainda é pequeno o número de pessoas que conseguem fazer essa filtragem e enxergar a rápida e crescente **destruição dos ambientes naturais** e sua apropriação para os fins mais diversos. (...) **é urgente salvar o que ainda nos resta**, para que ainda haja uma história a ser vivida e contada (...). **A melhor estratégia** para que isso aconteça se dá por meio **da** preservação das **áreas naturais** - as próprias unidades de conservação - que abrigam um patrimônio rico

[12] No capítulo dois apresento detalhadamente esquema como estes surgem nas publicações dos próprios cientistas. Porém, adianto que as oposições citadas não vêm somente do campo científico, estrito senso, visto que o status alcançado por algumas delas resultam de debates bem mais amplos.

[13] Tendo exercido papel decisivo na elaboração do SNUC a partir da sua criação, em 1996, integram a *Rede Pró-UC* mais de 24 instituições que desenvolvem trabalhos na área ambiental (www.redeprouc.org.br - dezembro de 2007).

> em biodiversidade, **e que assim devem permanecer** para que nossos descendentes possam ver, sentir e usufruir este bem tão precioso (http://www2.boticario.com.br - dezembro de 2007)[14].

Já o enfoque do SAPIS não se dirige à "destruição dos ambientes naturais", mas a "**participação ativa da sociedade** no processo de tomada de decisões", a qual

> constitui, atualmente, uma das **premissas centrais** da política ambiental brasileira (...). **O tema da inclusão social representa**, portanto, **o ponto de partida** para estratégias de gestão de áreas protegidas no país, no que tange às parcerias, ao **compartilhamento de responsabilidades** e à **distribuição justa e eqüitativa dos benefícios** gerados pela proteção da natureza. Inclusão Social, considerada em sentido amplo, que propicie o engajamento da sociedade na definição de políticas que interfiram no direito do cidadão, na interpretação e apropriação de patrimônio natural e cultural e na **valorização do conhecimento baseado na simbologia local** (http://www.ivt-rj.net/sapis/ - dezembro de 2007).

Mas distinções entre CBUC e SAPIS se estendem à própria escolha das imagens inseridas em seus *sites*. Assim, no caso do CBUC, além da apresentação e informações sobre programação e perfil do evento, aparecem estas três imagens espalhadas pelas páginas virtuais:

Já as páginas virtuais com informações sobre último SAPIS vinham com este emblema:

Como vemos, mais do que emblemático, a existência de encontros científicos tão importantes com justificativas, objetivos e enfoques tão distintos ilustra bem a idéia de dois "lados" definidos, sendo que, não por acaso uma pessoa que entrevistei tenha comentado que "tem espaços que nem vale a pena investir. Por exemplo, tem um congresso nacional de áreas protegidas (*o CBUC?*). É, o CBUC. Esse congresso é estritamente *preservacionista*, o foco dele é *preservacionista*. Meus alunos cansam de mandar trabalhos e nunca são aceitos porque

[14] Nos anais da III edição do CBUC, realizado em Fortaleza em 2002, consta que este "visa, entre outras coisas, fortalecer no país o conservacionismo realizado em bases científicas e filosóficas consistentes".

estamos discutindo a questão da inclusão social e esse pessoal não quer abrir espaço pra isso". De fato, para quem já teve oportunidade de participar de alguma versão destes fóruns, são nítidas as diferenças entre ambos, as quais vão desde a programação, temas centrais, assuntos debatidos em painéis e mesas redondas, palestrantes e conferencistas convidados, eixos temáticos, seminários de discussão, trabalhos e *papers* selecionados, patrocinadores, perfil do público participante até aspectos aparentemente banais como o tipo de vestuário deste último.

Tal situação poderia servir como evidência para uma pesquisa que propusesse mapear, caracterizar ou analisar, a partir de categorias previamente definidas (como o termo em *itálico* acima), fóruns científicos disponíveis àquele que deseja discutir à questão das áreas protegidas e populações locais. Como resultado, além dos dois fóruns citados, nosso pesquisador imaginário poderia optar por procurar descrever, situar e esquadrinhar espaços de discussão tão heterogêneos como: *Simpósio de Áreas Protegidas*, organizado pela UERGS; *Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação* (EcoUC), promovido pela UFRJ; *Congresso Brasileiro de Reservas Particulares do Patrimônio Natural*, coordenado pela Confederação Nacional de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (CNRPPN); *Conferência Nacional do Meio Ambiente*, organizado pelo Ministério do Meio Ambiente; *Encontro do Programa Áreas Protegidas da Amazônia*, coordenado pelo IBAMA e Funbio; entre outros fóruns semelhantes que ele conseguisse identificar participar.

Mesmo sendo trabalho introdutório, estudo que segue direção próxima foi apresentado por Eliane Creado durante III encontro da ANPPAS (Brasília, 2006). A autora propôs fazer "uma análise do *conservacionismo*" baseada nos "discursos públicos" do IV CBUC ocorrido em Curitiba em 2004. Partindo de uma "base de pesquisa empírica e documental" Creado (2006, p.2) afirma que o CBUC teria "importância enquanto *locus* privilegiado que reúne cientistas e agentes institucionais, governamentais e não-governamentais, com influência na questão ambiental brasileira, sobretudo no que diz respeito às iniciativas voltadas para as áreas naturais protegidas". Ressalta ainda que "o modo de se tratar analiticamente o IV CBUC será o de considerá-lo como uma situação social", sendo o referido congresso "visto como uma arena (...), um subtipo de situação social, dado o seu caráter mais decisório e voltado a determinados fins". Como conseqüência, entre outras proposições, Creado (2006, p.8 e p.14) conclui seu artigo sustentando que, a impulsionar a organização do CBUC, existiria

> uma linha motriz que reforça a importância das unidades de conservação de proteção integral, sem moradores de nenhum tipo (...). Do ponto de vista dos setores mais contrários à presença humana em UCs, as unidades de uso sustentável são vistas como de futuro incerto do ponto de vista da manutenção da biodiversidade (...). Pouca consideração sobre a realidade local e o contexto sócio-histórico no qual tais unidades de conservação de proteção integral foram criadas é dada por este tipo de posicionamento, que é reforçado durante o IV CBUC (...). O congresso também pode ser inserido na arena mais ampla do ambientalismo nacional e internacional. **Há um conflito quase irreconciliável entre dois conjuntos principais de normas**: aquelas que dizem respeito aos direitos das populações humanas que habitam

> áreas que se tornaram UCs de proteção integral; e aquelas que circulam em torno da idéia de que a proteção de ecossistemas complexos não é garantida quando há a presença humana nos espaços naturais protegidos. O primado da racionalidade técnica também é um aspecto muito presente no posicionamento que marca o congresso, possibilitando vê-lo como portador de características de um processo maior, o de institucionalização de áreas naturais protegidas, e, mais do que isso, o de expansão de um meio técnico-científico informacional (...) e de purificação de quase-objetos.

Sem entrar no teor de tais conclusões, chamo atenção de que "observação-participante" como a empreendida por Creado durante o IV CBUC poderia ser perfeitamente feita em outros encontros que abrem espaço para discutir nosso "tema quente" (como no caso do SAPIS e demais fóruns citados). Assim, com base na análise do material recolhido a partir desta "observação participante" seria possível montar um painel descritivo-explicativo mostrando, com bastante precisão, qual o perfil, as diferentes ênfases e quem é quem no mundo dos congressos, simpósios e colóquios relacionados às áreas protegidas e populações locais.

Mas também aí - ou seja, em estudos deste tipo - seria possível encontrar diferenças teórico-metodológicas. Exemplo disso pode ser visto através de duas pesquisas patrocinadas pela antiga Diretoria de Áreas Protegidas da, até então, Secretaria de Biodiversidade e Florestas (instâncias hoje abrigadas no Instituto Chico Mendes) e realizadas, ao mesmo tempo, durante Conferência Nacional do Meio Ambiente 2003. Ao apresentar estes dois estudos, João Paulo Capobianco comenta que foram realizados "com o intuito de compreender como os delegados presentes ao evento percebiam a situação das Unidades de Conservação brasileiras" (MMA, 2004, p.11). Porém, diferenças de enfoque já surgem no próprio título dos trabalhos. Enquanto um intitula-se "**Conhecimentos** sobre Unidades de Conservação pelos delegados da Conferência Nacional do Meio Ambiente 2003", o outro se chama "**Representações** sobre Unidades de Conservação pelos delegados da Conferência Nacional do Meio Ambiente 2003".

No caso da primeira pesquisa, seu coordenador, Carlos Saito (2004, p.15-16), professor do Depto. de Ecologia da UnB, apoiado por outras 12 pessoas, construiu um "questionário-padrão" com 48 questões (44 delas de múltipla escolha) respondidas por 316 delegados da referida conferência. Seu objetivo foi "identificar o grau de conhecimento e as avaliações sobre o SNUC, bem como as expectativas no que se refere a políticas de Áreas Protegidas". Segundo sustenta Saito no início do texto, conflitos sociais envolvendo implementação e gestão de UCs

> originam-se na **ignorância**, tanto da legislação já existente como do funcionamento dos ecossistemas e do papel da biodiversidade (...). Além do **desconhecimento,** existe ainda uma visão fragmentada e parcial da realidade, e mesmo aqueles conhecedores, tanto da ciência como da legislação, apresentam, muitas vezes, **incapacidade de articular diferentes conhecimentos** e diferentes dispositivos legais existentes para compor uma visão geral, um todo organizado (Saito, 2004, p.14-15).

Com base neste entendimento, o autor buscou, através da tabulação de dados e análises estatísticas, medir o "grau de conhecimento" dos delegados "acerca do SNUC", sendo estes alguns dos seus resultados: "no momento de definir uma Unidade de Conservação e identificar

seu papel na conservação da biodiversidade, os entrevistados majoritariamente (...) **demonstram uma visão correta** do assunto"; "os delegados, ainda que tenham manifestado insegurança quando ao conhecimento sobre a terminologia SNUC, **souberam enquadrar** corretamente, em boa parte dos casos, as unidades de conservação segundo sua tipologia"; as UCs "de Uso Sustentável (...) apresentaram **baixo índice de acerto** da classificação, sugerindo um **elevado desconhecimento** por parte da população, de modo geral, quando ao seu papel".

Já o outro estudo, coordenado por Maria Castelo Branco (cientista do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Paraná), junto com mais seis colaboradores, segue caminho bem distinto. No caso da "coleta de dados", esta "foi realizada através de entrevistas e observações diretas de um dos grupos temáticos e da plenária temática – 'Biodiversidade e espaços territoriais protegidos'" (Branco, 2004, p.108). Quanto às entrevistas, "foram em número de 50, realizadas com sujeitos de vários tipos de representatividade na Conferência (...). Após o mapeamento das entrevistas, nas quais se identificou como certos temas se articulavam para cada sujeito, selecionou-se 25 dentre os 50, sendo 5 de cada região, pertencentes a grupos de interesses diferentes". Contrariamente ao estudo anterior, que buscou achar padrões com o objetivo de modalizar e sistematizar as respostas obtidas e, assim, avaliar "o grau de conhecimento sobre o SNUC" dos delegados, para Castelo Branco "o foco desta abordagem é, portanto, **a diversidade** de concepções, avaliações, explicações e suas relações, e **não a regularidade** das respostas ou situações". Como comenta a autora em seguida:

> o processo foi analisado a partir dos dados que a Conferência pode oferecer, através da observação dos debates, das comunicações informais e pelo contato direto com os delegados que participaram (...). Portanto, os dados foram coletados na interação entre pesquisador e pesquisado, em determinado momento histórico (...). No entanto, **na pesquisa desenvolvida não está em questão uma representatividade estatística** (...). Se não está em jogo o nível de significância estatística, **o que interessa são 'sujeitos significantes**', isto é, que estão **colocados em determinado lugar social** que lhes confere significação para aquilo que se deseja investigar (Branco, 2004, p.106 e 108).

Se tomarmos estes e outros estudos semelhantes, uma opção de pesquisa seria descrever ou mesmo construir uma tipologia dos diferentes modos interpretativos adotados por cientistas interessados em estudar sujeitos e grupos sociais envolvidos tanto com áreas protegidas como com populações locais. Mas nosso observador hipotético também poderia direcionar seu impulso classificatório a partir da coleta de material empírico produzido por um público específico. Neste caso, para refinar sua análise, um recorte pertinente poderia ser, por exemplo, privilegiar fóruns científicos freqüentados por pessoas mais próximas das ciências sociais ou, ao contrário, ir atrás de espaços por onde circulam número maior de cientistas naturais.

No primeiro caso, uma alternativa seria selecionar artigos e *papers* relacionados ao nosso "tema quente" que foram apresentados em GTs de encontros promovidos, entre outros, pela: *Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade*

(ANPPAS), *Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rural* (SOBER), *Associação Brasileira de Antropologia* (ABA), *Sociedade Brasileira de Sociologia* (SBS), *Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais* (ANPOCS) ou pela *Rede de Estudos Rurais*[15]. Após detalhar o material recolhido a partir da caracterização de "correntes" ou "vertentes" distintas, provavelmente teríamos um retrato aproximado (ainda que panorâmico) das "posições" ou "visões" assumidas por cientistas vindos das ciências sociais ou de disciplinas próximas no que tange ao nosso "tema quente".

Obviamente, mesmo exercício poderia ser feito se escolhêssemos enfocar encontros científicos ligados às áreas biológicas como, por exemplo: reuniões técnicas patrocinadas pelo CONAMA, encontros articulados por biólogos da conservação ou por etnobiólogos, simpósios organizados para discutir a situação de nossos biomas (Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica, Pantanal), *workshops* sobre identificação de áreas prioritárias para a conservação e assim por diante. Afinal, tais simpósios e *workshops* representam momentos decisivos na definição de políticas ambientais. Como afirma Maria Tereza Pádua, eles "**ajudam no estabelecimento de escolhas** das áreas prioritárias para os estudos de campo e preparação de decretos de criação" (2002, p.181). Além disso, este é o modo mais comum de *cientistas naturais* entrarem em acordo sobre temas controvertidos. Ibsen Gusmão Câmara, por exemplo, entende que, "ainda que sejam justificáveis as críticas levantadas sobre a metodologia adotada para a realização desses encontros técnico-científicos, em especial sua superficialidade no trato das prioridades de conservação, é justo reconhecer-se que eles **significam um considerável avanço sobre a maneira empírica com que antes vinham sendo selecionadas as áreas a preservar**"[16].

De outra parte, sistemas compreensivos baseados em categorizações e conceitos pré-elaborados também poderiam ser adotados para caracterizar a literatura científica produzida por núcleos e centros de pesquisa ou mesmo programas e cursos de pós-graduação. Também aqui nosso pesquisador encontraria nítidas diferenças em relação ao tipo de trabalho realizado. Apenas como recurso ilustrativo, apresento alguns objetivos e motivações de dois destes núcleos: o *Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras* (NUPAUB) - atuante desde 1988 e hoje reconhecido centro interdisciplinar de

[15] Embora a maioria destes encontros tenha caráter mais abrangente, eles abrem espaço e constituem importantes veículos de legitimação científica e publicização de estudos sobre o tema das áreas protegidas e populações locais.

[16] Um exemplo emblemático de acordos (isto é, do que passará a ser visto como verdade) estabelecidos sobre temas polêmicos ocorreu durante *workshop* realizado no início dos anos 1990 visando definir o "domínio da Mata Atlântica": se este se resumiria a chamada Floresta Ombrófila Densa (como vinha sendo adotado até então) ou se seria mais apropriado adotar um conceito mais abrangente para este bioma. Assim, após este *workshop* – do qual participaram as maiores autoridades no assunto - a segunda tese (que triplicava a área ocupada pela Mata Atlântica) virou consenso entre especialistas, sendo incorporada, a partir de 1992, à legislação através de Decreto Lei, regulamentada pelo Conama durante esta mesma década e, mais recentemente, consolidada pela chamada Lei 11.428 da Mata Atlântica. Para uma retrospectiva sucinta deste processo, ver Gerhardt e Medeiros (2007).

pesquisa ligado à Pró-Reitoria de Pesquisa da USP - e o *Centro de Biologia da Conservação* (CBBC) – criado em 1998 pelo renomado *Instituto de Pesquisas Ecológicas* (IPÊ). Segundo sua página virtual, entre os objetivos do NUPAUB estão: "promover cursos, encontros e conferências; manter intercâmbio com entidades nacionais e internacionais; **dar subsídio técnico e científico aos movimentos sociais na busca de melhorias das condições de vida de comunidades locais**" (http://www.usp.br/nupaub - dezembro de 2007). Já no sítio do CBBC, lê-se: "**além da Biologia da Conservação e Manejo da Vida Silvestre, são realizados cursos nas áreas de Manejo da Paisagem, Medicina da Conservação, Educação Ambiental, Turismo, História Ecológica, Mercado de Carbono, SIG – Sistema de informação Geográfica, entre outros**" (http://www.ipe.org.br - dezembro de 2007).

Caso nosso pesquisador delimitasse algumas definições conceituais - por exemplo, para categorias como "conservacionistas" e "socioambientalistas" - com a finalidade de dar sentido aos dados coletados sobre estes e outros centros de pesquisa que atuam na área, seria possível enquadrá-los e situá-los uns em relação aos outros (o que vale para os demais recortes propostos). Assim, se tomássemos apenas estas duas instituições adotando uma perspectiva relacional, dificilmente o NUPAUB seria associado à visão "conservacionista" e o CBBC definido como instituição "socioambientalista"[17]. No limite, tais distinções analíticas poderiam servir para agrupar e hierarquizar pós-graduações e núcleos de pesquisa semelhantes a partir de critérios como: tipo de produção científica, parcerias, diretrizes, atuação fora da academia, formação e trajetória dos integrantes e assim por diante.

Seguindo adiante, nosso amigo pesquisador poderia desejar identificar sinais de divisões nas tênues fronteiras que separam a pesquisa científica das ações concretas de grupos com interesses específicos, sendo que, também aqui, evidências empíricas sobre a existência de "lados" não seriam difíceis de ser encontradas. Se olharmos para as diferenças de enfoque das chamadas organizações da sociedade civil que patrocinam atividades ligadas à pesquisa científica, poderíamos indicar, como exemplo, o espaço separa, de um lado, a atuação de entidades como o *Instituto Socioambiental* (*ISA*) e, de outro, a influência exercida pela *Fundação O Boticário de Proteção à Natureza*.

No caso do ISA, criado em 1994, seu *site* informa que este "tem como objetivo principal defender bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos" (http://www.socioambiental.org –

[17] Como no caso dos fóruns de discussão já citados, estes núcleos foram selecionados apenas porque ilustram algumas diferenças existentes no campo científico quando se fala populações locais e áreas protegidas, ou seja, caso alguém desejasse, seria fácil encontrar outros centros de pesquisa visando empreender exercício semelhante. Além disso, a classificação acima só faria sentido se olhássemos o NUPAUB **em relação** direta com o CBBC, pois veremos que a situação fica bem mais complexa do que esta associação *standard* caso outros atores sejam incluídos numa eventual comparação-classificação.

dezembro de 2007). Já Juliana Santilli (2005, p.49), sócia-fundadora do ISA, vê esta entidade como a ONG "mais identificada com o **socioambientalismo**, sendo que "grande parte dos sócio-fundadores do Isa teve participação destacada na idealização e implementação de eventos e marcos referenciais do **socioambientalismo**".

Já a *Fundação O Boticário* (ONG criada em 1990 ligada ao fabricante de cosméticos e perfumes *O Boticário*), segundo sua página eletrônica, "atua no patrocínio e disseminação de **ações no campo da conservação da natureza** no país". No mesmo sítio lemos ainda que

> o desafio da Fundação O Boticário é grande: **proteger a natureza** do Brasil. (...) sua missão é promover e realizar **ações de conservação da natureza**. Suas ações estão pautadas em ciência e na consciência de que esse é o caminho para a manutenção da vida na Terra. (...) A Fundação O Boticário pretende, com seu trabalho, (...) salva[r] parte significativa do que temos de mais rico na natureza brasileira, ao mesmo tempo em que conscientiza a sociedade para a importância de preservar e celebrar a vida. Juntam-se à exposição, publicações, eventos e capacitação para fortalecer o setor **conservacionista** no Brasil (http://internet.boticario.com.br/portal/site/fundacao/ - janeiro de 2008).

Em comum estas duas instituições têm o fato de seus representantes e colaboradores possuírem forte influência nas agências governamentais voltadas tanto à gestão de áreas protegidas como às políticas destinadas às populações locais que vivem nestas áreas. Mas as semelhanças param por aí. Vistos comparativamente, *Instituto Socioambiental* e *Fundação O Boticário* aglutinam distinções recorrentes no universo das ONGs que trabalham com nosso "tema quente". Além do tipo de atuação e da qualidade das pesquisas patrocinadas, há clara diferença na formação acadêmica da maioria de seus integrantes. Enquanto participam do *ISA* considerável número de antropólogos, cientistas sociais e advogados, a *Fundação O Boticário* se caracteriza pela maciça presença de biólogos, engenheiros florestais e agrônomos.

Além disso, como ambas se distinguem pelo perfil marcadamente divergente de suas respectivas linhas editoriais, isso daria ao nosso cientista fictício a possibilidade de delimitar ainda outro recorte empírico: um estudo comparativo feito a partir das publicações que patrocinam. Neste caso, nosso pesquisador poderia basear sua análise nas diferenças interpretativas que cercam, do lado da *Fundação O Boticário*, publicações como: *Saudades do Matão* (Urban, 1998); *Tornando os Parques Eficientes* (Spergel *et. alli*, 2002); *Biodiversidade: a hora decisiva* (Dourojeanni e Jorge-Pádua, 2001); *O Poema Imperfeito: crônicas de biologia, conservação da natureza e seus heróis* (Fernandez, 2004); *Unidades de Conservação: atualidades e tendências* (Milano, 2002a); *Unidades de Conservação: atualidades e tendências* (Milano, 2004); e, do lado do ISA, títulos como: *A defesa dos direitos socioambientais no judiciário* (Rocha, 2003); *Biodiversidade na Amazônia brasileira* (Capobianco *et. alli*, 2004); *Terras indígenas e unidades de conservação* (Ricardo, 2004); *Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural* (Santilli, 2005); *Seria melhor*

mandar ladrilhar? Biodiversidade: como, para que, por quê? (Bensusan, 2003); *Quem cala consente? Subsídios para a proteção aos conhecimentos tradicionais* (Bensusan e Lima, 2003).

Obviamente, tal exercício analítico poderia incluir várias outras entidades e ONGs, sendo que viriam a calhar esquemas classificatórios como os já mencionados "socioambientalistas-ambientalistas"; "cientistas sociais-cientistas naturais"; "ecocêntricos-antropocêntricos"; "preservacionistas-conservacionistas". Depois de uma análise comparativa semelhante à sugerida para instituições como o NUPAUB e o CBBC, teríamos uma bela radiografia do universo de ONGs que patrocinam pesquisas sobre nosso "tema quente". Porém, visto que muitos de seus integrantes são também pesquisadores renomados, um diferencial metodológico em relação aos demais exemplos seria realizar entrevistas com alguns deles (fossem elas abertas, semi-estruturadas ou fechadas). Assim, com base neste material, seria possível enquadrar, nas categorias classificatórias acima, também os próprios cientistas.

Por fim, uma última alternativa seria escolher um número restrito de personagens emblemáticos relacionados à pesquisa sobre populações locais e áreas protegidas selecionando aqueles que se enquadrariam nos dois perfis mencionados por um zoólogo que entrevistei. Este, ao admitir que "nós somos muito visados, são poucos os que ficam na linha de frente, que se mostram", completou alegando que, "**de um lado**, fica o pessoal defendendo as populações tradicionais, **do outro**, o pessoal que quer proteger os animais". Visto que pesquisadores da "linha de frente" têm mantido diálogos marcados pelo feroz confronto de idéias, uma opção seria analisar minuciosamente suas publicações visando qualificar controvérsias que eles estariam debatendo ou, ainda, revelar diferentes "percepções" sobre questões pré-determinadas. Mas também poderíamos tentar literalmente "ir atrás" dos cientistas, tentando manter, por um período, contato permanente com alguns deles (neste caso, seria prudente trabalhar com número reduzido de pessoas) de modo a conseguir fazer longas e repetidas entrevistas.

Como resultado, se seguíssemos por esse caminho, seria possível então identificar aqueles autores que estariam em "lados opostos" e, personificando o ambiente dividido do debate sobre nosso "tema quente", colocar, por exemplo: Antônio Carlos Diegues como representante de "um lado" e Miguel Milano de "outro lado", o mesmo valendo para autores como Juliana Santilli e Marc Dourojeanni; Rinaldo Arruda e Fábio Olmos; Virgílio Viana e Carlos Peres entre vários outros. Obviamente, também aqui categorias classificatórias previamente selecionadas nos serviriam para auxiliar o enquadramento dos atores envolvidos[18].

Talvez as situações hipotéticas apresentadas possam parecer um tanto simplificadas ou mesmo caricaturais. Porém, pretendi com elas exemplificar como seria fácil propor explicações

[18] Todos os autores mencionados estão presentes, através de citações, nos próximos três capítulos. O leitor poderá, se assim desejar, avaliar a pertinência ou não de tais associações, porém, adianto que não segui este procedimento.

analiticamente pertinentes baseadas na hierarquização dualizada das estruturas que compõem as intersecções entre os campos científico e político. Se, como escreveu Vincenzo Lauriola (ver epígrafe), "existem vários indicadores de uma batalha política e ideológica em ato nos meios científicos e institucionais da política brasileira da conservação", pelo que vimos acima, tal batalha se cristalizaria a partir de uma rígida divisão tanto no caso da pesquisa científica produzida sobre nosso "tema quente" quanto das ações de cientistas envolvidos com esta temática fora do contexto acadêmico.

De fato, um observador atento logo perceberia inúmeros recortes próximos aos listados, o que leva novamente à pertinência de um estudo que adotasse categorias classificatórias como *ambientalismo, socioambientalismo, ecocentrismo, antropocentrismo conservacionismo, preservacionismo* como recurso destinado a identificar, caracterizar, qualificar, agrupar ou diferenciar fóruns científicos, seminários temáticos, programas de pós-graduação, instituições de pesquisa ou mesmo ONGs e cientistas que produzem, orientam, apóiam ou patrocinam investigações e publicações nessa área. Neste caso, oposições bipolares serviram como ferramentas analíticas, isto é, sistemas tipológicos previamente construídos, problematizados e fundamentados em sólida revisão bibliográfica (certamente, a pessoa teria que ler tudo o que conseguisse sobre *ambientalismo, conservacionismo, preservacionismo, socioambientalismo, ecocentrismo, antropocentrismo* de modo a explicitar os sentidos destas expressões no seu estudo). Baseando-se nestes "tipos ideais", possivelmente teríamos um rico quadro explicativo contendo as principais "posições" ou - se trabalhasse com o instrumental moscoviciano (1978) - "representações sociais" sobre a temática. E, para dar conta do perfil diversificado de fóruns, núcleos, programas, grupos, pós-graduações, entidades, pesquisadores etc., além de enquadrar aqueles mais próximos dos dois pólos escolhidos como base de referência, ainda assim seria possível situar os demais em relação a estes mesmos pólos, ou seja, em algum ponto entre eles.

Bom, mas e se por alguns instantes deixássemos de lado as rígidas divisões que parecem saltar aos olhos e centrássemos nossa atenção no funcionamento que regeria, justamente, a produção destas últimas? Seriam os caminhos sugeridos os únicos possíveis caso nos propuséssemos a observar pesquisadores envolvidos com nosso "tema quente"?

1.2 Do "campo de disputa" para a hipótese da instabilidade: a inconstância do trânsito entre distintos planos de alteridades/identidades

> Cognições individuais, atitudes proposicionais, disposições incorporadas, esquemas inconscientes, crenças cosmológicas, representações coletivas e por aí afora – estas seriam outras tantas ficções teóricas que apenas escolhi não acolher.
>
> Eduardo Viveiros de Castro (2002b, p.123)

À época da qualificação, convencido de que estar diante de um ambiente polarizado, havia optado por "mapear" as "visões" sustentadas por cientistas tratando o que dizem e fazem

em relação ao nosso "tema quente" como um "campo social" específico (Bourdieu, 1998). Construí então a seguinte hipótese-guia: a atuação de pesquisadores envolvidos com este debate teria gerado um "campo de disputas" interpretativo que, embora fragmentado e em formação, manteria "relativa autonomia" em relação aos demais campos sociais. Mesmo eventuais divisões seriam, também elas, constituidoras e constituintes de um espaço argumentativo comum, visto que representariam distintas "forças" dentro do referido "campo".

De fato, caso quisesse eleger "oposições obrigatórias", antagonismos que "unem os que se opõem, uma vez que é necessário ter um comum o admiti-las para tornar possível a oposição a seu respeito", não seria difícil identificar "antinomias *dóxicas*", para usar outro conceito adotado por Bourdieu (*op. cit.*)[19]. Entre elas, poderia citar os infindáveis e controvertidos debates sobre: presença ou não de populações locais em áreas protegidas (UCs "sem gente" x UCs "com gente"); categorias de manejo mais "eficientes" ou "adequadas" ("proteção integral" ou "uso sustentável"); se populações tradicionais ajudariam a manter a biodiversidade ou, ao contrário, favoreceriam sua diminuição; se órgãos ambientais deveriam priorizar a proteção de ecossistemas, espécies e paisagens ou a garantia de direitos, qualidade de vida e acesso à terra a grupos rurais empobrecidos atingidos por restrições ambientais; se a permanência dessas pessoas em UCs seria incompatível com suas funções e objetivos ou, inversamente, se sua presença garantiria o cumprimento destes mesmos objetivos e funções e assim por diante.

Ainda que se queira negar tais discussões, não reconhecendo sua pertinência, fato é que fazem parte dos discursos de cientistas envolvidos com nosso "tema quente". Daí a constante necessidade de se posicionar e se distinguir dos demais pares, como veremos nos capítulos dois, três e seis. Por trás de tais controvérsias estaria em jogo a busca pelo "monopólio da verdade" (ou da interpretação desta). Busca marcada por "disputas simbólicas" para definir e impor sentidos e práticas sociais legítimas sobre o que deveria ser ou vir a ser, o que seria preciso fazer ou não fazer, enfim, sobre o modo de pensar e agir. Haveria, conforme Bourdieu (1989, p.22), uma concorrência assimétrica por fixar "um conjunto de princípios de visão e divisão social", assimetria esta decorrente da habilidade dos "agentes" mobilizarem distintos "capitais simbólicos" (sobretudo, no caso, "capital científico") visando fazer valer seus pontos de vista[20]. O próprio reconhecimento de divergências entre os agentes que atuariam neste "campo de disputas" alimentaria seus esforços intelectuais no sentido de monopolizar tais pontos de vista. Procedimento mais do que evidente quando vemos cientistas influenciando a

[19] *Doxa* indicaria, em um campo delimitado do saber (no caso, o campo científico), o "conjunto de pressupostos inseparavelmente cognitivos e valorativos cuja aceitação é implicada pela própria pertença" (*op. cit.*, p.85).

[20] Conforme Bourdieu (2004, p.26), "capital científico é uma espécie particular do capital simbólico (o qual, sabe-se, é sempre fundado sobre atos de conhecimento e reconhecimento) que consiste no reconhecimento (ou crédito) atribuído pelo conjunto de pares-concorrentes no interior do campo científico".

confecção de políticas públicas através de instrumentos disponíveis nos círculos científicos (publicando artigos, propondo projetos e linhas de pesquisa, organizando ou apresentando *papers* em congressos etc.), mas, também, atuando como colaboradores, assessores ou mesmo integrantes efetivos de ONGs, órgãos governamentais e representações de grupos sociais.

Já o esforço para demarcar "posições" sobre temas específicos faria com que o jogo hermenêutico valesse a pena de ser jogado também no "campo científico". Mesmo havendo discordância, sendo a linguagem adotada "adequada ao procedimento específico invocado" e "convencionalmente aceita pelas pessoas" (Austin, 1990, p.31), um reconhecimento mútuo mínimo acerca da pertinência do discurso do outro se estabeleceria. Como resultando desta adequação-admissão, argumentações e contra-argumentações passariam a ser partilhadas por cientistas interessados, originando controvérsias como as citadas no início. Neste caso, caberia a mim o trabalho de descrever o *modus operandi* baseado em conhecimentos adquiridos-incorporados ("*habitus*") que tenderia a direcionar ações e percepções dos agentes, bem como explicitar regras tácitas ("*nomos*") seguidas pelos que desejam ser ouvidos como debatedores legítimos[21] (Bourdieu, 1998). Outro objetivo a ser perseguido seria o de identificar o "sentido do jogo científico que faz com que se faça o que é preciso fazer no momento próprio, sem ter havido necessidade de tematizar o que havia que fazer, e menos ainda a regra que permite gerar a conduta adequada" (Bourdieu, 1989, p.23). Além disso, a hipótese do "campo de disputas" permitiria incorporar a idéia de que, também no caso da pesquisa científica, haveria "pólos" ou "idéias-força" bem demarcados, o que me levaria, além de "mapear o campo", a construir um "quadro de análise" com vistas a delimitar "paradigmas", "correntes", "visões" (hegemônicos e contra-hegemônicos) cujos defensores se empenhariam em monopolizar a produção de sentidos sobre a relação entre populações locais e áreas protegidas.

Um estudo que utilizou tal referencial teórico foi proposto por Sant'Anna (2003a) visando demarcar e caracterizar "posições" sustentadas, de um lado, por "socioambientalistas" e, de outro, por "conservacionistas" durante o debate que levou à aprovação da lei do SNUC. De fato, ambos os termos representam "tipos ideais" bem conhecidos por expressivo número de pesquisadores, sendo que, como entre estes é senso-comum a idéia de "dois lados" a se antagonizar, eles funcionam como categorias relativamente naturalizadas. Como conseqüência, tais expressões (mas bem poderiam ser outras, como "ecocêntricos" e "antropocêntricos") poderiam servir, também no meu caso, para demarcar tal divisão adotando-as para indicar uma oposição prévia por onde gravitariam as demais "posições".

[21] Para os não familiarizados com o universo bourdiniano, muito simplificadamente, *nomos* indicaria regras que tenderiam a orientar o debate, o conflito e as lutas dentro de determinado campo social. Como conseqüência, os agentes, sob pena de não serem levados a sério pelos demais, se movimentariam segundo tais regras. Já o conceito de *habitus* se refere a "modos de pensar, de agir e de classificar o mundo" específicos (Bourdieu, 1998, p.82).

Se partisse da premissa de que seria possível identificar pesquisadores vinculados ao "paradigma socioambientalista" e outros mais próximos da "vertente conservacionista", poderia estender o que propôs Sant'Anna (2003a, p.63) para as disputas entre estas duas "correntes" durante a elaboração do SNUC: "entender as disputas entre conservacionistas e socioambientalistas como parte de uma luta simbólica pelo direito de estabelecer uma forma de percepção do mundo, a partir de diferentes representações e interpretações que fazem dos espaços naturais e do meio ambiente". Tal como a referida autora, me apoiaria no referencial bourdiano para sugerir a tese de que pesquisadores disputariam, "antes de tudo, o poder de impor suas formas de classificação e percepção do mundo natural", estando "a origem das dificuldades encontradas pelos debatedores em chegar a um consenso mínimo (...) relacionada com esta disputa entre diferentes visões de mundo" (Sant'Anna, 2003a, p.62 e 64). Embora sendo um campo fragmentado e em formação, as próprias controvérsias existentes poderiam ser vistas como objetivação destas distintas "visões de mundo".

Como havia dito, no início da pesquisa adotei a hipótese citada como referência norteadora, pois a idéia de um "campo de disputas" mais ou menos circunscrito fazia muito sentido quando olhava para o ambiente polarizado que marca o debate sobre nosso "tema quente". Porém, sem deixar de reconhecer a existência de antagonismos (sobretudo, porque nativos os reconhecem) e apesar da extrema pertinência de uma abordagem como a adotada por Sant'Anna, optei por seguir outro caminho. Ainda que hoje tenha ciência de que ter vivenciado tal reestruturação constitui parte da própria pesquisa - afinal, como observou Marília Amorim (2004, p.47), se referindo ao trabalho do pesquisador, "somos como o marinheiro obrigado a consertar seu barco em pleno mar, sem poder decompô-lo num canteiro de obras" -, esta não foi, de forma alguma, uma decisão fácil. Para se ter uma idéia, das cerca de 130 páginas escritas para minha qualificação, creio que incorporei à versão final alguns poucos parágrafos; aliás, todos contidos (ainda que alterados para outros fins) neste tópico. Como resultado, o próprio capítulo um, que aqui apresento, apesar de começar a ser escrito concomitantemente com os capítulos dois, três e quatro, foi repensado, reelaborado e reescrito após estes últimos.

Todavia, não estou com isso negando as possibilidades heurísticas de se pensar um "campo de disputas" onde "agentes" estariam (conscientemente ou não) lutando pelo "monopólio da verdade" sobre a temática das populações locais e áreas protegidas. Ocorre que, em determinado momento, ficava difícil supor, com Bourdieu (2004, p.20), a existência de dois pólos com um "universo intermediário que chamo [de] 'campo' (...) no qual estão inseridos os agentes e instituições" quando o que seria externo e interno a este último parecia se confundir a todo instante. E aqui poderia citar o próprio Bourdieu para reforçar meu argumento, pois um sinal da fragilidade estrutural deste "campo social" é que, quando se deseja falar sobre áreas

protegidas e populações locais, mesmo que restrito ao campo científico, há extenso número "de pessoas pouco competentes, do ponto de vista de normas específicas, [intervindo] em nome de princípios heterônomos sem serem imediatamente desqualificadas"[22] (Bourdieu, 2004, p.22). Assim, além de oposições e esquemas polares não garantirem que se possa inserir neles todos estes "agentes e instituições", como pensar em uma suposta "autonomia do campo"?

O mesmo ocorre com os diferentes "capitais sociais" e "simbólicos" mobilizados. Se tais "capitais" "consistem no reconhecimento (ou no crédito) atribuído pelo conjunto de pares-concorrentes no interior do campo científico" (Bourdieu, 2004, p.26), a admissão de eventuais "competências" dependerá, no presente caso, muito da área de atuação de cada pesquisador e, igualmente, do contexto em que são acionadas. Assim, a autoridade que antropólogos e etnólogos detêm para falar sobre "interações biocenóticas" ou "zonas de endemismo"[23] tende a ser menor do que a de biólogos e ecólogos; por outro lado, estes últimos tendem a ter menor legitimidade ao se pronunciar sobre implicações do uso analítico ou político da categoria "população tradicional" ou sobre "cosmologia ecológica *Yanomami*". Deste modo, cientistas que circulam por disciplinas tangenciais as suas respectivas áreas - ou que delas tenham visão panorâmica - estão a todo o momento se arriscando "a estar defasados, deslocados, mal colocados, na contramão, com todas as conseqüências que se possa imaginar" (Bourdieu, 2004, p.29). Se "capitais antropológicos" ou "capitais sociológicos", por exemplo, costumam não ser moeda corrente no âmbito da biologia e da ecologia, o mesmo vale para a situação inversa.

Pude notar bem este aspecto quando integrei a equipe de uma pesquisa multidisciplinar coordenada pela antropóloga Maria José Carneiro[24]. Além de cientistas sociais, economistas, agrônomo e geógrafa, integrava o grupo uma botânica do Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro, única representante das áreas biológicas. Numa de nossas reuniões, quando minha colega falava sobre áreas prioritárias para a conservação, questionei-a sobre a cientificidade dos parâmetros adotados para definir tais áreas na Amazônia. Ela então passou a discorrer sobre a teoria dos "refúgios do pleistoceno" e acentuar sua importância no processo de identificação. Ao final de sua argumentação todos na sala ficaram plenamente satisfeitos com suas explicações. Porém, como veremos, além desta teoria nunca ter sido unanimidade entre especialistas, passou a sofrer fortes críticas no final dos anos 1980, estando hoje em relativo desuso. Quer dizer, se na situação específica deste grupo de pesquisa (composto na sua

[22] Abordarei mais amiúde esta característica no capítulo três.
[23] Mais adiante apresento uma definição, respectivamente, para esta teoria e este conceito.
[24] Este estudo visava "analisar a maneira pela qual a validação empírica dos conhecimentos científicos disponíveis é validada e levada em conta na intervenção pública em relação à agricultura/ conservação da biodiversidade" (retirado de meu currículo *lattes* em dezembro de 2007, ver http://lattes.cnpq.br/).

maioria de cientistas sociais) esta botânica conseguiu "monopolizar seu ponto de vista" em detrimento de minhas críticas, em outro contexto talvez isso não fosse tão fácil de ser obtido.

Se considerarmos a multidisciplinaridade e a quantidade de disciplinas e subdisciplinas envolvidas, seria delicado falar em "acumulação de capital simbólico", já que tal acumulação ficaria comprometida devido à diversidade de "conhecimentos adquiridos e incorporados" (*habitus*) a ser mobilizados. Como conseqüência, dependendo dos sujeitos envolvidos, a força, validade e eficácia dos diferentes "capitais" (no sentido de poder de monopolizar "efeitos de verdade") tenderia a se dissipar ou se restringir a contextos particulares. Como tentarei mostrar, parte das controvérsias entre cientistas se dá porque, por vezes, não há um *nomos* (Bourdieu, 1998, p.82) solidamente constituído, ou seja, uma adequação convencional mínima que permita "encerrar os agentes nas suas próprias paradas de jogo". Com isso, o trabalho de "mobilização de um coletivo em torno de interrogações relativamente elaboradas" (Bourdieu, 2004, p.18) fica dificultado, pois, em certas situações, não se efetiva uma base mínima para que trocas (que podem ocorrer através do confronto de idéias, visões e argumentos) de significados aconteçam.

Outra limitação diz respeito ao fato de que o conceito de "campo social" e o instrumental metodológico a ele associado me deixava pouco a vontade para lidar com a dimensão temporal envolvida, visto que não me permitia visualizar com maior nitidez o movimento e as escolhas circunstanciais dos atores quando estes interagiam entre si (sobretudo através de suas respectivas publicações). Fui percebendo que se optasse por "mapear o campo" para, com isso, caracterizar "visões", "perspectivas", "paradigmas" etc., isso implicaria passar por cima de interações extremamente dinâmicas. Mais do que isso, significaria negligenciar um aspecto que foi, cada vez mais, ficando evidente durante a pesquisa: a relativa inconstância e instabilidade que comecei a notar nos tensionamentos estabelecidos entre pesquisadores.

Não que seus "pontos de vista" sejam ambíguos, incoerentes ou que não saibam a "posição" que ocupam, muito pelo contrário, como veremos. Ocorre que, sendo maleáveis, abertos e flexíveis, distintos pontos de vista podem ser expressos por um mesmo pesquisador, o qual, além disso, poderá ocupar diferentes "posições" conforme a cena discursiva em que estará atuando. Assim, se "é a estrutura das relações objetivas entre os agentes que determina o que eles podem ou não podem fazer" e, se "é a posição que eles ocupam nessa estrutura que determina ou orienta (...) suas tomadas de decisão" (Bourdieu, 2004, p.23), no caso dos sujeitos da pesquisa, espero mostrar que estes se orientam a partir de múltiplas "estruturas de relações objetivas"; além disso, suas "tomadas de decisão" variam conforme a escolha da "posição" a ser adotada diante dos diversos arranjos conjunturais transversais a estas mesmas estruturas.

Tal percepção me levou, como Eduardo Viveiros de Castro (ver epígrafe deste tópico), a fazer algumas escolhas. Como não queria permanecer em cima da montanha interpretando

um vasto horizonte circundante, mas, ao contrário, descer até o vale e me misturar com as gentes de lá, terminei por abandonar a idéia de "campo" e todo o arsenal metodológico associado. Como conseqüência, entre outras opções: a) não fiz uso de modelos analíticos prévios ou enquadramentos teóricos retirados da literatura especializada (tais modelos e enquadramentos só adquiriram importância quando acionados pelos próprios sujeitos da pesquisa); b) não me preocupei em mapear as arenas públicas por onde estes circulam nem revelar diferentes "capitais sociais" de que dispõem para fazer valer seus pontos de vista; c) por fim, tampouco busquei caracterizar as principais "forças" constituidoras e constituintes de um "campo de lutas simbólicas". Ao contrário destes procedimentos, passei a observar, a partir da identificação de diferentes situações contextuais e ambientes enunciativos, **o modo como pesquisadores circulam, se encontram e desencontram**. Opção esta que, como perceberam Gláucia da Silva e Maria José Carneiro durante defesa da tese, me levou ao "objeto de pesquisa": a dinâmica confrontacional (e, por vezes, provocativa) que marca as inúmeras controvérsias e diálogos mantidos por pesquisadores sobre a relação entre áreas protegidas e populações locais. Assim, ao invés de fixar "posições" e indexar "pontos de vista", me interessei em descrever o funcionamento destas mesmas controvérsias e diálogos.

Como tentarei mostrar, não é que oposições do tipo "preservacionistas versus conservacionistas", "socioambientalistas versus ambientalistas" perderam sentido ou potencial heurístico. E é claro que estas e outras noções e conceitos continuam servindo para identificar antagonismos em um universo social marcado pelo confronto de argumentos. Porém, o uso amplamente disseminado entre cientistas e não cientistas de esquemas dicotômicos, por mais que ajude a entender o debate sobre nosso "tema quente", paradoxalmente, contribui para cristalizar, naturalizar, reificar e congelar, no tempo e no espaço dos discursos e das ações, noções e oposições que precisaram ser historicamente construídas e que continuam, portanto, sendo ressignificadas. Como percebeu Goldman (2006, p.167) sobre o *modus operandi* de muitos antropólogos, há entre estes "uma tendência a subordinar as práticas e idéias muito concretas com que se defrontam no campo a princípios gerais que supostamente serviriam para dar conta do que é observado", procedimento este do qual tentei me abster de seguir.

E aqui outra vez me valho do próprio Bourdieu (1997, p.11) para reforçar meu ponto de vista. Mesmo quando estudamos "lugares difíceis de descrever e pensar" (e o discurso científico, além de hermético, ocupa "lugar" privilegiado nas sociedades ocidentais justamente por estar, ao mesmo tempo, em todo lugar e em lugar nenhum) onde a *doxa* dicotômica tende a se sobrepor, ainda assim podemos nos esforçar em

> substituir as imagens simplistas e unilaterais (...) por uma representação complexa e múltipla, fundada na expressão das mesmas realidades em discursos diferentes, às vezes irreconciliáveis; abandonar o ponto de

> vista único, central e dominante, em suma, quase divino em proveito da pluralidade de suas perspectivas correspondentes à pluralidade dos pontos de vista coexistentes e às vezes diretamente concorrentes.

Num dado momento, percebi que seguir com esquemas analíticos prévios implicaria elevar, a partir de um "agenciamento maquínico", o que é múltiplo ao "estado de substantivo" (Deleuze e Guattari, 2000). Do mesmo modo, se adotasse, como "tipos ideais" ou ferramentas analíticas, categorias como "conservacionistas", "preservacionistas", "socioambientalistas", "ecocêntricos", "sustentabilistas" etc., sem dúvida teria ao final uma bela sistematização, ainda que panorâmica, das "posições" dominantes e dominadas e "visões" hegemônicas e subordinadas que orientariam a atuação de cientistas no cenário político-científico que marca a temática das populações locais e áreas protegidas.

Ocorre que, por mais que tais classificações (e oposições que às acompanham) façam parte do discurso nativo (ou seja, constituem "categorias nativas"), perderia com isso a possibilidade de acessar a riqueza das interações, a superposição de perspectivas, a pluralidade de idéias, suas aparentes contradições, mas, sobretudo, o movimento transversal (por dentro e para fora) que se dá por entre "estruturas objetivas" que, paradoxalmente, "unem os que se opõem", como bem percebeu Bourdieu (1998). Além disso, ao relacionar logicamente tais expressões, estas funcionariam como meras "unidades de medida" - para citar novamente Deleuze e Guattari (2000) - adotadas para reduzir um fluxo inquantificável de afetos, eventos, desejos e sujeitos à dinâmica estática de um reservatório fechado de "vertentes", "forças", "correntes", "ideologias" e assim por diante. E aqui acompanho Deleuze quando este sugere:

> diante de ou em uma oposição, devemos perguntar o que tal situação supõe. Ela supõe um formigamento de diferenças, um pluralismo de diferenças livres, selvagens ou não domadas, um espaço e um tempo propriamente diferenciais, originais, que persistem por meio de simplificações do limite ou da oposição (...). As oposições são grosseiramente talhadas num meio refinado de perspectivas sobrepostas, de distâncias, de divergências e de disparidades comunicantes, de potenciais e de intensidades heterogêneas; não se trata, primeiramente, de resolver tensões no idêntico, mas de distribuir disparates numa multiplicidade (...). Pode haver choques, mas estes choques têm, necessariamente, valor de limitação e de igualização, e não de neutralização nem de oposição (Deleuze, 2006, p.86).

Seguindo conselho de um historiador entrevistado (disse ele: "é preciso girar um pouco mais dentro da perspectiva que você tem hoje e não ficar preso dentro das rotulações"), fui atrás daquilo que os tipos ideais oferecidos pareciam não contemplar (devido ao alcance analítico restrito ou a capacidade contrastiva limitada), mas, também, daquilo que ajudariam a ofuscar ou subsumir (visto que seu uso implica algum tipo de generalização e redução). O que não significa negar as grandes oposições ou a existência de "lados" bem definidos. Afinal, se as divisões estão aí - tanto no centro, periferia ou fora das estruturas acadêmicas – para quem quiser identificá-las, e se profissionais de distintas áreas da ciência fazem uso recorrente de esquemas classificatórios para se referir às cisões existentes, como negar este fato? Porém, como diz o título do tópico anterior, este será "um ponto de partida" e não de chegada para

observar a multiplicidade que emerge quando diferentes pontos de vista (que podem ser expressos por uma mesma pessoa em circunstâncias singulares) se encontram e desencontram.

Portanto, a visível polarização entre "visões" distintas constitui uma premissa da pesquisa, ou seja, não considerarei a existência de um "campo de lutas" como hipótese a ser testada, mas como constatação que me permitiu, além de começar a fazer outro tipo de perguntas, mudar a maneira de olhar o modo como interagem os sujeitos da pesquisa. Se aceitasse a idéia de que duas "idéias-força", "posturas" ou "éticas" tenderiam a "monopolizar percepções e práticas" sociais, o que esta forma dual de perceber a realidade estaria invizibilizando? O que encontraria caso olhasse para além das grandes classificações, enquadramentos e divisões que cientistas vêm adotando para se referir tanto ao debate sobre populações locais e áreas protegidas como aos seus próprios pares? Se estamos diante de um debate com posições bem demarcadas, por que, como veremos no segundo capítulo, há extenso número de categorias e esquemas dicotômicos diferentes sendo adotados por pesquisadores?

Dito isso, sustentarei a tese de que a rigidez de posicionamentos polarizados que se consolidou no Brasil entre meados da década de 1990 e começo dos anos 2000 contribuiu para ocultar toda uma complexidade discursiva segmentada e que não se resume a uma ou outra "perspectiva", aquela ou esta "vertente", este ou aquele "paradigma". Se não há como negar a existência de "lados", no mínimo, eles são múltiplos, temporalmente datados e referidos a contextos específicos. Se assim for, para não correr o risco da simplificação, seria preciso pensar em "campos multidimensionais", pois não bastaria tratar os sujeitos da pesquisa como estando interconectados, mas, sim, atuando e transitando por diferentes planos onde antagonismos se expressariam de modos qualitativamente distintos.

E aqui chego à segunda hipótese de pesquisa: ao contrário do que sugerem as oposições automáticas e generalizantes hoje disponíveis, tanto disputas interpretativas como a atuação de cientistas que circulam entre a esfera científica e demais espaços públicos seriam marcados por uma instabilidade estrutural ligada a planos de alteridade-afinidade diferenciados. Situação que levaria a uma relativa inconstância e fluidez quando da exteriorização de visões e posições. Ambos dependeriam do contexto enunciativo no qual seus autores estão inseridos, do que estaria em jogo no instante em que são externados e das pessoas com quem se deseja debater. Para além das "estruturas objetivas" condicionantes, seria preciso considerar aspectos circunstanciais (quem fala, onde fala e para quem fala), mas, também, desdobramentos provocados pela desconstrução-reconstrução de tais estruturas no decorrer do tempo.

Neste caso, interações discursivas seriam marcadas não só por antagonismos, mas por permanentes desencaixes e desencontros compreensivos relacionados a premissas anteriores que, naquele momento, não estariam sendo explicitadas ou não estariam disponíveis ao outro

devido à relação de alteridade envolvida. Mais do que idéias que se opõem, elas também se expressariam a partir de fundamentos e premissas não-intercambiáveis as quais, por sua vez, provocariam desentendimentos devido à falta do que Goffman (1985) chamou de "consenso operacional"[25]. Afinal, ter argumentos distintos sobre uma mesma questão não quer dizer que sejam necessariamente excludentes, isto é, a existência de mais de um ponto de vista sobre um mesmo tema, fato ou pessoa não significa que sejam antagônicos ou se oponham. Ainda que configurem visões concorrentes que buscam se legitimar como verdadeiras ou, nos casos mais modestos, como visões que possam ser levadas a sério (o que não muda seu efeito final) seja no campo político seja no campo científico, tal "concorrência" não se daria só num mesmo "campo" onde regras tácitas seriam reconhecidas e compartilhadas, mas a partir de planos referenciais paralelos atravessadas por um emaranhado de "linhas de fuga" (Deleuze e Guattari, 2000) que, por sua vez, se conectam e desconectam permanentemente.

Como tentarei mostrar no item 2.8 (coração ou espécie de ponto nodal da tese), se há uma tendência docotomizante a orientar interpretações e posições tomadas por pesquisadores (uma dinâmica parecida com algo como "ou isto ou aquilo"), há também por trás deste procedimento o que Goldman (2006) identificou entre blocos afro de Ilhéus como "princípio de segmentação no que diz respeito às relações entre os diferentes grupos". E aqui acompanho o autor quando define "segmentação como fenômeno universal", ou seja, que está presente em qualquer processo social que envolva relação entre grupos distintos (e, como para haver alteridade, bastam "eu e você", daí seu caráter universal). Seja qual for o modo que adotamos para substantivar diferenças entre pesquisadores (nomeando-as "correntes", "segmentos", "paradigmas", "visões", "perspectivas", "grupos", "blocos", "facções", "atores" etc.), como há uma competição constante entre eles, parafraseando Goldman (2006, p.146), os princípios de divisão parecem muito mais ativos do que os de reunião (o que reforça a visualização e a própria idéia de que estaríamos diante de "lados" rígidos). Só que o que muitas vezes não é dito é que uniões (ainda que pragmáticas) também acontecem e se manifestam de várias formas. E serão justamente estas maneiras de ativar fissões e cisões ou, ao contrário, fusões e alianças (as quais podem não ser definitivas, mas reversíveis) que estarei interessado em descrever.

1.3 Peculiaridades do trabalho no *campo e inconveniências metodológicas*

Antes de conquistar, é preciso se informar.

Cortez em relatório enviado a Carlos V[26].

Talvez alguns leitores já tenham notado que, por vezes, menciono à palavra "nativo", corriqueira na antropologia. Mas o uso desta expressão tem também relação direta com o que

[25] Segundo o autor, este último refere-se a "um acordo quanto à conveniência de se evitar um conflito aberto de definições da situação" (Goffman, 1985, p.18).
[26] Extraído de "A conquista da América: a questão do outro", de Todorov (1993).

se passou durante trabalho *no* campo. Ao menos duas antropólogas, quando dos primeiros contatos para a realização das entrevistas, fizeram comentários (sem que tivesse citado o termo) no sentido de se verem, elas próprias, como nativas. Ao conversar rapidamente com uma delas durante seminário sobre áreas protegidas, após explicar-lhe que iria realizar um estudo sobre cientistas envolvidos com essa questão, ela respondeu: "ah! Mas então sou uma das suas nativas? Você vai querer me entrevistar, é isso?". Porém, algo parecido ocorreu com cientistas naturais. No início da entrevista com uma bióloga, ao lhe falar sobre o motivo de tê-la procurado, minha interlocutora interrompeu dizendo: "então, de certa forma, sou seu objeto de pesquisa". Quer dizer, tanto se vendo como "objeto" como se identificando como "nativo", ambas perceberam o status que lhes havia sido e continuaria sendo por mim imputado a elas.

Sobretudo no início e no final das entrevistas, ocorreram várias antecipações como estas, a começar pelas constantes explicações, perguntas, conselhos e críticas que muitos pesquisadores, respectivamente, pediam, faziam, me davam e expressavam sobre a pesquisa. Ao almoçar com um limnólogo antes da entrevista, por exemplo, este último, além de querer saber mais sobre detalhes metodológicos, logo indagou sobre o motivo de querer entrevistá-lo e quais os "critérios" que usei para selecionar as pessoas. A certa altura, me argüiu de modo semelhante a uma antropóloga com quem falei, como veremos a seguir: "mas, me conta, quais são suas perguntas? O que tu pretende demonstrar com sua pesquisa?". Vários entrevistados também quiseram saber quem já havia entrevistado e quem pretendia entrevistar (o que nunca me furtei a dizer prontamente, ainda que mencionasse apenas aqueles que me vinham à memória). Já outros fizeram questão de recomendar colegas que, segundo eles, poderiam ser interessantes para a pesquisa, sendo que um engenheiro florestal em particular, além de indicar vários colegas, fez questão de recomendar um que, segundo ele, eu "deveria obrigatoriamente entrevistar" sob pena de "furar radicalmente" a pesquisa caso não o fizesse.

Depois de ter entrevistado um antropólogo, já tomando chá na cozinha de sua casa, este demonstrou preocupação com aspectos éticos de se lidar com entrevistas gravadas. Queria saber, por exemplo, como trabalharia com este material e, também, como faria no caso de avaliações feitas por entrevistados sobre outras pessoas[27]. Aliás, em dado momento meu interlocutor, ao falar sobre como via esta questão no caso dos grupos sociais com quem já trabalhara, acabou, sem ter esta intenção, me sugerindo um procedimento metodológico que, em parte, incorporei à pesquisa: reenviar as transcrições das entrevistas aos próprios entrevistados para que, caso desejassem, cortassem ou alterassem seu conteúdo.

[27] Não foi o caso deste entrevistado, mas pelo menos dois outros (um limnologista e um paleontólogo) expressaram nítido mal estar em criticar diretamente (nomeando-os) seus pares. Mesmo quando discordavam amplamente, faziam referências genéricas de modo a não dar pistas sobre quem estavam falando.

Mas alguns também se sentiram incomodados com o fato de serem "pesquisados". Duas antropólogas, quando convidadas a participar da pesquisa, expressaram certa relutância e desconforto em consentir ser entrevistadas e só concordaram algum tempo depois, quando refiz novamente o convite. Além disso, em pelo menos três ocasiões fui submetido a um verdadeiro interrogatório preliminar antes de iniciar propriamente a entrevista, sendo que foi comum entrevistados fazerem perguntas semelhantes como, por exemplo: "quem eu era?", "onde estava?" e "qual minha posição?" no debate que justamente pretendia discutir com eles.

De toda forma, neste caso específico, creio que vivi situação semelhante à experienciada por Guilherme Sá (2006, p.35). Também no meu caso "desconfiança e curiosidade sobre meu trabalho foi a tônica", sobretudo, nos momentos em que justificava ou tentava explicar o que pretendia fazer. Mas, se, por vezes, como para Guilherme Sá (2006, p.38), "'ser' algo ou alguém identificável e inteligível" era uma questão importante, em outros, entrevistados se mostraram indiferentes em relação a isso. Houve também aqueles que, ao escutarem minha habitual preleção sobre a pesquisa, acharam a idéia tão interessante que foram logo fazendo questão de se definirem enquanto pesquisadores, mas, igualmente, esclarecendo suas "visões" sobre nosso "tema quente". Além disso, muitas pessoas se mostraram interessadas em assistir a defesa da tese e fizeram questão que lhes informasse a data em que seria realizada (e, de fato, duas entrevistadas se fizeram presentes). Já outras pessoas ficaram curiosas com o resultado final do trabalho, sendo que muitas solicitaram que lhes enviasse cópia eletrônica da tese após ter sido finalizada.

Até aqui não há muito de novo, pois empatias e antipatias, interesses e desinteresses, curiosidades e desconfianças são comuns em situações envolvendo um pesquisador e outros sujeitos sociais. Mas, pensando em retrospectiva, ficou claro ao final das entrevistas que havia algo distinto do que já tinha feito como cientista social. Como indaga Vagner Gonçalves da Silva (2006, p.14) - que foi observar antropólogos que, como ele, estudaram religiões afro-brasileiras –, o que ocorre quando "o pesquisador autor ou 'tradutor' escreve sobre e para a cultura da qual ambos, pesquisador e pesquisado, fazem parte e, muitas vezes, esse último, passando do papel de 'personagem' para o de leitor, pode discutir as representações que os pesquisadores fazem dele?" [28]. Vejamos alguns aspectos desta minha condição *sui generis*.

Nos últimos dois anos apresentei trabalho em quatro fóruns acadêmicos (SBS, SAPIS¸ ANPOCS e Rede de Estudos Rurais). Em todas essas ocasiões, pessoas entrevistadas estavam

[28] Aqui identifico um componente diferente do estudo feito por Gonçalves da Silva. Se, para este, as pessoas que entrevistou eram antropólogos envolvidos com um mesmo tema, ao contrário, o universo de pesquisadores que entrevistei atuam em diversas áreas do conhecimento, com interesses de pesquisa, embora ligados à questão das áreas protegidas e populações locais, muito distintos. Além disso, diferentemente de Gonçalves da Silva, há, entre muitos cientistas com quem conversei, um ambiente assumidamente tenso e marcado por forte alteridade.

presentes às minhas apresentações, as quais, com exceção do 2º encontro da Rede de Estudos Rurais, versavam diretamente sobre a pesquisa que vinha fazendo. No congresso da SBS de 2007, por exemplo, uma antropóloga, ao argüir às pessoas que tinham apresentado trabalho naquela seção, disse que não me faria perguntas porque "sou uma das nativas dele". Da mesma forma, ao apresentar *paper* em seminário temático no 31º congresso da Anpocs, havia duas antropólogas e um geógrafo entrevistado assistindo às apresentações. Após minha exposição uma delas demonstrou publicamente inquietude em saber o que faria com o que havia me dito na sua entrevista. Disse ela, em tom cordial e brincalhão: "enquanto escutava sua apresentação, ficava pensando com meus botões sobre o que falei, que palavras usei, se disse isso ou aquilo durante nossa conversa". Além disso, questionou-me enfaticamente sobre como lidaria, em termos metodológicos, com este tipo de procedimento (entrevistas), sugerindo inclusive, no intervalo, um texto que poderia me auxiliar nessa questão (e que, de fato, me ajudou). Episódios semelhantes ocorreram durante o III Sapis, quando quatro entrevistados estiveram presentes (um historiador, uma psicóloga e dois antropólogos); e, provavelmente, ocorrerão no futuro, como no caso do *paper* que pretendia apresentar na Reunião da ABA de 2008, pois, se acaso meu artigo fosse selecionado (o que não ocorreu), pela relação de trabalhos apresentados no GT para o qual enviei resumo, neste estariam presentes oito entrevistados (sendo dois deles os próprios coordenadores), sem contar aqueles que apenas assistiram às apresentações.

Eventos como estes ilustram um aspecto da pesquisa ressaltado por Gonçalves da Silva: a relativa proximidade entre aquele que seria, teoricamente, o observador e aqueles que seriam, supostamente, observados, afinal, independente da área de atuação, todos somos pesquisadores e, portanto, gostamos de uma boa observação sistemática. De fato, em geral, o ofício do cientista, seja ele biólogo, antropólogo, geógrafo, historiador, agrônomo, implica estar explicitamente atento ao universo (cultural, biológico, territorial, temporal, agrário) que pretende estudar, ou seja, há, por trás de seu trabalho, esta intenção declarada. Não que não ocorra em outras atividades. Acontece que, como circulamos e compartilhamos um mesmo universo social ao qual chamamos genericamente de "acadêmico", isto subentende uma relativa proximidade (maior ou menor, de acordo com o entrevistado) entre pesquisador e pesquisadores pesquisados.

Aliás, como no caso dos comentários da antropóloga que me indicou uma bibliografia para a tese, outra frase que sintetiza esta proximidade de ofício me foi dita por uma botânica, a qual não entrevistei devido ao fato dela ter, quando a convidei, se recusado a ser entrevistada por confessar se sentir desconfortável com a situação. Durante seminário ocorrido em 2008 no Rio de Janeiro sobre "Política baseada em evidência nas políticas ambientais e agrícolas", após assistir sua palestra, já no intervalo do encontro, minha colega, ao cruzar comigo, comentou,

curiosa com o que havia então apontado em meu caderno de notas: "enquanto falava, fiquei ali e cima **observando** você escrevendo e escrevendo... e ficava pensando: o que será que ele tanto escreve, escreve e escreve...?".

Como se pode notar, a alteridade envolvida nem de longe lembra a distância pré-existente entre um etnógrafo recém-chegado (e desconhecido) *no* campo e grupos indígenas recém-contatados que vivem no interior da floresta amazônica (a começar pela língua)[29]. Mas não precisamos ir tão longe, visto que, em termos relativos, tal alteridade inicial tende a ser mais pronunciada entre antropólogos que se dedicam a estudar grupos sociais urbanos fisicamente bem próximos, mas, socialmente, deles muito distantes, tais como, por exemplo: camelôs, travestis, moradores de rua, catadores de lixo etc. É fácil perceber isso quando penso que, no futuro, provavelmente (e espero sinceramente que assim seja) alguns entrevistados lerão o que agora escrevo. Ora, seria difícil isso ocorrer com o referido etnógrafo (e, se não impossível, no mínimo surpreendente no caso de um primatólogo). Já no caso dos grupos sociais mencionados, se alguns deles têm todas as condições de ler a tese e dela divergir, pelo fato de circularem por outros espaços sociais, suas eventuais críticas e observações tendem a não ter, no espaço onde eu próprio busco legitmar-me profissionalmente, a mesma força simbólica que possuem meus colegas pesquisadores.

De fato, como meus interlocutores dominam relativamente bem a linguagem, o vocabulário e o *modus operandi* mais geral que tende a nortear o *ethos* acadêmico (que inclui, aliás, certas regras de etiqueta que devem ser observadas caso queiram ser levados a sério), seria delicado sustentar que eles se encaixariam nas ditas "classes subalternas". Além disso, na relação que estabelecemos não havia o problema da "foraclusão" descrito por Spivak, pois, no contexto da atuação destes profissionais, não lhes "falta acesso à posição de narrador"[30] (1999 *apud* Carvalho, 2002, p.2). Também não estavam presentes efeitos da "dissimetria social" (Bourdieu, 1997, p.695) que, geralmente, acompanha o trabalho de cientistas sociais, visto que não ocupava uma "posição superior ao pesquisado na hierarquia das diferentes espécies de capital".

Sem duvida, se isso ocorreu, considerando minha condição de doutorando diante de cientistas renomados e com carreiras já consolidadas, foi no sentido inverso. Em uma ocasião em especial o uso do maior "capital científico" dos entrevistados em relação à posição que ocupava ficou explícito. Refiro-me novamente ao encontro que tive com Irene, antropóloga

[29] Isso, para ficar apenas nas ciências sociais, pois, se fosse incluir aqui as áreas biológicas, a separação entre sujeito que pesquisa e objeto de pesquisa seria algo ainda mais extremo (como, por exemplo, é o caso da distância que separa um primatólogo do grupo de macacos que pretende estudar).

[30] Com a noção de "foraclusão", Gayatri Spivak, em "Can the subaltern speak?" (1988), preocupa-se em produzir uma "contra-narrativa" que discuta o lugar (ou não-lugar) de enunciação de sujeitos que estão na condição subalterna de não-representados.

citada no "Prelúdio para uma controvérsia" e que, como comentei, fez uma pequena "entrevista" comigo antes que começasse a entrevistá-la. Ao me ouvir falar sobre a pesquisa, esta intervinha com freqüência com perguntas como: "mas onde você quer chegar?"; "o que você procura encontrar?"; "essas são perguntas, mas e a sua pergunta?"; "você não falou onde você está!". Em certos momentos, chegou a desempenhar papel próximo à figura do orientador: "não, desculpa Cleyton, mas você está fazendo uma tese, quero entender até pra responder de acordo. Você tem tema, mas pra onde está dirigindo isso, está muito descritivo", sendo que, ao final da entrevista, minha interlocutora reconheceu:

> eu seria péssima pra estar na tua banca. Não gosto desse tipo de entrevista porque é muito momentâneo e o que a gente fala não é maduro o suficiente, você não me deu perguntas pra eu estar conversando. E não uso quase nunca gravador no tipo de trabalho que eu faço por causa disso, é muito perigoso *(é que você faz pesquisa em profundidade, é diferente, né? No meu caso, gravar me dá coisas, mas deixa de lado outras)* Não só isso, a gente fala coisas que são frases... Em dezembro me entrevistaram pra um livro de educação escolar de índios e a moça veio com o gravador. Fiquei em pânico, porque às vezes você fala uma coisa, como o que acabei de falar, por exemplo, é uma besteira, mas não dá pra consertar. Sei que você vai me apresentar isso, mas, particularmente, não gosto *(tudo bem, posso parar de gravar então)*.

Como percebeu DaMatta (1981), os observados observam o observador com as mesmas armas deste último. Sem dúvida, mas quem está em condição subalterna numa situação de entrevista em que o investigador pertence ao baixo-clero da confraria científica e o investigado, já estabelecido nesta última, lança mão do "poder simbólico" instituído através da "posição" que ocupa perante seu interlocutor[31]?

Como já havia adiantado na abertura da tese, se houve uma entrevista que "bagunçou" minhas idéias durante trabalho *no* campo - no sentido de me tirar do centro de modo a ver as coisas de outro modo –, foi a que fiz com esta antropóloga. Durante o restante dos cerca de 30 dias em que estive "em trânsito" entrevistando outros pesquisadores, fosse olhando a paisagem sentado na poltrona de um ônibus, recluso no quarto de hotel revendo minhas anotações, almoçando ou jantando em algum restaurante ou bar qualquer, bisbilhotando as bibliotecas e acervos dos centros de pesquisa que visitava, os breves instantes (cerca de 45 minutos) que passei com Irene vinham como *flashes* em minha memória. Seu impacto foi tanto que, logo que retornei da longa viagem que havia feito e comecei a transcrever as entrevistas, esta foi a primeira que transcrevi e em seguida enviei para minha interlocutora.

Mas, além de me afetar profundamente, o principal efeito de passar por esta experiência foi que ela me levou a modificar radicalmente a maneira como vinha pensando a pesquisa. Mais adiante fui percebendo que, no contexto que eu próprio havia gerado (colocar pesquisadores já estabelecidos nas suas respectivas áreas em situação de entrevista) e considerando o ambiente belicoso e instável que marca a temática que pretendia debater com

[31] A existência de um maior "capital científico" ficou ainda mais evidente quando, já nos despedindo, minha interlocutora me confortou dizendo: "não se preocupe, um dia alguém também vai querer entrevistar você".

eles, as observações de Irene passaram a fazer todo sentido. Como também ilustra o diálogo que com ela mantive no "Prelúdio para uma controvérsia"[32], além de concordar hoje com minha colega sobre o "perigo" (envolvendo conseqüências que fogem ao nosso controle) de um estudo em que material empírico é obtido através de um gravador, episódios como este (que se repetiram, embora com intensidade menor, em outras entrevistas) foram evidenciando a "dificuldade" de adentrar em um universo interativo marcado por "sutilezas" e pela constante necessidade de se saber "onde o outro está" e qual a "sua posição".

Situação semelhante viveu Gonçalves da Silva, que, como comentei, trabalhou com antropólogos em sua tese. Apesar de se tratar de tema e enfoque distintos, estenderia para a situação em que me meti o mesmo comentário deste último: "o projeto, entre outras coisas, previa realização de entrevistas com os antropólogos e isto poderia parecer, aos olhos dos entrevistados, uma inversão da hierarquia acadêmica, pois um pesquisador com um título de mestre pretendia analisar a pesquisa de campo de antropólogos com uma titulação acima da sua" (Gonçalves da Silva, 2006, p.30). Aliás, tal como para este último, em alguns casos, "de fato, nos diálogos realizados com os pesquisadores para realizar esta pesquisa, houve certos desconfortos presentes desde os contatos iniciais até a realização da entrevista" (*op. cit.*).

Também Guilherme Sá (aquele etnógrafo que foi estudar junto com primatólogos) se viu em circunstância parecida. Segundo conta este antropólogo, depois de algum tempo convivendo com seus colegas na estação ecológica onde realizavam suas pesquisas, seu

> projeto de pesquisa de doutorado (...) havia sido rejeitado, e, segundo informações oficiosas, sequer lido por uma das coordenadoras das pesquisas em primatologia local (...). Após um tempo residindo no alojamento junto aos cientistas, finalmente conheci pessoalmente a pesquisadora que havia se posicionado contra o meu trabalho (...). A conversa, em princípio tensa, entre um jovem antropólogo brasileiro e uma renomada primatóloga/antropóloga norte-americana logo revelou nossa distinta formação. A troca de olhares curiosos durante nossos primeiros dias de contato, mal sabia eu, traria evidências de um belo desfecho para nossa conversa, que naquele momento já estendia-se por temas variados. Em determinado momento tornou-se patente o temor sentido pela pesquisadora de que eu atrapalharia o andamento do trabalho, atormentando os que lá estavam com questionários, entrevistas e perguntas. Desfeita essa impressão equivocada acerca da metodologia adotada, fiz uma longa digressão acerca dos benefícios da observação participante e da descrição etnográfica. Porém, ao me afirmar enquanto antropólogo social, deparei-me com novo questionamento de minha colega: afinal, eu pertencia àquela linha de antropólogos pós-modernos que se notabilizaram por seus estudos sobre as ciências? (...). O temor agora tinha nome e sobrenome: seria eu um antropólogo pós-moderno construtivista? (Guilherme Sá, 2006, p.178).

Tanto o encontro que descrevi como as situações vividas por Guilherme Sá e Gonçalves da Silva indicam que, em certos casos pode haver, no mínimo, momentânea diminuição (talvez transposição) da "vantagem epistemológica" que o pesquisador possui normalmente diante do discurso nativo - como disse Viveiros de Castro (2002b, p.117), "sua sorrateira vantagem de

[32] Apenas para relembrar algumas frases de Irene já citadas no início, esta, além de indagar "onde você está?", comentou comigo adiante que havia feito tal pergunta com o intuito de saber "até onde" eu tinha "consciência da dificuldade de se posicionar nesse campo", pois precisaria "saber essas coisas pra você saber pra onde vai" e, também, para "entender as sutilezas das respostas" que iria obter.

direito". "Sorrateira" porque, conforme este último, o pesquisador "sabe demais sobre o nativo desde antes do início da partida; ele predefine e circunscreve os mundos possíveis expressos por esse outrem". Além disso, apesar de não saber seu resultado final, como notou Bourdieu (1997, p.695), na situação de entrevista "é o pesquisador que inicia o jogo e estabelece as regras do jogo, é quem, geralmente, atribui à entrevista, de maneira unilateral e sem negociação prévia, os objetivos e hábitos, às vezes mal determinados, ao menos para o pesquisado".

Não que tal "vantagem" tenha sido eliminada ou anulada, até porque muitas vezes antes das entrevistas já havia lido algo escrito pelos entrevistados (leitura que foi se acumulando). Nestes casos já fui preparado com algum "esquema conceitual", como diz Roberto Cardoso de Oliveira (2000, p.19), o qual funciona "como uma espécie de prisma por meio do qual a realidade observada sofre um processo de refração". Além disso, toda entrevista supõe algum nível de invasão do espaço alheio. Como notou certa vez o documentarista Eduardo Coutinho em entrevista para a TV Cultura/SP, há algo de antropofágico em uma entrevista, seja ela filmada ou gravada. Não se trata, portanto, apenas de uma conversa (embora também o seja), até porque esta denota uma experiência que não produz efeitos práticos facilmente percebíveis (muitas vezes, se extingue em si mesma), o que não foi o caso do material que recolhi, afinal, uma tese ou mesmo a simples transcrição de uma entrevista são efeitos bem concretos.

Voltando à assimetria que envolve a situação de entrevista, comparando o início com o final do trabalho *no* campo, nos primeiros encontros lembro bem que alguns entrevistados – como a antropóloga que desaprovou o uso do gravador - "dominavam tão perfeitamente a situação que conseguiam às vezes impor sua definição do jogo ao pesquisador" (Bourdieu, 1997, p.699). Já em outros momentos, por mais que me esforçasse em ler o que a pessoa com quem conversava havia escrito e, ao mesmo tempo, permanecer atento ao que esta dizia, devo ter feito comentários que lhes soaram meio disparatados. Não à toa hoje, relendo algumas transcrições, vejo estampado nelas minha inocência perante a complexidade de certos temas. Mas, como notou Rouanet (1990, p.112) em "Ética e antropologia" (segundo ele, uma "resposta" a um "convite" de Roberto Cardoso de Oliveira), até esta ingenuidade pode ter suas vantagens[33]. Apesar de, logo de início, se auto-denunciar ao não se considerar "sequer um auto-didata em antropologia", em seguida comenta o filósofo:

> minha única credencial para participar do debate é, justamente, minha ignorância. Ela é tão radical, que pode por isso mesmo adquirir algum valor teórico: um olhar ingênuo pode por mero acaso ver coisas que talvez não fossem vistas por um olhar profissional. Imagino que em seus trabalhos de campo, Roberto [Cardoso de Oliveira] tenha encontrado situações semelhantes: um interlocutor indígena pode ocasionalmente fazer reflexões válidas sobre a cultura branca, que não teriam ocorrido a quem vive nela. (...) estou na mesma situação. Em matéria de saber antropológico sou um aborígine que se relaciona com

[33] No tópico 3.2 apresento um diálogo específico em que tal "ingenuidade" produziu um efeito interessante, pois a partir dele foi possível explicitar alguns elementos que ajudariam a provocar desencontros entre pesquisadores.

> esse saber como o indígena se relaciona com o dogma da Imaculada Conceição: com uma atitude de assombro e temor reverencial, que não exclui a possibilidade de uma ou outra observação pertinente.

Mas a situação de entrevista foi, lentamente, mudando de status. Como verão no sexto capítulo, passei a seguir a risca o conselho que me foi dado por uma entrevistada para que "provocasse" vez que outra meus interlocutores (ver pág. 57). O efeito que a experiência de interagir com eles produziu fica evidente quando penso sobre minha própria performance nesses encontros: de reticente, inseguro e pouco à vontade, passei a ganhar confiança e exercer papel ativo e desinibido quando temas polêmicos vinham à tona. Em suma, aquela relativa ingenuidade que caracterizou minha postura durante as primeiras entrevistas (como vimos, explícita no caso do diálogo que mantive com Irene) foi dando lugar a uma maior segurança argumentativa[34]. Assim, como com o tempo passei a dominar (ainda que relativamente) aquilo sobre o que falávamos, além de ajudar na qualidade da interlocução, isso me permitiu diferenciar ocasiões em que seria melhor silenciar de outras em que seria preciso antecipar uma pergunta, fazer algum comentário posterior ou mesmo provocar meu interlocutor através de observações que contestassem o que ele eventualmente havia dito.

Tudo isso, no entanto, não elimina o fato de que continua se tratando de entrevistas. Quer dizer, as trocas estabelecidas entre observador e observados observadores se restringiram, excetuando-se uns poucos encontros esporádicos, ao tempo da entrevista. Neste caso, como percebeu Latour (2000, p.345), se, por estarmos "interessados" quando conversamos com nativos, tentamos aprender e observar tudo o que pudermos enquanto estivermos *no* campo, justamente "por não estarmos interessados em ficar em lugar nenhum, mas só em voltar para casa, ouviremos com ceticismo todas as históricas que nos forem contadas". De fato, no meu caso a "linha divisória" de que fala Latour (2000) entre observador e observados talvez tenha permanecido ainda mais intransponível do que em outros estudos que usam entrevistas gravadas para recolher material empírico. E, neste caso, a relativa proximidade entre ambos perde importância, pois, como salienta Amorim (2004, p.31), mesmo

> numa situação em que o pesquisador não se diferencia em nada de seu sujeito de pesquisa (...), de todo modo, a diferença que permeia o ato de pesquisa estará lá, tornando esse sujeito um *outro*. Colocar esse sujeito no lugar do objeto de estudo instaura entre o sujeito cognoscente e o sujeito a conhecer uma relação de alteridade fundamental que emerge de uma diferença de lugar na construção do saber. O outro se torna estrangeiro pelo simples fato de se pretender estudá-lo (...). Devemos admitir que uma dissimetria de princípio entre o lugar do pesquisador e o lugar do outro é o limite que atravessa as diferentes possibilidades de diálogo.

[34] Devo admitir que, no início do trabalho no campo, me sentia, em relação às pessoas com quem iria conversar, mais ou menos como a "entrevistadora" (fictícia ou não identificada pelas autoras) que entrevistou Alinne Bonetti e Soraya Fleischer (2007, p.11): "toda vez que precisava entrevistar outras antropólogas [e, no meu caso, pesquisadores], ficava ansiosa: serão amistosas? Entenderão meu tema de pesquisa? Sentir-se-ão invadidas? Estas perguntas me dispersavam, confundiam-se com outras tantas que tinha preparado para esse encontro".

Creio que, entre o começo do trabalho *no* campo e sua redação, ocorreu algo parecido à diferença, notada por Latour, entre a relação estabelecida pelo navegador Lapérouse com os nativos que encontrou na costa chinesa no final do século XVIII e a relação estabelecida pela tripulação do navio *Neptuna*, o qual ancorou nessa mesma região 10 anos depois:

> em 17 de julho de 1787, Lapérouse é mais fraco que seus informantes, não sabe qual a forma da terra, não sabe aonde ir, está à mercê de seus guias. Dez anos depois, em 5 de novembro de 1797, o navio inglês *Neptuna*, aportando de novo na mesma baía, estará muito mais forte que os nativos, pois a bordo terão mapas, descrições, livros de bordo, instruções náuticas (...). Para o novo navegador que entrar na baía, as características mais importantes da terra estarão sendo vistas pela segunda vez – a primeira foi quando, em Londres, ele leu os cadernos de notas de Lapérouse e estudou os mapas traçados a partir dos dados trazidos por De Lesseps a Versalhes (...). Lentamente começará a tomar forma uma assimetria entre os chineses 'parados' e o geógrafo 'em movimento' (Latour, 2000, p.353-354)

Como comenta adiante Latour (2000, p.362), a fraqueza do estrangeiro está em não "possuir a mesma familiaridade com eventos, lugares e pessoas, que são vistos e revistos muitas vezes pelos nativos". Mas esta desvantagem pode se alterar ou inverter através do "ciclo de acumulação" que se forma quando visualizamos eventos, lugares ou pessoas "pelo menos uma segunda vez". Embora não tenha tido oportunidade de fazer uma segunda entrevista com algumas pessoas com quem conversei (o que sempre pretendi, mas não o fiz devido ao tempo disponível e às distâncias que novamente teria que percorrer), ainda assim, passar 33 vezes pela experiência de entrevistar cientistas envolvidos com nosso "tema quente" não deixou de produzir um efeito cumulativo. Afinal, foram 33 encontros falando sobre questões muito próximas. Ademais, na interação entrevistador-entrevistado, ainda que virtualmente, muitos outros pesquisadores estiveram presentes através de nossas falas; ou seja, nossos colegas "participaram", ainda que na condição de "eles" - ou de "outros-ausentes", como veremos – da entrevista. Assim, quando ia conversar com cicrano, por ter entrevistado fulano ou beltrano, já sabia de antemão alguma coisa sobre assuntos que poderiam interessá-lo, eventos que vivenciou, colegas com quem debateu e pessoas com as quais divergia ou concordava. Como comenta novamente Latour (2000, 358), "a cada volta deste ciclo de acumulação, mais elementos são reunidos no centro (...); a cada volta cresce a assimetria entre os estrangeiros e os nativos", ou seja, cresce aquela "vantagem sorrateira" de que falava Viveiros de Castro.

Além disso, Latour (2000, p.362) comenta que há meios de "atuar a distância sobre acontecimentos, lugares e pessoas", bastando apenas "trazer para casa esses acontecimentos, lugares e pessoas" (Latour, 2000, p.362). Ora, pesquisadores dispõem de outros meios de acessar estes últimos. No meu caso, seja através de textos que li e escrevi, seja a partir de anotações no diário de campo, seja através de conversas gravadas, com o tempo fui "trazendo para casa" tanto as pessoas que entrevistei como outros que encontrava na literatura. Se o comandante do Neptuna pôde utilizar "mapas, descrições, livros de bordo, instruções náuticas e

cadernos de notas" de outros navegadores, fiz uso, além do meu próprio caderno de notas, de publicações escritas por entrevistados, transcrições de suas entrevistas e informações coletadas na internet sobre eles. Assim, se no início de alguns encontros representava o elo mais fraco da ligação, com o tempo esta relação assimétrica foi sendo reduzida e invertida. Posteriormente, recluso em meu quarto e virtualmente com "todos os nativos ao redor de mim", ao menos neste momento (que durou cerca de nove meses) tive, "sorrateiramente", para usar novamente a expressão de Viveiros de Castro, relativo "domínio da situação". Situação, aliás, que deverá mudar após a publicação da tese, já que publicá-la representa algo parecido ao *Neptuna* dar aos chineses seus "mapas, descrições, livros de bordo, instruções náuticas e cadernos de notas".

Toda esta situação gerou uma série de auto-questionamentos. A começar por uma "preocupação com os direitos dos sujeitos da pesquisa e com a dimensão ética das relações estabelecidas pelo pesquisador no campo" (Luís C. de Oliveira, 2003, p.5). Quando cientistas sociais fazem perguntas aos nativos ou quando estes constroem relatos para os primeiros, geralmente não lhes é dado o direito de intervir no que depois será feito com seus depoimentos. No máximo, terão retorno *a posteriori*, depois de concluído e publicado o estudo – seja tese, dissertação ou outro formato qualquer. Ademais, na situação de entrevista gerada, como notou Irene ao me "entrevistar", não havia possibilidade do entrevistado se "preparar" com antecedência para as "condições" que lhe eram então momentaneamente impostas. Aliás, se Irene não estava previamente "preparada" para reagir aos meus comentários, ao menos no instante em que me encontrei com ela, também não estava, eu próprio, então preparado para seus questionamentos, fato este que, do ponto de vista antropológico, normalmente é visto como algo positivo devido aos efeitos que este estado desarmado pode, por vezes, proporcionar em termos etnográficos.

Como os "chineses 'parados' e o geógrafo 'em movimento'", após iteragirmos com as pessoas que desejamos observarm, há um período em que impera o silêncio entre um "eu ativo", que está aqui, e um "eles passivo", que estão lá, não participando diretamente da elaboração final do trabalho. Será durante este hiato – interregno em que tentamos estranhar vivências que tivemos com pessoas com quem convivemos – que iremos editar, recortar, dilacerar, descontextualizar, purificar e finalmente traduzir nosso material empírico visando construir uma narrativa dotada de sentido. Quer comportamento mais antropofágico do que este? Como comenta Amorim (2004, p.45), "colonizar é também traduzir". Mesmo ao escrever um texto muito criativo, podemos estar nos afastando perigosamente das pessoas com quem tivemos contato, as quais, sendo silenciadas, perderão o poder de intervir no que o pesquisador fará com suas falas (sejam elas extraídas de textos científicos, entrevistas, diário de campo, nossa memória, nossos sentimentos ou outro tipo de material qualquer).

Mas, então, como escapar ao risco de coisificar sujeitos com quem mantive contato? Situação agravada pelo fato de minha interação com a maioria deles (pois com alguns acabei estabelecendo maior afinidade e até mesmo amizade) ter sido momentânea e fragmentada? Considerando as dificuldades de uma metodologia baseada em entrevistas gravadas, como atenuar o risco de reduzir "razões subjetivas" e "escolhas vividas como livres" a "causas objetivas reveladas na análise" (Bourdieu, 1997, p.697)? O incômodo destas indagações me acompanhou a maior parte da pesquisa. Mas adianto que não tive intenção de transformar um pesquisador antropófago em "Bispo Sardinha"[35]. Igualmente, mesmo contrariado, abandonei, pelo rumo que a pesquisa seguiu e por absoluta incapacidade pessoal (ao menos neste momento de minha vida intelectual), a idéia de trabalhar com uma "antropologia simétrica" tal como pensada por Latour (1994) e problematizada por Viveiros de Castro (2002b). Ainda assim, busquei criar algumas condições para que tais dificuldades fossem, ao menos, atenuadas.

1.4 Dividindo os diferentes espaços discursivos acessados-vivenciados: publicações científicas como lugar de encontros e desencontros (primeira parte)

> Acho que o confronto se dá, sobretudo, quando você escreve. Sou muito criticado pelo que escrevo e por externar minhas posições, mas acho que o debate está aí e é um debate público.
>
> Antropólogo entrevistado.

Em certo momento do trabalho *no* campo tinha diante de mim materiais empíricos distintos: transcrições das entrevistas que realizei e publicações científicas que recolhi. Porém, embora ambos digam respeito ao universo nativo, a situação de entrevista (em que há interação direta e trocas imediatas) difere qualitativamente da situação de leitura de trabalhos acadêmicos (comparativamente, mais individual, solitária e reflexiva). No caso do texto científico, este é fruto de algo que foi sistematicamente pensado, repensado e reescrito até que virasse artigo, livro, tese, ensaio, resenha etc. Já os depoimentos são, como disse minha interlocutora, fruto de uma situação "muito momentânea" em que o que se "fala não é maduro o suficiente".

Mas, além das complicações advindas do efeito de tradução, trabalhar com transcrições de entrevistas gravadas me remetia a aspectos éticos subjacentes a relação entrevistador-entrevistado. Como sugerido pelo antropólogo na epígrafe deste tópico, publicações científicas são públicas, ou seja, a liberdade que tinha para tratá-las como genérica "fonte de dados" era bem maior do que no caso das entrevistas, em que compromissos foram, explícita ou tacitamente, assumidos. Além disso, como a tese será publicizada no futuro - virando, como outras tantas, mais uma publicação científica disponível sobre nosso "tema quente" -, parte ou toda ela poderá perfeitamente vir a ser reapropriada a partir de interesses e objetivos distintos.

[35] Referência metafórica ao clérigo Dom Pero Sardinha, devorado na costa brasileira pelos *Caeté* no século XVI.

Com base neste entendimento, uma das "estratégias de encontro", como diz Amorim (2004, p.31), que adotei para **contornar** tais inconvenientes foi separar metodologicamente, tanto quanto possível, as situações de entrevista do trabalho de imersão na literatura[36]. Como representam espaços discursivos distintos, resolvi, desde o princípio, dividir a tese em duas partes: uma referente ao universo dos textos científicos e outra relacionada à situação de entrevista. Tendo em vista estes dois lugares de enunciação, ambas as partes, portanto, foram qualitativa e sistematicamente organizadas e construídas de forma diferenciada.

De todo modo, embora tenha sido o encarregado de editar e construir a narrativa principal, tanto na segunda como na primeira parte evitei identificar o que Silveira (2008) chamou de "diferentes matrizes lógicas", isto é, "diferentes práticas de sentido de diferentes sujeitos ou grupos sociais que (...) podem ser tanto sujeitos tradicionalmente considerados *outros* na antropologia como sujeitos tradicionalmente considerados *nós* (antropólogos, cientistas)". Reconheço, porém, que tanto numa como noutra, ao "ligar trechos que foram escritos em obras [e depoimentos] diferentes, em momentos [e situações] diferentes", o fiz visando "construir sistema ali onde só havia indicações fragmentárias" (Amorim, 2004, p.108).

De fato, se fosse definir o que será enfocado nesta primeira parte, centrada na literatura sobre áreas protegidas e populações locais, estenderia a comparação de DaMatta (1981) entre peça teatral e dinâmica sociocultural. Assim, teríamos, como "palco": o texto escrito propriamente dito (isto é, livros, revistas, coletâneas, anais e assim por diante); como "falas": os respectivos conteúdos destas mesmos livros, revistas, anais etc. que se materializam através de interpretações, avaliações e descrições dos autores; como "linguagem comum": obviamente, a linguagem científica e seus dialetos usados nas diversas disciplinas e áreas do conhecimento; como "divisão de papéis": as variadas "posições" ocupadas por cientistas com formações acadêmicas e experiências de vida distintas; como "estrutura que garante a reprodução" do debate: sobretudo, a própria estrutura acadêmica mas, igualmente, das demais esferas sociais (visto que a habilidade para publicizar pontos de vista e permanecer no "palco" vai além dos domínios da academia); como "especialistas que interpretam": pessoas como eu e, também, os próprios nativos, já que muitos têm a pretensão de atuar como se estivessem tanto "no" como "fora" do palco; por fim, como "zonas de ambigüidade": interfaces de sentido inerentes às controvérsias geradas quando cientistas debatem questões ligadas ao nosso "tema quente".

Por outro lado, ainda que veja correspondências com o trabalho de Guilherme Sá (2006, p.25) – a começar pelo fato de que também no meu caso "'nativos' estavam acostumados a pesquisar e não a serem pesquisados" -, segui caminho inverso ao trilhado por este etnógrafo.

[36] A expressão "contornar", neste caso, denota aqui a pretensão de "esquivar-me" de aspectos que me pareceram inoportunos, o que significa, desde já, admiti-los como presentes.

Enquanto sua pesquisa "assemelhava-se a um balão que necessitava perder peso para levantar vôo", tive que colocar cada vez mais peso no meu próprio balão para fazê-lo retornar à terra. Ao invés de "ir deixando coisas para trás: laptop, gravador, livros... (...), 'peso morto' mofando entre as paredes úmidas do meu quarto", fui ficando ainda mais dependente do computador, gravador, internet e, sobretudo, das publicações que recolhi nos diversos lugares por onde passei[37]. Procedimento que hoje vejo como um tanto exagerado, tamanha era minha paranóia em juntar material[38]. Mas o que poderia fazer se os sujeitos da pesquisa utilizam este tipo de artifício como veículo para falar tanto sobre áreas protegidas e populações locais como sobre o trabalho de seus colegas? Embora "meu campo" não possua delimitação física precisamente definida, só assim teria condições de mergulhar fundo no universo discursivo onde cientistas tendem a se encontrar e desencontrar: o mundo do texto científico. O que fez com que o "contado direto" com os sujeitos da pesquisa, no caso específico da primeira parte da tese, se desse a partir da minha "imersão" naquilo que escreveram e publicaram em outros momentos.

Resultado. Me dei conta do óbvio, mas não menos relevante de ser dito: se o "meio acadêmico" de que falamos tanto representa um dos principais campos de batalha para lutas interpretativas sobre nosso "tema quente", não seria difícil achar nas publicações científicas passagens em que os autores se referem e dialogam entre si, mas também combatem ou apóiam argumentos de colegas e interlocutores. Ao sensibilizar meu olhar para isso, passei a procurar tanto por estas pessoas como por aqueles a quem se destinam suas reflexões, análises, críticas. Como lembra Amorim (2004, p17), "buscar pelos destinatários é buscar as instâncias criadoras. Aqueles que, por oposição ou por acordo, compõem com o autor um diálogo permanente que atravessa o texto e constitui sua tensão básica. É também buscar as escolhas do autor: aqueles a quem ele escolheu responder e aqueles a quem ele escolheu não responder". Em suma, na primeira parte fui atrás da "presença do outro no interior do enunciado" (*op. cit.*, p.114).

Outro aspecto que contribuiu para esta espécie de "mergulho bibliográfico" foi ter percebido que textos científicos possuem elementos comuns a qualquer situação que envolva diálogo. Com efeito, até mesmo o ato de "escrever uma tese", como reparou Eco (2005, 14), "é um exercício de comunicação que presume a existência de um público". Substituindo o termo

[37] Para se ter uma idéia, foram cerca de 60 horas de conversas gravadas realizadas durante seis meses, os quais passei literalmente "em trânsito", indo de lá para cá entre universidades, institutos e centros de pesquisa, sedes de ONGs, fóruns e encontros acadêmicos e, algumas vezes, a residência dos entrevistados.

[38] Um evento um tanto cômico ocorreu em fevereiro de 2007 na rodoviária de São Paulo. O motorista do ônibus que me levaria de volta ao Rio de Janeiro, vendo a quantidade de papéis, textos, livros, apostilas, relatórios de pesquisa, fragmentos ou mesmo dissertações e teses inteiras que, desajeitadamente, carregava (ou tentava carregar) comigo depois de um mês viajando - havia passado neste período, respectivamente, por Brasília (7 dias) Belo Horizontes (10 dias), São Carlos (3 dias), Campinas (4 dias) e São Paulo (3 dias) -, fez o seguinte comentário ao me ajudar a pegar uns textos que haviam caído no chão: "será que vai dar tempo pra ler tudo isso no ônibus?".

"obra" adotado por Bakhtin (1982 *apud* Amorim 2004, p.109) por "texto científico" (que é o que a autora está interessada em discutir nesse momento), diria que este último constitui

> um elo na corrente do intercâmbio verbal; semelhante à réplica do diálogo, ele se liga aos outros *textos*-enunciados científicos: àqueles aos quais ele responde e àqueles que lhe respondem e, ao mesmo tempo, semelhante ainda à réplica do diálogo, ele está separado dos outros *textos científicos* pela fronteira absoluta dos sujeitos falantes (...), ouvimos nele uma única vontade, aquela do sujeito falante[39].

Como conseqüência, ainda que marcada por interlocutores com visões distintas sobre um tema qualquer, uma controvérsia subentende algum tipo de troca. Mesmo na batalha virtual que se expressa na literatura especializada, as polêmicas geradas implicam intercâmbio de idéias, noções, afirmações e conceitos que se misturam e são continuamente apropriados e ressignificados. Portanto, também nas publicações sobre áreas protegidas e populações há circularidade (e, por vezes, mimese) de argumentos convergentes, divergentes ou indiferentes. Além de enunciados contidos em um artigo científico poderem ser respondidos em outro, este também poderá ter sua réplica e assim sucessivamente. E, ainda que não haja discordância nem concordância, indiferença avaliativa não significa ausência de outrem (por exemplo, quando citamos uma idéia, noção, evento ou autor para dizer simplesmente que estamos cientes deles).

Este caráter interativo (característico de qualquer diálogo) ficou explícito quando, ao apresentar a pesquisa, comentei com um entrevistado: "a idéia é resgatar as discussões sobre áreas protegidas a partir desse perfil mais científico dos entrevistados. Porém, apesar de falar com cientistas, o objetivo é justamente resgatar a discussão política que existe atrás". Após tais esclarecimentos, meu interlocutor (que se identificou como "conservacionista") retorquiu:

> Você conhece esse livro que escrevi? Esse livro é só sobre isso, exatamente sobre esse tema. Na verdade, **esse livro foi escrito pra responder precisamente esta questão**. (...) **E foi essencialmente como resposta** a essa nova filosofia que é o socioambientalismo. Você conhece o livro do Diegues, não? Bom, esse livro, em grande medida, **quando li o livro** do Diegues, **fiquei tão irritado, que decidi escrevê-lo**[40].

Como comenta novamente Amorim (2004, p. 110), "é porque a obra [ou o texto científico] e seu autor existem como unidades diferenciadas que existe o diálogo". Dito de outra forma, visto que enunciados (sejam eles corroborados, reapropriados ou refutados) podem ser "respondidos", controvérsias científicas implicam a necessidade de se dialogar com o outro (ainda que tal prática se dê a partir de uma dinâmica confrontacional). Ora, se assim for, nada mais instigante para um cientista social do que observar nativos dialogarem (e lutarem) entre eles, mesmo que seja através do frio vocabulário acadêmico.

---

[39] As duas expressões em itálico neste trecho foram colocadas no lugar do termo "obras".

[40] Outros dois momentos em que este aspecto ficou explícito foram durante entrevista de um antropólogo e de uma eng. florestal. O primeiro, se referindo ao debate da década de 1990 envolvendo a elaboração do SNUC, disse: "esse artigo que te falei, eu escrevi (...) mais pra marcar minha posição naquele momento histórico". Já a segunda, comentando sobre um artigo seu que fala sobre reservas extrativistas no cerrado, afirmou: "então, quando eu escrevi aquele artigo era mais porque as pessoas tem que começar a prestar atenção em algumas coisas".

Mas este *insight* não veio de uma hora para outra. Não lembro precisamente quando passei a ler o material que havia recolhido da forma como leio hoje, mas creio que isso se deu pouco antes de parar com as entrevistas. Neste momento, escrevi um texto enorme (em princípio, um dos itens iniciais da tese) sobre "cientificização das práticas e do discurso sobre áreas protegidas e populações locais" que foi literalmente abandonado no meio do caminho (embora tenha incorporado algo à versão final)[41]. Percebi então que procedia exatamente da mesma forma que meus colegas procediam: continuava querendo interpretar a discussão sobre áreas protegidas e populações locais. Como havia ido fundo nos embates sobre a questão, não me dava conta que tinha passado a agir de forma parecida aos sujeitos da pesquisa (como diria Bourdieu, havia incorporado o *habitus* do jogo)[42]. A partir daí tive de aprender a descobrir não só o que, mas como procurar o que queria achar no material recolhido.

Ainda que no início isso tenha ocorrido intuitivamente – procedimento, aliás, nada científico para alguns -, fato é que deixei de perceber a literatura que lia como algo que me ajudasse a explicar o "tema quente" que havia selecionado. Não se tratava mais de "revisar" a bibliografia para, a partir dela, "compreendê-lo" melhor. Isto, se foi feito, constitui apenas efeito secundário ligado ao meu esforço em perceber como os autores interagem através de suas publicações. Além de interpretar (pois continuei, paralelamente, com meu trabalho de intérprete), passei a observar **o modo como** cientistas, ao interpretarem, se movimentam, estabelecem alianças ou elegem seus "inimigos", ou seja, direcionei meu foco para o próprio funcionamento destas controvérsias e, não, para o conteúdo destas. Visto por este prisma, perde importância a tentativa de classificar o que se escreve sobre áreas protegidas e populações locais em termos de explicações verdadeiras ou falsas, corretas ou incorretas. Não se trata, como propõe Milano (2000, p.20), de identificar "mitos típicos do assunto". Ao contrário, como sugere Latour (2000, p.33), passei a observar a direção "que é tomada pelo pessoal que discute e que elementos novos eles arranjam, arregimentam, seduzem a fim de convencer os colegas". O que me levou, por sua vez, a descrever como procedem cientistas quando se distingüem ou se aproximam intelectualmente de seus pares; quais categorias adotam e em que circunstâncias as acionam para enquadrá-los ou mesmo se auto-identificar; e a quais fundamentos escolhem se basear para deles extrair conclusões.

---

[41] Algo parecido se passou com Gonçalves da Silva (2006, p.27-28), o qual tinha programado dividir sua tese em três capítulos, sendo que, a certa altura, apesar de já ter escrito o primeiro deles, constatou que este capítulo "não se mostrou adequado aos rumos que os outros dois seguiram, sendo excluído da versão final do trabalho".

[42] Em minha defesa, após as argüições de um dos integrantes da banca, comentei com este que havia notado em sua fala um procedimento semelhante. Tive tal impressão devido ao fato de que, ao frisar que sentia falta de "uma análise" mais meticulosa do conteúdo dos trechos das entrevistas que apresento no capítulo seis, meu avaliador passou em seguida a sugerir alguns caminhos interpretativos que poderiam ter sido seguidos para analisar o que as falas dos entrevistados dizem sobre o debate em torno da relação entre populações locais e áreas protegidas.

Toda esta situação fez com que fosse crescendo em cima de minhas duas enormes escrivaninhas (no meio da pesquisa me vi obrigado a comprar outra) verdadeiras pilhas e pilhas de livros, coletâneas, revistas, anais, resumos, resenhas, artigos, teses, dissertações, material impresso coletado na internet, enfim, uma papelada sem fim que, até o final, me deixava meio atordoado. E aqui sou obrigado a me delatar, pois, obviamente, não li tudo o que recolhi[43]. Porém, como disse, aprendi a selecionar **o quê** e **como** ler (o que não necessariamente implicava ler tudo o que encontrava pela frente). A certa altura não me satisfazia mais com o que dizia determinado texto, pois logo vinha a curiosidade de saber algo sobre seu autor, em que contexto e para quem escreveu o que escreveu. Aliás, minha "bisbilhotice" em relação aos sujeitos da pesquisa (algo comum ao ofício do cientista social) não se resumiu só ao contato direto. Foi também feita - solitária e silenciosamente - lendo aquilo que escreviam, procurando matérias publicadas sobre eles e entrevistas que haviam dado e indo, volta e meia, fuçar no "orkut dos cientistas", isto é, na "plataforma *lattes*" para consultar seus currículos *lattes*[44].

Assim, se não tive oportunidade de acessar o efeito etnográfico desencadeado a partir daquilo que acontece quando antropólogos ficam "perdendo seu tempo" e "sem fazer nada" junto com nativos (como brinca Latour, 2000), a imensa maioria das coisas que li não diziam diretamente respeito ao meu objeto de estudo, ou seja, de certa maneira, também fiquei "perdendo meu tempo" com muitas leituras que fiz (pelo menos, no que concerne aos objetivos finais da pesquisa). Em todo caso, voltando ao navio Neptuna, seu comandante também não deve ter usado todas as informações ("mapas, descrições, livros de bordo, instruções náuticas e cadernos de notas") recolhidas previamente sobre lugares por onde iria passar em sua viagem. Porém, tais leituras geraram um efeito colateral positivo, pois acabei conhecendo, ainda que como autodidata iniciante, um pouco mais sobre assuntos muito variados, como irão notar ao longo da tese. Tal como as entrevistas, essas leituras permitiram produzir outro "ciclo de acumulação" em que, mais do que "ver pelo menos uma segunda vez", certos temas passaram inúmeras vezes pela minha frente. Com isso, passei a dominar, ainda que de modo um tanto enciclopédico, informações, conceitos, noções e teorias que sequer imaginava existirem. Dito de outra forma, fui levado, mais por força da situação em que me meti do que por desejo meu, a me tornar relativamente "competente" em temas que meus interlocutores dominam muito bem, sendo que hoje posso dizer que aprendi com eles muito sobre muitas coisas.

---

[43] Como a quantidade de literaturas disponíveis sobre áreas protegidas e populações locais é algo extremamente elevado, me ative só à discussão nacional. Assim, privilegiei textos publicados no Brasil (com exceção de um artigo em espanhol e outro em inglês, os demais textos citados estão em português).

[44] Sempre pensava que este tipo de pesquisa seria bem mais complicado de ser feito antes da popularização da internet. Porém, contrariando esta afirmativa, lembrei depois de como Marx (1974) conseguiu, em plena metade do século XIX e sem ter estado na França nesse período, escrever o "Dezoito Brumário" com tamanha riqueza de detalhes. Por mais atualizadas que fossem as bibliotecas londrinas, é de se pensar em como conseguiu acessar suas "fontes" e descrever as inúmeras vicissitudes desde a "revolução de 1848" até a subida ao poder de Napoleão III.

1.5 Explicitando o caráter problemático do recorte empírico da pesquisa

> Quando se tem dupla cidadania, têm-se obrigações dobradas.
>
> Clifford Geertz (2001, p.73).

Embora flerte com o que se tem chamado de "antropologia da ciência" ou "estudos científicos" (Latour, 2000 e 2001a), não me vali de boa parte dos procedimentos propostos pelo autor para este tipo de pesquisa. Em momento algum cogitei "seguir cientistas" à maneira latouriana[45]. Do mesmo modo, excetuando a bibliografia, na qual imergi totalmente, não fiz um estudo clássico visando acompanhar de perto o dia-a-dia dos sujeitos da pesquisa de modo a estabelecer um olhar "desde dentro" do universo nativo[46]. Em razão disso, não tenho como me desvencilhar de inconvenientes inerentes a um trabalho que adota entrevistas gravadas como método de coleta de dados. Não pude, por exemplo, contornar um aspecto notado por Goldman (2006a, p.47) no trabalho de Almeida (1999) sobre o movimento afro-cultural em Ilhéus, campo de estudo de ambos: os registros colhidos através das entrevistas que fiz são também "inequivocamente declarações formais de princípio prestadas a um observador muito distante".

Porém, se a presente pesquisa é fruto de minhas percepções sobre experiências que tive durante sua elaboração, espero, como todos, creio, que escrevem uma tese, que ela não se limite a ser um mero exercício auto-reflexivo. Como comentei no item 1.3 acerca de minha condição de "observador de observadores" (já raptando a expressão de Guilherme Sá): a relação estabelecida entre ambos foi marcada por diferenças no interior de uma identidade comum[47]. Sendo assim, como as pessoas que contatei compartilham uma linguagem geral (embora com dialetos disciplinares que, por vezes, dificultam a comunicação ou levam a mal-entendidos) e circulam por espaços sociais próximos dos que atuo, mesmo "declarações formais" a que tive acesso poderão no futuro (espero) desencadear outras "declarações formais" e, com isso, abrir espaço para a construção de novos diálogos (ainda que divergentes).

Como notou George Marcus (1994 *apud* Gonçalves da Silva, 2006, p.21) ao falar sobre a "ética do diálogo e do conhecimento parcial", "um trabalho é incompleto sem as reações críticas e diferentemente posicionadas de seus (esperados) vários leitores". Ora, como há boas chances de haver, entre os "leitores", pessoas que participaram da pesquisa e que dominam

---

[45] Ver Latour (2001), sobretudo, capítulo 2: "Referência circulante: amostragem do solo da floresta Amazônica".

[46] O que seria, pelo perfil dos envolvidos, complicadíssimo de ser feito. Afora o interesse pelo nosso "tema quente", são pessoas que possuem interesses, circulam por lugares e buscam reconhecimento profissional em espaços distintos. Embora seja possível visualizar "redes" em que há maior troca, cumplicidade e sentimento de pertencimento a determinado grupo, suas malhas comunicativas são deveras fragmentadas.

[47] Gonçalves da Silva (2006) utiliza uma derivação próxima a essa expressão: "observadores a serem observados". Embora não veja maiores problemas em usá-las (até porque as adotei), há um inconveniente: ao dizer "observador de observadores" ou "observadores a serem observados", por inferência, isso sugere que haveria pessoas que não seriam "observadoras", o que seria, no mínimo, uma prepotência, visto que todo ser humano (aliás, mesmo que a sua maneira, também todo não-humano) está permanentemente "observando" o mundo a sua volta.

(uns mais do que outros e alguns certamente melhor do que eu) os conteúdos e a linguagem adotada, é possível que a tese seja não o fim, mas o começo de outras interlocuções entre observador e observadores observados. Aliás, se, como comenta Amorim (2004, p.15) sobre ensaio de Foucault (1992), "é instaurador de discursividade todo aquele cuja obra permite que outros pensem algo diferente dele", mesmo aquela "vantagem sorrateira" deverá se diluir.

Diferentemente do exemplo da tribo indígena amazônica etnografada por um antropólogo que se propõe a viver um período de tempo com seus integrantes - ou, num caso ainda mais extremo e cada vez mais raro, de etnias como a dos Guaiaqui, estudados por Pierre Clastres (1998) -, o modo como lidei com os depoimentos que recolhi, mas, também, as associações que fiz a partir da literatura consultada poderão vir a ser contestadas como indevidas ou improcedentes (no primeiro caso, pelos próprios entrevistados e, no segundo, pelos respectivos autores) no mesmo espaço social em que atuo. Se bisbilhotar a vida alheia faz parte do ofício de cientistas sociais, os sujeitos da pesquisa têm plenas condições de fazer uso de procedimentos semelhantes aos que empreguei para, através deles, discordar e se contrapor ao que escrevi. Mas, diferentemente de situações mais usuais, meus interlocutores têm a sua disposição, se não instrumental teórico e arsenal metodológico idênticos, uma sistemática tão eficiente e um *modus operandi* tão poderoso quanto as armas que usei para vasculhar suas vidas no que concerne ao exame de minha própria produção intelectual e atuação acadêmica.

De fato, não vejo como fazer trabalho semelhante sem correr os riscos de se "conseguir rapidamente uma dúzia de inimigos", como notou José Jorge de Carvalho em relação à pesquisa de Gonçalves da Silva (2006, p.19)[48]. Não que isso não ocorra com outros cientistas sociais. O caso é que potenciais "inimigos" (e amigos, claro) que eventualmente arranjarei são meus vizinhos, ou melhor, meus próprios colegas de trabalho. Todavia, apesar de reconhecer que "não dá mais pra consertar" o que se fala ao gravador, pois, depois de publicada a tese, será difícil prever suas conseqüências, esta característica não me parece algo negativo, mas condição intrínseca ao estudo que realizei. Voltarei a este ponto logo a seguir.

Antes, porém, gostaria de estabelecer um paralelo com a discussão de Márcio Goldman sobre a noção de "devir" proposta por Guattari e Deleuze. Conforme Goldman (2006a, p.31), devir seria para estes o movimento "segundo o qual um sujeito sai de sua própria condição por meio de uma relação de afetos que consegue estabelecer com uma condição outra. (...) um devir-cavalo, por exemplo, não significa que eu me torne um cavalo ou que me identifique psicologicamente com o animal: significa que 'o que acontece com o cavalo pode acontecer a

[48] José Jorge de Carvalho foi, ao mesmo tempo, nativo e avaliador da tese de Gonçalves da Silva, visto que, além de entrevistado, participou da sua banca de defesa. Algo parecido ocorreu durante minha defesa, ou seja, uma pessoa que entrevistei também compôs a banca avaliadora.

mim'". Ora, se pensar os "afetos" que vivenciei em meus encontros (mesmo que ocasionais e distantes) com pesquisadores no sentido adotado pelo autor – de algo que atinge e modifica o sujeito -, creio que valeria a mesma analogia feita por Goldman. Só que, ao invés de um "devir-cavalo", surgiria então um "devir-pesquisador": tudo o que acontece com pesquisadores pode acontecer a mim e vice-versa. Mas isso não só durante trabalho *no* campo, visto que, publicada a tese, há grandes chances de continuar um pesquisador, embora diferente, como os demais.

É claro que, como ocorre em qualquer situação de entrevista, estou consciente de que as pessoas com quem conversei têm ou tinham suas próprias convicções sobre o trabalho que realizei. Assim como saía das entrevistas com uma impressão geral sobre meu interlocutor, este deve ter elaborado uma imagem sobre mim, quem era eu e o que fazia. Mas se "observadores observados", como vimos com DaMatta, por um lado "jogam com as mesmas armas" do "observador de observadores", por outro, estes não estão no mesmo lugar discursivo e não pensam sobre o outro **como** aquele. Aqui acompanho Goldman (2006a) e Viveiros de Castro (2002b) quando apontam para a impossibilidade de que o ponto de vista do pesquisador se transforme nos pontos de vista nativos[49]. No máximo, estabeleci uma ligação com estes últimos que envolve "uma dimensão de ficção, pois se trata de pôr em ressonância interna dois pontos de vista completamente heterogêneos" (*op. cit.*, p.123). Ao que complementaria lembrando que tal "ressonância" se daria não entre dois, mas entre vários pontos de vista heterogêneos, visto que, qualquer que seja o universo social delimitado, há diversidade interna.

Agora, como lembra o próprio Viveiros de Castro (2002b), a vinculação do pesquisador com o universo cultural a ser observado é distinta da relação dos nativos com este mesmo universo cultural. Ainda que, como é o caso, este último seja amplamente compartilhado, como "observador de observadores" minha posição me diferencia e afasta dos "observadores observados". Se todos somos pesquisadores, ainda assim ocupo, ainda que provisoriamente, lugar distinto na relação estabelecida com meus pares. Repetindo trecho já citado de Amorim (2004, p.31): "numa situação em que o pesquisador não se diferencia em nada de seu sujeito de pesquisa (...) o outro se torna estrangeiro pelo simples fato de se pretender estudá-lo". Por mais que venhamos de um ambiente sociocultural (no sentido amplo) próximo, uma entrevista supõe, como notou Roberto Cardoso de Oliveira (2000, p.23), "o confronto entre dois

[49] Concordo com as críticas de Goldman (2006a, p.31) sobre o modo como por vezes se encara o trabalho *de* campo, o qual deveria deixar "de ser pensado como simples processo de observação (de comportamentos ou de esquemas conceituais), ou como forma de conversão (assumir o ponto de vista do outro), ou como uma espécie de transformação substancial (tornar-se nativo)". Mas assim como não vejo problema em "querer pensar como uma montanha" (como foi moda certa época), a idéia, em si, de desejar "assumir o ponto de vista nativo" ou "tornar-se nativo" não me parece inconveniente se isso se restringir apenas a um recurso retórico ou utopia existencial. O que importa, e aí sim pode ser algo perigoso, é o que fazemos com esse nosso desejo. Sua instrumentalização *no* campo (no sentido já discutido) é que poderá vir a ser metodológica, epistemológica e eticamente problemática, mas não tais aspirações e sentimentos em si. Em suma, há diferença entre "querer ser" e "se passar por".

mundos", confronto este que "constitui o contexto da entrevista". O que significa que em certas ocasiões foi mais fácil do que em outras - devido a relativa proximidade destes "dois mundos" - "criar um espaço semântico partilhado por ambos os interlocutores". Tal fato, porém, a meu ver enriqueceu a pesquisa, visto que, como veremos, a própria ocorrência desta diferença representa, por si só, um dado significativo sobre a qualidade dos encontros e desencontros de cientistas envolvidos com nosso "tema quente".

Como falei, durante trabalho *no* campo não tive condições de abrir mão da "vantagem estratégica" que possuía diante do discurso nativo. Não que não o quisesse. Isso se deu por incapacidade de executar tal procedimento aliado às opções metodológicas (conscientes ou não) que fiz. Mas, a despeito disto, como a "ficção" de que fala Viveiros de Castro pode ser controlada pela experiência (no meu caso, de entrevistar pessoas e imergir no que elas escrevem) de quem detém tal "vantagem", segui outro conselho seu: ao invés de olhar desde os pontos de vista nativos, procurei instituir uma relação argumentativa-provocativa com estes. Citando novamente este antropólogo (2002b, p.119), como se trata de "dois pensamentos (ou fazeres) que se confrontam (...), o confronto deve produzir a mútua implicação, a comum alteração dos discursos em jogo, pois não se trata de chegar ao consenso, mas ao conceito".

Tal característica, aliás, é de fundamental importância e tem íntima ligação com o que pretendo mostrar nos capítulos dois e três: se, por um lado, interagi com pessoas que, além de possuírem visões divergentes, se colocam elas próprias muitas vezes em "posições opostas", ao mesmo tempo, por mais que interpretem o campo onde atuam como "dividido", em certas situações as "posições" que assumem não são tão automáticas assim. Esta inconstância, por sua vez, reforçou minha pretensão de não buscar uma identificação total com cientistas com os quais tendia a me identificar (procedimento comum para antropólogos). Até porque, sobre esta possibilidade, acompanho Goldman (2006a, p.27) quando este ironiza: "a idéia de uma identificação total do etnógrafo com seus nativos parece ser uma dessas figuras muito evocadas e jamais vistas na história" da antropologia. Sem contar, como salienta Patrick Wolfe (1997 *apud* José Jorge de Carvalho, 2002, p.5), que nosso conhecimento sobre aqueles com quem nos relacionamos durante trabalho *no* campo "nunca pode ser inocente. Está por demais enfronhado numa relação histórica da qual nosso poder é o despoderamento do outro".

Volto então a um ponto delicado: a questão do lugar do observador perante aqueles com quem se relaciona durante trabalho *de* campo. Como vimos no tópico 1.1 e veremos no início do próximo capítulo, estamos diante de um debate em que se é constantemente chamado pelo outro a "tomar partido" e a explicitar sua "posição", o que me levou a indagar como trabalhar, ao mesmo tempo, com pessoas das quais me sentia próximo e outras com visões bem distantes das minhas. Aqui acompanho Henyo Barretto Filho (2001, p.61), o qual também se deparou

com interações entre sujeitos sociais marcadas por forte alteridade (maior do que no meu caso, pois se envolveu com pessoas de diferentes extratos sociais). Ao citar George Marcus, este lembra que um trabalho "orientado para a elucidação de processos contemporâneos emergentes – ou em curso – impõe quase que necessariamente um 'imaginário de pesquisa multisituado'".

Só que este "imaginário multisituado" não significa que pretendi, ao interagir com as pessoas, me colocar "em lugar nenhum" ou, ao contrário, em "todo lugar". Como para Barretto Filho, tal procedimento implicou adotar postura análoga às antropólogas argentinas Morita Carrasco e Beatríz Kalinsky (1998 *apud* Barretto Filho, 2001, p.61): "tomar partido, pero no necessariamente en una línea prefijada; por el contrário [este procedimento] nos remete de lleno en el flujo de una dinámica social que es desordenada, fragmentada, confusa y cambiante. El efecto en nosotras es el desconcierto, pero sin embargo, en medio de lo que a veces sentimos como caos no podemos evitar contestar a la pregunta del otro". De fato, durante a pesquisa estive constantemente "negociando identidades" de uma maneira não "pré-fixada", sendo que, se não respondi alguma "pregunta del otro", certamente "contestei" suas respostas em vários momentos[50]. Ademais, contribuindo para meu estado de "desconcierto", havia o fato de que, como sugere Luís Cardoso de Oliveira (2003, p.3), o pesquisador sempre

> tem mais de uma identidade no campo. Pois só um pesquisador com graves problemas psicológicos, talvez só mesmo um pervertido desses que existem no mundo ficcional, poderia se relacionar com os atores apenas como sujeito de conhecimento durante todo o tempo. Uma vez no campo, o antropólogo também se relaciona com os nativos enquanto ator (...). A implicação disto é que, assim como nós temos uma identidade dominante na nossa sociedade, mas às vezes acionamos ou privilegiamos dimensões menos abrangentes dessa identidade em nossas interações cotidianas, nas interações que desenvolvemos no campo também assumimos mais de um papel e atualizamos mais de uma identidade.

Sem levar em conta que as entrevistas configuraram processos-eventos que foram sendo vivenciados dia-a-dia - o que significa dizer que saía delas um pouco diferente de quando as começava -, certamente assumi "mais de um papel" e atualizei "mais de uma identidade" durante meus encontros com pesquisadores. Não há como contestar este caráter de "ator" de que fala Luís Cardoso de Oliveira, o qual, a meu ver, faz parte dos inconvenientes morais apontados por Clifford Geertz (2001, p.32) ao avaliar "a pesquisa social como forma de conduta" (segundo este, uma "experiência moral" vivida sob pressão de mundos que se aproximam, mas que nunca se alcançam). Como lembra Geertz, não se trata de averiguar em que medida somos "hipócritas ou sinceros", "desonestos ou honestos", "autênticos ou auto-iludidos", mas, sim, da difícil tarefa de decidir o que aprender e o que levar em conta deste componente de "ficção" (o que não é o mesmo que falsidade) gerado a partir do vínculo que se estabelece entre observador e observados.

---

[50] Importante atentar para o duplo sentido da expressão em espanhol "contestar", que pode significar tanto contestar mesmo como simplesmente responder a alguém. Neste último caso, a resposta pode ter uma conotação tanto de desacordo como de concordância com o que está sendo dito.

Por outro lado, obviamente que algumas entrevistas não só reafirmaram preconceitos anteriores meus em relação a alguns entrevistados, mas os reforçaram[51]. Contudo, também ocorreu de juízos de valor mudarem radicalmente após esses encontros. Exemplo disso foi que, enquanto passei a me solidarizar com pessoas que, até então, via como distantes, certo desencantamento se deu em relação a outras cuja produção intelectual eu tinha originalmente maior afinidade. Já em outros casos (a maioria), aconteceu de minha identificação com a pessoa com quem conversava não ser apenas parcial, mas um tanto esquizofrênica, pois ora tendia a concordar ora a discordar do que ela me dizia. Nestes casos, saía da entrevista, além de confuso, com um sentimento que mesclava anuência e desconfiança. Mas, o que fazer se, como salienta uma vez mais Luís Cardoso de Oliveira (2003, p.8), "esta falta de prática de mover-se num mundo de posições diversas e conflitantes leva às vezes ao sentimento ambíguo em relação a pesquisadores que se apresentam de um modo inequivocamente posicionado"?

Tal aspecto tem íntima ligação com a hipótese já mencionada: o fato de que lidamos, ao entrar no debate sobre populações locais e áreas protegidas, com relações estabelecidas a partir de diferentes planos de alteridade-afinidade. Nesse sentido, tal discussão aciona múltiplas e dinâmicas identidades as quais só podem ser percebidas **em relação**. Como sugere Roberto Moreira (2002, p.3-4), "toda identidade social que se faz presente se expressa e só pode se revelar em suas relações (...). Cada identidade é, assim e sempre, expressão de múltiplas ordens relacionais que se dão em redes materiais e afetivas de pertencimentos (...). A possibilidade de existência de uma identidade requer a existência de outras identidades, tal é a contingência do relacional". Esta peculiaridade faz com que a inconstância seja latente em meio às circunstancialidades que se apresentam a nossa frente. O que, como para Barretto Filho (2001), exigiu que estabelecesse o que este último qualificou de "lealdades múltiplas" perante as pessoas com quem me relacionei (seja delas divergindo seja com elas convergindo).

Como veremos ao longo da tese, se há "posições" bem definidas, a base em que elas se estabelecem, ou seja, o lugar onde elas serão explicitadas não é algo tão pré-definido assim. O que me leva a ponderar que, quando falamos de determinado pesquisador (eu aí incluído), seria prudente não dizer que ele tem **uma** posição ou visão, mas **várias** posições e visões que poderão ser acionadas conforme a circunstância em que se veja imerso. Pensar deste modo me aproxima, ainda que pontualmente, de Augé (1999, p.47) quando, ao tematizar a relação

[51] O que me consolava um pouco nessas horas era pensar na possibilidade de um preconceito, em si, não ser algo necessariamente nem bom nem mau. De fato, o problema maior, novamente, está no que fazemos com ele, ou melhor, no que ele faz conosco quando agimos. Algo parecido foi percebido por Geertz (2000, p.69-70) no caso do "etnocentrismo". Baseando-se em uma conferência de Lévi-Strauss (1985) de 1971, para aquele antropólogo, "etnocentrismo" não seria algo "ruim em si", visto que "não há nada ofensivo em se colocar o próprio estilo de vida ou o próprio modo de pensar acima dos outros ou em sentir pouca atração por outros valores". A questão central é que "essa 'incomunicabilidade relativa' não autoriza ninguém a reprimir ou destruir os valores rejeitados ou aqueles que os possuem. À exceção disso, porém, ela não tem nada de repugnante".

alteridade/identidade, comenta: "aplicar o qualitativo 'ambivalente' a uma pessoa, uma atitude, uma situação ou uma proposição é postular que elas podem suportar julgamentos contrários igualmente pertinentes. Este cúmulo de possibilidades remete geralmente a uma pluralidade de pontos de vista". Pluralidade esta também contida no agir e no pensar de uma mesma pessoa.

Porém, esta perspectiva não deve ser confundida com algum tipo de relativismo do tipo: como todos os pontos de vista são válidos, eles se equivalem e, portanto, o pesquisador pode se eximir de declarar quais são os seus diante das pessoas com quem interage e, mais ainda, não intervir no sentido de tentar modificar idéias das quais discorda. Se assim fosse, o estudo que proponho seria desnecessário, pois, como todas as visões e valores em jogo se equivaleriam, nada mais restaria senão deixar tudo como está, pois todos teriam "suas" razões. Neste caso, visto que aí há o "pressuposto invariável [de] que há sempre boas razões para tudo o que existe", como lembra Rouanet (1990, p.127), meu papel se resumiria a de ingênuo observador que pensa poder permanecer como mero espectador. Ora, ao assumir tal perspectiva relativista estaria me aproximando, paradoxalmente, do objetivismo mais radical o qual postula a necessidade da total neutralidade do observador diante de seus sujeitos ou objetos de pesquisa. Embora esteja falando de "culturas não ocidentais", creio que valeria, também para "culturas ocidentais", outro comentário de Rouanet (1990, p.125): "o viés conservador do relativismo (...) favorece, de modo geral, o *status quo* social". Assim, falar simplesmente que "todos têm *suas* razões" pode ser uma posição confortável, politicamente correta e existencialmente tranqüilizadora, porém, levada ao extremo, inviabiliza qualquer intervenção (incluindo a do pesquisador) na dinâmica social em que tais "razões" estão permanentemente em jogo.

Ao contrário disso, minha atitude diante de meus interlocutores (sobretudo na segunda parte da entrevista, mas, também, em outras ocasiões que os encontrei) muitas vezes foi de debatedor intencionalmente divergente, visto que, como para Carrasco e Kalinsky (1998 *apud* Barretto Filho, 2001, p.61), nestas situações não pude "evitar contestar a la pregunta del outro". Durante as entrevistas, sobretudo quando verbalizavam preconceitos ou idéias, no meu entender, etnocêntricas, várias vezes discordei explicitamente (embora fleumaticamente) da pessoa com quem conversava. Nestas situações não sofri nenhum "dilaceramento existencial" parecido com o que viveu Crapanzano (1986), o qual estudou e conviveu com racistas sul-africanos. Como notou Rouanet (1990, p.120-121) sobre o "episódio Crapanzano", também no meu caso às vezes não havia qualquer possibilidade de identificação ou "fusão de horizontes". Além disso, fora do contexto das entrevistas, durante o doutorado nunca me eximi de fazer avaliações pessoais em encontros e debates (acadêmicos ou não) de que participei. Aliás, se forem atrás de artigos que apresentei em encontros ou publicados em revistas científicas, verão

que adotei “posições” bem definidas, não me furtando, por vezes, a criticar diretamente este ou aquele pesquisador (alguns deles, por sinal, que já havia entrevistado à época).

Desafio semelhante enfrentou Barretto Filho (2001) ao entrevistar agentes de ONGs e órgãos governamentais envolvidos com nosso “tema quente”. Em síntese, ao fazer perguntas “opinativas”, procedi da mesma forma que este último: “provocava-os a discutir e a se manifestar acerca das interpretações consolidadas sobre suas próprias realizações”. O que me levou a manter “nos trechos transcritos das entrevistas que cito na tese alguns dos sinais indicativos da minha participação nessa arena” discursiva; sendo que acompanho justificativa de Barretto Filho (2001, p.64) para tal procedimento: “creio, ademais, que esta atitude justifica-se pelo fato dos interlocutores serem pessoas da mesma extração social que o pesquisador”.

Durante e após as entrevistas, mesmo conferindo “inteligibilidade aos acontecimentos” deixando-me afetar por estes últimos, segui outro conselho de Geertz (1994, p.73): “examinar individualmente nuestra conciencia y actuar de acuerdo con ella”. Só que, se, como sugere Goldman (2006b, p.167), busquei “descobrir por que aquilo que as pessoas que estudamos fazem e dizem parece-lhes, eu não diria evidente, mas coerente, conveniente, razoável”, o fiz tendo o mesmo cuidado do autor em me “interrogar sobre até onde somos capazes de seguir o que elas dizem e fazem, até onde somos capazes de suportar a palavra nativa (...), de promover nossa própria transformação a partir dessas experiências”. Em todo caso, como salienta outra vez Rouanet (1990, p.121), se pessoas com valores éticos e morais abissalmente diferentes dos meus aceitaram debater comigo, estávamos todos “demonstrando alguma disposição de aceitar certas regras do jogo da argumentação, como considerar o ponto de vista do outro”.

Assim, na segunda parte das entrevistas, ainda que restrito à esfera da argumentação e contra-argumentação, procurei instaurar uma relação provocativa a partir das “regras do jogo” que uma entrevista supõe (*op. cit.* p.122), sendo que, ao fazer observações que divergiam do que falava meu interlocutor, isso lhe dava oportunidade de refutá-las, de me contrariar, de tentar mudar meu ponto de vista e vice-versa. E, mesmo nos casos em que me identificava bastante com a pessoa entrevistada (como disse, de algumas me tornei de fato amigo), não me abstive de provocá-la com informações e argumentos que contrariavam o que me dizia.

Em certa medida, ao assumir o papel de advogado do diabo, mediando e traduzindo visões de “outros” diante de um outro “outro”, agi como veículo do contraponto. Embora me reconheça como sujeito que participa (junto com outros sujeitos) da construção de significados e práticas sobre a questão das áreas protegidas e populações locais, ao mesmo tempo em que me deixava contaminar pelas idéias e avaliações de meus interlocutores, delas me apropriava para, mais adiante, traduzi-las visando marcar uma contramétrica narrativa. Como resultado, tal procedimento - de tradução do que ouvia e lia diante da pessoa entrevistada - permitiu que

contra-argüições fossem feitas tanto por aqueles dos quais divirjo quanto por aqueles com os quais comungo maior proximidade, seja ela interpretativa, teórica, ética ou ideológica.

Não sei o quanto fui competente em minhas provocações - de fato, supondo um público imaginário, creio que "perdi", ao menos retoricamente, a maioria das vezes que contrariei meus interlocutores -, porém, algum resultado produziu (como verão, sobretudo, no sexto capítulo). A partir deste jogo argumentativo - em que expúnhamos abertamente nossa visão sobre fatos, temas, controvérsias, estatísticas, casos e informações diversas - elementos menos assépticos do que a fria retórica científica vieram à tona. Com efeito, ficou explícito nos depoimentos que quem falava não era um cientista sem rosto nem coração, mas uma pessoa que possui, como qualquer outra, seus interesses, desejos, valores, singularidades, incoerências e idiossincrasias.

Se, como sugeriu a antropóloga no item 1.3, entrevistas são "muito momentâneas" e o que se "fala não está maduro o suficiente" e, por isso, corre-se o risco de, por vezes, se dizer alguma "besteira", tal característica tem suas vantagens empíricas e, por que não, analíticas. Colocar cientistas em situação de entrevista propicia que percepções e vivências não tão facilmente acessíveis através dos herméticos textos que escrevem venham à tona. Por mais que possam, adiante, alegar terem dito algo disparatado por força do momento, ou, por mais superficialmente que uma história de vida seja contada (como uma entrevistada que relatou sua trajetória em 10 minutos), seus depoimentos constituem manifestações acerca do que fazem e pensam no cotidiano concreto de suas vidas. Ao trazer a fala competente ao mundo mundano, a situação de entrevista desarma o pesquisador, retira, por instantes, o escudo protetor que tem ao seu dispor quando escreve um artigo científico. Como sua munição limita-se então à capacidade de acessar, através da memória, vivências passadas (próximas ou distantes), o que se encontra no subterrâneo da fala perita surge mais facilmente. Em suma, do constrangimento de uma pergunta impertinente ou de um comentário provocativo, emergem elementos presentes nos interstícios do discurso previamente refletido, sistematizado e auto-censurado.

1.6 Como cheguei nas entrevistas: das trajetórias aos "pontos quentes" (segunda parte)

> Difícil (...) explicar uma entrevista, um diálogo, uma conversa.
>
> Claire Parnet (Deleuze e Parnet, 1998, p.10).

Durante a pesquisa acabei, vez que outra, entrevistando autores de *papers*, teses, artigos etc. que cito na primeira parte, o que é compreensível, pois estas pessoas freqüentemente publicam o que escrevem. Porém, visando assegurar a clivagem metodológica de que falei entre dois lugares de enunciação distintos, evitei qualquer tipo de associação direta entre o que os entrevistados disseram durante nossos encontros e o que publicaram, em outro momento e

lugar, na forma de texto escrito (seja ele considerado científico ou não)[52]. Como conseqüência, nesta primeira parte pude inserir com maior tranqüilidade algumas passagens das entrevistas (sem identificação) visando introduzir temas, ilustrar situações ou discutir questões vinculadas ao que dizia no texto. Tais inserções, porém, constituem na maioria curtos relatos de episódios vividos durante trabalho *no* campo. Além de trechos de depoimentos e de alguns e-mails que trocamos, reproduzi breves diálogos que tive com alguns entrevistados e apontamentos que fiz em meu caderno de notas sobre falas que ouvi em situações diversas.

Mas na segunda parte da tese não procedi desta forma, isto é, não fiz concessão alguma no que se refere ao uso de material bibliográfico. Ao contrário da primeira parte, não incluí - a não ser para esclarecer um ou outro ponto específico em nota de rodapé - nada da literatura especializada sobre populações locais e áreas protegidas, a qual foi simplesmente ignorada. Em suma, construí ambas as partes de modo que pudessem ser lidas de forma independente. Se versam sobre um mesmo tema, constituem formas distintas de falar deste último.

Já sobre adotar o anonimato também na segunda parte da tese, reconheço que, caso tivesse feito um estudo que a ela se restringisse (ou seja, sem a primeira parte), talvez esta opção não tivesse tanta relevância. Até porque boa parte dos entrevistados possuí trajetória de vida bem conhecida nos meios por onde circula, não sendo difícil, para alguns, inferir quem seria a pessoa com quem conversei a partir de trechos de seus depoimentos contidos no quinto capítulo[53]. Ademais, como se trata, faz um bom tempo, de um debate aberto e franco em que os protagonistas constantemente manifestam e explicitam, de distintas formas, seus pontos de vista frente aos demais colegas, creio que a quase totalidade das pessoas concordaria em revelar sua identidade, possibilidade, aliás, externada por várias delas em diversas ocasiões[54].

Foram outros os motivos centrais de não nomeá-los no texto. O primeiro, já dito aqui, foi separar dois lugares discursivos distintos (condição esta obrigatória para mim). Com isto, além de evitar os inconvenientes de associar citações retiradas da literatura especializada com depoimentos mais espontâneos e não previamente refletidos, pude tratar estes dois tipos de material empírico de forma diferenciada. Já o segundo motivo refere-se ao fato de que

---

[52] Para preservar a identidade das pessoas quando das citações de seus depoimentos, adotei nomes fictícios extraídos do romance "O Tempo e O Vento", de Érico Veríssimo (1997). Mas alerto que escolhi seus respectivos nomes totalmente ao acaso e sem intenção alguma de vincular entrevistados com personagens da referida obra.

[53] Um fato que ilustra esta possibilidade ocorreu durante a defesa da tese. Uma das pessoas da banca, em sua fala, admitiu: "ao ler a tese, ficava lendo os depoimentos tentando adivinhar quem seria quem"; sendo que, dos quatro pesquisadores que ela associou aos nomes fictícios que lhes dei, três deles estava corretos.

[54] Como comentei, decidi reenviar as transcrições das entrevistas aos entrevistados. E, de fato, um deles, por exemplo, ao receber a transcrição, respondeu: "Cleyton, vá em frente. Não mudarei de idéia em nada do que disse". Por outro lado, outra pessoa retornou meu email reconhecendo que "gostaria sim de fazer uns retoques na edição. O tom muito coloquial pode levar a mal entendidos". Porém, a despeito deste tipo de reação, com exceção de duas pessoas que sugeriram cortes e alterações (curtas) mais significativos e de outras três que fizeram correções ortográficas ou de forma, nenhum entrevistado propôs modificações na transcrição que lhes enviei.

divergências entre especialistas têm forte ligação com a própria história (sobretudo, a partir dos anos 1990) do debate sobre populações locais e áreas protegidas. O que faz com que as pessoas envolvidas já estejam referidas a experiências passadas, vinculadas a compromissos anteriores e orientadas por juízos prévios, sendo tal herança difícil de ser deixada de lado.

Se assim for, o anonimato talvez ajude a contornar, ainda que parcialmente, o "efeito estigma" (a lá Goffman, 1988) que em geral paira sobre alguns pesquisadores, aqueles que, como no comentário já citado de um entrevistado, são "muito visados"[55]. Como se trata de um universo beligerante em que os atores são já bastante conhecidos, não nomeá-los permite reduzir a preliminar desqualificação-qualificação e o automático enquadramento positivo-negativo feito por eventuais leitores através dos estereótipos disponíveis (fartos, como veremos a seguir). Se não há como desestigmatizar estigmas (o que nem de longe esteve entre meus objetivos), espero que este procedimento diminua o efeito associativo imediato (que reforça pré-julgamentos sobre o que se diz) causado pela prévia representação mental sobre este ou aquele pesquisador assim que seu nome é revelado.

Já sobre a realização de entrevistas, concordo com a advertência de Parnet:

> qualquer que seja o tom, o procedimento questões-respostas é feito para alimentar dualismos. Por exemplo, em uma entrevista literária, há, antes de tudo, o dualismo entrevistador-entrevistado (...). Há sempre uma máquina binária que preside a distribuição dos papéis e que faz com que todas as respostas devam passar por questões pré-formadas, já que as questões são calculadas sobre as supostas respostas prováveis segundo as significações dominantes (Deleuze e Parnet, 1998, p.29).

Diminuindo a "alimentação" destes "dualismos" de que fala Parnet atuaram dois procedimentos metodológicos. O primeiro refere-se à divisão - não de forma rígida, mas como indicação inicial ao interlocutor – das entrevistas em dois momentos distintos: um ligado à reconstrução de trajetórias sociais e outro relacionado à discussão do que chamei de "pontos quentes". Assim, num primeiro momento, depois de falar sobre a pesquisa e aclarar eventuais dúvidas sobre o trabalho, em geral minhas intervenções foram pontuais e breves, ficando mais como ouvinte interessado do que como entrevistador propriamente dito (portanto, nesta parte foram poucas as "questões pré-formadas" a serem respondidas)[56]. Não sei até que ponto procedi assim, mas me esforcei ao máximo em adotar nesta parte da entrevista uma postura de

[55] Goffman chama a atenção para o prévio "efeito de descrédito" ou, ao contrário, "efeito de crédito" dos estereótipos. Conforme o autor, ao adotá-los para nos referir a uma pessoa, "construímos uma teoria do estigma, uma ideologia para explicar a sua inferioridade [ou superioridade] e dar conta do perigo [ou da vanguarda] que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade [ou amizade] baseada em outras diferenças (...). Tendemos a inferir uma série de imperfeições [ou perfeições] a partir de uma imperfeição [ou perfeição] original" (Goffman, 1988, p.15). Porém, o mesmo autor adverte que a qualidade do estigma (se depreciativo ou não) não se encontra nos atributos que imputamos ao indivíduo, mas sim na relação que estabelecemos com ele. Assim, o valor (de descrédito ou de crédito) que damos a alguém ao classificá-lo como "socioambientalista" ou "conservacionista", por exemplo, dependerá da relação representacional que estabelecemos com estes atributos.

[56] Isso, em geral, pois, dependendo com quem conversava, interferi mais ou menos na sua narrativa. Além disso, como comentei, percebi nitidamente que pelo menos uma pessoa se sentiu extremamente desconfortável em relatar sua história passada, o que me levou logo a entrar na segunda parte da entrevista.

"disponibilidade total em relação à pessoa" com quem falava e de "submissão à singularidade de sua história particular" (Bourdieu, 1997, p.695). A única indicação, feita como sugestão inicial, era que a pessoa tentasse construir pontes que o vinculasse à problemática ambiental em geral e, sobretudo, ao debate sobre áreas protegidas e populações locais.

Por sua vez, como à segunda parte da entrevista caracterizava-se por ser mais "episódica" e a primeira mais "narrativa" (Jovchelovtch e Bauer, 2002, p.90), isto me levou a abordar estes dois momentos em capítulos distintos (cinco e seis). Além de predominar a descrição de fatos e episódios em detrimento de avaliações e juízos sobre situações e experiências concretas (por mim mencionadas ou não), ao contar uma história baseada em suas vivências, a pessoa em geral seguia um encadeamento temporal mais ou menos definido. Assim, seu relato tendia a partir de um ponto (escolhido por ela) qualquer de sua trajetória visando chegar a outro ponto (o presente), sendo que, mesmo quando abriam lacunas para discorrer sobre temas paralelos, geralmente o fio temporal era retomado em algum momento[57].

Porém, não se trata de "histórias de vida" no seu sentido clássico. A começar pelo fato de que já sugeria uma direção prévia para o que iria ser narrado. A idéia foi estimulá-los a conectarem, presentificando-os, eventos, processos, relações, fatos e pessoas que lhes parecessem historicamente relevantes de modo a dar-lhes inteligibilidade lógica, encadeamento de sentidos, o que implicou, imagino, trocas menos arbitrárias do que as que ocorrem quando simplesmente sugerimos "questões pré-formadas" a serem comentadas. Além dos entrevistados manterem algum nível de afetividade com tais eventos, relações, fatos e pessoas, possuíam neste primeiro momento da entrevista maior autonomia para escolherem o que iriam contar ou incluir em suas narrativas. Assim, além de acessar, a partir dos relatos dos entrevistados, experiências próximas e distantes relacionadas ao nosso "tema quente", isto me permitiu trazer parte dessas experiências para o que viria a ser discutido no segundo momento da entrevista.

Sobre este último, como comentei, havia tanto uma orientação mais precisa como a intervenção explícita do entrevistador, evidenciando o que Parnet chamou de "procedimento questões-respostas". E aqui chego ao segundo aspecto procedimental que, espero, atenue tal inconveniente: o processo de descoberta, invenção e conquista do que venho chamando de "tema quente". Antes, porém, voltando ao depoimento da antropóloga citada no item 1.2 (creio que a sexta pessoa entrevistada), esta notou o fato de não lhe ter dado "umas perguntas pra eu estar conversando". Mas não só ela observou este detalhe. A terceira pessoa que entrevistei - uma antropóloga que trabalha com história oral - sugeriu ao final de nossa conversa: "é legal jogar uma pergunta mais ampla, mas é legal também você interferir de vez em quando pra

[57] Quando percebia que estávamos entrando em um tema que pensava discutir na segunda parte da entrevista, aproveitava, se houvesse possibilidade e achasse conveniente, para discuti-lo já naquele momento.

pontuar, sublinhar, porque senão a gente foge muito. Por exemplo, agora no final você me deu oportunidade de falar sobre um assunto que poderia ter falado, mas que nem sempre vem espontaneamente. Então você precisa provocar de vez em quando".

Tais episódios se devem, sobretudo, ao fato de que quando comecei a fazer as entrevistas não tinha claro que iria recortar especificamente o debate sobre populações locais e áreas protegidas como ponto central para discutir com os entrevistados. Sabia apenas que o foco recairia sobre algum aspecto ligado à política de criação e gestão de áreas protegidas. Com o tempo, porém, o recorte anterior ganhou cada vez maior peso até que, num certo momento, virou meu "tema quente". Isso significa (e eis aí o ponto em que quero chegar) que este último não constitui algo anterior às entrevistas, mas, ao contrário, resultado da oportunidade de vivenciá-las. É por isso que, a despeito de ler material afim, quando iniciei as entrevistas, havia selecionado tópicos bem amplos para debate. Aliás, mesmo estes não eram obrigatórios, pois ficavam apenas disponíveis para serem discutidos (o que dependia do rumo da conversa). Dito diretamente, além do próprio "tema quente", boa parte dos "pontos quentes" sobre este último surgiu ao longo das entrevistas. Como resultado, sobretudo se compararmos as primeiras com as últimas, cada uma delas seguiu dinâmica peculiar e distinta das demais[58].

Como se pode notar, não à toa minhas colegas antropólogas notaram o fato de ter evitado lhes formular questões muito fechadas. Com exceção de uma única pergunta mais objetiva feita ao final (algo como: "como se definiria enquanto pesquisador?"), adotei um roteiro extremamente aberto, maleável e cambiante de "pontos quentes". Na medida em que realizava as entrevistas, ao mesmo tempo em que incorporava novas questões, alterava ou mesmo eliminava as que já estavam disponíveis. A meu ver, além deste procedimento ter me ajudado a improvisar e reagir de acordo com o que o entrevistado dizia e, também, com o que havia contado sobre sua trajetória, permitiu aproximar, em certa medida, minhas preocupações e questões das preocupações e questões que tocavam os próprios entrevistados. Portanto, se nos últimos encontros minha atuação foi focada em "pontos quentes" mais específicos, isso se deu *pari passu* e como resultado da realização das entrevistas e não antes delas[59].

---

[58] Para dar uma idéia do que foi discutido na segunda parte das entrevistas, entre os temas estavam: ideologização do debate sobre áreas protegidas; politização da pesquisa científica; papel dos cientistas dentro e fora da academia e sua relação com políticas públicas; papel das ONGs e fundações; implicações do SNUC; educação ambiental; participação das populações locais nas estratégias de preservação; políticas da diferença e direitos das populações tradicionais; disputas entre conservacionistas, preservacionstas, desenvolvimentistas, socioambientalistas etc. (termos que variavam conforme as categorias que o entrevistado preferisse usar); prioridades, teorias e estratégias ligadas à conservação da biodiversidade; planos de manejo, de utilização e conselhos gestores; categorias de UCs.

[59] Originalmente, havia incluído neste tópico uma discussão mais aprofundada sobre a maneira como pensei, organizei e trabalhei os capítulos cinco e seis. Contudo, como ela ficaria por demais distante, no texto, destes últimos, preferi problematizar tais aspectos diretamente no início de cada um destes capítulos.

1.7 Sobre as pessoas com quem conversei e outros aspectos procedimentais e metodológicos

> Muitos são os escritores analisados, mas apenas do ponto de vista de um tema específico.
>
> Umberto Eco (2005, p.10).

Apesar de originada ao longo do trabalho *no* campo, como já devem ter percebido, a relação entre populações locais e áreas protegidas representa o fio de Ariadne, elo que, ao mesmo tempo, me vincula aos sujeitos da pesquisa e vincula estes entre eles. Como Umberto Eco, escolhi esse "tema específico" como substrato para que, entre nós, uma discussão começasse ou, como para o cartunista estadunidense Will Eisner (Oliveira e Serran, 2002), como "notícia" para que histórias fossem contadas a partir dela. Porém, como não fui procurar qualquer pesquisador, isto me leva a explicitar como cheguei às pessoas com quem conversei.

Na apresentação havia antecipado que, além dos entrevistados terem em comum ser referência em suas respectivas áreas, estes estiveram ou estão preocupados em refletir sobre alguns desdobramentos políticos de nosso "tema quente". O que significa que, para procurá-los, não bastava apenas ser cientista, estrito senso, mas alguém que, circulando nas demais esferas sociais, se envolveu em algum momento – de modo mais ou menos abrangente, mais ou menos explícito, mais ou menos interessado – com tal discussão. Portanto, seja atuando em contextos locais ou regionais, seja numa dimensão nacional ou internacional, trata-se de pessoas que transitam nas interfaces do fazer ciência e da ação política direta e não cientistas que apenas fazem pesquisa em determinada área protegida ou com dado grupo social que lá vive. Não era suficiente, para que me interessasse em contatá-lo, ser um biólogo estudando uma ou outra espécie nessa ou naquela UC, um etnobotânico empenhado em resgatar saberes "tradicionais" de seus moradores ou, ainda, um etnógrafo interessado em descrever o universo cultural local. Mais do que isso, fui atrás daqueles que se propuseram a debater, por exemplo, as implicações éticas e ideológicas, bem como o modo como se deveria interferir, avaliar e pensar a relação entre populações locais e áreas protegidas.

Como resultado, a quase totalidade dos entrevistados, apesar de publicar e atuar como pesquisador, também já ocupou ou ocupa cargos e posições fora do ambiente universitário. Enquanto alguns direcionaram seus interesses para o debate mais amplo sobre políticas públicas relacionadas ao nosso "tema quente" (ligado à confecção de diretrizes e estratégias gerais e seus limites e inconveniências), outros se envolveram com implicações e conflitos mais localizados destas mesmas políticas. Alguns atualmente ocupam cargos no âmbito legislativo ou executivo, trabalham em ONGs, órgãos governamentais, instituições não acadêmicas ligadas a organizações internacionais (como o Banco Mundial) ou na mídia impressa. Já outros, apesar de serem pesquisadores com dedicação exclusiva em alguma

universidade, ao mesmo tempo prestam assessoria ou integram, como associados, estes mesmos órgãos e instituições, sem contar um número razoável que mantém relação (também assessorando ou colaborando) com organizações vindas dos movimentos sociais.

Em todo caso, todos revelaram ter tido, em algum momento, interesse intelectual voltado à temática ambiental e, especificamente, para aspectos ligados à relação entre áreas protegidas e populações locais. Com isso, além de fazerem uso da competência e posição que alcançaram nas interfaces do campo científico com os demais campos sociais, também buscam legitimação para suas interpretações e ações a partir do papel que desempenham no primeiro. O que faz com que, apesar da forte alteridade presente - pois estamos diante de saberes, valores e interesses distintos que conduzem as pessoas por caminhos diversos -, os aproxima o fato da esfera acadêmica ser um espaço acessado por todos e, portanto, privilegiado para visualizar encontros e desencontros entre eles.

Sobre o perfil disciplinar dos entrevistados, este se caracteriza pela extrema diversidade tanto entre eles como deles mesmos, tamanha é a transversalidade envolvida. Para se ter uma idéia, se partirmos apenas de seus currículos *lattes*, em termos de formação superior básica (que não mostra nem a ponta do iceberg desta heterogeneidade, como vermos no quinto capítulo), entre os entrevistados há: oito antropólogos (sendo uma com graduação em biologia); seis biólogos (um limnologista formado em história natural, dois especialistas em manejo de fauna, um botânico, um ecólogo com pós-doutorado em agroecologia e um primatólogo também formado em administração); uma bióloga que se define como "ecóloga humana" devido a sua trajetória posterior nas ciências sociais; uma psicóloga também formada em biologia; cinco eng. florestais (sendo um deles também agrônomo e com PhD em entomologia e outro com PhD em biologia e pós-doutorado em desenvolvimento sustentável); dois geógrafos; dois historiadores (um deles, com mestrado e doutorado em ciências políticas); uma socióloga; três cientistas sociais (um com mestrado e doutorado em ciências ambientais, uma com graduação em ecologia e outra formada em história natural); um economista; dois agrônomos; além do entrevistado que declarou não possuir curso universitário.

Mas, a despeito desta diversidade disciplinar, não tive preocupação prévia em procurar por ela, muito menos em estabelecer uma representatividade numérica entre cientistas sociais e cientistas naturais (o que foi em parte alcançado). Simplesmente, fui atrás das pessoas a partir dos parâmetros que exponho a seguir, sendo esta a configuração final a que cheguei. Mas espero que o quinto capítulo, mais do que mostrar a heterogeneidade disciplinar e a amplitude de experiências vividas pelas pessoas com quem conversei, indique como discursos nativos sobre questões envolvendo esta temática não podem ser simplesmente divididos a partir de seus rótulos acadêmicos (do tipo: "o biólogo tal", "o antropólogo tal" etc.), ou seja, não há

conexão automática entre ambos. Pelo contrário, as trajetórias narradas indicam como podem ser peculiares as vias de entrada na discussão sobre áreas protegidas e populações locais.

Quanto à seleção de possíveis pesquisadores a serem entrevistados, esta se baseou na literatura a que tive acesso, indicações de pesquisadores tanto durante as entrevistas como em outros momentos, falas de palestrantes em encontros acadêmicos, conversas informais com colegas, consultas à plataforma *lattes* e pesquisas em sites na Internet. Porém, com o tempo ganhou maior importância, como fator que me levava a contatar pesquisadores, suas próprias sugestões feitas durante as entrevistas[60]. Mas estas dependeram também de oportunidades conjunturais e contingentes, pois tive que enfrentar sérias limitações práticas (tais como tempo disponível, custo financeiro das viagens, impossibilidade de compatibilizar a agenda das pessoas) que inviabilizaram o contato com alguns pesquisadores que desejaria ter entrevistado.

Tais contingências me levaram a falar com pessoas que não possuíam propriamente um perfil de pesquisador. Foi o caso de uma agrônoma que atuou, ao longo de sua carreira, como técnica em órgãos governamentais e ONGs. Contudo, pelo seu papel histórico no debate sobre nosso "tema quente", entrevistei-a devido à oportunidade que surgiu quando fui conversar com seu marido, este sim, com trajetória voltada para a pesquisa científica. Além disso, uma eng. florestal, embora tenha alguma produção acadêmica, exerceu por pouco tempo essa atividade se comparada aos demais, sendo que hoje não atua como pesquisadora. Mas, como foi indicada por pessoas com quem falei e, igualmente, por trabalhar em uma das principais ONGs que organizam eventos e publicações sobre conservação ambiental, acabei entrevistando-a. Já numa situação contrária a esta, um limnologista, apesar de desenvolver pesquisas em uma UC específica, não se envolveu tanto com a dimensão política relacionada ao nosso "tema quente". Porém, como havia sido indicado por seus colegas, mas, também, porque tive casualmente a oportunidade de estar em seu departamento para fazer outra entrevista, fui entrevistá-lo[61].

Outra estratégia que adotei visando contornar dificuldades logísticas foi realizar entrevistas durante encontros acadêmicos de que participei ao longo dos últimos dois anos. No entanto, com exceção da última entrevista que realizei durante o V CBUC, depois de duas delas abandonei esta possibilidade, pois a qualidade do material ficava prejudicada tendo em vista a quantidade de compromissos que ambos (eu e o entrevistado) tínhamos durante estes encontros. Por outro lado, como comentei, o ideal teria sido retomar algumas entrevistas já feitas, o que não foi possível devido ao tempo disponível e aos gastos que isto implicaria (apesar de ter tido alguma ajuda financeira do programa ao qual estava vinculado).

---

[60] Claro que o universo empírico é mais amplo do que os 22 homens e 11 mulheres que entrevistei. Para se ter uma idéia, mesmo sem me preocupar com questões quantitativas, as viagens que fiz deram origem ao que chamei carinhosamente de "lista verde" contendo possíveis entrevistados. Ao final, eram mais de 90 nomes.

[61] Há também, entre os entrevistados, dois pesquisadores que não nasceram no Brasil. Contudo, ambos já vivem aqui e atuam no contexto nacional em suas respectivas áreas há bastante tempo.

Também por falta de recursos, como potenciais entrevistados estão espalhados por praticamente todo o território nacional, decidi privilegiar, além de Brasília, as regiões sudeste e sul (com exceção, justamente pela oportunidade que surgiu, da pessoa entrevistada durante o V CBUC, o qual vive no estado do Amazonas). Exceto três entrevistas feitas entre maio e junho de 2007, as demais ocorreram entre outubro de 2006 e abril de 2007. Neste período fiz uma série de viagens pré-programadas saindo do Rio de Janeiro em direção a Porto Alegre, Belo Horizonte, Brasília, São Paulo, Campinas, Curitiba, Florianópolis e Rio Claro[62]. Além disso participo desde 2003, já com olhar de observador interessado, de encontros relacionados à discussão sobre áreas protegidas. Entre outros fóruns de menor importância ou não diretamente vinculados à temática, mas em cujos GTs apresentam-se trabalhos ligados a ela, participei de dois CBUCs – cujas quarta e quinta edições ocorreram em 2004 e 2007 em Curitiba e Foz do Iguaçu - e três SAPIS - realizados no Rio de Janeiro (2005 e 2006) e Teresópolis (2007).

Outra oportunidade importante foi ter assistido aos seminários de pesquisa quinzenais organizados pela antropóloga Maria José Carneiro (CPDA) no primeiro semestre de 2007. Nestes encontros, que duravam uma tarde inteira e tinham número reduzido de participantes (de 10 a 15 pessoas), a maioria dos palestrantes eram nativos. Aliás, das cerca de 10 pessoas convidadas a falar nestes seminários – que tinham como tema a relação entre biodiversidade e agricultura familiar - seis haviam sido anteriormente entrevistadas. Durante estes seminários fiz o que se costuma chamar de "observação direta". Embora participasse ativamente dos debates que se seguiam a fala inicial do palestrante convidado, segui adotando a sistemática de anotar (antes e depois do encontro) tudo o que achava relevante sobre essas mesmas discussões.

Uma fonte alternativa de informações veio do fato de que me cadastrei em vários sítios que enviam notícias por e-mail sobre nosso "tema quente", tais como os organizados pelo ISA, Fundação O Boticário, GTA, FASE, O ECO, Rede Pró-UCs, Rede Reservas Extrativistas, Apremavi, Ambiente Brasil e Alerta em Rede[63]. Sobre a literatura consultada, embora boa parte tenha sido coletada em bibliotecas cariocas, como adiantei, recolhi muito material durante as viagens que fiz. Assim, sempre arranjava um tempinho para fazer uma busca nas bibliotecas, centros de documentação ou acervos das instituições onde trabalhavam os entrevistados. Além disso, muitas vezes comprei ou mesmo ganhei livros e outras publicações deles próprios (algumas, aliás, enviadas depois via correio comum ou email). Por fim, como também já comentei, a internet foi instrumento fundamental para futricar o universo nativo, sendo que foram incontáveis as vezes que acessei a *Plataforma Lattes* da Capes.

Ao todo entrevistei 33 pessoas, sendo que, como havia dito, acatei sugestão de um entrevistado e decidi reenviar, depois de fazer 10 entrevistas, as transcrições destas às pessoas para que alterassem aquilo que achassem necessário. Mas adotei parcialmente tal procedimento

[62] Organizar tais excursões implicava uma verdadeira engenharia e habilidade em compatibilizar diferentes agendas pessoais, de modo que vários pesquisadores pudessem ser entrevistados durante uma única viagem.
[63] Também tentei ser aceito na "Rede Justiça Ambiental", mas meu ingresso foi recusado devido ao perfil exigido.

metodológico, visto que, devido ao tempo disponível para a redação da tese - defendida aos 49 minutos do segundo tempo, ou, mais precisamente, depois de cinco anos e meio de doutorado-, consegui enviar somente 21 transcrições das 33 que realizei. Todavia, deste total, seis entrevistas não foram utilizadas na elaboração da tese também devido à falta de tempo, ou seja, na realidade trabalhei com 28 entrevistas. Porém, para aqueles com quem me comprometi, mas não consegui mandar as transcrições, lhes pedi permissão para usar seu conteúdo na tese, ao que fui autorizado por todos. Além disso, visto que este compromisso não havia sido firmado com três destes 28 entrevistados, não vi necessidade de contatá-los.

Sobre a duração das entrevistas, esta variou de 45 minutos a três horas e meia. Mas a grande maioria ficou entre 90 minutos e duas horas. Disso resultou a transcrição de 60 horas de gravações (sendo que nove horas não foram transcritas, pois, como disse, não usei material de seis entrevistas), o que implicou, por sua vez, em 515 páginas impressas (espaço um). Quanto ao tratamento dado a esse material, este se resumiu a leituras e releituras comparativas feitas concomitantemente com a seleção, corte e decupagem de trechos dos depoimentos.

Com exceção de dois entrevistados (hoje, com 39 e 83 anos), os demais tinham entre 41 e 67 anos. Embora a separação seja arbitrária, identifiquei três gerações distintas: aqueles que se formaram entre os anos sessenta e início dos setenta (excetuando um, hoje com mais de 60 anos); aqueles que concluíram sua graduação entre a metade dos anos setenta e começo dos oitenta (com idades entre 50 e 59 anos); e aqueles cuja graduação foi concluída já na segunda metade dos anos oitenta (com idades entre 41 e 49 anos, também com uma exceção)[64].

Desta separação arbitrária realço o fato de que a entrada dos entrevistados no campo científico se deu em momentos distintos se considerarmos o status de nosso "tema quente" na sociedade brasileira. Para os que já atuavam nos anos 1970 como pesquisadores não só tal temática, mas a própria problemática ambiental não se colocava como "questão" explícita. De fato, nessa época problemas ambientais não eram ainda vistos como "problemas sociais" - no sentido já citado (ver nota 5) proposto por Blumer (1971) e Hilgartner e Bosk (1988). Já entre os que entraram na vida acadêmica no início dos anos oitenta, além de conflitos gerados pela criação de UCs começarem a ganhar visibilidade, se deparam com a própria consolidação do meio ambiente como questão socialmente relevante. Por fim, para cientistas que se voltaram para este tema no início dos anos 1990, tais conflitos já estavam presentes tanto como problema social a demandar intervenção do Estado como potencial objeto de pesquisa[65].

[64] Alerto, porém, que o indicador principal adotado para esta separação não foi a idade, mas a época em que as pessoas fizeram suas respectivas graduações e pós-graduações. Além disso, há aqueles que se situam, digamos assim, em uma faixa intermediária a uma ou outra geração (por exemplo, aqueles que hoje estão com 59 ou 49 anos). Além disso, houve casos *sui generis*, como entrevistados que se graduaram em mais de um curso, com mais de 30 anos (em um caso específico, com mais de 40), sem falar no entrevistado que disse não ter curso superior.

[65] Porém, considerando a riqueza das narrativas, tal divisão deve ser vista com cautela. Se a adotei foi para facilitar a identificação das pessoas no texto e não representar algum tipo de enquadramento explicativo.

PRIMEIRA PARTE

Distinções e aproximações nas publicações científicas sobre áreas protegidas e populações locais

CAPÍTULO II

Entrando no universo discursivo nativo[66]

Esquemas classificatórios (na sua maioria duais) têm sido identificados, inventados ou resgatados da literatura para se referir ao ambiente controverso existente entre pesquisadores quando se trata de nosso "tema quente". Normalmente as expressões usadas - ainda que não representem conceitos analíticos (pois algumas funcionam como categorias políticas) ou se relacionem à mera rotulação estereotipada em meio a um campo marcado pelo confronto de idéias - indiretamente reforçam a visão de que haveria clara oposição entre: interesses pessoais ou coletivos divergentes, argumentos científicos concorrentes, valores morais conflitantes, preocupações acadêmicas distintas e/ou concepções ideológicas discordantes. Embora possam não se referir ao debate sobre áreas protegidas e populações locais, esquemas dicotômicos são largamente acionados para analisá-lo, caracterizá-lo e descrevê-lo. Mais ainda, tais esquemas são também funcionais, visto que, quando se deseja demarcar uma posição (dizer de onde se está falando) e enquadrar profissionais que lidam com esta temática, são úteis para situar "os outros" (e a si próprio) e, com isso, delimitar semelhanças e diferenças. Sendo assim, julgo necessário, antes de prosseguir, recuperar as principais categorias adotadas para tanto.

2.1 Dualização das distinções ou como nativos reconhecem os outros[67]

> Os cientistas suportam a dúvida e o fracasso, porque não podem fazer de outra maneira. Mas a desordem é a única coisa que não podem nem devem tolerar.
>
> Simpson, G[68].

Em termos gerais, mas referidos às disputas internas ao *campo ambiental*[69], Pádua (1997) menciona a distinção já clássica entre dois "movimentos": o *conservacionismo* - mais

---

[66] Neste capítulo usei *itálico* para marcar expressões adotadas por cientistas quando desejam se referir ou classificar visões, idéias, posições, conceitos, noções, disciplinas, argumentos ou mesmo distinguir pesquisadores que discutem nosso "tema quente" (o que vale para expressões contidas nas citações que faço de outros autores, sendo que trechos originalmente em *itálico* virão com aspas simples). Pretendo com isso realçar categorias nativas largamente compartilhadas. Adotei **negrito** para chamar a atenção de alguns trechos citados.

[67] Peço desculpas ao leitor pelo excesso de notas neste tópico. Apesar de não pretender fazer uma revisão dos conceitos citados, mas apenas ilustrar como pesquisadores são prolíficos em produzi-los, resolvi incluir material na forma de notas com vistas a dar uma idéia, ainda que panorâmica, do que significam tais noções para quem as cita. Em todo caso, o texto principal pode perfeitamente ser lido, se assim se desejar, de forma independente, visto que as informações contidas nas notas são complementares a ele.

[68] Extraído de Lévi-Strauss (1989).

[69] Até há pouco tempo vinha trabalhando com esta noção (ver Gerhardt e Almeida, 2005). Embora hoje já tenha restrições a ela, ainda acompanho definição proposta por Carvalho (2001, p.5): "com a noção de campo ambiental interessa circunscrever certo conjunto de relações sociais, sentidos e experiências que configuram um universo

antigo, com viés cientificista e voltado à proteção da natureza em si - e o *ecologismo* - mais recente, caracterizado pela crítica social e ênfase na mudança do modo de vida contemporâneo (ver Carvalho, 2001)[70]. Silva e Schramm (1997, p.356), também falando genericamente, identificam duas "filosofias" no debate ambiental: "naturalista" e "artificialista"[71].

Em termos estritos, Diegues (1996) recorre à divisão bem conhecida na literatura internacional (ainda muito repetida no Brasil) sobre "história do *ambientalismo*" (Leis, 1999 e McCormick, 1992) para explicar confrontos entre *preservacionistas* e *conservacionistas*[72]. Mas, apesar de antiga, esta última classificação permanece, ainda hoje, sendo útil para alguns pesquisadores. Fleury (2008), por exemplo, em sua pesquisa sobre "representações sociais da conservação ambiental" na área do Parque Nacional das Emas/GO, se refere à distinção *preservacionismo-conservacionismo* como ferramenta analítica para caracterizar o que chama de "agentes atuantes" ("representantes do poder público, produtores rurais, agentes da pesquisa e defesa do meio ambiente e população tradicional")[73].

Diegues (1996) parte de Ekersley (1992) e O'Riordan (1981) para resgatar a oposição entre "visões" *ecocêntricas* e *antropocêntricas*[74]. Mesma distinção é vista por Tavolaro (2000, p.72) como "o corte analítico mais eficiente, capaz de captar as nuanças, as particularidades que diferenciam e criam identidades entre as várias organizações da sociedade civil".

---

social particular. Conforme Bourdieu (1989), a noção de campo social evoca um espaço relativamente autônomo de relações sociais historicamente situadas, que produz um certo conjunto de valores, uma ética, traços identitários de um sujeito ideal, naturaliza certos modos de ver e se comportar que põem em ação as regras do jogo do campo. Enquanto um espaço estruturado e estruturante, o campo ambiental inclui uma série de práticas políticas, pedagógicas, religiosas e culturais, que se organizam de forma mais ou menos instituídas seja no âmbito do poder público, seja na esfera da organização coletiva dos grupos, associações ou movimentos da sociedade civil; reúne e forma um corpo de militantes, profissionais e especialistas; formula conceitos e adquire visibilidade através de um circuito de publicações, eventos, documentos e posições sobre temas ambientais".

[70] Embora seja relativamente antigo, José Augusto Pádua, juntamente com Antônio Lago, ainda fazem referência neste texto a mais duas expressões. Segundo eles (1984, p.13), "podemos dizer que, grosso modo, existem no quadro do atual *pensamento ecológico* pelo menos quatro grandes áreas, que poderíamos denominar de *Ecologia Natural, Ecologia Social, Conservacionismo* e *Ecologismo*", sendo que no texto as duas primeiras indicariam uma dimensão "de caráter mais técnico-científico e as duas últimas voltadas para objetivos mais práticos de atuação".

[71] Segundo os autores, "o debate em torno da questão ambiental deve ser compreendido através das relações e interpretações que se estabelecem historicamente entre homem e a natureza, ou seja, entre processos artificial/cultural e natural" (Silva e Schramm, 1997, p.356).

[72] Conforme o autor, os primeiros estariam voltados para aspectos estéticos e espirituais da vida selvagem e os segundos preocupados com o uso racional e a prevenção do desperdício de recursos naturais. Apesar da distinção *preservacionistas-conservacionistas* ser antiga (início do século XX), ao ser transportada para o contexto nacional na década de oitenta, ela foi largamente adotada para explicar divergências sobre nosso "tema quente".

[73] Segundo Fleury (2008, p.107) "ainda que articulados em torno de uma causa comum – a defesa da conservação ambiental do Parque Nacional das Emas e de seu entorno –, é possível identificar nuances que distinguem as posturas adotadas pelos indivíduos no interior desse grupo: enquanto alguns adotam perspectivas consideradas mais *preservacionistas*, isto é, centradas na preservação da diversidade biológica mediante mecanismos de separação das comunidades humanas, outros optam por um posicionamento considerado, no âmbito das teorias da conservação, *conservacionista*, ou seja, empenhado no consórcio entre preservação e utilização dos elementos naturais em uma perspectiva de sustentabilidade ambiental e social".

[74] O autor classifica *ecocêntricos* aqueles que vêem um mundo natural com valor em si e que deveria ser apartado do contado humano (visto como intrinsecamente depredador); já para os *antropocêntricos*, homens e mulheres teriam direito de controlar e usar racionalmente a natureza, sobretudo, através da tecnologia e da ciência.

Derivação deste "corte analítico" é feita por Lima (2002, p.37). Ao discutir "os fundamentos ideológicos da política ambiental na Amazônia contemporânea", ela aponta "dois caminhos principais": "os pontos de vista *antropocêntrico* e *biocêntrico*" compondo "duas premissas [que] se chocam" e duas "tendências" cujas "divergências remetem a questões de ética"[75]. Já Azevedo (2002) segue Diegues, Tavolaro e Lima ao resgatar Benton (1994) para descrever "o debate entre correntes chamadas *sociocêntricas* e *ecocêntricas*", o qual ilustraria "de forma singular o caráter dualista e polarizado da visão da natureza corrente em nossos dias"[76]. Outra derivação das divisões anteriores é adotada por Adams (2000b, p.23): "quando se trata de populações tradicionais, há separação entre os chamados '*biocentristas* ou *conservacionistas*', a favor de sua retirada, e os '*antropocentristas*', a favor de sua permanência"[77].

Mas quando se trata de qualificar "posições" de especialistas e técnicos envolvidos com áreas protegidas e populações locais, talvez o autor que mais propôs divisões conceituais tenha sido Antônio Carlos Diegues[78]. Além dos pares opostos já citados, este antropólogo se refere à tentativa de Moscovici (1974) para superar a dicotomia entre *naturalistas* e *culturalistas* visando recuperar a diferenciação originalmente proposta por Bookchin (1976) entre *ecologia social* e *ambientalismo*; sendo que *ecologistas sociais* aparecem confrontados com outros dois

[75] Lima (2002, p.37) identifica "dois caminhos principais. Um se refere aos questionamentos sobre os princípios éticos relativos ao meio ambiente em si, tais como o direito das espécies naturais à vida e o direito de permanência dos ambientes naturais. Outra direção é o tratamento da ética em relação ao usufruto humano do meio ambiente".

[76] Esta separação se aproxima do que propôs Diegues. Segundo Azevedo (2002, p.32), *sociocêntricos* "tendem a dar ênfase à noção de que a natureza é compreensível somente pelo viés de suas representações culturais, (...) são estas representações o fator determinante na definição da relação entre homem natureza". Já para *ecocêntricos* "a natureza é fruto de processos exclusivamente naturais, independentes dos processos humanos, sendo estes últimos percebidos como fatores de perturbação desta natureza primordial, virgem".

[77] Conforme Adams (2000, p.23), "os primeiros fundamentam-se principalmente na fragilidade dos ecossistemas e em exemplos de mau uso deste patrimônio pelo homem. Os segundos acreditam que o uso de técnicas tradicionais, desenvolvidas em função de um grande conhecimento do meio, garante sua permanência nas unidades de conservação sem afetar substancialmente o meio, comprovada por uma histórica convivência harmoniosa (...). Nos últimos anos vêm surgindo tentativas de conciliar estes dois pontos de vista e buscar uma solução de consenso (...). Estas iniciativas não significam que a dicotomização entre *biocentristas* e *antropocentristas* esteja resolvida na comunidade científica, governamental ou na sociedade brasileira em geral".

[78] Concordando ou não com a perspectiva deste antropólogo, suas idéias são referência hoje quase que obrigatória para quem deseja pesquisar o tema. Seu famoso livro, já clássico na área - *O mito moderno da natureza intocada* (1994) –, fixou, ao mesmo tempo, uma ruptura e um ponto de partida para várias controvérsias subseqüentes. Igualmente, sua atuação foi decisiva na inclusão da noção de "população tradicional" tanto na legislação como nas políticas de conservação ambiental. Em trabalho recente, Barretto Filho (2006, p.126), citando Vianna (1996, p.20), reconhece que este antropólogo é "citado repetidas vezes neste trabalho como importante comentador das definições postuladas, na esfera internacional e 'pioneiro na discussão sobre populações e áreas protegidas (no Brasil), sendo inclusive um dos responsáveis pela introdução de forma mais ampla desta discussão no meio ambientalista' (...). Diegues tem exercido grande influência nas idéias e discussões relativas a esse tema, na construção mesma do conceito de 'populações tradicionais' e na formulação da legislação. Sistematicamente referido em trabalhos acadêmicos e relatórios e documentos oficiais, Vianna considera-o o mentor de muitas organizações não-governamentais, ambientalistas ou não, que defendem essas populações". De fato, em praticamente todas as conversas que tive com pesquisadores, idéias imputadas a este autor ou as suas obras foram citadas e comentadas em algum momento (com o leitor poderá comprovar no sexto capítulo). Por outro lado, como presenciei em certas ocasiões, dependendo de como é citado seu nome em uma discussão (seja para refutá-lo ou reforçar suas posições; seja numa situação informal ou ambiente acadêmico), isso pode fazer com que aquele que as proferiu seja automaticamente enquadrado em alguma categoria classificatória aqui mencionada.

termos: uma combinação mais genérica visando distingui-los dos *preservacionistas*; e outra mais específica, onde os seguidores da *ecologia profunda* - tal como pensada durante a década de 1970 – contrastariam com os que se alinhariam ao nascimento de uma reformada *ecologia social* na qual o *ecossocialismo* seria uma de suas principais correntes (Diegues, 1996 e 2000).

O autor estabelece ainda uma distinção disciplinar ao criticar posturas extremadas de *cientistas naturais* e *cientistas sociais* (também postos em lados opostos) através da divisão entre *reducionismo sociológico* (para o qual todos os fenômenos percebidos seriam construções sociais e representações simbólicas do real) e *reducionismo biológico* (o qual sustentaria que a vida humana poderia ser explicada apenas através de fatores biológicos e/ou hereditários). Diegues (2000) propõe também outra distinção disciplinar na medida em que contrapõe à *biologia da conservação* (principal disciplina que estaria por trás das ações de conservação) uma "nova ciência da conservação", a qual denomina *etnoconservação*. A diferença entre ambas residiria nos critérios usados para definir áreas prioritárias à conservação. Enquanto para *biólogos da conservação* estes seriam "quase que totalmente de ordem biológica", para os *etnoconservacionistas* "dever-se-ia pensar em critérios decorrentes das interações positivas que possam existir entre as populações tradicionais e a natureza" (Diegues, 2000, p.32-33).

Ainda que não exponha uma definição precisa dos termos, Schwartzmann (2001, p.108) também trabalha com oposição disciplinar semelhante quando discrimina *antropólogos* e *biólogos da conservação*[79]. Já em outro artigo (2000) estes últimos são denominados de *conservacionistas conservadores* e *preservacionistas tradicionais*. No caso de Sakar (2000), embora reconheça que o que propõe não seria "os únicos enfoques possíveis para a conservação biológica", o autor divide "enfoques" sobre a questão da conservação ambiental a partir de duas disciplinas, *ecologia social* e *biologia da conservação*, as quais teriam um olhar distinto sobre manejo de áreas protegidas e sobre o papel das populações locais[80].

Por outro lado, ainda que não sejam tratadas como correntes propriamente ditas, há outras formas de expressar cisões e esquemas bipolares. Santilli (2004 e 2005), em sua reconstrução sobre o "*pensamento socioambiental*", propõe o neologismo *sociobiodiversidade* para juntar a noção de *sociodiversidade* ao conceito de *biodiversidade*. Só que, mesmo que implicitamente, sugere ênfases diferenciadas para estes dois tipos de "diversidades" (a "bio" e a "sócio"). Ainda que seu intuito seja colocá-las num mesmo patamar valorativo em que ambas

[79] Como tratarei especificamente de distinções disciplinares no capítulo seguinte, cito agora apenas qualificações que se misturam com os demais esquemas classificatórios.

[80] Sakar relativiza tal divisão ao identificar certos padrões nacionais. Assim, teríamos "versões" australianas e estadunidenses da *biologia da conservação*, por exemplo, e "versões" mexicanas e indianas da *ecologia social*. Por outro lado, reconhece que estes "enfoques" "representam dois extremos de ideologias sobre as interações entre humanos e a biota não humana, e ambos apresentam estruturas teóricas bem articuladas. A maioria dos outros enfoques cai dentro do espectro das possibilidades definidas por esses extremos". Sobre o "ponto de vista" do autor, este tece fortes críticas ao trabalho atualmente desenvolvido pela maioria dos *biólogos da conservação*.

se complementem (pois sua preocupação é justamente propor que a *biodiversidade* seja vista como algo tão relevante quanto à *sociodiversidade*), Santilli opera com esta distinção[81].

Procedimento semelhante pode ser encontrado em Leonel (2000). Além de trabalhar com a distinção entre *ambientalistas clássicos* e *ambientalistas sociais*, o autor inverte o termo adotado por Santilli ao falar em *bio-sociodiversidade*[82]. Já Diegues (2000), novamente sustentando-se em outros autores, propõe, de forma semelhante a Santilli, acrescentar à noção de *biodiversidade* o conceito de *etnobiodiversidade* (Diegues, 2000). Segundo o autor, *biodiversidade* seria "uma característica do mundo chamado natural, produzida exclusivamente por este e analisada segundo as categorias classificatórias propostas pela ciência ou disciplinas científicas, como a botânica, genética, biologia etc." (*op. cit.*, p.31). Já *etnobiodiversidade* permitiria valorizar saberes de grupos humanos culturalmente diferenciados (os quais nomeia como "populações tradicionais") sobre *biodiversidade* sem que eles precisassem estar referenciados por critérios e procedimentos adotados pelas ciências estabelecidas[83].

Outra divisão emerge quando autores com pontos de vista distintos e vindos de áreas diferentes – tais como Adams (2000b e 2000a), Roué (2000), Milano (2001), Schwartzman (2001), Rios (2004), Olmos *et. alli* (2001) – se referem ao *mito rousseauniano* do *bom selvagem* (ou *mito do nobre selvagem ecologicamente correto*). A alusão a este último tem sido a forma encontrada por especialistas para se contrapor ao também famoso *mito naturalista da natureza intocada* (ou *mito do mundo selvagem*), o qual foi novamente resgatado da literatura internacional por Diegues (1996)[84]. Neste caso a polaridade aparece na literatura a partir de uma dupla acusação: de um lado, os que criticam a operacionalização da "representação" (termo adotado por Diegues) do *mito da natureza intocada* e, de outro, os que criticam a visão "romântica" (termo usado por Milano) existente no contexto das políticas de preservação[85].

Já Vincezo Lauriola (2003), ao abordar a questão da "conservação da natureza e povos indígenas no Brasil" enfocando o caso específico da sobreposição entre o Parque Nacional Monte Roraima e a Terra Indígena Raposa-Serra do Sol, opôs, na forma de indagação,

---

[81] Ao se referir as categorias de unidades de conservação de uso sustentável RDS e RESEX, Santilli argumenta que "tais instrumentos legais têm forte inspiração *socioambiental*, e apontam para o reconhecimento de que a *biodiversidade* não se sustenta sem a *sociodiversidade*".

[82] No esquema dual de Leonel (2000, p.329) os primeiros representariam o "velho estilo *conservacionista* que procura remover as populações, mesmo quando mantiveram as áreas que habitam preservadas"; já os segundos "admitem que uma população possa ser parceira de projetos de conservação e qualidade de vida, para presentes e futuras gerações, interligando preservação e direitos territoriais. A crítica dos *ambientalistas sociais* [dos quais o autor se aproxima] aos *ambientalistas clássicos* centra-se em sua excessiva ênfase nas áreas de conservação exclusivas, permitindo no máximo que os tradicionais conservem faixas do entorno, chamadas 'buffer'".

[83] Neste caso "a diversidade da vida não é vista como 'recurso natural', mas sim como um conjunto de seres vivos que tem um valor de uso e um valor simbólico, integrado numa complexa cosmologia" (Diegues, 2000, p.31).

[84] Ver também Diegues e Nogara (1994), Benati (2000) e Denevan (1992).

[85] Como voltarei a tratar especificamente deste tema no item 4.3 (que chamei de "A guerra dos mitos"), não farei neste momento citações dos autores sobre o que representam ambos os "mitos".

"ecologia global contra diversidade cultural?", sendo que, segundo o autor (p.167), estaríamos na iminência de uma quebra da "aliança política entre movimentos indígenas (...) e outros povos tradicionais e militantes ecologistas internacionais".

Mas é possível encontrar na literatura vasta quantidade de outros neologismos, combinações e hibridizações semânticas (parte delas derivadas de esquemas já mencionados) acionadas para mapear "posições", diferenciar "interesses" e identificar "visões". Agripa Alexandre (2002a) propõe distinguir *ecoconservacionistas* de *ecodesenvolvimentistas* para caracterizar a discussão sobre reservas extrativistas[86]. Da mesma forma, parte da idéia de *etnoconservacionismo*, tal como pensada por Diegues, com intuito de "rever o sentido de *conservacionismo ambiental* ou *ecoconservacionismo*" (tratados como sinônimos). Conforme o autor, tais "vertentes" expressariam uma visão de "mundo social em oposição ao mundo natural" e "um tipo particular de *ambientalismo* político ligado aos diversos gostos do cientificismo acadêmico especializado e ao profissionalismo de mercado e de Estado quando estes cumprem o papel de administradores dos bens públicos" (Alexandre, 2002b, p.16).

Enquanto Léna (2002 e 2004) identifica dois "modelos em confronto dinâmico": *modelo desenvolvimentista* (também dito *modelo predador*) e *modelo socioambiental* (também nomeado *modelo pós-moderno*)[87], Olmos *et. alli* (2001) se apropriam desta última expressão ao colocar *conservacionistas* (por vezes usam o termo *preservacionistas*) em oposição à atuação de *conservacionistas pós-modernos*[88]. Já Costa, Alonso e Tomioka (1999), ao problematizar as "re-significações das tradições no estado do Acre", adotam a distinção entre "*rodoviaristas* e *socioambientalistas*". E Deus Medeiros (2007, p.74), embora não esteja se referindo ao contexto amazônico, mas à resistência local à criação do Parque Nacional das Araucárias/PR, alude à "polarização do debate entre *ambientalistas* e *desenvolvimentistas*".

Nesta linha Sant'Ana Júnior (2003a), ao pesquisar, também no Acre, as interfaces das políticas governamentais na "conservação ambiental e desenvolvimento socioeconômico", menciona oposição recorrente no caso amazônico entre *sustentabilistas* e *desenvolvimentistas*. Embora não use estes termos, a polarização entre *preservacionismo* e *conservacionismo* surge quando o autor (*op. cit.,* 13) mantém "a distinção feita no âmbito do *movimento ambientalista*

[86] Alexandre não menciona Sachs, que, até onde sei, foi quem usou a primeira vez o termo *ecodesenvolvimento*.
[87] Segundo Léna (2002, p.9 e p.10), o primeiro representaria "um modelo alternativo de desenvolvimento que está ganhando força na região amazônica, tentando unificar as preocupações ambientais e sociais (daí seu nome mais consensual: '*modelo socioambiental*'), bem como substituir o *modelo desenvolvimentista autoritário* anterior (chamado '*modelo predador*' pelo próprio ministro do Meio Ambiente) (...). Produto da aliança progressivamente realizada entre o *movimento ecologista* e o *movimento social*, esse modelo se apóia nas reivindicações dos excluídos do modelo *desenvolvimentista*, ameaçados pelos progressos da colonização, mas também daqueles atores do *modelo desenvolvimentista* que começaram a perceber que podem passar do estatuto de colonos ao de excluídos" (ver também Esterci, Lima e Léna, 2003).
[88] Para este grupo de autores, os últimos teriam "uma agenda política implícita em seu discurso, que lembra a utopia socialista. Pontos-chave desta agenda são o mito do bom selvagem como conservacionista nato".

entre *conservação ambiental*, que indica a exploração sustentável de recursos naturais tentando garantir sua reprodução para o futuro e considerando a presença humana no ambiente; e a *preservação ambiental*, que indica deixar o ambiente intocado, sem atividades produtivas".

Alguns autores enfatizam a divisão ideológica no debate, associando categorizações conforme sua orientação política mais à direita ou mais à esquerda. Este é o caso de Bernando (1999 *apud* Santilli, 2005, p.52) ao se referir às "sutilezas ideológicas das denominações": "tem-se maior proximidade da esquerda conforme se caminhe de *preservacionismo* para s*ocioambientalismo* passando por *conservacionismo*, em geral ancorado em razões de neutralidade técnica"[89]. Já Benati (2000, p.14), falando sobre "interferência humana" em áreas protegidas brasileiras, distingue duas "visões": "de um lado temos a visão '*cientificista*', a qual considera que qualquer impacto de atividade humana pode ser revertido pela tecnologia moderna. Do outro lado, a visão '*preservacionista*', baseando-se no pressuposto de que a preservação da integridade biológica só será garantida (...) sem a presença humana".

Há termos não tão recorrentes, mas que podem ser encontrados, aqui e ali, dispersos na literatura, tais como: *protecionistas* e *parquistas* (Dourojeanni e Jorge-Pádua, 2001), *empresários sustentabilistas* (Alonso e Costa, 2002), *sócio-conservacionistas* (Alexandre, 2002a) e *paradigma utilitarista* (Schaik e Rijken, 2002). Este último termo (*utilitarista*) aparece também em Milano (2002b, p.197) associado a "visão" *socioambientalista*. O autor, ao comparar o número atual de UCs de "proteção integral" com às de "uso sustentável", aponta para "a inversão sofrida na forma de proteção territorial da década de oitenta para a década de noventa do século passado, a primeira [década] dominantemente *conservacionista* e a segunda dominantemente *utilitarista*, ou *socioambientalista* como alguns preferem chamar".

Dourojeanni (2001) e Dourojeanni e Jorge-Pádua (2001) citam a diferenciação genérica entre *ambientalistas* e *socioambientalistas*. De fato, pelo que pude perceber nas entrevistas, bibliografia consultada, encontros acadêmicos e reuniões de trabalho de que participei, além desta última, uma oposição que se sobressai quando se quer marcar divisões sobre nosso "tema quente" é a que contrapõe *conservacionistas* e *socioambientalistas*[90]. Sant'Anna (2003a), por

[89] Veremos no capítulo seis (em especial, item 6.1) que a análise de "lados" a partir de referências à "esquerda" e "direta" foi feita por vários entrevistados, o mesmo ocorrendo no caso da divisão entre "isenção" e "neutralidade científica", de um lado, e possibilidade de "comprometimento" e "engajamento" do pesquisador, do outro.

[90] Santilli (2005, p.31) identifica a articulação entre povos indígenas e populações tradicionais a partir da "aliança dos povos da floresta" como um dos "marcos do *socioambientalismo*", o qual "nasceu na segunda metade dos anos 80 a parir de articulações políticas entre os movimentos socais e o *movimento ambientalista*". Comenta ainda que seus representantes teriam se fortalecido a partir da ECO-92, "quando os conceitos *socioambientais* passaram claramente a influenciar a edição de normas e leis". Mas, embora considere *socioambientalismo* como "conceito ou paradigma identificado com a articulação entre *biodiversidade* e *sociodiversidade*" (p.52) e faça minucioso retrospecto de influências teóricas, instituições, eventos e pessoas que contribuíram para sua emergência, Santilli não apresenta uma definição fechada. Em certo momento, no final do capitulo um (p.47), argumenta, um tanto tautologicamente, que *socioambientalismo* representaria a "incorporação de *paradigmas socioambientais*" aos

exemplo, ao estudar as disputas envolvendo "atores" que participaram da elaboração do SNUC, identifica *conservacionistas* e *socioambientalistas* como as principais forças atuantes. A mesma separação básica mencionada por Sant'Anna (2003a) é largamente adotada por Santilli (2005), Milano (2001) e Dourojeanni e Jorge-Pádua (2001) e vários outros pesquisadores.

Mas Santilli (2005, p.111) adota outra dobradinha ao comentar que o "histórico da tramitação da lei do SNUC e embates e discussões surgidos durante o processo de elaboração legislativa [teriam ocorrido] principalmente entre *socioambientalistas* e *preservacionistas*"[91]. É o caso de Medeiros, Irving e Garay (2006, p. 24). Referindo-se ao SNUC, entendem que este seria fruto de "percepções distintas da sociedade com relação ao significado da natureza: a percepção e a ideologia dos denominados '*preservacionistas*', inspirada na intocabilidade dos recursos renováveis, e a concepção de inclusão social na gestão das áreas protegidas, originária do grupo dos denominados '*socioambientalistas*"[92]. Ainda sobre a elaboração do SNUC, Lima (2002, p.39), também se referindo a tais disputas, aponta que "podemos interpretar o SNUC como sendo um sistema legal que abriga duas visões contrárias da conservação, baseadas em posicionamentos diferentes sobre a relação entre a sociedade e a natureza". E, como o fazem outros autores, tais "visões" são denominadas pela autora de *antropocêntricas* e *biocêntricas*.

Vimos já que as categorias adotadas podem ser tratadas como sinônimos. Por exemplo. Em sua retrospectiva sobre a questão da ocupação humana em UCs, Teixeira (2005, p.53) entende que, "nesse mesmo período [anos 1980], a proteção ambiental passou a ser enfocada a partir do que denominamos *ecologismo social* ou *socioambientalismo*". Além disso, a autora (2005, p.53) trata *ecologismo social* e *socioambientalismo* como "enfoques" análogos. Mas os termos utilizados também podem sofrer derivações, fusões e acréscimos. tal como Alexandre faz com *ecoconservacionismo* e *conservacionismo ambiental*. Além disso, a fórmula dual pode ser ampliada propondo-se esquemas baseados numa série contínua de posições.

Sobre esta possibilidade, já vimos Bernardo (1999 *apud* Santilli, 2005, p.52) falar numa gradação que vai "caminhando" do "*preservacionismo* para s*ocioambientalismo,* passando por *conservacionismo*". Já Leonel (2000, p.329) adota a tríade proposta por Gray (1991) (texto que

---

objetivos da "conservação da *biodiversidade*". Porém reconhece, citando Bernardo (1999), que "o conceito de *socioambientalismo* estaria ainda indefinido e 'não avançou muito além de uma definição pobre, a de que expressa a junção de duas vertentes, a do desenvolvimento e da conservação do meio ambiente'".

[91] A autora utiliza ainda outras expressões para se referir ao *socioambientalismo*, tais como: "novo paradigma *socioambiental*", "nova visão *socioambiental*", "síntese *socioambiental*", "novo modelo de *conservação*" e "paradigma emergente de desenvolvimento *ecossocialista*".

[92] Para os autores, "*conservação* e *preservação* são entendidas como estratégias diferenciadas de proteção dos recursos naturais. Contudo, ambas visariam estabelecer a práxis da *proteção* (parcial, no primeiro caso, e integral, no segundo)" (Medeiros, Irving e Garay, 2006, p.24). Para um retrospectiva histórica do processo que levou a aprovação do SNUC, ver Sant'Anna (2003a e 2003b) e Mercadante (2001).

não consegui acessar) *capitalistas verdes*, *conservacionistas clássicos* e *ecologistas sociais*[93]. Embora se refira outra situação, Azevedo (2002, p.47) segue mesma linha. Ao expor a "visão" da *ecologia social*, comenta que, para esta, "problemas ambientais" derivariam "do uso de tecnologias destrutivas promovidas por *colonizadores*, *desenvolvimentistas* e, recentemente, *conservacionistas* preocupados exclusivamente com a proteção da biodiversidade e de algumas espécies em particular". Ferreira *et. alli* (2001, p.130-137), ao discutirem "casos" de "conflitos em torno da presença humana em áreas protegidas", separam a atuação dos "atores" a partir de três "arenas de disputa" envolvendo conflitos entre "instituições", "ONGs" e "moradores". Para os agentes institucionais, propõem a divisão em "três tipos" ideais: *preservacionistas, conservacionistas* e *desenvolvimentistas*[94]. Por fim, vimos que Tavolaro distingue *antropocêntricos* e *ecocêntricos* para caracterizar "associações *ambientalistas*". Porém, o autor (que, como Bernardo, usa a expressão "caminhar em direção ao pólo") argumenta que

> é ao longo de um espectro que tem o *antropocentrismo* como um de seus pólos e o *ecocentrismo* em seu outro pólo que descansam as principais tendências do *ambientalismo*, as suas diferentes maneiras de conhecer o mundo natural e de internalizar a natureza na proposição de sociabilidades e construção de suas identidades: o *conservacionismo*, a *ecologia do bem-estar humano*, o *preservacionismo*, o *movimento de liberação animal* (Tavolaro, 2000, p.72)[95].

Caso se desejasse, outras combinações de séries contínuas poderiam facilmente ser propostas: *ecocêntricos-antropocêntricos-utilitaristas*; *ecossocialistas-ecologistas sociais-ecologistas profundos; conservacionistas-sustentabilistas-colonizadores*; *preservacionistas-*

---

[93] Segundo Leonel (2000, p.329), para Gray "os *capitalistas verdes* defendem que, para salvar a floresta, é preciso convencer governos, empresas e recém-chegados, criando mercados rentáveis para os produtos da floresta. Os [*ecologistas*] *sociais* trabalham com instituições voltadas para o manejo sustentável de recursos e dão prioridade às populações. Os *conservacionistas clássicos* enfatizam a criação de parques e reservas mediante atividades como o turismo, ou por doações dos países mais ricos, removendo as populações". Ainda segundo Leonel (2000, p.340), para estes últimos, "populações chegam a ser vistas como mais um grupo de interesse, o das minorias, que seriam potenciais predadores, semelhantes às agropecuárias, mineradoras, madeireiras e colonos, pois terminariam por aceitar a compensação do lucro pela degradação. Os *ecologistas sociais* respondem que é preciso garantir-lhes as condições de autoabastecimento e compensações pela preservação".

[94] Segundo Ferreira *et. alli* (2001, p.130), integrantes do "tipo 1 (...) defendem a prioridade inquestionável dos objetivos de conservação da biodiversidade (...); para a posição deste tipo, a presença humana é incompatível com as UCs, o que torna obrigatória a realocação dos atuais moradores de áreas de proteção integral"; já os que pertenceriam ao "tipo 2 (...) defendem a compatibilização da presença humana com os objetivos da conservação biológica (...); a ação governamental deve orientar-se no sentido de fortalecer o conhecimento local na elaboração de planos de manejo, propiciar condições sociais e econômicas para a reprodução desses grupos (...)"; por fim, os identificados como "tipo 3 (...) responsabilizam a rigidez das leis de proteção da biodiversidade pela pobreza e subdesenvolvimento regionais; (...) defendem incentivos oficiais de incentivo ao desenvolvimento econômico".

[95] Não resumirei o que o autor define como *conservacionismo* e *preservacionismo*, descritos rapidamente em outras notas. No caso da *ecologia do bem-estar humano*, Tavolaro (2000, p.74 e p.75) comenta que "McCormick (1992) qualifica esse setor do *ambientalismo* como sendo o '*novo ambientalismo* (...). Por sua vez, Dalton (1992) concebe tal tendência como própria de um setor que passou a representar um desafio tanto ao paradigma social dominante nas sociedades industriais avançadas quanto aos métodos políticos característicos às democracias ocidentais (...). São objeto de preocupação dessa tendência o acúmulo de lixo tóxico e dejetos intratáveis no meio ambiente, a intensificação de poluição generalizada do solo, ar e água e, por fim, os problemas de aquecimento global e diminuição da camada de ozônio". Já a "tendência denominada *movimento de liberação animal* passa, pois, a atribuir valor moral a certos membros do mundo não-humano. Daí o fato dessas associações advogarem pela proibição da caça e massacre a todos os seres sencientes, pela proibição da vivificação e da agro-indústria".

conservacionistas-socioambientalistas-desenvolvimentistas; *preservacionistas-ambientalistas-socioambientalistas* e assim por diante. Da mesma forma, aproximações poderiam ser perfeitamente propostas aglutinando num mesmo grupo: (**a**) *preservacionistas, ecocêntricos, biocêntricos, naturalistas, conservacionistas, protecionistas, ecologistas profundos, cientistas naturais, parquistas* e os que priorizam a proteção da *biodiversidade*; (**b**) *socioambientalistas, antropocêntricos, sociocêntricos, sustentabilistas, ecologistas sociais, etnoconservacionistas, culturalistas, cientistas sociais* e os buscam defender em primeiro lugar a *sociodiversidade*; (**c**) *utilitaristas, colonizadores, capitalistas verdes* e *desenvolvimentistas*.

Mas, como num organograma, divisões gerais podem ser propostas para, internamente, se identificar subdivisões. Se referindo a atuação de ONGs, apesar de Ferreira *et. alli* (2001, p.130-137) falarem em "três posições básicas atuantes", demarcam duas "posições" principais defendidas por *desenvolvimentistas* e *ambientalistas* subdividindo estes em *preservacionistas* e *conservacionistas* (sendo que, segundo os autores, *conservacionistas* também poderiam se autodenominar *socioambientalistas*)[96]. Tavolaro (2000, p.75) ao citar as "tendências" *conservacionismo*, *preservacionismo*, *ecologia do bem-estar humano* (também nomeado *neo-ambientalismo*), *movimento de liberação animal* e *ecocentrismo*, inclui no interior desta última "três principais subtendências: *ecocentrismo autopoiético*, *ecocentrismo transpessoal* e *ecofeminismo*"[97]. Sobre este último, Angelin (2006), partindo de Puleo (2007), discrimina três "tendências": *ecofeminismo clássico, espiritualista do terceiro mundo* e *construtivist*a[98].

---

[96] Ferreira *et. alli* (2001, p.137) identificam ONGs *desenvolvimentistas* como às que "acreditam que a atuação dos moradores das UCs e seu entorno é tão dramática que tornam prioritários programas de combate à pobreza e ao crescimento econômico regional". No caso de organizações *preservacionistas*, argumentam que estas "defendiam a manutenção de áreas intactas, sem qualquer tipo de intervenção humana, salvo de caráter técnico e científico de interesse da própria conservação. Os moradores do interior e do entorno das áreas protegidas eram tidos como uma ameaça à conservação e deveriam ser removidos". Finalmente, *conservacionistas* (ou *socioambientalistas*), segundo os autores, reconheceriam "a dificuldade em conciliar a conservação com as demandas crescentes de recursos naturais dos grupos sociais locais (...). Para estes últimos, a criação de uma UC deve ser precedida de uma ampla consulta à sociedade e sua gestão deve ser participativa".

[97] Segundo o autor, "o primeiro atribui valor intrínseco a todas as entidades (...) que são primeira e continuamente voltadas à regeneração de sua própria atividade organizacional. O *ecocentrismo transpessoal* tem suas fundações na 'ecologia profunda', sendo sua preocupação central o cultivo de um senso mais amplo do 'self' através do comum e cotidiano processo psicológico de identificação com as 'Outras entidades' da natureza. O *ecofeminismo* tira sua força da simbólica e histórica associação da mulher com a natureza, fazendo com isso uma crítica à dominação do homem sobre a mulher ao mesmo tempo que do homem sobre o mundo natural em sua totalidade".

[98] Para Angelin (2006) a primeira "tendência" denuncia "a obsessão dos homens pelo poder", o que teria "levado o mundo a guerras suicidas, envenenamento e destruição do planeta. Neste contexto, a ética feminina de proteção dos seres vivos se opõe à essência agressiva masculina e é fundamentada através das características femininas igualitárias e por atitudes maternais que acabam pré-dispondo mulheres ao pacifismo e à conservação da natureza, enquanto os homens seriam naturalmente predispostos à competição e à destruição"; já a segunda "teve origem nos países do sul", "influência dos princípios religiosos de Ghandi (..), da Teologia da Libertação" e "afirma que o desenvolvimento da sociedade gera um processo de violência contra a mulher e o meio ambiente, tendo suas raízes nas concepções patriarcais de dominação e centralização do poder. Caracteriza-se pela crítica contra a dominação, luta antisexista, antiracista, antielitista e anti-antropocêntrica"; por fim, a terceira "não se identifica nem com o essencialismo, nem com as fontes religiosas espirituais das correntes anteriores. (...) defende que a relação profunda da maioria das mulheres com a natureza (...) é originária de suas responsabilidades de gênero na economia familiar, criadas através da divisão social do trabalho, da distribuição do poder e da propriedade".

Ocorre que, como associações, fusões, gradações e subdivisões não são consensuais entre especialistas, em muitos casos, ainda que sejam apresentadas mais do que duas categorias classificatórias, em algum momento, elas acabam sendo reunidas e dualizadas, ou seja, embora haja um reconhecimento da diversidade de posições e visões, há uma tendência de continuar a operar-se a partir de esquemas dicotômicos. Este parece ser o caso de Tavolaro (2000, p.76) visto que após caracterizar todas as "tendências" e "setores" acima, argumenta que

> *preservacionistas*, *conservacionistas*, *ecólogos do bem-estar humano* (ou *neo-ambientalistas*), *organizações pela liberação animal* e *ecocêntricos* (no interior dos quais os *autopoiéticos*, os *transpessoalistas* e os *ecofeministas*) procuram, de maneiras bastante peculiares, balancear as posições do homem e da natureza numa escala de valores que tem como pólos estruturantes concepções de mundo *antropocêntricas* e *ecocêntricas*.

Também Little (2002, p.4) não escapa à dualização. Logo no início de sua análise sobre "territórios sociais e povos tradicionais no Brasil", o autor cita a existência de "confrontos contemporâneos [entre] o *desenvolvimentismo*, o *preservacionismo*, o *socioambientalismo* e o Estado tecnocrático". Porém, mais adiante, ao abordar especificamente tais confrontos, termina reconhecendo que, "em relação aos territórios sociais do Brasil, duas vertentes são de particular importância – o *preservacionismo* e o *socioambientalismo* -, cada uma produzindo impactos diferenciados e interagindo de formas únicas com os distintos povos tradicionais".

Já Furriela (2004, p.64) distingue "enfoques" *preservacionistas* ("que propõem que se mantenha um ambiente isolado, intocado, sendo contrários a qualquer tipo de presença humana em áreas protegidas"), *conservacionistas* (que priorizam "a proteção integral de ecossistemas, mas admitem seu uso eventual, de forma controlada e racional") e *socioambientalistas* (estes, representando "uma evolução do pensamento *ambientalista* numa direção que busca congregar sustentabilidade dos ecossistemas com sobrevivência digna das populações neles instaladas"). Contudo, apesar de apresentar estes três "enfoques" (e de se identificar com o último), termina operando com um esquema dual ao juntar os dois primeiros ("duas linhas de pensamento voltadas para a proteção da natureza marcadas pela busca do isolamento de áreas protegidas") para contrapô-los à "nova vertente" *socioambientalista* ("que abandonou posições radicais e conservadoras, mantidas pelas visões *conservacionista* e *preservacionista*").

Santilli (2005, p.40) adota procedimento parecido. Embora fale em *preservacionistas e conservacionistas*, aproxima a seguir estas duas "visões" – que, reparem, outros pesquisadores vêem como antagônicas – com o intuito de diferenciá-las do *socioambientalismo*, o qual teria "passado a representar uma alternativa ao *conservacionismo/preservacionismo*". E, tal como Santilli, Adomilli (2004, p.7-8) – ao estudar "interesses e concepções que estão em jogo" na relação entre pescadores e gestores ambientais no Parque Nacional da Lagoa do Peixe/RS - fixa já de início a distinção entre *socioambientalismo* e *conservacionismo-preservacionismo*. Ainda

que separe as duas últimas "perspectivas"[99], pela maneira de representar graficamente a distinção acima, estabelece de imediato um elo entre *conservacionistas* e *preservacionistas* e uma distância maior entre ambos e *socioambientalistas*. Tal dualização aparece claramente a seguir, quando Adomilli enfatiza "a mudança gradativa do conceito de áreas naturais protegidas, representada pela via do *socioambientalismo,* no sentido de se buscar alternativas para superação dos conflitos entre o Estado e os povos tradicionais, que se incorporam a ONGs e a movimentos sociais, tendo em vista suas lutas territoriais". Dito isso - depois de descrever o que chama de "perspectivas" e "vias" -, o autor conclui reforçando a oposição citada:

> identifica-se, portanto, uma disputa entre duas concepções fundamentais em relação ao meio ambiente dentro da esfera do Estado: a dos *socioambientalistas*, que procuram integrar os povos tradicionais à noção de preservação do meio ambiente, levando em conta as práticas socioculturais compatíveis com a preservação da natureza, e a dos *conservacionistas/preservacionistas*, que tem conduzido as questões ambientais através de uma política de exclusão social (Adomilli, 2004, p.9).

Por fim, Monteiro (2002, p.7-8), ao pesquisar a "recriação" das "relações socais" com a criação da Estação Ecológica Juréia-Itatins, apesar de afirmar que "entre o que é considerado dois 'pólos' ou 'extremos' do debate há um amplo espectro de posições variantes", reconhece que as "posturas" dos "atores" se dividem em "dois lados" "bem definidos": um associado ao "imaginário" *ecológico-ambientalista* (também dito "discurso" *tradicional-ambientalista*) e outro ao "imaginário" *social-popular* (dito nomeado "discurso" *socioambiental*)[100].

Recapitulando. Quando cientistas se referem aos "atores", "setores", "facções", "vias", "posturas", "ideologias", "perspectivas", "grupos", "movimentos", "correntes", "paradigmas", "posições", "sínteses", "enfoques", "vertentes", "extremos", "pensamentos", "tendências", "referenciais", "filosofias", "visões", "éticas", "premissas", "pólos", "óticas", "grandes áreas", "princípios", "modelos", "morais", "versões", "caminhos", "discursos", "imaginários", "pontos de vista" [101], têm a disposição um rol expressivo de designações: *protecionista, utilitarista, culturalista, naturalista, ecologista, ambientalista, ambientalista social, socioambientalista, ambientalista clássico, ecossocialista, sociocêntrico, biocêntrico, antropocêntrico, ecologista social, ecologista natural, ecologista profundo, ecocêntrico, cientificista, capitalista verde, colonialista, empresário sustentabilista, conservacionista, artificialista, conservacionista pós-moderno, sócio-conservacionista, conservacionista clássico, conservacionista conservador,*

[99] Para Adomilli (2002, p.7-8), "a primeira caracteriza-se por apresentar uma ótica capitalista, no sentido de manter uma soberania sobre os recursos naturais". Já *preservacionismo* para a autora - a qual alude à idéia de "neomito", tal como resgatada por Diegues de Morin - representaria "a visão das camadas médias urbanas sobre as áreas naturais protegidas como um 'paraíso terrestre, um espaço isolado de natureza 'intocada', formando um conjunto de representações sobre a natureza que mistura o pensamento racional com o mítico" .

[100] Conforme Monteiro (2002, p.7-8), "de um lado encontramos atores que (...) estão muito mais preocupados com a 'máquina' da conservação, do que propriamente com suas implicações sociais para as populações que as habitam (...). Do outro lado, um contingente de atores sociais participantes desse debate atentam para as conseqüências sociais da criação dessas unidades".

[101] Todas as expressões entre aspas e em *itálico* foram extraídas de citações dos autores contidas neste tópico.

ecológico-ambientalista, ambientalista social-popular, tradicional-ambientalista, parquista, cientista social, cientista natural, antropólogo, biólogo, desenvolvimentista, sustentabilista, preservacionista, ecodesenvolvimentista, ecoconservacionista, etnoconservacionista, rodoviarista, autopoiético, *transpessoalista*, *ecofeminista* (e suas subdivisões: *ecofeminismo clássico, ecofeminismo espiritualista do terceiro mundo, ecofeminismo construtivista) e reservatorista*[102].

O mesmo ocorre ao identificarem "ênfases", "mitos", "escolas de pensamento", "áreas do conhecimento", "modos de pensar", "disciplinas", "causas", sendo a lista também extensa: *sociodiversidade*, *biodiversidade, bio-sociodiversidade, etnodiversidade, mito da natureza intocada, mito do bom selvagem, ecologia social, ecologia natural, ecologia profunda, determinismo sociológico, determinismo biológico, movimento social, movimento ecologista, novo ambientalismo, conservacionismo ambiental, ecologia do bem-estar humano*, *movimento de liberação animal, ecocentrismo autopoiético*, *ecocentrismo transpessoal, ecofeminismo, ciências sociais, ciências naturais, biologia da conservação, etnobiologia* e *etnoconservação*.

Finalizando. Sem contar o expressivo número de combinações (bipolares, em série ou na forma de "árvore") propostas a partir das expressões acima, boa parte, além de facilmente encontradas na literatura, faz parte do vocabulário nativo e está na ponta da língua de *experts* que discutem nosso "tema quente". Por mais que não nos limitemos a uma rápida referência em nota de rodapé - esforçando-nos em definir, contextualizar e indicar de onde vieram, de qual autor as tiramos e com que finalidade -, continuamos falando abertamente em *ecocêntricos*, *ecocêntricos*, *socioambientalistas, conservacionismo, desenvolvimentistas, sustentabilismo, antropocêntricos*, *ambientalismo* etc. Sendo assim, dedicarei o restante deste capítulo para discutir o funcionamento discursivo de tais categorias quando acionadas por pesquisadores.

2.2 Zarpando em direção ao mar revolto das categorias-artefato: primeiros comentários

> Há apenas palavras inexatas para designar alguma coisa exatamente.
>
> Gilles Deleuze, 1998.

Obviamente que parte das expressões citadas acima atravessa o espaço acadêmico, sendo larga e cotidianamente repetidas (tanto em sentido amplo como específico; tanto como rigorosos conceitos científicos como genéricas categorias operatórias) não só por cientistas, mas por uma variedade de sujeitos sociais, tais como: integrantes de agências governamentais; quadros de ONGs e OSCIPs nacionais e estrangeiras; profissionais do direito (procuradores

[102] Conversando com uma amiga bióloga que trabalha no Ibama, esta contou que "entre os *conservacionistas*" haveria ainda outro grupo, na maioria limnólogos, rotulados por ela como "*reservatoristas*", os quais veriam como positivo o aumento de reservatórios e lagos artificiais devido à construção de barragens, hidrelétricas, mineração e outras obras do tipo, visto que ajudariam a criar novos habitas para espécie que vivem em ambientes de água doce.

ambientais, advogados, juristas); representantes de movimentos sociais, sindicatos, populações tradicionais; empresas e suas representações de classe; jornalistas, educadores ambientais e outros segmentos da sociedade. Porém, enquanto relia esta breve revisão-descrição das categorias nativas, me deparei com a seguinte frase: estamos diante "de um sem-número de comentários, em grande parte repetitivos, que tornam o texto canônico demasiado sério e ao mesmo tempo sem seriedade para questionar (...) a lógica do modo de argumentação que ele emprega para produzir efeitos de verdade" (Bourdieu, 1998, p.177).

Tal possibilidade me levou a indagar coisas do tipo: será que fenômeno análogo não ocorreria no caso das noções usadas para identificar "visões" e "atores" sobre o nosso "tema quente"? A proliferação de hierarquizações e excesso de tipificações e modelos interpretativos não teria efeito contrário ao esperado, isto é, ao invés de esclarecer, não contribuiria para nos confundir ainda mais acerca de como especialistas, administradores, técnicos etc. interagem, pensam e atuam quando discutem este mesmo tema? A invenção de conceitos analíticos e o uso de categorias operatórias como recurso heurístico não atuaria como elemento esterilizador do debate? Subterfúgios esquemáticos excessivamente abrangentes e pouco flexíveis não ajudariam a ofuscar a complexidade envolvida e, com isso, cristalizar antigos estereótipos e futuras estigmatizações (prática comum quando cientistas realçam suas diferenças)?

De fato, se levada ao limite – sobretudo quando não se considera finalidade e circunstância envolvidas –, creio, sim, que esta prática pode reforçar a relação de alteridade já existente e fortalecer "posturas" irredutíveis. Se caracterizar "visões", "escolas", "correntes", "forças", "paradigmas" e "perspectivas" ajuda a explicar muita coisa e permite, até certo ponto, situar "atores", "grupos" e "segmentos", reproduzi-las corriqueiramente ou tomá-las como se fossem categorizações absolutas pode, de fato, tornar ainda mais difícil o encontro entre aqueles que pensam muito diferente uns dos outros. Mais do que isso, pode fazer com que, com o perdão da metáfora, ao invés de se encontrarem, colidam a uma velocidade perigosa.

Agora, se esquemas dicotômicos são reduções da realidade - e, portanto, invisibilizam, em alguma medida, aquilo que a divisão proposta não consegue dar conta de mostrar -, por outro lado, a existência de tantas designações qualificativas e a própria confusão que elas geram significa, indiretamente, que há diversidade de "posições", "visões", "grupos" etc. O que iremos acessar com elas dependerá da lente que colocamos em nossa luneta. Se quisermos identificar "dois lados" bem definidos, teremos uma visão panorâmica das divergências e disputas em torno de nosso "tema quente". Mas, se descemos da estratosfera das classificações, veremos que o quadro se complexificará bastante diante de nós.

A própria profusão de esquemas antagônicos pode ser vista com um dado, isto é, um indicativo de que o debate extrapola as fronteiras dicotômicas estabelecidas por estes mesmos

esquemas. Ainda que venha fortalecer eventuais rotulações, tanto no âmbito acadêmico como fora deste, o grande número de categorias disponíveis (sejam invenções conceituais ou noções vindas do universo social mais amplo) sinaliza uma tentativa de ultrapassar estereótipos e clichês que ajudam a encobrir a heterogeneidade presente na discussão sobre áreas protegidas e populações locais. Ao construir sua singularidade compreensiva (prática nativa por excelência), especialistas precisam fixar aspectos que, ao mesmo tempo, distanciem e aproximem aqueles que se propõem a entrar no debate. Ora, neste caso, como indaga Deleuze (2006, p.58), "qual é, nestas condições, a maior diferença? A maior diferença é a oposição".

Sob esta ótica, a confusão a que me referi passa a ser elemento dinamizador no debate, pois, se reconhecida e problematizada, contribui para que certezas sejam repensadas ou, ao menos, relativizadas (outra prática exercida por alguns pesquisadores). Quando a conotação das categorias disponíveis perde seu caráter evidente (como às vezes se quer fazer crer) e passa a ser fluida e intercambiável, divisões e "lados" (sejam quais forem) passam a não ser mais tão sólidos quanto aparentavam à primeira vista. Como há constante movimento e transmutação de sentidos, abre-se espaço para que a dúvida surja no horizonte; sendo que, em ciência, nada melhor do que uma boa dúvida para incitar cientistas a trabalharem ainda com mais afinco.

Como veremos adiante, alguns autores se propõem em seus trabalhos, se não demarcar visões críticas sobre elas, ao menos ampliar o alcance das dicotômicas. Se isso reforça a polarização existente – pois, por mais que se tente superar dicotomias, é preciso reconhecê-las para criticá-las -, a abundância de tipificações a disposição implica interesse em discutir nosso próprio sistema classificatório, sendo que muitos conceitos ou mesmo noções menos rigorosas são adotados visando esclarecer como procedemos. O fato de que há uma pluralidade de cientistas propondo "visões" diferenciadas sobre o que seus colegas produzem (ainda que por vezes baseados em esquemas maniqueístas) indica, por si só, mobilização no sentido de identificar "a lógica do modo de argumentação" por trás da produção científica sobre populações locais e áreas protegidas. Ainda que falem "de dentro" (pois são parte do processo de constituição destas "lógicas") e estejam cientes de que não são sujeitos desinteressados ou meros observadores, muitos autores buscam algum nível de estranhamento.

Por outro lado, apesar de poderem não estar familiarizados com todo arsenal vocabular descrito (desconhecendo certos termos e neologismos) ou não aceitar eventuais rótulos, não há como negar o fato de que há forte tendência de cientistas operarem com esquemas bipolares ao se referirem não só aos seus pares, mas, também, aos técnicos, *stakeholders*, *policy makers* e outros profissionais envolvidos com nosso "tema quente". Com efeito, tais esquemas os auxiliam a descrever como "atores" diversos (que não se resumem as pessoas, pois incluem as instituições em que elas atuam) se posicionam e interagem (ou não) entre si. Mas, sendo parte

do glossário corrente, servem também para qualificarem a produção intelectual, o modo de pensar ou o tipo de atuação de seus próprios pares.

Além disso, apesar de parte dos conceitos, noções e tipificações que hoje são senso-comum entre os que discutem nosso "tema quente" ganhar visibilidade a partir da evolução do debate político gerado, outro tanto foi inicialmente proposto, resgatado da literatura ou mesmo inventado por cientistas. Por mais que fiquem restritos ao universo acadêmico, a legitimidade alcançada por alguns de nós nas demais esferas sociais e políticas ajudou na sua divulgação e popularização. O que significa que muitos termos citados têm força performática e representacional suficiente para, ao serem repetidos mundo afora, modificar o mundo em que vivemos. Como no caso do léxico da Agenda 21 estudado por Mello (2006, p.35), também aqui

> o novo vocabulário produz determinadas representações do mundo social que são capazes de agir sobre este mundo, na medida em que atuam sobre as representações que dele têm os agentes sociais. Este novo léxico e seus enunciados contribuem, portanto, para construir a realidade pelo próprio fato de enunciá-la, de torná-la concebível, engendrando uma vontade coletiva que pode contribuir para sua produção.

Tomando emprestada uma frase de "O feiticeiro e sua magia" (Lévi-Strauss, 1996, p.194), a eficácia das categorias (ou das oposições) implica na crença das categorias (ou das oposições). Com isso, o trabalho executado por cientistas de variados matizes contribui para que *ecocêntricos, biodiversidade, conservacionistas, socioambientalistas, mito da natureza intocada e do bom selvagem* etc. passem não só a povoar nosso imaginário, mas a instituir e prescrever a realidade vivida como fato. Tal como ocorre com meus colegas, mesmo a breve e despretensiosa revisão que fiz há pouco supõe, como comenta Bourdieu (1996a), princípios de classificação, divisão e ordenação do mundo social, sendo que, se trocarmos o termo "classe" por "categoria" (duas palavrinhas muito próximas), creio que valeria o mesmo comentário seu:

> não se passa da categoria-no-papel à categoria 'real' a não ser por um trabalho político de mobilização: a categoria 'real', se é que ela alguma vez existiu 'realmente', é apenas a categoria realizada, isto é, mobilizada, resultado da luta de classificações como luta propriamente simbólica (e política) para impor uma visão do mundo social (...)" (Bourdieu, 1996a, p.26).

As categorias (analíticas ou políticas) que propomos-utilizamos, como qualquer recurso teórico-retórico, estão predispostas a serem tomadas como se fossem reais. Quando falamos em *socioambientalismo, conservacionismo, antropocêntrico* etc., signo e significante tendem a se confundir, indo além do seu caráter figurativo, representacional. Em suma, produzem o que Bourdieu (1996a, p.24) chamou de "efeito teoria": "a própria validade da classificação arrisca a indução a ver categorias teóricas, agrupamentos fictícios que só existem no papel, por uma decisão intelectual do pesquisador, como classes reais, grupos reais, constituídos como tais na realidade". Nesse sentido, de fato seria problemático pensar sujeitos sociais que encarnassem perfeitamente "tipos ideais" ou "visões" que tais expressões representam. Mesmo quando há explícita auto-identificação e amplo reconhecimento destas pelos demais, ao qualificar o que

entendemos ser *ecocêntrico* ou *etnoconservacionista*, reduzimos algo que, além de intangível devido a sua complexidade e inerentes ambigüidades, se transforma com e no tempo.

Porém, não se trata de negar a existência de oposições, modelos e esquemas; afinal, eles estão aí, vivos tanto nos artigos que lemos quanto na fala nativa. Só insisto que é possível olhar para a homogeneidade que eles supõem sem esquecer de procurar pela diversidade subjacente. Neste caso, passamos a incluir em nossa busca, no caso de uma oposição, por exemplo, tanto o que está **entre** um e outro "extremo", "lado", "pólo" (o que foi subsumido nela) como o que encontramos **fora** destes (o que está ausente dela). Igualmente, ao invés de propor novos enquadramentos e tipos ideais, um caminho alternativo seria focar nossa atenção no seu uso prático, isto é, atentar para o que acontece no momento em que os usamos, pragmaticamente, tanto para pensar o debate quanto para situar aqueles que estão debatendo. E aqui acompanho Goldman (2006, p.168) em sua crítica ao uso nada cuidadoso que sociólogos, cientistas políticos e antropólogos costumam fazer de noções como "reciprocidade" e "clientelismo" estendendo-a para o caso das categorias citadas no item anterior:

> em contraste com noções desse gênero que têm o mau costume de se converterem em chaves mestras - supostamente capazes de abrir qualquer porta -, creio ser mais prudente operar por meio de uma espécie de pluralização nominalista das categorias. (...) trata-se de **usar a diversidade terminológica como instrumento destinado a dar conta da diversidade dos usos** da reciprocidade [ao que acrescentaria: e **de outras "chaves mestras" como *ambientalismo, conservacionismo, ecocêntrico*** etc.], **elaborando**, assim, mais **uma pragmática sociológica** que uma semântica ou uma sintaxe.

O que não significa deixar de sustentar e defender nossas "posições", afinal, eventuais tipificações podem servir justamente para refletirmos sobre qual "posição" adotar (próxima, distante, indiferente) frente às "vertentes" e "atores" que identificamos. Embora se possa, por vício de profissão, legitimamente adotar (inconscientemente ou não) uma atitude de quem almeja se colocar como mero "observador" (seja buscando imparcialidade, seja estranhando o que nos é familiar), não há como fugir ao fato de que tais expressões funcionam como demarcadores de alteridades, identidades, valores e atributos. Voltando ao "Prelúdio para uma controvérsia", se não aceitei ser etiquetado com o rótulo *ambientalista*, o fato de minha colega propô-lo indica que tanto este como outros rótulos semelhantes demarcam lugares sociais. Ademais, como pesquisadores estão intencionalmente mergulhados nas disputas e conflitos oceânicos que nosso "tema quente" suscita, a existência de tantas designações expressa, como sugere a epígrafe do tópico anterior, o esforço de colocar alguma "ordem" nessa discussão, já que, diria Lévi-Strauss (1989, p.30), "toda classificação é superior ao caos".

Estou ciente, porém, que, enquanto algumas categorias possuem status de conceitos científicos, categorias sociológicas e ferramentas analíticas, outras servem para representar grupos e movimentos sociais (funcionando como instrumento de ação política). Ainda assim - e a despeito do seu caráter mais ou menos abrangente - nos dois casos elas são acionadas tanto

para simbolizar ou explicar dada realidade, processo, evento como para entender fenômenos relativos ao fazer e ao universos social por onde circulam cientistas e não cientistas. O que quer dizer que funcionam como categorizações contrastivas (que, conforme a conjuntura, podem ou não ser acionadas) relacionais (ou seja, que se encontram referenciadas umas às outras). Neste sentido, *socioambientalismo*, *conservacionistas*, *antropocentrismo*, *ambientalismo* são a forma objetivada (o signo) que permite delimitar "perspectivas", "paradigmas", "óticas" ou "correntes de pensamento" ou, ainda, que se possa visualizar – em um texto escrito ou em situações informais - possíveis oponentes, eventuais aliados ou personagens aparentemente indiferentes.

Aqui acompanho Barretto Filho (2002, p.47), o qual, ao historicizar a criação de duas UCs de proteção integral na Amazônia, trabalhou com a idéia latouriana de "artefato" para pensar a "tensão entre fato (científico) estabelecido e artefato (formulação não científica) instável". Como para estes autores, categorias usadas para se referir à discussão político-científica sobre o tema das populações locais e áreas protegidas constituem-se mais do que apenas "fatos prontos". Ao serem construídas, viraram artefatos, algo que, como diria Latour (2002, p.47), ao ser submetido à fabricação social "surpreende" "porque descobrimos ali a ação humana quando não esperávamos por isso"[103]. Além disso, se trabalharmos com categorias como se fossem conceitos (o que vários nativos fazem), comungo do comentário de Viveiros de Castro (2002B, p.124): "conceitos são objetos ou eventos intelectuais, não estados ou atributos mentais. Eles certamente 'passam pela cabeça' (ou, como se diria em inglês, 'cruzam a mente'): mas eles não ficam lá, e, sobretudo, não estão lá prontos – eles são inventados". Aliás, é de se perguntar quantas vezes expressões como *biodiversidade*, *conservacionismo, socioambientalismo* e os *mitos* da *natureza intocada* e do *bom selvagem* precisaram ser repetidos, reproduzidos e reafirmados até virarem fatos-artefatos? Quanto trabalho social foi preciso para que pudéssemos desqualificar a pesquisa do outro afirmando que este se guia por um "mito"? Quanto esforço intelectual foi necessário para que *socioambientalismo* virasse "paradigma"? Quanta energia discursiva foi despendida até que *biodiversidade* se tornasse uma das palavras mais repetidas quando se fala em áreas protegidas? Quantos relatórios técnicos e estudos científicos ajudaram a levar a categoria *população tradicional* para dentro do SNUC?

Apesar de não ter seguido o mesmo caminho de Barretto Filho (1997), sua assertiva pode ser transposta para as categorias descritas, as quais também constituem "artefatos sócio-culturais e históricos específicos". Ao que acrescentaria ainda o adjetivo composto: artefatos simbólico-performáticos. Simbólico, pois, como servem para nos colocar diante de sujeitos e

[103] Conforme Latour (2001, p.32), "há tanto uma história social das coisas como uma história 'coisificada' dos humanos", sendo que "podemos escolher entre dois repertórios: aquele onde somos 'intimados a escolher' entre construção e verdade, e aquele onde construção e realidade tornam-se sinônimos" (Latour, 2002, p.49).

idéias (figuração), sua simples menção em uma enunciação mobiliza, de diferentes maneiras, o imaginário de um número expressivo de pessoas (aí, incluídos, pesquisadores); lingüístico, porque, dependendo do contexto de quem enuncia e do caráter performativo da enunciação (Austin, 1990), sua força enquanto signo e representação conotativa são tamanhos que poderá despertar identificações e antagonismos imediatos (causando, portanto, efeitos bem concretos).

Mas não pretendo fazer uma sociogênese de como tais categorias surgiram no cenário nacional. Como disse, não seguirei o caminho de meu colega[104]. Além disso, já comentei que, diante da polissemia, ambigüidade e carga ideológica que carregam, afastei a hipótese de elegê-las como "tipos ideais", "modelos conceituais" ou "ferramentas analíticas" visando algum tipo de enquadramento apriorístico[105]. Mas se deixei o leitor livre para pensar quais hierarquizações lhe agradariam mais, não fiz o mesmo com o modo como os próprios pesquisadores realizam este procedimento. Ainda que não possa escapar aos estereótipos, pois constituem vocabulário nativo, não tratei suas (nossas) categorias como entidades permanentes, substantivas, totalizantes, mas como significantes relacionais cujos significados, além de desencadear ações, dependem, ao mesmo tempo, de circunstâncias conjunturais e fatores estruturais. Aceitando-as como expressões que fazem sentido para pesquisadores e concebidas para que se fale sobre os outros (e, por vezes, sobre nós mesmos), espero ter escapado a eventuais essencializações sem correr o risco de negar ou desvalorizar as divisões existentes.

2.3 Cientistas inventam, mas também "bricoleiam": algumas sobreposições

> Essa coisa de se definir não me preocupa porque não me encaixo em definições puristas, de ser isso ou aquilo (...). Esse sentimento de identidade única, em mim, acho que nunca existiu. Na verdade sou, fora dessa minha relação com movimentos sociais, um artesão. É trabalho muito solitário (...), mas eu acho que sou um artesão.
>
> Antropólogo entrevistado.

Abro este item reproduzindo (com alguns cortes e nomes fictícios) e-mails que troquei com um antropólogo entrevistado[106]. Inicialmente, enviei a ele mensagem com uma pergunta um tanto superficial (que não faria numa entrevista formal, por exemplo), mas que, por isso mesmo, creio que teve efeito ilustrativo interessante:

> Olá Eduardo, no último e-mail queria ter feito um pequeno pedido, pois talvez possa me dar uma pista; apenas como exemplo, haveria um núcleo ou grupo de pesquisa que você veria como representando, do lado dos cientistas naturais mais vinculados às visões conservacionistas, uma contraposição ao Núcleo A? Pensei, olhando a página deles, no Instituto B (...); mas (...) não sei se encaixaria no perfil.

---

[104] Barretto Filho (2001, p.46) buscou "fazer uma reconstrução histórica dos processos que levaram à criação [de] duas unidades [de conservação] (...) valorizando a descrição analítica de como aconteceu dessas duas áreas serem protegidas". Contudo, seu estudo traz contribuições ainda maiores, na medida em que traça uma genealogia da própria noção de unidade de conservação de proteção integral.

[105] Mesmo porque, durante as entrevistas, várias pessoas identificadas nominalmente como s*ocioambientalistas, conservacionistas, ecocêntrico, antropocêntrico* por seus colegas recusaram estas caracterizações.

[106] Reconheço que, embora tenha sido realizado com outro objetivo, o episódio relatado foi induzido por mim.

Caro Cleyton, se você puder explicar melhor o que quer dizer como "contraposição ao núcleo A", eu poderia lhe responder de modo mais qualificado.

Olá Eduardo, sim, tem razão, perdão pela superficialidade; não é nada muito importante, apenas um exercício que estou fazendo na tese; mas esclarecendo; creio que você conhece o Núcleo A; certamente ele não poderia ser classificado como núcleo "conservacionista", não?; então, estava tentando encontrar ou me lembrar de um centro de pesquisa com este perfil (conservacionista) cujo foco de atuação se relacionasse com a discussão sobre populações locais e áreas protegidas (por isso pensei no Instituto B);

Sim, nesse sentido, o Instituto B cabe nessa caracterização ***abrangente de "*****conservacionista***". *Há outros, menos focados em gente, mas* conservacionistas *todavia.* ***Quanto ao Núcleo A****, não sei se seria conveniente defini-lo como* conservacionista*, mas fazê-****lo também não seria tão inconveniente*** *assim.*

Obrigado Eduardo, sua resposta foi ótima; você me permite continuar sendo impertinente com minhas indagações um tanto superficiais? Se tivesse apenas as categorias socioambientalistas e conservacionistas e a nossa disposição, o Núcleo A entraria em qual delas? E se não pudesse ser enquadrado na segunda alternativa, qual outro núcleo de pesquisa poderia ser rotulado de socioambientalista?

Quando as categorias *existentes* ***são insuficientes****, Cleyton,* ***a gente as redistribui e inventa novas*** *para abarcar a complexidade do tecido social. O CPDA, por exemplo, seria* socioambientalista?[107]

Deixando de lado por enquanto este diálogo virtual, além de me sentir inquieto com a abundância de conceitos, noções e neologismos, me perguntava, perdido neste oceano: afinal, onde estão e quem são as pessoas nesse emaranhado de "tendências", "enfoques", "óticas"? Mas, como resisti à tentação de encaixá-las nas caixinhas existentes, alterei a pergunta: o que faz com que haja tamanha disponibilidade de designações em um ambiente marcado por "posições" aparentemente tão claras? O que leva pesquisadores a traçar antagonismos tão demarcados tendo, ao mesmo tempo, variado sistema êmico de classificação ao seu alcance? A resposta que encontrei parece evidente demais, mas talvez por isso não seja notada: depende.

Evidente porque a escolha de classificações ou oposições está ligada, entre outros fatores: à circunstância enunciativa em que são mencionadas (publicações científicas, relatórios técnicos, entrevistas, apresentações em fóruns científicos, reuniões informais ou formais com outros atores, assessorias etc.), ao conteúdo interno do texto onde estão inseridas (que indica sua conotação), aos interlocutores com quem o enunciador busca dialogar/contrapor (os quais, como vimos, são diversos) e ao grau de diferenciação/proximidade que se quer demarcar com tais interlocutores (procedimento que se objetiva nas referências a autores "aliados" ou "inimigos"). Mas fui percebendo que, por trás da obviedade, há sutilezas que complexificam a resposta às indagações anteriores. Será a elas que me aterei nos próximos itens.

Se partirmos de autores contemporâneos que se ocuparam com a suposta cisão entre representação e realidade, *conservacionistas, antropocêntricos, etnocêntricos, sustentabilistas socioambientalistas* e assim por diante não podem ser vistos como se nos colocassem diretamente perante um conjunto de idéias autônomas e, muito menos, diante de pessoas

[107] Situação semelhante a que propus a este antropólogo ocorreu com uma pesquisadora com quem conversei informalmente, mas que acabei não entrevistando. A certa altura do nosso papo, em que falávamos sobre quem é quem na pesquisa científica sobre áreas protegidas e populações locais, ela fez o seguinte comentário: "sabe como é a coisa? O Diegues é *conservacionista*. Já o Walter Neves e a Cristina Adams são *preservacionistas*".

concretas situadas fora do universo da linguagem[108]. Até porque, creio que seria difícil encontrar, andando por aí, um *ecofeminista autopoiético espiritualista do terceiro mundo.* Neste caso, não importa se *conservacionistas, antropocêntricos, etnocêntricos, sustentabilistas* e *socioambientalistas* existem, de fato, na realidade objetiva, essa é uma falsa questão ou, no mínimo, um tanto ultrapassada. O que essas expressões fazem, além de nos aproximar de modos discursivos específicos mutuamente compartilhados que se materializam como "correntes", "visões" etc., é acionar, através de um signo, uma imagem mental que associa determinados sujeitos sociais a maneiras de pensar o mundo a nossa volta. Sob este aspecto, ao ajudar a descrever, caracterizar ou analisar as ações destes sujeitos e os modos discursivos que acionam, tais categorias adquirem função instrumental, ao mesmo tempo, propositiva, prescritiva e designativa. Mesmo que sua função se restrinja ao interior de algumas poucas cabeças pensantes envolvidas com um debate estritamente acadêmico, ainda assim produzem efeitos, alguns deles não premeditados. Um desses efeitos é o tensionamento que o debate científico provoca no sentido de transformar e enriquecer os sentidos originais que tais categorias até então denotavam.

Eis que chegamos ao por que do neologismo "bricolear" que consta no título deste item. Lévi-Strauss (1989, p.33 e 34) adota este termo para se referir àquele que "trabalha utilizando meios indiretos (...). Caracteriza-o o fato de operar com materiais fragmentários já elaborados". Ele "arranja-se com (...) materiais bastante heteróclitos" e "seu primeiro passo é retrospectivo, ele deve voltar-se para um conjunto já constituído, formado por utensílios e materiais". Alguma semelhança com o tipo de trabalho executado por cientistas envolvidos com nosso "tema quente"[109]? Olhando novamente para as categorias descritas, vemos que boa parte existia antes de ser aplicada para pensar sobre este último. *Conservacionismo* e *preservacionismo*, por exemplo, como bem descreveu McCormick (1992), embora hoje muito vivos, têm já mais de um século de existência; a expressão *ecologia profunda* foi originalmente proposto pelo filósofo norueguês Arne Naess (1973) há 35 anos; conceitos como *culturalismo e naturalismo*, como vimos, foram extraídos de Moscovici por Diegues (1996); o mesmo se deu com a

[108] Para Souza Filho (1990, p.10), "a linguagem é uma prática social concreta e como tal deve ser analisada. Não há mais uma separação radical entre 'linguagem' e 'mundo', porque o que consideramos 'realidade' é constituído exatamente pela linguagem que adquirimos e empregamos". Ao que complementaria: "e vice-versa", pois, segundo Lévi-Strauss (1996, p.85), linguagem e cultura são "modalidades paralelas de uma atividade mais fundamental (...), enquanto a língua é produto desta, é também parte e condição da cultura". Latour (2001, p.21 e p.28) vai na mesma direção ao comentar as pretensões da fenomenologia em vencer a distância entre sujeito e objeto: "como se tal distinção fosse algo que pudesse ser vencido, como se não houvesse sido ideado para 'não' ser vencido! (...). Quando dizemos que não existe um mundo exterior, não negamos sua existência; ao contrário, recusamo-nos a conceber a existência a-histórica, isolada, inumana, fria e objetiva que lhe foi atribuída".

[109] Não pretendo entrar em polêmicas antropológicas referentes às distinções e aproximações propostas por Lévi-Strauss entre ciência, arte e mito. As citações extraídas visam somente descrever como se dá a produção e utilização do conjunto de expressões nativas apresentado no início do capítulo.

distinção *ambientalismo* e *ecologia social*, de Bookchin; o termo *ecofeminismo,* lançado pela ativista francesa Françoise d'Eaubonne, estava presente por volta de 1975; já nos anos 1980, *biodiversidade* passou a ser lugar comum nas *ciências naturais*[110]; e mais antigas são, nas *ciências sociais,* noções como *colonialismo, determinismo sociológico e determinismo biológico*; falamos no Brasil em políticas *desenvolvimentistas* desde Juscelino Kubitchek; por fim, até mesmo *mitos do bom selvagem* e *da natureza intocada* nos remetem ao distante século XVIII e à filosofia rousseauniana. Todavia, todas essas palavras foram resgatadas (bricoleadas) e hoje são fartamente adotadas por cientistas, os quais, através de "meios indiretos", fazem uso de "um conjunto" de noções e conceitos "já elaborados" extraídos de fontes "heteróclitas".

De fato, talvez não seja acaso a associação feita pelo antropólogo citado na epígrafe: "sou (...) um artesão. É trabalho muito solitário (...), mas acho que sou um artesão". É claro, não há muita coisa de novo neste tipo de procedimento, visto que quem já produziu um texto com aspirações científicas sabe como uma boa revisão bibliográfica ajuda a descobrir algum conceito ou noção analiticamente interessante. Além do mais, sabemos que existem expressões disponíveis na literatura que, em algum momento, como comenta Lévi-Strauss para o caso do bricoleur, "sempre podem servir". Muito disso se deve ao fato de que um cientista, "tanto quanto o bricoleur, posto em presença de uma dada tarefa, não pode fazer qualquer coisa, ele também deverá começar inventariando um conjunto predeterminado de conhecimentos teóricos e práticos" (Lévi-Strauss, 1989, p.35). Obviamente, esta colagem não significa falta de rigor, empenho e objetividade, visto que pesquisadores, como regra geral, têm extremo "cuidado com a observação exaustiva e com o inventário sistemático das relações e ligações" que abordam em suas publicações; sendo que sua "proliferação conceitual corresponde a uma atenção mais firme em relação às propriedades do real, a um interesse mais desperto para as distinções que aí possam ser introduzidas" (Lévi-Strauss,1989, p.25 e 17).

Embora muitos dos "elementos que o 'bricoleur' coleciona e utiliza [sejam] 'pré-limitados'", como novamente aponta Lévi-Strauss (1989, p.34), a escolha por uma ou outra categoria ou sistema de categorias (especialmente quando postas em oposição) "acarretará uma completa reorganização da estrutura que jamais será igual". Eis um ponto importante a ser desenvolvido. Nessa incessante reconstrução e reapropriação de conceitos e noções, acaba que "são sempre os antigos fins os chamados a desempenhar o papel de meios: os significados se transformam em significantes e vive-versa" (Lévi-Strauss, 1989, p.36). Além disso, como cientistas não propõem novas sínteses só a partir de oposições, mas também através de

[110] Conforme o ecólogo Thomas Lewinsohn (2001, http://www.comciencia.br – janeiro de 2008), "biodiversidade é hoje um dos termos científicos mais conhecidos e divulgados em todo o mundo (...), tornou-se conhecida a partir de uma reunião realizada nos Estados Unidos, cujos trabalhos foram publicados em 1988, num livro organizado pelo ecólogo Edward O. Wilson, da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos".

equivalências e homologias, sujeitos/objetos que antes se encontravam representados por determinado signo podem ser incorporados ao sentido imputado a outros objetos/sujeitos.

Vejamos dois exemplos. Lima (2002, p.37) cita os "pontos de vista *antropocêntrico* e *biocêntrico*" ao se referir a "política ambiental na Amazônia contemporânea". Mais adiante, associa o "ponto de vista *biocêntrico*" a "vários *movimentos ambientalistas* que compartilham a promoção de uma moral que reconhece o valor intrínseco das manifestações da natureza e promove o respeito à criação não humana (cf Pepper, 1996). As correntes mais radicais pregam mesmo uma concepção igualitária das espécies". Ocorre que, ao associar "vários *movimentos ambientalistas*" com o "ponto de vista *biocêntrico*", o sentido conferido a este último não mais se limita a ele mesmo, pois serve para caracterizar "vários *movimentos ambientalistas*". A fórmula é simples. Os primeiros contêm os segundos: "vários *movimentos ambientalistas*" são "*biocêntricos*" (sobretudo, "correntes mais radicais"). Procedimento parecido pode ser visto em Tavolaro (2000, p.75) quando inclui, dentro da "tendência *ecocêntrica*", "três subtendências: *ecocentrismo autopoiético*, *ecocentrismo transpessoal* e *ecofeminismo*". Assim, por inferência, poderíamos dizer com o autor que *ecofeministas* seriam, por definição, *ecocêntricos*.

Como as categorias disponíveis remetem necessariamente a outras categorias, também podem ocorrer desdobramentos miméticos em que uma expressão se desdobra em outras expressões, o que pode ser visto neste trecho do depoimento de um geógrafo que entrevistei:

> sou um cara que entra pro *movimento* [*ambiental*] e me considero *ambientalista*, essa é uma qualificação que se me atribuírem não vou me sentir desconfortável, embora lembrando, sou um *ecossocialista*. Eu falo de dentro do *movimento ambientalista*, não falo de fora. Eu falo politicamente a partir de dentro (...). Então, o negócio não era ser nem *ecologista*, ponto, nem *socialista*, ponto, era ser *ecossocialista*. Nós somos *ecossocialistas*, acho que esse é um grande paradigma que a gente deve pôr em debate hoje.

Se seguirmos meu interlocutor, *ambientalismo* conteria, em seu interior, todos que seguem a visão *ecossocialista*. E, como "não fala de fora", mas "de dentro" do *ambientalismo*, isto lhe permite não se sentir "desconfortável" com tal designação. Além disso, este trecho mostra como bricolear expressões pode ocasionar fusões semânticas. No caso, *ecologista* e *socialista* foram pragmaticamente unidos formando o neologismo *ecossocialista*. Mas categorias também assumem valor **equivalente**, como nesta citação de Santilli (2005, p.34):

> o novo paradigma do desenvolvimento preconizado pelo *socioambientalismo* deve promover e valorizar a diversidade cultural e a consolidação do processo democrático no país, com ampla participação social na gestão ambiental. Nas palavras de Boaventura Santos, trata-se de um *novo paradigma de desenvolvimento*, *ecossocialista*, que se contrapõe ao *paradigma capital-expansionista* (...). Já o paradigma emergente, o paradigma *ecossocialista*, é descrito por Boaventura com as seguintes características: o desenvolvimento social é aferido pelo modo como são satisfeitas as necessidades humanas fundamentais e é tanto maior, em nível global, quanto mais diverso e menos desigual.

Pelo que se pode depreender, *socioambientalismo* estaria próximo (quase sinônimo) ao "paradigma" *ecossocialista*, (aproximação de significados cuja síntese aparece na expressão

"novo paradigma de desenvolvimento". Aqui temos um efeito de complementaridade em que aludir ao "paradigma" *ecossocialista* ajuda a definir, por associação, *socioambientalismo*. Como vimos (ver pág. 70), mesmo efeito pode ser encontrado em Milano (2002b), que adota *utilitarista* como sinônimo de *socioambientalista* e, também, em Alexandre, que cita *conservacionismo ambiental* como expressão equivalente de *ecoconservacionismo*.

No caso de Lima e Tavolaro, tal procedimento permite que a categoria *ecocêntrico* (por proximidade ou equivalência) possa se transformar em parte do sentido que alguém deseje conferir àquilo que conhecemos como *preservacionismo*; já se seguirmos Santilli, ambas as expressões poderiam ser adotadas como sinônimos. Mas o inverso pode não ocorrer da mesma forma. Ao identificar *preservacionistas* como seguidores da "visão" *ecocêntrica*, nem todos os *ecocêntricos* estarão incluídos dentro do *preservacionismo* (*conservacionistas*, por exemplo, poderiam ser considerados *ecocêntricos*). O mesmo vale para *antropocêntrico*, categoria usada às vezes para caracterizar a "corrente" *socioambientalista*. Aqui, este último significante supõe o significado da categoria *antropocêntrico*; contudo, como no caso anterior, talvez o contrário não ocorra, visto que *desenvolvimentistas*, por exemplo, provavelmente serão descritos como *antropocêntricos*. Seguindo esta dinâmica, a definição de *culturalismo* pode vir a fazer parte do conteúdo subjacente à categoria *ecologia social*; características imputadas ao *preservacionismo* podem migrar e ser então incluídas na "visão" *conservacionista* (cuja representação encontrar-se-á agora ampliada, pois teríamos um *conservacionismo* mais abrangente).

No limite, se pretendo explicar porque considero tal "grupo" como *socioambientalista*, posso dizer, por exemplo, que seus representantes, ao seguirem uma "perspectiva" *culturalista,* serem influenciados pelo *utilitarismo*, só se preocuparem com a *sociodiversidade* e não com a *biodiversidade* e fazerem pesquisas impregnadas pela "ideologia" do *mito do bom selvagem*, seriam *antropocêntricos*. O mesmo ocorre se desejo justificar porque considero outro "setor" como *preservacionista*, pois posso dizer que, por seus representantes adotarem uma "visão" *naturalista* do mundo, seguirem uma "ótica" *protecionista* ao lidar com a *biodiversidade,* defenderem a criação de UCs que seguem o "modelo" *parquista*, e, com isso, interpretarem a proteção da natureza a partir do *mito da natureza intocada*, eles seriam *biocêntricos*.

No primeiro caso, um *socioambientalista* teria atrás de si o peso do *culturalismo, utilitarismo* e *antropocentrismo,* além das acusações de balizar suas idéias a partir de um *mito* e de ser preconceituoso em relação às *diversidades* não-humanas. Já no segundo, um *preservacionista* seria influenciado internamente pelo *naturalismo, protecionismo, parquismo* e *biocentrismo,* além da responsabilidade de organizar suas idéias a partir de outro *mito* e de desconsiderar a *diversidade cultural* que caracteriza nossa espécie. Contudo, reparem que as combinações possíveis são inúmeras e dependentes dos pontos de partida e de chegada. Assim,

se quero caracterizar *socioambientalismo*, por exemplo, posso substituir a dedução final de que seus integrantes são *antropocêntricos* pela designação *utilitarista*; já se pretendo descrever os *conservacionistas*, posso acionar *biocentrismo* para concluir que eles são *protecionistas*.

De todo modo, estes exemplos mostram que, nas interpretações de pesquisadores, o que determinado signo (um símbolo que condensa em torno si significados imediatos) expressa (indicando sentido e conotação ligados a atributos, valores e identidades) pode passar a fazer parte do que se pretende expressar através de outro signo. Embora esteja falando de um tema bem diferente, creio que valeria aqui mesma conclusão a que chega Tavolaro (2000, p.80): como "a um transbordamento de significados e significações que se mesclam entre si, tomando emprestado elementos, signos, códigos, símbolos etc., uns dos outros, perfazendo um conjunto de relações de tensão, complementaridade e antagonismo", tal situação termina por permitir que haja certa inconstância e mobilidade nas qualificações e classificações nativas.

Mas juntar categorias na forma de oposições leva a outra possibilidade. Ao invés do efeito cumulativo, expressões cujos significados tendem a ser incluídos no que se pretende representar através de termos mais abrangentes (a palavra *preservacionista*, por exemplo, que pode carregar o sentido da palavra *ecocêntrico*) também podem preservar uma relativa "identidade". Ao invés de um acúmulo de sentidos, há então uma troca de sentido, o que, por sua vez, garante elasticidade circunstancial para que um mesmo "ator" ou "setor" ora seja rotulado *ecocêntrico*, ora *preservacionista*, ora *conservacionista*, ora *cientificista*, ora *ambientalista*. Da mesma forma, uma "perspectiva" poderá ser qualificada, numa situação, como *antropocêntrica,* em outra *etnoconservacionista*, em outra *socioambientalista*, em outra de *sustentabilista* e até mesmo dita *conservacionista*.

E aqui chegamos à troca de e-mails que tive com meu colega. Como ilustra a demanda criada por mim, nada impede que um núcleo de pesquisa ou um pesquisador seja designado num momento como *conservacionista* para em outro ser chamado de *socioambientalista* e, em outro, de *sustentabilista*. Mas tal maleabilidade não significa chegar à conclusão ligeira de que estaríamos diante de categorias pouco precisas. Pelo contrário, se seu acionamento acha-se vinculado a existência de planos de alteridade-afinidade distintos, a possibilidade de lidar com elas de diferentes maneiras torna-se perfeitamente compreensível. Em parte, tal dependência permite que um pesquisador, como no e-mail transcrito, possa classificar determinado instituto de pesquisa a partir da "categorização **abrangente** de '*conservacionista*'" e, ao mesmo tempo, reconheça que "**também não seria tão inconveniente**" utilizar o termo *conservacionista* para caracterizar outro centro de pesquisa com interesse científico e visão política bem distinta.

Agora, se "combinações possíveis de serem feitas através das categorias disponíveis são limitadas pelo fato de serem tomadas de empréstimo à língua, onde já possuem um sentido que

restringe sua liberdade de ação", a diferença entre bricoleur e cientista reside no empenho em se libertar dos "resíduos e fragmentos de fatos" de que dispõe "criando seus próprios resíduos e fragmentos de fatos" (Lévi-Strauss, 1989, p. 34). Se é comum ambos elaborarem "estruturas" organizando fatos ou objetos, cientistas se propõem também a "criar seus próprios meios e resultados sob a forma de fatos, graças às estruturas que fabrica sem cessar e que são suas hipóteses e teorias" (Lévi-Strauss, 1989, p.37). Como aconselhou o antropólogo em seu último email, "quando categorias existentes são insuficientes, a gente as **redistribui e inventa novas**".

Cientistas que falam e escrevem sobre nosso "tema quente", mais do que bricolear a literatura disponível ou buscar categorias no mundo social do qual participam, podem inventar eles próprios, na forma de conceitos previamente definidos, novas categorias com funções e significados inéditos. A forma mais comum de objetivar esta fabricação se dá através da invenção de neologismos, do acréscimo de prefixos e da adição de adjetivos posteriores ou anteriores aos termos originais. No primeiro caso, há expressões como *sustentabilismo*; no segundo, termos prefixados como ***sócio**-conservacionismo, **eco**desenvolvimentismo, **eco**conservacionismo, **etno**conservacionismo* e ***socio**ambientalismo*; e no terceiro, a adição de ***novo** ambientalismo*, *ambientalismo **clássico***, *conservacionismo **tradicional***, *ecocentrismo **transpessoal***; *ecocentrismo **autopoiético***[111]. Como se vê, o empreendimento de propor tais noções sugere que pesquisadores seguem à risca o conselho de Lévi-Strauss.

Embora alguns "ismos" e "istas" possam não ter sido inventados por cientistas (como *socioambientalismo* e *ecologismo*, forjados simultaneamente ao trabalho social desempenhado por organizações, movimentos e grupos com interesses específicos[112]), passaram a integrar o rol de designações adotadas para falar sobre populações locais e áreas protegidas, sobretudo, a partir do final dos anos 1980. Portanto, num período em que conflitos envolvendo a criação de UCs ganham visibilidade e status de "problema social", passando a ser reconhecidos e enfrentados como questões que merecem atenção do Estado. Nesse sentido, tais expressões (sejam tratadas como conceitos, categorias políticas ou simples designações gerais) se diferenciam das demais expressões bricoleadas, pois foram geradas diretamente a partir destes conflitos (sendo deles produto e resultado) e do confronto entre forças e atores sociais distintos.

Ao mesmo tempo, mudanças e acréscimos de sentido ocorreram sincronicamente com transformações que, nos últimos 20 anos, aconteceram nas políticas públicas voltadas tanto para a preservação da diversidade ecológica do país como para a proteção de nossa diversidade

[111] Dentre as expressões "prefixadas" creio que a mais antiga seja *ecodesenvolvimento*, proposta por Sachs em 1976 como alternativa aos conceitos de desenvolvimento vigentes. Porém, a despeito da precisão das datas ou se este ou aquele termo apareceu antes ou depois, chamo atenção de que, além de surgirem em circunstâncias distintas, os significados produzidos sobre eles vão sendo adaptados conforme múltiplos objetivos.
[112] Ver Santilli (2005).

cultural. Tais categorias não precisaram passar pelo filtro de especialistas que, garimpando a literatura sobre naturalismo europeu, romantismo oitocentista, confrontos no final do século XIX entre John Muir e Gifford Pinchot, movimentos contraculturais, "novos movimentos sociais", sensibilidades ecológicos surgidas na década de 1970 (ver Carvalho, 2001) ou mesmo sobre alguma faceta da problemática ambiental atual, resgataram expressões ressignificando-as com base em releituras sobre mudanças contemporâneas no uso e controle de recursos naturais.

Claro que, depois de ofertadas nos balcões científicos disponíveis (teses, dissertações, anais, revistas, livros, coletâneas etc.), muitas categorias inéditas, bricoleadas ou retiradas de lutas políticas mais amplas poderão cair rapidamente no limbo de uma presença-ausente, sendo sepultadas em uma destas prateleiras (certamente alguns termos citados estão nesta iminência). No caso de nosso "tema quente", é de se pensar em quantos neologismos, prefixos anexados e conceitos ressuscitados da literatura não terão, nestes últimos 20 anos, nascido natimortos ou, ao menos, não conseguiram chegar até mim para que fossem citados. Aliás, considerando a fartura de publicações sobre áreas protegidas e populações locais (algo que, ao ir atrás, me impressionou bastante), não seria difícil que algum texto brilhante e inovador, avançadíssimo para a época, permanecesse enterrado em alguma biblioteca setorial até que um historiador escafandrista o descobrisse 20 anos depois e bricoleasse, a sua maneira e com outros fins, noções e conceitos que então foram usados. Como comenta Latour, não há nada pior para um cientista, mais do que ser criticado ou demolido por seus pares, do que ser ignorado: "para sobreviver ou transformar-se em fato, uma afirmação [ou uma de nossas categorias] precisa da 'geração' seguinte de textos: metaforicamente falando, afirmações são muito parecidas com genes: não conseguem sobreviver se não conseguirem passar para os organismos [no nosso caso, para os textos dos pesquisadores] subseqüentes" (Latour, 2000, p.67).

E aqui não importa se, ao proceder dessa forma, um pesquisador pretenda usá-las para construir novas sínteses, realizar um estudo de caso, debater uma controvérsia vinculada ao tema das áreas protegidas e populações locais, identificar os atores envolvidos e suas disputas ou criticar, fortalecer ou simplesmente descrever o que eles estão fazendo. O que importa é que sejam "tomadas como referência por textos posteriores" e que o autor seja "feliz" (no sentido austiniano, 1990) em seu intento[113]. Caso um pesquisador consiga imprimir suas categorias (inventadas ou bricoleadas) nos textos de seus colegas, e elas passem a ser "aceitas por outros como fatos, então está feito; [elas] são um fato" (Latour, 2000, p.61). A partir daí, ao menos no campo científico, estrito senso, podem começar os ataques e as defesas onde lidar e brincar (no

[113] Austin (1990) tenta escapar à cilada sobre veracidade e falsidade de "declarações" e "proferimentos performativos" enfocando as "condições de felicidade e de infelicidade" por trás da enunciação enquanto "ato de fala". No primeiro caso, está última tem um desfecho "feliz e sem tropeços" porque se mostrou adequada a estas condições, caso contrário, o malogro ou infelicidade se deve ao não cumprimento destas condições.

sentido nada pejorativo, ao contrário, positivo de "tomar parte em" e "agir como se estivesse a vivenciar certa situação") com nossas categorias será um trunfo importante.

Aliás, considerando a intensidade do trabalho executado em termos de construção social de novas e velhas oposições, não surpreenderia se no futuro próximo algum antropólogo, curioso com sua origem, etnografasse o processo de ressignificação de algumas delas. Neste caso, provavelmente encontraria signos que "perderam a guerra", ou já não são repetidos e não constam nem nos textos dos cientistas atuais nem nas falas dos demais atores; oposições que se encontram um tanto moribundas ou pelo menos já deslocadas, vistas com certa desconfiança, como anacrônicas e cujos sentidos originais já não correspondem à realidade atual; termos que estão na "crista da onda", verdadeiras palavras "da moda" que, por terem adquirido elevada força enunciativa devido à sua amplitude política e conotação ideológica, ao serem repetidas agitam os ânimos das pessoas pelo simples fato de serem ditas; por fim, categorias que estão em "estado de gravidez" ou querendo dar seus primeiros passos, símbolos representacionais que, no futuro, podem representar o que representam hoje expressões como *ambientalistas, socioambientalistas, conservacionistas* e os respectivos esquemas dicotômicos em que aparecem, mas que, igualmente, correm o risco de cair rapidamente no esquecimento tal como órfãs abandonadas em algum orfanato estatal na periferia de uma grande cidade.

Por outro lado, em um texto científico qualquer, uma vez estendidos os sentidos de uma categoria a outra, ocorre inevitavelmente um deslocamento (uma "erosão", segundo Latour; assoreamento, diria eu) de significados, sendo que esse deslocamento continuará a se processar conforme a nova interpretação ganhe visibilidade. Como comenta Latour (2000, p.52 e 67), ao tratar do "aspecto coletivo da construção de fatos", "o destino das coisas que dizemos e fazemos está nas mãos de quem as usar depois" e "tudo o que um texto fizer com a literatura anterior será feito a ele pela literatura posterior". Seguindo metáfora de Deleuze (1998.p.16), seria como "ter um saco onde coloco tudo o que encontro, com a condição que me coloquem também num saco". Por mais que se esforcem, cientistas não controlam os desdobramentos que ocorrem após publicarem seus artigos, relatórios, *papers* e teses, sendo que sua intenção inicial estará, desde já, exposta ao escrutínio público (ainda que restrito) e entregue à sorte alheia. Parodiando o quê acostumamos ouvir em enlatados estadunidenses (e como veremos no item 4.5): tudo o que um pesquisador escrever sobre áreas protegidas e populações locais poderá ser eventualmente usado contra ou a seu favor até que outro pesquisador prove o contrário.

Mas como a circulação de categorias não se restringe ao campo científico, seu sucesso (no sentido de popularização e uso freqüente por cientistas e não-cientistas) depende das redes e relações sociais e políticas mais amplas que forem estabelecidas. Neste caso, a habilidade de se articular para fora dos muros acadêmicos e de gerar ou ampliar vínculos com outros

segmentos sociais pode ser decisiva para que uma ou outra designação vire fato consumado ou, como diz Latour, passe a funcionar como uma "caixa-preta". Da mesma forma, expressões como *socioambientalismo, conservacionismo, biocentrismo* e *antropocentrismo* e seus sentidos associados necessitam, para sobreviverem, não só do trabalho incessante de cientistas, mas, igualmente, da atuação de ativistas e militantes (papel este que, como veremos no quinto e sexto capítulos, pode ser preenchido pelos próprios cientistas) e das redes em que atuam. Assim, algumas expressões, antes de ganhar as ruas e se transformar em categorias políticas, foram inventadas para serem adotadas como categorias heurísticas, conceitos que ajudam cientistas a explicar a realidade a sua volta (cujos exemplos mais emblemáticos talvez seja a dupla *ecocêntrico* e *antropocêntrico)*; já outras, antes de circularem pelos corredores universitários, defesas de tese, fóruns científicos e salas de nossos orientadores, surgiram no âmbito das lutas sociais concretas relacionadas às questões ambientais de modo geral (sendo o caso das expressões *ambientalistas, ecologistas* e *socioambientalistas* exemplos clássicos).

Exemplos disso são as expressões "extrativista" e "população tradicional". Embora ambas tenham sido já incorporadas à legislação sobre áreas protegidas, enquanto a primeira veio diretamente das lutas do movimento dos seringueiros e "povos da floresta", a segunda resulta da perspicácia de alguns cientistas sociais sintonizados com os direitos de minorias étnicas e grupos sociais subalternos culturalmente diferenciados. O mesmo poderia ser dito sobre as duas principais categorias de uso direto constantes no SNUC: "Reserva Extrativista" (termo cunhado pelos seringueiros) e "Reserva de Desenvolvimento Sustentável" (proposto por um grupo de especialistas – boa parte deles, pesquisadores); ou, ainda, se pensarmos nos dois instrumentos originalmente criados para regular o uso dos recursos naturais nestas UCs: "plano de uso" (adotado pelos seringueiros) e "plano de manejo" (propostos por biólogos conservação) (ver Lima, 2002, Cunha e Almeida, 2004 e Almeida, 2004).

Algo parecido se passa com oposições alicerçadas em conceitos e categorias nativas. Se alguns esquemas dicotômicos ganharam expressiva visibilidade, outros não, sendo que só o futuro dirá (ou melhor, seus intérpretes recontarão) o que acontecerá com eles. Em todo caso, ao menos no início, nenhuma categoria ou oposição citada possuía vida própria ou era tão sólida que dispensasse apoio (seja ele vindo ou não de especialistas) para continuar sendo repetida. Para que esquemas antagônicos do tipo *naturalismo* x *culturalismo*, *preservacionismo* x *conservacionismo*, *ecocêntrico* x *antropocêntrico*, *socioambientalismo* x *ambientalismo* se tornassem fatos-artefatos, muito trabalho de construção social precisou e continua a ser feito.

E, realmente, algumas oposições têm sido replicadas, mimetizadas, reelaboradas e adaptadas à exaustão. Em muitos casos, uma espécie de referência tautológica se instala, fazendo com que sejam literalmente adotadas (no sentido fraterno mesmo) por cientistas, os

quais as assumem, abraçam, acolhem e passam a admiti-las como suas (o que, de certa forma, são). Embora sofram ressignificações e sejam apropriadas com finalidades distintas (gerando um "efeito de deslocamento"), algo delas permanece, mesmo que já transfigurado, quando são repetidas. Neste sentido, a tradicional oposição *preservacionismo* x *conservacionismo*, por exemplo – bricoleada do contexto estadunidense e exaustivamente adotada nos anos 1990 para explicar o ambiente polarizado da época –, não significa apenas que no passado constituiu-se um antagonismo ou que tal divisão seja agora extemporânea e tenha perdido heuristicidade ou correspondência com a realidade objetiva. Sua perpetuação, bem como de outras oposições, representa o fato presente de ter havido tal cisão; implicando, portanto, alguma atualização[114].

2.4 Personificação, "outro ausente" e o caráter relacional das oposições e categorias nativas

> Primeiro veio a idéia de que os *conservacionistas* eram *preservacionistas*. Hoje o rótulo *conservacionista* ficou para a geração anterior que têm uma preocupação mais tópica com proteção da biodiversidade e áreas protegidas. E agora tem os *socioambientalistas*, que desistiram de ser *conservacionistas* e viraram *socioambientalistas*.
>
> Historiador entrevistado (fevereiro de 2007).

Em termos lingüísticos, as categorias usadas para qualificar nosso "tema quente" e os especialistas que o estudam supõem duas dimensões básicas: significante (forma lingüística assumida pelos sujeitos/objetos que se deseja representar) e significado (sentido imputado a estes objetos/sujeitos representados). Ambas, por sua vez, se precipitam através de um signo feito palavra (*socioambientalista*, por exemplo), sendo que esta e outras expressões, embora não possam vir a ser o que representam - pois a imagem não pode ser a própria idéia que representa -, podem desempenhar o papel de signo. Este, por sua vez, atua como "um intermediário, elo entre imagem e conceito, que, na união assim estabelecida, desempenha respectivamente os papéis de significante e significado. Como a imagem, o signo é um ser concreto, mas assemelha-se ao conceito por seu poder referencial" (Lévi-Strauss, 1989, p.33).

Sendo assim, nossas categorias, ao funcionarem como signos, substituem algo, ou melhor, se colocam no seu lugar condensando em torno de si - como num espelho, pintura, fotografia, desenho – o próprio vínculo entre a figura representada e o que ela expressa. O que leva a supor que o reconhecimento de polaridades, "correntes" ou "visões" através dos signos disponíveis implica uma **relação** que se dá em diferentes níveis. Em primeiro lugar, toda tipificação se constitui necessariamente em relação àquilo que pretende figurar. Logo, *conservacionista*, *ecocêntrico* etc. constituem o que em lingüística se conhece por "expressões referenciais que se referem a ou apontam para alguma coisa no mundo não lingüístico" (Trask,

[114] Os depoimentos reproduzidos no sexto capítulo ilustram bem como cientistas contribuem para este exercício de atualização, bem como para a produção de significados associados a categorias e oposições.

2004, p.253). No nosso caso isso se dá, sobretudo, em relação a **um ou mais sujeitos** (pessoas, autores, mas, também, núcleos de pesquisa, fóruns científicos, pós-graduações, ONGs, órgãos do governo) ou em relação a **um conjunto de idéias** (mais gerais ou mais específicas) que, como vimos, se materializa na forma de "óticas", "vertentes", "paradigmas" etc.

Mas este caráter relacional das categorias adotadas também se dá entre elas, podendo se manifestar de forma implícita ou explícita. Na forma implícita a relação entre significantes e significados é menos nítida, ocorrendo quando pesquisadores se referem a uma única "tendência", "facção", "via" sem associá-la às demais no contexto da enunciação[115]. Assim, embora outras categorias possam ser citadas aqui e ali, acham-se relativamente soltas, pois seu usuário não demarca vínculo direto entre elas. Porém, ainda que suas co-irmãs não apareçam, cada "expressão referencial" tende a remeter o leitor (ao menos o leitor informado, o que é o caso) a outras expressões que, mesmo sem ser citadas, não deixam de estar presentes.

Resultado. Em uma discussão sobre populações locais e áreas protegidas, a referência ao *conservacionismo*, por exemplo, nos leva a associar este último a "atores" específicos ou a um conjunto de idéias pré-concebidas, sendo que a própria relação de oposição é mentalmente acionada através de signos como *socioambientalismo* e *preservacionismo*[116]. Do mesmo modo, ao se acusar um autor de ser influenciado pelo *mito da natureza intocada*, além de já ter uma visão anterior deste último, há boas chances do leitor lembrar do *mito do bom selvagem* como elemento presente no debate sobre nosso "tema quente". Mesmo fenômeno ocorre com termos como *sustentabilistas* (que remete aos *desenvolvimentistas*), *sociodiversidade* (que atrai *biodiversidade*), *ecocêntrico* (que chama pelos *antropocêntricos*) e assim por diante.

Já a forma explícita surge quando nos referimos aos tradicionais antagonismos do tipo *conservacionista* x *socioambientalista, antropocêntrico* x *ecocêntrico* etc. Aqui há relação direta entre dois pólos. Como um implica o outro e o outro implica um, a definição proposta para um "grupo", "perspectiva", "segmento" informa atributos (ainda que ausentes) do grupo, perspectiva, segmento que lhe faz par. No caso de não haver definição explícita, ainda assim ambos continuam compondo um sistema classificatório cujas partes não podem ser indiferentes entre si, pois só fazem sentido quando referidas umas às outras. Como resultado, se colocados em oposição, falar sobre *conservacionistas* implica falar sobre *socioambientalistas*; descrever "perspectivas" *ecocêntricas* significa descrever (por negação) "visões" *antropocêntricas*. Por mais antagônicas que possam parecer "vertentes" ou "óticas" identificadas através destes

[115] Tal referência pode tanto estar circunscrita apenas a uma frase ou parágrafo como ser feita ao longo de um *paper* inteiro. Mas como abordar esta diferença implicaria entrar no campo da lingüística, não as discutirei aqui.
[116] Dooley e Levinsohn (2003, p.84) argumentam que, mentalmente, temos a nossa disposição "conceitos ativos" (informações anteriormente dadas), "conceitos acessíveis" (que estiveram ativos em momento anterior do discurso ou fizeram parte das expectativas do ouvinte) e "conceitos inativos" (que poderão ser eventualmente ativados).

signos, elas formam uma unidade cujas partes se complementam. Assim, se, a partir da dualidade *conservacionistas* x *socioambientalistas* digo que os primeiros são *ecocêntricos*, estou sugerido que os segundos não seriam *ecocêntricos*; se digo que os segundos são *antropocêntricos*, estou inferindo que *conservacionistas* não seriam *antropocêntricos*.

Resumindo, quando pesquisadores usam estes e outros signos para demarcar oposições, estabelece-se um elo entre eles que os aproxima, produzindo assim um efeito contrastivo em que a referência a um faz com que o outro se sobressaia. Ao mesmo tempo em que supõe o outro, nos remete ao outro e diz algo sobre o outro, cada expressão que compõe a oposição só faz sentido porque colocado em relação ao seu par. No caso da forma explícita, esta relação é necessária, obrigatória e na forma implícita, latente, existindo ao menos enquanto potência.

Outro fenômeno recorrente ligado ao uso de esquemas classificatórios se refere ao efeito de "personificação" daquilo que se deseja representar. Na maioria dos casos, isso ocorre junto com o uso dos artigos definidos "o", "a", "os", "as". Tomemos como exemplo as frases:

> "O *socioambientalismo* brasileiro, tal como o reconhecemos e identificamos atualmente, **nasceu** e **se desenvolveu** especialmente a partir da segunda metade dos anos 80" (Santilli, 2005, p.245).
> "O *socioambientalismo* (...) **definiu** conceitos, valores e paradigmas que irradiaram seus efeitos sobre o ordenamento jurídico" (Santilli, 2005, p.19).
> "O *socioambientalismo*, ao se constituir síntese de vários temas, **articula** alianças entre segmentos políticos" (Santilli, 2005, p.246).
> "O *ambientalismo* brasileiro **mudou**, **está** mais 'menos verde', mais 'perto do povo', e mais preocupado com as questões sociais" (Crespo 2002 *apud* Santilli, 2005, p.51).
> "O *ambientalismo* **opera** sobre o mundo da vida racionalizado ao defender âmbitos de reprodução cultural, integração social e socialização ameaçados por invasões de esferas da vida social (...)"
> "O '*ambientalismo*' **insiste** que as UCs de uso indireto são indispensáveis para a conservação da natureza e, em especial, sua biodiversidade, enquanto o '*socioambientalismo*' **considera** que a proteção da natureza pode ser feita em UCs de uso direto" (Dourojeanni e Jorge-Pádua, 2001, p.124).
> "O *conservacionismo* tradicional **tende** a localizar a causa do problema na falta de sensibilidade ecológica e de espírito público das elites dirigentes, políticas e empresariais e, por extensão, na falta de educação e consciência da própria população" (Mercadante, 2001, p.197).
> "tanto McCormick (1992) quanto Caulifield (1992) nos passam a equivocada idéia de que o *conservacionismo* **teria ficado** em algum lugar do passado (...)".

Nestas frases categorias designativas adquirem vida própria e, literalmente, aparecem **fazendo** algo. Além do *socioambientalismo* "nascer" e "se desenvolver", como uma pessoa, "define", "articula", "considera"; já o *ambientalismo* "insiste" e "opera" e o *conservacionismo "*tende". Tal efeito prosopopéico de atribuir qualidades humanas e permitir que *ambientalismo, socioambientalismo* e *conservacionismo* ajam, se movimentem, decidam e tenham voz faz com que tais substantivos ganhem grande força representacional, sendo vistos como se fossem verdadeiras entidades com capacidade de se manifestar. O próprio retrato se torna o retratado.

Além disso, ainda que se reconheça a presença de diversas "vertentes", o artigo definido ("o") no singular denota a idéia de relativa unidade em que, por correspondência,

haveria "atores" definidos alinhados a cada uma delas[117]. Ao personificar um "modelo de conservação" (Santilli, 2005), uma "visão *conservacionista*" (Mercadante, 2001) ou um "movimento ambiental" (Dourojeanni e Jorge-Pádua, 2001), reforçamos a identidade coletiva por trás destes substantivos, o que implica reconhecer que um conjunto de pessoas compartilha ideais comuns representadas, por sua vez, por estes "modelos", "visões" e "movimentos".

Havia comentado que o funcionamento destas categorias em uma enunciação se acha limitado pelos objetivos de quem as usa, porém, também pela constante ressignificação executada por quem posteriormente se apropria do texto onde estão inseridas. Como um esquema dicotômico presume um usuário ou locutor (que propõe seu sentido) e os eventuais destinatários (que irão ler ou ouvir o que foi escrito ou dito), têm-se então uma relação entre o "eu" que enuncia e o "tu" a quem se dirige à enunciação[118]. E, como em qualquer diálogo, os papéis podem se inverter posteriormente se a pessoa ou pessoas que ocupavam o lugar do "tu" tomarem o lugar do "eu" na medida que decidirem responder ao que havia sido dito[119].

Embora externamente este uso dependa da qualificação que se deseja conferir aos objetos/sujeitos de uma tipificação, internamente esta dependência acha-se referida à interface circunstancial que se estabelece entre os signos adotados (pois, como vimos, vinculam-se uns aos outros). No caso de uma oposição esta supõe, no mínimo, a presença de dois personagens-enfoques coletivos - por exemplo, *conservacion(istas-ismo)* e *socioambiental(istas-ismo)*. Articular estes dois personagens/enfoques em um texto implica a tarefa de montar uma ambiência (um enredo) para eles, o que significa propor papéis e encadear, logicamente, um conjunto de fatos com determinada abrangência. Com isso, os personagens/enfoques representados através de seus respectivos signos não podem ser apresentados em um vazio de conteúdo, pois estão situados - portanto, limitados - ao contexto da enunciação[120].

Ao eleger *ambientalistas* e *desenvolvimentistas* como sujeitos/objetos de análise, a amplitude do que seria representado e o alcance designativo da enunciação é relativamente abrangente. Agora, como o termo *desenvolvimentista* possui conotação que o afasta do que se entende por *ambientalismo*, ao debater "cisões" e "fusões" dentro deste último, falar em *socioambientalistas* e *conservacionistas* ganharia importância. Mas isso não significa que, em outra circunstância, não se possa identificar uma corrente *conservacionista, ambientalista* ou

---

[117] Veremos no capítulo 3 que efeito semelhante acontece no caso das identidades profissionais dos pesquisadores.
[118] Fiorin (2005, p.163) adota a expressão "enunciatório" para este "tu" a quem se destina a enunciação.
[119] Como veremos no quarto capítulo, será dentro desta dinâmica que se desenvolverão muitas controvérsias a respeito de nosso tema. Todavia, como pretendo descrever algumas delas e seu funcionamento, por ora deixarei de lado esta dimensão externa da relação entre enunciador e enunciatório para me ater especificamente às limitações internas ao conteúdo discursivo de enunciados onde as categorias descritas aparecem sendo utilizadas.
[120] Segundo Amorim (2004, p.97), o termo enunciação "designa o ato individual através do qual a língua é posta em funcionamento, é a conversão da língua em discurso".

socioambientalista dentro do *desenvolvimentismo*; ou, ainda, que não se possa perceber enfoques *socioambientalistas* entre colegas que se vêem como *conservacionistas* e vice-versa.

Algo parecido se passa com inúmeras categorias adotadas para designar grupos rurais. Ao falar "agricultores familiares", a amplitude de pessoas que esta expressão representa tende a ser bem ampla, visto que engloba a maior parte da diversidade social que "vive no campo". Mas ao dizer "caboclos", o público "familiar" fica mais restrito, pois trata-se de um corte, ao mesmo tempo, histórico e étnico. Já ao designá-lo como "ribeirinhos", limita-se ainda mais o universo social (agora ligado a um espaço físico). Por fim, ao proferir "seringueiros", estreita-se a classificação a partir de grupos sociais com modos de vida voltados para uma atividade específica. Aliás, como há múltiplas identidades envolvidas, um mesmo "morador" rural pode ser nomeado como castanheiro, ribeirinho, agricultor, seringueiro, pescador, posseiro, caçador, caboclo, camponês e agricultor familiar. Por outro lado, se pode encontrar "ribeirinhos" que não se encaixam na imagem usual do "caboclo", o mesmo ocorrendo com "seringueiros". Ora, até certo ponto, a dificuldade de se jogar e brincar com as categorias descritas no item 2.1 não difere da dificuldade que cientistas sociais têm ao lidar com as expressões acima, Afinal, os termos disponíveis para designar "atores" envolvidos com nosso "tema quente" supõem implicações analíticas e alcance heurístico que limitam e tornam problemático seu uso.

Como tentarei mostrar no item 2.8, mais do que ambivalentes e situacionalmente dependentes, eventuais oposições se mostram plurivalentes e estruturalmente interdependentes. Ainda que não se trate de "grupos políticos" coesos, vale comentário de Evans-Pritchard (2005, p159) sobre o sistema político Nuer: também entre pesquisadores "existe sempre contradição na definição de um grupo político, pois ele é um grupo apenas em oposição a outros grupos". Como há níveis de alteridade distintos, todavia instáveis e flexíveis, se num momento "atores" e "vertentes" aparecem em oposição, em outro são vistos como próximos ou mesmo "aliados".

Retornando ao caráter relacional das categorias nativas, até agora tínhamos um autor-diretor (cientista) analisando visões-atores (designados através de signos representacionais) em um cenário (um texto científico qualquer) com um enredo (conteúdo). Porém, falta algo-alguém nesta alegoria, a saber, os que, pelo menos numa peça teatral clássica, não participam diretamente das cenas desempenhadas ou, se participam, é apenas como figurantes: outros objetos/sujeitos que ficam no escuro (na platéia ou nos bastidores). Afinal, trabalhar com uma dicotomia ou outro esquema classificatório implica deixar algo/alguém de "fora"; e este, se se fizer presente, será numa condição predicativa, através do que dizem os que estão "dentro".

Como a condição lingüística de todo discurso é dada por um conjunto de três pessoas: eu/tu/ele (Amorim, 2004, p.97), surge a figura dos "outros ausentes", isto é, aqueles que não

cabem nas categorizações com as quais trabalhamos[121]. Numa enunciação, Benveniste (1966 *apud* Amorim, 2004, p.99) caracteriza estes "outros ausentes" como estando numa condição de "não-pessoas", sujeitos que, aparecendo como "eles" numa dada situação discursiva, estão na "posição de ausentes". Conforme Amorim (2004, p.99), "sempre que nos dirigimos a alguém em termos de *ele*, produz-se, segundo Benveniste, efeito de exclusão da *condição de pessoa* (...), [ele] fica colocado numa situação de fronteira ou instabilidade" (Amorim, 2004, p.99)[122]. Assim, ao descrever divergências entre "a" e "b", isso implicará deixar de fora "c", "d", "e".

Talvez um exercício hipotético ligado á operacionalização de categorias prescritivas possa ajudar a entender como esta "instabilidade*"* excludente se manifesta. Para isso, porém, teremos que aceitar provisoriamente como dado o significado de algumas categorias descritas no item 2.1. Assim, se identifico "correntes" dentro do *ambientalismo*, os "outros ausentes" tendem a ser os que se acham além das fronteiras deste último, isto é, que não se encaixariam em nenhuma "corrente" incluída dentro do grande guarda-chuva *ambientalista*. O que significa que ficarão de fora daquilo que se pretende analisar. Ainda que identificados (alguém poderia rotulá-los de *desenvolvimentistas*, por exemplo), encontrar-se-ão marginalizados quando da confecção de esquemas classificatórios estritamente concernentes ao *ambientalismo*.

O mesmo vale para distinções mais específicas como, por exemplo, entre *ecologistas sociais* e *ecossocialistas*. Embora haja aqui um tipo diferente de restrição no que concerne à amplitude do esquema classificatório (seguramente, mais restrito que o anterior), é provável (mas não necessário) que tanto *utilitaristas, capitalistas verdes* e *desenvolvimentistas* como *ecologistas profundos, preservacionistas, parquistas, naturalistas, protecionistas* e *ecocêntricos* ficariam fora da distinção, sendo os "outros ausentes" da vez. Como lembra DaMatta (1981, p.45), "se classifico dois mamíferos já classifiquei residualmente todos os outros, embora não tenha realizado isso de modo explícito. Trata-se neste caso da classificação pelo silêncio ou pelo vazio que os estudiosos de semântica reconhecem como tão importante".

Mas a situação pode ser ainda mais complexa. Tomemos como hipótese a possibilidade de analisar confrontos entre *preservacionistas* e *conservacionistas*. Ora, além, é claro, dos *não-ambientalistas*, todos os demais *ambientalistas* que não se encaixassem nestes dois "perfis" tenderiam a aparecer (ou melhor, a desaparecer) da análise na qualidade de "outros ausentes". Como neste caso a oposição com que se trabalha já possui outra abrangência, dependendo do sentido que atribuímos a estas duas categorias (e ainda que dependam da decodificação do

[121] Externamente, a situação de platéia pode ser representada pelo leitor de um texto que fale, por exemplo, sobre "visões" *sustentabilistas* e *desenvolvimentistas*. Mas, como disse, embora ausentes no instante da sua produção, há uma diferença: a situação pode ser invertida, pois o leitor tem, em tese, como passar da condição de "tu" (a quem o texto se destina) a de "eu" (que responde ao autor). O que não ocorre com "outros ausentes" de que falo aqui.

[122] Amorim (2004, p.99) adverte: que não se confundam os termos *pessoa* e *não-pessoa* "com a idéia de indivíduo, pessoa psicológica, pessoa física/jurídica e outras do senso comum", pois tratar-se-ia "de posições enunciativas".

leitor), os "outros ausentes" poderiam incluir tanto *desenvolvimentistas* e *utilitaristas* como *socioambientalistas, etnoconservacionistas, antropocêntrico e, ecossocialistas*.

Ocorre que (e é aí que a coisa se complica) opor *preservacionistas* à *conservacionistas* só será factível em certas circunstâncias, visto que, ao menos em tese, tal associação não é, de forma alguma, automática. Como já vimos, às vezes, quando cientistas se referem às contendas entre estas duas "facções", o antagonismo estabelecido pode adquirir sentidos totalmente diversos. Sobretudo, pode ser bem mais amplo. Enquanto o termo *preservacionista* pode se referir a um conjunto maior de "atores" (incluindo, aliás, os *conservacionistas* do parágrafo anterior), o termo *conservacionista* pode subentender um conjunto de "atores" igualmente mais abrangente, incluindo então *socioambientalistas*, *ecossocialistas* e *etnoconservacionistas*. Diferentemente da polaridade anterior, a amplitude da oposição entre *preservacionistas* e *conservacionistas* se aproximaria agora do antagonismo normalmente imputado à distinção *conservacionistas-socioambientalistas*[123]. Ao comparar estes dois sentidos para uma mesma oposição cujos mesmos signos são acionados para representar diferentes sujeitos/perspectivas, vemos como podem ser difusos os sentidos de alguns modelos dicotômicos. Eis a razão de, numa análise envolvendo tais expressões, seu proponente se preocupar em definir, o mais rigorosamente possível, o que entende por cada uma delas. Ainda assim, a definição implicará, por um lado, a existência de "outros ausentes" e, por outro, relativa versatilidade interpretativa.

Finalizando, este item pode ser visto como uma tentativa de racionalização imperfeita sobre diferentes modos de acionar dualismos quando pesquisadores discutem nosso "tema quente". Neste caso, hierarquizações, categorizações e oposições supõem um alcance (muitas vezes não explícito) em termos de demarcação de alteridades[124]. Soma-se a isto o fato de que há, como sugere Amorim, uma instabilidade hermenêutica na operacionalização de esquemas classificatórios (sendo que atentar para este aspecto será importante quando chegarmos ao sexto capítulo). Contudo, não se trata de procurar correspondências com uma realidade fora do plano discursivo (como dizia, este último é parte da realidade), mas mostrar a natureza heterogênea e multifuncional de categorias (enquanto signos significantes que contém significados com caráter e abrangência diferentes) adotadas para traduzir oposições e alianças.

2.5 O "detalhe" da ênfase nas oposições

> As plantas, como as equações, têm o hábito traiçoeiro de parecerem semelhantes e serem diferentes ou parecerem diferentes e serem semelhantes.
>
> Smith Bowen, E[125].

[123] O que vale igualmente para a separação entre *ambientalistas* e *socioambientalistas*.
[124] Quando falo aqui em alteridade, me refiro à distância existente entre pesquisadores no plano discursivo.
[125] Extraído de Lévi-Strauss (1989, p.21).

Quando observamos pesquisadores adotando noções e conceitos, é preciso ter em mente que está prática implicou escolhas anteriores, sendo que, em certas ocasiões, pode haver um uso bem pragmático destes visando uma finalidade pontual. Exemplo. Se um pesquisador acusa seu colega de ser "ideológico" e de não basear suas análises em critérios científicos (como veremos no capítulo seis), este último poderá responder a acusação tachando-o de *cientificista*. Já uma peculiaridade envolvendo a rica e fértil produção de signos adjetivantes diz respeito à ênfase que se deseja dar a uma afirmação e o que se pretende valorizar com as hierarquizações que serão adotadas. Vejamos alguns exemplos concretos. Milano (2002a, p.vii), ao comentar "a polêmica de ser 'a favor' ou 'contra'" a criação de UCs, argumenta:

> unidades de conservação, termo técnico relativamente recente, mas tema cada vez mais freqüente na linguagem nacional (...) ora está nas vozes e letras **daqueles que defendem a *conservação***, ora nas vozes e letras **daqueles que, em nome do *desenvolvimento*, a combatem** (...). No **mundo dos contras**, argumenta-se em favor da eliminação de quaisquer razões ecológicas que restrinjam o *desenvolvimento*, pelo menos o *desenvolvimento* segundo as próprias concepções dos seus defensores.

Ao comentar que existem os que "defendem a *conservação*" e os ("contras") que "em nome do *desenvolvimento* a combatem", Milano confere conotação negativa (em relação à conservação) ao termo *desenvolvimento*. Embora se refira a um grupo específico ("defensores" da "eliminação de quaisquer razões ecológicas que restrinjam o *desenvolvimento*"), se pode inferir que o autor vê relativa incompatibilidade entre *conservação* e **uma certa idéia** (própria das "concepções dos seus defensores") de *desenvolvimento*. Mas o contrário também ocorre.

Vimos na nota 89 que Santilli (2005, p.52), autora identificada com o "paradigma *socioambientalista*", cita Bernando (1999) ao afirmar que "o conceito de *socioambientalismo* (...) expressa a junção de duas vertentes, a do *desenvolvimento* e da *conservação* do meio ambiente'". Já sobre a noção de *desenvolvimento*, Santilli se refere a um "modelo de desenvolvimento" específico mencionado na mesma nota: "trata-se de um novo modelo de desenvolvimento, *ecossocialista*, que se contrapõe ao paradigma capital-expansionista". Ora, aqui não há incompatibilidade, mas proximidade (ainda que relativa) entre *conservação* e outra idéia (*ecossocialista*) de *desenvolvimento*. Como há infinidade de conotações para a expressão *desenvolvimento*, o que diferencia os autores é a escolha de qual sentido dar a ela quando desejam associá-la à idéia de *conservação*. Aqui o que distancia Milano de Santilli é o que ambos vêem como característica negativa ou positiva. No primeiro caso, um *desenvolvimento* que estaria em oposição à *conservação* e, no segundo, um *desenvolvimento* (*ecossocialista*) que poderia ser (em tese) fator de promoção ou, ao menos, complementar à *conservação*. Ainda que ambos falem em *desenvolvimento* e *conservação*, enfocam *desenvolvimentos* diferentes com vistas a extraírem conclusões distintas sobre políticas de *conservação* ambiental.

Algo parecido ocorre com a idéia de *desenvolvimento sustentável* ao ser aplicada para avaliar a gestão de UCs ou que visam garantir qualidade de vida às populações locais. Neste caso, um primeiro aspecto marcante em textos acadêmicos refere-se ao ceticismo quanto ao uso do adjetivo "*sustentável*" para pensar e planejar políticas ambientais. Quando Tereza Urban, em Saudades do Matão (1998, p.197), indagou a Paulo Nogueira Neto, diretor da SEMA nos anos 1970/80, o que entendia por "conservação da natureza?" este respondeu: "tecnicamente, vamos dizer assim: conservação da natureza é a **utilização racional** dos recursos naturais"; ao que Adelmar Coimbra, histórico e declarado *conservacionista*, comentou: "Dr. Paulo fez uma referência muito interessante: disse 'uso racional', **não se referiu ao uso sustentável. Ele usou a expressão correta**. Note-se que há uma diferença muito forte entre os dois termos". Mas vários autores são frontalmente contrários ao uso da noção de *desenvolvimento sustentável* no caso da gestão de UCs. Milano (2001, p.22), por exemplo, comenta:

> usando-se figuras de linguagem que podem ser consideradas pouco técnicas, mas bem traduzem os fatos, um dos aspectos mais cruciais do momento relativo a essa questão é a desigualdade das forças em confronto: de um lado, as parcas forças *conservacionistas* e, do outro, o poderoso exército da devastação. Como não bastasse a própria desigualdade das forças em si, este último ainda luta encoberto com a camuflagem do *desenvolvimento sustentável*.

Dourojeanni e Jorge-Pádua (2001, p.66), se referindo às "Reservas de *Desenvolvimento Sustentável*", entendem que "em termos conceituais, é inadmissível que o *desenvolvimento sustentável*, solução mágica proposta para quase todos os males do mundo no século XXI, deva ser desenvolvida em 'reservas'". E Dourojeanni (2001, p.63), especificamente, argumenta:

> Ocurre que el concepto de desarrollo sustentabel es suficientemente impreciso y complejo como para prestarse a tantas interpretaciones como interlocutores existem y, por eso, há sido rápidamente adoptado en los discursos. En verdad, la palavra 'sustentable' es perversamente adecuada para justificar el aprovechamiento de las áreas protegidas pues, si en verdad fuera posible conservar y aprovechar al mismo tiempo, no existiría razón alguna para mantener áreas estrictamente protegidas".

Por fim, para Terborgh e Schaik (2002, p.28)

> o *desenvolvimento sustentável*, o que quer que o termo possa significar na prática, não pode ser um substituto para as áreas estritamente protegidas (...). Numa perspectiva mais ampla, nossa visão do que é '*uso sustentável*' é mais um ideal utópico do que uma realidade, e muitas posturas categóricas sobre sistemas de *uso sustentável* são meras especulações ou somente aspirações (...). Superestimar os benefícios que possam ser obtidos por meio de *uso sustentável* constitui-se em um sério desserviço à natureza, já que cria falsas expectativas que podem mais tarde transformar-se em desilusão (...). Não devemos nos deixar seduzir pelo pensamento de que a promoção do *desenvolvimento sustentável* irá resultar, coincidentemente, com a preservação da natureza, porque necessariamente não existe uma ligação entre ambos. A conservação da natureza deve ser encarada com uma questão em separado, orientada por princípios validados cientificamente.

Mas, por outro lado, apesar de suas críticas e relativizações, há pesquisadores que vêem o termo *desenvolvimento sustentável* como idéia geral cuja polissemia envolve lutas para fixar seu sentido, mas que permitiria pensar na possibilidade de convergência entre *conservação* e as ditas "políticas de *desenvolvimento*". É claro que aqui as posições são bem matizadas, sendo

temerário reduzi-las a duas ou três "vertentes" - pois, como indica Diegues (1999, p.11), "não há acordo sobre o que significa '*desenvolvimento sustentável*', o debate (...) apenas se iniciou, mas já se pode observar uma série de visões diferenciadas". Porém, o ponto que quero discutir não recai sobre as disputas que aí estão em jogo, mas sobre a escolha do que pesquisadores resolvem fazer com esta noção em seus textos. Partamos de três pontos de vista distintos.

Léna (2004, p.151), sabedor de que há aí uma disputa, vai na mesma direção de Santilli ao comentar a oposição *desenvolvimentismo* versus *desenvolvimento sustentáve*l: "em contraste com o *desenvolvimentismo*, o principal emblema do *paradigma socioambiental* é o chamado *desenvolvimento sustentáve*l". Já Teixeira (2005, p.63), partindo do caso de Guaraqueçaba para analisar "propostas de *desenvolvimento* para populações em UCs", discute criticamente "os problemas advindos da noção de *desenvolvimento sustentável*" para concluir: "identificar a 'naturalização' do social como característica do *desenvolvimento sustentável* na APA de Guaraqueçaba (...) contribui para a reflexão sobre a relação entre *desenvolvimento econômico* e *conservação ambiental* e sobre o *desenvolvimento sustentável* como solução para a ocupação humana em UCs". E Timmers (2004, p.181), afastando-se do *paradigma socioambientalista* e do adjetivo "*sustentável*", cita Sachs e Weber (1997) ao salientar que "a *conservação* deve ser construída a partir do *desenvolvimento* e o *desenvolvimento* a partir da *conservação*".

Como no primeiro caso, divergências surgem já quando se discute os princípios mais gerais que deveriam orientar ações voltadas à *conservação* ambiental. Reparem, porém, que o desacordo não é, paradoxalmente, sobre *desenvolvimento sustentável*, mas sobre a ênfase dada e o uso que é feito deste último quando aplicado ao nosso "tema quente". Para Dourojeanni, Milano, Adelmar, Terborgh e Schaik, UCs devem ser tratadas como "questão em separado, orientada por princípios validados cientificamente"; já para Lená, Teixeira e Timmers, não haveria maiores ressalvas em se "refletir", ainda que criticamente, sobre políticas de "*desenvolvimento sustentável* como solução para a ocupação humana em UCs.

Um último exemplo. Vimos que Dourojeanni e Jorge-Pádua opõem *ambientalistas* à *socioambientalistas*. Também vimos que a expressão *ambientalismo* possui conotação mais aglutinadora do que desagregadora, representando espécie de ponto inicial para que uma identidade coletiva seja reconhecida e, ao mesmo tempo, um divisor de águas a demarcar diferenças. Ocorre que a oposição acima expressa a luta hoje que vem se desenrolando pela apropriação semântica de um dos termos de maior força simbólica na história de organizações ligadas às questões ambientais. Assim, Dourojeanni e Jorge-Pádua (2001, p.122), ao oporem *ambientalistas* à *socioambientalistas*, qualificando a atuação de entidades ligadas a estes como uma "fissura na atuação do *ambientalismo*", sugerem implicitamente o afastamento de um

conjunto de "atores" (*socioambientalistas*) da grande família que compõe o *ambientalismo*. Em síntese, ser *socioambientalista*, para os autores, significaria perder o status de *ambientalista*.

Mas esforço semelhante (com sentido inverso) pode ser identificado em autores que divergem amplamente de Dourojeanni e Pádua. Santilli (2005), por exemplo, ressalta que "o *socioambientalismo*" seria resultado de um movimento de renovação do antigo *ambientalismo* (por ela chamado de "*preservacionismo* clássico ou tradicional"), o qual teria incorporado outras demandas sociais que extrapolam às estritamente ligadas à proteção da natureza. Ora, o que Santilli se propõe a fazer nada mais é do que tentar atualizar e imputar novos significados ao que se entende por *ambientalismo*, o que não deixa de ser uma tentativa de distinguir-se através da reapropriação do seu sentido original. Ao contrário dos autores anteriores, Santilli valoriza a própria transformação do *ambientalismo tradicional* em *socioambientalismo*.

Comparando-se os dois casos, estamos diante de proposições paralelas: o que tende a ser visto por uns como algo negativo (deixar de ser *ambientalista* para ser *socioambientalista*), para outros adquire conotação positiva; inversamente, o que seria um "paradigma" ultrapassado ("*ambientalismo* clássico e tradicional") para alguns é tido como atualíssimo. No fundo, esta pequena disputa semântica expressa a luta pela fixação de sentidos a ambos os termos, mas reflete também a que ponto pode chegar o esforço de distinção entre pesquisadores[126].

Porém, outra interpretação pode ser extraída da oposição proposta por Dourojeanni e Jorge-Pádua (2001, p.221) quando argumentam que "o '*socioambientalismo*' atua, em relação à natureza, como o '*desenvolvimentismo*'". Embora diferenciem explicitamente *ambientalistas* de *socioambientalistas*, na prática esta afirmação indica que, para os autores, haveria dentro do *ambientalismo* dois "lados" bem claros: o lado dos *ambientalistas* propriamente ditos e um lado *ambientalista*, digamos, menos "puro". Mas o interessante é que eles sugerem neste trecho uma proximidade dos *socioambientalistas* com aquele "outro ausente" de que falava antes, personificado aqui na figura dos *desenvolvimentistas*. No fundo, não deixa de ser uma tentativa de distanciar por contraste um "eu-nós" (*ambientalistas*) de um "tu-vós" (*socioambientalistas*) através da associação destes a um "ele-eles" (*desenvolvimentistas*). Ao reafirmar a identidade "nós" *ambientalistas*, surge um novo "eles" reunificado englobando, agora por aproximação, tanto *socioambientalistas* como *desenvolvimentistas* (visto que um atua como o outro).

[126] São diversas as lutas parecidas no campo semântico, a começar, como vimos no capítulo um, pela disputa entre os termos "área protegida" e "unidade de conservação". Cito mais dois exemplos: primeiro, o confronto, nos anos 1980, entre agrônomos, técnicos agrícolas, parlamentares, indústrias agroquímicas e entidades simpáticas a então dita agricultura alternativa (hoje pulverizada em agroecológica, biológica, orgânica, biodinâmica, permacultural etc.) pelo modo de designar produtos agrícolas fitosanitários: "agrotóxicos" ou "defensivos agrícolas"? Segundo, a luta entre empresários rurais, latifundiários, mídia, movimentos sociais, sindicatos rurais, órgãos governamentais e cientistas sobre como definir as ações do MST em fazendas e prédios públicos: "invasões" ou "ocupações"?

Fenômeno análogo pode ocorrer em um sentido inverso. Litlle (2002, p.16), por exemplo, afirma que UCs tal como pensadas pelo "*preservacionismo territorializante* (...) representam uma vertente *desenvolvimentista* baseada nas noções de controle e planejamento". E Figueiredo (2000, p.2), ao estudar conflitos em torno da criação do Parque Estadual do Alto Ribeira, vê "*políticas de preservação* e *desenvolvimento econômico* contrapondo-[se] com as representações sociais que levaram ao discurso '*anti-preservacionista*'". Ora, tal como a associação de Dourojeanni e Jorge-Pádua deve causar objeção por parte de alguns cientistas (sobretudo, os que se dizem *socioambientalistas*), creio que as afirmação acima desperte, no mínimo, certo espanto em alguns pesquisadores que se reconhecem como *conservacionistas*.

Veremos adiante outras situações em que a ênfase dada a termos e temas será decisiva para o rumo da argumentação. Porém, espero neste item ter conseguido mostrar que cientistas escolhem as categorias disponíveis, bem como o que e quem desejam (des)valorizar com elas ao adotá-las para se referir aos seus colegas ou suas "visões". Como disse Alceo Magnanini (Urban, 1998, p.198) ao iniciar a conversa com outras cinco figuras históricas da conservação ambiental no país: "nós teremos que conversar sobre definições de muitos termos e gostaria que ficasse registrado isso: a definição vale para a pessoa que está definindo; a outra, que está ouvindo, pode não concordar". Mas, após tantos ataques e críticas de parte a parte, vejamos agora como cientistas por vezes deixam de lado suas diferenças para realçar convergências.

2.6 Quando pesquisadores relativizam suas próprias distinções

> Tribunal e refeitório (...), não há preconceito algum no velho galpão campeiro ao pé de cujo braseiro sempre há lugar pra mais um.
>
> Jaime Caetano Braun, 1983[127].

É consenso entre especialistas que, a partir dos anos oitenta, o termo *ambientalismo* adquiriu sentido geral, sendo adotado não tanto para diferenciar "tendências" internas, mas, ao contrário, para incluí-las dentro de um grande "movimento" *ambientalista*. Para José Augusto Pádua (1997, p.54), por exemplo, "de 1980 pra cá, sinto que o que cresceu não foi nem o *conservacionismo* nem o *ecologismo*. Cresceu algo intermediário, que chamamos *ambientalismo* no seu sentido mais profundo e acurado da palavra". Também Little (2002, p.15) concorda que "o *movimento ambientalista* é composto por várias vertentes, cada uma com finalidades próprias e muitas vezes em contradição entre si". E Aquino (2002, p.24), se referindo às ONGs amazônicas, revela: "no percurso da pesquisa estamos descobrindo que sob a rubrica *ambientalismo* estão inscritas muito mais particularidades do que similaridades" [128].

[127] Trecho extraído do poema "Galpão Nativo", escrito pelo próprio autor.

[128] É farta a referência à pluralidade do *ambientalismo* e seu caráter difuso e paradoxal. Castells (1999, p.143) comenta: "ações coletivas, políticas e discursos agrupados sob a égide do *ambientalismo* são tão diversificados

Embora se referindo à dificuldade de caracterizar a atuação de ONGs, Dourojeanni (2001, p.65) ressalta este caráter difuso:

> muy a grosso modo, puede decirse que lãs diferentes ONGs se han dividido en dos grupos que pueden denominarse '*ambientales*' y '*socio-ambientales*'. Aunque algunas ONGs han adoptado formalmente el término '*socio-ambiental*' en sus proprios nombres, como el Instituto Socioambiental (ISA) de Brasil, eso no implica que tengan necessariamente un comportamiento que, para efectos de la discusión que sigue, pueda ser caracterizado como '*socio-ambiental*'. Existen, de hecho, numerosas ONGs que bajo apelativos tradicionalmente *ambientales* tienen comportamiento caracteristicamente '*socio-ambiental*'.

Porém, vimos que é recorrente se associar "visões", "instituições", "grupos", mas, igualmente, cientistas com os quais não se tem proximidade intelectual, política e/ou ideológica à *vertente desenvolvimentista* (em algumas citações, à "ótica *utilitarista"*, "modelo *predador*", "paradigma *capital-expansionista*", "exército da devastação"). Pelo que depreendi da literatura e das entrevistas, "atores" incluídos nestas designações tendem a ser vistos senão como estando fora ou no limite do contexto *ambientalista*. De fato, a "visão" *desenvolvimentista* marca o ponto mais distante, a fronteira onde se achariam os maiores adversários de cientistas próximos ao *sustentabilismo, ecoconservacionismo*, *socioambientalismo conservacionismo* ou outra "corrente" incluída dentro do universo *ambientalista*. Tal distinção-afastamento é recorrente na literatura, como em Léna (2004, p.149), identificado com o "paradigma" *socioambientalista*:

> combinando preocupações ambientais e sociais, o *modelo socioambiental* volta-se para as reivindicações dos excluídos (ou ameaçados de exclusão) do *modelo desenvolvimentista*, ambos se enfrentando nas esferas local, regional e nacional, por meio de lutas políticas e negociações (...). Muito mais fraco que o *modelo desenvolvimentista* (...), o *socioambientalismo* tem ganhado a batalha no campo das idéias (...). Porém, enfrenta enormes desafios. No campo econômico, podemos dizer que o '*modelo socioambiental*' não gera PIB e impostos (ou muito pouco), enquanto que o '*modelo predador*' sim[129].

Já Schaik e Rijksen (2002), ácidos críticos da noção de *desenvolvimento sustentável* quando aplicada à *conservação ambiental*, declaradamente contrários à idéia de compatibilizar política de *conservação ambiental* com *desenvolvimento local* e amplamente favoráveis a remoção de populações locais de UCs, reconhecem ser uma "concepção equivocada" pensar que "os pequenos atores provocam todos os danos"[130]. Assim, para os autores, projetos que

---

que se torna praticamente impossível considerá-lo um único movimento". Usando diferentes adjetivações para designarem a questão ("gelatinosa", "turva', "nebulosa", "não solidificada", "incômoda", "permeável", "leve", "moldável", "original", "transversal" etc.), autores como Alphandéry *et. al.* (1992); Gonçalves (1998); Guattari (1990); Jollivet (1994); Larrère e Larrère (1997) e outros, incluindo eu próprio (Gerhardt, 2002), comungam com a idéia de se estar diante de convicções e valores que transitam entre o consensual e o contraditório.

[129] Em outro momento, Léna (2002, p.9) comenta que "estes dois modelos se enfrentam tanto ao nível local como regional ou nacional e são objeto de lutas de interesses, lutas políticas e negociações (alianças, articulações...) que marcam profundamente a realidade regional".

[130] Os autores criticam os conhecidos "projetos integrados de *conservação* e *desenvolvimento*" (em inglês ICDPs), argumentando que haveria incompatibilidade entre os princípios que orientam estes projetos: "apesar dos dois pressupostos inerentes ao conceito de ICDPs, a *conservação* da *biodiversidade* é tipicamente relegada pelo *desenvolvimento*. É tempo dos ICDPs voltarem às suas origens ou mudarem de nome" (Schaik e Rijksen, 2002, p.42). Sobre a retirada de populações locais, Scheik e Terborgh (2002, p.32) alegam: "benefícios para a coletividade são considerados superiores aos ônus que recaem sobre um número relativamente pequeno de pessoas, cujas vidas são diretamente afetadas (...). Poucos casos, largamente divulgados, de falhas institucionais no tratamento das populações impactadas pela criação de *parques* [apesar do termo, os autores se referem ao que

> visam integrar *conservação* e *desenvolvimento* (...) têm geralmente se concentrado nas ameaças causadas aos parques pelos moradores locais, **ignorando as ameaças advindas da globalização, da corrupção de alto nível e mesmo do próprio governo**. Os habitantes do entorno podem 'mordiscar' as fronteiras de um *parque*, contrabandear madeira ou caça, ou coletar produtos não-madeiráveis, mas **os grandes atores têm respaldo político e recursos de organizações para destruir a natureza em grande escala**. De uma maneira mais simples: os pequenos atores retiram a mobília, **os grandes tomam toda a propriedade**. As violações em grande escala das áreas protegidas são claramente ilegais, mas **os indivíduos por trás delas são geralmente muito poderosos** para que a população local, o ICDP ou a agência de conservação possam se opor. Na ausência de qualquer mecanismo que combata estas grandes ameaças, a exclusão dos residentes locais de dentro dos parques se torna moralmente questionável (Schaik e Rijksen, 2002, p.42).

Mas, em alguns casos, potenciais "aliados" podem ser criticados em favor dos que, em tese, seriam adversários. Este reconhecimento é recorrente em Dourojeanni (2001, p.79), que, apesar de adotar a oposição *ambientalistas* versus *socioambientalistas* e de se identificar claramente com os primeiros, pondera, por exemplo, que o argumento de que as UCs

> de uso indireto son áreas 'congeladas' es (...) relativamente acertado. Los **'socio-ambientalistas' tienen razón** en protestar cuando parques nacionales e otras UCs quedan, durante décadas, sin recibir visitantes, sin permitir la recreación ni estimular inversiones o contribuir a la oferta de empleo en la región y, fecuentemente, sin permitir ni el desarrollo de la investigación científica. **Existe**, en varias administraciones de parques nacionales y en algunas ONGs 'ambientales' **um curioso sentimiento exclusivista**, como si fueran proprietários del área y como si estuvieran celosos de cualquiera que penetre en ella, aún cuándo el plano de manejo así lo dispone. Esse gênero de 'ambientalistas' multiplica las excusas para no abrir las UCs. (...). **Los 'ambientalistas' que exageram el proteccionismo en los parques son los mismos que dificultan toda opción de asociación com la sociedad civil**.

Reparem que estas manifestações abrem espaço para que, paradoxalmente, pretensos "inimigos" ou que teoricamente estariam em "lados" opostos possam, por vezes, integrar uma mesma frente ou, ao menos, partilhar interesses. Vejamos então, a partir de autores com visões distintas, como tal aproximação ou proposição de possíveis alianças aparece em seus textos.

Dourojeanni e Jorge-Pádua (2001, p. 230) – críticos que são aos *socioambientalistas* -, reconhecem que "o '*socioambientalismo*' e o '*ambientalismo*' não podem continuar dando o triste exemplo de gladiadores ou galos de briga no meio de uma arena, estimulados a lutar para que **outros**, neste caso os '*desenvolvimentistas*', especialmente os que não têm escrúpulos, se locupletem às suas custas". Enquanto Maria Tereza Pádua (2004, p.109) é enfática ao afirmar: "os parques não são os inimigos, **os inimigos são outros**", Marc Dourojeanni pondera:

> é evidente que las divisiones conceptuales entre lo que se ha chamado de '*socio-ambientalismo*' y '*ambientalismo*' terminam, en ultima instancia, dando vantajas a los que no tienen interes en mejorar la sociedad ni en proteger el patrimonio natural. Las diferencias entre esos dos grupos se parecen demasiado a uma rima de gallos o de perros, rodeada de apostadores que incitam a que el combate se defina del lado que lês dé más dinero. Ganan los apostadores, pierden los que están en la arena. El '*ambientalismo*' y el '*socio-ambientalismo*' buscan, ambos, el bienestar de la sociedad, asegurando su futuro. **La diferencia es solo tática** (...). **Nada más los diferencia** y es muy poca cosa (...). Sin embargo, el nivel de desacuerdos públicos entre ellos es grande y a veces, francamente vicioso. **Las desavencias entre las dos tendências aportan armas y copiosa munición para los políticos que también representan intereses mezquinos**. No hay dudas que esas desavenencias no favorecen a ninguno de los dos grupos en pugna. Peor aún, es evidente que las naciones, y en ellas, los más pobres e el medio ambiente, son siempre los perdedores. **Es**

---

no Brasil se conhece como unidades de conservação de proteção integral], não podem ser considerados como razão para eliminá-los ou evitar que se criem novos, mas ao contrário, como motivo para proceder corretamente".

> **indispensable que el 'ambientalismo' y el 'socio-ambientalismo' practiquen lo que pregonam en cuanto a la necessidad de diálogo para resolver sus diferencias** (Dourojeanni, 2001, p.89-90).

Já Márcio Santilli (2004, p.11), próximo à "visão" *socioambientalista*, ao comentar divergências entre especialistas sobre a questão da sobreposição de terras indígenas e unidades de conservação (tema, aliás, como veremos, extremamente "quente"), argumenta que tal debate freqüentemente "desce ao nível da acusação (...). É curioso que a polêmica omite o fato concreto de que são as frentes de grilagem de terras e ligadas à extração predatória de recursos naturais que esbulham tanto UCs quanto TIs. **Enquanto *ambientalistas* e *indigenistas* se digladiam, os seus inimigos objetivos avançam**". Visão similar sobre haver um "inimigo" comum aparece novamente em Dourojeanni e Jorge-Pádua (2001, p. 230), os quais comentam que "discussões públicas (...) sobre UCs e direitos indígenas e das populações tradicionais são sistematicamente **aproveitadas por aqueles que têm algo a ganhar dessas lutas**". Também se referindo às sobreposições de UCs e TIs, Maretti compartilha tal percepção ao constatar:

> nos últimos anos ou há poucas décadas tem havido uma tendência de se buscar alianças. Muitos dos *ambientalistas* e *indigenistas* percebem agora que **os objetos de interesse de ambos os grupos sofrem mais pela pressão de outros grupos sociais do que pelos pontos de conflitos entre eles**. Não há dúvida de que o avanço do interesse de ocupação e exploração das terras e dos recursos naturais nessa 'fronteira econômica' que ainda é representada pela Amazônia, colaborou enormemente para esse processo de **aproximação entre eles**. (...) com a mudança gradativa e real do paradigma de gestão das áreas protegidas foram sendo dadas as **condições reais para entendimentos e alianças** (Maretti, 2004, p.94).

E, apesar do calor das controvérsias sobre o tema das sobreposições, Barretto Filho (2004, p.62) recorre à sua história para argumentar que, apesar

> do nosso direito, jurisprudência e administração pública distinguirem bem as categorias de UCs das TIs, e a despeito da insistência contemporânea de juristas, *conservacionistas* e *indigenistas* de que não se deve confundir esses dois institutos jurídicos – que teriam finalidades antagônicas -, nossa história mostra que nem sempre foi assim e que, portanto, **horizontes mais integrativos podem ser construídos no futuro**.

Já Sant'Ana Junior (2003a, p.103-104), se referindo às disputas entre *sustentabilistas* e *desenvolvimentistas* no Acre, percebe nas falas de alguns de seus entrevistados uma leitura que

> não é nem desqualificadora nem acusatória, **reconhecendo a necessidade de convivência das diferentes posições** (...). **Não se trata de uma dicotomia de uma postura bem definida (...) entre dois**. Trata-se de uma segmentação maior, feita de posições que variam de forma matizada entre extremos, de diferenças e, também, talvez de marcas de orientação entre os *sustentabilistas* e os *desenvolvimentistas*, sem se confundir com um nem com o outro (...). Perceber com clareza as nuanças caracterizadoras de cada posição pode ser uma boa forma de colocar em questão a própria noção de *desenvolvimento sustentável* e sua efetivação em forma de políticas públicas e de ação social e ambiental (...).

Apelo parecido faz Furriela (2004, p.65) ao defender que populações tradicionais sejam incluídas nas estratégias de conservação: "será preciso que o ***movimento ambientalista* como um todo** reconheça a necessidade de **compatibilizar interesses** *preservacionistas* ou *conservacionistas* com a sustentação de populações tradicionais e indígenas, buscando soluções racionais e ponderadas para a atual crise ambiental existente nos biomas brasileiros". Barros (2004, p.185) conclui sua análise sobre "construção de uma política nacional de áreas

protegidas" esperando que, "para além das organizações, governos, empresas, as pessoas envolvidas sejam capazes de otimizar esforços, reconhecendo a força do trabalho coletivo e da colaboração entre governo e sociedade. **Não com sobreposição ou concorrência** de interesses e competências, ou com homogeneização de visões ou procedimentos, **mas com integração e sabedoria**". Dourojeanni e Jorge-Pádua (2001, p. 228), embora admitam que, "na prática, este diálogo não tem sido fácil", vão nesta direção: "mas na opinião dos autores, **as diferenças** entre ambas as partes [*socioambientalistas* e *ambientalistas*] **são realmente pequenas** e facilmente superáveis **na medida em que se estabelece algumas bases comuns** para o diálogo. Em especial, essas bases devem deixar de lado o **debate em planos paralelos**, tão desgastante por ser absolutamente estéril". E Rufino, se referindo a um tema específico propõe:

> longe de insistir na representação ingênua e bipolar dos índios como naturais defensores da natureza ou como ameaças a ela – aprendizes de brancos que são, na visão de muitos – as circunstâncias e a conformação particular desse caso de sobreposição [de terras indígenas e unidades de conservação] devem contribuir para que **superemos a conversa de surdos** e os **muitos desencontros** entre **aqueles que pensam estar, ilusoriamente, em arenas diferentes** (Rufino, 2004, p.514).

Retornarei no capítulo três - quando veremos cientistas distinguindo-se em termos disciplinares - à idéia de que por vezes se estabeleceria uma "conversa de surdos" (como observou Rufino) e que o debate ocorreria em "planos paralelos" (como alegaram Dourojeanni e Jorge-Pádua). Mas voltando ao que vinha tratando, Runte (2002 *apud* Milano, 2002b, p.201) lamenta que "é impressionante como as diferentes forças vinculadas às causas que tratam de valores e bens comuns a toda a sociedade confronta-se pelas iniciativas de conservação, mas não se unem em confrontos comuns contra a destruição"; sendo que Dourojeanni (2001, p.66), ao assinalar diferenças na atuação de ONGs *ambientais* e *socioambientais*, propõe que é

> **es posible y necessario encontrar una base común** para las ONGs que usan (...) el término 'ambiental' o sus equivalentes en sus títulos. Es posible porque es completamente injusto asumir que la ONG que se declara 'ambiental' sea antisocial, del mismo modo que es totalmente arbitrario deducir que una ONG 'socio-ambiental' o 'social' sea anti-ambiental. **La verdade es que los 'ambientalistas' tanto como los 'socio-ambientalistas' parten del principio que salvar al hombre y a la naturaleza son partes de la misma equación. La diferencia, pequena pero importante, es referida a la tática particular** que significa estabelecer y manejar UCIs [unidades de conservação integrais], que frecuentemente no es bien comprendida. Es necessário abordar este tema porque **el malentendido entre las dos partes alimenta las arcas de los que no creen ni en la sociedad ni en el médio ambiente**. Es decir, ayuda unicamente a los que explotam sin piedad, para benefício proprio, al hombre y a la naturaleza.

Por fim, tal procedimento relativizador chega ao seu ápice em Monteiro (2002, p.233) ao final de sua análise sobre a "reformulação das relações sociais" ocorridas com a criação da Estação Ecológica Juréia-Itatins. Apesar de identificar dois tipos de "falas *ambientalistas*", segundo Monteiro, uma espécie de amálgama ou encontro destas estaria sendo gestado:

> há espaço importante e crucial de integração, em que imaginários, discursos e atores sociais entram em confronto, mas **também estabelecem uma realimentação mútua** (...). Em relação os atores externos ao debate [sobre imaginário local] (...) há embate de 'falas *ambientalistas*' – uma associada ao 'imaginário *ecológico-ambientalista'* e outra ao 'imaginário *social-popular*', criados ambos como parte de um

> confronto dialético. **Nesse embate, dois discursos inicialmente talvez distantes se constituíram, cada vez mais, um nos termos do outro – o discurso '*ecológico ambientalista*' tornou-se gradativamente '*socioambiental*' e o discurso '*social-popular*' tornou-se gradativamente '*tradicional-ambientalista*'**.

Ora, nos trechos citados, o caráter antagônico das oposições (*socioambientalistas* x *ambientalistas; preservacionistas* x *conservacionistas; sustentabilistas* x *desenvolvimentistas; indigenistas* x *ambientalistas*) é atenuado para que se possa "somar forças" contra "inimigos" comuns que, como disse um dos autores, "avançam"[131]. Embora cada oposição preserve latente seu antagonismo, este pode ou não ser acionado, ou melhor, pode ser acionado aqui e logo ali ser relativizado e contemporizado. Maria Tereza Pádua (2004, p.111), por exemplo, ao criticar posturas intransigentes de representantes do Ibama e da Funai, entende que "estes órgãos vão ter de deixar de lado facções e a desídia e pensar no quão importante [é] para a Nação preservar amostras de sua *biodiversidade*, sem prejudicar as populações carentes, ou, pelo contrário, favorecendo-as"[132]. Já Esterci, Lima e Léna (2002, p.3)[133] reconhecem:

> delineou-se desde o final dos anos 80 e foi se consolidando aos poucos uma aliança entre esses segmentos organizados – identificados como 'populações tradicionais' – e o *movimento ambientalista* que defendia 'interesses universais' de proteção da vida. A **presença de *ambientalistas*** e aliados dos movimentos sociais no governo, nos anos 90, levou à redefinição de muitas políticas públicas idealizadas pelo Ministério do Meio Ambiente e pela Secretaria Especial para a Amazônia. Os excluídos do modelo anterior tornaram-se paradigmáticos para a elaboração das novas linhas de ação.

A referência à "presença de *ambientalistas*", aqui admitida e bem-vinda, é feita pelos autores através do adjetivo mais amplo possível, ou seja, usam o termo mais inclusivo permitido (*ambientalistas*) e não discriminam, por exemplo, tal presença como sendo somente *socioambientalista*. Além disso, usam a preposição "de" (e não "dos"), a qual da conotação genérica ao termo *ambientalistas*. De fato, alguns pesquisadores percebem a tensão – de que falarei a seguir - entre a "tendência para divisão" e outra para "fusão" de "visões", "vertentes" etc. Mas, além disso, também observam o caráter múltiplo que as dicotomias e classificações que usam tende a ofuscar. Ricardo e Macedo (2004, p.7), por exemplo, ao se referirem a criação de UCs "em áreas ocupadas por populações indígenas", argumentam que tal prática

> configura um exemplo emblemático de sobreposição de diferentes valores, tradições e concepções, configurando por isso um desafio *socioambiental* (...). Há um **amplo espectro de posicionamentos** entre as posturas extremadas dos que defendem a interdição incondicional da ocupação indígena em UCs e daqueles que defendem em quaisquer situações a revogação da UC em favor da demarcação da TI. De todo o modo, o que **há é uma interlocução precária** entre os envolvidos, por vezes marcada pela intransigência de posições e interesses.

---

[131] Com exceção de Sant'Ana Junior, os autores acima elegem *desenvolvimentistas* como seu principal "inimigo"; mas é curiosa a dificuldade de se caracterizar de forma precisa este "inimigo", o qual é por vezes citado através de termos demasiado genéricos.

[132] Entre alguns cientistas, é forte o apelo ao caráter universal dos benefícios de se preservar a biodiversidade existente. Mas deixarei de lado este ponto, visto que tal característica será tratada mais adiante.

[133] A primeira é hoje presidente do ISA e a segunda foi figura decisiva na consolidação da RDS Mamirauá (primeira regularizada no Brasil), bem como no processo que levou esta categoria a ser incluída no SNUC.

Dourojeanni e Jorge-Pádua (2001) também ressaltam esta "interlocução precária" e o "amplo espectro" de "posições". Apesar demarcarem a todo instante a divisão *ambientalistas* versus *socioambientalistas* (para eles, uma "fissura no movimento *ambientalista*"), ambos foram perspicazes ao indicarem diferenças internas aos dois grupos (sobretudo o último):

> é evidente que entre os '*socioambientalistas*' e os '*ambientalistas*' mais radicais existe um **leque de variantes tão imenso como permite o engenho humano**. De outra parte, **as diferenças** de opinião entre um '*ambientalista*' moderado e um '*socioambientalista*' igualmente moderado **são tão sutis que são quase imperceptíveis**. (...) do **outro lado estão** os '*ambientalistas*'. Estes são muito difíceis de caracterizar, pois existe neste grupo tantas **diferenças** como as **que existem entre eles e os *'socioambientalistas'*. O que têm em comum**, com referência às unidades de conservação, é que dão prioridade às de uso indireto dos recursos. Entretanto, **é importante descrever mais profundamente** os '*ambientalistas*', pois **existem atitudes entre eles** que podem explicar muitas das críticas que se fazem às UCs de uso indireto e aos '*ambientalistas*' em geral. (...) há os que acreditam que a natureza é virgem e que só enfatizam os valores éticos e estéticos; há os que protegem animais contra a crueldade (as sociedades de proteção dos animais)[134]; os que se opõem à caça e à pesca desportiva ou os que, ainda mais conservadores, resistem ao uso público dos parques, à participação da sociedade civil na região (...)[135]. **Entre estes** [os que defendem as áreas protegidas], **há evidentemente de tudo**. Desde os que são *protecionistas* radicais e intransigentes até os que são sumamente condescendentes e tão elásticos que põem em risco as áreas que pretendem proteger (Dourojeanni e Jorge-Pádua, 2001, p.125, p.127 e p.214).

Voltando à epígrafe de Jaime Caetano Braun, também no *ambientalismo* parece haver "sempre lugar pra mais um", este servindo tanto para instalar um "tribunal" (para julgamentos) como um "refeitório" (para compartilhamentos). Afinal, como lembra Amorim (2004, p.59), os "puros" que estão do "nosso lado" são sempre suspeitos de não serem suficientemente puros. Mas não necessariamente os que não são "puros" (ou que não estão do "nosso lado") estarão sempre "contra nós". Enquanto Ricardo e Macedo, antropólogas ligadas ao ISA, admitem que há "amplo espectro de posicionamentos [que possuem] uma interlocução precária (...) marcada pela intransigência de posições e interesses", Dourojeanni e Jorge-Pádua (2001), figuras emblemáticas na história da criação de UCs de proteção integral, entendem que haveria, "entre *socioambientalistas* e *ambientalistas"*, "variantes" "imensas" e "diferenças sutis", sendo estas "muito difíceis de caracterizar", visto que, pelo menos entre *ambientalistas*, "há evidentemente de tudo". Monteiro (2002, p.8) vai numa direção parecida ao observar que no "espaço [do que] normalmente é considerado como dois 'pólos' ou 'extremos' há amplo espectro de posições variantes". Ora, mesmo que alguém possa vir a acusá-los de ficarem no nível discursivo (o que não vem ao caso), temos aqui clássicos procedimentos de relativização de categorias redutoras.

---

[134] Para dar uma idéia destes "*ambientalistas*", Edna Dias (2007), professora de direito ambiental na UFMG e presidente da Liga de Prevenção da Crueldade Contra o Animal, entende que "a proteção dos animais e de nossos irmãos, os primatas, faz parte da dignidade humana (...). Se cotejarmos direitos de uma pessoa humana com direitos do animal como indivíduo ou espécie constatamos que ambos têm direito à defesa de seus direitos essenciais, tais como direito à vida, livre desenvolvimento de sua espécie, da integridade de seu corpo, bem como direito ao não sofrimento e à liberdade. Basta a compreensão da igualdade de interesses para se defender o princípio da igualdade de direitos entre homens, primatas e outros animais. Se quisermos comparar o valor de uma vida com outra teremos que começar por discutir o valor da vida em geral. Conforme reza a já citada 'Declaração dos direitos dos animais', o homem tem o dever de colocar sua consciência a serviço dos outros animais".

[135] Os autores se referem aos "*ambientalistas*" de entidades que desempenham papel relevante desde os anos 1970. Mas, indiretamente, a caracterização se estende para outros personagens ligados às políticas de conservação.

Vemos, na descrição de Dourojeanni e Jorge-Pádua (2001), que, sendo críticos do "paradigma" *socioambientalista*, também se esforçam em olhar para a "vertente" em que eles próprios se incluem de modo a identificar variabilidade dentro dela. Apesar de não escaparem à dicotomia *ambientalistas-socioambientalistas*, sua descrição aponta para a diversidade dentro da unidade[136]. Assim, preservando a distinção "nós-eles" (ou, para aqueles que não se identificam com as categorias disponíveis, ela surge na forma "eles-eles"), somos apresentados a quem estaria "entre nós" (os autores), mesmo que "nós" não estejamos entre "eles".

A percepção de que seria possível se aproximar "deles" preservando identidade e autonomia de um "nós" - ou seja, visitando "eles" sem nos transformar "neles" – aparece no texto de Ricardo e Macedo (2004, p.8): "para além do pragmatismo dessa postura, nossa aposta é que respeitar a diferença pode ser mais do que reconhecê-la e mantê-la apartada (mesmo que acreditando assim preservá-la.) Pode ser um modo de aprendizado, não apenas do outro, mas sobre nós mesmos, na medida em que nos coloca em perspectiva, representando não uma alternativa a nós, e sim uma alternativa para nós". Já Dourojeanni e Jorge-Pádua em vários momentos se esforçam em identificar "partes" ou "lados" menos absolutos. Primeiro, ao olhar para dentro da "parte" ou "lado" com o qual mais se identificam, enumeram "atitudes"

> '*ambientalistas*' com relação às UCs", entre elas: (i) resistência ao diálogo com o '*socioambientalismo*' e com a sociedade civil em geral; (ii) excesso de UCs de uso indireto criadas na base de 'caprichos' ou de forma pouco ou nada científica; (iii) atitude de 'dono do pedaço' ou de 'fazendeiro' com a propriedade pública (...); (v) excessos em nome da pesquisa científica (Dourojeanni e Jorge-Pádua, 2001, p.215).

Depois, constatam problemas no modo com que as "partes" apresentam suas "opiniões" e as exteriorizam na forma de "atitudes":

> é essencialmente importante não atribuir à **outra parte** opiniões ou atitudes absolutas, clichês, que não correspondem a nada do que realmente é ou pensa **a outra parte** (...). O que entorpece as discussões, além da má-fé, é o dogmatismo... palavras como 'sempre', 'nunca' e outras semelhantes, são muito daninhas em qualquer discussão (Dourojeanni e Jorge-Pádua, 2001, p. 228).

Por fim, ao indicarem que acham ser um movimento positivo no sentido de mudança de concepções dos envolvidos, propõem a construção de um espaço onde o diálogo seria possível:

> é fundamental que as partes aceitem algumas verdades sobre as quais não deveria haver controvérsia. Por exemplo, os '*ambientalistas*' mais extremistas não podem pretender que seres humanos tenham que abandonar a terra em que viveram sempre, apenas porque alguém, na capital, decidiu que a terra deles viraria um parque sem saber, ou pior ainda, sabendo que eles estavam lá. Os '*ambientalistas*' não têm, simplesmente, o direito de pretender preservar a natureza violando direitos humanos (...). Os '*socioambientalistas*', de outra parte, tampouco podem ignorar os fatos da ciência amparados em exceções (...). Baseados no mesmo princípio, devem aceitar que preservar a natureza implica em dispor de áreas sem intervenção humana drástica, incluindo nestas o extrativismo e as atividades de sustento dos indígenas isolados (Dourojeanni e Jorge-Pádua, 2001, p. 231).

[136] Unidade esta que, como vimos, pode ser denominada de formas diferentes: pode ser uma mesma "vertente", segundo Little (2002); "percepção", segundo Medeiros, Irving e Garay (2006); "visão", conforme Lima (2002); "ator", como propõem Sant'Anna (2003a); "modelo", com aparece em Léna (2002) e assim por diante.

Tal reconhecimento (de diferenças) e esforço (de aproximação) são feitos por Ricardo e Macedo ao proporem chamar "os diferentes" para que ambos estabeleçam um "acordo" ou, ao menos, uma abertura para o encontro entre "posições" contrárias. Logo na apresentação do livro "Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições", organizado por Fany Ricardo e editado pelo ISA (aliás, publicação essencial para interessados em nosso "tema quente", visto tratar de uma de suas questões mais controversas), lemos:

> inequivocamente, essa é uma aposta editorial arriscada, já que reunimos textos divergentes e por vezes contraditórios. Parte deles, inclusive, não compartilha com o ISA o *paradigma socioambiental*. A aposta, entretanto, é no sentido de que compreender as razões do outro, se não dissolve a discordância, talvez seja a única possibilidade de que **as diferenças** – de visão de mundo, de modo de vida, de missão institucional, entre outras – **deixem de tomar a forma exclusiva de antagonismo para se reconfigurarem em formas de intercâmbio, negociação, aprendizado, tolerância, acordo**. Acreditamos, assim, que é sobretudo no **terreno da política** que os conflitos decorrentes de sobreposições territoriais podem **chegar a um bom termo** (Ricardo e Macedo, 2004, p.8).

Entremos, pois, neste "terreno da (...) negociação", o qual tende a organizar estruturas por onde antagonismos e aproximações se estabelecem e a direcionar como nativos se vinculam entre si tanto no plano da ação como no nível discursivo de suas interpretações.

2.7 Breve pausa de cinco compassos para a instabilidade

> Cuidado com a falta de nexo; cuidado com quem você anda; cuidado com quem te ajuda; cuidado com seu amigo e muito cuidado com o inimigo, cuidado com o que eu lhe digo, se cuide até de você.
>
> Hermes Aquino, 1976.

Abro breve intervalo neste momento para descrever cinco episódios ocorridos durante trabalho *no* campo. Eles podem ser vistos como uma pequena introdução ao que pretendo desenvolver no próximo tópico. O primeiro relata uma rápida conversa que tive com a assistente de um entrevistado; o segundo e o terceiro são curtos incidentes ocorridos entre eu e dois pesquisadores também em situações informais; por fim, o quarto e quinto referem-se à transcrição de trechos do depoimento de uma antropóloga e um eng. florestal entrevistados.

1º compasso: num certo momento tive oportunidade de conversar com a assistente de um antropólogo ligado a um centro de pesquisa que desenvolve e apóia trabalhos científicos feitos junto às populações locais atingidas por UCs. Na época, ainda viciado nas "caixinhas", imaginava que este centro pertencesse a "corrente" *socioambientalista*. Perguntei então, despretensiosa e descontraidamente, se ela poderia dar um exemplo de outra instituição que também fizesse pesquisa sobre nosso tema e que fosse igualmente representativa e forte como a dela, mas que pertencesse ao "outro lado" (usei exatamente esta expressão). Prontamente ela citou, para minha surpresa, uma instituição que, do meu ponto de vista à época, seria associada claramente à "ótica" *socioambientalista* (na verdade, pensava ser a entidade *socioambientalista* por excelência). Quando, ainda perplexo ao ouvir tal associação inesperada (pois achava que as

duas entidades seriam "aliadas"), indaguei: "mas eles não são amigos?", minha interlocutora retorquiu rapidamente (como veremos, bem ao estilo Nuer): "mais ou menos, mais ou menos!".

2º compasso: o segundo episódio ocorreu ao voltar de carona com uma antropóloga (que havia entrevistado meses antes) de um seminário sobre áreas protegidas e populações locais. Esta pesquisadora desenvolve, há vários anos, um trabalho de investigação numa região historicamente marcada por conflitos envolvendo populações locais e agentes ambientas ligados às UCs ali existentes (incluindo aí, além de gestores, funcionários das unidades, profissionais ligados ao turismo local e representantes de ONGs, também cientistas das áreas sociais e biológicas que fazem pesquisa na região). A certa altura, comentando sobre a situação local, ela falava a sua orientada, que também estava junto no carro, sobre a entrada em cena de um novo gestor ambiental que passou a ter forte influência nos rumos da política ambiental local. Pelo que percebi, em princípio esta pessoa parecia, aos olhos de minhas companheiras de viagem, ter um perfil diferente dos administradores anteriores, no sentido de ser mais sensível aos conflitos com a população local, sendo que ambos (gestor, antropóloga e sua orientanda) teriam começado a estabelecer um movimento de aproximação e de diálogo mútuos. Porém, a certa altura, depois de alguns comentários mais gerais, esta antropóloga vira-se para sua orientanda e diz enfaticamente para ela algo como: "mas nós temos que saber qual é a dele, precisamos saber, de fato, qual é a dele! Porque pode ser que ele não seja o que parece ser".

3º compasso: outro evento ocorreu após a entrevista que realizei com um zoólogo que há tempos desenvolve e orienta pesquisas sobre impacto da caça executada por populações locais em áreas de Mata Atlântica e cujo núcleo de pesquisa é bastante reconhecido na área de mamíferos de grande e médio porte. Após a entrevista começamos a conversar sobre possíveis nomes de pessoas que seria interessante de entrevistar. Em certo momento, este zoólogo comentou, em tom informal: "mas queria saber também o que esse pessoal da [cita nome de uma ONG nacional com intensa atuação e foco na Mata Atlântica] e das Grandes ONGs, do tipo [cita nome de uma ONG internacional com forte presença no Brasil], estão pensando. Eles são muito difíceis, ficam nadando e flutuando sem mostrar o que realmente pensam"[137].

4º compasso: transcrevo abaixo trecho de entrevista que realizei com um eng. florestal cuja obra é muito citada em textos acadêmicos sobre UCs. Ao lhe perguntar no final da entrevista como se identificaria enquanto profissional este respondeu da seguinte forma:

> esses *preservacionistas* que estavam lá na década de 70 **se reúnem com estes**, os *socioambientalistas*. **Quem são os inimigos** do eucalipto? Os *ambientalistas* não são inimigos do eucalipto. Todo este espectro aqui de *ambientalistas* não são inimigos do eucalipto porque ele tem o seu lugar (...). Quer dizer, a **extrema direita se reúne com a esquerda e a extrema esquerd**a. Proibir o plantio de eucalipto, como saiu uma lei no Espírito Santo! Como pode! Ora, **esses que fizeram isso são idênticos aos**

[137] Apesar destas entidades não produzirem diretamente pesquisa científica, cientistas de áreas distintas circulam por elas, são por elas patrocinados, contribuem com seus projetos ou mesmo ocupam cargos efetivos.

> ***preservacionistas*** de que eu estava falando (...). Os *socioambientalistas* se opõem [à soja], mas concordam em explorar, porque agora as Resex estão explorando madeira; e sem plano de manejo. Então, **há um contínuo político que dá todo um giro**, e **a extrema direita se encontra com os *socioambientalistas***. Os protetores de cachorros, por exemplo, uma vez escrevi contra isso e vieram mais de 70 correspondências contra o que eu havia escrito. A metade era de *preservacionistas* e a outra de gente de esquerda. Faziam o mesmo comentário. Isso é absurdo. Então, respondendo a sua pergunta, **eu estou no centro**, que é o mais difícil.

5º Compasso: por fim, reproduzo novamente o comentário - já citado no "Prelúdio para uma controvérsia" - de uma antropóloga com quem conversei:

> porque eu mesma, se fosse falar com um ambientalista, por exemplo... esqueci o nome do cara, escreveu um artigo duro, horrível, sobre populações tradicionais, você deve saber quem é [(neste momento, cito o nome de um pesquisador)]. Então, se estivesse sendo entrevistada [por ele], por exemplo, acho que não teria muito a falar não (...). Acho que **tem um momento em que a pessoa tem que se posicionar** politicamente, por isso que te argüi também. Porque se você acha "dane-se o meio ambiente", então acho que a gente não tem que trocar figurinha. **Eu tenho que saber com quem estou falando**.

Embora a palavra "cuidado" deva ser lido (com cuidado) a partir de duas conotações (como "precaução" e "responsabilidade"), estes episódios indicam que talvez sejam oportunos os conselhos de Hermes Aquino: "cuidado com quem você anda; cuidado com quem te ajuda; cuidado com seu amigo e muito cuidado com o inimigo, cuidado com o que lhe digo, se cuide até de você". Além de ilustrar como pode ser instável a fronteira que separa cientistas ligados ao nosso "tema quente", devo dizer que não foram exceções, ao contrário, são exemplos entre outros que poderia relatar. Mas como a visualização desta inconstância foi se intensificando, certas indagações foram surgindo: o que faz com que, por vezes, quem parecia "amigo" passe a ser "mais ou menos" amigo e aquele que supostamente "quer se aproximar" possa não ser "o que parece ser"? O que leva cientistas a ficarem atentos em "saber qual é a dele", isto é, do outro? Por que alguns acham que colegas ficam "flutuando sem mostrar o que realmente pensam" e outros que "esses se reúnem com estes" ou "esses que fizeram isso são idênticos" aos "mesmos de antes"? Por que nos confrontamos em certas situações para depois buscar em virtuais "inimigos" potenciais "aliados"? Como entender a fluidez entre a certeza de saber em que "posição" se está e a indeterminação que ronda o cotidiano nativo quando precisam saber onde "estão os outros" ou "com quem estou falando"? Enfim, à interrogação crítica feita por Maria José Aquino (2002, p.25) ao estudar diferenças e semelhanças entre ONGs amazônicas: "por que essa realidade [*ambientalista*] dissonante precisa ser vista como um movimento único?", sugeriria indagação alternativa: como funcionaria este trabalho pendular em que, por vezes, fazemos questão de nos distinguir para depois desejarmos nos aproximar?

2.8 Destrinchando a instabilidade estrutural segmentar das oposições: da estatua aos Nuer

> Nessa discussão, há alas e elos. Tudo depende com quem você escolhe compartilhar, com quem quer se aliar, com quem você quer trocar.
>
> Anita (entrevistada)

Lá pela 23º entrevista, depois de conversar mais de duas horas com um dos principais personagens envolvidos com a criação de UCs na década de oitenta, este comentou comigo:

> você deve estar tendo acesso às opiniões mais diversificadas *(no início pensava que iria achar só dois lados)* **Não existem dois lados**, **existe uma multiplicidade de lados**. Se tiver contato com *conservacionistas*, digamos, do lado favorável às UCs integral, vai ver que há muitas divergências e pontos de vista. E **há pontos de união e unidade** de pensamento **com o lado** *socioambientalista*, porque há *socioambientalistas* que, mesmo preocupados com aspectos sociais, realmente estão preocupados com natureza. Então **há** uma **diversidade** extensa de opiniões e pontos de vista.

Como tentei mostrar inicialmente, é comum pesquisadores descreverem o campo onde atuam a partir de "perspectivas" polarizadas. Embora possam reconhecer a complexidade destas (como no caso acima,) muitos operam na prática através de dicotomias (que, como vimos, podem ser mais gerais ou mais específicas). Como também comentei, uma solução encontrada foi propor contínuos, isto é, hierarquizações seriadas onde, preservados os pólos, caberia ao intérprete recheá-las com outras "posições" (como ilustra o depoimento do eng. florestal que, ao argumentar que "há todo um contínuo político" em que se vê como um *ambientalista* que está "no centro", se coloca entre *socioambientalistas e preservacionistas*). Mas vimos que esta operação preserva intacta a dualidade, pois entre dois pontos sempre há espaço para colocar mais um ponto na linha que os une. Ademais, vale comentário de Lévi-Strauss (1996, p.164) sobre estruturas dualistas indonésias formadas por um número ímpar de elementos: "todo sistema ímpar pode ser reduzido a um sistema par, tratando-o sob a forma de 'uma oposição do centro com os lados adjacentes'". Assim, se identifico três "visões" e ponho uma delas "entre" as demais, tenho um meio (um centro) opondo-se aos extremos (a periferia).

Mas e se não aceitássemos este tipo de esquema descritivo-prescritivo, seria possível imaginar uma distribuição de "posições" diferente? Uma alternativa seria pensar com Lévi-Strauss (1996, p.158) e sua análise sobre a coexistência de "estruturas diametrais simétricas e estruturas concêntricas desiguais" entre os *Bororo* que "o ponto (...) é que o próprio dualismo seja duplo". O que me faz voltar à hipótese da pesquisa: oposições e alianças são acionadas por pesquisadores em planos ou níveis de alteridade-afinidade diferenciados, o que implica, por sua vez, numa segmentaridade relacional instável. Neste caso, além de procurar saber de quem ou do que a pessoa está falando quando lança mão de um esquema dual qualquer visando definir os outros, é preciso perceber qual a instância-circunstância em que ele é acionado. Aí então, se pensados sob esta ótica, como propõe Lévi-Strauss (996, p.158), dois esquemas dicotômicos

> não precisam corresponder a duas disposições diferentes. Podem corresponder, também, a duas maneiras de descrever uma organização muito complexa que não pode ser formalizada por um só modelo. (...), mesmo num tipo de estrutura social simétrica (ao menos em aparência) como a organização dualista, a relação entre as metades nunca é estática, nem tão recíproca quanto tenderíamos a representá-la.

Ao identificar "pontos de vista" sobre nosso "tema quente" tendemos a negligenciar um aspecto que, por ser evidente, é pouco considerado: "a grande coisa sobre um ponto de vista é,

precisamente, o fato de que você pode mudá-lo. Por que seria prisioneiro dele?" (Latour (2006, p.343). Mas é preciso atenção ao comentário. Não é que pesquisadores mudem de opinião a todo instante, ou melhor, não é uma questão de opinião, mas de movimento espacial e temporal executado frente aos demais "atores", suas ações, interpretações e objetos de pesquisa. Como explica Latour (2006, p.343), "se você pode ter diferentes pontos de vista sobre uma estátua, é porque a estátua em si mesma é tridimensional e lhe permite, sim, permite que você **ande em torno dela.** Se algo comporta uma multiplicidade de pontos de vista, é porque é algo muito complexo, dotado de dobras intrincadas, bem organizado, e bonito, sim, objetivamente bonito".

Ter à disposição noções e conceitos (designativos ou prescritivos) e os combinarmos de modos distintos indica que estamos diante de algo "muito complexo" e "dotado de dobras" (daí a pertinência do conselho de Lévi-Strauss: pensar "dualismos como duplos"). Eventuais incertezas sobre "onde estão os outros" e a proliferação de classificações cuja abrangência se sobrepõe a todo instante significa que nativos não estão parados sustentando um "ponto de vista", mas "andando em torno da estátua". Vistas em conjunto, oposições subentendem a capacidade deles se "moverem", como comenta Latour, "de um ponto de vista para outro". Um entrevistado percebeu bem este caráter dinâmico. Apesar de se ver como "antropólogo associado seguramente à *ecologia social* ou ao *ecologismo social*", ao lhe indagar como se identificaria enquanto pesquisador este alertou: "mas é difícil na verdade ter uma identidade só. Acho que esse **é um trabalho de polígamo**, **de ir mudando seus conceitos**".

Além disso, se, por um lado, tal "movimento" não se restringe a um único "objeto" ou "estátua" (como ilustra este trecho do depoimento de outro entrevistado: "ao menos pra mim **não tenho uma única perspectiva de olhar**; se estava olhando pro meio ambiente, **agora** estou pensando em olhar a questão dos quilombolas, a questão de etnicidade; **ao mesmo tempo** estou olhando a questão das políticas repressivas relacionadas com políticas de ressocialização"); por outro lado, ao se movimentarem e circularem por espaços distintos, certo pragmatismo pode estar por trás das "posições" adotadas.

Tal aspecto novamente surgiu nas entrevistas em vários momentos, mas trago dois deles para ilustrar o que venho afirmando. Quando conversava com uma antropóloga sobre as implicações do uso da categoria "população tradicional", esta a certa altura recomendou:

> você **tem que ter todo cuidado** de dizer e usar **de acordo com a necessidade**. Você tem que ter ciência **do que** está falando, **com quem** está falando e **aonde** você está falando. Então você usa a expressão **de acordo com a necessidade.** É bem diferente eu usar o termo população tradicional num texto acadêmico e em uma argumentação com alguém do IBAMA. Tem que usar **de acordo com a necessidade**[138].

[138] Algo parecido ocorreu com outras duas entrevistadas também ao falarem sobre "populações tradicionais". A primeira (a qual se definiu como "ecóloga humana") admitiu: "acho uma categoria extremamente complicada, é um termo muito complicado, porque realmente cada vez que usar você precisa qualificar exatamente o que está querendo dizer com isso (...). Ela deve ser qualificada cada vez que se usar"; já a segunda (antropóloga que se

Outro episódio em que a circustancialidade das posições assumidas por pesquisadores veio à tona (no sentido de assumi-las "de acordo com a necessidade") foi quando entrevistava um geógrafo que foi, nos anos 1980, um dos intelectuais que assessoravam Chico Mendes:

> fui apresentado ao Chico no Rio de Janeiro no final de 84 (...). Numa conversa de 5 minutos, não mais do que cinco minutos, ele apertou minha mão e disse: "mas, vem cá, você é *socialista*?"; disse: "sou!"; mas você é *ecologista*?"; e disse "sou!"; e ele reponde: "mas pode?". Esse é um diálogo do Chico que você pode transcrever tal como tô te falando, que sustento, de um cara que iria me tornar grande amigo, um assessor de confiança pessoal dele. **Por essa razão eu pergunto: por que não pode**? Na verdade não quero ser um *ecologista* insensível às injustiças sociais e nem tampouco quero uma razão social que silencie sobre as experiências das culturas e sobre a devastação da natureza (...). No caso do Chico, **nossa relação se fazia mais ou menos contundente de acordo com o lado** que o Chico buscava.

A instabilidade que os depoimentos e as situações descritas supõem (visível no trecho "de acordo com o lado") se complexifica ainda mais ao aceitar a metáfora da estátua proposta por Latour. Além de cientistas circularem "em torno" (em volta) e no "entorno" (nas cercanias) da "estátua", acham-se incluídos em um sistema temporal mais amplo. Assim, como estão em movimento tanto aquele que anda ao redor da estátua como a própria estátua, as "relações" estabelecidas com outros "atores" irão variar de acordo com o lado que se deseja aproximar. Ademais, como a estátua (que pode representar um pesquisador, um núcleo de pesquisa, uma controvérsia, um grupo social) também se modifica, na próxima volta "ao redor da estátua" (quando voltarmos a refletir sobre nossos pares, instituições, aquela antiga controvérsia, a situação de uma UC ou de populações tradicionais que nela vivam), não teremos mais diante de nós a mesma estátua (os mesmos pares, instituições, controvérsias, UCs e populações). O depoimento de um historiador entrevistado ilustra este caráter dinâmico:

> **primeiro veio à idéia** de que os *conservacionistas* da FBCN foram rotulados como *preservacionistas*, embora FBCN signifique Fundação Brasileira para Conservação da Natureza (...). **Só que** aquela divisão importada dos Estados Unidos entre *preservacionistas* e *conservacionistas*, pelo menos num primeiro momento, não fazia muito sentido aqui no Brasil. Hoje, **o rótulo** de *conservacionista* **ficou mesmo para o grupo** (...) que defende o tipo de posição que (...) tem uma preocupação mais tópica com a proteção da biodiversidade e com as áreas protegidas. **Agora os** *socioambientalistas* **desistiram de se autorotular** *conservacionistas* **e viraram** *socioambientalistas* (...). É preciso não embarcar num discurso pronto, é preciso fugir dos rótulos, se é *conservacionista, socioambientalista*, isso não leva muito longe.

Como apontam Deleuze e Parnet (1998, p.10), "durante esse tempo, enquanto se gira em torno [das] questões, há devires que operam em silêncio, que são quase imperceptíveis" e que, em certos momentos, permitem que se possa, até mesmo, desistir de se auto-rotular. E, de fato, para quem não quer se perder em meio à diversidade das "posições" adotadas pelos sujeitos da pesquisa, o conselho final deste historiador ("fugir dos rótulos", pois "isso não leva muito longe") parece fazer bastante sentido.

---

graduou bióloga) reconheceu: "teve uma crítica pesada sobre populações tradicionais, mas tem situações que tem que usar essa terminologia. **Depende de como** você usa, como reproduz a definição dela".

Além disso, a constante instabilidade pode levar pesquisadores a realmente mudarem seus "pontos de vista", fato que também surgiu nos depoimentos que recolhi. Um primatólgo com quem conversei, por exemplo, revendo sua trajetória ao longo dos últimos 20 anos, observou: "no início da década de noventa **eu ainda era muito** *preservacionista*, **mas eu nunca me considerei** um *preservacionista*, **me considerava** um *conservacionista*, **só que hoje eu estou muito além disso**, hoje a gente está totalmente envolvido com a dimensão mais social, digamos assim". Já uma socióloga com quem tive contato durante seminário promovido pela antropóloga Maria José Carneiro em 2007 admitiu: "**tive uma época que virei** *conservacionista* total. É assim, **a gente vai mudando**. **Hoje sou** *ambientalista*, **mas não sou** *preservacionista*". Esta mesma socióloga, se referindo a Carlos Joly neste mesmo seminário – pesquisador da Unicamp que teve papel decisivo na elaboração de políticas de preservação no estado de São Paulo nos anos 1990 e um dos mentores do Programa Biota -, alegou que este botânico "**era dos mais** *preservacionistas*, **só que depois virou** defensor das populações tradicionais e dos conhecimentos locais".

Ora, se há algo a extrair destas frases é o caráter inconstante e dinâmico que elas denotam, afinal, se um dia "eu ainda era muito", mesmo assim "nunca me considerei", "só que hoje eu estou" [reparem que o verbo "estar" já subentende algo que pode mudar]; se "me considerava" isso, "tive uma época que virei" aquilo, pois "a gente vai mudando" e "hoje sou" assim apesar de que "não sou" assado; por fim, se ele "era dos mais", "depois virou" outra coisa. Outro exemplo de autores que mudaram seu "ponto de vista" pode ser visto na resenha (bastante crítica, aliás) de Silveira (2001, p.2) sobre o livro "Parks in Peril: people, politics and protected áreas" (Brandon, Redford e Sanderson, 1998), coletânea de artigos patrocinada pela ONG estadunidense TNC e muito citada no universo da biologia da conservação. Ao atacar posições, idéias e argumentos sustentados por seus organizadores[139], o autor avalia que

> neste momento, **uma nova posição polar é tomada** pelos críticos do 'uso sustentável', aqueles que apostam que conservação com sucesso se faz sem presença humana. **É desta posição do debate que fala** a Nature Conservancy, **fazendo parte desta tendência** que separa a 'verdadeira' conservação (aquela que se faz nos parques bem sucedidos) da conservação aliada ao uso, supostamente baseada em 'slogans' populistas. É interessante notar que **dois dos editores do livro**, Katrina Brandon e Kent Redford, **já estiveram**, durante a década de 1990, **alinhados a posições mais moderadas no debate, apropriando-se do mesmo discurso em voga no período imediatamente posterior à Rio 92, que hoje criticam**. Estas posições podem ser vistas em livros como 'Conservation of Neotropical Parks' (ref) e 'People and Parks: Linking Protected Area Management with Local Communities' (WELLS & BRANDON, 1992).

De fato, ao comparar o conteúdo destas duas últimas publicações com o livro "Parks in Peril", vê-se que uma autora como Katrina Brandon mudou radicalmente sua "posição" em

[139] Silveira qualifica o livro como um "manifesto de defesa dos parques com uma roupagem de pesquisa científica multidisciplinar". Argumenta ainda que a citada ONG se pautaria por "um modelo que (...) certamente está longe de ser compatível com idéias como *democracia*, *cidadania*, *participação"*, sendo que, se assim fosse, "estaríamos diante do que em outros tempos seria chamado imperialismo".

relação ao nosso "tema quente". Embora não concorde com a visão geral do autor, aqui vale conselho de Theodoro (2005, p.61) em sua análise sobre a dinâmica dos "conflitos socioambientais", os quais ora se precipitam ora se estabilizam, ora explicitam rupturas e cisões ora parecem invisíveis e inexistentes, ora são vistos como irresolvíveis ora são considerados superados:

> pode haver momentos em que o conflito fica muito 'quente' e depois perder sua visibilidade, para posteriormente 'esquentar' de novo. Assim, o entendimento, da dinâmica interna do conflito inclui a identificação das polarizações das posições e o mapeamento das alianças e coalizões, **sempre sob a observação de que, durante o longo percurso do conflito, as posições dos distintos grupos podem mudar de tal forma que antigos aliados se transformem em inimigos ou vice-versa**.

Porém, ao pensar de modo menos rígido sobre o uso das categorias designativas disponíveis, é preciso nos afastar do perigo de julgar o trabalho de algum pesquisador afirmando que sua análise seria inconsistente porque demasiado ambígua, que suas noções e conceitos não corresponderiam à realidade atual ou que as oposições com as quais trabalha seriam meros clichês redutores desta mesma realidade. No limite, diria, como na reflexão de Viveiros de Castro (2002a, p.97) sobre o "problema das afinidades na Amazônia", que haveria um "privilégio analítico do método das classes em detrimento do método das relações"; ou, ainda com este antropólogo, que haveria maior "adesão à lógica dos termos em detrimento da consideração estrita das relações". Nesse sentido, uma outra opção seria manejar polaridades seguindo conselho de Lévi-Strauss (1996, p.187): não "tratar as desigualdades das metades" como "irregularidades do sistema", pois "o estudo das organizações dualistas revela tantas anomalias e contradições que seria melhor (...) tratar as formas aparentes de dualismo como distorções superficiais de estruturas muito mais complexas".

Para aprofundar este caráter instável, dinâmico e complexo proponho agora um diálogo interpretativo com estudo clássico de Evans-Pritchard sobre os Nuer, povo nilótico da África Oriental. Ainda que sejam dois casos totalmente distintos, creio ser possível, em termos metodológicos, traçar algumas homologias. Iniciemos, antes, porém, revendo brevemente como Evans-Pritchard descreve a estrutura política Nuer. Segundo o autor (2005, p.10), estes "dividem-se em uma série de grupos que não possuem organização comum ou uma administração central (...), constituem, em termos políticos, um amontoado de tribos que algumas vezes formam federações pouco rígidas". Cada "tribo divide-se em uma série de segmentos e (...) os membros de cada uma delas consideram-se a si mesmos como comunidades distintas e por vezes agem como tais". Adiante (*op. cit.*, p.154) comenta que "cada segmento é, por sua vez, segmentado e há oposição entre suas partes. Os membros de qualquer segmento unem-se na guerra contra segmentos adjacentes da mesma ordem e unem-se com esses segmentos adjacentes contra seções maiores". Mas a estrutura de cada tribo,

segmento e seção Nuer só pode ser entendida quando vista em relação aos seus vizinhos, os Dinka. Assim, para os Nuer, "o povo Dinka é o inimigo"[140]. Apesar da "guerra entre Dinka e Nuer não [ser] meramente um conflito de interesses, mas também um relacionamento estrutural entre dois povos", a luta entre eles "tem sido incessante", "parece ter atingido um estágio de equilíbrio e [pode] ser chamada de instituição estabelecida" (*op. cit.*, p.138).

Mas essa relação confrontacional permanente se estende para dentro do povo Nuer. Deste modo, "segmentos e seções" Nuer encontram-se em permanente estado de hostilidade: "membros de qualquer segmento **unem-se** na guerra **contra segmentos** adjacentes **da mesma ordem e unem-se** com esses segmentos adjacentes **contra seções maiores**" (*op. cit.*, p.154). Quer dizer, se confrontos são iminentes, uniões e alianças também o são. Isto ocorreria em parte porque, internamente, a estrutura política Nuer possuiria, por um lado, uma "invariável tendência para divisões e oposição de seus segmentos" e, por outro, "uma tendência para a fusão com outros grupos de sua própria ordem em oposição a segmentos políticos maiores do que o seu próprio grupo. Os valores políticos, portanto, estão sempre em conflito" (*op. cit.,* p.149). Por fim, como conseqüência deste estado de união com beligerância,

> uma pessoa vê a si mesma como **membro de um grupo apenas enquanto em oposição a outros grupos** e vê um membro de outro grupo como membro de uma unidade social, por mais que esta esteja fragmentada em segmentos opostos (...). Assim, **se e de que lado um homem irá lutar depende do relacionamento estrutural das pessoas envolvidas na luta e do seu próprio relacionamento com cada um dos lados**.

A primeira correspondência refere-se ao fato de que tanto os Nuer como pesquisadores se encontram "divididos em uma série de grupos que não possuem uma organização comum". Assim, não há tanto um estado-maior Nuer como uma grande organização *ambientalista* ou um centro de pesquisa sob o qual todos estariam submetidos (o que há são entidades ambientalistas menores e maiores, centros de pesquisa mais fortes e mais fracos); não há tanto um chefe Nuer como um cientista-chefe (no máximo, pesquisadores titulares, bolsistas produtividade em pesquisa do CNPq, categoria 1 – Nível A); não há tanto uma tribo Nuer coagindo outra como um grupo de cientistas coagindo outros (em uma controvérsia, eles se enfrentam, mas quem sairá vencedor ou mesmo se haverá vencedor, não se sabe antecipadamente). Em suma, quando ambos interagem não há nem instituições superiores acima das pessoas nem "atores" especializados que exerçam um poder que lhes foi delegado *ad hoc*. Como resultado, a qualidade das interações tende a ser mais horizontal do que vertical, ou melhor, mais simétrica do que assimétrica. Como no caso Nuer, não há centro nem periferia, isto é, o poder de cientistas monopolizarem *efeitos de verdade* acha-se fragmentado e distribuído entre pós-

[140] Segundo Evans-Pritchard, além de ambos os povos se assemelharem culturalmente, os *Dinka* habitam a mesma região da África Oriental onde estão localizadas e distribuídas as tribos *Nuer*.

graduações, institutos de pesquisa, mas, também, entre ONGs, entidades ambientalistas, setores administrativos de órgãos ambientais nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal) e assim por diante.

Mas quando falo em interações simétricas, não me refiro à estrutura universitária vinculada à pesquisa científica, à subordinação administrativa a que cientistas encontram-se submetidos, às vantagens e desvantagens de se estar em uma dada universidade ou programa de pós-graduação e muito menos às instituições que compõem o Estado brasileiro ou instâncias como família, religião e ensino. O que quero enfatizar é que tanto nas guerras entre tribos e segmentos Nuer como em controvérsias sobre populações locais e áreas protegidas não há, **entre pesquisadores**, entidades mediadoras transcendentes ou personagens externos colocados de antemão em planos superiores. Como notou Gellner (*apud* Goldman, 2006, p.189) em relação às tribos da África do Norte (que incluem, diga-se de passagem, os Nuer), também entre pesquisadores (que, no presente caso, se envolveram com nosso "tema quente") a "vontade de autonomia em face de um poder central" é um traço de unidade, ou melhor, uma característica que os aproxima.

Portanto, não estou negando, por exemplo, que há instituições e estruturas que orientam normas de conduta, bem como regras a serem cumpridas para que publicações sejam aceitas, lidas e reproduzidas, mas que a distribuição de poder tende a ser menos vertical do que em outras situações de confronto, pois não há uma prévia subordinação hierárquica ou figuras centralizadoras. Se há pesquisadores com maior autoridade para julgar (ou para fazer calar) seus colegas e o que escrevem sobre nosso "tema quente", tal autoridade precisa ser constantemente conquistada na luta discursiva diária travada nas interfaces de arenas político-científicas, sendo que, como veremos no quinto capítulo, tal "conquista" passa pela trajetória (não só acadêmica) das pessoas, ou seja, passa pelos lugares por onde andaram, experiências que tiveram e pessoas que conheceram e entraram em contato ao longo de suas carreiras.

Já sobre o termo simetria, não pretendo indicar com ele uma suposta "igualdade" na configuração de forças existente entre os sujeitos da pesquisa. Por mais que ocupem "posições" diferentes e se distingam pelas suas trajetórias, em tese partilham o *ethos* acadêmico e trazem incorporado o *habitus* científico, o que significa abertura para se pronunciar e ser levado a sério por seus pares. Não que não haja pesquisadores com maior prestígio – ou maior "capital social" - devido ao conjunto de sua obra, à qualidade da instituição onde trabalham ou à atuação pretérita junto a ONGs e/ou instituições governamentais. Sem dúvida isso confere a alguns maior poder na "luta pelo monopólio da verdade", como diria Bourdieu (1989), visto serem nítidas as diferenças de força entre um pesquisador *sênior* e um doutorando, um professor de reconhecida pós-graduação da USP e outro que trabalhe na Universidade Federal

do Acre, um cientista que assessora uma grande ONG que apóia e patrocina pesquisas na área e outro que está distante do universo "ongueiro" ou, ainda, entre aquele que possui "contatos" amistosos com quadros do Ministério do Meio Ambiente e aquele que não os possui. Até porque, voltando aos nativos de Evans-Pritchard, algo parecido deveria ocorrer com os Nuer. Afinal, também entre eles haveria indivíduos com maior porte físico ou habilidade para lutar (o que tende a ser vantajoso numa batalha), tribos mais numerosas do que outras (o que é importante em um confronto), além de se supor que, numa guerra, "seções" Nuer conseguiriam mobilizar a adesão de um número maior de aliados.

Pode parecer paradoxal, mas simetria caminha aqui lado a lado com desigualdade, desigualdades enunciativas em que a polissemia e a proliferação de significantes avança pela já instável estrutura discursiva que marca o debate sobre nosso "tema quente". Como para Tavolaro (2000, p.80), também aqui "a disponibilidade de diferenças é tão grande que se torna mais difícil para um discurso em particular fixar tais diferenças como momentos de uma ordem estável". Nesse sentido, vejo a imanência da simetria como ponto de partida para que forças e influências sejam assimetricamente distribuídos na prática, ou seja, simetria como condição para que "posição", "prestígio" e poder de monopolizar a atenção através de "argumentos de autoridade" possam vir a ser construídos e exercidos de forma diferenciada. E, neste ponto, me aproprio dos comentários de Guilherme Sá (2006, p.38) sobre "antropologia como esporte de contato" para ressaltar: também entre aqueles que pesquisam áreas protegidas e populações locais "um acordo implícito entre as partes rege suas eventuais assimetrias. Deixando de lado a belicosidade dos 'combatentes', os conflitos passam a ser previstos, monitorados e mediados pelos próprios 'jogadores' dentro de uma lógica, intrínseca ao jogo, de relações simétricas".

Em parte devido à relativa ausência de delegação exterior, a constante tensão entre confronto e aliança constitui característica inerente à dinâmica interativa dos sujeitos da pesquisa[141]. Se para os Nuer a guerra era parte do seu cotidiano, a controvérsia (que não deixa de ser uma espécie de batalha) faz parte do cotidiano nativo. Se para os primeiros a "guerra entre eles" era uma "instituição estabelecida", pesquisadores desafiam e são desafiados constantemente por seus colegas[142]. Como a relação entre atração e repulsão (afinidade e alteridade; oposição e combinação; fissão e fusão; separação e reunião) não possui centro gravitacional definido, disputas interpretativas sobre nosso "tema quente" subentendem constantes deslocamentos de "posições" e "pontos de vista", os quais se desdobram, por sua

[141] Quando falo em confrontos, disputas, lutas, combates, enfrentamentos e hostilidades me refiro, bem entendido, às arenas discursivas estabelecidas nas interfaces do campo científico com o plano da ação política mais ampla.

[142] Adiantando o que veremos no próximo capítulo, a situação se complica quando controvérsias passam a ser discutidas em planos distintos. Assim, se existem grandes controvérsias mobilizando a atenção de número considerável de cientistas, existem meso e micro-controvérsias (mas de igual importância) sendo debatidas por número menor de pesquisadores.

vez, em outras "posições" e "pontos de vista". Assim, se pensamos em termos de deslocamentos, ou melhor, que cientistas se movimentam constantemente por entre níveis de alteridade-afinidade distintos, vale a asserção de Deleuze (2006, p.93): "movimento implica uma pluralidade de centros, uma superposição de perspectivas, uma imbricação de pontos de vista, coexistência de momentos que deformam essencialmente a representação".

Visto por este prisma, pesquisadores, ao debaterem uma controvérsia, interagem a partir de uma "harmonia conflituosa" ou, como propõe Mafesolli (2006, p.173), de uma "organicidade dos contrários" onde "com o terceiro [quarto, quinto, sexto...] ponto de vista é o infinito que começa". Arrisco dizer que, se há um substantivo para nomear a movimentação nativa, este seria idiossincrasia, visto que pesquisadores reagem de modo muito particular à ação de seus pares. Em suma, são vários "eus" e vários "outros" atuando em planos distintos. Mas se tal característica tende, por um lado, a gerar situações de desentendimento e desencontro (onde a oposição é, segundo Deleuze, a representação máxima da diferença), por outro, garante flexibilidade suficiente para que encontros e entendimentos também ocorram.

Chegamos então à segunda correspondência que pretendo estabelecer: a relação entre pesquisadores segue padrão próximo ao que Evans-Pritchard chamou de "anarquia ordenada". Como no caso Nuer, cientistas "num momento [estão] lutando entre si e, noutro, [estão] combinados contra uma terceira parte" (*op. cit.*, p.156). Voltando à "Pausa de cinco compassos", se "cada um cuida de seu próprio negócio encontrando ao mesmo tempo os outros" (Deleuze e Parnet, 1998, p.17), neste encontro, temos indivíduos e organizações "nadando e flutuando", rivalidades se diluindo para depois ressurgirem, "esses se reunindo com estes" enquanto "amigos" se tornam "mais ou menos" amigos.

O que acontece é que confrontos e controvérsias ora se condensam ora se dissipam, divergências ora se manifestam de forma clara e límpida ora parecem demasiado confusas e vagas, antagonismos ora se intensificam ora se diluem e oposições binárias ora são ativadas ora sejam descartadas. Se, como disse um eng. florestal com quem conversei (o qual, no início dos anos 1990, era francamente a favor das UCs "com gente dentro" e hoje é extremante crítico a elas) "temos de estar unidos nesta guerra pela preservação levando em conta a dimensão humana contra nossos inimigos", a questão em jogo aqui é estar atento em saber, ao nos movimentarmos, quem são "nossos inimigos" da vez. Dilema este percebido por outra entrevistada cuja trajetória se caracteriza pelo constante trânsito entre biologia e ciências sociais: "é claro que há um ambiente muito dividido, isso se não pode negar porque faz parte da história, o que se pode dizer é o seguinte: **como é que você se situa nesse momento**"[143].

[143] Tendo se graduado, simultaneamente, nos cursos de Biologia e Psicologia, ao indagar a esta entrevistada com ela se identificaria como pesquisadora, esta respondeu: "acho que sou uma pesquisadora transgressora, porque não

Apesar de não envolver só cientistas, um episódio emblemático e que ilustra claramente esta característica foi o posicionamento de certos "atores" por ocasião dos vetos presidenciais no apagar das luzes da aprovação do SNUC, em 2000. Sancionada a lei, convencionou-se (ou seja, virou fato) dizer que, nos dez anos que durou o debate, havia "dois lados" ou "duas forças" bem visíveis e conhecidas disputando e defendendo interesses distintos. Como já vimos, Sant'Anna (2003), Mercadante (2001), Santilli (2005) entre outros nomeiam estes lados e forças através de termos como *conservacionistas, preservacionistas* e *socioambientalistas*. Mas, e esse é o ponto onde quero chegar, um dos temas mais polêmicos era o artigo que definia o que seriam "populações tradicionais". Vejamos, pois, um pouco como se deu esta polêmica.

Mercadante (2001) conta que a definição teria sido proposta pelos *socioambientalistas*, os quais defendiam maior autonomia e participação ativa das populações locais nas políticas de conservação baseadas na criação de UCs. Em princípio, portanto (ou seja, teoricamente), *socioambientalistas* e representantes de populações tradicionais seriam aliados. Contudo, o que ocorreu na ocasião do veto presidencial à definição que havia sido proposta? Por estranho que pareça, não só *preservacionistas* ou *conservacionistas* propuseram o veto à definição, mas, nas palavras de Mercadante (2001, p.229-230), "os próprios seringueiros da Amazônia". Assim, se para estes tal "definição era excessivamente restritiva", do outro lado (*preservacionista*) havia o argumento de que ela seria "excessivamente abragente" e alcançaria "praticamente toda a população rural de baixa renda, impossibilitando a proteção especial que se pretende dar às populações verdadeiramente tradicionais"[144]. Como comenta Santilli (2005, p.126) "o veto ao conceito de população tradicional foi defendido não apenas por *preservacionistas*, que consideravam a definição excessivamente ampla e, portanto, suscetível de utilização indevida, como também pelo movimento dos seringueiros da Amazônia, que considerava a definição excessivamente restritiva pela exigência da permanência na área 'há três gerações'"[145].

---

me enquadro nos moldes tradicionais de pesquisa, nem do ponto e vista teórico nem do ponto de vista metodológico, nem do ponto e vista de olhar o papel do pesquisador. Me vejo como uma pesquisadora altamente sintonizada com as questões políticas e sociais do país e como uma pesquisadora híbrida, no sentido de que construí meu percurso, querendo ou não, como alguém que jamais vai conseguir se enquadrar num modelo tradicional, por exemplo, de um CNPq ou do CAPES".

[144] Para Olmos *et. alli* (2001, p.282), a "definição foi vetada quando da aprovação do SNUC por razões óbvias. Ela permite que quase toda a população rural brasileira possa ser classificada como 'tradicional' e, considerando as facilidades previstas na legislação para as 'populações tradicionais' no interior de UCs, adotar aquela definição significaria, na prática, que nenhuma área protegida seria implementada, ao mesmo tempo em que todas teriam seus objetivos primários relacionados à conservação da biodiversidade e de serviços ambientais desvirtuados".

[145] Mercadante (2001) e Sant'Anna (2003a) contam em detalhes este episódio. Esta última comenta, em outro texto (2003b, p.122), que "durante o processo de tramitação no Senado houve, por parte dos representantes dos seringueiros, uma grande rejeição da forma como estava redigida a definição (...). O Conselho Nacional dos Seringueiros interveio na discussão em torno deste conceito posicionando-se contra as propostas do SNUC. Receava que o conceito, muito restritivo, entrasse em conflito com o estilo de vida extrativista, nômade, que ainda repousa sobre outras atividades econômicas complementares, e os excluísse da lei".

Quer dizer, ao menos neste momento, pretensos "adversários" atuaram conjuntamente, ou seja, alinharam-se, ainda que pragmaticamente, em torno do objetivo pontual de defender um pleito comum. Em suma, apesar de estarem claramente em "lados opostos", neste momento atuaram **como se** fossem aliados, e isso, reparem, a partir de argumentos antagônicos. O fato das críticas serem aparentemente contraditórias (definição excessivamente restritiva ou excessivamente abragente para o termo população tradicional) não quer dizer que alguma delas não fosse mais correta ou "verdadeira". Ocorre que seus proponentes, como vimos com Latour, estavam "olhando a estátua" (neste caso, a definição redigida no texto do SNUC) a partir de diferentes pontos de vista.

Outro episódio ocorreu em maio de 2007, quando o MMA decidiu dividir a estrutura do IBAMA criando o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Não tenho condições aqui de esmiuçar este debate, mas, pelo que percebi no CBUC deste mesmo ano, pesquisadores sabidamente com visões antagônicas sobre nosso "tema quente" estavam, naquele momento, "do mesmo lado" contra a criação do referido órgão. Tal situação ficou explícita numa reunião realizada após o encerramento das atividades diárias do congresso convocada pelos funcionários do IBAMA e do novo órgão, então em greve, para discutir a questão. Como no caso anterior, motivações divergentes foram explicitadas pelos participantes. De um lado estavam os que eram contra, por princípio, a criação de um órgão exclusivo para gerenciar UCs; de outro, os que estavam de acordo com a divisão das funções do Ibama (alguns inclusive reconheceram já ter defendido publicamente a idéia em outras ocasiões), mas que, por discordarem do modo como havia sido proposta, se puseram contra a criação do novo instituto. Quer dizer, embora sustentando "posições" contrárias (a favor ou contra a criação de um órgão específico que estaria encarregado das políticas voltadas para áreas protegidas), ambos os grupos se uniram circunstancialmente em prol de um objetivo comum que, naquele momento, os reunia e aproximava.

Como a estrutura política Nuer, divergências não resultam só do confronto de interesses, mas fazem parte de um relacionamento estrutural entre cientistas que, por mais que venham de áreas distintas e tenham vivenciado experiências muito singulares, se reconhecem e partilham algo em comum[146]. Porém, tal como os "cinco compassos" do item anterior, estes dois episódios ilustram como podem ser fluídas as configurações constituídas por "atores" envolvidos com áreas protegidas e populações locais. Esta característica de confrontos e alianças ora se condensarem ora se dissiparem relaciona-se diretamente com outra, a saber,

[146] Já falei no primeiro capítulo sobre este "algo em comum", mas, apenas para relembrar, no mínimo, todos já atuaram como pesquisadores, circularam pelos meios científicos relacionados ao nosso tema e influenciaram politicamente os rumos das políticas públicas voltadas para ele.

que, internamente, como os Nuer, “forças” ou “lados” dividem-se “em uma série de segmentos”, “cada segmento é segmentado e há oposição entre suas partes”. E aqui poderia substituir “segmentos” por “visões”, “vertentes”, “tendências”, “facções”, “paradigmas” etc. O que nos remete mais uma vez ao item 2.4, onde falava sobre o caráter relacional das oposições e categorias nelas contidas.

Também pesquisadores tendem a ver “a si mesmos como membros de um grupo apenas enquanto em oposição a outros grupos”; da mesma forma, de que lado pretendem “lutar dependerá do relacionamento estrutural das pessoas envolvidas na luta e do seu próprio relacionamento com cada um dos lados”. Ou seja, ao mesmo tempo em que cientistas possuem grande autonomia para se “posicionar” frente aos demais colegas, “correntes”, “facções”, “vertentes”, “visões” ou sobre controvérsias sobre nosso “tema quente” (que vão do problema dos “parques no papel” à questão das populações tradicionais), uma dependência estrutural referente às oposições formadas tende a orientar este mesmo posicionamento. Parafraseando Evans-Pritchard, “os valores políticos, portanto, estão sempre em conflito”.

Como comentam Lévi-Strauss e o próprio Evans-Pritchard, hostilidade pode implicar algum nível de proximidade, e, assim como ocorre com nossas relações familiares, eventuais desentendimentos podem ser vistos como sinal de intimidade (o que ajuda a entender, em parte, os comentários conciliadores já citados e outros mencionados por alguns autores nos tópicos 2.6 e 3.1 e em outras partes da tese). O importante a reter, no entanto, é que, quando cientistas se aproximam, isso significa distanciamento ou isolamento em relação a outros intérpretes, sendo que essa condição próxima ou distante tende a ser instável e temporária, pois diz respeito às circunstâncias em que tal aproximação-distanciamento se dará; afinal, outras lutas e combates, outras controvérsias e discussões, outros debates e polêmicas (mais amplos ou mais restritos) certamente se avizinham na esquina. Demorei a perceber essa interdependência estrutural de “posições” e “lados” que, paradoxalmente, desestrutura orientações rígidas e definitivas. Porém, a coisa ficou nítida ao ler esta esclarecedora analogia de Evans-Pritchard (2005, p.148) para pensar a situação Nuer:

> se encontramos um inglês na Alemanha e perguntarmos onde é seu lar, ele pode responder que é a Inglaterra. Se encontrarmos o mesmo homem em Londres e fizermos a mesma pergunta, ele nos dirá que seu lar é em Oxfordshire, enquanto que, se o encontrarmos naquela região, ele dirá o nome da cidade ou aldeia onde mora. Se fizermos a pergunta em sua cidade ou aldeia, ele mencionará o nome da sua rua, e, se perguntado na rua onde mora, ele indicará sua casa.

Parece óbvio? Creio que algo parecido se passa quando cientistas localizam onde se encontram seus colegas e quais suas “posições”. Como me disse um historiador que entrevistei: “quando falamos sobre *conservacionistas, preservacionistas e socioambientalistas*, acho que o mais importante é romper com os estereótipos, **depende de quem você está falando e de cada**

situação". Tal aspecto ficou explícito no depoimento de um antropólogo quando discutíamos a atuação de seus colegas como mediadores junto às populações tradicionais. Disse ele então:

> é lógico que você não vai querer brigar **se você está falando** de Mata Atlântica com a CI, porque a CI está administrando o GEF [Fundo Global para o Meio Ambiente da ONU] junto com a Fundação Mata Atlântica. **Se você está** na Amazônia, **não vai querer brigar** com o Pró-Várzea, que está administrando dinheiro do G-7. Então, **se você quer atuar**, se quer ter acesso a recursos, seja pra fazer um projeto de pesquisa mais puro, mais íntegro, **você já vai se auto-coibir** naquilo que você vai estar querendo dizer.

Como na canção de Daniel Viglietti (1984), "la patria no és un solo lugar"[147]. Reforçando minha hipótese, como no caso das categorias Nuer adotadas para simbolizar a distância estrutural que internamente separa seus membros, antagonismos e alianças irão variar conforme o nível de alteridade-afinidade que se deseja demarcar. E aqui vejo novamente correspondência com o estudo de Goldman (2006) sobre a dinâmica política do fazer política na cidade de Ilhéus[148] quando este percebeu, para este caso particular, "que o que é oposição em um plano pode perfeitamente ser conjunção em outro (...). Nesse sentido, penso que a noção de segmentaridade também permite uma melhor compreensão das movimentações políticas (...) tratando-as como efeito do funcionamento de um sistema dotado de um certo tipo de estruturação dinâmica".

Visto por este prisma, aparentes contradições e ambigüidades passam a ser vistas como intrínsecas à dinâmica interativa nativa. Se numa situação um pesquisador expressa inclinação por certo "grupo" ("segmento") de colegas, há sempre a possibilidade latente de, em outro contexto, dele procurar se distanciar ou ficar indiferente. O mesmo ocorre com eventuais tipificações: em algum momento uma categoria pode ser usada para distinguir um conjunto de cientistas, instituições, publicações e interpretações, já em outro, estes poderão ser tipificados de maneira diversa. Tomando emprestada uma imagem proposta por Deleuze e Parnet (1998), cientistas estão constantemente circulando por "linhas de segmentaridade", sendo que enquanto umas são melhor delineadas, espessas e rígidas, outras são mais vagas, finas e flexíveis.

O que nos leva à terceira correspondência com os Nuer: "se e de que lado [um pesquisador irá se posicionar depende] da vinculação estrutural das pessoas envolvidas e do seu próprio relacionamento com cada um dos lados". Assim, se em princípio há cientistas que se colocam na condição de "adversários", ao menos potencialmente há chance de alguns virem a agir como (que é diferente de "serem") "aliados". Igualmente, discordâncias e concordâncias dependerão de quem desejamos discordar ou com quem pretendemos concordar. Se tribos Nuer

[147] Trecho da canção "Soledad Barret", militante Paraguaia morta no Brasil pela ditadura militar em 1973.

[148] Goldman (2006, p.118) comenta que, nesta e em outras cidades da Bahia, há o "tempo da política", que basicamente se condensa nos meses que antecedem um ano de eleições: "o período eleitoral, como em tantas outras regiões, é chamado 'a política', se diz que 'a política' começou ou acabou (assimilando-se, assim, o início ou o fim das campanhas eleitorais), ou que 'é ano de política' (ou seja, é ano eleitoral). Todavia, política também, e talvez principalmente, é aquilo que os 'políticos' fazem: acordos, arranjos, favores, pedidos, promessas, articulações, manipulações, acusações, barganhas e assim por diante".

que já se confrontaram podem, mais adiante, se unir na luta contra outras tribos, veremos no capítulo três que, numa (batalha) controvérsia, do mesmo modo que convergências podem ser realçadas para reforçar pontos de vista comuns, divergências podem ser provisoriamente desconsideradas quando um pesquisador se contrapõe aos argumentos de outros especialistas.

Em suma, qualquer relação de afinidade que se estabeleça entre dois sujeitos implicará a presença, ao menos, de um terceiro ao qual estes tenderão a se opor. Além disso, a existência de afinidades entre "vertentes" não elimina a existência de conflitos "intravertentes". Por sua vez, além de evitar o risco de ficar esquizofrênico com suas idas e vindas, pensar desta forma significa abdicar da idéia de acusar a conduta nativa como irracional ou ilógica. Para não correr o risco da simplificação (reduzindo toda discussão a dois "lados" estanques), seria preciso atentar para as situações em que sistemas dicotômicos são acionados e, com isso, perceber quando pesquisadores tendem a estar em sintonia, dissintonia ou, ainda, em assintonia. No desenrolar de uma controvérsia, aquele que está afastado poderá chegar bem próximo, sendo que o "outro" poderá ser visto como forasteiro, estrangeiro ou estranho ou, ao contrário, como vizinho, amigo ou parente. Estar alerta para esta peculiaridade me parece decisivo se quisermos entender como controvérsias são, a partir de diferentes instâncias, estabelecidas e debatidas.

Mas, apesar dos Nuer nos ajudar a entender como se movimentam e como se dão às relações de proximidade e distanciamento entre nativos, é prudente ficar atento. Ainda que seja possível afirmar, por exemplo, que dentro de um *ambientalismo amplo* e suas "vertentes", teríamos antagonismos entre pesquisadores com "visões" próximas ao *conservacionismo* e outros identificados com o *socioambientalismo,* seria complicado propor que ambos, irremediavelmente, se apoiariam mutuamente ao se confrontar com pesquisadores afinados com o *desenvolvimentismo*. Tal axioma reduz novamente a complexidade, multiplicidade e instabilidade a um modelo tão rígido quanto os diversos esquemas dicotômicos e hierarquizações seriadas disponíveis no mercado das interpretações científicas. Além do mais, apesar das "divisões merecerem ser entendidas como um equilíbrio entre tendências contraditórias, contudo complementares", uma oposição particular não pode ser extrapolada para todas as demais oposições. Como alerta Goldman (2006, p.176) em seu estudo aqui já citado, "é preciso observar que, ao contrário do que o caso Nuer tende a fazer crer, os diferentes segmentos do sistema não se situam univocamente sobre planos uniformes do diagrama segmentar. (...) se a narrativa diacrônica pode aumentar a inteligibilidade da descrição, ela não é estritamente necessária ou suficiente para isso".

Pensemos na distância que se para os Nuer dos Dinka, maiores grupos políticos nilóticos identificados por Evans-Pritchard. Ora, ao imaginar algo parecido no contexto das interações entre pesquisadores, pelo que vimos até aqui tenderíamos a concordar que um dos

maiores níveis de distanciamento aparece quando contrapomos "posições" ("discursos", "referências" etc.) *ambientalistas* (no seu sentido amplo, ou seja, aí incluídas suas várias "vertentes") às "posições" *desenvolvimentistas*[149]. De fato, como ocorre entre os Nuer e os Dinka, ao menos no nível discursivo parece que a maioria dos cientistas que trabalham com áreas protegidas e populações locais vê *desenvolvimentistas* (e o que representam) como seus "maiores inimigos". Assim, se seguirmos este raciocínio, a tendência seria "vertentes" teoricamente próximas a este "grande *ambientalismo*" se unirem para sempre se contraporem aos *desenvolvimentistas*.

Mas o que dizer então de afirmações como as que vimos no "quarto compasso" do eng. florestal o qual se auto-definiu, em alguns momentos, como *ambientalista* e, em outros, como conservacionista?: "proibir o plantio de eucalipto, como saiu uma lei no Espírito Santo! Como pode!; os *ambientalistas* não são inimigos do eucalipto (...) porque ele tem o seu lugar"; "todos somos favoráveis à caça, caça esportiva, inclusive de onças"; "eles se opõem ao eucalipto, pinos, se opõem à soja, olha que imbecilidade. Nós achamos que a soja tem o seu lugar, é necessário (...) e é claro que tem que explorar madeira, claro"[150]. Ora, ainda que ele discordasse veementemente, não seria difícil que colegas seus viessem a acusá-lo de *desenvolvimentista*.

Aqui acompanho comentário do próprio Evans-Pritchard (2005, p.156) sobre suas descrições: "combinações não eram sempre tão regulares e simples como (...) eu as apresentei". Mas há ainda três diferenças em relação aos Nuer: primeiro, como no caso das "linhagens ameríndias" estudadas por Lévi-Strauss ("posta a regra, ela comporta sempre numerosas exceções"), as associações descritas não são associações necessárias, mas tendências; segundo, divisões e rotulações podem ser contestados (às vezes, enfaticamente) pelos colegas de quem as propõe; terceiro e mais importante, como visto no item 2.5, noções como *desenvolvimento, conservação, sustentável, ambientalismo etc.* também estão em disputa, sendo seus sentidos repletos de ambigüidades. Sobre este ponto, vimos que é prática recorrente tentar associar, crítica e por vezes acusatoriamente "facções" e "grupos" *desenvolvimentistas* tanto à "vertente" *conservacionista* como ao "paradigma" *socioambientalista*. Não há contradição neste tipo de vinculação, ou melhor, não é uma questão de contradição. Ocorre que a imprecisão polissêmica das expressões dá margem para que curtos-circuitos aconteçam. No nosso caso, seria mais ou

[149] Vimos no item 2.1 que outros termos (representando "posições", "modelos", "visões") podem ser encontradas na literatura para demarcar distinções em relação a esse *ambientalismo* amplo. Por exemplo: "modelo predatório" (Léna, 2004) e "paradigma capital-expansionista" (Santilli, 2005). Como estou mais interessado na discussão que pesquisadores fazem entre eles e, também, porque o termo *desenvolvimentismo* apareceu de forma recorrente na literatura e na própria fala de muitos deles, preferi adotar este último para ilustrar a diferença aí existente.

[150] Só para situar o leitor, este pesquisador tem feito fortes críticas tanto ao "paradigma" *socioambientalista* como a idéia de *desenvolvimento sustentável* quando associada à discussão sobre criação e gestão de UCs.

menos como se os Nuer não tivessem, quando em confronto, capacidade de discernir quem seria Dinka de quem pertenceria a uma seção Nuer.

Outro elemento que nos distancia dos Nuer é que categorias adotadas para designar "atores" e suas "perspectivas" sobre nosso "tema quente" não possuem a mesma força identitária das categorias Nuer. As implicações de pertencer a uma tribo Nuer não podem nem de longe ser comparáveis às implicações de se ver ou ser visto como *ambientalista*, *socioambientalista*, *conservacionista, ecossocialista*, *sustentabilista*. Se há uma orientação para que "os membros de qualquer segmento unam-se na guerra contra segmentos adjacentes (...) e unam-se com esses segmentos adjacentes contra seções maiores", no presente caso, além de tais "segmentos" não serem tão bem definidos como para os Nuer, o sentimento de pertencimento pode ser muito tênue, volátil, gregário, efêmero e, até mesmo, inexistente. Como comenta Goldman (2006, p.177), "tudo parece passar-se sobre um eixo diacrônico reversível, que permite que segmentos separados se reúnam para se dissolver mais adiante e, eventualmente, se reunir de novo".

Sobre esta possibilidade, se a identificação com uma ou outra "corrente", "vertente", "paradigma" pode ir da simpatia descompromissada ao engajamento militante, da simples anuência à completa adesão, há também aqueles que não se identificam, não se vêem e mesmo procuram deixar claro que não têm nenhuma afinidade ou compromisso com qualquer uma delas. Exemplo disso foi o caso de uma socióloga que entrevistei a qual foi categórica sobre este ponto: "nunca fui *ambientalista*, nada disso (...). Fiquei muito envolvida na academia e em campo, não me envolvi com movimento *ambientalista* e esse tipo de coisa, nunca, aliás, nunca, nem aqui no Brasil. Em termos de ação política não tive envolvimento com esse tipo de coisa. Meu envolvimento foi sempre através do trabalho acadêmico. Sempre tive essa característica".

Obviamente, a posição sustentada por esta socióloga não significa que ela não possa vir a ser enquadrada pelos demais através das rotulações disponíveis. Acontece que a interação que se dá entre pesquisadores extrapola a idéia dicotômica de pertencer ou não pertencer, se identificar ou não se identificar, na medida em que há uma pluralidade instável de pertencimentos e não-pertencimentos sendo acionados quando falam sobre seus colegas, mas, igualmente, sobre outros profissionais, instituições, "pontos de vista", "visões" etc. De fato, creio que se passa, entre nativos, algo percebido por Moacir Palmeira em estudo já clássico (aliás, também citado por Goldman, *op. cit.*) sobre "Os comícios e a política das facções": "via de regra os autores pensam-nas como quase-grupos". Nesse sentido, tal como propõe Goldman sobre uma observação de Jeanne Fravet-Saada (1966 *apud* Goldman, 2006, p.184), também aqui é possível dizer "que 'uma disposição para a segmentação' é mais importante que a segmentação propriamente dita".

Portanto ao traçar paralelos com a estrutura política Nuer, não podemos simplesmente transpô-la para a dinâmica interativa dos sujeitos da pesquisa. Se adotei tal procedimento foi para ajudar a pensar sobre como nos relacionamos no plano discursivo e, também, mostrar que dualidades, dicotomias, antagonismos e esquemas designativos-prescritivos que adotamos subentendem níveis diferenciados de identidade-alteridade e, por conseguinte, uma instabilidade inerente ao seu manuseio.

2.9 Entre dissonâncias, consonâncias e inconstâncias: fazendo música com cientistas

> Conceitos são exatamente como sons, cores ou imagens, são intensidades que [nos] convêm ou não, que passam ou que não passam.
>
> Claire Parnet (Deleuze e Parnet, 1998, p.12).

Para fechar este capítulo proponho uma analogia um tanto inusitada. Como cientistas se movimentam, viso com ela realçar a dimensão temporal envolvida, visto que nos paralelos com a estrutura política Nuer esta aparece de forma secundária. Reconheço, porém, que relutei em incluí-la durante boa parte do período de redação da tese, sobretudo porque sabia que, para apropriar todo seu efeito compreensivo, seria preciso dominar uma área do saber ocidental muito particular. Ainda assim, depois fazer algumas "experiências" enviando este item para alguns amigos, resolvi incluí-lo[151]. Em todo caso, peço licença pela liberdade das associações e por adotar referencial teórico alienígena tanto ao nosso tema como às ciências sociais em geral.

No universo da teoria musical, é lugar comum afirmar que não se pode tocar música (seja complexa ou simples) sem ou fora do tempo. Sons e silêncios que compõem uma canção ou outro tipo de composição qualquer precisam ser produzidos no e com o tempo, ou seja, subentendem alturas (que conhecemos popularmente por notas musicais), intensidades (sons relativamente mais fortes e mais fracos) e timbres (aquilo que confere identidade ao artefato que produz som) e uma duração (um espaço de tempo). Em síntese, escutar música implica estar atento aos movimentos e à dinâmica que ela supõe. Como definiu Stravinsky (1996), "música pressupõe, antes de tudo, certa organização do tempo, uma cronologia, se me permitem esse neologismo, é uma arte cronológica, assim como a pintura é uma arte espacial".

Pensemos em uma composição musical com duas partituras distintas sendo executadas simultaneamente. A estrutura harmônica de uma delas seguiria as regras do que se conhece

[151] Creio que umas três ou quatro vezes retirei e, depois, reinseri este tópico no corpo da tese. Mas o evento decisivo que selou sua inclusão foi quando recebi e-mail de uma amiga formada em música que havia lido uma primeira versão dos três primeiros capítulo da tese. Apesar de não ter nenhum contato com nosso "tema quente" (até então, segundo ela, "não sabia muito bem o que era unidade de conservação"), sua mensagem dizia: "puxa! Como você teve a idéia pra fazer essa analogia?!!! Pelo menos agora faço uma certa idéia do que você tava dizendo antes". Bom, se uma pessoa que está totalmente por fora do debate sobre populações locais e áreas protegidas conseguiu "fazer uma certa idéia do que" falava, achei que valia a pena arriscar.

como "música atonal"[152]. Já o encadeamento de sons (acordes) escritos na outra partitura – executada ao mesmo tempo por outros músicos - tenderia a seguir os princípios da "música tonal"[153] polifônica (linhas melódicas ou "vozes" independentes executadas ao mesmo tempo)[154]. Porém, esta segunda partitura indicaria que, por vezes, a estrutura harmônica executada tenderia também à atonalidade. Assim, linhas melódicas simultâneas produziriam uma relação de acordes e alturas que soariam em certos momentos como preponderantemente consonantes (com pouca tensão); já em outros, os "centros tonais" ficariam mais difusos e pouco perceptíveis, visto que "regrinhas harmônicas" clássicas do tonalismo não estariam sendo respeitadas. Em suma, o encadeamento de sons, neste caso, vez que outra se insinuaria para o atonalismo, o qual daria o ar da graça para quase que imperceptivelmente sumir. Apesar de seguir os princípios do sistema tonal, elementos do atonalismo surgiriam, sobretudo, pelo uso abundante de cromatismos ou quando tivéssemos a execução de seqüências harmônicas mais livres das regras que marcam o sistema tonal. Como resultado, isto produziria uma espécie de "efeito paranóico" em nossos ouvidos, ficando estes em suspenso entre o tonal e o atonal, suspeitando-se a todo instante sobre qual sonoridade estariam captando.

Sobre os instrumentos tocados, estes, variados, não se restringiriam aos instrumentos musicais clássicos (tanto elétricos como acústicos), incluindo também outras formas sonoras produzidas e usadas por culturas não ocidentalizadas[155]. Do mesmo modo, enquanto algumas "vozes" executariam o que em música chamamos de "glissando"[156], outras produziriam "momentos cromáticos"[157]. Em certas frases musicais a "intensidade" sonora aumentaria para diminuir em outras. Mas não esqueçamos, porém, que, em paralelo, tudo isso continuaria se confundindo com o que seria executado pelos músicos que se guiariam pela outra partitura. Esta, orientada totalmente pelas regras do atonalismo, embora se sobressaísse alguns instantes, seria tocada a maior parte do tempo numa intensidade muito fraca, por vezes, quase inaudível.

---

[152] No atonalismo "os princípios de organização dos sons não seguem as regras do sistema tonal. Não há hierarquia entre as notas, todas possuem igual importância (...). Seu princípio 'filosófico' é a perfeita igualdade concedida aos 12 graus da escala cromática [que vulgarmente chamamos de 12 notas musicais], em oposição ao que ocorre no mundo da tonalidade" (Isaacs e Martin, 1985).

[153] Esta se caracteriza pelo movimento entre tensão e repouso. Wisnik (1989, p.114) comenta: "definida a área tonal (dada por uma nota tônica que se impõe sobre as demais notas da escala, polarizando-as), levanta-se a negação da [nota] dominante, abrindo a contradição que o discurso tratará de resolver em seu desenvolvimento".

[154] Na música, a polifonia se caracteriza pela superposição de duas ou mais linhas melódicas, onde cada linha deve ser "rítmica e melodicamente independente" e possuir "sentido expressivo próprio". Segundo "Dicionário Grove de música" (1994), seriam "vozes múltiplas" que soam, combinadas, simultaneamente.

[155] Tais como marimba, membranofones, balafon e djembe.

[156] Metaforicamente, glissando poderia ser definido como efeito deslizante (do francês *glisser*, ou seja, "deslizar"). Segundo novamente o "Dicionário Grove" (1994), refere-se "ao efeito obtido através de um deslizamento rápido sobre as teclas ou cordas (...)", mais ou menos como se o som deslizasse por uma rampa.

[157] Como glissando, cromatismo é outro efeito sonoro em que há sucessão de sons em movimento ascendente ou descendente. Só que aqui percorre-se frequências sonoras definidas a intervalos de meio em meio tom. Seria como se o som subisse ou descesse os degraus de uma escada, onde cada degrau representa um semitom. Conforme "Dicionário Grove" (1994), como precursor do atonalismo, o cromatismo inicia a dissolução da tonalidade.

No caso do "ritmo", este alternaria momentos sincopados e outros mais valseados. Para completar, certas "vozes" poderiam, a qualquer instante, executar improvisações e "variações", isto é, ainda que estruturalmente ligados aos demais sons, poderiam aparecer repentinamente passeando por locais sonoros que não foram pré-definidos. Ao final, teríamos uma profusão de efeitos sonoros harmônicos. Mas a aparente desuniformidade rítmica e desencaixes entre sons e silêncios seguiriam "ciclos invariáveis" em que, como num bolero, de tempos em tempos toda estrutura se repetiria, ainda que não do mesmo modo. Assim, ao ser executada indefinidamente (como moto-perpétuo) e caso tomássemos como referência uma dimensão temporal mais ampla, haveria uniformidade e repetição para além da "anarquia ordenada" reinante.

Agora, imagine o leitor que você esteja em um teatro ou casa de espetáculos sentado em alguma poltrona junto com as demais pessoas da platéia para ouvir esta composição. Porém, antes disso, na entrada do teatro, você recebe instruções que se destinam a informar qual o seu "papel" na música que será tocada, ou seja, as pessoas que teoricamente iriam apenas assistir à execução desta composição (a platéia) também participariam como músicos. Nestas instruções, algumas pessoas seriam informadas de que em certos momentos deveriam fazer "ruídos" específicos (por exemplo, "rovír-rovír-rovír..."; "zzzzzzzzzzzzzz..."; "bédec-bédec-bédec..."; "tic-tac-tic-tac-tic..."; "biiii-biii-biii..." e outros barulhos com pés, mãos e com a cadeira onde estariam sentadas) produzindo assim uma cacofonia bem ao estilo da "rough music" inglesa descrita por Thompson (1998)[158]; porém, em certos momentos elas deveriam silenciar e apenas escutar. Já outras teriam que ficar repetindo, constantemente, como na música minimalista ou eletrônica, certas frases (por exemplo: "em Brasília, 19 horas...em Brasília, 19 horas...em Brasília, 19 horas..."; "veja a novela, não veja a novela...veja a novela, não veja a novela..."). Obviamente, a execução desta obra musical não teria a presença de maestro ou regente.

Pensando nesta composição hipotética, o que observaríamos (ou escutaríamos) ao transpô-la para outro "registro", a saber, as relações entre pesquisadores que trabalham com áreas protegidas e populações locais? Para começar, creio que ela reforce o que já comentei no item 2.4: tal como um som só faz sentido em relação a outros sons[159], "visões", "perspectivas", "atores", "posições" encontram-se referenciadas (seja negativa ou positivamente, seja de forma mais evidente ou difusa) umas às outras. Estão presentes mesmo quando ausentes. Além disso, como no caso da distância estrutural e das interseções entre sons executados dentro de um

[158] Conforme o autor, a "rough music é o termo que tem sido comumente usado na Inglaterra (...) para denotar uma cacofonia rude, com ou sem ritual elaborado, empregada em geral para dirigir zombarias ou hostilidades contra indivíduos que desrespeitam certas normas da comunidade" (Thompson, 1998, p.353).

[159] Ainda que escutemos apenas uma linha melódica simples, esta existe apenas quando combinada com o silêncio que ela atravessa. Como bem observou Wisnik (1989), "não há som sem pausa (...). O som é presença e ausência, e está, por menos que isso pareça, permeado de silêncio (...). Há tantos ou mais silêncios quantos sons no som, e por isso se pode dizer, como John Cage, que nenhum som teme o silêncio que o extingue. Mas também de maneira reversa, há sempre som dentro do silêncio".

padrão de referência "tonal" e outro "atonal", quando discernimos (através de grandes oposições) dois ou mais sistemas compreensivos/representacionais distintos ligados ao debate sobre populações locais e áreas protegidas, demarcamos níveis de alteridade em que diferenças irão se sobressair e outras não. Contudo, da mesma forma que o encadeamento de acordes da partitura que segue as regras tonais poderia ganhar uma cara mais atonal e vice-versa, quando pensamos nas interpretações voltadas para nossa temática guia, os sentidos imputados às "visões", "perspectivas", "atores" ou "posições" poderão estar, em certos momentos e contextos, se confundindo e perdendo seus centros de referência mais marcantes.

Já se olhamos para a partitura que segue o "sistema tonal", veremos uma profusão de "vozes" independentes sendo executadas (visto se tratar de um sistema polifônico). Ora, ao observar pesquisadores escrevem sobre as "vertentes" e "tendências" do *ambientalismo* ou sobre controvérsias que envolvem nosso "tema quente", não encontraríamos também, ainda que estrutural e relacionalmente vinculadas, várias vozes relativamente independentes se manifestando? Não teríamos a nossa frente uma miríade de "visões", "perspectivas", "atores", "posições" se entrecruzando como as "agulhas" do relógio de Viglietti[160]? Como vimos, se dicotomias e esquemas polares seriados nos ajudam a situar e entender o debate sobre áreas protegidas e populações locais, isso não quer dizer que aí não há diversidade envolvida, pelo contrário. Além da polifonia (várias vozes se expressando), as categorias designativas disponíveis são extremamente polissêmicas, subentendendo um latente intercâmbio de significados, bem como amplos, múltiplos e heterodoxos usos.

Por outro lado, tal como no caso de nossa composição hipotética os instrumentistas poderiam em certas ocasiões executar "improvisações" e "variações", pesquisadores também podem eventualmente adotar posições e entendimentos, estabelecer alianças e oposições ou, ainda, produzir determinadas interpretações e propor ações que pareceriam, à primeira vista, não muito condizentes com aquilo que se esperaria deles. Se, como vimos com Latour, cientistas não estão parados, mas se movimentam, portanto, podem mudar seus pontos de vista e, mais do que isso, podem, ao mesmo tempo, passar a adotar outros pontos de vista sem abandonar seus pontos de vista originais. Mais do que, isso, como no caso das "vozes" que se movimentam de modo a formarem permanentemente novos "acordes" (por vezes, mais dissonantes, por vezes, mais consonantes), o movimento de nossos pesquisadores faz com que seus pontos de vista estejam produzindo continuamente novos arranjos de significados.

Mas é aí que a analogia começa a ficar interessante. Se pesarmos as "linhas melódicas" ou "vozes" no interior do sistema "tonal" de nossa composição como os sentidos que, de forma

[160] Ver epígrafe da tese.

simultânea e diacrônica, pesquisadores estariam propondo tanto sobre questões relacionadas às áreas protegidas e populações locais como sobre a atuação das "forças" sociais envolvidas (incluídos aí eles próprios), os encontros e desencontros destes sentidos (a hermenêutica gerada) produziriam um conjunto de interpretações que soariam, por vezes, mais consonantes, por vezes, mais dissonantes, por vezes, meio confusas e incertas (visto que, voltando ao exemplo acima, uma pessoa pouco habituada perceberia aqueles "momentos cromáticos" de que falei como algo muito estranho aos seus ouvidos, visto que esses "momentos" desestabilizariam a predominância de uma determinada tonalidade).

Da mesma forma, a interação que marca o trabalho científico pode se mostrar mais confrontacional ou conciliadora e, às vezes, um tanto incerta e indefinida. Dependendo de onde as "vozes" e quais "vozes" se encontram ou desencontram, a harmonia interpretativa produzida pelo encadeamento de significados tende a se caracterizar pela impermanência, alternando situações de acordos e concordâncias (no jargão da música, "estabilidade resolvida"), instantes em que emergiriam discordâncias e divergências ("estabilidade tensionada") e momentos em que a fronteira entre acordo e desacordo seria demasiado inconstante para ser reconhecida, percebida e identificada (caracterizando uma instabilidade)[161].

Assim, se em certas circunstancias "visões", "atores", "paradigmas" ou "posições" são normalmente apresentados para representar antagonismos, em outras elas podem estar sendo usadas para indicar afinidades. Porém, como, quase que imperceptivelmente, articulações, redes e interações entre pesquisadores surgem tanto do confronto como da união de forças, em certas ocasiões pode acontecer algo parecido com o que chamei há pouco de "efeito paranóico". Afinal, como ilustram os episódios relatados na "pausa de cinco compassos para a instabilidade", se não tomarmos cuidado (como eu no início da pesquisa), de repente podemos não mais saber muito bem "onde estamos", "qual nossa posição" ou, em dada circunstância, "quem são nossos inimigos".

Seguindo adiante com a analogia, os inúmeros instrumentos musicais tocados durante a execução de nossa composição fictícia poderiam representar as diferentes e variadas disciplinas ou áreas do conhecimento de onde vêm e por onde atuam especialistas. Enquanto os instrumentos tradicionais seriam aquelas disciplinas cuja contribuição teria um maior peso nas discussões envolvendo nosso "tema quente" (por exemplo, biologia, ecologia, sociologia e antropologia) os instrumentos menos conhecidos poderia significar aqui aquelas áreas com menos interfaces com esta mesma temática (por exemplo, psicologia e administração). Além

[161] Voltando a nossa composição, a contínua formação de "acordes" pelas "vozes" em movimento faria com que os complexos sonoros resultantes se alternassem entre momentos mais dissonantes, momentos mais consonantes e momentos em que dissonâncias e consonâncias se misturariam de tal modo que se tornaria difícil identificá-los.

disso, funcionando como instrumentos, ferramentas teóricas e procedimentos metodológicos constituem-se um dos principais veículos para a produção de sentidos e interpretações tanto sobre a questão das áreas protegidas e populações locais como sobre o debate (científico-político) gerado em torno desta mesma questão. Neste caso, ao invés de "uma gama muito variada de formas sonoras", teríamos a presença de uma ampla faixa de modos de traduzir a realidade a nossa volta sendo acionados.

Tal como tínhamos "vozes" executando "glissandos" e "momentos cromáticos", há disciplinas (sobretudo, aplicadas e de fronteira) que bebem, partilham e passeiam pelos saberes de outras áreas e disciplinas mais "auto-suficientes" e com fundamentos e arcabouços teórico-metodológicos próprios. Tal como instrumentos musicais podem produzir timbres muito diferentes (violino e reco-reco) como muito parecidos (oboé e clarinete), nas pesquisas sobre áreas protegidas e populações locais, os "objetos de pesquisa" podem variar de uma área ou ramo do saber científico para outro como podem ser muito próximos[162].

Quanto à alternância de frases musicais executadas com intensidades sonoras maiores e menores (sons mais fortes e mais fracos), poderíamos pensar nas diferenças de ímpeto (mais agressivo, feroz, provocador, ponderado ou conciliador) com que se defendem "posições"; no estilo da escrita (mais crítico, direto, descritivo, analítico ou opinativo) usado para caracterizar "visões", "correntes" etc.; enfim, nas nuanças do vocabulário (mais categórico, enfático, afirmativo, problematizador ou ambíguo) adotado para comentar um tema ou controvérsia. Já quanto à estrutura de bolero, esta poderia simbolizar o fato de que, se o debate sobre nosso "tema quente" encontra-se marcado por desencaixes e mudanças contínuas, não significa que não haja permanências e uniformidades. Embora sujeita a improvisações, numa dimensão temporal mais abrangente, como em nossa composição, "posições" nativas se estruturam e seguem uma lógica "anarquicamente ordenada".

No que tange à participação ativa de pessoas comuns que, em princípio, só assistiriam à execução da obra musical descrita, poderia traçar paralelo com a atuação de sujeitos sociais teoricamente com menor "capital social" acumulado (ou menor poder simbólico incorporado) para influenciar o debate científico e a disputa política que envolvem o tema das populações locais e áreas protegidas. Afinal, alguns deles (incluindo aí os que se reconhecem como povos, populações ou comunidades tradicionais), apesar de não serem reconhecidas ou não possuírem autoridade para falar sobre o assunto de modo competente (no nosso caso hipotético, a platéia não tem autorização, por exemplo, para subir no palco principal), em certos momentos podem fazer muito barulho. Ao mesmo tempo, como no minimalismo, o sucesso de seus pleitos deriva

[162] No capítulo seguinte veremos mais de perto esta questão dos intercruzamentos disciplinares.

da contínua e incansável repetição de suas reivindicações junto às esferas de poder mais amplas (por mais que o som dos instrumentos se sobressaiam aos ruídos da platéia, não podem ser ignorados). Por outro lado, o ato de ouvir e, ao mesmo tempo, fazer parte do que é executado (prestando a máxima atenção a tudo o que acontece) poderia ser visto como minha própria vivência de pesquisa. Afinal, lembra Boucourechliev (*apud* Sekeff, 1996, p.21), "escutar não é deixar-se levar, mas agir: confrontar-se incessantemente com este outro universo. A partir desta escuta criativa, inquieta, aberta, nós não somos mais que um mediador".

Para finalizar reforço o que disse no início: que os paralelos traçados sejam lidos como recurso heurístico. Tal como ilustra a composição fictícia descrita, este segundo capítulo destina-se a mostrar a complexidade das interações nativas. Se assim for, um dos desafios colocados à frente daquele que se interessa pelo assunto é estar atento para perceber tanto a polifonia (resultado harmônico da proliferação simultânea de "vozes", "pontos de vista" "visões", "discursos" independentes, mas que falam sobre um mesmo tema) como a cacofonia (contrariedade resultante do particular encontro desagradável destas mesmas "vozes", "visões", "discursos", "pontos de vista") existente no debate científico-político sobre populações locais e áreas protegidas. Afinal, se seguirmos o conselho de Deleuze e Parnet (1998, p.12), idéias, conceitos, hipóteses, noções, argumentos, posições, objetos, discursos, artigos, *papers*, enfim, categorias que adotamos para falar sobre esta temática seriam "exatamente como sons, cores ou imagens, são intensidades que [nos] convêm ou não, que passam ou que não passam".

CAPÍTULO III

Simplificações e complexidade no plano disciplinar[163]

Inicio este capítulo relatando outra situação vivida durante as entrevistas, no caso, envolvendo um personagem central nas discussões sobre criação e gestão de UCs de proteção integral no Brasil nos anos 1980 e 1990. Ao comentar logo de início que gostaria de falar sobre a pesquisa que pretendia realizar, meu interlocutor indagou incisivamente: "é isso que estou querendo saber, o que você está fazendo e **quem são as outras pessoas que você está entrevistando**". Não percebendo sua curiosidade em saber os nomes das pessoas que já havia ou pretendia entrevistar, comecei a falar sobre aspectos gerais da pesquisa, o que fez com que me interrompesse e retorquisse: "mas a minha pergunta você ainda não respondeu. Com quem você já conversou e **com quem você vai conversar**?". Como, à época, havia recém iniciando as entrevistas, as pessoas que já tinha mantido contato vinham, na maioria, das *ciências*

[163] Neste capítulo utilizarei *itálico* quando citadas disciplinas, sub-disciplinas, especialidades, áreas, subáreas ou ramos do conhecimento científico. Novamente, uso **Negrito** para acentuar partes que desejo chamar a atenção.

sociais. Ao ouvir seus nomes, meu interlocutor comentou: "mas da **área de *ciências da conservação* ou das *ciências naturais*, quem você já entrevistou**? Não sei como essas teses acontecem nessas áreas multidisciplinares, mas **imagino que deva fazer** no mínimo **um apanhado em número equivalente de pessoas**". Respondi então: "idéia não é montar um quadro de **guerra entre pesquisadores**"; ao que, de pronto e em tom descontraído, meu colega completou: "não é! Mas não precisa, né? Pois **ela já está estabelecida** [risos]. Bem, e na **área de ciências, falando da natureza, das *ciências naturais***, quem você já entrevistou?". Após mencionar três *cientistas naturais* entrevistados, este comentou: "dois **são [biólogos] da *conservação*** e o Marcos é da Embrapa". Por fim, antes começar a entrevistá-lo fez questão de enumerar "**referências** que podem ser **boas** pra você, (...) **nomes** que considero **importantes nessa área das *ciências naturais* e *da biologia da conservação***", enfatizando um em especial: "o Alberto **é um nome obrigatório, se não colocar** ele você **fura radicalmente**"[164].

Como podemos notar, a necessidade de acentuar linhas de alteridade não se restringe ao léxico classificatório dos "ismos" e "istas" que vimos no capítulo anterior ou ao âmbito dos conceitos bricoleados ou inventados com o propósito de identificar "visões" diferenciadas. Além de *cientistas naturais* e *cientistas sociais*, quando começamos a falar em *ecólogos, sociólogos, educadores ambientais, biólogos, antropólogos, historiadores, oceanógrafos, engenheiros florestais, geógrafos, agrônomos, arqueólogos, advogados* etc. começamos a perceber que estamos diante de modos de observar, pensar e refletir sobre a realidade bem peculiares. No que concerne à pesquisa, somos colocados diante de um tipo de demarcação de antagonismos e aproximações particularmente relevante: o plano das atuações, atividades, competências e aptidões de profissionais que seguiram ou seguem uma trajetória marcada por diferentes trilhas acadêmicas. Portanto, abordar este plano distintivo-identitário específico me parece de suma importância, visto que diz respeito a um dos fatores que garante legitimidade para que cientistas atuem como *experts* tanto em suas respectivas áreas como em contextos menos herméticos: a construção-produção de conhecimentos (e reconhecimentos) científicos.

3.1 "Os naturais" e "os sociais" ou quando pesquisadores se diferenciam disciplinarmente

> O mundo universitário (...) é constituído de um conjunto de clãs (...). E aquele que não tem cheiro da matilha é, infalivelmente, rejeitado.
>
> Michel Mafesolli (2006, p.12).

De fato, é comum pesquisadores identificarem "visões" e posicionamentos diferentes sobre nossa questão a partir das disciplinas onde atuam, sendo que o exemplo mais expressivo (recorrente durante as entrevistas e que aparece explicitamente no relato acima) talvez seja

[164] Os dois nomes citados acima são fictícios.

quando colocamos, de um lado, *cientistas naturais* e, de outro, *cientistas sociais*[165]. Azevedo (2002, p.32), por exemplo, ao trabalhar com a já citada oposição entre *sociocêntricos* e *ecocêntricos*, nomeia quem seriam os representantes destas duas "correntes" a partir de suas respectivas disciplinas. Para este autor, nos "**adeptos do *ecocentrismo* (...) incluem-se (...) os *biólogos da conservação* e os *profissionais das ciências naturais* em geral**, que promovem o modelo de áreas protegidas sem a presença humana (...). Os grupos **adeptos da *visão sociocêntrica*, geralmente oriundos das *ciências sociais***, partilham e mesmo reforçam esta visão dualista, de separação de natureza e sociedade". Dourojeanni (2001, p.90) estabelece outra correlação - entre *socioambientalistas* e *cientistas sociais* e *ambientalistas* e *cientistas naturais* - para pensar as divergências na discussão sobre áreas protegidas e populações locais:

> **Por razones** que em parte están **originadas por las profesiones mayoritarias de los actores** de ambas as formas de pensar, este diálogo nunca há sido fácil. Em efecto, **los 'ambientalistas' suelen ser profisionales de las *ciencias naturales*, mientras que los 'socio-ambientalistas' son en general profisionales de las *ciencias sociales***. La brecha de formación se refleja em especial en la aplicación e interpretación de los conocimientos científicos (...).

De uma forma semelhante, Adams (2000b, p.19) argumenta que

> com o passar do tempo, a dicotomização na discussão sobre áreas de preservação foi ficando mais clara, conforme diferentes segmentos da sociedade foram sendo envolvidos. **De um lado colocaram-se** os profissionais mais ligados **às *ciências naturais***, que duvidavam que o homem conseguisse utilizar racionalmente os ecossistemas sem comprometer sua estrutura e preservação. **Do outro, profissionais das *ciências humanas*,** que enfatizavam os direitos naturais das populações habitantes/usuárias das áreas de preservação e acreditavam que suas técnicas tradicionais de manejo do ambiente garantiriam a manutenção do mesmo.

Ferreira *et. alli* (2007, p.20) propõem distinção mais ampla ao caracterizar a produção científica elaborada especificamente sobre conflitos sociais ligados ao uso de recursos naturais (tema central no caso de nosso "tema quente"). Conforme comentam os autores, teria ocorrido

> uma **clivagem** na pesquisa sobre conflitos sociais, organizando os pesquisadores **em dois grandes grupos: 1) o que agrega especialmente *cientistas sociais*** que investem no poder explicativo da teoria geral dos conflitos, compreendidos como categoria explicativa da mudança; 2) **o que agrega pesquisadores de formação diversa**, cuja proposta centra-se em outros objetivos, mas enfrentam dilemas empíricos de situações concretas conflituosas em seus trabalhos de campo.

No capítulo seis veremos que são comuns distinções que situam *biólogos* contra *antropólogos* ou *ecólogos* versus *sociólogos*. Daí, talvez - tendo em vista o ambiente disciplinar dividido - a preocupação de meu colega em saber "quem são as outras pessoas com quem [ia] conversar", se já havia entrevistado pesquisadores das "*ciências da conservação* ou das *ciências naturais*" e se seu número seria "equivalente", por inferência, ao das *ciências sociais*. Afinal, como sugeriu meu interlocutor, há uma "guerra estabelecida" entre ambas.

---

[165] Tratarei as expressões *ciências sociais, ciências humanas* ou *ciências moles* como equivalentes, o mesmo ocorrendo com os termos *ciências naturais, ciências da natureza* ou, ainda, *ciências duras*.

Por outro lado, tal como ocorre com esquemas polares e categorizações abrangentes, se aceitássemos a divisão entre *cientistas sociais* e *cientistas naturais* como parâmetro referencial, disciplinas e subdisciplinas poderiam ser hierarquizadas de modo a formar um novo contínuo cujas extremidades permaneceriam indicando uma abordagem (embora ampliada) dicotômica. Um estudo clássico que segue esta linha - bastante mencionado na literatura sobre populações locais e áreas protegidas e que tem como pano de fundo a questão da presença ou ausência de populações humanas vivendo em UCs - foi realizado por uma das autoras recém citadas.

Adams (2000a), ao identificar, quantificar e analisar minuciosamente as pesquisas já realizadas sobre caiçaras na Mata Atlântica entre 1934 e 1996, apresenta um "diagrama" com diferentes "linhas teóricas e disciplinas ligadas à *antropologia* e à *biologia* que abordam a relação homem-natureza" (ver, especialmente, figura da p.58 deste estudo). Nos dois extremos de seu quadro-guia, a autora situa estas duas disciplinas elegendo-as como referência básica para incluir, entre elas, outras disciplinas, tais como: *epidemiologia, genética, geografia, arqueologia, micro-economia, sociologia e psicologia*; mas, também, *ecologia* e suas subáreas (*ecologia de sistemas, de populações, evolutiva e aplicada*), além de especialidades como *antropologia cognitiva, sociobiologia humana, antropologia ecológica, etnobiologia, ecologia comportamental* e *ecologia cultural*. Por trás desta distinção, porém, prevalece a separação entre *ciências sociais* e *ciências naturais* simbolizada, neste estudo, pela divisão entre *antropologia* e *biologia* (no título do diagrama lemos que as demais seriam "linhas teóricas e disciplinas ligadas à *antropologia* e à *biologia*")[166].

Deixando de lado a forma de nomear este tipo de oposição particular, pelas entrevistas e leituras que tive acesso, duas representações se sobressaem quando *cientistas naturais* e *cientistas sociais* falam uns dos outros. Não é incomum *biólogos* afirmarem que *sociólogos, antropólogos* e *cientistas sociais* envolvidos com nosso "tema quente" não estariam realmente interessados em preservar o meio ambiente ou garantir a proteção de ecossistemas e biodiversidade. Olmos *et. alli* (2001, p.299), por exemplo, afirmam: "é óbvio que **preocupações sobre a destruição do patrimônio natural não passam pela cabeça dessas pessoas** [*cientistas sociais* e *indigenistas*], que além de adotar um discurso dúbio para provar seus pontos de vista, comumente atacam seus críticos chamando-os de racistas e acusando-os de tratar índios como se fossem animais (...), o que, vale lembrar, todos seres humanos são".

[166] Ressalto que a autora propõe esta classificação não com o intuito de avaliar ou hierarquizar a importância científica (maior ou menor) das disciplinas e subdisciplinas citadas no caso das pesquisas e estudos sobre caiçaras na mata atlântica. Nas suas palavras: "a classificação em disciplinas adotada aqui deve ser considerada de forma bastante geral e visa apenas localizar as publicações dentro de grupos disciplinares mais amplos. Não se pretendeu, de forma nenhuma, simplificar as diferentes abordagens ou julgar comparativamente sua importância no contexto científico (...), mas apenas facilitar a observação de tendências" (Adams, 2000b, p.212).

Sobre o artigo de Olmos *et. alli*, este traz o sugestivo título de "Correção política e biodiversidade: a **crescente ameaça das 'populações tradicionais'** à Mata Atlântica". Publicado um ano após a aprovação do SNUC (portanto, quando o clima beligerante estava bem "quente" entre os envolvidos), constitui ataque frontal à permanência de populações dentro das UCs, ao valor (para a conservação) de seus conhecimentos sobre o ambiente onde vivem e à idéia de que poderiam se tornar parceiros ativos relativamente autônomos no que se refere ao manejo de recursos naturais nestas áreas. A despeito disso, levando em conta o tom acusatório direcionado à atuação de *antropólogos, sociólogos* e *cientistas sociais* e o fato de ter sido assinado conjuntamente por 12 renomados cientistas vindos de disciplinas como *zoologia, botânica, genética, engenharia florestal, biologia da conservação* e *paleontologia*, este artigo revela-se emblemático no que tange a demarcação de diferenças (em relação a competências, atuação profissional, pontos de vista etc.) entre *cientistas sociais* e *cientistas naturais*[167].

Também é usual afirmar-se que *cientistas sociais* não teriam qualificação necessária para analisar aspectos técnicos como manejo de ecossistemas e suas faunas e floras associadas, fragmentação de habitats, homogeneização biótica devido à introdução de espécies exóticas e assim por diante. Terborgh e van Schaik (2002), por exemplo, *biólogos da conservação*, ao escreverem sobre "eficiência das diferentes categorias para conservar a *biodiversidade*", fazem afirmações como "os argumentos são **pouco convincentes**" e "estudos muito **pouco científicos**" ao se referir à pesquisa feita fora do escopo das *ciências biológicas*, estrito senso.

Nesta mesma linha, Miguel Milano (2000, p.21), *engenheiro florestal*, argumenta que a "compatibilidade entre conservação de diversidade biológica e **usos humanos** dos recursos naturais é um mito essencialmente fundamentado em **deficiências de conhecimento** sobre *evolução*, *ecologia* e *biologia da conservação* por parte daqueles que estabelecem essa questão como verdadeira". Em outro artigo (2002a, p.vii), é ainda mais enfático sobre qual ciência deveria estar à frente das políticas de conservação ambiental: "**é do mundo científico, onde se produz o conhecimento, que vêm as mais convincentes razões** para se pensar a conservação. É do mundo científico que provêm as razões para a filosofia da conservação que muitos defendem, segundo diferentes formas de pensar. E a principal base para isso se chama evolução, sendo **as *ciências biológicas* a grande fonte do saber** correspondente".

Por outro lado, alguns cientistas naturais, ao enfatizarem diferenças, buscam desqualificar até mesmo o status científico das *ciências sociais*, como se pode notar nestas recomendações de Fábio Olmos *et. alli* (2001, p.299):

---

[167] Assinam o artigo: Fábio Olmos, Jorge Albuquerque, Mauro Galetti, Miguel Milano, Ibsen Câmara, Adelmar Coimbra-Filho, José Pacheco, Claudia Bauer, Carlos Pena, Thales Freitas, Marco Pizo e Alexandre Aleixo.

> se ***'cientistas'*** *sociais* querem tentar conservar a *biodiversidade* com suas estratégias politicamente corretas, devem tentar fazê-lo fora de *áreas biologicamente* importantes e das unidades de conservação. Se suas experiências derem certo, os *conservacionistas* serão os primeiros a reconhecer seu sucesso e apóia-los. Se derem errado, todavia, nada de tão importante terá sido perdido, ao contrário do que ocorre hoje nas unidades de conservação invadidas ou ocupadas.

Os autores, ao escreverem *cientistas sociais*, grafam o substantivo "cientistas" usando aspas, o que significa um claro ataque à condição destes últimos enquanto profissionais que atuam no campo científico. Aliás, como comentei, o artigo escrito por este grupo de cientistas está repleto de referências críticas a profissionais vindos das *ciências sociais*. Reproduzo abaixo algumas dessas passagens: a) sobre uso da ironia: "atitudes conscientes por parte dos 'povos tradicionais' que resultem em padrões de uso sustentável são praticamente inexistentes, e os rituais e similares que revolvem ao redor de atividades como a caça pouco contribuem para conservar os recursos explorados, **embora impressionem bastante os *antropólogos***" (Olmos *et. alli*, 2001, p.287); b) sobre competência e a qualidade da atuação profissional: "o surpreendente tem sido a dificuldade de alguns setores em deixar para trás aquilo que é reconhecidamente errôneo e buscar avanços que realmente impliquem em conservação da Natureza. Certamente porque é difícil **renegar carreiras acadêmicas ou de consultoria constituídas** sobre pés de barro" (*op. cit.*, p.298); c) sobre falta de conhecimentos apropriados: "a diferença qualitativa entre conservar espécies oportunistas de ampla distribuição, que não precisam de proteção especial, e as especialistas que só ocorrem em áreas restritas e sob determinadas circunstâncias (...) **não tem sido apreciada** pela maioria dos ***cientistas sociais*** que tratam de questões ambientais" (*op. cit.*, p.286); d) sobre não ter formação na área e optar por um engajamento político: ao descreverem a atuação de integrantes da SEMA/SP que, na gestão 1986/90, trabalharam com conflitos fundiários entre caiçaras e imobiliárias, os autores relatam que, "formado principalmente por ***arquitetos*** **e outros profissionais sem formação em *ciências naturais*, o engajamento político** deste grupo fez com que populações caiçaras fossem mantidas em unidades de conservação como a estação ecológica Juréia-itatins e Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar"[168] (idem, p.290); e) sobre contestação das classificações: "***antropólogos*** **brasileiros têm classificado** os seringueiros da Amazônia como

[168] Apenas para marcar um aspecto já frisado, notem que a frase "o engajamento político deste grupo fez com que populações caiçaras fossem mantidas em unidades de conservação como a estação ecológica Juréia-itatins e Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar" não possui, por si só, caráter negativo nem positivo. Trata-se de simples constatação. É preciso que a frase seja inserida dentro de um contexto para que funcione num ou noutro caso. Assim, seria perfeitamente possível fazer tal afirmação com o intuito de apontar justamente os aspectos positivos tanto deste "engajamento político" como da permanência de "populações caiçaras" na referida estação ecológica. Mais uma vez, a ênfase escolhida determinará o que será feito com determinadas informações.

tradicionais, **apesar da óbvia** vinculação do grupo à economia de mercado e sua origem como descendentes de migrantes nordestinos que chegaram depois de 1870"[169] (*op. cit.*, p.282).

Todavia, *cientistas sociais* também acusam *biólogos*, *ecólogos* e outros profissionais das *ciências naturais* de serem etnocêntricos e autoritários; de só se preocuparem em "salvar a natureza"; de não se darem conta dos efeitos sociais perversos da implantação de UCs para populações locais em condições socioeconômicas vulneráveis; de se esquecerem de prestar atenção às desigualdades e injustiças sociais pré-existentes nas áreas de alta diversidade biológica ou, ainda, de desvalorizarem conhecimentos e saberes locais. Diegues (1996, p.69), por exemplo, argumenta que as "***ciências exatas*** (...) **não apenas desconhece, mas despreza** o conhecimento tradicionalmente acumulado por estas populações"; e, apesar de reconhecer que "particularmente as *ciências naturais* desempenharam papel fundamental nos modelos atuais de conservação (...)", lastima que "os cientistas acreditam que estão separados dessa realidade e por isso são objetivos (...). Essa visão parcial, positivista, ignora outras alternativas".

Já Porto (2006, p.7), ao comentar os conflitos na região de Silva Jardim/RJ entre, de um lado, a Associação Mico-Leão Dourado (AMLD), IBAMA, WWF e outras entidades cujos integrantes são na maioria das *áreas biológicas* e, de outro, INCRA e trabalhadores assentados na região, argumenta que a ação dos primeiros seguiria "um caráter conservacionista" marcado "por uma visão romântica da natureza a qual despreza a dimensão humana e social da questão ambiental focando sua preocupação exclusivamente na preservação das florestas, da biodiversidade e dos animais em extinção". Da mesma forma, é recorrente escutarmos que *cientistas naturais* não estariam qualificados para mediar conflitos entre técnicos, gestores, funcionários e população local, visto que suas disciplinas não incluiriam uma formação mínima em temas centrais para as *ciências sociais*, tais como: heterogeneidade social e econômica existente nestas áreas, relações de poder extra e intra-grupos locais, além da necessidade de relativizar nossos próprios parâmetros, valores e normas quando interagimos com grupos locais culturalmente diferenciados. Diegues (2000, p.17), por exemplo, argumenta que

> uma vez que muitas entidades governamentais e não-governamentais conservacionistas empregam grande número de ***cientistas naturais*** (***engenheiros florestais, botânicos, biólogos***) em cargos de direção, a visão 'naturalizadora' é predominante nesses órgãos. Esses profissionais, por outro lado, **não têm treinamento adequado** para solução de conflitos, cada vez mais freqüentes, resultantes entre políticas conservacionistas e as populações locais.

Porém, tal como *cientistas naturais*, o ataque pode se dar através da contestação da cientificidade dos argumentos apresentados e da tentativa de deslegitimar fundamentos que

[169] Como aponta Koch (2004, p.36), o operador argumentativo "apesar" (e similares como "embora", "ainda que" e "mas") tem função decisiva numa frase. Conforme a autora, com ele, "o locutor introduz em seu discurso um 'argumento possível' para uma conclusão 'R'; logo em seguida, opõe-lhe um 'argumento decisivo' para a conclusão contrária 'não-R'". Alerto, porém, que não se trata de criticar este artifício. Como é comum entre lingüistas, para descrever o uso da linguagem, mesmo uma metalinguagem precisa da própria linguagem para tal.

orientem interpretações e ações destes especialistas. Assim, o mesmo *antropólogo* (Diegues, 1996, p.36) – crítico contumaz de certos *cientistas naturais* – menciona Gomez-Pompa e Kaus (1992) – *cientistas naturais* muito citados por *centistas sociais* devido às suas pesquisas sobre o manejo positivo de recursos naturais feito por populações locais – para ressaltar que "muitas das verdades sobre a natureza selvagem e conservação hoje aceitas **provêm de fontes não-científicas**". Em outro artigo, Diegues (2000, p.15) alerta: "**como não levar em conta** a ação humana na análise dos ecossistemas **é irrealista**, a concepção de Odum contribuiu para criar uma **conotação misantrópica** ao discurso de alguns *conservacionistas*". Além disso, ao opor saber acumulado por populações tradicionais ao conhecimento científico, Diegues (1996, p.69) afirma que se "trata, na verdade, da afirmação do poder da ciência nas mãos dos cientistas e administradores (...). Sabe-se, porém, que **a contribuição das *ciências naturais*** para a conservação ainda **está em seu início**, e **muitos de seus pressupostos são discutíveis**". Mais recentemente (2004, p.11), Diegues lança mão mais uma vez dos próprios *cientistas naturais* para tecer suas críticas: "alguns ***cientistas naturais*** no Brasil, que trabalham com os métodos da *biologia da conservação*, **têm criticado essa ciência por causa da necessidade de uma base de dados sofisticada,** em geral**, inexistente em nossos países** [em desenvolvimento]".

Já Viana (1999, p.241), embora se dirigindo aos técnicos das *ciências naturais* que trabalham diretamente com políticas de conservação, ao propor a noção de "envolvimento sustentável" no caso de populações tradicionais que vivam próximas ou dentro de áreas protegidas, argumenta que "são **raríssimos os técnicos e autoridades que conhecem ecologia dos ecossistemas naturais** que vivem nessas áreas (...). Como resultado, as **decisões são tomadas com base em informações e interpretações equivocadas**".

Mas tentativas de demarcar um campo de atuação específico não se restringem somente aos *cientistas naturais*. Muitos profissionais das *ciências sociais* também procedem de maneira parecida. Sobre este ponto Barretto Filho (2006) reconhece: "foi a preocupação com o sucesso e a eficácia dos programas de desenvolvimento – e, acrescento, os de conservação por meio de áreas protegidas – o principal fator responsável pela emergência de uma 'nova sensibilidade' para com os fatores sócio-culturais nesses programas – **o que acabou criando uma demanda sem precedentes pelas habilidades dos *cientistas sociais***". Já Lima (2002, p.38), outra *antropóloga*, ao refletir sobre "questões éticas que envolvem implantação de áreas protegidas" e sobre "limites entre direitos humanos e direitos ambientais", constata que "este cenário é também **um campo profissional no qual se nota o crescimento da atuação de *antropólogos*** (...) e se verifica a **necessidade de definir procedimentos consensuais**, de modo a apoiar a participação muitas vezes isolada em consultorias e outras situações em que somos chamados a

participar". Contudo, Lima (2002, p.41) vai mais longe ao estender esta atuação para categorias ditas de proteção integral, meninas dos olhos de muitos *cientistas naturais*. Assim, propõe que

> **a participação de *cientistas sociais*** na implantação de áreas intocadas **deveria ser tão importante** quanto a que desempenham nos projetos de implementação de unidades de uso sustentável. Mesmo se as áreas forem de proteção integral, (isto é, 'sem gente'), **sua implantação precisa ser acompanhada por *cientistas sociais*** para que realizem estudos de impacto social e investiguem que populações são afetadas pela restrição de uso do território, avaliem a extensão das perdas que elas sofrem, e prestem assessoria à população nas negociações de propostas de indenização e compensação.

Santilli (2005, p.158) se junta a Lima, indo na mesma direção desta ao comentar que

> parece-nos oportuna proposta formulada pela antropóloga Deborah Lima: **a criação de unidades de proteção integral**, mesmo daquelas categorias que não admitem presença humana, como estações ecológicas, reservas biológicas e parques nacionais**, deveria ser precedida de estudos de impacto social**, em virtude de restrições impostas a determinadas condutas humanas, bem como prever medidas de mitigação e compensação pelos impactos sociais.

Com o mesmo propósito de ampliar o espaço de atuação das *ciências sociais* nas políticas de implementação de UCs (o que implicitamente significa dividir espaços já ocupados por *cientistas naturais*), Diegues (2000, p.13-14) sugere incentivar à "realização de seminários, em que *cientistas naturais* e *sociais* deveriam participar, para promover a identificação de prioridades de conservação no Brasil". Porém, lamenta que, "por diversas razões, **o número de *cientistas sociais*** que participam da maioria desses seminários **é pequeno** e, o que é mais grave, os pressupostos teóricos e científicos adotados são na grande maioria provenientes da *biologia da conservação*". Por fim pode ocorrer o uso da ironia, tal como vimos em Olmos *et. alli.* Ladeira (2004, p.37), em sua reflexão sobre a atuação de "organizações ambientalistas [que] 'defendem' as espécies vegetais e animais segundo suas pesquisas (...)", as quais tratariam os Guarani como "predadores e invasores estrangeiros em Parques", lastima que

> assim **as instituições dispensam**, nos contatos interculturais e na fase de elaboração dos programas implantados pelos governos, **a participação de *antropólogos* e especialistas** (porque de construções entendem os engenheiros e arquitetos, de saúde os médicos, de biologia e meio ambiente os biólogos, **mas de cultura 'todos' pensam entender**). E novos e maiores problemas surgem, inclusive ambientais.

Como ocorre com a delimitação de áreas prioritárias para conservação - área dominada por *cientistas naturais* -, a reivindicação de competências por parte de *cientistas sociais* surge de modo nítido no caso de políticas ligadas às populações tradicionais. Para Lima (2002, p.40), por exemplo, no caso do reconhecimento político de minorias (como as incluídas hoje na categoria "tradicional"), "temos aqui um exemplo do **papel político que *antropólogos* podem desempenhar como legitimadores** de nomenclaturas que valorizam uma população previamente negligenciada e assim promovem a justiça social". Já para Santilli (2005, p.161), a definição de população tradicional "inspira-se em conceitos antropológicos"; "**o conceito** de 'populações tradicionais' **foi (...) desenvolvido pelas *ciências sociais***, e, para compreendê-lo, parece-nos **fundamental recorrer** aos conhecimentos produzidos por **essas *ciências***" (*op. cit.*,

p.128). Ainda segundo a autora, "a construção de um regime jurídico *sui generis* de proteção aos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade deve basear-se nos **conhecimentos já produzidos pelas *ciências sociais* e *etnociências*** sobre as características intrínsecas dos processos criativos dos povos tradicionais" (*op. cit.*, p.248). Conseqüentemente,

> **quem define** quem é população tradicional **seriam as *ciências sociais***: certo é que **o conceito** jurídico de 'população tradicional' **deve ser construído** com base nas características e descrições apontadas **pelas *ciências sociais***, e a interpretação judicial dos dispositivos do Snuc referentes às populações tradicionais deve se **basear nos *conhecimentos antropológicos*** sobre a matéria, que emprestam sentido e conteúdo à expressão 'população tradicional' [170] (*op. cit*., p.133).

Ainda que distinto, ponto de vista próximo pode ser encontrado em Branco (1995, p.229), o qual reivindica que, no caso de comunidades humanas, "o equilíbrio de suas sociedades é de natureza *sociológica* e não *ecológica*". Assim, como "o seu próprio [do ser humano] meio ambiente é artificial, criado visando a um fim social, ele se beneficia do equilíbrio ecológico natural, mas não participa dele"; o que permite o autor concluir que "o estudo das relações entre o homem e seu meio cabe a *sociologia* e não a *ecologia*".

De fato, embora percebido negativamente, este papel (de contribuição à consolidação de direitos especiais a grupos minoritários culturalmente diferenciados) pode ser reconhecido por *cientistas naturais*, o que pode ser visto nestes comentários novamente irônicos de Olmos *et. alli* (2001, p.282): "de fato, é surpreendente que as comunidades alternativas de São Tomé das Letras e Pirinópolis não tenham sido consideradas 'comunidades tradicionais' (ou 'neo-tradicionais') por algum *antropólogo* ou *sociólogo*, já que (...) com certeza apresenta conhecimentos sobre o meio natural suficiente para impressionar alguns *cientistas sociais*".

Por outro lado, há também uma preocupação de vários *cientistas sociais* em discutir "papéis" não tão específicos a serem desempenhados ou, ainda, refletir sobre o próprio fazer destes últimos enquanto profissionais. No primeiro caso, Teixeira (2005, p.63) se propõe a

> pensar o papel do profissional das *ciências sociais* nas discussões e nas ações de desenvolvimento articuladas à conservação ambiental. **Para esses profissionais interessa saber quais as conseqüências de projetos de desenvolvimento sustentável** fundamentadas na 'naturalização' da sociedade (...). Se considerarmos a abordagem interdisciplinar do meio ambiente, **caberia às *ciências sociais* a responsabilidade de pensar essas questões**, ajudando inclusive em programas e propostas de desenvolvimento sustentável em unidades de conservação.

Já Barretto Filho (2002, p.46) dirige sua preocupação para outro aspecto não vinculado à intervenção explícita propriamente dita, mas à potencialidade desnaturalizadora do próprio fazer *antropológico* enquanto disciplina que se pergunta sobre os significados da produção humana (e seus resultados concretos) no que tange às estratégias de conservação. Ao narrar sua

---

[170] Veremos no item 3.6 que este tema é uma das questões mais controvertidas não somente entre *cientistas naturais* e *cientistas sociais*, mas também especificamente entre estes últimos. Assim, pelo menos da forma como está colocada acima, provavelmente muitos profissionais da área (incluindo eu próprio) poderão contestar esta suposta "competência" de *cientistas sociais* para definir quem seria ou não "população tradicional".

participação na "equipe de pesquisa que estava levantando dados para subsidiar a elaboração do plano de manejo do Parque [Nacional do Jaú]", este *antropólogo* propõe:

> **em vez de o *cientista social* estar lá para pensar como se pode organizar melhor o Parque**, e compatibilizar os usos e as formas de apropriação locais dos recursos naturais com o que deve ser a unidade, **o analista deveria, antes, refletir *antropologicamente* sobre o que é um Parque Nacional**. Como eu escrevi na tese, o objetivo não é tanto discutir o papel do *antropólogo* e da *antropologia* nos processos de estudo, proposição, criação e gestão das unidades, quanto procurar entender como elas vêm a ser o que são, qual é a lógica subjacente a esse tipo específico de intervenção estatal na modulação do espaço. Quer dizer, qual é a materialidade *sociológica* de uma UC?

Contudo, ao invés de disputar espaços, tanto *cientistas naturais* como *cientistas sociais* admitem, por vezes, que haja complementaridade na construção de conhecimentos científicos sobre áreas protegidas e populações locais ou mesmo no que tange a ações práticas e atuações propositivas. Santilli (2005, p.19), por exemplo, reconhece certa distribuição de tarefas e de competências quando aponta para o fato de que "**estudos *antropológicos*** foram fundamentais à compreensão de conceitos como os de territorialidade e de conhecimentos tradicionais, e os **estudos *biológicos*** fornecem valiosos subsídios para entender a diversidade genética, de espécies e ecossistemas". Esta espécie de divisão de tarefas quanto às atribuições de papéis que deveriam ser exercidos pelas diferentes áreas do conhecimento científico também aparece em Brandon *et. alli* (2005, p.8), para os quais a noção de "conservação" implicaria três dimensões: "o que, onde e como fazê-la". Para estes, "'o que' e 'onde' são os componentes da conservação que mais claramente situam-se no âmbito das *ciências biológicas* e *ecológicas*, enquanto que o 'como' é norteado em grande parte pelas *dimensões humanas* e pelas *ciências sociais*". Por outro lado, Lima (2002, p.38) reconhece que "a atuação de *antropólogos* nessas iniciativas [de implementação de reservas extrativistas e de desenvolvimento sustentável] inaugurou **um campo profissional** de prática interdisciplinar **envolvendo *biólogos* e *cientistas sociais***, cuja convivência é **marcada pela perspectiva diferente que cada um tem em relação ao tema de trabalho do outro**". Barretto Filho (2006, p.125) já constata que "usualmente os ***cientistas sociais* vão discutir o contexto sócio-cultural e econômico e a dimensão humana** do planejamento da conservação, enquanto os **especialistas das *ciências naturais* discutem os aspectos** considerados **mais 'técnicos'** e, supostamente, **mais 'científicos'** da gestão das áreas protegidas". E para Dourojeanni e Jorge-Pádua (2001, p. 232),

> a longo prazo, a melhor forma de **aprimorar a qualidade do diálogo** entre as partes será uma **reforma na formação acadêmica das *ciências humanas* e das *ciências naturais***. A universidade deve providenciar os mecanismos necessários para aproximar as profissões de *biólogo, engenheiro florestal, agrônomo, sanitarista* ou *ambientalista*, com as de *antropólogo* e *sociólogo* (...). Todo ***biólogo* deve receber um treinamento mínimo em** temas como ***sociologia rural*** e, em países como o Brasil, **é indispensável que saibam o essencial de *antropologia*** (...). De outra parte, os ***sociólogos* e *antropólogos* não podem** se dar ao luxo de **desconhecer os fundamentos da *ecologia* e rudimentos de agricultura ou manejo florestal**.

Já Drummond (1991, p.5 e p.8, respectivamente), um dos primeiros *cientistas sociais* a fazer no Brasil o que se conhece hoje como *história ambiental*, argumenta que

> os *historiadores ambientais* (...) **precisam entender o funcionamento dos ecossistemas** para avaliar com correção o papel das sociedades humanas dentro delas, os limites da ação humana e a potencialidade de superação cultural desses limites (...). Ou seja, **as *ciências naturais*, além de 'aliadas'**, podem ser também parte do próprio objeto de estudo (...). Um *historiador* ou *cientista social* com um olhar minimamente treinado pode, por exemplo, distinguir (a) uma floresta nativa madura de (b) uma floresta secundária (capoeira) renascida depois de um desmatamento total, ou de (c) uma floresta apenas parcialmente derrubada ou, ainda, de (d) um reflorestamento.

Por fim, Silveira (2001, p.1 e p.5), embora crítico em suas observações sobre o livro "Parks in Peril" (Brandon *et. alli*, 1998), coletânea de textos que resultaram de uma pesquisa patrocinada pela ONG TNC em várias áreas protegidas da América Latina, reconhece que nada

> mais atual e adequado na área ambiental do que um programa de pesquisa que conecta *ciências humanas* e *ciências naturais* (...). Duas contribuições importantes são trazidas pela crítica da TNC aos seus opositores. Primeiro, a idéia de que o chamado 'uso sustentável' tem limites com relação à conservação da natureza (...). E, em segundo, que a comparação de análises sociais em diferentes escalas ajuda a compreender melhor os conflitos em torno da conservação. Estas questões abrem **espaço para que uma extensa agenda de pesquisa em *ciências naturais* e *sociais* possa ser desenvolvida,** considerando-se a interação dinâmica entre distintos atores sociais e a não pertinência de afirmações simplistas.

Evidentemente, cientistas se esforçam em encontrar causas que expliquem o porquê da falta de diálogo entre áreas do conhecimento e disciplinas científicas distintas. A despeito do tom crítico, Diegues (2000, p.15), por exemplo, inspirado em Larrére (1997), argumenta:

> os ***modelos biológicos* têm dificuldade em incluir o homem**, assim como **a teoria dos ecossistemas** que, por exemplo, **é incapaz de integrar o homem em suas pesquisas** (...). Ela [*ecologia*] privilegia o estudo dos ecossistemas menos tocados pelo homem, ainda que sua quase totalidade já tenha sofrido a intervenção humana. **Compreende-se assim que os *ecólogos* tenham preferido deixar o homem de fora** dos ecossistemas, pois a sua inclusão introduz variáveis socioculturais de análise complexa. **Compreende-se também que**, tendo excluído o homem de seu objeto de estudo, **toda a transformação causada pelas suas atividades parece ação externa e com impacto sempre prejudicial à natureza**.

Já Dourojeanni e Jorge-Pádua (2001, p.215) comentam que

> é comum que os 'parquistas' se isolem, sintam-se vitimados e perseguidos e que renunciem ao diálogo com as outras tendências da área ambiental (...). É provável que isso **tenha relação com a formação acadêmica** em *ciências naturais* da maioria dos membros da 'tendência 'ambiental', o que determina que **não estejam bem preparados** como os profissionais das *ciências humanas* **para a luta política** e os contatos sociais. Também é possível que essa atitude seja decorrente da **incapacidade de explicar argumentos técnicos** aos leigos.

Barretto Filho (2000, p.45), se referindo às UCs de proteção integral, comenta que estas "sugerem a existência de uma 'excepcionalidade' natural intrínseca, de atributos singulares e especiais da natureza aos quais apenas os *cientistas naturais* teriam acesso e que justificariam científica e objetivamente a sua criação". Já Lima (2002, p.39) entende que, "para o *cientista social*, é evidente que a concepção radical de áreas de proteção integral remete a uma construção histórica de como deve se dar a relação entre a sociedade humana e o mundo natural (...). Mas para *biólogos* mais radicais, a conservação da biodiversidade é incompatível com a presença humana e **não há espaço para uma conciliação**". E Esterci (2002, p.51), ao

falar sobre o peso dos critérios ecológicos na redefinição de espaços como reservas extrativistas e de desenvolvimento sustentável, de regras de uso e acesso aos recursos naturais e reclassificação de segmentos sociais afetados por tais redefinições, indaga: mas "de onde vêm esses critérios?", ao que, após citar outros sujeitos sociais, inclui, entre eles, "**os pesquisadores que exercem também sua parcela de poder de nomear, de fazer reconhecer e de arbitrar** quando há disputas em torno de classificações. Todos estes *antropólogas* **operam a partir das posições que ocupam** no campo político ambiental e suas **intervenções são orientadas pelas regras e critérios dos grupos e instituições aos quais pertencem**". Por estranho que pareça, os comentários específicos destas autoras se aproximam das afirmações de um *engenheiro florestal* com pontos de vista distintos (para não dizer conflitantes) sobre nosso "tema quente":

> **essa questão** [da relação 'homem com a natureza'], porém, **é apresentada segundo a formação acadêmica, a postura filosófica e a militância ideológica de quem a está abordando**, não sendo diferente no presente ensaio; em particular porque é impossível até mesmo tentar (...). Por esse motivo deve-se considerar que, no campo das idéias, **mesmo as mais sérias tentativas de absoluta isenção embutem sempre juízos de valor daqueles que as defenem, pois estes têm origens inconscientes e são intrínsecos à própria moral, à condição cultural, à crença e prática religiosa, à condição social, à ideologia política e ao conhecimento científico** (Milano, 2002b, respectivamente, p.194 e p.204).

Em síntese, quando profissionais se referem às competências atribuídas e aos papéis desempenhados, a dualidade se materializa na oposição entre estas duas áreas do saber científico, sendo que, ao se distinguirem em termos disciplinares levam a identificação da bipolaridade até as fronteiras que separam *ciências naturais* de *ciências sociais*. Mas, a despeito do caráter acusatório e provocativo ou, ao contrário, conciliatório e propositivo, os trechos acima ilustram a disputa pela ampliação de suas áreas de interesse e pela demarcação de fronteiras entre campos disciplinares diferenciados. Daí o argumento – comum não só na academia, mas nos órgãos encarregados de gerir áreas protegidas ou mediar conflitos com populações locais - de que *sociólogos* e *antropólogos* estariam extrapolando o alcance de suas qualificações ao invadir espaços que deveriam ser ocupados por *biólogos* e *engenheiros florestais*, sendo a contrapartida igualmente válida. A seguir, apesar de propor possíveis explicações para esta situação, adianto que elas servirão como contraponto para refletir sobre aspectos não tão evidentes no caso de tais separações.

3.2 Divergências teórico-epistemológicas como outro ponto de partida

> Tanto eu quanto eles sabíamos que pertencíamos a 'clãs' diferentes. Esta aproximação se deu sob a alcunha de 'pesquisador'.
>
> Guilherme Sá (2006, p.37).

Como descrito no tópico anterior, bipolaridades latentes que emergem a partir do tipo de formação acadêmica são fartas na literatura. Trata-se de uma dimensão específica em que novamente surge bem demarcada a idéia de que estaríamos diante de dois "lados" (neste caso,

disciplinares). De fato, se lógicas que regem argumentações de cientistas de diversas áreas seguem referenciadas pelo *ethos* científico geral, elas também se orientam segundo referenciais teóricos, metodológicos e epistemológicos específicos. Haveria, neste caso, um desencaixe fundamentado em tais diferenças, mas que se concretizaria através da linguagem, ou melhor, do uso prático de conceitos, categorias e expressões com significados pouco intercambiáveis. Tal aspecto também foi percebido por alguns pesquisadores. Paul Little (2004), por exemplo, em "A etnografia dos conflitos sócio-ambientais: bases metodológicas e empíricas", propõe às *ciências naturais* e às *ciências sociais* o desafio de encontrar uma "simetria epistemológica":

> se a análise social confronta o desafio de incorporar as dinâmicas do mundo biofísico dentro de sua prática, as *ciências naturais* enfrentam o desafio inverso: no seu entendimento dos distintos ciclos naturais teria que levar em conta o mundo humano e suas estruturas políticas e sócio-econômicas. Em ambos os casos, é **necessário que haja um diálogo profundo** entre as *Ciências Naturais* e as *Ciências Sociais* para produzir uma ciência verdadeiramente ecológica que focaliza o relacionamento dinâmico e interdependente entre o mundo biofísico e o mundo social. **Isto, por sua vez, requer certas mudanças paradigmáticas na prática científica nos planos epistemológico, metodológico** etc.

Se concordarmos com Little, o oceano compreensivo que separa *ciências naturais e ciências sociais* e suas disciplinas, subdisciplinas e ramos do conhecimento não poderia ser desprezado caso buscássemos compreender o modo como atuam profissionais de ambas as áreas. Numa avaliação panorâmica, poderíamos propor que os primeiros tenderiam a se basear em procedimentos que buscam, através da relação entre causa e efeito, trabalhar com fatos, seres e eventos tidos como precisamente delimitáveis. Do mesmo modo, através de modelos que permitam reproduzir simulações e experimentações visando controlar ao máximo variáveis envolvidas, estariam mais preocupados em encontrar regularidades e fenômenos invariantes capazes de permitir o estabelecimento de padrões, leis objetivas e explicações universais. Neste caso, uma primeira diferença inicial, em relação a muitos *cientistas sociais*, seria que estes podem estar interessados justamente nas especificidades, em mostrar a diversidade, em perceber casos que fogem à regra, em não generalizar, em encontrar o inusitado numa situação bem conhecida, em apontar fatos inesperados e aparentemente inexplicáveis e irredutíveis a uma única explicação lógica. Ao invés de buscar pelo que é constante, contínuo, invariável, normal e ordinário, procurariam encontrar e descrever desvios, nuanças, sutilezas e incertezas.

Além disso, como comenta DaMatta (1981), nas *ciências sociais*, ao contrário das *ciências naturais*, não há tanta indução. Podemos observar fatos sociais, mas não reproduzi-los através de repetidas "experiências". Seria impossível repetir o processo de criação de um parque nacional, por exemplo, bem como a dinâmica social desencadeada por este fato para que pudéssemos estudá-lo diversas vezes. Igualmente, seria problemático generalizar episódios específicos passados em algum lugar e tempo histórico determinados para outros contextos também específicos. Como observa o próprio DaMatta em seu clássico "Relativizando",

"eventos que servem de foco ao '*cientista social*' são fatos que não podem ser reproduzidos em condições controladas (...), são eventos a rigor históricos e apresentados de modo descritivo ou narrativo, nunca na forma de uma experiência". Tal aspecto, segundo o autor, seria "uma das diferenças básicas entre dois ramos do conhecimento [*ciências naturais* e *ciências sociais*] (...). Podemos, obviamente, reconstruir tais realidades (ou pedaços de realidade), mas jamais clamar que nossa reconstrução é a 'verdadeira', que foi capaz de incluir todos os fatos e que compreendemos perfeitamente todo o processo em questão (...). Nossas reconstruções, assim, diferentemente das realizadas por *cientistas naturais*, são sempre parciais" (1981, p.19 e p.21).

Um exemplo concreto que ilustra a distância que separa *primatólogos* de *antropólogos* (com perdão do trocadilho, o primeiro, uma "espécie" de *cientista natural*, e o segundo, uma "espécie" de *cientista social*) pode ser visto no trabalho de Guilherme Sá. Este *etnógrafo*, ao fazer seu trabalho *no* campo junto com um grupo de especialistas em primatas, notou que estes procuravam "pela objetividade dos dados, pela não-influência, [pela] naturalidade nas ações dos objetos de estudo" (Guilherme Sá, 2006, p.30). Conforme o autor (*op. cit.,* p.27), embora ambos "trabalhem observando", só que o que os distinguiria da maioria dos *antropólogos* seria que, "quando *primatólogos* estão na mata, observando macacos, têm por princípio não interagir com seus objetos de pesquisa. Esta intenção tem como desejo – ainda que utópico – a invisibilidade dos pesquisadores". Mais adiante Guilherme Sá (2006, p.171) comenta: "preservando a invisibilidade dos pesquisadores pretende-se deixar os macacos inteiramente à vontade em seu habitat natural. A esta idéia alia-se a eficácia dos dados científicos à 'performance natural' dos macacos. Dentro dos padrões cientificamente aceitos, macacos-sujeitos devem ser tratados como macacos-objeto, como se estivessem sozinhos na mata".

Ocorre que, para muitos *antropólogos* (com certeza não todos) seus "métodos" podem se basear justamente na premissa de que deveriam se aproximar ao máximo dos sujeitos que observam (afinal, se até mesmo macacos "sabem" que *primatólogos* os observam - como nos conta Guilherme Sá -, que dirá as pessoas com quem nós trabalhamos). Por outro lado, Branco (1995, p.219) aponta que "a biologia exclui do âmbito de suas cogitações os comportamentos ético, moral, religioso ou político" de seus "objetos de estudo" e supõem "ausência de intencionalidade ou livre arbítrio". Ora, ética, moral, religiosidade e política, além de possíveis temas de pesquisa, compõem parte do fazer *antropológico*, *sociológico, historiográfico* e, até mesmo, da *ciência política*; sendo que seus "objetos", se podem não ser vistos como "sujeitos", são vistos ao menos como "atores" ou "agentes" detentores justamente de intencionalidade, sendo capazes de propor objetivos, optar por praticar ações e não outras e, por conseguinte, se relacionar com aquele pesquisador que os observa de forma ativa, interferente, transformadora.

Enfim, nos encontramos muito próximos daquilo que deveria ser observado, visto que somos todos seres humanos, pessoas que possuem sentimentos, idéias e dotados de vontade própria[171].

No caso de desencontros entre pesquisadores que trabalham com nosso "tema quente", volta e meia ocorre fenômeno parecido com os "mal-entendidos" descritos por Latour (2002, p.18) entre navegantes portugueses e negros da Costa da Guiné no século XVII. Sucintamente, o autor descreve incompreensões (e acusações, no caso dos portugueses) de parte a parte a respeito dos sentidos, do valor conferido e da forma distinta com que ambos os povos lidavam com seus ídolos, divindades e fetiches. Assim, o que o observador externo via ao olhar portugueses e negros da Costa da Guiné discutirem sobre estes ídolos e divindades eram "povos cobertos de amuletos ridicularizando outros povos cobertos de amuletos (...). Porém, o mal-entendido persiste, pois todos se recusam a escolher os termos que lhes são próprios".

Ora, se substituirmos "povos" por cientistas e "amuletos" por argumentos, situações semelhantes ocorrem ao observarmos cientistas debatendo controvérsias ligadas ao nosso "tema quente". Aqui, estenderia conselho de Lévi-Strauss (1989, p.28) sobre a distância que separaria ciência e magia: em lugar de opor *cientistas sociais* e *cientistas naturais*, "seria melhor colocá-los em paralelo, como dois modos de conhecimento desiguais quanto aos resultados teóricos e práticos". Igualmente, transporia para o saber produzido por cientistas de ambas as áreas o comentário de Cunha (1999, p.157) sobre saberes locais e saberes científicos: "são as diferenças de seus pressupostos que os tornam diferentes e portanto valiosos".

Como disse certa vez o renomado primatólogo Cláudio Pádua durante uma palestra no Rio de Janeiro em 2008, "às vezes a gente está falando sobre mesma coisa, só que a linguagem que a gente usa não ajuda muito". Em vários momentos Dourojeanni e Jorge-Pádua (2001) perceberam e enfatizaram esta possibilidade de usarmos linguagens distintas e pouco intercambiáveis. Ao comentarem a controvérsia específica (e bem "quente") a respeito da "'proteção com aproveitamento indireto' *versus* 'proteção com aproveitamento direto'", os autores argumentam: "o problema é muito mais complexo (...), envolvendo, como é usual nestes casos, muita desinformação e confusão, muita **discussão em planos diferentes**" (Dourojeanni e Jorge-Pádua, 2001, p.39)[172]. Mas este aspecto aparece de uma forma mais desenvolvida quando os autores se voltam especificamente para a produção científica existente sobre o tema das populações locais e áreas protegidas:

---

[171] Obviamente não tenho a pretensão de discutir aqui as diferenças teóricas, metodológicas, epistemológicas etc., que separariam *ciências sociais* de *ciências naturais*. Contudo, para que contrastes sejam apresentados, não há muitas alternativas que fujam da necessidade de propor distinções já bem conhecidas e descritas.

[172] Vimos no capítulo anterior que outros pesquisadores intuíram esta possibilidade, como no caso do conselho (já citado) dado por Rufino (2004, p.514) para que, no caso daqueles que trabalham com a questão da sobreposição entre terras indígenas e unidades de conservação, "superemos a conversa de surdos e os muitos desencontros".

> essa confusão é evidente quando se revisa, por exemplo, os seis trabalhos reunidos em recente debate publicado na revista Conservation Biology, sobre os impactos da presença humana nas florestas tropicais. **De um lado, cinco aparentes defensores da presença humana nos parques** (...) **e, de outro, três defensores do ponto de vista contrário** (...) **discutem em planos paralelos**, como eles mesmos acabam constatando (*op. cit.* p.203).

Apesar dos autores citados por Dourojeanni e Jorge-Pádua possuírem, declaradamente, visões totalmente opostas sobre a "presença humana em florestas tropicais", nesta análise sobre estes seis(?)[173] estudos científicos concluem que, paradoxalmente, nos artigos da referida revista "não se encontra uma só linha em que eles estejam em desacordo. **Eles falam de outra coisa**" (*op. cit.* p.204). Ora, dizer que cientistas "discutem em planos paralelos" não significa necessariamente oposição. Ainda que pensemos em termos estritamente ideais, aqui estaríamos diante de modos de observação e de reflexão qualitativamente diferentes que tenderiam a não se encontrar, pois possuiriam poucas interfaces ou uma base comum minimamente articulada para que associações e conexões pudessem ser estabelecidas. Assim, no caso de seus proponentes se encontrarem, eles acabam "falando de outra coisa"[174].

Um episódio ocorrido durante uma das entrevistas que realizei talvez ajude a evidenciar este tipo de desencaixe epistemológico. Trata-se de um diálogo que tive com um dos mais conceituados especialistas do país em *biologia da conser*vação (que chamarei aqui de Ivan) sobre um tema que tem sido motivo de ásperas discussões entre pesquisadores:

> **C -** Então o ser humano não pode contribuir para um aumento de biodiversidade!
> **I -** O ser humano só interfere na redução de biodiversidade, não existe hipótese do ser humano aumentar a biodiversidade! Me dá um exemplo?
> **C -** Não sei..., talvez... um ambiente de roça em uma floresta já desmatada, onde aquele ambiente já não é floresta! Aí, a partir desse processo se introduz, num lugar onde não existia, várias outras espécies. Não há aí um aumento?
> **I -** Introduz o quê?
> **C -** Por exemplo, onde só têm gramíneas e vegetação pioneira, aí coloco mandioca, milho, feijão etc.
> **I - Aí há um erro de conceito** Cleyton. O ser humano só interfere na redução de biodiversidade, não existe hipótese do ser humano aumentar a biodiversidade! Assim, o processo de aumento de biodiversidade, esse processo não existe, só existe perda com interferência humana. A única hipótese de criar biodiversidade é por manipulação genética, se você começar a inventar coisas geneticamente, aí, sim, sai uma nova espécie, caso contrário só tem perda.
> **C -** Mas, por exemplo, a samambaia-preta que dá geralmente em zona de capoeira ou beira de mata; aí essa zona de capoeira vai virar floresta e a samambaia tende a acabar, não?
> **I -** Não, **aí estamos falando de uma situação completamente distinta** (...). Os ecossistemas tendem a um equilíbrio dinâmico. A sucessão é um processo natural disso. Não seria possível ter sucessão sem espécies pioneiras e não seria possível se voltar a ter uma floresta sem pioneiras.

Apesar de referenciados por uma mesma relação geral (biodiversidade e humanidade), ambos - entrevistado e entrevistador - partimos de pontos distintos. Mas, ainda que tenhamos

---

[173] Não tive oportunidade ainda de averiguar, mas creio que aqui deve ter havido um pequeno equívoco de digitação (a soma cinco mais três não fecha com a informação anterior de que teriam sido seis trabalhos).

[174] Adiante desenvolverei este ponto a partir de casos concretos. Mas não resisto à tentação de, em circunstâncias de desencontro entre *cientistas sociais* e *cientistas naturais*, ver algo de parecido com a situação vivida por Silveira (1997, p.23) durante o "I Encontro ecológico da Chapada dos Veadeiros": "após o discurso de abertura de um dos ecologistas [em que este] fazia menção a coisas como bioma, Woodstock e efeito estufa", Silveira ouviu de uma moradora local sentada ao seu lado: "eles podiam ter começado explicando o que é ecologia, né?".

acionado dimensões compreensivas diferentes, os significados envolvidos para além deste ponto inicial não necessariamente se opõe. Enquanto minha participação realça contextos particulares e situações práticas de manejo e uso da vegetação comuns a vários grupos sociais rurais, Ivan prefere abordar a questão do ganho ou não de biodiversidade pela interferência humana em termos de número absoluto de espécies (resultado da diversidade biológica existente)[175]. Neste caso, biodiversidade aparece como um conceito universal, aplicável a todo o contexto da biota planetária, sendo seu ponto de vista construído segundo critérios biológicos e evolutivos que seriam, em princípio, válidos para qualquer situação mais geral (daí a alusão a idéias como "equilíbrio do sistema", "clímax" e "sucessão natural")[176].

Já no meu caso, a ênfase recai sobre a possibilidade de haver aumento da quantidade de espécies em termos comparativos, isto é, se o número (relativo e, não, absoluto) de espécies de locais e regiões geográficas distintas poderia ser ampliado ou não via interferência humana. Mas, ao pensar este aumento, minhas referências não estavam ligadas a conceitos como "ecossistemas", "biomas" e "sucessão natural". Inversamente, Ivan terá maior dificuldade de incluir ações antrópicas a partir de modelos sucessionais baseados na ecologia ecossistêmica, pois a aplicação de teorias biológicas torna-se problemática ao entrarem em cena variáveis humanas e fatores socioculturais. Assim, quando atividades humanas temporal e espacialmente situadas são consideradas, a regra da "sucessão natural" ou o axioma "ecossistemas tendem ao equilíbrio dinâmico" não dão mais da complexidade aí implicada. Em suma, Ivan e eu seguimos caminhos distintos que, infelizmente, provavelmente não irão se cruzar mais à frente.

Como, para aplicar tais conceitos biológicos, a única história possível é a dos padrões evolutivos e modelos ecossistêmicos, processos sazonais que marcam um ambiente alterado pela prática costumeira da coivara se esvaziam de significado. Isto fica explícito quando Ivan pede um exemplo de aumento de biodiversidade por ação humana. Como os exemplos que

---

[175] Lendo a literatura sobre o tema, descobri que não estava sozinho ao propor este tipo de raciocínio. Balée (1993 *apud* Diegues, 2000, p.34), por exemplo, enfatiza contextos particulares: "num ecossistema manejado, algumas espécies podem ser extintas, ainda que o efeito total dessa interferência possa resultar num aumento real da diversidade biológica de um lugar específico ou região". Já Viveiros de Castro (1996, p.21) comenta que "existe uma tendência a pensar-se que a atividade humana é necessariamente redutora da biodiversidade, empobrecedora do ambiente, e que o ambiente ideal é aquele sem seres humanos. Porém, há indícios muito significativos de que, dependendo da forma de interação de uma população com seu ecossistema, a biodiversidade pode aumentar. **São critérios diferentes**. Há vários critérios possíveis de classificar o que é diverso: número de espécies, quantidade de espécies, número de indivíduos e assim por diante. Mas sabe-se que, sob diversos parâmetros, áreas modificadas por ação humana, típicas dos padrões tradicionais de ocupação na Amazônia, apresentam mais biodiversidade do que as assim chamadas áreas virgens".

[176] Embora sob outro enfoque, Olmos *et. alli* (2001, p.286) notaram esta diferença interpretativa ao falarem da agricultura de coivara também citada por outros pesquisadores como elemento que contribuiria para o "aumento" de biodiversidade. Assim, esclarecem estes cientistas que tal prática "não gera biodiversidade no sentido de criar espécies, como sugerido pela retórica de alguns autores. Na realidade, em áreas limitadas ela provavelmente causa sua perda ao excluir espécies que necessitam de florestas maduras e favorecer oportunistas vindos de habitats secundários ou com maior capacidade de competição. O que a agricultura de coivara faz é criar associações de espécies já existentes que imitam aquelas geradas por fatores naturais e criar algumas associações novas".

propus não se encaixavam com as expectativas de meu colega (em termos de resposta coerente com suas referências), é compreensível que, no instante em que respondo seu pedido, Ivan se apresse em alertar: "aí há um erro de conceito". Aqui identifico dois sentidos para tal afirmação. Um seria: "não é por esta direção que estou interessado em discutir o assunto"; outro poderia ser: "falamos sobre coisas diferentes usando uma linguagem também diferente".

Embora enfocando outro ponto, Viveiros de Castro (1996, p.21), como vimos na nota anterior, toca neste ponto ao comentar que, na relação entre atividade humana e biodiversidade, estão em jogo "critérios diferentes. Há vários critérios possíveis de classificar o que é diverso". Se aumento de biodiversidade através do manejo de populações locais seria algo impossível de ocorrer caso nos basearmos no referencial universalista (mais comum nas *ciências naturais*) referente às teorias ecossistêmicas, tal fato seria perfeitamente possível se pensado a partir de situações contextuais e particulares (mais comum nas *ciências sociais*). O que este breve debate sobre aumento, manutenção ou diminuição de biodiversidade por populações locais mostra é que divergências entre cientistas podem ser marcadas por desencaixes compreensivos em que o ponto de partida epistemológico e a finalidade prática da argumentação se dão em esferas diferentes, não sendo possível uma comparação devido às distintas linguagens e fundamentos adotados. Como percebeu Luis Cardoso de Oliveira (2007), se trata daquelas "situações de mal-entendidos corriqueiros, quando os atores não compartilham a mesma definição da situação vivida em conjunto". Momentos em que, para além de uma discussão concreta (no caso, sobre aumento ou não de biodiversidade), entra em ação a "importância das evidências simbólicas" que marcam a interação entre duas ou mais pessoas.

Como no caso dos exemplos citados por este *antropólogo* - em que determinadas pessoas, por desconhecerem o contexto específico que envolvia um ato qualquer executado pelo seu interlocutor ou, então, por estarem fora de seus lugares de origem (por serem estrangeiros) não dominavam a simbologia nativa -, também eu (pelo menos naquele momento) não dominava os códigos da ecologia e da biologia adotados por meu interlocutor. Como resultado de minha incapacidade de transformar este conhecimento exótico em algo familiar, uma desconexão interpretativa se estabeleceu. Parafraseando Deleuze e Parnet (1998, p.14), "me aventurei fora do meu território e meu código já não funciona".

Por outro lado, se *cientistas naturais* tenderiam a circular por certos espaços sociais (e, igualmente, a ajudar a construí-los) e *cientistas sociais* por outros, a probabilidade deles se encontrar (tanto no sentido estrito e concreto como no sentido amplo, virtual ou figurado) tenderia, por sua vez, a ser menor em comparação a possibilidade de interagirem com colegas da mesma área. Aqui caberia o comentário de Bourdieu (1996a) sobre a distância entre

ambientes "que predizem encontros, afinidades, simpatias e até desejos" (Bourdieu, p.1996a, p.25). Também no caso de pesquisadores vindos de áreas muito distantes, muitos não se

> 'entenderão', não compreenderão de fato uns aos outros e não agradarão uns aos outros. A proximidade no espaço social, ao contrário, predispõe à aproximação: as pessoas inscritas em um setor restrito do espaço serão ao mesmo tempo mais próximas (por suas propriedades e suas disposições, 'seus gostos') e mais inclinadas a se aproximar; e também mais fáceis de abordar, de mobilizar. Isso não significa que elas constituam um grupo mobilizado por objetivos comuns e particularmente contra outro [grupo][177].

No nosso caso, a "proximidade" de que fala Bourdieu não se refere somente à dimensão física ou espacial, mas, sobretudo, aos espaços acadêmicos e intelectuais (os quais incluem publicações científicas) por onde circulam pesquisadores. Tal como a distância que separa o universo social, econômico e político de dois dos personagens flauberianos (Dambreuse e Arnoux) analisados por Bourdieu (1996b), estamos diante de "duas lógicas antitéticas"[178]. Assim, modificando um pouco a frase do autor, também no nosso caso, aquilo que seria impensável em um lugar, seria permitido em outro e vice-versa.

Tomemos um exemplo para pensar esta possibilidade. Milano (2002b, p.193), cientista formado em *engenharia florestal*, mas com forte conhecimento e trânsito pela área da *biologia da conservação*, propõe a seguinte interpretação para críticas feitas ao processo de "criação de novas unidades de conservação" e a "existência" e "permanência daquelas já estabelecidas":

> até no mundo intelectual, vê-se críticas à conservação; **sem efetivo fundamento**, é óbvio, mas aí estão. É de se perguntar por que tanta contradição? Muitas hipóteses podem ser estabelecidas e testadas para se buscar resposta a tal pergunta. Várias delas, certamente, trarão **respostas consistentes** e indicarão **causas efetivas**. Outras tantas, da mesma forma, trarão **respostas inconsistentes e não indicarão** de maneira acurada **as causas**. Entre umas e outras podem estar aspectos como a **inadequação científica** e a **falta de isenção ideológica** na própria formulação das hipóteses, a **inadequação na coleta de dados e informações** e o correspondente processamento das mesmas, **a inadequação da análise dos resultados** em **termos de causas e efeitos**, e assim por diante .

Ora, a preocupação em julgar a "consistência" ou "inconsistência", "adequação" ou "inadequação" de interpretações e procedimentos seguidos por seus colegas e pelos sujeitos sociais que observam ou analisam pode não estar entre os objetivos de muitos *cientistas sociais* (o que não quer dizer que isso não ocorra, como veremos). O mesmo ocorre com a busca por "causas efetivas", a qual pode não se encontrar entre seus interesses de pesquisa. Por fim, almejar "isenção ideológica" pode ser, até mesmo, vista como indesejável, visto que, por vezes, o único modo de um *antropólogo* estudar um grupo social de forma honesta e aprofundada

---

[177] Já relativizando a afirmação, como comentei no item 2.8, proximidade não significa necessariamente maior empatia ou cumplicidade, pelo contrário, embora próximos em termos disciplinares, o clima entre pesquisadores pode ser marcado pela crítica contumaz ou, até mesmo, pela belicosidade (ver item seguinte).

[178] Bourdieu analisa a dinâmica social, econômica e política dos personagens da obra "Educação sentimental", escrita pelo francês Gustave Flaubert (1995) na segunda metade do século XIX. Segundo sua interpretação, estes dois personagens representariam, respectivamente, "a oposição entre o pólo do poder político ou econômico e o pólo do prestígio intelectual ou artístico". No centro, ora pendendo para um ora para outro, se encontraria Frédéric, protagonista do romance, o qual "se situa em uma zona de não-gravitação social em que se compensam e se equilibram provisoriamente as forças que o levarão para uma ou outra direção" (Bourdieu, 1996b, p.27).

será, literalmente, procurando interagir com seus integrantes visando conseguir, em alguma medida, fazer parte (ainda que como um estranho) desse mesmo grupo. O que, por sua vez, pode levá-lo a se colocar, quando em campo, "do lado deles"[179].

Outra característica que afasta ou tende a provocar desencontros diz respeito à idéia de "objetividade" e "subjetividade". Fernando Fernandez (2004, p.241), *biólogo* da UFRJ, se baseia no *biólogo* molecular Jacques Monod (1972) e sua "ética do conhecimento" para propor

> uma única escolha ética, ou seja, baseada em valores subjetivos: a escolha do próprio conhecimento objetivo como base para todo o sistema de valores (...). Esta é uma escolha absolutamente arbitrária, mas se for adotada, nada mais precisa ser arbitrário, nebuloso, subjetivo, ou recorrer a mitos para se impor. Todas as ações as quais se possa objetivamente demonstrar que tragam mais conseqüências boas que ruins para a sociedade são consideradas boas e aceitáveis, e as que tiverem resultados inversos são consideradas más e devem ser desestimuladas.

Além de nas *ciências sociais* a discussão sobre subjetividade e objetividade ser uma daquelas eternas questões irresolvíveis, latente no fazer de disciplinas como *antropologia, sociologia, história* e *psicologia*, a busca por um "conhecimento objetivo" total e absoluto (excetuando-se aí número não despersível de *economistas*) já se acha bastante enfraquecido nestas áreas desde muito tempo. Como comenta Chaui (1999, p.271), "como estabelecer leis objetivas para o que é essencialmente subjetivo, como o psiquismo humano? (...). Ora, o humano é justamente o subjetivo, o sensível, o afetivo, o valorativo, o opinativo. Como transformá-lo em objetividade, sem destruir sua principal característica, a subjetividade?". De fato, comparativamente às *ciências sociais*, distâncias interpretativas aumentam quando se olha para o ideal de cientificidade predominante entre profissionais vindos de disciplinas aplicadas como *biologia da conservação*, *engenharia florestal* e *agronomia*. No caso destas últimas, há clara intenção de produzir ou propor algum tipo de procedimento prático ou intervenção direta.

Tal aspecto pode ser ilustrado através de publicações de pesquisadores como Schaik e Rijksen (2002) e Terborgh e Schaik (2002) – que, como Milano, trabalham com noções como "inadequação", "respostas consistentes" e "inconsistentes" e "causas efetivas". Para se referir à dicussão sobre populações locais e áreas protegidas, todos eles fazem uso recorrente de termos como: "mecanismos **efetivos**", "mecanismos **ineficazes**"; "métodos **eficientes** e **ineficientes**", "estratégias **adequadas**", "concepções **equivocadas**", "objetivos **apropriados**", "objetivos

[179] Afirmações como estas podem parecer lugar-comum para alguns leitores, porém, como desejo que a tese seja lida por um público mais amplo, creio que são essenciais. A título de ilustração dou apenas um único exemplo de como este "comprometimento" pode aparecer em trabalhos *antropológicos* relacionados ao nosso "tema quente" (apesar de ser um trabalho do "baixo clero", pois se trata de dissertação de mestrado, o trecho citado traz vários autores já consagrados que comungam a possibilidade de haver esse engajamento). Nunes (2003, p.11), em sua pesquisa "Do passado ao futuro dos moradores tradicionais da Estação Ecológica Juréia-Itatins", ao falar sobre a "importância metodológica da história oral", comenta que "pesquisadores como Martins (1993); Queiroz (1988); Brandão (1985); Foote-Whyte (1980); Becker (1994 e 1977); Lacoste-Dujardin (1977), discutem a **idéia de que o pesquisador deixe de ser um mero observador, afastado da realidade e do grupo que está pesquisando, para** ser parte no processo de pesquisa e ir além: **estar comprometido com a causa e com o grupo social**. Contrariando teorias que se apóiam no distanciamento do sujeito do seu objeto".

inapropriados", "atitudes **racionais**", "atitudes **irracionais**", "práticas **corretas**", "manejos **inadequados**", "**sucessos**", "**insucessos**", "**erros**", "**enganos**" e "**acertos**". Já Olmos *et. alli* (2001) adotam expressões como: "base na **realidade objetiva**"; "definições **imperfeitas**"; "**fracassos** e **sucessos** dos modelos de UCs"; "visões **equivocadas**"; "**falhas** dos parques e outras áreas protegidas"; "conhecimentos **verdadeiros**"; "idéias baseadas em **ilusões**".

Apesar de presente, para muitos *cientistas sociais* tanto a busca por uma "objetividade absoluta", procedimentos normativos que visam julgar as coisas através do discurso perito, como a pretensão à "isenção ideológica" pode não se encontrar tão fortemente atuante. Assim, como para muitos destes profissionais, em particular, *antropólogos sociais*, tais questões não são tão decisivas (aliás, muitas abordagens surgem justamente de objeções a este tipo de procedimento), rapidamente formam-se mal-entendidos e abismos compreensivos difíceis de serem ultrapassados. Situação que se complica pelo fato de que o tipo de linguagem, os referenciais teóricos, o instrumental metodológico, os objetos-sujeitos de pesquisa e o modo como *cientistas sociais* e *cientistas naturais* tendem a construir, observar e se relacionar com estes mesmos objetos-sujeitos podem ser qualitativamente muito diferentes.

Mas, por outro lado, esta distância se relaciona com **a forma** como são construídos os "problemas de pesquisa" e, sobretudo, com **os objetivos** e interesses do pesquisador. Assim, enquanto um *engenheiro florestal* mede o impacto causado ao ecossistema local de queimadas feitas por ribeirinhos em uma floresta nacional, um *sociólogo* revela mudanças socioculturais destes ribeirinhos devido às restrições que, justamente, a criação desta floresta nacional lhes impôs; enquanto um *botânico* estuda efeitos ecológicos deletérios (perda de biodiversidade) causados pela introdução de espécies exóticas por caiçaras em uma reserva biológica, um *etnobotânico* se propõe a discriminar saberes destes caiçaras sobre espécies nativas existentes na reserva; enquanto um *ecólogo* avalia as conseqüências para as cadeias tróficas da caça de animais silvestres ameaçados de extinção por seringueiros em uma reserva extrativista, um *etnólogo* descreve regras cotidianas e interdições costumeiras que estes seringueiros se auto-impõem quando se trata do acesso às "áreas de uso comum"; enquanto um *biólogo da conservação* correlaciona crescimento do desmatamento com crescimento populacional em uma terra indígena sobreposta a uma UC, um *antropólogo* realça atitudes etnocêntricas dos agentes ambientais em contraponto com as condições de invizibilidade e vulnerabilidade social da etnia indígena que vive na região; enquanto um *turismólogo* calcula a "capacidade de carga" de um parque nacional muito visitado por turistas de classe média e média alta praticantes do "turismo de aventura", um *cientista social* investiga como este tipo de turismo interfere na dinâmica socioeconômica das pessoas que vivem (pela lei, "ilegalmente") dentro do parque; enfim, enquanto uma educadora ambiental verifica o grau de "conscientização ambiental" de

um projeto da educação ambiental "participativo" executado por uma ONG em comunidades quilombolas situadas no entorno de uma estação ecológica, outro pedagogo faz uma avaliação crítica a este mesmo projeto devido ao uso de metodologias "difusionistas", do tipo "top-down", baseadas na transferência de informações, treinamento de pessoas e desconsideração, por parte dos integrantes da ONG, de saberes ancestrais destas comunidades quilombolas.

Ora, traçar "objetivos" e construir "problemas de pesquisa" são fatores decisivos nas análises sobre áreas protegidas e populações locais. Se olharmos só para o plano distintivo disciplinar, a explicação para diferenças entre pesquisadores se fundamentaria, de um lado, no tipo de "objeto" estudado e no modo de estudá-lo e, de outro, na distância epistemológica que os separam, pois a adoção de teorias, conceitos, ferramentas analíticas, categorias e seus sentidos seriam pouco intercambiáveis, funcionais e, até mesmo, incompreensíveis de parte a parte. O que poderia levar a conclusões parecidas com as de Azevedo (2002, p.34): "os limites tanto do viés *ecocêntrico* como do *sociocêntrico* [os quais, como vimos no início, o autor associa aos *cientistas naturais* e *cientistas sociais*] e da própria concepção dualista de separação entre natureza e sociedade – trazem à tona **a necessidade de integração destas abordagens** e de mudanças profundas em nossa concepção de natureza"[180]. Mas, ao contrário desta possibilidade, alguém poderia chegar à conclusão mais pessimista a que propõe Branco:

> uma abordagem, ao mesmo tempo, *filosófica, sociológica e biológica*, com implicações econômicas e políticas de um mesmo problema e da qual resulte trabalho perfeitamente equilibrado e entrosado, com conclusões perfeitamente consensuais e compatíveis **é coisa humanamente impossível de conseguir-se**. Certamente ocorrerão incoerências, contradições e imposições de conceitos. Assim sendo, possivelmente **nunca se disporá de uma doutrina consistente e uniforme a ser apontada como a 'verdadeira ciência do meio ambiente'** para uso nos debates sobre 'impactos ambientais' ou em cursos de formação de profissionais para sua avaliação (Branco, 1995, p.230).

3.3 Para além das dicotomias disciplinares: novamente os Nuer e o efeito personificação

> É possível que a criação de um abismo completo, fixo e intransponível entre as *ciências naturais* e *ciências humanas* seja um preço alto demais, além de desnecessário (...) em contraste com uma mera diferença (a qual ninguém encobriu e que, em sã consciência, ninguém quereria negar).
>
> Clifford Geertz (2001, p.132).

Mas então estaria aí (nas diferentes formações acadêmicas) a chave para destrinchar o ambiente controvertido e polêmico que marca as discussões sobre populações locais e áreas protegidas? Seria esta a principal explicação para a situação conflituosa e beligerante em que estamos todos metidos? Tudo se resumiria à existência de antagonismos disciplinares, ideais de

[180] O curioso é que, alguns dias antes de me deparar com estas considerações de Azevedo, havia escrito algo muito parecido para um artigo que pretendia (pois acabei eliminando esta parte) apresentar em um congresso de *ciências sociais*: "visto serem as **controvérsias** causadas pelo fato de estarmos **acionando sistemas compreensivos distintos**, seria preciso estabelecer urgentemente novas pontes e interfaces entre as várias formas de conhecimento científico vinculadas à discussão sobre populações locais e áreas protegidas".

cientificidade paralelos, referencias teóricos diversificados, procedimentos metodológicos distintos e maneiras de observar a realidade qualitativamente diferentes?

Me antecipando a possíveis interpretações, espero que o item anterior seja lido com o máximo cuidado para com seus limites compreensivos e atenção redobrada para seu alcance heurístico. Tal como não pretendi negar a pertinência das oposições nativas, mas partir delas para observar suas especificidades, peculiaridades históricas, epistemológicas e teórico-metodológicas destas duas grandes áreas contribuem para que desentendimentos ocorram. Afinal, quando olhamos as controvérsias sobre nosso "tema quente", a distinção entre *ciências sociais* e *ciências naturais* faz, de fato, bastante sentido (como vimos, também para os próprios pesquisadores) e ajuda a entender o ambiente polêmico gerado.

Ademais, como estes utilizam largamente esta forma de se distinguir, não poderia deixar de abordá-la como tal. Portanto, tais diferenças precisam ser consideradas. Porém, vimos no capítulo dois que, para se aproximar das sutilezas que caracterizam o fazer nativo, é preciso ir além das dicotomias lineares. Se é fácil achar causas para o clima controvertido gerado, difícil é saber o que fazer com estas mesmas e causas. De todo modo, se algo deveria ser evitado, seria tomá-las como algo definitivo, visto que me parece prudente estar atento àquilo que não se encaixa tão bem nas explicações que encontrarmos pela frente.

Visto por este prisma, diferenças disciplinares se somam a outros fatores tão relevantes quanto. Apesar delas serem facilmente identificadas na literatura especializada, sua existência não encerra a questão, ao contrário, só faz a feijoada ficar ainda mais apimentada. A começar pelo fato de que esta característica pode muito bem servir como mais um ingrediente para que se acentue diferenças (como "munição para o ataque") do que como a causa fundamental que estaria por trás de potenciais divergências. Dito de outra forma, ao invés de ser a distância disciplinar que divide pesquisadores em lados opostos, o contrário pode também ocorrer, isto é, pesquisadores fazerem uso de tal distância com o objetivo de reforçar alteridades já existentes.

Mas retomemos o diálogo que tive com o Ivan, que abre este capítulo, para desenvolver alguns aspectos ligados ao papel da formação disciplinar no estabelecimento de controvérsias:

> **P** - **Você tem necessidade que** as pessoas que você entrevista sejam pessoas tituladas, **sejam mestres ou doutores ou podem ser pessoas que** escrevem, que fazem a opinião, que **são referência?**
> ***C -*** *O que importa é que eles participem do debate político e, ao mesmo tempo, circulem nos meios acadêmicos, que publiquem em revistas e, sobretudo, que estejam influenciando o debate científico.*
> **P** - Então perfeito, tenho três nomes que, com certeza, estão, porque **são reconhecidos como ótimos especialistas**. Um é (...) **funcionário do IBAMA**, mas possivelmente seja dos caras mais importantes no processo de criação de UCs de proteção integral do país nos últimos 11 anos. Então certamente seria um nome. **Não é um cara típico da academia, mas que tem várias coisas escritas e que enfrenta debates muito consistentes com todo o povo mais especialista**. Outro é **um cara que não tem graduação**, trabalha com baleias. Provavelmente, nos últimos cinco anos, em toda reunião da comissão internacional de baleias, tem sido o vice-presidente da comissão brasileira. Só não é presidente porque o presidente (...) é sempre representado por um diplomata. Mas ele capitaneia essa posição e **não tem graduação**. De forma que **não passa desapercebido no mundo da conservação, em hipótese nenhuma, no mundo**

> **político e dos debates etc. Então esses dois você poderia ir atrás mesmo estando fora do âmbito da academia**. Acho que deveria falar com (...), almirante aposentado, mas com trabalho muito interessante na área de paleontologia e paleoecologia e que escreveu um livro com (...) um dos maiores naturalistas brasileiros ainda vivos. **Mesmo (...) não sendo uma pessoa da academia, é um cara que tem uma centena de artigos científicos**.

Como podemos notar, as indicações deste pesquisador ilustram o fato de que há forte possibilidade de profissionais com formação heterodoxa, vindos de áreas distantes tanto das *ciências sociais* como das *ciências naturais* ou mesmo sem formação acadêmica tradicional interferirem no debate político-científico sobre nosso "tema quente". Assim, se faz sentido restringir, para fins analíticos, disputas interpretativas ao seu viés disciplinar e à distância epistemológica envolvida, devemos olhar tal explicação com cautela. Afinal, é preciso levar em conta a decisiva atuação de pessoas (incluindo aí políticos profissionais, funcionários de órgãos do governo, burocratas, almirantes, ongueiros, conservacionistas, indigenistas etc.) que se notabilizaram muito mais pela sua formação autodidata e pelo constante trânsito e interesse por áreas distintas sem que, para isso, necessitassem ter uma formação acadêmica formal?

Em "Saudades do Matão", por exemplo, durante a conversa-entrevista coordenada por Tereza Urban (1998, p.205) da qual participaram Maria Tereza Pádua, Ibsen Gusmão Câmara, Adelmar Coimbra, Paulo Nogueira-Neto e Alceu Magnanini, este último comenta, enfático: "apenas quero dizer o seguinte: eu – como quase todos aqui – não tive escola de conservação. Não nos formamos em conservação, somos todos autodidatas". Alegação parecida surgiu nas entrevistas ao conversar com uma das figuras mais influentes na década de oitenta no que se refere à criação de UCs. Ao questioná-lo sobre como se identificaria enquanto profissional, meu interlocutor ponderou: "nem sequer sou profissional dessa área, eu trabalho nisso há muito tempo, mas na verdade não posso dizer que seja um profissional". Ora, apesar do processo de cientificização e institucionalização crescente do debate sobre áreas protegidas e populações locais, a autoridade e o reconhecimento que certas pessoas com este perfil detêm para falar sobre o tema (também nos meios científicos) não pode ser simplesmente desconsiderada.

Outro aspecto problemático relaciona-se com uma fala de Alceu Magnanini durante palestra proferida em 2002 no III CBUC, ocorrido em Fortaleza:

> o auditório compõe um universo de conhecimentos e bem que eu gostaria de saber mais sobre cada uma das pessoas, mas como somente eu é que falo, justo é que vocês possam saber **quem ou o que é o palestrante. Geógrafo? Engenheiro-agrônomo? Botânico? Ecologista? Conservacionista? Naturalista? Analista ambiental? Acreditem, desempenhei oficialmente todas essas carreiras ou funções**; afinal tenho quase setenta anos e deu pra agüentar tudo isso (Magnanini, 2002).

Ao tratar diferenças disciplinares unicamente como causa do ambiente controvertido que marca as discussões sobre populações locais e áreas protegidas, deixaríamos de lado o fato de que, por trás da formação acadêmica dos pesquisadores, há uma intencionalidade que faz

com que trajetórias sociais singulares sejam construídas ao longo de suas vidas. Como qualquer pessoa interessada, eles poderão muito bem procurar se informar e ir atrás de novos conhecimentos mesmo que não tenham tido a oportunidade de vivenciar um período de aprendizado em determinado curso de nível superior ou pós-graduação. Creio que no capítulo cinco fique mais evidente o fato de certas opções tomadas por pesquisadores não poderem ser reduzidas simplesmente a sua "origem" disciplinar ou a sua condição de *expert* privilegiado de determinada área. Como tentei mostrar então, a maioria dos entrevistados possui trajetórias acadêmicas marcadamente multidisciplinares; já outros vieram originalmente ou circularam, em algum momento de suas carreiras, por disciplinas bem distintas em termos epistemológicos, metodológicos e/ou teóricos; e, mesmo aqueles que possuem formação mais disciplinar foram levados a buscar ou adquirir conhecimentos mínimos em outros campos.

Como Magnanini, vários entrevistados apontaram para a expressiva versatilidade no que tange ao trânsito por entre áreas completamente distintas, indo, por exemplo, da *biologia* para a *antropologia*, da *ecologia* para a *sociologia*, da *ciência política* para a *antropologia* tendo a *matemática* como interesse permanente (ainda que secundário), da *biologia* para a *antropologia ecológica*, da *agronomia* para a *ecologia*, da *administração* para a *zoologia*, da *sociologia* para a *história ambiental*, das *ciências sociais* para a *geografia* e assim por diante. Assim, se considerarmos que cientistas também fazem escolhas no que se refere ao sentido por eles dado às suas vidas acadêmicas, bem como a possibilidade destes transitarem por diferentes dimensões do conhecimento científico, como ficaria nossa explicação inicial?

Soma-se a isso outro elemento complicador: a própria transversalidade que questões ambientais tendem a articular em torno delas. Não por mera coincidência, atualmente expressivo número de cursos de pós-graduação se caracterizam por alguma busca, pretensão ou pendor por perspectivas "multidisciplinares"[181]. Levando este aspecto em conta, se tratássemos eventuais divergências como simples causa ou efeito de diferenças epistemológicas vinculadas às disciplinares envolvidas, como ficariam todos aqueles que circularam ou que fizeram suas respectivas pós-graduações em cursos como NEPAM/UNICAMP, PROCAM/USP, CDS/UnB, MADE/UFPR, CPDA/UFRRJ, PGDR/UFRGS, EICOS/UFRRJ, GESTA/UFSM, RETIS/UFF,

[181] Eu próprio estou numa situação parecida, visto que, além de ter cursado dois anos e meio na *engenharia civil*, me formado em *agronomia*, ter feito mestrado em um programa cuja maioria dos pesquisadores, vinculado às áreas agrárias, possuem um perfil "híbrido", agora estou terminado o doutorado em um curso cuja titulação é "*cientista social*". Ademais, o PGDR (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS), onde fiz mestrado, é classificado na Capes como um programa "multidisciplinar" e o CPDA (Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) também se caracteriza por um tipo de multidisciplinaridade, ainda que circunscrita às diferentes disciplinas que compõem as *ciências sociais* voltadas para temáticas rurais.

CCA/UFSC cujo perfil de alunos e professores é, para dizer o mínimo, bem mais eclético e heterogêneo do que outros núcleos de pesquisa mais ortodoxos[182]?

A situação se complexifica quando se pensa na quantidade de pesquisadores envolvidos com nosso "tema quente" vindos de áreas que não se encaixam muito bem nem nas *ciências sociais* nem nas *ciências naturais*, tais como *geografia, jornalismo, educação ambiental, direito,* (sem falar nas *ciências aplicadas*). Razoável pensar que tal situação seja um elemento que cause desencontros, antagonismos, controvérsias, pois relativa confusão é gerada quando temos, ao mesmo tempo: um *ecólogo* interessado em "dinâmicas sinecológicas", "interações biocenóticas", "fluxos gênicos"[183]; um *etno-x (etnobotânico, etnozoólogo, etnobiólogo etc.)* aplicando o método "da bola de neve" ou das "caminhadas livres walk in the woods"[184]; um *antropólogo* identificando "relações diádicas" e "dupla filiação unilinear"[185]; um *biólogo da conservação* discutindo a validade da idéia de "SLOSS"[186]; um *advogado* citando diretrizes de sua "doutrina"[187]; um *paleontólogo* que descobre "refúgios do pleistoceno"[188]; um *primatólogo* entretido com seus "scans"[189]; um *geógrafo* especialista na "linguagem HPGL"[190]; um *agrônomo* preocupado em diagnosticar e descrever diferentes "sistemas agrários" e "sistemas de produção"[191]; enfim, um *sociólogo* falando sobre "nomos", "doxa" e "habitus"[192].

---

[182] Para os respectivos nomes das siglas, ver lista que consta nas páginas iniciais.

[183] Também conhecida como "ecologia das comunidades", a sinecologia dinâmica estuda o funcionamento de um conjunto de espécies diferentes vivendo num mesmo habitat e suas modificações ao longo do tempo. Já "interações biocenóticas" refere-se às distintas possibilidades de associação entre populações de espécies diferentes presentes em uma região que apresenta uma relativa regularidade de condições ambientais.

[184] O "método da bola de neve" é um procedimento muito comum entre etnobiólogos, sendo usado para coleta de dados junto a determinado grupo social em que um entrevistado indica o próximo a conceder a entrevista.

[185] Conforme Landé (1977, p.2), "uma relação diádica, no seu sentido de ciência social, é uma relação direta envolvendo alguma forma de interação entre dois indivíduos.(...). Implica ligação pessoal. Distingue uma diádica de uma relação na qual dois atores estão ligados um ao outro indiretamente como uma conseqüência do fato de ocuparem lugares ou posições que estão interligados ou de serem membros de um mesmo grupo"; já sobre "dupla filiação unilinear", Auge (2003, p.23) comenta que se trata de uma "justaposição de duas filiações unilaterais (patrilinear ou matrilinear), cada uma regendo, com exclusão da outra, a transmissão de determinados direitos".

[186] Abreviação derivada da expressão "single large or several small" e que se originou quando das discussões sobre o segundo princípio baseado na "teoria da biogeografia de ilhas" (teoria muito importante dentro da biologia da conservação), o qual recomenda que "uma reserva grande é melhor do que várias pequenas que totalizem a mesma área" (Pires *et. alli*, 2006, p.235).

[187] Conforme Santos (2001, p.86), "Doutrina" seriam "princípios, opiniões, idéias, juízos críticos, conceitos e reflexões teóricas que servem de base a um sistema que os autores expõem e defendem no ensino e interpretação das ciências; como doutrina jurídica, é formada pelos pareceres dos juristas nas suas obras, artigos e arrazoados".

[188] Bensusan (2001, p.186) observou que "a teoria dos refúgios associa a maior diversidade biológica da Amazônia aos refúgios do Pleistoceno, que seriam as áreas que teriam permanecido cobertas com florestas, durante as glaciações do Quaternário".

[189] Segundo Guilherme Sá (2006, p.80), "método de coleta de dados por amostragem muito comum [entre primatólogos] desde que foi sistematizado por Altmann (...). Esse sistema (...) serve para determinar a localização, o tipo de atividade e os indivíduos situados mais próximos dos animais a vista do pesquisador".

[190] Como consta na página eletrônica do IBAMA, HPGL seria uma "linguagem utilizada na criação de arquivos digitais destinados à impressão de mapas ou outros desenhos que possuam apenas elementos vetoriais (linhas, por exemplo)" (http://www.ibama.gov.br/siucweb/guiadechefe/glossario/verbetes – janeiro de 2008).

[191] "Sistema de produção" refere-se a um método francês que, no Brasil, ganhou expressão nos anos 1990, sendo usado para produzir diagnósticos e tipologias sobre localidades rurais. Segundo Mazoyer (1987 *apud* Garcia Filho, 1999, p.18), "sistema agrário é um modo de exploração do meio historicamente constituído (...) [que

Se olharmos por outro prisma, esta variedade de profissionais atuando com temáticas e instrumentais metodológicos tão distintos - mas ainda assim ligados ao debate sobre nosso "tema quente" - sugere, paradoxalmente, que uma diferenciação rígida entre *ciências sociais* e *ciências naturais* deva ser vista com cautela. Se temos tanta gente diferente atuando neste campo, como incluí-los nesta grande divisão disciplinar? Como explicar divergências entre pesquisadores sem considerar estes outros personagens desta história? Já no caso da forma com que são construídos "problemas de pesquisa" (que, como visto no item anterior, podem ser bem diferentes), esta subentende escolhas prévias. Apesar de haver diferenças disciplinares quando pensamos nossos "objetos" de pesquisa, opções precisam ser feitas, o que implica que enfatizar, marcar, enfim, acentuar algumas coisas e não outras. Igualmente, o modo de olhar a realidade e a forma como conquistamos aquilo que iremos pesquisar, embora orientado, não está previamente determinado por influências teóricas, metodológicas e epistemológicas.

Se atentarmos para tal possibilidade, os exemplos hipotéticos do item anterior poderiam ser pensados de outro modo: um *engenheiro florestal* também poderá estar preocupado em verificar o grau de resiliência[193] do ecossistema local em uma floresta nacional visando regularizar a extração de madeira por ribeirinhos que vivem no seu interior[194]; já, nesta mesma região, um *sociólogo* poderá estar interessado em atuar como mero "assistente" dos agentes ambientais no processo de "diagnóstico" socioeconômico e ambiental normalmente feito antes da criação de uma UC; por outro lado, um *botânico* poderá vir a estudar os efeitos ecológicos positivos (manutenção de biodiversidade) da dispersão aleatória de espécies nativas feita por caiçaras em suas andanças por uma reserva biológica ou devido ao próprio plantio dessas

---

combina] as seguintes variáveis: meio cultivado, instrumentos de produção, força de trabalho social, modo de 'artificialização' do meio, divisão social do trabalho, excedentes agrícolas e relações de troca". Já "sistema de produção", segundo o autor (1987 *apud* Garcia Filho, 1999, p.26), seria a "combinação mais ou menos coerente de diversos subsistemas produtivos: sistemas de cultivo, sistemas de criação, sistemas de processamento de produtos agrícolas no estabelecimento, distribuição e repartição da força de trabalho e dos meios de produção".

[192] Uma breve descrição destas expressões pode ser encontrada no primeiro capítulo (ver notas 19 e 21).

[193] Para uma definição de resiliência, ver página 207.

[194] Um exemplo típico deste tipo de estudo realizado por cientistas naturais se deu na região de Maquiné/RS. Através de trabalhos conduzidos ou acompanhados por biólogos, agrônomos e um engenheiro florestal conseguiu-se, depois de mais de 10 anos, legalizar a extração da samambaia-preta nesta região por agricultores e agricultoras que se reconhecem como "samambaieiros". Sem estes estudos (ver Souza e Kubo, 2008), que visavam determinar o grau de impacto ecológico deste tipo de extrativismo, dificilmente os samambaieiros hoje estariam dentro da lei e livres dos constrangimentos legais impostos pela fiscalização local, por exemplo. Outro estudo que vai nesta direção foi realizado por Amaral (1998), cuja formação é em agronomia. Este defendeu sua dissertação de mestrado com o título: "Parques e comunidades rurais são compatíveis? Estudo de caso no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro" (Amaral, 1998). Porém, em suas "considerações finais", afirma que "**este trabalho teve por objetivo** discutir a questão da compatibilidade entre parques e comunidades no sentido de **construir fundamentos para** uma abordagem baseada na **permanência de comunidades rurais tradicionais** em porções específicas **do parque**". Sua pergunta é ainda mais problematizadora: "por que comunidades rurais não podem permanecer em porções limitadas de parques?". Embora tenha perdido atualidade com a aprovação do SNUC, Amaral argumenta que "a análise da legislação ambiental levou-nos a concluir que existe uma abertura legal que permite a manutenção de comunidades tradicionais históricas em porções limitadas de parques, denominadas zonas histórico-culturais (...). Assim sendo, ao responder à primeira indagação concluímos que é possível a permanência de comunidades tradicionais em porções limitadas de parques" (Amaral, 1998, p.177-178).

espécies em suas terras; já um *etnobotânico*, pesquisando nesta mesma região, poderá adotar uma postura utilitarista ao tratar conhecimentos tradicionais destes mesmos caiçaras sobre espécies nativas desta reserva biológica simplesmente como algo "útil" à conservação ou, ainda, etnocêntrico ao avaliar estes saberes tendo com parâmetro o conhecimento científico; do mesmo modo, um *ecólogo* poderá desejar comparar o impacto da caça de animais silvestres ou ameaçados de extinção entre o manejo executado por seringueiros de uma reserva extrativista e o manejo feito por grileiros e fazendeiros que se instalaram no seu entorno, concluindo pela sustentabilidade ecológica dos primeiros e insustentabilidade dos segundos; já um *antropólogo*, nesta mesma reserva extrativista, ao descrever regras cotidianas e interdições costumeiras que estes mesmos seringueiros se auto-impõem quando se trata do acesso às chamadas "áreas de uso comum", poderá chegar concluir que há fortes indícios de que tais regras e interdições desaparecerão no futuro próximo devido ao efeito da "tragédia dos comuns" descrita por Hardin (1966)[195], servindo então de subsídio para ações policialescas de agentes ambientais.

Poderia seguir adiante, mas paro por aqui, pois desejo ressaltar com estas situações de pesquisa hipotéticas modificadas (ver item anterior) que há escolhas a serem feitas que não são redutíveis ou concernentes apenas às diferenças epistemológicas, metodológicas ou teóricas que separam *cientistas naturais* de *cientistas sociais* e estes de outros profissionais de outras áreas. Dito de uma fora direta, determinar ou construir "objetivos" ou "problemas de pesquisa" pode ser uma atividade muito pessoal e não tão ligada ao tipo de formação acadêmica ou mesmo à disciplina atual onde estes últimos atuam. Enfim, ter uma formação acadêmica específica pode ser muito mais um ponto de partida para que outras decisões sejam tomadas.

Por outro lado, quando vemos esforços de vários *biólogos*, *ecólogos*, *botânicos* e outros profissionais das áreas biológicas engajados em produzir pesquisas na linha dos chamados "etnoconhecimentos", fica difícil sustentar uma rígida cisão entre *ciências naturais* e *ciências sociais*. Fato este que levou um dos principais críticos ao trabalho de diversos *cientistas naturais* sobre esta temática a reconhecer a importância destes mesmos cientistas e, até mesmo, colocá-los a frente dos *cientistas sociais* no que tange ao papel e à capacidade de transformação do perfil das políticas de conservação atuais:

> Grande parte desse trabalho [de construção das etnociências] é realizada por uma nova geração de *cientistas naturais* (...) que começa a influenciar políticas públicas conservacionistas de caráter participativo. Isso revela que seria simplista reduzir o debate ambiental às visões diferenciadas dos *cientistas naturais* e *sociais*. Em vários países tropicais, as mudanças que estão ocorrendo na conservação se devem muito mais a esses *cientistas naturais*, com sensibilidade para as questões locais, que aos

[195] A expressão "tragédia dos comuns" refere-se a uma metáfora proposta por Garret Hardin em um famoso artigo seu de 1968. Hardin imaginou uma situação hipotética em que uma determinada comunidade teria livre acesso aos bens comuns utilizados pelas pessoas que ali vivessem, sendo que, ao final de sua análise, chegou à conclusão de que isto tenderia a levar a uma sobre-exploração dos recursos naturais. Conforme sentencia uma frase célebre sua: "a liberdade em relação a recursos comuns gera a ruína de todos" (1968 *apud* Fanny *et. alli* p.18).

> *cientistas sociais*. É revelador o fato de que ainda são raros os *cientistas sociais* que acham importantes as questões relativas à conservação, seja por receio do determinismo geográfico, seja também por considerarem essas questões como feudos dos *cientistas naturais* (Diegues, 2004, p20).

Esta citação ilustra o fato de que aqueles que seriam teoricamente mais próximos não necessariamente são aliados permanentes. Reparem que a frase final ("é revelador o fato de que ainda são raros os cientistas sociais que acham importantes as questões relativas à conservação, seja por receio do determinismo geográfico, seja também por considerarem essas questões como feudos dos cientistas naturais") poderia perfeitamente fazer parte de um texto escrito por autores como Dourojeanni, Olmos, Milano, Schaik, Terborgh e outros cientistas naturais.

Quanto às acusações recíprocas relacionadas a questões como, por exemplo, "isenção ideológica", "caráter prescritivo", "aplicabilidade", "inconsistência" (seja ela metodológica, analítica, argumentativa, relacionada à "coleta de dados" etc.) seria muita pretensão afirmar que este tipo de procedimento estivesse ausente no caso das *ciências sociais*. Afinal, nas *ciências políticas* e em várias vertentes *historiográficas*[196] e *sociológicas* atuais (por exemplo, a dita *ciência social aplicada* ou que seguem diretrizes metodológicas da chamada *pesquisa-ação*), sem falar em resquícios neopositivistas e cacoetes etnocêntricos de alguns *antropólogos*, podemos encontrar um acentuado viés normativo, aplicado e/ou avaliativo (e isso que não mencionei o fato de que *economistas*, alguns deles famosos por seus "modelos ideais", também fazem parte do grande guarda-chuva representado pelas *ciências sociais*). Mesmo porque, em bancas de defesa de teses e dissertações, não é incomum ouvirmos falar que o aluno tal produziu uma análise "consistente" ou "inconsistente" e assim por diante.

Da mesma forma, como veremos mais adiante, além de alguns daqueles termos citados no item anterior (tais como "efetivo", "ineficaz", "irracional", "eficiente", "inadequado", "correto", "inapropriado", "equivocado", etc.) também serem recorrentes nas falas de um número nada desprezível de *cientistas sociais*, a questão da aparente "ideologização" do debate sobre áreas protegidas e populações locais nos meios acadêmicos também é criticada por alguns *sociólogos*. O caso aqui está apenas em reconhecer que estas características não são algo necessário, essencial ou que fundamente o fazer *sociológico* ou *antropológico*, o que não

[196] Drummond (1991, p.1), que se aventurou pela *história ambiental*, admite explicitamente, já de início, que sua pretensão "é convencer alguns *historiadores* e outros *cientistas sociais* a incorporar variáveis ambientais aos seus estudos sobre a sociedade humana. Assim atrairei interlocutores para as minhas recentes incursões nesse campo". Drummond também critica *cientistas sociais* atuais por "desprezarem" e "ignorarem" a importância do chamado "tempo geológico" em suas análises. Nas suas palavras: "o tempo das culturas humanas está contido num tempo geológico ou natural muito mais amplo e que a meu ver não pode ser ignorado pelas ciências sociais". Porém, o mais relevante, para o que nos interessa aqui, é o seguinte argumento deste historiador: "precisa ficar claro que pensar sobre a relação entre o 'tempo geológico' e o 'tempo social', combinar a história natural com a história social, colocar a sociedade na natureza, enfim, implica necessariamente atribuir aos componentes naturais 'objetivos' a capacidade de condicionar significativamente a sociedade e a cultura. Não há meias palavras para isso. Não se trata apenas de metáforas ambientais, ecológicas ou naturais (...). Trata-se de uma mudança séria de paradigma nas *ciências sociais*. Significa que o *cientista social* dá às 'forças da natureza' um estatuto de agente condicionador ou modificador da cultura" (Drummond, 1991, p.4).

são os casos, por exemplo, de disciplinas mais aplicadas. Afinal, a produção científica feita dentro da *biologia da conservação*, *engenharia florestal* e *agronomia*[197], por exemplo, supõe uma busca explícita por algum tipo de uso prático ou utilidade, o que não necessariamente ocorre no caso de muitos *cientistas sociais*, para os quais esta finalidade pode vir a ser muito mais uma conseqüência de seu trabalho do que uma justificativa ou motivação iniciais.

Também não se pode esquecer a relevância de subdisciplinas de fronteira, como *sociobiologia*, *antropologia ecológica* e outras especialidades tão bem descritas e resenhadas no livro de Adams (2000a). Assim, alguns pesquisadores que seguem conceitos propostos por autores influenciados pela *sociobiologia*, por exemplo - escola esta não muito antiga, pois teve seu auge durante a década de 1970 e que, segundo Adams (2000a, p.39), "é definida como 'o estudo sistemático das bases biológicas de todo comportamento social", ou seja, incluindo aí o comportamento humano - poderão estar tanto propondo leituras geneticizantes como questionando "o antropocentrismo reinante nas *ciências sociais*" (Adams, 2000a, p.40); crítica essa que, apesar de vir com outros teores, colorações e formatos, vem ganhando força nas últimas duas décadas através dos trabalhos de antropólogos já consagrados como Tim Ingold, Philippe Descola, Eduardo Viveiros de Castro e Bruno Latour.

Por outro lado, outro pesquisador mais ligado à *antropologia ecológica* – que, segundo Neves (1996 *apud* Adams, 2000a, p.42), seria "o estudo das relações entre a dinâmica populacional, a organização social e cultural das sociedades humanas e os ambientes nos quais elas estão inseridas" – poderá propor um determinismo tecnológico (argumentando que mudanças culturais ocorrem devido - ou por causa - da introdução de novas tecnologias) para explicar fenômenos sociais e culturais. Ademais, se dentro da própria *antropologia*, apesar do seu passado biologicista, a corrente dominante seja hoje o dito relativismo cultural, todavia continuam presentes perspectivas teóricas ligadas à idéia de que seria necessário encontrar "universais humanos" (tal como a *biologia* se propõe a buscar entender e explicar, a partir de seus modelos e teorias, padrões ecológicos universais). Como bem lembra Silva (2006, p.4),

> quase um século de hegemonia de relativismo cultural não quer dizer ausência de teorias que, dentro da antropologia, buscassem os universais humanos. No momento em que surgiu a *sociobiologia*, surgia também nos Estados Unidos uma corrente na Antropologia que se especializava na cognição, buscando dispositivos cognitivos universais que presidiriam as culturas humanas. (...) a riqueza teórica do estruturalismo de Lévi-Strauss, que marcou indelevelmente a *antropologia* com suas tensões, incluindo a busca de uma unidade entre as sociedades humanas, sem dissociar do relativismo metodológico, é o mais importante exemplo de que a procura por universais humanos nunca foi abandonada por completo.

Por outro lado, já vimos no capítulo anterior que a "guerra estabelecida" de que falava meu interlocutor encontra-se disseminada de uma forma não tão automática quanto se imagina.

[197] Mas, segundo Scarano (2006, p.23), até mesmo pela *ecologia*, já que esta última seria "a ciência que se propõe **a ajudar na busca de soluções para problemas** como o do estabelecimento de prioridades para a conservação".

Se nos contentássemos com respostas do tipo: "controvérsias e divergências nativas se devem à existência de antagonismos disciplinares, ideais de cientificidade distintos e objetos e métodos de pesquisa diferentes", eliminaríamos um componente essencial do debate: o fato de que ele não se encerra ou se acha circunscrito a sua dimensão estritamente científica. Como já sugerido por pesquisadores em algumas citações e como veremos nos capítulos cinco e seis, há outros elementos concernentes a valores pessoais, orientações ideológicas e trajetórias de vida diferenciadas a direcionar e influenciar seus interesses de pesquisas.

Nesse sentido, acompanho Dourojeanni e Jorge-Pádua (2001), Esterci (2002), Lima (2002), Milano (2002b) e outros pesquisadores com "visões" e "posições" bem diferentes quando chamam a atenção para o fato de que "uma das **razões do desentendimento** entre os grupos é o enfoque filosófico sobre as relações entre a sociedade e seu entorno, que **está em grande medida vinculada à bagagem cultural, profissional e política da maior parte dos integrantes de cada grupo**" (Dourojeanni e Jorge-Pádua, 2001, p.39). Ora, para começar, seria problemático quantificar fatores como "bagagem cultural, profissional e política", assim como motivações éticas, valores morais, anseios e sentimentos. No máximo, podemos descrever como surgem, segundo nosso próprio ponto de vista (ou seja, criando outra narrativa para ele), em contextos e tempos específicos, sejam concernentes ao universo científico ou não.

Fenômeno semelhante ao que ocorre com expressões vistas no segundo capítulo, e que reforça a idéia de blocos (disciplinares) de pesquisadores, relaciona-se com o que chamei de "personificação" das mesmas. Sobretudo fora do texto científico escrito (mas também aí), é comum designações disciplinares virem precedidas de artigo definido, sendo habitual falarmos, genericamente, em "**os** *cientistas sociais*", "**os** *biólogos*", "**os** *botânicos*", "**os** a*ntropólogos*" etc. (o que pode ser feito para designá-los, qualificá-los ou, ao contrário, desqualificá-los). Procedendo dessa forma (e me considero praticante do cacoete), estes últimos surgem como entidades que se manifestam coletivamente, dando a entender que "**os** *botânicos*" ou "**os** *antropólogos*" e assim por diante conformariam uma espécie de grupos corporados a atuar coesa e articuladamente quando contrapostos com profissionais de outras áreas. Ao agir desta maneira, na prática (e mesmo sem ter esta intenção) tratamos estes últimos (a nós mesmos) como parte de um coletivo relativamente homogêneo[198]. Embora possamos ter clareza de que a situação é muito mais complexa do que apenas uma divisão epistemológica entre áreas do conhecimento e disciplinas distintas, no cotidiano das relações entre pesquisadores que

[198] Durante o trabalho *no* campo isto ocorreu até mesmo com entrevistados com formação original na área de *biologia* e *ecologia*, mas que, posteriormente, tomaram contato com as *ciências sociais* e hoje se consideram *sociólogos*, *antropólogos* ou *cientistas sociais*. Ou seja, embora tenham se formado *biólogos* e *ecólogos*, hoje não mais se identificam como tais. Porém, como falas onde surgem estas designações aparecerão nos capítulos subseqüentes, não usarei por agora, mesmo como ilustração, material das entrevistas.

trabalham com áreas protegidas e populações locais, é preciso reconhecer que, de fato, fazemos uso tautológico e rotineiro deste tipo de identificação generalizante. E, como vimos, essa situação nem de longe se apresenta de uma maneira tão mecânica assim.

Do mesmo modo que o termo *ambientalista* tende a referir um universo mais amplo do que *socioambientalista* e *conservacionista* e muito mais amplo do que *ecossocialista* e *ecofeminista*, expressões como *cientista* e *pesquisador* representam uma constelação de profissionais da ciência que, apesar de incluir *cientistas naturais* e *cientistas sociais*, diz respeito a uma gama bem mais abrangente de disciplinas, áreas e ramos do conhecimento. Internamente, circunscrever o debate sobre áreas protegidas e populações locais só a estas duas áreas significa deixar de lado a expressiva diversidade de disciplinas e subdisciplinas que elas abarcam (bem como suas diferenças epistemológicas, metodológicas, teóricas). Externamente, estabelecer tal oposição implica não considerar a formação híbrida de alguns pesquisadores que participam do debate e, também, que diversos deles vêm de campos disciplinares ditos "de fronteira". Estes, na dicotomia, tendem a ser desaparecer como "outros ausentes". Repetindo frase anterior, se estiver falando sobre antagonismos entre "a" e "b" (por exemplo, *cientistas sociais* e *cientistas naturais*), isso implica deixar de fora "c", "d", "e" (por exemplo, *geógrafos, agrônomos, jornalistas*). Igualmente, tal oposição tende a ofuscar o fato de que, internamente, existem a', a'', a''' (*antropólogos, sociólogos, historiadores, psicólogos, economistas, cientistas políticos*) e b', b'', b''' (*zoólogos, botânicos, limnólogos, primatólogos, ecólogos*).

Em síntese, ainda que em sentido figurado, aqui vale mesmo comentário de DaMatta (1981, p.45): "se classifico dois mamíferos, já classifiquei residualmente todos os outros". Se trabalhar com a separação rígida entre *ciências sociais* e *ciências naturais* ajuda a explicar divergências entre pesquisadores, é preciso prudência. Isto, porque ao ser apresentada desta forma, tal divisão contribui para encobrir distinções e controvérsias existentes "dentro" das disciplinas que compõem estas duas áreas, bem como discordâncias debatidas "fora" delas.

3.4 Controvérsias no interior das ciências biológicas: entre refúgios, ilhas e corredores

> A homogeneização da *ciência natural*, no tempo e nos diferentes campos, como um outro constante, um 'ideal oposto', permanentemente distinguido de outras formas de pensamento 'por um método especial'... é extremamente difícil de defender, quando se olha para a história ou para sua variedade interna com algum grau de minuciosidade.
>
> Clifford Geertz (2001, p.133).

Já adiantando o que ficará explícito nos relatos contidos nos próximos capítulos, outro componente por vezes esquecido, mas que não poderia ser desconsiderado quando se fala em distinções feitas a partir de parâmetros disciplinares é o fato de que controvérsias em torno das

populações locais e áreas protegidas não necessariamente se estabelecem somente entre *cientistas naturais* e *cientistas sociais* ou entre *biólogos e antropólogos*, entre *sociólogos* e *ecólogos*[199]. Afinal, há diferenças tanto por dentro destas duas grandes áreas do conhecimento como no interior das disciplinas mais gerais que as compõem, sendo que, de certa forma, o número de disciplinas, subdisciplinas e especialidades identificadas por Adams (2000b) como artifício metodológico para analisar a produção cientifica sobre caiçaras na mata atlântica ilustra este fato. Se *cientistas naturais* se vêem como diferentes de *cientistas sociais*, *biólogos* também se distinguem de *ecólogos* e, da mesma forma, *sociólogos* e *antropólogos* reconhecem que há fronteiras que separam o trabalho de ambos. Como percebeu bem Alceu Magnanini (Urban, 1998, p.205), "agora, ecologia é o estudo das relações e há muitos ecólogos que não são conservacionistas, como há botânicos ou zoólogos que não são conservacionistas".

Um evento numa entrevista ilustra bem esta característica heterogênea. Após entrevistar um renomado *zoólogo* que trabalha com mamíferos de grande e médio porte e, também, com o tema da caça a estes animais por populações locais (incluindo aí povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais), comentei com ele sobre algumas observações (contrárias ao que ele me falava) feitas a mim por um *botânico* - também famoso em sua área - sobre estes temas. Imediatamente, meu interlocutor, muito "nueristicamente", retorquiu:

> mas você sabe que **os *botânicos* pensam muito diferente dos *zoólogos***, não? Os botânicos olham a floresta, o verde e coisa e tal; já os *zoólogos* olham para o que caminha por entre essa floresta e esse verde. Além disso, plantas não comem árvores, os bichos é que comem plantas. Além disso, para um *zoólogo*, qualquer desequilíbrio na cadeia trófica, por exemplo, pode determinar impactos muito mais severos à fauna do que à flora. Então, como você vê, **somos diferentes**.

Talvez por minha maior proximidade com estas disciplinas, infelizmente não tenho nenhuma situação equivalente para relatar no caso de entrevistas realizadas com profissionais mais ligados à *antropologia*, *sociologia* ou *história*. Mas creio que se um *ecólogo* fizesse comentários semelhantes aos meus ao entrevistar um *antropólogo* para sua pesquisa, só que a partir de observações feitas por um *sociólogo*, creio que seriam boas as chances dele obter uma resposta parecida com a do referido *zoólogo* no que se refere a prática de realçar diferenças.

Outro aspecto que muitas vezes se deixa um pouco de lado no caso de profissionais das áreas biológicas é que, também entre *cientistas naturais* envolvidos com a questão das áreas protegidas e populações locais certos fundamentos, teorias, conceitos, metodologias, embora possam ser tomados eventualmente como "verdades objetivas incontestáveis" ou utilizadas pontualmente com finalidades práticas e funcionais, continuam ao longo do tempo

[199] Embora não tenha adotado esta forma de me referir aos profissionais destas áreas, creio que, considerando a versatilidade e a heterogeneidade das trajetórias sociais daqueles que se envolveram com a discussão político-científica sobre áreas protegidas e populações locais, talvez fosse mais apropriado ao menos colocar os termos "que atuam como" antes das expressões *biólogo*, *antropólogo*, *geógrafo* e assim por diante. Assim, pelo menos não estaríamos sendo tão definitivos e rígidos na maneira de qualificá-los.

internamente sendo motivo de polêmicas e contestações. De todas as controvérsias envolvendo teorias no campo da *ecologia* e da *biologia da conservação*, creio que o exemplo mais emblemático seja o que ficou conhecido como "debate SLOSS", aqui já citado brevemente. Sobre este último, Morsello (2001, p.87) nos conta que dentre

> as principais questões relativas ao tamanho das reservas temos: 'qual a opção contém um número maior de espécies: uma única reserva grande, ou várias pequenas com tamanho total igual àquela grande?' (...). Essa questão centralizou, por muito tempo, o debate de princípios para a seleção de reservas a partir de 1976 (...). O número de artigos que defenderam cada uma das partes foi enorme, e a discussão chegou, em certo momento, a ser caótica (...). O debate tornou-se conhecido principalmente pela sigla SLOSS, ou seja, 'Single Large or Several Small' reserves (...). O debate SLOSS durou muitos anos e consumiu muita energia intelectual sem que tenha chegado a uma resolução clara. Atualmente, está praticamente relegado a um interesse histórico (...), embora vez ou outra ainda apareçam publicações a respeito.

Outros dois exemplos representativos deste ambiente permanentemente controvertido entre *ecólogos* e *biólogos* que trabalham com seleção de áreas prioritárias para a conservação são a "teoria dos refúgios do pleistoceno" e "da biogeografia de ilhas", inicialmente propostas na década de 1960, mas que continuam - embora a primeira sob forte fogo cruzado a partir dos anos 1990 - vivas no mundo da *biologia da conservação* e da *ecologia* de um modo geral[200].

Ao pesquisar a história do uso destas teorias nas políticas de conservação nacionais durante os anos 1970 e 1980, Barretto Filho (2004, p.60) comenta que, "dentro do próprio campo das *ciências naturais* verifica-se uma querela entre as teses paleoclimatológicas – notadamente, a teoria dos refúgios – e as geomorfológicas – com as pesquisas associadas de paleontologia e biologia molecular de pequenos mamíferos marsupiais – na explicação dos processos de especiação e, portanto, da biodiversidade tropical contemporânea". E, novamente conforme o autor (2004, p.60), "tendo sido objeto de forte crítica desde suas primeiras formulações, a teoria da biogeografia insular – mais do que a teoria dos refúgios do pleistoceno – foi, desde o início, foco de controvérsia entre cientistas de reputação quanto a sua capacidade inerente de ampliar a compreensão do mundo biológico e de produzir guias úteis à conservação". Especificamente sobre a "teoria do equilíbrio de biogeografia insular", a bióloga Carla Morsello (2001, p.73 e p.77, respectivamente), especialista em manejo de áreas protegidas, vai na mesma direção de Barretto Filho ao comentar que

[200] Sobre a teoria dos refúgios, como contam alguns autores que pesquisaram este tema (Barretto Filho, 2000; Jorge-Pádua em Urban, 1998; Bensusan, 2001), o uso desta ganha maior intensidade por volta da segunda metade dos anos 1970 e tem seu auge (como teoria estabelecida e amplamente utilizada para legitimar a criação de novas unidades de conservação) durante a década de 1980 (retornarei a ela em outros tópicos da tese). Já quanto a "teoria do equilíbrio de biogeografia insular", na década de 1960 alguns pesquisadores começaram a perceber que esta teoria (inicialmente proposta por Preston, 1962, e posteriormente sistematizada por Mac Arthur e Wilson, 1967) poderia servir como um possível parâmetro para selecionar áreas prioritárias para a conservação. Sobre o uso da "teoria do equilíbrio de biogeografia insular" por ecólogos e biólogos da conservação, Morsello (2001, p.72) cometa que, ao ser transposta para ajudar na seleção de áreas destinadas a criação de unidades de conservação, os preceitos desta teoria sugerem que sejam seguidas 5 grandes diretrizes: privilegiar a criação de unidades com áreas extensas; procurar não subdividir a unidade em partes (nem mesmo por estradas); quando subdivididas, distribuir as partes de forma eqüidistante umas das outras; buscar conectar as unidades através de corredores protegidas; deve ser dada preferência ao formato circular das unidades.

> as bases da Teoria de Biogeografia Insular e as sugestões práticas de seleção de reservas que a seguiram passaram a ser criticadas a partir do final dos anos 70. Para vários autores, a teoria não estava suficientemente validada para que fosse utilizada tão amplamente como um paradigma (...), tendo sido aceita como paradigma muito antes que tivesse sido provada (...). Mesmo assim, a Tebi [teoria de biogeografia de ilhas] continuou nos anos 90 a ser recomendada na seleção de reservas naturais (...), figurando como preceito em manuais como o World Conservation Strategy (IUCN – UNEP – WWF) que afirma que a seleção de áreas protegidas deve estar de acordo a Teoria do Equilíbrio de Biogeografia de Insular (...). Isso porque, embora apresente deficiências, era o único corpo organizado até a metade dos anos 80 e, mesmo após o aparecimento de novos métodos e teorias, o mais abrangente.

Sobre alguns dos "limites desta teoria", Scarano (2006, p.25), ecólogo muito conhecido na área da *biologia da conservação*, argumenta que os

> méritos da TBI [teoria de biogeografia de ilha] são inegáveis, mas não deixa de ser curioso que uma teoria nitidamente problemática venha se prestando tão decisivamente a práticas quanto ao do desenho de reservas. **O maior risco** num cenário como este **é que** elementos derivados de uma teoria insuficientemente robusta **passem a se tornar dogmas ou artigos de fé** como os chamaria Odum (1975).

O interessante no texto de Scarano é que, contrário à idéia de que nas *ciências naturais* só se faria uso de teorias generalizáveis e modelos replicáveis, seus "exemplos de estudos" sobre o tema "sugerem que (...) **cada caso será um caso** em Ecologia e Conservação, ao menos no atual estágio de conhecimento que se dispõe sobre estas ciências. Assim sendo, [isso] reforça **a importância dos estudos de caso em ecologia** e exalta o seu potencial de aplicação na solução de problemas práticos e locais". Ora, recomendações como estas são relativamente banais nas *ciências sociais*, afinal, se substituirmos "ecologia" e "conservação" por "antropologia" e "sociologia" acharemos inúmeras afirmações parecidas em textos da área.

Algo parecido ocorreu com o já citado "debate SLOSS". Morsello (2001, p.91) conta que, depois de intermináveis disputas entre "defensores de reservas pequenas" e "defensores de reservas grandes", chegou-se a conclusão de que "a razão dessa ausência [de uma resolução para o debate] **está na complexidade** inerente ao processo de seleção de reservas. **Não existem regras simples e aplicáveis que possam ser generalizadas para qualquer lugar e situação**. Reservas grandes e pequenas são importantes, e o balanço de **decisão entre as duas opções depende de cada caso** e do objetivo de conservação que se tem em mãos". Nada mais comum em *ciências sociais* do que falar em "complexidade", que "opções dependem de cada caso" específico, bem como que "não existem regras simples e aplicáveis que possam ser generalizadas para qualquer lugar e situação".

Por outro lado, tanto teorias mais antigas como aquelas mais atuais que surgiram, sobretudo, durante os anos 1990, também podem estar sendo motivo de constante controvérsia. A *ecóloga* e *engenheira florestal* Nurit Bensusan (2001, p.166), por exemplo, assinala que "as práticas de conservação da natureza têm como base as idéias e teorias da ecologia e da biogeografia. **Apesar dessa afirmativa ser geralmente válida, ela deve ser tomada com cautela**". Após descrever os "quatro grandes paradigmas que se sucederam na ecologia durante

o século XX" e que "resultaram em distintas formas de pensar a conservação"[201], a autora afirma que "ainda assim, derivam-se diretamente desses paradigmas **grandes divergências sobre qual é a melhor maneira de conservar a biodiversidade**. Uma diferença fundamental é se o alvo das práticas de conservação deve ser o objeto em si ou os processos que condicionam a existência do objeto". Mais para o final do artigo, Bensusan resume em poucas linhas o processo dinâmico e nada estático que envolve o uso controverso de teorias ecológicas tanto nas políticas de criação de unidades de conservação propriamente ditas quanto na identificação de áreas prioritárias para a conservação. Embora seja longa a citação, creio que vale a pena reproduzir parte desta história como forma de ilustrar o fato de que, em *ecologia* e na *biologia da conservação*, as coisas mudam mais rápido do que alguns poderiam imaginar:

> o exemplo da evolução das metodologias para a seleção de áreas para unidades de conservação na Amazônia brasileira é ilustrativo. (...) em 1976, surgiu uma nova proposta. Seus autores propuseram priorizar áreas com alta concentração de endemismo, identificadas segundo a teoria dos refúgios. Como análises biogeométricas apontavam diferentes refúgios para os diversos grupos de organismos, estes autores sugeriram que as áreas prioritárias seriam aquelas que fossem refúgios para o maior número possível de grupos de organismos. Em 1990, foi realizada uma nova tentativa, o chamado 'Workshop 90'. A seleção de áreas prioritárias para a conservação foi realizada com base em análises biogeográficas de endemismo e riqueza de espécies, levando em conta, também, a ocorrência de espécies raras ou ameaçadas, a presença de fenômenos geológicos especiais e o grau de vulnerabilidade dos ecossistemas. Reconheceu-se, já na ocasião, que a seleção das áreas estava condicionada ao conhecimento existente sobre a Amazônia. Estas duas tentativas fundamentam-se na distribuição das espécies e possuem duas graves limitações. A primeira é que a maior riqueza de algumas espécies ocorre justamente fora das áreas de alta concentração de espécies endêmicas, como é o caso das borboletas na Amazônia. A segunda é que, para sua aplicação, necessitar-se-ia de um vasto conhecimento sobre os diversos grupos de organismos e sua distribuição. Essa segunda limitação é realmente grave quando se trata de ecossistemas complexos, como os tropicais. Há estudos que mostram que grande parte dos centros de endemismo de plantas na Amazônia não passariam de artefatos de amostragem – onde se acredita que haja mais espécies é porque houve maior esforço de coleta -, e que certas espécies consideradas raras poderão ter seu status revisto quando da realização de novos estudos. Diante dessas limitações, passou-se cogitar a possibilidade de desenvolver nova abordagem para a questão com base na distribuição de ecossistemas e paisagens, ao invés de espécies. A primeira tentativa nesse sentido surgiu em 1995. Seus autores fizeram uma análise de lacunas para eleger as áreas prioritárias para a conservação. Usaram os Estados como unidades de análise, o que suscitou inúmeras críticas. Posteriormente sugeriu-se a combinação desse método com utilização de interflúvios como unidade de análise. Ou seja, propôs-se a análise de lacunas para identificar quais tipos de vegetação – unidades de paisagem – prioritários para a conservação em cada uma das regiões interfluviais amazônicas. **Ainda há bastante discussão sobre qual a melhor unidade geográfica a ser utilizada** como base das análises de lacuna. Alguns autores têm defendido, com sucesso, o uso de ecorregiões como unidade geográfica. **O histórico anterior mostra que a busca por critérios eficientes de identificação de áreas prioritárias para a conservação é dinâmica e deve sempre incorporar os avanços da ecologia e da biologia da conservação** (Bensusan, 2001, p.186/187).

Os exemplos acima indicam que teorias e conceitos histórica e largamente adotados na seleção de áreas prioritárias, apesar de presentes nas linhas de frente da *ecologia* e da *biologia da conservação*, têm sido motivo de fortes críticas[202]. A despeito do latente viés instrumental, é comum divergências acalorados ocorreram entre os próprios *biólogos*, sendo que poderia

[201] A saber: "equilíbrio duradouro", "equilíbrio dinâmico", "desequilíbrio evolucionário" e o paradigma baseado na teoria da "dinâmica do caos". Não irei caracterizar cada paradigma, visto que foge aos objetivos do trabalho. Porém, tal descrição pode ser encontrada, ainda que de forma resumida, no mesmo trabalho citado de Bensusan.

[202] Para uma visão mais detalhada das teorias citadas, bem como sobre o conteúdo das críticas e os argumentos a favor e contrários a estas últimas, ver Morsello (2001).

seguir apresentando exemplos de temas controversos entre estes profissionais. Fato é que polêmicas são comuns ano âmbito dos *cientistas naturais* que pesquisam nosso "tema quente". Tal aspecto não é prerrogativa das *ciências sociais* (ditas *ciências moles* justamente devido à constante concorrência um tanto paranóica entre fundamentos, teorias, conceitos, noções e metodologias), mas também de cientistas ligados a outras áreas do saber científico. Como alerta Geertz (2001, p.134), "a visão de que a história da *ciência natural* consiste no mero desenvolvimento de um ato fundante para todo o sempre despreza os textos historiográficos (...) que enfatizam as roturas, os desvios e as descontinuidades no avanço dessas ciências".

Em todo caso, a existência de debates (com pessoas "defendendo" e outras "atacando") constantes sobre teorias adotadas para a identificação de áreas prioritárias e criação de UCs pode servir de subsídio para que um *cientista social* se aventure por estas paragens e arrisque fazer suas próprias críticas (afinal, se há controvérsia, é sinal de que há algum nível de dúvida e incerteza). Sobre a teoria dos refúgios do pleistoceno, por exemplo, Diegues (1996, p.72) comenta que, "na década de 70 adaptou-se a teoria dos refúgios do pleistoceno para se definir as áreas naturais a serem conservadas na Amazônia brasileira. **Hoje este critério está sendo questionado, o que significa que**, de acordo com outras teorias, **as áreas já estabelecidas** como unidades de conservação amazônica **talvez não sejam as mais adequadas para proteger a biodiversidade**". Mais recentemente, após citar a definição de manejo ecológico do "Glossário de ecologia da ACIESP" (que afirma: "a aplicação de programas de uso de ecossistemas [baseia-se] em teorias ecológicas sólidas"), Diegues (2004, p.18)[203] comenta:

> **seria importante que se definisse o que são 'teorias ecológicas sólidas'. Num domínio científico em que as teorias da conservação mudam rapidamente**. **Veja-se**, por exemplo, **a teoria dos refúgios**, que serviu de base, nas décadas de 70 e 80, para o estabelecimento de parques nacionais na Amazônia – verdadeiras ilhas de conservação – **e que, depois, passou ao desuso**. Hoje fala-se em corredor ecológico como forma de se resolver a insularização das unidades de conservação, apesar de ser uma estratégia não devidamente avaliada pela sociedade brasileira em sua complexidade ecológica, mas sobretudo social e política. Para esse manejo científico, exige-se, por exemplo, o 'conhecimento profundo do ecossistema', mesmo quando **se sabe que as informações científicas necessárias não são facilmente disponíveis e que os limites dos ecossistemas variam segundo a formação de cada cientista, seja ele *biólogo, pedólogo, botânico***, etc.

Outro tema que gera controvérsia não só entre *cientistas naturais*, pois pode servir de mote para *cientistas sociais* criticarem estes últimos, liga-se às ditas "espécies carismáticas", expressão comum entre *zoólogos, ecólogos, educadores ambientais* e *biólogos da conservação* para designar espécies que teriam intrinsecamente a capacidade de cativar o interesse das pessoas. Segundo Rodrigues (2002, p.267), por exemplo: "outra situação em que a **conservação enfocada em espécies** pode ser útil é o caso das **espécies carismáticas**. Espécies como o Uacari, primata endêmico do Mamirauá, ou o mico leão dourado, podem ser **usados**

[203] Esta citação também pode ser encontrada em Diegues (2000, p.34).

como **instrumentos para viabilizar a conservação** de comunidades inteiras, por meio da **simpatia** que eles geram com as pessoas". Como vemos, em meio a rigorosos critérios, frios indicadores e rígidos procedimentos destinados à "viabilizar a conservação" achamos este simplório aspecto da subjetividade humana como qualidade de outras espécies: a "simpatia".

Ocorre que o uso de espécies carismáticas obedece a uma postura pragmática e aplicada (como disse Rodrigues, elas "podem ser usadas"), funcionando como chamariz para atrair a atenção das pessoas. O que gera a necessidade de dar visibilidade e publicizar estas espécies "simpáticas", vistas como "instrumentos" que viabilizariam a conservação. Mas este uso instrumental pode ir ainda mais longe, podendo até mesmo se sobrepor a evidências científicas – elemento importantíssimo para muitos cientistas - que desaconselham seu uso como indicador de biodiversidade. Diehl (2005, p.552), por exemplo, assume postura pragmática:

> para subsidiar planos de conservação e/ou de manejo dos ecossistemas e dos ambientes sob proteção ambiental, há necessidade de se **utilizar organismos que possam ser indicadores da biodiversidade** e das condições ambientais (Majer 1983). Quando esta escolha recai sobre **aves e mamíferos, apesar destes não poderem ser considerados os melhores indicadores**, têm a seu favor, em especial, o fato de muitas das suas espécies, **por serem carismáticas**, atraírem favoravelmente a opinião pública (Agosti *et al*. 2000). Por outro lado, a maioria dos diversos grupos de **invertebrados**, além de exigirem muitos especialistas para sua identificação (Majer 1983), **não atraem a atenção da mídia popular**.

Tal uso instrumental pode abrir brechas para que críticas sejam feitas não por *cientistas naturais*, mas, também, por *cientistas sociais*. Assim, o *antropólogo* Stephan Schwartzman (2000, p.264) utiliza-se da crítica à estratégia de conservação baseada em espécies carismáticas para criticar pesquisadores renomados como John Terborgh, Carlos Peres e Kent Redfortd:

> todos os *biólogos da conservação* mencionados são ou zoólogos ou enfocam seu trabalho empírico em grandes mamíferos ou aves. Todos seguem a teoria pela qual os 'predadores superiores' (exemplo: jaguar, águia etc.) desempenham papel central na manutenção do equilíbrio dos ecossistemas de tal forma que, se ausentes ou com uma população abaixo de certo nível, o sistema colapsa (ou torna-se 'patológico'), como Terborgh descreve um grupo de ecossistemas insulares. Todos assumem, implícita ou explicitamente, que existe um equilíbrio conhecido ou estado 'natural' da floresta onde há um nível ótimo de biodiversidade que continuaria a existir se não perturbado, ao menos enquanto se refere a escala de tempo humano. **Desde que 90% da biomassa animal por hectare e uma proporção ainda maior do número de espécies da floresta é composta por insetos, focalizar na megafauna carismática é realmente o melhor meio de se entender a biodiversidade da floresta? Alguns biólogos evolucionistas põem em dúvida a pressuposição de equilíbrio em que se baseiam os argumentos conservacionistas**.

Mas há outra possibilidade: *cientistas sociais* também se apropriam de teorias, estudos e conceitos originalmente pensados por *cientistas naturais* visando usá-los para finalidades não tão evidentes. Um caso emblemático desta apropriação ocorreu justamente com a "teoria dos refúgios", que Diegues critica ao constatar que esse critério "está hoje sendo questionado"[204]. Mas, antes de falar sobre esta possibilidade, visto que foi e continua sendo motivo de controvérsia dentro das áreas biológicas, vejamos um pouco da história desta teoria no que se

[204] Para uma definição muito sucinta sobre esta teoria, ver notas 195 e 196.

refere à definição de áreas prioritárias. De fato, Diegues parece ter razão sobre um ponto: o amplo uso desta teoria, pois ela constitui um dos exemplos mais significativos de aplicação prática de uma teoria científica no processo de criação de UCs. Um dos primeiros trabalhos de fôlego que fez uso da "teoria dos refúgios" visando incorporar conhecimentos científicos à política de criação de novas unidades foi feito por Wetterberg *et. alli* (1976). Chamado "Uma análise de prioridades de conservação para a Amazônia", Barretto Filho comenta:

> trata-se de trabalho, simultaneamente, original e fiel aos princípios do *'mainstream'* do conservacionismo internacional. **O estudo apropria-se** sagazmente do florescimento **da ainda incipiente atividade científica** em torno das florestas tropicais úmidas, conjugando as teorias disponíveis, de modo a constituir a **'firme base no conhecimento científico'**, sem a qual teria sido impossível **defender escolhas e fazer o profissionalismo técnico apolítico** desempenhar seu papel (2004, p.60).

Maria Tereza Pádua conta um pouco sobre este processo em "Saudades do Matão":

> os parques nacionais, até aquele momento, eram criados mais por critérios de beleza cênica. Ninguém discutia a importância deles. (...) **não havia um estudo sistemático, científico – e nem havia** como fazê-lo, com quatro ou cinco pessoas para indicar quais eram as lacunas, quais eram as áreas prioritárias para a conservação, num país com essas dimensões. Em 1974, nós começamos a elaborar um documento para a análise de prioridade para conservação da natureza da Amazônia. O documento básico (...) é de Gary Wetterberg e **o argumento científico usado, o principal critério científico, foi o de áreas representativas de refúgios do Pleistoceno, que é muito discutido cientificamente até hoje** (...). [Wetterberg] logo que chegou ao Brasil começou a definir como seria feito o estudo para a criação de novos parques e novas reservas biológicas e produziu o documento 'Uma análise de prioridades de conservação para a Amazônia', **com os trabalhos disponíveis no momento**. Entre eles, a Teoria dos Refúgios do Pleistoceno desenvolvida por Ghillen Prance na parte de botânica, Keith Brown com lepidópteros, Haffer com aves, Vanzolini com répteis. Todas as áreas fundamentais de cada estudo foram assinaladas em mapas da região, depois sobrepostos uns sobre os outros; quando havia coincidência de interesses, a área era considerada prioritária. **Esta foi a metodologia adotada para escolher as áreas prioritárias, com as informações científicas disponíveis naquele momento** (Urban, 1998, p.257-258).

Apesar das críticas, durante praticamente toda a década de 1980 a teoria dos refúgios serviu como justificativa científica para se identificar e criar "parques e reservas biológicas", mas, também, como instrumento de legitimação política perante autoridades governamentais não diretamente ligadas aos órgãos ambientais. Porém, não foi só nas hoje ditas unidades de proteção integral que isso ocorreu. Trabalhos de *cientistas naturais* também foram usados por *cientistas sociais* para legitimar a criação, no estado do Acre, da primeira reserva extrativista do Brasil, sendo as pesquisas de Keith Brown na região decisivas para que isso ocorresse. Creio que o relato de um *antropólogo* entrevistado que atuou neste processo possa esclarecer com impressionante riqueza de detalhes como a teoria dos refúgios entra nessa história toda:

> vimos que uma via legal era criar uma unidade de conservação desse tipo (...) porque o Paulo Nogueira já tinha falado disso e tinha uma linhazinha num decreto, na versão inicial, que ele tinha introduzido e que colocava o nome reserva extrativista entre as unidades possíveis. Mas não dizia o que era nem como era, só tava lá. Aquela proposta que os seringueiros tinham formulado era só deles, não tinha chegado em lugar nenhum. Ai teve a colaboração importante da Ação pela Cidadania (...) que fez uma visita depois da morte de Chico Mendes na Amazônia. Estiveram no Acre, fizeram audiências e foram junto procuradores da república que voltaram pra Brasília impressionados com o caso do Juruá. Por quê? Porque montamos uma apresentação lá no estilo meio louco (...). A apresentação era o seguinte: **fui ver a literatura que tinha sobre aquela região e descobri que na justificativa de criação do Parque Nacional na Serra do Divisor, a base científica tinha sido feita pelo professor Keith Brown**, da Unicamp. **Esse professor**

> **era um dos proponentes da hipótese dos refúgios do pleistoceno**, hoje meio descartada, mas que na época ele e o professor Aziz Ab'Saber tavam envolvidos. **Ai vê também a coisa minha de gostar de ler literatura científica, a coisa especulativa e a coisa matemática (...). Fiz uma exposição sobre a teoria dos refúgios** juntando a área contígua ao Parque da Serra do Divisor com a área da reserva extrativista. Aí **usamos as pesquisas do Keith Brown, do Ab'Saber e uma série de outros cientistas** que traziam evidências que havia alta probabilidade daquilo ser uma das manchas de ilhas que sobreviveram às épocas de catástrofe climática na Amazônia. O último teria sido no final do pleistoceno. A teoria era que essas ilhas de endemismo eram a base pra posterior irradiação da diversidade biológica, como se fossem viveiros da biodiversidade estratégicos. A conexão era que essas manchas de endemismo na Amazônia tinham papel fundamental não só pro país, mas pra humanidade e era responsabilidade do Estado garantir isso. E elas tavam sofrendo ameaça direta pela entrada de interesses privados, especulação madeireira, com gado na região, tudo isso destruindo um patrimônio, criando mesmo um cenário de ficção científica lá (...). **Daí fui procurar o professor Keith Brown. Veja, sem ser ambientalista já tava virando, tava lendo a literatura, indo atrás da coisa ecológica, fazia modelagens, fazia mapas, mapas em escala, tava vendo as primeiras imagens de satélite dali e estudando essa questão ambientalmente (...). Então estava pensando a todo vapor ambientalmente nesse momento.** Aí com a carta branca para fazer veio a corrida para fazer o projeto em detalhe. Aí teve apoio técnico da Embrapa de Campinas que trabalha com monitoramento de satélite. Porque os procuradores queriam um estudo técnico. Esse pessoal foi pago pela procuradoria, que também comprou imagens e transpôs num mapa que na verdade eu tinha feito com o Macedo. Fizemos mapas com o detalhe da proposta e com um resumo dos dados ambientais. Recolhemos um monte de dados e o pessoal da Embrapa fez a proposta com aval da procuradoria. Os procuradores montaram um **processo de 17 volumes, milhares de páginas** (...) **só com justificativas para criação da reserva** (...). Não se tinha idéia do que era uma reserva extrativista. Como é que vai ser o tipo de propriedade? Não existe propriedade coletiva. Como assim, propriedade da união? Mas aí como chega no seringueiro? Tinha tanta dificuldade que a coisa se resolveu assim: os procuradores (...) fizeram uma parceria direta, entende? **Queriam um parecer de um doutor**. Eu não era doutor na época, então foram indicadas umas pessoas, a segunda ou terceira aceitou, que é uma pessoa do Rio de Janeiro, Eliane Cantarino, que até hoje trabalha com laudos. Ela tinha trabalhado lá com questões rurais, sindicais e foi lá. Foi uma maravilha ela ter chegado. A princípio fez um laudo sobre a situação social e a questão da escravidão. **Aí fui procurar outro professor e ele** numa semana pegou o avião com um colega e **fez um laudo, um laudo extremamente importante, curtíssimo, de três páginas, mas que dizia que havia alta probabilidade de ser de fato uma refúgio do pleistoceno** e dava alguns indicadores preliminares (...). **Depois fizemos uma pesquisa detalhada com o próprio professor Keith Brown** (...) e 15, 16 de janeiro foi decretado a Reserva Extrativista do Alto Juruá (...). Quando saiu [o decreto] eu estava até lá e teve grande comemoração, de repente tinha acontecido uma coisa extraordinária que era a reserva que tinha sido criada por seringueiros. Os patrões tinham sido derrotados e a reserva tinha sido criada.

Lendo este relato sobre a criação da primeira reserva extrativista, não resisto em pensar nas críticas que vimos há pouco de Diegues à teoria dos refúgios. Curiosamente, se esta teoria - que serviu de base para se criarem várias UCs que acabaram gerando conflitos com populações locais - não fosse adotada e não alcançasse o reconhecimento que alcançou, talvez a invenção das reservas extrativistas não tivesse tido o mesmo destino. Mais adiante veremos que, tal como ocorreu com a teoria dos refúgios, apropriações inusitadas como esta não são exceção, mas ocorrem até com relativa freqüência, podendo, porém, ser feitas com objetivos que vão em direções diferentes (ou contrárias) aos objetivos que haviam sido inicialmente pensados.

Por outro lado, como havia comentado, este relato mostra como *cientistas sociais* não necessariamente ficam restritos aos conhecimentos produzidos dentro de suas respectivas áreas podendo, até mesmo, acessar e, sobretudo, adaptar, para outras finalidades, teorias e estudos realizados por especialistas de disciplinas distantes das suas. Afinal, pelo que vimos de sua argüição, o domínio que este *antropólogo* adquiriu sobre a teoria dos refúgios do pleistoceno talvez esteja bem próximo do de muitos *ecólogos* especialistas no assunto. Por fim, seu

depoimento adianta um elemento presente nas trajetórias da maior parte dos pesquisadores entrevistados (incluindo aí áreas do conhecimento bem diferentes): o constante trânsito entre as atividades mais propriamente científicas e a atuação como ator e articulador político envolvido com algum processo relacionado ao tema das áreas protegidas e populações locais.

3.5 Nas regiões de fronteira, cuidado com o "fogo amigo"

> (*e como é que você se situa nessa discussão sobre áreas protegidas e populações locais?*) Olha, é claro que há um ambiente muito dividido, isso você não pode negar porque isso faz parte da história, o que você pode dizer é o seguinte: **como é que você se situa nesse momento**.
>
> Trecho de um diálogo meu com uma entrevistada.

Neste item trago um exemplo específico para pensar a fluidez das posições assumidas por pesquisadores em relação ao nosso "tema quente": um caso típico do que chamei aqui de "fogo amigo", quando pesquisadores que, a despeito de não se alinharem com algumas "posições", acabam favorecendo estas últimas ao criticar idéias, interpretações, argumentos, autores etc[205]. Trata-se de um trabalho específico já citado realizado por Adams (2000b), uma autora que, apesar de vir originalmente das ciências *biológicas*, direcionou sua trajetória para áreas próximas à *antropologia* e *ciências sociais* de modo a buscar interfaces entre ambas.

Como comentei, neste livro (resultado de sua dissertação de mestrado) chamado "Caiçaras na Mata Atlântica, pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental", a autora faz exaustivo e minucioso resgate e revisão (qualitativa e quantitativa) da literatura científica produzida sobre caiçaras durante um período de 50 anos. Adams (2000b, p.24) parte da seguinte hipótese: "a discussão sobre a permanência versus retirada de populações caiçaras do interior de unidades de conservação da Mata Atlântica tem caráter político-ideológico, uma vez que não há dados concretos para embasá-la". Conseqüentemente, ao final, depois de trazer vários casos de pesquisas onde esta característica se evidenciaria, entre outras conclusões, Adams (2000b, p.259) entende que "de fato, a produção científica nacional, no que se refere às populações caiçaras, **tem** um cunho mais social e muitas vezes com **forte orientação político-ideológica**. Além disso, muitas vezes **incorpora conceitos antigos ou incorretos da *biologia/ecologia***, faz **generalizações com pouca ou nenhuma base empírica**, e **considera as populações caiçaras sob o viés do 'bom selvagem**'"[206].

---

[205] Com esta metáfora não necessariamente quero dizer que quem eventualmente for motivo de crítica seria "aliado" da pessoa que a estará criticando, mas apenas que as intenções originais desta última não necessariamente visavam produzir, em relação ao que os primeiros escreveram, certos efeitos discursivos posteriores.

[206] Outros pesquisadores que chegaram a uma conclusão semelhante foram Ferreira *et. alli* (2006, p.13). O relatório interno produzido sobre o projeto "Dimensões humanas da conservação ***in situ*** da biodiversidade: usos e conflitos em áreas de proteção integral e uso sustentável na Amazônia brasileira", coordenado por esta socióloga, aponta que "esta proposta de pesquisa é um desdobramento de outros, que já permitiram demonstrar que: (...) as vitórias políticas de movimentos sociais, grupos de pressão, apesar da importância para minimizar os impactos de

No texto, o que a autora (2000b, p.239) chama uso de "conceitos antigos ou incorretos da *biologia/ecologia*" aparece explicitamente neste trecho:

> quanto ao paradigma da interdisciplinaridade, essencial em pesquisas que tenham o objetivo de compreender a relação homem-natureza, notou-se que **muitos autores recorreram a conceitos e procedimentos oriundos da ecologia biológica e da biologia, sem o devido cuidado** (...). Também nos deparamos com afirmações do tipo 'os caiçaras também introduziram espécies exóticas como banana, mandioca' (Diegues, 1988b: 12) e: '(...) dunas e o jundu apresentam uma complexidade estrutural e diversidade biológica só comparável à das florestas pluviais (1988b: 12). Conforme descrito no capítulo II, a mandioca é nativa das Américas e, quando os europeus chegaram em nossa costa, já era cultivada na fachada atlântica há longa data. Além disso, a vegetação de dunas e o jundu (restinga) jamais poderiam apresentar uma complexidade estrutural e uma diversidade biológica comparáveis às florestas pluviais.

Em se tratando do debate sobre nosso "tema quente" todo cuidado é pouco com o que se escreve. Qualquer deslize ou equívoco pode servir de brecha para o ataque. "Erros" como estes podem, até mesmo, permitir que se desqualifique todo um argumento. Milano (2002b, p.201-202), por exemplo, cita longo trecho de 15 linhas escrito por Bensusan (2001) logo no terceiro parágrafo de seu artigo chamado "Os pressupostos biológicos do sistema nacional de unidades de conservação". Nas últimas três linhas, a autora escreve: "hoje, o esforço para estabelecer com sucesso o Grassland National Park, com o objetivo de preservar algo daquela paisagem, depende da permissão para o gado pastar no parque, de maneira similar ao bisão, eliminado há cerca de um século", ao que Milano comenta:

> mas os **erros de informação** no artigo citado **são muito** mais **graves**, porque não existe nenhum 'Grassland National Park' nos Estados Unidos e sim 'várias' 'national grasslands' (...). Sobre essa questão dá para resumir: ou Bensusan **não conhece o assunto** que se propõe a tratar, ou está **tentando manipular informação** em proveito de idéias próprias; **duas atitudes inadequadas**. No primeiro caso, inadequada porque se não conhece o assunto **não deve tentar se fazer passar por conhecedo**r ou especialista evitando-se assim que outros repitam erros cometidos no referido artigo; no segundo, simplesmente, por uma questão de ética. (...) erros de informação, sejam eles causais e involuntários ou sistemáticos e intencionais persistem e são significativos, sempre em prejuízo da conservação.

Mas, voltando ao nosso caso envolvendo o que chamei de "fogo amigo", especificamente sobre a questão das populações locais que vivem próximas ou dentro de áreas protegidas, Adams (2000b, p.262), como Milano, faz observações também muito enfáticas:

> em muitos casos a **investigação realizada não foi imparcial**, mas **partiu de conclusões pré-concebidas** para buscar **justificativas para posicionamentos político-ideológicos**. A **falta de embasamento empíric**o na maior parte dos trabalhos demonstra que **as afirmações** feitas sobre a possibilidade destas populações permanecerem nas unidades de conservação de mata atlântica **não possuem**, até hoje, **um caráter científico**.

Sobre os possíveis conhecimentos destas populações acerca do ambiente onde vivem, Adams argumenta que alguns de seus colegas não teriam preocupação em avaliar (tendo como parâmetro os conhecimentos científicos disponíveis) a veracidade das informações coletadas:

---

políticas excludentes de conservação da biodiversidade sobre a vida social de pequenos agricultores familiares, pescadores e extratores de pequena escala, **acabaram por ideologizar o debate científico diminuindo o impacto de_pesquisas que de fato investiguem as características do uso dos recursos naturais por populações que habitam áreas biogeográficas caracterizadas pela alta biodiversidade, ou os conflitos em torno desses usos**".

> outro problema se evidencia na utilização do *etnoconhecimento* destas populações para analisar sua inter-relação com o ambiente natural: não há limite entre representação do sujeito e a 'realidade'. Muitas vezes depoimentos de membros destas comunidades **são tomados como verdades sem que seja feita análise embasada de suas afirmações** (...), numa grande confusão entre ético e êmico (Adams 2000b, p.238).

Neste contexto, Adams avalia (a partir de parâmetros como "posicionamentos político-ideológicos", "falta de embasamento empírico", "falta de imparcialidade", "conclusões pré-concebidas", "generalizações com pouca ou nenhuma base empírica", "conceitos antigos ou incorretos"), além de trabalhos realizados por outros autores, a produção científica de um *antropólogo* que dedicou boa parte de sua trajetória acadêmica para pensar sobre a relação entre áreas protegidas e populações locais. Conforme a autora (2000b, p. 226 a 229):

> foi possível constatar, na análise da literatura, que **muitas afirmações** sobre populações caiçaras **são feitas de forma leviana, com fundamentação teórica/metodológica deficiente ou falta de embasamento empírico (dados)**. Esta situação foi verificada em muitos casos, mas podemos citar Diegues e Nogara (...). Conforme mencionado acima, alguns autores, baseados no referencial marítimo das comunidades caiçaras e em suas técnicas de manejo tradicional supostamente conservacionistas, fazem generalizações para todo o universo caiçara, inclusive para sua relação com o meio terrestre. Diegues, através de uma descrição do modo de vida caiçara e das espécies utilizadas por estas populações, e **baseado em apenas três trabalhos** sobre manejo de pesca realizados no litoral brasileiro (**mas não com populações caiçaras**), **há pelo menos 10 anos** [e] (...) através de uma simples transposição de dados (poucos) sobre manejo de pesca, generaliza suas conclusões como forma de justificar a permanência destas comunidades no interior de unidades de conservação. (...) estas **afirmações carecem de fundamentação sólida**. Além da **falta de embasamento empírico**, as afirmações de Diegues (1988b) **podem ser contestadas na fundamentação teórica**, como se verá mais adiante, já que os trabalhos nos quais o autor se baseia (...) **já foram criticados na literatura internacional durante a década de 1970**. (...) Diegues objetiva 'mostrar como a manutenção das culturas tradicionais ao longo da costa brasileira é uma das 'condições mais importantes' para a preservação da diversidade biológica' (1988b: 3, grifo nosso) **sem**, entretanto, **acrescentar dados que permitam afirmar com segurança** que 'ao longo do litoral brasileiro existem muitas crenças e valores culturais que têm função de conservação'.

Alguma semelhança com alguns comentários de Olmos *et. alli* (2001) e outros *cientistas naturais*, *strictu sensu*? De fato, esta pesquisa realizada por Adams cai como uma luva para as pretensões de "objetividade", "dados precisos" e "isenção ideológica" destes e de outros autores. Ocorre que, paradoxalmente, como se pode notar no início do trabalho escrito por Adams, esta tem entendimentos claramente diferentes (para não dizer antagônicos) daquele grupo de pesquisadores, como podemos notar neste trecho em que afirma que com o tempo

> **a experiência tem mostrado que a expulsão dos moradores tradicionais das áreas de preservação e a proibição dos usos que estes faziam dos recursos naturais não só não foi suficiente para conter o processo de degradação destas áreas, como em muitos casos acentuou o processo**. Estas experiências, associadas à mobilização de muitas populações tradicionais em grupos que reivindicavam seus direitos históricos (Cunha, 1990; Flores, 1990) e a convergência dos interesses de conservacionistas e *antropólogos,* principalmente em países do terceiro mundo, fizeram com que muitas organizações governamentais, não governamentais, e agências internacionais tivessem que rever suas posições.

A despeito destas afirmações, no entanto, a adoção, pela autora, de parâmetros como "falta de isenção político-ideológica" e grau de "embasamento empírico e teórico" e, ao mesmo

tempo, a alegação de que afirmações seriam "feitas de forma leviana"[207] representa um claro ataque à cientificidade do que o outro tem a dizer. Efeito este potencializado pelo fato de que, na citação anterior, sua crítica se dirige a um antropólogo cuja atuação política e reflexões intelectuais foram decisivas para que, durante os anos 1990, houvesse um redirecionamento nas discussões sobre gestão de áreas protegidas (ver nota de rodapé 77)[208]. Porém, é preciso atentar para o fato de que, entre os potenciais efeitos práticos deste tipo de procedimento, colocar em suspensão a produção científica de figura tão representativa tem repercussões que poderão fugir ao controle da autora e servir, no futuro, como argumento adotado por outros cientistas para, de um lado, atacar seus colegas e, de outro, fortalecer seus próprios pontos de vista.

Com efeito, se observarmos a literatura adotada por cientistas que compõem o grupo de Olmos *et. alli*, Adams aparece sendo citada em vários momentos para legitimar suas afirmações, sendo as conclusões desta usadas como verdadeira munição argumentativa contra autores "inimigos". E, obviamente, estes pesquisadores não são os únicos a fazer tal uso. Dourojeanni e Jorge-Pádua (2001, p.150), por exemplo, ao perguntarem "por que existe, então, tantas publicações falando das virtudes ambientalistas dos povos indígenas?", respondem:

> recente trabalho de Adams (2000) sobre caiçaras na Mata Atlântica aponta algumas respostas sobre esse particular. Na base de exaustiva revisão de umas 180 referências sobre este grupo, a autora chega à conclusão que a literatura sobre os caiçaras está muito influenciada pelo materialismo histórico de Marx e pelo discurso do 'bom selvagem', com doses variáveis de imprecisão sobre o sentido de sustentabilidade. **Os trabalhos são muito gerais e tiram conclusões não sustentadas nas avaliações feitas** que (...), são **em geral meramente descritivas e qualitativas**, sem contar com o fato de que, em muitos casos, **a pesquisa realizada não foi imparcial, mas partiu de conclusões preconcebidas para justificar posicionamentos políticos. Deduz-se, de acordo com a autora, que a proposta** de manter populações caiçara dentro de unidades de conservação, com o argumento de existir compatibilidade entre suas modalidades de produção e a conservação da biodiversidade, **não está sustentada por nenhuma evidência científica**.

Repetindo Latour (2000, p.52 e 67) citado no capítulo dois: "tudo o que um texto fizer com a literatura anterior será feito a ele pela literatura posterior"; ou, como escrevi então: "tudo que um pesquisador disser sobre nosso "tema quente" poderá ser usado contra ou a favor dele até que outro pesquisador diga o contrário". Assim, não por acaso argumentos elaborados por Adams (e as hipóteses que propõe) surgiram nas entrevistas. Um episódio em especial que marca a importância deste estudo ocorreu ao final de uma entrevista que realizei com um dos

---

[207] Conforme dicionário Aurélio, leviano designa alguém que "procede irrefletidamente, de forma precipitada, imprudente ou, ainda, sem seriedade".

[208] Espero não dar a idéia de que Adams teve a intenção ou pretensão de escolher este pesquisador por ele ter exercido este papel, visto que este tipo de argumentação-avaliação não se restringiu a um ou dois autores, mas a uma série deles. Cito, para ilustrar este fato, mais dois casos analisados pela autora: "Cunha e Rougeulle (1989), à parte o fato de salientarem que se trata de um trabalho preliminar, e que este trabalho foi a primeira etapa de estudos subseqüentes de caráter multi e interdisciplinar, fazem **afirmações** conservacionistas de cunho cultural **que carecem de confirmação de base biológica ou ecológica**. No caso de Sanches, que afirma que a existência de tabus de caça 'foram preceitos fundamentais no manejo das espécies animais' (1992:10), **não foi feito nenhum estudo mais aprofundado** de espécies consideradas como tabus alimentares que permitisse afirmar que sirvam com controle ecológico" (Adams, 2000b, p.227).

12 autores de Olmos *et. alli*. Já nos despedindo, meu interlocutor indagou se já conhecia o livro escrito por Adams, pois, segundo ele "lá você vai encontrar várias respostas para as perguntas que me fez; este trabalho explica bem, com mais detalhes, várias coisas que te disse aqui".

Tive oportunidade, em certo dado do doutorado, de perguntar à própria Cristina Adams o que achava de apropriações como estas. Após comentar com ela: "sabe que seu livro, em várias entrevistas que fiz, foi usado contra a posição pró-populações locais?", esta respondeu:

> sei, já me deparei com alguns desses personagens e fiquei meio assustada, porque na verdade eles retiram trechos, é uma leitura parcial. De fato, já vi isso e não me agrada. Mas acho que quem for ler o livro, na verdade tem material para os dois lados. Porém, são os *biólogos* que tiram. É muito interessante porque *biólogos* pelo menos citam, boa parte do **pessoal do outro lado** nem citar cita. Porque acho que fizeram uma leitura, bom, melhor, porque acho que a discussão no fundo era e ainda é política, não tinha base científica, era uma discussão realmente de que lado você está. **Se você está do lado das populações você descobre isso e isso ou, se está do lado da natureza, enfim, sei lá, descobre outros argumentos**[209].

Como vemos, ainda que sem a anuência de sua autora, uma determinada pesquisa realizada por uma pesquisadora não necessariamente "aliada" de um ou de outro "lado" pode acabar virando uma espécie de munição ou "fogo amigo" [210].

3.6 Olhando para outro interior: quando antropólogos discutem entre si

> Dêem rédeas ao progresso, porque a tradição não tem medo do tempo.
>
> Luiz Menezes (1968)[211].

Neste item sairemos do universo das ciências naturais para entrar no interior do fazer de sua co-irmã. Porém, apesar de mudar o enfoque, farei isso ainda pensando em termos de instabilidades, só que agora intradisciplinares. Por mais que, entre *cientistas sociais*, haja certo consenso de que o consenso é algo difícil de ser atingido entre nós quando se discute a questão das áreas protegidas e populações locais, creio que é preciso descrever como este caráter divergente intradisciplinar surge neste campo particular do conhecimento. Assim, apresento a seguir um exemplo concreto envolvendo divergências sobre um "ponto quente" que mobiliza a atenção da maioria dos sujeitos da pesquisa. Porém, excetuando um comentário inicial (feito por uma advogada), restringirei propositalmente as citações àqueles profissionais com forte atuação nas *ciências sociais*; e, estreitando ainda mais o funil disciplinar, só citarei (com exceção de duas pesquisas coordenados por uma *socióloga*) *antropólogos* cujas críticas se dirigem aos próprios *antropólogos*.[212]

---

[209] O trecho acima foi reproduzido com a ciência e o consentimento da autora.

[210] Aliás, sobre esta possibilidade de reapropriação, como espero que a pesquisa seja lida por públicos diversos, com "visões" e "posições" também distintas, tenho perfeita consciência de que várias informações e afirmações contidas aqui terão um uso futuro não muito "nobre", bem entendido, do meu ponto de vista. Bom, como se diz popularmente, "ossos do ofício".

[211] Trecho extraído do poema "Tropa Amarga", escrito pelo mesmo autor.

[212] Também não farei uso de citações da legislação ambiental ou de órgãos governamentais.

Tomemos o caso da inclusão na legislação e seu conseqüente uso nas políticas voltadas para áreas protegidas da categoria "população tradicional", tema amplamente debatido por cientistas de várias áreas, mas que, como veremos, é motivo de controvérsia entre *antropólogos* (o que vale para *cientistas sociais* em geral)[213]. Em princípio, há forte propensão para situar o debate da seguinte forma: *cientistas sociais* seriam "favoráveis" a esta inclusão e este uso e *cientistas naturais*, senão "contrários", ao menos teriam fortes críticas a fazer. Além de simplista, nada mais perigoso de se afirmar. Comecemos com aqueles que acham que já estaria "resolvida" a questão entre *cientistas sociais*. Santilli (2005, 124) entende que:

> entre os *cientistas sociais* e *naturais*, a categoria população **tradicional já é bem aceita e definida**. **Ainda que** alguns ***antropólogos*** apontem dificuldades geradas pela forte tendência à associação com concepções de imobilidade histórica e atraso econômico e **considerem o conceito problemático** em face da forma diversificada e desigual com que segmentos sociais se inserem na Amazônia socioambiental, a categoria 'populações tradicionais' tem sido bastante reconhecida em sua dimensão política e estratégica.

Seria assim mesmo? "A categoria população tradicional já" seria "bem aceita e definida" entre *cientistas sociais*? Vejamos o que dizem alguns antropólogos. Antes, porém, como meu objetivo não é fazer uma retrospectiva sobre este debate, para introduzi-lo, me limitarei a apresentar dois conceitos já exaustivamente citados na literatura originalmente propostos por Diegues (1996) e Arruda (2000). Também recortei trechos de um texto escrito por Esterci, Léna, Lima e Maneschy (2004) no "Boletim Rede Amazônica" e outro dos *antropólogos* Cunha e Almeida (2004). A escolha do primeiro se deve ao fato dos autores, do meu ponto de vista, resumirem bem o status atual desta categoria nas *ciências sociais*; já a opção pelo segundo se deu pela importância histórica que a perspectiva inaugurada por estes dois *antropólogos*, no final dos anos 1990, representou, marcando um verdadeiro divisor de águas nas interpretações que até então vinham sendo feitas[214]. Assim, segundo Diegues (1996), "as culturas e sociedades tradicionais" se caracterizariam pelos seguintes aspectos:

> a) dependência e até **simbiose com a natureza**, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um modo de vida; b) conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso dos recursos naturais; c) noção de território ou espaço

[213] A Lei que instituiu o SNUC (Brasil, 2000) adota, em seu texto, o termo "populações" (que pode vir acoplado aos adjetivos "tradicionais", "locais", "residentes", "humanas" e "extrativistas") como forma de nomeação padrão. Contudo, muito devido ao I Encontro dos Povos e Comunidades Tradicionais, realizado em Luiziânia (GO), em 2006, recentemente o Decreto Presidencial n.6040, de 7 de fevereiro de 2007, alterou esta situação inserindo, em seu artigo terceiro, a definição de *Povos e Comunidades Tradicionais* (preterindo, portanto, o termo *população*) como "grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição". Evitarei, propositalmente, discutir a questão de quais termos ("comunidades", "povos" ou "populações") deveria anteceder o adjetivo citado. Escolhi adotar "população" apenas como forma de padronizar seu uso no corpo do texto. Para me referir especificamente a etnias indígenas adoto o termo "povos".

[214] Obviamente, reconheço que outros textos poderiam ter sido escolhidos, mas, considerando que a literatura sobre populações tradicionais é quase tão extensa quanto a que foi produzida sobre áreas protegidas, opções precisaram ser feitas. Porém, pelos trabalhos citados a seguir, o leitor poderá ter acesso a outros autores, sobretudo, pesquisadores que estiveram à frente deste debate no Brasil desde o seu princípio.

> onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente; d) moradia e ocupação desse território por várias gerações (...); e) importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida (...); f) reduzida acumulação de capital; g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e as relações de parentesco ou compadrio (...); h) importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas; i) a tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre meio ambiente (...); j) fraco poder político; l) auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras.

Para Arruda (2000, p.274) "populações classificadas como 'tradicionais'" seriam as

> que apresentam um modelo de ocupação do solo voltado principalmente para a subsistência, com fraca articulação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão-de-obra familiar, tecnologias de baixo impacto derivadas de conhecimentos patrimoniais e, habitualmente, de base sustentável. Essas populações – caiçaras, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas e outras variantes – em geral ocupam a região há muito tempo, não têm registro legal da propriedade privada individual da terra, definindo o local de moradia como parcela individual, sendo o restante do território encarado como área de uso comunitário, com seu uso regulamentado pelo costume e por normas compartilhadas internamente.

Já Cunha e Almeida (2004, p.184 e p.192) possuem ponto de vista diferente:

> definir as populações tradicionais pela adesão à tradição seria contraditório aos conhecimentos antropológicos atuais. Defini-las como populações que têm baixo impacto sobre o ambiente, para depois afirmar que são ecologicamente sustentáveis, seria mera tautologia. Se a definirmos como populações que estão fora da esfera do mercado, será difícil encontrá-las hoje em dia. Nos textos acadêmicos e jurídicos descrevem-se as categorias por meio das propriedades ou características dos elementos que as constituem. Mas as categorias sociais também podem ser descritas 'em extensão' – isto é, pela simples enumeração dos elementos que as compõem. Por enquanto, achamos melhor **definir 'populações tradicionais' de maneira 'extensional', isto é, enumerando seus 'membros'** (...). No momento, a expressão ´populações tradicionais' ainda está na fase inicial de sua vida. Trata-se de uma categoria pouco habitada, mas já conta com alguns membros e candidatos à entrada. Para começar, tem existência administrativa (...). Começamos com uma definição 'em extensão' e afirmamos que a seu tempo iria emergir uma definição analítica. Do que vimos, já podemos dar alguns passos nessa direção e afirmar que populações tradicionais são grupos que conquistaram ou estão lutando para conquistar (por meio de meios práticos e simbólicos) uma identidade pública (...), trata-se de um processo de auto-constituição. Internamente, esse processo autoconstituinte requer o estabelecimento de regras de conservação, bem como de lideranças e instituições legítimas. Externamente, precisa de alianças com organizações externas, fora ou dentro do governo. Deve estar claro agora que a categoria de 'populações tradicionais' é ocupada por sujeitos políticos que estão dispostos a conferir-lhe substância, isto é, que estão dispostos a constituir um pacto: comprometer-se a uma série de práticas, em troca de algum tipo de benefício e sobretudo de direitos territoriais.

E, mais recentemente, Esterci, Léna, Lima e Maneschy (2004, p.4) comentam que a

> noção de 'população tradicional' vem tendo sua conceituação cada vez mais apurada, tendo reconhecido o caráter datado e o contexto de surgimento da categoria e sendo recusadas as visões essencialistas e idealizadoras que negam o desejo de desenvolvimento das populações assim referidas assim como a diversidade de projetos de que são portadores povos e grupos assim referidos. (...) como 'campesinato', 'produtores familiares' e 'povos da floresta', a categoria 'populações tradicionais' pertence a um conjunto de termos de classificação social que denotam mesmo referencial social empírico. São atribuições conceituais conferidas a populações rurais que tiveram desenvolvimentos diferentes, gerando ou não identidades auto-atribuídas associadas a um estatuto político próprio, e contribuindo mais ou menos para a inclusão social dessas populações, de outro modo, não reconhecidas. Atualmente, a categoria populações tradicionais desfruta de reconhecimento político, sendo mais usada como atribuição positiva para reivindicação de direitos do que como designação de uma identidade de referência para catalisação de movimentos sociais. O emprego da categoria recobre situações empíricas diversas.

Ainda sobre esta discussão, vejamos o que diz outros pesquisadores, começando por Litlle (2002 p.3 e p.23), *antropólogo* da UnB, em longo artigo, aqui já citado, publicado pela "Série Antropológica" desta mesma universidade:

> grande leque de grupos humanos costuma ser agrupado sob diversas categorias - 'populações', 'comunidades', 'povos', 'sociedades', 'culturas' - cada uma das quais tende a ser acompanhada por um dos seguintes adjetivos: 'tradicionais', 'autóctones', 'rurais', 'locais', 'residentes' (...). Qualquer dessas combinações é problemática devido à abrangência e a diversidade de grupos que engloba. De uma perspectiva etnográfica, por exemplo, as diferenças entre sociedades indígenas, os quilombos, os caboclos, os caiçaras e outros grupos ditos tradicionais (...) são tão grandes que não parece viável tratá-los dentro de uma mesma classificação. A opção pela palavra 'tradicional' gera mais dificuldades ainda, dada a polissemia dessa palavra e a forte tendência de associá-la com concepções de imobilidade histórica e atraso econômico (...). O uso de conceito de povos tradicionais procura oferecer um mecanismo analítico capaz de juntar fatores como a existência de regimes de propriedade comum, o sentido de pertencimento a um lugar, a procura de autonomia cultural e práticas adaptativas sustentáveis.

Um dos primeiros pesquisadores a sistematizar argumentos e produzir críticas com um caráter mais sociológico à noção de "populações tradicionais" foi Vianna (1996), a qual defendeu, em meados dos anos 1990, dissertação de mestrado intitulada "Considerações críticas sobre a construção da idéia de população tradicional no contexto das unidades de conservação". Na sua pesquisa, sustenta que teria havido uma crescente "idealização da idéia de populações tradicionais", visto que tal noção, segundo ela, encontrar-se-ia

> permeada de referências que remetem a idéias que as associam a povos 'primitivos', 'harmônicos', 'simbióticos' e 'conservacionistas'. (...) fica expressa a importância destas populações para a conservação da natureza, de forma utilitária, embora esta postura possa ser analisada como fundamentalmente política, visando garantir a consideração das 'populações tradicionais' quando do estabelecimento de unidades de conservação (Vianna, 1996, p.116)[215].

Em seguida à pesquisa feita por Vianna, Lima (1997, p.287-288) foi outra *antropóloga* que problematizou o uso indiscriminado da categoria "populações tradicionais". No artigo "Eqüidade, desenvolvimento sustentável e preservação da biodiversidade", a autora já alertava:

> a generalização do conceito de populações tradicionais tende a simplificar a diversidade de situações sociais e, mais grave, implicar em uma expectativa de permanência da pequena produção familiar, privilegiada pelo movimento ambientalista justamente por ser mais propícia à aceitação de modelos de uso sustentável do que a produção capitalista. Sem uma reflexão adequada, as expectativas conservadoras do modelo de uso sustentado podem ir contra a autonomia destas populações de decidir seu futuro frente às aspirações modernas de níveis de consumo e definição de bem-estar.

Em artigo recente escrito em parceria com outro *antropólogo*, Lima reforça, agregando outros elementos, sua crítica inicial ao uso da categoria população tradicional:

> é importante atentar para a cristalização de 'estereótipos socioambientais' que atribuem valores ecológicos positivos ou negativos à diversidade social da Amazônia. Uma tal premissa obstrui a construção de uma análise objetiva a respeito da interação complexa entre os processos sociais responsáveis pela degradação ambiental (...). Não são os atributos de etnicidade, classe ou orientação econômica de um dado segmento que definem, por si, seu comportamento em relação ao ambiente, mas a conjunção particular de suas características sociais em um dado momento e lugar. A categoria índio não está necessariamente associada à sustentabilidade, nem a de 'branco' à insustentabilidade, embora se atribua às sociedades indígenas a herança da sustentabilidade e à população branca o papel oposto (...).

[215] São fartas as referências à suposta relação "harmônica" e "simbiótica" das populações tradicionais com a natureza. Apenas a título de ilustração, cito dois exemplos: "neste contexto, as áreas naturais protegidas com **populações tradicionais poderão contribuir para a manutenção de exemplos dinâmicos de relação harmoniosa entre homem e natureza** para as sociedades urbano-industriais" (Diegues, 1996, p.95); "as **populações tradicionais são também definidas pela sua ligação de relativa simbiose com a natureza**, pelo conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos e pela noção de território ou espaço onde se reproduzem econômica e socialmente" (Santilli, 2005, p.129). Tocarei neste tema mais adiante.

> Como é falacioso, conforme se viu acima, atribuir valores ecológicos positivos ou negativos a categorias sociais sem levar em conta o caráter múltiplo dos fatores que influenciam a sustentabilidade, assim também é falacioso supor um comportamento ecológico homogêneo no seio do mesmo 'tipo' social (Lima e Pozzobon, 2005, respectivamente, p. 50 e p.53).

Mas talvez o autor que melhor sintetizou críticas feitas aos variados usos da categoria populações tradicionais, além de imprimir sua própria marca pessoal através de análises instigantes sobre o tema, tenha sido Barretto Filho. Em trabalho recente intitulado "Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção" (2006), este *antropólogo* se apóia em vários autores (deles, às vezes divergindo, às vezes convergindo) para construir minuciosa análise sobre as implicações do emprego da referida expressão. Do lado das divergências, por exemplo, discorda de Vianna (1996) e Adams (2000b) ao ponderar que

> não me parece possível cunhar uma 'conceituação mais precisa' para 'população tradicional (Vianna, 1996: 89), nem formular 'uma resposta científica ao problema' da presença humana em áreas de proteção integral (Adams, 2000a: 24 e 262), que venha auxiliar as iniciativas em áreas de conservação. Trata-se de constructo ideológico cuja força reside exatamente na generalidade do seu significado e na flutuação do seu emprego (Barretto Filho, 2006, p.121).

Mostrando-se crítico a algumas idéias de Almeida (1992) após citar que "para ele, far-se-ia necessário 'despertar vocações universais em grupos de interesse', 'propor legitimamente políticas de alcance geral' e favorecer 'uma linguagem de grupos com competências especiais que coincidem com interesses coletivos', Barretto Filho (2006, p.123) indaga:

> mas trata-se, de fato, de competências especiais coincidentes com interesses coletivos? Não corremos o risco de tornar tais grupos [camponeses, indígenas e outros grupos marginais] reféns de uma definição a-histórica e exógena dessas 'políticas de alcance geral? Valorizá-los por disporem de tecnologias úteis para se viver em ambientes frágeis e críticos (...) não instaura uma relação instrumental para com eles?

Já quanto às referências que ajudam a reforçar sua posição, além de trazer para si argumentos de autores como Nugent (1997) e Murrieta (1998) e de referir-se mais uma vez a Vianna (1996) e Lima (1997), Barretto Filho concorda que

> Vianna e outros críticos estão corretos em sublinhar, na definição de populações tradicionais, a idealização, a naturalização e o congelamento destas, ou seja, a expectativa de que o contexto da sua ocupação e a sua situação são imutáveis (...). Trata-se, portanto, de uma definição que conspira contra a autonomia destes grupos decidirem sobre seu futuro frente às aspirações modernas de níveis de consumo e definição de bem-estar (Lima, 1997), e, de outro, implica uma relação instrumental para com os mesmos, ao torná-los reféns de uma definição exterior de si próprios e do problema que vivem (Nugent, 1997; e Murrieta, 1998)" (Barretto Filho, 2006, p.131).

Já a *socióloga* Lúcia Ferreira (2004) critica a "essencialização" de "grupos sociais excluídos da modernização, denominados tradicionais". Em outro momento, esta pesquisadora, juntamente com um grupo de colaboradores, comenta ainda que "essa abordagem naturaliza os sujeitos sociais, além de ser politicamente excludente, pois restringe o direito à permanência nas áreas protegidas e a repartição dos benefícios da conservação da biodiversidade a um grupo específico e minoritário de residentes" (Ferreira *et. alli*, 2006, p.9). A crítica de Ferreira à

"essencialização" e "naturalização" pode ser encontrada em Barretto Filho (embora, importante dizer, ambos divirjam sobre inúmeros outros aspectos dessa discussão), o qual tenta mostrar

> como as definições de 'populações tradicionais' tendem, via de regra, a situar os grupos sociais que elas recobrem (...) como partes dos ecossistemas a serem protegidos e como estando em uma espécie de sintonia natural com a natureza. (...) o emprego do termo 'tradicional' para definir e/ou caracterizar seja esses grupos, seu 'estilo de vida', sua forma de apropriação dos recursos naturais e do território, dissimula a ausência de uma crítica semântica – todavia necessária. 'Tradicional', 'arcaico', 'atrasado', 'primitivo' e outros termos imprecisos e mistificadores (...) indicam o quadro simétrico e inverso do modernismo ocidental (...). São categorias classificatórias construídas de fora, ou seja, como nós os definimos aos nossos olhos e a partir das nossas preocupações – e não como o conjunto de grupos que reunimos sobre a rubrica 'tradicional' se autodefinem (...). Não desconsidero a questão dos direitos das minorias ou os problemas de desagregação cultural (...). **Ocorre que importa defender 'todos' os povos e grupos sociais** que estão lutando para sobreviver e se reproduzir, em particular os mais desfavorecidos e explorados, incluindo aqueles mais facilmente identificáveis como da sociedade inclusiva e/ou da cultura dominante (...). **Divirjo**, portanto, da sugestão **de Cunha & Almeida** (1999), para os quais poder-se-ia estabelecer um pacto neotradicionalista por meio do qual definir-se-ia como 'populações tradicionais' as que se dispuserem a ocupar esta categoria, aceitando as implicações dos dispositivos legais e institucionais que exigem o 'uso sustentável dos recursos naturais' (...). Ao contrário da **categoria 'populações tradicionais'** e dos esforços de construção de um conceito culturológico técnico que tenha expressão jurídica – que **pode contribuir ainda mais para a essencialização das relações entre os grupos sociais** abarcados pela noção (...) -, julgo importante **assegurar uma definição legal que garanta a abertura para identificar e caracterizar sociologicamente quaisquer atores** presentes nas situações enfocadas – em que já há e/ou pretende-se criar áreas protegidas (2006, p.137 e p.139).

A visão de que "importa defender 'todos' os povos e grupos sociais" e o alerta para o risco de contribuir para agravar a exclusão de populações que não conseguiram, por alguma razão, ser incluídas no guarda-chuva jurídico-identitário "povos, população ou comunidade tradicional" é parcialmente compartilhada por um grupo de pesquisadores do Nepam/Campinas ligados à *socióloga* Lúcia Ferreira. Segundo Castro *et. alli* (2006, p.28 a 31):

> the emphasis on 'traditional populations' in the Ribeira Valley is not a conceptual problem only; it also creates a political bias in setting boundaries on a continuum consisting of three cultural categories (traditional, neo-traditional and non-traditional populations). The social and economic discrimination generated by these distinctions forces local populations to split into subgroups, while political actions reliant on the participation of all rural populations are diluted. Groups eligible for 'traditionality' become politically stronger but indirectly weaken the political power of 'non-traditional populations' suffering from similar problems. The Movement of the Populations Affected by Dams (MOAB) is a case in point (...). In contrast to the success of the Quilombolas, claims from rural populations lacking 'traditionality' have been ignored. Less empowered groups resent the special attention from the government devoted to 'traditional' populations (...). In sum, a polarized view of 'traditional' and 'non-traditional' practices masks the understanding of how local practices can help to sustain natural resource under socio-environmental changes. Because the socioeconomic and biophysical environments are dynamic, it is unwise to assume that resource sustainability can be achieved only by returning control over resources to traditional populations. In this sense, by turning the discussion toward all rural populations, based on a negotiation process of rights and duties, both 'traditional' and 'non-traditional' will be integrated in an endeavor that accounts for similarities and differences across groups with respect to their role in resource use. It is not to say that the so-called 'traditional populations' should not be recognized by their cultural identity. However, unless the discussion are grounded in a broader social and historical context, in which any rural populations can participate, rights to nature will be condemned to a static view of 'tradition' in which returned political power will trap the users in a discourse of the past".

Voltando à perspectiva sustentada por Barretto Filho, todas estas críticas ao uso da categoria "populações tradicionais" e divergências em relação a seus colegas *antropólogos* leva

este pesquisador (2006, p.138), "para fugir dos ardis conceituais implicados na noção de 'populações tradicionais'", a propor a substituição do referido termo:

> o mais indicado é uma definição ainda mais genérica e de conteúdo menos denso, o que não significa dizer politicamente neutra: 'pessoas e/ou grupos residentes' – sem a necessidade de definição formal específica para fins previstos em leis reguladoras. Seriam aqueles indivíduos, famílias, comunidades e grupos – 'tradicionais' ou 'modernos', não importa – que ocupam, residem ou então usam, regular ou recorrentemente, um território específico dentro de ou adjacente a uma área protegida estabelecida ou proposta. A vantagem da noção de 'pessoas e/ou grupos residentes' reside justamente numa conotação menos densa e em ser um termo definido mais pelo espaço do que pelo tempo – como ocorre com 'tradicional' – e do que por um rótulo cultural – como quando 'tradicional' faz referência a um modo de viver a um só tempo diferente e genérico.

Lendo esta sugestão, não resisto em fazer rápida digressão provocativa usando o mesmo argumento (e frases) de Barretto Filho. Como a categoria "populações tradicionais", "pessoas e/ou grupos residentes" também não representaria uma "categoria classificatória construída de fora, ou seja, como nós os definimos aos nossos olhos e a partir das nossas preocupações – e não como o conjunto de grupos que reunimos sobre a rubrica 'tradicional' se autodefinem"? Já quanto ao comentário da citação anterior sobre a expressão "tradicional" possuir originalmente uma conotação associada a certos termos pejorativos, como "arcaico", "atrasado", "primitivo", não vejo grandes problemas neste fato (a não ser que ele deva ser combatido). Afinal, os novos sentidos imputados à categoria "tradicional" (já em plena vigência e na sua maioria, a meu ver, de conotação positiva) dependerão da eficácia do trabalho de ressignificação de que ela é alvo, algo que não pode ser conhecido ou antecipado facilmente. Como salienta Latour (1994, p.75), "ninguém nasce tradicional, [essa] é uma escolha que se faz quando se inova muito". Se assim for, ao invés de recusar o uso da categoria "tradicional", talvez fosse urgente aceitarmos sua existência e, ainda que de uma forma crítica e não ingênua, se juntar àqueles que estão metidos na guerra que envolve sua ressignificação, bem como seus diferentes usos políticos e jurídicos.

Voltando às críticas de *antropólogos* sobre a atuação de outros *antropólogos*, vejamos estudo recente chamado "Economia política do ressentimento, contingente ou necessária?" (Lobão, 2006a). Este artigo causou polêmica ao ser apresentado na 25º reunião da ABA, em 2006. Além de ilustrar, a partir de um caso concreto, afirmações de Barretto Filho, traça quadro não tão animador sobre a atuação de *antropólogos* junto a grupos sociais atingidos pela criação de áreas protegidas - sobretudo, quanto à delimitação de direitos baseados nas ditas políticas da diferença. Neste *paper*, fruto de sua tese de doutorado, Lobão (2006b) descreve suas impressões sobre o I Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais, ocorrido em Luiziânia (ver nota 208). Abaixo, reproduzo parte final de seu texto "Em busca de uma resposta":

> minha leitura sobre a trajetória percorrida até aqui pelo conceito de 'extrativistas', 'população tradicional' ou 'comunidade tradicional', mostra a **presença de *antropólogos* em todas as sua etapas** (...). Não tenho dúvidas que o encontro em Luiziânia produziu um processo de identificação tautológica. Os convidados definiram as definições necessárias para receber os convites! Em outras palavras, cada grupo indicado definiu seu pertencimento ao conceito de "comunidade tradicional" por sua presença no evento. E **esta**

> **presença foi assegurada por indicação dos *antropólogos*, entidades assessoradas por *antropólogos* ou ONGs dirigidas por *antropólogos***. Os resultados desta **atuação deixam de ser contingentes para serem necessários**, **e com efeitos de construção de uma Economia Política do Ressentimento**. Ressentimento seja fruto da exclusão, ou de omissão na inclusão, ou por uma inclusão que impõe uma nova história aos grupos locais, e sobre a qual não são mais os principais protagonistas de seus saberes e práticas. Não tenho dúvidas que muitos *antropólogos* que lá estiveram [no I Encontro Nacional das Comunidades Tradicionais] ou que participaram do processo o fizeram para garantir que grupos ou movimentos sociais com os quais têm ligação não ficassem de fora, nem da Comissão nem ao abrigo das políticas. Uma ação louvável, não há dúvida. **Mas seria esta a única forma? Seria esta a forma mais adequada aos conceitos e teorias antropológicas** que serão escritas no futuro? **Tenho certeza que não**. Não foram construídas as condições para que outros grupos, que não tiveram acesso, não souberam, não tiveram 'padrinhos' e não foram convidados tivessem acesso ou possam vir a reivindicar seus direitos potenciais. Alguns representantes apresentaram um grau de domínio de categorias, terminologia sobre processos sociais ou ecológicos que fazem parte não de um saber tradicional, mas de um saber acadêmico da mais alta sofisticação. O domínio discursivo está no grupo ou naqueles representantes? Ou está nas relações que foram construídas com seus 'parceiros'? Como disse, não tenho respostas. Mas um **forte sentimento que foi cometido um grande equívoco, ou se perdeu uma grande oportunidade. Pois o que vi foi uma reunião de uma projeção de grupos sociais construídas por *antropólogos***, instituições, ONGs, sob o argumento que isto potencializa movimentos sociais frente ao arcabouço jurídico nacional.

Contrariando o que alguns pesquisadores poderiam pensar, pelo visto o debate sobre "população tradicional" é bem controvertido também **entre** *antropólogos*, fato este, aliás, que o leitor poderá verificar de uma forma ainda mais explicita no item 6.12 e 6.13, quando apresento, além de pesquisadores de outras disciplinas, depoimentos de cerca de nove antropólogos em que estes falaram sobre o tema das populações tradicionais. Embora autores como Santilli sustentem que o uso desta categoria estaria "consensuado" entre *cientistas sociais*, os trechos acima mostram que este consenso é, no mínimo, relativo. Além de se engalfinharem uns aos outros através de comentários críticos e recomendações sobre como lidar com a referida categoria, *antropólogos* fazem algo comum tanto entre *cientistas sociais* como entre *cientistas naturais*: procuram se distinguir mutuamente. Ao iniciar a falar sobre populações, comunidades ou povos tradicionais uma série de divergências vem à tona sobre temas como: efeito do uso político da categoria "tradicional"; o problema da mediação e tutoramento que, como alega Lobão, por vezes se estabelece entre *antropólogos*, assessores e representantes de grupos sociais; resultados imediatos e distantes de uma legislação que, como alerta Barretto Filho, distingue sujeitos sociais como "tradicionais" (portanto, com direitos especiais) de outros que ficam fora desta classificação; restrições à adoção do adjetivo "tradicional" como categoria analítica, explicativa ou sociológica.

Se muitos autores usam a expressão "populações tradicionais" como categoria analítica e adotam parâmetros classificatórios sugeridos por Diegues (1996) e Arruda (2000), já outros desaconselham este uso devido ao risco de se reduzir pessoas e grupos sociais reais a tipos ideais pouco representativos (pois, como disseram Cunha e Almeida, "será difícil encontrá-los hoje em dia") ou de se tentar encaixá-los, *a priori*, numa tipologia alienígena às categorias nativas (prática pouco recomendável para muitos *antropólogos*). Proceder deste modo significa projetar nos outros nossos próprios conceitos, objetivos, desejos ou, mais grave, enquadrar e

reificar grupos culturalmente diferenciados a partir de critérios estanques, como se fossem, em essência, desde sempre e para sempre o que nossa classificação quer que eles sejam. Por fim, valeria atentar ao que nos ensinam erros cometidos em relação às etnias indígenas. Se, para um Caingangue, um branco pode ser tão ou mais diferente do que um Yanomami, para um caiçara um turista talvez seja tão estranho quanto um seringueiro. Léna (2004, p.152-153) percebeu estas implicações do uso de termos como "populações indígenas, seringueiros e quilombolas":

> olhando de perto, tais categorias não são sociológicas, por vezes nem nativas. São construções – aliás, bem intencionadas e necessárias – elaboradas para fins jurídicos e políticos. (...). O que ocorre com freqüência é que os particularismos são transformados em categoria política, sem por isso ter estatuto de categoria sociológica. O pesquisador é então chamado a fazer a sociologia de uma categoria construída, tendo duas opções: a naturalização/essencialização da mesma, ou sua desconstrução, com o risco de desvalorizar sua existência no campo político.

3.7 A importância dos lugares de enunciação na conformação de divergências interpretativas

> A abertura foi iniciada por Miguel Milano, que expôs que aquele seria o segundo congresso de UCs do qual sua filha participaria, naquele momento como bióloga formada. Ela teria encontrado o pai no saguão do evento e mostrado o seu crachá, feliz por conter só o sobrenome da mãe, pois assim as pessoas não ficariam constrangidas quando ela se aproximasse das conversas, já que seu pai seria muitas vezes considerado um "conservacionista radical".
>
> Eliana Creado (2006, p.11)[216].

Como tentei mostrar, fortes divergências separam *cientistas sociais* ao discutirem questões ligadas ao nosso "tema quente". Porém, críticas normalmente são apresentadas e debatidas em lugares enunciativos específicos freqüentados por um público prioritário (no caso anterior, especialmente *antropólogos*). Há então tendência de que, ao menos inicialmente (pois, como vimos com Adams, depois de publicado perde-se o controle do que se disse) o debate fique centrado no campo discursivo das *ciências sociais*. Mas, e se *antropólogos* como Lucila Vianna, Ronaldo Lobão, Deborah Lima ou Henyo Barretto Filho estivessem numa situação diferente, mas ligada ao nosso "tema quente"? E se, críticos que são às implicações do uso da noção de populações tradicionais, tivessem que comentar os três artigos citados abaixo, escritos por *cientistas naturais* extremamente críticos às políticas voltadas para populações tradicionais, como reagiriam? Para Terborgh & Peres (2002, p.335 a 340), por exemplo,

> populações indígenas **não aculturadas** geralmente perseguem estilos de vida e vivem ampla ou completamente fora da economia de mercado, fazendo com que sejam altamente sujeitas a disrupções [ruína]. (...) se essas pessoas não são consideradas 'museus vivos', devem ser procurados caminhos para facilitar sua **transição inevitável para a modernidade e a aculturação** (...). A presença de comunidades permanentes de extratores, indígenas ou não, dentro do núcleo de terras com a natureza preservada é antiética para a meta da conservação a longo prazo da área (...). Visitantes autorizados, turistas, funcionários dessas áreas e **cientistas são pessoas isentas** e, em todo caso, não são residentes permanentes (...). É inevitável que mesmo as sociedades mais tradicionais venham eventualmente **ser acordadas pelo mundo moderno** e, quando isso acontecer, **não existirá um ponto natural de parada**

[216] A fala reproduzida acima deste "conservacionista radical" (um dos organizadores do referido encontro) teria sido proferida, segundo Creado, na sessão solene de abertura do IV CBUC, realizado em Brasília em 2004.

> **além da completa assimilação da cultura dominante**. O ponto final da aculturação é um estilo de vida como o nosso (...), um estilo de vida incompatível com o conceito de parque ou de preservação da natureza (...). Essa é uma solução insatisfatória, na qual a maioria das soluções resulta em ameaça para os parques e/ou para as populações azaradas o suficiente para serem colhidas dentro deles (...). Por questão de princípio, parques livres de pessoas devem ser meta final. Então, todas as políticas relevantes deveriam ser dirigidas para reduzir a presença humana dentro dos parques. Mesmo que a presença de residentes dentro do parque não possa parecer ameaçadora, ela eventualmente se tornará (...). O impacto da população humana no ambiente é representada pela seguinte fórmula: impacto = (número de humanos) x (o consumo *per capta* de recursos) x (um 'fator tecnológico'). Por esta fórmula, **é evidente que o impacto humano só pode ser reduzido** de três maneiras: a) pela redução do número de pessoas; b) pela redução do consumo *per capta* de recursos; e c) pela restrição do acesso à tecnologia (...). Nós excluímos a restrição à tecnologia (...) porque, fazendo isso, as pessoas são encerradas dentro de um museu vivo. A redução do consumo *per capta* por parte de pessoas que já vivem no limite da subsistência é moralmente repugnante, não sendo então uma opção, (...). **A única alternativa** remanescente é limitar seu número [de pessoas vivendo na área]**. Limitar o crescimento da população é indolor**, leva ao aumento da disponibilidade de recursos per capta **e é moralmente aceitável na maioria das sociedades** (...). Um exemplo familiar a nós envolve (...) o Parque Nacional Manu [Peru] (...). Funcionários do serviço de saúde foram enviados às aldeias Machiguenga do parque para anunciar a disponibilização de Depo Provera, um contraceptivo injetável a ser tomado pelas mulheres (...). **Os homens foram instruídos a transmitir a suas mulheres o que lhes havia sido ensinado. Não foi aplicada pressão** (...). Um bom número de casais decidiu que já tinha crianças suficientes e agora as esposas estão recebendo periodicamente injeções de Depo Provera (...). Na nossa visão, **programas assim são a única esperança** caso populações indígenas continuem a ocupar indefinidamente parques e reservas (...). O que é mais crítico é que **qualquer programa de realocação, quer ativo ou voluntário, deve ser executado de um modo que seja percebido como justo e não objetável por parte de todos os envolvidos**.

Mais recentemente, Fábio Olmos (2008, disponível em http://www.oeco.com.br) - zoólogo que**,** como diz sua apresentação no início do texto reproduzido abaixo, tem "gosto pela relação entre ecologia, economia e antropologia" – escreveu para a revista eletrônica O ECO:

> agora quilombola é a comunidade que se autodefine como tal, e quilombo é a área que os autodefinidos quilombolas dizem ser suas. Sumiu **a vinculação objetiva com antigas comunidades de escravos fugidos e hoje são chamados de quilombolas os que são, na realidade, remanescentes de senzalas** (...). Outro **ponto problemático é ter uma entidade não isenta decidindo** quem é quilombola. É uma situação similar à igreja católica receber o controle do programa de prevenção da AIDS ou deixar a educação feminina a cargo do Taleban. Se não fosse uma questão séria, este tipo de coisa seria apenas mais uma das piadas sem graça que as '***ciências' humanas*** **no Brasil** atraem sobre si mesmas por **deixarem de fazer ciência** para se dedicarem à militância política vendada pela ideologia. É mais um prego no caixão da credibilidade dos profissionais da área (...). **É uma aberração que conceitos e critérios** fundamentais para a questão de quem têm direito ou não a um benefício que é pago pelo resto da sociedade **careçam de definição precisa e,** deliberadamente, **não possam ser avaliados de forma independente** por partes que não subscrevam a ideologia dos 'movimentos sociais' interessados. É como dar o direito de alguém reclamar um prêmio da loteria com base apenas na sua palavra, sem prova material independente (cadê o bilhete?). Isto viola princípios básicos de isenção usados da Ciência à auditoria. Os relativistas culturais pós-modernos que irão me chamar de cartesiano (obrigado!), virão com o lero-lero da fluidez das identidades sociais, 'historiografia conservadora' e outras conversas para *antropólogo* dormir, mas o fato é que as definições ganharam 'abrangência conceitual' com o propósito claro de incluir qualquer situação na definição de 'quilombola' conforme as conveniências. Isso para mim tem um nome não muito lisonjeiro (...). Como por aqui as **unidades de conservação de verdade** são vistas por setores do governo como um anacronismo a ser eliminado em prol do 'social', estas são um alvo favorito para reconhecimento de neoquilombos (...). E graças à estupidez politicamente correta de uns e à falta de empenho de outros, há populações deliberadamente deixadas no seu interior que viram na 'brecha negra' uma forma de resolver seu problema, temperado com slogans como 'racismo ambiental' (...). São Paulo carregará para sempre a mancha de ser o nascedouro da doutrina furada de que 'povos tradicionais geram e mantêm a biodiversidade e podem ser mantidos no interior de unidades de conservação', item de fé para uma vertente dita ambientalista que não resiste a qualquer avaliação científica (...). Estes conflitos são alimentados pelos oportunistas de sempre e por aqueles que acham que os cidadãos de hoje lhes devem compensações por algo que aconteceu a seus ancestrais alguns séculos atrás. Me sinto ofendido por aqueles que olham a cor da minha pele e a priori me consideram um fdp que, se tem algo, foi porque explorou alguém que hoje está na miséria (...). Sociedades multiculturais onde os

> direitos são realmente iguais tendem a ser saudáveis, mas aquelas onde a questão étnica foi associada a direitos diferenciais caminham para o desastre e para conflitos fratricidas. Um governo assumir políticas públicas abertamente racistas é uma viagem à idade das trevas. **Humanos são humanos, seja lá sua cor, formato craniano, QI ou habilidade musical, e deveriam ser respeitados como tal e terem direito às mesmas oportunidades**, ficando a seu critério aproveitá-las ou não e arcarem com as conseqüências.

Também em O ECO, José Truda Palazzo Jr. (2008, disponível em www.oeco.com.br), referência quase que unânime no que se refere à pesquisa com baleias francas (atualmente, é diretor do "Projeto Baleia Franca", já com 25 anos de existência, e membro regular da delegação oficial do Brasil na "Comissão Internacional da Baleia") começa seu artigo dizendo:

> primeiro eles eram a Utopia encarnada. As comunidades indígenas, comunidades tradicionais, enfim quaisquer grupos humanos tecnologicamente simples, de baixa demanda energética ou simplesmente pobres que moram em lugares remotos foram decretados pelos (...) teóricos, acadêmicos (...) como detentores do saber mais avançado sobre gestão ambiental. Integrados à Natureza, sábios da floresta, vivendo em harmonia, todos os clichês de Rousseau sobre o bom selvagem que se imaginava na Europa pós-medieval renasceram de imediato (...). De nada adianta que provas se acumulem sobre a nulidade das asserções sobre a "harmonia" das populações nativas com os ambientes que ocupam. Da hecatombe causada pelos polinésios nas ilhas do Pacífico à derrocada das civilizações mesoamericanas, todas produto de má gestão ambiental - não a culpar os seus autores, que nada mais faziam do que ser ignorantes de pleno do resultado de suas ações nefandas (...). Hoje em dia, a aliança perversa de governos corruptos, burocratas safados e "esquerdas" irresponsáveis tornou o mantra das "comunidades tradicionais" um verdadeiro tabu stanilista, proibido de se discutir, se questionar e se confrontar com fatos. **O menos que se pode esperar ao levantar esse assunto é ser chamado de fascista. O mais, que se ostracize o herege que o fizer, queimando-o (nem sempre retoricamente) em praça pública**. Agora, além de arautos da Utopia do Passado a impedirem, questionarem ou retardarem a proteção das últimas áreas naturais passíveis de proteção, ou de simplesmente tomarem de assalto as poucas existentes (...), os Excluídos Benignos passam a reivindicar também o direito de impedirem a defesa do futuro. **Não é outra a leitura que se pode fazer da criminosa bandalheira que os auto-eleitos líderes (?) de "povos tradicionais" e seus arautos (...) estão promovendo nas conferências e discussões** (...). "Proteger florestas nos prejudica", gritam os pobres excluídos (...). No fim do dia, o que todo mundo quer está na cara: dinheiro e poder político. Dane-se o planeta, danem-se as florestas, dane-se a biodiversidade, todas coisas dispensáveis, o importante é tirar foto com qualquer um de pele não-branca com uns matos ou praia atrás para por em folhetinho bi ou trilingüe. Está mais do que na hora de se questionar esse estado de coisas. **As comunidades tradicionais e pessoas de diversas cores não são melhores nem piores que outras diferentes delas quando se trata de gestão ambiental**. Seres humanos têm impactos no ambiente; esses impactos dependem de tecnologia, demanda energética e demografia, e não da cor ou da roupa ou das crenças religiosas das pessoas. Afirmar o contrário é transformar a gestão ambiental numa religião ou ideologia política (...). Se queremos construir um futuro comum para a humanidade nesse planeta finito e estuprado, é preciso que se dê um curto-circuito nesse besteirol pseudo-social e **passemos, todos, a tratar de gestão ambiental como algo tecnicamente cabível e possível, mas que depende de fatos e ações, não de versões ou credos**. Chega de embuste. Chega de demagogia. Chega de fingir que essa pataquada está resultando em algo que não seja o óbvio: o fim das últimas áreas naturais, por má gestão absoluta e omissão da maioria de nós. Ou então assumimos, de vez, que a "gestão ambiental pública" nada mais é do que um fanatismo a mais: a religião primitiva e canibal da "Natureza para o Homem", professada com igual ardor por lideranças "sócio-ambientais" (...).

Por fim, Miguel Milano (2002, p.), reconhecido engenheiro florestal cuja atuação foi decisiva tanto na elaboração, durante a década de oitenta, do primeiro projeto propondo a criação de um sistema nacional de unidades de conservação, como ao longo de todo o processo de discussão, durante os anos noventa, sobre a hoje chamada "Lei do SNUC", entende que

> não é difícil considerar eticamente questionável a criação e **implantação de reservas extrativistas para manutenção de populações em estado de 'cultura tradicional'** quando tal cultura, além de se expressar pela pobreza econômica é essencialmente resultado de histórica dominação sócio-econômica, como é a situação das comunidades de **quebradeiras de coco de babaçu das reservas maranhenses – é, no**

> **mínimo, cruel imaginar que continuar naquele trabalho** é o futuro básico que lhes espera, **parecendo mais uma condenação sem julgamento para uma falta que não foi cometida**.

Voltando a pergunta anterior: e se imaginássemos como *antropólogos* como Lucila Vianna, Ronaldo Lobão, Deborah Lima e Henyo Barretto Filho, preocupados, como vimos, com implicações ligadas à adoção da categoria "população tradicional" e seu uso em políticas públicas, reagiriam caso tivessem que sentar em uma mesma mesa em um encontro sobre áreas protegidas e populações locais para debater, frente a frente, com José Truda Palazzo, Fábio Olmos, John Terborgh, Carlos Peres ou Miguel Milano, como seriam suas intervenções? Que tipo de ênfase escolheriam dar às suas observações? Que direções seguiriam seus comentários?

Ao incluir estas quatro passagens, ressalto um aspecto pouco considerado quando olhamos para divergências entre especialistas que trabalham com nossa "questão quente": o fato de que suas "posições" e "pontos de vista", mas, igualmente, seus comentários críticos e divergências dependem do contexto enunciativo em que se acham inseridos, mas, sobretudo, que estes mesmos pontos de vista repercutem em planos de afinidade/alteridade distintos. Reparem que Lobão, por mais que seu texto possa ser apropriado por outros pesquisadores, dirige sua crítica especificamente para a qualidade da atuação de *antropólogos*. É com estes (sobretudo os envolvidos com populações tradicionais) que ele deseja debater. Já Barretto Filho elege, explicitamente na introdução do texto, com quem pretende dialogar: "autores brasileiros contemporâneos que ajudaram a plasmar seu conteúdo [da noção de populações tradicionais] na conjuntura do debate sobre conservação da biodiversidade nos trópicos. Para tanto, me apoio e dialogo com autores que já abordaram este problema de distintas perspectivas (Vianna, 1996; Cunha & Almeida, 1999; Adams, 2000a e 2000b; Schwartzman, 2000)".

Algo parecido acontece com os textos de Bensusan (2001) e Scarano (2006), citados em tópico 3.5. Assim, o artigo de Scarano é destinado diretamente a *ecólogos* e *biólogos da conservação*, sendo escrito para um livro (chamado "Biologia da conservação: essências") onde há vários outros textos técnicos de autores conhecidos neste meio (o que aumenta a responsabilidade no caso de uma argumentação crítica baseada na acusação de que alguns de seus pares estariam trabalhando com "dogmas", como sustenta Scarano). Já Bensusan escreve para uma coletânea de artigos bem mais eclética. A despeito do título do livro ("Direito ambiental das áreas protegidas: o regime jurídico das unidades de conservação" – Benjamin, 2001) e de vários textos versarem sobre aspectos jurídicos, é só olhar o perfil heterogêneo dos 21 autores que participam desta coletânea para perceber que os temas debatidos são muito amplos. Contudo, repetindo algo parecido com o que disse no capítulo anterior, pesquisadores circulam em volta da "estátua" (esteja ela representando objetos, sujeitos ou um tema genérico

qualquer); com isso, têm a possibilidade de olhar particularidades diferentes desta, mas, também, de encontrar pessoas diferentes em seu caminho "olhando para esta mesma estátua".

Um evento ocorrido durante a pesquisa talvez deixe este aspecto mais claro. A certa altura tive oportunidade de conversar com o próprio Henyo Barretto Filho que, como vimos, possui uma postura bastante cética quanto às implicações que envolvem a aplicação do termo "tradicional" em políticas públicas governamentais. Porém, depois de diversos comentários críticos acerca do modo como colegas *antropólogos* têm lidado com a questão das populações tradicionais, este relatou o seguinte episódio ocorrido durante "Workshop" organizado pelo governo federal que visava identificar áreas prioritárias para a conservação:

> fui chamado há um tempo atrás e quando sou chamado pra essas coisas vou pra dar uma chacoalhada, ou seja, não me interessa produzir consenso operacional de consultor. Fui chamado pra participar de um debate sobre a revisão das metodologias usadas pra definir áreas prioritárias pra conservação. Porque tem novos modelos, métodos e oficinas regionais acontecendo pra discutir isso. E teve um primeiro workshop lá em Brasília. Fiquei pensando: 'o que diabos esses caras querem que eu fale'. Aí fiz um discurso enlouquecido, que até algumas pessoas vieram me parabenizar depois. Disse: 'olha, como um organismo vivo – fiz uma leitura meio biologizante -, sou organismo vivo desviante. Porque eu, que deveria me preocupar com os mais potentes da minha espécie, porque eles que vão levar os genes para as próximas gerações, sou um organismo vivo desviante. Porque estou preocupado com os grupos dessa espécie, populações da espécie humana, que são mais desfavorecidas no seu potencial de se colocar nos debates em que questões relativas a distribuição de poder estão colocadas'. Disse até que isso era por vício disciplinar, porque a *antropologia* tradicionalmente pesquisa 'outsiders', os outros, alteridade. Comecei minha fala assim, já jogando a discussão pra outro patamar, dizendo: 'quero discutir isso aqui com vocês. Porque nós estamos aqui deflagrando o processo de revisão das áreas prioritárias e só temos aqui brancos, em sua maioria homens, que falam um linguajar unicamente técnico, que só nós entendemos e vamos deixar a participação para um segundo momento, quando tivermos um acordo consensuado entre nós de que as áreas prioritárias pra conservação são essas. Por que, neste início, não estão aqui nesta plenária participando representantes das organizações do movimento social popular? Acho que isso tem que ver com o modo como cada um de nós pensa o que é produzir conhecimento e o que é o conhecimento relevante pra conservação da biodiversidade. Como nós valorizamos a formação universitária, de nível superior, pós-graduados e especialistas e como colocamos todos os outros conhecimentos como algo acessório, que entram num momento posterior e oportuno. Isso é de um extremo preconceito. Isso é uma hierarquização entre sistemas de conhecimento que não se sustenta em fundamento algum. Nós vivemos até hoje ancorados num modo civilizatório sobre achados que vem do neolítico'.

Nada mais "nuerístico", não? Como vimos no item anterior, Henyo Barretto é extremamente crítico em relação à forma com que vem sendo empregada a noção de população tradicional - tanto entre pesquisadores como nas políticas públicas de um modo geral -, porém, isso não o impede de escolher o que vai falar quando muda o perfil do público para quem deve se dirigir. Novamente, como os embates se dão e as divergências são acionadas em planos de alteridade-afinidade diferenciados, "posições" diferenciadas também poderão ser tomadas. Assim, se no plano do discurso científico este *antropólogo* critica seus colegas de profissão sobre o modo como vêem a questão das populações tradicionais (o que também fazem Lobão, Lima, Little e Vianna), no plano das arenas que cercam a construção de políticas públicas para estas últimas, suas críticas se voltam para outros atores. Mas, caso este antropólogo participasse de uma reunião semelhante a que esteve Lobão em Luiziânia, arrisco dizer que provavelmente o conteúdo crítico de uma eventual fala sua seria muito diferente.

De todo modo, ainda assim há semelhanças entre Olmos e este *antropólogo*. Por exemplo, na forma de construir e apresentar seus argumentos. Esta proximidade fica nítida quando o primeiro acusa *cientistas sociais* de se basearem na "doutrina furada de que 'povos tradicionais geram e mantêm a biodiversidade e podem ser mantidos no interior de unidades de conservação', item de fé para uma vertente dita ambientalista que **não resiste a qualquer avaliação científica**" e o segundo enfatiza "como nós valorizamos a formação universitária, de nível superior, pós-graduados e especialistas e como colocamos todos os outros conhecimentos como algo acessório, que entram num momento posterior e oportuno. Isso é de um extremo preconceito. Isso é uma hierarquização entre sistemas de conhecimento que **não se sustenta em fundamento algum**". Ora, não "resistir a uma avaliação" (seja ela científica ou não) e não "se sustentar em um fundamento" são coisas muito próximas[217].

Especificamente sobre o texto de Fábio Olmos, curiosamente, à crítica de Ronaldo Lobão de que *antropólogos* atuariam contra o protagonismo de grupos sociais subalternos, Olmos deseja que eles façam exatamente isso, ou seja, atuem como árbitros detentores do conhecimento competente para dizer quem seria e quem não seria "população tradicional". Enfim, que *antropólogos* façam seu trabalho como deveria ser feito (segundo ele propõe, com isenção e baseado em critérios científicos objetivos). Mas vejam como são as coisas. Enquanto o *antropólogo* deseja que seus pares abram mão do poder que teoricamente desfrutariam, o *zoólogo* quer que assumam este poder, isto é, enquanto o "inimigo" deseja dar poder ao seu oponente (claro, sobre certas condições), este último quer dele abrir mão.

Por outro lado, o artigo de Olmos mostra que algumas discussões ligadas às populações tradicionais assemelham-se a controvérsias vinculadas ao tema das políticas afirmativas. Mas, aproximando pesquisadores com posições totalmente antagônicas, o mesmo pode ser visto em certos trechos de Barretto Filho, como na parte em que este último afirma: "não desconsidero a questão dos direitos das minorias ou os problemas de desagregação cultural (...). Ocorre que **importa defender 'todos'** os povos e grupos sociais que estão lutando para sobreviver e se reproduzir, em particular os mais desfavorecidos e explorados, incluindo aqueles mais facilmente identificáveis como da sociedade inclusiva e/ou da cultura dominante".

Ora, se trocarmos "populações tradicionais" por "afrodescendentes" ou "negros" e "povos e grupos sociais" por "pobres" ou "grupos sociais subalternos", não deixa de ser tentador pensar em correspondências com críticas de *antropólogos* como Peter Fry (2004),

[217] Como havia comentado no capítulo um, este parágrafo é um dos poucos em que me permiti fazer uma associação entre textos cujos lugares de enunciação são distintos. Porém, um atenuante, neste caso em particular, é que o artigo de Fábio Olmos foi publicado em uma revista eletrônica (O ECO) cuja linguagem se abre para que seus colunistas façam comentários menos herméticos, mais opinativos e espontâneos. Neste sentido, a palestra do antropólogo num encontro de técnicos (ainda que traduzido por ele durante a entrevista) possui alguma equivalência com o referido artigo de Olmos.

Yvonne Maggie (2004) e José Murilo de Carvalho (2007) à política de ações afirmativas (no sentido de que deveríamos beneficiar "todos" os pobres em geral); além disso, se há a tese de que "políticas da diferença" reforçariam preconceitos racistas, não deixa de ser relevante (como sugere Lobão) a hipótese de que políticas destinadas às populações tradicionais reforçariam distinções entre grupos sociais rurais próximos, mas não reconhecidos como "tradicionais". Porém, não irei entrar neste tema, apenas registro que se trata de um problema de pesquisa caindo de maduro e um estudo comparativo viria bem a calhar. Embora ambos estejam ligados ao que se tem chamado "políticas da diferença", são temas com peculiaridades distintas, sendo que, se no segundo caso já há expressivo número de estudos realizados ou em execução, no primeiro este é ainda pequeno. Ainda assim estudiosos começam a fazer pontes, ainda que de modo fragmentado ou, como vimos com Olmos, um tanto visceral e apaixonado (no sexto capítulo veremos paralelos sendo estabelecidos por alguns entrevistados)[218].

Já o texto de Terborgh e Peres (2002) introduz um aspecto abordado no item 4.1. Vejamos estas duas passagens: a) "no caso dos índios de contato recente (...) a presença cada vez mais significativa da escola, a decadência paulatina da transmissão tradicional de conhecimentos e o uso cada vez mais intenso de produtos industrializados tornam a cultura ecológica 'mitógena' progressivamente restrita aos velhos, pondo em risco sua continuidade"; e b) "para a geração mais nova, no entanto, o 'chamado da civilização' pode ser irresistível. A influência dos mais velhos decai, assim como suas habilidades, e o seu conhecimento é tido como irrelevante diante dos desafios de adquirir educação". Similares, não? Porém, extraí o primeiro trecho do artigo escrito pelos *antropólogos* Lima e Pozzobon (2005, p.56) e o segundo de Terborgh e Peres (2002. p.339), os quais, como vimos, possuem visões distintas sobre papel exercido pelas populações locais em áreas protegidas. Como se verá adiante, a partir de outros exemplos, embora certas constatações sejam comuns a pesquisadores com perspectivas antagônicas, estarão servindo de trampolim para outras afirmações divergentes.

Por fim, sobre o artigo de José Truda, parte do seu conteúdo tem a ver com um aspecto que abordarei no próximo capítulo e que diz respeito ao fato de pesquisadores, apesar dos antagonismos de parte a parte, podem partir das mesmas idéias e argumentos visando chegar, contudo, a conclusões contrárias. Assim, se tomarmos os trechos dos *antropólogos* citados no

[218] Um artigo que faz pontes entre políticas para populações tradicionais em áreas protegidas e políticas de ação afirmativa foi escrito recentemente por Lorenzo Aldé (2007) para a Revista de História da biblioteca nacional. Aí se encontram citações de autores com formações diversas e visões tão heterogenias quanto o zoólogo Fábio Olmos, o historiador ambiental Warren Dean, o economista Roberto Monte-Mor e os antropólogos José Arruti, Márcia Motta, José Carlos Rodrigues, José Murilo de Carvalho e Ugo Maia de Andrade. Sobre o teor do artigo de Aldé, apesar de alguns contrapontos (Lilia Schwarcz é escalada em um *box* para mostrar uma visão diferente da maior parte do teor do texto principal), sua perspectiva inclui tanto aspectos expostos por Barretto Filho como por Maggie e Fry (com direito a *box* com o dobro do tamanho de Schwarcz para José M. de Carvalho).

item anterior, creio que há grande probabilidade destes concordarem com algumas frases escritas por nosso especialista em baleias como, por exemplo, este trecho:

> comunidades indígenas, comunidades tradicionais, enfim quaisquer grupos humanos (...) de baixa demanda energética ou simplesmente pobres que moram em lugares remotos foram decretados [por alguns] (...) como detentores do saber mais avançado sobre gestão ambiental. Integrados à Natureza, sábios da floresta, vivendo em harmonia, todos os clichês de Rousseau sobre o bom selvagem (...). As comunidades tradicionais e pessoas de diversas cores não são melhores nem piores que outras diferentes delas quando se trata de gestão ambiental. Seres humanos têm impactos no ambiente.

Voltando a questão dos planos de afinidade/alteridade, ocorre que se, por um lado, podemos discordar fortemente de colegas mais próximos (mais "iguais" em termos de formação acadêmica ou orientação política), por outro, quando encontramos colegas que pensam muito "diferente" deixamos desavenças de lado para somar forças e lutar, tal como os Nuer, contra um "inimigo" comum. Creio que uma situação envolvendo uma das entrevistas possa deixar clara esta possibilidade. Conversando com uma antropóloga que desenvolve pesquisas há cerca de dez anos na Ilha Grande[219], comentei com ela a certa altura: "um dos pontos quentes é essa discussão sobre populações tradicionais; você sabe que hoje (...) tem previsto direitos a elas e há todo um movimento das populações tradicionais; como você vê esse debate?". Em seguida minha interlocutora (que chamarei aqui de Fernanda) reconheceu:

> sei que esse tema das populações tradicionais é um rolo, embora tenha algumas tentativas de definição (...). Na ilha, o problema é que são caiçaras; tradicional seria, digamos, o que corresponderia a você chamar um grupo lá de caiçara. Então, nesses meus trabalhos eu até falo que o mais nativo, quando uma pessoa quer dizer que o outro é nativo mesmo, ele fala: "fulano é caiçara, é nascido aqui e tal". Mas isso é uma coisa muito fluída (...), o pessoal da Vila do Aventureiro, por exemplo, se chama "o povo do aventureiro", mas um dia eles descobriram que eram designados como caiçaras. É igual ao negócio dos índios também, os índios não se chamam de índios, eles se chamam de Bororo, Kaingangue, Yanomami, mas aí, diante desse contato e dessa problemática toda, virou uma categoria política. Pronto, é isso. E aí agora a mesma coisa esse negócio de populações tradicionais.

Até aqui o depoimento desta antropóloga vai ao encontro do que pensa e escreve boa parte dos *antropólogos* e *cientistas sociais* citados neste capítulo. Porém, em seguida Fernanda criticou o fato de que "aquela coisa que o Diegues quer mostrar naquele livro, aquilo ali é uma maluquice, porque você pode perguntar assim: 'mas você tem que preencher quantos daqueles itens pra ser considerado uma população tradicional?'. Bom, aí tem uns itens que **daqui a pouco até eu posso falar que também sou população tradicional**". Ora, a crítica de Fernanda à definição proposta por Diegues de que qualquer pessoa poderia se declarar "população tradicional" foi e continua sendo um dos principais argumentos de pesquisadores que se alinham com perspectivas sustentadas por José Truda Palazzo, John Terborgh e Carlos Peres, Fábio Olmos e os demais 11 cientistas que assinam artigo aqui já citado várias vezes, "A crescente ameaça das 'populações tradicionais' à Mata Atlântica". Como visto na nota de

[219] Ilha Grande, localizada no litoral sul do Rio de Janeiro, caracteriza-se por permanentes conflitos envolvendo a população local e agentes ambientais por conta das unidades de conservação existentes em seu interior.

rodapé 141, Olmos *et. alli* (2001, p.282) alegam que a "definição [de população tradicional] foi vetada quando da aprovação do SNUC [porque] ela permite que quase toda a população rural brasileira possa ser classificada como 'tradicional'". E não por acaso Fernanda, agora se aproximando de Barretto Filho, reconheceu adiante o caráter problemático da adoção deste tipo de definição por inclusão e, não, por extensão, como propõem Cunha e Almeida (2004): "essa linha de argumentação não rende muito, não nos leva muito longe. **Uma lógica de explicação contrária que seja bem consistente derruba essa idéia**. Então, é preferível falar em população local, seja ela qual for, com seus direitos". Comentei então com ela:

> a expressão 'populações tradicionais' pode ser adotada, ao mesmo tempo, como uma categoria analítica e política. Como ferramenta analítica, ela seria usada para interpretar realidades onde poderiam ser encontradas pessoas que se encaixassem naquilo que se estaria entendendo como população tradicional. Bom, mas já como categoria política, ela seria importante porque poderia ser usada na luta por direitos, porque, ao me inserir debaixo dela, me reconhecer nela, eu poderia reivindicar direitos específicos, além de permitir que outros que estão na mesma situação façam o mesmo e, com isso, aumentar a força de pressão, o poder que tenho de influir nas políticas públicas.

Embora Fernanda tenha concordado de imediato com esta última possibilidade dizendo: "Ué! Eu sou favorável a que isso seja usado", quando ia lhe sugerir que "alguns falam que quando alguém critica a idéia de população tradicional", minha colega complementou: "você está retirando a força delas". Assim, depois de completar meu raciocínio dizendo "isso, retirando assim a força desta categoria no sentido de diminuir desigualdades sociais", Fernanda reconheceu: "é, de fato é muito delicado, você tem toda a razão. Porque se você diz: 'não, eles não são mais tradicionais', isso é o argumento do acusador, do ambientalista *hard*, tolo (...)". E, para enfrentar esta questão "delicada", Fernanda construiu a seguinte argumentação:

> mas aí, como é que antropólogo entra nessa conversa sem enfraquecer o possível uso que algum grupo venha a fazer? A gente fala: "não vem ao caso". Porque o que diabos é tradicional? Então você aí já desarma o acusador. Porque se ele vem com esse negócio de dizer "eles não são mais tradicionais, então não tem direitos", a gente fala: "não vem ao caso, eles tem direito de estar ali". Porque, primeiro, é igual a esse negócio de raça, raça é uma idéia, é uma concepção, serve pra acusar, pra discriminar, mas o que diabos é raça, que nem na biologia se sustenta? Mas, pensando bem, não sei se estou fazendo uma boa comparação, porque aí a gente detona o conceito. O negócio, acho, é conversar de outro jeito, aí a gente conversa com a população local, que tem direito de estar ali. E aí eu estou sendo bem parcial, reconheço.

Veremos no último capítulo (itens 6.12 e 6.13) que a associação com a questão das "cotas" foi recorrente no depoimento de vários entrevistados. Mas, após as observações acima, como percebi que minha interlocutora estava um tanto incomodada com sua própria resposta à questão que havia lhe sugerido inicialmente, provocativamente expus a ela a seguinte reflexão:

> tem um discurso de pesquisadores que, e essa é uma leitura minha, mas que vai num sentido muito parecido com críticas que se faz a política de cotas, de que, ao se ter uma política pública para populações tradicionais, se estaria excluindo outros grupos subalternos que não conseguiram, por *n* razões, se organizar no sentido de serem incluídos dentro dessa categoria. Aí você estaria criando um preconceito contra populações locais que não conseguiram perceber o uso potencial dessa categoria. Além disso, como no ministério do meio ambiente agora tem uma política nacional dirigida para essas populações, estariam entrando antropólogos como mediadores que, muitas vezes, exercem papel fundamental quando

> se precisa dizer quem são essas populações tradicionais. De uma certa forma, muito parecido com o que aconteceu no passado com a Funai.

A reação de Fernanda as minhas observações ilustra a reflexividade constante presente no modo como cientistas pensam controvérsias sobre nosso "tema quente". De certo modo, o diálogo que vínhamos tendo levou minha colega, neste momento, a repensar o que havia dito e, de fato, a fazer uma profunda auto-análise sobre sua postura diante o que discutíamos:

> olha só. Não! É tudo... [sete segundos de silêncio]. Não. Vou até recolocar a questão da raça. Porque tenho colegas que são totalmente favoráveis a cotas e outros que são totalmente contra. Aí, quando digo que raça não existe, você sabe, em termos humanos não tem como delimitar uma raça, porque seríamos tantas raças quanto o número de pessoas que existem no planeta. Isso é uma coisa. Outra coisa é raça sociologicamente falando. Aí tudo bem, aí as pessoas inventam, aí tenho mais é que reconhecer que isso existe, que é uma coisa complicadíssima e que pode servir pra coisas terríveis etc e tal. E também, enfim, existem diferenças que são atribuídas à raça e que as pessoas usam pra afirmar como qualquer outra coisa, digamos assim, uma coisa que é atribuída à condição racial. Agora, isso que você falou, estou aqui pensando... [quatro segundos de silêncio]. Acho que, indiretamente, acabei, com meu discurso anterior a sua pergunta, alimentando a idéia de que esse conceito de população tradicional é uma besteira e não deve ser usado. Mas só falo isso reforçando uma coisa que acho mais importante para todos, que é a idéia do pertencimento local. **Agora, a sua pergunta**... [quatro segundos de silêncio]. **Agora tenho que pensar**... [três segundos de silêncio], **porque tenho que pensar sobre isso**... [três segundos de silêncio]. **Agora estou raciocinando sobre tudo o que disse antes e acho que estaria alimentando esse grupo que diz: "olha, quem defende a idéia do uso político de população tradicional está tirando a possibilidade de outros grupos que deveriam ser contemplados serem incluídos nessa política**"... [pausa de quatro segundos**]. Não sei como resolver isso não. Em princípio eu acho que o que deve valer pra garantir direitos é o pertencimento local. Bom, mas não, aí eu acho que continuo no mesmo ponto, alimentando aquele outro argumento**... [pausa de dois segundos]. **Situação difícil essa**.

Finalmente, após nova pausa para pensar sobre como prosseguiria com seu depoimento, Fernanda concluiu: "é, acho que é essa coisa de que repente o sujeito descobre que se ele afirmar a posição de quilombola dele ele vai conseguir acessar esses direitos, bom, que seja assim, que seja. Mas não pode parar aí, porque isso é pouco. E quem não consegue? O que fazer?". O diálogo que tive com esta *antropóloga* (sobretudo o trecho final) mostra que debates sobre nosso "tema quente" são, em primeiro lugar, dinâmicos, ou seja, novas questões, dúvidas e perguntas estão surgindo neste exato momento, sendo que, se chegarem aos ouvidos nativos, isso poderá levar determinado pesquisador a rever sua "posição" e, até mesmo, a mudar de "posição". Por outro lado, mesmo que isso não ocorra, como será preciso, no mínimo, pensar sobre o assunto e suas implicações, isso também poderá ajudar a reforçar sua antiga "posição". Mas, em todo caso, o que este episódio mostra é que pontos de vista não são pensamentos absolutos, pois podem, a partir de uma atitude reflexiva, ser flexibilizados.

A existência de planos diferenciados em que argumentos são acionados e outros não, bem como a instabilidade – entre ou intradisciplinar – são características do modo como se dão as relações entre pesquisadores. Além disso, a diversidade de visões internas às disciplinas faz com que haja tanto *antropólogos* extremamente críticos à produção de seus colegas como *biólogos* críticos ao pensamento de outros *biólogos*. Voltando aos Nuer, maior proximidade (no caso, disciplinar) não significa necessariamente afinidade automática. Em certas situações,

discussões entre *biólogos* e *ecólogos* ou entre *antropólogos* e *sociólogos* sobre um tema específico podem ser extremamente controvertidas. Igualmente, um tema (geral ou específico) pode levar um conjunto de *biólogos* (ou de *antropólogos*) a estabelecer profundas divergências. Enfim, o debate pode dar muito pano pra manga dentro de um universo discursivo restrito.

Quando começamos a falar em disciplinas, subdisciplinas e especializações distintas, níveis diferenciados de afinidade-alteridade são acionados. Também aqui, ao opor *cientistas sociais* a *cientistas naturais,* a amplitude da distinção tende a ser mais abrangente do que divergências existentes entre *sociólogos* ou, ainda, entre *ecólogos*. Assim, um tema qualquer discutido só por *antropólogos, sociólogos, historiadores* ou, ao contrário, só por *ecólogos*, *zoólogos, botânicos* será qualitativamente quando todos estes profissionais estão envolvidos.

Voltando à metáfora da estátua de Latour, cientistas que trabalham com nosso "tema quente" se deparam no seu dia-a-dia com colegas, situações e argumentos diferenciados, sendo que poderão responder a eles também de formas distintas. Do mesmo modo, dependendo de seus interlocutores ou com quem eles pretendem debater, poderão perfeitamente escolher falar sobre isto e não aquilo; possibilidade esta, aliás, que deve ter ocorrido diversas vezes nas entrevistas que realizei (pelo menos de minha parte, posso dizer que, como quando chegamos a uma encruzilhada, conforme o andamento dos diálogos com meus interlocutores escolhi respostas, perguntas ou comentários em detrimento de outras). Em suma, em seus percursos, pesquisadores se deparam com muitas encruzilhadas, sendo que, na maioria das vezes, sabem bem que caminhos querem tomar e os riscos que estão dispostos a assumir.

Por outro lado, como vimos no caso do "fogo amigo", os "clãs" de que fala Mafesolli na epígrafe do item 3.1 não se restringem ou se acham circunscritos às áreas do conhecimento mais gerais ou às disciplinas que às compõem. Pelo contrário, no caso das discussões sobre nosso "tema quente", estão disseminados de modo nada linear, determinado e mecânico, bem como não são tão facilmente acessíveis e discerníveis para o iniciante que se aventura a tentar perceber nuanças que envolve o debate científico sobre esta temática. Se, como vimos com Bourdieu e Flaubert no tópico dois, existem vários Dambreuse e Arnoux atuando, há também muitos Frédéric (protagonista cuja marca é a inconstância e o transito entre o universo social destes dois personagens) participando das discussões sobre nosso "tema quente"[220]. Que me perdoem a liberdade do trocadilho, mas se podemos dizer que alguns pesquisadores utilizam preferencialmente mãos e pés esquerdos e outros mãos e pés direitos, há também muitos ambidestros entre eles que, conforme a situação, podem fazer uso tanto de uns como de outros.

[220] Quem já leu este romance de Flaubert (1995) sabe que não se trata de alguém que ficaria propositalmente sempre "em cima do muro" ou que faria uma espécie de "jogo duplo". Nada disso. O que ocorre é que, além de Frédéric possuir uma personalidade complexa e pouco previsível, o ambiente estrutural que marca os eventos em que ele se vê metido e as opções que lhe são apresentadas não permitem que uma decisão definitiva seja tomada.

CAPÍTULO IV

Proximidades nas diferenças e algumas controvérsias

4.1 Alguns falam "por", outros "sobre" e outros ainda falam "com", mas todos falam[221]

> E nós te reduzimos; em vitrina e reserva; em parque zoológico; em arquivo-poeira.
>
> Pedro Casaldáliga, 1979[222].

A despeito do que falei até aqui, a situação descrita no início do capítulo anterior daria a um pesquisador hipotético toda legitimidade para construir um "quadro de análise" baseado em diferenças teóricas, epistemológicas e metodológicas que tenderiam a separar cientistas sociais de cientistas naturais; sendo o "meio", como em Adams, preenchido por profissionais das suas respectivas subáreas, ramos, disciplinas, subdisciplinas, disciplinas aplicadas, de fronteira e demais especialidades afins. Tendo isso em vista, proponho neste tópico pensar sobre aspectos que, contrariando mais uma vez esta possibilidade, tendem a aproximar nativos quando se trata de falar sobre áreas protegidas e populações locais. Comecemos com quatro trechos que selecionei arbitrariamente de textos que se referem a esta temática:

> Na contrapartida da *biodiversidade* ali presente, tampouco podemos afirmar que conhecemos as suas *espécies*. Para a *ecologia* brasileira, Rondônia encerra um universo *ecossistêmico* cuja cobertura *investigativa* ainda não alcançou a densidade que ela logrou obter em outras regiões. A despeito do mérito das pesquisas já realizadas entre algumas de suas *espécies*, o conhecimento acerca de muitas outras é ainda incipiente. Mesmo os *primatas* e *aves* são pouco conhecidos, se nos ativermos ao parco volume de estudos que a eles se referem: uma única dissertação de mestrado e alguns artigos que podemos contar nos dedos de uma só mão. E o que não dizer das *onças-pintadas* (*Panthera onca*) que, felizmente ou não, estão apartadas do contato com os não-índios e sua sociedade. A *UC* em foco neste capítulo é exemplo da ocorrência destes *felídeos*. Até o momento, as *equipes de pesquisa* confirmaram a presença de *dois grupos* em seu interior: um grupo de *onças* vivendo na extremidade nordeste da área, e um outro grupo mais ao sul da *UC*, composto provavelmente por dezenas de indivíduos. Em uma expedição realizada em março de 2000, a mesma *equipe de pesquisa* colheu informações que sugerem a possibilidade de que exista um terceiro *grupo* na *UC*, mais especificamente na região da Serra do Tracuá.
>
> Até hoje foram descritas *220 etnias indígenas* (...). Só nos últimos 10 anos foram descritas *20 novas etnias* (...). [Isso] inspirou, em todo o mundo, intenso esforço de compilação de informação sobre nossa *diversidade cultural*. (...). No entanto, os *indígenas brasileiros*, *por exemplo* os *Aruju e Kaixana*, são pouco conhecidos. Existem poucas informações a respeito de sua distribuição geográfica, história *cultural*, história de vida ou ecologia. Grandes áreas do Brasil ainda necessitam de inventários e muitas localidades já investigadas foram *pouco estudadas*. Localidades reconhecidas por sua grande riqueza de *povos indígenas* vêm sendo estudadas há anos e, normalmente, coincidem com *terras indígenas* ou são locais de fácil acesso possibilitando a realização de inventários periódicos. Além disso, muitos estudos e dados importantes ainda não forma publicados, ou estão na literatura não indexada (...). Todos esses aspectos frustram as tentativas de obtenção de uma compreensão abrangente sobre a composição, geografia e demografia das *populações indígenas* do Brasil, que é tão necessária para a sua *perpetuidade* e *reprodução social*.
>
> Na contrapartida da *humanidade* ali presente, tampouco podemos afirmar que conhecemos *os seus índios*. Para a *etnologia* brasileira, Rondônia encerra um universo *sociocultural* cuja cobertura *etnográfica* ainda não alcançou a densidade que ela logrou obter em outras regiões. A despeito do mérito das pesquisas já realizadas entre alguns de *seus povos*, o conhecimento acerca de muitas outras é ainda incipiente. Mesmo os *Uru-Eu-Wau-Wau* e *Amondawa* são pouco conhecidos, se nos ativermos ao parco volume de estudos

[221] Neste item, deixarei de usar *itálico* para me referir às disciplinas para adotá-lo com outro propósito. O leitor irá logo descobrir a nova finalidade deste recurso. Porém, continuarei com o **negrito** para ressaltar trechos.
[222] Trecho retirado da obra "Missa da Terra sem Males", escrita em 1978 e gravada em CD em 2000.

> que a eles se referem: uma única dissertação de mestrado e alguns artigos que podemos contar nos dedos de uma só mão. E o que não dizer dos *índios isolados* que, felizmente ou não, estão apartados do contato com os não-índios e sua sociedade. A *TI* em foco neste capítulo é exemplo da ocorrência destes *isolados*. Até o momento, as equipes *da frente de contato* confirmaram a presença de dois *povos isolados* em seu interior: um grupo *Tupi-Kawahib* vivendo na extremidade nordeste da área, e um outro grupo mais ao sul da *TI*, composto provavelmente por dezenas de indivíduos. Em uma expedição realizada em março de 2000, a mesma equipe *da frente de contato* colheu informações que sugerem a possibilidade de que exista um terceiro *povo indígena* na *TI*, mais especificamente na região da Serra do Tracuá.
>
> Até hoje foram descritas *311 espécies de anfíbios* (...). Só nos últimos 10 anos foram descritas *97 novas espécies* (...). [Isso] inspirou, em todo o mundo, intenso esforço de compilação de informação sobre nossa *diversidade natural*. (...). No entanto, os *anfíbios brasileiros*, *especialmente as cecílias e salamandras*, são pouco conhecidos. Existem poucas informações a respeito de sua distribuição geográfica, história *natural*, história de vida ou ecologia. Grandes áreas do Brasil ainda necessitam de inventários e muitas localidades já investigadas foram *sub-amostradas*. Localidades reconhecidas por sua grande riqueza de *espécies* vêm sendo estudadas há anos e, normalmente, coincidem com *unidades de conservação* ou são locais de fácil acesso possibilitando a realização de inventários periódicos. Além disso, muitos estudos e dados importantes ainda não foram publicados, ou estão na literatura não indexada (...). Todos esses aspectos frustram as tentativas de obtenção de uma compreensão abrangente sobre a composição, geografia e demografia das *da fauna de anfíbios* do Brasil, que é tão necessária para a sua *conservação*.

Quais das versões acima foram de fato escritas pelos seus respectivos autores?[223] Para além de saber a resposta, minha intenção com este tipo de artifício é mostrar que a estrutura da linguagem usada por muitos cientistas naturais e cientistas sociais quando desejam falar **sobre** seus objetos-sujeitos de estudo pode ser muito próxima. Embora alguns possam funcionar como adjetivos (o que não alteraria muito a situação), a maioria dos termos substituídos são substantivos simples, nomes próprios de espécies, povos e disciplinas, ou seja, palavras cuja função principal é nomear coisas, objetos, seres ou entidades e que, por isso mesmo, quando trocadas não comprometem a forma como o texto foi construído.

Obviamente, não estou dizendo que os autores tiveram tal intenção, mas constatando que, lingüisticamente, seria perfeitamente possível substituir - sem perda de coerência e sem alterar a organização das frases -, "humanidade" por "biodiversidade", "índios" por "espécies", "etnologia" por "ecologia", "Uru-Eu-Wau-Wau e Amondawa" por "primatas e aves", "povos" por "onças-pintadas", "índios Tupi-Kawahib" por "espécies de felídeos" e vice-versa. Do mesmo modo, a construção dos parágrafos seria a mesma se trocássemos "311 espécies de anfíbios" por "220 etnias indígenas", "diversidade natural" por "diversidade cultural", "anfíbios brasileiros" por "indígenas brasileiros", "cecílias e salamandras" por "Aruju e Kaixana", "natural" por "cultural", "unidades de conservação" por "terras indígenas", "fauna de anfíbios" por "populações indígenas". Em suma, apesar das frases serem totalmente distintas e falarem sobre coisas distintas, ainda assim se aproximam.

Para fixar este aspecto, vejamos mais alguns exemplos rápidos extraídos da literatura. No texto, "Uso da paisagem e conservação: tensões socioambientais e diálogo de saberes em

[223] Os textos originais (os dois últimos) foram publicados, respectivamente, por Rufino (2004, p.511) e Silvano e Magno (2005, p.80) - ver referências bibliográficas -, sendo as palavras em *itálico* substituídas por mim nas duas versões alternativas que propus. Todo restante, entretanto, foi preservado como no original.

UCs", escrito por Marangon e Agudelo (2004, p.3), onde se lê "ora, os patrimônios *simbólicos* das diversas *culturas* oferecem vias para o enriquecimento *cultural* do mundo através da diferenciação", poderia substituir por "ora, os patrimônios *genéticos* de diversas *espécies* oferecem vias para o enriquecimento *natural* do mundo através da diferenciação". Quando Santilli (2005, p. 125) argumenta que "reservas extrativistas e de desenvolvimento sustentável" foram criadas com o objetivo principal de "abrigar *populações tradicionais* e proteger os *meios de vida e a cultura* dessas populações", seria perfeitamente possível encontrar um autor afirmando: "unidades de proteção integral" foram criadas com o objetivo principal de "abrigar *remanescentes de fauna e flora* e proteger *habitats e ecossistemas* dessas populações".

Da mesma forma, se, no caso das populações tradicionais, há um "*território ou espaço* onde o grupo social se reproduz *econômica* e *socialmente*" (Diegues, 1996, p.87), para espécies de um modo geral há também "um *habitat ou ecossistema* onde o grupo social [pois existem várias espécies que possuem organização social, hierarquia, divisão de tarefas, etc.] se reproduz *biológica* e *fisicamente*". Ao ler o título: "O impacto de *espécies* invasoras em comunidades *naturais*: o caso do *mico-estrela* versus *mico-leão-dourado*" (Carvalho *et. alli*, 2006), não seria mero acaso se encontrássemos na literatura outro trabalho com o título: "O impacto de *grileiros* invasores em comunidades *tradicionais*: o caso dos *arrozeiros* versus *indígenas*" (e aqui penso nos conflitos entre arrozeiros e índios na Reserva Indígena Raposa Serra do Sol – ver Ricardo, 2004 e Lauriola, 2003)[224]. Enfim, incontáveis outras transposições como estas poderiam ser propostas através de textos científicos que falam sobre nosso "tema quente", ou seja, não se trata de uma exceção, mas de um procedimento corriqueiro.

Porém, as correspondências não se resumem à estrutura lingüística. A começar por uma peculiaridade do debate sobre populações locais e áreas protegidas: a acusação de que a implantação de UCs teria obedecido e, em certa medida, continuaria obedecendo a um viés *neocolonialista* (Diegues, 1996, 2000). Ora, recentemente o antropólogo Ronaldo Lobão, que vimos no item anterior, defendeu tese de doutorado na qual sugere que alguns de seus colegas antropólogos estariam colaborando para o fortalecimento de "*políticas neocolonialistas*" junto às populações locais (Lobão, 2006a).

Outra aproximação pode ser vista através da idéia de integrar UCs na forma de um "sistema". É comum, sobretudo quando feita a partir da "teoria da biogeografia de ilhas", a crítica de que UCs não poderiam ficar *isoladas*; ao contrário, precisariam estar *conectadas* (daí a idéia de "corredores ecológicos") para evitar a "*fragmentação* de habitats" (o que levaria a

[224] Reparem que só citei artigos científicos. Se fizesse uso de definições, justificativas e objetivos que constam na legislação vigente, textos técnicos, relatórios de órgãos governamentais e não-governamentais, reportagens e material informativo (abundantes na internet), semelhanças como estas seriam ainda mais numerosas e evidentes.

gradual diminuição da "biodiversidade"). Ora, no caso de povos indígenas, sobretudo aqueles cuja noção de território é bem diferente da nossa, como os Guarani, estes também sofrem com a *fragmentação* de suas terras e o *isolamento* de suas aldeias. Fato que levou Ladeira (2004, p.29) a ressaltar: "o território Guarani, enquanto espaço de uso e construção, não é *fragmentado* porque suas aldeias não sobrevivem *isoladas* umas das outras". Como se vê, termos como *neocolonialismo*, *fragmentação* e *isolamento*, ainda que usados com finalidades distintas, são problemas tanto para *comunidades tradicionais* como para *espécies*.

Mas sigamos adiante. Uma característica recorrente no discurso de vários cientistas aparece quando falam de nossas florestas, ecossistemas e espécies ameaçadas de extinção: a questão da urgência contida na idéia de que estaríamos desperdiçando a última chance de salvar o pouco do que ainda restou de nossa biodiversidade, pois a situação estaria chegando a um ponto onde não haveria retorno possível. Terborgh e Schaik (2002, p.25), comentam: "aqueles dentre nós que se esforçam para conservar a biodiversidade do planeta estão envolvidos numa **luta contra o tempo**. E mais ainda, existe uma ampla aceitação da idéia de que a humanidade tem a obrigação moral de dividir o planeta com outras formas de vida". Opinião próxima tem Gusmão Câmara (2004, p.27) quando alerta que

> estamos destruindo em poucas décadas toda uma enorme parcela de diversidade biológica do planeta, fruto de dezenas de milhões de anos de evolução (...). Mesmo que os estudos a respeito não sejam conclusivos, seria no mínimo sensato adotar medidas acauteladoras para evitar-se uma possível **situação desastrosa irreversível** (...). O que se torna **imperioso e urgente** é o governo brasileiro tomar a decisão política corajosa de acabar com a destruição descontrolada da floresta amazônica.

Mas o que dizer então do tom fatalista adotado por Nunes (2003, p.6) não para falar de *florestas*, *espécies* e *ecossistemas*, mas para se referir à situação das *populações tradicionais*: "estamos num ponto de inflexão: ou ouvimos o que os moradores tradicionais das unidades de conservação têm a nos dizer e nos ensinar, ou nos resignamos a **assistir seu desaparecimento** enquanto grupo social possuidor de riquíssima cultura e saberes acumulados durante gerações".

A possibilidade de estarmos *perdendo* irreversivelmente algo muito valioso de certa forma aproxima profissionais com preocupações distintas. Lima e Pozzobon (2005, p.56), por exemplo, ao propor "uma classificação socioambiental da ocupação humana da Amazônia", comentam que, no caso de "povos indígenas de comércio recente", "ainda não se observa uma *perda* significativa dos conhecimentos ecológicos do grupo como um todo". Mas esta "perda" potencial que populações tradicionais poderiam estar vivenciando não se resume apenas aos seus conhecimentos. E aqui recorro mais uma vez ao recurso da substituição pra indicar outra equivalência entre "perda" de "espécies" e "perda" de "cultura". Se tomarmos este trecho,

> há muito tempo vem se preocupando com a **perda** de diversidade das *culturas humanas*, conscientes de que parte da riqueza da *vida humana* no globo se deve às inter-relações entre os *povos* e seus habitats

> locais. A perda de *culturas* ou do *conhecimento tradicional das culturas* que sofrem mudança social rápida é problema pelo menos tão grave quanto a perda de *espécies*" (IUCN *apud* Diegues, 1996, p.104),

seria possível que um outro pesquisador escrevesse que outras pessoas

> há muito tempo vem se preocupando com a **perda** de diversidade das *espécies naturais*, conscientes de que parte da riqueza *ecossistêmica* no globo se deve às inter-relações entre as *espécies* e seus habitats locais. A perda de *espécies* ou do *conhecimento sobre ecossistemas* que sofrem mudanças *ecológicas* rápidas é um problema pelo menos tão grave quanto a perda de *culturas*.

Barretto Filho (2006, p.120), em sua crítica à noção de populações tradicionais, qualifica procedimento semelhante de "naturalização das culturas humanas": "ao equacionar a perda de culturas à perda de espécies, reinsere-se, subrepticiamente, a visão desses povos como sociedades da natureza"[225]. Também argumenta que um modo de garantir direitos especiais a grupos rurais minoritários no sentido destes "continuam se apropriando dos recursos das áreas protegidas" foi "construírem um argumento técnico-científico" (*op. cit.*, p.130), o que novamente aproxima cientistas sociais de cientistas naturais, já que o que estes mais fazem é "construir argumentos técnico-científicos". Ao final, citando Viveiros de Castro, o autor é enfático em sua conclusão sobre a tendência de "naturalização" no caso de políticas para populações tradicionais: "definições de 'população tradicional' tendem, via de regra, a situar grupos sociais que elas recobrem (...) como partes dos ecossistemas a serem protegidos e como estando em uma espécie de sintonia natural com a natureza, como 'populações tradicionais reguladas (...) por parâmetros naturais, independentes da práxis simbólica humana".

Ao repararmos nas correspondências e no alerta de Barretto filho, é compreensível que esta situação autorize cientistas a fazerem comentários críticos do tipo: "é fato que anúncios publicados nos cadernos de turismo dos grandes jornais (Folha e Estado de São Paulo) logo após a chegada dos Guarani mostram que **sua aldeia era utilizada como uma atração** a mais no seu pacote turístico. A aldeia Guarani no parque Superagui também é **uma atração turística**" (Olmos *et. alli*, 2001, p.299). Igualmente, quando falava com um eng. florestal entrevistado sobre espécies carismáticas, ao ponderar a este: "estas espécies servem pra fazer um pouco de, aspas, propaganda, não?", meu interlocutor admitiu:

> é verdade que até hoje se usam espécies carismáticas, como panda, urso polar, pra conseguir dinheiro, isso são estratégias de mercado (...). Mas não é muito diferente dos socioambientalistas, porque se alguns vendem a imagem dos pandas, outros vendem a imagem de um índio pintado e cada um compra o que quer. Só que não é o mesmo objetivo, conservar o índio é uma coisa, conservar a natureza é outra coisa. É isso que eles não entendem.

Outro aspecto que aproxima pesquisadores, como vimos com Cunha (1999) e Barretto Filho (2006), refere-se à idéia de que o que estaríamos *perdendo* poderia, no futuro, ter uma

[225] É preciso ler com cuidado o comentário de Barretto Filho. Segundo minha percepção, o autor não está criticando o fato de que possam haver "perdas culturais", mas, sim, o fato de que muitas vezes igualamos estas últimas, através de associações as mais diversas, as "perdas biológicas". O problema não estaria, segundo entendo, no fato de que algo possa ser "perdido", mas na maneira de lidar com (e enunciar, claro) este fato.

utilidade. Assim, tanto saberes conservados secretamente nos ecossistemas como saberes ancestrais guardados por gerações por populações tradicionais fazem com que ambos sejam vistos como potenciais "prestadores de serviços ambientais". Sobre a idéia de *utilidade*, Cunha (1999, p.156) lembra a associação de Vandana Shiva e Gurdial Nijar entre "erosão social e erosão genética"[226]. Embora esta característica (funcional e utilitária de saberes locais que estariam sendo *perdidos*) seja mais recorrente no caso de cientistas naturais ao falarem sobre diversidade biológica, ela pode ser encontrada em trabalhos mais próximos das ciências sociais. Rigonato e Almeida (2003, p.10), dois geógrafos, em seu trabalho "singularidade do cerrado: a interrelação das populações tradicionais com as fitofisionomias", alertam que em

> trabalhos empíricos na área de estudo identificou-se que não há interesse por parte dos mais novos (...) para aprenderem as especificidades medicinais, alimentícias e artesanais do ecossistema Cerrado. Este fato pode acarretar ***perdas*** **parciais do conhecimento** popular, da **cultura**, do **folclore**, dos **mitos**, das **lendas** e, sobretudo, das **potencialidades das espécies** do cerrado (...). Nesse sentido, o **conhecimento popular** das populações tradicionais **é um *instrumento* indispensável para a *preservação* da cultura, da biodiversidade do Cerrado** [e para] **auxiliar estudos científicos** que buscam conhecer (...) o Cerrado.

Já vimos no item anterior que a idéia de que o saber de populações locais poderia ser *útil* à conservação da biodiversidade é criticada devido ao seu caráter etnocêntrico, pois impõe critérios externos para avaliá-lo. Sobre este ponto, Roué (2000, p.75) indaga: "há necessidade de se interessar somente pelas práticas gerenciais eficazes [de populações locais] e deixar o resto para crenças? Corre-se então o risco de cair na armadilha do julgamento de valor e sucumbir à moda ecologizante dos últimos vinte anos, classificando rapidamente todas as práticas humanas segundo um só critério e distribuindo os bons e os maus pontos". Já Viveiros de Castro (1996, p.22) enfatiza, além do perigo de financeirização desta *utilidade* do saber local quando visto só do ponto de vista comercial, as distâncias culturais existentes:

> as comunidades indígenas e as populações tradicionais têm conhecimentos diferentes na medida em que são sócio e culturalmente diferenciadas. Como a sócio-diversidade e a biodiversidade estão intrinsecamente ligadas, a redução da primeira a um aspecto meramente financeiro, comercial, tende a reduzir a própria sócio-diversidade, o que pode acabar por não justificar o direito das comunidades indígenas de subsistirem de formas cultural e socialmente autônomas. Em outras palavras, será preciso achar que índio dá lucro para justificar sua existência; do contrário, se as áreas que ocupam não têm biodiversidade, ou se eles não possuem conhecimentos apreciáveis, serão então dispensáveis.

Ilustrando o que criticava Barretto Filho no item anterior, como há, segundo Rigonato e Almeida, tanto a possibilidade de "*perda* (...) do conhecimento popular, da cultura, do folclore, dos mitos, das lendas" como a potencialidade do "conhecimento popular [servir como]

---

[226] Para Vandana Shiva (2003, p.86) "hoje em dia a **diversidade dos ecossistemas, dos seres vivos e dos modos de vida das diferentes comunidades está sob ameaça de extinção**. Os habitats foram cercados ou destruídos, a **diversidade tem sofrido erosões** e o sustento derivado da biodiversidade está ameaçado". Porém, Cunha trabalha com uma idéia mais refinada de "erosão social" ao estabelecer paralelos com "erosão genética" e que me parece mais apropriada. Para a autora, seria mais relevante enfocar "a erosão das condições de produção de conhecimento local" e a "deterioração das formas sociais, das instituições, que permitem fazer este tipo de ciência".

instrumento indispensável para a preservação da biodiversidade e também auxiliar os estudos científicos", isso pode levar a idéia de que se deveria pensar em estratégias de *manutenção* deste saber. Assim, Paiola e Tomanik (2002, p.176 e 178), em seu estudo sobre "perspectivas de continuidade da pesca artesanal em uma região ribeirinha do rio Paraná", argumentam:

> a ***manutenção*** **daquele estilo de vida**, então, longe de colocar em risco, favorece a preservação dos recursos naturais e da biodiversidade neles contida (...). Se pensou em investigar se ocorria, por parte dos pescadores mais jovens**, alguma *resistência* em relação à *cultura dominante*** e ainda algum esforço ou intenção para ***manter*** **a *cultura tradicional*** até então valorizada por seus familiares.

Além do objetivo de "*manter* a *cultura tradicional*" (o verbo manter da idéia de algo que não muda, de constância), poderíamos pensar que várias *espécies* (sobretudo as em risco iminente de extinção) também *resistem*, ao seu modo, a *cultura dominante*. E o que se faz em situações de iminente desaparecimento de coisas, entidades, recursos, pessoas valorizadas por uma dada sociedade? Como facilmente visto na literatura, logo vem a idéia de *preservar* o que ainda restou dessas mesmas coisas, entidades, recursos, pessoas, sendo que entre as estratégias disponíveis está a possibilidade de *abrigá-las* (termo usado duas páginas antes por Santilli) em algum lugar especialmente criado pra elas. Valle (2004, p.317) percebeu bem qual o dilema que se impõe nas discussões sobre presença Guarani em UCs da Mata Atlântica: "coloca-se em questão, portanto, o uso que se quer dar à área: *preservar o que restou* de uma grande floresta que hoje *sobrevive* apenas em nossa imaginação, ou *preservar o que restou* de uma grande sociedade, que hoje, para grande parte dos brasileiros, *sobrevive* apenas em livros de história".

De fato, não é difícil identificar circularidade de termos intercambiáveis usados tanto para falar em processos ecológicos e interações biológicas como em fenômenos culturais e relações sociais. Este é o caso do conceito de *simbiose*, por vezes transposto da biologia para falar sobre populações locais. Na definição de populações tradicionais proposta por Diegues (1996, p.87), por exemplo, estas se caracterizariam pela "dependência e até *simbiose* com a natureza". Segundo Vocabulário Ambiental (IBGE, 2005) *simbiose* seria a "associação de vida entre dois organismos diferentes, em que um só deles se beneficia (comensalismo) ou em que ambos de beneficiam (mutualismo)". *Resiliência* é outro termo recorrente. Adams (2000a, p.238), por exemplo, alerta que a "***perda*** **de conhecimento** sobre plantas medicinais, observada por Begosse *et al.* (1993) em Búzios (SP), é sinal de ***perda*** **de variabilidade cultural local** e representa um **decréscimo na *resiliência* ecológica e cultural** destas comunidades". Conforme mesmo vocabulário citado, *resiliência* seria a "medida da capacidade de um ecossistema absorver tensões ambientais **sem mudar seu estado** ecológico, perceptivelmente, para um estado diferente". Ora, se transpusermos a definição aplicando-a a um contexto sociocultural, seria como dizer: "medida da capacidade de um grupo social absorver tensões ambientais e socioeconômicas **sem mudar seu estado** cultural, perceptivelmente, para um estado diferente".

Como vemos, até mesmo termos técnicos específicos da ecologia como *resiliência* e *simbiose* podem servir para falar sobre comunidades tradicionais.

Sobre a "aplicação de conceitos ecológicos às relações sociais", Branco (1995, p.230) argumenta que esta prática "tem levado a alguns erros graves":

> tendo-se em vista que nas relações ecológicas, considera-se altamente salutar, considerando-se a estabilidade dos ecossistemas, a diversidade de espécies, questiona-se se esse mesmo princípio, aplicado aos grupos étnicos humanos não estaria em contradição com os princípios humanísticos, defendidos desde a Revolução Francesa, de igualdade entre os seres humanos. **Há evidente equívoco** nesta preocupação que é, de um lado, **pensar-se que a preservação de grupos humanos tem o mesmo sentido da preservação da grande diversidade de espécies vegetais e animais**[227].

Não deixa de ser, no mínimo, curiosa a forma semelhante com que se tem tratado, na literatura especializada, temas como "*proteção da diversidade biológica*" e "*proteção à diversidade cultural*". Como comenta Santilli (2005, p.133), "o princípio fundamental que deve orientar a aplicação e interpretação judicial do Snuc é de que se trata de um sistema de unidades de conservação socioambientais que visa ***proteger* e *conservar*** os recursos naturais e culturais associados". Já falei aqui sobre a necessidade de *manter* recursos naturais no sentido de *conservá-los*. Porém, vejamos algumas implicações do uso do termo *proteger*, largamente adotado para se referir tanto a "espécies ameaçadas" como a "populações tradicionais" (além do que, em alguns casos se fala em etnias indígenas que estariam em "*condições de extinção*").

Embora sejam situações diferentes, nos dois casos argumenta-se que tanto as primeiras como as segundas "deveriam ser *protegidas*", o que, até certo ponto, aproxima alguns pesquisadores. É recorrente repetirmos ou ouvirmos o argumento de que se deve *proteger* tanto o *patrimônio cultural* como o *patrimônio natural*, tanto *remanescentes* de quilombos como *remanescentes* florestais, enfim, tanto a *sociodiversidade* como a *biodiversidade*. Tal aproximação fica evidente na própria convenção da diversidade biológica, que, conforme Cunha (1999, p.148), "considerava que *recursos genéticos* e *conhecimentos tradicionais* eram *patrimônio* da humanidade". Aliás, a autora critica o problema de se tratar a "*erosão*" de saberes locais como se fossem algo absoluto ou que poderiam ser guardados ou arquivados:

> digo 'saber local' porque, a meu ver, embora a expressão englobe a [definição] de 'saber tradicional' ou de 'saber indígena', ela se presta menos a confusões. A escolha dos termos não é fortuita. Saber local, como aliás qualquer saber, refere-se a um produto histórico que se reconstrói e se modifica, e não a um patrimônio intelectual imutável, que se transmite de geração a geração (...). Se assim fosse, o problema estaria na erosão do saber, e à maneira dos salvamentos arqueológicos, ou mesmo do ambicioso programa de censo da biodiversidade proposto pelo biólogo Janzen (...), dever-se-ia proceder sem mais delongas ao inventário do saber humano (Cunha, 1999, p.156)[228].

---

[227] Não estou afirmando, de maneira alguma, que Adams ou Diegues pretenderam dar este "mesmo sentido" de que fala Branco, mas, tão somente, alertar que a forma como construímos nossas reflexões tem profundas implicações quanto aos seus efeitos práticos.

[228] Conhecido no universo da conservação ambiental, Daniel Janzen, além de despertar tanto aclamação e aprovação como ira e desaprovação, ficou famoso por suas frases impactantes. Cito algumas delas recolhidas por Guha (2000), outra figura que mobiliza tanto elogios como contestações: "se biólogos desejam conservar os

Mas esta possibilidade de inventariamento criticada por Cunha já foi incorporada a nossa legislação. Santilli (2005, p.191), ao falar sobre "conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade", comenta que "povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais produzem conhecimentos (tradicionais) e inovações em diversas áreas. Como exemplos podemos citar as suas criações artísticas, literárias, científicas, tais como desenhos, pinturas, contos, lendas, músicas, danças, etc., que **devem ser tutelados** por meio do reconhecimento de seus direitos autorais". Para tanto, indica em nota de rodapé que

> o decreto nº 3.551/2000 instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza, dividindo o registro nos livros dos saberes, das celebrações, das formas de expressão e dos lugares. Nos termos do referido decreto, no Livro de Registro dos Saberes devem ser inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; no Livro de Registro das Celebrações serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; no Livro de Registro das Formas de Expressão serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; e no Livro de Registro dos Lugares serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se reproduzem práticas culturais coletivas.

Além das aqui já citadas, várias outras expressões podem ser encontradas na literatura quando se trata de falar em populações locais e áreas protegidas. Assim, ao mesmo tempo em que há "*comitês* de espécies" (destinados a programas específicos, como "Projeto Tamar", "mico-leão-dourado" etc.), existem "*comitês* de apoio às populações tradicionais". O mesmo ocorre com o termo "*reserva*" ("*reservas* biológicas", "*reservas* indígenas" e "*reservas* extrativistas"), cuja conotação dá idéia de algo a ser guardado, resguardado, ao abrigo do mundo externo. Igualmente, falamos em "políticas de *preservação ambiental*" e "políticas de *preservação cultural*" ou, ainda, em "preservação de *bens ambientais*" e "preservação de *bens culturais*" (algo parecido pode ser visto em documentários, reportagens e programas televisivos em geral, onde "a espécie tal" ou "a tribo tal" recebe mesmo tratamento cinematográfico).

Tanto espécies ameaçadas (sobretudo, "carismáticas"), ecossistemas e lindas paisagens como etnias indígenas, quilombolas e demais populações tradicionais são muitas vezes tratados como *patrimônios* (nacional ou da humanidade) a serem urgentemente *preservados* e *protegidos* pelo homem branco da sua própria ignorância misturada com ganância (esteja ela voltada para o que for: terra, lucro, poder, prestígio etc.). Em ambos os casos trata-se de mostrar o exótico, o extraordinário, a beleza, mas, também, a gravidade da situação, a urgência da questão, a condição de perigo em que se encontram, as dificuldades que enfrentam e a violência de que podem estar sendo vítimas tanto nossos preciosos ecossistemas e seus tesouros escondidos como nossas valiosas populações tradicionais e seus saberes acumulados.

---

trópicos, devem comprá-los com cuidado, energia, esforço, estratégia, tática, tempo e dinheiro"; "o desafio, no qual o ecólogo tropical é um general, um pajem, um soldado da infantaria, um especialista, é impedir que a humanidade atinja este objetivo [de converter o mundo num pasto]"; "nós temos a semente e o conhecimento biológico: falta-nos o controle do terreno" (Janzen, várias datas *apud* Guha, 2000, p.81 a 86).

Outra proximidade que entre cientistas com visões bem distintas sobre o tema das áreas protegidas e populações locais vincula-se a um hábito comum de cientistas em geral: a prática de classificar. Apesar de adotarem critérios distintos e nomeá-los de modo diferente (e com propósitos também diferentes), os antropólogos Lima e Pozzobon (2005) se aproximam dos engenheiros (florestal e agrônomo) Dourojeanni e Jorge-Pádua (2001) quando ambos se propõem a classificar um público muito próximo. Assim, Lima e Pozzobon (2005, p.47), com base na "verificação empírica da sustentabilidade dos usos que fazem as populações humanas dos ecossistemas" e no "impacto ambiental de sua ocupação", apresentam nove "categorias socioambientais de produtores rurais na Amazônia": "povos indígenas de comércio esporádico; povos indígenas de comércio recorrente; povos indígenas dependentes da produção mercantil, pequenos produtores 'tradicionais'; latifúndios 'tradicionais', latifúndios recentes, migrantes/fronteira; grandes projetos e exploradores itinerantes". Já Dourojeanni e Jorge-Pádua (2001, p.240), embora interessados especificamente na "presença de populações humanas em unidades de conservação", propõem uma classificação baseada em "tipos" que caracterizariam estas populações: "(i) populações indígenas de modo de vida tradicional; (ii) populações indígenas aculturadas; (iii) populações tradicionais; (iv) populações locais que não se qualificam como tradicionais, por exemplo, camponeses da vizinhança (...); (v) populações novas na região como, por exemplo, do MST, garimpeiros e madeireiros".

Claro que são classificações bem distintas (certamente, Lima e Pozzobon não concordariam com o uso da expressão "aculturados", por exemplo). Mas o que quero chamar a atenção é que ambos, a despeito de sua divergências, recorrem ao mesmo expediente: se dispõem a fazer distinções. Aliás, além de classificar, os quatro pesquisadores, após apresentar suas categorias classificatórias, compartilham outro procedimento: relativizam, ao seu modo, suas próprias categorizações. Assim, os primeiros reconhecem que "como qualquer classificação, as categorias produzidas são ideais e constituem uma simplificação da realidade em um dado momento histórico. Trata-se de um ordenamento da diversidade empírica para permitir uma análise de tendências, e não uma enumeração exaustiva e engessada da variedade socioambiental na Amazônia" (*op. cit.*, p.47). Já os segundos admitem que seus "tipos"

> representam casos muito complexos (...). Isso é uma simplificação, já que, como se sabe, existem gradações quase contínuas entre, por exemplo, uma população indígena de 'vida tradicional' e outra 'aculturada'. Igualmente, o termo 'população tradicional' aplicado a não indígena, não tem qualquer definição satisfatória: 'seringueiros' e 'ribeirinhos' ou, de modo mais geral, os 'extrativistas', também poderiam ser qualificados como 'populações tradicionais' (...). Em resumo, cada caso é um caso e deve ser analisado em separado (Dourojeanni e Jorge-Pádua, 2001, p.241).

Seguindo adiante, ao observar cientistas sociais elogiando a riqueza e potencialidade (para a conservação ambiental) dos saberes de populações tradicionais sobre o ambiente onde vivem e cientistas naturais enaltecendo a enorme diversidade de nossos biomas e ecossistemas

(vários artigos que li trazem frases como: "o Brasil é líder mundial em biodiversidade"), aquele estigma negativo que paira sobre a atuação destes profissionais pode se inverter. Neste caso, a avaliação sobre suas ações deixa de apresentar um caráter acusatório (como vimos no início deste capítulo) para adquirir um tom positivo. Assim, não é incomum cientistas naturais serem vistos (ou mesmo se considerarem) como arautos da preservação de espécies ameaçadas de extinção ou, mais genericamente, como defensores de nossa biodiversidade e patrimônio natural, o que pode ser visto nestes comentários de Fernandez (2004, 244):

> enquanto persistir essa lógica perversa, a luta conservacionista está condenada a ser inglória. A determinada e admirável ação de um punhado de conservacionistas pelo mundo afora nas últimas décadas teve imenso valor para ganhar tempo. Quase com certeza, o **trabalho desses obstinados heróis** evitou que muitas espécies se extinguissem nesse período.

Mas também é recorrente cientistas sociais serem considerados (e, por vezes, se verem) como responsáveis por denunciar os "elevados custos sociais" da criação de UCs ou, em casos mais modestos, por descrever relações de poder e condições arbitrárias impostas a populações marginalizadas atingidas por restrições ao uso de recursos naturais. Embora se refira a um tipo de população tradicional, Maretti (2004, p.94), perspicazmente, percebeu esta vinculação naturalizadora que tende a aproximar cientistas sociais de cientistas naturais:

> associado com a ocupação das áreas mais 'distantes' de cada país (tal qual uma 'corrida do ouro' para o 'Oeste longínquo'), grupos sociais predominantemente de origem urbana e descendência **européia passaram a se interessar pela conservação da natureza e pela defesa dos povos indígenas dessas 'áreas distantes'**. De forma que **ambos os grupos se encontraram no meio do caminho, 'rumo ao alvo'**. Isto é, encontraram-se, não necessariamente lá, em tais 'áreas distantes', no 'alvo', nas áreas de importância ambiental e de ocupação indígena, mas na maior parte das vezes encontram-se disputando espaços ou políticas nos centros de poder de onde são originários. **Tais encontros nem sempre foram harmoniosos ou resultaram em associações.**

Confesso que a entrevista que fiz com um primatólogo brasileiro, referência quase que obrigatória entre seus colegas, foi uma experiência marcante. Ao ouvi-lo relatar como fez sua pesquisa de campo e como havia sido seu envolvimento com macacos, não pude deixar de notar semelhanças com o trabalho dos etnógrafos. Sobretudo, porque primatólogos, além de obcecados por observar o dia-a-dia destes animais, com eles convivem longos períodos (apesar desse convívio ser marcado por uma relação platônica, pois neste caso é "cada macaco no seu galho"). A partir dessa experiência, produzem "descrição detalhada" tanto das relações entre macacos de um mesmo grupo como de eventos aparentemente banais (do ponto de vista de um leigo) ocorridos em seu cotidiano. Sedimentei ainda mais esta percepção ao ler Guilherme Sá (2006), o qual, este sim, foi "estudar cientistas durante seu trabalho de campo". Conforme seu relato, uma das primatólogas que deveriam ser "observadas" por ele, curiosamente, "depois de um tempo de convívio (...) se mostrou surpresa diante do que vinha observando dizendo que, ao contrário do que ela pensava, 'trabalhava como eles: observando'" (*op. cit*., p.27).

Obviamente, etnógrafos e primatólogos não seguem os mesmos procedimentos. Como percebeu o autor: "do ponto de vista dos primatólogos este é o modelo ideal: observar, sem serem percebidos, os primatas agindo como se nunca tivessem sido contatados". Porém, segundo Guilherme Sá, primatólogos também adotam o termo *contatados*, largamente usado por etnógrafos para se referir a povos indígenas que mantiveram contato com brancos. Aliás, a tática que Guilherme Sá adotou para se aproximar dos seus nativos ilustra esta proximidade:

> diante da curiosidade dos meus interlocutores de campo e da dificuldade em explicar e tornar compreensível para eles o tipo de trabalho que eu fazia, decidi optar por uma **estratégia de aproximação de objetos: os primatas "deles" e os "meus" primatas**. Tudo começou como uma brincadeira, mas foi **associando inicialmente o meu método de observação ao deles que me fiz inteligível** e pude, então, **pensar em aproximações** que pontuam as relações intersubjetivas entre pesquisadores e objetos. **O princípio ideal de observação**, que pretendia minimizar as interferências do pesquisador sobre seus pesquisados, **era semelhante**. Porém, as técnicas de sistematização dos dados e de administrar estas interferências eram bem distintas.

De fato, se olharmos para o passado da disciplina de antropologia, esta correspondência seria ainda mais forte. Como ironiza Rognon (1991, p. 107), no princípio, esta última conservava, como ideal, a idéia de que seria possível

> observar os homens como se observam formigas. Considerar fatos sociais como coisas (...). Ora vamos, senhores, mas estamos observando selvagens! Homens, sim, mas selvagens! O que dividimos com eles? Tudo os distingue de nós: a aparência física, o comportamento, a mentalidade... O que mais esperar. Sem assimilá-los de forma nenhuma a macacos, podemos legitimamente observá-los como macacos... Acreditava-se no início que essa distância geográfica e sobretudo cultural bastava para garantir a neutralidade do observador.

Mas podemos retirar mais sumo da tese de Guilherme Sá (*op. cit*. p.172). Ao se referir à "predação científica" de macacos por primatólogos, este entende que haveria um momento da pesquisa "em que o primata-sujeito transforma-se em primata-objeto. Alinha-se, portanto, com a noção de purificação científica (...) quando incute diretamente a transubstanciação do macaco-sujeito-floresta em macaco-objeto-laboratório". Ora, o trabalho de "purificação" de sujeitos-objetos não é prerrogativa de cientistas naturais, visto que cristalizações parecidas são facilmente encontradas em textos de cientistas sociais. Se métodos de primatólogos transformam "gestos e ações de um sujeito-primata em números e códigos de registro de um objeto-primata", não é incomum cientistas sociais transformarem "gestos e ações" de pessoas em "análises", "histórias de vida", "etnografias". Também lidamos com "códigos" adotados para "registrar" coisas, eventos, situações, informações. Ademais, "números", tabelas e gráficos servem de codificadores tanto quanto palavras e frases usadas em nossas "descrições", "interpretações" ou "avaliações". Enfim, há algum nível de mediação e purificação em ambos os casos. Como notou Geertz (2001, p.133), "a tendência a supersimplificação (...) parece vicejar tanto nas ciências humanas quanto nas naturais, precisamente na medida em que o trânsito intelectual entre elas é obstruído por noções artificiais de uma separação primordial".

Eu próprio fiz algo parecido ("purificar" e "simplificar") quando incluí, fora de seu contexto, falas de pessoas que entrevistei, afinal, editar e decupar são modos particulares de traduzir. Como o faz Guilherme Sá em sua tese, até certa altura me referia às pessoas que contatei como "**meus** nativos". Ora, poucas expressões possuem conotação tão antropofágica quanto à idéia de posse por trás deste pronome possessivo. De fato, é comum, ainda que dito informalmente ou de modo carinhoso, sociólogos e antropólogos falarem algo como: "fui pro **meu** campo", "esses são **meus**_nativos", "**meus** pesquisados" (expressão também usada por Guilherme Sá), "**meus** índios", "**meus** sem-terra", "**meus** informantes"[229]. Ao menos entre mestrandos e doutorandos com quem mantive contato nos últimos anos que fizeram suas respectivas pesquisas relacionadas ao nosso "tema quente" estas expressões eram recorrentes.

Como lembra Deleuze (2006), mesmo que meia-noite e meio-dia sejam duas coisas (ou dois instantes) totalmente distintas, ainda assim têm algo que os une, assemelha e aproxima[230]. Se há diferença entre cientistas sociais e cientistas naturais em relação ao procedimento de "predação científica", "purificação" e "transubstanciação de sujeitos em objetos", ela se centra mais no tipo de avaliação que dele se faz e como lidamos com ele e não na sua inexistência em um caso e existência em outro. Quando nos dirigimos para o terreno das ciências naturais, eles tenderão a ser positivados e almejados; quanto mais próximos das ciências sociais, sua presença tende a ser ao menos problematizada, explicitada ou relativizada.

Na maioria das vezes, porém, diferenças se materializam não entre cientistas sociais e naturais, mas no confronto entre os que priorizam a *proteção* dos *direitos* de coletividades humanas econômica e socialmente fragilizadas e aqueles pesquisadores interessados na *defesa* de *direitos* de outras coletividades não-humanas[231]. Temos aí uma circunstância de desencontro que abre caminho para controvérsias virem à tona. Em todo caso, os aproxima (como a metáfora de Deleuze sobre meio-dia e meia-noite) o fato de que a relação de exterioridade permanece. Seja associado a humanos ou não-humanos, ambas as pretensões se dirigem ao mundo dos outros (já que dificilmente algum pesquisador se identificaria como população tradicional e muito menos como macaco). O que inclui, claro, antropólogos, pois, a despeito de

[229] Sobre este termo, comum em trabalhos antropológicos, Goldman (2006a, p.24) notou, de forma perspicaz, que uma das únicas coisas que aproximam antropólogos de agentes de polícia é que ambos utilizam em seu trabalho a expressão "informante". Contudo, como esclarece o autor, as pessoas com quem trabalhamos podem vir a ser muito mais do que "informantes". Além da possibilidade de nos tornarmos amigos de alguns deles, podem ser, como no caso de Goldman, "interlocutores, no sentido mais abrangente, ou seja, pessoas com quais dialogava, concordava, discordava, expunha e escutava pontos de vista" (idem).

[230] Além de marcarem, respectivamente, a metade do dia e da noite (uma igualdade na oposição), o autor nota argutamente que é nestes dois momentos quando, no equador, a sombra (do sol e da lua) desaparece.

[231] Apesar de concordar que este tipo de avaliação esteja presente no discurso sobre populações locais e áreas protegidas, espero ter conseguido mostrar a seguir que há "mais peixe neste rio".

seus esforços para se aproximar das pessoas com quem trabalham, acabam voltando, ainda que transformados, para o universo social de onde vieram.

Mas diferenças entre cientistas sociais e cientistas naturais ficam explícitas em seus discursos quando reparamos nestas duas preposiçõezinhas: "por" (ou "pela") e "sobre" (em certos casos, "com"). Como veremos no item 4.4, é recorrente especialistas situarem a espécie humana num mesmo patamar valorativo que outras espécies. Só que, como estas não podem falar "por si", precisam de alguém que fale "por elas", como neste trecho de Galetti, Olmos e Bernardo (2004, p.258): "é indiscutível que o lado mais fraco da disputa por espaços para poder existir é exatamente aquele que engloba a maioria das formas de vida que, **incapazes de falar, ter representação política ou realizar protestos, tem de depender de humanos para advogar seu direito à existência**". Este tipo de alegação surgiu nas entrevistas. Ao perguntar a um biólogo - o qual, segundo seu currículo *lattes*, trabalha com "impacto de espécies exóticas na biodiversidade" - como se identificaria enquanto pesquisador, este respondeu:

> olha, eu faço... como eu me identificaria? Como **alguém que tenta falar pelos seres vivos que não falam**. Então, quando eu mostro que a jacutinga é um animal que está acabando, ameaçado de extinção por causa de caça, de seres humanos, eu pergunto: como que ele vai falar isso pra gente? Então, eu **sou o interlocutor de uma jacutinga, de um mono carvoeiro, de um palmito**. É assim que eu vejo.

Ora, embora possa acontecer na prática (ver Lobão, 2006a), dificilmente um sociólogo ou antropólogo irá concordar com a afirmação de que estaria falando "pelos" povos indígenas ou "em nome" das populações tradicionais[232]. Sobre esta recusa em relação à pretensão de falar "pelos" sujeitos de suas pesquisas, ao entrevistar uma antropóloga que assessora o movimento dos atingidos por barragens, esta alegou não ter "o menor constrangimento de assumir meu papel de assessoria (...). Faço assessoria, vou às audiências públicas e não me furto de denunciar situações de violência, de dominação etc. Agora, **não falo por eles**, porque tenho muito claramente meu papel de pesquisadora do assunto, só que é um papel de pesquisadora localizada, posicionada, sobretudo. Já Ladeira (2004, p.37) comenta que

> se temos como base física a Mata Atlântica e territórios indígenas, sobre os quais estão as categorias de UC e TIs, temos, como sujeitos da questão e suas múltiplas reações, os ecossistemas e os grupos indígenas. **As organizações ambientalistas 'defendem' as espécies e** animais segundo suas pesquisas, protegem-nas criando normas de direito, **falam em seu lugar**. Os grupos indígenas, como os Guarani, são solicitados, e cada vez mais, a manter relações de dependência com o mundo dos brancos. **As entidades indigenistas podem apoiá-los** em seus projetos, em defesa de suas terras e territórios,

[232] Também esta afirmação deve ser tomada com cuidado. Na Anpocs de 2007, numa mesa redonda sobre temas ambientais, uma cientista social que havia concluído seu doutorado recentemente no Nepam/Unicamp perguntou a uma das palestrantes sobre as diferenças entre cientistas que falam "pelos animais e espécies" e pesquisadores que estariam "dando voz" às populações tradicionais através de suas pesquisas ou atuando como assessores destas. Porém, a antropóloga que havia sido indagada foi taxativa ao lembrar que "cientistas sociais não estão aqui para 'dar voz' a quem quer que seja, pois não é esse o seu papel". Também é possível encontrar essa idéia em artigos, dissertações e teses. Márcia Nunes (2003, p.7), por exemplo, ao afirmar que "o restante do capítulo **é dedicado às vozes da Juréia**", afirma a seguir que neste capítulo "os moradores da Juréia (...) **vão nos contar** fragmentos de sua memória sobre o passado vivido 'no sítio', de seu presente sofrido e de um futuro incerto". Ora, da forma como está escrito, parece que foram "os moradores" que escreveram o referido capítulo e não a própria autora.

> assessorá-los na compreensão e no diálogo com a complexa sociedade dos brancos (normas, sistemas e modos de vida). **Mas nem os indigenistas nem antropólogos representam esses sujeitos** (...).

O modo como cientistas sociais interagem (às vezes como assessores) com representantes de populações tradicionais parece ser bem distinto do modo como cientistas naturais vêem sua relação com ecossistemas e espécies que estudam. Porém, antropólogos e sociólogos não deixam de falar **sobre** grupos sociais específicos, o que implica algum tipo de tradução. Como notou Viveiros de Castro (2002a, p.486) durante uma entrevista, "conhecer, para nós, é dessubjetivar tanto quanto possível". Se sua frase se destinava, no texto original, a diferenciar epistemologias ameríndias de concepções dominantes no campo da ciência, o "nós" de que fala este antropólogo serve para cientistas naturais, sociais e outros especialistas.

Por outro lado, o fato de recusarem o papel de "representação" junto aos sujeitos com quem trabalham em nada impede de se acusar antropólogos de falar "**pelas**" pessoas que colaboram com suas pesquisas, como podemos notar nestas considerações de Olmos *et. alli*:

> **várias espécies deverão pagar o 'débito de extinção' resultante da perda de seus hábitats e diminuição de suas populações, e irão se extinguir nos próxmos anos se a tendência de destruição de habitat e exploração direta que hoje se observa mesmo no interior de áreas protegidas não for revertida** (...). **Tanto quanto** as populações indígenas, as unidades de conservação são remanescentes da ocupação abusiva do território nacional durante a colonização européia (...). **O direito à existência das espécies** que tem naquelas áreas sua única chance de chegar ao próximo século **é no mínimo tão importante quanto o direito à terra que os Pataxó, Guarani, caiçaras, quilombolas** e qualquer brasileiro tem (...). Mas enquanto 'povos tradicionais' adaptam-se à realidade da economia e da sociedade atuais e aprendem a caminhar com as próprias pernas, sem as muletas do paternalismo assistencialista **dos que querem ser seus intermediários com a sociedade maior**, aquelas espécies estão atreladas a seus habitats. Os Guarani podem ser vistos vendendo artesanato no centro de São Paulo, e mesmo assim continuam Guarani. As espécies da Mata Atlântica não tem esta opção (2001, p.299 e p.301).

Reparem que, a despeito das acusações de Olmos *et. alli*., estes citam o fato de que "povos tradicionais" "aprendem a caminhar com as próprias pernas" para criticar suas ações. Como "espécies da Mata Atlântica não têm esta opção", do seu ponto de vista estas se encontrariam em desvantagem em relação aos Guarani, por exemplo. Assim, se Ladeira vê como positivo o fato dos Guarani serem "sujeitos" de suas ações, para Olmos *et. alli* é justamente este fato que os leva a criticá-los. Em suma, ambos partem da idéia de autonomia do sujeito, só que, enquanto Ladeira enfatiza a liberdade que esta garante, Olmos *et. alli.* destacam (ainda que de modo etnocêntrico) a responsabilidade daí advinda.

4.2 Humanizando bichos, animalizando gente

> Eu queria ser civilizado como os animais.
>
> Roberto Carlos (1976)[233].

Fenômeno peculiar ao discurso nativo diz respeito a termos normalmente adotados quando nos referimos a nossa própria espécie humana para falar de outras espécies. Notamos este aspecto também em Fernandez (2004, p.33) quando relata que grupos humanos, durante o

[233] Trecho da canção "O progresso".

> Pleistoceno e Holoceno, ao chegar a cada novo local, se depararam com uma magnífica megafauna completa – aí sim um poema perfeito – formada por **animais que nunca haviam tido contato com o homem** e, portanto, sem nenhum instinto evoluído para evitá-lo. **A ingenuidade de animais de espécies sem contato com os homens é bem conhecida** (...). Quando a carne fácil em cada local começava a rarear, as tribos seguiam adiante em busca de novos campos de caça, **continuando o massacre** (...). A **grandiosa tragédia biológica** de Pleistoceno nas Américas ilustra bem o modelo de Martin [conhecido como 'prehistoric overkill', propõe que teria havido uma 'excessiva matança' durante a 'pré-história', o que teria causado a extinção de várias espécies já naquele tempo]. (...). O que se seguiu, os fósseis contam. Quase todos os grandes mamíferos foram se extinguindo numa onda que passou primeiro pelas grandes planícies da América do Norte e depois foi descendo para o sul (...). [Na Nova Zelândia], pelo caminho deixaram várias dezenas de extensos sítios arqueológicos de matança e churrasco de moas.

Creio que até para um historiador inspirado seria difícil narrar, com tamanha dramaticidade poética, o "massacre" de povos originários após a chegada dos espanhóis e portugueses às Américas. Além de serem "massacrados" (como foram durante 500 anos várias etnias indígenas), um número expressivo de espécies animais teria sucumbido por causa da sua "ingenuidade" (outra associação forte no imaginário latino-americano sobre povos indígenas) e, também, por não estarem adaptados aos humanos, visto que "nunca haviam tido contato com o homem" (tal como índios não estavam adaptados às doenças européias, por exemplo). Aqui vemos outro aspecto que aproxima pesquisadores. Se há, no caso dos discursos científicos sobre populações locais, tendência a naturalizá-las, processo parecido (só que invertido) pode ocorrer com espécies que deveriam ser protegidas pelas áreas protegidas.

No caso das tentativas de aproximar humanos e não humanos, há duas possibilidades: "humanizar" outras espécies ou, ao contrário, "animalizar" nossa própria espécie. Vejamos alguns exemplos. Gusmão Câmara (2004, p.27) fala em "genocídio ecológico" (segundo o velho Aurélio, genocídio seria "um crime brutal que se comete contra a humanidade"). Já Alceu Magnanini (Urban, 1998, p.344), em "Saudades do Matão", ao conversar com outros seis personagens ligados à história da conservação no Brasil, argumenta que "nós pagamos um tributo altíssimo ao reconhecer o homem como um ser superior. Para mim, pessoalmente, o **homem é uma espécie sujeita as mesmas leis naturais de qualquer espécie** (...). E para que o homem tenha um futuro, precisa reconhecer que **está submetido às mesmas leis de controle natural**. Uns dizem que é Deus, outros dizem que é natureza, mas não há escapatória". E Milano (Urban, p.343) contesta: "parece que nós estamos tentando condenar os miseráveis a continuarem miseráveis, quando se diz que não vai ter recursos para todos (...). Será que é possível colocar aí a questão da ética ambiental, defendida pelo Almirante [Ibsen Gusmão Câmara], **considerando o direito de todos os seres vivos, no mínimo, igual ao do ser humano**?". Em outro artigo Milano (2001, p.33-34), numa leitura quase nietzschiana ("vivemos em desacordo com a natureza na mesma medida do nosso medo de crescer e atingir a plenitude de nosso ser"), propõe uma aproximação entre humanos e árvores:

> quão lícito é supor que ele – o homem – tenha sido ungido à condição de soberano supremo para reinar sobre a Terra decidindo sobre tudo e sobre todos com base em seus próprios interesses imediatos. Não há evidência qualquer que a ele – o homem – tenha sido concedido o direito de julgar as demais espécies

> pelas utilidades que possam apresentar aos propósitos humanos ou pelas adversidades que lhes possa trazer e, eventualmente, impor. Cabe aqui destacar que **a vida tem valor próprio, seja ela do interesse humano ou não** (...). É possível, e quase certo, que o problema esteja dentro de nós (...). Considerando que desde a mais remoa Antigüidade a imagem das árvores tem sido usada como símbolo do crescimento interior do ser humano, Gambini (2000) defende que **entre nós e as árvores há uma secreta afinidade; que somos parecidos e temos a mesma estrutura**; **que assim como a árvore, que um dia crescerá, traz contida na semente toda sua potência, nós, seres humanos, carregamos no fundo do inconsciente tudo aquilo que podemos vir a ser e que, assim, nossas árvores nos refletem, como espelhos**. (...) as **árvores** que nos rodeiam e que **foram por nós mutiladas** refletem a mutilação interior que carregamos e que mal somos capazes de perceber, uma vez que vivemos em desacordo com a natureza na mesma medida do nosso medo de crescer e atingir a plenitude de nosso ser; enfim, as **árvores sofridas** que nos rodeiam **denunciam** sem disfarce **a insensata brutalidade** e a pobreza interior **de homens** que fogem de suas próprias almas,

Além de árvores, é comum se escolher um mamífero para procurar correspondências. Schaik e Rijksen (2002, p.48) referem-se ao comportamento de macacos para criticar tanto a idéia de desenvolvimento sustentável como nosso caráter intrinsecamente depredador:

> a conservação através do uso sustentável não tem precedentes evolucionários. **Nossos parentes** mais **próximos,** os grandes **macacos**, são comilões desperdiçadores, derrubando frutos que não estão totalmente maduros em vez de deixá-los nas árvores para amadurecer. Eles também podem ser destrutivos nas suas práticas de alimentação (como fica evidente pela aparência 'esfarrapada' das árvores frutíferas depois da colheita) e em seus hábitos de procriação (temos visto orangotangos destruírem árvores por terem estabelecido uma grande concentração de criadouros nelas). **Nossa própria espécie não é diferente**. Vários estudos de campo detalhados sobre caçadores pré-industriais têm demonstrado a falta de ética conservacionista (...). **como** os grandes **macacos**, **nossos primos**, os **seres humanos não possuem predisposição** inerente **de conservar recursos** para o futuro e assim garantir o uso sustentável.

Este aspecto aparece outra vez em Fernandez (2004, p.227), pesquisador que se debruçou sobre o tema da "proximidade" em um trabalho específico:

> estudos genéticos recentes têm mostrado que **98,4% dos genes humanos são idênticos aos genes dos chipanzés**. **A diferença genética entre nós e os chipanzés, portanto, é de apenas 1,6%,** um valor menor que o existente entre muitas espécies. (...) caso você ache difícil perceber tal proximidade apenas a partir da evidência racional ilustrada pelo frio dado numérico acima, sugiro que ouça o que sua própria sensibilidade tem a lhe dizer. É possível que haja na cidade do leitor algum zoológico (...). Se houver, sugiro que observe bem de perto um chipanzé, como uma criança o faria, afastando ao máximo qualquer noção preconcebida do que seja ele (ou ela). Olhe bem de perto a mão de um chipanzé, e depois olhe a sua. Olhe uma mãe chipanzé amamentando e acariciando seu filhote e talvez você comece a pensar, como eu, que **a distância com que estamos acostumados a vê-los é infinitamente mais absurda do que a noção de que somos seus parentes** (...). Quem sabe, se pudéssemos esperar alguns milhões de anos, chipanzés ou golfinhos também pudessem criar suas próprias cosmologias, mas do modo como a história da vida aconteceu, nossa espécie chegou primeiro. (...) **somos 'parentes' do resto na natureza, não donos dela**. **Nós e os chipanzés compartilhamos** a maior parte de **nossa história evolutiva**, pois nossas linhagens só divergiram uma da outra muito recentemente no tempo geológico; correspondentemente, temos a imensa maioria de nossos genes em comum com eles. Menos do que com outros indivíduos da nossa própria espécie, é claro, mas **a diferença é fundamentalmente uma questão de grau**.

O principal efeito deste artifício – além de "humanizar" outras espécies - é reduzir toda diversidade cultural planetária a uma só "espécie humana", o que permite que se trate esta como só "mais uma" entre outras. Porém, visões como esta representam outro ponto de partida que poderá provocar desencontros mais adiante. Nas citações deste item, os autores trabalham com a idéia de que outras espécies teriam o mesmo direito à existência (mesmo status) do que nós humanos como pressuposto (visto que seriam "nossos parentes", "nossos primos"). Ora, no caso de outros cientistas não se alinharem com este pressuposto, curtos-circuitos se avizinham.

Apenas para marcar o contraponto, reproduzo abaixo trecho escrito por Branco (1995, p.224) ainda muito atual se quisermos perceber diferenças no modo como pensam pesquisadores:

> **a manutenção do desejado equilíbrio**, imprescindível à conservação das espécies e, principalmente, da estrutura morfológica e funcional dos ecossistemas, **só pode ser realizada por deliberação explícita do próprio homem**, uma vez que este assumiu, por assim dizer, as rédeas do processo. E é nisso que se fundamenta o princípio ético a orientar o comportamento moral do homem em relação à natureza. (...) **a moral** é resultante de um sentimento de dever e, portanto, **é exclusiva do ser humano** (...). A invocação de direitos implica, necessariamente, relação entre elementos de mesma espécie (...). Pode uma espécie animal ou vegetal ter deveres [e direitos] para com a sociedade humana? (...). Não. **Trata-se de uma ética para com a própria humanidade.** (...) a inclusão ideal de seres estranhos à sociedade humana, ao âmbito das nossas restrições e deveres morais traria dificuldades práticas e teóricas intransponíveis. Em primeiro lugar, pela impossibilidade de hierarquização adequada que, fatalmente, incluiria forte dose de subjetividade (...). Não pode haver uma moral que determine o extermínio dos gafanhotos e carunchos e, ao mesmo tempo, a proteção às borboletas de asas vistosas e coloridas, a não ser que essa moral tenha em vista, precipuamente, o homem e não a natureza. **A discriminação convencional de certas espécies, como preceito moral, leva à sacralização de alguns seres da natureza** e, portanto, à atitude religiosa, **tendo o homem (...) como objetivo central**. (...). Uma hierarquia de espécies a serem protegidas é impossível de ser realizada de forma objetiva. Apenas há a possibilidade de estabelecimento de regras que visem a salvaguarda do equilíbrio dos ecossistemas, tendo em vista o homem e não a natureza.

Gusmão Câmara (2002, p.167), em sua avaliação sobre o que representou a aprovação do SNUC, aponta, de forma sucinta, mas precisa, esta diferença de "fundamentos éticos e morais": "a lei veio consolidar o conceito, antes implícito, de existirem dois grupos distintos de unidades de conservação: as de 'proteção integral' e de 'uso sustentável'. Com esta distinção, consagraram-se em conseqüência duas maneiras diferentes de interpretar a proteção da natureza: pelo reconhecimento do seu valor intrínseco da biodiversidade e pela serventia para o homem". Mas diferenças em relação a Branco surgem mais claramente em Milano (2001, p.33) ao se referir à ética e à moral que estariam por trás da necessidade de proteger a natureza:

> para muitos hoje em a extinção de espécies pelo homem já é uma questão moral. Afinal, **se moral e ética originam-se de leis naturais**, onde de o direito à vida é um princípio fundamental, **pode-se presumir que esse seja um direito de todos os seres vivos, ainda que não humanos**. Um direito tão legítimo quando o direito humano pela vida (...). Por outro lado, também argumenta-se que **a extinção de espécies** em ações provocadas ou decorrentes das mais diversas atividades humanas (...) **seja considerada uma ação humana análoga ao assassinato, ao genocídio ou quaisquer agressões aos direitos humanos** que tanto se procura estabelecer e preservar. Isto, mesmo quando especificamente não intencional, uma vez que os conhecimentos científicos disponíveis implicam uma consciência coletiva mínima sobre o assunto.

Este trecho ilustra a tentativa de "humanizar" as demais espécies, as quais poderiam ser "assassinadas" e vítimas de um "genocídio"[234]. Mas o que enfatizo aqui é que um número considerável de cientistas não concordaria que moral e ética se originam de "leis naturais". Eis mais um ponto de partida cujo desmembramento pode levar a novos desentendimentos futuros.

4.3 Enquadramentos, planos de discussão e novamente a questão da "ênfase" nos discursos científicos

> Americanos ficam admirados que franceses, 'que se consideram exímios cumpridores das regras de cortesia', sejam tão grosseiros: 'durante a conversação, não cessam de interromper' e 'concluem a frase em nosso lugar', 'formulam perguntas e nunca se dispõem a escutar a resposta'. Em compensação, franceses queixam-se de que

[234] Para outros depoimentos em que emerge este tipo de procedimento humanizador-animalizador, ver item 6.5.

> as conversações americanas são 'enfadonhas' pelo fato de que americanos 'respondem a mais insignificante pergunta com uma conferência', 'de que tendem a recuar a Adão e Eva', além de demonstrarem 'total ignorância em relação à arte da conversação'.
>
> Raymonde Carrol, 1987[235].

Voltando ao tema das populações tradicionais, neste item trago exemplos de pontos de partida que levam a rumos argumentativos distintos. Vejamos estas constatações retiradas de quatro autores distintos: a) "[deve-se] afastar a visão romântica pela qual comunidades tradicionais são vistas como conservacionistas natas. Trata-se, evidentemente, de seres humanos com suas qualidades e defeitos, com interesses, freqüentemente, heterogêneos dentro da própria comunidade"; b) "[isso] não significa ressuscitar o mito do 'bom selvagem' ou o 'ecologismo nato' das populações selvagens. Tanto quanto nós, comunidades tradicionais estão sujeitas às dinâmicas sociais e à mudança cultural. Nem todos são 'conservacionistas natos'"; c) "Guarani, Pataxó e demais grupos indígenas são formados por seres humanos com virtudes e defeitos inerentes à condição que toda a humanidade compartilha. Não são seres glorificados, com uma sapiência e ética super-humanas (...)"; e d) "indios de las selvas de América Latina no son diferentes del resto de la sociedad de sus paises. No son ni 'buenos' ni 'malos'... son simplemente personas que buscan mejorar sus vidas y que hacen lo que pueden para sobrivivir (...). La realidad es que, claro, los indios aman su tierra como cualquier ciudadano ama su país. (...) ellos son seres humanos como los demás, no son 'ambientalistas' ni 'antiambientalistas'".

No mínimo são frases parecidas, não? Propositalmente, os trechos foram retirados de autores que representam verdadeiros arquétipos das polêmicas sobre populações locais e áreas protegidas: de um lado, Diegues (2000, p.41) e Arruda (2000, p.286) e, de outro, Olmos *et. alli* (2001, p.299) e Dourojeanni (2001, p.83-84). Pois vejamos agora os respectivos parágrafos imediatamente seguintes: a) "muitas dessas comunidades têm sofrido, nas últimas décadas, processos de desorganização social e cultural decorrentes de sua inserção crescente nas sociedades urbano-industriais, com a perda também crescente de suas tecnologias patrimoniais assim como do acesso aos recursos naturais"; b) "mas há entre eles um grande conhecimento empírico do mundo em que vivem e das particularidades do ecossistema regional (...). Trata-se de valorizar a identidade, os conhecimentos, práticas e direitos de cidadania destas populações, valorizando seu padrão de uso dos recursos naturais"; c) "mas a questão é exatamente oposta, é exatamente pelo fato dos índios serem tão humanos como todos nós, esgotando recursos, extinguindo espécies e tendo um crescimento demográfico explosivo, é que sua presença nas áreas protegidas é uma ameaça à biodiversidade da Mata Atlântica"; e d) "los indios al igual que esos ciudadanos, no necesariamente traducen su amor por el entorno en acciones de

[235] Retirado de Caillé (2002, p.114).

proteción de la naturaleza, mucho menos de conservación de la biodiversidad em muestras representativas de los ecosistemas (...). Quien conoce la Amazônia sabe muy bien del daño que los indios pueden hacer se están en posesíon de herramientas modernas, por ejemplo tractores, motosierras y rifles". Como podem notar, embora os autores pareçam estar inicialmente em pleno acordo, as frases finais irão dar sentido bem diferente às afirmações anteriores.

Outro exemplo: a) "a pauperização das populações tradicionais como fruto desses processos [expansão de modelos baseados no aumento do consumo e produtividade], e muitas vezes a miséria extrema, tem levado comunidades de moradores a sobre-explorar os recursos naturais"; e b) "muitas terras indígenas na Amazônia são (...) habitadas por povos não engajados no uso destrutivo de seu capital natural. Se circunstâncias forem mantidas dessa forma no futuro, tais áreas continuarão a ser valiosas para conservação da biodiversidade". Como nos casos anteriores, estas frases trazem idéias próximas, só que escritas por autores - Olmos *et. alli* (2001, p.298) e Diegues (1996, p.97) - com visões contrárias.

Como se pode notar o reconhecimento de que populações tradicionais não seriam diferentes dos demais grupos sociais pode servir como argumento favorável ou desfavorável a elas. Tudo depende do que se deseja fazer com a constatação inicial: dizer que, apesar dos povos tradicionais serem seres humanos como quaisquer outros, como estariam em condições de subalternidade e vulnerabilidade social, seria necessário pensar urgentemente em políticas diferenciadas para que continuem executando o tipo de manejo de baixo impacto que fazem; ou, então, afirmar que, pelo fato de povos tradicionais serem seres humanos como quaisquer outros, seriam potencialmente tão destrutivos como nós, o que implicaria a necessidade de pensar, o mais rápido possível, em políticas de controle, punição ou mesmo retirada das áreas onde vivem. Para as duas hipóteses, todas as frases iniciais são compatíveis e intercambiáveis, isto é, servem como trampolim para conclusões diametralmente opostas. Ainda que para um caso específico, Timmers (2004, p.179) percebeu este duplo uso de uma constatação:

> para os defensores de Parques sem população, é exatamente porque os índios 'são tão humanos como nós' (Olmos *et. al.*, 2001), esgotando recursos, extinguindo espécies e tendo crescimento demográfico explosivo, que sua presença nas áreas estritamente protegidas é uma ameaça à biodiversidade (...). Para os defensores das populações locais, ao contrário, as concepções de desenvolvimento que ressaltam a proteção da natureza por meio do estabelecimento de áreas protegidas, entre outros, são pouco eficazes na luta efetiva contra a destruição global do meio ambiente.

Porém, o autor não deixa de fazer sua própria interpretação: "é precisamente porque os índios são 'tão humanos como todos nós (...) que eles têm – no mínimo, tanto quanto nós – o potencial de se mostrarem eficientes e dedicados defensores dos últimos resquícios da Mata Atlântica" (Timmers, 2004, p.182). Em síntese, os casos citados mostram que não se trata de adotar uma posição mais ou menos "científica", o que vemos é que, para debater nosso "tema quente", é preciso fazer escolhas, o que subentende arcar com suas conseqüências.

De outra parte, interpretações e argumentações vinculam-se à ênfase que se deseja dar a certas idéias, sendo que, dependendo dos interlocutores envolvidos, esta poderá levar a enquadramentos e estigmatizações de seus colegas. Vejamos outros dois exemplos. Primeiro, atentemos novamente para o artigo de Olmos *et. alli* (2001, p.292-293):

> o ***modernismo***[236] **procura** explicar a realidade à luz do **conhecimento científico, considerando-o objetivo**, ou seja, (...) o **conhecimento científico existe exosomaticamente**. Os ***pós-modernistas***, por sua vez, **consideram** que todas as representações são construções de sistemas políticos e **que a ciência é apenas uma 'narrativa'**, não tendo maior validade do que, por exemplo, mitologia tribal. Pós-modernistas podem dar igual credibilidade a diferentes explicações do mundo, **independentemente destas se basearem na metodologia científica, folclore ou viagens lisérgicas** (...). Assim, **há uma rejeição explícita à base científica da conservação** (...). **A influência pós-moderna** [que, reforçando, seria para os autores a perspectiva preponderante nas *ciências sociais*] **nas instâncias decisórias é preocupante**. Em agosto de 2000, durante uma reunião no Ministério Público (MP) Federal em São Paulo sobre a invasão de índios Guarani-Mbya no Parque Estadual Intervales, ao discutir a sustentabilidade da caça pelos Mbya em função do tamanho das populações exploradas, taxas de desfrute entre outros, a argumentação do representante da Funai e da antropóloga do MP foi a de que não eram 'cartesianos' nem 'evolucionistas' e que não iriam tratar a questão nesses termos. Possivelmente **eles acreditam que Nhanderu** (o criador Guarani) fará com que os animais extintos surjam por geração espontânea. Afinal, **para eles [indigenistas e antropólogos], mitos indígenas são tão verdadeiros quanto evidências científicas**[237].

Deixando de lado o tom irônico da citação e avaliações sobre afirmações "equivocadas" ou "falsas", este é um ponto de vista recorrente na discussão sobre populações locais e áreas protegidas: saber científico como algo objetivo e limpo de valores pessoais. Outra publicação em que este tipo de leitura dicotômica (construtivismo versus realismo, pós-moderno versus moderno, objetivismo versus subjetivismo) surge é novamente em Guilherme Sá (2006)[238]. Ao conviver com primatólogos, este percebeu concretamente como é forte entre alguns biólogos a aversão a qualquer ótica construtivista, relativista ou que trabalhe com a idéia de representação. Abaixo reproduzo trecho (em parte citado no capítulo um) de sua tese:

> não imaginava que fosse cair numa trincheira aberta pelas chamadas 'guerras da ciência'. Meu projeto de pesquisa de doutorado (...) havia sido rejeitado, e, segundo informações oficiosas, sequer lido por uma das coordenadoras das pesquisas em primatologia local (...). Após um tempo residindo no alojamento junto aos cientistas, finalmente conheci pessoalmente a pesquisadora que havia se posicionado contra

---

[236] No referido artigo os autores não estabelecem associação explícita entre *modernismo* e *ciências naturais* e *pós-modernismo* e *ciências sociais*, porém, nas circunstâncias em que aparecem no texto, ela fica bastante óbvia.

[237] Apenas para situar o leitor sobre o debate envolvendo os Guarani, reproduzo abaixo comentários de Ladeira (2004, p.30) que representam contraponto à crítica feita acima: "o modelo de conservação que se pretende impor pode ter um efeito contrário, pois a economia de subsistência e a utilização equilibrada dos recursos só acontece em sociedades que pensam a natureza como fonte inesgotável de recursos, razão pela qual, por viverem e se reproduzirem junto dela, não precisam apropriar-se dela (...). Assim, é que encontramos, nos primeiros contados com comunidades tradicionais, florestas preservadas. O que pode causar danos é a destruição da crença da eternidade das espécies, que passa a acontecer quando as chamadas comunidades tradicionais vêem seu projeto de continuidade de vida e uma natureza poderosa, mágica e dominante ser violentado por outras visões (...). Assim, após a perplexidade, sua própria identidade é posta em xeque, uma vez que a base de seus princípios éticos ambientais é demolida. Novos modelos vão impor então novos caminhos, rompendo-se a relação anterior. E elas passam a ser controladas, sancionadas, reeducadas, distanciadas para aprenderem a ver natureza como escassa e insuficiente, frágil, proibitiva (...). E o espírito de comunidade se desfaz (...). Para se conservar e respeitar a natureza é fundamental não se quebrar seus mitos, a crença no seu domínio e poder sobre o homem, sua força".

[238] A literatura disponível sobre este tema é imensa. Porém, para um resumo-retrospectiva muito sintético e introdutório a respeito das discussões sobre "realismo" versus "construtivismo" no mundo anglo-saxão das décadas de 1980/90, ver o último capítulo da tese de Guilherme Sá (2006) e, também, Guivant, 2002.

> meu trabalho (...). **A conversa**, em princípio tensa, entre um jovem antropólogo brasileiro e uma renomada primatóloga/antropóloga norte-americana **logo revelou nossa distinta formação**. (...) fiz uma longa digressão acerca dos benefícios da observação participante e da descrição etnográfica. Porém, ao me afirmar enquanto antropólogo social, deparei-me com novo questionamento de minha colega: afinal, **eu pertencia aquela linha de antropólogos pós-modernos que se notabilizaram por seus estudos sobre as ciências**? (...) o cenário apontava para um embate entre concepções realistas e construtivistas (...). **O temor agora tinha nome e sobrenome**: seria eu um antropólogo pós-moderno construtivista? Longe dos embates travados desde o final dos anos 80 no hemisfério norte, eu me via naquele momento na constrangedora situação de estar desarmado e circunstancialmente rendido por meus 'nativos' em meio a uma guerra que eu não escolhi lutar (Guilherme Sá, 2006, p.180).

Para além das acusações contidas na primeira citação e da relevância (ou irrelevância) analítica do debate entre "realismo e construtivismo", tanto o grupo de autores encabeçado por Olmos como a primatóloga/antropóloga com quem se deparou Guilherme Sá identificam, ao seu modo, diferenças importantes que os separam de seus colegas. Como percebeu este último, agora a forma com que ele pensava seu trabalho acadêmico "tinha nome e sobrenome". Ainda que pejorativamente, no primeiro caso, e secamente, no segundo, estes pesquisadores notaram, de uma maneira muito particular, que estamos diante de ideais de cientificidade diferenciados.

Mas discussões sobre "pós-modernos" e "modernos" como a proposta por Olmos *et. alli* abrem espaço para pensar outro fator de desentendimento entre pesquisadores. Assim, o uso em um texto de expressões como "construção social da realidade", "intersubjetividades" e "relativização das concepções de verdade" poderá fazer com que o autor sejam imediatamente enquadrado e rotulado segundo as possibilidades classificatórias disponíveis. Mas algo parecido poderá ocorrer no caso de cientistas que se depararem com referências à busca por "causas verdadeiras", "dados descontaminados" e "análises baseadas na realidade objetiva". Este parece ser o caso de Pimbert e Pretty (2000, p.183):

> as normas e práticas da ciência da conservação têm sido uma das maiores causas do insucesso de parques e outras áreas protegidas (...). Essa ciência tenta **descobrir a verdadeira natureza da realidade**, tendo por objetivo final descobrir, predizer e controlar os fenômenos naturais. Os cientistas acreditam que estão separados da realidade. O **reducionismo positivista** tenta desagregar a realidade em componentes para analisá-los e fazer previsões (...). O conhecimento sobre o mundo é sumarizado então em leis ou generalizações universais, descontextualizadas de seu tempo. A conseqüência é que a pesquisa com um elevado grau de controle sobre os sistemas é considerada como boa ciência. **E essa ciência é considerada equivalente a conhecimento 'verdadeiro'. No entanto, nenhum modelo científico será capaz de responder a todas as questões** sobre como deveríamos manejar os recursos naturais visando a gestão de áreas naturais protegidas, em falar em encontrar respostas adequadas. Os resultados são sempre abertos a várias interpretações (...). **Os cientistas da conservação tendem a olhar os ecossistemas pela perspectiva estreita de sua disciplina profissional** (...). Muito freqüentemente, no entanto, **a especialização disciplinar dos profissionais da conservação age contra o entendimento** dos fatores que sustentam o êxito dos sistemas nativos de manejo dos recursos naturais. Como resultado, perdem-se oportunidades de desenhar esquemas adequados de conservação da biodiversidade.

Agora vamos ao último exemplo: interpretações sobre a questão dos "conhecimentos locais" (sejam considerados tradicionais ou não). Vimos que Olmos *et. alli* , além de possuírem visão depreciativa destes, criticam a tentativa de colocá-los num mesmo patamar valorativo de "saberes científicos". Já Dourojenanni, próximo da visão deste grupo de autores, aponta que

> lo importante es no exagerar en ningún sentido. Los indios y los pobladores tradicionales tienen muchísimo que aportar a la humanindad en términos de conocimientos, pero **sus conocimientos no reemplazam ni compiten com los generados por la ciencia** moderna. **Son complementarios**"[239] (...). Los profesionales del manejo de los recursos naturales saben mucho mejor como producir cuidando de la naturaleza que las poblaciones tradicionales y que los indios, por lo menos en el mundo de hoy (Dourojeanni, 2001, p.86-87).

Numa perspectiva diametralmente contrária, Diegues (2000, p.42) entende que "deve ser criada uma nova aliança entre cientistas e os construtores e portadores de conhecimento local, partindo de que os dois conhecimentos – **o científico e o local – são igualmente importantes**". E, em artigo mais recente, argumenta ainda:

> [no] conhecimento das populações indígenas quando elaboram técnicas, muitas vezes complexas (...), há uma atitude científica, uma curiosidade assídua e alerta, uma vontade de conhecer pelo prazer de conhecer, pois apenas uma fração das observações e experiências pode fornecer resultados práticos e imediatamente utilizáveis. (...) **o conhecimento tradicional indígena e o conhecimento ocidental estão epistemologicamente próximos**, uma vez que ambos baseiam-se numa constatação empírica (...). O que **se propõe**, para a criação de uma nova ciência da conservação, é uma **síntese entre o conhecimento científico e o tradicional** (Diegues, 2004, p.15 e p.19, respectivamente).

Por fim, tomemos os comentários de Manuela Carneiro da Cunha (1999), a qual indaga:

> qual o caráter do saber local? (...) até hoje **digladiam-se posições antagônicas com relação a esse tipo de saber**. Muito comum é a explicação utilitarista que ressurge periodicamente sob diversos disfarces e avatares, e que desconhece, entre outras coisas, o vasto excedente de conhecimentos que a razão prática não pode explicar. A essa enorme corrente opõem-se posições, como a de Lévi-Strauss (1962), que afirmam a natureza teórica do conhecimento selvagem: a **diferença entre ciência tradicional e ciência do tipo ocidental, que existe e é enfatizada,** não residiria nas operações intelectuais envolvidas, mas nos objetos a que se aplicam, conceito no caso da **grande ciência**, propriedades sensíveis na **ciência selvagem** (...) assentada na livre circulação. Nesse aspecto **assemelha-se à universidade**, aliás, que é uma ilha de liberdade do conhecimento em um mar de conhecimentos privatizados. Não quero dizer com isso, o que seria um contra-senso, que não existe nas comunidades tradicionais conhecimento especializado, reservado ou esotérico. **Há, entre grupos indígenas e tradicionais em geral, carreiras que em muito se assemelham à carreira acadêmica** (Cunha, 1999, p.157 e p.159).

Arrisco dizer que considerar saberes locais como ciência (ainda que "selvagem"), comparar (ainda que metaforicamente) o lugar onde são produzidos ao ambiente "universitário" e equiparar "carreiras acadêmicas" com "carreiras indígenas" são associações que não agradariam o grupo de 12 cientistas recém citados. O curioso, porém, é que, a despeito da distância que os separam de Cunha, está última deles aproxima em um ponto: na idéia de que "a diferença entre ciência tradicional e ciência do tipo ocidental (...) existe e é enfatizada".

Se, para Olmos *et. alli*, saberes locais não poderiam sequer ser vistos como "ciência", para Dourojeanni, mais condescendente, eles não estariam nem "competindo" nem poderiam ser "substituídos" um pelo outro por serem "complementares". Ainda que hierarquicamente separados, a alegação de "maior competência" dos especialistas de Dourojeanni permite que saberes locais possam ser potencialmente úteis. Já para Diegues ambos possuiriam status igual,

[239] Um detalhe relacionado à língua espanhola falada na América do Sul se refere aos verbos "remplazar" e "substituir". O primeiro é mais usado quando há alguém com a intenção explícita de "se colocar no lugar", já o segundo dá uma idéia mais passiva, de coisas que, eventualmente, simplesmente "trocam de lugar".

sendo "igualmente importantes" devido ao fato de serem "epistemologicamente próximos". Neste caso, embora comecem citando Lévi-Strauss, Diegues se afasta de Cunha visto que esta critica justamente a idéia de que ambos os saberes seriam "equivalentes". Nas suas palavras:

> ressalto que para Lévi-Strauss a diferença entre **esses dois tipos de ciência existe e é enfatizada, contrariamente a posições como a de Shiva (1997) recentemente contestando a distinção entre as duas sob a alegação pós-moderna** de que não há base epistemológica para tanto, e de que a ciência reducionista e cartesiana é tão imbuída de juízos de valor quanto à ciência tradicional. Acho que há aí um duplo deslocamento: **antes, negava-se a validade dos conhecimentos tradicionais; agora, ao ser reconhecida sua contribuição, nega-se a distinção no modo de fazer ciência**. Que ciência ocidental, tal qual a ciência tradicional, seja informada por ideologias, sistemas de representações que a infletem ao mesmo tempo que lhe conferem coerência, ninguém o negará. **Que isso as torne equivalentes**, mesmo se ambas produzem conhecimentos reais, é outra história e **é negar, a meu ver, que são as diferenças de seus pressupostos que as tornam diferentes e portanto valiosas** [240] (Cunha, 1999, p.157).

Deixando e lado a discussão sobre quem estaria com a razão – se Olmos, Dourojeanni, Diegues, Shiva ou Cunha -, o que me interessa apontar aqui são as ênfases escolhidas (o que não deixa de ser minha própria ênfase). Olmos *et. alli* acentuam o fato do "conhecimento científico" ser distinto do "conhecimento tribal" a ponto de não haver comparação possível (um é "objetivo", "verdadeiro"; o outro, "mitologia", "folclore"); o que, conseqüentemente, qualificaria os primeiros e desqualificaria os segundos; mas, também, por extensão, tenderia a qualificar quem defende a relevância dos primeiros e desqualificar quem defende a importância dos segundos. Já Dourojeanni é menos radical ao aceitar saberes locais como potenciais auxiliares de saberes científicos. Ainda que com status inferior (pois, segundo o autor, técnicos sabem cuidar melhor dos recursos naturais do que populações tradicionais), estas poderiam desempenhar algum papel e ter alguma utilidade, mesmo que secundária e acessória.

Na outra ponta temos a visão de Shiva, que ressalta "equivalências" entre ambos de modo a colocar em xeque a legitimidade de um tipo de saber dominante sobre outro a ele subordinado - como indicam as expressões "é tão" e "quanto à" na frase atribuída a Shiva por Cunha: "a ciência reducionista e cartesiana **é tão** imbuída de juízos de valor **quanto** a ciência tradicional". Aqui, inversamente ao que propõem Olmos *et. alli*, ao enfatizar o lado negativo da "ciência ocidental" ("reducionista, cartesiana" e "informada por ideologias"), não caberia qualificar ou desqualificar nem um nem outro, ou melhor, seria possível desqualificar ambos.

---

[240] A visão de Shiva sobre "status" dos saberes científico e local poderia ser considerada uma antítese da visão de Olmos *et. alli*. Em "Monoculturas da mente" (2003) Shiva põe, como o fazem aqueles em relação às ciências sociais, o substantivo "ciência" entre aspas ao se referir à "'ciência' dominante" (o mesmo ocorre com o adjetivo "científico" ao falar em "silvicultura 'científica'"). Segundo a autora (2003, p.80), "quando o saber local aparece de fato no campo da visão globalizadora, esta faz com que desapareça negando-lhe o status de um saber sistemático e atribuindo-lhe os adjetivos de 'primitivo' e 'anticientífico'. Analogamente, o sistema ocidental é considerado o único 'científico' e universal. Entretanto, os prefixos 'científico' para sistemas modernos e 'anticientífico' para sistemas tradicionais de saber têm pouca relação com saber e muita com poder. Os modelos de ciência moderna que promoveram essas visões derivaram menos da familiaridade com uma prática científica real e mais da familiaridade com versões idealizadas que deram à ciência um status epistemológico especial".

Já Diegues, ao enfatizar a "igualdade" da "importância" dos dois saberes, se aproxima de Shiva (pois "equivalência" e "igualdade" possuem sentidos próximos). Contudo, ao invés de apontar elementos negativos, sua visão recai sobre aspectos positivos de ambos os saberes (sendo "importantes", os dois seriam necessários). Ao colocá-los em um mesmo patamar valorativo, o autor não enfatiza ou procura fazer alguma distinção. E, justamente por isso, por serem "epistemologicamente próximos", seria possível propor uma "síntese" de ambos.

Por fim, para Cunha não seriam as semelhanças entre ambas as ciências, mas justamente "as diferenças de seus pressupostos que as tornam (...) valiosas". Por um lado, a autora se aproxima de Diegues (pois "valioso" e "importante" possuem sentido relativamente próximo), mas se afasta deste ao enfatizar explicitamente que há uma distinção que precisa ser "reconhecida". Mas Cunha, ao se distanciar de Shiva e Diegues, se aproxima de Olmos *et. alli* ao se mostrar contrária à idéia de "equivalência" entre ambas e, implicitamente, à necessidade de igualar o status de um e de outro (sem falar na alusão crítica de ambos a perspectiva "pós-moderna"). Por fim, e não mesmos importante, Cunha se distancia enormemente de Olmos *et. alli* no que se refere ao tipo de valorização de ambos os saberes, pois, se para ela, diferenças é que são "valiosas", para os segundos, diferenças indicam que só um deles é "verdadeiro".

Resumindo, ênfases e pontos de partida adotados ao iniciar uma argumentação fazem toda diferença. Se seguirmos Olmos *et. alli*, sugerir que conhecimentos científicos e saberes locais seriam "equivalentes" seria quase uma blasfêmia (científica); se adotarmos a visão de Dourojeanni, eles poderiam ser articulados, ainda que com pesos desiguais, para alguma finalidade, ou seja, seriam funcionais (ou "utilitaristas", segundo Cunha); se concordarmos com Shiva e Diegues, teríamos uma neutralização (negativa, de um lado, positiva, de outro) do status de ambos; e, por fim, se aceitarmos as sugestões de Cunha, sua riqueza e potencialidade estaria justamente no fato de não serem nem "folclore", nem "complementares", nem "iguais", nem "equivalentes", mas simplesmente "diferentes". Ao igualar saberes locais e científicos, Shiva relativiza os segundos a partir de seus aspectos negativos; com isso, positivisa, por contraste, os primeiros. Já Olmos *et. alli* partem da assertiva de que saberes locais e científicos diferem para concluírem que os segundos seriam mais "adequados" do que "mitologias", dados "subjetivos" e "falsos" da realidade representados por "saberes tradicionais". Em contraponto, para Cunha o fato de serem qualitativamente diferentes é que os tornaria "valiosos".

Ao optar por uma destas possibilidades, pontos de partida para análises ulteriores já estão marcados pela diferença-distância ou, ao contrário, pela afinidade-proximidade. O poder de argumentos de um estudo em que saberes locais são tratados como "folclore" ou como "complementares" poderão estar seriamente comprometidos caso o leitor não compartilhe deste entendimento. Mas o mesmo ocorrerá com o leitor que discorde da possibilidade de se

comparar ou igualar conhecimentos locais com saberes científicos. Para Olmos *et. alli*, isto representaria uma desqualificação destes últimos; para Cunha, no mínimo uma questão menor.

Mas novamente lidamos com diferentes planos de alteridade/afinidade. Provavelmente um antropólogo que deseje dialogar com um público como Cunha, Diegues e Shiva não irá se interessar em discutir, por exemplo, conhecimentos tradicionais como "folclore", processos de "aculturação indígena", "assimilação cultural", "práticas tradicionais atrasadas" ou o problema das "culturas inferiores" (expressões contidas nos textos de Olmos *et. alli* e Dourojeanni). Já se este antropólogo incluir, como interlocutores, autores como estes últimos, a amplitude da discussão tenderá a aumentar, pois há grande possibilidade de que estes temas se coloquem de tal modo que tenham que ser, ao menos, referidos. Mas algo parecido ocorre caso um ecólogo deseje debater com antropólogos. Dificilmente irá propor uma discussão sobre "processos que levem ao **aumento** de biodiversidade" (frase recorrente em textos de cientistas sociais), visto que, como vimos no diálogo que tive com um entrevistado no item 3.2, o referencial teórico da ecologia não admite, com raríssimas exceções, tal possibilidade. Porém, quando ecólogos falam para um público mais amplo, esclarecer este ponto específico pode ser de suma importância. Já sobre as opções acima, acompanho Cunha quando argumenta que a

> apreciação do saber local oscila entre dois extremos igualmente ingênuos: ora se o desvaloriza por completo por oposição à ciência, ora se o exalta como uma fonte de sabedoria última. Num pólo, fala-se com complacência das 'crendices e abusões de nosso povo'; no outro, com reverência, dos 'segredos detidos pelos nossos índios'. Existe, sim, um saber local, não desprezível mas tampouco infalível e que está hoje no epicentro, como vimos, de um debate da maior importância (Cunha, 1999, p.157).

A visão de Cunha aponta para uma postura agnóstica e pragmática sobre a necessidade de avaliar o valor de ambos os saberes. Visto que são distintos, caberia atentar para situações específicas em que são acionados, bem como as assimetrias de poder envolvidas. Veremos ao final do capítulo que tal possibilidade mostra-se pertinente considerando que avaliá-los segundo critérios alienígenas pode levar a busca frenética e sem fim por estudos de caso que comprovem: que conhecimentos científicos seriam "verdadeiros" e saberes locais "falsos"; que os segundos serviriam como "complemento" dos primeiros; que saberes científicos seriam tão falsos quanto saberes locais ou que ambos seriam igualmente verdadeiros. Ora, se tais teses podem ser cientificamente provadas, elas podem perfeitamente ser refutadas, conduzindo os caminhantes a uma encruzilhada cujos caminhos possíveis os levam a andar em círculos.

4.4 Notícias das frentes de batalha em dois rounds: táticas de ataque e defesa

> Quando a bala vem por cima, companheiro, se *abaixemo*;
> quando a bala vem por baixo, companheiro, nós *pulemo*;
> mas se a bala vier no meio, há! *fazemo* a bala voltar!
>
> Gilberto Carvalho e Raul Pereira (1976)[241].

[241] Trecho de "Leão do Caverá", canção apresentada por Leopoldo Rassier e os Tropeiros do Ibirapuitã durante a VI Califórnia da Canção Nativa (Uruguaiana/RS).

Primeiro Round: "a guerra dos mitos"

Há mais ou menos 15 anos, dois "mitos" ganharam espaço nas discussões sobre áreas protegidas e populações locais: o "mito dos paraísos naturais intocados" e o "mito do bom selvagem ecologicamente correto"[242]. Apenas para introduzir o leitor ao tema, inicio este item com duas citações de autores que, apesar de divergirem amplamente sobre a temática, vêm sistematicamente mencionando ambos os mitos em seus textos.

Diegues (1996), recuperando a idéia de "neomito" proposto por Morin (2001, publicado em 1991) e elaborações intelectuais de Eliade (1991), Thuillier (1990) e Gomez-Pompa e Kaus (1992), aponta que em

> centenas de textos inspirados em preocupações ecológicas, os **velhos mitos reaparecem** de forma espontânea, **com entusiasmo quase religioso e com vigor apocalíptico** (...). A concepção de áreas protegidas como natureza selvagem parece ser um desses neomitos. (...) existem nesse neomito elementos míticos claros que reportam a idéia de paraíso perdido, da beleza primitiva da natureza anterior à intervenção humana, da exuberância do mundo natural que leva o homem a apreciar o belo, o harmonioso, a paz interior proveniente da admiração da paisagem intocada (...). A existência de um mundo natural selvagem, intocado e intocável faz parte, portanto, desses neomitos. Como afirma Ellen (1989), entretanto, a natureza em estado puro não existe, e as regiões naturais apontadas pelos biogeógrafos usualmente correspondem a áreas extensivamente manipuladas pelos homens. **Esse neomito**, ou mito moderno, **vem impregnado**, no entanto, do pensamento racional representado por conceitos como ecossistema, diversidade biológica etc. (Diegues, 1996, respectivamente, p. 59 e 14).

Poucos anos depois, o contra-ataque a imputação do citado "mito" à "concepção de áreas protegidas" veio através vários autores[243], entre eles, o grupo liderado por Olmos *et. alli*, os quais, partindo de Whelan (1999), comentam que no caso do mito do bom selvagem, este

> **mito neo-rousseauniano tem como dogma** central que populações 'tradicionais' (...) vivem em harmonia com a Natureza, não explorando excessivamente os recursos e sendo incapazes de causar danos devido a uma combinação de secular adaptação cultural e valores éticos específicos, moralmente superiores aos da sociedade urbana ocidental. Além disso, as chamadas 'populações tradicionais' teriam um longo histórico de convivência simbiótica com ecossistemas, sendo 'conservacionistas natas' por definição (...). O '**bom selvagem** ecologicamente correto' **é** apenas **algo que todos gostariam que fosse real**, talvez a transposição para outro dos anseios de uma sociedade urbana. Como astrologia, poder dos cristais, Atlântida, criacionismo e outras teorias pseudo-científicas, muitas das **generalizações** sobre a relação harmoniosa das populações tradicionais com o meio ambiente **carecem de provas**. M**as o mito do bom selvagem é uma potente ferramenta** de propaganda. E propagandistas e políticos sabem que uma mentira repetida acaba sendo encarada como verdade (Olmos *et. alli*, 2001, p.281 e p.290).

Não me aterei aqui ao que ambos os mitos ajudam a explicar como e o que pesquisadores pensam quando se referem ao nosso "tema quente". Vou noutra direção: a despeito das caracterizações acima, geralmente a alusão tanto ao "mito da natureza intocada" quanto ao "mito do bom selvagem" não se restringe à descrição do que eles representariam. Já concordando com Olmos *et. alli*, são hoje uma "potente ferramenta", só que, no caso, usada para desqualificar o discurso do outro. Quanto ao primeiro mito, este é por vezes adotado para

[242] Adoto tais expressões como equivalentes de suas derivações: "nobre selvagem", "bom selvagem", "natureza intocada", "paraíso (ou éden) perdido", "mundo natural selvagem" e seu homônimo em inglês "wilderness".
[243] Para outros autores que tratam destes dois "mitos", ver início do segundo capítulo.

criticar o argumento de que se deveria privilegiar - como estratégia prioritária de proteção à biodiversidade - a criação de UCs ditas de proteção integral em detrimento dos demais tipos de áreas protegidas. Já o segundo é geralmente usado para criticar a idéia - segundo alguns, disseminada entre cientistas - de que populações tradicionais seriam "conservacionistas natos".

Mas para entender a permanência inercial na literatura especializada tanto do mito da natureza intocada como do mito do bom selvagem, é preciso olhar mais de perto para algumas implicações que seu uso subentende em termos dos efeitos que produz sobre o discurso do outro. E aí chegamos a um ponto essencial para entender porque, quando lemos textos (mesmo recentes) sobre populações locais e áreas protegidas, inúmeras vezes há um ou mais parágrafos falando sobre um ou ambos os "mitos": eles podem ser acionados para dar a idéia de que certos pesquisadores norteariam sua ação e pensamento segundo representações sintetizadas nesses mitos. Quando isso ocorre, trata-se de uma tática de ataque ao discurso do outro.

Após o início da "guerra dos mitos", deflagrada no Brasil por Antônio Carlos Diegues em meados dos anos 1990 com o livro "O mito da natureza intocada" e, pouco depois, revitalizada com o contra-ataque através da redescoberta do mito rousseauniano do "bom selvagem" por outros pesquisadores, cientistas têm usado sistematicamente ambos os mitos para atacar argumentos de seus adversários[244]. Dourojeanni (2001, p.73), por exemplo, ao se referir aos trabalhos de Diegues (1996) e Arruda (1997), percebeu, argutamente, este efeito:

> el tema de **la 'naturaleza intocada'** es uno de los que más **es usado contra los 'ambientalistas' y las UCIs**[245] (...). A pesar de ello, este argumento es frequentemente usado contra el estabelecimiento de UCIs y hasta contra cualquier UC. (...) de allí surgió la idea de que como no hay, realmente, nada virgen, nada intocado, puede ocuparse todo el territorio, sin necessidad de preservar nada.

Talvez o pesquisador que mais tenha feito uso deste artifício tenha sido Milano (1999, 2000, 2001 e 2002b), o qual construiu uma espécie de listagem de "mitos e realidades" que orientariam pesquisas de muitos cientistas especificamente sobre UCs. Milano (2001, p.29) ironiza o fato de que "riqueza criativa na defesa da utópica tese do bom selvagem e da harmoniosa relação entre populações tradicionais e natureza é o que não falta". Porém, não me aterei à alusão-contestação dos "mitos" descritos pelo autor (aos quais contrapõe com o que entende ser a "realidade"), apenas reproduzo abaixo as conclusões a que este chega ao final:

---

[244] Contudo, diferentemente de Milano (2000 e 2002b) e Olmos *et. alli* (2001), para os quais o sentido imputado à idéia de "mito do bom selvagem" é de algo "falso" – como disseram estes últimos: "um mito (termo aqui usado no sentido de ilusão)" -, Diegues trabalha com uma concepção mais refinada (destina-lhe um capítulo inteiro) de "mito da natureza intocada". Para este último: "o conceito de mito utilizado neste trabalho está longe da noção de 'falácia', 'ilusão' ou conhecimento equivocado que lhe é atribuído no senso comum. A noção de mito naturalista, da natureza intocada, do mundo selvagem diz respeito a uma representação simbólica (...). Quando se fala em mito moderno [da natureza intocada], refere-se a um conjunto de representações existentes entre setores importantes do conservacionismo ambiental de nosso tempo" (Diegues, p.53). Roué (2000) e outros antropólogos trabalham com concepção de "mito" próxima a adotada por Diegues.

[245] A sigla significa "unidades de proteção integrais".

> muitas são as questões reais e outras tantas aquelas que não passam de mitos (Milano, 2000). Muitos destes mitos, **resultados de ensaios acadêmicos fundamentados de forma mais política-ideológica que em boa ciência, bem como em pesquisas com análises inadequadas**, de tanto serem repetidos, estão sendo apresentados como 'paradigmas'. Há no Brasil alguns desses ditos novos paradigmas, falsos, que vêm sendo apresentados como substitutos de outros tidos como velhos e ultrapassados, verdadeiros, de maneira muito prejudicial à conservação. (...) discutir as unidades de conservação a partir da concepção de mitos e da realidade associados à criação e ao manejo das mesmas, ou seja, à sua própria existência, traz como primeira premissa, condição ou pressuposto de que nem tudo o que está exposto sobre o assunto é real (Milano, 2002b, p.198).

Já Olmos *et. alli*, seguindo o tom de seu artigo, partem para o ataque direto e frontal:

> um mito (termo aqui usado no sentido de 'ilusão') tem sido especialmente importante no Brasil: o 'do bom selvagem ecologicamente correto' (...). No Brasil **o mito do 'bom selvagem ecologicamente correto' é levado a sério, sendo amplamente aceito como verdade nos meios universitários** e incorporado pela mídia e opinião pública. Mais que isso, o mito granjeou adeptos entre setores conservacionistas governamentais e não-governamentais (*op. cit.*, 2001, p.280).

Por fim, Adams (2000a, p.145) ressalta, no resumo de seu artigo "populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar": "criticou-se também a **falta de uma abordagem ecológica séria** e de uma base empírica confiável na literatura, **o que muitas vezes tem levado a considerações na linha do discurso ecológico romântico, que tendem a vincular a imagem dos caiçaras ao mito do 'bom selvagem**'".

Ora, nos quatro autores citados, há um claro uso da idéia de "mito do bom selvagem" como forma de qualificar negativamente a procedência e o status científico de trabalhos realizados por alguns de seus colegas. Mas, por outro lado, o artifício de tratar argumentos contrários ou caracterizar "paradigmas" seguidos por outros pesquisadores como se fossem orientados por "mitos" não se restringe ao uso da idéia de "bom selvagem", sendo também adotado no caso da noção de "natureza intocada". Novamente Diegues (1997, p.336) usa esta última para criticar o fato de que, com a "criação de áreas naturais protegidas em territórios ocupados por sociedades pré-industriais ou tradicionais", haveria uma "usurpação" dos direitos destas últimas: "essa **usurpação é ainda mais grave quando a 'operacionalização de um neo-mito' (áreas naturais protegidas sem população) se faz com a justificativa** da necessidade da criação de espaços públicos, em benefício da 'nação', na verdade, das populações urbano-industriais". Já no caso de Santilli (2005, p.130), esta argumenta que o

> modelo preservacionista tradicional tende a **privilegiar as unidades de conservação sem a presença humana, com base na concepção ou 'mito'** de que existe um 'mundo' natural selvagem, intocado e intocável' e que a 'única forma de proteger a natureza é afastá-la do homem, através de ilhas onde este pudesse admirá-la e reverenciá-la', modelo que traduz uma visão da relação entre sociedade e natureza influenciada pelo preservacionismo norte-americano e por uma visão estética da natureza.

Como Santilli, a ecóloga Nurit Bensusan (2004, p.66) também faz uso mito da natureza intocada para atacar especificamente "o modelo de áreas protegidas sem populações humanas":

> **a adoção desse modelo** – espaços protegidos é obrigatória a exclusão das populações humanas – **baseia-se**, entretanto, **em** pelo menos duas **premissas** que me parecem **equivocadas**. A primeira delas é a idéia

> de que as paisagens resultantes da biodiversidade que se almeja conservar são estáticas, ou seja, não se modificam ou longo do tempo. A outra **relaciona-se com o chamado 'mito da natureza intocada'**.

Já Azevedo (2002, p.33) cita pesquisas de outros cientistas para concluir: "evidências como as destes estudos deixam cada vez menos dúvidas quanto ao fato de que a natureza que chamamos intocada – e que protegemos como tal – é na verdade produto da interação entre processos naturais e humanos. Mais do que isso, a **natureza virgem**, se de fato existisse, poderia **não corresponder à idéia de natureza** que fundamenta o desejo de protegê-la**"**.

Por fim, o depoimento de um pesquisador entrevistado ilustra como ambos os "mitos" representam verdadeiras armas discursivas disponíveis para aqueles que pretendem discutir nosso "tema quente". Conversando com um biólogo cujas visões sobre a questão das áreas protegidas e populações locais se aproximam muito de Olmos *et. alli* e de pesquisadores como Milano e Dourojeanni e Jorge-Pádua, este relatou o seguinte episódio:

> aí tomei uma posição. Fui convidado a preparar uma palestra **e escolhi preparar uma fala sobre o mito do bom selvagem** ecologicamente correto. Li o livro do Diegues (...). Quando vi pela primeira vez esse livro disse: "caraca! Que legal. Está aí um cara que pensa igualzinho a mim". Porque pra mim o mito moderno da natureza intocada seria a idéia de que a gente teria conhecido nas últimas décadas alguma coisa que estaria numa forma intacta. Só que pra mim isso já foi perdido a milhares de anos atrás. Então, quando vi aquele título (...), estava pensando que o livro expunha idéias mais ou menos parecidas com o primeiro capítulo do meu livro. Aí comprei o livro e, caraca! Não é isso! São idéias muito diferentes. **Aí escrevi uma palestra que apresentei mais de uma vez que se chama "o mito moderno do bom selvagem ecologicamente correto". E numa dessas palestras, inclusive, eu tinha um debate marcado na USP com o Diegues. Aí preparei a versão mais aguda, mais aguda não, a versão mais bem embasada, estudei bastante, peguei todos os artigos que conhecia, enfim, preparei uma versão científica e embasada pra quebrar o pau com o Diegues numa mesa redonda**. Mas ele não foi. Foi um antropólogo no lugar dele (...), uma outra antropóloga, eu e o Fabio Olmos. E fizeram um esquema esquisito, que era uma mesa que tinha quatro pessoas, sendo que tinha dois pra discutir e dois pra mediar. Nunca tinha visto isso, mas o negócio era tão polarizado teoricamente que colocaram um antropólogo e eu pra discutir e o Fábio Olmos e uma antropóloga pra mediar. O que aconteceu, falei primeiro e disse que povos tradicionais também, infelizmente, destroem o meio ambiente, coloquei meus argumentos (...). Depois falou [**o antropólogo**] que, na verdade, não falou nada do que ia falar, não fez uma apresentação dele, **simplesmente respondeu a minha apresentação e meteu pau**. Aí veio a antropóloga, que ficou totalmente sem graça e ficou em cima do muro, falou que não tinha muito argumento pra discutir o que estava sendo discutido, mas que achava o tema importante. Aí, **quando passou a palavra pro Fábio eu pensei, bom, agora ele também vai detonar**, porque agora vem a tréplica, né? Aí o que ele fez? Ficou em cima do muro também [risos]. Mas claro que entendi, porque estava lá como mediador. Essa foi uma situação meio engraçada que aconteceu.

Bom, pode parecer (e creio que seja mesmo) uma explicação meramente instrumental, funcional, mas o caso é que - e este é o ponto que quero chegar - tal tática surte efeito. Não importando se seria ou não verdadeiro que cientistas se orientam pelas idéias de "natureza intocada" ou do "bom selvagem", o uso em textos científicos ou em fóruns abertos da idéia de que nos orientaríamos por mitos (sejam vistos como "representações simbólicas" ou "concepções falsas") não perdeu sua eficiência enquanto ferramenta destinada a criticar e enfraquecer argumentos, "paradigmas", "vertentes", "atores" etc. Em certos contextos enunciativos, incluindo aí publicações acadêmicas, ambos os mitos têm sido acionados como estratégia de convencimento ou como verdadeira arma de desqualificação do discurso do outro.

Como vimos em várias citações, enquanto tática de ataque ao argumento do outro, quando citados ambos servem como instrumento de acusação. Vemos então Olmos *et. alli* alegarem que "nos meios universitários" "o mito do bom selvagem" seria "amplamente aceito" e "levado a sério"; Milano propor que mitos influenciariam "resultados de ensaios acadêmicos fundamentados em pesquisas com análises inadequadas" e "de forma mais política-ideológica que em boa ciência"; e Adams ressaltar que a "falta de uma abordagem ecológica séria" teria "levado a considerações na linha do discurso ecológico romântico, que tendem a vincular a imagem dos caiçaras ao mito do 'bom selvagem'". Mas também podemos observar Diegues sustentar que se estaria "usurpando" direitos através da "**operacionalização** de um neo-mito" que serviria como "justificativa" para tanto e Santilli ponderar que cientistas realizariam suas pesquisas "**com base**" no "mito da natureza intocada". No caso de Azevedo, citar este último o ajuda, sutilmente, a atacar "fundamentos", pois se "natureza virgem poderia não corresponder à idéia de natureza que fundamenta o desejo de protegê-la", para muitos isso seria um verdadeiro desastre, pois perderiam uma das principais justificativas para a criação de UCs.

Talvez por isso, logo no início de uma entrevista, quando explicava a meu interlocutor o contexto da pesquisa que estava envolvido, este prontamente me interrompeu para comentar:

> porque é verdade que a natureza não é intocada, isso ninguém discute, mas o que Diegues infere disso é tão absurdo tecnicamente que gerou esse texto [escrito pelo entrevistado] (...). Esse é um novo ambientalismo que está surgindo, mas não sei se isso é bom, porque quem sai perdendo é a natureza. Mas tudo bem, estou nessa discussão todo o dia (...). São mil facetas sobre o mesmo tema, tem a ver tudo com essa discussão. Existe toda uma mitologia que acaba sendo inventada.

Como em casos específicos, falar em "mito" pode ser uma tática cujo efeito prático visa desacreditar interpretações (e seus intérpretes) concorrentes, isso faz com que se tenha - como no caso de meu interlocutor - que responder a essa acusação, resposta que, no seu caso o teria levado inclusive a escrever um livro sobre o assunto. Mesmo atualmente, estreantes que pretendam debater nosso "tema quente" serão logo apresentados pelos já iniciados a estes dois "mitos", visto que se tornaram referência quase obrigatória. E, com efeito, seu potencial de sedução é muito elevado. Afinal, afirmar que cientistas orientam suas análises a partir de "mitos" (sejam entendidos como idéias "ilusórias" e sem correspondência com a realidade ou, ao contrário, como "operacionalização" de uma explicação ou representação autêntica de aspectos da condição humana) significa uma clara tentativa de afetar a credibilidade científica que estes últimos possuem perante os demais pares.

Por outro lado, é preciso relativizar o poder atual deste tipo de artifício adotado como tática de ataque. Pode ser apenas impressão inicial (creio que seria preciso um estudo mais minucioso sobre esta possibilidade), mas pelo que pude ler da literatura recente (coisa de três a quatro anos para cá), tanto a retórica da "natureza virgem e intocada" como a alusão a índios e

outras populações tradicionais como "conservacionistas natos" são hoje pouco recorrentes em textos de pesquisadores de diversas áreas. Atualmente, excetuando-se casos esparsos (como monografias de graduação, dissertações de mestrado e artigos menores), são raros estudos científicos - tanto das áreas biológicas como das humanidades – em que se pode identificar explicitamente a presença destas duas concepções (não como "tática de ataque", mas como representação mesmo, como sugere Diegues, de determinado autor sobre a realidade). Se um dia argumentos baseados na idéia de que populações tradicionais teriam aptidão intrínseca para se relacionar de forma "harmoniosa" ou "simbiótica" com a natureza ou, da mesma forma, de que restariam ainda alguns "paraísos perdidos" espalhados pelo mundo já foram relativamente fortes nos discursos científicos sobre nosso "tema quente", estes têm perdido terreno.

Até mesmo antigos "conservacionistas", como Gusmão Câmara (2002, p.164), já falam em seus textos em "natureza quase intocada"[246]. Ademais vimos que a crítica à concepção do "bom selvagem" parte já de dentro do próprio campo das ciências sociais, sendo feita por antropólogos; isto é, não é uma crítica qualquer, mas de pesquisadores altamente reconhecidos pelos seus pares de dentro e de fora da sua disciplina. De fato, creio que seria difícil tentar imputar as críticas de Milano e Olmos *et. alli* ou de Roué (2000) (esta, uma antropóloga) ao trabalho de cientistas sociais como Barretto Filho, Lima, Esterci, Lobão, Lená, Ladeira, Maretti, Litlle, Cunha, Almeida e vários outros autores. Além disso, pelo que depreendi de suas falas, todas as pessoas que entrevistei entendem que não caberia falar numa suposta e perdida "natureza intocada"; igualmente, todos parecem concordar com a idéia de que não há povos ou populações que seriam "conservacionistas natos". Aliás, quem sabe daqui alguns anos um pesquisador não venha sustentar a tese do "contra-mito", isto é, de que a idéia de que cientistas que discutem questões sobre nosso "tema quente" se orientarem pelo "mito do bom selvagem" ou pelo "mito da natureza intocada" é que seria, esta sim, um "mito" entre especialistas.

Todavia, pelo que expus aqui, alguém poderia pensar que estaria afirmando que tais mitos não fariam mais parte do imaginário de cientistas envolvidos com nosso "tema quente". Longe disso. Igualmente, não acho que seria o caso de dizer que representações sociais como o mito da natureza intocada e o mito do bom selvagem estejam ficando anacrônicas ou perdendo seu potencial heurístico (para isso, é só ligar a televisão e assistir reportagens sobre o Pantanal, Amazônia ou Mata Atlântica). Como veremos a seguir, ocorre que pesquisadores se apropriam das interpretações críticas de seus colegas e as ressignificam ao seu modo, lhes dando então

[246] Conversando com um cientista político conhecido por seus estudos sobre a história dos parques nacionais brasileiros a respeito da questão das ditas populações tradicionais, este comentava comigo: "se você pegar o meu livro, de fato não existe a expressão 'população tradicional'. Não é só porque não goste dela, nem porque não ache a questão importante, mas porque o meu viés era a favor dos parques 'intocados', como diria o Antonio Carlos Diegues. Mas eu sabia que partia do princípio de que nenhum dos parques estudados era 'intocado', porque teve estrada, teve café, tinha capela, tinha quilombo".

outros fins. Como a discussão é dinâmica, mais do que eventualmente mudar seus pontos de vista, os adaptam às situações adversas que encontram pelo caminho.

Além disso, obviamente que o potencial de encantamento (consciente ou inconsciente) de belas paisagens e ecossistemas com elevada biodiversidade ou de manifestações culturais de etnias e grupos rurais que vivem nestas regiões continua presente nos discursos sobre áreas protegidas e populações locais. Como qualquer pessoa, cientistas não estão livres do chamado destas sereias. Porém, como as atividades que executam são marcadas por algum ideal de cientificidade (que pode ser bem distinto), na hora da luta fria e crua que se estabelece nas arenas científicas será preciso colocar este encantamento, se houver, para baixo do tapete de suas publicações e, de preferência, se possível, levantar o tapete do adversário para mostrar o que haveria aí embaixo. Afinal, caso queiram fortalecer seus argumentos, terão de arranjar uma forma de negar que se orientem por mitos ou ao menos proceder como se assim fosse, sejam estes mitos ilusões ou representações simbólicas.

Do mesmo modo, não quer dizer que não se possa encontrar na literatura referências ao caráter "conservacionista" de populações tradicionais ou que remetam à idéia de "natureza intocada". Não se trata de negá-las. Para algumas citações que reproduzi de Fernandez e Milano, por exemplo, creio que continuaria valendo a constatação de Diegues (2000, p.9 e 53): "o enfoque predominantemente biocêntrico [teria] grande influência espiritualista, (...) **aproximando-se freqüentemente de uma quase adoração do mundo natural** (...). Quando se fala em mito moderno, refere-se a um conjunto de representações (...) pela[s] qua[is] o mundo natural tem direitos idênticos ao ser humano". O mesmo vale para certas observações de Milano, Olmos *et. alli*, Schaik e Rijksen, às quais se aplicaria à alegação de que "esse neomito ou mito moderno vem impregnado, porém, do pensamento racional representado por conceitos como ecossistema, diversidade biológica etc." (Diegues, 1996, p.14).

Por outro lado, o que dizem Milano e Olmos *et. alli* poderia ser visto como procedente quando lemos Araújo (2004, p.36) afirmar: "imagens de satélite demonstram que na Amazônia, hoje, as áreas de florestas mais preservadas estão dentro dos limites de Terras Indígenas. Sabe-se que **a relação harmoniosa que esses povos mantiveram com o seu ambiente** ao longo dos tempos responde pela preservação das florestas e de seus recursos"; ou, ainda, Diegues sustentar: "na concepção mítica das 'sociedades primitivas' e 'tradicionais' existe uma **simbiose entre homem e natureza**"; "populações tradicionais vivem (...) em **relativa simbiose com a natureza**"; "a corrente preservacionista" "desconsidera o fato de que os índios americanos tinham podido viver em **harmonia com a natureza** por milhares de anos" (*op. cit.* p.61, 87 e 37). Não seguirei com os exemplos.

Aqui alguém poderia objetar, depois de escarafunchar na literatura especializada outras passagens como estas: "ah! Mas então Olmos *et. alli* tinham razão!"; ou: "ah! Mas então Diegues estava certo em sua crítica!". Não é esta a questão, mas sim que há lugar tanto para discursos "duros" e "presos" (normalmente ditos "técnicos" ou "científicos") como para discursos "moles" e "livres" (geralmente presentes na apresentação ou no final de um artigo, tese ou dissertação, em textos que fazem uma discussão mais geral ou em publicações que se dirigem a um público mais específico com vistas a reforçar pontos de vista e combater outros).

Visto por este prisma, deixamos de ver como contraditório Diegues afirmar que nas "'sociedades primitivas' e 'tradicionais' **existe uma simbiose entre homem e natureza**" ou que "os negros libertos de Trombetas (...) até então tinham **vivido em harmonia com a floresta**" para depois escrever: "há também a necessidade de se resguardar de uma **visão simplista do selvagem ecologicamente nobre** (...). **Nem todos os moradores são 'conservacionistas natos'**" e aconselhe que se deva "**afastar a visão romântica pela qual as comunidades tradicionais são vistas como conservacionistas natas**. Trata-se, evidentemente, de seres humanos com suas qualidades e defeitos, com interesses, freqüentemente, heterogêneos dentro da própria comunidade" (*op. cit.* p. 61, 145, 41, 159)

Da mesma forma, compreende-se que um pesquisador como Milano - que, como vimos, afirma se orientar por argumentos "científicos consistentes" visando evitar "erros" ou "manipular informações inadequadas" (ver o caso de Bensusan, pág.178) -, ao mesmo tempo sustente que "é **do mundo científico, onde se produz o conhecimento, que vêm as mais convincentes razões** para se pensar a conservação (...) sendo as ***ciências biológicas*** **a grande fonte do saber** correspondente" (Milano, 2002a, p.vii), e, em outro momento, diga que "as árvores que nos rodeiam (...) denunciam sem disfarce a insensata brutalidade e a pobreza interior de homens que fogem de suas próprias almas (...), refletem a mutilação interior que carregamos (...) uma vez que vivemos em desacordo com a natureza" (Milano, 2001, p.34).

Ao atentar para esta dupla possibilidade argumentativa como parte do debate sobre populações locais e áreas protegidas, evitamos avaliar tal prática como ilógica, como sugere Latour em sua famosa analogia entre o antropólogo inglês que estudou os Azende e um hipotético antropólogo Azende que teria ido etnografar os ingleses[247]. Se deixarmos de

[247] O autor (2000, p.304 e p. 308) compara etnografia inglesa sobre os Azende com descrição do comportamento inglês feita por um imaginário antropólogo Azende. O primeiro chega à conclusão de que ingleses prefeririam "abster-se de inferências racionais" devido ao fato deles aplicarem "duas regras opostas ao mesmo tempo; regra 1: a bruxaria é hereditária; regra 2: se um membro da família é acusado de bruxaria, isso não significa que o restante do clã seja constituído por bruxos" (o que seria "ilógico"). Já o antropólogo Azende mostra que, apesar de "nas sociedades modernas [haver] uma lei que proíbe terminantemente o assassinato (...), existe uma prática (...) que consiste em despejar bombas, de aviões, sobre pessoas que são chamadas de inimigas". Assim, este antropólogo imaginário chega à mesma conclusão que o anterior: ingleses prefeririam "abster-se de inferências racionais", pois eles "aplicam duas regras ao mesmo tempo; regra 1: matar é crime; regra 2: matar não é crime".

procurar por supostas incoerências discursivas sobre nosso "tema quente", surge como elemento constituinte da fala nativa a possibilidade de que racionalidade e subjetividade andem juntas como elementos interferentes, indissociáveis e inter-determinantes.

Segundo Round: devolvendo a "batata-quente"

Retornando ao mito do bom selvagem, vimos ao longo da tese que diversos cientistas naturais mencionam este último. Porém, como também vimos no item 3.6, esta crítica não é privilégio de profissionais das áreas biológicas, sendo hoje recorrente e, diria, corriqueira entre cientistas sociais. A antropóloga Marie Roué, por exemplo, tece forte crítica à influência do mito do bom selvagem:

> o uso da palavra tradicional, referente à evolução das culturas e populações, que contudo continuam se transformando, foi com razão criticado. O perigo de uma visão ingênua e dicotômica, em que se tem, de um lado, a modernidade e, de outro, a tradição, existe. Isso leva a folclorização de povos e práticas. **Após adotar uma visão, conforme a teoria de Rousseau, do 'bom selvagem'**, que recusaria todo tipo de compromisso com nossa cultura moderna, **certas pessoas gostariam absolutamente que a realidade se conformasse a esse esquema romântico, e se irritam quando isso não é assim** (...). **Os povos tradicionais estão longe de ter vivido em harmonia com a natureza; utilizaram, às vezes, seus recursos naturais de maneira abusiva** (...). Gostaria de chamar a atenção para os perigos de um tipo de etnocentrismo às avessas, que não somente idealiza os saberes exóticos dos grupos indígenas, mas também tenta extrair desses, princípios filosóficos para aplicá-los fora do contexto, em nossa própria sociedade (...). **Cria-se de vez em quando, entre os pesquisadores, uma apologia dos saberes indígenas que se confina ao culto**, toma emprestado, aliás, seu vocabulário ao domínio do sagrado (Roué, 2000, p.73-74 e p.77).

Ainda que divirjam enormemente desta antropóloga sobre outros pontos, pois nem de longe Roué pode ser associada ao grupo encabeçado por Fábio Olmos, suspeito que estes e vários outros cientistas próximos a eles concordariam plenamente com suas ponderações. Outro autor crítico à persistência da representação do mito do bom selvagem, mas que discorda amplamente da visão de Dourojeanni (2001), por exemplo, é Rios (2004, p.81), o qual ressalta:

> de vários modos esta **imagem do índio como 'bom selvagem' mantém-se** até hoje por **trás de políticas** de integração dos índios à sociedade nacional e também em políticas **conservacionistas**, conhecido como 'primitivismo reforçado' ou *enforced primitivism*, 'onde os povos indígenas somente são aceitos em áreas protegidas enquanto eles se modelarem ao estereótipo do índio preservacionista (Gooldland, 1982; apud Colchester, 1994). Sem precisar ir mais longe, é de fácil constatação que **o uso do termo 'selvagem, 'primitivo' ou *wilderness*** para qualificar a necessidade de se preservarem áreas de grande beleza cênica e natural estava contaminado, desde a sua origem, [é farto] de **equívocos e preconceitos**.

Até mesmo Diegues (1996), freqüentemente acusado de se basear no mito do bom selvagem, cita este para atacar visões que talvez outro pesquisador considerasse próximas a ele, como no caso da possibilidade de permanência de populações tradicionais dentro de UCs:

> algumas propostas para manter as populações tradicionais nas unidades de conservação partem do pressuposto que elas devem manter seus padrões culturais imutáveis, sobretudo os que se referem ao uso dos recursos naturais. Outra vez, o mito da 'floresta intocada' se reproduz na necessidade de intocabilidade cultural (...). Porem, **deve-se afastar a imagem do bom selvagem que freqüentemente conservacionistas românticos atribuem aos povos tradicionais** (Diegues, 1996, p.96).

Nas três citações vemos o aspecto nuerístico de que os aparentemente próximos (em relação aos provisoriamente "outros-ausentes") podem, conforme a situação, se atacar. Mas o feitiço pode virar contra o feiticeiro. Se "mitos" são adotados como tática de ataque, aqueles que teoricamente seriam atacados podem deles se apropriar usando-os a seu favor para contra-atacar seus opositores. Talvez uma imagem possa resumir o que passarei a descrever a seguir: um adversário joga uma lança na direção de seu oponente desarmado e esta não o acerta, mas cai bem próximo a ele (ou, talvez até, o atinja de raspão); caso não tivesse condições de sair correndo (ou seja, recuar), este pega rapidamente a lança e tenta acertar de volta seu adversário antes que ele jogue outra lança em sua direção. Quer dizer, cientistas podem lançar mão da tese de que o mito do bom selvagem ou da natureza intocada estaria com seus dias contados para contra-atacar, devolvendo ("atirando") a crítica (a "lança") aos seus oponentes. Vejamos mais de perto esta possibilidade através de dois exemplos.

As antropólogas Fany Ricardo e Valéria Macedo (2004, p.8) admitem que o "processo [de expansão da fronteira amazônica e adensamento da ocupação no restante do país] evolveu a incorporação – mais ou menos intensa, de acordo com o caso – de costumes e necessidades exógenas por parte das populações indígenas". Só que tal reconhecimento visa constatar que, "conseqüentemente, muitos índios deixaram de se encaixar na imagem do 'bom selvagem' – caracterizado por uma suposta relação (...) harmônica com a natureza e pela impermeabilidade aos padrões da cultura ocidental – para serem **enquadrados por segmentos da sociedade nacional na categoria de 'predadores'** de recursos naturais de áreas protegidas". Já Lima e Pozzobon adotam tática próxima. Ao identificarem "categorias sociais amazônicas", propõem "uma análise empírica da diversidade socioambiental amazônica" para concluírem:

> o resultado deste exercício foi mostrar que a análise empírica da sustentabilidade ecológica desfaz **alguns estereótipos consagrados, tais como o da vocação ecológica dos povos indígenas e o caráter necessariamente depredatório da ocupação não-índia**. Contrariando essas representações, **concluímos ser preciso analisar as condições específicas** que levam determinados segmentos sociais a apresentar um dado padrão de sustentabilidade ecológica (Lima e Pozzobon, 2005, p.69).

Nestes dois casos, a acusação de que antropólogos se baseariam em mitos (como o fazem Fernandez, Olmos e Milano) pode virar trunfo para contra-atacar (ou retirar a força de) argumentos usualmente adotados como tática de ataque. No caso de Ricardo e Macedo, estas, ao lembrar que a pressão da sociedade envolvente sobre povos indígenas teria como efeito a perda de seu status anterior, criticam "segmentos da sociedade nacional" que "não compartilham o paradigma socioambiental" por passarem a "enquadrá-las" na "categoria de predadores". Já Lima e Pozzobon juntam duas teses vistas por alguns como "mitos" ("vocação ecológica dos povos indígenas e o caráter necessariamente depredatório da ocupação não-índia") para sugerir: seria "preciso analisar as condições específicas que levam determinados

segmentos sociais a apresentar um dado padrão de sustentabilidade ecológica". Ora, suas recomendações representam ataque claro não só aos que se guiariam por um ou outro mito, mas por ambos. Porém, nos dois exemplos o mito do bom selvagem não funciona tanto para o ataque, mas como forma de favorecer o argumento dos próprios autores e, de quebra, dar uma cutucada sutil nos que deles divergem. Só que este procedimento também pode ocorrer no caso do mito da natureza intocada. Deus Medeiros (2007, p.77), por exemplo, ao criticar a opção "explícita" do SNUC "pela corrente sócio-conservacionista", ressalta:

> a avaliação detida do contexto em que se desenhou o projeto de lei indica que essa distinção reflete muito mais a quase hegemonia do **pensamento socioambientalista, que considera natureza intocada um mito. Sob a égide dessa linha de raciocínio, simplista e antropocêntrica, trabalhos acadêmicos procuraram legitimar** um sistema de unidades de conservação que atendesse antes aos reclames de setores marginalizados numa sociedade capitalista de natureza excludente na sua essência. No afã de garantir meios de promoção social para esses setores, alguns autores chegam ao extremo de definir 'que a biodiversidade existente hoje no mundo é em grande parte gerada e garantida pelas chamadas populações tradicionais' (Diegues, 1996) **sem, contudo, apresentar sustentação minimamente razoável**.

Reagindo a este tipo de argumentação, outros autores sustentam que alguns de seus colegas se orientariam pela idéia de que parte de nossas florestas permaneceria "intocada". Vejamos, para marcar o contraponto, o que diz uma referência de vários cientistas brasileiros:

> **outras verdades aceitas em relação ao meio ambiente são mitos sobre a natureza que provêm de fontes não científicas** (...). As pessoas vêem nos ecossistemas naturais uma janela para o passado, para os tempos remotos do início da humanidade, muito antes dos confortos da vida moderna. Desejam separá-los e preservar tanto o que nos recorda nosso lugar na evolução, quanto o que contrasta com as nossas crenças sobre a natureza humana. Contudo, pesquisas recentes indicam que muitas áreas nativas foram influenciadas por longo tempo pelas atividades humanas (Gómez-Pompa e Kaus, 2000, p.128).

Uma resposta a esta acusação veio de Dourojeanni e Jorge-Pádua, os quais perceberam perspicazmente que "o tema da 'natureza intocada' tem sido usado contra a criação de UCs de uso indireto". Referindo-se às pesquisas de Diegues (1996) e Schwartzman (2000), comentam:

> o argumento é curioso, já que consiste em i**mputar aos que estão a favor das UCs de uso indireto uma tese que**, na verdade, **eles nunca defenderam** (...). Ainda que em linguagem coloquial muita gente fale de 'terra virgem' ou 'terra prístina', os especialistas nunca entenderam isso de modo textual. **Os ecólogos sabem** de sobejo **que já não existem terras sem impacto humano** direto ou indireto na face da terra. Desde picos mais elevados das cordilheiras até abismos mais profundos dos oceanos, passando pelos pólos, os desertos e as selvas, não existe lugar no planeta (exceto o seu centro) que no decorrer da história não tenha sido pisado pelo pé humano ou, pelo menos, pelos resíduos de suas atividades. O impacto da humanidade sobre a natureza é tão antigo como essa espécie (Dourojeanni e Jorge-Pádua, 2001, p.178).

Se um dia a crítica de que cientistas foram influenciados pelo mito da natureza intocada fez muito sentido, parece que atualmente ela precisaria ser relativizada, visto ter sido reapropriada e ressignificada por vários pesquisadores com o intuito de dar-lhe finalidade (leia-se, contra-atacar) diferente daquela que havia sido proposta por Diegues. Vejamos mais de perto este aspecto novamente a partir do artigo de Olmos *et. alli* (2001, p.282 a 286):

> há um consenso (...) de que **índios, seringueiros e caiçaras constituem populações (ou povos) tradicionais. Pode-se dizer que o mesmo vale para povos pré-históricos** (...) de origem não-européia residentes em outras partes do mundo. Quão bem estas populações (...) utiliza[riam] os recursos naturais

> de forma sustentável? **Existem evidências** bastante **convincentes** de que a caça, a alteração de habitats (especialmente pelo fogo) e efeitos-cascata produzidos pelo homem 'tradicional' tiveram um papel importante no desaparecimento da megafauna no final do Pleistoceno e início do Holoceno (...). **Provavelmente não existem áreas que nunca foram alteradas por povos pré-cambrianos** (...). Formações como a Mata Atlântica e as várzeas amazônicas provavelmente tiveram mais do que 30% de sua área alterada imediatamente antes da chegada dos europeus e espécies devem ter sido perdidas para a expansão agrícola de povos como os Tupi (...). Reconhecendo a magnitude do impacto ambiental das populações indígenas, não é surpreendente que se descubra que muitas áreas consideradas 'primárias' tenham sido ocupadas no passado e **autores como Diegues (1996) têm absoluta razão quando dizem que a 'natureza intocada' é um mito** (...). **Todavia, a extinção de espécies causada por populações tradicionais, pré-históricas e contemporâneas, tem sido tema de uma série de trabalhos** e de boas revisões sobre o assunto (Flannery 1995, MacPhee e Sues 1999, Fernandez 2000, Terborgh 2000).

Para ressaltar o caráter predatório de populações tradicionais que vivem atualmente em nossas florestas, os autores aludem à hipótese de que espécies teriam sido extintas por seus ancestrais. Além de concordarem com um de seus "rivais" nas disputas interpretativas sobre populações locais e áreas protegidas, acionam o argumento deste para construir sua crítica. Como disseram os compositores nativistas citados na epígrafe, "se a bala vier no meio, há! *fazemo* a bala voltar!". Schopenhauer (1997, p.157), em seus "estratagemas dialéticos", qualifica esta tática de "*retorsio argumenti*", isto é, "remeter de volta o argumento do inimigo". Comenta o filósofo: "um golpe brilhante é a *retorsio argumenti*, quando o argumento, que o adversário quer usar a seu favor, pode com mais razão ser usado contra ele. Por exemplo, ele diz: 'é apenas um menino, devemos deixá-lo fazer o que quiser'. *Retorsio*: 'precisamente porque é um menino, deve-se castigá-lo para que não persevere em seus maus hábitos'".

Olmos *et. alli* associam "povos pré-históricos" à "populações tradicionais" atuais, as quais se equivaleriam - "índios, seringueiros e caiçaras constituem populações (ou povos) tradicionais. Pode-se dizer que o mesmo vale para povos pré-históricos". Só que aqui a suposta atuação deletéria de "populações pré-históricas" serve de argumento para atacar (por extensão histórica e cultural) "populações tradicionais" do presente. Após proporem tal relação, Olmos *et. alli* trazem sete páginas de exemplos de práticas predatórias executadas por sociedades e povos de outros tempos para, no capítulo seguinte, estabelecer um axioma do tipo: se "povos pré-históricos" se equivalem às "populações tradicionais" atuais, e se os primeiros depredaram os recursos naturais de que dispunham, logo, os segundos também tenderão a fazer o mesmo.

A diferença em relação a Lima e Pozzobon é que elas usam a crítica à idéia de uma suposta "vocação ecológica dos povos indígenas" para reforçar a necessidade de buscar a especificidade de cada caso analisado. Já Olmos *et. alli* visam exatamente o contrário: sua critica à "vocação ecológica" intrínseca das populações tradicionais é feita a partir da generalização de alguns casos tomados como prova de todas elas teriam como regra adotar práticas insustentáveis. No primeiro caso, sugere-se a realização de "estudos de caso" para enfraquecer, empiricamente, teses generalizantes e universais; no segundo, para generalizar

como verdade uma tese anterior (populações tradicionais destroem seus recursos) reúnem-se dados e um número expressivo de "estudos de caso" que comprovem esta mesma tese.

As afirmações de Olmos *et. alli* mostram - como a idéia de que "índios são gente como a gente" e, por isso, podem "depredar a natureza", devendo então ficar "longe das UCs" (ver item anterior) - que cientistas que antes falavam em "natureza intocada" agora usam argumento contrário (de que esta sempre foi tocada e, claro, depredada) para desqualificar práticas e modos de vida que destoam das práticas e modos de vida de sociedades hoje dominantes. Ao atentar para o número de pesquisas que trazem exemplos de populações que não usariam seus recursos naturais de forma "sustentável", o *buffet* de "evidências" disponíveis para criticar a qualidade da relação destas populações com o meio onde vivem está bem servido. O curioso é que tal *buffet* pode servir de caixa de munição para atacar o atacante, afinal, "autores como Diegues (1996) têm absoluta razão quando dizem que a 'natureza intocada' é um mito". A despeito do efeito dos argumentos de Olmos *et. alli* no debate sobre populações tradicionais, tal com o mito do bom selvagem, a acusação de que cientistas se orientam pelo mito da natureza intocada - argumento que está na ponta da língua de muitos e em dezenas de textos científicos - pode acarretar incômodas conseqüências para quem a sustenta.

Creio que, se Olmos *et. alli* tivessem que comentar a citação anterior de Gómez-Pompa e Kaus (2000), tenderiam a concordar com sua afirmação de que "pesquisas recentes indicam que muitas áreas nativas foram influenciadas por longo tempo pelas atividades humanas'; porém, provavelmente acrescentariam: "só que esta influência foi extremamente negativa e não positiva". Aliás, quem sabe não vejamos no futuro Olmos *et. alli* se referindo, em seus textos, às seguintes afirmações de Bensusan (2004, p.67), ecóloga com visão sobre a relação entre áreas protegidas e populações locais declaradamente contrária a estes cientistas:

> no entanto, inúmeras pesquisas antropológicas, culturais, históricas e ambientais realizadas nas últimas décadas vêm evidenciando que a 'natureza' não é tão natural como parece e o mundo selvagem não é o que parece ser. A natureza intocada não existiria à parte da humanidade (....). A biodiversidade de uma área seria, pois, o produto da história da interação entre o uso humano e o ambiente (...). Freqüentemente, o que é chamado de padrão natural não é senão o resultado de padrões de uso da terra e dos recursos associados, fruto de determinados estilos de vida ao longo do tempo.

Mas Olmos *et. alli* (apesar de serem doze) não são exceção e de forma alguma estão sozinhos ao sustentarem que ecossistemas foram degradados no passado por práticas insustentáveis adotadas por "povos pré-históricos". Diversos pesquisadores trabalham com esta idéia como forma de neutralizar possíveis efeitos desqualificadores da acusação embutida no "mito da natureza intocada". Dourojeanni (2001, p.74), por exemplo, depois de reafirmar que "los 'ambientalistas' reconocen que la naturaleza intocada no existe desde poco tiempo después del aparecimiento del *Homo Sapiens*", cita casos envolvendo populações, povos e sociedades do passado para generalizar afirmações sobre populações, povos e sociedades atuais:

> desde los comienzos de la historia, cuando todos eran 'indios', el ser humano comenzó a destruir la naturaleza. Diamond (1997) cita profusamente casos bien confirmados en que el ser humano há causado extinción masiva de espécies (...). Los indios de la Sierra de Peru cazaban las vicuñas y los guanacos precipitando manadas enteras contra piedras donde quebraban sus piernas o, en precipicios. Ellos podían cazar individuo por individuo, com arcos y flechas o lanzas, pero preferían esse método que solo genera desperdicio. Los antiguos peruanos también destruyeron y quemaron la mayor parte de la vegetación andina (...). En el Chaco del Paraguay, los indios, localmente conocidos como Moros queman millares de hectáreas de bosque en el camino de sus migraciones sólo para cazar unos pocos armadillos y otors animales atrapados por el fuego (...). Estúdios nuevos confirman esos hechos, como los contenidos en un libro reciente del sociólogo Whelan (1999), que desmienten, por ejemplo, que los blancos sean los únicos culpables de la casi extinción de los bisontes en Norte América. Los indios de Wyoming, entre otros, cazaban los camélidos. Los nativos de Hawaí destruyeron el 80% de las espécies de aves antes que los blancos llegaran a la islã. Similar figura se dió en Nueva Zelândia com la llegada de los primeros Maories y en toda las islas tropicales del Pacífico (Dourojeanni 2001, p.83-84).

Schaik e Rijksen (2002, p.48) seguem mesma linha de pensamento:

> as presas foram caçadas até que se tornassem localmente extintas ou muito difíceis de encontrar (...). **Evidências arqueológicas** mostram eventos similares mesmo durante o fim do Pleistoceno no Mediterrâneo: habitantes costeiros primeiro acabaram com as tartarugas, de reprodução lenta, com os moluscos, e depois foi a vez das aves e pequenos mamíferos. Extinções pré-históricas maciças de grandes aves e mamíferos (com mais de 10 kg) seguiu-se à onda que espalhou seres humanos pelo mundo. A chamada 'supermortandade' foi atribuída inicialmente a mudanças climáticas, mas evidências abundantes, agora claras, indicam que os seres humanos foram o fator causal. **Evidências fósseis** cada vez mais detalhadas sugerem que talvez 20% das espécies de aves do mundo tenham sido exterminadas pelos humanos à medida que colonizavam as ilhas do Pacífico (...). O 'Bom Selvagem' não existe, exceto na mente de escritores românticos.

Novamente, buscam-se "evidências" que comprovem uma tese geral: "populações pré-históricas" ou "antepassados de índios modernos" depredaram ecossistemas e espécies. Mesma direção de Olmos *et. alli*, Dourojeanni e Schaik e Rijksen segue Fernandez (2004) em "O poema imperfeito", o qual busca convencer o leitor com vários casos estudados por outros cientistas de que populações "pré-históricas" seriam responsáveis por verdadeiro "holocausto" à fauna então existente, levando à extinção número expressivo de animais de grande e médio porte. Biólogo envolvido com nosso "tema quente", o autor sustenta ainda que, até antes da chegada de grupos humanos no período neolítico, em muitas regiões do planeta, o "poema seria perfeito", uma metáfora para "a natureza seria perfeita". Contudo, como "povos pré-históricos" teriam "apagado" vários "versos" (espécies) do "poema perfeito" (da natureza), o que teríamos agora seria um "poema imperfeito", ou seja, uma natureza imperfeita. Nas suas palavras:

> então o poema que herdamos era perfeito. Rasgaram, sim, antes de nós, muitas passagens mais grandiosas. Perdemos num piscar de olhos geológico a oportunidade de conhecer uma riqueza biológica infinitamente maior que a atual. Perdemos tantos seres maravilhosos que dividiram o planeta com os nossos ancestrais, todos produtos do mesmo processo evolutivo que levou a nós (...). Será que estamos irremediavelmente condenados a continuar o mesmo processo até seu desfecho tão óbvio? Neste ponto, a mesma história que nos mostra o quanto já perdemos nos dá pelo menos uma razão para esperança. Se me referi a 'extinções pré-históricas' no título, ao invés de 'extinções do pleistoceno-holoceno', foi por achar que o ponto crucial que estas extinções têm em comum, no que se refere a esta crônica, é que em cada lugar elas ocorreram antes de haver registro escrito e por isso foram submetidas pela nossa cultura. Esta é a nossa diferença crucial em relação aos Maoris: eles não sabiam ler e escrever. Nós sabemos, e entendemos as conseqüências do que se passou, e fazemos cálculos e projeções para o futuro. Nós, como espécie, não temos a desculpa da ignorância para repetir os mesmos erros" (Fernandez, 2004, p.46).

Durante o doutorado tive oportunidade de conversar com o autor, o qual afirmou não ter tido originalmente pretensão de associar as práticas de populações tradicionais do "passado" e do "presente" com vistas a desqualificar as segundas. Só que, como ele próprio reconhece, tal procedimento veio a ser feito por alguns colegas após a publicação deste seu livro:

> aí, muito depois [fui saber sobre essa discussão], porque **na época não tinha ainda pensado sobre o assunto**, mesmo porque não sabia que a questão dos povos tradicionais era tão forte, fui saber sobre isso depois muito através daquele artigo do Fabio Olmos, "Correção política e biodiversidade", que é um artigo muito forte. Ele saiu depois, mas tive acesso a uma versão anterior antes de ser publicado. E o meu livro sai em 2000, só que antes dele sair, **me lembro perfeitamente que eu não tinha nenhuma noção sobre essa questão de povos tradicionais. Mas depois que saiu meu livro as pessoas começaram a dizer**: "pô! Mas isso está mostrando que índios podem destruir o meio ambiente". Eu não sei. O que tentei mostrar foi que gente que viveu de maneira semelhante aos índios, ou pelo menos que idealizadamente as pessoas acham que os índios ainda vivem, destruiu e acabou com várias espécies[248].

A situação descrita acima ilustra como os efeitos produzidos pelo que escrevemos não podem ser totalmente previstos. Mais uma vez estamos diante daquelas impremeditações que, como vimos antes com Latour, podem advir de um texto científico, pois, concordemos ou não com eventuais reapropriações daquilo que dissermos, para tanto não há escapatória. Assim, mesmo que Fernandez lembre "perfeitamente que não tinha nenhuma noção sobre essa questão de povos tradicionais", ainda assim "as pessoas começaram a dizer: 'pô! Mas isso está mostrando que índios podem destruir o meio ambiente'". Se Fernandez não teve a pretensão de estabelecer uma conexão direta entre destruição ambiental causada por "populações pré-históricas" e por populações tradicionais "do presente", este não foi o caso de Olmos *et. alli* e Schaik e Rijksen. Para estes, argumentações como as de Fernandez servem explicitamente como meio para atingir um fim. Quer dizer, os autores estão menos interessados nas extinções causadas por "populações pré-históricas" e muito mais em usar exemplos destas extinções para fortalecer seu ponto de vista sobre populações tradicionais contemporâneas. Sendo que, para eles, o trabalho de Fernandez e de outros cientistas serve como subsídio às suas pretensões.

Porém, a despeito da não intencionalidade do autor, o trecho anterior de "O Poema Imperfeito" ilustra como cientistas precisam fazer escolhas em seus trabalhos. A certa altura, Fernandez sustenta que, nas Américas, não teria havido grandes "ondas" de extinções até a chegada dos primeiros grupos humanos, há mais ou menos 13 mil anos. Assim, quando aqui chegaram, "cruzando o Estreito de Behring (...), as extinções foram, em termos geológicos, muito rápidas (...). A onda de extinções parece ter varrido o continente, indo do norte para o sul [reparem, mesmo caminho percorrido pelas populações que teriam vindo pelo estreito de Behring], ao longo de um período que durou qualquer coisa entre mil e dois mil anos". Mas seria complicado Fernandez não citar a tese de uma das arqueólogas mais renomadas do país,

[248] A citação deste depoimento de Fernandez foi autorizada por ele depois de uma troca de e-mails em que solicitei sua inclusão na tese.

que, se verdadeira, põe por terra sua tese de que extinções nas Américas seguiram os passos dos primeiros habitantes humanos. Assim, precisa falar sobre a proposta desta autora, ainda muito controvertida entre especialistas, de que a ocupação humana no Piauí dataria ao menos de 48 mil anos atrás. Como Fernandez lida com esta possibilidade? Vejamos:

> se [Niede] Guidon e seus partidários estão corretos ou não, depende de se os carvões ['associados a sítios de ocupação humana no Piauí' e que seriam tidos como provas a sustentar esta tese] são de fato reflexo de atividades humanas ou se simplesmente produto de queimadas naturais ocorridas muito antes da chegada do homem. Ao assistir uma apresentação da própria Niede Guidon, pareceu-me que **a posição defendida por ela na verdade é bem pouco convincente, e que a hipótese dos carvões se deverem a queimadas naturais é bem mais plausível**.

Além do autor escolher a tese que lhe parece mais pertinente, ou seja, que, pragmaticamente, mais lhe convém (de que populações teriam chegado às Américas há 13 mil e não há 48 mil anos), após a "apresentação da própria Niede Guidon" não o "convencer" (não nos é dada uma razão específica dela não o ter convencido), é preciso tomar uma posição. Mas, ao tomá-la, um empecilho que atravancava seu caminho fica para trás e poderá, a partir daí, ser ignorado, isto é, a pedra colocada em seu caminho por Niede Guidon terá sido retirada. Assim, mesmo sendo um tema polêmico, Fernandez se desvencilha taticamente desta controvérsia postergando-a para o futuro, isto é, para quando a ciência demonstrar, através dos "carvões", "se Guidon e seus partidários estão corretos ou não".

4.5 Outras táticas de defesa e de ataque: em caso de controvérsia, se prepare para a guerra, arregimente "amigos", traga exemplos, cite casos e mencione dados

> As regras são bastante simples: faça tudo o que for necessário com a literatura anterior para torná-la o mais útil possível à tese que você vai defender; enfraqueça os inimigos; paralise os que não puder enfraquecer; ajude os aliados se eles forem atacados; obrigue os inimigos a brigarem uns com os outros.
>
> Bruno Latour (2000, p.66).

Retomemos à questão que vínhamos falando sobre a relação entre biodiversidade e populações tradicionais. O tipo de procedimento adotado por Olmos *et. alli*, Schaik e Rijksen, Dourojeanni, Fernandez e outros cientistas tem levado a uma frenética e generalizada busca por **evidências** (sejam elas baseadas em casos, exemplos, números, dados, informações, relatórios, reportagens, relatos denúncias etc.) que levem tanto na direção que eles propõem como no sentido oposto. Assim, ao contrário da tese de que populações tradicionais (do passado ou do presente) sempre depredaram a natureza, outros cientistas então passaram a procurar por evidências que comprovassem que estas populações ajudam a preservar nossa biodiversidade.

Como número razoável de especialistas investe na discussão sobre este tema polêmico, está em curso uma já longa batalha em que, novamente, é preciso fazer escolhas que podem levá-los tanto a optar explicitamente por um dos "lados" da controvérsia como a assumir postura mais agnóstica, distanciada ou cética. O primeiro efeito desta procura incessante tem

sido a cristalização de uma controvérsia geral a qual passa a tomar forma discursiva objetiva bem definida. Como grandes polêmicas que mobilizam cientistas terminam, a certa altura, tautologicamente sendo reproduzidas e incorporadas aos seus discursos, há relativa naturalização acerca da sua existência e, também, aceitação tácita sobre a pertinência da discussão (no sentido de que vale a pena debatê-la e, por conseguinte, defender uma posição).

De fato, a luta já se inicia no momento em que formulamos o tema que pretendemos debater, pois, ainda que uma controvérsia ganhe forma discursiva, o modo de apresentá-la também está em disputa. Além disso, quando escrevemos sobre biodiversidade e populações tradicionais há toda uma sutileza envolvendo o modo de problematizá-la. Como ilustração posso sugerir alguns: "populações tradicionais ajudam a proteger a biodiversidade?"; "a proteção da biodiversidade é incompatível com a presença de comunidades quilombolas em UCs?"; "quais práticas de manejo executadas por povos indígenas podem ser incorporadas às políticas de conservação da biodiversidade?"; "qual o impacto à fauna e à flora de seringueiros que usam recursos naturais disponíveis nos locais onde vivem?; "comunidades tradicionais poderiam colaborar de forma ativa e autônoma para a preservação de amostras representativas de nossos ecossistemas"?; "é possível ensinar, treinar e controlar estas populações para que cumpram adequadamente os objetivos das políticas de proteção à biodiversidade?".

Só o modo de propor perguntas para refletir sobre o tema já tende a orientar a conotação das argumentações subseqüentes. Por outro lado, colocar a questão na forma do "sim ou não" abre espaço para que se possa não só explicar, mas, literalmente, julgar (positiva ou negativamente) as atitudes e práticas de grupos sociais que vivam próximas ou no entorno de áreas protegidas. De todo modo, este debate se transformou atualmente numa das polêmicas mais "quentes" envolvendo nosso "tema quente" (aspecto que surgirá com toda força nos itens 6.4, 6.6, 6.9, 6.10, 6.12 e 6.13). Considerando a farta literatura disponível, não é difícil achar autores cujos trabalhos ou enfatizam a contribuição destas populações para a proteção, manutenção (em alguns casos, aumento) da biodiversidade ou, ao contrário, apontam o caráter prejudicial, danoso e deletério daquelas para esta última. Como resultado, há hoje em andamento uma guerra em que os cientistas e suas pesquisas viraram verdadeiras moedas correntes, isto é, tornam-se armas de convencimento poderosíssimas. Falando diretamente, há o uso generalizado de estudos científicos destinados a realçar uma ou outra tese, bem como suas derivações e relativizações. Como num julgamento, pesquisadores, ao produzir suas pesquisas, atuam neste caso como uma espécie de acusadores públicos ou, ao contrário, defensores públicos de populações tradicionais, as quais cumprem o papel de rés ou, então, de vítimas.

Assim, supondo que esta controvérsia específica permite acessar o universo discursivo sobre populações locais e áreas protegidas, a seguir a tomarei como laboratório para observar a

dinâmica de argumentações e contra-argumentações produzida em torno dela. Obviamente, há outras polêmicas relacionadas ao nosso "tema quente", porém, escolhi esta em particular pela capacidade de mobilizar a atenção de um número expressivo de especialistas e pela facilidade com que, através dela, se pode visualizar "táticas" usadas por estes ao lidarem com ela[249]. E quando falo em táticas, não interessa se os autores teriam ou não premeditado seu uso de modo consciente. O que importa perceber é que a forma como constroem sua argumentação, no caso de nossa controvérsia, cumpre a função de enfraquecer adversários e/ou fortalecer aliados. Aliás, o mesmo pode ser dito sobre estes últimos (que também chamei de "amigos" e "inimigos"), pois meu objetivo não foi identificar quem seria aliado ou adversário, mas, sim, que, no contexto de uma enunciação, nossas referências (autores e pesquisas que citamos) cumprem esse papel, ou seja, fazem ás vezes, como se fossem, de aliados ou adversários[250].

Quando analisamos uma controvérsia, procedimentos distintos podem ser adotados para tornar mais eficientes nossos argumentos. Um primeiro deles será trazer para o texto exemplos que referendem afirmações citando casos já documentados por outros cientistas. Vejamos primeiro como isso aparece em trabalhos de autores que se inclinam para a hipótese de que populações tradicionais seriam incompatíveis com a proteção, *in sito*, da biodiversidade e seus serviços ambientais associados. Neste caso, uma alternativa é resgatar "casos" em que grupos humanos teriam contribuído para a diminuição de espécies (sobretudo, as ameaçadas de extinção), executado práticas danosas ao equilíbrio biocenótico ou provocado outro tipo de degradação ambiental em algum ecossistema. Outra vez, Dourojeanni percebeu argutamente como trazer exemplos pode ser decisivo para legitimar pontos de vista. No caso de povos indígenas, o autor (2001, p.74) alega que não seria difícil encontrar "casos em que poblaciones indígenas y supuestamiente indígenas estan destruyendo relictos naturales". O mesmo fazem Dourojeanni e Jorge-Pádua (2001, p.188) no caso da "pesca tradicional":

> **está bem demonstrado** que a pesca, inclusive a pesca tradicional, tem forte efeito depressivo nos recursos. **Um exemplo recente** provém do Parque Nacional das Ilhas Galápagos (...), onde se concluiu que a pesca tradicional tem impacto negativo muito significativo sobre o tamanho e a densidade das espécies e, ainda mais grave, que este impacto apresenta efeito cascata sobre toda comunidade biótica da área (**Ruttenberg**, 1999). Nada de novo sob o sol... **Antigos trabalhos** de **Pierret e Dourojeanni** (1966, 1967) **já haviam constatado o mesmo** [para caça e pesca de] populações tradicionais de ribeirinhos amazônicos. **Existem**, por certo, inúmeros trabalhos no mundo inteiro **que corroboram estes dados**,

[249] É claro que a maioria dos procedimentos que pretendo descrever aqui não é prerrogativa dos sujeitos da pesquisa e nem mesmo de pesquisadores em geral. Isso, no entanto, não significa que não se deva identificá-los no momento em que são adotados em um contexto e com objetivos particulares.

[250] Como é enorme o número de cientistas envolvidos, restringi as citações a alguns nomes mais conhecidos. Apesar da escolha arbitrária, usei como critério para selecioná-los o fato de que levam a discussão a sério, isto é, acham que vale a pena jogar o jogo desta controvérsia. Além disso, com exceção de um, todos estão, em seus textos, se referindo uns aos outros, pois não faltam referências aos seus supostos oponentes ou às idéias que defendem. Enfim, como na frase já citada de um entrevistado, escolhi aqueles que "ficam na linha de frente, que se mostram".

> entre eles vários referentes à Amazônia (**Redford e Sterarman**, 1989; **Martins**, 1993; **ChaseSmith**, 1996; **Terborgh**, 1999; **Peres**, 2000).

Além do "exemplo recente" (e quanto mais recente melhor para a eficácia da argumentação) da pesca em si e de "antigos trabalhos", os cinco estudos citados ao final reforçam a alegação de que a "pesca tradicional tem forte efeito depressivo nos recursos"; afinal, a função das referências é justamente essa: garantir veracidade (como disse o próprio autor, elas "corroboram"), no caso, à alegação de que haveria "inúmeros"[251] estudos mostrando que o mesmo se passou "no caso da caça e da pesca por populações tradicionais"; aliás, o fato do próprio autor ter estudado o tema *in loco* aumenta sua autoridade para falar deste. Em suma, Dourojeanni nos diz algo como: "olha, além de minha própria experiência com o tema, não estou só ao dizer o que digo, mas ao contrário, muito bem acompanhado em minha afirmação".

Sobre exemplos como este que teriam ocorrido no Brasil, são várias as alternativas disponíveis. Contudo, me aterei a dois casos que têm monopolizado o discurso de que o manejo de recursos naturais executado por populações tradicionais seriam insustentáveis: citações sobre os Pataxó do Monte Pascoal (Bahia) e sobre os Guarani da Ilha do Cardoso (São Paulo). Como no caso da referência a parques quenianos que veremos a seguir (embora com efeito contrário), essas duas etnias são o alvo preferido quando se deseja trazer exemplos que reforcem a hipótese acima. No caso dos Pataxó, Olmos *et. alli* são taxativos em suas críticas:

> **um dos casos mais desastrosos** de incompatibilidade entre áreas protegidas e 'populações tradicionais' **é o caso dos** Pataxó no Parque Nacional do Monte Pacoal relatado por **Redford (1989), Rocha (1995, 1997, 1998) e Dean (1996)** (...). Em 1980, 8.627 dos 22.500 ha do parque foram desmembrados e alocados para uso pelos Pataxó, que imediatamente se engajaram na venda de madeira e desmatamento da área (...). Os Pataxós desmataram mais de 50km2 da antiga área protegida, além de se engajarem na retirada seletiva de madeira e piaçava do interior da área 'protegida'. Vários incêndios iniciados na área Pataxó adentraram o parque e foi sugerido que tiveram como motivação a busca de autorizações de corte de 'madeira morta'. Qualquer um que já esteve na região percebeu o intenso comércio de animais silvestres ao longo das estradas. Os Pataxó, imunes a lei, são atores importantes nesse comércio e o parque nacional é uma das principais fontes de animais, especialmente muitas espécies ameaçadas (**Martuscelli, 2000**). Os Pataxó também tem vendido artesanato que utiliza partes de animais, incluindo penas de espécies ameaçadas (Olmos *et. alli*, 2001, p.291).

Já vimos que os autores são adeptos da tese de que haveria "incompatibilidade entre áreas protegidas e 'populações tradicionais'" e comprová-la é seu objetivo. Para tanto, são enumeradas práticas e "casos" que reforçam esta possibilidade (e, reparem, quanto "mais desastroso" sejam eles, maior seu efeito persuasivo). Já para dar credibilidade às suas alegações, tal como Dourojeanni, citam pesquisas de colegas seus (Redford, Rocha, Dean, Martuscelli), mas voltarei a seguir a este tipo de procedimento. Quanto aos Guarani, Olmos *et. alli* seguem tática parecida a de Dourojeanni, dedicando uma seção inteira à "questão dos

[251] Na versão em espanhol Dourojeanni (2001, p.77) utiliza o termo "cientos", que, em sentido figurado, poderia ser traduzido como "aos milhares".

Guarani na Mata Atlântica" (os quais, na visão dos autores, seriam "um problema"). Assim, ao comentarem o que qualificam como "invasão" da "pátria Guarani" à Ilha do Cardoso, alegam:

> em 1995-96 vários **laudos técnicos foram elaborados** pelo Instituto Florestal, Instituto Geológico e Instituto de Botânica de São Paulo (...). **Todos os laudos apontavam danos** ambientais significativos provocados **pelos Guarani no ecossistema insular** (...). **Visita recente (setembro de 2000)** de pesquisadores da UNESP na aldeia da Ilha do Cardoso revelou (...) [que] cerca de 5 ha de mata nativa haviam sido derrubados recentemente e **foram encontrados vários restos de macacos**, porcos do mato **e** outros **animais abatidos pelos índios**, além de grande número de cães domésticos pertencentes a índios à solta no parque (Olmos *et. alli*, 2001, p.296).

Para dar sustentação à tese geral que defendem (algo como: "os Guarani depredam os ambientes onde vivem ou por onde passam e, por isso, devem ser mantidos longe de unidades de conservação") Olmos *et. alli* trazem para seu lado: "laudos técnicos", a "visita [recente] de pesquisadores" e a constatação destes de que índios teriam causado "danos" ambientais. Assim, para fortalecer seu argumento, inserem evidências baseadas em documentos oficiais ("laudos") produzidos por agentes peritos de órgãos também oficiais ("técnicos" de três "institutos") e de constatações empíricas (por exemplo, ao alegarem que se teria achado "restos de animais abatidos pelos índios") feitas por pessoas detentoras da devida competência sobre o tema ("pesquisadores"). O caráter oficial dos "laudos" é reforçado ainda através da linguagem usada, pois, segundo os autores, "todos" eles atestaram a veracidade de suas afirmações. Estas, por sua vez, são ainda ratificadas pela "visita" de "pesquisadores", afinal, se trata de sujeitos com elevado capital simbólico e não qualquer pessoa que esteve, *in loco*, verificando a ocorrência de "danos" ambientais. Além disso, ao mencionarem "danos" supostamente causados pelos Guarani, trazem para a cena discursiva um forte elemento de convencimento: a referência a fatos tidos como "objetivos" ("mata nativa derrubada", "animais abatidos pelos índios" e "cães soltos no parque") que também robustecem suas observações.

Mais forte ainda, no caso de uma argumentação que siga esta linha, pode ser o uso de um estudo específico em que se adote procedimentos científicos precisos que visam coletar dados e informações estatísticas. Este é o caso de uma pesquisa de Galetti, Bernardo e o próprio Olmos (2004, p.2) feita no Parque Estadual Ilha do Cardoso. Realizada em conjunto em 2001 pelo Departamento de Ecologia da Unesp-Rio Claro e o Instituto de Biologia da Conservação (IBC), segundo os autores este estudo visava diagnosticar a "situação das aves e mamíferos cinegéticos (aqueles utilizados para caça) na Ilha do Cardoso" para verificar, "com base nos resultados", "se a atividade Guarani Mbyá e caiçara (...) influencia a abundância de mamíferos e aves de grande porte dessa UC de Proteção Integral". Reproduzo abaixo alguns resultados e conclusões a que chegaram os autores sobre a "atividade" destes dois grupos:

> encontramos correlação altamente significativa entre abundância de mamíferos cinegéticos e distância de habitações humanas no Peic (**r^2=0,09; F=6,27; P=0,014**) (...). **Os dados nos dão evidências claras** que a abundância de mamíferos no Peic é intimamente relacionada à distância das habitações humanas mais

> próximas e que os ocupantes do Parque, **tanto índios como caiçaras, têm um impacto negativo bastante evidente**. (...) a chance de permanência das espécies na ilha é reduzida. É patente **o conflito entre a manutenção de populações humanas no Parque e a biota** que este deveria proteger, e que a UC não está sendo gerenciada de forma a cumprir as funções para as quais foi criada (...). **É bastante claro que as atividades dos índios são incompatíveis com as funções para as quais o Peic foi criado** e para a perenidade de seus atributos. Devem ser buscadas alternativas para a subsistência da comunidade que não envolvem a destruição de uma **biota já gravemente impactada** pelo histórico da ação humana na ilha (Galetti, Bernardo e Olmos, 2004, p.251 a p.253).

Uma diferença em relação aos textos anteriores é que esta pesquisa não parte de casos particulares para generalizar uma hipótese, ou seja, há um foco definido centrado na análise da situação de um parque específico onde residem ou transitam caiçaras e guaranis. O que não quer dizer que, posteriormente, estudos como o conduzido por estes três pesquisadores não possam servir para tanto, mas, ao contrário, como veremos logo a seguir, passam a constituir verdadeiro artefato de guerra, mais precisamente, munição de grande poder e efeito discursivo.

A pesquisa tem ainda a seu favor, além de ter sido feita com o rigor exigido pelos próprios autores de seus colegas, "dados" que dão "evidências claras" sobre a "incompatibilidade" das "atividades dos índios" "com as funções" do parque. Após a conduta dos caiçaras e guaranis ser testada e embutida numa formula ("r^2=0,09; F=6,27; P=0,014"), passa a ser possível julgá-la segundo os critérios prévios escolhidos pelos autores e concluir que ambos "têm impacto negativo bastante evidente". Mas, curiosamente, caiçaras e guaranis, ao serem vistos como uma das "variáveis" da pesquisa (visto que suas condutas podem ser "medidas" e, segundo propõe as "recomendações" dos autores, manipuladas e controladas para que diminuam o "impacto negativo bastante evidente" que tem causado a "biota"), acabam constituindo algo "invariável" noutro sentido, a saber, ao isolar esta variável do seu contexto mais amplo, as atividades de índios e caiçaras deixam de possuir variabilidade interna.

Vejamos agora como exemplos e estudos de caso surgem nos trabalhos daqueles que defendem a hipótese geral de que populações locais podem contribuir para a proteção da biodiversidade. Neste caso, uma alternativa é procurar lugares onde a retirada de pessoas ou tenha diminuído a diversidade biológica local ou tenha provocado outro tipo de dano ambiental. Assim, Diegues (2000, p.35) traz algumas situações em que a não consideração da hipótese citada teria proporcionado resultados negativos no que tange a conservação ambiental:

> **existem casos em que a exclusão dos humanos resultou em perda da biodiversidade**. Nos parques de Serengeti e Ngorongoro, na Tanzânia e no Quênia respectivamente, as tribos de pastores, com atividades de pastoreio e queima de pasto permitiram que os rebanhos e os animais selvagens coexistissem, criando uma paisagem que hoje é valorizada pelos conservacionistas. **A constituição de parques nacionais e a exclusão dessas tribos levaram à** conversão do pasto em arbustos, com **impactos negativos** sobre os animais herbívoros, que desempenhavam papel fundamental para a diversidade biológica da região.

Aqui temos uma inversão da lógica argumentativa seguida pelos autores anteriores. Ao invés de grupos humanos invadindo parques, a ênfase está na "exclusão" dos primeiros devido à criação dos segundos. Esta mudança de foco leva Diegues enumerar quatro desses "casos". O

mais interessante desta inversão, porém, é que o autor **desloca** a acusação de que "tribos" causam "impactos negativos" devido a uma conduta intrínseca delas (como sugerem Dourojeanni, Jorge-Pádua, Olmos *et. alli*, Galetti e Bernardo) para a denúncia de que tais impactos se devem justamente "a constituição de parques". Em suma, como excluir populações passa de solução para a causa do problema, vilões passam a ser vítimas e as vítimas os vilões.

De fato, exemplos citados por Diegues parecem ser tão emblemáticos como os casos Pataxó e Guarani, sendo encontrados em número expressivo de trabalhos científicos sobre o tema. É o caso de Azevedo (2002, p.37), o qual, usando mesmo artifício de deslocar e inverter a questão, cita um desses "casos": "**exemplos como** o do Parque Nacional de Serengeti, na Tanzânia, que sofreu graves problemas de deterioração do solo com a expulsão de sua população humana (...), **demonstram que** em muitos casos a **expulsão** de comunidades tradicionais **pode contribuir negativamente** para os objetivos de conservação". Sarkar (2000, p.48) também usa esta tática ao trazer mais elementos sobre o que teria ocorrido neste parque:

> **evidências** [que] desafiam o pressuposto de que os parques nacionais resultaram em diversidade biológica sustentável também **foram ignoradas**. **Existem os casos em que a exclusão dos humanos foi prejudicial à biodiversidade**. **Um dos melhores exemplos** é o Parque de Serengueti na Tanzânia e no Quênia. (...). **Pesquisas detalhadas** mostraram que os pastores, o gado e a vida selvagem coexistiram na área por mais de dois mil anos e que o pastoreio e as técnicas de queimada criaram e mantiveram a paisagem que hoje é tão valorizada pelos conservacionistas, e que a presença dos pastores não causaria impacto negativo mensurável nas populações de animais selvagens ou na erosão do solo. Porém, começando em 1951, a maior parte da área foi reservada a parques nacionais. Naquela época já era sabido que a ausência humana e a ausência de pastoreio levava à conversão de pastagem em áreas florestais, que não pode ser usada pelos herbívoros responsáveis pela diversidade da região.

Ora, além de citar "um dos melhores exemplos" (tal como Olmos *et. all.* citam "um dos casos mais desastrosos"), acusar cientistas de "ignorarem evidências" tem claro objetivo de enfraquecer seus argumentos. Além disso, Sarkar interpõe "pesquisas detalhadas" sobre um "exemplo" que "desafia" o "pressuposto" que ele quer atacar, cujos resultados, por sua vez, "mostram" (ou seja, demonstram) que seu ponto de vista estaria correto.

Embora não pretendesse falar especificamente sobre nossa controvérsia, até mesmo Bruno Latour (2001, p.32) – que, creio, não possa ser considerado um pesquisador típico que trabalhe diretamente com nosso "tema quente" – se aventurou a utilizar exemplo parecido:

> vamos nos transportar ao Quênia (...) abaixo do Kilimanjaro e observar o espetáculo surpreendente ao redor do grande lago dos elefantes, dessa proliferação de vida selvagem (...). Se olharmos ainda mais adiante, vamos notar uma ausência. São justamente os masais e seus rebanhos de vacas que não estão presentes nesse parque. Trata-se de algo surpreendente. No entanto, há cem mil anos, homem, rebanho e animais selvagens dividem esse espaço (...). Vamos agora indagar David Western, que dirigiu durante cinco anos o Wild Life Service do Quênia e vamos tentar compreender o trabalho que ele tem que fazer para que os masais que vivem fora do parque se interessem pela vida dentro dele, a fim de que os animais continuem a viver ali. Amboséla sofreu uma destruição total do conjunto de suas árvores devido a um crescimento do número de elefantes, eles próprios obrigados a vir por causa dos caçadores. Depois de algum tempo, os elefantes começam a proliferar de forma tão considerável que chegamos à conclusão de que o parque de Ambosélia só existe como wilderness graças a uma intervenção meticulosa, múltipla, bastante complicada, de um grande número de humanos, e, em especial, humanos que fazem o papel de Deus (...), um deus jardineiro que não crê na exterioridade da natureza.

Ocorre que o exemplo dos Masai é outro caso recorrente entre aqueles que desejam atacar a tese de que populações tradicionais têm impacto deletério nos ecossistemas. Porém, mais do que isso, tendo em vista o que ocorreu após sua remoção neste e em outros parques, resultados negativos podem servir como argumento para acusar diretamente os que enfatizam que presença humana diminui biodiversidade. É o caso do historiador Ramachandra Guha, que escreve numa conhecida coletânea de textos, já citada, organizada pelo próprio Diegues:

> **o Touring África**, membro proeminente do Sierra Club dos Estados Unidos, atacou fortemente, em 1957, os massais por deixarem seu gado pastar nos santuários naturais da África do leste. Ele **usou os massais como exemplo** de uma tendência pela qual o uso da terra e o aumento da população são fatores mais importantes na destruição da vida selvagem que a exploração industrial. Os massais e seus 'rebanhos economicamente inúteis', afirmou, (...) à medida que migram para a Serengeti, trazem o deserto junto, e a vida e os animais se inclinam diante de seus rebanhos (Guha, 2000, p.82-83).

No restante do artigo Guha faz uso do mesmo recurso usado por Olmos *et. alli*: recorre à história, retira dela "exemplos" como o descrito acima, e com isso traça uma correspondência sincrônica entre estes exemplos e ações atuais ligadas à criação de áreas protegidas. Por outro lado, voltando ao que artigo de Latour, é freqüente mencionar a importância ecológica dos elefantes quando "casos" africanos são citados. Arruda (2000, p.281), por exemplo, argumenta que a retirada de populações tradicionais para criação de UCs

> muitas vezes promove maior degradação ambiental. Em muitos países do terceiro mundo tem elevado o nível de destruição florestal, à medida que a população expulsa passa a ocupar e derrubar novas áreas para moradia. Os que não conseguem ou não querem mudar para novas áreas são obrigados a superexplorar as áreas ainda acessíveis (florestas vizinhas às Unidades de Conservação) (...). Porém, em certas situações aparecem **efeitos paradoxais da aplicação desse modelo** de preservação, **como, por exemplo**, **no caso** do Tsavo National Park da África do Leste, descrito por Botkin (1990). A política desenvolvida pela administração do parque para proteger e controlar a população de elefantes provocou uma séria deterioração da terra no interior dos limites da área. Porém, o entorno habitado pelas comunidades humanas expulsas permaneceu florestado e preservado.

Ainda sobre "casos exemplares" e "efeitos paradoxais", outro artifício é trazer hipóteses sustentadas por autores "aliados" para fortalecer nosso ponto de vista. Neste caso, antecipo algumas recomendações iniciais: de preferência, quanto mais citado na literatura e respeitado por seus pares melhor; se tiver fama de produzir pesquisas "sérias", também ajuda; se não for próximo de quem o está citando, ainda melhor, pois garantiria, perante alguns, "isenção"; e se for um cientista visto como "aliado" do inimigo, o efeito poderá ser arrasador.

Azevedo (2002, p.33) traz um cientista de peso para auxiliar sua argumentação sobre o que é visto por alguns cientistas praticamente como uma heresia: "Balée (1992) vai ainda mais longe, sugerindo, ao verificar que a diversidade da floresta secundária tende a alcançar a da primária, que a **atividade humana contribui** para o **aumento da biodiversidade**". Diegues (2000, p.38) adota mesma tática ao se referir a um pesquisador inglês já falecido, mas conhecido por seus estudos sobre populações tradicionais: "são relevantes os trabalhos de

Posey (1987), nos quais atesta que, ao lado de espécies domesticadas-semidomesticadas, os Caiapó usualmente transplantam várias espécies da floresta primária para os antigos campos de cultivo, ao longo de trilhas e junto das aldeias, formando os chamados 'campos de floresta'". Menciona a seguir o mesmo autor citado por Azevedo: "Balée (1992a; 1992b) demonstra que a floresta secundária tende a alcançar a primária em diversidade ao longo do tempo, o que pode ocorrer em menos de oitenta anos. A diversidade em número de espécies entre as duas florestas é semelhante: 360 na secundária e 341 na primária"[252]. E para fortalecer sua tese cita ainda que

> **Brown & Brown** (1992) (...) **afirmam** que o modelo de uso dos recursos naturais de baixa intensidade, desenvolvido pelas populações extrativista e indígenas, freqüentemente resulta num mínimo de erosão genética e num máximo de conservação. Ainda que a densidade populacional seja geralmente inferior a 1 hab./km2, ela pode tornar-se dez vezes maior se o uso dos recursos naturais for cuidadosamente planejado, aproximando-se do uso feito pela agricultura camponesa" (Diegues, 2000, p.39)

Em outro momento, além de citar novamente Balée, Diegues traz para seu lado, como forte aliado, um mexicano cujos estudos sobre manejo de recursos naturais por populações locais são já muito conhecidos e amplamente difundidos por toda a América Latina. Aliás, se Diegues é um dos autores mais citados no Brasil quando se fala de populações locais e áreas protegidas, na América Latina Gómez-Pompa é referência mais do que obrigatória, sendo, portanto, um aliado de peso como conseqüência do status privilegiado que possui perante seus colegas (Dourojeanni, por exemplo, afirma que este autor faz "pesquisas sérias"):

> (**Balée**, 1988, 1992a; **Gómez-Pompa**, 1971, 1972 **e outros) afirmam** que a manutenção e mesmo aumento da diversidade biológica nas florestas tropicais, está relacionado intimamente com as práticas tradicionais da agricultura itinerante dos povos primitivos. A regeneração da floresta úmida parece ser, em parte, conseqüência das atividades do homem primitivo. O uso de pequenas áreas de terra para a agricultura e seu abandono após o decréscimo da produção agrícola (*shifting agriculture*) é semelhante à produzida pela destruição ocasional das florestas por causas naturais (...). **Vários estudos** dessa série de sucessões **já existem, e em muitos casos**, **tendem a concordar** que a agricultura itinerante tem sido um meio natural para usar propriedades regenerativas da floresta úmida em benefício do homem (Gómez-Pompa, 1972) (...). **Se estas hipóteses vierem a ser comprovadas**, **e muitos estudos recentes apontam** nessa direção (**Oliveira**, 1992), é inevitável repensar o conceito de 'florestas naturais' e sua modalidade de conservação mediante unidades de conservação onde se proíbe a ação da agricultura itinerante como ainda hoje é praticada por populações indígenas e outras tradicionais: seringueiros, ribeirinhos, caiçaras.

Por fim, Arruda (2000, p.284) reúne numa mesma e rápida passagem de seu artigo, além de um cientista brasileiro, os três pesquisadores estrangeiros citados por Diegues:

> **estudos recentes** (**Gómez-Pompa**, 1990; **Posey**, 1986; **Balée**, 1988, 1989, 1993 e outros) **potencializam** o conhecimento acumulado anteriormente no campo da etnobiologia (**Ribeir**o, 1986), e indicam que a variabilidade induzida pelo homem no meio ambiente tropical (sobretudo por meio da agricultura itinerante e do adensamento de espécies úteis) favoreceu e favorece a diversidade biológica e o processo de especiação. Em outras palavras a floresta 'primária' tal com a conhecemos co-evoluiu juntamente com as sociedades humanas e sua distribuição pelo planeta.

Se estudos de caso como os de Galetti, Bernardo e Olmos servem de munição para robustecer hipóteses gerais, o mesmo ocorre com as pesquisas de Balée, Gómez-Pompa,

[252] Aqui deve haver erro de digitação, trocando-se os valores encontrados entre as florestas primária e secundária.

Brown e Brown e "vários estudos". Todas, depois de concluídas, viram artilharia pesada para cientistas usarem na guerra que estão travando. Como disse Arruda, estes estudos "potencializam" o conhecimento, só que, por tabela, também potencializam seu efeito discursivo quando imerso numa controvérsia, já que, ao ser embutido numa argumentação, tal conhecimento adquire um caráter instrumental, ou seja, cumpre funções específicas.

O risco desta estratégia é que há sempre a possibilidade de outro cientista atacar referências que citamos visando atingir e refutar, indiretamente, o autor original. Como alerta Latour (2000, p.63), "embora seja prático incorporar referências que possam ajudar a fortalecer uma posição, também é necessário atacar as referências que possam opor-se explicitamente às suas teses". Em suma, se trata de atacar um aliado do adversário visando enfraquecer a retaguarda deste. Assim, se Arruda, Diegues e Azevedo estão alicerçados no que diziam seus "aliados" Balée, Gómez-Pompa, Posey, Oliveira, Ribeiro e Brown e Brown, criticar estes pode ser um modo de contestar, neutralizar ou enfraquecer a argumentação daqueles. Dourojeanni e Jorge-Pádua (2001, p.180 e 188) adotam tal manobra em cima dos estudos de Gómez-Pompa:

> **a partir de pesquisas sérias**, embora muito focais, do mexicano Gómez-Pompa (Gómez-Pompa *et al*, 1972; 1987; Gómez-Pompa e Kaus, 1992), entre poucos mais, **se criou a teoria** de que o homem, em lugar de ser um elemento de destruição e alteração da natureza, é um fator de diversificação genética (...). na verdade, pretender demonstrar que a presença e as atividades humanas não têm impacto negativo sobre a natureza é como pretender tapar a luz do sol com a mão. **As provas** do impacto humano **são contundentes** e não excluem sequer as mais sofisticadas formas de manejo sustentável já inventadas. **A bibliografia** sobre este tema é enorme e **inclui**, entre outros autores, **os mesmos cientistas que os inimigos** das UCs de uso indireto **citam para defender suas teses**, entre eles Gómez-Pompa, que em 1972 publicou seu famoso artigo sobre o caráter não renovável das florestas tropicais.

Já Dourojeanni (2001, p.91) serra suas fileiras (a partir de "provas contundentes") diretamente contra os alicerces dos "cientistas inimigos das UCs de uso indireto":

> otra vez, **hay miles de opiniones** desde completamente divergentes hasta levemente divergentes **entre los científicos**. Pero existe uma dilatada **media** que es universalmente aceptada como la **más probable**, **mientras no se demuestre lo contrario**. En ese sentido, por ejemplo, las interpretaciones de **Diegues** (1996) y otros sobre las teorias del aislamiento, sobre el impacto benéfico de la intervención humana para la biodiversidad, sobre el tamaño de las muestras ecológicamente reopresentativas, etc., corresponden al segmento de la curva normal que cae completamente fuera de la media. Las teorias del proprio Gómez-Pompa y asociados (1972, 1992), **cuándo aplicadas fuera de su contexto**, como es tan frecuente, **son consideradas uma excentricidad** en los medios científicos.

Apesar de reconhecer que há variabilidade "entre los científicos", vemos uma dupla tática, ao mesmo tempo, de defesa e de ataque. De defesa, porque visa fortalecer "a média" aceita "como mais provável" (que é a posição do autor); de ataque, porque é dirigida a uma das bases que sustentam a trincheira adversária. Neste último caso, seguem conselho de Latour: de preferência "enfraqueça tanto os inimigos como seus aliados". Só que o fazem com o adendo da seguinte sutileza: ao final, como sugere o autor na epígrafe deste item: colocam um "amigo de peso" (Gómez-Pompa) contra seu potencial "aliado" (Diegues).

O interessante, no entanto, do argumento de Dourojeanni, é que ele aponta mais uma vez para a flexibilidade que cientistas possuem para realçar ou não um ou outro aspecto. Percebam que sua defesa é feita através de uma observação recorrente entre seus críticos. Se, no caso de populações tradicionais, os textos que publica possuem forte ênfase universalizante e, portanto, tendem a não considerar circunstâncias mais localizadas, para o caso "das teorias" de Gómez-Pompa "e associados" o autor as contesta dizendo que, justamente, "cuándo aplicadas fuera de su contexto (...), son consideradas uma excentricidad". Ora, tal afirmação é recorrente entre pesquisadores quando desejam relativizar exemplos de populações tradicionais que, por uma ou outra razão, têm sido rotuladas como "depredadoras ambientais", sendo que, como veremos no sexto capítulo (especialmente, itens 6.4 e 6.7), a frase "cada caso é um caso" foi repetida inúmeras vezes durante as entrevistas quando a pessoa desejava se contrapor a esta perspectiva generalizante e que desconsidera a diversidade de situações locais[253].

Voltando à crítica às referências que citamos em nossos textos, procedimento parecido ao adotado por Dourojeanni e Jorge-Pádua pode ser visto em Olmos *et. alli* (2001), os quais atacam diretamente Balée e Gómez-Pompa e Kaus, mas visando atingir, de fato, Diegues, que também é citado. Segundo comentam Olmos *et. alli*:

> a presença de espécies vegetais aparentemente restritas a antigos terrenos cultivados e ausentes na floresta 'primária' circundante (Gómez-Pompa e Kaus 1992, Balée 1992a, 1992b, 1993) **tem sido usada como argumento** de que agricultura de coivara aumenta a biodiversidade e a prática deve ser mantida ou espécies serão perdidas (**Diegues**, 1996). **No entanto**, nenhuma espécie surge por geração espontânea e a agricultura é recente demais para que aquelas espécies arbóreas sejam produto de co-evolução estreita com humanos (...). A agricultura de coivara não gera biodiversidade **no sentido de** criar espécies, **como sugerido pela retórica de alguns autores**. Na realidade, em áreas limitadas ela provavelmente causa sua perda ao excluir espécies que necessitam de florestas maduras e favorecer oportunistas vindos de habitats secundários (...). O que a agricultura de coivara faz é criar associações de espécies já existentes que imitam aquelas geradas por fatores naturais e criar algumas associações novas (*op. cit*., p.285-286).

Como vimos, Balée e Gómez-Pompa, citados por Diegues, Arruda e Azevedo, representam dois dos principais pilares a sustentar seus pontos de vista, sendo as idéias de ambos, como dizem Olmos *et. alli*, por eles "usadas como argumento". Assim, nada mais eficaz do que criticar e desacreditar aqueles autores visando minar tal sustentação. Por outro lado, tanto Dourojeanni e Jorge-Pádua quanto Olmos *et. alli* adotam todo instante mesma tática usada por Diegues, Arruda e Azevedo de citar autores para reforçar suas idéias.

Outras táticas, artifícios e procedimentos menos ortodoxos podem ser combinados com casos documentados e referências ao que dizem outros autores, como trazer reportagens jornalísticas para ilustrar um argumento. Dourojeanni (2001, p.83) cita um: "**ejemplo**: durante los dias en que se escribió esta nota surgió outro **escândalo**, referido a participación de indios, en eso caso los Kaiapó del sur de Pará, en la explotación ilegal de caoba en su propia reserva,

[253] Neste item veremos que, entre as possíveis "divisões" existentes entre pesquisadores, está a escolha por enfatizar a especificidade de cada caso ou, ao contrário, ressaltar a validade de nos guiarmos por padrões gerais.

en asociación com madereros ilegales". Ainda que esta tática tenha menor poder de fogo, pois há o problema da "fonte" não ser "científica", contribui para fortalecer a "evidência" em questão o fato de que se trata de reportagem recente feita no instante em que o autor "escrevia esta nota". Como disse, geralmente quanto mais atual o caso mencionado, maior sua eficácia.

Pode-se também utilizar "observações pessoais" sobre eventos chocantes, como o fazem Olmos *et. alli* (2001, p.295) ao trazer os seguintes "fatos" sobre os Guaranis do Parque Nacional do Superagui "um cacique chegou a ser preso com cinco papagaios destinados ao tráfico, sendo liberado após pagar fiança"; já "os Guarani da aldeia Krukutu (...) instalam suas armadilhas. Uma destas, instalada para 'pegar veado', matou uma suçuarana (*Puma concolor*) incorporada ao Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo (**F.O., obs. pess**.)".

Além do uso de notícias, citar fatos impactantes (como estes e como o que é citado a seguir) e "observações pessoais" (como as relatadas por F.O.), já vimos que outro elemento que funciona bem para corroborar um ponto de vista são documentos oficiais, tais como "laudos". Estes, sem dúvida, possuem maior "potência" do que reportagens de jornal, visto que, teoricamente, seriam produzidos por pessoas pertencentes a instituições com maior grau de "isenção". Assim, Galetti, Bernardo e Olmos (2004, p.249-250) citam o fato de que

> uma avaliação feita pelos **técnicos do Instituto Florestal** mostrou que o número de porcos-do-mato (queixadas e catetos) caçados pelos índios em 1995 (pelo menos um indivíduo/semana) era três vezes superior à taxa de desfrute sustentável estimada com base nas populações remanescentes na ilha (cerca de duzentos exemplares), além de ter sido observado o abate de cutias, bugios, mãos-peladas e aves maiores como macucos, jacus e jacutingas (**Processo SMA/SP 30.367/95**). Pôde também ser constado o corte intensivo de palmeiras jerivá e palmito-juçara, bem como a venda de animais silvestres vivos e carne de pacas, tatus e capivaras pelos índios na cidade de Cananéia (Processo SMA/SP 30.367/95) (...). Em junho de 2003, um índio foi encontrado com uma espingarda numa cabana feita em uma pequena clareira na região do Canudel pela **fiscalização do Parque**. Isso indica a **falta de conhecimento** das ONGs que acompanham estes índios, quando negam que estes caçam e que possuam armas de fogo.

Novamente nos são trazidos exemplos ("abate" de animais silvestres, "corte intensivo" de espécies cujo corte é ilegal perante a lei e existência de "espingardas" entre os Guarani) que, no caso, foram relatados pelos técnicos do Instituto Florestal paulista (fonte oficial, portanto, de peso) para fortificar a tese geral dos autores. Além disso, a existência de um "processo" na SEMA desse estado contra os Guarani confere expressiva força simbólica a estes mesmos exemplos. Mas, além de "laudos", um fator de convencimento poderoso quando desejamos refutar ou reforçar acusações reside nos famosos "números", dados geralmente já asseptizados pela decupagem estatística e naturalizados através do seu uso tautológico em estudos científicos. Vejamos o caso de Bensusan (2004, p.70):

> **estima-se que 86%** das áreas protegidas da América do Sul são habitadas ou têm seus recursos utilizados pelas populações de seu entorno. **Muitas dessas áreas foram** criadas sob um modelo de exclusão de populações humanas. **Algumas tiveram**, efetivamente, suas comunidades realocadas em locais fora das Unidades de Conservação, **como é o caso** da Estação Ecológica de Anavilhanas (...). **Essa estimativa**, combinada com as características de cada um dos locais onde estão as Unidades de Conservação e com a

> história dessas comunidades, **permite vislumbrar a perversidade** embutida no modelo de áreas protegidas que exclui populações humanas, ou seja, quem preserva a biodiversidade de suas terras, perde. Isto é, os sacrifícios são distribuídos desigualmente.

O exemplo trazido por Bensusan ("o caso da Estação Ecológica de Anavilhanas") tem efeito mais complementar e visa ilustrar o que é dito antes e depois de citado. O que quero ressaltar neste trecho é o efeito que pode produzir a associação entre uma "estimativa" ("86% das áreas protegidas da América do Sul são habitadas ou têm seus recursos utilizados pelas populações de seu entorno") e uma constatação ("comunidades realocadas em locais fora das Unidades de Conservação"). Na prática esta combinação "permite" a Bensusan "vislumbrar a perversidade embutida no modelo de áreas protegidas que exclui populações humanas".

Porém, lidar com estimativas pode ser arriscado, pois não há estatística que não possua fendas, lacunas e brechas em sua formatação. Basta olhar com atenção para o modo como foram obtidos os "dados" ou para os parâmetros que lhes dão sustentação matemática. Se fizermos bem o serviço de casa, sempre será possível desconstruir dados e parâmetros e, de preferência, reconstruí-los recolocando agora os números do nosso lado. É o que faz competentemente Milano (2001, p.28), que segue outro conselho de Latour: faça o "necessário com a literatura anterior para torná-la o mais útil possível à tese que você vai defender":

> a freqüente **citação** da existência de problemas com populações residentes ou intrusões humanas em cerca **de 86%** das UCs da América Latina (Amend & Amend, 1992), **dissociada de informações** relacionadas ao percentual de área em que tais problemas se manifestam, tanto **embute uma mentira maniqueistamente utilizada por adversários** da conservação, inocentes induzidos ou ideologicamente militantes, quanto tem sido utilizada da maneira mais errada possível pelos próprios defensores da conservação. Observe: o sistema de informação é binomial simples, ou seja, *há* ou *não há* problema com populações locais. Assim, o Parque Nacional do Jaú, que tem apenas uma ínfima parte dos seus mais de dois milhões de ha ocupada por populações amazônicas ribeirinhas, aparece simplesmente como unidade que tem problema (100% problema), **o que, absolutamente, não é verdade** (...). **Decorrente dessa informação distorcida e comumente interpretada de forma viciada**, está a **cômoda disposição de** muitos técnicos e políticos em **aceitar o fato como verdadeiro**, assumir uma derrota inexistente como definitiva e não desenvolver estratégias e ações de resolução dos problemas, que na maioria dos casos são factíveis, como provam as historias fundiárias dos Parques Nacionais do Iguaçu (PR) e das Emas (GO).

Como em Bensusan, exemplos dos Parques do Iguaçu e das Emas têm caráter complementar, espécie de cereja do bolo. Embora Milano reproduza longa citação da autora em seu texto (quase uma página), estrategicamente não faz referência aos seus comentários críticos sobre a suposta "perversidade embutida no modelo de áreas protegidas" (logo a seguir, veremos táticas usadas por seus colegas para refutar esta acusação). Prudentemente, deixa este tema espinhoso de lado e parte para a análise de "dados objetivos": "problemas com populações residentes em cerca de 86% das UCs da América Latina". O ataque é frontalmente dirigido a desconstrução desta "estimativa", a qual qualifica como "informação" que "embute uma mentira (...) utilizada de maneira errada". Feito isso, em seguida Milano fica mais a

vontade para tecer suas críticas, pois, "decorrente dessa informação distorcida" é que estaria "a cômoda disposição de muitos técnicos e políticos em aceitar o fato como verdadeiro".

Ainda sobre "estimativas", Dourojeanni e Jorge-Pádua atacam os "dados" de Amend e Amend e, de quebra, seguem conselho da epígrafe ("ajude aliados se forem atacados") ajudam Milano. Acompanhando a linha de raciocínio deste último (inclusive citando-o no texto), referem-se à mesma estimativa ("86% das UCs da América Latina teriam populações no seu interior, como foi afirmado na compilação de Amend e Amend") para a seguir criticá-la:

> essa **informação, assumida como verdade absoluta** pelos **detratores** das UCs de uso indireto, **foi construída** apenas **para ter o efeito que teve**. Assim, em primeiro lugar ela inclui categorias de UCs nas que é normal ter populações (...). Segundo, como aponta Milano (2000), a informação dessa estatística não relaciona a população presente na UC com a área da UC impactada por essa população, criando uma enorme distorção, que o autor qualifica diretamente de inverdade. Terceiro, tampouco se faz referência ao número da população presente, tendo sido registrada uma família como o mesmo peso de uma cidade. Quarto, não se qualifica a população presente, no sentido de se saber se são habitantes permanentes, temporais ou apenas incursões de caça ou pesca, nem se fala se são habitantes com direitos legais ou se são, conforme a lei, apenas invasores recentes.

Outra vez Dourojeanni e Pádua procedem como seus adversários na frase "assumida como verdade absoluta". Veremos no capítulo seis que é comum acusar não "detratores", mas "defensores de UCs de uso indireto" (caso dos autores) de assumirem postura neopositivista ao trabalhar com "verdades absolutas". Por outro lado, Dourojeanni e Pádua visualizam a referida "informação" (86%) como "construída para ter" "efeito"' específico (atacar "UCs de uso indireto"). Baseados nesta constatação focam contra-ataque na redução do seu poder de fogo visando comprometer o uso potencial por seus colegas (como faz Bensusan). Para tanto, desmontam a estimativa dos Amend arrolando quatro fatores que, segundo eles, a enviesariam. Resultado, após este verdadeiro bombardeio, a estatística acha-se, ao menos, enfraquecida.

Seguindo adiante, é possível acrescentar a nossa análise evidências com alto potencial de persuasão, por exemplo, tecnologias sofisticadas como imagens de satélite e fotografias aéreas. É o que fazem dois autores tão distantes quanto Milano e Bensusan. Para Ladeira,

> o **fato**, **que se preferiu ignorar**, é que o reconhecimento dos direitos dos Guarani às terras que ocupam impediu maiores e piores desmatamentos para recentes projetos de desenvolvimento (...). Também se observa que a regularização fundiária de Terras Guarani possibilitou a recuperação da vegetação nativa, **como mostram imagens de satélite e fotografias aéreas** em extensões ocupadas e reconhecidas para os índios há mais de 10 anos (**Araponga, Parque Nacional da Bocaina/**RJ, **Rio Branco** e **Aguapeu**, PEM/SP, **entre outras**) (2004, p.30).

Parecida à crítica de se tomar "informações como verdades absolutas", Ladeira acusa seus opositores de "ignorarem" um "fato" concreto ("imagens de satélite" e "fotografias aéreas") que, bem ao estilo de Olmos *et. alli*, atestam sua afirmação sobre "recuperação da vegetação nativa" (sendo que os quatro parques que servem de exemplo novamente se somam a esta tática). Aliás, o grupo liderado por Olmos também faz uso de imagens de satélite:

> Pataxó são uma das mais importantes fontes de destruição do patrimônio natural (e da Humanidade) que é o **Parque Nacional do Monte Pascoal**, como **documentado pelas fotos de satélite** que mostram o desmatamento da área por eles ocupada. Isto é mais grave considerando que o **Monte Pascoal é uma das mais importantes áreas** para aves ameaçadas da Mata Atlântica (Wege e Long, 1995) e um dos poucos remanescentes florestais com apenas 0,4% de floresta intacta (Mendonça 1994) (*op. cit.*, 2001, p.292).

Os autores condensam em poucas linhas uma espécie de mix tático: juntam às imagens de satélite estudos de outros autores e uma estatística, além de citar a palavra-chave "ameaçadas" (no caso, aves), que energiza o argumento. Latour (2000, p.85) chama este fenômeno de juntar "números, fotos, figuras, nomes ao texto e enlaçá-los bem" de "empilhamento". Outra arma usada na batalha são relatórios e recomendações de grandes organismos internacionais. Como Olmos *et. alli*, Diegues (2000, p.40) faz uma dobradinha ao trazer para suas fileiras dois poderosos aliados:

> **trabalhos recentes do Banco Mundial** (Cleaver, 1992) apontam na direção da desmistificação das 'florestas intocada' e na importância das populações tradicionais na conservação da biodiversidade. **Nas recomendações** para o Banco, **Bailey** afirma: 'a composição e distribuição presente das plantas e animais na floresta úmida são o resultado da introdução de espécies exóticas, criação de novos habitats e manipulação continuada pelos povos da floresta durante milhares de anos (...). Em resumo, essas floretas podem ser consideradas artefatos culturais humanos. A atual biodiversidade existe na África não apesar da habitação humana, mas por causa dela. (...) se excluirmos os seres humanos do uso de grandes áreas florestais, não estaremos protegendo a biodiversidade que apreciamos, mas a alteraremos significativamente e provavelmente a diminuiremos ao longo do tempo'"

Além da inversão de que falei antes causada pelo "efeito de deslocamento" de uma questão, temos como aliados de Diegues, um relatório patrocinado por um organismo internacional (Banco Mundial) que tem financiado diversas áreas protegidas ao redor do planeta e outro pesquisador (Bailey) que detém considerável capital simbólico perante seus colegas. O efeito deste artifício será que, quem estiver se opondo ao argumento, terá também que se opor ao tal relatório e ao cientista citado. Como Dourojeanni, sutilmente Diegues diz algo como: "olha, não sou só eu que estou falando isso, tem gente importante junto comigo".

Ates de prosseguir, recapitulemos alguns tipos de "evidências" já vistas: uso de exemplos e estudos de caso (apresentados por vários cientistas); referências ao que dizem autores aliados ou inimigos (idem); estimativas e porcentagens (como a exposta por Bensusan e desconstruída por Milano); reportagens, notícias e relatos impactantes (como os trazidos por Dourojeanni, Galetti, Bernardo e Olmos); fórmulas científicas (r^2=0,09; F=6,27; P=0,014 e r^2=0,0003; F=0,02; P=0,86), documentos legais ("laudos") e "processos" (citados por este trio); trabalhos de organismos internacionais (como acima o faz Diegues); relatórios de órgãos oficiais (como Olmos *et. alli*); "visita" de cientistas e "observações pessoais" (como as de "F.O."); e imagens de satélite (citadas por Ladeira e Galetti, Bernardo e Olmos).

Porém, há outras implicações relacionadas ao uso de "evidências" que visam fortalecer argumentos e pontos de vista. Tomemos o seguinte trecho de um artigo escrito por Manuela Carneiro da Cunha (1999, p.149), talvez uma das mais conceituadas antropólogas brasileiras da

atualidade: “afinal, quem ocupa as áreas de maior riqueza genética, não por acaso, mas porque são produtores de diversidade? (...). São precisamente populações tradicionais”. Ora, para além da veracidade ou não da resposta dada à sua própria indagação, neste caso em particular Cunha está, literalmente, sozinha, isto é, não traz nenhum “aliado” para ajudá-la a fortalecer a afirmação de que “populações tradicionais” seriam “produtores de diversidade”. O que é um risco, pois, como lembra Latour (2000, p.58), um texto “sem referências é como uma criança desacompanhada a caminhar pela noite de uma grande cidade que ela não conhece: isolada, pode acontecer-lhe qualquer coisa”. E, de fato, considerando a verdadeira ojeriza de alguns de seus colegas ao que alega a autora, ela poderia ser facilmente atacada, pois está desguarnecida, sem sequer um escudeiro, isto é, sem nenhuma referência “amiga” para ajudá-la. Por mais que Cunha seja uma pesquisadora de prestígio, tal capital simbólico e mesmo seu capital científico acumulado tem poder de fogo limitado o que, por sua vez, tende a enfraquecer, diante de um potencial adversário, o poder persuasivo de sua argumentação. Para começar, além deste último poder reunir “evidências” que aponte no sentido contrário do que ela propõe, Cunha poderá ser acusada de chegar a conclusões que careceriam de “fundamentação”.

Ora, quando deparamos com uma controvérsia da envergadura da que estamos lidando, é preciso recrutar o maior número possível de aliados, sendo que, neste caso, geralmente a tática adotada para reforçar argumentos (recorrente não só entre especialistas envolvidos nesta controvérsia, mas entre cientistas em geral) segue o que Latour (2000) chamou de “arregimentar amigos”. Vejamos então como ela aparece através do que dizem outros autores.

Olmos *et. alli* (2001, p.287) alegam que, “embora encaradas como algo generalizado, atitudes conscientes por parte de ‘povos tradicionais’ que resultem em padrões de uso sustentável são praticamente inexistentes”. Mais uma vez a frase acima, solta do modo como a reproduzi, não possui o que se conhece por “base de sustentação”. Assim, como os autores estão com a guarda aberta, é preciso fortalecê-la, dar-lhe credibilidade, enfim, fundamentá-la para, com isso, produzir, se possível, um “efeito de verdade”. Para tanto, no parágrafo seguinte Olmos *et. alli* (2001, p.287) arregimentam número considerável de aliados em suas fileiras:

> como **exaustivamente** apontado por **vários autores** (**Redford, 1991, 1992; Peres 1997a; Avard 1993, 1995; Spinage 1998; Whelan 1999; Milano 2000, entre outros**) a sustentabilidade na exploração de recursos naturais por ‘populações tradicionais’ é antes regulada pela densidade populacional e deficiência de aparato tecnológico do que por atitudes conscientes ou mecanismos culturais endógenos, em geral a atitude das ‘populações tradicionais’ é inteiramente imediatista, e muitas ainda não possuem o conceito que recursos naturais podem ser finitos e destruídos pelas suas atividades.

Além de se tratar de doze cientistas que assinam o referido artigo, estes não estão mais sozinhos. Têm ao seu lado como aliados (fora os “entre outros”) Redford, Peres, Spinage, Avard, Whelan e Milano. Assim, se desejo deles discordar terei pela frente, protegendo a retaguarda, outros seis autores (somando, portanto, um total de 18 pesquisadores). Este

procedimento de citar "exaustivas" evidências, como disseram os autores, advindas de estudos já realizados é repetido outras vezes ao longo do texto, como no trecho:

> há **abundante prova científica** de que 'comunidades tradicionais' contemporâneas exploram recursos de forma não sustentável e causam perdas de espécies. A caça de subsistência por índios, seringueiros e outros 'tradicionais' é uma destas modalidades de uso e **há** um **grande volume de literatura** sobre o assunto (p. ex. **Peres 1990, 1996, 1997a, 1997b; Sá 2000, Redford 1992, Alvard et al. 1997, Bodmer et al. 1997, Bergazo e Bodmer 1998, Robinson e Bodmer 1999**), incluindo obras-recentes (**Robinson e Redford 1991, Pádua et al. 1997, Robinson e Bebbett 2000**). Os resultados mostram que a grande maioria explora pelo menos algumas espécies-presa de forma não sustentável (*op cit.*, p.286).

Refutar as afirmações acima significaria divergir não só de um grupo grande de cientistas (pois, além dos próprios autores e dos sete nomes citados, há os "et al.", espécie de soldados da reserva que, porém, podem rapidamente ser chamados a entrar em ação), mas também de 13 publicações científicas (Peres 1990, 1996, 1997a, 1997b, Sá 2000, Redford 1992, Alvard et al. 1997, Bodmer et al. 1997, Bergazo e Bodmer 1998, Robinson e Bodmer 1999, Robinson e Redford 1991, Pádua et al. 1997, Robinson e Bebbett 2000) feitas num período relativamente curto de dez anos (pois quanto mais antigo um texto, menor tende a ser sua força). É claro, Olmos *et. alli* não são os únicos a usar a tática de citar "grande volume de literatura" para realçar que haveria "abundante prova científica" sobre a tese que pretendem defender (no caso, de que "comunidades tradicionais (...) exploram recursos de forma não sustentável e causam perdas de espécies". Este é o caso de Milano (2002a, p.199):

> **a questão** da possível compatibilidade entre conservação de diversidade biológica e presença humana e uso dos recursos naturais em unidades de conservação **é outro mito que**, como tal, **decorre de deficiências de conhecimento** em evolução, ecologia e biologia da conservação por parte daqueles que estabelecem essa questão, ainda que seja apresentado como um novo paradigma de modernidade. **Provas evidentes** do contrário têm sido apresentadas, entre muitos outros, por **Myers (1986), Chagon (1995), Redford (1997), Bodmer & Penn Jr (1997), Rocha (1997), Dourojeanni (1997), Margolis (2000), Fernandez (2000) e Ayres et alli (1996)**, com destaque para os dois últimos.

Além de acusar colegas de se orientarem a partir de "um mito" decorrente de "deficiências de conhecimento" (o que, como vimos no item anterior, os desqualificaria, por tabela, a falar sobre "compatibilidade entre conservação de diversidade biológica e presença humana"), Milano arregimenta, para sustentar seu argumento, dez autores (Myers, Chagon, Redford, Bodmer & Penn Jr, Rocha, Dourojeanni, Margolis, Fernandez e Ayres) que teriam "provas evidentes" desta "deficiência".

Por outro lado, Milano e Olmos *et. alli* seguem advertência da epígrafe: "ajudam seus aliados" ao citá-los em seus textos. Se tomarmos apenas os autores que incluí neste item, enquanto o primeiro cita Fernandez, o grupo de 12 pesquisadores faz referência a Dourojeanni e ao próprio Milano. No artigo de Olmos *et. alli* (*op. cit.*, p.284) esta ajuda recíproca aparece de modo ainda mais nítido em outro trecho, quando citam um biólogo já nosso conhecido: "é interessante lembrar a **pertinente colocação** de Fernandez (2000b) de que 'os povos que hoje

dizemos que coexistem em harmonia com a natureza coexistem apenas com as espécies difíceis de extinguir, porquê as fáceis de extinguir já foram exterminadas há muito tempo'".

O efeito prático deste artifício é, lógico, dificultar o questionamento do que é dito. Ademais, quem não adotar tal tática poderá ver seu argumento ser visceralmente contestado, derrubado e destroçado pelos e perante os colegas. Porém, mesmo exercício poderia ser feito a partir de trechos extraídos de autores que divergem dos cientistas citados no parágrafo anterior, tal como Diegues, Azevedo, Santilli ou Arruda. Este último, por exemplo, para fortalecer a tese de que "a variabilidade induzida pelo homem no meio ambiente tropical (...) favoreceu e favorece a diversidade biológica e o processo de especiação", arregimenta em suas fileiras, além de "outros", seis estudos científicos realizados por quatro pesquisadores ("Gómez-Pompa, 1990; Posey, 1986; Balée, 1988, 1989, 1993; Ribeiro, 1986 e outros") (ver pág. 250).

Já Santilli constrói seu escudo protetor talvez de olho numa possibilidade aventada por Latour (2000, p.59): "ao atacar um texto carregado de notas de rodapé, o discordante terá de enfraquecer cada um dos outros textos". Depois de afirmar: "já há diversos estudos que mostram que são práticas, inovações e conhecimentos desenvolvidos pelos povos indígenas e populações tradicionais que conservam a diversidade biológica de nossos ecossistemas, especialmente das florestas tropicais" (*op. cit.*, p.195), Santilli arregimenta, na forma de notas, pesquisas que visam dar credibilidade a sua afirmação. O que é compreensível, pois ela poderá ser depois acusada, como o faz Adams, de fazer afirmações "levianas" que "carecem de fundamentação sólida" ou, com Milano, de lidar com "erros de informação" ou ainda que "não conhece o assunto" (ver pág. 178 e 179):

> **Balée, W**. Footprints of the forest – Ka'apor ethnobotany: the historical ecology of plant utilization by na Amazonian people. Nova York: Columbia University Press, 1993; **Balée, W**. Indigenous history and Amazonian biodiversity. In: Steen & Tucker, H. K. (ed.). Changing tropical forest: historical perspectives on today's challenges in Central and South América. Durhan: Forest History Society, 1992. Apud **Diegues, Antônio Carlos** & **Arruda, Rinaldo** (Orgs.). Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil: Ministério do Meio Ambiente, São Paulo: USP, 2001, p.32.

Tal como Milano e Olmos *et. alli*, Santilli, ao citar Diegues e Arruda em sua nota, além de fortalecer seu próprio ponto de vista, também ajuda, mesmo que indiretamente, seus "aliados". Mas o que quero enfocar é que dificilmente alguém que leia os trabalhos aqui mencionados irá atrás de todas as referências citadas pelos seus autores com o intuito de checar seu conteúdo. Poderiam (e, como vimos, o fazem com algumas delas), só que o que importa aqui, pragmaticamente, além do efeito (de convencimento) que podem causar em seus potenciais leitores, é sua utilidade como escudo protetor. Exceto a curta passagem de Cunha, se pegarmos todas as indicações de autores contidos nos últimos seis trechos reproduzidos (coisa de umas 20 e poucas linhas), teremos que ler nada menos do que 33 textos científicos (nem todos eles artigos, pois vários são livros e teses). Levando em conta citações que os autores

destas 33 publicações devem fazer em seus trabalhos, vemos como será difícil neutralizar a fortaleza construída ao redor dos argumentos dos autores originais.

Porém, ainda assim é possível rastrear a literatura com o objetivo de achar brechas nas fileiras inimigas (o que não farei por motivos de espaço). Latour (2000, p.59) comenta, a respeito dessa possibilidade, que talvez "empilhar montes de referência não seja suficiente para se tornar forte se o oponente for ousado". Assim, se este for atrás de "cada referência e procure comprovar até que ponto elas correspondem à tese do autor", poderá descobrir que "muitas referências podem ter sido citadas indevida ou incorretamente [como fizeram Adams e Milano no capítulo anterior e diversos autores neste capítulo, como Dourojeanni e Pádua e novamente Milano]; em segundo, muitos artigos a que o autor alude podem não ter relação nenhuma com a sua tese e estar ali só para impressionar; em terceiro, outras citações podem estar presentes, mas pela simples razão de sempre estarem presentes nos artigos do autor".

Tentando resumir o que vimos até aqui a partir do que descreve Latour em "Ciência e ação" (2000, p.53 a 75), as táticas adotadas seguem técnica argumentativa baseada em três diretrizes gerais: 1) "arregimentar amigos", isto é, reunir maior número de aliados que ajudem a reforçar hipóteses e teses que desejamos defender; 2) "reportar-se a textos anteriores", visto que "um fato pode ser transformado em ficção ou uma ficção em fato apenas com o acréscimo ou subtração de referências" (*op. cit.*, p.58); e 3) ser tomado como referência por textos posteriores, o que, como vimos, é o que mais acontece no caso de nossa controvérsia. Em suma, sigam os conselhos da epígrafe que abre este tópico: "faça tudo o que for necessário com a literatura anterior para torná-la o mais útil possível à tese que você vai defender; enfraqueça os inimigos; paralise os que não puder enfraquecer; ajude os aliados se eles forem atacados; obrigue inimigos a brigarem uns com os outros" (*op. cit.*, p.66).

Para terminar, gostaria ainda de voltar àquele "efeito de **deslocamento**". Se trazer exemplos funciona como instrumento de convencimento, é possível alterar quem está sendo alvo de "ações destrutivas" mudando o **modo** como é posta a controvérsia. Assim, ao invés de propor a questão: "populações tradicionais destroem seus recursos naturais?", poderia seguir outra direção e indagar: quais as conseqüências das políticas de proteção a estes recursos via áreas protegidas à qualidade de vida daquelas populações? Aqui há uma **inversão** qualitativa da controvérsia que poderia ser traduzida por questões como: "quais os impactos da criação de UCs sobre os modos de vida desenvolvidos por populações tradicionais?"; ou: "povos e comunidades tradicionais atingidas pela criação de UCs se beneficiam ou são prejudicadas por esta política ambiental?". Agora, potenciais vítimas não são mais espécies, florestas, ecossistemas ou biomas, mas povos, comunidades e populações tradicionais. Invertida a questão, basta sair em busca de exemplos na literatura especializada que demonstrem nossas

afirmações. Também aqui acharemos estoque considerável de "casos". Santilli (2005, p.156), por exemplo, cita alguns já nossos conhecidos envolvendo etnias africanas:

> um dos questionamentos éticos que se faz em relação à criação de unidades de conservação diz respeito às **discriminações sociais** engendradas por **políticas de conservação** que desconsideram o papel das populações tradicionais na conservação de seus habitats naturais e simplesmente **promovem a sua expulsão** para criar unidades de conservação. Tal **prática se baseia em** um total **desrespeito** e ausência de reconhecimento de quaisquer direitos dessas populações sobre as áreas que tradicionalmente ocupavam e manejavam havia várias gerações. Vistas como um entrave e uma ameaça à conservação, tais **populações tradicionais foram**, em muitos casos, simplesmente **expulsas de suas terras**, como ocorreu com os Masai, população tradicional do Quênia, que tiveram que deixar suas terras para a implantação de um parque nacional. Outro parque nacional criado com o sacrifício da expulsão de populações tradicionais foi o Krüger, na África do Sul. No Brasil, exemplo de unidade de conservação implantada à custa de retirada de populações tradicionais é a Estação Ecológica de Anavilhanas, no Amazonas.

Eu mesmo já utilizei, em nota de rodapé de um artigo que escrevi em 2007, ainda que um tanto disfarçadamente (pois, segundo digo no texto, desejava atingir "leitores não familiarizados com o tema"), exemplos para fortalecer o que afirmo no texto principal:

> **não é o caso aqui de listar os inúmeros estudos de caso que abordam a dramaticidade social** e os **efeitos perversos** (premeditados ou não) para diversas populações locais atingidas pela criação de UCs nas últimas décadas. Porém, para leitores não familiarizados com o tema, **indico quatro pesquisas** representativas e emblemáticas **devido à amplitude da violência cometida** e, também, por serem **relativamente recentes** (contrariando o argumento de que estas situações seriam resquícios de práticas passadas ou mesmo não estariam mais ocorrendo). São eles: **Brustolin** (2003), que faz uma análise, a partir do campo jurídico, da história dos conflitos envolvendo a criação do **Parque Nacional dos Aparados da Serra/**RS; **Campos** (2001) e **Nunes** (2003), cujas dissertações discutem as transformações socioeconômicas e produtivas ocorridas na vida de caiçaras com a criação da **Estação Ecológica Juréia-Itatins/**SP; e **Ioris** (2000), em artigo escrito para a XXII reunião da ABA, o qual resgata a história dos conflitos gerados pela criação da **Floresta Nacional Tapajós/**PA (Gerhardt, 2007, p.23).

Aqui abro um parêntese para um rápido comentário sobre algumas táticas que adotei acima. Não sei se pela maior distância temporal, ao reler este trecho novamente há poucos dias de entregar a versão final da tese (já para publicação), percebi que havia adotado um artifício lingüístico muito sutil. Reparem que o procedimento de usar referências (Brustoli, Nunes, Campos e Ioris) combinada com exemplos (Aparados da Serra, Juréia-Itatins, Tapajós) é fortalecido justamente pela ausência de outras referências e exemplos. Quando antecipo, no começo, "não é o caso aqui de listar", e, logo depois, complemento a frase com expressões impactantes como "dramaticidade social", "amplitude da violência" e "efeitos perversos" (além do reforço de serem textos "relativamente recentes"), este recurso retórico tem como resultado discursivo potencializar o que será dito em seguida. Assim, ao antecipar que não iria citar "os inúmeros estudos de caso que abordam" a dramaticidade, violência e perversão por que teriam passado "populações locais atingidas por áreas protegidas", paradoxalmente, tal manobra causa uma espécie de "efeito viagra" nos quatro casos que cito em seguida. Isto, porque, quando o leitor for lê-los, já estará ciente de que, sendo tantos, tais "estudos de caso" seriam incontáveis (pois "inúmeros" é um termo muito mais forte do que "vários" ou "diversos").

Mas vejamos, antes de comentar suas implicações mais gerais, como outros autores fazem uso da tática que Santilli e eu adotamos. Marcus Colchester, antropólogo britânico que, junto com Diegues e Gómez-Pompa, é outra referência recorrente na literatura latinoamericana sobre áreas protegidas e populações locais, traz inúmeros exemplos como estes para criticar o "conservacionismo"[254]. Percorrendo cinco continentes, o autor começa citando o segundo parque nacional moderno criado depois de Yosemite[255], onde, em 1872,

> os índios que viviam na região (...) eram demônios vermelhos rastejantes. **Os residentes** Shoshones de Yellowstone **foram** então **expulsos**, de 'boa vontade', mas **dados** subseqüentes **sugerem que houve violentos conflitos** entre as autoridades do parque e os Shoshones: cerca de **trezentos índios foram mortos** em confrontos em 1877. Um dos **exemplos mais grotescos** desse **processo foi documentado** por Colin Turnbull em seu livro The Moutain People, que descreve as conseqüências da **expulsão dos povos** coletores-caçadores, chamados Iks, de seus territórios de caça para o estabelecimento do Parque Nacional de Kidepo, em Uganda. Obrigados a adotar a agricultura de subsistência nas terras altas em volta do Parque, os Iks **sofreram fome prolongada** levando ao **colapso total da sociedade** e ao **desaparecimento de seus valores** (...). O parque Nacional de Dumoga-Bone, no Sulawesi, Indonésia (...) exigiu a **expulsão do povo** nativo Mongondow, forçado a morar nas montanhas (...). Parques nacionais para a proteção dos gorilas, no Zaire, Uganda e Ruanda levaram à **expulsão** dos pigmeus Batwas (...). **Reassentamentos forçados não são coisa do passado**. Em Uganda, **expulsões em massa** de camponeses e habitantes das florestas aconteceram durante a implementação de um (...) corredor de vida silvestre entre a Reserva Florestal de Kibale e o Parque Nacional Rainha Elisabeth. (...) cerca de **30.000 nativos** da Reserva Kibale e do corredor de fauna **foram expulsos**, **sem notificação** anterior, levando à **violação graves dos direitos civis, incêndio, matança de gado, empobrecimento em massa e morte** de pessoas (Colchester, 2000, p.232 a p.234).

Voltando a literatura nacional, Azevedo (2002, p.37) traz uma série de casos (como o dos "Iks") para comprovar que "deslocamentos" de grupos humanos implicariam "alto custo social". Segundo o autor, "problemas decorrentes da criação de áreas protegidas são **amplamente documentados** e se relacionam na maioria dos casos à necessidade de remoção e deslocamento de populações humanas das áreas a serem transformadas em UCs", sendo que

> **exemplo** deste processo **é a expulsão** dos ***iks*****,** tradicional povo de coletores-caçadores expulsos de seus territórios ancestrais em Uganda para a criação do Parque Nacional de Kedepo, e que (...) sofreram **problemas de fome** prolongada e **desaparecimento de seus valores tradicionais** (...), além de adotarem práticas como caça ilegal, mendicância e prostituição para sobreviver (Turnbull, apud Colchester, 2000). **Outros exemplos** incluem os ***mongondow***, da Indonésia (...) e dos pigmeus ***batwas*** do Zaire, Uganda e Ruanda, **expulsos de sua terra** para a criação de parques de proteção aos gorilas (**Colchester**, 2000).

---

[254] Como o "Mito moderno da natureza intocada" de Diegues, Colchester (1994) escreveu outro livro emblemático chamado "Naturaleza cercada: pueblos indígenas, áreas protegidas y conservación de la biodiversidad", leitura quase obrigatória (ainda que para criticá-la) ao menos para latinoamericanos interessados em nosso tema quente.

[255] Mas Colchester também não poupa Yosemite. Na versão em português de um trecho de "Naturaleza cercada" publicada no Boletim 73 do "World Rain Forest Moviment" (http://www.wrm.org.uy/inicio.html - janeiro de 2008), argumenta que "o primeiro 'parque' do mundo, em Yosemite, Serra Nevada, Califórnia, era, na verdade, o lar da nação Miwok. (..) as forças autorizadas pelo governo dos Estados Unidos perpetraram repetidos ataques contra os assentamentos indígenas [que] foram totalmente queimados para forçar os índios a abandonarem a área e os subjugar por meio de fome ou frio. O principal promotor do Parque, LaFayette Burnell, chefe do Batalhão Borboleta e partidário de 'não tomar prisioneiros' Miwok, quis 'limpar o território de bandos dispersos que o pudessem infestar' (...). A expulsão do Parque privou os Miwok de suas terras tradicionais de caça, de seus campos de pastoreio, de sua pescaria e dos arvoredos onde colhiam nozes. Ao tentar recuperar alguma coisa dos brancos, eles foram atacados com armas e expulsos novamente da área pelo Batalhão Borboleta. Ironicamente, a palavra 'Yosemite' é, segundo Simon Schama, um insulto utilizado pelos Miwok para se referir aos estadunidenses que os assaltavam, sendo que, na realidade, significa 'alguns entre eles são assassinos'".

Especificamente sobre "casos" ocorridos no Brasil, Arruda (2000, p.282) traz "outra situação ilustrativa da 'invisibilidade' destas populações":

> **o caso da** Estação Ecológica do Iquê, no Mato Grosso, criada em 1981, totalmente dentro do território do povo indígena enauenê-nauê. Este povo, contatado em 1972, era na ocasião totalmente desinformado sobre as características e a dinâmica social da sociedade envolvente, vivendo séculos de forma autônoma e independente na região. A estação ecológica do Iquê é uma [UC] de papel, mas sua existência **provocou atraso** de dez anos na demarcação da área indígena (só realizada em 1995) e **contribuiu para o agravamento dos conflitos com outros segmentos sociais** pela indefinição legal dos limites da área (neste intervalo **foram mortas cerca de nove pessoas** em ocasiões diversas). No caso do Brasil, a recorrência da **criação de unidades de conservação** superpostas a áreas indígenas são **um exemplo da incorreção** dessas superposições e da cegueira generalizada em relação à existência destas populações.

Entre os pesquisadores brasileiros, Diegues (1996) talvez seja aquele que mais use da tática de apontar casos em que teriam sido cometidas agressões ou realizadas ações violentas contra populações tradicionais devido à criação de UCs. Cito rapidamente dois deles. Um teria se passado numa UC já nossa conhecida e outro noutra localizada no estado do Mato Grosso:

> no **Parque Estadual da Ilha do Cardoso**, litoral sul de São Paulo, criado em 1962, vivem **centenas de famílias**, muitas das quais **deixaram a terra natal pela perseguição da fiscalização**. (...) em 1974 ainda havia centenas de famílias na área quando foi elaborado o plano de manejo pelo Instituto Florestal (...). **Nem ao menos mencionou a existência das comunidades** caiçaras, um dos elementos-chave para qualquer plano de manejo (...). Se no Estado de São Paulo a população tradicional é tolerada, nem sempre ocorre o mesmo em outros estados, como a situação descrita por Sonoda (1991), **na Estação Ecológica de Serra das Araras**, no Mato Grosso, da qual cerca de 17 famílias foram expulsas (Diegues, 1996, p.).

Já o segundo caso refere-se ao que teria ocorrido em uma reserva ecológica do Pará:

> em 1970, o IBDF (depois Ibama) criou a **Reserva Ecológica de Trombetas** (...). Como analisam **Acevedo e Castro** (...), 'vinte e cinco famílias, residentes no Lago Jacaré, foram ameaçadas de expulsão pelo IBDF, caso não desocupassem a área da Reserva (...)'. O **Ibama**, auxiliado pela **Polícia Federal**, retirou dos moradores seus instrumentos de caça e pesca, assemelhando-se á repressão das empresas mineradoras implantadas na área (...). A implantação da Reserva Ecológica margem esquerda do Trombetas, e a criação posterior, em 1989, da Floresta Nacional na margem direta tornaram inviável o modo de vida dos negros libertos de Trombetas (Diegues, 1996, p.).

O que vemos nos últimos trechos que reproduzi? Desde a página 260, todos os casos citados **invertem** a vantagem anterior dos que trabalham com a tese de que populações tradicionais destroem recursos naturais, pois, em uma disputa qualquer, tenderá a ficar em vantagem (ainda que provisória) aquele que está em posição de ataque, ou seja, quem acusa e não o acusado. Se antes órgãos como SEMA e Instituto Florestal, por exemplo, eram responsáveis pela denúncia de práticas irregulares e ações ilegais, agora IBAMA e Polícia Federal são acusadas de serem agentes "repressores" que "tornaram inviável o modo de vida" de certos grupos sociais. Quer dizer, de "depredadoras" dos "recursos naturais", de "fonte de destruição do patrimônio natural", de detentoras de "práticas insustentáveis", de protagonistas de "escândalos" como o "tráfico" de animais silvestres, de "matadoras" de "suçuaranas", de terem "papel importante no desaparecimento da megafauna", de causarem "extinção de espécies", de "exterminarem" "aves do mundo", de serem responsáveis pela "perda" de "seres

maravilhosos" e "rasgaram passagens grandiosas" de "um poema que era perfeito", populações tradicionais deixam de ser os arautos de um "genocídio ecológico" para serem consideradas as maiores prejudicadas pelas políticas de preservação baseadas na "criação de UCs"[256].

Agora, a partir da inflexão narrativa dos autores citados, são certas "políticas de conservação" (e seus defensores) que dão origem aos "exemplos mais grotescos"; causam a "expulsão de povos" e acarretam "sofrimento e fome prolongada"; determinam "o colapso total de sociedades" e o "desaparecimento de seus valores"; fazem com que "índios" sejam "mortos"; produzem "reassentamentos forçados", "expulsões em massa (...) sem notificação" e outras situações de "dramaticidade social"; provocam "violações graves dos direitos civis, incêndio, empobrecimento em massa e morte (...) de pessoas"; estimulam o "desaparecimento de seus valores tradicionais"; causam "problemas de fome"; "provocam atraso (...) na demarcação de áreas indígenas" e "contribuem para o agravamento dos conflitos com outros segmentos sociais"; "promovem a expulsão" de populações tradicionais de "suas terras"; estimulam "discriminações sociais" e a conflagração de "violentos conflitos", propugnam "práticas" "baseadas em total desrespeito" a sua "cultura" e seus "modos de vida"; enfim, que são acusadas de ser "exemplo de incorreção" (ao contrário da "incorreção" contida no título do artigo de Olmos *et. alli* em que populações tradicionais são vistas como uma "crescente ameaça"), de serem "repressoras", de protagonizar uma "cegueira generalizada em relação à existência destas populações", de desencadear "efeitos perversos" e de "retirar moradores" que tiveram que "deixar sua terra natal pela perseguição da fiscalização".

Como vemos, se antes pairava no ar a denúncia de que populações tradicionais estariam usando recursos de modo ecologicamente inadequado, agora estamos diante da alegação de que haveria uma "perversidade" por trás do discurso dos que apostam na criação de unidades de proteção integral ou na necessidade de retirar populações dessas áreas. Agora acusadores, acuados, precisarão se defender, o que, obviamente, não é uma posição confortável. Mas, ainda assim, é possível achar saídas adotando táticas evasivas, reinvertendo e redeslocando a questão mais uma vez ou mesmo partindo para o ataque frontal. Vejamos então algumas alternativas.

Ao fazerem uma "análise dos questionamentos sobre" UCs de uso indireto, Dourojeanni (2001) e Dourojeanni e Jorge-Pádua (2001, p.198) constroem, em item específico, toda uma contra-argumentação às acusações vistas acima, sistematizando-as inclusive em seus textos na forma de três tipos de argumentos contrários a estas unidades: "argumentos científicos", "argumentos de ordem político-administrativa" e "argumentos de tipo social". Entre estes últimos estariam "três linhas principais: (i) o caráter antisocial das UCs de uso

[256] Todas as expressões entre aspas deste e do próximo parágrafo foram retiradas (com uma ou outra alteração no tempo verbal ou na concordância de gênero e número das palavras) dos trechos citados nos dois últimos tópicos.

indireto (...); (ii) a afirmação, completamente gratuita, de que as autoridades têm usado ou usam (...) a força para expelir as populações locais das Ucs de uso indireto; e (iii) que as UCs de uso indireto são estabelecidas sempre contra os interesses da população local e/ou que esta está sempre marginalizada dos benefícios"[257].

A primeira tática que pode ser utilizada como possível resposta é menos eficiente do que as demais, todavia, nem por isso deixa de produzir efeitos: simplesmente, negar as acusações. É o que faz Dourojeanni (2001, p.67): "en el pasado, la creación de UCs en América Latina **no há generado grandes conflictos** con la sociedad afectada". Em seguida, o autor enumera as razões que o levaram a fazer esta afirmação:

> porque en este continente se han aplicado estratégias poco ortodoxas, muy diferentes a las que usan los paises desarrollados, para evitar conflictos. Merecem mención las seguientes: 1) **todos os gobiernos han evitado**, hasta **donde fue posible** hacerlo, crear UCs en las áreas ocupadas o usadas (...); (3) **cuándo no fue posible** ubicar áreas ecológicamente valiosas sin presencia de pobladores, **muchas vezes se aceptó esa presencia y el uso de los recursos naturales** en zonas definidas en su interior, incluso en parques nacionales; (...) (5) en **ningún caso documentado**, en la historia de América Latina, **se ha usado la violencia para sacar de una UC a pobladores tradicionales** originariamente presentes en la área.

Neste trecho Dourojeanni, de forma competente, faz uso algumas vezes do que Ducrot (1976) chamou de "operadores argumentativos", sendo o caso das expressões "grandes", "todos", "muchas" e "ningún"[258]. Conforme salientou Koch (2004, p.30), "são justamente essas 'palavrinhas' (tradicionalmente descritas como meros 'elementos de relação') as responsáveis, em grande parte, pela força argumentativa de nossos textos" (Koch, 2004, p.30).

Além de afirmar não haver "**nenhum** caso documentado" em que se teria "usado violência para tirar populações tradicionais de uma UC", Dourojeanni opta por enfatizar, ao mesmo tempo e em contraponto, o trabalho criterioso dos "governos" quando da criação de UCs (afinal, "**todos**" eles teriam evitado "criar UCs em áreas ocupadas"), o cuidado com que isso foi feito (que aparece através da frase "até onde foi possível fazê-lo",) e sua flexibilidade para lidar com as diferentes situações (presente na frase "quando não foi possível (...) **muitas vezes** se aceitou essa presença"). Neste último caso o autor enfatiza o que seria a regra ("muchas vezes"), sendo as demais situações meras exceções. Ademais, mesmo no caso de ter

[257] Apesar de citar outros pesquisadores e artigos, tendo em vista o peso e a dedicação exclusiva dos autores aos temas, bem como o fato de visarem responder diretamente a algumas das críticas acima, privilegiei abaixo trechos contidos em Dourojeanni e Jorge-Pádua (2001, p.176 a 213) e Dourojeanni (2001, p.73 a 87)

[258] Neste item, com exceção deste e dos próximos três ou quatro parágrafos, optei por não fazer uma análise lingüística que fosse na direção sugerida por Ducrot e Koch. Contudo, mesmo não esmiuçando as implicações de seu uso, enumero abaixo (em negrito) alguns operadores argumentativos retirados de trechos de apenas 10 citações reproduzidas neste item: **bem** demonstrado; **forte** efeito; exemplo **recente**; impacto **muito** significativo; **inúmero**s trabalhos; casos **mais** desastrosos; visita **recente**; **grande** número; correlação **altamente** significativa; evidências **claras**; impacto **bastante** evidente; é **patente** o conflito; é **bastante** claro que; g**ravement**e impactada; sofreu **graves** problemas; em **muitos** casos; um dos **melhores** exemplos; pesquisas **detalhadas**; a **maior** parte; algo **surpreendente**; um **grande** número; atacou **fortemente**; fatores **mais** importantes; **muitas** vezes; em **certa**s situações; provocou **séria** deterioração; são **relevantes** os trabalhos; **vários** estudos; em **muitos** casos; **muitos** estudos **recentes** apontam; estudos **recentes**; pesquisas **sérias**; são **contundentes**; hay **miles** de opiniones; **más** probable; **absolutamente**, não é verdade; problemas **amplamente** documentados.

havido problemas, estes não teriam "gerado **grandes** conflitos". Traduzindo o argumento de Dourojeanni: a criação de UCs não gerou conflitos relevantes; todo esforço possível foi empregado para evitá-los; e, quando ocorreram, na maioria das vezes resolveu-se a situação da melhor forma possível.

Outra possibilidade de contornar a acusação advinda dos exemplos trazidos por Arruda, Santilli, Azevedo etc., é enfatizar a proporção menor de casos como os que eles apresentam. Seguindo esta linha argumentativa, Dourojeanni e Jorge-Pádua (2001, p.200), ao citarem "a afirmação, **completamente** gratuita, de que autoridades têm usado (...) a força para expelir as populações locais das UCs de uso indireto", a rebatem comentando que tal afirmação, apesar

> de **discutível no caso africano**, não guarda relação alguma com a realidade da América Latina e do Caribe, onde **a grande maioria das áreas** estritamente protegidas foi escolhida para evitar conflitos com as populações indígenas e tradicionais. **Os conflitos, se existem**, são **em sua maioria** artificialmente criados **o ampliados** por partes interessadas (...). É óbvio que a mera existência de uma área protegida pode gerar conflitos (...). Porém, **a maior parte desses conflitos** é **grosseiramente exagerada** na literatura, que se baseia na argumentação de entrevistas, **freqüentemente tendenciosas**, com a população *a priori* classificada com afetada.

Reparem que agora os autores já admitem a possibilidade de haver conflitos (embora a coloquem em suspensão através do aposto "se existem"), porém, logo depois ressaltam o que seria a regra geral (presente nas frases "a grande maioria das áreas" e "a maior parte desses conflitos"). Como casos africanos parecem ser abundantes e difíceis de ser simplesmente negados, sugerem que o uso da força neste continente seria, ao menos, "discutível". Mas nem aí dão o braço a torcer, pois "discutível" é algo a ser comprovado. Por fim, o contra-ataque vem novamente através dos operadores argumentativos "completamente", "grosseiramente" e "freqüentemente". O primeiro visa apontar o aspecto infundado (sentido de "gratuito" no texto) de uma "afirmação" citada (uso da "força para expelir as populações locais de UCs"); o segundo reforça a idéia de que haveria um "exagero" na identificação de eventuais "conflitos"; já o terceiro visa atacar diretamente os atacantes ao potencializar o efeito da avaliação de que a "argumentação" das "partes interessadas", mais do que gratuita, seria "tendenciosa" devido ao fato de se basear em entrevistas com pessoas diretamente envolvidas.

Há também um tipo específico de argumento com forte capacidade de persuasão: alegar que os procedimentos empregados seguiram "critérios científicos". Fany Ricardo e Valéria Macedo (2004, p.109), ao entrevistarem Maria Tereza Pádua (que, já vimos, esteve à frente da criação de UCs durante 14 anos), perguntaram a ela em certo momento: "quais os critérios que fundamentam a criação de uma UC de proteção integral? Por que há tantos casos de criação de UCs desse tipo em regiões sabidamente ocupadas por grupos indígenas ou outras populações?". Ao responder, sua primeira frase foi: "os critérios devem ser científicos em termos de seleção de prioridades de criação de UCs pelo Poder Público, pois interessam à

nação, bem como a toda a humanidade". Como as entrevistadoras fizeram duas perguntas, a entrevistada escolheu a primeira para começar sua resposta, visto que a segunda é, no mínimo, mais espinhosa (após um parágrafo e meio direcionado a primeira indagação, ela reserva os próximos seis para falar sobre a segunda). Em seguida, Ricardo e Fany (p.110) pedem à entrevistada que "comente a relação entre pesquisa científica e criação de UCs de proteção Integral como estratégia de conservação da biodiversidade", abrindo com isso caminho para que ela possa entrar em um terreno mais confortável, pois domina muito bem o assunto:

> **todas** ou a **grande maioria** das UCs (sempre **existem exceções** provocadas por decisões políticas) foram **criadas com base em exaustivas pesquisas científicas** no terreno, por décadas. Antes o IBDF ou a Sema, como agora o Ibama, **utilizam** para esse fim **todo o conhecimento acumulado** nas universidades nacionais e no exterior para justificar a criação de novas áreas protegidas. Recentemente, os **famosos *worshops*** realizados em todos os biomas, **reunindo centenas de cientistas**, demonstraram as prioridades e lacunas para o estabelecimento de UCs de proteção integral.

Apesar de inicialmente aceitar que "existem exceções", o uso da conjunção "ou" sugere uma equivalência entre "todas" e "a grande maioria". Como o que importa é a regra geral, tais "exceções" seriam mero detalhe. Por outro lado, além de adotar a tática de ressaltar "exceção e regra" (a primeira, "provocada por decisões políticas" e a segunda, orientada por "pesquisas científicas"), Maria Tereza Pádua se vale de "exaustivas pesquisas científicas", "todo conhecimento acumulado nas universidades nacionais e no exterior", "famosos worshops" e "centenas de cientistas". Ora, no mínimo, será mais difícil agora se opor a tudo isso junto.

Uma manobra evasiva que pode ser adotada quando se está sob forte ataque é seguir novamente Schopenhauer (1997, p.160) e seus "estratagemas dialéticos": quando não se quer responder diretamente uma questão e, de quebra, neutralizá-la, abre-se uma tangente, um "desvio" contrapondo-a a um caso, situação ou fato alternativo ao que está sendo debatido. Vejamos dois exemplos em que isso ocorre. Milano (2001, p.29) alega que

> é **evidentemente** errônea a interpretação que tem sido dada à questão de eventuais disputas, que nem deveriam ocorrer, entre interesses *conservacionistas* da criação de unidades de conservação e populações locais. **Pessoas e comunidades de todas as origens e índoles são sistematicamente deslocadas de suas terras originais** (...) **em razão** de grandes e destrutivos (em todos os sentidos) empreendimentos econômicos, como é o caso **da construção de represas ou** implementação de **pólos industriais sem que reações equivalentes** da intelectualidade do movimento de 'minha terra virou parque' sejam esboçadas.

Estratégia parecida é adotada em dois momentos por Dourojeanni e Jorge-Pádua:

> é válida a pergunta: **por que não** invadem terras subutilizadas de fazendas, como até agora faz o MST? Sob o critério de serem donos de tudo, bem poderiam reclamar terras nas capitais dos estados, onde se supõe que eram seus territórios, digamos São Paulo ou Rio de Janeiro, como o fizeram os índios que reclamaram Manhattam, mas que, ao contrário, nunca invadiram parques dos Estados Unidos. É difícil entender que **se aceita a idéia** de se manter e financiar museus, em geral para benefício da elite social da América Latina, **enquanto se dá a entender** que os parques não têm futuro porque 'os pobres do meio rural necessitam dos seus recursos'. Os museus têm guardas armados defendendo-os dia e noite contra incursões dos pobres urbanos... **por que isto é tão impensável** em um parque? (*op. cit*. p.147 e p.197).

Se não ficarmos atentos, este tipo de proposição paralela pode nos distrair e desviar a atenção para outro tema. Sobre esta tática de "desvio", comenta Schopenhauer (1997, p.160): "se percebemos que vamos ser derrotados, recorremos a um desvio, isto é, começamos de repente a falar de algo totalmente diferente, como se fosse pertinente à questão e constituísse um argumento contra o adversário". Notem, nos dois casos os autores **deslocam** o debate sobre conflitos entre "interesses *conservacionistas* (...) e populações locais" (cuja "interpretação errônea", aliás, é reforçada pelo operador "evidentemente") e sobre a necessidade de retirar "comunidades e pessoas" para criação de UCs.

Milano desloca nossa atenção para a questão da "construção de represas" e "pólos industriais". Porém, se "pessoas e comunidades de **todas** as origens e índoles ["todas" tendo a função de horizontalizar diferenças sociais] são sistematicamente deslocadas de suas terras (...) em razão de grandes e destrutivos empreendimentos econômicos", isso não significa que esta prática seja, em si, desejável, pois uma coisa não valida nem anula automaticamente a outra. Embora ambas tenham algo em comum (levam pessoas a se "deslocar de suas terras"), estamos diante de casos distintos, pois a construção de represas e pólos industriais segue lógica, possui objetivos e desempenha funções bem diferentes das motivações que levam à criação de UCs. Aliás, em termos de conservação, diria até mesmo que seguem lógica contrária, pois muitas destas são criadas justamente como medida mitigadora dos impactos causados por aquelas[259].

O mesmo ocorre no caso da associação de Dourojeanni e Jorge-Pádua entre "museus" e "parques". O desvio proposto fica explícito na pergunta "por que não invadem"; mas, também, quando sustentam que se estaria adotando algo como dois pesos e duas medidas ao afirmar que, por um lado, "é difícil entender que se aceita a idéia..." e, por outro, "enquanto se dá a entender que...". Por fim, ao citar o exemplo dos museus, os autores tentam colar e associar este espaço aos parques visando legitimar eventuais ações de "guardas armados" nestes últimos não para evitar "incursões dos pobres urbanos", mas, por inferência homóloga, para impedir "incursões dos pobres rurais". Ora, ainda que uma proximidade possa ser estabelecida (afinal, ambos são criados para conservar alguma coisa, seja evidências materiais de uma cultura, seja amostras representativas da biodiversidade), museus e parques, assim como represas e UCs, são duas coisas bem distintas (sem falar que "guardas armados" não protegem museus só "contra incursões dos pobres urbanos", como vimos no recente assalto ao Museu do MASP[260]).

---

[259] Apesar de, no capítulo seis, constarem outras contra-argumentação ao que sugere Milano, um geógrafo que entrevistei, percebendo esta diferença, fez ainda o seguinte comentário: "acontece também que a instalação de hidrelétricas e outros empreendimentos exigem medidas ambientais compensatórias. E essa compensação pode ser a criação de uma área protegida onde justamente também vivem pessoas. Então, aí há uma dupla exclusão. Isso já vimos acontecer".

[260] O fato foi amplamente divulgado. Segundo noticiou O Globo (15/02/2008) sobre o roubo no Masp do "Lavrador de Café" (Portinari) e "Retrato de Suzane Bloch" (Picasso): "o terceiro suspeito é de classe média e

Outro ponto em disputa (ácida disputa, aliás, que infelizmente não foi possível tocar a fundo aqui) refere-se à questão da anterioridade, isso é, de quem teria "chegado primeiro": populações tradicionais teriam se instalado antes na área ou as UCs teriam sido criadas antes delas chegarem ao local? A despeito das possíveis respostas, realçar um ou outra possibilidade confere grande legitimidade à argumentação. Vejamos primeiro o que dizem Dourojeanni e Jorge-Pádua (2001, p.133), os quais alegam que, especificamente

> em relação aos problemas indígenas em UCs (...), muitas UCs, por exemplo as estabelecidas na Amazônia, **foram cuidadosamente escrutinadas** para se detectar presença humana no momento de seu estabelecimento. **Mesmo que seja possível que em alguns casos** este exame prévio não tenha sido suficientemente estrito, **na maioria dos casos** há **evidência de que não existiam populações na área** e **muito poucas** nas proximidades.

Apesar de reconhecerem que pode ter havido equívocos (presente na frase "mesmo que seja possível que em alguns casos"), estes não seriam representativos face à visão geral do processo, pois o que importa para os autores é que "na maioria dos casos (...) não existiam populações" quando da criação de UCs (as quais, aliás, "foram cuidadosamente escrutinadas"). Mas o que quero marcar neste trecho é que ele nos leva a uma manobra comum usada para frear o poder de denúncias de ações demasiadamente coercitivas ligadas à criação de UCs: quando se está sobre forte ataque, a melhor saída pode ser devolver a acusação. Assim, pelo que é dito, podemos concluir que: se "há evidência de que não existiam populações na área", isto significa, por conseguinte, que estas últimas teriam chegado na área depois dela virar UC.

Se trata novamente do já citado "estratagema dialético" schopenhaueriano "*retorsio argumenti*", isto é, "remeter de volta o argumento do inimigo". Ao invés de dirigir a resposta às acusações que vimos feitas contra o processo de criação de UCs, imputa-se às populações tradicionais a responsabilidade de terem sido elas que as "invadiram". Com isto, há nova inversão, nova virada de mesa e o jogo muda de figura com acusados passando a acusadores. Como efeito prático, neutraliza-s, em parte, o argumento de que se teria usado de violência ou que ações repressoras teriam desencadeado efeitos sociais "perversos", pois, se UCs já existiam antes da chegada de populações indígenas ou tradicionais, perde força a alegação de que elas teriam sido negativamente atingidas pela sua criação, afinal, foram elas que teriam se colocado na situação em que se encontram.

Valendo-se deste artifício, Olmos *et. alli* (2001, p.293 a p.297) fazem uma reconstrução histórica de lugares e datas por onde teriam passado grupos Guarani com o intuito de comprovar que, no caso das UCs onde vivem atualmente, teriam chegado **depois** da sua criação. São vários os exemplos citados e reproduzirei apenas um:

---

tinha programa de TV em Goiás, tinha um perfil diferente dos outros dois criminosos, filho de fazendeiro e de uma advogada que mora em um bairro nobre de Brasília".

> uma das áreas recentemente ocupadas pelos Guarani foi o Parque Nacional de Superagui, no Paraná. Segundo o IBAMA, índios vindos do Rio Grande do sul e Santa Catarina teriam sido transportados pela FUNAI para lá em 1992 (Gazeta do Paraná 19/11/2000). **O fato é que não havia nenhuma ocupação indígena da área quando da criação do parque, e aliás muito tempo antes disso**.

Seguindo esta linha de ataque (ou melhor, de contra-ataque), Olmos *et. alli* (2001, p.292) carregam sua munição novamente através de exemplos em que esta "invasão" teria ocorrido: "em 19 de agosto de 1999, 300 Pataxós **invadiram** a sede do Parque Nacional Monte Pascoal, **expulsando** os funcionários do IBAMA à força". Dourojeanni e Jorge-Pádua (2001, p.134 e p.147), por sua vez, adotam mesma tática ao comentar que

> indígenas contatados há pouco tempo (...) motivados ou empurrados por pessoas externas, têm protagonizado, especialmente no Brasil, **ações espetaculares de 'reconquista'** de seus territórios, **ocupando violentamente** algumas UCs (...). Como explicado, indígenas não completamente assimilados pela sociedade moderna são empurrados sobre as UCs e, quanto menos assimilados estão, preferem entrar nas UCs de uso indireto, pois nelas não há populações. Indígenas, sempre assessorados por não **indígenas, começaram a reclamar essencialmente as terras das UCs** de uso indireto, entre elas o Monte Pascoal, o Araguaia (**belicosamente invadidos**), Ilha do Cardoso, Intervales e Turvo, entre outros.

Novamente, tal como diz a epígrafe do item 4.4, "se a bala vier no meio, há! *fazemo* a bala voltar". Agora quem age "violentamente" não são autoridades ligadas às políticas de criação de UCs, mas "indígenas" que estariam "expulsando funcionários" e "invadindo", "belicosamente", várias UCs[261]. Ao que então surgem mais uma vez os exemplos (Monte Pascoal, Araguaia, Intervales, Ilha do Cardoso e Turvo) como artifício para fortalecer o que é dito. O efeito principal será a mudança do foco da discussão, pois Olmos *et. alli* dão a ela outra direção e conotação. Em todo caso, eles devem ficar atentos, pois certamente nova investida virá em breve contra-atacando sua inversão.

Para finalizar, gostaria de ressaltar que, ao identificar técnicas discursivas acionadas por cientistas quando imersos na controvérsia em questão, não estou sugerindo que não devam ser adotadas, afinal, tanto trazer exemplos e estudos de caso, apresentar dados, fatos e informações, fazer referência a autores e estudos científicos e abordar uma questão de modo distinto faz parte do *modus operandi* de qualquer cientista. Ademais, criticar tal prática seria como criticar o que eu mesmo venho fazendo até aqui. Minha intenção se resumiu a descrever o modo como este tipo de procedimento surge quando cientistas escrevem sobre nosso "tema quente" e, também, mostrar que o que é dito em publicações científicas têm a capacidade de produzir "efeitos de verdade" ao transformar argumentos, teses ou hipóteses em artefatos discursivos, os quais são apropriados e usados de diferentes formas pelos seus colegas.

[261] Como poderão notar, o sexto capítulo traz diversos trechos de depoimentos de entrevistados em que são feitas afirmações semelhantes às de Olmos *et. alli*, Dourojeanni e Jorge-Pádua.

SEGUNDA PARTE

Fragmentos do universo intersubjetivo nativo

Capítulo V

Um pequeno caderno de histórias e memórias

> Se o leitor quiser, este pode ser um [capítulo] com [27] histórias independentes girando sempre em torno de um mesmo tema (...). Mas, se o leitor também quiser, este pode ser uma espécie de (...) romance desmontável onde essas [27] peças talvez possam completar-se, esclarecer-se, ampliar-se ou remeter-se de muitas maneiras umas às outras para formar uma espécie de todo aparentemente fragmentado, mas de algum modo, suponho, completo.
>
> Caio Fernando Abreu (1988)[262].

Como comentei no capítulo um, a biografia dos entrevistados constitui parte da própria história do debate sobre populações locais e áreas protegidas. Além de vivenciarem este processo, suas lutas, controvérsias, enfim, sua transformação em problema social significativo tanto para *policy maker* e cientistas como para as próprias populações locais, as pessoas com quem conversei têm sido, ao mesmo tempo, testemunhas vivas e participantes ativas de diversos episódios que marcaram a construção deste tema. O que significa que a oportunidade de escutar histórias de vida de alguns destes protagonistas permitiu acessar universos sociais e contextos institucionais bem diversificados. Ao recontar e reinventar suas trajetórias trazendo-as para o momento presente, indiretamente meus interlocutores historicizaram, a partir de sua leitura pessoal, o processo de constituição de estratégias de preservação ambiental no Brasil, bem como seus desdobramentos sociais e políticos nos últimos 30 anos. Do mesmo modo, ainda que não intencionalmente, seus relatos, mais do que descrever, ressignificam e ajudam a fabricar uma discussão intelectual e política extremamente controvertida.

Porém, já adianto que não irei resgatar aqui a "história" do debate sobre populações locais e áreas protegidas através das trajetórias narradas. O que trago à tona, a partir dos depoimentos que me foram dados, são eventos, experiências e pessoas com as quais os entrevistados se depararam e se relacionaram ao longo de suas vidas profissionais, bem como as inúmeras vias de acesso à temática ambiental geral e os diferentes caminhos que os levaram a entrar neste debate. Portanto, não me preocupei em reconstruir nem uma história ambiental nem uma história das controvérsias levadas a cabo por cientistas sobre nosso "tema quente".

Da mesma forma, não utilizei o material recolhido como pano de fundo para desvendar diferentes "identidades narrativas" ou, ainda, como "um *corpus* de relatos expressivos" que me permitisse "discutir as condições de produção e configuração dos sentidos do ambiental"

[262] Retirado do livro de contos "*Os dragões não conhecem o paraíso*". O termo e o número entre colchetes foram alterados do original, sendo estes, respectivamente, "livro" e "13".

(Carvalho, 2001, p.24), o que quer dizer que segui caminho diferente do trilhado por esta autora. Ao contrário, minha intenção foi misturar e entrelaçar várias narrativas diferentes cujos pontos de contato, quando houve, foram fracos e eventuais. Assim, se há alguma história por trás do texto que montei, ela é justamente a história deste entrelaçamento (sendo este o motivo que me levou a chamar o presente capítulo de "um pequeno caderno de histórias e memórias").

Por outro lado, apesar dos pontos de vista sustentados pelos entrevistados no próximo capítulo possuírem íntima relação com suas experiências passadas e com os lugares onde estiveram, procurei não associar suas trajetórias às avaliações contidas neste mesmo capítulo. Tentar estabelecer essa correlação me pareceu demasiadamente determinista e simplificadora. Assim, mas sem ignorar o fato de que experiências de vida encontram-se fortemente ligadas à diversidade de "visões" e "posições" sobre nosso "tema quente", não busquei encontrar explicações para elas nas suas trajetórias e, muito menos, acionar, analiticamente, esquemas dicotômicos e oposições que mobilizam a atenção e à atuação dos sujeitos da pesquisa.

Da mesma forma, mesmo sabendo que a construção de um texto qualquer, seja mais descritivo, narrativo ou analítico supõe alguém que fala a partir de referências e experiências pessoais, ou seja, não é possível produzir um texto fora do contexto-momento vivido por aquele que escreve, ao contrário da primeira parte da tese, evitei ao máximo fazer qualquer tipo de "análise de conteúdo". E aqui me afasto novamente da perspectiva adotada por Isabel Carvalho (2001, p.22), a qual realizou estudo já clássico sobre "narrativas e trajetórias de educadores ambientais". Ao contrário da autora, que optou "pela **análise** do campo [ambiental] e das trajetórias" das pessoas que entrevistou, não busquei, nos próximos dois capítulos, "discutir o jogo de interpretações no qual se produzem os sentidos" (*op. cit.* p.15) sobre o debate político-científico envolvendo o tema das populações locais e áreas protegidas.

Também não me senti em condições de identificar, nas falas dos entrevistados, o que Isabel Carvalho (2001, p.81) chamou de "três vértices" que condicionam nossas experiências: "o lance de sorte do destino, os fatores determinantes do contexto que tornam isso possível e a ação intencionada do sujeito" (o que, importante dizer, Carvalho também não fez). Entendo que proceder deste modo seria aviltar a riqueza múltipla e indissociável das histórias narradas. Mas isso não significa que acaso, contexto e intencionalidade não estejam presentes, pois, como no estudo da autora, muitas vezes os próprios entrevistados indicaram quando tais elementos influenciaram suas trajetórias.

De fato, este procedimento ficou explícito em comentários do tipo: "desde muito garotinha acho que inconscientemente queria trabalhar com isso"; "acho que a gente carrega um pouco essa coisa da estrutura da família"; "então isso vem do meu pai e da minha mãe"; "acho que desde essa época sempre se desenvolveu uma certa curiosidade"; "aí já deve ter

alguma coisa, ter sido criado num lugar e acabar me interessando por ambientes diferentes daquele em que cresci"; "tentei me adaptar às novas circunstâncias"; "identifico em parte essas discussões que me interessam hoje (...) um pouco por causa da minha trajetória de vida antes de qualquer vinculação acadêmica"; "esse componente (...) penso que é importante e tem fortes vinculações porque depois vou retrabalhar isso com uma outra visão"; "são essas coisas que você não escolhe, o contexto e o percurso vai te levando e, claro, você vai escolhendo na medida da possibilidade de escolha"; "entendi que era por aí meu caminho"; "então resolvi ir atrás dos meus interesses e não necessariamente do meu talento"; "aí pensei: 'há! tô querendo não ver, mas está na minha cara o tempo todo que é disso que eu gosto'"; "falei: 'não é isso que eu quero, imagina, não é absolutamente isso o que quero'"; "nunca pensei que pudesse ser outra coisa e nunca vi outra possibilidade"; "esse foi um *turn point* decisivo, pinta esse concurso pra monitoria (...) e foi uma experiência definidora"; "terminou o curso, mas aprendi uma das coisas que queria fazer"; "você tem que me colocar nesse contexto"; "vê como meu percurso é acidental?"; "mas esses movimentos vão ser minhas referências"; "acho que esses elementos são fundamentais pro que faço hoje"; "estava sacando isso de maneira muito intuitiva"; "bom, isso tem algum eco hoje em dia"; "são aquelas coisas meio do acaso"; "por alguma razão, que não sei te explicar qual é, por alguma reflexão interna minha que não teve nada que ver com nada, não tinha nenhuma influência familiar ou qualquer outra"; "foi uma coisa assim meio contingente"; "a gente tem que ter um pouco de sorte na vida"; "acho que isso tem a ver com minha formação, que é extremamente híbrida e atípica"; "é uma trajetória pessoal, familiar e de formação". Como irão notar, frases como estas permeiam as narrativas apresentadas ao longo de todo este capítulo.

Mais uma vez me distanciando de Isabel Carvalho, optei por não situar a ambiência histórica a qual os entrevistados eventualmente se referiram, o que, por sua vez, significa que não trouxe informações externas ao conteúdo dos trechos recortados. Isto porque, em primeiro lugar, estamos diante de um universo social distinto do estudado por Carvalho, visto que no seu caso havia maior "identidade narrativa" devido ao fato dos sujeitos da pesquisa serem todos "educadores ambientais". Já para mim, considerando o perfil profissional heterogêneo dos entrevistados, proceder desta forma exigiria um esforço hercúleo para me apropriar de um número mínimo de informações que permitisse situar e contextualizar historicamente suas falas. Além de não ter tal competência no momento, não havia tempo disponível nem espaço na tese para tanto. Essa percepção me levou a privilegiar, dentro das limitadas possibilidades de um pesquisador que não conhecia a maioria das pessoas com quem falou, fragmentos de suas falas que, do meu ponto de vista, representassem a complexidade histórica dos processos vinculados ao tema das populações locais e áreas protegidas.

Um segundo aspecto que me levou a adotar esta opção tem a ver com a discussão crítica feita por Márcio Goldman (2006, p.147) acerca do modo como recriou o "contexto histórico" que cercava seu campo de estudo sobre movimentos afroculturais em Ilhéus. Como no meu caso não via possibilidade de "integrar" tal contexto histórico à narrativa recheando-a com informações alienígenas aos fragmentos de depoimentos que recolhi (montando uma espécie de "pano de fundo" para algum tipo de análise das trajetórias) sem que, com isso, terminasse desconsiderando ou mesmo passando por cima do ponto de vista dos entrevistados sobre este mesmo contexto, simplesmente abri mão deste tipo de exercício retrospectivo.

Por fim, em terceiro lugar, percebi que tal contextualização enfraqueceria o efeito contrastivo que pretendi conferir ao texto (que, como veremos a seguir, foi meu principal objetivo). Nesse sentido, não me interessei tanto pelo conteúdo dos depoimentos, mas pela diversidade singular destes mesmos conteúdos que, justapostos, por contraste mostram a multiplicidade das experiências vividas. Como resultado desta opção, o leitor talvez não tenha, no momento da leitura, informações precisas sobre certos eventos, fatos e pessoas citadas. Porém, como disse, não me importei em ligar tais eventos, fatos e pessoas a uma "história" mais ampla, mas, sim, explicitar o modo como perceberam e avaliaram sua própria atuação e participação. E foi com este intuito que, para evitar a perda de parte do contexto discursivo circunstancial devido ao fato de lidar com fragmentos de depoimentos, optei por incluir citações relativamente longas.

Por outro lado, tratei o que me foi relatado como escolhas feitas pelos entrevistados a partir daquilo que lhes estava potencialmente disponível na memória num certo momento-contexto. Como notou Carvalho (2001, p.125), "o relato autobiográfico certamente está fundado numa memória seletiva, em que as experiências traduzidas como a origem do envolvimento com o ambiental são selecionadas pelo narrador". Aspecto este que, aliás, se levarmos em conta a afirmação de Goldamn (2006, p.157) de que "os mesmos eventos, narrados por agentes ou simples espectadores distintos, aparecem sob luzes e até com conteúdos bastante diferentes", reforça minha opção por intercalar fragmentos de depoimentos da forma como o fiz aqui (o que vale, igualmente, para o sexto capítulo, pois veremos que os entrevistados puseram "luzes" distintas, ou seja, deram ênfases distintas a eventos e conteúdos que, se não eram os mesmos, eram muito semelhantes ou possuíam forte correspondência).

Ademais, algumas pessoas notaram o caráter situacional e momentâneo de seus relatos. Sobre a busca consciente por lembranças, por exemplo, uma entrevistada falou para si mesma logo no início da entrevista: "vamos ver por onde a gente começa!". Já outra interrompeu o raciocínio que vinha desenvolvendo para dizer: "deixa ver como eu vou colocar isso". Uma terceira começou seu depoimento dizendo: "vou então contar um pouquinho como fui parar

aí"; para, logo em seguida admitir: "acho que foi uma contingência, assim, de trajetória, de oportunidade, uma coisa meio pessoal"; e, por fim, concluir: "acho que vou contar isso".

Além disso, como há espaço para flexibilizar o que escolheram contar (no sentido de alterar ou relativizar), alguns entrevistados modificaram o rumo de seus depoimentos, como no caso de um pesquisador que, em certo momento, disse: "olha só. Não. É tudo... não. Vou até recolocar a questão". Da mesma forma, não se pode esquecer que há sempre a possibilidade do entrevistador interferir no que vinha sendo relatado. Embora o trecho abaixo não se refira a sua trajetória, a reação de uma antropóloga a alguns comentários meus ligados à discussão sobre populações tradicionais ilustra esta possibilidade: "agora, isso que você falou, estou aqui pensando... a sua pergunta... agora tenho que pensar... porque tenho que pensar sobre isso... agora estou raciocinando sobre tudo o que disse antes... Não sei como resolver isso não".

É claro que se trata de histórias e memórias que atualizam momentos, eventos e fatos em alguma medida vinculados às experiências passadas das próprias pessoas. Afinal, citando novamente Carvalho (2001, p.111), a estrutura do relato biográfico subentende que "o sujeito que narra injeta uma linha de sentido desde o presente (...) em direção ao passado, conectando-os e, assim, identificando as raízes remotas do que aconteceu depois. É nessa reconfiguração da experiência à luz dos entrecruzamentos do tempo vivido e rememorado que os entrevistados se situam como ativos construtores de suas biografias pessoais". Aliás, sobre esta "injeção de sentido em direção ao passado", também aqui entrevistados perceberam este aspecto. Um antropólogo, por exemplo, logo no início de seu depoimento admitiu: "bem, a minha trajetória, se pensada de onde eu estou agora..."; o mesmo ocorreu com outro um geógrafo que ponderou: "bom, na verdade, essa coisa de trajetória é sempre uma leitura que está sendo feita agora, né! Então, se trata de pensar como pensava algum tempo atrás falando a partir de agora".

Assim, baseando-me no fato de que se trata de escolhas temporal e contextualmente situadas, busquei fugir de uma narrativa explicativa no estilo: "Marcos, por ter passado por isso e aquilo e ter sido influenciado por determinado contexto, teve essa e aquela reação" (embora admita que esta não foi uma tarefa fácil e que, provavelmente, não pude executar sem que deslizes ocorressem). Tentando conservar a protagonismo do observador (neste caso, do entrevistado) que, ao exteriorizar e atualizar pontos de vista sobre sua própria história de vida, seleciona fatos, eventos e pessoas de modo a construir ele próprio sua narrativa como objeto presentificado, dispus os depoimentos como se os próprios autores estivessem se auto-analisando e interpretando suas respectivas trajetórias.

Considerando que, ao reconstruírem distintas situações sociais, cada entrevistado as construiu a partir de uma estética narrativa particular (um modo próprio de contar sua história), preferi montar uma estrutura textual que deixasse explícito o fato de que quem identificou

fatos, descreveu eventos e se referiu a certas pessoas (correlacionando tais fatos, eventos e pessoas com esta ou aquela experiência) foram as próprias pessoas com quem conversei. Afinal, há uma grande diferença em dizer: "a sensibilização de Marcos para com problemas ambientais se deu através da sua participação nos movimentos contraculturais pós-1968" e "Marcos expôs o fato de que seu contato com movimentos contraculturais pós-1968 teria sido importante para 'sua sensibilização' em relação a determinados problemas ambientais". Como se pode notar nas frases acima, visando demarcar esta diferença narrativa, optei por utilizar no texto verbos no pretérito perfeito ou, ainda, no futuro do pretérito ou futuro do pretérito composto para, com isso, reforçar o fato de que se trata de depoimentos vinculados a um momento-contexto específico. Assim, seguindo com nosso personagem fictício, ao invés de dizer "Marcus sustenta que a caça feita pelos Pataxó é predatória" (dando, com isso, a conotação de uma posição absoluta e imutável), preferi escrever "Marcus sustentou que a caça feita pelos Pataxó seria predatória". Além de reportar o leitor ao instante-situação da entrevista, colocar os tempos verbais deste modo abre a possibilidade para que determinado ponto de vista venha a ser, eventualmente, modificado ou relativizado no futuro.

Como disse, organizei os episódios descritos realçando o contraste entre as narrativas. Assim, justapus, entrelaçando-os a todo momento, depoimentos que dissessem respeito aos percursos pessoais e profissionais dos entrevistados de modo que a multiplicidade e a singularidade aí presentes ficassem explícitas. Ao colocar lado a lado trechos de depoimentos que recolhi, procurei fazer com que as trilhas que levam pesquisadores a se inserir nos debates sobre questões ambientais em geral e sobre áreas protegidas e populações locais em particular se confundissem e se entrecruzassem a todo instante. Como bem notou meu orientador, ao ler e comentar uma primeira versão deste capítulo, não privilegiei cada trajetória individual, mas, ao contrário, as misturei de modo que o leitor pudesse, ele próprio, reconstruir e recompor individualidades presentes no texto. Ao segmentar os depoimentos, isso teve como efeito ampliar a diversidade dos possíveis percursos e vivências narrados, visto que quem estiver lendo poderá vizualizar várias outras combinações destes mesmos percursos e vivências.

Como conseqüência, por vezes a leitura poderá gerar certa confusão sobre a trajetória vivida por cada pesquisador em particular. Porém, esse efeito perturbador foi proposital e tem direta relação com a epígrafe de Caio Fernando Abreu[263]. Como este contista, vejo dois modos de ler este capítulo. No primeiro, "se o leitor quiser, este pode ser um texto com 27 histórias independentes girando sempre em torno de um mesmo tema" (que, no caso, diz respeito à problemática ambiental). Já o segundo modo (meu preferido), "se o leitor também quiser, este

[263] E, ainda que metaforicamente, com "Las agujas de um reloj", de Daniel Viglietti (ver epígrafe que abre a tese).

pode ser uma espécie de (...) texto desmontável onde essas 27 peças talvez possam completar-se, esclarecer-se, ampliar-se ou remeter-se de muitas maneiras umas às outras para formar uma espécie de todo aparentemente fragmentado, mas de algum modo, suponho, completo". Visto que o universo das pessoas envolvidas é extremamente amplo, esta opção deixa claro que inúmeros emaranhados narrativos contendo distintas trajetórias poderiam ter sido montados.

Estou ciente de que o texto apresentado a seguir se situa dentro dos limites das ambigüidades que compõem, por um lado, escolhas que eu próprio fiz e, por outro, escolhas que as pessoas fizeram em suas narrativas. Como salientou Penafria, em "O ponto de vista no filme documentário" (2001, p.3), "cada seleção que se faz é a expressão de um ponto de vista", quer estejamos ou não conscientes disso, ou seja, cada trecho que selecionei, recortei e colei também diz respeito às minhas próprias subjetividades. Assim, a sucessão e combinação de trechos e citações seguiram uma linha orientadora que, de fato, foi sugerida por mim. Porém, como em um documentário etnográfico, procurei dar ao texto a forma de uma narrativa em que meu papel foi menos o de analista e mais o de montador e editor, sendo que, embora trançado pelas mãos de um costureiro que procura colocar ordem e coerência nos fragmentos de tecido que estão a sua frente, espero ter conseguido imprimir um estilo polifônico ao texto.

Da mesma forma, tal como sugere Lahire (2004, p.IX), não tentei "extrair deduções de análises de práticas particulares (familiares, profissionais, culturais...) das disposições, atitudes ou relações gerais com o mundo, supostamente transferíveis de um contexto ao outro". E se, como vimos com Amorim (2004, p.108), terminei "construindo sistema ali onde só havia indicações fragmentárias", este sistema se caracteriza pela multiplicidade nativa das possíveis trilhas seguidas. Acompanhando comentário de Cláudia Fonseca (1995, p.190) sobre seu documentário etnográfico envolvendo a "circulação de crianças entre famílias das classes trabalhadoras", selecionei "os atos e palavras mais ilustrativos, mas, em geral, acab[ei] produzindo um texto onde a individualidade das personagens se dilui na multiplicação de depoimentos". Portanto, se os trechos selecionados nos trazem sensibilidades, disposições e idiossincrasias próprias das pessoas com quem conversei, ao mesmo tempo, a permanente sobreposição fragmentada destes relatos contribui para diluir tais especificidades individuais.

Por fim, apenas uma rápida palavrinha sobre o modo como organizei os tópicos deste capítulo. Quando pedia para meus interlocutores contarem um pouco de suas trajetórias, a única indicação que fazia era que procurassem estabelecer vínculos entre suas experiências e a maneira como a problemática ambiental e, mais especificamente, a questão das áreas protegidas e populações locais foram surgindo e tomando espaço (como tema) em suas vidas. E, como os deixei relativamente livres para construir suas narrativas, estes escolheram iniciá-las em momentos bem distintos, isto é, os pontos de partida, as idas e vindas, as quebras e

resgates de sentido, bem como as conexões e correlações variaram muito de pessoa para pessoa. No caso dos pontos de partida escolhidos, por exemplo, enquanto uns se remeteram a experiências da infância e pré-adolescência para estabelece elos com o debate ambiental, houve aqueles que preferiram iniciar suas narrativas a partir das experiências vividas pouco antes ou pouco depois do início da graduação e outros ainda que optaram por começar relatando eventos pontuais que teriam marcado sua entrada mais direta e/ou consciente nas questões ambientais.

Obviamente, isso não quer dizer que alguns pesquisadores não tivessem histórias para contar ou associações a fazer relacionadas às suas vivências infanto-juvenis, por exemplo, pois provavelmente apenas preferiram, por algum motivo, demarcar outro ponto inicial para seus depoimentos. Como indagou um pesquisador logo após ter-lhe feito alguns esclarecimentos sobre a pesquisa e respondido algumas dúvidas suas: "tá, mas então... eu começo então desde o princípio, desde o meu princípio, é isso o que você quer?". Portanto, apenas registro que houve essa diferença em termos das linhas narrativas construídas. Em todo caso, visando respeitar tais preferências, organizei os tópicos a partir destas diferentes opções, o que me levou a definir, com base nos depoimentos, "cenas" no sentido de cenários ou ambiências gerais onde se situam os relatos das pessoas. Da mesma forma, tentei partir do que me foi dito pelos próprios entrevistados ao apresentar as distintas possibilidades de entrada, vias de acesso e contato com as discussões sobre meio ambiente e, em particular, sobre nosso "tema quente"[264].

Cena 1: Infância e pré-adolescência: algumas reminiscências

Ao pensar sobre suas trajetórias, alguns entrevistados relataram seus primeiros contatos com elementos normalmente associados à certa idéia contemporânea que se tem do que seja natureza. É o caso de Aurora, eng. florestal da terceira geração, ao falar de sua infância:

> sempre tive uma relação muito grande com a natureza, aquela natureza associada ao nosso dia-a-dia, que é mato, bichos, rio, árvores, esse tipo de coisa. Tem gente que conta a história assim: tinha um tio, um avô... Minha família sempre teve uma relação com natureza, sempre gostaram de natureza, mas gostavam dos elementos da natureza. Acho que isso tem também em mim, acho que a gente carrega um pouco essa coisa da estrutura da família. Desde garotinha acho que inconscientemente queria trabalhar com isso. Brinco que desde oito anos tinha um laboratório, que era o paiol no fundo de casa, onde tinha minhas coleções. De acordo uma criança de oito anos, fazia uma série de recortes, recolhia pedras, galhos, folhas. Meu tempo de lazer foi sempre voltado muito pra isso. E à medida que o tempo foi passando aquilo foi ficando mais forte. Tanto é que minha família fala: "nossa, desde os oito anos ela já carregava essas coisas e parava pra ficar olhando pra tudo" *(Aurora - 3º geração - engenheira florestal - 38 anos)*.

Embora enfatizando outros aspectos, situação parecida foi narrada por Florêncio, o qual se considera "uma pessoa de cidade grande, nascido aqui no Rio de Janeiro, família de classe

[264] Como salientei no capítulo um, para que aqueles que seguirem o primeiro caminho sugerido possam fazer conexões entre citações e seus protagonistas, incluí nos "anexos" dados de seus respectivos currículos *lattes*. Com o mesmo objetivo recortei três faixas geracionais: uma primeira em que a formação acadêmica inicial se deu entre os anos sessenta e início da década de 1970; uma segunda cuja formação ocorreu entre meados dos anos setenta e início dos oitenta; e uma terceira que concluiu a graduação após a metade dos anos 1980.

média", mas que tinha, segundo ele, "uma existência dupla". Assim, este biólogo, ainda que morasse "numa casa na zona sul do Rio", se referiu ao fato de que

> minha família tinha uma casa de verão em Teresópolis. Então, enquanto aqui não tinha nenhum contato com a natureza, passava todo verão numa casa que tinha bastante mato em volta e via todo tipo de bicho, insetos, aranhas, cobras. Mamíferos não lembro, mas tinha muitas aves, muita mata e brincava muito com sapo. Cresci muito com isso, acho que desde essa época desenvolvei certa curiosidade, o que é normal. Aliás, alguns dos primeiros contatos com a natureza foram negativos, mas tiveram efeito interessante. Porque quando se é criança é normal, quando se entra em contato com natureza, destruir muito. Uma vez lembro que esmaguei um sapo no canto da piscina com um cabo de vassoura meramente de ficar batendo com o cabo pra brincar com o sapo. Lembro que na época isso me fez sofrer muito, me senti horroroso depois disso. Posso contar outros episódios, mas, enfim *(Florêncio - 3º geração – biólogo – 47 anos)*.

Como no caso de outros entrevistados, Rosa também construiu uma ligação que vinculasse seu "envolvimento com meio ambiente" com aspectos ligados a sua juventude:

> me aproximei disso com uma certa facilidade. Afinal, se estava estudando sociologia da educação, como cheguei a gostar disso? Porque de certa forma fazia parte da geração saúde, gostava de tomar sol, passar o dia em cachoeira, então tinha uma relação afetiva já com natureza. E isso vem desde meu pai que sempre gostou de acampar, era super rigoroso com economia de luz, economia de recurso. Então isso vem já do meu pai e da minha mãe, que sempre me ensinou sobre chás, chá que cura isso e aquilo e o gosto mesmo pela natureza. Além disso, Brasília propicia a desenvolver este gosto. Não era tão ocupada quanto hoje e aí facilmente chegava numa cachoeira, estava no cerrado. Então tinha essa afetividade, vamos dizer, nunca fui ambientalista, nada disso, mas tinha essa afetividade *(Rosa -3º geração – socióloga - 46 anos)*.

Também Licurgo, como Aurora, formado em engenharia florestal, mencionou os contatos que teve, durante sua infância, com elementos clássicos associados a uma natureza que geralmente vinculamos aos espaços rurais:

> nasci num lugar bem pequenininho, não era nem município quando nasci, só um distrito (...). Meu pai era cartorário num lugar chamado Palmital, no centro do Paraná. (...) Acontece que em toda minha infância, mais propriamente até os 11 anos, meus finais de semana foram caçando. Não tinha nem luz elétrica em Palmital. E morando no interior, estou falando de 40 e tantos anos atrás, a diversão, obviamente, era caçar, pescar, fazer piquenique. E no caso de quem conhece floresta de araucária, a gente catava pinhão, fazia sapecada de pinhão e coisas desse tipo. Então passei minha infância fazendo coisas desse tipo *(Licurgo - 2º geração - engenheiro florestal - 52 anos)*.

Acontece que, no caso deste pesquisador, o reconhecimento deste tipo de "diversão" esteve vinculado, em seu depoimento, ao estabelecimento de uma correspondência com processos de devastação ambiental que ele teve a oportunidade de vivenciar concretamente:

> nasci em 1956 (...). Quando nasci o Paraná tinha mais ou menos 50% de cobertura florestal. Hoje tem 5 ou 7%. E quando terminei o quarto ano fui morar numa cidadezinha 80 km de distância chamada Pitanga, onde morava interno num colégio de freiras e estudava numa escola pública que tinha ginásio. Isso no início dos anos 60, aliás, quando tivemos um enorme incêndio florestal no Paraná que destruiu centenas de milhares de hectares de florestas (...). Portanto, com 11 anos parei de viver com meus pais. Daí mudei no ano seguinte pra continuar o ginásio num colégio agrícola em Guarapuava. E quando mudei da casa de meus pais, a cada volta pra casa passei a não encontrar mais as minhas florestas, meus lugares, meus rios de tomar banho. Aquilo que saia e andava 15, 20 minutos com meus amigos e já tava no rio e ia tomar banho, com o tempo passou a ser 20 Km. E já não era mais andando que se ia, ia de carro, e os rios já não eram limpos, eram sujos (...). Então, relativamente rápido na minha vida (...) comecei a me dar conta de que estava perdendo algo, mas não tinha nenhum senso ecológico ou conservacionista nesse processo, simplesmente sentia que estava perdendo algo *(Licurgo - 2º geração - engenheiro florestal - 52 anos)*.

Já Francisco, em contraponto aos depoimentos de Licurgo, Aurora, Rosa e Florêncio, realçou justamente o fato de não ter tido oportunidade de criar vínculos com lugares como os citados acima como um aspecto relevante em sua trajetória. Como nos conta ele próprio:

> sou de família carioca urbana de cinco gerações, o que é meio raro no Brasil você ter famílias com todo mundo nascido em cidade grande. Normalmente tem alguém nascido numa cidadezinha, numa fazenda, ou cresceu lá ou tinha um avô, mãe. Acho que fui ver minha primeira vaca aos 14 anos de idade. Sou "urbanóide", só que hoje o tipo de ambiente que gosto não é urbano, é o que chamamos de rural ou selvagem. Aí já deve ter alguma coisa, ter sido criado num lugar e acabar me interessando por ambientes diferentes daquele em que cresci (...). Então não tenho nenhuma raiz no campo (...) [não pude] curtir uma fazenda não sei onde e ir nesse lugar anos depois e me emocionar, nem como a pessoa que veio da Amazônia e tinha um avô ribeirinho - não tenho essas raízes *(Francisco – 2º geração - cientista social, especialista em ciências ambientais - 59 anos)*.

Ainda que de diferentes maneiras, tanto Francisco como Florêncio (e, Aurora, que tinha o seu "laboratório no paiol no fundo da casa") identificaram vivências semelhantes vinculadas à precocidade em termos de interesse nas áreas biológicas. Florêncio, por exemplo, conta que

> quando criança cresci muito com duas coisas, principalmente duas coisas: bicho e história. São as duas coisas que me interessam até hoje. Você talvez tenha ouvido falar do meu primeiro livro (*sim*), então, já meu segundo livro é sobre história. Sempre cresci interessado em bicho, paleontologia, adorava história e dinossauro. Agora, fora aqueles bichos de Teresópolis, cobras e aves, que acho que foram os maiores bichos que vi, era uma pessoa apaixonada por bicho de livro. Adorava ler todos aqueles livros de bichos africanos, elefantes, leões, rinocerontes, aquelas coisas todas e minha família me incentivava muito. A gente era, vamos dizer, de classe média baixa (...). Minha mãe sempre dizia: "posso sempre te negar um brinquedo, mas jamais vou negar um livro". Então tudo o que eu pedia pra ler de bicho eles compravam e eu devorava, sempre gostei muito de ler. Era um cara apaixonado por bicho quando criança, mas tinha relativamente pouca experiência com bicho *(Florêncio - 3º geração – biólogo – 47 anos)*.

Já Francisco relatou experiências que teve na infância durante suas "aulas de ciências":

> não nasci no Brasil, nasci nos Estados Unidos e morei lá até os 9 anos (...). Tive também bons cursos de ciências naturais, disciplinas, na escola primária. Lembro de fazer experimento com planta (...). Na escola a gente plantava umas plantas e numa colocava uma caixa em cima e molhava, ficava sem luz, outra você não molhava, deixava com luz, fazia experimentos mesmo, tinha grupos de controle, ficava o ano inteiro cuidando o que acontecia com as plantas. Lembro vividamente dessas experiências em sala de aula, de monitorar o desenvolvimento de diferentes plantas em diferentes circunstâncias: com água e sem sol, com sol e sem água, com adubo e sem adubo, medindo o crescimento com régua, observando se elas estavam saudáveis (...). Lembro que tinha um lado meu que sempre quis ser biólogo. Lá nos EUA tinha uma coisa assim: você ou a escola comprava pelo correio colônias de insetos. Basicamente, formigas ou cupins vivos, sem rainha, claro, senão podiam virar praga. Você comprava, elas vinham congeladas, numa caixa comprida e estreita de plástico e já com terra presa dentro. As formiguinhas, quando acordavam, começavam a fazer as coisas delas (...). Você via esse movimento através da caixa de plástico transparente. Tinha esse "brinquedo", um em casa e um na escola. A segunda caixa era maior, pra usar na aula de ciências - era um aquário de formigas. Isso era ligado a textos que estávamos lendo sobre insetos sociais *(Francisco – 2º geração - cientista social, especialista em ciências ambientais - 59 anos)*.

Além da lembrança de lidar com plantas e insetos, Francisco achou uma possível razão para suas aulas de ciência darem à época ênfase ao tema dos "insetos sociais": "me lembrei disso porque acabei de ler um livro sobre combate à formiga 'brasileira' que havia invadido o sul dos Estados Unidos. Morava lá na época dessa invasão e provavelmente isso chegou na minha sala de aula porque havia um programa macro-regional de combate a essa formiga que tinha virado praga agrícola e urbana". Mas, apesar destas vivências de infância, Francisco

admitiu que sua iniciação na biológia não prosseguiu de imediato: "tive essas experiências, mas aos 9 anos vim para o Brasil e fui estudar em uma boa escola (...). Havia aula de ciências, mas não era a mesma coisa. Perdi essa trajetória de gostar de ciências biológicas, de ter contato com a natureza. Tanto nessa primeira escola como depois no Colégio Militar não tinha nada que me interessasse no ensino da biologia" *(Francisco – 2º geração - cientista social, especialista em ciências ambientais - 59 anos).*

Embora Francisco tenha passado a não ver mais interesse "no ensino da biologia", adianto que mais à frente ele revelou que retomou, ainda que de outro modo, este interesse. De fato, tanto Florêncio como Francisco identificaram, em algum momento de suas trajetórias, interesse nas áreas de biologia e história. Só que, como veremos, enquanto o primeiro optou pela biologia, o segundo foi parar nas ciências sociais e, posteriormente, na história ambiental. Apesar de seguirem trilhas distintas, ambos contaram que retomaram, tempos depois, aquele interesse inicial que havia ficando em segundo plano. Assim, enquanto o biólogo Florêncio disse que foi se reaproximando da história através da paleontologia, o sociólogo Francisco comentou que acabou se reaproximando da biologia ao fazer mestrado em ciências ambientais.

Mas deixemos isso para daqui a pouco. Seguindo adiante, vimos que alguns entrevistados fizeram menção ao incentivo da família a certas atividades quando ainda eram crianças. No caso de Luzia - que hoje atua na sociologia, mas que teve sua graduação voltada para a ecologia -, esta apontou um outro tipo de influência familiar em sua formação:

> minha família é de agrônomos. Meu pai é de uma família de agrônomos do tempo em que agrônomos não estudavam nas universidades daqui de São Paulo, estudavam em Coimbra. Meu tio bisavô trouxe o eucalipto pro Brasil. Então vivi com essa influência de ser criada no horto florestal de Rio Claro, de onde é minha família. Cresci com o debate das florestas plantadas e a abordagem econômica dos agrônomos sobre uso da floresta. Isso faz parte da minha história familiar e por isso fui fazer ecologia na graduação. Mas ai passei a ver o horto florestal de outro jeito, a olhar pra ele como aluna, porque na graduação a gente tinha aulas lá *(Luzia - 2º geração - cientista social com graduação em ecologia – 52 anos).*

Já Maneco estabeleceu associação direta entre a atividade profissional exercida por seu pai e a influência que isso teria tido na escolha do caminho universitário que acabou seguindo:

> nasci em São Paulo, sou filho de professor universitário que trabalhava na área de Botânica. Nessas questões de estudos biológicos viajei muito na minha vida com meu pai, aprendi muito sobre as principais formações vegetais brasileiras com ele, fiz meu primário em escola pública, depois o ensino médio eu fiz em escola particular, ingressei no curso de ciências biológicas da USP em 1973 e acabei me tornando um botânico também *(Maneco - 2º geração – botânico – anos).*

Mas se para Maneco suas viagens com o pai teriam influenciado escolhas acadêmicas, o contrário também foi notado por outro entrevistado. Este foi novamente o caso de Francisco que, como vimos, se diz "urbanóide" e suspeita ter visto sua "primeira vaca aos 14 anos":

> tive essa introdução *light*, não ia a parque nacional, meus pais não iam visitar parques. Essas coisas do escotismo e dos pássaros eram coisas que peguei na escola ou na vizinhança. Meus pais eram arqui-urbanóides, entravam em pânico quando não viam asfalto. Minha mãe ficava com certo pânico de eu ir para o Bayou (...), que são as terras inundáveis do delta do rio Mississipi, que lembra um pouco nossas

> matas de ygapó, na Amazônia, quando o rio está cheio e você passa de canoa no meio das árvores (...), de eu ir pro porto observar as aves passando, mas eu tive essa experiência *(Francisco – 2º geração - cientista social, especialista em ciências ambientais - 59 anos).*

Como no caso de sua interpretação sobre o episódio do "aquário de formigas", Francisco também estabeleceu uma correspondência entre o fato de ter sido "escoteiro e observador de pássaros" e o contexto onde ele estava inserido na época:

> morei em New Orleans na década de 50 num país que já tinha um movimento ambientalista estruturado que tinha visibilidade. Lá tinha uma sociedade que se dedicava à observação de pássaros, a Audobon Society, virei um observador de passarinho. Fui escoteiro, ia nos Bayou, lembro que não era fácil acender fogo nesse ecossistema, chove muito. Fui escoteiro e observador de aves, o que significava que tinha um bom binóculo (...). Meu binóculo era um canhão de grande (...) e ia com aquele binóculo correndo prum lado e pro outro. Tinha uns 20 kg e o binóculo pesava 8, era uma dificuldade. Ficava olhando até aves migratórias, dependendo da época do ano. Ficava contando, "ah! passaram 10 pelicanos, 15 cisnes" e depois tinha um número de telefone para o qual ligava e dizia: "hoje de manhã aqui em New Orleans vi tantos e tal" *(Francisco – 2º geração - cientista social, especialista em ciências ambientais - 59 anos).*

O componente escolar vinculado a processos de socialização primária (no caso de Luzia e Maneco) e secundária (no caso de Francisco) foi notado por Amaral, só que este limnólogo apontou uma pessoa específica que teria sido decisiva na escolha da área que viria a atuar:

> sou biólogo de formação, me formei em história natural, que deu lugar ao curso de ciências biológicas. Vim do interior de Minas pra fazer o terceiro ano científico em Belo Horizonte. Aqui em Belo Horizonte nesse ano não tinha bem certeza do que queria fazer. Cheguei e arranjei um emprego, então trabalhava durante o dia e de noite fazia o terceiro ano no antigo colégio Anchieta (...). A idéia de fazer biologia começou exatamente aí, porque tive uma professora de biologia que foi, talvez, o exemplo mental que tenho de uma boa professora. Pra aquela mulher, além de competente, experiente e vasto conhecimento, a biologia era uma paixão. Essa professora então fez minha cabeça e de outros pra ir pra biologia, realmente descobri a biologia aí e decidi fazer biologia *(Amaral - 2º geração – limnólogo).*

Por outro lado, no caso do período entre infância e adolescência, associações com interesses atuais não se restringiram apenas a aspectos ligados ao natural ou ao biológico. Este foi o caso de Lúcio, geógrafo que identificou relação entre suas preocupações com outros tipos de saberes (que, como veremos, se refere a saberes não acadêmicos por ele chamados de "saberes tradicionais") e sua origem ligada à família vinda do universo operário:

> identifico em parte essas discussões que me interessam hoje na discussão ambiental um pouco por causa da minha trajetória de vida antes de qualquer vinculação acadêmica, uma história de uma pessoa que tem muito forte na memória uma origem operária, mãe costureira. Nasci na Vila Isabel, sou carioquíssimo, da gema. Então, esse componente operário penso que é importante e tem fortes vinculações, porque depois vou retrabalhar isso com outra visão voltada pra esses saberes outros, saberes não necessariamente acadêmicos que têm forte presença na minha trajetória *(Lúcio - 1º geração – geógrafo - 58 anos).*

Por fim, Rodrigo, que seguiu a carreira na antropologia, estabeleceu, ainda que indiretamente, correspondência muito particular entre os vários lugares onde morou quando criança e o que chamou de "trajetória de desenraizamento", componente histórico, diga-se de passagem, bastante associado à parte expressiva da população rural brasileira:

> nasci em Belém, sou filho de pais do interior do nordeste, minha mãe é do interior de Pernambuco, meu pai do interior das Alagoas. Só fiz praticamente nascer no Pará. Até mais ou menos 10 anos morei em 10 ou 11 locais diferentes. Nasci no Pará (...) e morei no Rio em três lugares diferentes, Meyer, Tijuca e Copacabana. Depois morei em Recife e nos Estados Unidos durante dois períodos diferentes. Quer dizer,

> tenho uma trajetória de desenraizamento. Então, esse período (...) foi atribulado, mudando de um lado pro outro, submetido a adaptar-me a ambientes diferentes numa fase em que a gente se adapta rapidamente a ambientes diferentes *(Rodrigo - 3º geração – antropólogo – 42 anos).*

Cena 2: Entradas e vivências no mundo universitário: os caminhos da formação

Sobre a entrada na universidade, alguns entrevistados descreveram e explicaram como foram fazer suas respectivas graduações. Um primeiro aspecto levantado diz respeito à dúvida que normalmente acompanha a decisão por um ou outro curso. Licurgo, que, como vimos, veio de uma cidadezinha do interior, conta que, quando foi fazer vestibular "na Federal do Paraná",

> não tinha a menor idéia do que ia fazer, mas (...) por influência dos amigos tinha decidido fazer engenharia mecânica. Também porque gostava de desenhar, sempre gostei de desenhar, pintar e achava que seria um barato ser projetista de carros. Mas aí, junto com a inscrição pro vestibular veio um guia do vestibulando e achei lá um curso que se chamava engenharia florestal. Quando li aquilo falei: "ôpa! É esse negócio que quero". Lá falava de uma profissão voltada à gestão de recursos naturais, especialmente florestas, como bem utilizar as florestas. Entendi que era por aí meu caminho e fiz vestibular no ano seguinte, me concentrei, estudei e passei *(Licurgo - 2º geração - engenheiro florestal - 52 anos).*

Outro interferente específico - bem comum, aliás, até hoje – foi apontado por Rodrigo como sendo um elemento importante na sua decisão final sobre a faculdade que iria cursar:

> durante o segundo ano [do ensino médio] meio que me defini por ciências sociais, porque não era nem uma coisa que achasse que tivesse talento, até achava que tinha mais talento pra outras áreas. Mas daí, nesse colégio que estudei tinha um serviço de orientação vocacional bem qualificado - pelo menos hoje acho isso - e lembro de haver uma distinção clara em todas as atividades que desenvolvia no colégio ligadas a orientação vocacional. Tinha assim: teu talento aponta pra essa direção, mas teus interesses não caminham na mesma direção. Então resolvi ir atrás dos meus interesses e não necessariamente do meu talento. E acabei fazendo vestibular pra ciências sociais, com uma idéia mais ou menos aproximada e não tão equivocada do que queria fazer *(Rodrigo - 3º geração – antropólogo - 42 anos).*

De fato, a alusão a indefinições como estas foi recorrente durante as entrevistas. Olinda, por exemplo, ao se indagar sobre "como eu vim parar aqui? O que eu fiz até agora pra estar trabalhando com isso que eu trabalho? Como eu decidi fazer o curso que eu fiz, que foi engenharia florestal?", conta que, "na verdade, foi meio por eliminatória". Porém, tal como Licurgo, Olinda contou que também foi influenciada pelo "conteúdo programático do curso":

> quase que pré-historicamente falando, não tinha, quando era menina, desejo de ser médica ou arquiteta nem nada. Gostava de várias coisas e não gostava de outras tantas. Então, na época do vestibular fui por eliminação, sobraram algumas coisas e eu fiz uma opção. Só que vi o conteúdo programático do curso, porque o amigo da minha irmã fazia floresta, aí disse: "nossa, tem muita coisa legal, acho que ia ser bem legal poder trabalhar com isso no futuro" *– (Olinda - 3º geração - engenheira florestal – 46 anos).*

Mas, diferente do relato de Olinda, e mesmo com a ajuda da "orientação vocacional", ainda assim Rodrigo lembrou que foi preciso decidir qual o curso iria fazer dentro das ciências humanas, ao que também discriminou algumas razões para sua escolha final:

> lembro bem que cheguei a fazer o que chamávamos na época vestibular de experiência, ao final do segundo ano do 2º grau. Fiz, passei e cursei o terceiro ano relaxado. Aí a definição por ciências sociais se consolidou porque, na época, achava que fazer história ou filosofia era uma coisa muito etérea, muito ligada ao pensamento. Queria fazer uma coisa que pudesse ter uma interface mais prática, mais aplicada. E achava que ia encontrar isso. Achava, né? Isso foi em 82, por aí, aos 17 anos. Aí fiz, passei e cursei ciências sociais entre 83 e 86, quatro anos cravados *(Rodrigo - 3º geração – antropólogo - 42 anos).*

Tais incertezas, bem como "angústias" juvenis que normalmente acompanham o período anterior à entrada na faculdade também foram relatadas por Florêncio:

> na época do vestibular a racionalidade acabou ganhando. E também tinha sido convencido por todos os adultos que estavam a minha volta de que jamais iria conseguir ganhar dinheiro trabalhando com biologia e que, como era bom aluno de matemática, gostava de números, aí conseguiram me convencer a fazer engenharia. Aí fiz engenharia, fiz um ano e foi um ano bom pra aprender que jamais seria um engenheiro, foi um fracasso total, uma depressão total. Aí no final do ano fiz vestibular pra oceanografia. Queria fazer pra biologia, mas já tinha fechado a inscrição na UFRJ. Passei pra oceanografia e fiz um ano na UERJ, mas aí me convenci que sem saber nadar e sem gostar de peixe não tinha muito futuro como oceanógrafo. Ao mesmo tempo percebia que tudo o que gostava na oceanografia era da parte biológica. Aí pensei: "ah! tô querendo não ver, mas tá na cara o tempo todo que é disso que gosto, gosto é de bicho" *(Florêncio - 3º geração – biólogo – 47 anos)*.

Após este trecho de seu depoimento, Florêncio reconheceu sua afinidade e afetividade com aqueles animais que se tornariam posteriormente seu objeto de interesse e estudo:

> gosto é de bicho, muito mais de bicho do que de planta. Claro, plantas são igualmente importantes, mas não tenho a relação de afeto que tenho com bicho. Talvez a maioria das pessoas não tenha, mas conheço quem acha plantas fantasticamente lindas e interessantes. E, claro, defendo as plantas e as florestas, é óbvio, mas o tipo de relação com animais é diferente *(Florêncio - 3º geração – biólogo – 47 anos)*.

Sentimentos pessoais que fogem aos interesses estritamente disciplinares também foram percebidos por Aurora. Porém, antes de relatar como foi parar na engenharia florestal, esta pesquisadora lembrou de seus primeiros contatos com o que chamou de "movimentos ambientais locais" e como teriam sido importantes no caso de sua futura opção profissional:

> tinha assim: "quero fazer isso porque quero trabalhar com ecologia". Isso é final de 80, quando os movimentos ambientais aparecem de forma bastante ativista. Tinha atração grande por isso. Antes de entrar na universidade participava de movimentos ambientais locais que me atraíam. Aqui tinha o Movimento de Ação Ecológica, participava do Dia do Abraço do Parque, do Dia de Defesa da Água. Não tinha a dimensão e a importância que hoje tenho da questão ambiental, mas aquilo me movia, fazia com que fosse, por exemplo, no Dia da Terra pro Parque Barigüi. Não tinha a compreensão que tenho hoje, mas com 17 anos tinha algo que me atraía àquilo e me sentia parte junto com pessoas fazendo algum tipo de movimento. Que fosse em defesa das baleias, disso ou daquilo, isso aconteceu, era um movimento pessoal e que não tinha ainda a questão técnica *(Aurora - 3º geração - engenheira florestal - 38 anos))*.

Da mesma forma que Florêncio, e também ressaltando a ansiedade deste período, Aurora conta como foram suas idas e vindas antes de decidir qual caminho iria seguir:

> tinha duas opções: biologia ou florestal. Fico na dúvida, vestibular, hora de escolher a profissão, o que já é um grande martírio. Fiz vestibular e passei pras duas opções, uma na federal e outra na católica. Optei pela federal e fui pra eng. florestal com 17 anos, quando sonhos são muito maiores do que qualquer coisa. Levei um susto, falei: "não é absolutamente isso que quero, imagina, quero trabalhar com natureza, com conservação". Tinha aquela coisa de cálculo, estatística, coisas nada a ver comigo, totalmente voltada pra produção. Foi um choque. E um choque desses com 17 anos é completamente diferente de um choque com 40 anos. Porque imagina a cabeça da pessoa de 17 anos que chega na universidade onde a questão madeireira e da produção era muito forte *(Aurora - 3º geração - engenheira florestal - 38 anos)*.

Licurgo, embora tenha se formado cerca de 15 anos antes do que Aurora, também revelou ter tido uma decepção inicial com o curso de engenharia florestal:

> fui fazer engenharia florestal e logo no começo descobri que não era aquilo que imaginava. Não era nenhum desastre, mas também tava longe do que havia lido. Brinco hoje que, com o meu conhecimento e a visão crítica, que é muito maior, obviamente, do que naquela época, se tivesse Procon naquela época e

> tivesse a mesma consciência de hoje tinha processado a Universidade Federal por propaganda enganosa *(Licurgo - 2º geração - engenheiro florestal - 52 anos)*.

Tal como Aurora e Licurgo, impressão negativa semelhante também teve Olinda. Como ela própria nos conta que fez a opção por engenharia florestal e

> nos primeiros dois anos foi horrível, no terceiro semestre quase desisti, porque era muita matemática, física, química (...). Entrei achando que era algo mais de meio ambiente, visitar lugares e depois aprender sobre eles, mas não, só fazia química analítica, laboratório de química e aquilo foi me matando e me consumindo. Pra mim isso era como se fosse um castigo, sabe? Eu estava quase desistindo, foi por pouco, só que no quinto semestre começou a mudar a temática. Aí tinha disciplinas que me chamaram mais atenção e decidi: "então tá, não vou desistir". Porque estava prestes a trancar matrícula e fazer outro vestibular. Aí fui vendo mais coisas, começaram as disciplinas mais da área profissionalizante, digamos assim. Aí gostei e tudo *(Olinda - 3º geração - engenheira florestal – 46 anos)*.

Entretanto, diferentemente de Licurgo e Olinda, Aurora relatou que essa "decepção" trouxe como conseqüência concreta a procura de uma alternativa fora do curso que cursava:

> decido parar a universidade e fazer cursinho novamente, porque falo: "quero é a tal da ecologia, quero é natureza". Essa era realmente minha atração. E decidi fazer biologia. Só que hoje, quando cruzo com pessoas que capacito, com alunos - tenho uma relação muito próxima com estudantes -, falo: "que bom se tivesse na época a cabeça que tenho hoje". Porque hoje entendo os currículos. Então fui fazer cursinho, só que já tinha essa experiência e uma circulação na universidade, o que me permitiu conhecer os currículos da biologia e da florestal. E quando me deparei com as grades dos dois cursos falei: "não, o que quero é florestal mesmo". Porque a florestal é que tem ecologia, tem manejo, manejo de fauna. Então falei: "não quero entender as cosias fracionadas, isoladas", como o currículo da biologia parecia ser. E essa não é uma crítica, é que queria essa coisa mais ampla. Aí volto pra floresta, só que minha cabeça quando entro é pra conservação, pra natureza *(Aurora - 3º geração - engenheira florestal - 38 anos)*.

Mais do que contar a história de como decidiu seguir o curso de engenheira florestal, Aurora também expôs algumas explicações sobre aspectos positivos desta sua escolha:

> olhava minha grade e coisas que não queria me dedicar fazia só pra passar e coisas que me estimulavam fazia bem. Aí entro no processo da universidade. E hoje, olhando de longe, acho que foi uma das minhas melhores opções. A engenharia florestal tem essa coisa de produção, empresa, mas te traz uma visão mais dinâmica, mais do todo. Se vou ter que fazer plantio de pinos pra uma madeireira que me contrata, antes o seguinte: avalia clima, solo, procedência da muda, tratos culturais, distância da empresa. Esses elementos entendo que foram fundamentais pra minha vida como especialista na área da conservação. Porque é só você mudar o foco, agora não é mais o plantio de pinos, agora estou trabalhando com unidade de conservação. E essa base foi muito boa pra mim porque consigo enxergar o todo, de certa forma consigo ter uma dimensão mais macro do que focada. Então, avaliando esse processo, esse foi o maior benefício que a universidade me trouxe *(Aurora - 3º geração - engenheira florestal - 38 anos)*.

Sobre esta "dimensão mais macro" do "todo", dois entrevistados que fizeram história natural – que virou curso de biologia na década de 1970 -, enfatizaram justamente o caráter abrangente de suas graduações (reparem que a geração de Aurora concluiu a graduação cerca de 20 anos depois). Este é o caso de Amaral, o qual se definiu como ecólogo de populações:

> fiz vestibular e pra mim era importante passar por causa de aspectos econômicos, meu pai vinha doente já há algum tempo e não tínhamos recursos. Então fui fazer história natural. Era um curso interessante, porque era muito abrangente. A gente estudava biologia, mas também geologia, mineralogia, petrografia. Era um curso que dava uma formação ampla muito boa. Pecava, naturalmente, em profundidade, mas deu pra perceber que ecologia era uma área que gostava muito e que gostaria de trabalhar. Não era a ecologia de hoje, era uma ecologia mais descritiva. Mas acho que dei sorte porque, apesar de na UFMG não ser uma área tradicional, com pesquisadores famosos em zoologia e botânica, duas áreas básicas, tínhamos pesquisadores dedicados que abriram portas pra mim *(Amaral - 2º geração – limnólogo – anos)*.

A despeito de dúvidas pessoais, da influência familiar, dos palpites dos amigos, dos testes vocacionais, dos currículos e da influência de uma professora específica, o relato de Amaral aponta para outro componente mencionado como determinante na escolha do curso de graduação por outra entrevistada: os "aspectos econômicos". Bibiana, que também cursou história natural - pesquisadora, como veremos, extremamente eclética no que diz respeito às disciplinas por onde transitou -, ressaltou que sua escolha por este curso foi influenciada por fatores mais estruturais e não só ligados a preferências pessoais. Tendo nascido em Bento Gonçalves, interior do Rio Grande do Sul, Bibiana conta que, após ter feito a "escola normal",

> vim pra Porto Alegre e meu sonho era fazer Medicina. Gostava muito de ser médica. Mas depois vi que não tinha condições, porque minha família... ah! Houve um desentendimento grande na minha família e minha mãe, como meu pai faleceu quando tinha 10 anos, ficou sem provimentos, não tinha condições de financiar um curso de medicina. Então da medicina me adaptei às novas circunstâncias. Como havia feito o científico pra fazer medicina, pude vir fazer vestibular e fui pra história natural, que naquela época não era biologia. Era uma visão mais global da ciência, um curso da faculdade de filosofia que durava quatro anos. Tinha todas as disciplinas das biológicas, citologia, botânica e também da zoologia, da sistemática. Só que depois tinha, por outro lado, petrologia, petrografia, paleontologia, paleontografia, história geológica. Então tive uma formação muito sólida nas ciências naturais, porque era um curso realmente muito bom *(Bibiana - 1º geração - graduação em ciências sociais e história natural - 65 anos)*.

Outro elemento mencionado, sobretudo por pesquisadores da terceira geração, relaciona-se às primeiras experiências de pesquisa. Florêncio, por exemplo, resumiu como ocorreram suas inserções iniciais no universo da investigação científica propriamente dita:

> com isso vim pra biologia e logo me envolvi numa coisa bem prática, que foi o primeiro estágio que fiz, que na verdade consegui antes de entrar de fato no curso. Esse estágio era no laboratório de cultivo de microalgas, porque na época estava preocupado, como ainda estou, com a questão humana da fome, da superpopulação e via aqueles documentários no globo repórter, com aquelas pessoas na África passando fome. E também começava a tomar consciência do que era o Brasil, o que era o nordeste do Brasil. Aí minha primeira experiência na biologia foi com cultivo de microalgas pra alimentação humana, mas fiquei pouco tempo, porque também não achei tão interessante. Nisso abriu outro laboratório aqui com mamíferos no departamento de ecologia (...). Sempre adorei mamíferos e quando isso entrou no quarto período da graduação agarrei essa oportunidade com unhas e dentes. Comecei meu estágio com ecologia de pequenos mamíferos, roedores e marsupiais, que são os mais práticos de trabalhar. E logo segui pra parte de ecologia de populações *(Florêncio - 3º geração – biólogo – 47 anos)*.

Porém, mais do que se referir à situação que o levou a pesquisar pequenos mamíferos, até hoje objeto de seu interesse, Florêncio mencionou outra face da carreira acadêmica ao fazer referência à importância de atuar como professor universitário. Como ele próprio explica,

> também aprendi que queria dar aula, que gostava de dar aula. Quando era criança, 10, 11 anos de idade, lia muito história. Então, uma vez minha turma fez um trabalho de pesquisa sobre a segunda guerra mundial no Pacífico. E naturalmente que o grupo era eu. Simplesmente peguei e escrevi tudo e na hora da aula a professora perguntou se alguém queria falar sobre o trabalho. Claro, um aluno de 11 anos não vai querer falar sobre seu trabalho de história, só que falei 40 minutos, aí descobri que gostava de dar aula. Na verdade dava aula com 8 ou 9 anos pra minha tia, porque ela nunca estudou além do primeiro grau (...). Ela morava com a gente, então, o que aprendia na escola, chegava e passava pra ela. Então vi que no futuro queria fazer pesquisa e dar aula. De fato, sempre me direcionei pra ser professor universitário. Depois que entrei na biologia, nunca pensei que pudesse ser outra coisa e nunca vi outra possibilidade a não ser professor universitário. Não é que tenha pensado nessa coisa, mas se não tivesse encontrado a biologia acho que estaria completamente perdido na vida *(Florêncio - 3º geração – biólogo – 47 anos)*.

Como para Amaral e vários outros pesquisadores (como veremos ao longo de todo este capítulo), Licurgo - que também pertence (como Amaral) à segunda geração de pesquisadores - mencionou a ascendência sobre ele durante esse período de um professor em especial:

> entrei [na engenharia florestal] e fui buscando dentro da escola coisas que me interessavam. A primeira coisa que achei interessante foi um professor de paisagismo que, por acaso, era um arquiteto que dava aula e que entendia tremendamente do assunto (...), um grande arquiteto paisagista. Me aproximei dele. Ele era um senhor velhinho, se aposentou bem quando me formei, na compulsória dos 70 anos. E com ele aprendi um monte de coisas sobre plantas, espécies nativas e exóticas, quem me ensinou a conhecer plantas foi ele (...) *(Licurgo - 2º geração - engenheiro florestal - 52 anos)*.

Todavia, este pesquisador também relatou quando e como, durante a faculdade, teria começado a se interessar pela questão do manejo de áreas silvestres, tema este que, conforme relatado por ele mais adiante, seguiria sendo um de seus interesses permanentes:

> no final do curso fiz uma disciplina chamada Manejo das Áreas Silvestres, que dizia que era pra aprender a cuidar de parques e reservas. Aí o professor [dessa disciplina] babaca disse: "ah! Esse negócio de cuidar de plantinha e bichinho, de fazer parquinho é coisa de veado, engenheiro florestal tem que ser macho, entender de moto-serra". Não aprendi nada porque ele não ensinou nada. Bom, então terminou o curso, mas aprendi uma das coisas que queria fazer *(Licurgo - 2º geração - engenheiro florestal - 52 anos)*.

De fato, pelo que contou este engenheiro florestal, seu contato com esta disciplina parece ter influenciado bastante sua trajetória, a ponto de, "paralelamente", ter desenvolvido "todo um trabalho de pesquisa em cima de plano de manejo e de toda a parte conceitual e política de unidades de conservação". Segundo Licurgo, logo após ter concluído o curso,

> a professora que dava Manejo de Áreas Silvestres, aquela disciplina daquele professor que não ensinou nada, sofreu um acidente e morreu no primeiro semestre que estava lá. Daí o chefe do departamento perguntou se queria dar aula. Disse: "mas não aprendi nada!" Ele falou: "olha, ninguém que entrou nessa disciplina até hoje sabia muito quando entrou, quem sabe você fica pelo menos pra ensinar". Daí, sem saber, entrei e acabei fazendo uma carreira totalmente autodidata em manejo de UCs, porque fiz mestrado e doutorado voltados pra arborização de áreas urbanas. Mas, paralelamente, como tava encarregado dessa disciplina na universidade, desenvolvi toda uma linha e um trabalho de pesquisa em cima de plano de manejo e da parte conceitual e política de unidades de conservação. Então vim desenvolvendo duas coisas paralelas e independentes na universidade *(Licurgo - 2º geração - engenheiro florestal - 52 anos).*

A importância da disciplina mencionada por Licurgo ("manejo das áreas silvestres") também foi ressaltada por Bolívar e Aurora, outros dois pesquisadores entrevistados. Como Licurgo, esta engenheira florestal conta que, através desta disciplina específica, acabou entrando em contato e se interessando prematuramente pelo tema das UCs:

> por sorte nessa época tinha na universidade uma área forte de manejo de áreas protegidas e que na época se chamava Manejo de Áreas Silvestres. Então, tive oportunidade de fazer meu primeiro plano de manejo dentro da universidade de uma forma acadêmica. Lembro até hoje que teve uma greve muito grande quando fazia essa disciplina optativa e fiquei todos os 100 dias que durou a greve única e exclusivamente me dedicando àquele trabalho que seria o trabalho semestral. Isso pra mim foi uma das coisas melhores na universidade porque tive oportunidade de conhecer toda a questão de conteúdo e fiz, mesmo ainda estudante, uma proposta de plano de manejo e pude conhecer uma unidade de perto. Era uma equipe de 4 ou 5 pessoas e a gente aproveitou esses 100 dias pra fazer uma grande imersão pra entender o processo inteiro, ficar lá dentro da unidade, conhecendo tudo, fazendo todos os mapas. Isso foi uma coisa muito benéfica da universidade, pois vejo nela uma falta muito grande. As pessoas passam pela universidade sem experimentar, sem vivenciar, simplesmente passam com boas ou más notas, então, no final das conta,s você tem profissionais que tem um escore *(Aurora - 3º geração - engenheira florestal - 38 anos).*

Como neste caso, envolvendo especificamente a questão dos planos de manejo para UCs, veremos adiante outros relatando como tiveram contato com aspectos diretamente ligados ao nosso "tema quente" também via a elaboração destes planos. Mas, além de Aurora, Bolívar mencionou seu contato precoce (durante a graduação) com UCs via planos de manejo:

> sou biólogo formado pela Unicamp e comecei a trabalhar no campo já desde cedo. Durante boa parte da graduação trabalhei em duas reservas, uma foi a Reserva Municipal de Santa Genebra em Campinas, que está a 4 km da Unicamp. Lá comecei a lapidar meu gosto por plantas, árvores e mamíferos. De manhã ia pra mata e depois assistia às aulas. Isso, quatro, cinco vezes por semana. Então adquiri campo muito rápido, comecei a trabalhar lá já no 3º ano de graduação. Então, acabei a graduação, entrei no mestrado na Unicamp (...) e ajudei na parte de plano de manejo *(Bolívar - 3º geração – biólogo - 41 anos)*.

Voltando ao depoimento de Aurora, esta também relatou outro interesse seu que a vincularia com "a questão da conservação":

> acabo sendo estagiária e me envolvo com essa parte de caverna. Nunca fui espeleólogo, mas meu fascínio por cavernas vem justamente de que em alguns locais com cavernas tinha lugares que eu podia dizer que eram intocados, onde nunca tinha existido a presença humana. Então estes seriam os únicos locais que ainda tem sem presença humana. Então era preciso ter uma estratégia de preservação dessas áreas porque esses lugares poderiam ser únicos, únicos em todos os sentidos. Aí começo a trabalhar com um grupo de espeleólogos. E nessa época começa a ficar muito importante a questão da conservação e a gente começa a discutir isso. Então minha grande paixão é justamente as cavernas, só que não sou espeleóloga, que é quem estuda cavernas, sou uma apaixonada por isso. O que é totalmente diferente, porque meu interesse era mais na conservação das cavernas, ainda mais que essas áreas aqui no Paraná são muito pressionadas. Outra coisa é que queria trabalhar com conservação, mas nessa época não existia conservação como profissão, não existia mercado de trabalho *(Aurora - 3º geração - engenheira florestal - 38 anos)*.

Já Rodrigo, pesquisador com forte formação nas ciências sociais, em certo momento contou como ocorreu sua entrada mais direta e interessada no campo da antropologia:

> em 86 - e esse foi um *turnpoint* decisivo - pinta esse concurso pra monitoria (...). Foi engraçado, porque olhei essa monitoria e falei: "pô! Legal". Eram três professores mais ou menos da área de antropologia que estavam reivindicando vagas pra três monitores. Olhei, achei interessante, mas não corri atrás. Me lembro que no último dia pra se inscrever, era um processo simples, só preencher um papel na secretaria, encontrei com a Beatriz no corredor e ela me chamou e disse: "olhei lá na lista de inscritos pro concurso de seleção de monitoria e não vi seu nome". Falei: "pois é, professora, olhei, achei legal, o que a senhora acha?"; "acho que você deve se inscrever agora". Aí fiquei tão surpreso que fui lá e me inscrevi, mas também sem a menor preocupação. E acabei sendo selecionado (...). Na verdade, como não tinha estudado nada, enrolei pra caramba, a verdade foi essa *(Rodrigo - 3º geração – antropólogo - 42 anos)*.

Rodrigo descreveu a seguir como iniciou seu contato não só com o ambiente de pesquisa, mas também com outro tipo de trabalho que normalmente antropólogos executam:

> essa seleção foi logo no início do semestre letivo (...). E foi uma experiência definidora esse período que trabalhei como monitor com a Beatriz, porque não só acompanhei as disciplinas dela, fazia esse trabalho de acompanhamento dos alunos e cheguei a dar aula no lugar dela. Ela fazia uma coisa que já me chamava a atenção, que era um trabalho de assessoria a sindicatos de trabalhadores rurais na zona da mata em Pernambuco. Achava aquilo super-legal, você estar ali podendo formar pessoas, mas tendo vínculo político de assessoria a movimentos sociais. Devia ter, nessa época, 19 anos. A Beatriz passou a ser uma referência importante pra mim. Referência, digamos assim, de tipo de conduta, de inserção, que achava interessante *(Rodrigo - 3º geração – antropólogo - 42 anos)*.

Novamente outro entrevistado reconheceu a importância de uma pessoa específica em sua trajetória ("referência importante de tipo de conduta, de inserção"). Porém, Rodrigo não se

restringiu às experiências universitárias. Indo além em sua "contextualização", trouxe situações e atividades que fogem ou, pelo menos, se cruzam com sua vida acadêmica, expondo todo um contexto cultural vivenciado durante seu período de graduação nos anos 1980:

> era aluno de caretinha, sempre cursando disciplinas no semestre correto e então, em 4 anos, concluí a graduação. Mas assim, tava lá, mas na verdade era mais um espaço de experimentação das possibilidades que uma pessoa de 17, 18 anos tem, do que propriamente um lugar no qual estava entrando pra ter uma formação profissional. Era primeira metade dos anos 80, então os professores exilados estavam voltando (...). Claro que alguns professores, em suas disciplinas, nos dirigiam pra fazer pesquisa, digamos, empírica. Tive essa experiência em duas, antropologia urbana e métodos de pesquisa em ciências sociais (...). Juntei com dois trabalhos de fim de curso e fiz uma pesquisa com os punks do Rio de Janeiro, que era uma cena que já freqüentava. Gostava de punk-rock, andava de skate e tinha outros interesses paralelos: fotografia, skate, música, violão, dança, tinha essa abertura pra várias possibilidades. Então fiz a graduação em quatro anos (...), mas tinha esses outros interesses paralelos (...), tinha uma presença nessa cena de rock'n rol do início dos 80, toda essa coisa do Rock Brasil, Circo Voador no Arpoador, Lapa, todo esse ambiente cultural, político, movimento pelas diretas já, comício do Lula na Candelária, vivi isso na universidade. Era um momento de efervescência política e cultural urbana no Brasil e no Rio de Janeiro muito forte. Então você tem que me colocar nesse contexto. Mas enfim, em função disso tava lá dentro [da universidade] como tava dentro de muitas outras histórias (...). Até 85 (...), no meu terceiro ano, me via mais voltado pra ciência política (...). Só que, enquanto fazia isso, estava fazendo fotografia, expondo, trabalhando em produção cultural, mexendo com espetáculo de dança, estudando violão. Então isso era uma das coisas que vislumbrava em termos estritamente acadêmicos, porque essas outras coisas que fazia podiam abrir outras pontes *(Rodrigo - 3º geração – antropólogo - 42 anos)*.

O relato de Rodrigo me permite estabelecer uma ponte com um outro "contexto" mencionado por vários entrevistados que compõem não a terceira (como no seu caso), mas a primeira e segunda gerações de pesquisadores: a influência, ao mesmo tempo, do período da ditadura militar e das transformações comportamentais dos anos 1970 nos percursos por eles trilhados. Proponho então, considerando sua acentuada recorrência nos depoimentos, uma quebra na narrativa seguida até aqui para, a partir dos depoimentos, retrocedermos nosso ambiente discursivo ao cenário coletivo que marca o período pós-68.

Cena 3: Contraculturas e os diferentes tipos de engajamento político durante a ditadura

De fato, não foram poucos os entrevistados que indicaram o período conturbado dos anos setenta como elemento importante para as suas respectivas formações profissionais e trajetórias de vida. Horácio, por exemplo, antropólogo que teve que se exilar no exterior durante parte desta década, comentou brevemente que esta "era uma época de muita efervescência, mas também de dureza, do AI5". Esta co-relação entre "efervescência" misturada com "dureza" também foi apontada por Lúcio:

> nesse momento que eu entro na universidade, nesse contexto pós-AI-5, teve um decreto especial, o 477, específico pra cassação de professores que não estivessem [*trecho não compreensível*]. Minha geração não é só uma geração 68. A geração 68 teve como resposta o decreto 477, então eu sou da geração 68 barra 477. Então teve os dois lados, o lado libertário, que veio com 68 e o lado repressor, como no caso do 477, que a gente foi obrigado a conviver *(Lúcio - 1º geração – geógrafo - 58 anos)*.

Contudo, este geógrafo lembrou também o contexto cindido que marcou relações, conflitos e visões divergentes especificamente entre aqueles que se opunham ao regime militar:

> fato é que marxistas acabam sendo profundamente antropocêntricos, ignorando outras implicações. Tinha então essa corrente forte no marxismo contra a qual vou me bater sempre. Isso um pouco é herança de 68, onde já há uma identificação com movimentos que se desdobram nos anos 70. Esses anos marcaram um movimento de rebeldias, de crítica às formas hierarquizadas de fazer política. Então nessa formação ortodoxa não tinha muito lugar pra esses movimentos outros, mulheres, negros, das sexualidades divergentes, das etnias e, é claro, pro movimento ambientalista (...). Mas esses movimentos das mulheres, negros, hippie e outros que emergem nos anos 70 vão ser muito minhas referências, uma referência desse momento forte de colocar essas questões *(Lúcio - 1º geração – geógrafo - 58 anos)*.

Influências do "lado libertário" ("efervescente") como contraponto ao "lado repressor" ("duro") existente neste período foram explicitamente apontadas por Bibiana, a qual realça ainda a importância de ter vivido o período imediatamente posterior a maio de 68 na França:

> cursei ciências sociais e obtive uma bolsa pra França. Minha idéia era que tava surgindo à questão ecológica na França, nos EUA. Isso foi em 68, mas não estive lá em maio de 68, porque ainda tava aqui nas barricadas brasileiras. Mas lá vivi todo o período pós-68, que começou com a ebulição de maio de 68, o movimento feminista, o movimento das minorias, movimento ecológico, cujas idéias permanecem hoje. Bom, mas quando fui pra França queria me encontrar com as grandes correntes políticas internacionais, viver as coisas de maio de 68 e a revolução de idéias que isso representou. Aí fui fazer esse mestrado em ecologia *(Bibiana - 1º geração - graduação em ciências sociais e história natural - 65 anos)*.

Já no caso dos entrevistados da segunda geração de pesquisadores, pelo menos um reconheceu que esta "revolução de idéias" teve grande ascendência sobre ele. Como nos conta Alonso, o qual construiu sua trajetória acadêmica na área da história ambiental, esta era uma

> época muito ruim e ao mesmo tempo fascinante. Era época de plena ditadura militar, o que fazia com que você tivesse uma politização precoce. Quando chegava aos 15, 16 anos, ou você se posicionava contra a ditadura militar ou seria considerado alienado. Então nessa época teve uma fermentação na sociedade brasileira a partir do momento em que a fase mais violenta do regime militar diminui. É justamente a fase que peguei, porque não peguei a fase de 69 a 71, quando a coisa era barra pesada. Em 74, 75 começa a renascer a sociedade civil brasileira e ainda tinha resquícios de um tipo de oposição, que nunca me atraiu, de luta armada, marxista leninista. Não me atraía porque segui naquela época um caminho contracultural, ligado com o hippismo, à contracultura misturada com anarquismo. Minha politização crítica aconteceu tendo simpatia pelo anarquismo, pela idéia da auto-gestão, organização comunitária. Era uma esquerda crítica da União Soviética e da China. Bom, a partir dessa fermentação cultural e dos planos de boa parte dessa fermentação desagüei no ambientalismo *(Alonso - 2º geração – historiador – 49 anos)*.

Diferenciando-se do caminho seguido por Alonso (mas aqui é preciso considerar a diferença geracional existente), Lúcio citou o fato de que conciliou em suas atividades à época tanto o lado dos "movimentos libertários" como o lado da luta ativa via "grupos clandestinos": "tinha uma militância de partido clandestino, participava desse grupo desde 1973 e 74. Então eu diria que minha formação teórica mais consistente veio da minha participação nesse grupo clandestino. Nós estudávamos Marx, Engels e, como o grupo era trotskista, líamos Trotski".

Tal como Lúcio, Antônio mencionou que seu compromisso político de oposição à ditadura influenciou sua carreira profissional. Vindo na época da ciência política, sua entrada no curso de ciências sociais teria se dado por "interesse político", motivação cuja origem encontrar-se-ia ligada às manifestações de protesto contra o regime militar de que participado:

> tinha um interesse nas ciências sociais, nessa época, que era mais político. Tinha tido uma militância política em Brasília, mas era uma coisa estudantil, do período de 68 de ocupação de escolas. Lá a turma escolar que participava, eu era uma figura desse movimento, tinha a chave da turma. Então ocupávamos

> esses colégios experimentais e depois eles foram fechados, esses cursos. Isso aconteceu em vários locais , no Rio de Janeiro, São Paulo, isso aconteceu muito na história, essas escolas experimentais serem ocupadas pelos alunos. Quando vim pra São Paulo essa rede foi totalmente desarticulada, tinham várias pessoas presas desse movimento e terminei ficando solto, mantendo só um contato meio esporádico com alguma atividade do tipo pública. Mas tinha vindo pra fazer esses cursos de ciências sociais e história motivado por esse tipo de interesse, interesse político *(Antônio - 1º geração - antropólogo - 60 anos)*.

Sobre as influências do período vivido durante o regime militar, Bibiana - como vimos, formada em história natural, mas que depois, no final dos anos 1960, foi parar no curso de ciências sociais – foi a pessoa com quem conversei que mais fortemente realçou a luta contra a ditadura (aliás, contra ditaduras) como parte constituinte de sua trajetória. Como nos conta ela,

> em Porto Alegre fui professora do Aplicação e do Colégio Israelita. Já tinha um viés de biologia social, mas me perguntei: o que vou fazer com essa história natural num mundo de ditadura completamente destroçado e com os movimentos sociais destroçados? Bom, trabalhei com meus alunos no Colégio de Aplicação e organizei vários grupos de interesse político. Mas daí fui presa, porque estava, é claro, no movimento estudantil. Daí me expulsaram do Aplicação e fui pro Israelita. Eu digo que tive um papel com essa gurizada aí (...). Fui sempre muito militante, acordei pra militância porque minha família era do PTB, então era Jango, Brizola, Getúlio. Então me desenvolvi como criança e adolescente nesse meio. E naquela época era um meio revolucionário, considerando que era a política no Brasil. Daí vim pra Universidade e, evidentemente, fui pra militância. Fiz minha primeira greve com 17 anos, ainda em Bento Gonçalves. Depois vim pra cá e entrei no movimento estudantil e num partido revolucionário crítico ao Stalinismo, crítico à União Soviética. Muito naquela perspectiva da revolução traída, que aquilo não era democracia socialista. Dentro de todos os grupos da época, não fui de nenhuma associação cristã, entrei direto no marxismo e com o adendo do Trotskismo, que me dava a possibilidade de criticar quem o regia. Mas era um grupo pequeno, até diziam aqui em Porto Alegre que a gente cabia todo mundo num Volkswagen *(Bibiana - 1º geração - graduação em ciências sociais e história natural - 65 anos)*.

Mas este engajamento, segundo Bibiana, não se restringiu só ao período em que conseguiu permanecer no Brasil, pois, devido ao que acontecia freqüentemente nessa época, muitas pessoas foram obrigadas a migrar (ou a fugir mesmo) para outros países:

> (*você foi obrigada a se exilar?*) Participava no movimento estudantil, fui presa e depois solta. Mas aí cursei ciências sociais e obtive uma bolsa pra França. Fiquei exilada durante 14 anos. E por isso também que em 72 fui pro Chile (...) depois que o Alende assumiu. Queria voltar pra América Latina, mas como fui condenada aqui no Brasil, não podia voltar. Fui pro Chile pra ver se conseguia uma bolsa, porque achava que três anos na França já era bastante. No primeiro ano foi tudo bem, mas no segundo fiquei lá durante o golpe e saí depois do golpe. Mas depois do golpe mandaram daqui do Brasil os nossos dossiês lá pra Embaixada do Brasil no Chile. E também comunicaram à polícia, porque eu era de um grupo conhecido. (*e você fugiu ou foi expulsa?*) Não, eu fui... Oficialmente, trabalhava uma parte do tempo na secretaria de Educação. Mas fui trabalhar com a reforma agrária no Chile, fiz estágio no INSIRA, que era Instituto de Pesquisa e ao mesmo tempo instituto de práticas novas da reforma agrária. Mas aí me peguei com o golpe. Fui condenada lá, porque meu pessoal caiu todo, foi preso, torturado (...). Saí [da prisão] 10 dias depois do golpe, fiquei lá [no Chile] um mês e depois consegui ser salva por um erro da embaixada da França. Já estava condenada aqui no Brasil, mas em vez de colocar que era brasileira, colocaram que era de nacionalidade francesa. Aí saí depois do golpe e ainda tive que passar pelo aeroporto do Rio de Janeiro. Aí não saí. Me dei conta de que foi uma loucura total, mas depois consegui um esquema pra sair *(Bibiana - 1º geração - graduação em ciências sociais e história natural - 65 anos)*.

O que chama a atenção na trajetória narrada por esta pesquisadora é a ênfase que ela deu ao seu permanente engajamento nas lutas pela redemocratização em contextos muito diferentes. Mas sigamos com sua narrativa:

> cheguei na França e disse: bom, vou me instalar aqui e ficar quieta, vou trabalhar (...). Mas quando estourou a Revolução dos Cravos em Portugal, meu orientador me mandou pra lá fazer um curso de dois meses no lugar dele. Daí fui lá e fiz tudo que podia fazer: ocupei terra, fiz o curso, aí me nomearam em

> Portugal para o Instituto de Ciências Políticas e Sociais. Daí nós fizemos uma revolução, pois até então era um instituto inteiramente fascista. E nós em assembléia geral expulsamos todos os velhos professores fascistas do tempo do Salazar e do Marcelo Caetano e tomamos conta, fizemos uma estruturação global. Ah! foi uma maravilha! Daí fui pra reforma agrária, porque nós fizemos a escola a serviço da reforma agrária, os alunos de economia iam pras fábricas ocupadas em Portugal e faziam toda a contabilidade e a gestão com os trabalhadores. E nós, a turma do rural, íamos pra reforma agrária trabalhar com eles nas questões que eles precisavam. Depois continuei na França dando aula, mas não era mais uma carreira de estrangeira. Porque nesse longo período do exílio tive que realmente investir lá, porque nós não tínhamos muita esperança. Tu vês, a ditadura podia ter durado 40 anos, como em Portugal e Espanha (...) *(Bibiana - 1º geração - graduação em ciências sociais e história natural - 65 anos).*

Como sabemos, histórias do tempo da ditadura como as de Bibiana não faltam na enciclopédia de memórias pessoais sobre o período. Horácio, outro antropólogo, além de falar sobre seu engajamento político na época, narrou um desses episódios que, pela dramaticidade tragicômica, normalmente são incluídos em filmes ambientados nessa época:

> um outro fator que me levou, esse sim, a ter abrangência ao mesmo tempo local e muito mais global é que logo depois do doutorado tive problemas políticos como todo estudante tinha no inicio da década de 70 (*isso já na França?*) Não. No Brasil, porque meus problemas já tinham começado antes, saí daqui meio que fugindo mesmo. (*me conta essa história*) Minha história é meio que na ativa, porque começou em 69. Dava aula num colégio de operários na periferia de São Paulo pra um curso de preparação para universidade. Era uma época de muita efervescência, mas também de dureza, do AI5. Eu tinha um grupo de estudantes que a gente saía depois da aula. Tirava meu guarda-pó, embrulhava e ia fazer pichação com eles nas ruas de São Paulo, nas fábricas. Até que outro professor que conhecia muito bem me denunciou. Aí a polícia pegou pesado. No fim de uma aula, numa noite fria de agosto chegou um daqueles alunos que era na verdade um pouco meu guarda-costas - um negão forte, não brincava em serviço - e me disse; "professor, eles vieram te buscar". Falei: "estou cansado, quero ir embora, fica pra outro dia". Mas quando olhei pra ele, ele tinha embranquecido. Aí vi que era sério. Olhei pra baixo e o que vejo? Vejo dois camburões cheios de milico com metralhadora me esperando A única coisa que me favoreceu foi que, como era um prediozinho que tinha uma escadaria muito estreita, os soldados e a polícia tentavam entrar só que os alunos estavam descendo. Isso me deu uns cinco minutos de pensar o que fazer da vida. Já sabia o que ia acontecer se me pegassem, não era nenhum guerrilheiro urbano e tal, mas sabia o que poderia acontecer. Então decidi descer por uma calha de metal, chacoalhei e vi que agüentava. Desci uns três andares evitando olhar pra baixo. E aí tem essas coisas cômicas. Porque de um andar, talvez uns três metros, tive que pular. Só que não reparei, era meio escuro, dei o pulo e caí no meio de umas pessoas todas brancas. Então percebi que tava dentro de uma padaria. Os caras estavam fazendo pão. Comecei a dar risada e eles também. Mas logo disseram: "você é o cara que a polícia tá procurando?"; disse: "sim", "ah! então nós vamos te ajudar". Aí me levaram pra fora da padaria, me deram um montão de pão e, bom, então acabei fugindo. Mas não tinha dinheiro pra me exilar. Não participava de nenhum movimento político organizado. Aí consegui trabalho em Cururupu, norte do Maranhão. Isso, nós estamos falando dos anos 60, ficava lá no cafundó de Judas, não tinha nem estrada direito. Aí escapei, voltei meses depois porque as coisas estavam mais calmas. Mas já tinha problemas e na volta ficava de uma suspeita do que poderia acontecer. Então acabei indo pra Europa *(Horácio - 1º geração - antropólogo – 64 anos).*

Já Lúcio enfatizou um aspecto específico: sua transformação, nos anos 1970, de garoto "desconfiado" sobre a crítica de esquerda ao regime militar em pessoa engajada politicamente:

> no início a política era uma coisa que desconfiava muito. Entro na faculdade muito assustado com o que via, com certo medo, com uma família, vamos dizer, politicamente conservadora. Me lembro que achava que o país precisava de um governo forte, minha família achava isso. Então sei o que é ser conservador, desde o começo comecei a tomar consciência de mim mesmo *(Lúcio - 1º geração – geógrafo - 58 anos).*

Como veremos ao longo deste capítulo, foi recorrente a referência explícita não só a pessoas e disciplinas, mas, também, a um ou mais eventos que teriam sido "decisivos", "marcantes", "definitivos". No caso de Lúcio, que cursou geografia entre 1969 e 1972, este destacou que, "nesse período, tem outro componente importante também que é um início de

uma militância política no campo da esquerda e com uma formação marxista". Mas "desde o início essa formação marxista tem um componente pessoal vinculado a certa heterodoxia no campo do marxismo". Reforçando sua atuação "heterodoxa", Lúcio destacou um episódio específico ocorrido na juventude e que, segundo ele, marcou dali para frente sua formação:

> quando me formei fui trabalhar num curso pré-vestibular só pra pessoas de esquerda e não sabia no início. Mas me admirava aquilo, a formulação, o modo como aquelas pessoas falavam sobre o mundo e foi de maneira meio espontânea que adquiri certa simpatia pelas pessoas de esquerda. E ao mesmo tempo que estou me mirando nelas como referência de pessoas que tinham postura intelectual de compromisso com o conhecimento teve uma cena que me marcou muito. Um dia dois rapazes (...), dois professores de história, que eram duas pessoas intelectualmente brilhantes, chegam pra uma reunião e eu tinha acabado de dar aula. Tava numa sala com um quadro onde tinha um mapa do Brasil com círculos em torno das regiões onde se formaram os complexos agroexportadores, cana, café, borracha, ouro. Era um quadro que eu fiz, uma espécie de arquipélago socioeconômico. Esse mapa tava desenhado no quadro e lembro que um desses dois professores chegou e perguntou se o outro, amigo dele, tava presente. Disse que não tinha visto. Daí ele perguntou se o quadro era dele. Fiquei achando legal, né! Porque afinal o quadro era meu e uma dessas pessoas que admirava achou que o quadro era tão bom que só podia ser do amigo dele. Daqui a pouco esse cara sai e chega o amigo dele e fala a mesma coisa, perguntando se o quadro era do outro. Isso foi decisivo para eu ter uma certa formação heterodoxa *(Lúcio - 1º geração – geógrafo - 58 anos)*.

Após relatar este episódio, Lúcio estabeleceu conexão direta com o posicionamento crítico que passou a ter sobre a questão da necessidade de valorização dos conhecimentos locais, preocupação esta que, como veremos, tem lhe interessado bastante:

> desde o primeiro momento comecei a perceber que as pessoas de esquerda tinham essa característica, elas acham que têm uma formação boa, mas que é tão boa que as coisas só podem ser feitas por elas. E naquele momento percebi que também podia fazer coisas boas. Que até eram coisas de esquerda, masque podiam ser feitas tanto pelas pessoas que eu admirava como também podiam ser feitas por outras pessoas. Isso já cria uma conexão entre esse evento, esse fato e a história de que outras pessoas também podem produzir conhecimento além dos conhecimentos intelectuais, que eles não são irrelevantes. Esse evento vai marcar muito minha vida e minha formação, essa heterodoxia em relação a essas questões *(Lúcio - 1º geração – geógrafo - 58 anos)*.

Uma correspondência entre as narrativas de Bibiana, Alonso e Lúcio é que todos eles indicaram em seus depoimentos que buscaram alternativas ao pensamento marxista dominante à época. Assim, enquanto Bibiana citou o fato de que teria encontrado no trotskismo uma forma de "criticar quem regia o marxismo stalinista" e Alonso ressaltou sua opção pela perspectiva anarquista e pelo hippismo como alternativas aos grupos que optaram pela "luta armada, marxista, leninista", Lúcio enfatizou sua opção por uma "formação marxista heterodoxa", "um componente pessoal" que lhe permitia se manter sempre crítico à "ortodoxia marxista". Todavia, pelo menos um entrevistado, formado em ciências sociais, enfatizou suas diferenças em relação às atividades políticas de seus colegas. Este foi o caso de Francisco, pesquisador que nos contou sobre suas experiências de infância com pássaros, plantas e formigas durante o tempo e que viveu em New Orleans:

> muito tempo depois fui fazer ciências sociais, de 71 a 75. A maioria dos alunos tava interessado em política, era o auge da ditadura, os colégios e faculdades eram todos aparelhados, todo mundo pertencia a este ou aquele grupo de esquerda, que nunca sabia qual era. Não era de nenhum movimento, não tinha nenhuma simpatia pela esquerda, como não tenho até hoje, talvez, pelo meu passado nos EUA. Como diz um amigo, "o vírus do capitalismo lhe foi inoculado desde pequeno". As pessoas sabiam que tinha vivido

> nos EUA. Não me engajei em nenhum grupo e estudava o que os professores mandavam. (...) Vinte anos depois que a ditadura foi embora - e eu ajudei a acabar com ela à minha moda, sem pegar em armas, sem seqüestrar embaixador, sem fazer curso de guerrilha em Cuba, sem fundar o PT -, temos um ambiente democrático, onde há instituições, partidos, ONGs, poder legislativo aberto, eleição, mídia sem censura etc. *(Francisco – 2º geração - cientista social, especialista em ciências ambientais - 59 anos)*.

Seguindo a linha alternativa aos relatos que apontam para um engajamento de esquerda ativo contra o regime militar, Licurgo alegou que possuía, lá pela segunda metade dos anos 1970, um compromisso não tão voltado para a luta política e ideológica mais ampla, mas para questões pontuais ligadas especificamente ao ambiente universitário. Assim, segundo ele

> era ditadura, tinha no meu período de universitário um certo grau de militância política, não muito ideológica no sentido de direita e esquerda, mas no sentido de estar lutando pelas questões que eu acreditava, pela liberdade, pelos diretórios. Assim, eu fui presidente do segundo diretório que conseguiu ser formado na federal pós-revolução, porque eles foram centralizados em diretórios setoriais. Então, tinha o diretório do setor das Ciências Agrárias. E nós e a engenharia elétrica criamos o primeiro e o segundo diretórios com nomes disfarçados de Núcleo de Estudantes e coisas assim. Então foi criado o diretório da engenharia florestal e eu fui o segundo presidente na segunda gestão. E tive um grau de militância bem forte sempre por essa coisa da democracia, da abertura dos processos, sempre estive muito orientado pra essa questão dos direitos humanos, individuais e coletivos, toda essa coisa da justiça, foi algo que sempre me chamou muita atenção *(Licurgo - 2º geração - engenheiro florestal - 52 anos)*.

Esta atuação mais vinculada ao interior do ambiente universitário durante o período de graduação também foi notada por Maneco, outro pesquisador da segunda geração:

> até ingressar na USP, eu já tinha, por causa da escola vocacional, atuado bastante no movimento estudantil. Na USP me envolvi com a reestruturação do centro acadêmico e também com as questões ligadas ao reconhecimento da profissão do biólogo na época e com a questão da conservação. Meu primeiro emprego foi redigir os boletins da Associação de Defesa da Fauna e Flora do Estado de São Paulo *(Maneco - 2º geração – botânico – anos)*.

Mas mesmo no caso daqueles que orientaram suas ações a partir de uma ótica de esquerda (no sentido amplo), houve quem distinguisse sua atuação entre espaço universitário e "espaço mais aberto". Este foi o caso de Maria, antropóloga da primeira geração que ressaltou: "dentro da Universidade não tive atuação político-partidária. Claro que a gente sempre discutia, até bastante sistemática e organizadamente" *(Maria - 1º geração - antropóloga - 67 anos)*.

Por outro lado, as influências do período militar também surgiram nos relatos de uma forma mais indireta e paralela, mas nem por isso citada como menos importante pelos entrevistados. De fato, a referência a essa interferência foi feita até mesmo por um pesquisador pertencente à terceira geração, a qual, por sua vez, recém nascia na década de 1960. Este é o caso de Rodrigo, antropólogo que, como vimos anteriormente, comentou que, "até mais ou menos uns 10 anos de idade", havia morado "em 10 ou 11 locais diferentes":

> durante o período da ditadura, meu pai esteve nos Estados Unidos casando, por um lado, o desejo de qualificação com a necessidade de ficar fora dos circuitos. Por conta da militância no movimento estudantil, ele chegou a ser interrogado, mas com prerrogativas militares, porque ele fez CPOR. Ele foi submetido a interrogatório, mas dentro de circunstâncias, digamos assim, mais *lights*, interrogado como alguém que é oficial de reserva. Mas aí ele optou por estudar e ficar um tempo fora e isso foi em dois períodos: quando eu tinha 3 anos e, depois, quando eu tinha 9 pra 10 anos. Então eu tive uma série de idas e vindas *(Rodrigo - 3º geração – antropólogo - 42 anos)*.

Já na outra ponta, esta influência indireta vinculada ao rígido sistema de controle estatal sobre aqueles que se posicionavam contra o regime militar também pode ser notada no depoimento de Maria, antropóloga pertencente à primeira geração de pesquisadores que tive oportunidade de entrevistar. Como nos conta ela própria,

> na minha cidade no final dos anos 1960, não tinha Universidade Federal ainda. Era um conjunto de faculdades, muitas delas criadas por famílias de classe alta que eram também uma espécie de elite intelectual conservadora. Os professores eram recrutados, neste meio intelectual conservador mesmo, e muitos deles eram muito ligados à Igreja Católica. Eram médicos, engenheiros e, um deles, professor de sociologia, era engenheiro, diretor da Companhia eletricidade. Raramente tinha um professor que tivesse uma cabeça mais aberta - umas duas ou três dessas pessoas foram meus professores, mas eram exceções. Então, quando eu estava nos últimos anos da faculdade tive uma professora que sofreu um inquérito administrativo, se não me engano, mas, na verdade, um inquérito político. Ela dava antropologia no curso de ciências sociais e, falava das teorias evolucionistas, relativizava as regras das relações sociais, de casamento, discutindo a regra do incesto, sociologizando as discussões sobre a norma e tirando a discussão da esfera moral, religiosa ou da determinação da natureza. E isto foi suficiente para levantarem denúncias contra ela. Nessa época eu era assistente dela. Ela teve que ir embora, teve que sair, mas deixou uma porta aberta para quem quisesse tentar um estágio no Museu Nacional, com Roberto Cardoso de Oliveira, com quem ela tinha estudado. Fiz um estágio de quatro meses e logo vi que queria ficar mais, consegui uma pequena bolsa da Capes e quando foi em 1968, 69 comecei o mestrado no Museu Nacional, que foi o primeiro em Antropologia no Rio *(Maria - 1º geração - antropóloga - 67 anos)*.

Como no caso de Amaral, que viu na figura de sua professora de segundo grau um personagem decisivo de trajetória, Maria enfatizou a influência de uma professora em especial durante a graduação. Porém, seu depoimento seguiu uma direção completamente diferente daquele ecólogo. Apesar desta antropóloga não fazer referência durante a entrevista sobre uma participação mais direta na "luta" – como Bibiana, por exemplo -, ainda assim descreveu como os efeitos deste período ditatorial se fizeram presentes no período de sua formação como profissional da área. Aludindo mais ou menos à segunda metade da década de 1970, quando o período mais conturbado já havia passado, Maria comentou que, na época do mestrado:

> quem me ajudou nesta época, na dissertação de mestrado, quem eu tive como fonte inspiradora foi o Shelton Davis, que escreveu nos anos 70 "As vitimas do milagre". Considero este livro importante pra época. É um antropólogo de mão cheia e muito comprometido com as populações que estudou na Guatemala e Estados Unidos. E no Brasil, ele fez um trabalho que na época era difícil para um de nós fazer, porque os tempos eram muito complicados para se falar das lutas por terra, por exemplo, para contestar explicitamente o modelo de desenvolvimento. Tínhamos que escrever as coisas meio cifradamente (...). Quando fiz o doutorado, já eram anos 80 e já foi mais fácil incluir a questão da terra na tese. Não tinha ainda publicado sobre isto, porque era mais complicado, politicamente, porque trabalhava com entrevistas, com pesquisa de campo, o que envolvia gente das equipes locais da Igreja, lideranças de trabalhadores. Só ao longo dos anos 80, é que pude falar mais livremente sobre essas questões. Antes, havia até uma auto-repressão. Só falávamos em alguns certos espaços na Universidade *(Maria - 1º geração - antropóloga - 67 anos)*.

Já no caso de Antônio, outro antropólogo pertencente à primeira geração de pesquisadores, este explicitou um pouco como adequou seu primeiro trabalho de pesquisa à situação política e às transformações culturais vividas no país durante este período:

> naquela época, de 70, o campo tinha muita importância no Brasil, a gente achava que viria uma revolução popular do campo e o nordeste era uma área politizada. E andando por aquela região por outras razões, talvez de férias, me interessei quando comecei a ter contato nas feiras com essa literatura popular de

> cordel, de folhetos. Então tinha um interesse no tipo de ideologia, de mensagem, no compromisso de quem fazia isso. Era interessante pra mim como problema porque era uma literatura escrita pra um público analfabeto, que tinha que passar pela oralidade e que tava articulado em expressar o que acontecia no mundo, na tradição e no presente (...). Encurtando a trajetória, isso me deu uma experiência de pesquisa, deu uma dissertação de mestrado (...) *(Antônio - 1º geração - antropólogo - 60 anos).*

Mas, no caso de Maria, esta descreveu a interferência, ainda que indireta, do ambiente politicamente conturbado no próprio trabalho de pesquisa (ainda que feita de uma maneira informal) que ela já começava a desempenhar por volta da metade dos anos 1970. Vejamos como ela retratou alguns efeitos colaterais que, segundo ela, se fizeram sentir nos períodos em que esteve em contato com pessoas que, posteriormente, viriam a ser os sujeitos de suas pesquisas no mestrado e no doutorado:

> fiz pesquisa primeiro em Goiás, sobre a política de colonização, para a dissertação de Mestrado. Depois fui para Mato Grosso, onde fiz a pesquisa que veio a ser minha tese de doutorado. (...). Tinha passado, por Mato Grosso, como estagiária, tinha visto o início da implantação das grandes empresas agropecuárias. Tive oportunidade de conviver com peões e posseiros, mas colhendo dados sobre contatos interétinicos, como estagiária do Roberto Cardoso. Quando acabei o mestrado, pensei em voltar para lá sem nenhum compromisso com o doutorado ainda, mas pra saber o que estava acontecendo lá. O que a igreja estava fazendo, de onde vinha aquele movimento de posseiros. Porque nada indicava que fossem acontecer aquelas coisas que estavam acontecendo lá. Aparecia muito na imprensa, a intervenção da igreja, as lutas dos posseiros, os conflitos ligados ao trabalho escravo. Então resolvi voltar. Mas voltei de outro jeito, porque foi muito difícil voltar. Tive que passar por muitas mediações até chegar lá. Porque havia a guerrilha de Xambioá, no Sul do Pará, e o Mato Grosso era ponto de passagem, um lugar que despertava muitas suspeitas (...) sobre as pessoas, sobretudo, as que vinham de fora. Então tive de passar por várias mediações, ficar em quarentena durante muito tempo até conseguir chegar lá. Tentei num ano e não consegui, só fui conseguir no outro. Fiquei bastante tempo lá. Não tinha ainda nenhum projeto de tese, mas queria saber e estar junto das pessoas. Até que as coisas ficaram de tal jeito que, eu sabia de muita coisa, ficava o tempo todo ou com o pessoal da igreja ou com a população local, ficava com eles 24 horas por dia. Porque era assim, de um lado tinha a fazenda, a polícia e os políticos locaise; do outro lado, tinha o pessoal da Igreja. Não tinha outras instituições, ou você estava dum lado ou estava do outro, ou era protegido por um ou pelo outro. Dom Pedro era o Bispo da Prelasia de São Felix e através dele que entrei na área, aliás, através de Dom Tomás Balduíno (...). Passei primeiro por Goiás, onde estava Dom Tomás. Ele conversou comigo e saiu num aviãozinho que ele tinha. Ele ia a São Félix do Araguaia e lá conversaria com Dom Pedro Casaldaliga para saber se ele poderia receber uma pessoa que queria estudar o conflito de terras. Ele ficou lá um tempão. Eu fiquei na geladeira, na casa do Bispo, em Goiás. Todo mundo me observando, querendo saber o que eu fazia, conversando etc. Até que Dom Tomás voltou e não me disse logo se eu poderia ir ou não, ficou me sondando. Até que um dia eu disse: "Olha, não agüento mais, o senhor precisa me dizer se eu vou ou não". Acontecia o seguinte. Na Prelasia de São Felix as pessoas eram muito generosas, abriam de boa fé as portas para os que vinham de fora e houve gente da polícia que se infiltrou entre eles. Por isso, passaram a ter todo esse cuidado. Mas depois que cheguei, não levei também muito tempo pra conseguir me entrosar com as pessoas da equipe. Fiquei na casa do bispo mesmo, com os padres, as freiras e os leigos da equipe e acabei sendo aceita. Ajudava a fazer a comida, lavava roupa, às vezes ia pra missa e as conversas rolavam. Ao mesmo tempo, conversava com o povo, com as lideranças. Então, eu tinha muitas informações do cotidiano. Eu mesma escondia as fitas que gravava e, até as anotações do diário de campo eram meio censuradas. A gente tinha medo que a polícia chegasse a qualquer hora. Isso durou um tempo, mas depois começou a chegar mais gente, pessoas talvez ligadas a partidos, e as pessoas se sentiam ameaçadas, com razão. Ou eu entrava para a aquipe e me comprometia inteiramente ou dava um tempo. E assim, tive que interromper muitas idas a campo. (*e havia muita violência?*) Em 1967, quando fui lá pela primeira vez, o clima era bem turbulento, alguns gerentes e fiscais das fazendas tinham que fugir da Polícia Federal, que andava por lá, e castigava às vezes, um ou outro, por causa dos abusos contra os trabalhadores. Mas, ainda não havia perseguição aos padres. Saí em setembro de 67 e foi justamente no período em que estava fora que aconteceu o conflito mesmo armado. Aconteceu em 1972 e eu cheguei de novo em 73, 74. (...). Mas, quando encontrei as pessoas de novo, elas tinham ficado sufocadas muito tempo e estavam muito com vontade de falar e isso tanto os padres e freiras quanto os camponeses. Quer dizer, fiquei depositária de uma confiança e de muitas coisas das vidas das pessoas lá. Como disse, tive que interromper minhas idas

> em 74. Voltei nos anos de 1980, nos anos de 1990 e, recentemente, em 2006 *(Maria - 1º geração - antropóloga - 67 anos)*.

Este relato de Maria nos dá novamente um gancho para o próximo tópico, o qual trata de um tipo de vivência específica associado ao trabalho de pesquisa e que foi citado por alguns entrevistados como "determinante" em suas trajetórias: o ambiente em que desenvolveram seus "trabalhos de campo", sobretudo, mas não só, durante certo tempo de sua pós-graduação.

Cena 4: A importância do trabalho no *campo: quatro relatos*[265]

De fato, o período de campo foi citado por alguns entrevistados como sendo uma época de experiências marcantes. Como vimos, este foi o caso de Maria, a qual, ainda sobre este período, depois de reconhecer que escolheu "fazer antropologia" porque "esta coisa de processos mais abstratos e gerais não me cativava muito não, mas sim aquela coisa de interagir com as populações, desvendar o modo das pessoas pensarem", revelou: "fui logo fazer uma coisa que considero importante pra minha formação e pra minha forma de pensar. Porque não foi nem na universidade nem na pós-graduação que descobri o mundo com um olhar mais a esquerda, foi através do contato com populações do interior, em trabalho de campo mesmo, em que se conversa longamente com as pessoas. Fiz isso muito, minha vida inteira".

Outros pesquisadores que também ressaltaram a importância do trabalho de campo foram Pedro, Rodrigo, Antônio e Bolívar. Contudo, ao falarem sobre o caráter empírico de suas pesquisas, o componente geracional parece não ser fator distintivo no que se refere aos relatos que recolhi envolvendo este tipo de experiência de pesquisa. Dos cinco pesquisadores mencionados anteriormente, tanto os da primeira geração (caso de Maria e Antônio), como da segunda (Pedro) e terceira gerações (Rodrigo e Bolívar) enfatizaram o fato de que as experiências vividas durante este período teriam sido algo marcante em suas trajetórias. Assim, se Maria (que concluiu sua graduação no início da década de 1970) reconheceu que o trabalho de campo foi "uma coisa que eu considero importante na minha formação", a conclusão semelhante chegou Rodrigo (que terminou o curso de antropologia na segunda metade dos anos 1980). Embora se referindo a uma experiência bem diferente da vivida por Maria, este antropólogo descreveu como sua entrada no mundo etnografia também marcou sua trajetória, a ponto de mencionar ao final explicitamente que "essa foi uma experiência definitiva":

> uma das demandas que pintaram foi da equipe de assessoria às comunidades rurais da arquidiocese de Fortaleza, que trabalhava com grupos indígenas na zona metropolitana de lá, que eram os Tapeba, lá de Caucaia (...). Então o João percebeu que eu não gostava de esquentar banco, tava sempre procurando alguma coisa nova e disse: "tem essa história, topas ir lá fazer um *survey*, um trabalhinho de campo?".

[265] Como, no caso de Maria e dos trechos a seguir vinculados ao trabalho de campo de outros pesquisadores, quis dar oportunidade ao leitor de acessar todo contexto descrito por eles, as citações ficaram um pouco extensas. Mas, por se tratarem de relatos com um viés muito particular, decidi optar por este procedimento.

> Falei: "beleza". Trabalhando num contexto político mais amplo da questão indígena, da Amazônia, da transição democrática, da nova constituição. Então a gente vivia isso não só como um empreendimento intelectual e analítico, mas como empreendimento de intervenção qualificada, de reflexão sobre o cenário político (...). Nesse contexto, com uma nova constituinte (...), vou pra Caucaia (...). Chego em novembro, passei o natal lá e voltei em janeiro. Foi minha primeira experiência de pesquisa de campo no sentido estrito do termo, experiência de alteridade, de estranhamento. Aí entendi o que era essa tal antropologia. Lá encontrei uma situação superconflitiva, condições sociais e econômicas da maior escassez, população depauperada, uma coisa impressionante. Ao chegar no campo, no dia anterior uma liderança importante do grupo tinha sido assassinada (...). Cheguei lá e fui direto pro enterro do cara. Foi meio que, assim, não só um choque cultural, mas político. Aquele negócio: o mundo real é outra coisa. Acho que isso foi uma experiência marcante, porque quando chego e ligo em Fortaleza pro pessoal da arquidiocese, me dizem: "olha, a gente não vai poder te dar apoio grande hoje porque assassinaram um cara na área, estamos por conta disso, vamos indo lá agora pra ver isso". Falei: "pô! Então pelo menos deixa eu ir junto, se é pra encarar, deixa ver mesmo o que está rolando lá". Aí o pessoal me apresentou assim: "ó, esse é o rapaz que veio fazer a pesquisa, chegou hoje e tal". Então meio que fui me ambientando, conhecendo alguns caras com os quais conviveria alguns meses. O que posso dizer, pra resumir a história, é que essa foi uma experiência definitiva. O que quero fazer é isso aí, esse tipo de antropologia que tenha um compromisso analítico forte, de entender, como naquela situação, o que é isso que chamamos de fronteiras étnicas, que grupos que estão reivindicando reconhecimento como povo indígena, mas que não eram reconhecidos mesmo pela literatura. Tentar entender isso do ponto de vista analítico, mas, ao mesmo tempo, ter uma intervenção qualificada no sentido de assegurar o direito desses grupos ter acesso a terra e uma série de outras coisas. Essa experiência foi definitiva e a decisão veio junto: "vou fazer mestrado em antropologia, é esse meu caminho profissional mesmo, é aqui que vou ganhar meu dinheirinho" (...). Fiz o mestrado e fui a campo de novo em 87 e 88 (...). Mas aí vou pra campo e permaneço um período longo. Vou em outubro de 89 e só volto em julho de 90, ou seja, passei 10 meses vivendo em Caucaia direto, na casa dos índios. Imersão mesmo, só não tava nas ilhas Trobriand. Fiz um trabalho de campo de longa duração, de exercitar esse negócio que aprendi no mestrado *(Rodrigo - 3º geração – antropólogo - 42 anos)*.

Mas a importância do envolvimento de pesquisadores com os lugares onde fizeram seus estudos de campo não foi só lembrada por cientistas sociais. Foi o caso de Bolívar, zoólogo que trabalhou muito tempo na região das UCs de Intervales e Ilha do Cardoso, ambos os locais de Mata Atlântica situados no estado de São Paulo. No caso de Intervales, Bolívar contou que,

> em 92 terminei meu mestrado e fui fazer doutorado em Cambridge. Ia trabalhar só com primatas no princípio. Era um laboratório forte em biodiversidade, tavam lá Márcio Ayres, Carlos Peres, grandes nomes, eu sou da terceira geração. Decidi trabalhar com impacto no palmito. Tinha toda uma idéia que palmito era chave. Porque dentro do parque era lotado de palmito, só que atravessava o rio, na floresta não tinha um palmito (...). Fiquei um ano e meio na Inglaterra e escrevi o projeto. Voltei e fiquei um ano e meio no campo dentro do Parque Intervales. Uma área fantástica em biodiversidade. Toda a reserva tem 390 espécies de árvores. É um jardim botânico, as bromélias e tal, é um dos lugares mais bonitos da Mata Atlântica. No estudo comparava área com palmito e área sem palmito. Entrevistei vários palmiteiros sobre a economia do palmito. Queria saber por que os caras cortavam palmito à noite num lugar proibido. Entrevistei palmiteiros, o atravessador e o dono da fábrica. Queria saber quanto cada um ganhava nessa história (...). Na época palmiteiro ganhava 500 reais, atravessador 4.000 mil e o dono da fábrica 40.000 mil com a mesma quantidade de palmito. Só que do ponto de vista do palmiteiro ele ganhava muito. Ganhava o dobro do salário mínimo e ninguém ganhava um salário mínimo. (*nessa época você já entrou nos conflitos?*) Não tinha ainda essa problemática de índio, de tradicional, mas tinha a problemática do palmiteiro. Porque lá é uma área miserável, só se planta banana e perdem a maioria da banana. Bom, enfim, propus várias alternativas pra eles. Plantar pupunha - que é mais baixo e tem menos impacto - e deixar o palmito lá no Parque. O ponto nevrálgico dessa minha mudança foi no governo do (*trecho não compreensível*). O Parque tinha 80 funcionários pra cuidar do parque e a grande maioria era de guardas. As pessoas que trabalhavam eram ex-palmiteiros, quilombolas. Ele demitiu todo mundo. Tinha uns sete guardas lá embaixo onde eu trabalhava e ficou só um. Com isso começaram os palmiteiros a entrar dentro da reserva e a caçar antas, jacutinga, enfim, animais ameaçados, muitos dos que eu trabalhava, grupos inteiros que eu trabalhava começaram a sumir. Aí isso foi um ponto de partida: ou começo a colocar isso num papel e denunciar ou só vou fazer pesquisa acadêmica *(Bolívar - 3º geração – biólogo - 41 anos)*.

Já quanto ao seu trabalho da Ilha do Cardoso, Bolívar relatou como foi fazer suas pesquisas neste parque estadual:

> depois do doutorado publiquei esse monte de coisa do palmito e fui fazer pós-doutorado na Indonésia lá no meio da floresta do Bornéu. Fiquei lá 4 meses e aí estourou a guerra civil lá e vim embora. Voltei pro departamento de Botânica pra trabalhar com impacto de fragmentação e predação de sementes. Fiquei quatro anos trabalhando com fragmentação seguindo mais ou menos modelos de projetos da Amazônia. E via que os resultados que obtinha não batia com os da Amazônia. Era frustrante. Sempre que conversava com pessoas sobre áreas contínuas de Mata Atlântica eles falavam: "ah não, aquilo lá tá preservado, você tem que se preocupar com fragmentos". Até que comecei a dar um curso contratado como docente na Ecologia em 98. Comecei a ver que não era bem assim, você andava na mata e não via nada. A Floresta tava vazia. Não tinha o que era pra ter em áreas de Mata Atlântica, não tinha onça, não tinha nada. E daí comecei a estudar esses conflitos, tinha muito caçador, caiçara e não caiçara, e problemas com os índios. Um grupo chegou na Ilha do Cardoso e começou a caçar e aí, como em 92, começamos a denunciar isso pro Ministério Público e o pessoal falou: "mas ainda não tem impacto". Como não tem impacto? Daí veio pra mim: "a gente vai ter que mostrar isso, se tem ou não tem" *(Bolívar - 3º geração – biólogo - 41 anos).*

Bolívar também revelou que o trabalho de campo terminou ampliando geograficamente seu campo de atuação, sobretudo, através de seus alunos e orientados da pós-graduação:

> esse projeto começou a se desdobrar em várias outras partes. Então, como eu tinha muitos alunos, coloquei cada aluno em um Parque, no da Juréia, Cardoso, Serra do Mar, Ilha Bela, Anchieta e isso continua até hoje. E esses estudos comparavam as áreas que tem gente e as áreas que não tem gente. E mostravam bem claramente, assim, onde não tem gente morando dentro você tem mais fauna e onde tem gente morando, não importa quem seja, se é índio, se é caiçara ou se é refugiado da cidade - porque tem alguns parques que se o cara matou alguém na cidade ele vai morar dentro do Parque - tem menos fauna (...). Então eu fiz um projeto muito grande pra diagnosticar as populações de aves e mamíferos de grande porte nessas áreas. Você tem toda a floresta, mas não tem bicho, a floresta está vazia, então alguma coisa está acontecendo. Você não tem desmatamento, não tem problema de fragmentação, o que é que está acontecendo? Como é que esses bichos estão sumindo? A gente fez censo em vários lugares. Intervalos, onde não tem gente morando nesses parques, as populações de jacutinga e de anta são altas. E são Parques afastados da cidade. Agora, na Juréia, e a situação pior é a da Serra do Mar, tem muita gente morando em parques, vilas inteiras. Nessas áreas, as florestas estão bem vazias (...). E junto com isso a gente começou a trabalhar numa ilha, que é a ilha de Anchieta, numa mata super secundária onde introduziram animais. E a população explodiu e aí comecei a descobrir como uma mata bem ruim pode suportar bicho. Está certo que estava até acima da capacidade de suporte, mas floresta não consegue se regenerar. (...) Enfim, aí a gente está com esse projeto de quatro anos com a perspectiva de renovar pra mais quatro, pra entender o que acontece se eu tirar a onça pintada, o que acontece com a vegetação? Qual é o efeito? Se eu tirar a onça, todos os predadores caçados pela onça vão aumentar e se eu tirar a anta vai ter um monte de bicho e um monte de plantas que não vão mais ser pisoteadas, não vão ser mais colhidas e com isso diminui a diversidade geral da floresta. Então esse é o nosso novo desafio, é entender esse efeito cascata, como que eu posso prever o que vai acontecer na Mata Atlântica em termos de diversidade de árvores se não tiver esses animais? *(Bolívar - 3º geração – biólogo - 41 anos).*

Outro pesquisador que, em seu depoimento, fez uma minuciosa descrição das suas experiências de campo durante o período de doutorado foi Antônio, antropólogo que, diferentemente de Bolívar, foi trabalhar com seringueiros no estado do Acre:

> no mapa tava tudo vazio ali, mas sabia que existia uma realidade de seringais pela experiência da minha família (...). Nunca tinha estado nessa ponta do Acre, mas comecei a fazer uma pesquisa histórica (...). Então era ir lá e fazer um estudo direto de campo com a receita da antropologia, que é passar um tempo morando no lugar (...). Foi aí que cheguei na região com o objetivo de fazer a pesquisa de campo. E lá não tinha nenhum contato, não tinha ninguém estudando isso (...). Quando cheguei em Rio Branco passei uns dois dias lá, fui pra Cruzeiro do Sul e lá não encontrei com ninguém. Em Cruzeiro do Sul passei uma semana em setembro de 82. Durante essa semana comprei uma canoa e fiz contato com um piloto fluvial. Contratei com ele um esquema pra me levar até onde desse nos seringais e depois ele ia me ensinar a pilotar uma canoa. Depois ia ficar lá um ano morando por minha conta. E foi assim que tive contato com os seringueiros (...). Minha idéia era ir pra um local que as pessoas diziam que era o pior de todos pra morar, porque se passava muita fome lá, mas era também o local de maior produção de borracha. Então isso era bem longe. Saí de Rio Branco (...) e cheguei em Cruzeiro do Sul. Até hoje não tem um transporte regular pelo rio, ou vai de avião, de canoa (...) ou vai de batelão e arma uma rede. Mas comprei uma canoa e fiz essa subida (...) com a minha canoa dando passagem pras pessoas que me ajudavam a pilotar.

> Fui então pra ficar esse período inicial de um ano (...). Esse período foi de contato com o cotidiano, na verdade viver esse cotidiano com os seringueiros. Lá minha posição era de ajudante de um seringueiro. Depois, durante um período, quis trabalhar por conta própria e daí fiz uma borrachazinha também. Mas na maior parte do tempo estava acompanhando um senhor já meio idoso, em termos deles, no trabalho dele. Era uma situação comum a pessoa ter um auxiliar, alguém pra trabalhar. Achavam meio esquisito eu estar por lá, mas não iam fazer pergunta porque as hipóteses eram de que eu seria polícia federal, um enviado do sindicato ou do dono do seringal, um paulista que teria comprado aquilo ou o cão, o diabo. As alternativas eram essas mais ou menos. Ninguém fazia muita pergunta, nem os patrões, com medo, não pediam documento, absolutamente nada! Essa situação de mistério deixava todo mundo meio inquieto e os seringueiros achavam legal, porque, como eu perguntava, fazia entrevista, perguntava preço de tudo e checava as contas, eles achavam que aquilo era de fato uma fiscalização pra saber como é que os patrões estariam roubando. Bom, esse era um trabalho que o método dele, eu não usava gravador, não tinha disso, a coisa era viver com as pessoas e fazer meu diário de campo. Isso significava que tive um contato muito direto e contínuo com os moradores, a gente caçava, fazia roçado, borracha, pescava, comia a mesma comida, [pois] não tinha como estocar alimento lá, era muito longe e não dava pra carregar tudo. Essa experiência foi importante pra me dar uma sensação de segurança quanto a como tratar com as pessoas, viver como o pessoal vivia, fazer relações de amizade pessoal e aí entender o funcionamento daquela vida. Isso até hoje é importante pra mim *(Antônio - 1º geração - antropólogo - 60 anos)*.

Uma especificidade da entrevista deste antropólogo (a mais longa de todas, com mais de três horas de duração) foi que, quando falava sobre suas vivências de campo, sua narrativa era marcada por uma fraca presença do "eu" pesquisador e, ao mesmo tempo, pela forte presença do "eles" sujeitos de suas pesquisas. Exceto o trecho acima e algumas partes soltas, quando Antônio falou sobre os episódios que deram origem a sua tese de doutorado, estes sujeitos tenderam a se sobressair em relação às auto-avaliações sobre sua própria trajetória. Dito de maneira simples, este antropólogo, ao falar sobre suas experiências, acabou contando muitas coisas sobre as pessoas com quem conviveu ao longo de sua vida. Este aspecto pode ser visto neste trecho onde Antônio descreve as conseqüências, em termos interpretativos, deste tempo em que viveu - tanto durante como depois de seu trabalho *no* campo - com seringueiros:

> você tem uma entrada diferente quando tem que, de certa maneira, relaxar, deixar de se preocupar com o tempo, com os dias, ver o cotidiano, a alimentação. Tudo o que faz lá você vê de outra perspectiva (...). Isso deu um impacto muito forte (...) de ver de dentro a vida dos seringueiros. Quer dizer: "como é realmente a vida aqui?". Diferente do que as pessoas dizem: "ah! aqui se passa muita fome, aqui é uma exploração", quando se vive lá você percebe que existe outra realidade. E sem perceber isso é difícil entender (...) por que alguém moraria dentro da floresta em condições descritas como as piores que o ser humano pode agüentar (...) a não ser que seja obrigado a ficar nessa vida pela escravidão das dívidas, pela violência (...). Isso está escrito também no Celso Furtado (...) e, depois, pessoalmente, ele continuou repetindo. Numa visita, em 85, tava junto com vários seringueiros, já assessorando o movimento político deles, repetia a mesma coisa pra eles: – "vocês estão aqui porque não sabem que, na verdade, estão na fase mais primitiva da história humana; depois disso veio outra fase, a do extrativismo, depois a da agricultura e depois tem a indústria; e aí as pessoas têm uma coisa chamada salário mínimo, condições dignas de trabalho; e vocês estão muito longe disso, porque vocês não sabem, estão preocupados com essa coisa de borracha". Não só o Celso Furtado dizia isso, mas vários outros economistas (...). Tive essa experiência que, no fundo, me ensinou a seguinte lição: as pessoas moravam na mata não porque tinha escravidão por dívida, mas porque aquilo era visto como uma forma de vida que eles escolhiam viver, mesmo quando tinham oportunidade, possibilidade de sair da floresta e morar na cidade. Era uma opção, clara naquela época, que até hoje continua a ser feita por muitas pessoas moram lá dentro (...). Não tinha nada que o impedia de sair, talvez tivesse que ficar um ano a mais pra pagar a dívida, mas querendo você pagava, essa é outra história. Mas o problema era outro: se vai pra cidade ou pra área rural da periferia da cidade, o primeiro lugar de trabalho é no sol (...). Ora, no mato se trabalha na sombra, o chão é macio, é mole, você pisa no chão, é fofo; na cidade é duro, tem muito barulho. (*eles falavam isso!*) É, falavam. Então, tinha a teoria da sombra e água fresca: você saía pra trabalhar de madrugada, duas, três horas da manhã e voltava nove horas. Os seringueiros não ficavam no roçado depois das 10 horas, iam pra casa; era muito quente (...). E não tinha ninguém ditando hora de trabalho. Quando vai trabalhar de assalariado,

> na cidade ou na área rural, tem uma rotina de trabalho e você ganha uma certa quantia por dia (...). Ele produzia a própria comida, plantava e colhia, caçava pra se alimentar, pescava pra se alimentar e tinha coleta na floresta. Não havia maneira de impedir o acesso, isso fazia parte, digamos assim, da tradição local. E imaginar impedir isso significaria ter um exército com um custo que superaria a possibilidade operacional daquele tipo de negócio dos patrões (...). Então, a maneira de fazer ele produzir excedente era empurrar mercadorias. Fazê-lo se endividar significava, na verdade, empurrar tranqueiras (...). Claro, com preço exorbitante, o cara roubando, mas tinha que dar alguma coisa, senão ele, ao invés de produzir uma tonelada, ia produzir 400kg (...). O fato é que tinham controle sobre a própria rotina do trabalho, tinham certa liberdade de fazer planos, a opção de fazer mais farinha, mais alimento, se dedicar mais à caça ou não (...). Você tinha que entrar na idéia de que, de fato, os seringueiros escolhiam estratégias diferentes. Tinham alguns que queriam acumular tranqueira e uns que só queriam saber de pescar e caçar; e o patrão queria se livrar deles, o que era difícil. E tinha os que gostavam de muita comida, de roçados grandes, de fazer reuniões, de atividade sindical e assim por diante *(Antônio - 1º geração - antropólogo - 60 anos)*.

Outro pesquisador que enfatizou bastante o período em que desenvolveu seu trabalho *no* campo foi Pedro. Este primatólogo contou, durante seu depoimento, como desenvolveu um sentimento de afetividade com a região onde fez seus estudos no mestrado e no doutorado:

> no mestrado continuei com minhas pesquisas com o mico-leão-preto, me envolvi completamente com ele. Todo verão americano vinha ao Brasil e ficava nesse parque ou numa pequena estação ecológica no centro de São Paulo, que era onde sabíamos que tinha mico-leão-preto. Assim foi até terminar o mestrado e aí já entrei direto no doutorado lá mesmo. Fiz as matérias, exame de qualificação e vim fazer minha pesquisa de doutorado no Parque Estadual do Morro do Diabo. Pretendia morar um ano e meio lá e fiquei morando três anos (...). Levei meses pra achar mico-leão, mas depois a pesquisa começou a dar certo. (*e como é conviver com macacos?*) Primeiro que nunca estive tão forte na minha vida, entrava no meio da mata de manhã e de noite voltava pra casa. Não via o sol, entrava na mata antes do amanhecer e saia depois do anoitecer. Entrava antes deles acordarem e saia depois que estavam dormindo. Nesse tempo aprendi muitíssimo com os primatas e com a natureza. Porque estava muito focado com aquilo que eu passei a conviver, fortemente focado em observar a natureza, mas também com as pessoas, sobretudo com um dos mateiros que trabalhava comigo e trabalha até hoje, que é um sábio. Convivia com aquele sábio dia e noite, um homem de pouca educação, mas extremamente esperto, uma coisa impressionante. Então foram anos importantes pra minha formação, por diversas razões, porque ficava lá convivendo com esse sábio o tempo todo, porque aprendi muito com a própria natureza, o que é natureza de fato, aprendi a necessidade de confiar um no outro nas situações adversas. Além disso, tem essa coisa de vir de uma escola americana e ir pro interior do interior, reaprender a subir em árvore, nadar no rio, tudo isso junto foi uma experiência muito importante pra minha formação *(Pedro - 2º geração – primatólogo - 60 anos)*.

Mas o relato de Pedro não se restringiu apenas a dar importância ao trabalho *no* campo no sentido estrito, ou seja, às experiências mais diretamente vinculadas às suas pesquisas. Como no caso de Maria e de Antônio, este primatólogo descreve como foi se envolvendo com questões muito mais amplas do que sua pesquisa de mestrado e doutorado:

> (*como foi a experiência de viver dentro dum parque?*) Foi complicadíssima, mas absolutamente fundamental na minha vida. Primeiro porque foi a segunda vez que arrumei encrenca pra minha mulher. A primeira foi quando decidi abandonar a administração. Mas sempre digo que enganei ela porque tirei fotos do Morro do Diabo e levei pra casa pra ela conhecer, porque ninguém sabia do que estava falando. Mas o pontal, depois do Vale do Ribeira, é o segundo lugar mais pobre do estado de São Paulo (...). Cheguei em Teodoro Sampaio e não tinha casa. Só que nesse momento uma pesquisadora que trabalhava e morava no parque (...) tinha pedido demissão, estava indo embora fazer mestrado. Então essa casa dentro do parque ficou livre. Era a única casa disponível e aceitei a casa. Era de madeira pré-fabricada e só tinha uma tomada na casa, lembro que isso me chamou a atenção, tinha dois quartos, uma sala, um micro banheiro e uma mini cozinha. Mas aí chegamos, num verão terrível, eu, minha esposa e três filhos. Ela chorava de raiva, meus filhos morrendo de medo, quase que a família acaba nesse momento. Foi um momento extremamente difícil, mas aos poucos estruturamos. E o diretor do parque nesse momento era uma pessoa extraordinária e foi ajudando. Minha mulher começou a trabalhar com educação ambiental e no fim também acabou se envolvendo no processo. Montou um programa de educação ambiental, pegou estudantes da cidade pra ser monitor e começou a abrir o parque pro público, a fazer trilha pra visitação no morro. Começou a ficar bem sucedida, usando jovens da cidade, jovens entusiasmadíssimos. E eu

> também comecei a trazer estagiários e a gente foi construindo uma história na região com bases sólidas, com um monte de gente envolvida com a UC (...). Nesse meio tempo quase fui preso, a polícia federal foi me prender porque fui denunciado por alguém do Instituto Florestal que não se conformava que eu fazia pesquisa lá. Tive várias encrencas enormes desse tipo. Depois disso sofri uma acusação de um procurador do estado que dizia que estava vivendo por conta do Estado, que utilizava em benefício próprio bens do Estado. Quando fui embora escrevi uma carta de sete páginas pro diretor geral do instituto. Aí aprendi uma lição com essa história, não só não ouviram minha denúncia, não procuraram saber ou se informar, mas, se uniram todos contra mim. Angariei uma dezena de inimigos dentro do Instituto Florestal. Tem algumas histórias fortes, mas a vida melhorou e começamos a fazer coisas incríveis dentro do parque. E isso sem nenhum recurso, sem dinheiro. Aí vem aquela coisa, como é importante querer fazer. Com todo trabalho que fizemos lá, começamos a criar trilhas, depois conheci um cara do Canadá e convenci ele a nos ceder um ônibus pra buscar os jovens. Enfim, começamos a abrir o parque que no final já recebia 10 mil pessoas por ano. Com tudo isso foi crescendo nosso amor por aquela unidade de conservação e pela região, uma região que ninguém ligava. Se dizia que era castigo ir trabalhar lá. Fez errado, vai pro Morro do Diabo. Então a gente começou a trabalhar, trabalhar, trabalhar e acabou que fiquei muito mais tempo do que havia planejado, de um ano e meio, fiquei três anos *(Pedro - 2º geração – primatólogo - 60 anos)*.

Como se pode verificar, as experiências descritas por Pedro foram muito além de fazer uma pesquisa com primatas. Porém, este pesquisador narrou um episódio específico que aponta para uma transformação na forma como ele via sua relação com UCs e populações locais:

> uma outra coisa é que o pontal do Paranapanema é um lugar de grandes conflitos. Em 84 eu vi a primeira ocupação de terras e em 90 o MST veio pesadamente, eles entraram pesadamente no pontal e entraram ocupando áreas de mata. Então eu, num primeiro momento, fui absolutamente contra o movimento sem terra. Eu ainda tinha esperança de que podia tomar de volta a área original da reserva, que estava ocupada por grandes proprietários, que eram grileiros, que são mais fáceis de negociar. Mas com a entrada do movimento sem terra eu vi que não ia ter jeito. Acabei indo denunciar eles no Instituto de Terras, arrumei uma encrenca grande, eu fui denunciar no Instituto de Terras junto com o advogado da SOS Mata Atlântica, ameaçando entrar na justiça e a diretora do instituto me respondeu: "olha, provavelmente você vai parar a reforma agrária no pontal, mas eu vou contar por movimento sem terra que foi você que entrou com a ação e aí você não entra mais no pontal". Aí eu vi que a coisa era pesada demais. Bom, mas daí fui pro pontal, bati na porta do José Rainha e falei: "quero falar com você". Ele já sabia quem a gente era porque o agrônomo deles era namorado de uma pesquisadora nossa. E aí conversei com o Zé Rainha, disse que estava muito preocupado e tal e ele disse: "mas nós não temos interesse de ocupar a floresta". Mas então eu falei: "bom, mas a gente precisa conversar, porque a minha missão é a conservação e a sua é a reforma agrária, e eu queria saber se tem alguma coisa que a gente possa fazer juntos". Ele falou: "tem! Vamos reflorestar o pontal". Eu disse: "esse é seu desejo?"; e ele: "é nosso"; "então é pra já", eu disse. Aí uns dias depois nós assinamos um convênio com o movimento sem terra. No dia de assinar o convênio, foi feito até um filme que mostra esse dia, teve toda uma mística fortíssima, com música, com coisas decorando, nós plantamos três mudas simbolicamente. E depois construímos um viveiro de mudas numa fazenda que tinha sido ocupada. Então agora nós estamos florestando o pontal, definitivamente, junto com os assentados. Então mudou a paisagem drasticamente e eu que achava que a reforma agrária ia ser o fim da história fui vendo que acabou sendo o começo de um novo pontal. Eu chamo esse processo de resgatando a grande reserva, mas não é mais a grande reserva como eu pensava, é uma nova grande reserva, uma nova paisagem *(Pedro - 2º geração – primatólogo - 60 anos)*.

Os pesquisadores citados neste tópico não foram os únicos a relatarem experiências marcantes vividas durante seus trabalhos de campo. Porém, creio que seus depoimentos ilustram como este período da vida acadêmica pode ser importante em termos de formação, mas, igualmente, como tais vivências podem ser qualitativamente diferentes. A despeito disso, porém, embora por vias distintas, os relatos dos últimos três entrevistados apontam para a entrada e o contato com à temática ambiental e ao nosso "tema quente". Vejamos então como outros pesquisadores narraram seus primeiros contados com essas discussões.

Cena 5: Primeiras experiências com problemas e temas ambientais

De modo geral, as pessoas com que conversei contaram que entraram em contato com questões ambientais por vias muito singulares. Toríbio, por exemplo, ao se perguntar: "bom, por que me meti nisso?", respondeu:

> a rigor não teria nada com isso, porque minha formação é de oficial de marinha, passei 40 anos na marinha. Mas sempre tive interesse muito grande em natureza. E esse interesse foi muito aumentado quando eu passei dois anos na Amazônia. A marinha tem um grupo de navios que patrulham os rios da Amazônia. E de 1967 até 69 eu fiquei comandando esse grupo de navios e com isso eu tive oportunidade de andar por aqueles afluentes, pelo menos aqueles que os meus navios podiam ir. Foi bastante interessante, porque eu fui até o Peru em navios, subi vários afluentes, enfim, isso me deu um sentimento muito grande de frustração, de preocupação por ver como na Amazônia, naquela época, as coisas já estavam caminhando mal. (*e como você foi parar nesse mundo da conservação vindo da marinha?)* Porque, como eu disse a você, eu gostava de história natural, eu gostava de natureza, me interessava muito por isso, estudava paralelamente às minhas obrigações profissionais *(Toríbio – 1º geração - sem curso superior, mas especialista em paleontologia - 83 anos).*

No caso de Horácio, que, como vimos, se auto-exilou na Europa nos anos setenta, este alegou ter se aproximado gradualmente de "questões de conservação" ao longo de sua carreira, como ele mesmo disse, seu interesse foi "surgindo" e se consolidando "aos poucos":

> sou antropólogo e meu interesse por questões de conservação apareceu ao longo de certa evolução de temas do início da minha vida acadêmica e que me levaram a pensar essas questões a partir dessa minha trajetória. Conservação não foi um tema imediato, foi surgindo, surgindo historicamente, porque no início do meu trabalho com pescadores artesanais a questão da conservação existia, mas como preocupação sobre a limitação dos recursos do mar. Era uma ênfase bem diferente. Já naquela época, anos 1970, havia sinais de redução dos recursos pesqueiros. Fiz meu mestrado no início de 70, mas esse não era o tema central. No entanto, o fato de ter trabalhado com comunidades de pescadores, que são muito mais complexas do que comunidades de agricultores, porque mexem com dois domínios distintos que são o mar e a terra, essa complexidade no entendimento das relações ecológicas e com a paisagem fizeram com que fosse me interessando por questões da conservação não só no mar. Outro elemento favorável a essa minha preocupação maior com questões da conservação foi meu doutorado na França, isso já em 74, 75, em que, após a Conferência de Estocolmo, em 72, o tema da limitação dos recursos naturais estava muito em voga. Era uma discussão acirradíssima na Europa sobre alternativas pro mundo já naquela época. Isso foi me dando uma familiaridade de um lado teórica, porque eram discussões fundamentalmente teóricas e, ao mesmo tempo, sempre tive preocupação grande, como antropólogo, de me manter ligado às questões do campo, do campo de pesquisa *(Horácio - 1º geração - antropólogo – 64 anos).*

Já Bibiana, que também vivia na França no período indicado por Horácio, contou como começou, na metade da década de 1970, a se interessar mais diretamente pelo "movimento ecológico" durante seu período de exílio:

> tinha muita ligação com o movimento ecológico. Começou assim: na França a ecologia começou pela ciência, pelas publicações científicas. Quer dizer, quem começou a denunciar foi o pessoal da biologia por causa da constatação da degradação do solo, do desaparecimento de espécies, era o que se via. E quem tratava essas questões eram biólogos, ecólogos, só mais tarde vieram cientistas sociais, sobretudo, com o primeiro seminário - que consolidou na universidade o tema sociedade-natureza - do Maurice Godelier e de um agrônomo maravilhoso, pesquisador do museu natural, que era Jacques Barreau. Fui nesse seminário e daí pra frente as coisas e os movimentos foram se constituindo. Houve um grande movimento contra a energia nuclear, esse foi fortíssimo, que participei. E a juventude toda com quem andava pertencia a esses movimentos de contestação. Depois que diminuiu a contestação política de maio de 68, as contestações feminista e ecológica continuaram, essas contestações tinham suas raízes em 68, mas continuaram *(Bibiana - 1º geração - graduação em ciências sociais e história natural - 65 anos).*

Alonso foi outro pesquisador que fez referência ao fato de que a oportunidade de passar um período na França teria lhe proporcionado um contato com "toda a cena alternativa que estava crescendo", só que 12 anos após maio de 1968:

> em 80 morei na França. Foi uma coisa pessoal, porque tinha um lugar em Paris que pude ficar de graça e estava querendo viver um tempo lá. Mas ter morado em 80 lá foi muito importante porque naquele momento encontrei o crescimento da política verde, do movimento ecologista e de toda a cena alternativa que estava florescendo no final dos anos 70. Então foi muito importante ter contato com os partidos verdes, com esses movimentos contra a energia nuclear, da agricultura ecológica e todo um conjunto de autores que estavam fazendo uma crítica muito profunda sobre o modo de vida urbano-industrial. Então esse período também fez parte da minha formação *(Alonso - 2º geração – historiador – 49 anos)*.

Embora Bibiana tenha se referido a um evento específico (um seminário), tanto sua fala como a de Alonso apontam para um contexto mais geral que eles acabaram vivenciando e se inserindo. Já Lúcio descreveu minuciosamente um episódio do qual teria participado que, nas suas palavras, "praticamente definiu minha intervenção nessas questões ambientais":

> em 76 dava aula em Campos, no estado do Rio, e lá tinha jovens de uma sociedade de conservação organizada, uma das mais antigas que se chama Sociedade Norte Fluminense para a Conservação da Natureza, que tinha os irmãos Aristides e Arthur Soffiati. Bom, o Arthur era meu aluno. Um dia aparece com os alunos querendo fazer um projeto com pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos, distrito de Campos, onde ficam populações híbridas de pescadores e agricultores. Essas populações estavam tendo que buscar água dois km dentro da lagoa porque ela estava secando por conta de uma obra que estava canalizando a lagoa. As famílias estavam em pânico, porque moravam na beira da lagoa e viviam da pesca. Então os alunos me chamam porque prenderam um líder de pescadores. Porque em 1976, plena ditadura, eles fizeram uma ação, aliás, cheia de simbolismo, maravilhosa. Pegaram todas as armas que tinham, deixaram na beira da lagoa e entraram num barco com a bandeira do Brasil e uma bandeira branca. Mas foram pra paralisar os serviços da obra. Aí teve conflito entre eles, fazendeiros e o dono da empresa, que era também presidente da Arena, dono da televisão e da rádio local. Inclusive, eu não sabia, era dono da faculdade que dava aula. Depois perdi o emprego. Enfim, o cara era o todo poderoso. Nesse momento esses alunos chegam dizendo "olha, os pescadores tão dizendo que a lagoa não era assim, que ela tá secando". Nisso a polícia prende o Manuel Rocha, líder dos pescadores, pedindo que justificasse tecnicamente aquela situação na lagoa. E os alunos falam: "o senhor é professor de geografia, talvez...". Por acaso tive formação relativamente consistente de quatro anos de pesquisa nessa área. Cheguei a furar com trado, a cada 50 m², 3, 4 metros de profundidade pra tirar areia na Barra da Tijuca. Furei aquele chão de dentro da lagoa pra fazer estratigrafia. Aí, no caso da lagoa de Campos tinha que fazer um relatório acadêmico. Um relatório rápido, acho que é o primeiro EIA/Rima que tenho notícia, isso em 76 (...). Enfim, o Soffiati foi uma pessoa importante pra formação da minha pessoa e esse evento definiu minha intervenção nas questões ambientais. Porque depois começo a me interessar pela questão, me dedicar a ela como pesquisador, escrever textos e artigos sobre isso *(Lúcio - 1º geração – geógrafo - 58 anos)*.

Mas, após contar este episódio envolvendo ele próprio, seus alunos e os pescadores da Ponta Grossa dos Fidalgos, Lúcio revelou algumas conseqüências "definitivas" na sua "formação" por conta de ter podido participar desse processo:

> quando me meto nisso já tive algumas surpresas interessantes (...). Comecei a ter um dado definitivo na minha formação, pois a partir daí passei a me interessar pelo debate ambiental como pesquisador. Essa experiência do ponto de vista ético, político, todos os sentidos, me marcou e me marca. Percebi que eu, que tinha um estudo consistente de formação lagunar e restingas, entro na lagoa e começo a conversar com os pescadores e logo percebo que eles tinham um enorme conhecimento sobre aquilo. Sabiam como é que tava a chuva, que tava inundando mais rápido, que havia problema de assoreamento por causa da erosão, porque a água fluía mais rápido do que antes pra lagoa. Olhei pra aquilo e fiquei surpreso com algumas metáforas extremamente bonitas deles. Uma pessoa me deu um exemplo: "o senhor imagina que aqueles morros ali atrás são como uma calha de papelão, quando estão cheios de matas é como se fosse uma calha de papelão; então a água caía, infiltrava e demorava pra chegar aqui; mas agora que tiraram tudo é como se fosse uma calha de cobre; daí a água chega mais rápido, inunda logo, dá enchente". Umas

> metáforas como essas, ótimas. Ao mesmo tempo sabiam onde havia água mais turva, mais clara, onde os peixes se concentravam. Confesso que fiquei muito surpreso e isso reforçou algumas coisas que vinham da minha origem operária, os conhecimentos que se precisa ter pra poder viver, pra poder se virar com salário mínimo e ter que conhecer a vida. Então minha abertura pra isso também vinha de uma identidade com o meio de onde vim, de você fazer um trânsito entre os subordinados e você, como intelectual, tentar fazer essa identificação com eles ali (...). Isso foi extremamente importante pra mim, esse encontro que se deu em Campos com esses jovens e esses pescadores *(Lúcio - 1º geração – geógrafo - 58 anos)*.

Além deste evento, Lúcio expôs um outro "fato" "muito importante" para que ele viesse a desenvolver ainda mais sua "simpatia pela problemática ambiental", fato este que, como no caso dos irmãos Soffiati, tem a ver com a influência de seus alunos na sua trajetória:

> no início dos 80 outro fato importante aconteceu com outro aluno meu. Sempre brinco que fui educado pelos meus alunos. Mas esse foi muito importante, depois se tornou importante ambientalista brasileiro, historiador de primeira linha, que é o José Augusto Pádua. O Pádua assiste umas aulas sentido que eu tinha simpatia pela problemática ambiental, que sempre incorporava coisas nas minhas aulas, nas minhas análises, que tinha formação e experiência nisso. O movimento ambientalista também já começava a surgir. Ele foi me passando textos que foram importantes porque me mostraram que havia ambientalistas de esquerda. Isso porque tinha certa dificuldade com o movimento ambientalista, em parte em função da minha formação que, mesmo não sendo marxista ortodoxo, o escopo do marxismo privilegia as relações sociais. As relações com a natureza não aparecem na análise *(Lúcio - 1º geração – geógrafo - 58 anos)*.

Outro pesquisador que revelou ter começado a "manter contato com o ambientalismo" durante meados da década de 1970 foi Alonso. Porém, diferentemente de Lúcio, este historiador descreveu como se deu sua inserção a partir da proximidade que foi, paulatinamente, construindo com movimentos organizados da época:

> no ambientalismo comecei relativamente cedo a me interessar por essas questões, em 74, 75, com 15, 16 anos (...). Foi na época que mais ou menos começou a nascer o ambientalismo brasileiro organizado em entidades. Pessoas que estavam abrindo sua visão de esquerda pra incorporar questões mais amplas, que normalmente não eram só relativas àquela oposição trabalhador/empresário, que dominava a esquerda. Era uma crítica ao economicismo da esquerda tradicional (...). Mas também existe um fator objetivo, que é a realidade da explosão de problemas ambientais na época. Não foi só uma coisa ideológica (...). Nesse movimento de nascimento dos primeiros grupos ambientalistas tinham preocupações comportamentais que tocavam muito a classe média, uma vertente (...) mais preocupada com questões de desflorestamento, poluição, quantidade de agrotóxicos na alimentação (...). E eu estava nesses grupos, no caso, numa cooperativa chamada Conatura, que surge na época junto com um grupo chamado Harmonia Ambiental (...), [que eram] como se fosse dois braços da mesma coisa. Só que aí já tinha um elemento de chegar no campo, trabalhar com pequenos agricultores. Interessante que na época ía falar com pequenos agricultores de uma região aqui do Rio e perguntava: "quanto é que você ganha, por exemplo, pela saca de arroz?"; vamos dizer que ele dizia "um cruzeiro"; aí falávamos: "pagamos 10". O sujeito não entendia o que tava acontecendo, mas a gente falava que pagava 10 se ele não usasse agrotóxico. Eles já não usavam agrotóxico mesmo, porque a explosão de agrotóxico no início foi na agricultura empresarial, os pequenos não tinham dinheiro pra comprar *(Alonso - 2º geração – historiador – 49 anos)*.

Além da cooperativa, Alonso citou, como parte dos seus primeiros contatos com o "ambientalismo", a participação em "movimentos" e a importância de eventos "marcantes" na sua formação que, segundo ele, "mexeram com a cabeça de muitos jovens da época":

> em 78 explodiu uma onda de protestos contra a perda da Amazônia. Me lembro que foi muito marcante na minha formação uma imagem da fábrica de celulose do Daniel Ludwig chegando pelo mar e entrando pelo rio amazonas. Aquilo foi muito marcante, ver o grande capital entrando nos recursos naturais de uma forma tão agressiva, predatória. Teve umas campanhas emblemáticas que começaram a surgir na época. Por exemplo, uma campanha que me envolvi muito foi a do Augusto Ruschi lá no Espírito Santo. Ele tinha uma reserva e uma ameaça de perdê-la pra se fazer plantação de palma. Só que ele era um cara muito aguerrido, um conservacionista muito aguerrido. Naquela época, ditadura militar, ele foi pra porta

> da reserva com uma arma dizendo que matava quem entrasse. Isso mexeu muito com minha cabeça e com a cabeça de muitos jovens da época (...). Aí também a questão da Amazônia veio forte. Em 78 foram criados vários comitês, participei de um chamado Comitê de Defesa da Amazônia. Participei da luta contra a usina nuclear e de um movimento de defesa das lagoas na região dos lagos contra a especulação imobiliária. Porque esse foi um momento em que o Rio de Janeiro foi destroçado (...), destruíram muitas encostas, prédios históricos e começou todo aquele turismo predatório que invadiu a região dos lagos. Aí teve toda uma mobilização em relação a isso – *(Alonso - 2º geração – historiador – 49 anos)*.

Já, vimos que alguns entrevistados relataram que sua inserção especificamente no universo da "conservação ambiental" teria ocorrido precocemente por meio do trabalho acadêmico que foram desenvolvendo (alguns, já durante a graduação) em determinadas UCs ou, ainda, através de alguma disciplina específica vinculada ao manejo dessas áreas. Este foi o caso de Licurgo, que ressaltou a importância da disciplina de Manejo de Áreas Silvestres em sua carreira acadêmica. Porém, este engenheiro florestal também citou um evento particular, ocorrido no início dos anos 1980, como tendo marcado o início do seu "envolvimento mais formal" com "a conservação" via "unidades de conservação".

> surge o primeiro processo relacionado, por exemplo, com a estrada do colono aqui no Paraná. Queriam pavimentar a estrada do colono no governo José Richa, que foi o primeiro eleito depois da ditadura (...). Esse foi então meu primeiro envolvimento mais formal. Começa por aí, com essa discussão sobre a estrada do colono lá no passado que comecei a estudar, comecei a me posicionar publicamente e, a partir daí, a militância nunca mais me deixou. E aí passei a ser uma pessoa mais militante, mas sempre via as unidades de conservação *(Licurgo - 2º geração - engenheiro florestal - 52 anos)*.

Seguindo comentário de Licurgo de que sua "militância" teria sido "sempre via unidades de conservação", quando perguntei àquele pesquisador se ele havia sido influenciado pelos "movimentos" que começam a surgir no final da década de 1970, sua resposta diferiu do que foi relatado por Alonso (ambos são da mesma geração e têm quase a mesma idade):

> os movimentos e questões começam a aparecer, de fato, no final dos anos 70 início dos 80. Mas era muito incipiente. Você tinha aqui no Paraná o professor João José Bigarella, que criou a Associação de Defesa e Educação Ambiental do Paraná. Lá no Rio Grande do Sul tinha o Lutzemberger como expressão, em São Paulo o Paulo Nogueira Neto, no Rio a FBCN, em Pernambuco o... Vasconcellos Sobrinho. (...) Mas eu venho um pouco de uma geração seguinte. *(mas te influenciou um pouco?)* Até esse momento, de fato, não. Não, porque era uma coisa muito solta. Vi e fui a palestras e é claro que o José Bigarella me influenciou localmente um pouquinho, porque fazia toda uma defesa da Serra do Mar e achava que isso era super importante. Mas só comecei a entrar de cabeça e formalmente nesse processo a partir do momento em que assumo essa disciplina [de manejo de áreas silvestres] na faculdade. E como no início não sabia nada sobre ela, daí começo a estudar *(Licurgo - 2º geração - engenheiro florestal - 52 anos)*.

Em sua avaliação sobre seu paulatino envolvimento com o universo da conservação ambiental, Licurgo, além de mencionar nomes nacional e internacionalmente conhecidos neste meio como influências importantes na sua trajetória, reconheceu que sua inserção neste debate teria ocorrido numa etapa posterior ou, nas suas palavras, como "conseqüência" do "boom" de "criação de novas unidades de conservação" durante os anos 1970/1980. Como ele próprio mencionou na citação anterior, "eu venho um pouco de uma geração seguinte":

> entro de cabeça e aí tem nomes que me fazem diferença, aí sim. Por exemplo, o Alceu Magnanini. Este sujeito é a base da formação teórica no Brasil em áreas protegidas. Está velhinho, mas hiper-ativo, super-

> lúcido, um tremendo de um cara. Nós recebemos um prêmio juntos uma vez e ele me disse: "pô! A gente devia virar Ecoterrorista". Fantástico (...). Através do Alceu Magnanini e, depois, da Maria Tereza Pádua e dos planos de manejo de parques no antigo IBDF começo a pular cada vez mais de cabeça. Aí, cada vez estudando mais, conhecendo mais, avancei e desenvolvi toda uma pesquisa sobre UCs. Passei a fazer uma porção de coisas, fui a conferências nacionais, internacionais, comecei a me relacionar com grandes nomes do mundo todo. É uma coisa que, pessoalmente, não fico pensando, mas de vez em quando me vem à idéia de "como fui sair de 'Parmitar'?" (...). De repente, estou me relacionando com alguns dos maiores nomes da biologia da conservação e da ecologia no mundo todo, como John Terborgh, Katon Müller, Marc Dourojeanni, George Wallace, um sujeito que trabalha com história da conservação da natureza chamado [*não compreensível?*] e um monte de referências mundiais. De repente, passei a me relacionar com essas pessoas (...). Na verdade, do ponto de vista de conservação, sou muito mais fruto do boom da criação [de novas UCs] do que de ter participado do processo. Venho na conseqüência, porque junto passou a existir também forte orientação técnica, intelectual e conceitual, sobretudo, com planos de manejo e com o plano de montar um sistema *(Licurgo - 2º geração - engenheiro florestal - 52 anos)*.

Vimos no tópico anterior Pedro contar como ocorreu seu paulatino envolvimento, ao mesmo tempo, com uma unidade de conservação, uma espécie específica e uma localidade em particular. Porém, propositalmente, não apresentei naquele momento a parte em que este primatólogo narra como chegou a estas mesmas unidade, espécie e localidade. Tal como na experiência descrita por Lúcio sobre seu envolvimento com alunos e com pescadores da Ponta Grossa dos Fidalgos, Pedro se referiu à importância de um evento específico, segundo ele, um episódio que marcaria sua "ligação mais forte com uma espécie" e "com uma unidade de conservação". Além disso, neste trecho de seu depoimento, este pesquisador admitiu, como Licurgo, a influência em sua trajetória de personagens hoje prestigiados vinculados às políticas de conservação, sobretudo, durante os anos 1970/80:

> em 83 Maria Tereza Pádua foi pro departamento de meio ambiente da CESP e viu que ela ia construir três hidrelétricas no oeste de São Paulo. Uma ia inundar um pedaço do Parque Estadual Morro do Diabo, justamente o lugar onde [Adelmar] Coimbra havia redescoberto o Mico-Leão-Preto, na época, entre as 10 espécies mais ameaçadas do mundo. Ia inundar 10% do seu habitat e não tinha nada sobre o bicho nos estudos pra construção da barragem. Lembro Maria Tereza falando: "tô perdida, na hora que a imprensa internacional souber que estamos inundando grande parte do habitat de uma das espécies mais ameaçadas do mundo vai ser escândalo internacional". Aí ela ligou pro Coimbra e pro Célio [Vale] pedindo socorro. Marcou de irem a São Paulo e depois na região. E o Coimbra me chamou: "você não quer ir comigo?". Disse: "vou". Fomos pra São Paulo, nos puseram a par do que tava acontecendo e fomos pro pontal. Passamos três dias examinando a área onde a barragem ia ser construída e a área a ser inundada. Ao final o Coimbra, numa reunião com o pessoal da Cesp e do Instituto Florestal, fez um discurso contundente apontando os erros que tinha visto. E o Coimbra, quando resolve, é contundente mesmo. Fez o discurso e pediu licença, disse que ia embora pro Rio, que não ia participar porque tinha coisa errada demais e que eu ficaria no lugar dele. E fiquei, só que numa situação difícil, tendo que resolver diplomaticamente esse mal-estar. Depois fomos a São Paulo e combinamos um plano que envolvia a FBCN pra fazer um estudo no Morro do Diabo. Tinha todo um programa de salvação, inclusive operação de resgate de animais da qual não participei porque tava mais interessado na pesquisa. Essa experiência me ligou ao mico-leão e me ligou ao parque. Estou contando essa experiência porque ela forma a minha ligação mais forte com uma espécie e com uma unidade de conservação *(Pedro - 2º geração – primatólogo - 60 anos)*.

Já no caso de Amaral, este limnólogo mencionou outro evento que, segundo ele, teria sido "talvez a primeira vez que a minha atenção foi chamada pra questões de conservação". Como ele próprio relatou, quando de seu pós-doutorado na Inglaterra, iniciado em 1987,

> fui de mudança mesmo, com família, mulher, dois filhos, só não foi papagaio porque não tinha. E nós fomos pra um lugar belíssimo, longe de Londres e próximo da Escócia. A gente teve uma vida muito boa, muito local. Pude aprender e trabalhar muito e, claro, comecei a ouvir sobre conservação, o mundo

> começava a falar sobre conservação. Havia poucas ONGs, uma delas muito importante chamada Amigos da Terra. O caso é que ouvi numa cidade próxima uma palestra do então o presidente dessa ONG em que ele tocou no tema da conservação. Foi a primeira vez que minha atenção foi chamada pra questões de conservação numa escala maior. Eles estavam preocupados com coisas como espécies ameaçadas, proteção às baleias, que vinham sendo dizimadas e tal *(Amaral - 2º geração – limnólogo)*.

Porém, no caso de Amaral, este admitiu que, a despeito deste primeiro contato, seu "interesse pela conservação chegou" mais tarde, quando, de volta ao Brasil, foi trabalhar diretamente com um parque estadual em Minas Gerais:

> questões de preservação eram menos prementes do que são hoje e até então conservação não tinha chegado pra mim ainda. O interesse veio quando já tinha voltado [pro Brasil], porque minha área natural de trabalho era o Parque Estadual do Rio Doce (...). Então a conservação chegou quando voltei pra cá. Aí vim pra Belo Horizonte pra definitivamente me instalar e começar a atividade de pesquisa. Pude então dar atenção específica pro Parque do Rio do Doce. E lá a gente começou a perceber que precisava estudar algumas coisas básicas, processos básicos que eram desconhecidos e era preciso levantar a biodiversidade que existia ali. Como não dava pra fazer de uma vez, essas coisas foram sendo feitas aos pouquinhos. Até que surgiu uma oportunidade maior, um projeto e um programa do Ministério de Ciência e Tecnologia que se chamou PADCT. Através do PADCT nós concentramos o trabalho numa sub-bacia específica do Rio Doce, que é a do Rio Piracicaba aqui de Minas *(Amaral - 2º geração – limnólogo)*.

No caso de Bibiana, apesar de ter reconhecido que sua inserção na temática ambiental data da década de 1970, também revelou que seu envolvimento com a temática das áreas protegidas e populações locais ocorreu no início dos anos 1980, quando retornou ao Brasil (mas isso, apenas parcialmente, pois ficou, até 2002, na França atuando como pesquisadora em sua universidade de origem). Contudo, inicialmente, segundo relatou Bibiana, seu trabalho esteve mais voltado para a busca de "alternativas" à agricultura que então era praticada:

> veio a anistia em 79 e montei uma cooperação com o Brasil. Fiquei indo e vindo durante mais de 20 anos. Foi aí que comecei a trabalhar no Paraná. Fiz várias pesquisas com agricultura familiar pra conhecer os diferentes modos de uso, de apropriação dos recursos e sistemas agroflorestais específicos que não eram muito divulgados. Veio o doutorado que ajudei a montar em Curitiba e puxei a reflexão epistemológica que tava tendo na França sobre o que são as ciências hoje, a crítica da especialização onde se perde a idéia da globalidade e da complexidade da realidade. Entrei nas metodologias interdisciplinares e hoje estou nessa questão da área da APA em Guaraqueçaba. Fizemos uma cooperação França-Brasil onde trouxe pra cá uma série de pesquisadores que eram dessa linha e que tiveram contato permanente com pesquisadores daqui da sociologia rural, economia etc. Daí fomos construindo essa interdisciplinaridade na pesquisa através de uma problemática que formulei quando vim sozinha lá pro Paraná. Fiquei muito motivada porque era uma APA criada em 82, mas nenhum estudo tinha sido desenvolvido, nenhuma pesquisa pra se propor alternativas. E tinha todas aquelas aberrações, os conflitos todos (...) e a coisa foi evoluindo *(Bibiana - 1º geração - graduação em ciências sociais e história natural - 65 anos)*.

Como Bolívar, que contou que "tinha muitos alunos" e acabou "colocando cada aluno em um Parque" para que e encaixassem nos projetos de pesquisa por ele coordenados, Bibiana relatou ter mandado "pra cá 18 alunos franceses e brasileiros" que realizaram estudos em Guaraqueçaba. Porém, como podemos notar neste outro trecho de seu depoimento, os interesses e enfoques de pesquisa foram bem diferentes dos preconizados por aquele zoólogo:

> em 87, quando voltei, já havia toda essa contestação no litoral e a destruição da Mata Atlântica. Resolvi tentar entender as interações que havia nesse contexto. Pescadores e agricultores vivendo da exploração dos recursos e que não eram destruidores. Se eram era porque não tinha outra maneira de sobreviverem. Porque a legislação na época foi totalmente baseada na biologia. Entendo que no início a proibição foi o modo de estancar a destruição feroz que existe nesse país. Mas junto com isso havia o empobrecimento

> desses agricultores e pescadores. E tinha toda a parafernália de leis. Estudamos todas as leis e criamos um grupo pela França. Em 87 comecei a mandar meus alunos de lá da pós-graduação. Aí veio uma que fez uma tese sobre agricultura e pesca, outra sobre o mangue, outros dois sobre o assoreamento da baía. Trabalhamos métodos bem sofisticados que trouxemos pra cá. Saíram cinco teses nesse período, mas no total mandei 18 alunos franceses e brasileiros também. Começamos a trabalhar através da questão das relações sociedade-natureza nessa área protegida e a questão do modelo de desenvolvimento que queremos. É um modelo que representa a natureza em detrimento dos pescadores e agricultores e populações tradicionais ou é um modelo que tenta articular os dois sistemas, o natural e o social, pra poder construir um modelo de desenvolvimento diferente baseado no conhecimento em pesquisa fundamental? Nossa idéia era que esse conhecimento que produzíamos nos fornecesse dados de pesquisa, mas que poderiam facilitar práticas de desenvolvimento locais. Por exemplo, o que fazer com a pesca se os estoques de camarão tinham diminuído porque o mangue estava todo sendo destruído. Foram 10 anos de pesquisa e cada turma se fundamentava em resultados precedentes, embora questões novas surgissem. *(Bibiana - 1º geração - graduação em ciências sociais e história natural - 65 anos).*

Porém, segundo revelou Bibiana, seu envolvimento não se resumiu a estabelecer uma "cooperação" entre sua instituição na França e professores da Universidade Federal do Paraná e a "mandar pesquisadores" de lá para cá. Mas deixemos ela própria contar essa história:

> paralelamente a essa problemática de pesquisa que veio junto com os alunos, desenvolvemos aqui um doutorado e criamos uma turma de doutorado lá na APA. O curso foi criado dentro da universidade pelo reitor. Como queríamos um curso interdisciplinar, não queríamos predominância de nenhuma disciplina, o curso foi posto dentro da pró-reitoria e não tem nenhum departamento predominante, específico, todo mundo dos departamentos dão aula lá dentro, entendeu? Fizemos um projeto de desenvolvimento com os dados de pesquisa e conseguimos construir com os pequenos agricultores uma unidade de transformação dos produtos da floresta, da banana e do palmito, e uma unidade de seleção de ostras que não são mais as ostras do mangue. Foi uma transição branda. Hoje cultivam ostra, não predam mais. E por que predavam? Porque tinham que comer e na floresta é a mesma coisa. Nós conseguimos ensinar o plantio do palmito através da seleção e avaliação da qualidade da semente, tudo isso através de pesquisa. Com isso atacamos várias frentes com outra idéia de desenvolvimento. Nesse meio tempo fiquei indo e vindo, cada aluno que veio eu vim junto e instalei ele aqui. Então se criou uma cooperação bem articulada, as relações foram [risos]... houveram até casamentos. Então, pra tu ver que isso tem uma história que foi de laços sociais, de laços de amizade. A primeira turma de doutorado começou depois de nossa pesquisa na APA, minha e do Lovois, em 87. Depois veio a Marie, a Lorance e o Cherry, que eram companheiros, depois o Bernard, veio um cara pra trabalhar com água, com esgotos, depois o Dominique, que foi pra pesca, teve então o Felipe, depois a Céline, depois uma menina que falava sobre políticas ambientais, se chama Alma. E assim foi indo *(Bibiana - 1º geração - graduação em ciências sociais e história natural - 65 anos).*

Outro pesquisador que revelou ter começado "a trabalhar com questão ambiental no sentido mais estrito do termo" a partir do contato com a realidade particular que envolve uma região onde existe uma unidade de conservação foi Rodrigo. Contudo, especificamente no caso deste antropólogo, seu relato indica que seus primeiros contatos com a discussão mais geral sobre meio ambiente teriam ocorrido ao mesmo tempo em que começa a se envolver com a discussão sobre populações locais que vivem próximas ou dentro de áreas protegidas; sendo que, como podemos notar no depoimento a seguir, sua via de entrada teria se dado através da participação em uma organização não governamental que co-geria, junto com o Ibama, um parque nacional na Amazônia. Conforme ele próprio contou durante a entrevista,

> pintou um concurso na Federal do Amazonas que foi uma coisa meio contingente. Belo dia João me liga (...) e botou na mesa: "olha, está tendo esse concurso pra Universidade Federal do Amazonas". Você vê como as coisas que acontecem na vida da gente. Aí falei: "(...) só vou fazer esse concurso se a Adriana quiser ir comigo. Se ela estiver a fim vou, senão não vou". Só que tinha que decidir rápido, coisa de dois ou três dias. Aí botei a história na mesa e ela falou que topava (...). Lá [em Manaus] a gente passou três anos e oito meses. A vaga não era nem pra antropologia, mas pras ciências sociais. Daí fiz, passei, casei e

> fui pro Amazonas (...). A Adri tinha começado a trabalhar na área de comunicação em uma ONG lá de Manaus (...). E, tão logo concluí a dissertação, (...) o diretor executivo me convidou pra ter uma dupla inserção na Fundação. Primeiro, como nome do conselho deliberativo, função honorífica, não remunerada e, segundo, pra entrar na equipe de pesquisa, porque eles não tinham ninguém trabalhando com a dimensão humana. E tinha gente morando no parque. Queriam entender melhor essa situação. Tinham feito um levantamento socioeconômico na região no final de 92 que gerou um relatório. Pediram pra eu fazer um comentário, uma análise desse relatório. Fiz várias sugestões, comentários, inclusive uma crítica sobre o instrumento de coleta. E por força disso me chamaram pra integrar a equipe. Foi então que comecei a trabalhar com questão ambiental no sentido mais estrito do termo. Tinha concluído o mestrado, tava procurando uma nova inserção e recebi este convite *(Rodrigo - 3º geração – antropólogo - 42 anos)*.

Como mostra o depoimento de Rodrigo, este não se envolveu com esta unidade de conservação por causa de um interesse de pesquisa específico, mas, sim, a partir da sua aproximação com uma fundação encarregada de co-gerir um parque nacional. Como ele mesmo descreve a seguir, passou a desenvolver um trabalho de assessoria a esta entidade, sobretudo, no que se refere à elaboração do plano de manejo daquela unidade de conservação:

> a Adri já trabalhava na área de comunicação da fundação, mas acabou sendo (...) responsável pela gestão do termo de cooperação técnica que ela tinha com o Ibama pra co-gestão do Parque. Fundamentalmente pra subsidiar a elaboração dos estatutos um a quatro do plano de manejo, de acordo com o modelo metodológico que existia na época. Me chamam pra isso e topei. Aí, quando fui a campo pela primeira vez, em outubro de 93, passei um mês lá no baixo rio Jaú. Depois voltei pra um período de mais 45 dias entre janeiro e fevereiro de 94, mas tudo isso ligado ao plano de manejo. A idéia era entender qual era a lógica de apropriação dos recursos pela população, formas de sociabilidade, como eram os esquemas de organização social, cultural e política. Enfim, de onde vinha e qual era a do povo atingido pelo Parque. Era isso que tinha que fazer. Bom, aí em 93 e 94 tive essa inserção na equipe de pesquisa coordenada pela fundação ligada à elaboração do plano de manejo. Então tive contato com toda a discussão sobre metodologia pra elaboração de planos de manejo *(Rodrigo - 3º geração – antropólogo - 42 anos)*.

Por outro lado, Rodrigo também relatou que esses contatos diretos com a elaboração do plano de manejo de uma unidade de conservação lhe permitiram acessar, pela primeira vez, o universo que cerca os gestores ambientais que haviam trabalhado nesta mesma unidade:

> tudo isso tem relação com a criação do parque, nos anos 80, mas nesse período o parque foi administrado pelo IBDF num esquema que mapeio na tese. Entrevistei vários chefes do parque neste período. Entrevistei chefes desse período do Ibama, inclusive um dos mais emblemáticos, supostamente por conta da sua virulência, da sua truculência, mas que foi uma pessoa que, apesar de não concordar seus métodos, aprendi a entender seu ponto de vista. Fiz duas longas sessões de entrevista com ele. Ele tinha uma visão do parque. Você podia não concordar, mas ele tinha uma visão do que significava o esquema do aviamento, do regatão, ele combateu isso *(Rodrigo - 3º geração – antropólogo - 42 anos)*.

No caso de Maria, esta contou que o debate sobre áreas protegidas e populações locais entrou em sua vida por uma via próxima, mas um pouco distinta da relatada por Rodrigo. Mas o que os aproxima é o fato de que ambos, apesar da diferença geracional, tiveram suas trajetórias voltadas para discussões distantes da temática ambiental até se envolverem com uma UC específica. Mas vejamos como Maria narrou sua entrada nesse "campo":

> (*você lembra quando teve contato mais direto com a questão ambiental?*) No final dos anos 80 fui visitar o professor Theodor Shanin, que estava em Cambridge. Deborah Lima fazia doutorado lá e me recebeu. Ela já estava envolvida em pesquisa na área em que veio a ser criada a RDS Mamirauá, da qual ela foi a principal idealizadora da parte social. Voltei ao Brasil e um dia ela me ligou do Pará pedindo indicação de uma pessoa com experiência de campo, de preferência, jovem que pudesse ir pra Tefé e ficar lá pra realizar um trabalho. (...) me lembrei de uma sobrinha que havia trabalhado com os povos do Parque Indígena do Xingu. Ela caiu como uma luva para o trabalho. Foi pra Tefé e lá ficou nove anos. Trabalhou

> no levantamento sócio-econômico e nas negociações para implantação da Reserva. Em minha opinião, este foi um dos momentos mais difíceis, porque (...) no início, nem sempre membros da equipe de pesquisadores eram bem recebidos pelos moradores de todas as comunidades. Foi muito duro. Mas, ela se imbuiu da defesa do projeto (...), e assumiu, como uma tarefa, convencer as pessoas da importância do projeto (...). Algum tempo depois, por volta de 94 ou 95, Deborah me convidou para fazer uma espécie de assessoria, dada a experiência que tinha de pesquisa com populações camponesas. Acompanhei parte de uma dessas viagens de levantamento sócio-econômico e fiz um relatório bem simples. Eu percebia alguns problemas, só que não dava pra escrever uma coisa mais profunda. De qualquer modo, logo em seguida fui para a França com essa experiência de Mamirauá martelando na minha cabeça e, então, formulei lá um projeto para pensar o que era tudo aquilo. Num sentido bem amplo, queria pensar em que consistia essa espécie de arbitrariedade, que consistia definir um espaço habitado como unidade de conservação (...). Bom, então, em 96, já aqui, mandei esse projeto ao CNPq e foi aí que comecei a trabalhar com o tema da conservação *(Maria - 1º geração - antropóloga - 67 anos).*

Como outros relatos já apresentados, Maneco citou seu contato "simpatizante" com "entidades ambientalistas" e sua participação em "mobilizações" articuladas por estas últimas:

> depois disso, em 86, me envolvi com entidades ambientalistas daqui. (*você era ligado antes?*) Era ligado assim, freqüentava reuniões, era um simpatizante, já tinha participado de algumas mobilizações em São Paulo, por exemplo, que fizeram em função naquela área que tinha sido escolhida antes pra fazer o aeroporto internacional de São Paulo. Foi a primeira vez que houve uma mobilização grande, envolvendo imprensa, pra pressionar a assembléia legislativa e que depois vetou o projeto do governo do estado. Então o aeroporto acabou sendo construído em Cumbica. Então eu participava dessas coisas, mas não tinha nenhum, nenhum outro vínculo maior *(Maneco - 2º geração – botânico).*

Ocorre que um "vínculo maior" com temas ambientais através do contato com áreas protegidas foi mencionado por Maneco. Contudo, este botânico contou que tal envolvimento não se deu especificamente através de uma ou mais UCs, mas, sim, com outro tipo de "área protegida" hoje chamadas de "preservação permanente":

> meu projeto de doutorado versava sobre como plantas de mata ciliar sobrevivem a um período natural de inundação, o que me remeteu (...) à questão da conservação de mata ciliar. Pude constatar, *in locu*, o quanto a legislação florestal não havia sido cumprida, com poucas áreas no estado de São Paulo onde ainda tinha matas do tamanho preconizado pela lei. Me envolvi bastante com essa questão de recuperação de matas ciliares (...). Aí assumi a cadeira de ecologia vegetal do departamento, essa parte de fisiologia vegetal. Mas quando voltei, o primeiro projeto que me envolvi foi um projeto na Serra do Japi, uma região de transição entre a Serra da Cantareira e o interior, uma área elevada que tem uma gradação de vegetação de Mata Atlântica. Fazia pouquíssimo tempo que a Serra do Japi tinha sido tombada pelo estado visando proteger a área e evitar a criação de condomínios de alto padrão. Mas o tombamento foi feito com um suporte forte de geomorfologia e que foi o Aziz Ab Saber quem fez. Começamos fazendo a parte da vegetação pra gerar informações que subsidiassem e justificassem a manutenção do tombamento e a proteção da região. Isso acabou estimulando o pessoal de outras áreas de biologia a começar a trabalhar. Foi a primeira vez que se juntou todo um conhecimento biológico de grandes grupos pra justificar a conservação da área. Isso, por volta de 83 a 85 *(Maneco - 2º geração – botânico).*

Tal como no relato de Pedro, que admitiu ter criado um relacionamento afetivo forte com uma localidade específica a partir de seu contato com uma área protegida, Maneco reconheceu que o seu envolvimento inicial com um outro tipo de área protegida – neste caso, matas ciliares – também desencadeou uma relação mais próxima com uma determinada região:

> talvez como conseqüência disso, de ir amadurecendo o que foi essa vivência, comecei um projeto de recuperação de matas ciliares lá no Japi (...). Em 87 a gente começou a montar um projeto de recuperação de mata ciliar estruturando um consórcio, que foi o primeiro consórcio de municípios visando proteção de matas ciliares. Através desse movimento e de prefeitos recém eleitos que foram nos contatar, começamos a trabalhar. Fez-se uma análise do que havia sobrado de mata ciliar e entramos com projetos de recuperação. A principal atividade do município era a atividade agrícola, cana-de-açúcar, tinha curtumes,

> usina, criação de gado. Mas as pessoas começavam a perceber que o rio tava se degradando rapidamente e que talvez fosse interessante preservar o rio. Ele tinha uma qualidade de água muito boa, era usada pra abastecimento dos três municípios, era um rio do estado de São Paulo onde você pescava dourado e isso já era uma raridade. Então houve toda uma movimentação que, vamos dizer, foi o embrião do que vieram a se tornar os consórcios de bacias. (...) Houve um conjunto de atividades e eu coordenava a parte de mata, de levantar o que sobrou e usar a mata nativa como modelo pra produção de mudas e replantio de árvores. Ignorou um pouco modelos teóricos de sucessão que havia na época. Fomos por outro caminho. Conheço muito pouco da biologia dessas espécies pra dizer o que deveria plantar primeiro ou depois. Então resolvemos plantar todas que a gente conseguia produzir (...). Tivemos um resultado bastante bom, o projeto durou 10 anos e a gente conseguiu em algumas áreas repor mais ou menos 60% das espécies, só que com um custo elevado, era preciso negociar com os proprietários a área que era de APP, fazia cerca, fazia acero e aí, claro, plantava as mudas *(Maneco - 2º geração – primatólogo - 60 anos)*.

Como Bolívar e Bibiana, o trabalho de pesquisa realizado por Maneco atraiu "alunos" seus a executarem suas pesquisas na região onde ele trabalhava: "(*não houve conflitos?*) Ah! sem dúvida (...). Lógico, teve conflitos, mas o saldo foi positivo, inclusive vários dos meus alunos nesse período fizeram suas teses lá resultando num conhecimento grande da região".

Já vimos entrevistados relatarem que sua inserção na discussão sobre meio ambiente e/ou áreas protegidas e populações locais teria ocorrido de forma gradual (como disse Horácio, "aos poucos"). Esse parece ser o caso de Anita (aliás, outra pesquisadora que mencionou possuir vários orientandos trabalhando com ela em uma localidade específica) ao reconhecer que sua entrada nessa discussão teria sido menos abrupta e repentina ou, como disse ela, algo que foi se "consolidando na trajetória". Conforme descreveu esta antropóloga, seu percurso seria marcado pela passagem de vários episódios esporádicos em que a dimensão ambiental aparecia e se afastava (algo que "flui e reflui") de seus interesses[266]. Como Pedro e Maneco, Anita contou que, em um certo momento, passou a se envolver e a manter um vínculo afetivo constante com um lugar em particular onde, segundo ela própria reconhece, por acaso há UCs:

> Pra mim, às vezes, nem passa pela minha cabeça que eu estou pesquisando numa área de preservação ambiental, às vezes não passa. Claro que isso flui e reflui. Assim, pra mim eu estou trabalhando na Ilha Grande. Claro que sempre vem essa coisa de que a Ilha Grande corresponde a várias unidades de conservação. Até nos meus trabalhos eu tenho que prestar contas baseado nesse negócio (...). Então, vira e mexe, essa coisa de unidades vem à tona na minha pesquisa. Pra mim, o que aparece mais é: "estou trabalhando na Ilha Grande"; e não: "estou trabalhando num lugar onde existem unidades de conservação" *(Anita - 2º geração – antropóloga - 59 anos)*.

Já vimos que, tal como pessoas ou famílias migram de um lugar para outro - o que pode ser feito de forma mais permanente (como a migração de gaúchos para regiões do cerrado) ou sazonal (como no caso dos trabalhadores da cana) -, alguns pesquisadores revelaram que, ao longo de suas trajetórias, foram migrando de um tema para outro. Este parece ser o caso de Anita. Mas vejamos como ela contou como se envolveu com este "lugar onde existem unidades de conservação" e foi "inoculada por essas coisas da ecologia e meio ambiente":

[266] Apesar de não ter sido mencionado por Anita durante nosso encontro, tal como Pedro, soube depois, através de seu currículo *lattes*, que sua formação original foi em administração pública pela Fundação Getúlio Vargas.

> como fui parar nessa história (...). Vou então contar um pouquinho como fui parar aí. Acho que foi uma contingência, assim, de trajetória, de oportunidade, uma coisa meio pessoal, porque já migrei por vários temas. Acho que vou contar isso (...). Trabalhava com gênero, vamos dizer assim, com essa coisa de indústria cultural e tal. Mas, daí, fui fazer uma pesquisa em Cunha, uma cidade pequena do interior de São Paulo, porque me vinculei a um projetão com um professor de uma universidade de Michigan (...). Então desenvolvi minha tese de mestrado a partir desse campo de Cunha, que no final virou uma coisa sobre cidade pequena, mulher e telenovela. Aí o ponto que digo que foi uma contingência é que esse mesmo orientador americano (...), pouquinho antes de ir pra lá, inventou outro projeto chamado Risk perception and ecological awareness in Brazil. E aí tinha várias cidades, Goiânia por conta do acidente com o césio, várias cidades e tinha Angra dos Reis por conta da usina nuclear. Aí fui me direcionado pra essa coisa da ecologia, escrevi alguma coisa sobre a usina nessa linha de percepção de risco. Isso foi 89 e fiz minha pesquisa em 91 (...). Quando fiz essa pesquisa em Angra dos Reis (...) morei oito meses num lugar onde minha vista era a Ilha [Grande], entende! Nesse momento o meu vínculo com a ilha era esse, só esse, mas a bem dizer é uma coisa muito forte, porque escrevi um trabalho onde as pessoas olhavam a ilha como a "beleza traída" diante da usina. Depois trabalhei noutra pesquisa e como tinha essa intimidade com Angra, me atribuíram novamente Angra pra pesquisar. Então criei uma familiaridade com tudo aquilo ali, essas coisas que vão se consolidando na trajetória da gente. Aí o que aconteceu? Voltei a ter contato com umas pessoas do movimento ecológico da Sociedade Angreense de Proteção Ecológica, que foi personagem desse meu trabalho antigo sobre a usina (...). Aí a ilha novamente aparece, porque ela é meio que objeto de atenção desses movimentos ecológicos. Aquela coisa de que tem que salvar a ilha, salvar da explosão do turismo, da especulação imobiliária. Quando fui trabalhar na UERJ minha guinada final nessa direção do campo da ecologia e meio ambiente veio acontecer quando a UERJ montou um campus na Ilha Grande. Fizeram o Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável. E aí alguém ligado a esse centro e que tinha uma conexão com meu departamento, isso em 97, se comunicou com alguns de nós lá no departamento. O centro já tava funcionando, mas não tinha ninguém das ciências sociais, era só o pessoal da ecologia, biologia, oceanografia. A gente pensou: "puxa vida, mas como é que não tem ninguém das ciências sociais". Isso me sensibilizou e como já tinha sido inoculada por essa coisa da ecologia e meio ambiente pensei: "por que a gente não vai pra lá, se agrega a esses colegas da UERJ que estão estudando sapos, bromélias, as marés e outras coisas? Vou inventar um projeto pra trabalhar na ilha e vou me vincular, porque realmente é um absurdo não ter ninguém de nós lá". Até brinco que minhas bromélias são as pessoas, né! Inventei esse projeto e nunca mais saí de lá, estou até hoje. Foi a oportunidade de fazer um trabalho num lugar onde tem unidades de conservação que me levou a me interessar por esse tema (...). Enfim, aí o tema literalmente tomou conta de mim, entendeu? E fui... fui sendo levada *(Anita - 2º geração – antropóloga - 59 anos)*.

Um pesquisador que relatou manter durante bom tempo contato paralelo com a temática ambiental (no sentido de estar desvinculado de seu percurso dentro da academia) até que esta se transformasse em objeto de pesquisa foi Joca. Antes disso, segundo revelou este historiador, seu contato se deu via literatura sobre temas ambientais e atuação no Partido Verde:

> entrei pra história na universidade de Brasília em 1984. Até aí minha trajetória não tinha muito a ver com meio ambiente, embora fosse um adolescente que gostasse de mato, natureza. Entrei e foi um período de descoberta, descoberta da história, dessa coisa chamada universidade, descoberta da militância política, e foi por meio da militância que acabei chegando na problemática ambiental. Num primeiro momento, pelas leituras do Fernando Gabeira, que era do Partido Verde. Acho que relacionado às questões ambientais, no que diz respeito à literatura, a primeira coisa que me levou mais próximo foi o Ponto de Mutação, do Fritjof Capra. Fui me aproximando disso (...). Lembro de um livro organizado pelo Pádua, "Ecologia política", algo assim, de 86, 87 e que tinha um texto dele sobre história do ambientalismo e vários outros textos: do Syrkis, Gabeira, Lizt. Misturava essa coisa da militância com algumas análises mais acadêmicas. Aí fui conhecendo vários livros nessa linha, mas com perfil mais acadêmico, do pessoal da sociologia. Então essas coisas foram se tornando corriqueiras (...). Terminei o curso em 89 já envolvido com o movimento ambientalista (*dentro da universidade?*). Dentro e fora. Na verdade estava mais fora, mas trazendo isso pra dentro da universidade, um pouco via Partido Verde, que tinha ligação na época, mas depois isso se desfez (...) *(Joca - 3º geração – historiador - 43 anos).*

Como Alonso (aliás, outro historiador) contou ter participado de uma cooperativa que incentivava pequenos agricultores a produzirem sem veneno, Joca mencionou que se envolveu, dez anos depois, durante sua juventude, com uma cooperativa voltada à produção de produtos

agrícolas livres de agrotóxicos. Inclusive, também como Alonso, que se referiu ao seu vínculo nessa época de juventude com duas entidades ("Harmonia Ambiental e o Conatura") que "eram como se fosse dois braços da mesma coisa", Joca citou outras duas organizações com as quais esteve envolvido que, segundo ele, eram "dois grupos" que tinham "uma relação boa":

> tinhamos um grupo aqui em Brasília envolvido com (...) agricultura orgânica. Inclusive, o sujeito que trouxe isso pra cá era um cara do sul, porque tinha ligação com o pessoal da Colméia, aquela cooperativa lá de Porto Alegre, ele trouxe muita coisa da agricultura orgânica pra cá. Embora não fosse sócio, depois a gente transformou isso numa cooperativa, que foi o Verdura Viva, um dos primeiros lugares em Brasília a ter verdura orgânica. Ao mesmo tempo, surgiu a AGE, Associação de Agricultura Orgânica. Então éramos dois grupos e tínhamos uma relação boa, de uma maneira geral. Depois acompanhavamos a preparação pra ECO-92 através do jornal do Ary, Pára-Raios. Tinhamos muita ligação também com comunidades alternativas. Foi quando comecei a pensar em escrever algo sobre política ambiental, sobre ONGs ambientalistas, alguma coisa desse tipo *(Joca - 3º geração – historiador - 43 anos)*.

A influência mencionada por Joca guarda certa correspondência com uma experiência relatada por Alonso. Embora sejam dois entrevistados que pertencem a duas gerações distintas (segunda e terceira), ambos se envolveram em sua juventude com movimentos que, guardadas as óbvias diferenças, possuem ao menos uma ligação histórica: o primeiro, como vimos, com o "hippismo" e o segundo, conforme o trecho abaixo, com "comunidades alternativas":

> (*você chegou a participar de comunidades alternativas?*) Sim, por exemplo, o Verdura Viva foi durante um tempo a sede, principalmente pra questões de comunicação, da (...) Associação Brasileira de Comunidades Alternativas. A gente chegou a organizar alguns encontros, fizemos um encontro na Serra do Caparaó que, inclusive, consegui fazer um projeto e organizar uma equipe do Centro de Produção de Vídeos da UnB e a gente filmou o encontro e fez um vídeo. Era um vídeo da série mesmo do Centro de Produção de Vídeos da UnB que, se não me engano, acabou depois ganhando prêmio. Fiz o projeto, trabalhei na produção do vídeo e fui assistente de direção. Foi uma experiência legal, porque nunca tinha mexido com esse tipo de linguagem *(Joca - 3º geração – historiador - 43 anos)*.

Por outro lado, Joca reconheceu que, apesar de questões ambientais tangenciarem sua trajetória, sua aproximação se constituiu por outras vias até que, no doutorado, conseguiu conciliar um projeto de pesquisa específico com seu envolvimento com a militância política ligada à problemática ambiental:

> cheguei a pensar em mexer com comunidades alternativas no mestrado, mas acho que até por ter muito envolvimento na época com isso, acabei deixando de lado (...). Acabei defendendo minha dissertação de mestrado sobre outro tema. Meu tema foi (...) um médico psiquiátrica que tinha formação psicanalítica e ao mesmo tempo estava envolvido nas equipes de tortura durante o regime militar. Então, apesar de agora estar [numa pós-graduação] que é multidisciplinar, minha carreira acadêmica quase toda passou pela história, pelo menos a graduação, mestrado e doutorado. Terminado o mestrado, passei um período como professor substituto na história. Nesse tempo já estava pensando em um projeto pro doutorado e ainda tinha a idéia de trabalhar na área de meio ambiente *((Joca - 3º geração – historiador - 43 anos)*.

Segundo contou Joca, a saída encontrada por ele para incluir a discussão sobre meio ambiente em sua trajetória acadêmica foi inseri-la dentro do contexto de uma história ambiental em que sua deficiência, na época, em termos de "conhecimento na área da biologia, botânica, ecologia, solos e essas coisas todas" pudesse ser, de alguma forma, compensada:

> comecei a me interessar por unidades de conservação e descobri o livro do Warren Dean, "A Ferro e Fogo", que conta a história da devastação da Mata Atlântica. Depois que li aquilo pensei: "ah! Mas tem

> espaço na história pra trabalhar com isso (...), mas esse cara tem muito conhecimento na área da biologia, botânica, ecologia, solos e essas coisas todas". Então, por onde poderia entrar pra fazer uma tese nessa área, já que não tinha todo esse conhecimento? (...) descobri em 1934 uma primeira conferência brasileira de proteção da natureza. Então pensei em tentar entender como a questão ambiental foi sendo pensada de 1934 até 92, de uma conferência até outra, embora em 34 não fizesse sentido falar em questão ambiental como é pensada hoje (...). Fui recolhendo material sobre esse período, seria uma história da conservação no Brasil (...). Mas aí o que aconteceu? No meio da tese descobri que tinha material que ninguém tinha trabalhado ainda, que era sobre esse grupo com quem trabalhei preocupados com proteção à natureza. Proteção à natureza era o termo usado na época. Não se falava em ambientalismo, se falava em proteção à natureza e eventualmente em conservação e preservação. Então restringi o estudo na tese à geração que foi atuante principalmente entre 1930 e 1940 *(Joca - 3º geração – historiador - 43 anos)*.

Mas outras vias de entrada foram descritas. Francisco, ao se auto-indagar: "como é que fui parar na questão ambiental?", respondeu: "acho que houve dois fatores". Conforme ele próprio expôs, ambos seriam mais ligados a "uma questão familiar do que por causa de uma trajetória acadêmica". Vejamos primeiro o que este pesquisador revelou sobre a influência do segundo "fator" por ele citado. Conforme Francisco, após concluir sua graduação, passou cerca de 10 anos envolvido com temas bem distantes da dimensão ambiental:

> fazia ciência social que hoje posso chamar de tradicional, pois estudava partido político, solidariedade orgânica, classes sociais, modo de produção e tomei meu caminho por aí. Aí fui estudar sindicalismo e militares, meus temas "de juventude". (...) com esses temas consumi 10 anos da minha carreira. Me formei em 1975 e só fui investir nas áreas ambientais em 1985 - 86. Na época (...) não tinha ou não conhecia ninguém das ciências sociais estudando meio ambiente. Então, do final da década de 70 aos meados dos 80 estava lá (...) dando minhas aulinhas de sindicalismo e militares (...). O fator familiar é a família que constituí, casei com uma pessoa que começou a se envolver com agricultura orgânica e até hoje é. Ela formou uma roda de pessoas do curso de agronomia (...) da tua Universidade. Nessa roda estava o Raul Ribeiro, que era formado em fitopatologia e que foi um dos primeiros caras a se pronunciar contra agrotóxicos no Rio (...). Ele tinha um sítio onde produzia sem agrotóxicos e tinha um grupo forte de alunos pra quem ele era mais do que um professor, era meio líder nesse âmbito da agricultura orgânica (...). Eu e Cristina morávamos num sítio onde ela começou a querer fazer agricultura orgânica, meio que às cegas. Mas acabou topando com ele e com alguns alunos dele que também tinham um sítio e formaram (...) a Associação de Produtores Biológicos (...). Mas eu não me metia com agricultura, não. (...) acabei conhecendo essa roda (...) e comecei a ler sobre agricultura orgânica. A primeira questão "ambiental" que estudei foi a "revolução verde" (...). Havia poucos livros acessíveis sobre o assunto e acabei lendo uns 4 ou 5 livros em inglês que falavam sobre a revolução verde nos EUA. Não aprofundei muito esse estudo, mas fiquei como uma boa visão sobre o que significa ser um agricultor capitalizado (...). O pessoal até brincava comigo: "você tem que pegar na agricultura, só sua mulher que pega" – o que era verdade. Tinha aquela idealização do trabalho manual, não queriam depender de banco, ainda mais nessa época, de inflação estourando. Durante alguns meses fiquei com essas coisas na cabeça e discutindo com essas pessoas, achava que não iriam conseguir nada - era um cético. Enfim, fiquei preso a esse tema durante algum tempo e aí comecei a entender alguma coisa da agricultura do estado do Rio *(Francisco – 2º geração - cientista social, especialista em ciências ambientais - 59 anos).*

Embora por vias distintas, veremos que Francisco não foi o único a vincular sua entrada na "questão ambiental" ao interesse pela modernização da agricultura (sua "primeira questão 'ambiental'"). Já o outro "fator" ressaltado Francisco como importante para sua inserção na discussão sobre meio ambiente tem relação com um "autor" em especial:

> como fui parar na questão ambiental? Foi mais por uma questão familiar do que por causa de uma trajetória acadêmica. Acho que houve dois fatores. Um é que recuperei um autor, aliás, de que gosto muito até hoje, que foi o Henry David Thoreau. O estava lendo como teórico da desobediência civil - pois também tinha meus investimentos em teoria política. Mas aí lembrei que ele escrevia sobre natureza, viagens (...), tinha umas narrativas (...) muito famosas, que garoto pequeno lê. Eu tinha lido nos Estados Unidos em aulas de ciências e inglês, assim como a gente lê ou lia aqui Monteiro Lobato e Euclides da

> Cunha para conhecer o país. Aí fui fuxicar e recuperei uma porção de livros dele em inglês (...) sobre as caminhadas que fazia lá na terra dele, no nordeste dos Estados Unidos. Isso foi por 1984 mais ou menos. Ele era um grande escritor de prosa e meu inglês tava ficando meio ralo. Aí comecei a ler tudo que conseguia obter de Thoreau e começou a voltar em mim essa coisa da apreciação que certos norte-americanos tinham da natureza selvagem. Essa coisa começou como um exercício mais para polir meu inglês enferrujado, mas não deixa de ser uma coisa ligada à minha trajetória familiar. Só conheci Thoreau porque estudei nos EUA durante quatro anos (...). Enfim, misturando essas coisas, a turma do Raul Ribeiro, minha vida lá na agricultura, no sítio (...) e essa recuperação do Thoreau, me deu vontade de fazer um estudo sério sobre como se formou esse sistema agrícola no estado do Rio de Janeiro *(Francisco – 2º geração - cientista social, especialista em ciências ambientais - 59 anos).*

Aurora também se referiu à influência de Thoreau como determinante não só para sua inserção no universo da conservação ambiental, mas para sua própria formação. Todavia, apesar de ambos terem tido contato (no caso de Francisco, um segundo contato) com a obra de Thoreau numa época muito próxima (meados e final dos anos 1980), este cientista social e esta eng. florestal pertencem a gerações distintas (segunda e terceira gerações). Além disso, a influência deste autor para ambos, explícita no depoimento abaixo, seguiu caminhos distintos. Mas vejamos como Aurora relacionou a descoberta deste autor com sua trajetória:

> na universidade tive uma oportunidade interessante. Gostava muito de ler, só que gostava também de ler coisas que não fossem tão técnicas. Então tive um período na vida que estudei muito poesia, literatura, filosofia, mas sempre voltada pra conservação. Aprofundei meu conhecimento sobre de onde vinham as coisas, de onde vinha o pensador tal. Porque dentro do nosso país a gente não tem costume de pensar sobre história da conservação. Você tem algumas pessoas que se destacaram por suas atividades, mas muito espalhadas e pouco estruturadas. Não se uma cultura de conservação. Esse foi outro lado que gostava muito, mas que tava fora da universidade, pois me deu oportunidade de entender o que era isso de falar em valor intrínseco de natureza. Afinal, o que era isso? Será que estou ficando maluca se entendo que na minha relação com a natureza tenho direitos, como espécie, assim como as outras espécies? Aí fui descobrir que tinha muita gente que já falava isso. Foi aí que conheci Thoreau, também fui conhecer Ghandi, porque queria entender a influência desse movimento político. Foi uma opção muito pessoal, mas acho que me traz hoje muita tranqüilidade. As pessoas dizem, de uma forma pejorativa: "nossa, os conservacionistas são uns românticos". Somos sim. O conservacionismo nasceu durante o movimento romantista, porque era um movimento que dizia que não podíamos seguir só num determinado rumo. Então isso existe não de uma forma pejorativa, mas histórica, onde você entende o que a humanidade estava passando e como essa coisa é cíclica. Não interessa se isso acontece na Europa ou no Brasil, existem fatores locais que influenciam, mas existem grandes padrões da natureza humana que se repetem independente da sociedade. E, infelizmente, na relação com a natureza, o padrão que tem se repetido é esse do ser humano não achar que a natureza tem valor intrínseco. Essa relação se reflete em todo processo que a gente vive hoje. Então acho que isso me influenciou muito. Às vezes as pessoas falam desse romantismo pejorativamente. Fui fundo pra entender isso e vi que não é nada disso. O ciclo que a Europa passava naquela época era um ciclo em que pessoas já vinham experimentando uma série de coisas. Então correlaciono nosso momento hoje com o momento daquela sociedade, com determinadas pessoas que tinham passado por certas experiências e que diziam: "pára! Não é por aí o caminho". É essa correlação que faço. Independentemente das situações específicas, existe um processo que permeia nossa sociedade. Mas sei que isso me influencia muito e aí sigo nessa coisa de conservação, agora com essa bagagem que mistura opções profissionais com opções pessoais, e começo a trabalhar com conservação e me aproximar do movimento de conservação *(Aurora - 3º geração - engenheira florestal - 38 anos).*

Dentre todos os entrevistados, Aurora em especial talvez tenha sido a que mais fez questão de recontar sua história de vida fazendo ligações com seus interesses atuais na área de conservação ambiental; ao ponto de propor uma interpretação bem particular sobre o modo como se diferenciaria dos demais que não seguiram trajetória semelhante a sua:

> quando a gente chega e fala assim: qual é o percurso, como você chega em conservação? Acho que isso é sempre um grande questionamento. Há alguns anos penso: o que será que diferencia a gente que vai pra conservação e tem uma relação com a natureza como algo que tem valor intrínseco? O que diferencia a gente? Será que isso tem um componente familiar, da infância, será que isso tem um componente da sua inserção na sociedade? Onde está isso? Ao longo dos anos que trabalho com conservação fico sempre me questionando sobre o que me diferencia das outras pessoas e o que aproxima das pessoas que trabalham com conservação. O que é essa relação que a gente tem com a natureza? Sempre tive esse componente um pouco na minha vida, mas não sei de onde ele veio. Entendo isso como intrínseco, as pessoas têm isso intrínseco dentro de si e à medida que você vai vivendo numa sociedade de diferentes formas ou isso aflora ou isso não aflora ou isso é realmente perdido e entram outras coisas no lugar. Pra minha felicidade isso sempre aflorou dentro de mim *(Aurora - 3º geração - engenheira florestal - 38 anos)*.

Florêncio foi outro entrevistado que reconheceu que seu envolvimento com a dimensão política ligada à problemática ambiental teria se dado via o que Aurora chamou de "conservação". Porém, segundo seu depoimento, até certo momento de sua trajetória seu compromisso se resumia a um "carinho pelos bichos", sobretudo, aqueles que estudava:

> nessa época [do doutorado] você jamais ouviria falar que era um conservacionista, era um ecólogo de populações, meu treinamento foi todo como ecólogo de populações, uma pessoa formada para estudar como funciona a natureza. (*você pensava mais no sentido disciplinar, não havia um engajamento...*) Ah, não, não havia (...). Sempre adorei bichos, sempre gostei muito de bichos (...), tinha carinho pelos bichos, sempre tive, enfim, gostava deles. Acho que essa coisa de ir pelo caminho da ecologia de populações é que isso permite entender (...) como se relacionam bichos de uma determinada espécie (...). Tem alguns bichos das fotos na parede que foram capturados 40 vezes, então você acompanha todo desenvolvimento do bicho e entende porque os números estão variando, porque a população está aumentando ou diminuindo (...), esse tipo de coisa sempre me fascinou. É uma área desprestigiada e obsoleta dentro da ecologia, mas é o que gosto *(Florêncio - 3º geração – biólogo – 47 anos)*.

De fato, Florêncio reconheceu que durante muito tempo ficou afastado do debate mais propriamente político sobre áreas protegidas e populações locais. Segundo ele próprio contou,

> pra ter uma idéia, no primeiro CBUC de 97 pediram que escrevesse uma revisão sobre efeitos da fragmentação florestal na situação das unidades de conservação. Mas quando pediram isso tive um problema de ver se seria capaz de escrever o artigo, porque confesso que não sabia bem o que era uma unidade de conservação. Eu era um biólogo, não sabia tudo o que queria dizer unidades de conservação. Trabalhava numa reserva biológica, sabia o que era o conceito geral de uma reserva ou parque nacional, mas não sabia que tinha um termo geral chamado unidade de conservação, não sabia que tinha uma coisa chamada unidade de conservação de uso direto e outra de uso indireto, se bem que o Snuc não existia nessa época (...), mas, enfim, não sabia de todas essas sutilezas. Eu era muito um cientista e acabou que com o tempo fui me envolvendo mais com essa discussão *(Florêncio - 3º geração – biólogo – 47 anos)*.

Até agora vimos relatos de entrevistados sobre seus primeiros contatos com a temática ambiental. Porém, Florêncio mencionou um fato (que também pode ser classificado como um evento) peculiar que teria sido decisivo para a sua "conversão" em um "conservacionista":

> vim pra cá e fundei o Laboratório de Ecologia de Populações. Comecei a dar a disciplina (...) ecologia de populações na pós-graduação e sempre dizia que era ecólogo de populações. Até que um belo dia veio a conversão. A conversão aconteceu num dia, minha conversão aconteceu num dia. Você sabe como se deu a conversão do Aldo Leopond? (*não*) O Aldo Leopold era um caçador profissional (...) e matava lobos à distância, a tiro. Tava tudo bem, mas um dia ele acertou uma loba e ela não morreu, ficou agonizante. Ele escreveu depois: "cheguei junto da loba e vi um profundo fogo verde morrendo em seus olhos". Desse dia em diante foi conservacionista pro resto da vida. Sua conversão aconteceu num dia, a minha também (...). Foi quando li um artigo chamado The Empty Forest, a floresta vazia, já ouviu falar? (...) a ligação que as pessoas fazem é que onde tem floresta tem bicho. De repente vem essa porrada gigantesca desse artigo em que o cara mostra que, em muitos casos, a floresta não tem mais bicho, só tem árvores e plantas. Aí tem uma tabela e ler essa tabela mudou completamente minha vida [*neste momento, Florêncio se levantou de sua mesa, foi até a estante de livros procurar o artigo, sentou novamente e começou a ler,*

> *pausadamente, um trecho*]. Olha só, vou ler a tabela: "número de animais e peles de animais exportadas legalmente, de um único porto, em Iquitos na Amazônia peruana, entre 1962 e 1967: 186.684 macacos vivos; 47.636 jacarés-açu; 101.641 jacarés de papo-amarelo; 75.575 capivaras; 47.851 lontras; 2.529 ariranhas; 61.499 jaguatiricas; 9.565 gatos do mato; 5.345 onças pintadas; 690.202 catetos ou porco do mato menor; 239.472 queixadas ou porco do mato maior; 169.785 veados". Pra ter uma idéia, no parque do Iguaçu, há 20 anos, quando tinha uma população de onças normal, eram 150 indivíduos, no Iguaçu inteiro. Agora você imagina 5.345 peles de onças exportadas por um único porto da Amazônia em cinco anos! Isso em 1960. E era exploração legal, sem contar a ilegal e a caça de subsistência. Pensa em tudo isso, na monstruosidade desses números. Macaco é uma das fontes principais de proteína na Amazônia. Aí tem um monte de dados que mostram que lugares que tem gente na floresta - quaisquer pessoas, indígenas, seringueiros - a densidade de macacos é 15, 30 vezes menor do que nos lugares onde não têm pessoas. Trabalhei anos numa floresta em Poço das Antas que tem 3.300 hectares de reserva. Você pensa: "pô, uma área assim tem tudo que é bicho". Mas onça, anta, queixada, jaguatirica não existe mais. Cateto, puma, que é bicho resistente, ainda existe. Agora, a grande maioria já não existe. Então minha conversão ocorreu no dia em que vi essa tabela. Pra ter uma idéia, no dia em que li este artigo mudei o nome do meu laboratório. Antes era "Laboratório de Ecologia de Populações". Passou a se chamar "Laboratório de Ecologia e Conservação de Populações". Continuei a dar a disciplina de ecologia de populações, mas criei uma nova disciplina nesse dia chamada "Biologia da Conservação". Isso foi 97, dou essa disciplina até hoje. Agora, quando as pessoas falam, você é um ecólogo de populações?, digo: não, sou um biólogo da conservação, um ex-ecólogo de populações *(Florêncio - 3º geração – biólogo – 47 anos)*.

Cena 6: Transversalidade e trânsito entre experiências disciplinares

Como vimos no terceiro capítulo, uma explicação recorrente ao ambiente controverso entre especialistas refere-se às diferenças epistemológicas que separam disciplinas de onde vêm e por onde atuam. Como comentei, caso se queira entender as polêmicas aí envolvidas esta característica não poderia ser desconsiderada, pois uma parte expressiva de pesquisadores realmente possui formação ortodoxa e especializada. Ainda assim, mesmo os depoimentos de entrevistados que possuem perfil mais disciplinar indicam relativa precocidade em termos de contato com problemas ambientais. Este parece ser o caso de Aurora, Licurgo e Bolívar, que mencionaram ter se envolvido com UCs já no início da graduação (via uma proposta de plano de manejo, uma disciplina e uma pesquisa sobre a fauna). Porém, mesmo quando a trajetória descrita parece ter seguido rumo mais ligado a uma área específica, aí também pode haver nuanças e, de certo modo, interdisciplinaridade. Creio que esse seja o caso do depoimento de Nicolau, que, apesar de revelar seguir trajetória vinculada às ciências naturais, mencionou que, além de ter feito duas faculdades distintas (e nenhuma delas foi biologia), atuou durante mais de uma década como especialista de uma área normalmente associada aos biólogos:

> sobre minha trajetória: sou agrônomo, engenheiro florestal e tenho PhD em entomologia, entomologia florestal. De fato, exerci minha profissão, durante 15 anos, essencialmente como entomologista. Fui inclusive presidente da sociedade entomológica. Mas em 1965 era assistente na universidade e começou um projeto das Nações Unidas da FAO que requeria alguém que fosse especialista em áreas protegidas e manejo de fauna. Então, como era o único que trabalhava com bichos, embora fossem insetos, passei a ser contratado. Assim, desde 1965 ou 66, muito cedo, portanto, ainda que pela porta falsa, entrei na temática ambiental. Bom, passando o tempo continuei a ser professor de engenharia florestal e de lá passei a ser professor de manejo de fauna de parques nacionais. E assim fui trabalhando com isso sempre em paralelo com meu trabalho com insetos, mas cada vez menos com insetos e mais com conservação *(Nicolau - 1º geração – agrônomo, engenheiro florestal e entomologista - 67 anos)*.

Contudo, se um número considerável de depoimentos apontou para trajetórias mais disciplinares ou vinculadas a uma área do conhecimento específica, narrativas de outros entrevistados indicaram percursos acadêmicos bastante abertos, transversais e ecléticos. Esta característica "interdisciplinar" prematura foi realçada por Luzia, por exemplo, a qual relata:

> quando fiz ecologia, imagine só, era final dos anos 70, a politização dos movimentos sociais seguindo adiante, exilados querendo voltar pro Brasil, enfim, havia todo esse caldo de cultura política do momento. O curso era um curso interdisciplinar. Então, acabei desde o final do meu segundo ano de graduação optando pelas ciências humanas. Nessa época já trabalhava com pesquisas na área de ciências humanas, tinha uma orientadora filósofa e acabei tendo como co-orientador numa pesquisa um cara que veio da sociologia americana. E foi isso que abriu as portas para vir pro mestrado. Quando acabei a graduação na ecologia minha experiência com pesquisa já era nas ciências humanas. Então acabei fazendo mestrado em sociologia e doutorado em ciências sociais. Acho que esses elementos são fundamentais pro que faço hoje *(Luzia - 2º geração - cientista social com graduação em ecologia – 52 anos)*.

Outra pesquisadora que descreveu uma trajetória semelhante (no sentido do trânsito das áreas biológicas para as humanidades) foi Arminda:

> sou formada em biologia (...). Aí fui fazer ecologia humana na Unicamp. Na ecologia humana fui fazer um pré-campo, no Acre, com os Campa, que viraram Ashaninkae (...). Depois me desgostei da ecologia humana. Tinha feito um curso com a Manuela [Carneiro da Cunha], tinha ficado apaixonada por antropologia. Na época me mudei pra Manaus [e meu marido] estava indo pra Inglaterra. Aproveitei e fui também, fui fazer mestrado em antropologia lá (...). Terminei o mestrado e fiz o doutorado com categorias sociais dos caboclos. É uma trajetória pessoal, familiar e de formação, porque fui bióloga antes de ser antropóloga *(Arminda - 2º geração - antropóloga com graduação em biologia – 49 anos)*.

No caso de Bibiana, que pertence a uma geração anterior à de Luzia e Arminda (ambas da segunda geração), seu relato aponta para um investimento duplo em termos de graduação:

> trabalhava durante a noite, dava aula num vespertino das 5 às 8 da noite na Vila São José pra criança de vila. Aqueles que não podiam ser alfabetizados com sete anos iam pra esse curso. Isso foi durante toda minha faculdade, de 61 à 64. Me formei em 64 e em 65 fiz especialização em genética. E quando terminei história natural achei que tinha uma paixão muito grande pelas questões da sociedade, era muito motivada por trabalhar com os pobres, os sem nada desse mundo. Daí fui fazer outro vestibular e fui pras ciências sociais *(Bibiana - 1º geração - graduação em ciências sociais e história natural - 65 anos)*.

Já no caso descrito por Alice - apesar de lembrar o episódio relatado por Aurora, que abandonou um curso para fazer outro e depois retornou ao mesmo -, esta entrevistada relata uma mudança cujas conseqüências foram bem mais amplas e permanentes:

> pensando na minha formação vou dizer que me formei em biologia, com especialização em ecologia marinha. Mas no tempo da graduação em biologia tinha uma coisa que me inquietava muito. Achava que estava fazendo um curso em que lidava com sistemas, mas sistemas biológicos. Só que uma coisa que me inquietava na época é que ninguém discutia a relação sociedade – natureza. Eu era uma ecóloga fechada entre quatro paredes tentando entender todas as transformações entre matéria e energia, todas as relações envolvendo cadeia alimentar. Era como se aquela discussão estivesse completamente cindida de questões sociais (...). Sempre fui fascinada pelo mato, sempre fui fascinada pela questão ecológica. Só que, pra ter uma idéia, me formei em 78 num tempo em que essa discussão ambiental não existia na prática no Brasil. Aí aconteceu que essa lacuna envolvendo a temática social começou a me perturbar enormemente e me fez procurar um curso de graduação em ciências humanas. Por alguma razão, que não sei explicar qual é, por alguma reflexão interna que não teve nada que ver com nada, não tinha nenhuma influência familiar ou qualquer outra, fui fazer psicologia. Talvez porque na época tinha um problema: trabalhava e estudava durante o dia. Então, só podia fazer um curso à noite (...). Aí o curso que encontrei à noite e que tinha alguma vinculação com o que me interessava era psicologia pela abordagem da psicologia social. Procurei antropologia, sociologia, mas nenhum desses cursos tinha curso à noite. Então fiz vestibular e passei a fazer os dois cursos *(Alice - 2º geração - graduação em biologia e psicologia - 52 anos)*.

Decisões como esta - que implicam mudança radical na vida da pessoa - foram expostas por outros pesquisadores. Porém, o caso descrito por Pedro parece indicar um movimento que vai num sentido alternativo ao percurso trilhado por Bibiana, Alice, Arminda e Luzia. Ao invés de migrar da biologia para as ciências sociais, Pedro seguiu caminho um pouco diferente:

> acho vou começar falando que originalmente não venho da área biológica. Meu primeiro curso universitário foi em administração de empresas e trabalhei com isso por vários anos. A última coisa que fiz nessa área foi ser diretor de uma indústria farmacêutica de médio porte no Rio de Janeiro. Daí, aos 30 anos, isso vinha amadurecendo, mas internamente, um dia saí do trabalho no final do expediente e resolvi que nunca mais voltava. Decidi que iria fazer o que queria fazer, que era conservação da natureza (*e teve uma inspiração anterior pra tomar essa decisão?*) Havia alguns amigos que começaram a se questionar. Você chega nessa idade e começa a se questionar sobre que rumo quer seguir na vida e se dinheiro é tão importante assim e se ele traz realmente felicidade. Mas conservação era uma coisa que pouca gente falava nessa época, 1977. Tinha já alguns conservacionistas famosos, Adelmar Coimbra, Ibsen Gusmão Câmara, Maria Tereza Pádua, mas conservação não era uma coisa muito charmosa. E tive alguns amigos que, ao mesmo tempo, começaram a se questionar. Um queria ser pescador, era engenheiro da Eletrobrás e resolveu largar tudo e ser pescador em Porto Seguro, o outro era uma pessoa que tinha posses e já tinha um jardim zoológico dentro de casa. Era um pessoal mais alternativo. Meu irmão era hippie nessa época, tava ligado ao Partido Verde, agroecologia, mas não tinha tomado nenhuma decisão maior. Aí cheguei em casa e contei pra minha esposa, ela obviamente não gostou nem um pouco, achou uma maluquice, todo mundo me achou maluco. Fiquei um ano tentando fazer uma mudança muito radical, muito drástica, consumindo todos meus recursos. Fiquei tentando viver de fotografia de fauna, enfim, buscando maneiras de sobreviver durante esse processo. Aí vim a Brasília falar com Maria Tereza Pádua, porque pensei que talvez pudesse conseguir um emprego com ela. Mas ela me perguntou: "por que você não faz biologia? Aí você dá um sinal claro de mudança". Voltei ao Rio e fiz o primeiro vestibular que tinha pra biologia, passei e comecei a estudar biologia de noite *(Pedro - 2º geração – primatólogo - 60 anos)*.

De fato, tanto o relato de Alice como o de Pedro (dois pesquisadores da mesma geração e com histórias que se passam quase na mesma época) são deveras marcantes, considerando a amplitude das mudanças provocadas pelas decisões tomadas por ambos em relação às suas respectivas trajetórias. Porém, a despeito das diferenças que separam as histórias pessoais contadas pelos entrevistados sobre sua entrada no mundo universitário, determinadas situações podem ser ainda mais *sui generis*, o que, creio, foi o caso de Bento:

> minha trajetória, se pensada de onde estou agora, políticas públicas relacionadas com áreas protegidas dentro da antropologia, é peculiar. Primeiro porque comecei a fazer ciências sociais com 40 anos. Até os 40 tive uma trajetória não muito ortodoxa. Garoto fui fazer engenharia, larguei, fui fazer psicologia, larguei, fui fazer medicina, larguei, aí depois fui trabalhar, ganhar a vida. Quando fui fazer ciências sociais também estava saindo de um processo de doença. Em 91 arranjei um câncer e em 95 comecei a fazer ciências sociais e, bom, disse: "agora vou mudar minha vida". Então foi meio assim: "ó! vou recomeçar". Então, por ter recomeçado mais velho, acho que nesse processo de formação a leitura e o acompanhamento daquilo que vivenciava teve outra natureza. Isso gera prioridades um pouco diferentes (...). Estava sempre interessado (...), fui um leitor voraz. Muitas das minhas preocupações tinham relação com o tempo e o espaço, o que acho que depois casou com as políticas voltadas pra áreas protegidas (...). Mas o que achei interessante disso é que, independente dessas idas e vindas, o universo discursivo pra mim não está fechado só nas ciências sociais. Então, se tiver que discutir com alguém sobre modelos matemáticos, isso pra mim é muito familiar também *(Bento – 3º geração – antropólogo - 54 anos)*.

Em parte, os seis últimos depoimentos (de Bibiana, Luzia, Arminda, Alice, Pedro e Bento) sobre o período de graduação ilustram o fato de que, ainda que com motivações distintas, alguns pesquisadores transitaram por áreas completamente distintas desde muito cedo. Sobre esta característica, Alice, especificamente, mencionou que já nessa época teria

percebido, ainda que de forma "intuitiva", segundo esta pesquisadora, que também se formou em biologia, uma necessidade de procurar pontes entre ciências sociais e ciências biológicas:

> fiquei fascinada por algumas discussões dentro da psicologia, sobretudo pelo campo da psicologia social. Sentia que a psicologia podia avançar, mas nesse momento estava muito direcionada pra experimentação (...). Mas já estava sacando nessa época que tinham caminhos possíveis ainda não trabalhados na academia. Mas estava sacando isso de uma maneira muito intuitiva. E qual foi minha surpresa quando cheguei na psicologia e descobri que 50% da minha turma era de pessoas já formadas e que atuavam em outras áreas! Tinha engenheiro, pedagogo, professor de educação física e um pessoal procurando outra forma de trabalhar conhecimento. Então a minha turma foi extremamente arrojada. Diria assim, do ponto de vista acadêmico, foi a maior experiência que vivi em termos de discussão. Porque já era uma turma madura, engajada e que não estava fazendo faculdade porque queria um emprego, mas estava ali porque queria um campo de discussão diferente. Então aquilo foi uma grande provocação pra mim, pra meu aprendizado *(Alice - 2º geração - graduação em biologia e psicologia - 52 anos)*.

Mas mesmo pesquisadores que não tiveram a oportunidade de acessar conhecimentos de outras áreas a partir de um caminho mais formal (via graduação, especialização, pós-graduação ou curso com um viés mais interdisciplinar) relataram seus esforços no sentido de se aproximarem e se apropriarem de conhecimentos com os quais não estavam, até então, habituados a lidar. Este foi o caso de Joca, por exemplo, historiador que, como vimos anteriormente, quando teve oportunidade de ler "A Ferro e Fogo", escrito por Warren Dean, reconheceu que seu colega de disciplina tinha "muito conhecimento na área da biologia, botânica, ecologia, solos e essas coisas todas", o que o levou a se perguntar por onde "poderia entrar pra fazer uma tese de doutorado nessa área, já que não tinha todo esse conhecimento?". Contudo, como indica seu depoimento abaixo, com o passar do tempo Joca contou que, cada vez mais, conseguiu "transitar com uma certa facilidade por essas áreas":

> o interessante é que sou historiador fazendo um discurso semelhante ao de muitos biólogos. Quando pensei em fazer história ambiental não conhecia muito de biologia, ecologia, mas hoje consigo transitar com certa facilidade por essas áreas, porque fui atrás desse conhecimento, daquilo que não conhecia (...). O último curso que demos aqui chamava "conservação da biodiversidade e processo evolutivo". Trabalhamos com isso porque queríamos trazer a discussão da importância da biodiversidade, a idéia de que há um processo evolutivo que dura já bilhões de anos, que hoje passamos por uma crise de extinção de espécies que tende a se agravar por conta da intensa destruição de habitats. Então, se não tiver áreas protegidas, é difícil que o processo evolutivo, com toda a sua capacidade de gerar biodiversidade, continue existindo. Não é uma questão menor. As pessoas falam: "ah! Como é que você vai querer discutir bichinho e plantinha enquanto os homens morrem". O que a gente está vendo com essa situação toda é que a coisa vai se agravar mais pro homem *(Joca - 3º geração – historiador - 43 anos)*.

Pelo quem vimos na primeira parte da tese, muitos autores desenvolveram versatilidade para dialogar com outras disciplinas e acionar conhecimentos qualitativamente diferentes. No caso de Rodrigo, já vimos este descrever como seu contato com outras áreas não se restringiu só ao âmbito acadêmico, mas se deu via sua atuação em uma ONG (sobretudo, através da participação na elaboração do plano de manejo de um parque nacional). Este antropólogo conta como teve que "consumir", a partir do seu doutorado, a literatura disponível sobre UCs:

> ao trabalhar num projeto de pesquisa que pensava antropológica e sociologicamente terras indígenas, pra mim foi relativamente rápido pensar como reconverter aquele quadro analítico pra pensar unidades de conservação. Comecei a entrar em contato com os trabalhos do Diegues, que achava interessante, mas

> que faltava uma leitura na direção de pensar sociologicamente o que representava uma área protegida. Comecei a me interessar por isso. Fui atrás fazer levantamento bibliográfico, coletar informação aqui e ali. Comecei a ler a própria bibliografia que o Diegues citava, ampliei meu horizonte e formulei um texto que seria meu projeto de doutorado. (*e o tempo da USP?*) A Usp tinha um desenho na área de humanidades muito flexível. Tinha que cumprir um número mínimo de créditos e tudo dependia da sua relação com o orientador. E [a minha] me deixou muito tranqüilo (...). Tinha visto a oferta de disciplinas pro primeiro semestre e não tinha nada, rigorosamente nada na antropologia (...) nem na geografia - uma área de interface - que tivesse qualquer relação potencial com meu projeto. Aí (...) no segundo semestre fiz uma disciplina com a Dominica na antropologia, com o Wanderlei Messias da Costa na geografia e mais duas na UnB, uma de ecologia política com o Paul Little e uma com o Cláudio Pádua de biologia da conservação. Isso foi em 97. Aí passei praticamente 96 e 97 fazendo levantamento bibliográfico, lendo, burilando o projeto (...). Então minha experiência na USP foi isso, mergulhei de cabeça na pesquisa, foi um período de aprendizado, de conhecer mesmo o tema das unidades de conservação até o momento em que parei de consumir isso em torno de 2000/2001 pra fechar a redação da tese. Não participei do Workshop de Macapá pra definição de áreas prioritárias pra conservação na Amazônia exatamente porque tava comprometido com a tese. Mas volta e meia me convidavam pra participar de discussões, por exemplo, pra discutir o conceito de conselho deliberativo em Resex. E acompanhei praticamente quase todas as grandes reuniões ligadas ao SNUC *(Rodrigo - 3º geração – antropólogo - 42 anos)*.

Continuando com os depoimentos de outros entrevistados que fizeram referência a experiências interdisciplinares vividas durante o período entre a graduação e a pós-graduação, Antônio - que admitiu em outro momento de sua entrevista já ter, no início de sua vida acadêmica, migrado da ciência política para a antropologia - comentou seu envolvimento paralelo com o jornalismo e com a matemática:

> fiz esses cursos noturnos ["de ciências sociais e história"] e trabalhava durante o dia. Durante o dia trabalhava numa editora científica e comecei a ter interesse por ciências. Isso incluía desde biologia até matemática, física e tal. E terminei esse período de graduação, que foi até 72, mudando de emprego, passando de revisor a redator científico da editora Abril. Era uma coisa meio esquizofrênica, porque eu fazia ciências sociais à noite e trabalhava como redator escrevendo texto de divulgação científica na área de física e matemática *(Antônio - 1º geração - antropólogo - 60 anos)*.

Mas, além de fazer referência a esse contato com disciplinas diferentes do seu curso de graduação, Antônio também correlacionou este fato com sua atual propensão pessoal para "trabalhar com a área interdisciplinar":

> quando terminei a graduação e tava nesse trabalho, ao mesmo tempo comecei uma atividade de pós-graduação com bolsa da Fapesp que era com campesinato no nordeste e cultura popular**.** *(Como é que você foi parar aí?)* É como te falei, tinha essa motivação política pra fazer ciências sociais. Isso significava, traduzindo em miúdos, certo desejo de alguma coisa que fosse povo, popular, gente. Mas o que me interessava intelectualmente, no fundo, era matemática, era ciência, isso virou meu *hobby* particular. Agora, pra fazer pesquisa, alguma atividade que pudesse ter um resultado aplicado, era sociedade. Bom, isso tem algum eco hoje em dia. Talvez no tipo de parceria, de colaboração, de amizade que eu faço com gente dessa área. No meu departamento de antropologia eu sou o único que trabalha não só com a área interdisciplinar, digamos, próxima, como ciência política, lingüística e essas coisas, mas sim com essa gente da área de biologia, geólogos, matemáticos. Gosto desse tipo de conversa, sou ligado de certa maneira nesse tipo de assunto *(Antônio - 1º geração - antropólogo - 60 anos)*.

Se Antônio mencionou seu "gosto por esse tipo de conversa" "interdisciplinar", já Lúcio ressaltou, de modo parecido às referências de Bibiana e Amaral em relação ao curso de história natural, que esse componente transversal estaria presente na própria gênese da disciplina em que escolheu atuar:

> minha formação em geografia acho que é um pouco diferente porque já tava tendo acesso a certo conhecimento das ciências humanas, demografia, um pouco de geografia econômica, geografia humana. Então discutia essas questões. Mas também climatologia, pedologia, geomorfologia, biogeografia, isso tudo vai te dando essa formação híbrida, como o [*trecho não compreensível*] vai chegar a dizer que a geografia não chega a ser propriamente uma ciência. Eu, por exemplo, não me incomodo com isso, acho que o fato de não ser uma ciência no sentido rigoroso, positivista do termo, não deixa de ser um elogio. Isso vai mostrar que já era uma área do conhecimento que ficou naquele limbo de não ser nem ciência natural nem ciência social, teve essa pretensão desde o início de tratar das duas coisas. Então isso me deu um certo conhecimento *(Lúcio - 1º geração – geógrafo - 58 anos)*.

Vimos este geógrafo descrever como a interconexão de áreas do conhecimento distintas foi sendo posta em prática, visto que os exemplos citados por Lúcio dizem diretamente respeito a sua inserção em conflitos envolvendo populações locais e uso de recursos ambientais. Em todo caso, este componente estrutural da geografia como disciplina de fronteira também foi ressaltado por Juvenal, geógrafo da terceira geração que, apesar de viver no Brasil há mais de 11 anos, nasceu na Alemanha e lá atuou profissionalmente até meados da década de 1990:

> sou geógrafo, estudei geografia, fiz mestrado e doutorado. No início era interessado nos aspectos físicos, foi a discussão que a geografia ofereceu. Também estudei duas áreas de concentração, geologia e biologia, pra fazer ecologia. Na época não existia, como disciplina, geoecologia, então tentei achar um caminho pra fazer isso. Depois percebi que os aspectos físicos, técnicos, ou seja, medir o meio ambiente não resolve nada. Por exemplo, no caso da poluição de rios, você faz uma análise e fica sabendo que ele está poluído, mas não analisa por que isso aconteceu *(Juvenal - 3º geração – geógrafo - 44 anos)*.

Como nos casos narrados por Bibiana, Luzia, Arminda, Pedro, Alice, Bento, Lúcio, Juvenal e, como veremos a seguir, por Ana e Rosa, Francisco teve sua carreira acadêmica marcada por um trânsito institucional entre ciências sociais e ciências naturais:

> me convenci de que, na universidade há 8 anos, tinha que ser mestre, doutor, não podia mais ficar apenas como graduado (...). Me convenci que para estudar a agricultura do Rio de Janeiro como expressão da revolução verde devia fazer mestrado nos EUA. Por aqui não ia encontrar nenhum curso que misturasse esse lado social com o lado de natureza, biologia e agricultura. Aí fiz uma pesquisa e fui fazer mestrado lá, o que também liquidou meu casamento (...). Fiz um mestrado cujo nome é Ciências Ambientais, um curso cujo conteúdo, se fosse espremer em duas linhas seria: entender as bases científicas - científicas no sentido da biologia, química, meteorologia, solos - das políticas ambientais. Esse era o verbete. Lá estudei florestas, solos, biologia, fauna, flora, sucessão florestal, extinção de espécies, um pouco de genética, substâncias sintéticas (...), desde os plásticos, CFCs, até os pesticidas. A maior parte da minha classe era de cientistas naturais e a maior parte dos professores também. Exatamente o que eu queria. De certa forma, foi um reencontro com as ciências naturais da minha escola pública em New Orleans, 30 anos depois, no mestrado. Para mim foi como entrar num parque de diversões. Tinha bolsa do CNPq, licença remunerada, emprego certo quando voltasse e estava numa escola pequena, interdisciplinar, num curso em que podia misturar meu lado sociólogo com os fundamentos de algumas áreas de ciências naturais *(Francisco – 2º geração - cientista social, especialista em ciências ambientais - 59 anos)*.

Outra pesquisadora que ressaltou, ao mesmo tempo, sua sólida formação nas ciências naturais juntamente com certo desapontamento com a falta de uma análise crítica sobre fenômenos ditos naturais foi Bibiana, pesquisadora que, como vimos, fez graduação em história natural e, depois, nas ciências sociais:

> já na França fui fazer mestrado na ecologia fundamental e científica (...). Além de aprender a conhecer a França, fiz estágio de ecologia científica, eu fiz ecologia fundamental, fiz ecologia marítima, fiz ecologia de montanha, ecologia na agricultura, eu tive direito a isso quando era bolsista (...). Quer dizer, eu tive forte formação em ecologia (...). Bem, naquele tempo eu já achava que não adiantava só estudar ecologia e os ecossistemas, como os homens se utilizavam e se apropriavam dos recursos etc. Até pela suas

> organizações sociais, pelas suas dinâmicas sociais, pelas suas políticas etc. e etc. *(Bibiana - 1º geração - graduação em ciências sociais e história natural - 65 anos)*.

No caso de Juvenal, segundo relata este geógrafo, uma saída inicial que o teria ajudado a fazer essa aproximação entre "áreas humanas" e "ciências exatas" veio a partir da crítica "à idéia da modernização da agricultura", sendo que neste seu depoimento aparece, novamente, a presença de uma pessoa específica como figura importante em termos de trajetória:

> tinha um professor na universidade, um biólogo, que fazia projetos agroecológicos em Ruanda. Ele foi pioneiro dos sistemas agroflorestais. Teve um projeto financiado pelo Banco Mundial e outras entidades em que ele montou numa pequena área uma base envolvendo populações locais em Ruanda. Sistemas agroflorestais com espécies nativas pra aumentar a produção. Essa idéia achei na época interessante porque casou com minha intenção de usar conhecimentos produzidos nas áreas humanas e, também, nas ciências exatas, no caso a biologia, pra melhorar a vida das pessoas. Assim, entrei mais fortemente na área da pesquisa sobre o que na Alemanha se chama problemas de desenvolvimento do terceiro mundo. Na época procurava por conceitos alternativos e questionava as teorias de desenvolvimento, neste caso, a idéia da modernização da agricultura *(Juvenal - 3º geração – geógrafo - 44 anos)*.

Mas também Bibiana revelou que desenvolveu esta mesma preocupação de Juvenal ("de usar conhecimentos produzidos nas áreas humanas e, também, nas ciências exatas") através do que chamou de "crítica ao grande desafio do modelo desenvolvimentista", só que isso dez anos antes, quando de seu tempo de exílio na França:

> depois tive a parte da sociologia e freqüentei os melhores seminários que tinha lá. Assim fui compondo minha formação (...). E aí tinha a crítica ao grande desafio do modelo desenvolvimentista e de todas as suas conseqüências. Eu comecei a procurar então um curso que me desse essa transição das ciências fundamentais entre a ecologia fundamental e as ciências sociais. E encontrei lá na França o Josué de Castro, que escreveu 'A geografia da fome', com quem eu trabalhei durante 5 anos *(Bibiana - 1º geração - graduação em ciências sociais e história natural - 65 anos)*.

Neste caso, Bibiana revelou ter encontrado na figura de um geógrafo um elo de ligação que lhe ajudou a fazer uma "transição" "entre ecologia fundamental e as ciências sociais". Mas, segundo seu relato, suas inserções interdisciplinares continuaram ocorrendo e se aprofundando ainda mais ao longo deste período em que viveu na França:

> depois encontrei também o Ignacy Sachs (...), que tinha criado o primeiro mestrado em ciências do meio ambiente, ciências sociais e ciências do urbanismo. Bom, aí, depois que eu terminei esse segundo mestrado, fui pra Escola de Estudos em Ciências Sociais com o Sachs, a *École*, que corresponde ao diploma de estudos aprofundados em Ciências Sociais do Desenvolvimento, com opção em ecodesenvolvimento. (*e como foi esse período?*) Foi uma maravilha, porque a gente inventou um curso em plena época das contestações, a gente dava curso que falava da ecologia humana do terceiro mundo, mas também da guerra do Vietnã, porque a gente analisava todo o efeito da dioxina, o efeito do agente laranja sobre as florestas, sobre as populações, sobre os arrozais, sobre a saúde e por aí vai *(Bibiana - 1º geração - graduação em ciências sociais e história natural - 65 anos)*.

Além de mencionar algumas das razões que a teriam levado a transitar por áreas tão distintas, Bibiana também revelou como foi "concebendo um caminho" próprio "pela agricultura" como forma de fazer uma "síntese" de conhecimentos que lhe permitisse "conciliar a questão social com a questão da natureza":

> comecei a construir um caminho meio autodidata e não muito estruturado. Eu ia nos seminários de antropologia do Godelier porque ele estava tratando dessas questões de relações entre ecossistema e

> sociedade. Depois ia num outro sobre agricultura, onde eram tratadas questões do desenvolvimento rural. Então, naquele movimento maravilhoso de idéias, fui concebendo um caminho e não era um caminho clássico (...). Gostava muito da natureza. Era uma pessoa realmente apaixonada. Aí, para o doutorado, pensei: como é que eu posso conciliar a questão social com a questão da natureza? E pela agricultura eu consegui, porque a agricultura ainda é uma atividade que depende da natureza, do solo, da água e da energia solar. Então, por aí eu tentei conciliar o meu amor pela natureza naquela época, o aspecto ecológico, com o aspecto social. Daí arranjei, na Sorbonne, dois orientadores. Um era agrônomo e um era sociólogo e desses dois eu mesma fiz a síntese (...). Então apresentei minha tese e continuei no departamento de geografia, onde introduzi toda essa questão ambiental. Já tinha 17 anos de trabalho quando fiz o concurso nacional pra universidade francesa e fui construindo minha trajetória. Me dava alegria, porque estava lidando com questões sociais, estava investigando uma área nova, que era o social, mas ligado a grandes questões de degradação ambiental que se expressavam pela agricultura, pela monocultura etc. *(Bibiana - 1º geração - graduação em ciências sociais e história natural - 65 anos).*

Vimos Francisco contar que se formou em 1975, mas só foi "investir nas áreas ambientais em 1985 – 86" via seu contato com a "agricultura orgânica" e seus estudos sobre "modernização da agricultura". Porém, depois de entrar no mestrado em "ciências ambientais", este pesquisador explicou como finalmente chegou à temática das áreas protegidas:

> fiz um curso muito bom e acabei mudando meu projeto. Tinha levado aquele projeto de história da agricultura no estado do Rio, mas modifiquei. Ao invés de olhar pras áreas agrícolas, fui olhar pras áreas não-agrícolas, que são os parques nacionais. Não são os únicos, mas exatamente pela excepcionalidade eu queria ver o que aquela agricultura destrutiva tinha deixado para ser preservado no estado em que eu morava, basicamente os parques nacionais, que eu conhecia como excursionista (...). Aí comecei a olhar para esses parques com outro olhar: ali teve agricultura, mas em algum momento ela foi abandonada, a mata se recuperou e alguém chegou na década de 1930 e 40 lá e falou: "temos que preservar isso aqui". Eu estudei os fundamentos da política brasileira de parques nacionais e, como estudo de caso, examinei os quatro parques nacionais do estado do Rio daquele momento. O estudo tratou da história do desmatamento causado pela agricultura, mas com foco principal nessas quatro áreas que tinham "sobrado" com qualidade ambiental e ecológica suficiente pra alguém chegar lá e criar um parque. Comecei também a estudar dinâmica de recuperação de florestas tropicais, coisas que eu não tinha podido estudar na minha escola porque lá nos Estados Unidos ninguém estudava isso, estudavam as florestas temperadas *(Francisco – 2º geração - cientista social, especialista em ciências ambientais - 59 anos).*

Já vimos vários entrevistados contando sobre suas respectivas "decepções" iniciais quando entraram na graduação. Vimos também que, enquanto alguns revelaram que acabaram encontrando "saídas" no próprio curso, outros declararam ter procurado fazer outro curso de graduação. No entanto, como no caso de Francisco, além de apontarem mudanças menos drásticas (e, como disse antes, mais graduais) do que as que foram vivenciadas por estes últimos, alguns pesquisadores narraram histórias cujo roteiro possui algumas nuanças que escapam a estas duas possibilidades. Vejamos primeiro o caso de Ana, entrevistada que também reconheceu que, em certo momento, "ficou decepcionada" com o curso que escolheu:

> vamos ver por onde a gente começa. Pela graduação, eu sou bióloga, fiz ciências biológicas aqui na USP, entrei em 82 e terminei em 86. Quando eu fiz, já faz 20 anos isso, a temática ambiental ainda não estava na ordem do dia, então não tinha nenhuma disciplina na grade que fosse voltada especificamente para isso. A gente tinha as ecologias animal, vegetal, ecologia geral, mas nada nessa área de preservação, conservação. (...). E porque eu fiz um colegial muito forte na área de humanas, fiquei bastante decepcionada com o curso de Biologia em vários sentidos, porque não fazia essa ligação interdisciplinar, porque as humanas eram em campus separado. Pensei em fazer história, mas acabei desistindo e me formei na Biologia. Trabalhei alguns anos como fotógrafa, dois anos de *free-lancer* (...). Mas aí percebi que o meu negócio era pesquisa mesmo (...) *(Ana - 3º geração - ecóloga humana - 44 anos).*

Porém, como comentou em seguida Ana, este desapontamento com sua disciplina original pôde ser compensado através de um caminho específico: a escolha por uma pós-graduação em um curso interdisciplinar. Mas deixemos a própria Ana descrever como foi seu percurso desde a biologia até entrar em contato com uma estação ecológica:

> voltei para a universidade e fui trabalhar no ICB aqui da USP, que é o Instituto de Ciências Biomédicas. São aquelas coisas meio do acaso, eu tinha uma amiga que fazia estágio com microbiologia, com bactéria, enfim, gostei da área e comecei a trabalhar com isso (...). E comecei a trabalhar lá, era microbiologia ambiental, bactérias, microorganismos que, de alguma forma, tinham relação com a questão ambiental. E o laboratório, por causa da chefe de laboratório, era voltado mais pra água, pra questão da contaminação da água (...). E aí, nesse mesmo período, já fazia alguns anos que a gente ouvia esse boato que a USP ia abrir um mestrado interdisciplinar (...) e quando eu estava terminando meu primeiro ano do estágio no ICB, de fato, abriu-se o processo seletivo para escolher a primeira turma do Procam. Então eu conversei com a minha orientadora que eu tinha esse perfil interdisciplinar, que eu queria trabalhar com essa área. E a gente propôs um projeto. Ela já estava com uma parceria do laboratório com a Secretaria do Meio Ambiente (...) de investigar uma hipótese que já estava sendo investigada no exterior (...). Sempre quando você (...) quer saber se a praia está boa ou não, o indicador usado são coliformes fecais. Só que alguns dos estudos no exterior que coletaram águas de áreas muito remotas, sem ocupação humana, estavam achando esses coliformes em níveis razoáveis e isso estava colocando em discussão se isso seria um bom indicador ou não. Então eu queria testar isso aqui no Brasil e escolhi a região da Juréia, da Estação Ecológica, que tinha locais dentro da estação que não tinha ocupação humana, eram muito remotos e tal, pra gente começar a fazer coleta e ver o que a gente ia encontrar *(Ana - 3º geração - ecóloga humana - 44 anos)*.

Conforme Ana, o caminho que acabou encontrando para estabelecer uma "relação" entre sua área de origem e a dimensão mais social da "questão ambiental" foi inicialmente por conta de um tema vinculado à discussão sobre recursos hídricos. Contudo, logo em seguida ela revelou como esta inflexão no seu trabalho a levaria a "trabalhar com gente":

> prestei o exame do Procam com esse projeto, com ela de orientadora, passei no exame e logo em seguida (...) ela recebeu um convite pra fazer um pós-doc no exterior, nos EUA, ela ia passar um ou dois anos fora. (...) então ela sentou comigo e falou: "olha, eu concordo em te orientar por carta, mas você se sinta à vontade pra continuar ou não" (...). Então disse pra minha orientadora: "olha, então, já que você abriu essa possibilidade, vou mudar das bactérias e vou para o outro lado da escala biológica e vou trabalhar com gente, com seres humanos" *(Ana - 3º geração - ecóloga humana - 44 anos)*.

Enquanto Ana revelou estar, lá pelo final dos anos 1980, à procura de um programa de pós-graduação "interdisciplinar", devido às diferenças geracionais, outros pesquisadores entrevistados relataram que estavam, justamente nesta época, envolvidos com a montagem de um núcleo de pesquisa que tivesse este perfil, sendo este o caso de Horácio:

> percebi uma coisa, comecei a trabalhar numa universidade bastante conservadora, extremamente rígida. E já naquela época comecei a trabalhar na universidade, em 88. A partir de 76 fiquei na ONU e então foram dez anos. Aí voltei pro Brasil em 86 com a idéia de montar um programa de pesquisa sobre questões socioambientais. E aí consegui recursos da Fundação Ford e montei um programa de pesquisa (...). Mas ou eu não cabia no Instituto Oceanográfico, um instituto muito rígido em termos de pesquisas biológicas, físicas e químicas ou talvez o Instituto Oceanográfico não coubesse no meu projeto. Porque tinha a idéia de fazer um programa interdisciplinar, tanto que o programa que montei foi um dos primeiros que tinha geógrafos, biólogos, economistas (...). Então cheguei e tive que construir essas relações, além disso, conhecia professores que tinham sido meus professores ou meus colegas. E a partir daí comecei a montar uma rede de pessoas. Acho que isso também foi uma decisão acertada (...), também porque naquela época grupos interdisciplinares eram muito raros *(Horácio - 1º geração - antropólogo – 64 anos)*.

Ao longo deste item os depoimentos nos conduziram, cada vez mais, ao modo como entrevistados se deparam com o que alguns nativos chamariam de "temas ambientais" e outros de "questões socioambientais". De fato, este direcionamento não foi involuntário, pois relatos da diversas pessoas apontam para a intensa correlação entre suas trajetórias universitárias e o modo como entraram nas discussões (sócio)ambientais. Porém, interconexões relatadas não se resumiram às vivências acadêmicas, estrito senso, aspecto que leva à próxima cena discursiva.

Cena 7: Vidas dentro e fora da academia: interfaces entre a pesquisa e outros espaços sociais

Como outras vias "interdisciplinares" (que não a via acadêmica) ligadas à temática ambiental foram apontadas por pesquisadores, este tópico traz relatos diretamente relacionados a espaços de atuação bem distintos, mas que, no seu conjunto, são todos exteriores ao ambiente universitário, incluindo aí, por exemplo: empresas, órgãos da administração pública, partidos políticos, ONGs, instituições internacionais e diversos tipos de consultorias e assessorias.

Comecemos com Alice, que, como ela mesma disse em citação anterior, compensou "a lacuna envolvendo a temática social" indo "fazer um curso de graduação na área de ciências humanas". Após concluir os dois cursos que decidiu fazer, Alice contou que foi gradualmente se aproximando de temas ambientais e se abrindo para "interfaces com a área social":

> acabei o mestrado em 83 ou 82 e voltei pra cá. E naquela época já estava em andamento um grande projeto nacional de gerenciamento costeiro. Isso significava naquela época gerenciar os recursos da costa brasileira, não tinha essa visão humana. Então eles estavam implantando esse sistema de gerenciamento e não tinha quem trabalhasse no programa, porque você tinha que lidar com uma visão sistêmica, tinha que conhecer os parâmetros de ecologia, de oceanografia etc. e você tinha que ter uma capacidade de trabalhar nacionalmente. E aí o que aconteceu? O estado do Ceará estava precisando implantar sua equipe. E tinha no CNPq um processo que incentivava os pesquisadores a ir pra lá. E aí lá fui eu trabalhar na universidade do Ceará no laboratório de Ciências do Mar. Aí eu trabalhei com as equipes locais ligadas a esse programa de gerenciamento. Tinha toda uma discussão estratégica. E aí então eu trabalhei com a marinha, que é quem estava coordenando isso. E isso foi me dando um outro tipo de vivência que é a vivência regional do país, você tem que lidar com um outro tipo de variável, porque você está, sobretudo nessa época, numa região que não tinha os mesmos recursos que existem no Rio de Janeiro *(Alice - 2º geração - graduação em biologia e psicologia - 52 anos).*

Porém, Alice estabeleceu uma distinção específica no que se refere aos seus primeiros contatos com problemas ambientais concretos: separou, no seu depoimento, sua entrada nessa discussão, por um lado, via trabalho de pesquisa e, por outro, via trabalho fora da academia:

> vai ser engraçado e interessante falar do meu percurso porque é um percurso do pré-cambriano. Então acho que vai te dar uma idéia de como essas questões começaram a surgir numa lógica em que elas não eram prioritárias. Pra quem está trabalhando com isso, na verdade a discussão da temática ambiental no Brasil começou no tranco e não na academia. A academia veio a reboque de um trabalho que vinha sendo feito pelas grandes empresas de consultoria. A academia nem sequer discutia esse tema. Posso dizer que cheguei nas áreas protegidas com um percurso mais ligado à minha história de vida do que por influência da academia. A coisa foi mais de história pessoal e de trajetória profissional, mas não ligada na sua base a um trabalho de pesquisa. Também acho que isso tem a ver com minha formação, que é uma formação extremamente híbrida e atípica *(Alice - 2º geração - graduação em biologia e psicologia - 52 anos).*

Esta característica "híbrida" relacionada com o duplo contato profissional fora e dentro da academia também foi identificada por Horácio:

> minha formação é um pouco híbrida. Me formei em ciências sociais na USP, mas minha prática, minha carreira não se enquadra profundamente na Universidade. Primeiro porque detesto muita gente das instituições grandes, eu não consigo conviver muito tempo com burocracia e, segundo, porque talvez já tivesse vivido muito para me restringir à vida acadêmica tradicional. Sempre fiz coisas fora da academia, isso é uma particularidade da minha trajetória (...). Mas quando voltei para cá, tinha contato com a IUCN, tinha feito alguns trabalhos com eles em Genebra e tinha trabalhado, sobretudo na FAO, no departamento de Pesca em Roma. E essas dimensões já estavam começando a surgir porque talvez, mais do que em outros setores, na pesca a questão dos recursos naturais era uma questão fundamental. Já havia dados muito claros, já naquela época, de que alguns dos recursos pesqueiros importantes estavam no limite da sua capacidade de exploração. Então, um pouco com essa bagagem acadêmica de um lado e de vivência fora da academia do outro, porque eu pude aprender coisas fora e ver coisas fora, talvez isso tenha me feito pensar em algumas coisas, talvez isso tenha me permitido trazer alguns temas que no Brasil eram aparentemente novos e recentes. Por exemplo, eu acho que o primeiro trabalho de economia ecológica foi nós que começamos em 85 no Brasil, antes não se pensava nisso. Mas eu já tinha contato com esses trabalhos no exterior. Então, me juntei a um ecólogo e a um economista e começamos a pensar a questão da valoração de ecossistemas, recursos, funções *(Horácio - 1º geração - antropólogo – 64 anos)*.

Mas, voltando ao depoimento de Alice, sua narrativa, coerente com a separação entre "trabalho de pesquisa e trabalho fora da academia", aponta para um constante entrelaçamento de períodos em que se envolvia mais com pesquisa científica, outros em que atuava fora do universo universitário e outros ainda em que exercia ambas as atividades. Durante praticamente toda a primeira parte da entrevista Alice descreveu sua trajetória a partir da concomitância entre atividades de pesquisa e atividades desempenhadas fora do ambiente universitário. Porém, seu relato revelou uma via de contato com a problemática ambiental que também foi mencionada por outros pesquisadores: o campo da consultoria ambiental. Este foi o caso de Aurora, que mencionou ter trabalhado durante um tempo com consultoria ambiental:

> depois de me envolver com essa coisa das cavernas eu também trabalhei com consultoria, mas sempre com uma proximidade muito grande com esse pessoal da conservação. (*que tipo de consultoria?*) Na verdade, eu fazia consultoria porque eu trabalhava voluntária pra uma não-governamental que não tinha dinheiro, que era a Rede Pró-Unidades de Conservação. Eu fazia consultoria de manejo, eu vivi muito de consultora no início da minha carreira. E aí eu fui me aproximando de outras organizações que trabalhavam com isso, porque o movimento ambiental dá essa possibilidade. Então, aí eu fazia consultoria pra Fundação O Boticário, pra SPVS *(Aurora - 3º geração - engenheira florestal - 38 anos)*.

Mas talvez o tipo de consultoria que mais foi citado pelos pesquisadores que entrevistei foi aquele relativo aos impactos de grandes projetos como construção de hidrelétricas, mineração, abertura de estradas, etc. Este foi o caso e Alice:

> pra encurtar a história, quando estava na França conversei com uma grande amiga que tinha conhecido na época do meu estágio na França e que era professora da USP. Nesse tempo da França a gente tinha conversado e ela disse: "olha, quem sabe quando voltar você passa na USP e quem sabe não vai fazer doutorado na USP". Aí aconteceu assim, estava no Ceará e fui na USP pra conversar com as pessoas de lá. Quando cheguei lá, conversei com um dos manda-chuvas do Instituto Oceanográfico. Fui lá só pra sondar, mas ele sugeriu: "por que não começa o doutorado esse ano?". Acabou que fiz o doutorado nessa época mesmo (...) na oceanografia biológica, continuei trabalhando a questão costeira com sedimentos e terminei o doutorado em 91 (...). Mas nessa época que estava saindo do Ceará pra USP tive que arranjar um emprego porque não tinha bolsa. Aí fui trabalhar numa empresa de consultoria (...). Cheguei no Rio de Janeiro e as grandes empresas de engenharia estavam com mega-projetos na Amazônia. Esses projetos começaram a sofrer uma crítica internacional muito grande, essa coisa de transamazônica, Balbina,

> Tucuruí. Só que nessa época não tinha gente com o perfil que eles queriam pra montar equipes voltadas para a questão ambiental *(Alice - 2º geração - graduação em biologia e psicologia - 52 anos)*.

Embora pertencendo a uma geração anterior (tal como Horácio), Nicolau relatou uma experiência parecida com a que foi vivida por Alice - no sentido de atuar, ao mesmo tempo, dentro e fora da universidade. Só que, no caso deste último, que, como vimos, apesar de ter feito agronomia e engenharia florestal, exerceu durante muito tempo na academia a atividade de entomologista, essa dupla inserção se deu já diretamente vinculada às áreas protegidas:

> comecei a trabalhar em projetos de estabelecimento de parques. E a universidade era uma parceira importante, porque a universidade tinha uma associação com o serviço florestal. Inclusive o instituto de pesquisas florestais funcionava na universidade e isso ocorria junto com o governo, que estava encarregado da administração das áreas protegidas. Então existia uma relação íntima entre o que a faculdade de engenharia florestal fazia e o que os órgãos ambientais faziam. Isso entre 60 e 70. Logo fui pra Europa e fiz meu doutorado, sempre com tese principal em insetos, mas sempre com tese anexa em manejo de fauna. Fiquei lá envolvido com os dois temas e voltando do doutorado na Bélgica fui vice-reitor e, depois, fui ser chefe do serviço florestal. E aí fui incumbido de praticamente criar tudo o que tínhamos desenhado antes na universidade, tudo aquilo que propúnhamos me tocou fazer, criar toda a base do sistema de grandes parques nacionais. Depois foram feitos muitos outros parques, mas até 79, quando saí do governo, tínhamos criado todo um sistema de áreas protegidas. Então fiz isso, depois eu voltei à universidade. Na verdade, nunca deixei a universidade, pois segui sendo professor em tempo parcial nesse período, então depois disso voltei em tempo completo *(Nicolau - 1º geração – agrônomo, engenheiro florestal e entomologista - 67 anos)*.

Como Alice, pelo menos outros seis entrevistados mencionaram a importância, em suas trajetórias, de ter trabalhado na área de consultoria ambiental (sobretudo, consultoria voltada para a confecção de EIA/RIMAS entre o final dos anos 1980 e metade da década seguinte). Rosa, por exemplo, conta como foi se "envolver com essa história de meio ambiente":

> na realidade comecei a me envolver com essa história de meio ambiente na segunda metade dos anos 80. Era estudante de sociologia na UnB. Comecei trabalhando na área de sociologia da educação, fiz meu mestrado em sociologia da educação, mas enquanto terminava o curso do mestrado fui recebendo convite pra trabalhar com pesquisa em assentamentos rurais. Nessas pesquisas me envolvi com professores que já começavam a fazer consultoria em meio ambiente e abordar essa questão. Eram mais professores da área de economia. Então começamos com a história de assentamentos e a partir daí fomos desenvolvendo um contato. Depois fui chamada pra trabalhar com elaboração de RIMAs e EIAs também. O Jorge Madeira Nogueira e outro professor montaram uma empresa de consultoria e começamos a trabalhar juntos (...). Daí me interessei e comecei a trabalhar com eles, gostei muito (...). Evidentemente, a gente ia como uma parte da equipe, tinha o pessoal da sociologia e da antropologia encarregado de fazer diagnósticos, levantamento socioeconômico, um trabalho de identificação e diagnóstico. E no final participavamos da elaboração final, do mapa final. Fomos aprendendo no trabalho mesmo uma série de coisas que a gente nem imaginava. Assim é que fui começando a me envolver com meio ambiente (...). Inclusive, até foi difícil largar a equipe com a qual trabalhava em sociologia da educação, que era espetacular, mas chegou uma hora que tive que fazer essa opção. *(Rosa -3º geração – socióloga - 46 anos)*.

O depoimento de Rosa aponta não só para o trânsito entre diferentes campos do conhecimento, mas, também, para o contato e a troca entre pesquisadores vindos de áreas distintas, sendo que, neste processo, como comentou esta pesquisadora, "a gente foi aprendendo no trabalho mesmo uma série de coisas que a gente nem imaginava". Mas, como havia dito, outros entrevistados também revelaram que foram trabalhar na área de consultoria ambiental. Este foi o caso de Francisco, como vimos, outro pesquisador vindo das ciências

sociais que decidiu se aproximar das "ciências ambientais". Tal como Rosa e Alice, este entrevistado ressaltou em seu depoimento como positivo o fato de ter tido a oportunidade de trabalhar com pessoas que "não eram sociólogos" através deste tipo de consultoria:

> retornei ao Brasil do meu mestrado com minha "dissertaçãozinha" sobre parques nacionais e políticas de conservação da natureza, só que lá na UFF não tinha espaço para levar isso pra frente. E quando fui à Anpocs de 1988 percebi que havia um grupo de pessoas que também estavam nessa situação, aqueles que chamei de "desturmados". Onde foi que eu usei os aprendizados do mestrado, inicialmente? Foi na consultoria. Durante quase 3 anos, de 89 até início dos 91 eu trabalhei em EIA/RIMAs, que era um grande mercado de trabalho naquele momento. Assim eu comecei a participar de outra turma, agora fora das universidades, por várias vias, porque era um dos poucos sociólogos no Brasil que tinha qualificação formal, com um mestrado nos Estados Unidos, sobre meio ambiente e sociedade e com o diploma de Mestre em Ciências Ambientais. Isso contava ponto nas licitações. Trabalhei em cinco ou seis EIA/RIMAs, o que me rendeu algum dinheiro e muita experiência de trabalhar com colegas que não eram sociólogos - geólogos, engenheiros elétricos, pessoal da educação, economistas etc. -, foi uma escola ótima pra mim, mas que não era a escola universitária. Eu gostei muito de fazer isso e só parei porque aí saí do Brasil pra fazer doutorado. Quando voltei, em 95, esse mercado de trabalho praticamente se dispersara (...) *(Francisco – 2º geração - cientista social, especialista em ciências ambientais - 59 anos).*

Sobre este aspecto positivo do trabalho conjunto envolvendo profissionais de diferentes áreas – ofício este que, segundo Francisco, apesar de ter sido "uma escola ótima", não "era a escola universitária" -, Alice descreveu, a partir da sua experiência, como funcionava a dinâmica deste tipo de trabalho em empresas de consultoria ambiental:

> na minha empresa, isso deve ter sido 89, o departamento de meio ambiente tinha mais de 100 pessoas. Tinha sociólogo, antropólogo, biólogo, ecólogo, geólogo. Eles lidavam com todas aquelas questões básicas da temática ambiental, como EIA/RIMA, avaliação de impacto, estudo limnológico e tal e tal. E era uma equipe genial, tanto que as pessoas dessa equipe hoje estão todos ocupando posição estratégica na pesquisa, na empresa privada ou no governo. Por exemplo, entre as pessoas que trabalhavam comigo, um é presidente da Feema, outro é assessor *senior* de meio ambiente da Shell, outra é coordenadora de meio ambiente da Norte Fluminense, outro está no INPE, outro é dono de uma empresa de consultoria, um dos técnicos da época que se tornou empresário. O que aconteceu? Essa equipe precisou começar a trabalhar junto, só que cada um vinha de uma área de conhecimento diferente. E a gente tinha que dar respostas aos problemas dos projetos. Isso foi uma coisa extremamente interessante. Porque ninguém tinha hábito de trabalhar com empresários. E no tempo da empresa as coisas precisam ser resolvidas com rapidez. Não tem essa coisa de que daqui 10 anos vou responder. Não. A gente tinha que se articular, ver o que cada um tinha de conhecimento e como as questões seriam resolvidas. Tinha que encontrar soluções pros problemas. Era problema de impacto ambiental, problema de exclusão de grupos indígenas por causa dos reservatórios das hidrelétricas, a questão das doenças, a gente tinha que lidar com a desoxigenação dos cursos d'água. Era uma imensidão de problemas que demandavam respostas complexas *(Alice - 2º geração - graduação em biologia e psicologia - 52 anos).*

A despeito da avaliação positiva sobre o tempo em que ficou trabalhando na consultoria ambiental, Juvenal avaliou de modo diferente tanto sua atuação como seu percurso nesta área:

> entrei na questão do planejamento (...). Vi que a geografia oferece todas as ferramentas não só das áreas físicas, mas também das áreas humanas para fazer um planejamento ambiental. Então foi uma coisa que eu queria fazer, que era planejamento ambiental. (...) voltei pra Alemanha e virei engenheiro ambiental. Entrei pra consultoria, pra fazer EIA/RIMAs pra construção de estradas. Trabalhei nesse campo três anos e foi muito interessante porque você utiliza conhecimentos das ciências humanas e das ciências exatas. Por aí foi legal nesse sentido, porque consegui de alguma forma sintetizar essas informações. Mas sofri por causa das dependências econômicas que você tem. Eu tinha esse ideal de que, como planejador, poderia influenciar alguma coisa, mas a realidade foi me dizendo que a empresa precisava do meu trabalho apenas como uma maneira de justificar a obra que ela ia construir. E também foram aparecendo as contradições que envolvem as medidas mitigadoras dos impactos causados por esses projetos. Isso pra mim era muito pouco satisfatório porque a questão principal eu nunca poderia tratar. Havia a necessidade do projeto ser feito e isso eu não tinha poder para interferir ou questionar. Existe a idéia anterior de que o

> que vai ser executado é necessário e isso é uma decisão política, a decisão política de fazer já foi tomada e isso foi muito valioso como experiência pra mim *(Juvenal - 3º geração – geógrafo - 44 anos)*.

Apesar de Alice ter revelado que seu trabalho na área de consultoria envolvia "uma equipe genial" de profissionais, esta pesquisadora também lembrou de mencionar alguns dos efeitos que os projetos de que ela participava causavam:

> lembro que na época a grande questão não era proteção à natureza, era resolução de impactos ambientais, que eram brutais. Lembro, por exemplo, que quando fiz o sobrevôo do enchimento de Balbina, tive a sensação de que estava sobrevoando uma área depois da explosão de uma bomba atômica. É um impacto você ver aquelas árvores todas, ou melhor, aqueles tocos de árvores no meio daquele imenso espelho d'água. Participei, por exemplo, de expedições de resgate de fauna, que foi uma das coisas mais deprimentes que já vi na minha vida. Você ver um mamífero agarrado nas árvores sem ter pra onde ir, pra onde correr, os bichos todos estressados. Então, pra mim, foi um enorme aprendizado. Até porque a gente saía do ambiente de cidade e às vezes ficava 30 dias no meio do nada *(Alice - 2º geração - graduação em biologia e psicologia - 52 anos)*.

A seguir, veremos Alice relatar sua ligação com uma grande organização internacional (Banco Mundial) que financiam projetos ligados às reservas extrativistas. Mas ela revelou uma visão diferente da externada por Juvenal em relação ao tipo de postura ("subversiva" e que vai "contra a corrente") que tinha ao atuar nesta instituição:

> era uma coisa engraçada, porque era como se eu estivesse vivendo em dois planetas diferentes: dentro das Resex e em Brasília. A sensação que eu tinha em Brasília era que todo mundo em Brasília estava vivendo fora da atmosfera e que estavam decidindo o que ia acontecer aqui na terra. E aí eu tive muita sorte, porque eu trabalhei com pessoas geniais. Trabalhei com um italiano que era um cara realmente humanista e que tinha uma sensibilidade enorme pra essas questões novas. Ele era o primeiro que estava advogando mudanças na dinâmica dos projetos. Também trabalhei com uma economista e uma antropóloga que eram pessoas extremamente engajadas nessas questões sociais. E teve mais um mito que eu deixei de alimentar sobre o Banco Mundial. Afinal, é uma instituição que tem uma filosofia de trabalho neoliberal, só que as pessoas que estão ali, muitas delas vão contra a corrente. Eu me lembro que um amigo meu falou uma vez, se referindo a uma pergunta de um dos caras que coordenava os projetos do Banco Mundial aqui no Brasil. Este cara tinha perguntado se a gente, eu e uma amiga, se nós éramos comunistas. Então, na verdade, nos éramos uma contracorrente, representávamos uma subversão daquela égide vigente na instituição *(Alice - 2º geração - graduação em biologia e psicologia - 52 anos)*.

Mas, no caso de Juvenal, além de sua crítica ao trabalho de planejamento ambiental, uma "retomada" daquela sua "experiência" na área da consultoria ambiental foi revelada em outro momento de sua entrevista, quando falava já da sua trajetória aqui no Brasil. Só que, neste caso, como contou Juvenal, o uso de seus conhecimentos neste período de consultor acabou servindo, justamente, para "criticar esses estudos de impacto ambiental":

> eu também retomei essa minha experiência mais tarde aqui no Brasil quando a gente foi lutar contra a construção da hidrelétrica lá em Aiuruoca. Aí eu pude utilizar todos esses meus conhecimentos que eu tinha para criticar esses estudos de impacto ambiental que foram feitos lá pra construção da hidrelétrica (...). No vale do Jequitinhonha, onde a gente trabalhava, essa solução se baseia nas hidrelétricas e na monocultura de eucalipto. Por outro lado, você tem que avaliar sempre o contexto. No caso da hidrelétrica de Aiuruoca ela iria inundar um trecho importante para a conectividade dos remanescentes florestais. Nesse caso eu estava defendendo a proteção total dessa área, porque é muito pouco o que sobrou. Lá na discussão com a FEAM, Fundação Estadual do Meio Ambiente, que era o órgão deliberativo que teria que dar licença para o projeto da hidrelétrica nós falamos: "olha, lá nesse trecho tem várias espécies de macacos ameaçados de extinção, o que fazer com eles?". Então a empresa vinha com um vídeo dizendo que eles iriam fazer um reflorestamento ao redor desse reservatório. Aí eu falei:

> "vocês acham que os macacos vão esperar 30 ou 50 anos no pasto ao redor até a floresta crescer?" *(Juvenal - 3º geração – geógrafo - 44 anos).*

Voltando ao depoimento de Alice, esta, ao relatar seus primeiros contatos com a temática ambiental, além de distinguir trabalho de pesquisa de trabalho fora da academia, estendeu esta diferenciação ao que ela considera "dois níveis de pensar um mesmo problema":

> Então, o que aconteceu na prática? (...) Aí terminei o meu doutorado ainda trabalhando com esses mega-projetos e eu comecei a descobrir que eu gostava da dinâmica de projeto. Porque, enquanto ali no doutorado eu ficava horas atrás de um microscópio, contando, identificando bicho, analisando a qualidade da água, no projeto eu via a coisa acontecer. Uma iniciativa que você tinha, uma idéia que você tinha fazia uma série de ações começarem a acontecer. Então a minha esquizofrenia de ficar entre projeto e academia começou nesse momento. Eu descobri que não queria ficar o resto da minha vida só atrás de um laboratório. Mas, ao mesmo tempo, na dinâmica de projeto você tem uma vida que segue muito uma rotina. Você tem que estar respondendo a questões operacionais no dia-a-dia, mas você não pára pra pensar nesses problemas. Então eu comecei a perceber que tinham dois níveis de pensar um mesmo problema. Um é o nível da reflexão, da pesquisa e o outro da aplicação do conhecimento. E eu comecei a pensar que eu queria trabalhar com pesquisa aplicada e até hoje eu tenho isso muito claro na cabeça *(Alice - 2º geração - graduação em biologia e psicologia - 52 anos).*

Outra via de contato com a temática ambiental mencionada por alguns entrevistados foi a que os levou a trabalhar com grandes organizações supranacionais, como no caso de Horácio:

> quando voltei em 1976 pra dar aula, quer dizer, tava dando aula em faculdades e aí percebi que não dava para dar aula, que era um clima irrespirável. Aí tive um convite da ONU e fui trabalhar em Genebra. E minha função nessa organização era estudar possibilidades de reassentamento de refugiados que saiam de um país para outro, sobretudo, na área rural. Então tive muito conhecimento da África, viajei muito pra África do leste e do oeste, pro Vietnã, pro Laos. Tive então uma percepção grande dessas questões ambientais e ecológicas indo lá, mas pouco contato com universidade, a não ser na Tanzânia, que fizemos trabalhos em conjunto. Então a minha formação é fora dos padrões, quer dizer, fiz em parte na carreira universitária, trabalhei na ONU e quando voltei ao Brasil, me demiti da ONU e decidi voltar para fazer aquilo que sabia fazer, que era pesquisa (...). Foi uma decisão rápida a minha de sair da ONU, naquela época era meio louco, achavam que era louco pra ter desistido de um contrato permanente, que isso era muito raro. Mas não, decidi voltar para o meu país porque achava que tinha coisas a fazer mais aqui do que lá *(Horácio - 1º geração - antropólogo – 64 anos).*

Outro entrevistado que fez menção a sua passagem por um circuito muito específico, que são estas grandes agências intergovernamentais foi Nicolau:

> no final dos anos 80 fui pro Banco Mundial, trabalhei muito com o Banco Mundial em Rondônia onde montamos todo um sistema de áreas protegidas. Então aí passei a trabalhar como consultor, me tocou inclusive participar da construção do Ibama e depois passei rapidamente a trabalhar como chefe de meio ambiente do Bird. Passei seis anos em Washington. Depois me casei e voltei pro Brasil e continuei como assessor principal do Bird na área ambiental, mas agora baseado em Brasília. Me aposentei faz quatro anos. (*como era esse trabalho no Bird, era com áreas protegidas?)* Sim, essencialmente áreas protegidas, mas não unicamente, claro, o trabalho se relacionava com a avaliação de impactos ambientais para serem apresentados ao Bird. Tinha um trabalho envolvendo questões de áreas protegidas e um forte volume de cooperação técnica *(Nicolau - 1º geração – agrônomo, engenheiro florestal e entomologista - 67 anos).*

Como Horácio e Nicolau, Alice revelou ter atuado junto a este tipo de instituição:

> vê como meu percurso é acidental? Quando estou na Universidade do Ceará começo a receber mensagens do pessoal da USP que me conhecia dizendo que devia mandar meu currículo pra um edital do PNUD das Nações Unidas que era pra montar um mega projeto de cooperação internacional Amazônia. O componente ambiental equivalia a 40 milhões de dólares. Mando meu currículo. Foi uma seleção internacional pra escolher um especialista pra coordenar a equipe de meio ambiente do projeto. Era o Prodeagro, Projeto de Desenvolvimento Agroambiental de Mato Grosso, um desdobramento do Pólo Noroeste que tinha dado um monte problemas com a BR-364. Aí tinha que ir pra Cuiabá ficar entre seis

> meses e dois anos. Seria implementado pelo estado do Mato Grosso, mas a cooperação técnica do PNUD iria fazer praticamente a montagem do projeto (...). E lá fui montar e coordenar uma equipe pra fazer a cooperação técnica. Foi genial porque aí me dei conta do que é trabalhar as lógicas social e ambiental num projeto que envolvia conflitos, conflitos e mais conflitos. Uma das questões do projeto, que tinha vários componentes, era exatamente áreas protegidas. Aconteceu que a grande questão foi montar um sistema de áreas protegidas, implantar áreas que já existiam, criar novas áreas, formatar a regularização fundiária. Tinha na prática todo o caldo de discussão e operacionalização das áreas protegidas e tudo com conflito, de morte inclusive. Só pra ter uma idéia, nossa equipe era proibida de entrar em alguns municípios. Então trabalhei nesse projeto e foi muito bom, porque trabalhei com pessoas que eram a nata da intelectualidade e do meio acadêmico e era gente do Brasil inteiro, com sociólogos, agrônomos e assim por diante *(Alice - 2º geração - graduação em biologia e psicologia - 52 anos)*.

Mas o envolvimento de Alice com estes grandes projetos financiadas por organismos internacionais foi ainda mais além:

> eu fiquei esses 10 meses em Cuiabá como coordenadora da parte ambiental desse projeto. E aí me chamam pra ser consultora do Banco Mundial pra trabalhar no projeto que tinha lá em Rondônia, que era o Planafloro, Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia. Fiquei trabalhando nos dois projetos, com o Prodeagro nesse acompanhamento de áreas protegidas e com o Planafloro. E aí eu viajava pra lá e pra cá. Minha atuação era na questão dos impactos ambientais, na gestão e proteção da natureza, o que envolvia todo o sistema de unidades de conservação e a questão das interfaces sociais com áreas indígenas, com populações tradicionais *(Alice - 2º geração - graduação em biologia e psicologia - 52 anos)*.

Segundo contou esta pesquisadora, sua participação como consultora ou coordenadora de grandes projetos financiados por organizações como o Banco Mundial a levou a desenvolver "uma identidade muito grande com o movimento dos seringueiros":

> quando comecei a trabalhar com o Planafloro, em 93 ou 94, ele evidentemente também tinha os mesmos problemas de áreas protegidas, de sistema, populações tradicionais, a questão das reservas extrativistas. Em Rondônia tinha já algumas reservas extrativistas e foi aí que comecei a lidar muito de perto com elas. O que via era que eu tinha uma identidade grande com o movimento dos seringueiros, com o que eles tavam fazendo. Ia pra várias reservas, pra conhecer as reservas. Todas aquelas quatro reservas que viraram meio que modelo, fiz a avaliação de meio-termo das reservas. (*meio-termo?*) Em toda reserva, no meio da implantação, você monta uma equipe independente pra avaliar o andamento e os ajustes que precisariam ser feitos (...). Bom, estava trabalhando nesses projetos e acabei entrando no circuito da consultoria internacional e comecei a ser chamada pra ser consultora em um monte de projetos, inclusive Resex. Se chegou à conclusão de que trabalharíamos com quatro estudos de caso pra trabalhar organização comunitária em Resex. *(Alice - 2º geração - graduação em biologia e psicologia - 52 anos)*.

Contudo, ao contrário de Horácio e Nicolau, que revelaram ter atuado junto a grandes organizações semelhantes, Alice descreveu, em seu depoimento, minuciosamente como foi este período em que pode trabalhar e se envolver com estas quatro reservas extrativistas:

> comecei a trabalhar com projetos envolvendo Resex, a ir pras reservas, a trabalhar com os seringueiros e comecei a entender que havia um discurso que não estava sendo incorporado nesses projetos, que era o discurso de quem estava lá. Foi aí que o tema da inclusão social, da percepção dos atores locais começou a me instigar, foi na prática de projetos. Lembro que vivi algumas situações que pra mim foram emblemáticas. Eu me lembro que uma das minhas viagens pras reservas foi pra avaliar a qualidade da implementação e eu percebi uma coisa muito engraçada. A gente entrava 35 km, no meio da floresta, pra falar com uma comunidade. E aí eu comecei a ver o seguinte: a mulher do seringueiro não fala com homem externo, tem um código local que faz com que elas não falem. Então, em todas as reuniões que você marcava, por exemplo, os homens vão na frente e as mulheres ficam atrás com as crianças, mas elas não falam, elas não verbalizam. Eu comecei a reparar bastante naquilo, até que eu comecei a ir na mesa do jantar e os homens sentam na mesa do jantar e as mulheres ficavam atrás. Eu era a única mulher do grupo de consultores e era a única que era aceita na mesa. Como eu era estranha eu era homem. Aí eu percebi que eu só conseguiria falar com essas mulheres se eu estivesse na cozinha com elas. E aí eu comecei a entrar na cozinha e comecei a perceber que muitas dessas mulheres eram realmente as líderes comunitárias, que muitas dessas mulheres é que sustentavam suas famílias, que essas mulheres eram peça

> chave na saúde e na educação das comunidades todas. Eu comecei a perceber que muitas dessas mulheres sabiam do projeto, mas elas não tinham espaço pra sugerir o que o projeto deveria investir. Parece uma coisa boba, mas fui vendo que só tendo acesso à percepção do ator local que você vai construir um projeto realista e nenhum projeto considerava isso. Tem também todo o lado simbólico que envolve a constituição de Resex, a questão de como essa relação entre as pessoas e entre elas e a natureza se constrói a partir do respeito, da solidariedade. Porque eu vivia indo lá, eu passei um bom tempo dentro das Resex, dormia lá com eles. Então você começa a fazer parte de um cotidiano que você vai, fica alguns dias, mas você volta e eles te reconhecem quando você volta *(Alice - 2º geração - graduação em biologia e psicologia - 52 anos)*.

Esta perspectiva, citada por Alice, de "começar a fazer parte de um cotidiano" no caso dos seringueiros, foi mencionada por Alonso. Além disso, este historiador permaneceu estabelecendo contato com o movimento dos seringueiros também através de uma das grandes ONGs internacionais hoje atuantes na Amazônia:

> cruzei bastante com seringueiros e conheci bem o Chico Mendes. De 85 até 88 estive no Acre algumas vezes, conheci o movimento dos seringueiros. Infelizmente cheguei na Greenpeace depois da morte dele, mas continuei atuando com o Conselho Nacional dos Seringueiros. É um movimento fascinante porque nasceu no Brasil a partir de convicções de pessoas que estão nas novas fronteiras do agronegócio, do gado e da indústria madeireira. Processo que entra em choque com comunidades que viviam do uso extrativo, em geral, sustentável porque em pequena escala. Acho que não devemos ter o dogma de que o extrativismo é sempre sustentável, depende da intensidade, das circunstâncias biofísicas do lugar. Mas também me fascina do ponto de vista humano, sabe? Quem conhece as pessoas nunca mais esquece e não perde mais um certo amor por elas. Porque, sem idealizar a coisa do bom selvagem, obviamente, mas o mundo da floresta, estar na floresta, nas reservas extrativistas com seringueiros, você encontra muita gente que não tem nada e dá tudo o que tem. A generosidade deles com viajantes, já vivi isso e ouvi de diferentes pessoas. Você chega numa casinha de seringueiro, você é recebido de forma impressionante.

Mas outras vias de entrada, de contato e de envolvimento com questões e problemas ambientais e, igualmente, com nosso "tema quente" foram relatadas por alguns entrevistados. Pedro, por exemplo, mencionou o fato de que acabou indo trabalhar em uma das grandes ONGs internacionais que hoje atuam no Brasil:

> em 92 estava já há dois anos na ESALQ. Falei: "bom, tenho que voltar pros Estados Unidos pra terminar o doutorado". Achei que ia ficar três meses e acabei ficando 8. Quando terminei o doutorado a TNC me procurou e se ofereceu pra me contratar. E como fiquei oito meses nos Estados Unidos sem bolsa e sem dinheiro nenhum, acabei com uma dívida monumental e aquilo era uma chance de ganhar um salário muito bom e pagar minhas dívidas. Aí minha família volta toda pros EUA porque fui trabalhar em Washington. Fiquei um ano lá e aí pedi pra vir pro Brasil abrir um escritório aqui da TNC. Aí vim parar em Brasília sem ter nenhuma intenção de vir pra Brasília *(Pedro - 2º geração – primatólogo - 60 anos)*.

Se Horácio (antropólogo da primeira geração) decidiu voltar a "fazer aquilo que" "sabia fazer, que era pesquisa" na área de antropologia, este primatólogo mencionou o fato de estar "muito infeliz (...) só fazendo administração", o que, segundo ele nos conta abaixo, acabou levando-o também a retornar à universidade:

> um ano depois eu estava muito infeliz na TNC porque eu estava só fazendo administração. Aí falei com meu diretor: "olha, estou muito infeliz com o tipo de trabalho que estou fazendo e vai abrir um curso na universidade de Brasília que foi feito pra mim". Era um curso que tinha duas disciplinas, de manejo de fauna e manejo de áreas protegidas. Mas eu não queria sair da TNC. Eu propus pra ele de eu aceitar o cargo na universidade e negociar ficar com eles tempo parcial. Mas esse diretor não aceitou, disse que "conosco é tudo o nada". Mas eu disse que não ia deixar de fazer o concurso e ele falou: "então você está demitido". Fiquei dois meses desempregado, mas aí eu fiz o concurso e passei, entrei pra UnB e comecei a dar a cadeira de manejo de áreas protegidas. Nesse momento eu já era conhecido no Brasil, era um

> doutor por uma universidade americana que havia trabalhado com uma espécie muito ameaçada, muito conhecida, com bastante *paper* publicado. E com isso sua rede começa a crescer tremendamente e aí naturalmente fui me envolvendo mais e mais com unidade de conservação por conta disso. E muito com base nos conhecimentos que eu adquiri no Morro do Diabo, porque eu acabei no final não fazendo mais só pesquisa, a gente fazia de tudo, fazia um monte de coisa. Mas aí acabei me abrindo pro mundo da biologia da conservação com uma visão muito mais ampla da biologia da conservação. Então já não era mais uma espécie, já estava preocupado com o parque, com a paisagem da região, como fazer junção dos fragmentos e aí foi evoluindo pra um monte de outras coisas. E eu comecei a ficar um cara que atraia muitos estudantes *(Pedro - 2º geração – primatólogo - 60 anos)*.

Também Alice, antes de se envolver com os mega-projetos voltados para a região amazônica e financiados por instituições internacionais, revelou ter atuado junto à outra grande organização não governamental hoje com forte presença nacional:

> a WWF internacional de Washington tava procurando pessoas pra trabalhar com estratégias de proteção na zona costeira. O pessoal da USP me indicou e comecei a trabalhar em 91 com a WWF de Washington, porque aqui tinha um escritório muito capenga e grandes projetos eram todos de lá. Qual minha missão? Avaliar toda zona costeira brasileira, mas aí avaliando impactos socioeconômicos, a questão da ecologia costeira, oportunidades pra ação, ameaças potenciais que existiam, enfim, uma visão mais integradora e socioeconômica da área costeira. Aí sim entro nessa questão das áreas protegidas, porque tinha que mapear todas as áreas protegidas que existiam na zona costeira, tinha que visitar a maioria delas, fui pros Lençóis Maranhenses, pro Amapá, pra todo lugar que você possa imaginar, fui de helicóptero, avião, carro, barco. E a gente gerou e publicou um documento que foi sobre prioridades de conservação na zona costeira e marinha. Esse documento, feito pela ótica das ONGs, se tornou um documento totalmente casado com o gerenciamento costeiro oficial de governo. Aí começamos a fazer seminários envolvendo a academia, ONGs, pescadores locais pra discutir estratégias de conservação. Aí comecei a ficar encantada com esse negócio. E pra mim isso começou a se tornar um campo real de trabalho, fiquei trabalhando uns 3 ou 4 anos nesse projeto *(Alice - 2º geração - graduação em biologia e psicologia - 52 anos)*.

Este trânsito entre a academia e o trabalho em ONGs foi muito citado por considerável número de entrevistados. Este foi também o caso de Alonso, o qual fez referência a ao fato de que sua trajetória em determinado momento, se caracterizou por "uma dupla caminhada":

> de lá pra cá tive uma dupla caminhada. Como professor, como pesquisador, como escritor passei pelo Ibase, pela Puc, depois no CPDA e agora na UFRJ, passei esse tempo todo ganhando a vida assim. Mas por outro lado, no aspecto do ativismo nunca deixei de colaborar com os movimentos. Num período de seis anos conjuguei as duas coisas, porque fui ser coordenador da área de florestas e biodiversidades da Greenpeace na América Latina. Então nos anos 90 esse foi um ativismo remunerado, pude me dedicar só a isso, tive que sair da academia nesse período. Foi um aprendizado muito grande, porque através da Greenpeace você está em contato a todo o momento com o mundo, tem toda uma visão planetária, viaja muito, conhece os países, as diferentes situações. Pra mim foi muito rico não só conhecer a realidade da Europa, dos Estados Unidos, Canadá, conhecer a realidade desses lugares do mundo consumidor, mas conhecer os cafundós da América Latina, da Amazônia, manguezais de El Salvador, conhecer as florestas profundas lá do Chile. Quer dizer, o mundo da floresta onde a gente estava atuando a gente entrava lá, conhecia, entrava e ia se articular com quem estava resistindo ao desflorestamento lá no meio das florestas. Então foi um aprendizado muito grande *(Alonso - 2º geração – historiador – 49 anos)*.

Além do relato de Alonso sobre sua "dupla caminhada", vimos Pedro contando como saiu de uma universidade de São Paulo para fazer doutorado nos Estados Unidos e acabou indo parar em uma grande ONG internacional para, depois, retornar a outra universidade[267]. Algo parecido foi relatado por Alice, que transitou, indo e vindo, por vários espaços diferentes, mas

[267] Sem contar que Pedro, como vimos anteriormente, permaneceu desde o início dos anos 1990 até os dias de hoje de alguma forma sempre ligado a uma outra grande ONG nacional.

sempre retornando ao ambiente universitário. Antes de ir trabalhar com o PNUD e o Banco Mundial, esta pesquisadora voltou novamente à academia depois de ter atuado junto a WWF:

> aí teve um concurso de novo na Universidade Federal do Ceará e aí o pessoal que eu conhecia falava sempre que eu devia ir pra lá, que era pra eu ir pra lá. Aí lá fui eu de novo fazer esse concurso. Passei. A minha idéia era trabalhar com essa questão de planejamento costeiro e na época a Pró-Reitoria de Extensão queria fazer um programa de meio ambiente e ciências humanas pra sociedade, era da extensão. Ai eu coordenei esse programa. Tinha um escritório de geração e transferência de conhecimento e eu comecei a coordenar esse programa. E nessa época eu não estava trabalhando com áreas protegidas, mas eu já estava trabalhando indiretamente com o tema da proteção da natureza. E aí começaram a aparecer aquelas demandas reprimidas. Por exemplo, uma coisa que aparecia toda hora pra mim era a necessidade de trabalhar com turismo e proteção. Então eu montei um curso lá de especialização em turismo e desenvolvimento sustentável em que um dos módulos do curso era proteção da natureza e desenvolvimento turístico, onde a gente trabalhava a questão das áreas protegidas. Esse curso deu muito certo *(Alice - 2º geração - graduação em biologia e psicologia - 52 anos)*.

Segundo seu depoimento, em seu percurso, Alice transitou por vários espaços dentro e fora da academia. Embora não tão freqüente, este trânsito foi relatado por Olinda, a qual alegou que, num certo período (depois de trabalhar dez anos com consultorias), deixou a universidade e passou a atuar em uma grande ONG brasileira: "pedi licença sabática pra desenvolver um projeto (...) porque queria trabalhar a questão da capacitação, de formação de pessoal. Aí fiquei um ano aqui na fundação e surgiu a oportunidade de ficar trabalhando aqui. Aí surgiu aquela dúvida, mas acabei pedindo demissão da universidade e vim pra cá". Olinda também relatou suas impressões sobre sua passagem de uma instituição como a universidade para uma outra – onde atualmente atua - cujo perfil de trabalho, segundo ela, é completamente distinto:

> (*e essa experiência na fundação?*) Foi no início um susto. Acompanhei o trabalho da fundação desde o início, participei de alguns projetos, mas estar aqui trabalhando é diferente. Quando tava na universidade brincava com o pessoal porque ligava pra cá e perguntava: "cadê fulano?"; "tá em reunião"; "e fulano?"; "também está numa reunião", "e o outro?", "também"; "mas, meu Deus, quando esse povo trabalha que só sabe fazer reunião!", brincava. Mas estando aqui é bem diferente, porque realmente o pessoal fica louco entre uma reunião e outra, entre uma atividade e outra, é muito, muito puxado, porque se faz várias coisas ao mesmo tempo. Só que quando tava fora não entendia. Depois que vim aqui pra dentro falei: "meu Deus, quanto é que gasta de reunião por conta de planejamento!". Nunca tinha ouvido falar em planejamento estratégico, essa coisa de montar e trabalhar com cenários, esse processo de planejamento, de identificar estratégias mais eficientes pra alcançar nossa missão, pra atingir nossos objetivos lá na frente, de trabalhar com gestão de equipes. Isso era muito novo pra mim, porque imagina, a universidade é um mundo totalmente diferente. Começa que cada um pesquisa o que bem entende, muitas vezes sem saber ou sem se interessar se vai servir pra alguma coisa, é mais ou menos assim. Claro que isso hoje em dia não é tanto assim, porque se quiser financiamento tem que se adequar a algumas linhas e normas. E lá a gente vivia num mundinho isolado e aqui não, aqui tem uma equipe, meus parceiros, coordenadores, colegas, tem nosso conselho, a diretoria que está acima de mim. Então, aqui tenho parceiros, superiores e subordinados e na universidade o trabalho de todo mundo era muito igual. Foi uma mudança grande na minha vida. Lembro que no início fiquei empolgada pela diversidade de oportunidades, mas chocada, porque na universidade não tem a mesma cobrança. Mas se aqui a coisa é mais regrada, por outro lado, as possibilidades também são maiores – *(Olinda - 3º geração - engenheira florestal – 46 anos)*.

Sobre esta diferença entre trabalho na universidade e fora dela, além de Olinda e Alice, Maneco, que trabalhou na Secretaria Estadual de Meio Ambiente de São Paulo, também mencionou o fato de que "pesquisa" e "trabalho na secretaria" seguiriam "tempos diferentes":

> um ano e 10 meses depois, o tempo que fiquei na secretaria, percebi que dificilmente conseguiria trazer a universidade pra trabalhar com a secretaria. Porque são tempos diferentes, o pesquisador, a pesquisa dele

> tem, geralmente, resultados a médio e longo prazo. Se muda o governo ou se muda o secretário já mudam as prioridades. Isso me trouxe de volta à academia com a visão de que era fundamental ter um programa com essas características mais aplicadas. Então levei essa discussão pra academia. Era membro da coordenação de ciências biológicas da Fapesp, que financiava projetos na área biológica, levei essa discussão e a Fapesp iniciou a montagem de um projeto de pesquisa de um programa de conservação e uso sustentável aqui no estado e que foi criado em 99. Isso me ocupou por um bom tempo e no momento está se consolidando toda a informação gerada nos oito anos desse projeto pra ampliação do mapa de áreas prioritárias de conservação em relação ao estado de São Paulo, ou seja, estamos transformando dados da academia pra serem usados em políticas públicas *(Maneco - 2º geração – botânico)*.

Mas, voltando às vias de entrada nas questões ambientais, Aurora mencionou um outro tipo de trabalho específico que realizou em uma outra organização não governamental:

> fui trabalhar na Funatura em Brasília com conservação de áreas privadas. Só que uma parte do meu trabalho exigia um envolvimento com um outro setor, que é de aprender como você consegue vender natureza, de como consegue vender uma proposta de conservação pro outro. A gente começou a trabalhar muito com isso. Ao mesmo tempo, trabalhava na defesa das unidades de conservação, no sentido de que o governo tem obrigação de criar e gerir unidades de conservação. Isso é um dever público onde o privado entra como complemento. (*e como foi esse período?*) Olha, foi muito bom, porque falar de conservação entre os nossos é muito bacana, é bom. E no trabalho, tinha que estar usando diferentes argumentos para diferentes públicos e fui desenvolvendo um pouquinho isso de saber qual vai ser a minha fala sobre conservação. Então quando estiver falando com um executivo, por exemplo, posso falar de natureza como algo que tem um direito intrínseco, mas não posso usar esse argumento prum prefeito, prum produtor de soja ou quando estiver falando com um dono de grandes áreas de terra. Aí, em cada caso tenho que usar argumentos diferentes, acho que esse foi um aprendizado muito bom, porque comecei a ter um pouco mais de maturidade, de saber como faço meu discurso, de que forma faço meu discurso e que não é mais aquele discurso da ONG ou um discurso de 16 anos de ativista. Continuo acreditando nisso, mas a forma de abordar é diferente. Aí trabalhei alguns anos muito com conservação em áreas privadas. Na época já era voluntária da Rede Pró-Unidades de Conservação, que tinha nascido em 96, o que me possibilitava participar de grandes discussões e aí participei da discussão do SNUC. Mas daí volto e continuo no trabalho de consultoria. Daí já passei a ser contratada pela Rede, só que quando entro na Rede já tenho uma rede mais ampla, já estou trabalhando com um monte de coisas e as coisas vão tomando um pouco mais de forma *(Aurora - 3º geração - engenheira florestal - 38 anos)*.

Como Olinda, Aurora, Alice e Pedro, Bolívar revelou ter mantido uma relação próxima com outras duas ONGs. No caso da primeira organização com a qual trabalhou, este foi

> trabalhar lá no Rio Negro, na Conservation International, pra trabalhar na área deles. Quando voltei dos EUA fui trabalhar na Amazônia sobre o impacto do corte de madeira e biodiversidade. Fiquei um ano porque achei muito difícil. (*com corte certificado?*) É, corte certificado e não certificado e controle. Por exemplo, numa fazenda de 40 mil ha, eles cortavam um bloco de floresta. Aí escolhiam: quero cortar Jatobá, então iam lá e escolhiam uma espécie de Jatobá e iam numa máquina só pra pegar Jatobá. Então não abria grandes estradas, já tinham uma estrada certinha. Nas outras fazendas era corte daquele modo tradicional, de devastação, pois aí entrava o tratorzão e tirava o Jatobá do jeito que fosse. Foi interessante, mas na Amazônia é complicado de trabalhar. O acesso é muito complicado, a diversidade é tão alta que pra medir isso, tem que estar muitos anos já na Amazônia *(Bolívar - 3º geração – biólogo - 41 anos)*.

No caso da segunda ONG com a qual Bolívar lembrou ter mantido contato, ao contrário de Olinda e Pedro, cujos relatos indicam uma atuação mais voltada para a administração de projetos vinculados às suas respectivas organizações não-governamentais, este biólogo comentou que seu trabalho com ela já tinha uma conotação menos formal e mais autônoma:

> comecei a trabalhar com uma ONG que se chama Earth Watch Institut, de conservação da vida selvagem. Como funciona? Você é um advogado lá nos EUA ou Inglaterra e quer ser um voluntário em conservação no Brasil. Aí você faz um catálogo na Earth Watch e procura lá um pesquisador. Aí é assim: "vou fazer um projeto lá no Pantanal pra estudar animais que comem frutos. Aí esse cara financia minha pesquisa, paga uma parte pra ONG e outra pra mim. E não só financia todo equipamento, minha viagem, meus ajudantes, mas também vai lá ficar dez dias comigo me ajudando: "ah! preciso marcar árvore, cortar

> planta, capturar ave, colocar dados no computador", enfim, vai me ajudar em tudo que precisar. Daí comecei a trabalhar com essa ONG junto com a CI, que me ajudou, me convidou e a gente começou a trabalhar lá (...). Então, essa foi uma oportunidade. E aí nosso projeto foi pra lá, fiquei quatro anos trabalhando lá, consegui formar vários alunos e a grande maioria foram treinados lá e conseguiram entrar por causa dessa ONG *(Bolívar - 3º geração – biólogo - 41 anos).*

Como podemos ver, Bolívar mencionou um tipo diferente de vínculo com esta ONG se compararmos com o que relataram Pedro e Olinda, mas também Alice, visto que no caso deste zoólogo, seu envolvimento foi direcionado diretamente para sua pesquisa. Porém, Bolívar também relacionou seu contato com as regiões a algum tipo de reminiscência de infância:

> engraçado que isso remonta minha infância, porque quando era bem pequeno meu sonho era ir pra Bornéo ou Pantanal. Daí resolvi os sonhos de criança (*de ir pra Bornel?*) É. Por causa do orangotango, quis sempre ir por isso. E no Pantanal, quando era da graduação fui pro Pantanal, aquela coisa, por causa do pernilongo não tive uma impressão muito boa. Mas era um lugar que não sabia nada em termos de biodiversidade e de interação entre planta e animal. Então era um grande desafio pra mim, já tinha conhecido a Amazônia e falei: "Mata Atlântica é o meu quintal, não sei nada do Pantanal, então vou pra lá" *(Bolívar - 3º geração – biólogo - 41 anos).*

Entre aqueles pesquisadores que, em algum momento de suas trajetórias, foram trabalhar em ou com organizações não-governamentais, o depoimento de Rodrigo também traz algumas nuanças. Já vimos anteriormente seu relato sobre como foi parar em uma fundação que desenvolve um trabalho em um parque nacional situado na região amazônica, fundação esta que, segundo enfatizou este antropólogo, foi o veículo que lhe permitiu começar a "trabalhar com a questão ambiental". Este antropólogo, além de também mencionar o fato de que se envolveu profundamente com a elaboração de um plano de manejo em um parque nacional na Amazônia, reconheceu que foi através da sua "inserção na equipe de pesquisa coordenada pela fundação" que ele teve "contato com toda a discussão que envolve a metodologia pra elaboração de planos de manejo, como você integrar dados". Porém, como vemos abaixo, diferentemente de Olinda, Pedro, Alice e Bolívar, Rodrigo percebeu uma oportunidade de transformar sua própria vivência com uma organização não governamental e, também com uma unidade de conservação como parte de seu "horizonte de pesquisa":

> o que aconteceu? Em 94, recém integrado à equipe, começo a vislumbrar aquilo como horizonte de pesquisa (...). Por quê? Porque em 95, segundo a escala do dpto. de ciências sociais da universidade, tava escalado pra sair pro doutorado. Então tinha que ter um projeto na mão e meu projeto era pensar, a partir da minha experiência no PETI sobre terras indígenas, as UCs através de uma perspectiva sociológica e antropológica (...). Aí, durante o processo de pesquisa do doutorando, 98 e 99, faço uma pesquisa que considero uma pesquisa participante. Me associo de novo à fundação, contei muito com o apoio deles, e entro no parque (...) por meio de uma intervenção da fundação. Só que quando a fundação saiu permaneci em duas comunidades e, depois, numa terceira pra fazer uma coisa mais perto de um trabalho de campo antropológico, estrito senso. Porque até então não fiz como gostaria, em larga medida por razões de ordem pessoal, porque nasceu meu filho mais novo e não queria ficar muito distante de casa *(Rodrigo - 3º geração – antropólogo - 42 anos).*

Tal como este último acabou incorporando as pessoas com quem trabalhava como sujeitos de suas pesquisas, Maria, outra antropóloga hoje vinculada a uma ONG, revelou que algo parecido aconteceu no seu caso, pois

> Estava no ISA e fui me aproximando das questões ambientais. Minha idéia era a de estudar as questões sociais relativas à questão ambiental. Não era para investir na questão ambiental. (...) porque eu estava cansada de voltar toda hora aos problemas de trabalho escravo. Achei que seria bom estudar outra coisa. Comecei a estudar e a orientar dissertações e teses sobre ações relacionadas à conservação. A partir de certo momento achei que teria que pesquisar sobre essas pessoas que estão trabalhando nessas áreas e projetos de conservação. Não que eu quisesse pesquisar pesquisadores, até por conta da dificuldade de fazer esse tipo de projeto numa área dessas. Mas a partir de um determinado momento eu me interessei em estudar os pesquisadores que estão trabalhando em nessas áreas, na Amazônia. Entrevistei muitos. Não sei como é que eu vou escrever essas coisas. Eu ouvi isso que você falou de não botar o nome das pessoas, eu não sei se eu posso não colocar o nome das pessoas, isso é uma coisa complicada. No meu caso é mais difícil *(Maria - 1º geração - antropóloga - 67 anos)*.

Mas Maria também relatou como sua entrada na referida ONG a levou a "entrar numa outra coisa completamente diferente" e que te leva a constituir "um outro modo de pensar":

> no ano seguinte o ISA fez sua assembléia, não era ISA ainda, mas foi criada uma instituição que eu não sabia bem o que ia ser. Então, me chamaram pra assembléia de criação e chega certa hora era para eleger uma diretoria. Só que não tinha idéia de que seria diretora de uma instituição. Nunca tinha tido vontade de ser diretora de uma instituição. Mas aí fomos pro bolo e, alguns de nós fomos escolhidos para ser membros do conselho diretor, porque também ninguém queria assumir cargos. Então, no ISA, agora estou num outro tipo de trabalho, sou membro do conselho do ISA, mas não estou ligada diretamente ao funcionamento dos programas, fico numa posição mais à distância dos trabalhos de base. Aí tem uma coisa importante dessa minha trajetória, porque até então a questão ambiental nunca havia se colocado com força, com clareza, com relevância. Antes nossa questão era sindical, trabalhista, de direitos. E ao entrar pro ISA levei toda essa carga. Mas, o pessoal do ISA tinha uma entrada na política ambiental bastante diferenciada. Era uma ONG que juntava questão ambiental com questão social. Daí, fui entrando numa outra problemática completamente diferente, era outro modo de pensar. Acho que você talvez possa pensar que isso é uma coisa corriqueira, mas não é não. A cabeça muda muito se você está numa coisa ou está noutra. Durante um bom tempo fiquei muito é ouvindo mesmo, tentando me inteirar das coisas. Durante um tempo achava que não era dali, porque era um campo muito diferente. Mas, fui entendendo essa diferença e entendo mais a cabeça dessas pessoas. Aliás, estou escrevendo sobre isso *(Maria - 1º geração - antropóloga - 67 anos).*

Por fim, esta antropóloga fez uma avaliação sobre o que representou o envolvimento com esta organização não governamental específica:

> minha relação com o ISA não é de estar com a mão na massa, mas acompanhando, às vezes, ajudando a pensar. Venho de estudo sobre campesinato, mas às vezes via pessoas que trabalham com campesinato falando com certo desprezo sobre a questão ambiental. Eu de jeito nenhum concordo com esse ponto de vista. Hoje tenho uma consciência muito clara de que a questão ambiental anda junto com as demais questões. E não foi o ISA que me convenceu disto. O ISA certamente me ajudou a abrir os olhos, mas hoje em dia isso é uma coisa minha, que está dentro de mim. E também não dá pra dizer assim: "quero as coisas boas pros homens, só pros homens", não consigo mais pensar assim. Esta não é uma questão menor. Mas, isso se desenvolveu pelo menos ao longo de uns 15 anos e eu hoje não consigo pensar numa coisa sem a outra *(Maria - 1º geração - antropóloga - 67 anos)*.

Diversos pesquisadores revelaram ter atuado junto a ONGs, sendo este também o caso de Juvenal, o qual participou ativamente, durante dez anos, de uma grande ONG internacional. Porém, como sua participação em atividades de consultoria ambiental, foi crítico em relação ao período em que atuou como ativista da "chamada sociedade civil organizada":

> depois da consultoria entrei numa ONG chamada Amigos da Terra, trabalhei lá 10 anos, mais cinco anos como voluntário e os outros cinco trabalhei como contratado (...). Foi assim, eu fui ativista e porta-voz dessa ONG ambientalista, a maior Ong da Alemanha, com 350 mil membros (...). E nesse trabalho eu também pude criticar os meus próprios EIAS/RIMAs [risos]. Nesse trabalho na ONG nós fundamos um grupo para a proteção de florestas tropicais. Então eu viajei como porta-voz da ONG e a maior atividade foram campanhas contra a importação de madeira tropical pela Alemanha. Nós conseguimos convencer

> algumas cadeias e redes de lojas como o Carrefour. Nós conseguimos convencer a maior rede de lojas de material de construção na Alemanha a renunciar a essa importação de madeira tropical (...). Essa foi uma posição que eu ocupei muito interessante, mas me dava também uma ilusão. Seria bom falar um pouquinho sobre isso, a chamada sociedade civil organizada. Eu acho que há uma falta de legitimação democrática das instituições internacionais (...). Desde a ECO-92 se está falando sobre a participação da sociedade civil, sobretudo, a sociedade civil organizada. Eu fui representante dessa sociedade civil organizada. Quando eu estive nos encontros internacionais eu defendi minhas posições, só que nenhum daqueles 350 mil membros ficaram sabendo o que eu estava fazendo. Além disso, são só 350 mil de um país com 80 milhões de habitantes *(Juvenal - 3º geração – geógrafo - 44 anos)*.

A partir da posição que ocupava no Amigos da Terra e, igualmente, de sua atuação nas primeiras discussões sobre certificação ambiental no início dos anos 1990, Juvenal teceu o seguinte comentário avaliativo sobre esta sua vivência:

> entrei nessa discussão de criação de um sistema de certificação do manejo sustentável das florestas. Durante meu trabalho no Amigos da Terra sempre fui crítico dessas campanhas de certificação. Tinha outra visão, porque pra mim não era tão importante o manejo das florestas, era mais importante a questão das relações injustas entre primeiro mundo e terceiro mundo. Eu achava que com o boicote à compra de madeira nós iríamos conseguir romper a relação desigual do mercado entre primeiro e terceiro mundo e assim, indiretamente, isso era a minha esperança, poderíamos apoiar as populações tradicionais pra elas não serem expulsas das próprias florestas. Essa foi minha abordagem, ela foi mais centrada nas questões socioeconômicas. Claro que também com a finalidade de preservar as florestas, mas no sentido de que elas são o espaço onde vivem as populações tradicionais *(Juvenal - 3º geração – geógrafo - 44 anos)*.

Voltando ao Brasil, outro entrevistado que fez referência a sua atuação em conhecida e histórica entidade da nossa "chamada sociedade civil organizada", como chamou Juvenal, foi Toríbio, o qual revelou sua participação no primeiro esforço nacional de sistematização e reorganização da legislação ambiental voltada para as áreas protegidas durante os anos 1980:

> em 1981 enveredei pelo caminho de conservação da natureza, presidi uma organização conservacionista, a FBCN. Fiquei na presidência mais de seis anos e depois fui convidado para ser conselheiro de outras organizações. E quando fui convidado para presidir a FBCN, justamente por isso, porque já participava da FBCN como conselheiro, foi uma coisa natural, deixei de trabalhar na marinha e passei imediatamente a trabalhar em conservação da natureza. Não teve hiato nenhum (...). Bom, aí, envolvido nessas coisas, participei de um grupo de trabalho criado no meio dos anos 80 para apresentar um projeto de legislação sobre áreas protegidas. Na ocasião existia o IBDF no ministério da agricultura e a SEMA no ministério do interior. Estes órgãos contrataram uma fundação, a Funatura, para apresentar um projeto de legislação sobre áreas protegidas. Participei desse grupo de trabalho e inclusive fui escolhido pelos participantes do grupo para ser relator do estudo. E nós esboçamos o primeiro, vamos dizer, anteprojeto do que seria a lei das unidades de conservação. Houve muita discussão, levou muitos meses na elaboração. As pessoas que trabalharam nesse grupo tinham, de alguma forma, alguma vivência, alguma experiência com unidades de conservação (...). Então, depois de muita discussão, muita conversa, nós elaboramos um anteprojeto *(Toríbio – 1º geração - sem curso superior, mas especialista em paleontologia - 83 anos)*.

Sobre suas preocupações durante seu envolvimento, a partir da atuação na FBCN, no estudo que resultou no primeiro "anteprojeto do que seria a lei das unidades de conservação", Toríbio revelou qual sua maior "preocupação" quando da elaboração deste documento:

> dentro desse contexto todo, a minha preocupação foi muito grande em, de alguma forma, ver uma maneira de preservar nosso patrimônio natural, patrimônio genético. Porque na medida em que o homem avança, ele ocupa espaço, ele vai empobrecendo os ecossistemas, ele planta soja, planta café ou seja lá o que for, ele elimina um ecossistema natural e faz um ecossistema artificial. E a minha preocupação era conservar o maior número possível de áreas naturais e isso mediante unidades de conservação. Daí surgiu meu interesse especial, dentro do campo mais amplo da conservação, pelas áreas naturais protegidas *(Toríbio – 1º geração - sem curso superior, mas especialista em paleontologia - 83 anos)*.

Mas, voltando ao nosso foco principal neste tópico, outro tipo de atuação paralela ao trabalho mais diretamente relacionado com pesquisa científica diz respeito a trabalhos desenvolvidos junto ou dentro de agências governamentais. Este foi o caso de Licurgo, engenheiro florestal que, não muito tempo depois de ter concluído a graduação, ainda durante o início dos anos 1980, mencionou ter trabalhado na FUNAI:

> ao final de um ano consegui um emprego na FUNAI para trabalhar na região do sul do Brasil, metade do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul como engenheiro florestal responsável pelas atividades florestais e madeireiras da FUNAI. Ôpa! não sabia que a FUNAI tinha atividades florestais madeireiras, mas ela tinha várias serrarias operando. Peguei já uma serraria em Palmas fechada, uma em Guarita no Rio Grande do Sul fechando, Guarapuava operando, Chapecó e Mangueirinha operando. Então ajudei a consolidar o processo de fechamento de Guarita e Guarapuava. Em um ano fizemos isso, fechamos metade do que tinha e duas fecharam definitivamente. E isso muito porque tinha um chefe que era gente finíssima, fantástica e que deu a maior força. Tinha 24 anos, imagina, sendo gerente de quatro serrarias e de formações florestais de várias áreas e não querendo, na verdade, cortar nada na medida do possível. Ele me deu a maior força e onde foi possível a gente fechou. O resultado é que ele foi promovido a nada em Brasília e eu fui demitido da FUNAI *(Licurgo - 2º geração - engenheiro florestal - 52 anos)*.

Especificamente sobre a avaliação que fez sobre este período, Licurgo comentou que, apesar de ter trabalhado um ano e depois ser demitido,

> desenvolvi uma relação tremenda com as lideranças indígenas, tanto que eu, ao final desse ano de FUNAI, eu casei e no meu casamento tinham três ou quatro caciques. Quando nasceu minha primeira filha, dois anos depois, é impressionante, eu guardei até um tempo atrás, devia ter assim umas 10, 15 mensagens do tipo telegrama, porque a comunicação nas áreas indígenas da FUNAI era por telegrama ou por rádio, de um monte de caciques de todas as áreas indígenas que eu trabalhei, umas mensagens bem legais. E agora, está fazendo uns três anos ou quatro anos, o cacique de uma área aqui em Guarapuava me mandou uma mensagem dizendo assim: "nós estamos começando a cortar as árvores que nós plantamos juntos". Eu pensei: mas que pena, era pra continuar em pé, né? De qualquer maneira fizemos bons florestamentos em Guarapuava com araucárias etc. Então essa foi uma coisa que eu trabalhei na FUNAI. Fui demitido porque uma das coisas que eu fiz foi ajudar a fechar serrarias, que era uma coisa que ofendia o sistema vigente *(Licurgo - 2º geração - engenheiro florestal - 52 anos)*.

No caso de Joca, isso já no começo da década atual, este pesquisador mencionou o fato de que, depois de mais de dez anos atuando no meio universitário e em outras atividades "laterais", também passou um período trabalhando no Ministério do Meio Ambiente:

> quando terminei minha tese de doutorado passei num concurso pra técnico no Ministério do Meio Ambiente. Trabalhei dois anos na Diretoria de Áreas Protegidas do MMA antes de vir para o CDS. Até então, minha crítica era de alguém que vinha da academia. Embora tivesse tido contato com o movimento ambientalista, agricultura orgânica e com o Partido Verde, cheguei um pouco lateralmente. Então era alguém que vinha de fora, que não tava tão envolvido na polêmica. E o que me incomodou no ministério foi se discutir tudo a partir de pressupostos, não há preocupação em pensar sobre os problemas, conflitos. Então você faz política pública por rótulo, por ideologia, e perde a capacidade de planejar a médio e longo prazo, e, sobretudo, de monitorar os resultados efetivos *(Joca - 3º geração – historiador - 43 anos)*.

Neste período mais recente, outra pesquisadora que mencionou ter ocupado um lugar em órgãos governamentais foi Bibiana:

> mas aí veio a eleição em 2002, e eu achei que eu estava há 32 anos indo e vindo da França e que eu tinha que colaborar diretamente aqui no Brasil e fiz a minha volta. E aí, por razões de temática, eu podia ir pra dois ministérios: ou meio ambiente ou desenvolvimento agrário, porque minha área podia ser qualquer uma das duas, o problema é que eu tinha pouco contato com o pessoal do meio ambiente e tinha mais contatos no desenvolvimento agrário, mas na verdade eu fiquei no meio do caminho, quer dizer eu trabalhei muito nos dois lados. Queria também fazer uma experiência, Cleyton, de sair do meio

> universitário e tentar me questionar se tudo que eu aprendi, se tudo que eu elaborei, ou se as minhas experiências poderiam ser úteis a um nível de executivo. Se eu podia ter um papel. Tenho as minhas dúvidas se realmente essas ligações foram proveitosas como eu esperava, mas, bem, fiz minha experiência de três anos no governo e organizei seminários, fiz aquilo que um pesquisador tem competência pra fazer e tentei avançar em algumas idéias, pra poder abrir o Observatório Nacional da Biossegurança *(Bibiana - 1º geração - graduação em ciências sociais e história natural - 65 anos)*.

Além de elaborar "experiências [que] poderiam ser úteis a um nível de executivo", Bibiana contou que atualmente está envolvida com outro espaço (distante da discussão sobre populações locais e áreas protegidas) onde há uma forte interconexão entre ciência e política:

> agora estou na CTNBio. Fui bióloga há muitos anos, mas não me considero mais bióloga porque passou muito tempo, as coisas mudaram, a ciência progrediu, mas o raciocínio da ecologia que fiz na França, os três anos de ecologia fundamental que tive, isso me acrescentou, digamos, à análise social. E agora quero, a partir do trabalho na CTNBio – e isso vem já desde o Fórum Social Mundial, quando fiz aquele atelier sobre ciência – formar um grupo de pesquisadores, um grupo de associações e de movimentos sociais pra organizar um Observatório Nacional da Biossegurança. Um observatório por uma ciência cidadã, com ciências sociais e ciências naturais, desde biomolecular, gens, moléculas, etc. até o nível máximo. Mas não trabalho sozinha, isso queria que tu colocasse, porque acho que o coletivo é que enriquece. Dá muito conflito, mas educa em termos de suas realidades pessoais e de seus narcisismos, sabe! E na CTNBio, onde estou, me sinto um pouco deslocada, porque tive que voltar atrás sem voltar atrás, porque lá só tem biólogo e geneticista. Mas voltei pela questão da ciência, que ciência é essa que se pratica, qual é a ideologia, as representações? Bem, daí minhas intervenções na mesa foram sempre em termos científicos, quer dizer, em termos de crítica da ciência. É. E eles não me respondem. Já disseram que queriam que me retirasse da comissão, que os mais ideologizados saíssem, o pessoal do MMA e dos movimentos, mas, sobretudo, os pesquisadores. Bom, mas como a luta continua, nós fomos na casa civil, nós ganhamos uma grande batalha, não foi ganho total, mas contribuímos com o consenso que se estabeleceu, que se consolidou com a recusa dos gens terminator *(Bibiana - 1º geração - graduação em ciências sociais e história natural - 65 anos)*.

Por outro lado, segundo alguns relatos, o envolvimento com agências governamentais ligou-se a um compromisso pontual vinculado não a um trabalho com aspectos tradicionais da administração pública, mas a uma demanda específica desta última na qual o pesquisador contratado se engaja por um período determinado através de consultoria ou contrato temporário. Licurgo, por exemplo, depois de ter saído da Funai e voltado a trabalhar na universidade, foi convidado a integrar, na metade dos anos 1980, o mesmo projeto - já mencionado por Toríbio - do governo federal financiado pelo Banco Mundial de elaboração de um anteprojeto para as áreas protegidas. Além disso, apesar de Licurgo já atuar na área ambiental e com UCs, este enfatizou que teria sido através deste "projeto de consultoria" que passaria "a ter uma inserção mais nacional" e a entrar "definitivamente nessa área":

> em 87 me meto de cabeça no âmbito nacional. Até então era um sujeito puramente regional, local em termos de conservação, ficava restrito ao Paraná. Em 87 há uma negociação do Brasil, do governo Sarney com o Banco Mundial pra fazer o chamado "projeto nacional de meio ambiente". Era o primeiro projeto de meio ambiente, de fato, que o Banco Mundial ia financiar pra melhorar as estruturas estatais de meio ambiente. Era para efetivar as estruturas de implantação e manejo de UCs e atacar dois ou três problemas chaves (...). Esse projeto estava no âmbito da Sema e o IBDF não conversava com a SEMA. O IBDF era maior que a SEMA, mas a ela é que estava à frente desse processo, então era uma loucura. Aí a pessoa que foi convocada para fazer a coordenação geral do projeto (...), quando viu que alguns pedaços - e um era as UCs - não andavam, muito por causa da relação entre IBDF e SEMA, me convidou. Por acaso, ela era do Paraná, me conhecia e sabia da minha história, o que eu fazia. Daí falei: "você tá maluco!". Ele disse: "Não, já falei com o secretário nacional de meio ambiente e está tudo ok" (...). Falei: "mas não posso, estou na universidade". Mas aí conversaram com o reitor e pediram pra liberar enquanto eu fiz

> uma negociação interna no meu departamento. Aí passei a ter uma inserção mais nacional. Foi justamente a partir deste Projeto Nacional de Meio Ambiente, depois Programa Nacional de Meio Ambiente, que nasceu (...) a lei do SNUC, aprovada em 2000 (...). Então com esse projeto de UCs é que entro definitivamente nessa área de uma maneira mais nacional, um engajamento muito mais nacional, com esse projeto, com esse trabalho de consultoria pro Governo Federal. Apesar do projeto ter durado apenas alguns meses, passo a ter inserção nacional *(Licurgo - 2º geração - engenheiro florestal - 52 anos)*.

Também Maneco relatou outro tipo de envolvimento paralelo a sua atuação acadêmica também recorrente em depoimentos de outros pesquisadores entrevistados: o trabalho de assessoria, no caso específico deste botânico, assessoria parlamentar em que sua função seria fazer "uma conexão do que estava sendo discutido no congresso com a comunidade científica":

> em 86 me envolvi com entidades ambientalistas (...). Participei da Fundação da SOS Mata Atlântica, conheci o Fábio Feldmann e logo que a gente se conheceu ele já estava iniciando campanha pra deputado federal. Me envolvi pesadamente na campanha e depois dele eleito pra assembléia nacional constituinte assessorei a redação do capítulo sobre meio ambiente da constituição. Passei bastante tempo em Brasília, eu fazia uma conexão do que estava sendo discutido no congresso com a comunidade científica. A SBPC realizava vários debates, apresentava o que estava sendo colocado, ouvia a comunidade científica e eu ajudava o Fábio a escrever justificativas. Por exemplo, justificar porque Mata Atlântica é patrimônio nacional. Desse grupo participaram vários outros pesquisadores que participaram desse processo. Também tinha jornalista que tinha maior facilidade pra escrever numa linguagem compreensível pra um público não acadêmico. Foram várias pessoas que participaram. Aí realmente meu envolvimento com conservação ficou mais explícito, mais forte *(Maneco - 2º geração – botânico)*.

Tempos depois deste trabalho de assessoria, Maneco contou que, além e continuar atuando como assessor, fez parte da equipe da Secretaria Estadual do Meio Ambiente de São Paulo juntamente com o mesmo deputado com quem havia trabalhado no Congresso Nacional:

> continuava em contato com o Fábio ajudando a fazer outras coisas, ajudando no projeto de Mata Atlântica, todo o projeto de criação de unidades de conservação, interagindo com isso e participando. Isso foi até 95. Aí, quando o Covas foi eleito, o Fábio foi ser secretário do Meio Ambiente do estado e fui pra Secretaria do Meio Ambiente com ele pra montar um programa de conservação e uso sustentável de biodiversidade no estado de São Paulo, na Secretaria do Meio Ambiente. Houve toda uma mobilização, primeiro, pra recolher dados e informações que já existiam pra aperfeiçoar a legislação do estado. Então fizemos um workshop sobre Cerrado, foi também elaborada a lista de espécies ameaçadas. (*nesse tempo que você participou dessa discussão sobre o SNUC?*) Participei. Participei da montagem inicial do projeto, dos conceitos iniciais, depois enquanto a gente tava na SEMA nós organizamos um debate, já era o Gabeira o relator do projeto. Fizemos um debate com ele e com o Sarney Filho em São Paulo. Na época a gente imaginava fazer um sistema estadual semelhante ao sistema federal, então acompanhei um pouco essa discussão. Depois me afastei *(Maneco - 2º geração – botânico)*.

Outro pesquisador que mencionou ter constituído envolvimento partidário foi Lúcio:

> desde cedo procurei levar o ambientalismo pro PT, ajudei a fundar o PT, fui coordenador dessa linha mais ecológica no PT. A gente organizou um grande encontro em 88, já preparando pra eleição do Lula em 89 e que produziu um dos documentos mais bonitos já produzidos pelo movimento ambientalista no Brasil, que é o Manifesto Ecossocialista, e que está publicado naquele livro que a Marina publicou pela Perseu Abramo (...). O manifesto não havia ainda sido publicado, aliás, o PT não reconhecia como movimento representativo. E esse documento é feito e logo depois eu saio do PT. O PT já tinha, em 89, uma perspectiva desenvolvimentista (...). Então, com os seringueiros e o Chico [Mendes] começou um processo de luta pela apropriação e reapropriação da natureza por dentro do movimento popular. E essa era a trajetória que eu perseguia dentro do PT (...) *(Lúcio - 1º geração – geógrafo - 58 anos)*.

Relatos sobre atuações como "assessores" foram citados por um número considerável de entrevistados. No entanto, também aqui há grandes diferenças no tipo de assessoria e de vínculo com a organização, grupo social, político ou mesmo pessoas que recebem este tipo de

colaboração. No caso de Maria, esta contou que esteve vinculada, durante muito tempo, como assessora do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI):

> tinha sido convidada pra fazer um trabalho no CEDI. O que aconteceu? (...) chegou um pessoal da Prelazia de São Félix. Um pessoal leigo que eu não tinha conhecido lá, mas que estava muito interessado em saber como lidar com os peões, porque a coisa estava muito braba, muito violenta. Era um casal. (...) foram pra lá trabalhar com os posseiros, e acabaram interessados em lidar com a questão do trabalho dos empregados das fazendas que se abriam na fronteira Amazônica. Eles encontraram lá um relatório que eu havia escrito. Leram e viram que tinha tudo a ver com o que estavam fazendo. Aí vieram ao Rio pra conversar comigo sobre essa problemática. Trabalhamos, então, bastante tempo juntos. Ficamos amigos e fizemos um caderno do CEDI juntando a problemática dos peões com a questão dos garimpos lá do sul do Pará. (...) No CEDI, que era uma organização voltada pra prestar assessoria às igrejas, (...) formamos uma equipe grande que ao longo do tempo foi se transformando. Depois de um tempo o próprio CEDI, uma grande ONG confessional, se desmanchou e a gente não teve condições na época de criar outra ONG. O programa que criei no CEDI chamava Programa Campesinato e Igrejas. Envolvia relações com igrejas, comunidades e populações pobres rurais. Então comecei em 79 no CEDI. Aí fui chamando gente, chamei vários alunos. Alguns fizeram mestrado e doutorado a partir do trabalho no CEDI. Em meados dos anos 80 fui passando a coordenação para outras pessoas (...). Eu já estava na UFRJ desde 1970. Em 1980, entre para o doutorado, na Usp, e ao mesmo tempo escrevi muita coisa que foi publicada pelo CEDI, porque a universidade não motivava muito pra esse trabalho e o CEDI me dava condições. Dava aula e ia pro CEDI em Laranjeiras, sentava lá, porque não tinha nem lugar na universidade direito, e ficava trabalhando em muitas coisas, como no material que tinha trazido. Mas, estávamos também acompanhando os movimentos sociais no campo, o Movimento Sem-Terra, íamos aos acampamentos, às reuniões de trabalhadores, trabalhei também junto com a CPT e a FASE. Então, nos anos 80 fazia muito este tipo de trabalho. Aí fui chamando outras pessoas pro CEDI e fomos diversificando o trabalho. E essas pessoas foram chamando outras que foram trabalhar com Barragens, com sindicalismo. Os sindicatos foram se autonomizando com relação à Igreja, a CUT foi se consolidando. Era o final dos anos de 1980. *(Maria - 1º geração - antropóloga - 67 anos)*.

Maria também fez em seu depoimento uma avaliação sobre diferenças que envolvem o trabalho de assessoria em uma organização como o CEDI e o trabalho na universidade:

> nessa época o CEDI se desmembrou. Havia a possibilidade de a equipe do programa Movimento Campones e Igrejas criar outra instituição pra trabalhar especificamente com campesinato, com o rural, mas para isso algum de nós tinha que assumir a coordenação e pra isso teria que abrir mão da universidade. Porque (...) é muito diferente do que você fazer um trabalho de assessoria. Para criar uma ONG nova alguém de nós teria que ficar na coordenação, só que nenhum de nós teve coragem de fazer isso. O pessoal chegou a pedir que eu fizesse, mas eu já tinha saído do CEDI no final dos 80 porque estava achando que estava muito misturada com a militância, não estava conseguindo distinguir as coisas, o trabalho de pesquisa do trabalho de assessoria. (...), mas, a academia me atraia. Ter a possibilidade de pensar com mais liberdade e tal, (...) de não ter a obrigação de escrever uma coisa que seguisse uma determinada linha. Essa foi a condição pela qual optei. Durante quase todo o meu trabalho de pesquisa, aliás, mesmo no CEDI, foi assim. Dava minha contribuição para a Igreja, ao mesmo tempo, podendo ser crítica em relação ao trabalho que estava sendo feito. Então, eu estava o tempo todo discutindo com as equipes, mostrando ou tentando ver o que não estava funcionando, tentando mostrar onde as coisas emperravam. Porque no debate com a igreja a linguagem é uma linguagem de conversa, mas também de esclarecimento. Então sempre no meu trabalho tinha essa coisa de compromisso e ao mesmo tempo de crítica (...). Bom, mas então quando eu saí e estávamos todos envolvidos com a CUT, achei que eu não tínha mais capacidade de distinguir as coisas porque estava muito envolvida (...). Então quis parar e estudar, e aí larguei, fui pra Inglaterra e voltei em 91, e aí o CEDI estava terminando *(Maria - 1º geração - antropóloga - 67 anos)*.

Outro pesquisador que revelou ter trabalhar um bom tempo com assessor foi Lúcio. Só que, no caso deste geógrafo, ele atuou assessorando especificamente um dos personagens brasileiros (e, obviamente, o movimento do qual este último fazia parte) mais emblemáticos no caso das interfaces entre as dimensões social e ambiental. Porém, vejamos primeiramente como este pesquisador descreveu a situação em que conheceu este mesmo personagem:

> na minha trajetória acompanho essa discussão do movimento ambientalista com muita atenção, mas até aí basicamente como professor, escrevendo, chamando pessoas. Aí, em 84 e 85, por influência dessa minha produção na área acadêmica falando desse cruzamento entre o social e o ecológico, umas colegas minhas do IBGE, indo visitar a Amazônia pra um trabalho solicitado ao IBGE, elas, influenciadas um pouco pelo meu trabalho, acabam conhecendo Chico Mendes. E acabam uns três ou quatro meses depois provocando uma vinda do Chico ao Rio e ligam pra minha casa dizendo: "olha, quero que você conheça uma pessoa que é tudo aquilo que você fala, que faz aquilo que você fala". Aí fui apresentado ao Chico no Rio de Janeiro (...). Meu encontro com ele é um encontro de enorme afinidade. E não só porque ele era um comunista e eu era uma pessoa de esquerda. Nós nunca nos perguntamos, por exemplo, se nós éramos da mesma corrente, isso nunca foi preocupação entre nós, e eu digo isso com tranqüilidade *(Lúcio - 1º geração – geógrafo - 58 anos).*

Sobre o tipo de assessoria e a relação que se estabeleceu entre pesquisador e seringueiro, Lúcio revelou que, a partir de certo momento, começou a assessorar Chico Mendes

> ia com ele pra cima e pra baixo a pedido dele, criamos comitês de apoio aos Povos da Floresta no Rio, outro em São Paulo, em Brasília, em Porto Alegre, pra tentar nacionalizar a luta do Chico, que já estava sendo internacionalizada. Então, sempre que o Chico ia pro exterior ele me ligava antes, nós conversávamos e tal. Aí eu tenho minha vida muito ligada ao movimento dos seringueiros (...). No caso do Chico, nossa relação se fazia mais ou menos contundente de acordo com o lado que o Chico buscava (...). Então a minha aproximação do Chico acontece quando ele passa a ver em mim uma figura, assim, que dava uma segurança pra ele, pra essa aventura que ele tava entrando. Ele achava que era uma aventura. E quando ele ia, por exemplo, pro exterior e vinha me consultar sobre certas coisas eu dizia: "olha, isso aí tem que ver, porque tem gente que se puder deixar a floresta em pé e botar o povo pra fora eles vão fazer isso", que é o que eu chamo de ambientalismo de primeiro mundo. Embora, claro, há no primeiro mundo pessoas que pensam o contrário, mas no geral não é isso, o pessoal está preocupado com o efeito estufa e com o potencial que a biodiversidade pode ter sendo destruído pelos Iauretê. Inclusive isso foi explicitado pelo representante da Comunidade Econômica Européia numa reunião em que eu estava lá em Manaus. Os caras disseram: "nós queremos é isso". Então, se você fizer qualquer coisa que preserve a floresta pra eles está bom, se é com as populações ou sem as populações, isso é detalhe, o importante é a floresta ficar de pé. Numa parte dessa equação aí, os seringueiros entram, é eles com a floresta. Mas tem gente que se puder botar eles pra fora da floresta eles vão fazer isso (...). Então, essa relação com o Chico foi muito intensa por essa razão, porque o Chico passa a ter em mim uma pessoa de enorme confiança, que aí lhe dava segurança pra combater a insegurança dele tendo que se relacionar com os ambientalistas. Então sempre que ele viajava eu fazia uma espécie de avaliação com ele sobre quem era quem, ou ainda de quem ele deveria procurar nos Estados Unidos, por exemplo, pra tentar ampliar o espectro de pessoas *(Lúcio - 1º geração – geógrafo - 58 anos).*

Outro pesquisador que mencionou ter trabalhado com a "atividade (...) de assessoria a movimentos da Amazônia e de seringueiros" foi Antônio. Já vimos este antropólogo contar que se ligou a eles primeiramente através do trabalho *de* campo que havia realizado para sua tese de doutorado. Porém, o engajamento, pelo seu depoimento, foi muito além deste primeiro contato:

> essa história me leva aos assuntos ambientais através de um caminho que era a atividade política, vamos dizer assim, de assessoria a movimentos da Amazônia e de seringueiros. É por aí que tive minha entrada, meu envolvimento com a política, na verdade com a discussão sobre terra e poder na Amazônia, poder com relação ao acesso a lei e coisas do tipo. Foi essa trajetória de envolvimento com seringueiros e questões de terra que me levou aos problemas ambientais. Vou contar como uma coisa levou a outra. Essa chegada no assunto dos seringueiros começou com a pesquisa pra minha tese de doutorado numa área no extremo oeste da Amazônia, na região do vale do Rio Juruá, dentro do Acre, subindo esse rio Juruá até a fronteira com o Peru. É o último pedaço que tem antes de você sair do Brasil. Eu procurei essa área buscando seringais ainda em funcionamento em 82 *(Antônio - 1º geração - antropólogo - 60 anos).*

Como veremos a seguir, Antônio expôs minuciosamente como, a partir desse primeiro trabalho no Acre, se tornou um dos principais assessores e articuladores junto ao movimento

desencadeado pelos seringueiros na metade dos anos 1980. Mas um primeiro aspecto relatado por Antônio foi seu envolvimento pessoal com algumas pessoas com as quais se envolveu:

> (*nesse período de campo você acabou se envolvimento com as pessoas de lá, como é que foi isso?*) Bom, eu tava, como eu te falei, eu morava lá. Uma das coisas que eu observei durante o primeiro ano, que foi o ano de setembro de 82 até novembro de 83, foi a atividade sindical dentro desses seringais, numa área remota (...). Eu tava acompanhando e presenciando o fenômeno do sindicato. Eles estavam se organizando por conta própria, selvagemente, em delegacias sindicais. Então comecei a seguir, a acompanhar, tinha um principal, que era o João Claudino e tinha os auxiliares dele, inclusive um que era o Chico Ginu, que hoje virou meu amigo (...). Mas aí eu voltei pra lá e essa atividade dos sindicalistas, no momento que eu estava saindo de lá, foi arrasada pelo patrão. Praticamente ele subornou, comprou os sindicatos, quase todos. Criou uma situação insustentável pra eles. Criou-se um processo, que eu estava me dispondo a ajudar, deles formarem uma cooperativa e passar a comprar as mercadorias por conta própria na cidade. Esse negócio dançou por causa de uma manobra que foi descrita no trabalho, mas teve um desses ajudantes de delegado sindical, que era o Chico Ginu, que não se deixou vender. E essa figura até hoje tem um papel muito importante na região, hoje é o coordenador do conselho nacional de seringueiros em (*trecho não compreensível*). Fiquei amigo dele, da família, do pai dele. E o irmão mais novo dele hoje é colaborador do nosso projeto de pesquisa e tem um papel importante lá. Mas então Chico era isso, foi um exemplo muito importante pra mim. Mesmo em situações muito adversas, com pressão muito forte. Por exemplo, naquela área comprada por uma empresa de São Paulo e arrendada pra exploração mais a curto prazo pelo comerciante mais poderoso da região e futuro governador do Estado, um seringueiro sem nunca ter ido a escola, criado e educado no mato, no fim do mundo, com uma aparência completamente de índio, resistir a isso! O Chico tinha dignidade, autonomia e orgulho mesmo de si próprio. E, na verdade, ele me procurava buscando um apoio, mas tinha já um nome feito na região com essa sua capacidade *(Antônio - 1º geração - antropólogo - 60 anos)*.

Em seguida, Antônio relatou, de uma maneira mais específica, um pouco sobre o tipo de trabalho que envolvia sua "assessoria" aos seringueiros:

> aí saí de lá, mas meus contatos eram com gente da base, não tava envolvido com ninguém da cúpula das elites sindicais e regionais. Mas (...) quando voltei [da Inglaterra] no começo de 85, a Mary Allegretti (...) estava agitando todas em Brasília trabalhando numa organização de lá e mantendo contato com o Chico Mendes. E Mary me contata pra ajudar na organização de um congresso de seringueiros em Brasília a pedido do Chico (...). E ela contatou pessoas que estavam fazendo pesquisa com seringueiro (...). Bom, aí evidentemente topei e dei algumas dicas das pessoas pra contatar lá em Cruzeiro do sul e houve esse encontro em Brasília, em outubro de 85. Mas em Brasília (...) era uma reunião na forma de auditório em que eles encontravam pessoas do governo, políticos, técnicos (...) Aliás, era uma coisa estranha, não era uma reunião do tipo sindical, era uma espécie de seminário científico de debates. A idéia era botar em contato e visibilizar problemas que eles estavam vivendo (...). Então os trabalhos foram organizados em documentos sobre isso e eu atuei como relator dessa documentação. Foi a partir desse encontro que passei a me articular sistemática e regularmente, com bastante empenho na verdade, com o movimento que emergiu desse encontro em Brasília e essa iniciativa do Chico e Mary que começou a ter resultados não previstos no início. Em 1986 participei dos empates com Chico e vi como era a situação, eram lutas (...) dirigidas inicialmente contra a superexploração e depois começaram a se prevenir dos planos de exploração madeireira na região do alto do Juruá *(Antônio - 1º geração - antropólogo - 60 anos)*.

Porém, no caso da trajetória narrada por este antropólogo, já havia comentado que a forma que ele organizou seu depoimento faz com que suas experiências se confundam a todo instante com o próprio processo de "ambientalização" dos movimentos sociais durante a década de 1980. Ao perguntar como tinha sido o trabalho de assessoria prestado por Antônio neste período, seu relato se funde de tal maneira com a própria história de organização dos seringueiros (e que culminou, num determinado momento, com a criação da primeira reserva extrativista do país), que seria difícil recortar sua narrativa sem incluir seu relato sobre o processo de luta destes últimos. Sendo assim, optei por reproduzir abaixo um trecho

relativamente longo, mas que permite perceber como um trabalho de assessoria pode acabar sendo muito mais do que apenas um trabalho de assessoria:

> Jaime Araújo era um poeta (...). Não é porque dizia "nós vamos conservar a floresta", mas coisas do tipo: "nós viemos debaixo da folha da árvore". Isso marcava as pessoas que tinham interesse forte na floresta. Começava a falar do preço das mercadorias e dali já tava falando das árvores, dos animais, as coisas da floresta (...). Os seringueiros tavam dizendo, parece meio folclórico, mas a linguagem é essa: "estão matando nossa mãe, a mãe da seringueira, o leite que o Senhor criou". Era uma linguagem muito forte, (...). Quando combinava isso com a idéia do Chico fazendo empates, a cabeça das pessoas pirava. Pessoas que assistiram aquilo, alguns ambientalistas, começaram a ficar muito impressionados, inclusive com a história das reservas extrativistas, porque reserva é um termo dos seringueiros. Eu era relator e tinha intenção explícita de mudar o termo e colocar uma coisa mais palatável, mas fiquei com gripe, passei mal a noite, o Chico Mendes tinha que ler de manhã cedo e foi, leu o documento sem revisão (...). Então começou essa articulação toda, mas não era muito elaborada entre os seringueiros, como se dissessem: "agora nosso movimento é ambiental". Não. Isso aconteceu em (...) dezembro de 86 (*e você era assessor*) É, era um deles, virei um desses chamado por eles de assessor. Mas era uma coisa informal, o conselho não existia politicamente, nem os assessores. Eu não me chamava de assessor. Nesse tempo tava nesse doutorado interrompido (...). Em vez de fazer tese, de repente tava fazendo só isso (...). A Unicamp me dava certa liberdade. Então passava um período de seis meses lá, agitando (...). Essa ligação era o quê? A idéia era, junto com essa chamada assessoria, levar adiante o programa expresso pelos seringueiros em 85: educação, saúde e reservas extrativistas. No final de 86 teve uma reunião dessa rede e dos assessores e (...) essa advogada com experiência na FUNAI fez uma exposição jurídica sobre a possibilidade de criar reserva extrativista. Foi nesse momento que eles tiveram que optar sobre como fazer e o que é que era reserva extrativista. Então, antes de tomarem essa decisão, botaram todos os assessores para fora. Passamos o dia esperando num barco e saíram de lá cantando o hino deles e dizendo que reserva extrativista ia ser igual a dos índios, não ia ter propriedade privada, não ia ter títulos individuais, não ia ser condomínio, que era a proposta que nós assessores achávamos que era mais viável (...). Agora, não era um movimento ambientalista, era um movimento social. Pra gente a coisa ambientalista começou a sugir entre 85 e a morte do Chico, em parte através do próprio Chico. Isso é o desenvolvimento dessa história. Comecei a fazer trabalho de assessoria enquanto em 87 aconteceram várias coisas e em 88 foi o assassinato do Chico. Nesse tempo o conselho nacional de seringueiros ficou importante. Virei uma espécie de... fiz o primeiro projeto com os próprios seringueiros pra terem financiamento próprio. Foi escrito à mão, a lápis, com papel pautado, a idéia era mostrar a cara deles e encaminhar diretamente a organizações de base. Quer dizer, quem tava financiando o Chico nesse momento era o dinheiro do projeto que eu estava coordenado. Como tinha posição independente, não participava de nenhuma organização, me dava segurança pessoal, moral, para mexer com o dinheiro deles e conduzir isso, porque não tinha nenhum interesse, não ganhava nada com aquilo, não era pago por ninguém, era professor. Me sentia à vontade para mexer com questões de dinheiro e administração, tava numa situação confortável pra isso e o pessoal tinha confiança em mim. Sou acreano, o que era importante, tava vindo da mata, tinha feito meu caminho por conta própria. Tinha legitimidade (...). A tese tinha passado pra último plano a essas alturas, não tava tratando nada dessas atividades como material de pesquisa, a pesquisa tinha acabado naquele tempo *(Antônio - 1º geração - antropólogo - 60 anos)*.

Finalizando. Ao olharmos para a intrincada trama de vivências tecida ao longo da vida pelas pessoas que entrevistei, creio que seria prudente começarmos a agir com cautela quando fazemos avaliações rápidas e tiramos conclusões genéricas a respeito do trabalho e da atuação de profissionais envolvidos com nosso "tema quente". Se os sujeitos da pesquisa são muito diferentes entre si e as experiências que tiveram os conduziram por caminhos diversos (em termos de idéias, valores e conhecimentos), talvez a bricolagem que fiz com seus depoimentos possa contribuir para que nos afastemos de rótulos e estereótipos generalizantes. A começar por afirmações do tipo: "cientistas sociais pensam assim, cientistas naturais pensam assado; aqueles olham a realidade de um jeito e esses de outro". Do mesmo modo, espero que o "efeito de justaposição" que busquei produzir neste capítulo, ainda que não dê conta da complexidade

que envolve a discussão político-científica sobre populações locais e áreas protegidas, permita ir além de esquemas fixos e simplificações dicotômicas do tipo biólogos *versus* antropólogos; ecólogos *versus* sociólogos; primatólogos *versus* etnólogos. Se, de fato, há uma tendência geral neste sentido - por conta da distância epistemológica que separa as duas grandes áreas do conhecimento onde se acham incluídas estas disciplinas -, os percursos trilhados podem rapidamente anular, transformar ou aproximar diferenças disciplinares anteriores.

Por outro lado, as pessoas, ao narrar suas trajetórias, não contaram uma história simplesmente por contar. Elas estavam, ao conversar comigo, me oferecendo algo que é de natureza intencional. Nesse sentido, não se pode deixar de considerar os laços afetivos, sejam eles ligados a ecossistemas, movimentos sociais, pessoas, UCs, biomas, a uma dada localidade, a uma espécie ameaçada de extinção, a uma etnia indígena ou a um parque nacional específico. Afinal, tais afetividades foram sendo construídas e solidificadas (mas também atenuadas) ao longo de suas respectivas experiências de vida, as quais podem prosseguir, por sua vez, por caminhos bem ecléticos e, se não independentes, ao menos não determinados apenas pela formação intelectual das pessoas (seja ela mais disciplinar ou mais multidisciplinar).

Mas vejamos como as diferentes trilhas e percursos se manifestaram concretamente durante as entrevistas, ou seja, passemos agora finalmente ao debate e ao confronto direto entre diferentes visões sobre a temática das áreas protegidas e populações locais.

CAPÍTULO VI

Sobe a temperatura em torno de nosso "tema quente": as (há) controvérsias entre pesquisadores

> A política (...) é uma dimensão ou campo em que, quase sempre, um protagonista deve necessariamente eliminar o outro a fim de ocupar os poucos espaços disponíveis.
>
> Marcio Goldman (2006, p.308).

Caso o leitor tenha lido a primeira parte da tese (ou, ao menos, parte substancial desta), deve estar ciente de algumas controvérsias relacionadas à questão das populações locais e áreas protegidas. Também deve ter percebido o ambiente de constante confronto entre "posições", "visões", "perspectivas" etc. Contudo, a oportunidade de debater com alguns pesquisadores implicou um tipo de contato distinto da relação descompromissada e asséptica que, geralmente, se estabelece entre autores e leitores de publicações científicas. Isto me levou, neste capítulo final, a construir uma narrativa em que os pontos de vista dissessem algo sobre as próprias pessoas que os estivessem expondo e não só sobre o quê (biodiversidade, planos de manejo, SNUC, ecossistemas, UCs etc.) ou sobre quem (comunidades tradicionais, seringueiros, etnias indígenas, quilombolas etc.) eles porventura estivessem falando. De fato, privilegiei trechos

dos depoimentos em que emergissem, explicitamente, avaliações pessoais, orientações éticas, interesses particulares e posições políticas das pessoas com quem conversei. Tanto o capítulo anterior como este trazem um aspecto pouco visível em textos acadêmicos e que tem relação com as diferentes motivações que levam pesquisadores a se envolver com nosso "tema quente" que se estendem para além do âmbito intelectual e adentram a esfera dos desejos, paixões e sentimentos das pessoais com quem mantive contato.

Não por acaso, a importância de tais aspectos da subjetividade humana vieram à tona nas entrevistas. Bento, por exemplo, questionado sobre como se identificaria enquanto pesquisador, respondeu: "diria o seguinte: sou um apaixonado, acho que essa é a melhor definição. Ou eu me apaixono pelo que estou fazendo ou não faço". Resposta próxima veio de Joca, o qual destacou a necessidade de se "apaixonar" pelos seus "objetos" de pesquisa:

> essa coisa de pesquisador envolve duas coisas: a paixão que você tem pelos seus temas e pelas coisas que você quer conhecer, uma coisa meio infantil ligada à permanente curiosidade; e uma outra coisa, que é a capacidade de distanciamento pra refletir. Então, você tem que ter essa sensibilidade pra se aproximar dos seus objetos de pesquisa e criar uma empatia com eles e também se distanciar deles. Como pesquisador, eu me defino como um apaixonado que busca esse espaço de reflexão e distanciamento.

Já Anita reagiu da seguinte forma a minha pergunta:

> essa pergunta não é difícil. Eu acho que antropologia e pesquisa é um excelente pretexto pra viver. Pra mim, pesquisa é pretexto pra eu me aproximar das pessoas, eu me apaixono por todos os espaços onde eu pesquiso. Na minha tese de doutorado eu acho que escrevi assim: "essa tese é dedicada aos amigos que ganhei nos lugares que pesquisei". Sabe, é uma coisa meio escancarada esse meu lado de me vincular às pessoas e, eventualmente, às causas das pessoas. Passa muito por aí. Eu sou apaixonada por pesquisa.

Como podemos notar, estes e outros depoimentos contidos neste capítulo final trazem à tona o fato de que os diálogos que mantivemos dizem algo sobre nós pesquisadores (e, claro, sobre a qualidade da relação aí implicada) enquanto pessoas não só de carne e osso, mas que se vêem atingidas pelo que estudam a partir de distintos afetos e sensibilidades. E digo "nós" porque, sendo um "nativo relativo" da pesquisa, seria complicado pretender me eximir desta postura de sujeito participante tendo em vista o papel ativo que exerci ao longo da pesquisa.

Como no quinto capítulo, também aqui coloquei as falas dos entrevistados em primeiro plano, porém, agora acentuando ainda mais a intencionalidade do discurso perito voltado, como sugere Goldman na epígrafe, para a tentativa de "ocupar os poucos espaços disponíveis". Não que elementos subjetivos e intencionais não pudessem ser identificados no que publicam. Ocorre que a produção de significados numa interação social qualquer se encontra referida ao seu contexto de produção. Como percebeu Brandão (2004, p.76), "o sujeito não é um ponto, uma entidade homogênea; o sujeito é dividido, clivado, cindido (...), só constrói sua identidade na interação com o outro". Sendo que, inversamente, o resultado desta interação depende de quem são esses sujeitos e de como se vêem e se relacionam no momento da interação. Portanto, é de se supor que os efeitos cognitivos e emocionais que se estabelecem entre texto científico e

leitor serão diferentes caso este último e o próprio autor do texto se encontrem para discutir. As duas situações se referem a ambientes enunciativos distintos (Pêcheux, 1975, p.144) e o "que pode e deve ser dito por um sujeito" (e o modo de dizê-lo) em um artigo científico, por exemplo, talvez não corresponda ao "que pode e deve ser dito" em uma entrevista.

Outra vez estava correta a antropóloga citada no item 1.3 ao notar que, numa entrevista, é tudo "muito momentâneo e o que a gente fala não é maduro o suficiente". É claro que, na medida em que o que foi debatido faz parte do universo de preocupações (não só acadêmicas) dos entrevistados, estes buscaram, por diversos meios, selecionar e priorizar fatos, questões, exemplos e eventos vinculados ao tema das populações locais e áreas protegidas. Porém, é preciso ter em mente que o que dissemos todos resulta da uma interação particular vinculada a uma situação pontual (entrevista), portanto, algo dificilmente generalizável ou extensivo a outros contextos. O que significa que, quando meus interlocutores reagiam às minhas argüições e observações, escolhas pragmáticas foram feitas, o que significa reconhecer que outras respostas poderiam ter sido proferidas em outro momento-situação ou para outro entrevistador.

Tendo isto em vista, não me importei com questões como: "veracidade das afirmações", "consistência compreensiva", "grau de embasamento" ou correspondência do que foi dito com casos, fatos e dados empíricos[268]. No texto não questiono, ao menos de forma direta, a pertinência ou não do que me foi dito. Do mesmo modo, não vem ao caso se o que disseram corresponderia as suas "reais opiniões" ou se encaixaria com suas pesquisas e produções acadêmicas. Além de seguir a risca conselho comum dado a antropólogos iniciantes ("levar a sério o que nativos dizem e pensam"), este levar a sério, como sugere Viveiros de Castro (2002b, p.131), presumia não me colocar a questão de acreditar ou não, discordar ou concordar, saber se alguns teriam razão e outros não, se uns estariam equivocados e outros corretos, se suas respostas seriam razoáveis ou implausíveis[269]. Igualmente, ao explicitar, através dos depoimentos reproduzidos, idéias, argumentos, exemplos, autores, julgamentos, classificações, avaliações, noções e conceitos que compõem o universo discursivo nativo, não me interessei em saber se a pessoa teria "competência" ou não para lidar com certo assunto.

Aliás, quando reflito sobre as controvérsias que veremos ser debatidas neste capítulo, não consigo deixar de pensar nos "tambores" ouvidos por Marcio Goldman em Ilhéus[270].

---

[268] As expressões entre aspas foram extraídas de autores citados na primeira parte da tese.

[269] Como comenta o autor, "se ele [nativo] é objetivamente um sujeito, então o que ele pensa é um pensamento objetivo, a expressão de um mundo possível" (*op. cit.*, p.119).

[270] Em 1998 Goldman, depois de transportar em seu carro objetos rituais de uma filha-de-santo que havia falecido até o lugar onde seriam "despachados" – a pedido da mãe-de-santo do terreiro que ele então acompanhava -, no momento do "despacho" este escutou ao longe o som de instrumentos de percussão. Segundo conta o próprio Goldman (2006b, p.165), "imaginei, primeiro, serem atabaques, depois algum ensaio de algum bloco afro ou coisa parecida". Porém, depois de retornar ao terreiro, ao conversar com um dos filhos da mãe-de-santo, este lhe contou que "em 1994, por ocasião de um ritual relativo aos 21 anos de morte de sua avó (antiga e famosa mãe-de-santo

Como este antropólogo, adotei uma atitude parecida com a sua no caso dos seus "tambores": não me perguntar se seriam tambores do "além" ou tocados "pelos vivos". Em suma, abri mão de saber quem estaria com a razão ao falar sobre populações locais e áreas protegidas de modo a escapar ao que, segundo Goldman, Gregory Batenson chamava de *double blind*, a saber: uma "espécie de armadilha em que somos apanhados quando nos defrontamos com injunções conflitantes que não nos deixam margem de manobra porque 'não importa o que se faça, não se pode vencer'". Como entendo que não há como vencer a guerra (a controvérsia) discursiva que cerca hoje nosso "tema quente", para escapar a este "double blind" segui outro conselho de Latour (1994, p.75) quando indaga: "o que fazer se não podemos nem avançar nem recuar? Deslocar nossa atenção". Assim, ao invés de procurar respostas para o dilema dos "tambores", isto é, para a polêmica gerada em torno dos "pontos quentes" aqui discutidos, desloquei minha atenção justapondo e alternando, na forma de um texto com certa coerência lógica, diferentes maneiras encontradas pelos entrevistados de interpretar e falar sobre tais "pontos quentes".

Obviamente, este procedimento possui alguns inconvenientes. A começar pelo fato de que construir um texto implica um sujeito que fala a partir de disposições prévias misturadas ao contexto-momento vivido por aquele que escreve. Além disso, num texto qualquer, seja mais descritivo, narrativo, reflexivo, evitar a análise é algo impossível de ser alcançado na sua plenitude. Como lembra Rouanet (1990, p.119), "na prática nenhum observador consegue, realmente, deixar de avaliar, mesmo quando julga estar apenas descrevendo (...), nessa avaliação os preconceitos culturais, mesmo que inconscientemente, desempenham um papel decisivo". Assim, ainda que limitando meu "papel" a uma espécie de editor-chefe que recorta, anexa, cola e decupa trechos de depoimentos e os distribui de modo a compor uma linha discursiva dotada de sentido (agindo como "bricoleur", diria Lévi-Strauss, 1989), isso já implica tradução e invenção de significados a partir da fala do outro. Em síntese, se quero falar sobre a fala nativa, não há como não antropofagizá-la de algum modo e em algum nível.

Em todo caso evitei, entre uma e outra citação, interpretar a lógica argumentativa seguida por meus interlocutores ou, ainda, apontar implicações político-ideológicas, éticas ou lingüísticas do que me foi dito. Tal postura tem íntima relação com o universo empírico que da pesquisa. Como estamos diante de um debate extremamente controvertido, realcei, o quanto possível, o embate de idéias que está por trás do debate sobre áreas protegidas e populações

---

daquele mesmo terreiro), ele levara um despacho exatamente no mesmo lugar de onde eu acabava de voltar. De repente, ele disse, começou 'a ouvir os atabaques tocarem', perguntando então aos demais se havia algum terreiro de candomblé por lá, ao que todos responderam que não. De volta ao terreiro, narrou o ocorrido a sua mãe e a outras pessoas mais velhas, que ficaram muito contentes já que o fato dos atabaques tocarem é um bom sinal, pois significa que os mortos estão aceitando receber em paz o espírito ou a oferenda em jogo. Senti então um leve arrepio e disse a meu amigo que eu também ouvira atabaques tocarem; ele não fez nenhum comentário e mudou de assunto. Percebi, então, que os tambores que ouvira não eram deste mundo".

locais. Como sugere Umberto Eco (2005, p.xii), tentei dar ao capítulo um caráter "lúdico que apanha diversas perspectivas em contraponto, exacerba dinamicamente os contrastes e nos faz descobrir nova maneira de ler ou de ver o já visto ou lido". Lembrando o estilo do "desafio", espécie de cantoria em duelo em que dois cantadores alternam versos desafiando-se mutuamente, o ritmo do texto segue a dinâmica sincopada do ponto e contraponto constantemente marcado pela alternância entre argumentação e contra-argumentação, exemplo e contra-exemplo, afirmação e refutação, enfim, entre o dito e o contradito.

Claro que, embora gerados no momento em que trazia a cada entrevista questões a serem discutidas, coube a mim o trabalho posterior de visualizar, discernir e selecionar estes pontos. Mas se, como notou Bourdieu (1997, p.11-12) ao descrever como organizou as entrevistas feitas com moradores de grandes conjuntos habitacionais franceses, "o confronto direto das diferenças tem como efeito favorecer a lucidez interessada e parcial da polêmica", não se trata de confrontar pontos de vista "para os relativizar, deixando jogar até o infinito o jogo das imagens cruzadas, mas, ao contrário, para fazer aparecer, pelo simples efeito de justaposição, o que resulta do confronto de visões de mundo diferentes ou antagônicas".

Ao confrontar trechos dos diálogos que tive com alguns pesquisadores, disso resultou algo parecido com o trabalho do artesão que mexe com *patchwork*: fragmentos dos depoimentos, quando justapostos, formaram uma trama objetivada não como colcha de retalhos, mas na forma uma nova narrativa textual. Só que, ao contrário das trajetórias, aqui há, de modo explícito, pontos em comum que ligam os depoimentos dos pesquisadores, o que me levou a estruturar o texto justamente a partir destes pontos de contato. Se a idéia foi construir uma transversalidade contrastiva, diferentemente do capítulo anterior, agora o contraste recaiu diretamente sobre pontos de vista que se vinculam porque referentes a um mesmo tema geral (nosso fio de Ariadne) e as controvérsias que este suscita (nossos "pontos quentes") os quais, ao serem reordenados, dialogam entre si (seja divergindo seja convergindo).

Esse aspecto é relevante na medida em que no capítulo anterior eram fracas as possíveis conexões entre os trechos citados (pois se tratava de relatos e histórias particulares). Já agora este vínculo aparece de modo estreito e permanente. Se antes foram basicamente os próprios pesquisadores que escolheram quais fatos, eventos ou pessoas eles acharam importantes de serem relatados e descritos, essa possibilidade de selecionar ficou mais restrita durante a segunda parte da entrevista, visto que, na maioria das vezes, seus depoimentos foram antecedidos ou seguidos de algum tipo de pergunta ou comentário feitos por mim.

Embora a situação de entrevista tenha sido artificialmente criada por mim, ao contrário da primeira parte desta, na segunda coloquei meus interlocutores numa posição em que foram chamados a se pronunciar sobre certos temas e, também, provocados a responder aos meus

comentários subseqüentes. Como já comentei, ao falar com pesquisadores muitas vezes trouxe para o momento da entrevista reflexões e observações feitas por seus colegas com o intuito explícito de confrontar o que me estava sendo dito. Diferentemente de quando falavam sobre suas trajetórias, ao provocá-los de forma franca e aberta com perguntas, comentários e contra-argumentações, interferi diretamente no andamento do depoimento, o que, por vezes, terminou produzindo micro-debates entre entrevistado e entrevistador. Conseqüentemente, tal situação me levou a incluir no texto, além da narrativa em *off*, parte destas minhas argüições e comentários, o que, creio, permitiu, em certa medida, contextualizar suas reações a elas.

Tais procedimentos conferiram a este capítulo característica que, se presente no restante da tese, aqui aparece de forma marcante. Nos demais capítulos, ainda que circunscrita a um universo empírico restrito (cientistas vindos de diferentes áreas do conhecimento científico), espero ter conseguido fazer emergir a diversidade polifônica (várias "vozes") e polissêmica (várias interpretações) do discurso competente sobre áreas protegidas e populações locais. Porém, agora, ao organizar cada tópico mesclando depoimentos ou conjunto de depoimentos que trouxessem visões divergentes, aquele contexto polarizado de que falamos tanto surge com toda sua força, levando, por tabela, a possibilidade de visualização de "lados", "posições" etc. que parecem se opor. Até porque, na maioria das vezes, minhas próprias intervenções levarem meus interlocutores a antagonizar e, assim, potencializar dicotomias latentes. Como irão notar, aparecerá aqui claramente aquele inconveniente (nem tão inconveniente assim) de que falavam Deleuze e Parnet no capítulo um: os trechos recortados são fruto do "procedimento questões-respostas" inerentes à dinâmica de uma entrevista episódica. E, de fato, como dizem os autores, esta "maquina binária" que tende a alimentar "dualismos" funcionou perfeitamente. Resultado. Se em outras partes da tese privilegiei a relativização de eventuais divisões e oposições, neste capítulo isto se inverteu, ou seja, os antagonismos presentes nas discussões sobre populações locais e áreas protegidas é que serão realçados. Se antes chamava atenção para a proximidade em meio à diferença, agora esta última é que estará sendo destacada e reforçada.

Por fim, ressalto um último aspecto ligado à coleção de fragmentos aqui expostos: o congelamento, no texto, da dinâmica interativa nativa. Ao contrário da primeira parte (onde enfatizo a instabilidade das "posições") e do quinto capítulo, o qual possui uma característica temporal vinculada aos percursos narrados pelos pesquisadores (afinal, se trata de trajetórias com início, meio e fim), a partir de agora o tempo permanecerá fixo, ou melhor, não haverá tempo (exceto, claro, o tempo da leitura). Voltando ao capítulo dois, pelo modo como organizei os fragmentos que selecionei, não há espaço para se "andar em volta da estátua" (nosso "tema quente") e muito menos para a "estátua se modificar". De fato, este último capítulo, resultado direto da concretização de interações específicas (entrevistas) feitas num período determinado

(outubro de 2006 a maio de 2007), refere-se ao modo como encontros e desencontros entre pesquisadores podem se objetivar, num contexto-momento específico, na prática.

6.1 Pesquisadores em ação: acionando categorias classificatórias distintivas

Vejamos inicialmente como foram acionados, nos depoimentos, alguns demarcadores distintivos já vistos na primeira parte da tese. Entre outros, neste item teremos a presença de "ambientalistas", "socioambientalistas", "conservacionistas", "ecocêntrico radical xiita", "desenvolvimentistas", "preservacionistas", "antropocêntrico xiita", além de categorizações mais genéricas como a diferenciação entre "direita" e "esquerda" e expressões como "radicais", "moderados", "pessoal *hard*" e "pessoal linha dura"[271]. Toríbio, por exemplo, usou a expressão "socioambientalistas" para fazer uma afirmação comum entre alguns colegas:

> então há esse choque de uma maneira de ver as coisas em termos de conservação (...). E esse choque entre as duas tendências, aquela mais voltada para a conservação, mas preocupada com a conservação da natureza e aqueles que pretendiam juntar conservação da natureza com solução de problemas sociais, esses dois grupos sempre se chocaram. Mas a pressão dos socioambientalistas continuou e continua até hoje, só que no caso dos socioambientalistas, no meu ver, eles são muito mais sócio do que ambientalistas (...). No caso dos socioambientalistas, eles usam a conservação mais como uma sopa de pedra, a conservação seria a pedra, na verdade, com que eles querem fazer a sopa. Isso existe, de fato *(Toríbio – 1º geração - sem curso superior, mas especialista em paleontologia - 83 anos)*.

De fato, ouvi ao longo da tese esta última frase (de que socioambientalistas seriam "muito mais sócio do que ambientalistas") ser repetida não só nas entrevistas, mas em situações bem distintas (ouvi, por exemplo, de outro entrevistado quando já nos despedíamos de nosso encontro, de um mestrando do CPDA e, no último CBUC, de um quadro do IBAMA numa conversa de bastidores). Contudo, o ponto de vista sustentado por Toríbio foi contestado por Alonso sem que lhe fizesse qualquer comentário anterior a respeito:

> no caso do socioambientalismo (...), não foi uma coisa de criar um concorrente ao conservacionismo. Eles acharam que era um nome que juntava o que eles queriam, que juntava o social e o ambiental. Inclusive pessoas que vinham do conservacionismo (...) vieram com o tempo chegando numa posição mais socioambiental. Eu já vi o Instituto Socioambiental lutar por reservas e unidades e conservação de uma forma muito aguerrida, lutando pra impedir que áreas de conservação fossem reduzidas ou coisas assim. Então, dizer que eles não ligam pra conservação, que eles são só sócio e não ambientalistas é coisa de quem não conhece, como as pessoas que falam de seringueiro sem nunca ter conversado com um *(Alonso - 2º geração – historiador – 49 anos)*.

Em seguida Alonso ponderou que "por outro lado, já vi conservacionistas, especialistas em manejo de fauna e tal, terem uma sensibilidade social muito grande, uma sensibilidade humana de ver a situação das populações locais e, como ser humano, querer que elas estejam

[271] Antes de iniciar, um pequeno alerta. Os entrevistados fizeram uso qualitativamente variado dessas e de outras categorizações. Portanto, o leitor deve ficar atento ao que já foi discutido no segundo capítulo, sobretudo, o caráter instável, relacional, prático e, muitas vezes, pontual (afinal, se trata de entrevistas) que envolve o seu uso.

do seu lado e não contra. Então, eu acho que o mais importante é romper com os estereótipos (...), depende de quem você está falando e de cada situação, só que virou estereótipo".

Se Alonso contestou a afirmação de que socioambientalistas seriam "só sócio e não ambientalistas", Nicolau criticou outra acusação freqüente feita, agora, segundo este pesquisador, contra os "ambientalistas":

> tudo surge da confusão de que o ambiental não é social, e mais, o socioambientalismo vende a idéia de que os ambientalistas são anti-social. O que é um absurdo, porque se cuida do ambiente para termos serviços ambientais. Então, a diferença entre o ambientalismo e o socioambientalismo, a principal diferença é que para nós conservar a natureza e o ambiente é uma tática quase preservacionista, sobretudo através das unidades de conservação, dentro de uma estratégia social, porque tudo o que se faz de alguma maneira é social *(Nicolau - 1º geração – agrônomo, engenheiro florestal e entomologista - 67 anos)*.

Sobre o depoimento de Nicolau, talvez este tenha sido a pessoa que entrevistei que mais fez uso operacional de categorias designativas como "ambientalistas", "socioambientalistas", "conservacionistas", "preservacionistas", mas, também, de qualificações como "de direita", "no centro", "de esquerda", "de extrema direita" e "de extrema esquerda" (já incluí algumas partes do trecho que cito abaixo no item 2.7, página 139). Além disso, este pesquisador traçou algumas associações inusitadas através destas designações:

> vou mencionar algo que você deve anotar e que tem que ver com meu próximo livro, que deveria se chamar "psicoanalisando o socioambientalismo". Os preservacionistas que estavam lá na década de 70 se reúnem com estes, os socioambientalistas. Quem são os inimigos do eucalipto? Os ambientalistas não são inimigos do eucalipto. Todo este espectro aqui de ambientalistas não são inimigos do eucalipto porque ele tem o seu lugar. Todos somos favoráveis à caça esportiva, inclusive de onças, seria uma solução pra valorizar as fazendas do pantanal, ganhariam mais caçando onças. E quem se opõe à caça? Os mesmos de antes. Antes eram os preservacionistas e, agora, são os socioambientalistas. Quer dizer, a extrema direita se reúne com a esquerda e a extrema esquerda. Proibir o plantio de eucalipto, como saiu uma lei no Espírito Santo! Como pode! Ora, esses que fizeram isso são idênticos aos preservacionistas de que eu estava falando. Se reuniram com a esquerda de lá e fizeram isso. Mas também é muito interessante. Eles se opõem ao eucalipto, ao pinos, se opõem à soja, olha que imbecilidade. Nós achamos que a soja tem o seu lugar, é necessário, ninguém vai querer manter 100% de 600 milhões de hectares sem usar. Nós achamos que é normal que haja agricultura, pecuária. Claro que tem que explorar madeira, claro. Os socioambientalistas se opõem, mas concordam em explorar, porque agora as Resex estão explorando madeira; e sem plano de manejo. Então, há um contínuo político que dá todo um giro, e a extrema direita se encontra com os socioambientalistas (...). Então, respondendo a sua pergunta, eu estou no centro, que é o mais difícil *(Nicolau - 1º geração – agrônomo, engenheiro florestal e entomologista - 67 anos)*.

Mais adiante Nicolau associou "ambientalistas" às "ciências naturais" e "os que estão do outro lado" como sendo "de esquerda", sendo que haveria "uma sucessão de erros que estão baseados, na minha opinião, essencialmente na formação dos atores de cada grupo. Os ambientalistas, deixando de fora os preservacionistas mais antigos, que cuidam dos animais e essas coisas, são essencialmente das ciências naturais ou gente muito equilibrada e não são de esquerda. E os que estão do outro lado são totalmente de esquerda, virou um tema político".

Mas a divisão entre direita e esquerda também foi mencionada por outros entrevistados, Bolívar, durante a entrevista, se referindo aos "cientistas naturais" (especialmente, os vindos da biologia), reconheceu: "então, sempre nós fomos acusados de ser de direita. É. E eu Acho que

parece que existe uma tendência grande de cientistas sociais serem de esquerda, por uma razão histórica, não?". A seguir Bolívar citou o fato de cientistas serem de "direita" ou de "esquerda" para estabelecer uma distinção sobre o tipo de trabalho desenvolvido por cada um. Além disso, mencionou brevemente,outra divergência em termos de prioridades, pois, segundo ele, de um lado estaria a necessidade de "proteger os parques" e levar em conta "a função dos parques" e, de outro, a situação dos "menos favorecidos" e "comunidades carentes":

> começamos a levantar dados sobre o impacto dessas comunidades carentes, seja quilombola, caiçara ou índio dentro dos Parques. A nossa visão era, tal parque é pra proteger o mono carvoeiro, a anta e tal. Aí perguntávamos: "tem algum outro lugar que o mono carvoeiro vai viver? Ele vai conseguir sobreviver fora do parque? Não. Fora do parque ele tem menos proteção que dentro do parque. E, obviamente, isso é uma visão que parece ser de direita, de estar indo contra os menos favorecidos, isso sempre a gente escuta: "ah, vocês são tudo de direita, querem proteger o parque enquanto tem lá o caboclo, o índio, o sem-terra morrendo de fome". Isso pra gente é bastante alarmante, porque não estou envolvendo política, estou interessado em saber qual que é a função dos parques. Pelo SNUC, o parque é isso. Então, o nosso papel é fazer um diagnóstico, o que a gente está fazendo. Dentro do parque tem problema de diminuição da biodiversidade, de impacto? Como a gente pode resolver? Aí começa a ficar mais complicado. Porque uma das coisa é: "ah, vamos remover essas populações de dentro do parque", mas não sei se vai resolver, porque tem que resolver isso e ainda continuar com a proteção e o manejo (...). Mas agora a gente sabe que dentro dos parques, quanto mais gente, menos bicho tem *(Bolívar - 3º geração – biólogo - 41 anos)*.

Adiante veremos depoimentos falando sobre a afirmação de Bolívar de que "quanto mais gente, menos bicho tem". Quanto à distinção entre, de um lado, a prerrogativa de "proteger os parques" levando em conta sua "função" e, de outro, a necessidade de garantir direitos aos "menos favorecidos", "comunidades carentes" e "caboclo morrendo de fome", Florêncio percebeu, ao seu modo, a existência desta priorização por parte de seus colegas:

> há pouco tempo atrás apresentei um curso pros *trainnies* do O Boticário em Salto Morato. E nesse curso falei o que já tinha falado várias vezes pra outras pessoas. De todos os meus cursos, a parte que falo sobre "povos tradicionais e conservação" é a aula que menos gosto de dar, essa é a aula mais desagradável de dar. Inclusive tentei cortá-la nesse último curso (...), [mas] não consegui escapar. Mas é a aula que menos gosto de dar (...) porque é muito ruim ficar numa situação de bichos contra pessoas, é horroroso (...). Eu vou sempre defender bichos, mas não quero atacar pessoas. Muitas pessoas, desse lado da conservação socioambiental (...) são pró-people. Tudo bem, mas graças a deus até agora ninguém me chamou de anti-people. Mas a coisa não é só de ser pró-people ou anti-people. Eu quero que exista um espaço no mundo pros bichos *(Florêncio - 3º geração – biólogo – 47 anos)*.

Voltando às classificações, no caso de Florêncio, no final do nosso encontro indaguei a ele: "sobre essa divisão que existe hoje quando se fala em áreas pra proteger e populações que vivem nessas áreas, se fala em conservacionistas e socioambientalistas, como você vê essa divisão, suas implicações ou mesmo se ela existe?". Mais uma vez aí, como Bolívar, Florêncio acionou outra distinção que o separaria dos representantes da última corrente citada: o fato de que eles estariam "preocupados com o ambiente pra gente, pro homem". Por outro lado, Florêncio operacionalizou as categorias de forma próxima ao que já foi discutido no segundo capítulo ao se reconhecer como um "conservacionista" que, por sua vez, "faz ambientalismo":

> acho que essa divisão existe, sim. Claro, são categorias arbitrárias, então, em muitos casos você não vai conseguir classificar direito (*você se classificaria?*) Eu sou conservacionista assumido. Agora, acho que a diferença principal entre conservacionistas e socioambientalistas é que os primeiros estão preocupados

> com o ambiente pro homem, ou seja, a natureza como fonte de recursos pra nós, serviços pra nós, conforto pra nós etc. Eu estou preocupado com isso, mas esse não é meu foco principal. Sou principalmente um conservacionista, vamos dizer assim. Acho que na minha vida cotidiana sou um cara preocupado com o ambientalismo, eu faço ambientalismo *(Florêncio - 3º geração – biólogo – 47 anos).*

Embora Florêncio tenha se declarado "conservacionista assumido", demonstrou ciência de que "conservacionistas", "ambientalismo", "socioambiental" e "socioambientalismo" "são categorias arbitrárias" e que, com isso, "em muitos casos você não vai conseguir classificar direito". Sobre este ponto, vimos Alonso propor que se deveria "romper com estereótipos", pois o debate "depende de quem está falando e de cada situação". Igualmente, Joca chamou a atenção, no caso de vinculações a pensamentos de "direita" ou de "esquerda", para o cuidado com "essa coisa da rotulação, dos rótulos". Segundo este historiador, "o ambientalismo, sobretudo nesse aspecto específico de conservação da natureza, ainda está muito povoado por essa coisa da rotulação, dos rótulos, que marcou em certa medida inclusive a academia (...). É preciso não embarcar num discurso pronto, é preciso fugir dos rótulos, se é conservacionista, socioambientalista, isso não leva muito longe". Mas, além desse alerta, Joca, ao criticar tais "rotulações", chamou a atenção para a possibilidade aventada por Bolívar do pesquisador não se "envolver com política" ao se referiu à atuação daqueles que seriam "técnicos":

> quando comecei a pensar minha tese de doutorado vinha na minha cabeça que essa geração da FBCN foi esquecida porque seria uma geração supostamente de direita. O que não é necessariamente verdade porque, embora tivesse pessoas de extrema direita, seria difícil definir um cara como o Paulo Nogueira Neto, que trabalhou na SEMA durante o regime militar, como de direita. Paulo Nogueira Neto tem um perfil mais humanista. Além disso, a Maria Tereza Jorge-Pádua e a maioria do grupo da FBCN são técnicos, não são de direita nem de esquerda. O discurso deles é esse: "bom, somos técnicos, estamos preocupados com a questão da conservação da natureza". Onde eles conseguiram se inserir foi aí, como técnicos. Acontece que, por não serem de esquerda, a geração posterior, de esquerda que, às vezes, era até contemporânea deles, mas que começou mais tarde a se preocupar com a questão ambiental, apagou esse grupo da memória dizendo: "bom, o que esses caras fizeram não vale nada porque não são de esquerda". E se não eram de esquerda, então eram de direita *(Joca - 3º geração – historiador - 43 anos).*

Como veremos ao longo deste capítulo, em seus depoimentos Alonso e Joca divergiram sobre inúmeros aspectos no que tange ao nosso "tema quente". Porém, ambos explicitaram, através de suas falas, certas implicações problemáticas dos "rótulos" e "estereótipos" hoje disponíveis. No caso de Alonso, em certo momento solicitei a ele: "queria falasse sobre essa questão do socioambientalismo, conservacionismo e tal, essa história que geralmente se fala muito rapidamente"; ao que meu interlocutor ressaltou a necessidade de perceber que haveria uma "transformação" em curso da qual "estereótipos", por vezes, ajudariam a ocultar:

> o conservacionismo tem uma história antiga, só que é uma história antiga que vem se transformando. Se olhar hoje uma reunião da IUCN, o modo como as pessoas vêem as populações locais é totalmente distinta do que no passado ao nível de recomendações que a IUCN propõe. O conservacionismo tem também seus radicais, tem seus moderados, então tem esse movimento. O que acho importante é você tentar não cair na tentação dos estereótipos, porque aí é um passo para os sectarismos, que é uma coisa muito perigosa. Desde que passei a entrar nesse debate e inclusive falo isso pros meus alunos, em geral a coisa mais fácil é você ser sectário, a coisa mais difícil é ser livre pensador e se dar o direito de avaliar criticamente as coisas. Inclusive, ao nível da produção do pensamento, do conhecimento. Por exemplo,

> na hora que você se diz marxista, conservacionista etc., você tem uma fórmula, tudo se encaixa naquela fórmula, e aí você se relaciona só com quem pensa do mesmo jeito e cria lá seu campo. Acho que o mais difícil é ter uma posição, modéstia à parte, como a que estou tentando ter, que é estar mais livre desses estereótipos e tentando avaliar criticamente as coisas *(Alonso - 2º geração – historiador – 49 anos)*.

Acompanhando Alonso e Joca, Alice criticou o procedimento de, segundo ela, "reduzir a análise à discussão entre preservacionista e socioambientalista ou conservacionista", visto que com isso se "perde o cerne da discussão". Do mesmo modo, quando lhe perguntei genericamente "como é que você se situa nessa discussão sobre áreas protegidas e populações locais?", Alice, além de trazer um exemplo concreto, criticou o uso de "rótulos" ao comentar que "a primeira coisa que faria era acabar com esse rótulo de dizer sou isso ou sou aquilo":

> ao reduzir a análise à discussão entre preservacionista e socioambientalista ou conservacionista se perde o cerne do debate. Recentemente convidei uma pessoa pra participar de um encontro que organizamos e a primeira coisa que ela disse foi: "não tenho nada pra fazer nesse encontro, porque você está advogando o fim dos parques". Falei: "mas em nenhum momento advoguei o fim dos parques (...), você não vai encontrar nada parecido no que já escrevi. Muito pelo contrário, acho que, no caso de áreas protegidas, têm algumas que tem que ser de fato de proteção integral, porque têm um outro tipo de inspiração, de motivação, que não é o mesmo das RESEXs". Ao se pegar imagens de satélite, se vê que se não tivesse aquela área protegida ela já tinha sido invadida, a estrada já tinha passado ali e estamos falando de patrimônio nacional. Acho que a primeira coisa que faria era acabar com esse rótulo de dizer: sou isso ou aquilo. Se me perguntar quem sou nessa discussão diria que sou um profissional que tem toda uma história ligada ao tema que não está baseada só na academia, mas na vida real dos processos que levaram as políticas de proteção à natureza *(Alice - 2º geração - graduação em biologia e psicologia - 52 anos)*.

Se Joca, Alice e Alonso enfatizaram, como disse este último, a necessidade de relativizar "estereótipos" para escapar aos "sectarismos", Ana, por outro lado, alegou que haveria uma tendência atual ("positiva") de "desaparecimento de perspectivas mais radicais":

> acho que o conservacionista, estrito senso, preservacionista, ecocêntrico radical xiita e, o outro na outra ponta, antropocêntrico xiita são figuras que tendem a desaparecer. Isso é benéfico, na verdade, porque teoricamente isso mostra que as partes estão tendo um diálogo que não tinham e isso pode estar caminhando para essas tais tentativas de desenvolvimento sustentável, que eu também sou crítica. Enfim, tem toda uma discussão a respeito do que é isso, mas a gente está caminhando mais pra isso. Não dá pra desvincular mais, têm direitos sociais e históricos adquiridos que têm que ser respeitados e, por outro lado, a nossa base de recursos precisa ser mantida *(Ana - 3º geração - ecóloga humana - 44 anos)*.

Tal como no caso das distinções propostas por Bolívar (entre "proteger parques" e auxiliar "menos favorecidos") e Florêncio (ao mencionar a separação entre "pró-people" e "anti-pleople"), o final deste trecho do depoimento de Ana aponta para outro elemento que tende a tensionar o debate sobre populações locais e áreas protegidas: a necessidade da "nossa base de recursos ser mantida" e o respeito a "direitos sociais e históricos adquiridos". Porém, quanto ao entendimento de Ana sobre "desaparecimento" dos "mais radicais", possibilidade oposta foi aventada por Alice. Assim, se Ana argumentou que "o conservacionista, estrito senso, preservacionista, ecocêntrico radical xiita" e, na outra ponta, "o antropocêntrico xiita são figuras que tendem a desaparecer" e se Alonso chamou a atenção de que haveria uma constante "transformação" no "modo" como "conservacionistas" "vêem as populações locais", Alice ressaltou justamente o contrário, pois para uma "ala" "preservacionista" "não há flexibilidade":

> se me perguntar como funciona com esses interlocutores mais preservacionistas hoje, acho o seguinte: existe uma ala nitidamente preservacionista, sim. Só que essa ala está gradativamente perdendo terreno. (*ela não está se transformando?*) Não, essa ala não vai se transformar. Onde ela for, onde ela atue, em qualquer fórum que ela vá ela vai ter o mesmo discurso. Ela não faz incorporações de outros discursos, ela é muito clara no seu discurso *(Alice - 2º geração - graduação em biologia e psicologia - 52 anos)*.

Referindo-se ao perfil que caracterizaria o CBUC, mas ainda sobre a falta de "flexibilidade" de "uma ala nitidamente preservacionista", Alice em indicou o que, para ela, seria o ponto chave que levaria a esta condição menos flexível:

> há, claro, flexibilidade, mas quando está em jogo o que é proteção, por exemplo, aí não há flexibilidade. Pra eles, área protegida é unidade de proteção integral. O que é de proteção integral é imexível, o resto tudo é possível, mas naquele espaço visto como de proteção integral não tem negociação (...). Então, se você vai pra esse tipo de encontro, vai sabendo que é um encontro que tem um foco preservacionista. Isso não inviabiliza ou não invalida o que esse grupo faz. É um grupo super sério, só que discutir inclusão social é quase que uma subversão pra eles. Porque é um grupo que mantém uma linha preservacionista e não quer abdicar dela. O mundo pode estar desabando dentro de um parque, mas parque é parque e não pode ter gente dentro *(Alice - 2º geração - graduação em biologia e psicologia - 52 anos)*.

A despeito das críticas expressadas por Alice, ao mesmo tempo ela demonstrou grande preocupação ("cuidado") sobre a necessidade de se manter uma conduta pessoal que garanta a permanência do diálogo mesmo no caso desta "linha dura" "estritamente preservacionista":

> talvez uma das questões importantes de serem discutidas é o seguinte: pesquisador que vai trabalhar com área protegida só tem um jeito de trabalhar: precisa entender que vai trabalhar com egos e que precisa construir uma postura de negociação em qualquer esfera que vá. Por exemplo, se chego numa reunião com o pessoal da linha dura do elo preservacionista do Ibama e companhia limitada, não vou avançar se não mostrar pra ele que estou disponível pra escutar o que tem a me dizer. Sempre trabalho muito com a idéia dos espaços de resistência. Tem certos espaços que não são negociáveis, mas tem alguns canais de resistência e é através deles que você pode atuar. Eventualmente, vai ter alguma coisa que eu concorde com ele. Minha tática foi sempre procurar trabalhar com esses canais, porque bater de frente a coisa não vai funcionar. Experiências desse tipo aparecem sempre por aí. Quando você trabalha num projeto com o Banco Mundial, por exemplo, está lidando com interesses extremamente elevados e você sabe que a discussão política está no nível estratégico. Então, uma das coisas mais cuidadosas que tem que ter é sua postura diante de qualquer situação *(Alice - 2º geração - graduação em biologia e psicologia - 52 anos)*.

A despeito da referência à necessidade de se manter uma conduta pessoal "tática" e "cuidadosa" - no sentido de "construir uma postura de negociação" -, Alice não se restringiu a constatar e indicar potenciais benefícios de estar "disponível pra escutar" o que outro teria a dizer. De fato, quando falávamos sobre sua atuação no processo de elaboração do SNUC – quando alegou ter participado de "muitas reuniões de projeto em Brasília" –, Alice explicitou e descreveu como este procedimento ("tático" e "estratégico" de "como lidar com isso") foi posto em prática. Assim, ao questioná-la sobre "como eram essas reuniões?", lembrou que

> eram muito engraçadas. Na época [início dos anos 1990] (...) toda política ambiental brasileira no que se referia às áreas protegidas era estritamente preservacionista. Não existia esse debate sobre conflitos sociais (...). As posições dos órgãos governamentais eram estritamente preservacionistas (...). Chegou uma hora que já sabia como é que funcionavam as reuniões (...). Ela se divida em três fases. Na primeira as pessoas estavam com suas frustrações reprimidas e falam todas as frustrações delas. A segunda fase é quando falavam como são as melhores de todas, como fazem e acontecem; é a fase do ego. É só na terceira parte da reunião que a gente falava no tema dela. Todo mundo ri quando falo isso, mas quando se lida com os egos das pessoas, você precisa saber como lidar com isso e acabei incorporando aquilo como se fosse algo que fazia parte das reuniões. De já saber que tem um momento da reunião que é do ego e

> nesse momento não adianta, você precisa escutar. Então, me preparava pra saber que ia ter momento da frustração, momento do ego e momento em que as coisas são discutidas. Você tem que estar aberto pra perceber as sutilezas das relações humanas e lidar com isso criando espaços de resistência. Se vou conversar com uma pessoa, seja um preservacionista ou diretor de reserva extrativista, se ela tem um ego grande, se sente uma ameaça no que você está representando, ela vai fechar as portas pra qualquer diálogo; e fecha rápido *(Alice - 2º geração - graduação em biologia e psicologia - 52 anos)*.

Como se pode notar neste primeiro tópico, foi diversificado tanto o tipo de uso como as avaliações dos entrevistados sobre categorias hoje adotadas para qualificar pessoas envolvidas com nosso "tema quente". Vejamos agora outro "ponto quente" que suscita fortes divergências.

6.2 Ideologização e politização das pesquisas sobre populações locais e áreas protegidas

Já nas primeiras entrevistas percebi que a questão da "politização", "ideologização" (ou outro nome que se queira dar a esta característica) das pesquisas sobre áreas protegidas e populações locais parecia ser algo importante para as pessoas com quem conversava. Contudo, apesar da discussão sobre as interfaces entre ciência e política na atuação de pesquisadores ser recorrente, até certa altura do trabalho *no* campo discuti este ponto apenas quando mencionado por eles. Só que, tendo em vista sua ressurgência e relevância para as pessoas com quem falava, a partir de um certo momento (lá pela oitava ou nona entrevista) decidi transformar essa questão em um tópico específico para debate, ou seja, passei a incluí-lo no roteiro que me servia de apoio nas entrevistas. Como conseqüência, tocar nesse ponto se tornou uma prática, senão obrigatória, latente, o que quer dizer que já vinha com uma questão geral na cabeça relacionada a este potencial "ponto de pauta", digamos assim. E, como veremos a seguir, questões como interferências ideológicas, posicionamentos políticos, engajamentos ou compromissos pré-estabelecidos por pesquisadores despertou reações bem diferenciadas.

Assim, quando me encontrei com Ana comentei que "uma crítica que tenho ouvido - mas que pode ser vista como algo [não necessariamente negativo] -, dentro dessa discussão no campo científico, é o fato de que esse debate sobre áreas protegidas e populações locais estaria sendo conduzido de maneira ideologizada, politizando a produção do conhecimento científico. Gostaria que você falasse um pouco sobre isso", ao que minha interlocutora alegou que hoje

> tem uma tendência da gente caminhar para um ponto central, vamos dizer assim, um meio do caminho. Por um bom tempo, esse posicionamento, essa discussão ideologizada e as pessoas assumindo posições... deixa ver como vou colocar isso. A ideologização dessa discussão atendeu a interesses de pessoas, do governo, da academia que participavam do debate. Claro, não falo das populações tradicionais, mais uma vez marginalizadas na questão, mas atendeu a interesses pessoais de carreira ou, enfim, de poder político dentro da instituição, de ganhar cargos de chefia ou sei lá o que. Então, atendeu a certos interesses, não acho que é só isso, mas acho que houve isso também. Mas, depois do SNUC, falando da academia (...), acho que a gente tende a caminhar pra um posicionamento mais central, uma tentativa de solucionar, de ponderar os dois lados e buscar soluções conjuntas, acho que por isso a ideologização está se esvaziando.

A despeito da alegação de Ana de que a "ideologização" dentro da academia estaria se "esvaziando", outros pesquisadores expressaram pontos de vista distintos desta possibilidade.

De fato, muitos enfatizaram justamente o fato de que aspectos "ideológicos" estariam por trás do debate sobre áreas protegidas e populações locais. Ademais, muitas se referiram às intersecções e implicações de, ao mesmo tempo, se fazer e produzir pesquisa e, igualmente, se ter atuação política mais ampla e explícita fora do âmbito acadêmico mais estrito. Arminda, por exemplo, reconheceu que a "tensão entre biólogos e cientistas sociais", além de outros fatores ("visão de mundo", "compreensão da terminologia da conservação", "lutas por significados"), viria de "uma polaridade que é ideológica". Acompanhando o pensamento desta antropóloga, Nicolau (o qual possui visão bem distinta desta) declarou que o próprio debate entre cientistas (fossem eles "socioambientalistas ou ambientalistas") teriam "virado um tema político".

Já Licurgo, em determinado momento, ressaltou explicitamente que "a discussão [sobre biodiversidade e populações locais] foge da racionalidade quando a gente impregna ela com um monte de utopia, mais um tanto de mito, mais um tanto de ideologia e aí vira um desastre porque você não consegue nem ter uma argumentação lógica pro confronto". Da mesma forma, se referindo ao potencial degradador da espécie humana, este engenheiro florestal alegou que "qualquer estudo antropológico isento de uma ideologia, mais de direita ou de esquerda, que tente explicar vai chegar à conclusão (...) de que é intrínseco a nossa espécie degradar o meio ambiente". Mais à frente, trarei o contexto mais amplo em que estas duas afirmações foram feitas, bem como as reações de outros pesquisadores quando lhes apresentei esta possibilidade. Mas, por agora, fiquemos com este outro trecho do depoimento de Licurgo em que este fala especificamente sobre a discussão envolvendo populações tradicionais, quando argumentou que ele próprio não estaria "sendo ideológico": "o que eu quero te dizer é que não adianta discutir essa coisa da comunidade tradicional, do pequeno, porque ela é ideológica. E ela escapa de uma situação que é global. Eu sou antiglobalização e tenho 'n' motivos pra ser contra. O primeiro é que a Amazônia e o Cerrado estão desaparecendo tudo por conta desse processo de globalização. Então eu sou ideológico? Não, eu não sou".

Como sugeri no início do tópico, se o termo "ideologia" e derivações foram recorrentes nos depoimentos que recolhi, a avaliação dos entrevistados sobre a interferência deste fator ideológico no trabalho científico foi bem diferente. Quando comentei com Bento que tinha percebido "dois discursos, um criticando uma espécie de ideologização do debate no campo científico sobre áreas protegidas e outro que vê nessa politização algo até mesmo positivo", indaguei a este antropólogo: "como que você vê isso?", ao que, de início, ele reconheceu:

> não tem jeito, acharmos que coisas ideológicas estão erradas significa achar que existe um mundo positivo. Então, se você adotar uma versão positiva acerca do movimento social, aí acho que você está reforçando uma ideologia. Agora, se você não achar que existe esse mundo positivo a ser desmembrado numa postura correta, numa abordagem adequada, tudo é ideologia. Não vejo nenhum problema em ver que há uma ideologia nessa discussão sobre espaços naturais protegidos. O problema é exatamente que ela não se apresenta exatamente assim. Formalmente, se apresenta como uma coisa positiva no sentido de

> que há um modo correto de tratar recursos naturais, áreas protegidas e grupos sociais (...). Agora, não se assume que isso é uma ideologia, não se assume que se pensa que este é o caminho certo e que qualquer coisa contra isso está errada *(Bento – 3º geração – antropólogo - 54 anos)*.

Embora adotando ênfase diferente da que foi proposta por Bento, outra fala que poderia ser lida como contraponto à crítica de Licurgo quanto às influências "ideológicas" que estariam contaminando o debate sobre biodiversidade e populações locais pode ser extraída do depoimento de Horácio, o qual inverteu as críticas feitas por seu colega:

> é claro que eles ideologizam as coisas dizendo que sou antropólogo e que não sou biólogo. Mas agora a função de colocar ideologia na discussão seria minha? Isso é uma desculpa. Mas se for fazer uma análise objetiva das coisas, o mundo é o contrário do que afirmam. No fundo, é eles que acabam ideologizando a ciência (...). E ao entrarmos no site dessas grandes ONGs internacionais, como WWF, CI, TNC, vemos a associação entre conselheiros dessas instituições formando um conselho do qual participam executivos de grandes corporações americanas. Seus sócios são a Shell e outras multinacionais que são as empresas que realmente poluem esse mundo. Paradoxalmente, as mesmas que destroem ajudam a preservar. Qual a coragem de um pesquisador de uma ONG dessas de se contrapor ao interesse dessas corporações quando vemos que são financiados por elas? Esse é um problema ético que os conservacionistas não se colocam aparentemente. Então, existem muitas ligações que são perigosas, porque impedem a liberdade que você tem de olhar a realidade. Eu acho que isso é ideologia *(Horácio - 1º geração - antropólogo – 64 anos)*.

Depois destes comentários, insisti com Horácio: "mas há uma outra leitura crítica sobre essa ideologização do debate que afirma que assim se estaria criando vieses interpretativos, o que seria negativo, como é que você vê essa crítica?", ao que meu interlocutor respondeu:

> acho que a ciência é uma instituição também, a construção do saber não se dá no vazio, se dá num contexto cultural. A crítica da ideologização do debate vem exatamente de uma ciumeira acadêmica, porque o debate acabou projetando pessoas fora da academia e isso é visto, por algumas pessoas que muitas vezes não tem capacidade de sair da própria academia, como uma falta de respeito para com, entre aspas, a objetividade. Mas acho que não. Quem vê os livros que estão sendo publicados vê que a gente tem uma grande seriedade com o tratamento de conceitos, com pesquisa de campo, que até hoje faço. Então senti de imediato que se nós não fizéssemos isso, um trabalho sério, estando numa universidade tão conservadora (...), seríamos crucificados *(Horácio - 1º geração - antropólogo – 64 anos)*.

É provável que a referência de Horácio a "seriedade com o tratamento dos conceitos" não seja fortuita, visto que foi recorrente pesquisadores colocarem em suspensão ou em xeque o próprio status científico ou valor, em termos de cientificidade, do trabalho realizado por alguns de seus colegas. Este parece ser o caso do depoimento de Nicolau:

> tem toda essa linha de pensamento socioambiental que é de esquerda versus a outra linha que não é de direita, necessariamente, mas que é de centro e de direita. Mas é categórico, são visões diferentes de mundo. Só que a visão dos socioambientalistas está baseada em um erro conceitualmente sério, um erro científico. De um lado, se aplica ciência e, do outro lado, se aplica à utopia das boas relações da sociedade com a natureza e toda essa história de desenvolvimento sustentável *(Nicolau - 1º geração – agrônomo, engenheiro florestal e entomologista - 67 anos)*.

Mas se para Nicolau a atuação dos "socioambientalistas" estaria, segundo ele, "baseada num erro científico", visto que, ao invés de se "aplicar ciência", se aplicaria "utopia" e, para Horácio, existiria "um problema ético que os conservacionistas não se colocam aparentemente" ligado à atuação de pesquisadores de certas ONGs, as divergências entre ambos não pararam por aí. A começar pelo fato de que, se, para este último "a verdade é que a influência dos

preservacionistas no coração do governo ainda é forte", para o primeiro "em cargos importantes não tem ninguém que não seja 100% do pensamento socioambiental".

Contudo, ambos se aproximam quando Nicolau, referindo-se às visões "ambientalista" e "socioambientalista", reconheceu, como Toríbio (que chamou a atenção para o "choque entre as duas tendências"), que tal divisão refletiria "visões de mundo diferentes" (mesma expressão usada por Arminda). Embora Nicolau não tenha se referido, neste momento, diretamente a aspectos ideológicos (pois isso ocorreu em outras partes de sua entrevista), alegar que haveria "um erro científico" e aplicação de "utopia" tem íntima relação com a crítica à ideologização das pesquisas sobre áreas protegidas e populações locais. Afinal, este procedimento funciona como argumento acusatório em relação ao trabalho executado por pesquisadores.

Mais adiante, além de Nicolau lamentar que, no passado, "não havia o tipo de conflito ideológico que tem hoje", este último foi mais longe em sua reflexão sobre este aspecto específico ao mencionar a necessidade de se procurar "ser mais imparcial". Ainda que tenha reconhecido que "não existe nenhum trabalho acadêmico, nem científico que não tenha uma dose de politização, isso é inevitável", Nicolau ponderou em seguida:

> quanto mais acadêmico se pretenda ser, mais imparcial politicamente se deve ser, ou seja, o pesquisador pode ter uma opinião política, mas se os resultados estão demonstrando que sua opinião não é valida, ele tem que aceitar. Só que isso não ocorre com freqüência. Agora, em termos gerais, como professor que fui durante 30 anos, acho que a política não deveria influenciar em nada o resultado da pesquisa, os resultados técnicos, digamos. A interpretação pode virar política, na hora de fazer a discussão você pode interpretar e dizer: "bom, isso não é o que pensava porque blá, blá, blá". Mas fato é fato, o fato não pode ser distorcido *(Nicolau - 1º geração – agrônomo, engenheiro florestal e entomologista - 67 anos)*.

Visão semelhante à de Nicolau foi novamente expressa por Licurgo. Em determinado momento de nosso encontro, se referindo aos critérios que deveriam nortear a criação de UCs, enfatizou a necessidade de "utilizar mais a ciência de verdade" (o que sugere, por inferência, a existência de um tipo de ciência que não seria "verdadeira") neste tipo de estratégia ambiental:

> a verdade é que precisamos usar mais a ciência de verdade para tomar as decisões. Enquanto a tomada de decisões se fizer em bases puramente de interesse imediato, interesse político, social, religioso, econômico ou orientação puramente ideológica, o risco de tomar decisões erradas é muito maior. A gente deve impregnar e puxar o máximo possível de razão científica pra tomada de decisão. Isso significa dizer que em algumas circunstâncias temos que discutir unidades de conservação primeiro quanto aos objetivos delas e, a partir disso, definir a categoria *(Licurgo - 2º geração - engenheiro florestal - 52 anos)*.

Leonor foi outra pesquisadora que trouxe, em seu depoimento, uma visão contrária à sustentada por Licurgo e, também por Nicolau (especialmente no que tange a idéia do primeiro de que "o fato é fato" e "não pode ser distorcido" e a necessidade defendida pelo segundo de que seria preciso "impregnar" maior "razão científica"). De fato, a fala desta última, se comparada às de Nicolau e Licurgo, traz à tona diferenças que podem estar por trás de desentendimentos entre pesquisadores. Ao lhe perguntar sobre como via a acusação de que

haveria uma interferência ideológica nos trabalhos de muitos cientistas que trabalham com áreas protegidas, esta antropóloga elaborou a seguinte reflexão:

> essa ideologização está presente não só quando você defende os movimentos ou os sujeitos, a ideologia existe nos dois lados. Quando vou numa audiência pública e encontro um colega de universidade federal falando que as veredas não estão secando no norte de Minas por causa das monoculturas de eucalipto, mas por causa do El Nino ou do efeito estufa, essa afirmação não é mais científica do que a afirmação que faço de que as veredas secam porque os moradores me contaram, mostrando fotos inclusive, que antes tinha água ali e que, depois do eucalipto, não tem mais. Considero as experiências desses sujeitos, considero o relato deles dizendo: "aqui eu pescava, aqui passava o rio, mas hoje não pesco mais porque não tem mais rio". A experiência da realidade também é um fato social legítimo e inquestionável. O testemunho de vida desse agricultor dizendo que aquilo ali está ocorrendo é tão legítimo quanto uma medição científica do solo feita por um cientista. Se tenho pessoas que lembram bem que a água começou a secar depois que chegou o eucalipto, isso é um fato que deve ser considerado. E aí chega um colega meu e fala: "não, não, isso é uma crendice popular, isso é uma crendice popular, porque se tem secamento ali é por causa do El Niño". Aí ele apresenta seus gráficos e estatísticas. O argumento dele não é menos ideológico do que o meu e nem mais científico *(Leonor – 3º geração – antropóloga - 46 anos)*.

Seguindo com seu exemplo relacionado ao secamento das veredas no norte de Minas Gerais, além de trazer este exemplo para reforçar seu ponto de vista, Leonor enfatizou algumas diferenças "epistemológicas" que estariam por trás do trabalho acadêmico de determinados cientistas envolvidos com a relação entre áreas protegidas e populações locais:

> o que temos é outra abordagem, outra perspectiva, outro procedimento científico e outro alinhamento ideológico diferente do meu. Um alinhamento ideológico que reflete uma visão sobre desenvolvimento e que se alinha com interesses de empresas. Então ele tem outra perspectiva científica, intelectual orientada por um posicionamento ideológico. Por isso não me sinto constrangida e nem mais ou menos ideológica em dizer que meu ponto de vista parte da experiência local, dos relatos, das lembranças, das memórias das pessoas do local. Isso é um fato, um dado que não pode ser desacreditado como crendice. Porque isso é preconceito, é desqualificar saberes locais que não são saberes acadêmicos. Parto do princípio de que existem vários saberes na nossa sociedade e que meu saber disciplinado e acadêmico é um deles. Isso não é uma visão só ideológica, é também uma visão epistemológica. Tão epistemológica quanto aqueles cientistas que partem do princípio de que se tem que apresentar números, tabelas, dados estatísticos. São escolhas epistemológicas, ambas científicas *(Leonor – 3º geração – antropóloga - 46 anos)*.

Aurora talvez seja uma pesquisadora próxima deste último perfil descrito por Leonor - ou seja, "aqueles pesquisadores que partem do princípio de que você tem que apresentar números, tabelas, dados estatísticos". No caso desta engenheira florestal, quando discutia com ela as implicações do uso de recursos naturais por populações locais, esta alegou que "existem poucos dados científicos que dizem que as pessoas que vivem próximas das áreas protegidas não causam dano ambiental"[272]. Perguntei-lhe então como ela via a "politização das pesquisas envolvendo essa questão", ao que Aurora inicialmente alegou não perceber este aspecto em trabalhos executados dentro das ciências naturais:

> não consigo ver nas ciências naturais essa politização nas pesquisas, existem mais problemas de metodologia e de aplicação de técnicas. Aí também isso tem relação com a seriedade do profissional. Acho que depende de quem está fazendo a pesquisa. Claro que quando falo de pesquisa, isso exige um padrão que é o padrão técnico-científico, que eventualmente posso questionar, inclusive, a metodologia usada. Em todo caso, não vejo essa politização *(Aurora - 3º geração - engenheira florestal - 38 anos)*.

[272] Mais à frente, abordarei esta questão através deste e de outros depoimentos.

Contudo, quando mencionei o fato de que "se diz bastante que haveria uma contaminação do debate público mais amplo na área científica, porque várias pessoas que discutem políticas de conservação são também cientistas", Aurora então passou a criticar que, neste caso, haveria uma falta de cientificidade, só que relacionada às discussões envolvendo especificamente a criação de áreas protegidas:

> nessa discussão política não vejo mais nada que seja científico. O que existe hoje é um discurso demagógico-participativo. Junto várias pessoas, elenco instituições pra dizer que elas estão representadas e fico num blá, blá, blá que não leva a nada, não leva absolutamente a nenhum resultado satisfatório. Porque se essa discussão fosse científica, chegava alguém e me mostrava planilhas com estatísticas, nem isso a gente tem hoje nessa discussão. Aí, o que acontece hoje? Se reúne algumas pessoas, cada um tem o momento da sua fala e fala: "sugiro que se faça isso e isso". Mas, meu amigo, isso é o teu interesse pessoal, não é assim que funciona. Cada um expõe seus interesses, isso pode ser bacana, mas não posso defender só meu interesse. Se estou discutindo unidade de conservação tenho que defender o interesse da unidade de conservação. Não posso dizer: "é o seguinte: sugiro que os limites da unidade não sejam até aqui no meio desse rio" - que é o que é metodologicamente científico - "porque o pai do fulano tem uma terra aqui; então, sugiro que seja colocado mais pra cá". Meu amigo, aí me desculpe, mas não tenho mais nada pra discutir com você *(Aurora - 3ª geração - engenheira florestal - 38 anos)*.

Um trecho do depoimento de Bento teve relação direta com a afirmação: "se estamos discutindo unidade de conservação eu tenho que defender o interesse da unidade de conservação". Quando fui conversar com este antropólogo, comentei com ele que haveria "uma crítica, principalmente do pessoal das ciências naturais (...) e daqueles que buscam por aquela coisa da isenção em toda essa discussão, a essas posturas que tomam partido, (...), uma crítica ao antropólogo tomando partido dos interesses dos sujeitos que ele estuda". A reação (imediata) de Bento a esta provocação foi devolver minha pergunta indagando: "e os cientistas da conservação tomam partido do quê? Eles tomam partido dos ecossistemas ou dos recursos que tem lá. A Conservation International, em Abrolhos, defende o Parcel de Abrolhos (...)". Em seguida, Bento trouxe, tal como Leonor, um exemplo envolvendo um caso específico de coleta de evidências (ou, se usarmos os termos de Aurora e Nicolau, respectivamente, de "estatísticas" e "fatos" científicos) para reforçar seu ponto de vista:

> como há interconectividade, você escolhe limitar algumas coisas e não outras. Faz uma área protegida, um estudo de distribuição de espécies. Bom, lá [em Abrolhos] queriam parar a pesca do badejo porque uma vez por ano, baseado num modelo, um cara do Rio de Janeiro mergulha e faz um censo visual. Aí chegou à conclusão, mergulhando de 2001 a 2004, que tinha um número x de badejos. Em 2005 caiu esse número. Então queria que em 2005 se parasse a pesca. Quer dizer, não passa pela cabeça dele, do ponto de vista metodológico, que naquele dia que ele mergulhou, naquela hora os badejos não estivessem a fim de passar por ali e passaram todos pelas costas dele. Então a idéia da metodologia assume um papel tão central na produção acadêmica que não se percebe que também é ideologia. Claro, não quero dizer que ele deixe de acreditar no seu trabalho, só entenda que é tão ideológico quanto o meu, tão pautado em opiniões, em afetos quanto o meu. Dizer que é objetivo, ah! Mas não falaram que na mesma época os caranguejos e os corais estavam morrendo? E não parece razoável que tenha menos peixe num coral que está morrendo? E daí o problema da falta de peixe não seria porque o pescador está pescando, mas porque o coral está morrendo? Ora, se o coral está morrendo, vamos discutir como morre o coral e não tirar o pescador de cima. O problema está ligado à visão da ciência (...) que nasce no século XVI. A idéia do laboratório onde se constrói um experimento visando previsibilidade. A idéia do senso visual de um cara embaixo da água contando peixes, porque que ele é acadêmico, assume estatuto de verdade. Se assume que o peixe está diminuindo porque tem um cara mergulhando debaixo d'água contando peixe. Se isso não é a mais pura crença, a mais pura ideologia, não sei o que é ideologia. Não vejo nenhuma

> diferença de ir numa igreja. Porque aí os caras se sentem bem contando peixe, isso lhes dá segurança. Agora, não significa que todas as estratégias de conservação estão erradas. São os termos do debate que são complicados de lidar *(Bento – 3º geração – antropólogo - 54 anos)*.

Já Bolívar, em contraponto a Bento, trouxe à tona aquelas diferenças "epistemológicas" de que falava Leonor quando alegou: "o problema maior de cientista social que vejo é o seguinte: como não trabalham com ciência no sentido de quantificar em termos estatísticos, aqui tem uma hipótese nula ou alternativa e você testa isso, pra gente fica muito difícil de discutir. Se provo que áreas que tem gente têm uma diversidade menor, vou provar isso com um monte de réplicas e estatísticas". Apesar de reconhecer que "o homem é um animal político" e, por isso, haveria a necessidade do pesquisador "entrar na política", enfatizou, de forma semelhante à alegação de Nicolau de que "fato é fato, o fato não pode ser distorcido", a importância de se considerar os "dados" produzidos através da pesquisa científica: "sei que certo ou errado não existe, mas acho que a ciência é a única que pode mostrar esse caminho. É. Só que o homem é um animal político, né! E se a gente não entra na política, como que a gente pode mudar? É uma coisa dúbia, o cientista quer ser o mais idôneo possível. Mas se levantei dados que mostram que as populações têm impacto, isso não pode ser alterado".

Sobre a visão expressa por Bolívar, os argumentos trazidos por Juvenal ilustram as diferenças de ênfase que cercam o modo como pesquisadores vêem o trabalho científico:

> precisamos fortalecer um pensamento diferente, mais sistêmico. É preciso treinar pesquisadores para que pensem nas relações, nas ligações entre vários elementos. É preciso uma ciência mais interdisciplinar e, claro, outra cultura de pesquisador, um pesquisador não pode simplesmente falar: "olha, pesquisei aquele fator" e concluir "isto é o melhor a fazer". Precisamos modificar essa ciência baseada em um pensamento linear e positivista. O pesquisador fica preso no detalhe, pesquisa 10 anos uma determinada coisa e assim fica preso no seu próprio campo. Tem muito abuso no caso do uso dos dados e das pesquisas científicas feita pelos próprios cientistas para defender uma política *(Juvenal - 3º geração – geógrafo - 44 anos)*.

No caso do depoimento de Amaral - como Licurgo (que entendeu não haver "trabalho científico que não tenha uma dose de politização") e Bolívar (que lembrou que "o homem é um ser político") -, este revelou a certa altura: "aprendi que o homem é um ser político". Contudo, também enfatizou a necessidade de que "decisões" "precisam estar baseadas em dados":

> a única coisa que chamo a atenção em relação às decisões políticas envolvendo a área de conservação é que não podem ter como base apenas as questões políticas. No mundo inteiro a gente está vendo agora cientistas opinando porque o pessoal percebeu que tem que estar junto no palco das decisões. Agora, decisões nesse nível precisam estar baseadas em dados, em conhecimento técnico-científico. O cientista tem obrigação, responsabilidade, em qualquer coisa que falar, de estar amparado em dados pra garantir o que está falando, senão vai falar besteira, no mínimo. Qualquer decisão que envolva coisas que podem ter conseqüências complicadíssimas, antes de tomar essa decisão, que tem que ter o lado político, social, econômico, tem que ter necessariamente a decisão técnico-científica. É ela quem var dizer: não pode ser tomada tal medida porque se não for assim vai ter conseqüências indesejadas. Se realmente a gente está aqui pra levar a conservação a sério, deveria ser assim *(Amaral - 2º geração – limnólogo)*.

Outro pesquisador que trouxe um "exemplo" para ilustrar seu depoimento foi Pedro. Comentando com este primatólogo que, sendo ele "um exemplo desse pesquisador que sai da

academia e cria redes fora dela", perguntei-lhe como ele via a crítica ao fato de que a "discussão científica sobre áreas protegidas seria muito ideologizada":

> muitas vezes quero me ver fora da academia, porque em certos momentos a política por trás é tão forte que tira a capacidade de realização de pesquisas e de outras coisas mais voltadas pra ação mesmo. Um exemplo, a Capes nos autorizou a montar um programa de pós-graduação em ecologia (...). Por conta disso fui convidado a participar de um workshop da Capes (...). É aí que a gente vê o mundo acadêmico em ação. É uma coisa horrível, porque a discussão é política, tem uma discussão forte entre esquerda e direita por trás, que acho absolutamente ridículo. O mundo está se acabando e ficamos levando a discussão política pra todos os níveis. Não que ache que não se tem que ter um posicionamento político, mas não nessa hora. As coisas têm um limite. Mesmo que você possa ter uma posição política isso não deve atrapalhar o teu trabalho de pesquisa *(Pedro - 2º geração – primatólogo - 60 anos)*.

Mas não foram apenas cientistas naturais que enfatizaram a necessidade de haver uma separação entre trabalho de pesquisa e atuação política fora do ambiente acadêmico. No final de nossa conversa, perguntei a Francisco: "há aqueles que apontam, de uma maneira crítica, que estaria havendo uma ideologização demasiada no caso das pesquisas relacionadas com a questão das áreas protegidas e populações locais; como você vê o pesquisador nessa interconexão entre a ciência e a política?", ao que este cientista social respondeu:

> minha experiência norte-americana me diz o seguinte: as universidades daqui são muito fechadas em si mesmas, principalmente as públicas. Parece que foram criadas para se auto-servirem. Quando finalmente ela bota a cabeça pra fora da torre de marfim acadêmica (que às vezes nem é torre, nem é de marfim), recai em dois vícios. Um é o paternalismo e o outro a sobrepolitização ou ideologização, que diria que é uma ideologização equivocada (...). Sobretudo gente da minha geração, sou cinqüentão, ficou muito marcada por coisas como solidariedade, utopia. Persiste forte confusão para essas pessoas entre atuação profissional e atuação política. Como morei em país desenvolvido, onde coisas como individualismo e democracia estão consolidadas, consigo, no meu trabalho de cientista, ser política e partidariamente, mas não eticamente, indiferente. Sei que, na hora que não quiser mais ser professor universitário, posso exercer minha cidadania de um modo muito mais digno do que quando era jovem (...). E nesse ambiente o pesquisador, para ser cidadão, não precisa ideologizar seu trabalho. No outro espaço, acho que pode exercer a cidadania dele e jogar toda a carga valorativa, axiológica, vertical e manter ao mesmo tempo a serenidade que ele deve manter como pesquisador, como cientista e como servidor público, no caso de universidade pública. Ele não precisa realizar seu trabalho necessariamente ideologizando o trabalho técnico *(Francisco – 2º geração - cientista social, especialista em ciências ambientais - 59 anos)*.

Um contraponto a visão expressa por Francisco (sobretudo, no que e refere à "confusão entre a atuação profissional e a atuação política" e à alusão ao fato de que o "trabalho de cientista" poderia "ser politicamente indiferente") surgiu nas entrevistas novamente através do depoimento de Leonor. No final de nosso encontro perguntei a ela: "uma questão que volta e meia surge durante as entrevistas é essa questão que envolve a participação do pesquisador, seu comprometimento ou, ao contrário, a necessidade de manter uma isenção, como você vê essa relação entre pesquisador e seus objetos de pesquisa?":

> na nossa área de ciências humanas e ciências sociais os nossos objetos são sujeitos, antes de tudo, assim como somos sujeitos também, não é? Então, essa questão da neutralidade, da isenção é uma questão já passada, no meu entendimento. O que existe hoje é, digamos, a defesa de certo trabalho visando garantir legitimidade a ele alegando o não comprometimento ou a não defesa deste ou daquele ponto de vista. Isso é, enfim, uma questão que não me preocupa, que não me move, acho que essa é uma não-questão. Porque é evidente que todos nós pesquisadores estamos nos posicionando, o nosso interesse por um objeto de estudo já é um interesse que tem um duplo sentido por trás. Já temos ali uma vontade, um desejo, uma identidade, um alinhamento em relação àqueles sujeitos. Por que não fui pesquisar o papel dos barrajeiros

> ou das mineradoras? Porque não me identifico com mineradoras e barrajeiros. Minha identidade vem da minha história mesmo, a qual se identifica com os atingidos por barragens, com índios, com populações tradicionais e não com quem constrói barragem.

Em seguida, Leonor passou a relatar seu papel ativo e seu envolvimento como assessora de movimentos sociais, sendo que, neste caso, alegou não ter

> o menor constrangimento de assumir meu papel de assessoria aos movimentos de atingidos por barragem. Faço assessoria, vou às audiências públicas e não me furto de denunciar situações de violência, de dominação etc. Agora, não falo por eles, porque tenho muito claramente meu papel de pesquisadora do assunto, só que é um papel de pesquisadora localizada, posicionada, sobretudo. Ser pesquisadora num país como o Brasil, com enormes e históricos problemas de desigualdade, não é possível não se colocar ou não se sensibilizar ao lado desses segmentos que historicamente vem sendo vilipendiados, ocultados, usurpados, invisibilizados, silenciados, excluídos, enfim. Então, não tenho o menor constrangimento de me posicionar. Faço pesquisa, tenho consciência do meu papel como pesquisadora, sou uma trabalhadora no meu ofício e faço isso com muita seriedade, mas também com paixão pelo o que estudo, pelos sujeitos. Porque a questão da empatia ou a adesão a determinadas causas está relacionada com o pensar academicamente. Pra mim, não consigo pensar intelectualmente sem estar apaixonada, envolvida, em todos os sentidos, com os sujeitos do meu trabalho *(Leonor – 3º geração – antropóloga - 46 anos)*.

Mas Leonor não esteve sozinha tanto no que se refere ao "não constrangimento de assumir" e de "se colocar ao lado" daqueles com os quais o pesquisador se "identifica" como no que tange a sua afirmação de que a questão "da isenção é uma questão já passada". Anita e Bibiana, por exemplo, foram duas pesquisadoras que reforçaram em seus depoimentos a posição sustentada por esta antropóloga. No caso de Anita, quando me contava sobre seu envolvimento em um projeto de dinamização do turismo na Ilha Grande (local repleto de diferentes UCs cujos planos de manejo e a legislação vigente, por sua vez, comprometem bastante o tipo de uso dos recursos naturais pelos "nativos", termo usado pela população local), reconheceu em determinado momento: "é claro que eu dou palpite, eu acho que um pesquisador não tem como ele não estar envolvido, não tem como ele almejar neutralidade, isso a gente das ciências sociais já desistiu de pensar isso há muito tempo. Então, se alguém fizer uma reunião lá [na Ilha Grande] e perguntar o que eu acho, eu vou dizer, eu vou dizer o que eu acho como pessoa" *(Anita - 2º geração – antropóloga - 59 anos)*.

Já quando conversei com Bibiana, lhe fiz uma provocação parecida com a que propus a Bento. Perguntando a esta pesquisadora o que achava das críticas ao engajamento dos cientistas com as pessoas com as quais eles eventualmente possam estar trabalhando, Bibiana respondeu:

> um pesquisador não perde o seu rigor se fizer seu trabalho com a população local visando lutar pra ver o encontro entre o saber local e o saber científico. Porque este tipo de pesquisa trazem resultados que se aproximam mais da realidade, da relação da população com técnicos, com as idéias políticas e a natureza (...). Nós somos atores da mudança. Aliás, devemos ser atores da mudança e há na universidade brasileira - e tenho percorrido esse Brasil afora -, preconceitos incríveis sobre a pesquisa que fizemos. Mas quando uma pesquisa é finalizada, ela tem uma direção e a direção sou eu e meu motivo. Tenho uma posição de cidadão e vou ao encontro dessa problemática pra expressar meu papel de pesquisador cidadão. (...). Acho que existem duas condições pra, digamos, podermos nos transformar em um pesquisador cidadão. Primeiro, fazer muito trabalho de campo, conviver e conviver. Mas não é ir lá fazer enquete e voltar pra universidade e pra sua casa, isso não é conviver. Segundo, não só conviver, mas mostrar pras pessoas com quem a gente trabalha qual a nossa preocupação, quem somos nós, o que estamos querendo pra que,

> daí então, eles possam expressar suas próprias preocupações. Juntar os objetivos é fundamental *(Bibiana - 1º geração - graduação em ciências sociais e história natural - 65 anos)*.

Vimos que, para Leonor, "nas ciências humanas" a "questão da isenção é uma questão já passada", segundo ela, "uma não-questão". Da mesma forma, Anita comentou que, no caso de um pesquisador pretender "almejar neutralidade, isso a gente das ciências sociais já desistiu de pensar isso há muito tempo". Contudo, se tomarmos a visão expressada por Francisco e, a seguir, o depoimento de Rosa como indicativo, teria sido interessante saber a posição tanto deste historiador como desta socióloga sobre observações destas duas antropólogas. Especificamente no caso de Rosa, lhe propus a seguinte questão para debatermos: "queria falar um pouco sobre o trabalho acadêmico. Há uma crítica forte de alguns pesquisadores de que o debate científico e as próprias pesquisas sobre áreas protegidas estaria muito ideologizado. Aí viraria, por exemplo, aquela coisa de você querer provar que populações tradicionais preservam os recursos naturais ou, ao contrário, que elas destroem". A partir desta minha provocação inicial, Rosa reconheceu:

> acontece sim e de certa forma vivenciei e foi um problema no meu doutorado lidar com isso. Porque a politização te leva a falta de objetividade da análise. E isso é extremamente grave, porque aí você chega a conclusões evidentemente parciais, você chega a conclusões de forma valorativa do tipo: populações tradicionais são melhores do que pequenos agricultores que não são tradicionais. E o ponto de partida do trabalho científico deixa de ser a necessidade do conhecimento objetivo e passa a ser a necessidade de defesa de uma postura política. Isso, pra qualquer trabalho científico, e aí não é só no caso do debate sobre áreas protegidas, é drástico e preocupante. Você tem isso não só nas ciências humanas, mas nas ciências naturais também. Se teu ponto de partida é uma defesa política, defesa de alguma situação, aí você partiu torto já. Isso aconteceu comigo no próprio doutorado, mas observo nos encontros acadêmicos específicos sobre meio ambiente e, conseqüentemente, sobre áreas protegidas, que há ainda trabalhos sendo desenvolvidos a partir de interesses muito específicos, o que leva, por sua vez, a conclusões extremamente ingênuas, passionais inclusive e muito pouco científicas. Isso tenho observado nos congressos em geral, não só nos de sociologia e de ciências sociais, mas também nos de educação ambiental, muita, muita parcialidade e muito pouca ciência *(Rosa -3º geração – socióloga - 46 anos)*.

Mas, por que Rosa começou seu depoimento reconhecendo que "foi um problema no meu doutorado lidar com isso"? Vejamos sua explicação:

> por que disse que foi um problema no doutorado? Porque quando entrei no curso havia um forte discurso politizado em defesa, evidentemente, de populações tradicionais, pequenos agricultores etc. Inclusive, na minha defesa isso voltou a ser chamado a atenção, como se houvesse necessidade de ter essa postura política no nosso trabalho. Coisa que nunca tive e, como falei, nunca fiz parte de movimento ambiental, nunca me aproximei disso (...). Acho que meu trabalho, fundamentalmente, é fazer pesquisa científica, é produzir conhecimento científico sobre determinada realidade. Tive esse problema (...) no doutorado e enfrentei isso dentro do curso. Por um lado, foi interessante pra entender essa postura política de defesa de determinados interesses, pra ver como isso funcionava direitinho no caso das UCs. Mas foi algo que me deu dor de cabeça (...) porque essa não era uma intenção minha. Não concluí meu trabalho na forma de defesa de interesses específicos ou de grupos sociais presentes nas UCs. Tive um pouquinho de vivência desse tipo de constrangimento dentro do curso, constatei isso, mas tentei, vamos dizer, manter minha objetividade. Sei, como socióloga, que nossas posturas política e acadêmica não estão dissociadas, mas é função do pesquisador mantê-las distante.

Porém, a despeito do "constrangimento" enfatizado por Rosa durante seu doutorado, ela também viu aspectos positivos de ter se deparado com "um forte discurso politizado" em relação às populações tradicionais:

> embora tenha tido essa problema, foi também fonte de discussão e de imersão fantástica em coisas que não conhecia. [Sobre] meu constrangimento, por um lado, tive esse problema, mas por outro ganhei muito com isso. Nunca tive drama de consciência em relação a ter postura política, realmente nunca tive. Era uma pressão no sentido de me sentir conduzida pra uma postura que achava acadêmica e que depois fui descobrir que era política. Esse tipo de condução nos chocou. Quando caímos na real o trabalho já tava bem adiantado. E foi justamente a pesquisa (...) que foi entrando em choque com essa postura. Na medida em que conhecíamos a realidade - que foi lida pra gente anteriormente a partir de um olhar político, digamos, com um interesse definido a ser defendido - e entravamos em contato com a realidade, a coisa foi se revelando como tem de se revelar. Aí, no instante que você descobre isso, evidentemente teus dados e tua argumentação vão entrar em choque com professores, com orientador. E aí você tem que estar muito seguro do seu trabalho pra levar até o final *(Rosa -3º geração – socióloga - 46 anos)*.

Tal como Rosa, durante seu depoimento Ana também reconheceu que passou por uma situação semelhante à descrita por esta socióloga quando mencionou o fato de que, durante o mestrado, começou o curso sendo orientada por um antropólogo "que é um cara francamente do lado das populações". Contudo, antes de apresentar o diálogo que tivemos sobre o tema da ideologização na produção científica sobre nosso "tema quente", creio ser importante resgatar um relato anterior em que esta pesquisadora (a qual se definiu em outro momento como "ecóloga humana" e, abaixo, declarou se encontrar "no meio do caminho" e "muito dividida") contou como teria se dado sua inserção neste debate:

> essa coisa de ter dois lados muito polarizados, os dois lados pareciam ter razão porque tinha argumentos ou pelo menos falavam com grande confiança (...). Eu tinha colegas que trabalhavam na secretaria [do Meio Ambiente de São Paulo], alguns biólogos, alguns antropólogos. Então, você tinha essa cisão dentro da própria secretaria, o órgão do governo encarregado disso, tinha o relato dessas pessoas que vinham do campo e contavam como essas populações tradicionais estavam sofrendo com o novo regime territorial de UCs. Mas eu, tendo formação na área biológica, quer dizer, sabendo o que significa dinâmica de populações, extinção, por ter uma clara noção disso e, por outro lado, esse lado das humanas mesmo de entender e realmente me tocar a questão social dessas pessoas e tudo, eu ficava muito dividida. Então (...) alguns antropólogos de dentro da secretaria diziam claramente que não, que a atividade deles era sustentável, que não acabavam com o ambiente, que era só lá olhar e tal. E, no outro lado, biólogos, principalmente que trabalhavam com fauna, que afirmavam que não, que com a caça eles acabaram com muitas espécies, pelo menos extinções locais (...). Aí eu estava no meio dessa coisa toda, entendia os dois lados e a maior interrogação e curiosidade central era saber: mas, afinal, quem tem razão, se é que alguém tem razão. Bem, foi isso que me moveu (...). No final, cheguei à conclusão de que nenhuma das partes tinha dados suficientes pra dizer o que dizia *(Ana - 3º geração - ecóloga humana - 44 anos)*.

Sobre o debate sobre populações locais e áreas protegidas estar muito "ideologizado" Ana reconheceu: "eu acho que sim. Aí, de novo, assim, eu fui muito a fundo nisso, eu comecei com o [cita o nome do então orientador] que é um cara francamente do lado das populações (...)". Em seguida, da mesma forma que procedi com outros entrevistados, tentei provocar minha interlocutora com alguns comentários (aliás, que eu próprio fui levado a rever mais à frente), os quais vão na direção do que havia comentado Leonor: "é que, se a gente aceitar que há diferenças de olhares entre ciências naturais e ciências sociais, nas ciências sociais questões como neutralidade, isenção e essas coisas já estão meio *démodé* e, no caso das ciências

naturais, isso é uma coisa muito forte, quer dizer, essa busca pela verdade objetiva e tudo isso. Aí, uma acusação do pessoal das ciências naturais, mas não necessariamente, porque eu já ouvi cientista social também falando dessa forma, é que se estaria politizando os conhecimentos que deveriam ser técnicos, científicos; e, do outro lado, as pessoas falam que, bom, não existe tecnologia ou técnicas despolitizadas, [isso] sem falar nessa questão da subjetividade, enfim, aí tem pano pra manga". Novamente, o depoimento de Ana expressou alguma assintonia, digamos assim, em relação a estas duas opções críticas que lhe apresentei:

> o duro de você estar no meio do caminho é que dou razão a ambas as partes. Entendo os dois argumentos, acho que os dois têm razão numa certa medida. É claro que, depois que você lê Latour, a ciência é produto da nossa sociedade, ela não é despolitizada, ela não é completamente isenta de valores e não tem como ser, embora ela busque isso e eu acho que ela tem que continuar buscando. Quem trabalha com ciência, independente da área, teria que ter esse ideal na cabeça, a não ser que você assuma que o que você faz, aí, bom, eu estou dizendo: eu vou assumir o lado das populações tradicionais. E aí eu vou procurar as coisas que justifiquem o posicionamento, pode ser na vegetação ou onde quer seja, uma justificativa, mas assuma isso. Ótimo, nada contra. Agora, você tentar não fazer a ciência neutra dizendo que você está fazendo ou, ao contrário, você achar que a ciência é neutra e que ninguém é politizado, são duas utopias *(Ana - 3º geração - ecóloga humana - 44 anos)*.

Apesar de assumir uma posição no que tange à tensão entre isenção e comprometimento na pesquisa científica, se tomarmos os depoimentos de Francisco e Rosa como contraponto às observações feitas por Bento, Anita e Bibiana, Ana expressou uma possibilidade intermediária que, de certa forma, condiz com sua afirmação de que se encontraria "no meio do caminho":

> não acho errado você assumir uma posição. Porém, tento fazer a coisa mais isenta possível. No meu trabalho acadêmico, se você me perguntar se quilombolas tem direito a terra, minha posição política é que sim, claro, não há dúvidas. Se tem problema ambiental? Tem. Então vamos discutir depois o que a gente vai fazer. Aí cabe a nós cientistas resolver esse problema, mas aí é uma postura política. No meu trabalho não vou bolar um projeto de pesquisa nem manipular meus dados ou só publicar aqueles que mostram que eles são bonzinhos, vou publicar tudo que a pesquisa mostrar. Não agrada? Não agrada boa parte das pessoas. Porque a discussão é muito politizada. Mas, no meu trabalho acadêmico é isso que vou fazer, se tenho uma postura política, tenho em relação a isso. Acho que em princípio essas populações têm direito. Se de fato pra sociedade em geral interessa que não estejam lá, que a natureza seja mais importante, isso tem que ser negociado, tem que ser dada uma alternativa digna e decente pra essas pessoas viverem da maneira que querem, se querem ir pra cidade, se querem continuar lá, enfim. É complicado? É complicado. Tem solução? Não, não sei qual é, cada caso é um caso. Mas, de qualquer forma, acho que elas não podem ser desrespeitadas, devem ser consideradas, essa é minha postura política. Só que não vou produzir ciência pra provar isso *(Ana - 3º geração - ecóloga humana - 44 anos)*.

No caso de Joca, fiz a este pesquisador as seguintes observações: "há uma crítica sobre os estudos científicos sobre populações locais e áreas protegidas que pode seguir duas direções: uma é criticar o fato de que se estaria ideologizando essa discussão e isso seria algo negativo, do ponto de vista científico; e a outra, ao contrário, criticando que muitas vezes se tenta encobrir uma questão que é muito mais política do que científica a partir e um discurso técnico; como você vê essa situação?". Se Ana fez referência ao "direito dos quilombolas à terra" em sua resposta às minhas indagações e observações, Joca preferiu trazer à tona a questão da "urgência" de se "criar" e "gerir" UCs (questão esta que será abordada em um tópico

específico) para ilustrar seu ponto de vista em relação ao fato de que a pesquisadores deveriam procurar um "equilíbrio" entre "percepção política" e "argumentos técnicos":

> primeiro acho tem que haver capacidade de diálogo. Deve haver um equilíbrio entre a percepção política da situação e capacidade de ouvir os argumentos técnicos. Óbvio que é desejável técnicos tenham capacidade de pensar politicamente, de preferência que as pessoas reflitam sobre suas experiências e não fiquem engessados em seus programas, senão não tem diálogo. Outra coisa é pensar a partir de duas perspectivas que precisam ser articuladas. Uma perspectiva é mais tópica, do que fazer urgentemente, criar e gerir unidades de conservação, garantir que as últimas áreas que restam possam ser preservadas e aí, às vezes, elas podem ter que ser extensas, por exemplo, na Amazônia. Por outro lado, tem que pensar nesse projeto de desenvolvimento sustentável, pensar uma sociedade sustentável. Não dá pra você esperar o sustentável chegar pra daí preservar bichinhos, plantinhas e biodiversidade. Você tem que garantir a preservação e, o mais rápido possível, frear o processo de destruição de habitats, de extinção de espécies, se é que isso ainda é possível. Isso é uma coisa que precisa ser feita e as pessoas precisam perceber a urgência disso. A outra perspectiva vai no sentido de justamente buscar politizar a questão ambiental no sentido de transformá-la numa questão prioritária *(Joca - 3º geração – historiador - 43 anos)*.

A última observação de Joca se aproxima da visão expressa por Amaral. Ao indagar-lhe "como você vê essa questão da ideologização ou politicização?", este limnólogo reconheceu:

> a politização do cientista acho altamente necessária. Era contrário a ela e durante anos da minha vida dizia assim: "isso é política, não tenho que me envolver". Só que aprendi que o homem é um ser político, não é porque sou cientista que não tenho que tomar decisões políticas. Tenho que sentar numa mesa e negociar com outras pessoas as coisas que elas querem e o que eu quero. Então, acho que nós cientistas - e graças a Deus enxerguei isso e passei por essa mudança -, nós precisamos mais de políticas até pra poder discutir políticas científicas. Pra discutir políticas de conservação tenho que me politizar. E não estou falando de política partidária, mas da necessidade de entender posições que o cidadão consciente sabe que pode ter. Não precisa ser necessariamente um grupo fechado num canto, outro fechado nesse canto e outro noutro canto. Nós temos que negociar *(Amaral - 2º geração – limnólogo)*.

Quando Joca, na citação anterior, sugeriu que se deveria "buscar politizar a questão ambiental no sentido e transformar ela numa questão prioritária", de certa forma ele subverteu a indagação que lhe fiz. Isso porque, ao invés de enfatizar as possíveis implicações de se estar "politizando" ou "ideologizando" o âmbito das pesquisas científicas, este historiador aponta não para dentro, mas para o trabalho do pesquisador fora do âmbito mais acadêmico. De fato, estes dois depoimentos apontam para um componente que, em larga medida, aproxima praticamente todos os entrevistados citados neste tópico: o fato de que, como sugeriu Amaral, "pra eu discutir políticas de conservação eu tenho que me politizar". Quer dizer, as divergências expressadas pelos pesquisadores não se centraram nessa questão. Até mesmo Nicolau, o qual, em seu depoimento, criticou duramente a "politização" do debate científico sobre nosso "tema quente", reconheceu que "o pesquisador pode ter uma opinião política". Ocorre que as discordâncias começam a surgir quando se passa a discutir em que medida e como esta "opinião política" poderia estar afetando ou não o trabalho do pesquisador. Para Francisco, por exemplo, ao executar seu "trabalho de cientista", seria possível ser "politicamente indiferente", pois, para este cientista social, haveria a possibilidade de se dividir a atuação do pesquisador, o qual "no outro espaço", poderia "exercer a cidadania dele e jogar toda a carga valorativa, axiológica, vertical". Já para outros pesquisadores (como Bibiana,

Leonor, Anita e Bento), esta separação seria não só impossível de ser feita, mas indesejável. Assim, quando comentei com Juvenal que haveria "uma crítica sobre o fato de que certos pesquisadores estariam ideologizando o debate e que esse debate teria de ser menos político e mais técnico, mais sério", meu interlocutor reforçou a afirmação de que seria recomendável que "pesquisadores não se restringissem á discussão técnica", este geógrafo ponderou:

> essa crença de que existe uma ciência não ideológica já é uma afirmação política, mesmo que a pessoa não esteja consciente disso. Quando adota esse discurso, você faz política, faz ideologia. Porque toda ciência é, hoje, desenhada pra servir a sociedade urbano-industrial, o pensamento é construído dessa forma, pra que a ciência venha subsidiar a indústria. Podemos ver isso na discussão sobre transgênicos. Tive uma discussão com um pesquisador da UFMG que defende transgênicos. Ele falava: "o problema não é técnico, não são os transgênicos em si, o problema é o uso político, mas os pesquisadores só se restringem a discussão técnica". Ora, isso não é correto, porque você está inserido num sistema, faz sua pesquisa com uma finalidade e está trabalhando dentro de um contexto político, o financiamento pra sua pesquisa, por exemplo, vem de um contexto político. Nós precisamos sempre, como pesquisadores, saber pra quem estamos fazendo o que nós fazemos. Não aceito uma posição de pesquisador que defende uma determinada técnica, mas não quer pensar sobre as conseqüências que ela pode causar. Não aceito quando o pesquisador fala: "olha, só estou fazendo pesquisa de base sobre determinado assunto, não me interessa o que a sociedade faz com isso". Ora, esse pensamento é uma decisão política. Pretender se excluir ativamente da política é uma decisão política *(Juvenal - 3º geração – geógrafo - 44 anos)*.

Por fim, ao comentar com Rodrigo que alguns pesquisadores "criticam a ideologização do debate, o que é inerente, não?", este antropólogo propôs uma reflexão que vai numa linha semelhante à expressada por Juvenal e, em alguma medida, também nos depoimentos anteriores de Leonor, Bento, Horácio e Bibiana (como, por exemplo, quando esta última menciona fato de que "nós somos atores da mudança" e que seria preciso "fazer muito trabalho de campo, conviver", porém "não só conviver, mas mostrar pras pessoas com quem a gente trabalha qual é a nossa preocupação, quem somos nós, o que estamos querendo pra que, daí então, eles possam expressar suas próprias preocupações"):

> é inerente, não tem jeito. Hoje estou absolutamente convencido disso. As emoções estão na base de toda e qualquer suposta racionalização. Expressam opções de como você se posiciona no debate e na relação com teus interlocutores. Você está disposto a ouvir o que eles têm a dizer? Isso faz uma diferença brutal nas racionalizações que você promove. Acho que a gente tem que assumir certas posturas de base e, a partir disso, esclarecer esses pressupostos e colocar eles na mesa. E isso de um modo franco e amistoso, porque você não precisa ser belicoso ao fazer isso. Procuro sempre, nos contextos de debate, colocar essa postura do ponto de vista de quem quer chamar a atenção pra outras dimensões, pra aspectos e posições que não aparecem muito nas discussões. Ou, se aparecem, são desvalorizadas como sendo ideologizadas ou porque trazem uma carga de subjetividade. Como se outras posições não tivessem essa carga, como se fossem assépticas, objetivas, materiais. Acho que você tem elementos pra mostrar como as coisas não se passam assim, está todo mundo jogando com suas expectativas, seus desejos, suas pulsões nesse debate. E faço questão de sempre esclarecer quais são os meus *(Rodrigo - 3º geração – antropólogo - 42 anos)*.

6.3 Olhando para o passado de olho no presente: primeiros (e grandes) encontros e desencontros específicos sobre a relação entre populações locais e áreas protegidas

Vimos no quarto capítulo que um dos temas recorrentes nas publicações sobre nosso "tema quente" relaciona-se com a presença de populações humanas no interior de áreas protegidas (sobretudo, aquelas consideradas de "proteção integral") e o papel destas na preservação ambiental. Uma observação recorrente durante os depoimentos relaciona-se à

forma arbitrária com que teriam sido criadas a maioria das UCs do país. Horácio, por exemplo, argumentou, após ter comentado com ele que "nessa época, década de 80, é que ocorre um novo boom de criação de unidades de conservação", que

> a maioria dessas unidades foram criadas durante o regime militar, então não se podia falar nada, as populações viviam, mais do que tudo, enjauladas. Sociólogos que se metessem tinham restrição total, a cadeia era uma delas. Então, são pessoas que convivem nos limites de uma forma forçada em que os diretores dos parques mandam e desmandam nos parques até hoje (...). E meu interesse pela questão dos parques era um interesse duplo. De um lado achei que era um exemplo excelente pra fazer uma reflexão sobre as relações entre sociedade e natureza. Em parte pra mim era um símbolo de como uma sociedade autoritária, vindo da ditadura brasileira, tratava as populações locais. Primeiro porque tinham um total desconhecimento delas. Dos primeiros parques com os quais trabalhei, os planos de manejo (...) sequer mencionavam a existência de caiçaras, só tinha um anexozinho no final que mencionava o número de famílias. Mas era algo secundário, porque na verdade esse estudo de impacto ambiental não tratava em nada das populações que acabaram sendo expulsas. Nesse período houve casos de expulsões sistemáticas de populações agora chamadas de tradicionais *(Horácio - 1º geração - antropólogo – 64 anos)*.

Bibiana foi outra pesquisadora que se referiu ao passado recente relacionado à criação de UCs. Apesar de concentrar seu depoimento nas experiências que teve e no seu envolvimento (que durou mais de 15 anos) com uma APA específica localizada no litoral do Paraná, esta cientista social relatou alguns casos de violência que teriam sido cometidos por agentes ambientais nesta mesma região onde atuou:

> por um lado, se construiu uma APA e essa APA só constituía em reprimir e proteger a biodiversidade em detrimento das populações locais. A necessidade de uma proteção, do jeito que ela foi feita no início, não foi o melhor jeito, porque a reflexão ainda não tinha, a prática antecipou a reflexão. Então, ainda não se tinha essas idéias que possibilitariam questionar certas atitudes que eram passíveis de crítica. Se diz assim: "bom, foi um mal necessário!". Porque tu tinha o problema do nível de desmatamento pelos palmiteiros clandestinos, dos grandes latifundiários e da grilagem da Mata Atlântica. Tá, mas esse mal necessário (...), quando nós chegamos lá, os técnicos batiam nos agricultores, eles batiam nos pescadores, teve caso quase que de tortura... *(Física?)* É, que eu diria de tortura física, porque quebrar a falange da mão de um agricultor que arrancou um palmito, colocar o agricultor num formigueiro porque ele arrancou um palmito, amarrar o bugio ao redor do pescoço porque eles comem bugio do mato - é um alimento essa caça – e aí obrigarem ele a desfilar nu no vilarejo, largaram ele lá na periferia de Curitiba sem roupa e sem nada, essa era a prática da polícia florestal pra proteger a APA, a natureza e a Mata Atlântica *(Bibiana - 1º geração - graduação em ciências sociais e história natural - 65 anos)*.

Sobre a permanência ou não de populações e pessoas vivendo no interior de áreas protegidas (no caso, especificamente UCs), o botânico Maneco reconheceu que "a maior parte das unidades de conservação no Brasil e no estado [de São Paulo] foi criada em cima de mapas e ignorando a realidade local. Uma série de populações passou a sofrer uma série de restrições ao uso dos recursos". E, apesar de entender que "você tem que ter áreas que de fato sejam preservadas na ausência de qualquer interferência de qualquer população, de qualquer maneira, você tem que trabalhar com as populações".

Contudo, a alusão ao fato de que o estabelecimento destas áreas não teria respeitado a realidade e os interesses das populações locais foi questionada por alguns pesquisadores. Quando sugeri a Nicolau, por exemplo, que "uma crítica que se faz é que, sobretudo no

passado, quando se criaram áreas protegidas, esse processo envolveu a retirada de pessoas de uma forma um pouco violenta", este respondeu:

> mas isso não tem nenhuma evidência. Olha, isso não é só aqui no Brasil, eu acabo de estar na Espanha, numa reunião da IUCN, pra discutir categorias de unidades de conservação. E aí, obviamente, saltou alguém da platéia pra dizer que se tinha deslocado milhares de pessoas, mas não há nenhuma evidência. Claro, em um caso isolado ou outro, existem registros em um lugar ou outro, existiram alguns casos assim, como no caso de Yosemite nos Estados Unidos[273]. Existiram alguns casos como esse, que tiraram tribos que viviam na região de uma maneira um pouco violenta. Mas na África, que eu conheço bem e posso dizer que tudo sempre foi feito com acordos, conversando com os chefes tribais. É claro que pode acontecer de que algum segmento da tribo não fique contente ou que depois de alguns anos alguns queiram voltar. Claro que isso sempre acontece, mas isso é outra coisa. É que existe toda uma mitologia inventada, mas quando a gente começa a escavar, vai ver que não tem pé nem cabeça *(Nicolau - 1º geração – agrônomo, engenheiro florestal e entomologista - 67 anos)*.

Ao insistir com Nicolau que haveria trabalhos relatando a existência de muitos conflitos com populações locais, meu interlocutor retorquiu:

> Não. É preciso não confundir as coisas, conflitos com populações locais foram inventados pelos socioambientalistas da vida, pelos intermediários das sociedades locais. Quando não existia toda essa banda de sociólogos e antropólogos, as coisas se resolviam muito bem. Sempre houve interação com as populações locais, mas não conflitos. Inclusive, a grande parte das áreas protegidas, que foram estabelecidas por critérios científicos, foram feitas em terras de comunidades com as comunidades. Estabelecer áreas protegidas nunca foi problema até que apareceram os intermediários. Sim, havia uma série de interações com as populações locais, mas não havia o tipo de conflito ideológico que tem hoje, isso não existia *(Nicolau - 1º geração – agrônomo, engenheiro florestal e entomologista - 67 anos)*.

Por outro lado, a despeito de sua negativa em relação à retirada violenta de pessoas para a criação de UCs e a existência de conflitos com populações locais devido a esta retirada, quando ponderei a Nicolau que "um dos problemas hoje é que existe um passivo de parques onde há pessoas dentro", este reconheceu: "sim, tem, isso não se pode negar". Então, após lhe perguntar "como então tratar essa questão", meu interlocutor propôs a seguinte solução:

> olha, se há dinheiro, se reassenta. Perfeito? Você tem direito a tantos hectares, pagamos o melhor preço, escolhe a sua terra, compramos a sua terra e botamos você lá. Isso seria o ideal. Como isso não pode ser feito, então há que se suportar essa gente sem que façam muitos danos, o que não é fácil (...). Poderia se contar vários parques onde se tiraram as pessoas, se pagou uma fortuna, para que as pessoas saíssem e elas nunca saíram e nunca aconteceu nada com elas. E agora tem direito outra vez a ser desapropriados porque o governo, depois de pagar, nunca tomou posse. Se criou o parque, foi tudo pago, mas não chegou o Ibama para dizer: "vão embora, vão embora". Nunca fizeram isso e as pessoas ficaram. Aí essas pessoas receberam um monte de dinheiro e ficaram. Às vezes, acontece uma reinvasão, outras pessoas se instalam nas unidades de conservação porque o governo não ocupa. Por que não ocupa? Porque não tem dinheiro, o Ibama não tem dinheiro pra fazer isso. Então, isso é um contínuo círculo vicioso. É verdade que tem gente em muitos parques, isso não se nega. Agora, 90% são ilegais *(Nicolau - 1º geração – agrônomo, engenheiro florestal e entomologista - 67 anos)*.

Se opondo a perspectiva de Nicolau neste trecho de seu depoimento, Alice criticou o fato de que "esse pessoal [preservacionista] ainda está advogando a retirada das pessoas, a indenização delas". Porém, sobre esta possibilidade, tal como seu colega, Alice reconheceu:

> eu não acredito que vá acontecer, eu não acredito que o governo vá desapropriar o que tem de passivo de desapropriação e de indenização a ser feita. Duvido que isso vá ser feito algum dia na história do Brasil.

[273] Referência à primeira área protegida criada nos Estados Unidos segundo os moldes dos parques modernos que viriam a ser estabelecidos posteriormente.

> Então, pra mim, trabalhar com essa hipótese é, no mínimo, de uma ingenuidade enorme. Isso é uma opinião pessoal. Então, eu trabalho com a hipótese de que existe uma situação de direito e uma situação de fato e que só tem um jeito da coisa funcionar, que é olhar pro problema, olhar pro conflito e ver como solucionar, procurar ver como encontrar soluções possíveis. Esse pessoal mais duro não, eles estão na linha de que parque é parque e não tem negociação. Se a população está ali, pra eles só tem um jeito: tirar essa população dali *(Alice - 2ª geração - graduação em biologia e psicologia - 52 anos)*.

Ainda referente ao processo de criação de áreas protegidas, Toríbio propôs um ponto de vista alternativo no sentido de ver a ação contundente dos órgãos ambientais deste período por um prisma positivo. Ao perguntar a ele: "como o senhor vê essa questão do aumento do número de áreas protegidas nesse período da década de 70 e 80, que era o período da ditadura, vir junto com os investimentos na expansão da fronteira agrícola?", este respondeu que o aumento destas áreas teria se dado

> justamente porque aí era mais fácil decretar as coisas, era mais fácil. Porque naquela época, se o governo militar chegasse à conclusão de que devia ter uma unidade de conservação, fazia a área e ponto final, era muito mais fácil. Hoje em dia tem esse negócio de ouvir a população, que foi uma das medidas infelizes que foram introduzidas no SNUC. Porque, veja bem, quando você tem uma área de grande interesse biológico, aquilo é de interesse não da população local, mas de interesse nacional ou até mundial. E isso, mesmo em detrimento da população local. Se você chegar à conclusão de que uma área é extremamente valiosa do ponto de vista biológico, nós deveríamos esquecer os interesses da população vizinha e considerar que isso é uma área de importância nacional, mundial, vocês vão ter que ser removidos pra outra área *(Toríbio – 1º geração - sem curso superior, mas especialista em paleontologia - 83 anos)*.

Ao insistir com Toríbio "que se fez muitas unidades de uma forma autoritária, no sentido de que as pessoas perdiam o lugar onde viviam", meu interlocutor reconheceu que "sim, isso com as represas houve muitos casos. Se fazia uma represa e se colocava simplesmente eles pra fora. Claro, eu acho que, de fato, a população local deve ser tratada com dignidade, deve ser translocada, indenizada e deve-se, talvez até, durante um certo período, permitir que fiquem na área pra permitir que se consiga translocar elas, etc. Eu não sou contra dar atenção à população local, de forma nenhuma, a população local deve ser translocada com todos os direitos, com toda a consideração". Porém, ponderou logo em seguida: "só que é importante que se dê prioridade à importância biológica da área ou então nós abrimos mão de conservar a biodiversidade do país e do planeta. Também é uma solução".

Como veremos em outras citações, a menção ao fato de que áreas protegidas seriam concernentes ao "interesse nacional ou até mundial", "do país e do planeta" (em detrimento do "interesse da população local") foi recorrente em outros depoimentos. Mas, por agora, sigamos adiante com o depoimento de Joca. Depois de lhe fazer o seguinte comentário: "a crítica que se faz sobre esse período da década de 70 e 80 é que a criação de áreas protegidas foi feita de uma forma autoritária", este reagiu indagando:

> autoritária? Ora, mas o que não era autoritário no regime militar? O Ibama foi constituído nessa época. E a questão é muito mais complicada, essa discussão é mais cheia de sutilezas do que a gente imagina. Por exemplo, pra construir barragens o autoritarismo era muito mais presente, você tinha muito menos espaço de negociação (...). Quer dizer, o problema não são as unidades de conservação, porque ali já tem especulação imobiliária. A Especulação imobiliária também foi autoritária e essas populações não têm

> como resistir a isso. Então, obviamente que você não vai resolver o problema dos Guarani ou dos caiçaras colocando ou deixando eles dentro das unidades de conservação, simplesmente dizendo que eles viviam ali há muito mais tempo. É preciso identificar a área que eles podem ocupar e como eles ocupam *(Joca - 3º geração – historiador - 43 anos)*.

Além desses comentários, este historiador contestou minha alegação de que "as áreas escolhidas pra preservação são geralmente estabelecidas em lugares onde vivem populações pobres e não em lugares onde estão grandes produtores ou grandes empresas e interesses econômicos" dizendo: "aí está um dos maiores exemplos do que eu chamo de pressuposto". Para sustentar seu argumento, Joca colocou em xeque a idéia de que muitos grupos e populações viviam há gerações em áreas transformadas em unidades de conservação:

> os caras nunca pensaram em refletir sobre a política de fronteira no Brasil. Obviamente que as unidades de conservação no Brasil vão ser criadas onde tem população tradicional ou que se chama de tradicional, porque eu prefiro chamar de população local, que é em geral uma população pobre e desassistida pelo Estado. Mas o que acontece? Desde a época da colônia, essa população é itinerante, ela sempre foi expulsa pelo latifúndio, ela sempre foi a vanguarda da fronteira, eles iam sendo empurrados pra áreas não ocupadas ou pouco ocupadas. E não necessariamente a agricultura que elas praticavam era uma agricultura em harmonia com a natureza. Eram estratégias de subsistência. Então, população tradicional no litoral da região sul e sudeste, onde estão os caiçaras, eles estavam pelo litoral todo. Então não é que escolheram fazer unidade de conservação onde eles estavam, é que eles foram sendo expulsos pela especulação imobiliária *(Joca - 3º geração – historiador - 43 anos)*.

No caso de Pedro, a certa altura lhe fiz o seguinte observação: "uma coisa que se fala bastante é que o Brasil teria seguido o modelo de áreas protegidas estadunidense, só que esse modelo não seria compatível com a realidade brasileira". Este primatólogo, apesar da conotação e conteúdo bem diferente do depoimento de Joca, também fez menção a um suposto caráter "migrante" de muitas populações rurais que vivem especificamente na Amazônia:

> na época que se criou [a estação ecológica] de Anavilhanas se expulsou todo mundo, só que esse todo mundo era pouca gente. Se fala assim: "ah! expulsaram as pessoas e elas foram pra periferia da unidade de conservação sem condições de vida nem nada". Quando fizemos o plano de manejo entrevistamos todo mundo que estava em torno da estação e se você for olhar não tem mais ninguém que estava lá na época da criação. Isso, porque há uma migração grande na Amazônia, as pessoas não ficam paradas, se falta recurso natural você vai pro rio, fica na beira do rio, não importa se lá em cima ou lá embaixo, é um ribeirinho. Só que não é um ribeirinho que fica fixo, se faltou aqui vou pescar ali na frente, a casa dele muda com muita facilidade. Então a retirada de pessoas não foi tão forte assim como se fala. Tudo é difícil de generalizar. O fato é que você precisa trabalhar com a comunidade e ela fazer parte do processo, dá pra fazer isso também tranqüilamente *(Pedro - 2º geração – primatólogo - 60 anos)*.

Já Aurora, quando comentei com esta engenheira florestal que "muitas unidades de conservação foram criadas simplesmente a partir de fotografias aéreas e sobrevôos de avião sobre a área, só que depois se descobriu que havia gente lá dentro", reconheceu: "é, nas estações ecológicas criadas nos anos 70 e 80 se fazia isso, sim, fazia isso mesmo". No entanto, justificou em seguida: "mas hoje se você for ver essas estações ecológicas são áreas extremamente prioritárias e não existe nada similar". Além disso, Aurora ponderou então: "o que acontece? A gente fica brigando pelo mesmo osso e no final das contas os dois lados perdem o osso inteiro. Então, se a gente fosse um pouco mais estratégico em termos de

conservação a gente deixava essas brigas de lado. Existe um conflito, existe, então é o seguinte: vamos sentar e tentar resolver o conflito? Por que a gente sempre fica querendo justificar que as pessoas permaneçam dentro das unidades de conservação?", sendo que sugeriu a seguinte maneira de "resolver" este "conflito":

> o que a gente deveria buscar era que o governo dissesse o seguinte: isso aqui é estação ecológica e eu vou desapropriar terras próximas da unidade pras pessoas que vivem dentro dela (...). Aí, só porque existiam populações antes, se conclui logo que a melhor solução é diminuir a área da unidade de conservação? Não, existe outra solução. Por que eu não digo o seguinte: "vamos olhar o que tem e vamos agregar todo o entorno, eu realoco nas áreas disponíveis no entorno e consigo condições para melhorar a condição de vida social e econômica dessas pessoas, garantindo assim um padrão humano melhor". As pessoas vão ficar muito mais felizes. Por que não se leva em conta essa possibilidade? Não, a única solução é reduzir a unidade ou mudar de categoria. Com isso eu entro num conflito eterno. Então, no lugar de eu ganhar duas vezes, eu fico com uma unidade de conservação com conflito. E no final todo mundo perde, por quê? Porque no final das contas eu nunca vou conseguir estabelecer os limites da unidade, as pessoas vão continuar pressionando, as pessoas continuam infelizes porque elas continuam fazendo atividades ilegais. Agora, se você estabelece um período, 5 anos, por exemplo, e um planejamento, as coisas podem funcionar perfeitamente. Aí, por exemplo, vamos primeiro realocar o pessoal que está no norte. Eu não vou por eles lá longe em outro município, também não vou dar pra eles 20 mil reais pra irem pra cidade tomar cachaça e perder o dinheiro. Vamos fazer primeiro com 20 famílias, em blocos, depois mais 20 e assim por diante. Depois eu ponho uma escola, ajudo com incentivo do Pronaf e por aí vai *(Aurora - 3º geração - engenheira florestal - 38 anos)*.

Embora se referindo especificamente a uma unidade de conservação na qual se acha intimamente envolvido, Maneco propôs saída diferente da apresentada por Aurora:

> o parque [Estadual da Serra do Mar] foi criado com populações dentro, eles estão dentro. Então hoje, dentro do plano de manejo, tem uma série de coisas que estão sendo flexibilizadas, prevendo, é claro, que as populações crescem, que eles vão ter filhos, que vão precisar de mais casas. (*o problema é que mesmo assim eles continuam contra lei*). Sim, mas o problema é que, se a gente tivesse maturidade política suficiente a gente iria rediscutir o perímetro do parque, desafetar essas áreas, passá-las talvez pra outra categoria ou mesmo desafetar algumas áreas. Tem outras áreas, mais em cima da serra, que são terras praticamente intocadas e que estão fora do parque. Então, se eu fizer isso, eu não mudo o tamanho do meu parque, não estou perdendo área, mas eu estou resolvendo um problema que foi criado quando se estendeu os limites até a praia de Picinguaba. A vila de Picinguaba é uma vila de pescadores tradicionais que estão lá há pelo menos 10 gerações, possivelmente mais, todos com ascendência indígena, têm remanescentes de quilombo. Enfim, o parque ignorou isso *(Maneco - 2º geração – botânico)*.

Em seu depoimento, Francisco admitiu logo de saída: "minha fama é que sou um preservacionista puro (...). Não sou apenas contra presença de pessoas dentro dos parques, sou mais radical do que aqueles que acham que não deve entrar gente ou ter gente onde é criada a reserva". Apesar disso, reconheceu que existem áreas que foram "criadas onde tem ou tinha gente, que foi expulsa de parques, que já tava ali há 500 ou 5000 anos, mas o órgão ambiental, que era o IBDF ou o IBAMA, não ligou pra isso, e aí se criou um passivo social (...), uma dívida que tem que ser resolvida, negociada". Porém, logo em seguida Francisco argumentou: "sobre isso poderia me pronunciar cruamente nos seguintes termos: onde vai ter preservação ambiental não pode ter gente, seja pobre, tradicional, índio ou rico. E mais, se é terra pública e se for pra preservar, a melhor regra é não ter gente lá dentro, pois se entrar pobre supostamente capaz de conviver 'em harmonia' com a natureza, entra rico devastador". No caso deste pesquisador, é preciso relativizar sua resposta na medida em que, quando falou em "onde vai

ter preservação ambiental", estava se referindo às áreas de proteção integral: "se for pra desenvolvimento sustentável tudo bem que haja gente dentro das UCs. Agora o SNUC resolveu isso, conceitualmente. Existem categorias de proteção de uso indireto e áreas de uso direto. Então isso está resolvido, onde tiver gente, bom, cria-se esse tipo, onde não tiver ou puder tirar as pessoas sem violentar, cria-se essas outras aqui" *(Francisco – 2º geração - cientista social, especialista em ciências ambientais - 59 anos).*

Mas a idéia de que deveria haver extensões de terra sem pessoas vivendo no seu interior foi contestada. Depois de comentar com Maria que "nesse debate sobre categorias mais restritivas e sustentáveis existe uma polarização com aqueles que acham que deve existir áreas sem seres humanos", esta antropóloga reconheceu que "existe bastante, ela é muito forte entre os biólogos, sobretudo, eles justificam muito isso, acham que não deve ter e o que predomina é proteção integral". Porém, ao indagar como via este debate, Maria divergiu daqueles que, como Francisco, acham que "onde vai ter preservação ambiental não pode ter gente":

> a entidade à qual estou ligada é Instituto Socioambiental, o ISA. Minha posição é por aí, homens e natureza têm que conviver e não entendo muito das razões biológicas. Sou sensível à idéia de que os homens depredam a natureza, mas sou sensível também à idéia que não dá pra fazer grandes extensões de terras sem ninguém dentro num país que é quase todo ocupado. Não são três ou quatro pessoas, são muitas pessoas. Então, acho que a gente tem que conviver de uma maneira razoável. Não vou dizer racional, (...), digo razoável, uma coisa cuidadosa, uma convivência cuidadosa. E o manejo vejo que tem uma concepção muito científica, estou mais, diria assim, pra idéia de um cuidado com, uma delicadeza. Como, por exemplo, vi camponeses no Vale do Araguaia, tinha um bando de capivaras, mas eles mataram só uma e deixaram as outras, até porque não tinha nem como carregar. Não iam matar só pra deixar elas lá mortas. Eles não vão *devorar* as matas, como eles dizem. Quer dizer, é preciso ter uma certa delicadeza, respeitar as pessoas na sua relação com a natureza e se não respeitar a própria natureza vai acabar *(Maria - 1º geração - antropóloga - 67 anos).*

Mais adiante, veremos alguns depoimentos de cientistas que divergem das afirmações de Maria especificamente em relação à caça. Por outro lado, vimos anteriormente que alguns entrevistados alegaram que muitas UCs teriam sido criadas em locais onde já existiam pessoas vivendo nessas áreas, bem como outros que contestaram esta alegação. Porém, o contrário também foi dito, ou seja, que populações e grupos humanos teriam se instalado posteriormente a criação de algumas unidades cujo manejo supõe um uso indireto dos recursos ali presentes. Esta inversão foi feita por Florêncio quando lhe fiz a seguinte observação: "é justamente nos lugares onde existem populações ditas tradicionais onde geralmente existe maior biodiversidade, lugares que ainda não foram totalmente depredados, onde a nossa sociedade capitalista ainda não destruiu". Visando rebater esta minha afirmação, Florêncio questionou a veracidade sobre a ocupação territorial secular efetuada por alguns grupos indígenas especificamente em zonas de Mata Atlântica ao enfatizar o fato de que, do seu ponto de vista, estes últimos teriam se instalado após a transformação de determinadas áreas em UCs:

> isso parece ser assim em grande parte porque essas populações se instalaram depois nos lugares onde havia grande biodiversidade, depois que aquelas áreas já eram unidades de conservação e que tinham

> conservado biodiversidade por décadas sem ninguém dentro. Como é o caso dos Guaranis, por exemplo. Hoje em dia você tem Guaranis Mbya, que são nativos do Paraguai e da Argentina, ocupando um monte de unidades de conservação que, por sua vez, passaram décadas sem ter nenhum índio dentro, nenhum Guarani jamais foi nativo delas. Por exemplo, Juréia, Superagüi, de onde saíram recentemente, Ilha do Cardoso, Intervales, um monte de lugares. Repare, esses Guaranis vieram de outro país, essas áreas todas já eram parques estaduais ou nacionais e elas conservaram biodiversidade porque ficaram décadas sem ninguém dentro. Guaranis foram adições recentes e que foram procurando justamente áreas onde ainda tinha muita biodiversidade, porque eles caçam entusiasticamente. Na ilha do Cardoso agora tem um problema certíssimo com caça devido aos Guaranis. Assim como os Pataxós na Bahia. Como vai mostrar o Olmos, onde tem biodiversidade na Bahia, no Monte Pascoal, existe apesar dos Pataxó. Os Pataxós foram pro Monte Pascoal em 1961. Então, na verdade, existia uma biodiversidade muito exuberante que, depois que os Pataxós chegaram lá, foi bastante reduzida *(Florêncio - 3º geração – biólogo – 47 anos)*.

Mais adiante entraremos, a partir das falas dos entrevistados, especificamente na discussão proposta por Florêncio relacionada ao papel das populações tradicionais nas estratégias de preservação ambiental. Mas, já adiantando, um forte argumento sustentado por alguns pesquisadores diz respeito a um tema já discutido no quarto capítulo. Quando comentei com Toríbio que haveria uma correlação entre áreas onde há maior biodiversidade e áreas onde vivem populações tradicionais, este último remeteu sua resposta ao caráter depredador de povos, sociedades e culturas do passado como exemplos de que populações tradicionais do presente também teriam esta potencial característica:

> populações que estão explorando a biodiversidade de alguma forma. População tradicional, se diz: "ah! Os índios vivem em harmonia com a natureza". Não é verdade. Nós temos no planeta inúmeros exemplos de populações indígenas ou tradicionais, entre aspas, que devastaram o ambiente. Na Nova Zelândia, quando os Maoris chegaram lá liquidaram com a fauna toda da Nova Zelândia. Então, essa história de dizer que população vive em harmonia com a natureza é bobagem, conversa fiada. Agora, realmente durante algum tempo eles vivem mais em acordo com a natureza do que, obviamente, um plantador de soja *(Toríbio – 1º geração - sem curso superior, mas especialista em paleontologia - 83 anos)*.

Como havia dito, interpretações que buscam na história da humanidade "exemplos de populações indígenas ou populações tradicionais (...) que devastaram o ambiente" estão presentes nos discursos sobre áreas protegidas e populações locais. Licurgo foi um pesquisador que mencionou exemplos de práticas ecológicas inadequadas (que teriam levado a extinção de várias espécies) realizadas por sociedades passadas como forma de apresentar evidências de que grupos sociais atualmente identificados como tradicionais teriam o mesmo potencial:

> no caso da América, se não considerarmos a teoria não provada da Niede Guidon[274] (...), todas as outras teorias que induzem a uma colonização pelo estreito de Bering não conseguem passar hoje, pelos últimos conhecimentos, de 18 mil anos de tempo do homem nas Américas. Mas no meio do caminho os homens que entraram, os Clovis na América do Norte, por exemplo, em menos de mil anos trucidaram toda a mega-fauna. Isso é ganho ou perda de biodiversidade? (*eu só estou te colocando argumentos...*) Ok, então assim, refuto ganho de biodiversidade proporcionado por população tradicional, cientificamente isso não resiste a nenhuma tentativa *(Licurgo - 2º geração - engenheiro florestal - 52 anos)*.

Fecho este item com outro trecho sobre extinções que teriam sido causadas por outras sociedades. Entre os entrevistados que citaram esta relação entre passado e presente externada por Licurgo e Toríbio, talvez o mais contundente tenha sido Florêncio:

[274] Sobre esta teoria, ver item 4.3.

> então essas idéias são fortes pra mim, de que, na verdade, populações da antiguidade, que se vivessem hoje em dia certamente seriam chamadas de tradicionais, no entanto exterminaram 2/3 ou 3/4 dos bichos de grande porte no mundo. Isso foi uma coisa que não percebi nem durante o doutorado, porque, embora sempre gostasse de paleontologia desde criança, na verdade só três anos depois do doutorado, no natal de 96, quando voltei pra Inglaterra pra um congresso, que comecei a ler sobre essas extinções, sobre o papel humano. Isso foi uma coisa muito importante pra mim, foi no mesmo ano em que li Floresta Vazia[275]. A certa altura da leitura eu disse: "caraca! Esses bichos não se extinguiram sozinhos, fomos nós". Quando percebi isso, quando comecei a juntar evidências pra dizer que glaciações não explicavam essas extinções, de modo algum explicam, quando comecei a juntar essas evidências, disse: "caraca! Fomos nós". Todas essas coisas que eram uma fauna várias vezes mais rica do que a atual e que podiamos ter conhecido. Pra mim foi, como vou explicar, um choque, uma dor, porque isso não era inevitável. É uma coisa que poderia ter sido de outro modo, nós fizemos isso, nos privamos dessas coisas maravilhosas. Agora, fiz isso porque tinha que escrever, tinha que colocar no papel, tinha de algum modo que exprimir isso, exprimir (...) aquela sensação de vazio, de perda *(Florêncio - 3º geração – biólogo – 47 anos)*.

Este trecho do depoimento de Florêncio serve de mote para o que trarei no próximo tópico, pois aponta para a existência de uma ênfase universalizante subjacente ao artigo "nós": "nós fizemos isso", "fomos nós", "nós nos privamos dessas coisas maravilhosas". Quando Florêncio ressaltou a importância do "papel humano" em extinções de "espécies de grande porte" que teriam ocorrido no passado, ele nos aproxima tanto das "populações da antiguidade" quando das "que hoje seriam chamadas de tradicionais". Vejamos então mais de perto o contraste entre a ênfase no que há de comum a todos os humanos e o destaque àquilo que seria singular entre estes mesmos humanos.

6.4 Encaixes e desencaixes entre o universal e o particular: seguir um padrão ou avaliar caso a caso?

Queria explorar um aspecto que aparece em diversos trechos citados ao longo deste capítulo vinculado à tensão subjacente entre duas ênfases distintas: de um lado, valorização do universal e, igualmente, a importância de se garantir o interesse da sociedade mais ampla (que pode ser a sociedade nacional ou até planetária) em detrimento de minorias locais; de outro, a ênfase na diversidade de situações específicas, nos direitos destes mesmos grupos minoritários e na indeterminação de possíveis cenários futuros.

De fato, foram recorrentes referências, de um lado, à importância de se ter parâmetros gerais que balizariam as ações executadas e, de outro, à necessidade de se considerar contextos particulares. Neste último caso, vimos no item anterior Alice ponderar: "tem solução? Não, não sei qual é, cada caso é um caso"; e Pedro alertar: "tudo é difícil de generalizar". Mais adiante, Alice ainda argumentou: "a gente precisa olhar as estratégias de proteção da natureza tendo presente que cada caso é um caso, não acredito em nenhum modelo geral. Cada caso que venha

[275] Artigo já mencionado aqui por este mesmo pesquisador (ver pág. 313) e por Bolívar. Escrito por Kent Redford em 1992, é muito citado por cientista que trabalham com manejo de fauna. Segundo comenta o autor, "não devemos deixar uma floresta cheia de árvores nos enganar. Muitas dessas florestas são mortos-vivos e, embora satélites que passam sobre nós possam reconfortantemente registrá-las como florestas, elas estão vazias de muito da riqueza faunística valorizada por humanos" (1992 *apud* Fernandez, 2005, p.7).

a ser analisado tem que considerar o panorama regional. Escolher área protegida como de uso sustentável ou de proteção integral depende do nível de pressão que vai haver, seja contra ou a favor" *(Alice - 2º geração - graduação em biologia e psicologia - 52 anos).*

Mas também vimos Toríbio mencionar que "se você chegar à conclusão de que uma área é extremamente valiosa do ponto de vista biológico, nós deveríamos esquecer os interesses da população vizinha e considerar que isso é uma área de importância nacional, mundial, vocês vão ter que ser removidos pra outra área". Além disso, o próprio exemplo trazido por Leonor exemplifica esta diferença de ênfase entre grandes tendências e particularidades locais. Isto, porque, no seu depoimento, esta pesquisadora comentou que se contrapôs ao seu "colega de uma universidade federal", o qual fazia uso de fenômenos baseados em modelos gerais (como é o caso do "El Nino" e do "efeito estufa"), afirmando que "meu ponto de vista parte da experiência do local, dos relatos, das lembranças, das memórias das pessoas do local". Já Nicolau expôs uma situação em termos de escolhas que dizem respeito ao interesse "do país":

> essa discussão sempre termina com isso: tudo isso depende do que quer o país. Do que estamos falando? O país quer conservar a natureza? Então tem que gastar dinheiro. E se quer fazer o que está fazendo, que se esqueça, não vai ter mais biodiversidade, não vai ter nada. No fundo isso de ter natureza junto com gente e achar que as pessoas ajudam a natureza, bom, no final não vamos ter mais nada. Mas não venha dizer ao mundo inteiro que dessa maneira se está cuidado da natureza, isso é mentira, não se está não.

Alternativa semelhante foi aventada por Toríbio quando este alegou não ser "contra dar atenção à população local, de forma nenhuma". Porém, em seguida reforçou o fato de que, segundo ele, a questão seria de eleger "prioridades" entre os interesses da "população local" e a necessidade de conservar "a biodiversidade do país e do planeta": "a população local deve ser translocada com todos os direitos, com toda a consideração, só que é importante que se dê prioridade à importância biológica da área. Ou então nós abrimos mão de conservar a biodiversidade do país e do planta. Também é uma solução. Se quiserem reduzir ou acabar com um monte de espécies, que se faça isso, mas não é o meu ponto de vista".

Um forte argumento universalizante que surgiu durante as entrevistas refere-se à idéia de que haveria um comportamento ambiental "degradador" peculiar à condição humana vista como uma espécie única que seguiria "um padrão". Ao conversar com Licurgo sobre a homogeneização das ações de órgãos ambientais, os quais não levariam em conta situações distintas envolvendo atividades de grupos locais socialmente fragilizados, de um lado, e a interferência de representantes de grandes interesses econômicos, de outro, meu interlocutor reconheceu que "esse é um outro argumento, esse é um outro argumento. E é bem diferente. Porque, de novo, quando se isola essa relação o que se tem por trás é uma relação absolutamente desigual, uma comunidade local discutir com uma grande papeleira ou

madeireira ou com o cartel da soja inteira ou com o governador do Mato Grosso". Porém, em seguida Licurgo propôs a seguinte reflexão:

> mas isso é descolar da situação humana, porque precisa, isso é natural, precisa regular esse bicho, esse animal. Porque é intrínseco ao ser humano degradar a natureza, é intrínseco. Qualquer estudo antropológico isento de uma ideologia, mais de direita ou de esquerda, que tente explicar, e isso é complicadíssimo porque a gente não consegue fazer isso praticamente, vai chegar à conclusão que é intrínseco. Você vê o seguinte, o animal homem busca conforto, conforto, facilidade, é isso que ele busca, busca prazer. Inclusive, numa discussão intelectual ou num jogo de futebol ele busca conforto, busca facilidade pra vida, esse é o padrão. Você pode negar tudo isso e criar uma comunidade alternativa. Tanto é assim que se diz alternativa, porque não está no padrão. Se você for falar de uma pequena comunidade, uma comunidade local, ela foge do padrão. Então você está querendo falar de algo que está fora do padrão geral. Em raríssimas situações isso acontece (...). Então, a discussão foge da racionalidade quando a gente impregna ela com um monte de utopia, mais um tanto de mito, mais um tanto de ideologia e aí vira um desastre porque você não consegue nem ter uma argumentação lógica pro confronto *(Licurgo - 2º geração - engenheiro florestal - 52 anos)*.

Como podemos notar, Licurgo interessou-se em enfatizar um comportamento "padrão", visto que o "que está fora do padrão geral" ocorreria "em raríssimas situações". Porém, como sabia que outros pesquisadores não concordariam com o comentário de que seria "intrínseco ao ser humano degradar a natureza" ou que nossa espécie seguiria um "padrão geral" pré-estabelecido, em algumas ocasiões lembrei de trazer esta discussão para que outros pesquisadores tivessem a oportunidade de comentar este tema. Durante minha conversa com a socióloga Rosa, fiz a ela o seguinte comentário: "em relação à população local, é uma espécie de lugar-comum entre alguns pesquisadores a idéia de que seres humanos são intrinsecamente destruidores da natureza. Com isso, se tira a premissa de que lugares onde têm gente haveria menos biodiversidade; isso validaria ações de conservação voltadas, principalmente, pra criação de unidades de proteção integral. Só que a gente sabe que tem muita gente que vive nesses lugares vistos como prioritários pra conservação. Como você vê essa situação?":

> há uma falta de compreensão sobre a natureza da coisa. Imaginar espaços não ocupados e justificar isso cientificamente é compreensível. Agora, uma vez que as pessoas estão ocupando aquilo ali, cada caso é um caso. Porque pode ter uma ocupação dentro de uma unidade de conservação que é de madeireiros que coletam madeira. Por outro lado, pode ter um camaradinha lá com sua agricultura de subsistência que pouco ou nada interfere naquele ecossistema. Os dois casos têm que ser considerados levando em conta o grau de interferência envolvido. Como socióloga não posso dizer que tem que tirar gente de unidade de conservação porque não sei quem são as pessoas que estão lá. Vão ter de me justificar muito bem porque não podem ficar lá. Consigo entender que se diga: "pô, o cara retira madeira e destrói uma série de coisas lá dentro". Agora, se o camarada está numa encostazinha prejudicando não sei o que desse tamanhinho assim, aí já não consigo entender. Por isso é impossível dar uma resposta pra esse tipo de coisa, porque parto do princípio que, e aí meu respeito aos biólogos e ambientalistas que trabalham nesses locais, temos de saber que situação é aquela, quem é aquela população, de que modo está inserida ali dentro. Por princípio retirar a população do ambiente é não entender que ela faz parte desse ambiente, é da natureza da coisa ser assim. Agora, efetivamente, se remove ou não remove, se faz isso ou aquilo, se consegue trabalhar de forma integrada, aí acho que cada caso é um caso e tem de ser discutido. Não cabe ao cientista social dar uma opinião definitiva. Acho que é obrigação dele entender o argumento de quem está querendo que as pessoas saiam ou porque têm que sair. Isso implica um trabalho de muitos cientistas juntos e que precisa ser feito junto com a comunidade envolvida. Por princípio estabelecer que precisa retirar as pessoas das unidades de conservação não consigo entender. Só consigo aceitar isso numa situação concreta *(Rosa -3º geração – socióloga - 46 anos)*.

Ao contrário de Licurgo, que reforçou a idéia de um "padrão geral" e de um suposto "caráter intrínseco" dos seres humanos, Rosa enfatizou a necessidade de se considerar "uma situação concreta", visto que, como "cada caso é um caso", estes "têm que ser considerados levando em conta o grau de interferência envolvido, quem é aquela população". Do mesmo modo, Rosa "parte do princípio que (...) a gente tem que saber que situação é aquela", sua conclusão foi que de "é impossível eu dar pra você uma resposta pra esse tipo de coisa", pois "não cabe ao cientista social dar uma opinião definitiva".

Mas outros pesquisadores, ainda que se mostrassem ainda mais críticos, reagiram de forma diferente às provocações que fiz a Rosa. Embora não tenha usado o termo adotado por Licurgo ("intrínseco"), este trecho do diálogo que tive com Arminda estabelece, mais do que interpretação discordante, um contraponto a posição sustentada por aquele eng. florestal:

> (*há um argumento que enfatiza que os seres humanos, as pessoas seriam naturalmente degradadoras do meio ambiente*) 'Naturalmente', isso para um cientista social é uma blasfêmia. Esse não é um argumento que eu ouviria. (*se diz que ter gente em um lugar diminuiria a biodiversidade existente nesse lugar*) Por quê? (*Se você quer saber, eu não concordo com esse argumento, mas ele é muito dito e repetido*) Esse é um argumento que não tem fundamento Cleyton. Você estudou antropologia? Você tem diferentes culturas econômicas, diferentes modos de realizar a sua sobrevivência, tem estratégias econômicas diferentes, percepções do meio ambiente, da natureza, percepções diferentes. Então, como você pode dizer que 'Os' seres humanos degradam o meio ambiente? Eu não sei quem é esse ser humano, é um ser mítico. Porque é tanta diversidade, se você olhar, você tem um fazendeiro fazendo uma coisa, um grupo indígena fazendo outra. Então, não existe esse ser humano que faz uma equação com o meio ambiente que seja necessariamente negativa, mas também não tem uma equação que seja necessariamente positiva. Esse é um argumento desinformado. Esse argumento é tão velho, pré-80 *(Arminda - 2º geração - antropóloga com graduação em biologia – 49 anos).*

Se Rosa enfatizou a importância de considerar que "cada caso é um caso" Arminda preferiu destacar, contrariando a idéia de "padrão geral", "diferenças": "diferentes culturas econômicas, diferentes modos de realizar a sua sobrevivência", "estratégias econômicas diferentes, percepções do meio ambiente, da natureza, percepções diferentes". Mas, se precisei tocar neste assunto para que meus interlocutores pudessem se manifestar sobre a idéia de que seres humanos seriam "intrinsecamente depredadores", às vezes isso não foi necessário. Foi o caso de Lúcio, geógrafo que, além de se mostrar bastante provocativo em certos momentos de nossa conversa, estabeleceu um contraponto em relação à visão sustentada por Licurgo:

> costumo dizer que os biólogos podem entender muito das espécies, mas entendem muito pouco dá sua própria espécie. Quer dizer, o homem não existe a não ser por meio das relações sociais que inventa, das significações da vida que ele inventa. Então, uma mesma espécie pode inventar uma sociedade depredadora e pode inventar uma sociedade que não seja depredadora. Então, uma sociedade pode inventar processos de destruição e processos de formação. As duas coisas estão presentes como possibilidades para essa espécie que somos nós *(Lúcio - 1º geração – geógrafo - 58 anos).*

Já quase no final de meu encontro com Antônio, quando falávamos sobre o perigo de se essencializar determinados grupos sociais (especificamente, aqueles hoje designados pela expressão populações tradicionais) este antropólogo comentou que seria preciso

> manter um culturalismo histórico dos modos de vida, de se respeitar às opções das pessoas e não impor determinadas opções a elas. O sujeito escolhe, e não a partir, mais uma vez, de essências, mas da sua própria história que está operando. Agora, a gente não pode pressupor que existe um cidadão abstrato e a gente querer impor isso, chegar lá com um modelo pronto: "agora é desenvolvimento econômico e vocês vão virar tudo isso". Eu não posso sustentar no debate que está tudo no mercado, que as pessoas precisam virar pequenos empresários e aí vamos ensinar no Brasil inteiro as pessoas a serem assim *(Antônio - 1º geração - antropólogo - 60 anos).*

As observações de Antônio abriram oportunidade para que lhe ponderasse que "essa essencialização acontece do outro lado também, pois alguns ambientalistas vão essencializar o potencial degradador das populações tradicionais", ao que meu interlocutor retorquiu:

> e os desenvolvimentistas vão essencializar o potencial do *business man* e então o negócio seria usar essa floresta, vender a carne, virar processador de carcaça. (...) lá no Acre é isso: vocês vão ser processadores de carcaça de subprodutos animais pro mercado, vão processar a madeira, vão ser microempresários, como se essa fosse a única forma de vida possível. Do outro lado dizem: vocês são, por definição, degradadores. É curioso, porque a figura do empresário moderno, num certo momento, se junta com essa imagem de ambientalistas. Porque é essa coisa que a gente tava falando, atualmente as alianças mudaram completamente e agora os empresários são mais corretos, porque pobre não respeita limite, pobre vai lá e detona mesmo, não tem regra, é aquela coisa da tragédia dos comuns. Quer dizer, tem o essencialismo da tradição, o essencialismo da modernização capitalista, o essencialismo da humanidade e da pobreza. Como se não fosse possível ter uma trajetória pessoal e coletiva que leve esses moradores daqui a pouco a um modo de vida que use a floresta com pouco impacto e usufruindo a qualidade de vida da floresta, da mata. Não dá pra aplicar ou essencializar nenhuma dessas trajetórias possíveis (*há uma indeterminação*). Há uma indeterminação mesmo *(Antônio - 1º geração - antropólogo - 60 anos).*

Outro momento em que Antônio relativizou possíveis generalizações ocorreu quando chamou atenção, para as diferenças entre dois grandes biomas brasileiros. Segundo ele, neste caso pode haver "coisas muito particulares", pois, "se a Amazônia é diferente [da Mata Atlântica], por isso que você tem que pensar diferente":

> eu acho que as razões dos ambientalistas radicais são diferentes também, eu presto muita atenção nas discussões deles sobre a questão da degradação. Eu penso muito antes de detonar o pensamento dos xiitas nessa região de Mata Atlântica, porque eles expressam também essa atitude pragmática e de estarem... Porque, por exemplo, você faz uma assembléia e bota todo esse mundo, esse povo, bota um representante da árvore, do macaco, dos camponeses, dos latifundiários, dos pescadores, é uma assembléia diferente da que acontece na Amazônia, onde você coloca esses representantes todos, mas lá você tem uma liberdade maior, uma área maior. E aqui você tem menos, e quando você tem menos é muito complicado e dramático e aí você talvez tenha que pensar numa maneira pra garantir isso tudo. Bom, tem umas coisas muito particulares, se você está trabalhando num manancial e tem uma cidade que está ali em baixo. Se a Amazônia é diferente? Certamente é diferente, por isso que você tem que pensar diferente.

Voltando ao ponto de vista de Licurgo, ao comentar com Nicolau que se diz "que as populações já estavam antes nesses lugares", este retorquiu: "mas não é sempre verdade. Em geral não é verdade. E se estão nesses lugares, estão numa esquina desse lugar, estão aqui e ali, mas então dão todo o resto". Em seguida, apesar de concordar com minha afirmação de que "esses lugares onde existem populações tradicionais estão preservados porque justamente existe aquelas populações ali", Nicolau ampliou sua resposta relativizando tal concordância:

> claro, esse argumento tem validade, ou seja, é verdade. Mas essa gente não fez mais dano porque não tiveram condições de fazer. Primeiro porque não eram donos da terra, em geral porque tinham outros, um fazendeiro, um seringalista, brigando pela mesma terra e que não deixavam eles se expandirem. Então eles não destruíam muito, estavam rodeados de selva, mas entregar a floresta para eles! Como está acontecendo com as reservas extrativistas no Acre e Rondônia todas, já tem mais de 20 ou 30 por cento

> desmatado (...). Não existe nesse mundo nenhum lugar onde o homem não tenha ido e, às vezes, vivido, mas isso não quer dizer que a presença do homem favorece a natureza, esse não pode ser um argumento usado pra meter gente nos parques *(Nicolau - 1º geração – agrônomo, engenheiro florestal e entomologista - 67 anos)*.

A idéia de que "essa gente não fez mais dano porque não tiveram condições de fazer" surgiu em outros depoimentos. Ligado a esta possibilidade, um argumento compartilhado por alguns pesquisadores que explicaria o fato de que áreas ocupadas por populações tradicionais seriam mais preservadas do que outras refere-se à "capacidade tecnológica" disponível a estas mesmas populações. Este foi o caso de Florêncio:

> então, quer dizer, as regiões onde a colonização européia massacrou a fauna foram as mesmas regiões onde ela massacrou os povos nativos. Sobrou onde? Sobrou povos nas áreas que eram inacessíveis por doença. Agora, o que sobrou? Sobrou um novo equilíbrio que foi atingido entre esses povos tradicionais, com uma capacidade tecnológica relativamente baixa, se comparada aos padrões europeus, e as espécies difíceis de serem extintas. Porque as espécies maiores, espécies de grande porte, elas já dançaram a 11, 10, 9, 8 mil anos atrás (...). O que sobreviveu? As espécies de porte um pouco menor, que tendem a ter tamanho populacional e fecundidade maior e conseguem agüentar pressão de caça com arco e flecha. Aí tudo bem. Agora, o que você tem hoje em dia no Brasil? 85% das populações tradicionais caçam com armas de fogo. E aí? Quem te garante que uma população de animais que foi capaz de enfrentar com sucesso séculos de exploração com arco e flecha vai conseguir agüentar da mesma forma e enfrentar a exploração com arma de fogo. É uma situação muito diferente. Você olha um porco do mato, uma queixada, queixada é uma espécie que está declinando de uma forma extremamente rápida, uma espécie que era comum há 40 anos e hoje em dia é uma espécie muito mais difícil de achar. Agora, por quê? Você pega um grupo indígena, por exemplo, que caça com flechas, se tem uma vara de 100 queixadas, jamais vai conseguir matar todas com arco e flecha *(Florêncio - 3º geração – biólogo – 47 anos)*.

Embora usando outros exemplos, o componente "tecnológico" ressaltado por Florêncio (neste caso, especificamente relacionado à mudança da caça de "arco e flecha" para a "exploração com arma de fogo") também foi mencionado por Licurgo. Em outro momento de meu encontro com este pesquisador - como vimos, extremamente crítico ao papel das populações locais no que tange às estratégias de preservação ambiental -, ponderei a ele que nos "lugares onde haveria maior biodiversidade ou que estariam mais conservados seria justamente os lugares onde vivem populações tradicionais". Neste caso meu interlocutor também se preocupou, como Florêncio, em enfatizar a questão "do ponto de vista do desenvolvimento tecnológico" destas populações:

> de novo, refuto também! Está bem, refuto parcial. Qual é a situação? E aí vale uma discussão que é muito mais profunda, ok? Há uma certa correlação, sim, entre a existência de populações ditas tradicionais ou primitivas, chamem como quiserem, e uma maior, como é que eu vou dizer, uma maior...primitividade também da natureza, (...) de ser primitiva mesmo, de não ser alterada ou de ser pouco alterada. É bem fácil, pega um grupo de índios não contatados e veja como eles vivem e o efeito que provocam na natureza! Não dá pra deixar de discutir numa hora dessas que os indígenas brasileiros nunca chegaram na idade do metal. Do ponto de vista de desenvolvimento tecnológico, eles chegaram no máximo na cerâmica, entre a pedra e a cerâmica, ok? E com essa tecnologia, não desenvolveram nem o machado, pra falar no mínimo, muito menos a moto-serra, muito menos o trator. Com isso, o impacto que eles provocam é muito pequeno. Sem contar uma densidade demográfica baixa. Então quando você tem, eu poderia dizer assim, uma enorme área indígena com poucos índios lá dentro, é óbvio que ela é intocada se você comparar com Santa Catarina, Rio Grande do Sul e outras áreas colonizadas por imigrantes europeus (*Então haveria maior biodiversidade nesses locais porque os indígenas seriam menos evoluídos?*) Tecnologicamente falando! Não há a menor dúvida que a única relação de preservação da natureza com as ditas populações tradicionais ou primitivas ou indígenas ela se dá exclusivamente com

> base em três tópicos: falta de tecnologia para agredir com mais força a natureza; o que está associado freqüentemente com falta de capital pra adquirir a tal da tecnologia; e tamanho de população e densidade rural. E essas coisas se misturam entre si, porque se você tem tecnologia, tem aumento de população. Na medida em que tem tecnologia, tem capacidade de geração de mais alimento e aumenta a população e assim por diante *(Licurgo - 2º geração - engenheiro florestal - 52 anos)*.

Neste caso, o caráter universal está implícito, por um lado, na tendência geral à incorporação de inovações tecnológicas (que aparece na frase: "indígenas brasileiros nunca chegaram na idade do metal, do ponto de vista de desenvolvimento tecnológico") e, por outro, na idéia de que maior quantidade de alimento e capital levaria a um descontrolado e perigoso "aumento da população". Sobre esta possibilidade, Aurora construiu um raciocínio parecido ao de Licurgo. Ao comentar com ela que "quando você tem uma reserva extrativista você vai ter que se submeter a certas regras e vai ter um controle maior", minha interlocutora ponderou:

> eu posso dizer que a curto prazo eu vou ter conservação porque eu estou trabalhando com uma escala de grandes áreas, população reduzida e baixa tecnologia. Ai é uma questão de você brincar com isso. Se aumentar população vai aumentar a pressão sobre os recursos. Se você aumentar população e aumentar tecnologia a conservação está condenada. Então, são esses três elementos que tem que ser considerados. Se eu estou trabalhando no cerrado, por exemplo, numa área pequena. Se aquela população aumentar ou eu disponibilizar tecnologia, você está condenando a conservação, porque não há como manter isso em termos ecológicos.

Como tentei trazer, sempre que possível, perspectivas que divergissem, comentei com Ana que haveria "um argumento contrário às populações tradicionais é: 'bom, é só chegar o capitalismo que elas vão depredar; é só chegar essas tecnologias modernas e chegar mercadorias e aquilo adquirir valor econômico e aí eles não vão...", ao que ela reagiu dizendo:

> é um argumento simplista, acho. Claro que sabemos que o mercado tem força, e isso não só aqui no Brasil. Você lê literatura antropológica, de antropologia ecológica. Em várias outras sociedades no resto do mundo é isso que está acontecendo. A tecnologia, os confortos da modernidade são extremamente atraentes, a vida pode ser facilitada em vários aspectos, por exemplo, tempo de trabalho. A princípio as pessoas vão querer incorporar isso. Agora, não quer dizer que toda vez isso vá acontecer. Elas podem ter uma organização política, uma compreensão do processo todo que fala: "tudo bem, a gente vai adquirir umas coisas, mas vai até aqui, não queremos ir até ali; vamos permitir aquilo, mas não vamos permitir isso". Então, do mesmo modo, não dá pra generalizar *(Ana - 3º geração - ecóloga humana - 44 anos)*.

O depoimento de Ana se contrapõe aos de Licurgo e Aurora. Se esta sugeriu que "se aquela população aumentar ou eu disponibilizar tecnologia, você está condenando a conservação", Ana, por sua vez, chamou a atenção de que "isso não quer dizer que toda vez vai acontecer isso" e que, portanto, segundo ela, "da mesma forma, não dá pra generalizar". Mais uma vez vemos, no caso de Aurora, a ênfase na tendência dominante de determinando um cenário hipotético futuro e, no caso de Ana, a atenção voltada para a importância de se considerar exceções à regra como possibilidade relevante a ser levada em conta.

Voltando ao depoimento de Licurgo, este revelou um componente recorrente nos discursos sobre populações locais e biodiversidade (que veremos mais amiúde no tópico específico relacionado à questão das populações tradicionais), o qual diz respeito ao ainda

incipiente contato de muitos grupos rurais e/ou indígenas com sociedades urbano-industriais. A isto se soma outro elemento também recorrente: a idéia de que áreas ocupadas por tais grupos sociais só mantêm elevada sua diversidade biológica devido à pouca ou à não "incorporação" de valores vinculados a uma sociedade capitalista ávida por consumo e comodidades. Contudo, esta situação (de pouco contato e incorporação de valores) seria algo destinado a desaparecer com o tempo, o que, no futuro, poderia implicar na adoção de práticas inadequadas no que se refere à conservação da biodiversidade. Sigamos, pois, com o depoimento de Licurgo:

> então é muito fácil ver o que índios, em todas as áreas do Brasil que já mantiveram contatos com outros grupos, estão fazendo: incorporaram a tecnologia e compraram e andam de camionete ou de avião. E pra isso tem que explorar ouro ou diamante, que é mais fácil, ou vender madeira pra poder manter o que ganharam de tecnologia. Tecnologia não! Pra manter o que ganharam de bem-estar ou de facilidade por causa da tecnologia. Ou seja, é muito melhor andar de camionete, de barco a motor ou de avião. E pra isso precisa pagar, precisa ter capital. Esse capital é feito de alguma maneira. Que pode ser, em geral, por parte dos indígenas, com recursos naturais, ouro, diamante, madeira ou arrendamento de terras pra agricultura. Só na Chapada dos Parecis, há dois anos, foram desmatados mais de 30 mil hectares de cerradão em arrendamento pra fazendeiros no Mato Grosso. Os mesmos desgraçados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul que já desmataram todo o resto e estão lá dentro de área indígena totalmente, entre aspas, legalizados num processo de arrendamento de áreas desmatando tudo para plantação de soja pra exportação. Isso é população tradicional? (*Licurgo - 2º geração - engenheiro florestal - 52 anos).*

Após Juvenal comentar que precisamos "levar em conta que a maior causa da extinção das espécies é a diminuição dos espaços de vida desses animais, mas, em geral, as populações tradicionais não causaram tanto dano, essa pressão foi sim exercida agricultura moderna e pelo sistema industrial que acabaram com muitas espécies", ponderei a este geógrafo: "aí entra um argumento contrário que diz que, se eles são tradicionais, isso é uma questão de tempo; uma hora eles vão se transformar ou se incorporar ao circuito capitalista e quando tiverem acesso à tecnologia vão destruir tanto quanto os outros já fizeram", ao que Juvenal respondeu:

> essa é uma visão evolucionista, que vê que o capitalismo é o único caminho que a humanidade pode seguir. Fato é que o avanço do sistema urbano-industrial é uma opção, a opção dominante na maioria das sociedades, mas você também pode pensar outras alternativas, isso não é um processo evolutivo. Eu não sou um ingênuo ou um marxista que acha que o socialismo vem através da superação do capitalismo. O que eu acho é que as coisas podem ser diferentes. Então não há um caminho pré-determinado, é sempre uma opção que a sociedade adota. E essas populações locais não se transformam em capitalistas, o que acontece é que eles são expulsos do sistema. Muitos já não se acostumam ao trabalho assalariado (...). Então, neste contexto, não resta alternativa para eles, a alternativa é a ponte. (*a ponte?*) É. É passar a viver embaixo da ponte, dos viadutos *(Juvenal - 3º geração – geógrafo - 44 anos).*

Embora usando outros termos, como Ana (que também chamou a atenção para o fato de que "as coisas podem ser diferentes") Juvenal ressaltou a possibilidade de se fazer uma outra "opção". Assim, contrapondo-se "a opção dominante" (que equivale, em larga medida, à expressão "o padrão geral" usado por Licurgo) relativa ao "sistema urbano-industrial", haveria ainda assim, segundo ele, a possibilidade de se "pensar outras alternativas".

Ponto de vista semelhante pode ser encontrado no depoimento de Lúcio. Quando este geógrafo comentou comigo que, "no caso dos seringueiros, essas populações dispõem de um

conhecimento que é original, singular e que é fundamental para o processo de conservação", lhe retorqui dizendo: "mas sobre esse ponto, certas pessoas vão dizer que, tá, eles tem esse conhecimento, mas isso é porque ainda não chegou a tecnologia, não chegou o capitalismo pleno e se a gente deixar na mão deles vai dar problema, no futuro eles não vão mais preservar". Provocado pela minha contra-argumentação, Lúcio retorquiu:

> aí que eu falo! Essas pessoas não se colocam nunca que o próprio problema da devastação não diz respeito apenas à idéia de chegar ou não até aquela população. Aquela população que devasta ela é mais uma que vai ser incorporada à lógica geral de devastação que vem da sociedade da gente, e esses ambientalistas não querem encarar o problema da sociedade deles. Aí começam a querer paternalizar o outro quando o outro muitas vezes possui uma prática que é perfeitamente sustentável. Quer dizer, o problema está na sociedade dele e ele não quer encarar esse problema. Aí a gente vai começar a fazer o quê? Museus de plantas e animais? Quer dizer, o problema está neles, esses ambientalistas não vêem os problemas ambientais como problemas da sociedade deles. Eles continuam com o mito moderno da natureza intocada tão bem denunciado pelo Diegues. Dizer que aquelas populações estão lá daquela maneira porque o capitalismo ainda não chegou, ora, mas é justamente por isso que luto contra o capitalismo, pra que não chegue lá, que essas populações possam gerir um patrimônio de conservação (...). Porque isso chegou a esse ponto como um acúmulo da história do capitalismo. Agora, certos ambientalistas não querem encarar o capitalismo, mas querem se colocar como se fossem proprietários da lógica da conservação, quando na verdade essa lógica está na incompreensão desses ambientalistas sobre a natureza da própria espécies deles. Dizem que a espécie humana é devastadora, mas na verdade essa espécie só vai ser devastadora se organizada pra isso, como são as formas de organização sociais características do capitalismo. E essa forma tem que ser combatida e não só tentar proteger o ambiente. É preciso pensar que aquelas populações dispõem de um patrimônio de saberes e que a humanidade precisa desses conhecimentos. E se o capitalismo chegar lá, não vai ser só a natureza que vai ser devastada, também vamos prescindir desses conhecimentos *(Lúcio - 1º geração – geógrafo - 58 anos)*.

Florêncio foi outro pesquisador que também reconheceu, como disse Lúcio, que se trataria de uma "devastação que vem da sociedade da gente" ao mencionar o fato de que seria preciso "conservar a natureza dos efeitos causados por nós". Porém, contrastando com os depoimentos de Lúcio, Florêncio elaborou uma reflexão bem distinta ao divergir radicalmente da "visão socioambientalista" que, segundo ele,

> parece uma escola baseada na descoberta de que a grande panacéia pra resolver o problema das galinhas é botar a raposa dentro do galinheiro. Ou seja, a grande panacéia pra conservação, que justamente é conservar a natureza dos efeitos causados por nós, é trazer o homem pro contato mais próximo com ela. E que, satisfazendo todas as necessidades daquela população ali vai ter um bom efeito pra natureza. Isso me parece um pouco a versão ambiental da mão invisível do Adam Smith. Aquela coisa, ah! não se preocupem com os pobres, vem o desenvolvimento e vai resolver o problema dos pobres; então, qualquer coisa que você fizer no seu próprio interesse vai ter um benefício que vai ajudar todo mundo. Do mesmo modo, qualquer coisa que você fizer dentro do mato, utilizando o mato pro seu interesse, tudo bem, isso vai ser bom pra natureza. Às vezes eu acho que em parte essas idéias fazem parte de agendas políticas que não estão expressas, aquilo na verdade que as pessoas não diriam. Mas se olharmos bem, no fundo o que está dito é: "vamos tomar posse desse recurso que está conservadinho aqui pro meu grupo de interesse; e esses recursos não vão mais pertencer à humanidade, muito menos ser dos próprios bichos que vivem lá, vamos botar esses recursos a favor do meu grupo de interesse".

A crítica de Florêncio ao fato de que haveria "um grupo de interesse" interessado no "recurso que está conservadinho aqui" não deixa de ser uma crítica a interesses particulares que estariam competindo com aquilo que seria "bom pra natureza" e/ou que iria "ajudar todo mundo". Mas sigamos com os contrapontos.

Uma interpretação próxima, mas, ainda assim, diferente da resposta de Lúcio surgiu durante depoimento de Arminda, pesquisadora que se queixou do fato de que a maioria dos biólogos seguiria "um raciocínio determinista, causal" e, como decorrência, não conseguiriam "entender as nuanças". Além disso, da mesma forma que Juvenal, esta antropóloga ressaltou o caráter "evolucionista" quando lhe ponderei que haveria "um argumento que diz que essas pessoas [populações tradicionais] simplesmente preservam porque, aspas, o capitalismo não chegou a elas, porque elas não têm ainda acesso à tecnologia e informação". Ao fazer este comentário, Arminda começou sua resposta devolvendo minha pergunta indagando:

> você estudou campesinato? (*Já*). Já conviveu com camponês? (*Um pouco, só que com um camponês muito particular, do Rio Grande do Sul*). Você vai numa propriedade quilombola, digamos, que está sendo reconhecida. Você vê um uso da terra coletivo, existe ainda, ou um uso da terra particular, mas com a distribuição feita por associações; e você vê, do lado, um fazendeiro. Claro que tem aí lógicas econômicas diferentes, não é atrasado, não adiantado, isso é um evolucionismo fora de moda, no mínimo. Escrevi um artigo que os biólogos gostam muito (...). Uso argumentos pra biólogo entender [a diversidade socioambiental]. Escrevi de ficar irritada com a ignorância dos biólogos. Porque não vêem que há estratégias econômicas diferentes, que tem culturas ecológicas diferentes. Essas duas variáveis vão ser responsáveis pelo modo como as pessoas, um grupo social, uma coletividade ou categoria social se relaciona (...). Na Amazônia, tem fazendeiro tradicional, fazendeiro recém migrado, tem camponês da transamazônica, camponês ribeirinho, índios isolados, índios que comercializam esporadicamente, índios assalariados, morando em cidades, então tem uma diversidade de condições socioambientais. Você não pode falar que: "o homem faz". Isso é muito antigo. Então, achei que estava escrevendo uma coisa óbvia ululante, mas os biólogos até que gostaram ou então cientistas sociais que trabalham com biólogos me dizem: "foi tão bom que você escreveu isso, porque posso mostrar essa diversidade". Estes argumentos são muito pobres, são ignorantes. E aqui estou falando ignorante apenas no sentido de falta de conhecimento, falta de formação básica, de educação a respeito de questões sociais. Porque os biólogos não vêem isso, eu sei porque me formei em biologia. São poucos os biólogos que tem uma trajetória, uma leitura mais abrangente. E tem muito biólogo daqui pedindo ajuda, que vem fazer meu curso, porque sabem que precisam da compreensão das ciências sociais. Porque eles têm um raciocínio determinista, causal. Então, do ponto de vista deles, não conseguem entender as nuanças. Ah! Porque se põe gente dentro... Escuto tanto isso, Cleyton! (...) as coisas que escrevi falam muito sobre isso. Porque minha trajetória, se quer saber, é de convivência com biólogos, então sei como eles pensam, sei o que eles precisam ouvir *(Arminda - 2º geração - antropóloga com graduação em biologia – 49 anos)*.

Esta última citação de Arminda (criticando a "falta de conhecimento, falta de formação básica, de educação a respeito de questões sociais" por parte de biólogos de uma forma geral) aponta para outro aspecto recorrente durante as entrevistas: referências diretas sobre a atuação de cientistas sociais e cientistas naturais (e suas respectivas disciplinas) na discussão sobre áreas protegidas e populações locais. Vejamos, pois, como elas apareceram nos depoimentos.

6.5 Operacionalizando distinções disciplinares: novamente os "sociais" e os "naturais"

Ainda que distinções disciplinares surgissem aqui e ali, este procedimento foi, como no caso de Arminda, recorrente nas entrevistas. Bibiana, por exemplo, ao lhe perguntar qual sua "avaliação sobre conflitos envolvendo áreas protegidas e populações locais", respondeu da seguinte forma: "aí tem dois enfoques: o enfoque das populações tradicionais, muito apoiadas pelos antropólogos, sociólogos, e o viés da proteção da natureza dos ecólogos, biólogos e cientistas que têm realmente uma cabeça que é a de salvar o que ainda dá pra salvar". Vimos

Lúcio revelar que costuma "dizer que os biólogos podem entender muito das espécies, mas entendem muito pouco dá sua própria espécie". Mas esta categorização disciplinar - só que no sentido inverso - também foi feita por Nicolau ao comentar, no item 6.1, que no passado, "quando não existia toda essa banda de sociólogos e antropólogos, as coisas se resolviam muito bem". Apesar disso, este último reconheceu que, quando "era chefe do serviço florestal (...), também tinha antropólogos e sociólogos, tinha essa gente, porque você precisa deles pra manter o diálogo com a comunidade, você precisa". Porém, segundo Nicolau, a diferença em relação ao presente é que "antes nenhum deles propunha meter pessoas dentro dos parques".

Outro pesquisador que fez referência crítica às ciências sociais foi Joca, só que, no seu caso, feita "de dentro" na medida em que, diferentemente de Nicolau, aquele tem formação e se reconhece como historiador. Tal como Arminda expôs a "falta de conhecimento, de formação básica, de educação a respeito de questões sociais" de muitos biólogos, Joca afirmou haver relativo "desconhecimento" de certas questões por parte de alguns cientistas sociais:

> percebi que, além de setores da esquerda, muita gente das ciências sociais também acabou adentrando ao campo do ambientalismo desconsiderando a perspectiva de grupos que já atuavam e refletiam sobre a questão da conservação muito antes deles. Então toda a discussão sobre biodiversidade, processo evolutivo, extinção de espécies, muitas vezes, é desconhecido, mal conhecido ou estereotipado por cientistas sociais que trabalham na área de conservação da natureza e de áreas protegidas *(Joca - 3º geração – historiador - 43 anos)*.

Licurgo foi outro pesquisador que criticou à atuação de cientistas sociais - neste caso, especificamente, antropólogos - durante sua entrevista, como no trecho citado abaixo:

> os antropólogos, prioritariamente os antropólogos, muito mais do que os sociólogos em geral que estão mais atentos a certas coisas, os antropólogos vão ficar numa discussão, vão ficar brigando com os conservacionistas por causa de quilombolas dentro dos parques. O que é uma burrice da parte dos antropólogos, e aí eu estou assumindo que os conservacionistas estão mais avançados nesse processo. E o que vai acontecer é que ambos vão perder a guerra geral, isso é suicida pras sociedades humanas *(Licurgo - 2º geração - engenheiro florestal - 52 anos)*.

Mas Licurgo, além da crítica feita aos antropólogos e de, novamente, fazer referência a uma discussão mais ampla através da expressão a "guerra geral" e da referência às "sociedades humanas", de certa forma inverteu uma questão anterior que havia lhe feito sobre a diferença de poder existente entre grupos sociais diversificados e a atuação dos órgãos ambientais[276]. Ao invés de considerar a condição subalterna de muitas populações locais, fez referência à condição de inferioridade que se encontram as UCs de proteção integral, mas, sobretudo, ao fato de que "antropólogos" estariam criticando estas últimas em detrimento de outras ações responsáveis por grandes impactos sociais e ambientais:

[276] Quando Licurgo critica antropólogos dizendo que sua atuação seria "suicida pras sociedades humanas", há novamente a referência à valorização do geral em detrimento do particular. O mesmo pode ser visto na próxima citação, quando ele se refere à "possibilidade de sobrevivência pra todo mundo" e a sua luta "contra a destruição do planeta". De fato, a tensão entre particular e universal, global e local, regra geral e exceção, sociedade nacional e grupos sociais específicos é recorrente neste capítulo, dupla ênfase esta presente em vários trechos aqui citados.

> não vejo, de fato, uma luta dos antropólogos pra defender os povos do Cerrado e da Amazônia contra a expansão da pecuária e da agricultura. De fato ela não existe, o que existe é uma luta contra unidade de conservação e não contra a destruição do planeta. Isso é insano, insensato, existe uma luta contra o capital e as unidades de conservação, mas não contra o processo. Você não vê uma luta de nenhum antropólogo pela conservação, pra que essa luta abra uma possibilidade de sobrevivência pra todo mundo. Não, isso não. Eles são contra as unidades de conservação porque tolheram a liberdade local e são contra o capital, porque o capital é global, é ruim, porque toma conta de tudo. Mas não são contra a destruição ambiental. Esse é um problema crítico e estou fora dessa *(Licurgo - 2º geração - engenheiro florestal - 52 anos)*.

No caso de Bolívar - tal como Bibiana (que trabalhou em Guaraqueçaba) e Anita (na Ilha Grande fluminense) -, este relatou que esteve envolvido durante muito tempo diretamente com determinadas áreas onde há unidades de conservação, o que fazia com que durante a entrevista suas respostas estivessem, como as de suas duas colegas, muito marcadas por estas experiências. Quando este pesquisador falava sobre suas pesquisas na Ilha do Cardoso (que hoje integra em seu interior uma unidade de conservação de uso indireto), comentei com ele: "você deve ter encontrado muito cientista social por lá. Como é que foi essa relação?", ao que Bolívar alegou que "houve um grande embate com eles". Perguntei-lhe então: "vocês se encontram lá ou é uma coisa separada?" e, mais uma vez, meu interlocutor reconheceu: "é bem distante. Infelizmente, é bem distante, infelizmente, nunca teve uma aproximação maior". Porém, além de ressaltar esta "distância", quando comentei que havia entrevistado "uma pessoa que trabalha na Ilha Grande e lá parece que há uma troca pelo menos", Bolívar voltou a enfatizar algumas diferenças que separariam o "antropólogo" do "biólogo":

> eu acho que deveria ter. Eu acho que deveria ter (...). Mas aí a visão do antropólogo é: "ah! são rituais", mas a visão do biólogo é: "por que ele come carne? Está faltando carne? Isso é uma influência do ambiente?". Nessa linha é que a gente está tentando buscar qual que era a produtividade de carne que poderia ter ali e quantas pessoas poderia sustentar (...). A grande maioria dos cientistas sociais quer apoiar as questões sociais, vamos dizer assim, das minorias. Mas pra gente, eu estou somando um mais um: "ó, está acontecendo isso" *(Bolívar - 3º geração – biólogo - 41 anos)*.

Já vimos, no item 6.2, um trecho do depoimento de Bolívar em que este mencionou algumas diferenças metodológicas e epistemológicas que afastariam biólogos de cientistas sociais. Apenas para relembrar, segundo este biólogo, "o problema maior de cientista social que eu vejo é o seguinte: como eles não trabalham com ciência no sentido de quantificar em termos estatísticos, aqui tem uma hipótese nula ou alternativa e você testa isso, pra gente isso fica muito difícil de discutir. Se provo que áreas que tem gente têm uma diversidade menor, vou provar isso com um monte de réplicas e estatísticas" (ver p.362). Embora não seja, obviamente, uma resposta a Bolívar, Juvenal, além de também mencionar diferenças "de método", estabeleceu um contraponto às observações feitas pelo seu colega:

> a discussão tem muita emoção quando entra no tema dos métodos. Muitos cientistas não aceitam idéias e argumentos de outros cientistas por causa do método que aplicam. Muitos pesquisadores das ciências exatas dizem que cientistas sociais não fazem ciência, fazem qualquer coisa, mas isso não é ciência. Só que dizem isso sem entender os métodos de pesquisa que vem das ciências sociais. Acho que precisamos ver em qual contexto qual método é mais apropriado. Não quero dar argumentos pra botar fogo nessa

> briga entre estas formas de pensamento. Acho que podemos complementar mesmo nosso pensamento, isso não deve ser uma luta por quem tem a verdade *(Juvenal - 3º geração – geógrafo - 44 anos)*.

Em seguida a estes comentários críticos sobre "diferenças de método" entre "ciências exatas" e "ciências sociais", Juvenal tocou novamente na tensão, vista no item anterior, entre perspectivas generalizantes contrapondo-se a situações mais circunstanciais ao ponderar que

> uma das questões principais que eu estou sempre destacando [é que] não temos soluções gerais para todos os casos, nós precisamos sempre avaliar a situação específica para cada projeto. Nós precisamos sempre contextualizar. Isso é o mais grave erro das ciências exatas. O sistema de pensamento nas ciências exatas pega simplesmente alguns parâmetros, faz experimentos, compara uma coisa com outra e fala: "aquilo é melhor do que isto". Você sempre pode pegar um aspecto específico sem considerar o contexto e assim você consegue defender qualquer tese *(Juvenal - 3º geração – geógrafo - 44 anos*.

Ainda sobre aspectos que tenderiam a distanciar tanto a prática concreta quanto o modo como "biólogos e cientistas sociais" observam a realidade a sua volta, Arminda reconheceu:

> claro que sempre vai existir tensão entre biólogos e cientistas sociais, porque são duas orientações muito diferentes, pensamentos e compreensões diferentes e quando não tem pessoas que façam uma mediação neste campo, vira isso que você falou que não existe [divisão entre dois lados com visões distintas], mas que existe. (*Acho que existe também, a idéia não é negar a polarização, mas problematizar ela*) Existe nos fóruns de discussão, quando você vai em congressos de unidades de conservação, existe. É uma polaridade que é ideológica, de visão de mundo, de compreensão da terminologia da conservação, de lutas por significados, de lutas pela realização de uma visão de como atacar um problema que é real *(Arminda - 2º geração - antropóloga com graduação em biologia – 49 anos)*.

Arminda mencionou acima que a "divisão em dois lados" se manifestaria, sobretudo, "nos fóruns de discussão" relacionados às UCs. Sobre esta característica, apesar do contraste em relação à perspectiva de Arminda, Bolívar relatou um episódio específico em que, durante "um simpósio", teria se encontrado com um colega antropólogo bastante conhecido e citado quando se trata do tema das populações locais e áreas protegidas:

> a única vez que eu topei assim com antropólogo foi em um simpósio com [cita o nome de um antropólogo]. Aí mostrei os dados de carne, quanto que foi produzido, quantas pessoas moram, lotou o auditório. E aí o [antropólogo] chegou lá e começou a contar uma história: "ah! Eu conheço um pescador, um velhinho...". Enfim, contou uma fábula. E aí o velhinho sabe o efeito na diversidade quando ele queima a roça, porque depois ele muda, sem nenhum dado cientifico, sem nenhuma medida. E todo mundo adora isso, porque é meio incômodo se a gente mostra que comunidades primitivas nunca viveram em harmonia com o ambiente, que nunca deu certo ou, se deu certo, foi quando tinha populações muito pequenas *(Bolívar - 3º geração – biólogo - 41 anos)*.

Mas Bolívar (ao se referir a um "simpósio" específico) e Arminda (ao ressaltar que a divisão em lados aparece muito em "fóruns de discussão" e "congressos de unidades de conservação") não foram os únicos a considerar encontros como estes como espaços onde a divisão entre cientistas sociais e cientistas naturais tenderia a ficar mais evidente. Este foi o caso de Horácio, antropólogo que, ao lembrar de um dos primeiros encontros realizados para discutir o SNUC, alegou que, quando se trata de populações locais e áreas protegidas, a distinção entre cientistas sociais e cientistas naturais já estaria presente desde os anos oitenta:

> a gente participou muito daqueles debates sobre elaboração do SNUC. Na primeira reunião, em 86, que eu me lembro que teve no congresso nacional, eu participei de uma reunião na Câmara. Eu praticamente

> era o único antropólogo com voz discordante dos ecólogos, biólogos e burocratas do IBDF. Eles quase me bateram fisicamente. Eles diziam: "mas, afinal, o que é que faz um antropólogo aqui". E eu disse: "o antropólogo está aqui porque vocês têm o mesmo direito de estar aqui do que eu e do que o resto da sociedade, esse é um debate social, não é um debate ambiental apenas, ambiental no sentido natural, vocês estão equivocados" *(Horácio - 1º geração - antropólogo – 64 anos)*.

Considerando o que vimos no item 6.2, onde constam depoimentos de entrevistados sobre pesquisa científica e aspectos ideológicos a ela associados, seria difícil sustentar que haveria diferença fundamental entre cientistas sociais, cientistas naturais e pesquisadores de outras áreas. O que se pode notar, sim, é que são profundas as divergências sobre este ponto específico entre aqueles com quem pude conversar. Por outro lado, se, como indicam os depoimentos anteriores, tais diferenças disciplinares foram reforçadas, em alguns casos elas também foram relativizadas. Apesar de Horácio mencionar que, "aceitem ou não, acho que essa questão de ideologização tem muito a ver com a idéia de que as ciências naturais não são afetadas por ideologias e que as ciências sociais são" (o que, segundo ele, "não é verdade"), logo a seguir este antropólogo reconheceu: "fica complicado seguir por esse caminho, porque daí vira um debate em que um acusa o outro". Assim, a despeito de Horácio contar que decidiu marcar posição "discordante" frente a "ecólogos, biólogos e burocratas do IBDF", ele também notou um fenômeno peculiar ao qual chamou de "reforços inesperados":

> no movimento ambientalista tem dois temas que dividem. Sem duvida, um é a questão do espaço dos parques e áreas protegidas, todo mundo sabe disso (...). Então, não é novidade que aqui no Brasil as concepções se racharam em parte por causa da visão diferente sobre conservação da natureza, sobretudo, a partir da questão dos parques e áreas protegidas. Um outro aspecto dessa nossa perspectiva foi que a gente recebeu reforços inesperados. Eu achava que nós iríamos, na área acadêmica, receber reforços mais das ciências sociais, e não foi o caso. Um número muito maior e cada vez maior de biólogos começou a ir nos cursos da gente. Porque nós dávamos e damos um ou dois cursos por ano e cursos para 40 pessoas do Brasil inteiro. E faz 15 anos que nós damos esses cursos e o pessoal vem, até hoje vem. E o que acontece? Essas idéias começaram a ser difundidas e acabou que começou a balançar um pouquinho aquele monolitismo das políticas públicas em relação aos parques. E esse jovens, que de uma ou outra forma tinham contato com a literatura que a gente vinha produzindo, acabaram entrando para o IBAMA, no Ministério do Meio Ambiente e hoje as coisas estão seguramente rachadas. Nós perdemos muitas batalhas e ganhamos algumas outras *(Horácio - 1º geração - antropólogo – 64 anos)*.

Apesar de Horácio reconhecer que as coisas "estão seguramente rachadas" e de que seria preciso enfrentar "batalhas" (indicando um ambiente dividido), meu interlocutor também mencionou sua surpresa em verificar que os "reforços" para estas "batalhas" não teriam vindo tanto "das ciências sociais", mas de "um número muito maior e cada vez maior de biólogos". Este contato mais próximo, bem como possibilidades de intercâmbio entre cientistas sociais e cientistas naturais também surgiu no depoimento de Rosa, socióloga que revelou não se sentir nem um pouco desconfortável em "trabalhar com biólogos":

> mas, enfim, eu tenho essa característica como pesquisadora, esse diálogo interdisciplinar pra mim não é tão doído como é pra outras pessoas, talvez porque eu venho fazendo isso, muito devagarinho, há bastante tempo. Ao mesmo tempo, tenho curiosidade e gosto principalmente do campo do conhecimento da biologia. Então eu gosto de ler, não tenho dificuldade de entender determinadas coisas. Enquanto pesquisadora, eu tive o privilégio de, desde o início, trabalhar com áreas do conhecimento diferenciadas.

> E sempre me senti muito confortável. Ao contrário de pessoas que relatam: "ah! É horrível trabalhar com biólogo, porque biólogo é assim, é isso e aquilo", eu não tenho esse problema, eu realmente não tenho esse problema, eu gosto de trabalhar com pessoas de outras áreas do conhecimento. Gosto muito, por exemplo, quando eu tenho que me aproximar do pessoal do Centro de Estudos do Mar, que é uma outra área completamente diferente desse pessoal da biologia *(Rosa -3º geração – socióloga - 46 anos)*.

Como já vimos no capítulo anterior, Antônio foi outro pesquisador que, como Rosa, relatou se sentir confortável interagindo com colegas de outras áreas. Conforme reconheceu este antropólogo, suas experiências ao longo de sua carreira "com a matemática" teriam como "eco hoje em dia" "o tipo de parceria, de colaboração e de amizade que eu faço com gente dessa área". Em seguida, completou Antônio: "no meu departamento de antropologia eu sou o único que trabalha não só com a área interdisciplinar, digamos, próxima, como ciência política, lingüística e essas coisas, mas sim com essa gente da área de biologia, geólogos, matemáticos. Eu gosto desse tipo de conversa, sou ligado de certa maneira nesse tipo de assunto".

Mas se Rosa e Antônio ressaltaram sua inclinação pelo contato com conhecimentos produzidos por outras áreas, Aurora, em contrapartida, enfatizou justamente a necessidade de não se "perder o foco", ficando cada especialista em sua respectiva área de atuação devido a não estarem "capacitados" para enfrentar determinados "processos":

> é preciso não perder o foco. O maior erro que eu posso cometer é achar que eu sou capaz de fazer tudo. É eu achar que eu, com uma formação muito mais voltada pra biologia, sou capaz de trabalhar com questões sociais. E a mesma coisa acontece do outro lado. Eu já vi processos que começaram a ser feitos de uma forma completamente errada, onde as pessoas não estavam capacitadas pra fazer aquilo. Você faz tudo errado e os dois lados perdem, porque as formas de fazer as coisas, as formas de medir são completamente diferentes *(Aurora - 3º geração - engenheira florestal - 38 anos)*.

Embora seja uma resposta às minhas provocações sobre "ideologização" de pesquisas científicas ligadas à questão das áreas protegidas, resolvi incluir este trecho do depoimento de Alice neste tópico. Isto, porque esta reagiu de forma distinta aos demais quando lhe sugeri que alguns colegas seus "acusam que haveria uma atitude excessivamente ideológica nesse debate e que estaria migrando pro campo científico". No caso, sua resposta se aproxima do comentário de Horácio, visto que, também para Alice, haveria "demanda crescente" não só de cientistas sociais, mas de biólogos e ecólogos pelo curso de pós-graduação de que faz parte: "é uma coisa engraçada. Porque, por exemplo, aqui a nossa área de pesquisa é a maior dentro do programa das humanas, não tenho mais como orientar de tanto aluno que vem com interesse nesse tema. Ano passado tive que cortar na carne, porque a demanda é crescente. Vêm alunos de todas as áreas, biólogos, sociólogos, antropólogos, ecólogos etc.". A seguir Alice, formada em biologia, descreveu o perfil de alguns estudantes vindos das ciências naturais que chegam ao seu curso:

> as pessoas vêm preparadas pra um tipo de abordagem, chegam aqui vindos dos seus núcleos de origem com os discos rígidos totalmente configurados. Sobretudo quem vem da biologia, vem prontinho, formatado e quando chega aqui ocorre um processo de desconstrução das suas bases de conhecimento, de preconceitos etc. Mas, por quê? O fato de chegarem com um universo de reflexão pré-configurado, pré-moldado é porque estão habituados a viver isso na academia e nas suas experiências passadas. E o que

> percebemos aqui, e isso talvez seja a coisa mais genial no tipo de trabalho que desenvolvemos, é ver como as pessoas vão se transformando ao longo do processo. É impressionante. Tive uma aluna bióloga que chegou aqui com o discurso da IUCN totalmente internalizado, visceralmente mesmo. Sua defesa de mestrado foi pra mim o maior presente que se pode ter como pesquisador. Porque não quero que a pessoa seja reformatada, muito pelo contrário, quero que ela abra seu campo de visão e reflexão. Ela deixou de ser uma pessoa ingênua. Acontece que somos muito formados academicamente na visão disciplinar, na visão do sim ou do não, do tudo ou nada. E, é claro, é isso que você vai esperar. Mas no fundo nossas discussões acadêmicas são discussões políticas, são questões estratégicas, diplomáticas e a pessoa não vem preparada pra dar conta disso *(Alice - 2º geração - graduação em biologia e psicologia - 52 anos)*.

No caso de Anita (diferentemente de Bolívar, o qual reconheceu que, na Ilha do Cardoso, onde trabalhou, houve "grande embate com" cientistas sociais, sendo sua relação com eles "bem distante, infelizmente" e que "nunca teve uma aproximação maior"), esta relatou que em suas pesquisas na Ilha Grande (aliás, outra ilha povoada de cientistas) manteve contato mais próximo com cientistas naturais:

> (*aí você teve que entrar em contato com outros pesquisadores?*) Tive. Na época que entrei [na UERJ] com minhas pesquisas (...) eles tinham lá um esquema de recepção de projeto novo, de colega novo, de pesquisador novo. Acho que teve um circuito lá de aceitação do meu projeto. Aí, depois, comecei a fazer parte do conselho desse centro de pesquisa, que tinha um representante de cada área e, como a minha só tinha duas pesquisadoras, uma era titular e outra suplente. Então, meu contato inicial foi no âmbito desse conselho e, sobretudo, quando ficava no alojamento lá, que é meio um hotelzinho da UERJ. Foi aí que tive contato mais intenso com meus colegas dessas outras áreas. E quando levava meus bolsistas, que obviamente eram da antropologia, sociologia, aí tinha toda uma troca entre os alunos. Aí acabava saindo de noite pra expedições, pra ver a pesquisa dos morcegos. Tinha um aluno que tinha uma namorada que pesquisava morcegos, enfim, era um tititi e achava aquilo uma coisa fascinante. Um dia saí de noite e vi um menino explicando como funciona a dinâmica das marés, marés de quadratura e de sizígia. Aprendi aquilo no bar da esquina. E o alojamento era aquela coisa, parecia colégio interno. Era fascinante essa coisa de outros planetas do conhecimento se encontrado *(Anita - 2º geração – antropóloga - 59 anos)*.

Porém, apesar de Anita alegar maior entrosamento entre ela e cientistas naturais, fez referência a sua postura "implicante" em relação à atuação destes mesmos pesquisadores: "e, ao mesmo tempo, a gente implicava muito com eles. Apesar da proximidade, a gente implicava muito, porque eles pareciam muito invulneráveis às questões sociais". Mas Anita também reconheceu que, após algum tempo de convívio com seus colegas das ciências naturais na Ilha Grande, percebeu a existência de uma ênfase na atuação de seus colegas que já vimos aqui:

> comecei a ver que tinha todo esse discurso ambientalista universalizante. Aí vi cenas do tipo: o cara ia lá na Vila do Aventureiro e dizia assim pro pessoal local: "olha, isso aqui é patrimônio da humanidade". E o pessoal falava: "o quê? Patrimônio da humanidade! Como, se minha família está aqui há não sei quantos anos!". Comecei a ver esse descompasso total entre essa proposta ecologizante e as visões locais. Fiquei, como vou dizer, envolvida com essa história das visões nativas em relação a isso que seriam problemas ambientais. Claro, tem essa coisa das unidades de conservação, que estão sempre presentes nesse debate. Porque os ambientalistas quando dizem: "não pode fazer isso ou aquilo", "é porque vocês não sabem, mas isso aqui é uma unidade de conservação, é um parque" etc. Não sei se isso é coisa de antropólogo, essa coisa de buscar sempre o ponto e vista do nativo, mas aí fiquei ruminando isso um bom tempo (...). Foi assim, saiu o presídio e entrou [o pessoal] da UERJ. A população [da Vila Dois Rios] não é grande, mas havia um antagonismo enorme entre as pessoas do lugar e pesquisadores. Eles não sabiam por que, de repente, nós aparecemos lá. Começamos a ouvir queixas da população, aliás, é comum pesquisador virar um canal pra manifestação local. Eles reclamavam que não sabiam o que tava acontecendo ali, aquelas pessoas com roupa de camuflagem indo pro mato e tal. Olhando agora, pareciam uns marcianos, desciam no Abraão, tomavam o carro da UERJ, chegavam na vila com aqueles instrumentos, medidores e tudo isso sem dizer nada pras pessoas que viviam ali, sem dizer o que acontecia. Esse relacionamento mudou um pouco hoje, esse antagonismo *(Anita - 2º geração – antropóloga - 59 anos)*.

Além da referência ao "discurso ambientalista universalizante" Anita expressou, em seu depoimento, a diferença entre "o cara" que via o lugar como "patrimônio da humanidade" e essa "coisa de antropólogo" de "de buscar sempre o ponto e vista do nativo". Da mesma forma, a tensão entre universal e particular apareceu em sua fala quando Anita observou que haveria, no lugar onde pesquisava, um "descompasso total entre essa proposta ecologizante e as visões locais". Mas, a despeito deste "antagonismo", minha interlocutora contou que seu posicionamento crítico em relação aos seus colegas "de outros planetas do conhecimento" não resultou num completo afastamento, muito pelo contrário:

> fui convidada para trabalhar num projeto superbacana. Me convidaram por causa da minha mania de pensar no ponto de vista nativo. Fui convidada inclusive pelos meus amigos que criticava em alguns dos meus trabalhos, alguns dos ambientalistas, alguns deles *hard* (...). E aí me convidaram pra trabalhar nesse projeto e o item que eles me atribuíram se chamava "participação dos nativos na promoção do turismo inclusivo". Acho que me chamaram justamente porque vivia criticando tudo, devem ter pensado: "agora vamos ver o que ela pode fazer?". Continuei fazendo a mesma coisa, dizendo o que entendia que tinha que ser levado em conta *(Anita - 2º geração – antropóloga - 59 anos)*.

No caso de Alice, que se definiu como uma pesquisadora "transgressora" e "híbrida" que não se "enquadra nos moldes tradicionais de pesquisa", ponderei a ela que "às vezes cientista social pensa que biólogos são todos iguais (...), [só que] uma coisa que fui aprendendo nas entrevistas é que existe diferença entre a maneira com que, em geral, um zoólogo, um limnólogo ou um botânico vêem seus objetos de estudo". A despeito de sua concordância com a afirmação, Alice ressaltou a importância de se considerar o "percurso da pessoa" ao mesmo tempo em que revelou sua "dificuldade de trabalhar" com biólogos com perfil "clássico": "há uma diferença total, mas, claro, depende do percurso da pessoa. Hoje, por exemplo, tenho dificuldade de trabalhar com o biólogo clássico que não sai do seu lugar e não vê o mundo ao redor dele a não ser o mico-leão ou outra coisa qualquer. Mas já estudei isso. Outro dia estava selecionando papelada pra jogar fora e descobri meus cadernos da época da biologia e lembrei um pouco como é a coisa" *(Alice - 2º geração - graduação em biologia e psicologia - 52 anos)*.

Ao lembrar do seu período de graduação na faculdade de biologia, Alice reconheceu a permanência de certa cumplicidade em relação aos seus colegas biólogos, o que, em alguma medida, a aproxima neste ponto dos comentários de Antônio e Rosa (relembrando, enquanto esta última reconheceu que sempre se sentiu "muito confortável em trabalhar com pessoas de outras áreas do conhecimento", o primeiro alegou que no seu departamento de antropologia é "o único que trabalha com essa gente da área de biologia, geólogos, matemáticos. Gosto desse tipo de conversa". Esta relativa proximidade se juntou, no caso do depoimento de Alice, com a

demonstração de "respeito" aos colegas que atuam dentro das ciências naturais quando lhe perguntei: "como vê sua experiência com (...) pessoas de outras áreas, biólogos etc.?"[277]:

> embora a gente faça toda uma crítica à forma como eles atuam, que muitas vezes passa por cima das pessoas até por não entenderem a comunidade, a sociedade com a qual eles estão lidando, eu sempre, fora da análise acadêmica, eu sempre tive uma excelente imagem deles. Sempre tive. Inclusive, na minha tese eu fiz questão de agradecer a todos eles porque você vê que são pessoas que estão envolvidas com isso. E, às vezes, suas perspectivas vêm muito mais devido a sua formação acadêmica, da sua compreensão do que seja uma sociedade, uma comunidade, isso é o que leva a terem atitudes e comportamentos equivocados. Não se pode dizer isso de todos, evidentemente, mas pelo menos esses com quem a gente teve contato e pôde entrevistar, eu sempre via uma característica, sem exceção, que é o envolvimento afetivo com a necessidade da conservação, no caso dos conservacionistas mais puros, mas também uma dedicação de verdade ao que eles estão fazendo. Isso é uma coisa que eu respeito bastante. Por mais que eles tivessem as idéias mais equivocadas possíveis sobre determinada coisa, eles tinham esse envolvimento. Alguns você esbarra com eles e vê que há um interesse que já está extrapolando essa coisa da paixão de lidar com o meio ambiente, de abraçar a causa de coração, e passa a ser uma coisa mais empresarial, você já percebe que tem isso também (...). Mas o que a gente percebe é que, no caso dos biólogos, o trabalho deles é quase como uma causa que eles têm que levar até o final e têm que conservar e tudo *(Alice - 2º geração - graduação em biologia e psicologia - 52 anos)*.

Ainda que tenha criticado a atuação de "biólogos" e "conservacionistas mais puros" que teriam "atitudes e comportamentos equivocados", Alice também expressou consideração em relação ao seu trabalho "envolvido", "apaixonado", "feito de coração", "respeitando (...) o envolvimento afetivo com a necessidade da conservação" e "uma dedicação de verdade ao que" fazem. Procedimento parecido foi adotado por Florêncio. Embora crítico em relação à "falta de informação" de seus colegas, como Alice, reconheceu que, no caso não só de cientistas sociais, mas de socioambientalistas em geral, haveria "muitos casos" em que há pessoas "absolutamente sinceras" e "realmente convencidas" daquilo "que estão defendendo":

> agora, o socioambientalismo! Acho que é uma coisa complicada pra mim. É óbvio que sou extremamente crítico da visão socioambiental, o que não exclui, novamente, que se possa ter socioambientalistas com objetivos extremamente nobres e que haja pessoas que são absolutamente sinceras naquilo que defendem, pessoas que acreditam que aquilo que acreditam seja bom pros bichos (...). Às vezes acho que em parte essas idéias [dos socioambientalistas] (...) são simplesmente um problema de informação e, em outros, acho que as pessoas estão realmente convencidas de que as idéias que sustentam são sustentáveis, que aquilo que dizem vai dar certo. Mas, na verdade, e a gente já falou um pouco sobre isso, tem muitos casos e exemplos que demonstram que não é assim" *(Florêncio - 3º geração – biólogo – 47 anos)*.

6.6 A urgência de preservar, processo evolutivo, direitos da natureza e humanização dos "bichos"

Outras duas ênfases distintas (e que tendem a se chocar) podem ser identificadas nos depoimentos das pessoas com quem conversei. Uma primeira, que expõe a importância de considerar a situação e os direitos das populações locais; e uma segunda, que aponta para a "urgência" de proteger a natureza e/ou o que resta da biodiversidade terrestre. Como percebeu

[277] Chamo a atenção para um pequeno detalhe relacionado a esta pergunta que fiz a Alice. Só percebi meu ato falho muito tempo depois da entrevista, visto que Alice, apesar de se considerar uma "pesquisadora híbrida", formou-se em biologia, ou seja, não seriam bem pesquisadores de "outras áreas". Mas, como poderão notar em sua resposta, talvez este pequeno equívoco tenha alguma relação com o fato de que, como no caso de Arminda (cuja graduação foi em biologia, mas que se referiu aos biólogos como "eles"), Alice, apesar de também ter se formado bióloga, também se reportou a estes últimos na terceira pessoa.

Bibiana em depoimento já citado, haveria uma tensão entre "o enfoque das populações tradicionais, muito apoiadas pelos antropólogos, sociólogos e o viés da proteção da natureza dos ecólogos e biólogos e dos pesquisadores que tem realmente uma cabeça que é realmente de salvar o que ainda dá pra salvar". Bolívar, por exemplo, realçou esta diferença de "enfoque" ao criticar aqueles que estariam "estritamente" preocupados com "o direito das pessoas":

> só que quando a gente conversa com as pessoas que trabalham com isso, muitos deles só vêem o lado estritamente... só vêem o direito que as pessoas têm de morar dentro dos parques, vamos dizer assim. Só que na Mata Atlântica a gente está na UTI da conservação. Posso, a minha geração pode abrir mão disso? Da Ilha do Cardoso? A Ilha do Cardoso tem 400 espécies de árvores e uma biodiversidade altíssima. E o que isso vale pra essa população? Pode não valer nada pros índios, pros caiçaras, mas o que vale pra ciência? Nem a gente sabe. O que a gente sabe é que estamos queimando uma biblioteca em vez de estudar ela *(Bolívar - 3º geração – biólogo - 41 anos)*.

Apesar desta diferença de enfoque entre "o direito que as pessoas tem" e o fato de que "a gente está na UTI da conservação" ter sido notada por alguns entrevistados, como se trata de preocupações muito distintas (difíceis, portanto, de organizá-las na forma de ponto e contraponto) e, igualmente, considerando a recorrência desta última nas entrevistas, centrarei o foco deste tópico unicamente nas justificativas relacionadas à possibilidade de estarmos "queimando uma biblioteca em vez de estudar ela". Já sobre "o enfoque das populações tradicionais", este será abordado nos últimos dois itens deste capítulo.

Vimos há pouco Alice reconhecer que o trabalho dos biólogos e conservacionistas "puros" seria "quase como uma causa que eles têm que levar até o final e têm que conservar". Creio que, pelo depoimento abaixo, Toríbio provavelmente concordaria com tal afirmação:

> há choques intransponíveis. Você jamais poderá conviver, por exemplo, com elefantes ou com grandes carnívoros, não dá. Não se pode viver com elefante no seu jardim. Ou se abre mão de conservar muita coisa pra continuar a humanidade do jeito que está ou a humanidade diminui seu consumo e o número de pessoas pra conservar um pouco mais do resto das outras espécies. Acho que é muito idealismo pensar que isso seja possível, as coisas vão seguir o rumo natural, acredito que a humanidade vai continuar crescendo, os problemas vão continuar aumentando, a conservação vai ter cada vez problemas maiores, mas quem é conservacionista tem que lutar, mesmo que saiba que a solução é muito difícil. Hoje ou abandono a luta e me conformo com a perda de tudo ou continuo lutando por uma coisa que sabemos que vai ser uma coisa muito difícil de alcançar. Mas se não fizermos isso, vamos perder tudo mesmo, não é? *(Toríbio – 1º geração - sem curso superior, mas especialista em paleontologia - 83 anos)*

Além deste comprometimento, Toríbio realçou que, no que se refere à preservação ambiental, estaríamos desperdiçando uma "oportunidade", um "momento" específico:

> ou se cria unidades agora, e na Amazônia se pode criar ainda imensas unidades, que, aliás, estão sendo criadas, ou daqui 20 anos não vai ter como criar. Então há um momento que temos que aproveitar. (...) é uma questão de oportunidade, se não providenciarmos rapidamente a seleção de áreas para protegê-las, daqui 20 anos será impossível. Há meio século atrás era relativamente fácil ter no oeste do Paraná áreas pra proteger. Vi o oeste do Paraná coberto com floresta como é a Amazônia hoje, eu vi (...). Acho que se queremos ter os pés no chão temos que ver as coisas dessa forma: salvar o que for possível, manter um mínimo de possibilidade da evolução continuar durante os milhões de anos que vêm por aí. Não podemos pensar que a humanidade seja eterna, um dia ela vai desaparecer de alguma forma, não sei como. É preciso que no dia que desaparecer ainda haja coisas que permitam que a evolução continue, que haja recuperação *(Toríbio – 1º geração - sem curso superior, mas especialista em paleontologia - 83 anos)*.

Um outro aspecto lembrado por alguns entrevistados se refere ao que Toríbio qualificou de "respeito pela evolução", a qual deveríamos permitir que "continue", sendo que sua afirmação tem relação direta com a importância de se revalorizar o que historiadores ambientais chamam de "história de longa duração":

> acho que o grande papel do conservacionista é permitir que se possa salvar alguma coisa pra que no futuro remoto a evolução possa continuar de alguma maneira. É talvez um pouco de idealismo demais, mas em todo caso é assim que eu vejo a coisa. O que a gente tem que tirar de tudo isso é conservar o máximo da natureza que seja possível conservar (...). Só nas florestas tropicais são perdidas 57 mil espécies por ano, três espécies por hora. Então, veja, é uma perda brutal de biodiversidade, o que será isso dentro de 20, 30, 40 anos ninguém sabe. A escala temporal humana não representa nada dentro da maneira que a natureza age (...). Se quiserem reduzir ou acabar com um monte de espécies, que se faça isso, mas não é o meu ponto de vista. Acho que nós temos que ter um respeito pela evolução. Se nós pensarmos que tudo que vai existir daqui a um milhão ou dez milhões de anos vai depender do que existe hoje, nós temos obrigação de preservar o que existe hoje, porque senão daqui a dez milhões de anos não vai haver mais (...). Há uma questão de oportunidade, se nós não providenciarmos rapidamente a seleção de áreas para protegê-las, daqui 20, 30 anos será impossível *(Toríbio – 1º geração - sem curso superior, mas especialista em paleontologia - 83 anos)*.

A preocupação de Toríbio no sentido de que se deveria ter um "respeito pela evolução" (segundo ele, "um problema muito sério") surgiu no depoimento de Licurgo, o qual chamou atenção para o fato de que

> aí há uma situação assim: nós, seres humanos do planeta, precisamos permitir que a evolução das espécies, que o processo evolutivo continue. Você como agrônomo deve saber que as espécies evoluem, dão variantes pra novas espécies, algumas se extinguem naturalmente e outras não. Nós temos que permitir que o processo evolutivo continue com a menor interferência humana possível. Até porque nós dependemos essencialmente e até sem saber de todas as espécies. Tudo o que comemos é biodiversidade, não dá nem pra fazer transgênicos se não tiver biodiversidade. O que é transgenia senão pegar gen de uma coisa pra por na outra? Então, fazer isso sem biodiversidade não é possível. Essa é uma situação: precisamos ter espaço em que a natureza possa seguir sua evolução, que seja permitida a natureza evoluir independentemente de nós humanos *(Licurgo - 2º geração - engenheiro florestal - 52 anos)*.

Em seguida, esta avaliação proposta por Licurgo o levou a concluir: "quero lutar, se for o caso, contra o capital e, se for o caso, contra populações locais. Quero garantir que o planeta tenha perspectiva de vida, só isso. Perspectiva de vida, inclusive humana, mas não necessariamente, porque a gente está caminhando pro nosso próprio desastre e não pro fim do planeta". Como se pode observar, surge como aspecto central nos depoimentos de Licurgo, Bolívar e Toríbio o caráter de urgência ligado à "defesa da natureza" e à garantia de que "processos evolutivos continuem" (onde "nós, seres humanos do planeta", teríamos papel decisivo). No caso de Joca, este reconheceu não saber se "o homem é o mais importante". Porém, além da preocupação mais geral com a questão da preservação, este historiador chamou a atenção para um problema atual vinculado ao alerta feito por Toríbio de que a "humanidade" precisaria "diminuir em termos de número de pessoas": o crescimento populacional:

> fica aquela coisa: "ah! Mas a conservação não é só cuidar de plantinhas e bichinhos", só que isso é um aspecto fundamental. Não dá pra você dizer sempre que o homem é mais importante, eu não sei se é mais importante. Temos uma população humana de sete bilhões de pessoas que tem se provado, hoje em dia, que é inviável. Pense se continuamos com esse crescimento populacional que a gente ainda tem no planeta. Cada vez mais ocupação de terras pra produção de alimentos, pra produção de energia e, ainda

> assim, problemas como a fome não foram resolvidos. Temos um sério problema de extinção de espécies. Quer dizer, às vezes voltar pra esse discurso das plantinhas e dos bichinhos é importante pra perceber coisas que por um outro viés você não perceberia. É preciso entender que esse discurso não é tão ingênuo assim, esse discurso tem um conhecimento técnico que o embasa. É preciso ampliar a perspectiva de análise, fugir das rotulações *(Joca - 3º geração – historiador - 43 anos)*.

Florêncio foi outro entrevistado que enfatizou o problema do "crescimento populacional", o qual, segundo ele, "é uma coisa que é muito mal compreendida e discutida":

> a primeira coisa que vem na cabeça da pessoa é que há crescimento populacional porque temos muitos filhos. Isso é demonstradamente falso. Em nenhum momento da história humana a fecundidade foi menor do que hoje, estamos no momento da história em que temos a menor fecundidade. Por que há problema de superpopulação? Crescimento populacional humano não é problema, é bem mais baixo do que a média histórica. O problema é que já somos quase sete bilhões e mesmo crescendo a uma taxa relativamente modesta, de 1,3% ao ano, isso significa por volta de 80 milhões de pessoas a mais a cada ano. Então, se estivessemos com esta taxa de crescimento com a população que tínhamos no século XIX, por exemplo, não seria problema. Mas crescendo 1,3%, com quase sete bilhões, aí é problema. Então é um problema mais de superpopulação do que de crescimento. Isso tem efeito brutal sobre a necessidade de abertura de novas terras agrícolas e, portanto, de desmatamento, poluição, aumento de mercado (...), inclusive tráfico de animais e pra todos os produtos derivados de animais. A grande pressão populacional faz com que vários países fracassem em prover para suas populações serviços básicos de saúde, saneamento, educação etc. A população cresceu muito mais do que esses serviços.Temos no mundo 200 e poucos países, dos quais 150 pelo menos consideraria subdesenvolvido, então um país rico é uma aberração numérica, o normal do mundo é ser subdesenvolvido *(Florêncio - 3º geração – biólogo – 47 anos)*.

Após a análise de Florêncio, ponderei que "se temos superpopulação em 150 países, por outro lado, quem mais polui e degrada é a pequena população desses grandes países; então poluição e degradação não estariam tão ligadas ao número absoluto de pessoas e sim com o modo de vida de certas populações, sobretudo, desses países ricos", ao que meu colega rebateu:

> mas mesmo esses países que hoje em dia têm um nível de vida muito bom, que conseguiram gerar serviços, facilidades e uma qualidade de vida decente pra todo mundo, são países muito populosos. Europa, Japão e Estados Unidos são muito populosos. O fato de produzirem tanta poluição também está ligado ao fato de terem população elevada. Outra coisa é que o que você falou é verdade em termos de poluição, mas poluição não é o único modo de degradar a natureza. Em termos de desmatamento, em muitos países do terceiro mundo, exceto aqueles que foram salvos pelas doenças, como é o caso nosso, do Congo e da Indonésia, vários países da África foram tremendamente desmatados. (*salvos pelas doenças?*) Sim, salvos pelas doenças. Nós temos floresta amazônica porque as pessoas não conseguiam entrar lá porque tinha malária e outras doenças tropicais. E se pegar alguns dos países ricos, bem ou mal, eles têm cobertura florestal muito maior do que vários países do terceiro mundo. Por exemplo, o Canadá, que tem uma das maiores proporções de cobertura vegetal do mundo e o Japão, que tem 74% coberto de floreta (*mas é outro tipo de floresta, né!*) É outro tipo de floresta, de baixa biodiversidade, mas é a floresta original que eles tinham lá *(Florêncio - 3º geração – biólogo – 47 anos)*.

Outra pesquisadora que, em vários momentos de seu depoimento, demonstrou preocupação com o grau de devastação em curso foi Aurora. No entanto, sua referência em relação à urgência de se estimular a preservação ambiental (feita em três ocasiões distintas da entrevista) permaneceu centrada em determinada formação vegetal: a Floresta Ombrófila Mista, mais conhecida como Mata de Araucária:

> quando penso em unidade de conservação, não posso dizer que o último remanescente de uma amostra de um ambiente que já desapareceu de todos os outros lugares não pode ser protegido porque há uma população que quer usar aquilo. Temos o caso da Floresta de Araucária, que sobrou 0.8%. Com 0.8% tinha que ter moratória total, deveria ser proibido total, aquele que fosse pego tirando deveria ser preso, porque 99,2% desapareceu. E nesse momento não me cabe dizer quem foram os culpados, o cenário é

> esse. Não me interessa absolutamente mais nada, o que me interessa é que só tenho 0.8% e que tenho que fazer todo esforço pra preservar isso. Aí dizem: "ah! Mas ali tem uma população local que segue fazendo o sistema dos faxinais"[278]. Tá bom, até entendo isso, mas só tenho 0.8. Essa é a questão. Então, não adianta procurar culpados ou salvadores, o que importa é olhar com a perspectiva da conservação e que precisamos proteger e preservar alguns ambientes *(Aurora - 3º geração - engenheira florestal - 38 anos)*.

Por outro lado, Aurora foi além ao "olhar com a perspectiva da conservação". De fato, creio que o depoimento abaixo reúne vários elementos presentes de uma forma fragmentada nas falas de outros pesquisadores entrevistados. Além de mencionar, como o fizeram Licurgo, Florêncio e Toríbio (ainda que usando outro termo), a necessidade de se garantir "que os processos naturais ocorram", minha interlocutora se referiu ao fato de que "a natureza tem o direito de existir", pois "nós somos só mais um elemento":

> do mesmo modo que tenho que ter respeito com o ser humano, preciso manter alguns ambientes para que os processos naturais ocorram. Qualquer pessoa que saia desse ranço olha e diz o seguinte: é evidente que qualquer pessoa em sã consciência, se você trabalha realmente pra preservar a natureza, vai entender que é preciso manter alguns processos sem interferência humana. E isso é um direito, um direito como os nossos direitos humanos. Aí acho que esse debate não leva a nada, só serve pra justificar o injustificável. Acho que temos que parar com isso e entender que a natureza tem o direito de existir, todas as espécies têm direito de existir e nenhum deus, se é que existe isso, chegou um dia e disse que nossa espécie era prioritária. Temos o privilégio de ter raciocínio, mas, do mesmo modo, temos que ter o compromisso, a obrigação e o dever de proteger as outras espécies. Acho que isso é o mais importante, não querer se dar bem em todos os processos, mas conseguir dar condições pra que todas as espécies possam sobreviver. Então, é sempre desesperador ver as pessoas não entenderem isso e acharem que é radicalismo quando se fala que é preciso manter alguns espaços pra que os processos naturais ocorram sem nossa interferência. Porque originalmente somos só mais um elemento *(Aurora - 3º geração - engenheira florestal - 38 anos)*.

Uma reflexão parecida com a observação de Aurora de que "a natureza tem o direito de existir" ou que "todas as espécies têm direito de existir", sendo que este seria "um direito como os nossos direitos humanos" apareceu também no depoimento de Florêncio, o qual foi enfático durante a entrevista no que tange a defesa dos "direitos da natureza". Como ele próprio reconheceu, "meu foco principal é conservacionista e por conservacionista eu entendo aquele que está preocupado com a natureza por si, por ela mesma e não por ser útil pra gente, acho que essa é a diferença principal". Já especificamente em relação à afirmação de Aurora de que seríamos "só mais um elemento", Florêncio reconheceu que:

> minha preocupação não é só com gente, essa é uma distinção fundamental e aí atropelamos a segunda parte da entrevista. Na verdade, somos uma espécie particularmente arrogante e convencida que gosta de enfatizar suas diferenças em relação às outras espécies ao invés de enfatizar suas semelhanças. E fazer isso ajuda a não sentirmos culpa com o que fazemos com elas. Então, quanto mais dizemos que gente é gente e os outros são bichos, sem pensar que temos todos os ossos, pulmões, todas as mitocôndrias e tudo de um animal, nós somos todos animais, nós nos dessensibilizamos. Não nas mesmas proporções, mas temos 200 e tantos ossos exatamente iguais ao do chipanzé, você tem os mesmos ossos de um chipanzé nos mesmos lugares. Então, na verdade, procuramos pegar as poucas coisas que temos de diferente dos outros animais - como qualquer espécie teria as dela em relação a outras espécies - e botamos muita

[278] Conforme Albuquerque (2004, p.1) "sistema Faxinal" seria um "sistema de produção camponês tradicional característico da região Centro-Sul do Paraná que tem como traço marcante o uso coletivo da terra para produção animal e a conservação ambiental (...). Trata-se de uma experiência de grande importância ecológica, sócio-cultural e histórica da região, constituindo parte significativa da cobertura florestal remanescente do Estado (...) e preservando espécies em fase de extinção (...). Em 1997 o 'Sistema de Faxinal' foi reconhecido formalmente através do Decreto Estadual nº 3446/97 e incluído no Cadastro Estadual de Unidades de Conservação".

> ênfase nisso pra colocar entre nós e os outros uma parede de dessensibilização. No instante que dizemos que somos diferentes, nós temos direitos e os outros não têm direitos, aí podemos dormir tranqüilo com o que estamos fazendo, já nos dessensibilizamos o suficiente. Por isso que não estou preocupado só com as pessoas, não estou só preocupado com a poluição. 75% das espécies maiores de 50 quilos desse planeta já foram extintas pelo homem. Nossa história não conta isso *(Florêncio - 3ª geração – biólogo – 47 anos).*

Revendo minhas transcrições, não encontrei nenhum entrevistado que tenha enfatizado tanto a importância de se considerar o que teríamos em comum ("semelhanças") com as demais espécies em detrimento do que delas nos distinguiria ("diferenças"). Como vimos no item 4.1, constam na literatura científica tentativas de aproximar seres humanos de outros animais (animalizando os primeiros ou humanizando os segundos). Mas confesso que o depoimento de Florêncio, além de surpreender, me deixou pensativo por algumas semanas. Havia algo que não conseguia perceber, mas que, ainda assim, me deixava desassossegado. Todavia, com o tempo acabei esquecendo este fato e seguindo em frente com a pesquisa. Porém, uns seis meses mais tarde, já trabalhando na redação da tese, numa manhã de sábado meio nublada, mas quente (lembro disso porque anotei o episódio no meu já um tanto esquecido caderno de campo), percebi o que poderia ter me chamado tanto a atenção. E não por acaso este *insight* veio no momento em escrevia o item 4.1 ("procurando proximidades nas diferenças: alguns falam 'por' e outros falam 'sobre', mas todos falam") ocupado em fazer aquela substituição comparativa trocando "humanidade" por "biodiversidade", "ecologia" por "etnologia", "Uru-Eu-Wau-Wau e Amondawa" por "primatas e aves", "220 etnias indígenas" por "311 espécies de anfíbios".

Embora se possa não concordar com a finalidade dos argumentos de Florêncio, todo seu esforço vai no sentido de relativizar diferenças. Mesmo sem ter contato profundo com jargões antropológicos, suas observações poderiam valer para discriminação historicamente exercidas sobre sociedades, grupos humanos ou minorias culturalmente diferenciadas. A começar por associações com críticas (hoje relativamente comuns) sobre situações de discriminação racial, sexismo, homofobia, xenofobia etc. Afinal, se realçar diferenças assumiu conotação positiva (no sentido de valorizar a diversidade cultural, garantir direitos que não anulem, mas incentivem o potencial criativo de cada pessoa ou grupo social e o respeito às ambivalências e idiossincrasias individuais e coletivas), esta prática pode, igualmente, ser exercida com sinal invertido, sendo adotada para desqualificar, afastar, diminuir, absolutizar, negar e, até mesmo, eliminar o outro. Como percebeu Fleuri (2006, p.500), "a luta pelos 'direitos à diferença' pode ser revertida contra os interesses dos próprios grupos sociais já explorados e excluídos, dependendo dos contextos relacionais em que tal embate se constitui". Obviamente, não estou com isso endossando o que propõe Florêncio, mas enfatizando que o modo como este biólogo estruturou seu pensamento possui forte correspondência com debates atuais tanto nas ciências

sociais como no âmbito da luta de movimentos sociais e minorias relacionadas às "políticas da diferença". Dito isso, termino este tópico com a parte final do depoimento de Florêncio:

> Darwin vai dizer: "ninguém foi criado em separado de ninguém, vocês têm ancestrais comuns com todos eles, são descendentes das mesmas espécies, parentes deles e não proprietários". Nossa relação com o resto do mundo é de parentesco e não de propriedade. Não temos o direito de usar os outros e de destruir a vida dos outros pro nosso bel prazer. Como nossa sociedade engoliu uma coisa dessas? É claro que não engoliu. A maneira que encontramos de não engolir foi inventar coisas pra enfatizar a diferença. Aí vem toda a história de "o homem é o único animal que...". Só que todas as diferenças ou praticamente todas são demonstravelmente falsas. O homem não é o único animal que mata a sua mesma espécie, não é o único animal que pratica genocídio, não é o único animal que tem emoções, não é o único animal que tem linguagem complexa, não é o único animal que tem arte. (*e proibição do incesto?)* Incesto? Não, quase todas as espécies têm. Não, todas têm proibição, nenhuma faz. Esse é um imperativo genético, pouquíssimas fazem, fazem espécies domesticadas pela gente em situações extremamente artificiais. Na natureza o incesto é raro. Isso é justamente uma das maiores evidências da nossa ancestralidade comum, porque o incesto é puramente biológico, nossa proibição é uma materialização cultural de um instinto básico nosso (...). Mas enfim, nossa sociedade tem um monte de maneiras de enfatizar diferenças em relação aos outros bichos, porque quando enfatizamos a diferença a gente se dessensibiliza, então acho que temos que ter isso sempre presente *(Florêncio - 3º geração – biólogo – 47 anos)*.

6.7 Circulando entre os pequenos e os grandes: sobre assimetrias sociais no contexto das políticas de preservação ambiental

Como poderão verificar, neste item mais uma vez permanecerá latente a tensão entre uma perspectiva universalizante que enfatiza o ser humano como espécie a seguir determinados padrões de comportamento ("padrões gerais", como sugeriu Licurgo) e uma outra que chama a atenção para as especificidades dos diferentes contextos que envolvem nosso "tema quente" (realçando a importância e se avaliar "caso a caso", como foi dito por Rosa e Alice). Da mesma forma, estarão presentes elementos que apontam para interesses mais amplos (da "sociedade", da "nação", da "humanidade", do "planeta") em contraposição a enfoques que chamam atenção para a garantia de direitos a grupos sociais marginalizados. Porém, não me aterei agora a esta dupla ênfase. Neste instante tocarei num aspecto específico que surgiu nas entrevistas: a a atuação de órgãos, entidades e agentes incumbidos de garantir o cumprimento de leis ambientais e ordenamentos jurídico-administrativos a elas vinculados num contexto de criação-gestão de áreas protegidas marcado por elevada heterogeneidade social, econômica e cultural.

Já vimos Rosa alertar que os "casos têm que ser considerados levando em conta o grau de interferência envolvido" (ver página 380). Sobre este ponto, Alonso chamou a atenção para as diferenças que cercam os diversos tipos de uso dos recursos e os potenciais impactos ambientais causados por grupos e interesses sociais extremamente diversificados. Este historiador, além de enfatizar o fato de que se deveria, tal como lembrou anteriormente Rosa, "ver caso a caso", expôs um outro tipo de pragmatismo diferente do externado por Bolívar sobre preservar florestas que estariam "na UTI da conservação":

> acho que a gente tem que ser pragmático, ver caso a caso e não ter uma coisa que temos muito no Brasil e às vezes até sem querer, que é um preconceito contra os pobres, um preconceito de classe. Essa é uma coisa muito séria porque a nossa formação é escravista, são 400 anos de escravismo, a gente tem isso

> muito forte na mentalidade da história brasileira. Eu vejo às vezes pessoas querendo expulsar essa gente toda, mas quando são, por exemplo, mansões, casas de classe média que estão dentro dos parques e dentro das unidades de conservação, não vejo essas pessoas dizendo com o mesmo empenho: "bota polícia e toca pra fora". Eu não estou dizendo que elas concordam com isso, mas é que às vezes tem aquela coisa de dizer "bota pra fora esses tocadores de fogo" enquanto tem hotéis, tem mansões, às vezes até, dentro dos parques nacionais *(Alonso - 2º geração – historiador – 49 anos)*.

Já vimos anteriormente Antônio criticar aqueles que dizem que "pobre não respeita limite, pobre vai lá e detona mesmo, não tem regra". Tal crítica, no entanto, bem como as comparações propostas por Alonso e o alerta de Rosa de "ver caso a caso" destoaram de observações feitas por outros pesquisadores. Durante a entrevista com Licurgo, argumentei com ele num determinado momento que podem existir "situações diferentes em termos de força e poder, só que a atuação dos órgãos ambientais e da legislação não leva isso em consideração, meio que homogeneíza o tratamento". Ao que este pesquisador rebateu:

> mas não homogeneíza de jeito algum. (*Tem mais poder quem tem mais dinheiro...*) O desastre total está no pequeno e no grande (...), a aplicação judiciária no Brasil, a aplicação da lei é totalmente desigual. Nem rico e nem pobre precisa cumprir, só os medianos, que têm consciência e dinheiro, só que não tem o suficiente pra se safar. Porque os pobres, porque não são conscientes, na hora H o juiz diz: 'mas eles são ignorantes, eles não sabiam'. Então daí eles podem desmatar beira de rio, eles podem morar dentro de unidades de conservação, uma série de coisas. E o governo não tira porque ele é pobre, essa é uma situação. Já o rico, claro que se safa igual. Mas quem está no meio do caminho fica prensado, pagando pelas contas *(Licurgo - 2º geração - engenheiro florestal - 52 anos)*.

Após estes comentários, insisti com Licurgo: "mas não é desigual se olharmos à pressão exercida para que plantadores de soja parem de plantar no cerrado e aquela exercida sobre pequenos agricultores daqui de Guaraqueçaba pra que parem de tirar palmito? Aí não há um poder desigual de responder a essa pressão? Poder de responder aos órgãos ambientais ou às ONGs ambientalistas? Não são casos diferenciados?". Todavia, meu interlocutor, atendo-se ao caso específico do corte de Palmito para reforçar suas reflexões, discordou novamente:

> não é verdade! *(não?)* É isso que estou tentando te dizer. Claro que não! Todos os palmiteiros continuam roubando palmito. E eu falei uma palavra: "roubando palmito". Olha só a tragédia. Nenhum antropólogo, sociólogo, com um mínimo de inteligência e decência foi ao fundo dessa questão. Não existe mais terra - que não seja ou pública, dentro de um parque, ou privada, se for de um proprietário - de onde se tirar palmito. Todas as tecnologias de manejo do palmito no sul do Brasil se mostraram inviáveis por um único motivo que é social e não econômico (...). Ocorre que os palmitos são roubados, os palmiteiros vão roubar. Quem é que rouba? O palmiteiro pobre, coitado, miserável que é induzido por um sacana, dono de uma fabriqueta vagabunda de segunda linha *(Licurgo - 2º geração - engenheiro florestal - 52 anos)*.

Destoando do ponto de vista de Licurgo, Bibiana, pesquisadora que também trabalhou na região de Guaraqueçaba com a questão da extração e palmito, enfatizou em seu depoimento as assimetrias de poder que se constituiriam nos espaços rurais:

> evidentemente que toda essa proteção ambiental, como vou dizer, tem, como as espécies oportunistas em ecologia vegetal, atores sociais oportunistas. Por exemplo, na análise que fizemos dessa evolução da APA, os pequenos agricultores foram grilados. Eles dizem: "nós tava no morro tirando palmito porque nos grilaram pra baixo, depois de baixo nos grilaram pra cima e agora nós estamos dentro d'água porque não tem mais onde nos empurrar!". Então acaba tendo um pequeno agricultor que vai desmatar mais a mata do que antes porque tem que compensar a pressão de trogloditas latifundiários que estão explorando ele. E acaba tendo pequenos agricultores que vão trabalhar pros grandes latifundiários e palmiteiros

> clandestinos porque ganham ali mais do que a miséria que eles podem plantar e por aí vai. Então, nessa análise dos conflitos, eles são vítimas dos grandes proprietários que varrem tudo e são vítimas do Estado, que não tem competência pra conduzir um processo de desenvolvimento alternativo e que é necessário *(Bibiana - 1º geração - graduação em ciências sociais e história natural - 65 anos)*.

Ainda sobre a questão das diferenças de poder político e econômico em locais onde foram implantadas áreas protegidas, em contraposição à visão de Bibiana, outro pesquisador que revelou um tipo de pensamento semelhante ao externado por Licurgo foi Nicolau. Quando comentei, durante a entrevista, "que, com essa política de preservação ambiental, sobretudo baseada em áreas de proteção integral, quem acaba pagando é quem não tem muita força e não as grandes empresas, interesses econômicos", este engenheiro florestal contra-argumentou:

> mas não são os pobres que não tem muita força, os pobres têm muita força. Vamos falar francamente. É evidente que gente rica destrói, é verdade, claro que sim, temos evidência de todo o lado. Aqui mesmo, este lugar onde estamos [referência ao lugar onde mora atualmente] está localizado numa APA. Então não há dúvidas que os ricos destruíram muito, mas os pobres destruíram ainda mais. Não vejo que seja correto ir por este lado, ou seja, fazer um balanço de quem destruiu mais, se ricos ou pobres. E que seja então os ricos, posso aceitar, mas não em unidades de conservação. Porque os ricos, quando atacam unidades de conservação, eles têm muito mais dificuldade de fazer isso. Em troca, os pobres não, porque os pobres têm um suporte popular, são massas, são votos. E em geral os pobres são os que mais destruíram unidades de conservação. Ademais, os governos preferem resolver o problema da pressão popular colocando as pessoas em terras públicas e não em terras privadas, onde vão se enfrentar com o *establishment* e vão ter que pagar muito caro tendo uma terra que é grátis pra dar a eles. Então, aí sim, é verdade, sempre a corda quebra do lado mais fraco e o lado mais fraco são as unidades de conservação *(Nicolau - 1º geração – agrônomo, engenheiro florestal e entomologista - 67 anos)*.

Buscando esclarecer meu ponto de vista, expliquei a Nicolau "que eu não estava pensando exatamente em pessoas, pessoas ricas, mas em grandes empresas, empreiteiras, empresários do agronegócio", ao que meu interlocutor reconheceu o fato (chamado à atenção por Alonso quando este mencionou que haveria muitas "mansões, casas de classe média que estão dentro de unidades de conservação") de que estas últimas teriam sido agredidas "por ricos individuais, aí sim. Muitas unidades de conservação na Mata Atlântica foram agredidas por construções de casas, por *resorts* e coisas assim". Porém, segundo Nicolau,

> em troca, invadidas por milhares e milhares de pobres está cheio. Não havia ainda pensado nisso, mas acho até que seria bom fazer um registro de todos os casos de unidades de conservação para ver quais foram e quem as está invadindo. Do que sei de anos de trabalhar com elas, e tenho trabalhado 40 anos nisso, nunca vi unidades de conservação invadidas por empresas. Não tinha pensado por esse ângulo, nós podemos fazer uma pesquisa e garanto que praticamente não há unidade de conservação neste país que tenha sido agredida por grandes empresas, não tem. Não tem unidades de conservação agredidas por proprietários de soja, isso não existe, aqui no Brasil não existe. O que tem são madeireiros, sim. Mas madeireiros são ricos ou pobres? Madeireiros que invadem unidades de conservação são do tipo formiga, grupinhos de seis ou sete que depois revendem a um rico. Mas quem está fazendo as ações decisivas mesmo são pobres *(Nicolau - 1º geração – agrônomo, engenheiro florestal e entomologista - 67 anos)*.

Sobre a visão expressa por Nicolau, as observações feitas por Pedro representam um tipo de preocupação e ênfase diferente do primeiro:

> há outros processos que você nem está percebendo, como as frentes de expansão da agricultura. Em Anavilhanas, por exemplo, se você olhar o mapa ela é uma unidade extremamente protegida. Mas se você expandir o mapa você vai ver que tem uma frente de colonização avançando lá no norte que está caminhando pra ela. Um gestor moderno, o que tinha que fazer? Ele tinha que estar negociando com os

> órgãos responsáveis pela frente de colonização que está ocorrendo acima de Anavilhanas. É com eles que você precisa estar conversando, porque aquilo é muito mais perigoso, muito mais ameaçador, do que um cara tirando um pouco de madeira da unidade *(Pedro - 2º geração – primatólogo - 60 anos)*.

Como Pedro e Alonso, Horácio, em contraponto a Nicolau e Licurgo, foi outro pesquisador que enfatizou a importância de se ter uma preocupação mais ampla relacionada aos processos de expansão das "frentes de colonização" através do avanço das monoculturas e de grandes empreendimentos em zonas litorâneas onde ainda existem manguezais:

> o poder público consegue criar essas áreas por decreto, mas não consegue bloquear a soja ou a indústria de papel que seguramente vai acabar com o litoral baiano, não consegue bloquear a carcinocultura que todo mundo sabe que é destruidora do ambiente costeiro (...). A soja vai por avião, também avança por propriedades individuais, tem soja hoje no Amapá, passou de longe a barreira que se quer construir com UCs. Acho que o que está em jogo continua sendo o velho dilema dos ambientalistas dos anos 60: como transformar as bases da sociedade, como transformar essa sociedade consumista, injusta, esbanjadora de recursos naturais numa sociedade mais parcimoniosa. Esse é o grande dilema no qual essa questão das áreas protegidas acaba sendo uma cortina de fumaça *(Horácio - 1º geração - antropólogo – 64 anos)*.

Tal como Horácio, Maneco foi outro pesquisador com quem conversei que enfatizou a necessidade do que o primeiro chamou de "transformar as bases da sociedade":

> nosso modelo de desenvolvimento está errado, é um modelo de desenvolvimento altamente destrutivo, só de crescimento e que pensa recursos naturais como inesgotáveis quando não são. Tanto em países em desenvolvimento como altamente desenvolvidos há uma visão tecnocrata de que vou ter sempre tecnologia pra consertar eventuais desequilíbrios que ocorrem *(Maneco - 2º geração – botânico – anos)*.

Se aproximando do pensamento de Horácio e Maneco, ao conversar com Ana, esta enfatizou que a problemática da devastação ambiental estaria vinculada mais a uma condição estrutural do "sistema" e não tanto àquelas pessoas que "estariam à margem do sistema". A partir disso, ponderei a ela que "esse é um argumento das pessoas mais pró-populações locais que criticam que a energia de muitos ambientalistas só é direcionada pro lado mais fraco, se consideradas as relações de poder na nossa sociedade; criticam que eles deixam muitas vezes de lado os impactos causados por uma empresa hidrelétrica, de cimento, uma papeleira, um grande latifundiário de gado ou soja etc., que teriam melhores condições de se defender e atacar do que as populações economicamente menos favorecidas", ao que Ana concordou:

> é exatamente isso. (*e aí a culpa fica concentrada nelas*) Exatamente isso. E se você for pensar no litoral de São Paulo (...), na Mata Atlântica, o que é problema maior? Os grandes condomínios, loteamentos e a pressão da classe média pela praia, pela segunda casa na praia ou as populações tradicionais? Sejamos honestos, é o sistema, não são as pessoas que estão à margem do sistema. Então, acho que sim (...), é bem isso, tem uma estrutura toda de poder, claro, que reflete o poder da sociedade, elas também podem ser instituições não-governamentais, mas que fazem parte *(Ana - 3º geração - ecóloga humana - 44 anos)*.

Já quando conversava com Joca, lhe fiz a seguinte observação: "é que se critica que o Ibama usa a mão forte apenas no caso do lado mais fraco, que é normalmente o lado das populações tradicionais". Além da relativização em relação à identificação destas últimas, este historiador chamou a atenção ao final novamente para a necessidade de se eleger "prioridades":

> é verdade, mas muitas vezes é complicado discernir quem é população dita tradicional[279]. Como disse, parcelas destas populações são cooptadas. No estado do Rio de Janeiro, por exemplo, os caçadores e palmiteiros estão organizados em quadrilhas e são perigosos. Da mesma forma, há grupos cooptados por madeireiros e por traficantes de drogas ou animais. O que dizer das feiras que oferecem carne de caça por toda região norte do país! Isto tudo é sustentável? São atividades nas quais informalidade se confunde com ilegalidade, em que tradições vão se inserindo na dinâmica do mercado, pior, do mercado negro, e onde o Estado deve intervir para restabelecer ou estabelecer os parâmetros da legalidade. *(Joca - 3º geração – historiador - 43 anos).*

Após estas observações, ponderei então a Joca que "essas populações pobres, pra usar o seu termo, não são os grandes agentes da devastação, os grandes agentes são as grandes empresas, grandes mineradoras, papeleiras", ao que meu interlocutor concordou: "claro, são os grandes produtores de soja, criadores de gado, especulação imobiliária". Porém, em seguida, quando aleguei que "aí a ênfase não recai, na prática, ou seja, as políticas de preservação não atacam a causa, que seria o próprio desenvolvimento capitalista", Joca chamou a atenção (tal como Bolívar, que enfatizou a possibilidade de "uma indústria poder ser criada" de modo que a população local possa vir a "ser empregados do parque") para os possíveis benefícios que a criação de uma unidade de conservação poderia trazer para a população local:

> a população pobre sempre foi atingida, há muito tempo, muito antes das políticas de conservação, mas não tem muito como evitar. Tem que ter políticas pra garantir que as pessoas ganhem com isso. Por exemplo, na Chapada dos Veadeiros, pra população do entorno é uma benção o parque, por quê? Porque trouxe o turismo. Antigamente viviam "tradicionalmente" de garimpo de cristal. Ora, é muito melhor pras pessoas lidar com turismo, uma ocupação muito menos desgastante. Porque o que o sujeito faz agora? Leva o turista numa trilha, passeia pelas cachoeiras. E ele teve uma preparação pra isso, então o sujeito cresceu do ponto de vista de que ele pôde relacionar os conhecimentos tradicionais que ele tinha com outros conhecimentos que vêm da ciência ou da conservação da natureza e ele ganha mais dinheiro com isso hoje. Quer dizer, a vida dele tem outro padrão. Há famílias em que hoje toda família trabalha com isso, os filhos mais velhos. (*mas será que tem espaço pra todo mundo lidar como turismo?*) Com certeza não tinha espaço pra todo mundo trabalhar com garimpo" *(Joca - 3º geração – historiador - 43 anos).*

Mas, por outro lado, Joca de certa forma reconheceu, a partir de uma outra perspectiva, a influência desigual (em termos de poder econômico e político) de outros atores sociais não relacionados às populações locais, mas que, mesmo assim, trabalham em áreas consideradas prioritárias para a preservação ambiental, como são as unidades de conservação:

> além disso, você precisaria garantir recursos pras pessoas [funcionários dos órgãos ambientais] que estão trabalhando na ponta. Quando você leva seu filho pra um lugar desses, você precisa ter casa, escola, segurança. Por exemplo, dizem que o Ibama tem força policial, tem nada, o Ibama tem força policial pra lidar com população "tradicional". Quando chega num lugar desses que tem madeireiros mesmo, o sujeito vira alvo. E pra madeireiro é fácil, ele chega e põe uma arma aqui [na cintura], o dinheiro aqui [no bolso da camisa] e uma passagem aqui [na mão da pessoa]. O sujeito mais sensato vai pegar a passagem e o corrupto vai pegar o dinheiro *(Joca - 3º geração – historiador - 43 anos).*

Durante meu encontro com Francisco, também fiz a ele um comentário sobre diferenças - em termos de influência política e acesso à informação - existentes entre populações locais socialmente fragilizadas e grandes interesses econômicos. No entanto, este cientista social não viu maiores problemas em relação a esta situação:

---

[279] A questão das "populações tradicionais" será tratada especificamente no último item deste capítulo.

> não vejo nisso diferença em relação a outras políticas públicas. Há diferenças de poder nas quais sempre o mais forte tem mais capacidade de se organizar. Não há política pública que faça o fraco virar forte e o forte virar fraco. O forte vai fazer o *lobby* dele, o fraco vai fazer o *lobby* dele, e cada um vai adotar estratégias mais e menos eficientes. O pobre não vai perder sempre, mas ele vai perder a maioria das vezes. Mas não vejo isso como algo particularmente grave em relação às áreas protegidas *(Francisco – 2º geração - cientista social, especialista em ciências ambientais - 59 anos).*

A seguir, ponderei a Francisco que "populações tradicionais estão cada vez mais se organizando e influenciando as políticas governamentais, como você vê esse processo", ao que meu interlocutor fez a seguinte avaliação:

> acho que se elas não se organizarem sempre vão ser a mão mais fraca da mesa, não vão ter coringa, rei, não vão ter az. Existe uma questão de capital social, o grau de organização que os grupos sociais têm amplia a capacidade de influenciarem as políticas, mas isso não vai enfraquecer necessariamente os atores mais poderosos, apenas mostra com mais vigor os interesses que estão ali geralmente ocultos *(Francisco – 2º geração - cientista social, especialista em ciências ambientais - 59 anos).*

Já sobre a interferência em relação aos recursos naturais, Francisco também fez referência, como Rosa, ao fato de que se trataria de "uma questão de grau" ao reconhecer: "claro que há uma diferença de grau, o sojeiro vai alterar muito mais, o sujeito vai passar a gilete na terra, vai passar a máquina zero. Já o caboclo, o tradicional ou o índio, ele dá um cortezinho discreto". Porém, a conotação dada por este cientista social a esta característica desigual foi bem diferente daquela conferida pela socióloga citada acima:

> meu problema maior é que acho que qualquer atividade humana altera a natureza, desde a agricultura do caboclo até o grande produtor de soja. A diferença é apenas uma questão de grau. O fogo que o caboclo passa nos dois hectares dele modifica a natureza tal como o fogo que canavieiro passa na plantação dele de cinco mil hectares. A própria introdução de plantas e animas que não são da flora ou fauna regional é prejudicial, tanto se for feita por um caboclo como se for um produtor de soja. Então, se a gente quer ter amostras de biodiversidade *in situ*, eu não vejo outro jeito a não ser excluir o máximo possível a atividade produtiva *(Francisco – 2º geração - cientista social, especialista em ciências ambientais - 59 anos).*

No caso de Bolívar, quando perguntei a ele se "não haveria uma diferença de tratamento, digo, assim, entre o caso de grandes proprietários ou grandes empresas, que têm possibilidade de se defender muito maior do que populações menos favorecidas?", Bolívar concordou: "Com certeza". Da mesma forma, quando sugeri que "aí a coisa vai pegar mais neles", novamente meu interlocutor reconheceu: "isso não tem duvida". Porém, em seguida, quando lhe indaguei "você não acha que deveria ser colocada mais energia no sentido de atacar as fontes principais de degradação?", Bolívar direcionou sua resposta aos meus comentários concentrando-se no problema da caça clandestina, tema recorrente em suas pesquisas:

> a energia é pra coibir qualquer tipo de caça, qualquer tipo de tráfico. Na verdade, existe uma frase do [Alceu] Magnanini que é bastante polêmica e quando li a primeira vez, disse: "é, conservação é cerco de polícia, pra começo de conversa". É bem por aí, se não tiver fiscalização não adianta, não tem jeito, seja quem for caçar, tem esse problema porque esses parques estão meio abandonados (...). Não interessa quem está dentro do parque, se é o cara da Votorantin ou o Antonio Magalhães que está caçando, também não pode! O que acontece? O Antonio Magalhães é safadeza mesmo. Mas se o cara não tem outra alternativa, se não tem o que comer, não tem onde morar, por causa disso nós vamos deixar ele continuar caçando? Vamos resolver isso! A gente sabe que a situação de miséria dele não deve melhorar em nada se ele comer o parque inteiro. Não é? Só vai postergar. Então temos que resolver. Quem que vai resolver

> isso? O Estado vai ter que atuar em todas as frentes e isso quer dizer que a polícia ambiental precisa estar dentro dos Parques (...). Agora, também não quero que eles vão pra cidade. Entupir a cidade e a favela. Qual ou quais são as alternativas que nós vamos colocar pra eles? Porque é mais fácil não fazer nada. Mas não fazer nada é fazer *(Bolívar - 3º geração – biólogo - 41 anos).*

Em seguida, um tanto provocativamente - mais ou menos como me foi sugerido por Alonso em seu depoimento (ver citação seguinte) -, ponderei a Bolívar que "o problema é que quando chega só com polícia você gera inimigos, mas se chegar de outra maneira, você pode trazer a população pro seu lado, pra que se tornem aliados", ao que meu interlocutor retorquiu:

> não sei, isto é, se não colocar polícia dentro de um banco ele vai ser assaltado, enfim, é bastante complicado. Acho assim, populações que estão em volta do parque, a grande maioria, tirando grandes empreendimentos, é de miseráveis. E o Estado não está nem aí pra elas. Não quer resolver, não quer nem tirá-las dos parques. (*mas os parques chegaram depois*) Existem prioridades que a ciência levanta depois. O aquecimento global, por exemplo, se não tiver parque, se não tiver água todo mundo vai dançar. Então, é muito mais fácil pro Estado deixar pra lá ou falar que eles não causam impacto na biodiversidade. Então não se resolve, apesar de que conheço situações que o pessoal não quer sair do lugar, dizem: "ah! morei a minha vida inteira aqui e tal". Mas se pegar os jovens que estão nessas populações, eles querem internet, querem todas as facilidades. Agora, se forem ficar dentro do parque eles não vão ter nada, não vão poder construir um banheiro melhor, porque o manejo do parque não deixa, o que eles vão fazer? Vão caçar, vão pescar dentro do parque e vão cortar palmito *(Bolívar - 3º geração – biólogo - 41 anos).*

Mais à frente, apresento outros depoimentos que enfatizam a busca, por parte das populações locais, por maiores "facilidades" (interesse, como vimos, citado por Licurgo ao alegar que "o homem busca conforto, facilidade"). Em todo caso, Alonso estabeleceu novamente contraponto em relação ao que foi dito por Bolívar, sobretudo, no que concerne às diferenças de poder que, no caso dos espaços rurais, existem entre interesses e grupos sociais distintos. Sem que tivesse feito nenhum tipo de observação mais direta (apenas comentei com ele que "essa discussão sobre populações tradicionais é um dos grandes "pontos quentes" quando se fala sobre áreas protegidas"), este historiador traçou a seguinte reflexão:

> não dá pra querer expulsar as populações. O que vejo como mais saudável é que a gente tem que procurar dialogar com as populações que estão no entorno, tentar incluí-las na política de conservação. Isso é uma coisa que em muitos locais está sendo feito. O entorno da unidade de conservação é muito importante. Vejo gente triste quando vê que tem agricultura familiar no entorno, mas quando é monocultura de soja não tem a mesma tristeza. Acho que agricultura familiar é muito melhor pra conservação do que monocultura, eucalipto e coisas assim. Não gosto de falar população tradicional, prefiro falar populações locais, são pessoas que estão naquele local por diferentes motivos. Se tão cometendo um dano ambiental isso deve ser reprimido mesmo, assim como qualquer outra população. Agora, se elas têm certos padrões de uso que não chegam a causar grande dano ambiental, aí pode fazer um trabalho político ou educativo que vise incluí-las na política de conservação. Por exemplo, o hábito de caçar eventualmente em pequena escala, dá pra melhorar isso, da mesma forma, a prática de usar queimadas. Ao invés de querer expulsar todo mundo pode-se trabalhar pra deixar de usar fogo e usar métodos que a gente sabe que existem que não precisa usar fogo. (...). O que se deve buscar é fazer com que as pessoas vejam que o parque está a favor delas e não contra elas. Tanto em termos de turismo como em termos da qualidade do território. (...) A partir daí procurar fazer com que as pessoas se posicionem de tal forma que elas vejam a unidade de conservação como um aliado e não como um estorvo *(Alonso - 2º geração – historiador – 49 anos).*

Sobre a questão, levantada por Alonso, de que se deveria "fazer com que as pessoas vejam que o parque está a favor delas e não contra elas", Alice propôs uma reflexão que vai numa direção semelhante. Porém, neste caso Alice também se utilizou da justificativa de que

áreas protegidas são "da sociedade", só que, ao contrário dos demais, para enfatizar justamente a importância de se considerar o papel das pessoas que, sendo parte desta mesma sociedade, vivem próximas ou dentro destes locais:

> eu não acredito em proteção da natureza, mesmo numa área de proteção integral, se no entorno as pessoas estão vivendo na pobreza e miséria absoluta. Se você não tiver a capacidade de transformar aquela área num patrimônio em que as pessoas se sintam co-autores do processo e que elas possam ter benefícios do processo, elas nunca irão ser parceiras naquilo. E as áreas protegidas são da sociedade, elas não são do Estado *(Alice - 2º geração - graduação em biologia e psicologia - 52 anos)*.

Pedro também expôs um pensamento semelhante ao revelado por Alonso e Alice sobre a importância de, como alegou o primeiro, se "procurar estabelecer um diálogo com as populações" de modo a que elas "vejam a unidade de conservação como um aliado". Contudo, Pedro realçou bastante a importância do papel do "gestor" neste processo:

> estou convencido, tenho falado e escrito sobre isso, se quer que uma unidade de conservação funcione, não importa a categoria dela, o gestor tem que sair da mesa dele e ir trabalhar no entorno. Porque a maior parte tanto das pessoas como dos problemas não estão na unidade de conservação, estão no entorno dela (...). O gestor é fundamental, ele precisa estar mais amparado e preparado. Depois de entrar no Ibama ele se torna um cara com uma cultura de polícia federal, e essa cultura de polícia federal é muito perigosa, porque não leva a uma solução de fato. Se você olhar os gestores de UCs na Amazônia, no último concurso do Ibama concorreram mais de 100 mil inscritos e foram contratadas cerca de 1000 pessoas. Portanto, a nata dos jovens estudantes brasileiros. Esperaria que esses caras tivessem uma visão ampla, mas em pouquíssimo tempo já estão conversando sobre revólver, prender, polícia, ação policial. Claro que em certas situações tem que fazer ação policial, tem situações que não tem jeito, de vez em quando tem que usar o poder de polícia, mas isso não pode virar o seu jeito de ser. Isso não vai levar para lugar nenhum. Minha experiência me diz que tem que ter uma postura de procurar as forças locais, tem que sair de dentro do parque, tem que negociar, trabalhar e ir se informando. Sempre pensando a longo prazo e não a curto prazo. Com o tempo você reduz tremendamente a pressão sobre a unidade de conservação, vai trazendo pra perto de si um monte de adeptos *(Pedro - 2º geração – primatólogo - 60 anos)*.

Abrindo um pequeno parêntese visando trazer depoimentos especificamente sobre a questão do papel do "gestor" que trabalha em unidades de conservação, Pedro ressaltou ainda a "dificuldade", para estes profissionais, de terem que exercer uma dupla função:

> na minha visão esses conflitos todos ocorrem porque os gestores não estão preparados pra serem gestores no mundo moderno. Aliás, há uma grande confusão. Se você for olhar no nível nacional, os gestores de unidades de conservação do Ibama têm poder de polícia ou quase. Então, é uma dificuldade pro gestor, porque ele tem que fazer o papel de polícia e, ao mesmo tempo, tem que cumprir o papel de trabalhar com a comunidade. É uma contradição ele estar prendendo as pessoas e ao mesmo tempo estar trabalhando junto com elas *(Pedro - 2º geração – primatólogo - 60 anos)*.

Esta "contradição" realçada por Pedro foi especificamente problematizada por Bento, pesquisador que também tocou, em certo momento, na questão da relação entre "o representante do IBAMA" e o "pescador, agricultor, caçador":

> o problema envolvido nessa questão é que você olha pro Estado com uma determinada expectativa. Do outro lado, existe o sistema político, institucional, burocrático e legal padrão. E o representante do IBAMA, do ponto de vista do pescador, do agricultor, do caçador, é a representação desse universo que ele imagina que seja homogêneo. Quer dizer, no instante em que esse representante passa a se comportar de acordo com suas ideologias pessoais e não ideologias institucionais, gera na cabeça um problema cognitivo. Como no caso do rapaz lá do Ibama da reserva. Ele cada hora devolvia recursos ambientais pro grupo: "ah! tem que cortar uma árvore pra refazer uma ponte"; "pô, vai lá e corta". Mas ele é o mesmo cara que, se o cara estivesse cortando, tinha a função de prender. Então, você fica com um problema

> complicado. E ele não autoriza por escrito, porque não é bobo, mas de acordo com a ideologia dele, de ação direta, ele dizia que as pessoas podiam cortar a árvore e botarem na ponte. Mas o problema de quem está fazendo esse discurso é que é a mesma pessoa que teoricamente está encarregado de punir quem cortar a árvore pra colocar na ponte. *(a mesma pessoa)* Quer dizer, na verdade (...), as pessoas deveriam se dirigir a ele a fim de ter uma autorização por escrito, formal, do agente que vai autorizar a cortar. Quer dizer, não que a ação direta não seja interessante, o problema é que quem está fazendo essa ação direta é aquele que deveria estar fazendo uma ação formal *(Bento – 3º geração – antropólogo - 54 anos)*.

Em seguida, comentei com Bento que "às vezes, pelo contrário, pode ser a pessoa do IBAMA que seja aquele que multa mesmo; depende então da sorte ou do azar das populações de ter um ou outro como representante do poder público?", ao que meu interlocutor retorquiu:

> não sei se é sorte ou azar, o problema é que as pessoas esperam dos agentes públicos, desses setores de repressão, pouca repressão. Porque mesmo quando se está fazendo uma coisa errada, você sabe que tá fazendo uma coisa errada. É claro que você espera que não vá ser punido, porque se for punido você vai chiar. Mas, de qualquer modo, espera-se que, existindo um agente de repressão, que você sofra algum tipo de repressão. É lógico, você espera poder dar um jeitinho, que vai conseguir dar a volta no sistema de repressão. O problema é quando esse agente faz aquilo que não é o que você espera. Quer dizer, não sei se é sorte ou azar, o problema é o que esperar. Se você reconhece que é aquela pessoa que multa, pelos menos sabe com quem você está lidando. Aí sabe que tipo de estratégia utilizar. Agora, se não tem esse reconhecimento prévio, você fica com um problema *(Bento – 3º geração – antropólogo - 54 anos)*.

Infelizmente, não tive a oportunidade de trazer essa reflexão de Bento para discutir com outros pesquisadores, o que lamento, pois certamente alguns de seus colegas teriam a possibilidade de expressar visões bem diferentes. Mas, voltando ao depoimento de Bolívar, após meu interlocutor ponderar que "se eles forem ficar dentro do parque (...) vão caçar, vão pescar dentro do parque e vão cortar palmito", provoquei-o outra vez alegando que "se argumenta que, pra populações locais mais tradicionais ou como você queira chamar, essa parte da caça tem outras funções além da alimentação, pode ser pra lazer, mas pode também envolver relações de parentesco, de vizinhança, sem falar na dimensão simbólica, religiosa e no controle interno do uso...". Neste momento, de pronto Bolívar complementou: "e pra comer também [risos]". Ao insistir com ele: "é que não se trata apenas de ver a questão do ponto de vista alimentar, não?", meu interlocutor foi bem pragmático em sua resposta:

> bom, mas o bicho vai ser morto. Se eles vão rezar um pai nosso ou não, botar o bicho morto na encruzilhada, ele morreu. Eu acho que o mais difícil é você juntar todo o quebra-cabeça, porque você tem essa caça de subsistência que a gente chama, tem o cara lá que tem uma casinha no meio do mato, só que tem muita gente que vem da cidade, vereador, deputado, esse a gente não tem nem como quantificar. Eu não sei se o efeito desses aí é maior ou menor do que o causado pelas populações que vivem no lugar, mas uma coisa não elimina a outra, ambos causam impactos *(Bolívar - 3º geração – biólogo - 41 anos)*.

Quando fui entrevistar Pedro, tinha uma imagem prévia (e equivocada) de que, sendo primatólogo, sua visão sobre a caça praticada por populações locais atingidas pela criação de UCs seria bem crítica e, talvez, próxima a de Bolívar (a quem tinha entrevistado três dias antes). Ao comentar com "uma questão muito sensível para os biólogos é a questão da caça" e lhe perguntar em seguida: "como você vê esse tema?", Pedro se referiu à "tragédia dos comuns", explicação controvertida, mas conhecida de muitos cientistas que estudam o uso de

recursos naturais por grupos humanos em geral[280]. Porém, além de citar duas situações distintas envolvendo "o ato de caçar", Pedro relativizou seus próprios comentários a respeito:

> se faz parte da tradição das pessoas e a caça faz parte da sua fonte de proteína, tem que trabalhar nesse sentido. Mas, veja bem, trabalhar nesse sentido significa procurar fazer caça sustentável. E aí vem a grande complicação, como fazer caça sustentável? Sou capaz de te mostrar os estudos que têm que ser feitos, e a gente já fez, pra definir taxa de desfrute etc. e tal. Mas isso não resolve o problema, porque associado a ele tem, por exemplo, a tragédia dos comuns. Então, se as comunidades não respeitarem taxas de desfrute em pouco tempo não tem mais caça pra ninguém. E pra elas respeitarem é preciso um acordo social forte ou uma força externa forte, que não é o ideal. Agora, caçar, o ato de caçar, seja qual for o bicho, pra mim não tem menor problema. Acho que o cara que caça numa unidade restritiva (...) que fica no estado de São Paulo, tem que ser preso mesmo. Porque ele tem outras formas de obter proteína. Mas no meio da Amazônia, onde a população é tradicionalmente usuária da fauna, o que tem que fazer é ajudar a caça a ser feita de forma sustentável. O que não quer dizer que esteja de acordo em se caçar dentro de uma estação ecológica e aí que vem a encrenca *(Pedro - 2º geração – primatólogo - 60 anos)*.

No caso de Juvenal, este concordou com a idéia (já vista em outros depoimentos) de que aqui no Brasil "tem lugares onde quase não tem populações e acho que políticas pra preservar essas áreas são necessárias, tudo bem, são absolutamente necessárias. Nesse sentido acho que também é válido a gente defender algumas áreas de natureza intocada, se isso ainda existir [risos], a gente sabe que essa é uma grande questão. Eu acho que tem alguns lugares que devem permanecer intocados mesmo". Porém, quando ponderei a Juvenal que "o processo de marginalização dos pequenos agricultores vai além das restrições econômicas e sociais, ou seja, agora existem restrições ambientais", este mencionou, como Bolívar, mas destoando deste, o "caso da caça". Além disso, se Pedro fez referência à "tragédia dos comuns" e à possibilidade de haver "um acordo social forte" regulando o uso dos recursos comuns usados por populações locais, Juvenal mencionou a possibilidade de haver um regramento no uso destes recursos interno à própria dinâmica das práticas cotidianas de determinado grupo social:

> quando criam uma APA onde tem pequenos produtores trabalhando como sempre trabalharam, os conservacionistas impõem novos sistemas de produção a eles que não tem nada a ver com o que faziam antes. Essa imposição não se restringe a produção agrícola, mas se estende aos seus hábitos culturais e tradicionais. Por exemplo, o caso da caça. A lei diz que caça de paca é proibida, mas uma dada população tradicional sempre viveu dessa caça. Muitas vezes há sistemas de regulação criados pelas próprias comunidades pra evitar a sobre-caça. Isso se choca com a legislação formal imposta por ONGs e órgãos do governo a essa população. Então tem que haver uma avaliação sobre o que representa essa caça. Em certos casos ela é, de fato, predatória, isso acontece, mas geralmente é feita quando é por esporte, o que é bem diferente. Então, tem de avaliar essas questões com cuidado. E, claro, precisamos considerar que a maior causa da extinção é a diminuição dos espaços de vida dos animais. Mas, em geral, populações tradicionais não causaram tanto dano, essa pressão foi, sim, exercida pela agricultura moderna e pelo sistema industrial que acabou com muitas espécies *(Juvenal - 3º geração – geógrafo - 44 anos)*.

Ainda sobre a questão da "caça sustentável" e a "tragédia dos comuns", Antônio trouxe em seu depoimento alguns exemplos do que Pedro qualificou como "um acordo social forte" e Juvenal de "sistemas de regulação criados pelas próprias comunidades". Embora tenha descrito outros, reproduzo abaixo dois destes exemplos relacionados à vivência deste antropólogo com

[280] Sobre a expressão "tragédia dos comuns", ver nota 191.

seringueiros durante o processo de elaboração dos então chamados planos de utilização das primeiras reservas extrativistas que foram criadas no início dos anos noventa:

> a preocupação dos seringueiros (...) era democratizar o acesso àquilo e impedir que fosse rapado e que fossem beneficiados só os primeiros que chegariam e pegariam aquilo (...). O que estavam fazendo ali eram medidas que exemplificam, de modo incrível, tudo aquilo que propunham pessoas que discutiam a chamada tragédia dos comuns. O que era aquilo? Não era uma questão de tradicionalismo, era questão de evitar a tragédia de recursos coletivamente acessados. Exemplo. [a proibição do] cachorro [pra caçar] não estava em nenhuma lei. Por que se preocuparam em proibir a caça com cachorros? (...). Porque ela tem efeitos que beneficiavam jovens com dinheiro, caçadores paulistas de fora e prejudicava os mais idosos e famílias pequenas (...). Então [a proibição] democratiza o acesso à caça (...). Os seringueiros lutavam contra a caça do cachorro porque era o que, primeiro, não espanta a caça e garante suprimento. Onde não tem cachorro tem muito veado, aparece manada de porco e até onça. E aí tem abundância de alimento pra população local distribuído mais democraticamente. Havia um anti-uso do cachorro, pois ele é muito eficiente como arma de caça (...). Outro ponto: o uso das praias. As praias são zonas muito férteis, onde as pessoas cultivam. Então, aquilo significa que uma família muito pobre, que uma mulher com várias filhas casadas, genros e filhos também teria acesso, acesso que às vezes era rotativo nessa área super fértil. Não ia ter um cara que monopolizava a área. Então, o plano de uso transformava em lei aquilo que era uma prática e que defendia as pessoas mais fracas *(Antônio - 1º geração - antropólogo - 60 anos)*.

Na citação do depoimento anterior, Juvenal tocou num ponto específico que também tive oportunidade de discutir com outros pesquisadores e que tem a ver com sua constatação de que "os conservacionistas impõem novos sistemas de produção (...) que não tem nada a ver com o que eles faziam antes" e que "isso se choca com uma legislação formal que é imposta pelas ONGs e pelos órgãos do governo para essas populações". Indo nesta direção, fiz o seguinte comentário a Alonso: "o que pessoas que têm uma sensibilidade maior pras questões sociais falam é que se usa muito a autoridade do argumento competente, que vem da biologia basicamente, sobre pessoas que têm culturas e conhecimentos muito diferentes; aí se julgam seus comportamentos como, aspas, ilegais, ao invés de tentar construir junto o que deveria ser visto como legal ou ilegal", ao que meu interlocutor ponderou:

> em relação ao argumento de autoridade não chego nesse ponto, fico no meio termo. Porque acontece que existem leis que precisam ser cumpridas. Não pode ter um populismo de que alguns têm que cumprir a lei e outros não. Agora, por outro lado, existe uma realidade e que vi com meus próprios olhos e tem a ver com esse caráter elitista e de violência de classe que vem da formação do Brasil. É muito mais fácil fazer cumprir a lei em cima do pobre do que do rico. Isso é um negócio revoltante e que deixa furiosa a população local que vive em lugares onde tem área protegida. Então, quando os socioambientalistas argumentam nesse sentido acho que isso tem eco com essa realidade. Porque vemos às vezes o Ibama na Amazônia deixando passar mogno, deixando passar garimpeiro porque não quer se meter nisso. E pra mostrar serviço, por exemplo, lá em Trombetas, que tem populações quilombolas antigas que caçam, vai em cima. É mais fácil ir em cima do cara pobre que de vez em quando caça tartaruga pra comer e do lado tem uma enorme indústria de extração de bauxita que faz um estrago enorme causando desastres. Então, a população local não é burra e também está vendo isso *(Alonso - 2º geração – historiador – 49 anos)*.

No momento em que entrevistei Florêncio, já havia feito umas 30 entrevistas, o que, talvez inconscientemente, me levou a condensar em minha argumentação vários aspectos já realçados por outros colegas. Seguindo direção parecida com os comentários de Alonso, lhe disse: "outro argumento forte é que se colocaria muita pressão, muita ênfase sobre o papel das populações rurais pobres na depredação da natureza, não só tradicionais, mas populações

pobres que, de algum modo, tem sido historicamente exploradas. Se esqueceria do papel exercido por grandes interesses econômicos, papeleiras, madeireiras, fazendeiros, indústria de cimento etc.; sendo que estes seriam muito mais degradadores das florestas, da biodiversidade e dos recursos naturais do que essas populações. Então, se deveria atacar e direcionar a crítica mais para esses interesses econômicos, visto que estariam exercendo pressão maior sobre o meio ambiente". Também se referindo à questão da caça - como Bolívar, Joca, Juvenal e Pedro -, Florêncio reagiu aos meus comentários de uma forma que, embora se assemelhe, aprofunda a linha de raciocínio seguida pelos dois primeiros e se contrapõe aos dois últimos:

> esse argumento é um bom modo de não resolver o problema. É igualzinho o argumento do Bush. Então digo: "não importa o que faça da minha vida, Bush tem efeito muito mais destrutivo no planeta do que eu porque ele pode influenciar quanta poluição as indústrias americanas vão produzir, quanto desmatamento etc". Então qualquer coisa que faça vai ter influência muito menor e aí vivo do modo que quiser, porque não faz diferença. Na verdade, se pensarmos bem e analisar a caça de subsistência, por exemplo, acho que qualquer dado que existe vai mostrar que não só os grandes destroem o meio ambiente. Os pequenos também. Não é porque os grandes destroem mais que devemos deixar de instruir e mudar certas atitudes das pessoas. Muitos pequenos podem ter (...) efeito similar a poucos grandes. Além do mais, muitos casos ditos pequenos, assim como os grandes, podem ter efeito sobre áreas onde vive a maior parte da biodiversidade remanescente. Justamente porque ou são áreas que estas pessoas sempre viveram, mas não do modo como vivem e com a tecnologia de destruição que têm agora, ou estão sendo empurradas por políticas sociais e por grupos de interesses (...) que estão se articulando, como quilombolas (...). Então não livro a cara de ninguém. Acho essas atitudes extremamente condenáveis. Acho que os caras que desmatam três mil hectares da Amazônia pra criar gado e fazer aqueles projetos deixando muitas vezes centenas de pessoas trabalhando em condições subumanas, esses caras são uns canalhas. Agora, isso não me livra de pensar que o povo que chamamos de tradicional e que está lá na floresta com arma de fogo caçando onça (...) pra fornecer garra e vender artesanato não sei aonde (...) não tem efeito também e que ele não possa viver de outro modo *(Florêncio - 3º geração – biólogo – 47 anos)*.

Indo além da crítica ligada à incorporação de tecnologias alienígenas por parte de etnias indígenas, Florêncio enfatizou o fato de que a mercantilização do artesanato produzido por elas poderia, do seu ponto de vista, ser um fator extremamente prejudicial em termos ecológicos:

> acho interessante ter uma cultura indígena, que hoje em dia existe cada vez menos, que preserve suas festas, rituais, sua cultura mesmo. Mas que não seja como Kaiapó vendendo artesanato de pena de aves pro exterior pela internet, que não seja como aquela loja na Florida, com o Sérvio que foi preso vendendo artesanato Kaiapó, vendendo diamantes pela internet. Se não é uma coisa desse tipo, mas que respeite o último critério do Diegues para povos tradicionais: economias voltadas pra subsistência, se é isso, uma economia de subsistência, se aquelas penas não estão lá pra ir pra Alemanha, mas pro ritual deles, acho que as pessoas têm que ter o direito garantido pelo Estado de fazer isso. Se os Yanomamis são assim tem que ter o direito garantido pelo Estado. Agora, não aceito que, por falta de opção, Pataxó venha de Goiás trazido pelos messiânicos pra se vestir igual à tupiquinim e ficar vivendo de turismo no Monte Pascoal destruindo o parque. É uma situação totalmente diferente *(Florêncio - 3º geração – biólogo – 47 anos)*.

Após esta fala de Florêncio, fiz um comentário relacionado a alguns aspectos contidos no depoimento de Antônio: "é que o modo de pensar [de muitas populações indígenas] não segue necessariamente esse sentido econômico. Então, se tenho condições de matar muita queixada, não vou comer toda aquela queixada porque eu não preciso. Além disso, por mais que eu tenha arma de fogo, pode ser que eu mate não necessariamente pra vender ou por esporte. Então, a caça estaria ligada a fatores culturais específicos, a regras internas e aí essa pressão sobre a caça poderia não ser assim tão forte. Aí, em que medida você poderia medir o

que leva essas pessoas a caçar? Às vezes podem ser motivações muito diferentes das nossas, às vezes pode ser a conjunção de várias motivações". Em sua resposta a estas minhas observações, Florêncio se ateve a trazer dois exemplos de uso de recursos naturais envolvendo duas etnias indígenas que, segundo este pesquisador, ao contrário do exemplo dos seringueiros mencionado por Antônio, não teriam "nada a ver com qualquer critério de manejo":

> é verdade. Mas aí tem duas coisas. Primeiro, voltando aos critérios do Diegues, à questão da economia voltada pra subsistência. Em certos casos, por exemplo, em Coroa Vermelha, na Bahia, tem um shopping Pataxó. Em frente do shopping tem um monte de ônibus parado com turistas do Brasil inteiro, e quando tava lá tinha turista da Alemanha, mas poderia ser dos Estados Unidos, Inglaterra, Japão. No shopping tem um monte de artesanato feito com penas de aves e garras de mamíferos. Então, não consigo entender essa lógica, porque pra mim isso seria crime ambiental. Obviamente, vender artesanato com penas de bicho seria crime ambiental, ao menos se eu fizesse isso seria. Mas se um índio vindo de Goiás em 1951 fizer isso, um Pataxó com traje copiado dos tupiniquins vender pra turistas, isso não é crime ambiental. Então é preciso ver, em primeiro lugar, quantas dessas populações ainda têm consumo voltado pra elas mesmas ou quanto desse consumo é voltado pra alimentação. Por exemplo, recentemente num desses escândalos que foram desbaratados, um Sérvio preso na Flórida comercializando artesanato Kaiapó tinha encomendas dizendo: "quero garras de felinos, mas não pode ter menos do que tantos milímetros". Ou seja, tava dizendo: "tem que pegar bicho grande, não quero garra pequenininha, quero que mandem garra bonita pra mim". Percebe que esse tipo de pressão, de especificação não tem nada a ver com qualquer critério de manejo? Então, quando se olha pra estes mercados externos, a coisa fica muito complicada. Não acho nada impossível, acho bem provável, que haja populações na Amazônia e em outros lugares que possam estar caçando principalmente para suas necessidades de consumo local. A caça, nesses casos, mesmo com arma de fogo, pode ser sustentável, mas acho que seria ingenuidade pensar que é sempre assim ou que na maioria dos casos é assim *(Florêncio - 3º geração – biólogo – 47 anos)*.

Como discutido na primeira parte, esta pequena discussão sobre caça ilustra como divergências podem estar menos ligadas a antagonismos e mais centradas nas escolhas em termos de ênfase, exemplos e situações trazidos no momento da enunciação. Florêncio, apesar de não achar "nada impossível (...) que haja populações (...) caçando principalmente para suas necessidades de consumo local", decidiu dar outro enfoque ao reagir aos meus comentários. O mesmo ocorreu quando alegou que "os caras que desmatam três mil hectares da Amazônia pra criar gado (...) são uns canalhas". Apesar de "não livrar a cara de ninguém", sua fala se dirigiu à crítica ao "povo que a gente chama de tradicional e que está lá na floresta com arma de fogo caçando onça". Já Alonso, ainda que ressaltando que "as leis precisam ser cumpridas" e que "não pode ter um populismo de que alguns têm que cumprir a lei e outros não", em seguida ponderou "agora, por outro lado...", dirigindo todo restante de sua reflexão para acentuar "o caráter elitista e de violência de classe" que faz com que seja "muito mais fácil fazer cumprir a lei em cima do pobre do que em cima do rico". Outro exemplo desta escolha discursiva pode ser vista no depoimento de Rodrigo (notem o trecho que inicia com: "me preocupa mais estar olhando pra..."), cujas observações destoam dos exemplos e argumentos trazidos por Florêncio:

> se os caras estão detonando o ambiente, é porque provavelmente estão sendo levados a isso e não porque tenham má fé ou queiram enriquecer ilicitamente usando recursos naturais. Não, tem uma conformação de mercado, política, institucional e socioeconômica no qual eles têm esse nicho. Nicho que pode ser, sei lá, pescar peixe ornamental em natura e vender pra algum atravessador. Além de 80% desses peixes morrerem (...), quem é que vai lucrar? Quem vai lucrar é quem está lá na ponta, o exportador ou o

> vendedor lá de Londres, que vai vender por uma fortuna um peixe que custou centavos no milheiro que o ribeirinho vendeu. Me preocupa mais estar olhando pra essas cadeias e como elas são perversas, como mantêm esses grupos numa situação de subordinação econômica e social, e não se estão preservando ou conservando. Isso pra mim é uma questão menor do ponto de vista da ação do poder público. Então, minha postura dentro desse debate sempre foi de jogar isso pra uma discussão que acho que é a discussão que deve ser o cerne quando se está falando em ação do poder público na conservação da biodiversidade em seus múltiplos sentidos, que é produzir justiça social *(Rodrigo - 3º geração – antropólogo - 42 anos)*.

Voltando à entrevista de Alonso sobre minha provocação em relação ao "que deveria ser visto como legal ou ilegal", este alegou que "se a população local comete um crie ambiental tem que ser pressionada. Tem até indígenas que chegam no lugar e tacam fogo. Não pode. Não pode chegar numa área de conservação e tacar fogo". Mas Alonso ponderou em seguida:

> minha posição é de buscar uma posição equilibrada que não tenha preconceito de lado a lado. Então, não é pensar que exista o bom selvagem e tudo o que ele faz é ótimo, qualquer coisa que um índio faça é ótimo. Há muito tempo que deixei meu romantismo em relação aos índios. Há tempo que considero eles seres humanos como outros quaisquer, com suas culturas ou o que sobrou dessas culturas que tem que ser avaliadas pelo que são e não por algum tipo de visão romântica. Mas tem que se fazer uma tentativa de, pragmaticamente, conciliar diferentes interesses e, principalmente, trazer essas pessoas com menos poder pra cena, pro palco. Isso que faz com que alguns grupos modifiquem seus pontos de vista *(Alonso - 2º geração – historiador – 49 anos)*.

Maria também ressaltou, ao seu modo, a importância de se trazer populações marginalizadas e "com menos poder pra cena, pro palco" ao mesmo tempo em que reconheceu que, num contexto de intensificação das frentes de expansão, a criação de áreas protegidas é uma estratégia que contribui para "barrar" a "sanha capitalista":

> quanto mais áreas protegidas puderem existir, melhor, quanto mais proteção tiver ao verde melhor. Minha posição é: temos que cuidar (...). Agora, a sanha capitalista é sempre um mal e muito difícil de ser relativizada e minimizada. Acho que tem lugares que estão mais protegidas porque os olhos do mercado não chegaram até lá, porque lá não teve ainda nada que mobilizasse a atenção dos capitalistas e homens de negócios. Agora, num lugar como o Mamirauá, com peixe de 300 quilos altamente valorizados no mercado, é muito difícil segurar, porque os homens de negócio ou os agentes econômicos, pra usar uma palavra mais elegante, estão todos lá, entendeu? Então, nesses casos acho que só isso é que resolve, aí precisa botar barreira, fiscal, multa pra barrar mesmo, porque nada resolve, porque senão não segura. E aí se vai ter, claro, que lidar com a população, não tem jeito (...). Agora, entendo também que neste processo a política de unidade de conservação pode render frutos assim como rende inúmeros conflitos e embatas. Também acho que esses embates não necessariamente têm que se perpetuar, as coisas vão se ajeitando. Se a gente está num regime democrático, se existem forças sociais que dão legitimidade e conferem força aos grupos que vivem nessas áreas é possível que eles revertam as coisas a seu favor. Então é preciso fazer com que todo mundo dentro dessas áreas tenha capital social, força política, organização, representação legítima reconhecida, se houver isso acho que as pessoas, os grupos, pelo menos, são capazes de se defender *(Maria - 1º geração - antropóloga - 67 anos)*.

Outra pesquisadora com quem conversei lá pela 30º entrevista foi Rosa (se não estou enganado, creio que tenha sido a penúltima pessoa que entrevistei), socióloga que mencionou, assim como outros pesquisadores, a necessidade de se de ir atrás das especificidades que podem envolver situações muito distintas. Assim, da mesma forma que ocorreu com Florêncio, propus a ela, numa única reflexão, discutirmos vários pontos aqui citados por outros pesquisadores (um inclusive, já discutidos em outros tópicos): "essa coisa do caso a caso é muito dito por cientista social e por alguns biólogos também. Mas existe o argumento de que

mesmo se for estudar caso a caso, esse estudo vai estar condicionado a uma legislação normativa anterior que existe e que tem o poder de dar poder a alguns de dizer o que fazer em cada caso. Nesse caso se criaria uma assimetria entre populações locais e gestores, não só pela dificuldade de acessar informações, mas porque o quadro referencial a que elas estarão submetidas é o quadro da lei que, por sua vez, é basicamente feita a partir de parâmetros biológicos. E mesmo estudos feitos por cientistas sociais às vezes não escapam dessa assimetria. Já do outro lado, falam que se essas populações têm baixo impacto ambiental, isso ocorreria porque não chegou o capitalismo lá, não chegou à televisão e as coisas da modernidade. Então seria uma questão de tempo, vamos tirar eles antes pra que eles não depredem depois". Rosa reagiu da seguinte forma a estas minhas observações:

> nesse último caso, continua sendo uma questão de avaliar caso a caso, na minha opinião. Agora, na sociedade, o que está estabelecido como legislação, temos que entender que isso é resultado de conflitos e relação de poder. Se a legislação defendesse sempre o pequeno agricultor, o direito a usar um território mesmo que ele não tenha sido comprado, teríamos um outro quadro totalmente diferente da própria organização social. Mas na nossa sociedade uma norma, ao ser aprovada na legislação, ela é o resultado de um determinado conflito. Então você não pode dizer pura e simplesmente: "ah! Foram os poderosos dominantes que emplacaram a lei". Não, a sociedade não é mais assim. Tem todo resultado da articulação de movimentos sociais que faz com que certos direitos tenham que ser respeitados, por exemplo, das populações tradicionais. Agora, não imagino uma sociedade constituída em que não prevaleça interesses dominantes. Mesmo que dentro destes interesses dominantes, pela força dos movimentos sociais, estes consigam compor seus interesses. Vai haver sempre privilégio do pessoal que tem por trás de si uma legislação que protege a natureza? Acho que hoje menos. Mesmo essa legislação hermética tem sido obrigada a dialogar com situações reais. (*mas o Snuc não cristalizou certas coisas?*) Mesmo o SNUC legislou que agora pra definir uma unidade de conservação tem que ser aprovado numa instância mais ampla do que apenas uma pessoa, grupo ou interesse. Enfim, vai ter mais de um definindo isso. Mesmo o SNUC incorporou coisas que antes eram inimagináveis no caso das unidades de conservação. Incorporou depois de muito tempo de discussão, mas incorporou *(Rosa -3ª geração – socióloga - 46 anos).*

Sobre o SNUC ter "incorporado uma série de coisas que antes eram inimagináveis", veremos outros depoimentos que abordaram justamente este tema. Antes, porém, passo ao próximo tópico, o qual se refere a algumas breves divergências pontuais.

6.8 Compensação ambiental, participação local, conselho gestor, educação ambiental: rápidas divergências

Neste tópico volto a apresentar, na forma de rápidos pontos e contrapontos, trechos onde pesquisadores fizeram referência aos três temas citados (medidas compensatórias voltadas para áreas protegidas, a questão da participação local e o papel da educação ambiental). E, embora não sejam em número elevado, as passagens extraídas dos depoimentos a seguir se caracterizam novamente pela ampla e drástica discordância entre pesquisadores.

Seguindo o procedimento de provocar o entrevistado trazendo contra-argumentos expostos por pessoas com quem já havia conversado, relatei a Toríbio algumas observações (algumas delas vistas nos depoimentos contidos no item anterior) que ouvi de seus colegas: "muitos ambientalistas não têm atuação tão forte no sentido de denunciar problemas causados

por grandes empreendimentos, como construção de estradas, hidrelétricas e mineração. Aí acabam ficando só com suas críticas às populações locais". Em seguida Toríbio reconheceu - como Alonso ("acho que a gente tem que ser pragmático") - que procura "pensar sempre nas coisas factíveis" e tentar "ter os pés no chão". Neste caso, tal pragmatismo se deu também em relação às diferenças de poder econômico existentes nos espaços rurais. Porém, a ênfase de suas afirmações foi bem distinta da visão exposta por Alonso:

> às vezes uma área tem grande interesse ecológico, mas tem grande interesse econômico, e onde entra o dinheiro claro que ele tem preponderância sobre o resto. Mineração é uma das coisas ou terras muito boas pra cultivo. Como conservar floresta em cima dessas terras? O interesse econômico comanda o processo, infelizmente, quando deveria ser o interesse científico e ecológico. Mas isso é utópico. Na realidade, nunca vai acontecer desse modo. A força dessas entidades é muito forte (...). Minha visão é a seguinte: os poluidores, os desenvolvimentistas, ou seja lá o nome que você queira dar, vão fazer o que querem fazer porque o dinheiro manda. Então, se o dinheiro manda e vão mesmo fazer, é melhor que paguem por isso através de compensações ambientais. Porque não vamos conseguir impedir que grandes represas sejam feitas, que grandes áreas sejam mineradas (...). Eles podem mudar a legislação pra atender os interesses deles. E se querem fazer uma represa em algum lugar, vão fazer, se querem explorar uma área, vão explorar. Agora, se vão explorar de qualquer jeito, que ao menos nós da conservação tenhamos um lucro com isso (...). Então, diria que temos que ser um pouco cínicos em relação a isso. Se o mal vai ser feito de qualquer modo, que se tire algum proveito desse mal *(Alonso - 2º geração – historiador – 49 anos)*.

Contrabalançando a alegação de ser "um pouco cínico" esboçada por Toríbio, Juvenal interpretou de outro modo as implicações de certas "medidas ambientais compensatórias":

> a instalação de hidrelétricas e outros empreendimentos exige medidas ambientais compensatórias. E essa compensação pode ser a criação de uma área protegida onde justamente também vivem pessoas. Então, aí há uma dupla exclusão. Isso já vimos acontecer. Nós temos depoimentos gravados, por exemplo, de um atingido por barragem que falou: "é a quarta vez que vou ser deslocado por uma hidrelétrica". Sendo geógrafo, vejo que esse é um problema real e tem a ver com a visão sobre a organização do espaço de que essa configuração espacial é a salvação da humanidade *(Juvenal - 3º geração – geógrafo - 44 anos)*.

Embora concordando com Toríbio ao admitir que "grandes empresas" teriam "mais poder de barganhar", Juvenal também discordou do pragmatismo presente no depoimento daquele pesquisador ao fazer uma avaliação específica sobre a própria atuação de "ambientalistas" que participam de "conselhos gestores" de UCs:

> aí entram as contradições no caso de muitos ambientalistas que atuam nesses conselhos, sobretudo, quando estão em jogo interesses de grandes empresas. Porque aqueles que têm mais poder de negociar são as empresas. Elas têm uma postura e uma linguagem sofisticada que, às vezes, você nem percebe que está fazendo o jogo delas. Têm muitos ambientalistas e representantes de ONGs que não tem experiência de negociar com esses interesses econômicos e que entram nesse campo e se perdem, não entendem o que acontece. De certo modo, são cooptados e ficam orgulhosos que conseguiram entrar no campo de poder, mas na verdade o que ocorre é que passam simplesmente a concordar e não ter mais posicionamentos contrários aos interesses das empresas. Como resultado, as vozes discordantes não aparecem mais. O que observei muito nos meus colegas é que eles dizem: "nós precisamos ser mais realistas, mais pragmáticos". Eu sempre defendi uma outra posição. É como num mercado árabe, você coloca um preço muito alto até chegar a isso que você quer realmente. Só que nós não precisamos abaixar o preço antes da negociação *(Juvenal - 3º geração – geógrafo - 44 anos)*

Voltando a tema das compensações ambientais tocado por Juvenal, tive a oportunidade de debatê-lo com outros pesquisadores. Uma visão diferente da expressada por ele, mas, em alguma medida, também do pragmatismo de Toríbio surgiu durante meu encontro com Licurgo

quando comentei com ele que "o financiamento de algumas áreas protegidas é feito a partir de medidas compensatórias. Como você vê essa situação?". Embora tenha admitido ter se chegado "a um grau de estrangulamento que financiamento via compensação é desastroso por natureza, porque ele depende do desastre pra poder se ter mais dinheiro", Licurgo ponderou em seguida: "isso não significa dizer, sob hipótese alguma, que temos que abrir mão do sistema compensatório. Ele tem que continuar existindo e ser mais pesado pra evitar a destruição". De fato, a crítica de Licurgo se direcionou não ao mecanismo em sim, mas a sua "efetividade", isto é, à eficácia no repasse de recursos compensatórios direcionados às áreas protegidas:

> criamos uma legislação que nos levou a um processo crítico, porque de efetividade tem muito pouco. Porque todos os processos de medidas compensatórias por desastre ambiental não têm sido efetivados na prática, é mínima a efetivação (...). Nós criamos o conceito do destruidor compensador, igual como é do poluidor pagador. Quer dizer, se vai detonar o meio ambiente, tem que compensar por isso. O que é minimamente justo. Mas é que (...) chegou a um ponto que o governo, por falta de política descente de conservação, não põe dinheiro nenhum no sistema e só falta pedirmos pra ter desastre pra ter compensação. Está me entendendo! (...). Esse é o ponto, ele tem que existir, mas não pode, sob hipótese nenhuma, prescindir o Estado de colocar a sua parte. Conservação existe por razões estratégicas de Estado, de nação, de planeta, portanto, sai caro *(Licurgo - 2º geração - engenheiro florestal - 52 anos)*.

Contrastando com a posição de Licurgo (que, como se pode notar, mais uma vez aludiu à nação, ao Estado e ao planeta como forma de justificar iniciativas de conservação) temos a argumentação de Ana. Por um lado, ao comentar que "uma questão que sempre surge é o financiamento de áreas protegidas feito através de compensação ambiental", Ana se aproximou da perspectiva de Licurgo ao reconhecer que, "na verdade, o princípio por trás é bom, já que você fez um dano aos recursos naturais. Então o Governo tem dinheiro para conservação, o que, como um princípio, tudo bem". Porém, agora se aproximando de Juvenal, Ana se afastou do depoimento de Licurgo em seu ceticismo quanto aos resultados de medidas compensatórias direcionadas à criação-gestão de UCs: "o que acho que vira um problema é que isso se torna uma moeda de troca. As empresas vão lá desmatar, como já existe um mercado com preço estabelecido pra essas coisas, o cara já sabe mais ou menos quanto vai ter de pagar, então faz uma análise econômica de custo-benefício e vê se compensa: "ah! Vou ganhar tanto nesse empreendimento aqui, pago tanto. É muito complicado".

Trazendo o ponto e vista de Ana, comentei com Bolívar que "os próprios degradadores estão financiando a preservação", ao que meu interlocutor revelou que "nunca tinha pensado nisso". Porém, Bolívar expôs, tal como Toríbio, uma linha pragmática de raciocínio:

> existem ações do homem que não tem jeito, tem que ser feito. Uma hidrelétrica em algum lugar tem que ser feita pra gerar energia, senão... Lógico que a grande maioria das vezes a energia é pra fábrica de alumínio. Mas já que tem que ser feito, se não tiver outra alternativa econômica, vamos cobrar isso e que seja revertido para o meio ambiente *(Bolívar - 3º geração – biólogo - 41 anos)*.

Além dessa ênfase, agora como Licurgo, Bolívar demonstrou sua preocupação com o mau uso dos fundos compensatórios, só que sugerindo outro destino para essa verba:

> acho que essas compensações não são bem utilizadas. Por exemplo, pra elaborar o plano de manejo, isso é às vezes um, dois milhões. Preferia pegar esse dinheiro e contratar um monte de quilombola e índio, quem quer que seja, que mora nesses parques e dizer: "ó, vocês vão ser empregados do parque, vão ter décimo terceiro salário, férias, auxílio alimentação". Ai eles vão trabalhar e ganhar um salário-mínimo. Tenho certeza que teria um batalhão de gente trabalhando na preservação do parque. (*mas nem todo mundo vai poder ser guarda-parque...*) Lógico, tem muito mais gente do que espaço pra Guarda-Parque (*ou guia...*) ou guia. Existe uma indústria que pode ser criada. Só que quando o último palmito for cortado na Mata Atlântica, o que essa população vai fazer? A imensa maioria, um monte de gente que corta o palmito, eles vão caçar *(Bolívar - 3º geração – biólogo - 41 anos)*.

Se Licurgo fechou seu raciocínio falando de "razões estratégicas de Estado, de nação, de planeta", Bolívar, ao alertar para o que irá acontecer "quando o último palmito for cortado na Mata Atlântica", chamou atenção para a urgência que cerca as estratégias de preservação ambiental. Já vimos que é recorrente a alusão a estas duas justificativas. Porém, gostaria de marcar aqui que ambas já surgiram em outros depoimentos. Alice, por exemplo, embora tenha enfatizado ser "legítimo" o movimento e torno das populações tradicionais, ao falar sobre invasões em áreas protegidas, especialmente RESEXs, alegou que "a gente está falando de patrimônio nacional". Já no item 6.13, veremos Rodrigo (por sinal, ácido crítico de visões como as sustentadas por Licurgo e Bolívar) se referir às políticas públicas destinadas especificamente às populações tradicionais criticando-as devido ao fato de que, "se você está falando em conservar a biodiversidade *in sito* (...), você tem que considerar a nação".

Saindo da discussão sobre medidas compensatórias, à possibilidade trazida por Bolívar de se ter um "batalhão de gente trabalhando na preservação", Amaral reconheceu: "não adianta impor uma área protegida dizendo assim: 'isso aqui agora é um parque'. Você vai fazer o que com quem estava ali? Vai tirar?". Já quanto à solução para esta situação, Amaral aventou uma possibilidade distinta da mencionada por Bolívar ao direcionar sua ênfase para a importância de se "informar a sociedade" (aludindo, novamente, o interesse geral) sobre o "papel" das UCs:

> é muito importante que a sociedade como um todo entenda o papel dessas unidades de conservação. Quando você precisa criar uma unidade de conservação é importante que a sociedade entenda o porquê dela. E a sociedade, ao entender porque ela é importante, vai assimilar aquela unidade como sendo dela (...). O que é importante é que os usuários do entorno do parque entendam o que é o parque. Quando isso acontecer acabou o problema da invasão, o problema da caça e pesca clandestina, porque os diferentes segmentos da sociedade vão cuidar disso. O trabalho da polícia ambiental, da fiscalização vai ficar muito mais fácil porque ela tem a participação dos outros segmentos *(Amaral - 2º geração – limnólogo)*.

A seguir Amaral ressaltou o papel essencial do cientista no processo de fazer "a sociedade entender" por que se "precisa criar uma unidade de conservação":

> pra que isso aconteça falta, e nosso grupo está se propondo a fazer isso dentro do nosso subprojeto de educação ambiental, o cientista traduzir a importância da unidade pros diferentes segmentos do entorno. É papel do cientista explicar pros prefeitos, pros professores, pras indústrias, pra população local, enfim, pra sociedade o que significa aquele parque. Não posso querer que alguém lá do Ibama ou do IEF vá fazer isso sozinho. Se sou o cientista, eu obtenho dados dali, interpreto aquele ambiente, quem melhor do que eu pra explicar como é que funciona aquele negócio! *(Amaral - 2º geração – limnólogo)*

Segundo Amaral, o principal instrumento de que disporia o "cientista" para "explicar como é que funciona aquele negócio" seria através da "educação ambiental", outro tema, como veremos a seguir, que trouxe à tona discordâncias entre pesquisadores:

> o papel de traduzir o conhecimento científico pro uso direto do cidadão, é assim que vejo o que se chama educação ambiental. Portanto, hoje acho que nenhum projeto terá a devida importância e eficiência se não tiver como pretensão fazer uma parte dessa tradução, dessa educação ambiental. Entre outras razões, isso deve ser feito porque é a sociedade que nos paga. Nós fazemos essa pesquisa, produzimos esse conhecimento com o dinheiro da sociedade, então tenho a obrigação de retornar isso pra sociedade de diferentes formas, por exemplo, treinando pessoas *(Amaral - 2º geração – limnólogo)*.

Especificamente sobre o papel da educação ambiental nas políticas voltadas para áreas protegidas e o "treinamento" de pessoas, creio que Rosa, Ana e Alice divergiram de forma acentuada em relação ao pensamento de Amaral. Ao conversar com esta última, indaguei-a da seguinte forma: "não há aí o perigo de usar a retórica da participação, da educação ambiental etc. pra se alcançar um objetivo que já estava previamente estabelecido e assim passar por cima das pessoas? Quer dizer, o fato de você ir numa reunião e escutar o que o outro está dizendo não necessariamente significa participação, não? E aí educação ambiental vira muito mais um treinamento ecológico ou um adestramento ecológico". Ao que Alice respondeu:

> o que está acontecendo é uma banalização da questão da participação social. Por quê? Temos aqui um grupo de pesquisa debatendo exatamente o que se entende por participação, quais os níveis de participação social, as metodologias, o papel do pesquisador. Acho que há dois equívocos gritantes. Primeiro, de pensar a gestão só pra dentro da unidade. Por exemplo, programa de educação ambiental geralmente é pra dentro da unidade e, do mesmo modo, discute-se participação e o conselho gestor pro conselho pensar pra dentro da unidade. Isso é o maior equívoco que pode haver no processo de gestão. Porque a área protegida existe num mosaico de conflitos, de relações e de percepções sociais. Ela só se sustenta diante dessa configuração regional. O segundo equívoco é a visão absolutamente reduzida do que significa tanto participação quanto educação ambiental. Muitas vezes é um monte de figuras de passarinho e de espécies de mamíferos, que é o que as crianças gostam, mas (...) é muito unilateral, transmissão de informações. A idéia do nosso grupo é a seguinte: participação social e empoderamento não é dado, é conquistado *(Alice - 2º geração - graduação em biologia e psicologia - 52 anos)*.

Já ao perguntar a Ana "como você vê a educação ambiental?", minha interlocutora respondeu da seguinte forma:

> tenho um ponto de vista muito crítico (...). O que é educação ambiental? A maior parte dos trabalhos é um blá, blá, blá meio assim: educação ambiental é conscientização e isso, quando atingido, vai resolver tudo. Basta ir ensinar pro cara: "olha, você faz isso errado, faz assim". É uma coisa etnocêntrica, sabe, vou te ensinar e você tem que fazer. E quando se fala de um projeto de intervenção, é mais complicado ainda. Essa falta de fundamentação teórica na academia se reflete quando você vai fazer um projeto de intervenção (...). O que acho pior é que você vai lá, faz uma intervenção, ensina todo mundo como é que tem que tratar o meio ambiente e aí vai embora. Raramente, não vou dizer nunca, é feito um trabalho de avaliação no tempo pra ver daqui a 5 anos, por exemplo, o que sobrou. Não existem metodologias de avaliação continuada. Tá bom, o pesquisador saiu de campo, mas daqui dois anos o que as pessoas lembram? Porque, qualquer antropólogo sabe, uma coisa é o que a pessoa fala e outra o que ela faz *(Ana - 3º geração - ecóloga humana - 44 anos)*.

Durante a entrevista de Rosa, após ter comentado com ela que educação ambiental seria "hoje em dia um dos principais instrumentos usados para garantir a preservação ambiental", solicitei então "que falasse um pouco como você vê esse instrumento e depois a gente pode

entrar em questões mais específicas", ao que minha colega alegou que a única "especificidade" que via no caso da educação ambiental seria quando esta atua como um

> instrumento de convencimento e, como a educação em geral faz, de imposição de valores dominantes, de desenvolvimento de comportamentos dominantes e de integração social. E todas as práticas de educação ambiental que conhecia seguiam esse viés: vou convencer o fulano de tal que a melhor forma de conservar é dessa maneira, vou convencer a criancinha que ela tem de desligar a torneira na hora que está escovando os dentes. E criancinha aqui pode ser no sentido figurado, porque posso tratar qualquer pessoa como se fosse uma criança que precisa aprender a fazer as coisas direito. É uma coisa extremamente comportamentalista e moralista (...). Pros sociólogos isso não é uma novidade, a educação em geral tem essa função de reproduzir as relações sociais dominantes. Então, por que com a educação ambiental seria de outro jeito, já que ela incorpora modelos já legitimados e hegemônicos? (...). Em unidades de conservação, e não é uma avaliação só minha, mas também de outros colegas, continua prevalecendo a educação ambiental para o convencimento, a participação que eles falam como sendo um objetivo é extremamente limitada. É limitada ao que já está imposto *(Rosa -3º geração – socióloga - 46 anos)*.

Ligada aos projetos de educação ambiental, o tema da participação da população local surgiu quando conversava com Joca, só que com uma ênfase totalmente distinta da perspectiva exposta por Rosa, Alice e Ana. Para aquele historiador, apesar de concordar que "a idéia de consulta pública, de formar um conselho, são conquistas pras unidades de conservação",

> se você tem que criar uma unidade de conservação na região de araucária, vai esperar chegar a um consenso? Quando chegar ao consenso não tem mais araucária. Acho fantástica a idéia de ter consulta pública, só que quando se pensou em fazer a consulta pública foi pensado assim: "ah! A população vai vir discutir aqui, a população excluída". Não, não são só os pobres, os excluídos, os "tradicionais", vem também o grande produtor rural, os poderosos que querem discutir, que têm lá seus interesse e porque não dizer a sua legitimidade como ator social *(Joca - 3º geração – historiador - 43 anos)*.

Sobre a questão da participação local, apesar das claras discordâncias entre ambos (como veremos a seguir), ao menos no que tange a fragilidade e "ilusão" que estaria por trás da idéia de "consenso" Joca e Juvenal se aproximaram:

> temos um problema profundo com essa ilusão da sociedade civil organizada. Temos agora um modelo de participação que se difundiu (...). Você tem sempre conselhos participativos que devem contribuir para o caminho do desenvolvimento sustentável. Fui muitas vezes participante desses conselhos não só no nível internacional que trata do tema das florestas tropicais, mas também no nível local. Quando participava de um conselho municipal, por exemplo, na verdade nenhuma das posições das pessoas mudou. O consenso, na minha opinião, não existe (...). Na verdade houve um grande mal-estar com minha presença (...) e ao final foi assinado um relatório que eu não concordava com a metade das coisas que estavam escritas lá. Mas constaria como aquele que participou e concordou com aquilo (...). Muitos representantes de conselhos estão apoiando posições apenas para manter a ilusão de que existe um consenso *(Juvenal - 3º geração – geógrafo - 44 anos)*.

Mas a proximidade entre Joca e Juvenal não vai muito além da crítica à busca de consenso. Quando comentei com o primeiro que "a política de áreas protegidas muitas vezes é feita de cima pra baixo, ou seja, não haveria uma atuação ativa das populações locais na implementação dessas áreas", Joca enfatizou a necessidade de "priorizar" interesses mais amplos em detrimento da "participação":

> o primeiro conselho que foi participativo, que aceitava participação da sociedade civil, criado ainda no regime militar, foi o CONAMA. O Conselho Nacional de Meio Ambiente é dos conselhos mais participativos. Então é de cima pra baixo? Você cria uma unidade de conservação, mas e se você não criar, o que vai acontecer? Você vai ficar esperando todo mundo discutir? Por mais que se fale que o

> Ibama é truculento, e muitas vezes ele é, a questão não é tanto de participação, mas de priorização *(Joca - 3º geração – historiador - 43 anos)*.

Já especificamente sobre a participação das populações locais, Joca foi enfático:

> às vezes tem muita reunião. No caso dos planos de manejo, você faz uma coisa superparticipativa, bacana. Mas se gasta demais nisso. Às vezes não precisa ter participação tão grande no planejamento, às vezes é mais importante ter participação na execução, não precisava talvez ter chamado todo mundo pra planejar. Certas atividades vão envolver técnicos. Quanto mais envolver os representantes melhor, mas, às vezes, é melhor garantir que o plano seja feito num período viável. Aí, quando for implementar, você vai conversar com as pessoas que vão ser atingidas. E aí qualquer plano tem que ter uma flexibilidade razoável pra fazer concessões. Senão você faz mil reuniões e as coisas acabam não acontecendo. Isso não significa ser autoritário, ou seja, é mais importante dar transparência as suas ações do que discutir com todo mundo, você tem que ser transparente *(Joca - 3º geração – historiador - 43 anos).*

Toríbio apresentou uma posição próxima a de Joca ao expor sua visão sobre a participação local nas decisões que envolvem projetos de interesse nacional:

> o que se faz hoje. Vai se fazer um parque nacional, por exemplo. Tem que se ouvir a população, fazer uma audiência pública. Bom, mas a audiência pública, se o parque é no Paraná, ninguém da Amazônia vai estar presente na audiência pública. Quem vai estar presente na audiência pública? O pessoal da área, que provavelmente será contra. (...). Aí é que está. Quando você vai fazer uma represa, você faz a represa mesmo em detrimento dos interesses da população local. Por quê? Porque interessa ao país inteiro. Mas quando se vai fazer uma unidade de conservação vem uma reação enorme em cima e como não é uma coisa que o governo de uma importância muito grande as dificuldades pra criação são muito grandes *(Toríbio – 1º geração - sem curso superior, mas especialista em paleontologia - 83 anos)*.

Destoando da postura de Joca e Toríbio, Maneco fez referência a sua própria experiência de trabalho junto às populações locais:

> por exemplo, tenho um projeto que desenvolvo dentro do Parque Estadual da Serra do Mar, submeti o projeto ao Instituto Florestal e estou trabalhando em parceria com os diretores e o pessoal incumbido de gerir o parque. Agora, eles não são meus interlocutores junto ao pessoal que vive na região. Vou lá conversar com eles através de outros contatos, vou procurar a associação de moradores e digo pra eles: "olha, nós vamos iniciar um projeto que é no quintal da casa de vocês. Primeiro, nós podemos entrar no seu quintal? Vocês acham que é possível? Dá pra fazer?". Se vou precisar de ajuda, vou precisar de mateiro e pessoas que me ajudem, bom, eles que vão indicar e não o representante do parque. Isso causa conflito, óbvio, por que passa por cima do pessoal do parque, que está sabendo que você conversou diretamente com os moderadores e não só com os gestores. *(Maneco - 2º geração – botânico)*.

Alice, além de, como Maneco, trazer um exemplo para reforçar seus argumentos sobre a questão da gestão de áreas protegidas e seus respectivos conselhos gestores, foi outra pesquisadora cujo depoimento contrastou com as afirmações feitas por Joca:

> o caso mais emblemático que a gente estava estudando (...) foi sobre a gestão (...) de dois parques de fronteira que ficam no Amapá. É hilariante (...). Porque, por exemplo se você pergunta pros conselheiros locais se eles participam na gestão do parque, eles dizem que não. Eles são conselheiros do conselho gestor, mas dizem que não, que quem cuida do parque é o Ibama. Mas aí quando pergunta se eles tem alguma participação, aí dizem: "eu participo ajudando a fiscalizar, ajudando a informar". Quer dizer, ele não tem ciência do papel que poderia exercer num conselho. Isso é uma coisa grave de se pensar, porque nós temos mais de 60 parques nacionais hoje e todos estão construindo conselhos a toque de caixa. Aí vem com a idéia de participação social e educação ambiental, só que os gestores não foram formados pra lidar com isso, o perfil do gestor é ou tudo ou nada e muito dependente da personalidade da pessoa. Dependendo da personalidade dele ele vai numa direção ou noutra *(Alice - 2º geração - graduação em biologia e psicologia - 52 anos)*.

O fato de representantes de populações locais nos conselhos gestores poderem não estar cientes "do papel que poderiam exercer" também foi mencionado por Juvenal quando lhe perguntei "como entra a participação local nesses conselhos?":

> se trata de campos sociais artificialmente criados. Se juntam pessoas que começam a se relacionar (...). Tem pessoas que entram nesse campo com certo capital social e outros, representantes da população local, que não entram com esse capital. Isso se conseguem entrar nesses conselhos, porque muitas vezes não há representante da população local. Primeiro que ele não entende nada do que acontece, a linguagem usada é uma linguagem técnica que já é excludente (...). Mesmo quando tem representante de populações tradicionais ele não participa ou não pode participar das discussões. Geralmente fica lá calado ou de vez em quando faz uma intervenção, mas não consegue acompanhar a linguagem administrativa, burocrática, técnica e científica. Às vezes, os próprios acadêmicos não conseguem dar conta disso, pois são processos muito complexos. Então aqueles que dominam melhor essa linguagem e que conseguem lidar com essas informações conseguem sustentar melhor seus posicionamentos e ganham a luta (...). Na verdade, o que observamos aqui é o contrário do que se esperaria, ao invés de participação temos uma oligarquização desses espaços de decisão, uma hierarquização nesses conselhos de participação social e uma monopolização das opiniões *(Juvenal - 3º geração – geógrafo - 44 anos)*.

Mas outro "foco" para analisar o papel da participação e educação ambientais foi dado por Juvenal em seu depoimento, visto que este remeteu a discussão a questões mais estruturais ligadas ao próprio sistema geral que rege a política de criação e gestão de UCs:

> tem um risco na política da conservação quando se concentra apenas na população que vive ao redor das áreas de conservação e se vai fazer, por exemplo, campanhas de educação ambiental, que na verdade é uma forma paternalista de mudar o modo como as pessoas pensam. Muitas vezes você tem, aqui é muito comum, unidades e conservação criadas pelo governo, mas geridas por ONGs, que fazem isso com o apoio e parceria com o governo e pago pelas empresas. Quando as empresas são envolvidas isso é feito mais para efeito de marketing. Aí uma empresa de mineração diz: "olha, estou protegendo os animais nessa área, fiz RPPN", aí as ONGs cuidam disso e fazem ainda educação ambiental com os moradores do local. Acho que isso uma tendência equivocada, porque isso não resolve o problema, porque na maioria dos casos a própria mineradora destrói muito mais do que aqueles moradores lá no local. Então isso é um desvio do foco do problema principal, que é o avanço do sistema urbano industrial *(Juvenal - 3º geração – geógrafo - 44 anos)*.

Voltando ao que disse Joca, a necessidade (hoje exigência legal) de se elaborar planos de manejo é outro aspecto ligado à "participação" de populações locais nas decisões que envolvem a gestão de unidades de conservação. Contrapondo-se à visão expressada por este historiador, Rosa criticou o fato de que, no caso das políticas envolvendo áreas protegidas,

> você participa até o instante em que pode escolher dentre as possibilidades que lhe são previamente dadas. E aí é o convencimento. Os relatos que a gente tem no caso de unidades de conservação é isso: a unidade está aqui, a legislação aqui e a gente vai até aqui. Aí vamos participar? Vamos, mas só até aqui. O limite da participação está absolutamente dado. Os limites da participação são os limites da legislação. E temo que os conselhos de gestão sigam esse caminho, ou seja, se limitem a isso: vocês podem decidir, podem participar até onde vai o que já está estabelecido *(Rosa -3º geração – socióloga - 46 anos)*.

Servindo de gancho para o próximo tópico, os últimos depoimentos conduzem a dois "pontos quentes" recorrentes: como entrevistados avaliaram o processo de implantação de "planos de manejo" e "conselhos gestores". Vejamos então ambos os temas mais de perto.

6.9 SNUC: planos de manejo ou de uso? conselho consultivo ou deliberativo? UCs de proteção integral ou de uso direto?

Um aspecto levantado nas entrevistas diz respeito à migração, efetuada a partir do SNUC, dos chamados planos de uso (ou de utilização) para os atuais planos de manejo. Comecemos com este debate como via de entrada das avaliações sobre o que representou e o que representa hoje, do ponto de vista dos entrevistados, a aprovação do SNUC e dos decretos subseqüentes que vieram normatizar pontos deixados em aberto por ele.

Iniciemos com a breve retrospectiva feita por Antônio ao falar sobre a elaboração do primeiro plano de utilização elaborado para a Reserva Extrativista Alto Juruá, o qual teve a participação deste antropólogo:

> o plano de utilização era um plano popular, um plano de natureza diferente dos planos ambientais que tinham sido criados, porque era uma área de outro tipo. Isso passou [no sentido de acabou]. Então, foi apresentado um plano com um nome diferente, plano de utilização, que era basicamente uma constituição baseada nas formas tradicionais de uso dizendo quem tinha direito a acesso, como é que seria expulso quem não cumprisse as regras. As regras transcritas, em forma de artigo, eram as regras tradicionais do uso que sempre tinha conservado aquele recurso. Como usar as estradas de seringa, como fazer a caça, com fazer a pesca, limites pra agricultura, sempre seguindo as regras tradicionais e as áreas médias de uso tradicionais. Então tinha lá um certo tamanho disso e tal, de acordo com as regras da tradição (...). Foram votados vários pontos, por exemplo, proibição de caçadas com cachorro. Para você ter uma idéia do absurdo, [pela legislação anterior] qualquer tipo de caça era ilegal, não tinha previsão pra caça de subsistência *(Antônio - 1º geração - antropólogo – 64 anos)*.

Contudo, com o SNUC os planos de uso já elaborados durante a década de 1990 foram (ou estão sendo) paulatinamente adequados e transformados em planos de manjo. Vejamos o que disse Licurgo (incluído por Anita no grupo que ela denominou de "hards"), o qual não viu maiores problemas nesta readequação. Perguntei então a ele[281]:

> **Cleyton:** *como você vê a mudança que ocorreu entre plano de manejo e plano de utilização?*
> **Licurgo:** plano de manejo e de utilização, olha, são só as palavras que mudaram, porque manejo é para utilização em qualquer situação.
> **Cleyton:** *é que antes o poder dos locais era maior no caso da elaboração do plano de utilização; porque com o plano de manejo começa a entrar termos técnicos, há uma homogeneização técnica pra ele ser aprovado; além disso, passa a haver a necessidade de uma pessoa competente, um ecólogo, o chefe da reserva ou uma entidade que vá....*
> **Licurgo:** mas é óbvio, isso sempre precisaria.
> **Cleyton:** *mas a autonomia mudou, né?*
> **Licurgo:** Não sei!
> **Cleyton:** *esse é um argumento que me foi dito*.
> **Licurgo:** de novo, vamos discutir o bolo ou o confeito. Então, pra mim o SNUC (...) é importante porque ele trouxe definições de categorias (...), isso é importante, ta! (...) mas o SNUC só sistematiza processos que estavam em curso (*Licurgo - 2º geração - engenheiro florestal - 52 anos*).

Sobre estes "processos", questionei Francisco da seguinte forma: "algumas pessoas criticam o SNUC dizendo que a universalização do plano de manejo acabou com o plano de uso, visto que este último seria uma criação feita pelas comunidades locais; com sua substituição pelo plano de manejo muitas populações perderam autonomia". Em sua resposta, meu interlocutor aludiu à necessidade de haver "um grau de padronização":

---

[281] Como neste momento tivemos um diálogo muito recortado e com interrupções bruscas, reproduzo-o de uma forma que, creio, fique mais clara ao leitor.

> acho que deve existir plano de manejo, sim, mesmo se é uma unidade onde vai ter produção ou uso dos recursos naturais. Nesse caso, o plano de utilização deve ser incorporado ao plano de manejo. Se é um bem público, tem que ter um grau substantivo de padronização, sim! A comunidade é uma coleção de interesses privados, nem sempre coerentes entre si, e nenhum bem público pode ficar ao sabor desses interesses privados. Eu acho que se for deixar para cada um fazer como bem entender, fica complicado, vira propriedade privada – somos craques na privatização dos bens públicos, e isso deve ser combatido e não estimulado *(Francisco – 2º geração - cientista social, especialista em ciências ambientais - 59 anos)*.

Mencionando outro tema polêmico (o formato dos conselhos gestores) e dirigindo seus comentários para a atuação decisiva de quem estaria à frente da gestão de UCs, Joca também não viu maiores problemas no caso na adequação dos planos de uso para planos de manejo:

> você tem a capacidade de flexibilizar a maneira como isso ocorre, pra que os planos de utilização sejam transformados em planos de manejo com a participação da comunidade, aí isso vai funcionar. É a mesma coisa na discussão sobre se o conselho deve ser deliberativo ou consultivo. Na verdade, se há bom senso, isso passa a não ser tão importante. Se sou um diretor de parque e tenho capacidade de dialogar com a comunidade, ninguém vai estar preocupado se o conselho é deliberativo ou consultivo, por quê? Porque, como se fosse deliberativo, o que o conselho consultivo decidir vai ser implantado ou não vai ser, porque daí o cara vai dialogar e vai mostrar que aquilo ali não dava pra fazer. Se fosse deliberativo também ia dar no mesmo *(Joca - 3º geração – historiador - 43 anos) (Joca - 3º geração – historiador - 43 anos)*.

De certo modo trazendo para a entrevista o argumento de Alice contido em seu depoimento citado no final do item anterior (quando afirmava que a gestão de áreas protegidas seria "muito dependente" do "perfil do gestor", pois "dependendo da personalidade dele ele vai numa direção ou noutra"), perguntei então a Joca se "isso não personalizaria a relação? Ou seja, não ficaria muito vinculado da boa intenção ou não do chefe de parque?", sendo que sua resposta se voltou novamente para a "urgência" de se garantir a preservação de certas áreas:

> em alguma medida sim, mas tendo uma política que cobra isso dos diretores de UCs, fantástico. Tem casos hoje em que os caras estão fazendo consulta pública pra reserva biológica e estação ecológica, que são as mais restritivas. O que importa é que, numa situação de impasse, é preciso garantir a preservação daquela área. Vai ser uma decisão de cima pra baixo, vai, mas, às vezes, o cara precisa ter essa consciência de que precisa fazer. Se é urgente tem que fazer *(Joca - 3º geração – historiador - 43 anos)*.

Ainda sobre o processo em questão, outros entrevistados divergiram das perspectivas de Licurgo, Francisco e Joca. Lúcio, por exemplo, tem uma visão muito negativa sobre o plano de manejo e o SNUC:

> o plano de manejo, que é um instrumento necessário para que se faça a concessão de direito real de uso era feito pelas populações, não precisava de técnicos competentes, era o plano de utilização. Se eles contatassem técnicos pra fazer era problema deles (...). O que é o SNUC? O SNUC é o ataque frontal á reserva extrativista, ele acaba com a reserva extrativista, acaba, por exemplo, com a idéia de plano de utilização, que era feito pelas próprias populações que viviam na reserva. Aquilo que era um avanço no sentido de que se tratava de uma apropriação por parte da população. Agora precisa de um técnico. Aliás, diria que RDS, reserva de desenvolvimento sustentável, todas essas reservas que foram criadas, foram criadas pra ser contra as RESEXs *(Lúcio - 1º geração – geógrafo - 58 anos)*

Aqui um parêntese. A frase final deste geógrafo mostra que, se há divergência entre priorizar UCs de uso direto ou indireto (como ficará explícito logo a seguir), pesquisadores também discordam sobre a qualidade das categorias que compõem estes dois grandes grupos. Mais uma vez, nos vemos diante aquela característica nuerística discutida no item 2.6. Se tanto

o geógrafo Lúcio como a antropóloga Arminda, por exemplo, atacaram fortemente idéias como as sustentadas por Licurgo e Nicolau (os quais não consideram categorias de uso sustentável como UCs "de verdade"), a segunda certamente não concordaria com a avaliação do primeiro de que as RDSs teriam sido "criadas pra ser contra as RESEXs"[282].

Seguindo com a discussão sobre planos de manejo, trouxe para a entrevista com Maneco um ponto que foi tocado por Joca e Licurgo nas citações anteriores: o tema da "representação" dos grupos locais nas decisões que envolvem a gestão de UCs. Indaguei então a ele se "o problema também não seria quem está encarregado de fazer os planos de manejo?":

> essa é a grande questão, quem faz, quem avalia e quem valida. E aí há uma disputa, tem a presença de ONGs, que, por sua vez, se tornam, de certo modo, governamentais, porque fazem trabalho com órgãos do governo e depois voltam a ser ONGs. Estamos num momento muito complicado, porque às vezes fica difícil saber quais interesses estão em jogo. Acho que ouvir a população local da região é fundamental, ela tem que participar do processo (...). O problema começa no fato de que você tem representantes que vão ser ouvidos. Aí a coisa começa a complicar. Quem são esses representantes? Como é que são escolhidos? Cria-se a falsa impressão de que todo mundo está sendo ouvido com o mesmo peso, quando não é assim. De modo algum é assim *(Maneco - 2º geração – botânico).*

Se aproximando da idéia de que haveria uma "impressão", como disse este Maneco, equivocada "de que todo mundo está sendo ouvido", Rodrigo abordou diretamente a questão ao indagar: "quem são esses representantes", chamados por ele de "stakeholders"[283]. Porém, antes vejamos a retrospectiva que este último fez sobre conselhos consultivos ou deliberativos, já que, num primeiro momento, ao invés de se referir às RESEXs e RDSs, dirigiu sua fala para o caso dos conselhos gestores instituídos para gerir unidades de proteção integral:

> tem um exemplo característico desta esquizofrenia, de como o SNUC e o decreto aprisionaram certos movimentos sociais, que são os conselhos de unidades de conservação (...). A idéia de estabelecer conselhos pra gerir unidades de conservação integral, principalmente as já criadas, era o reconhecimento de que, quando tem uma unidade de proteção integral, tem imobilização de recursos naturais dos quais um conjunto de pessoas que vive ali depende. Portanto, você deve incluir estas pessoas nas deliberações. Mas os conselhos das unidades de proteção integral acabaram ficando consultivos, o que foi, abre aspas, uma vitória da Rede Pró-UCs. Eles diziam: "então quem vai deliberar sobre o destino das unidades de conservação são esses ignorantes e iletrados que vivem nas ou perto das unidades de conservação? Como isso é possível? Não podemos deixar isso acontecer". Então acabou sendo consultivo. Mas a idéia era o quê? Era buscar ampliar o espaço de democratização da gestão territorial dos recursos naturais nas áreas de influência destas unidades. Democratizar, sobretudo, a gestão nas áreas já criadas, que não tinham isso resolvido. Ou seja, [o conselho] era um instrumento ou a possibilidade de criar efetivamente um espaço de gestão democrática pras unidades. Porque, sendo uma intervenção exógena, que mobiliza recursos, em algum momento você vai ter que sentar pra discutir com essa galera. Nem que seja depois de ter sido feita a burrada de criar unidade com gente dentro e, com isso, gerar um problema social. Na pior das hipóteses, o conselho servia pra chamar todo mundo pra conversar pra ver como a gente descasca esse abacaxi *(Rodrigo - 3º geração – antropólogo - 42 anos).*

---

[282] Seguindo o "princípio de segmentação" já falado aqui, e embora não possa aprofundar o tema (de fato, só ele já daria uma dissertação ou mesmo tese), há fortes indícios (ver, por exemplo, notícias do blogue da Rede Reservas Extrativistas - página http://reservasextrativistas.blogspot.com) de que atualmente está em curso uma batalha no estado do Amazonas pela definição de UCs de uso sustentável: se se deveria priorizar a criação de RDSs ou RESEXs. A política do governo desse estado (que, segundo a Rede, seria mais afeito à primeira alternativa) tem feito surgir fortes divergências entre os que preferem apostar na criação de UCs de uso direto.

[283] Simplificadamente, termo amplamente adotado na América Latina para designar grupos de interesse que influenciam e são influenciados pelas ações de determinadas organizações (sobretudo, órgãos governamentais envolvidos com elaboração de políticas públicas).

Bento foi, como Antônio, outro antropólogo que fez uma recapitulação sobre funções e objetivos originais e como tinham sido pensados e executados inicialmente os planos de utilização. Contudo, o teor de seu depoimento se aproximou bastante das críticas feitas por Rodrigo e Lúcio. Ao comentar com Bento sobre "essa questão da mudança no planto de utilização pro plano de manejo", este reconheceu:

> esse é, sobretudo, um dos grandes signos dentro da mudança na trajetória da política [ambiental]. Primeiro, pra lembrar, o plano de utilização quando foi pensado, ele é um material administrativo a ser apresentado pelas populações locais visando reconhecer o saber profissional local em relação ao uso dos recursos naturais. Após 2000 o SNUC consolidou uma mudança radical. Ele estabelece não mais plano de utilização, [mas] o plano de manejo como um documento técnico. Os saberes tradicionais das populações locais perdem a centralidade na formulação sobre a forma de utilização desses recursos. E os manuais de elaboração dos planos de manejo, seja de 2002 seja de 2005, são absolutamente impensáveis de ser executados a partir dos saberes tradicionais ou como saber tradicional, eles só podem ser feitos com o saber científico. Então, a perda em relação à possibilidade de ter as populações locais como parceiras no gerenciamento do plano de manejo é total. E no plano de utilização já era complicado, porque tinha muitas vezes o limite jurídico daquilo era possível de ser escrito como saber local, a prática local (...). Então, assim, a evolução do plano de manejo, ele cada vez mais se distanciou do saber local *(Bento – 3º geração – antropólogo - 54 anos)*.

Voltando às avaliações de Rodrigo sobre as conseqüências da transformação dos planos de utilização em planos de manejo. Em seguida a sua retrospectiva crítica sobre o processo homogeneização do ordenamento legal das RESEXs através deste último, em que teria se perdido a oportunidade de instituir a gestão de UCs de proteção integral a partir de conselhos deliberativos, Rodrigo passou, como Bento, a se referir ao que isto teria acarretado para as RESEX e RDS no sentido de que, também aí, teria ocorrido perda de "autonomia" dos "moradores diretamente interessados":

> o que acontece no processo de discussão? O conselho deve ser deliberativo ou Consultivo? (...). No caso das unidades de proteção integral o conselho virou consultivo, ele não é deliberativo. Quem delibera é a agência, são os gestores. Claro, no conselho você vai discutir, consultar as pessoas, ouvir o que elas acham, isso é importante, mas quem delibera é outra instância. Aí o que acontece, alguém, em algum momento, que não sei quem, estou só especulando, propõem que, no caso das RESEX, onde a associação de moradores antes era o sujeito político necessário e suficiente pra gestão, porque você tinha o plano de uso, que era a associação que elaborava, alguém achou importante, pra, abre aspas, democratizar a gestão das RESEX, fecha aspas, juntar ao conselho deliberativo composto pela associação todos os *stakeholders* locais. Ou seja, você acabou com o protagonismo político de quem deveria ser o maior interessado na RESEX, expropriou poder da associação de moradores enquanto associação formal, porque já era um esforço político enorme os caras se organizarem, montarem uma proposta, reconhecerem em cartório. Além de fazer tudo isso, passam a ser só um ator político na deliberação sobre um plano de utilização onde tem representantes de todos os *stakeholders* locais *(Rodrigo - 3º geração – antropólogo - 42 anos)*.

Como vimos, Rodrigo e Bento adotaram uma postura que contrasta fortemente da adotada por Licurgo, Toríbio e Joca. Porém, seguindo mais uma vez uma atitude nuerística, a crítica do primeiro antropólogo não se dirigiu somente aos pontos de vista sustentados por estes pesquisadores e outros que possuem visões parecidas sobre planos de manejo e conselhos gestores, mas, também, àqueles que, em tese, estariam mais próximos a ele, como no caso de representantes do então chamado Conselho Nacional de Populações Tradicionais (CNTP):

> disse isso quando me chamaram pra falar com os técnicos do CNTP: "acho a idéia de ampliar a gestão das RESEX a partir deste tipo de conselho deliberativo uma excrescência. Não sei como isso foi produzido no debate (...), mas é uma excrescência política que expropria direitos dos moradores das RESEXs, que são, em tese, os diretamente interessados na sua criação e os submete a uma estrutura de poder outra que passa a disciplinar o que vai acontecer". As categorias que, supostamente, estariam ancoradas numa base de acordo e apoio político local de pessoas diretamente interessadas (...) passam a ser traduzidas por *stakeholders*. Aquelas pessoas foram expropriados desse poder, claramente, e aí as RESEX são submetidas a uma lógica estritamente conservacionista onde tem uma excrescência completa que é a figura do chefe da reserva extrativista, ou seja, você passa a gerir a reserva como se fosse uma unidade de proteção integral, um absurdo, e está na lei. E aí tem o CNTP quebrando a cabeça pra ver como vai fazer isso. Não tem solução *(Rodrigo - 3º geração – antropólogo - 42 anos)*.

Mais uma vez, no caso deste último trecho, as idéias de Bento se aproximaram do que foi dito por Rodrigo:

> ora, se podemos entender que a chance de uma lei, de uma regra ser cumprida cresce na medida em que ela representa aquilo que as pessoas se sentem como autoras da norma e decresce quando acontece o contrário, cada vez vai ter que ter mais fiscalização. E a gente está cansado de ver que a fiscalização não é a solução pra questão do manejo. Essas experiências de políticas baseadas em RESEXs eram experiências que deveriam prescindir de uma fiscalização externa, porque nascia de um processo local, direto, acordado e, sobretudo, porque eram regras que eram regras tradicionalmente aplicadas. É lógico que sempre tem desvio, sempre. Mas era muito mais fácil fazer o grupo local trabalhar na perspectiva de que regras locais não deveriam ser infringidas, mas sancionadas e redimensionadas internamente do que esperar por uma ação externa baseada no aparato de repressão oficial do Estado. O que acontece com o plano de manejo atual? Nesse plano de manejo ninguém vai se reconhecer, ele é feito pra não dar certo. A instância homologadora hoje é um conselho deliberativo aonde as populações locais não têm a maioria e nem é pra ter. Quando você pensa nisso, houve efetivamente uma mudança radical no cenário da política *(Bento – 3º geração – antropólogo - 54 anos)*.

Já sobre avaliações dos entrevistados relacionadas diretamente ao SNUC (que, como perceberam, veio sendo citado várias vezes desde o tópico anterior), é lugar comum entre especialistas que o período de sua elaboração permitiu a visualização de sérias divergências entre interessados no debate. Fato que fez com diversas vezes fosse citado e comentado pelas pessoas. Porém, como não privilegiei neste item depoimentos que falam sobre o processo em si que levou a confecção do seu texto final, trago à tona avaliações divergentes sobre determinações e orientações do SNUC ligadas apenas ao nosso "tema quente", bem como suas impressões sobre as implicações da sistematização e cristalização jurídica de regras concernentes à gestão de UCs, como o já visto plano de manejo, os conselhos gestores e, a seguir, a valorização ou não dos diferentes tipos de categorias fixadas pelo SNUC.

Sobre este, Maneco reconheceu que "houve um conflito aberto" e que "a questão-chave era a questão das populações dentro das UCs e como se ia resolver isso. Tinha o grupo (...) que assumiu a possibilidade de permitir a permanência dessas populações nessas unidades e outra mais conservacionista que achava que não se podia permitir isso". Porém, para Maneco

> essa discussão amadureceu bastante, acho que há situações diferentes, há diferentes pontos que precisam ser considerados (...). O SNUC criou vários tipos de unidades possíveis, alguns onde é possível presença de populações e o uso de recursos como fonte de subsistência. (*e como você vê a forma como ele se consolidou?*) Acho que ele é bastante avançado, acho que refletiu o amadurecimento que aconteceu, quer dizer, não se foi pra um extremo nem pra outro *(Maneco - 2º geração – botânico – anos)*.

Embora crítico da "influência dos socioambientalistas", a idéia de que não se teria ido "para um extremo nem pra outro", como disse Maneco, também foi ressaltada por Toríbio:

> começaram a mexer e aí surgiu a influência dos socioambientalistas. Então há esse choque entre as duas tendências, aquela mais voltada e preocupada para a conservação da natureza e aqueles que pretendiam juntar conservação com solução de problemas sociais. Esses dois grupos sempre se chocaram. A coisa continuou desse jeito e o que saiu, na verdade, foi uma solução de meio consenso, digamos, cada um cedeu um pouco e houve alguns vetos quando a lei foi pra presidência da república, conseguiu-se vetar algumas coisas *(Toríbio – 1º geração - sem curso superior, mas especialista em paleontologia - 83 anos)*.

Sobre "alguns vetos" de que falou Toríbio, Horácio contou que, segundo ele,

> o que se pretendia era que essas populações, aí já chamadas de tradicionais, teriam um papel relevante nos planos de manejo, na conservação das unidades e assim por diante. E quando o acordo estava praticamente pronto, estava mais ou menos alinhavado, os preservacionistas fizeram um *lobby* com alguns deputados e aprovaram um projeto de lei em que termos importantes nos núcleos negociados acabaram caindo fora. Eles barraram o próprio conceito de populações tradicionais. E aí não teve nada de barramento acadêmico, de ciência, na verdade foi uma oposição política a esse termo *(Horácio - 1º geração - antropólogo – 64 anos)*.

Quando indaguei a Aurora se teria "participado do processo de discussão do SNUC?", esta lembrou que havia "questões irreconciliáveis" e que o SNUC simbolizaria "um divisor de águas". Porém, como Toríbio e Maneco, reconheceu: "cada um conseguiu alguma coisa":

> vivi praticamente todo o processo, desde 93 até o final. Essa é uma história que eu participo de todas as discussões, reuniões, de todas as brigas. O SNUC realmente marca mesmo um divisor de águas, porque havia questões irreconciliáveis. Existia um lado que dizia o seguinte: "precisamos criar um sistema de unidades de conservação pra melhorar a eficiência das unidades de conservação". Só que havia outro grupo que dizia que se teria de considerar todas as interfaces (...). E aí, no final das contas, depois que se viu que não havia consenso, cada um seguiu o seu rumo, o movimento ambiental não se junta pra fechar o SNUC e aí cada um conseguiu alguma coisa *(Aurora - 3º geração - engenheira florestal - 38 anos)*.

Embora ressaltando, como vários de seus colegas, sua "importância para o país", Aurora fez uma avaliação sobre o "grupo" que pretendia "considerar todas as interfaces". Tal como o fizeram entrevistados em outros depoimentos já citados, faltaria a estes últimos, segundo ela, "respaldo técnico":

> só que a discussão sobre essas interfaces não tinha respaldo técnico. Aí entrava só o ideal, o desejo e como não se tinha muito tempo pra se discutir isso, no final tenho um documento que veio com uma parte técnica ligada à conservação e uma parte que era mais fruto do desejo e da vontade de alguns. Mas o documento final do SNUC é um documento de uma importância enorme pro país, nós precisávamos ter isso, só que ele tem erros de estrutura, erros de conceito, porque ele virou uma colcha de retalhos *(Aurora - 3º geração - engenheira florestal - 38 anos)*.

Nicolau foi ainda mais enfático do que Aurora ao falar sobre o que esta chamou de "as brigas" em sua resposta a minha pergunta sobre como ele teria visto "essa discussão nos anos 90 que levou a aprovação do SNUC?": "ficamos espantados com algumas coisas que foram estabelecidas pelos socioambientalistas (...). Então, o que foi isso? Foi uma luta total, frontal do socioambientalismo mais ridículo contra o senso-comum". Já Francisco, quando lhe sugeri que "uma das coisas que surgiram nas entrevistas" teria "relação com o SNUC", além do

aspecto "consensual" do processo, alegou (como Maneco ao comentar que se "criou vários tipos de unidades possíveis") que

> o principal que teria a falar do SNUC é seu resultado. Dentro também das divisões que existem no ambientalismo brasileiro, conseguiu-se, conceitualmente, separar coisas que estavam misturadas, basicamente, as categorias de UCs (dividindo-as em dois grandes grupos) e a questão da gestão das unidades com aumento da participação da comunidade local (...). Então o SNUC resolveu isso conceitualmente. Existem categorias de uso indireto e de uso direto. Então isso está resolvido, onde tiver gente, bom, cria-se esse tipo, onde não tiver ou puder tirar as pessoas sem violentar, cria-se essas outras *(Francisco – 2º geração - cientista social, especialista em ciências ambientais - 59 anos).*

Ainda que usando outra metáfora (a de um "Frankeinstein"), como Aurora, Rodrigo citou a característica de "colcha de retalhos" da versão final do SNUC. Apesar de admitir que este "procurou representar um consenso", reafirmou, porém, que "concepções divergentes" estiveram presentes na sua elaboração. Além disso, propôs outra leitura para o que Francisco definiu como "divisões que existem no ambientalismo". De fato, ao afirmar que aqueles que participaram da elaboração do SNUC não estariam atuando a partir de um "mesmo campo" devido ao fato de terem "concepções divergentes", Rodrigo jogou as "divisões" existentes para o limiar da fronteira (ou mesmo para além dela) que seu colega chamou de "ambientalismo".

> como toda legislação, ela é fruto da correlação de forças daquele momento histórico em que ela é aprovada. Quem estava aonde em que lugar? Quem estava na casa civil, por exemplo, que sugeriu vetar a definição de população tradicional? Então, o SNUC e o decreto, porque isso não está só no SNUC, mas se reflete no decreto que regulamenta vários dispositivos do SNUC, eles são um Frankenstein. Porque ele procurou representar um consenso, e isso é minha interpretação, entre concepções que são divergentes. Porque são divergentes, não adianta que não cola esse negócio de que: "ah! estamos todos no mesmo campo". Não estamos. Existem concepções divergentes sobre conservação da biodiversidade e sobre o papel das áreas protegidas (*Rodrigo - 3º geração – antropólogo - 42 anos).*

Se Aurora se referiu ao fato de que o SNUC teria "erros de estrutura, erros de conceito", Rodrigo reconheceu que este "é muito impermanente e tensionado enquanto marco regulatório". Porém, se contrapôs à afirmação de Maneco de que "a questão-chave" teria sido "a questão das populações dentro das UCs". Aliás, em seu depoimento Rodrigo não só divergiu dos demais entrevistados, mas foi muito além em sua avaliação sobre o significado do SNUC, tendo apresentado uma tese, além de alternativa (para não dizer discordante) ao que foi dito pelos demais, muito particular sobre as implicações que envolveram sua aprovação:

> um discursinho meio padrão circulando por aí diz: "o que caracterizou o SNUC foi o debate sobre presença humana em unidades de conservação; tinha um grupo que era contra e um a favor". Aparentemente, parece que as coisas ocorreram assim. Então teve em 96 um seminário sobre presença humana em UCs, teve o ISA (...) e a posição (...) da Rede Pró-UCs, e a polarização em torno desse tema como sendo estruturante do SNUC. De fato, a percepção de que havia esta polarização teve influência grande no SNUC. Agora, uma etnografia mais detalhada, uma história social distanciada mostraria que essa polarização funciona também como válvula de escape pra explicar várias coisas que não tinham necessariamente que ver com o debate, mas com concepções mais profundas relativas à natureza do que é o conhecimento que sustenta a idéia da conservação da biodiversidade. Pra mim a dimensão do problema está lá embaixo, é de ordem epistemológica e, portanto, ética. Daí derivam posições políticas diferentes. Então a polarização, na verdade, é reflexo de coisas mais fundamentais e subjacentes. Ela funciona como operador explicativo e dá conta de entender o SNUC, os problemas internos que ele tem. Mas como, abre aspas, todo mundo saiu ganhando ou, pra ninguém dizer que perdeu, se produziu esse discurso de que o

> SNUC representa uma grande conquista do ambientalismo no Brasil. Nunca achei que representasse (*Rodrigo - 3º geração – antropólogo - 42 anos).*

Em seguida Rodrigo condensou em sua argumentação alguns aspectos já levantados por outros pesquisadores (como a importância de se levar em conta "características locais", por exemplo). Porém, sobre sua posição e atuação no debate, se afastou ainda mais de afirmações como as de Maneco (para quem o SNUC, além de refletir "o amadurecimento que aconteceu" na "discussão", seria "bastante avançado") e de Aurora (que afirmou que o SNUC seria "um documento de uma importância enorme pro país") ao se mostrar demasiado cético e extremamente crítico quanto a essa "importância" e as implicações que ele traz e subentende:

> todo mundo queria o SNUC e eu dizia que o SNUC não era a história principal. Primeiro pela noção de sistema, eu faço a crítica a essa noção de sistema de unidades; segundo, que ele seja nacional, porque os problemas da conservação da biodiversidade são de características muito locais e, ao mesmo tempo, globais; terceiro, que você iria resolver esses problemas da conservação apenas com conservação *in sito*, porque não vai; e, finalmente, porque o SNUC exclui todo o debate sobre outros aspectos da conservação da biodiversidade. Então o SNUC é uma coisa segmentada que tem a ver com concepções que foram se formando desde meados dos anos 60, pelo menos no caso brasileiro. Não foi feita uma revisão crítica dos processos que geraram as políticas anteriores de unidades de conservação pra que resultasse uma coisa nova, genuína e que caracterizasse nossa formação social. Acho que não fizemos isso. Não vejo e nunca vi o SNUC como uma conquista e tenho me policiado nos debates pra não dizer isso (*Rodrigo - 3º geração – antropólogo - 42 anos).* (*Rodrigo - 3º geração – antropólogo - 42 anos).*.

Ainda que por razões e motivações diferentes das expressadas por Rodrigo, Lúcio foi outro pesquisador que criticou fortemente a situação jurídica e as mudanças nas políticas de preservação que acabaram sendo instauradas com a aprovação do SNUC, sobretudo, no que este representou para as Reservas Extrativistas:

> discutimos muito as implicações filosóficas, éticas, políticas, jurídicas, culturais para dar essa forma geográfica e jurídica à idéia de reserva extrativista. Ela é muito profunda na sua origem. O SNUC faz tudo ao contrário. Então, se o Chico Mendes representa de certa forma o coroamento de um paradigma, é preciso assumir que o SNUC representa um consenso contra esse paradigma (...). O SNUC realiza isso, derrota essa idéia, o SNUC que a gente tem hoje devia dizer assim: "artigo primeiro: decreta-se a extinção da reserva extrativista". Digo o seguinte: O SNUC é o segundo assassinato do Chico Mendes. Digo isso sem tirar nem por. É o segundo assassinato do Chico Mendes. Ele nega a idéia de que o notório saber das populações locais é fundamental pra qualquer política efetiva de diálogo de saberes. *(Lúcio - 1º geração – geógrafo - 58 anos).*

Como no caso da questão da transformação, com o SNUC, dos planos de uso em planos de manejo, os comentários de Bento novamente se aproximaram do eu foi dito há pouco por Lúcio e Rodrigo. Para Bento,

> é muito claro como o SNUC está, infelizmente aqui na minha cabeça, marcando uma posição. Porque ninguém fechou com o SNUC, todo mundo diz que foi uma vitória, que não houve derrotados nem vencidos, aquela coisa toda. Mas se o consenso foi esse então realmente as populações locais foram as grandes derrotadas. Você pode dizer que do ponto de vista da academia, das políticas públicas, das ONGs não houve vencedores nem vencidos, mas as populações locais foram absolutamente derrotadas, o saber tradicional foi derrotado, a possibilidade da centralidade da política continuar como uma política pública. Aí há uma diferença entre política pública e política de governo, sobre o quanto à reserva extrativista deixou de ser uma política pública pra ser uma política de governo no sentido de que ela agora é dirigida de fora pra dentro e não de dentro pra fora.

Coerente com a argumentação acima, Bento, ao avaliar o que representou o SNUC em termos mais gerais, chamou atenção para a "inflexão" que este teria marcado na discussão sobre preservação ambiental:

> o SNUC é resultado de uma corrente que foi se alterando no sentido de se reformar. O conservacionismo, a ciência da conservação foi tomando cada vez mais controle. A idéia de preservação do meio ambiente e desenvolvimento sustentável se consolidou ao longo da década de 90 e a tensão no final (...) consagrou que o SNUC tivesse exatamente essa inflexão. O próprio conceito de meio ambiente na constituição é um, já (...) no SNUC é outro. O conceito de meio ambiente no SNUC é natureza, conceito de meio ambiente na constituição é tudo. Na constituição o meio ambiente está dentro da ordem social e dentro da ordem econômica. No caso do SNUC está só na natureza (...), é sem ser humano.

Voltando aos relatos de Maneco e Francisco, estes abordaram uma divergência diretamente ligada ao debate sobre permanência ou não de populações humanas no interior de UCs: os desacordos sobre status, valor, função, relevância e motivação para a criação das "categorias" instituídas pós-SNUC. Para Aurora, por exemplo, "a gente tem que tirar a venda dos olhos e ver que tenho que ter unidades de proteção integral, que o governo não prioriza". Já Florêncio, embora admitindo que "há espaço pras reservas extrativistas, se tiver um modo de vida que exista naturalmente e que faz parte de certas culturas, tudo bem, acho que isso deve existir", em seguida defendeu a priorização de UCs de proteção integral a partir do seu interesse em criar "áreas exclusivas" "pra proteger os bichos":

> agora, reserva de uso indireto, de proteção integral nunca deve deixar de existir (...). Acho perfeitamente razoável se ter no mundo, e aí acho que é o cerne da sua questão, áreas de proteção integral, sim, pra proteger os bichos contra a maior ameaça que existe a eles e que levou a invenção de reservas pela nossa sociedade. Que tenham áreas no mundo que sejam exclusivas pra eles. A gente pode ter 95% do mundo, deve ter. Agora, tem que ter áreas no mundo, pelo bem dos bichos, que eles possam ter áreas exclusivas pra eles. Por isso defendo que devam sempre existir áreas de proteção integral como parte de um sistema com reservas de uso indireto *(Florêncio - 3ª geração – biólogo – 47 anos)*.

Quanto a Toríbio, este se queixou que "a preocupação do governo deveria ser maior com as UCs de uso indireto, porque são essas que realmente tem possibilidade de preservar melhor. Agora, o que sentimos ainda hoje, sobretudo nesse governo, é que há uma tendência muito grande para dar mais valor as UCs de uso sustentável. Tanto que quando se cria uma de proteção integral, cria-se, ao mesmo tempo, duas ou três de uso sustentável". De fato, a disputa pela valorização dos dois grandes grupos de categorias contidas no SNUC surgiu de modo recorrente durante as entrevistas. Licurgo, tal com Toríbio, criticou o fato de que se estaria dando "mais valor às unidades de uso sustentável" e, também, que a proporção, em termos de criação de novas UCs, seria desfavorável às de proteção integral:

> essa separação já tinha antes, o que fizemos foi dizer o seguinte: essas aqui são de proteção integral e essas de uso direto (...). Outro ponto importante é que a lei é dinâmica e estamos num momento em que as leis tendem a andar pra trás na conservação da natureza, lamentavelmente. Então, (...) não acho ruim que se crie um monte de unidades de conservação de uso sustentável. Só que agora, ultimamente, vem se criando 80% de uso sustentável e no máximo 20% de proteção integral. Não acho ruim criar elas não, acho burro que não se crie das outras. Isso é literalmente burro, falta de inteligência, porque esse é um país que tem 20% da biodiversidade do planeta *(Licurgo - 2ª geração - engenheiro florestal - 52 anos)*.

Mas outros entrevistados criticaram a tentativa de (des)valorizar categorias específicas de UCs (como Licurgo, que acha "burro" e "falta de inteligência" não criar mais UCs de uso indireto e Toríbio, que criticou o fato de se dar "mais valor" às unidades de uso sustentável em detrimento das que "realmente tem possibilidade de preservar melhor", isto é, às de proteção integral). Foi o caso, outra vez vez, de Rodrigo, que sugeriu que na época do debate sobre o SNUC se teria perdido "oportunidade histórica de ter um marco regulatório no Brasil que não fosse segmentado, que fosse holístico e que não partisse da definição das unidades verdadeiras e das unidades *fake*, de segunda classe, porque é isso que o SNUC faz em larga medida".

Sobre a idéia de "unidades *fake*, de segunda classe", ao citar rapidamente "e o SNUC?" para Nicolau, este respondeu: "o SNUC, como foi feita a lei, é um absurdo, é um caos, não se sabe o que é o quê. Muitas vezes não estamos falando de unidades de conservação. No SNUC a metade das categorias não tem nada que ver com unidades de conservação". Ao insistir com Nicolau perguntando-lhe: "unidades de uso sustentável são unidades de conservação?", meu interlocutor respondeu categórico: "para mim não. Para mim não são". Embora, logo depois, tenha ponderado que "claro, isso é relativo [em relação] a uma reserva nacional (...) que é estabelecida porque é necessária para completar um sistema representativo de unidades de conservação"; porém, em se tratando de RESEX, sua avaliação foi bem diferente:

> só que isso é completamente distinto de uma Resex ou da maior parte delas, porque não se criam Resex com a intenção de que se deve preservar a natureza, se cria porque têm extrativistas. Você partiu de um outro lado. Então, estas não são unidades de conservação, para mim não. São áreas de uso sustentável, está muito bem, ninguém se opõe a isso. Eu me mato dizendo isso, não tenho nada contra as Resex e, de fato, não tenho nada, nem contra reserva indígena e nem sequer contra um quilombo, se não me instalam um quilombo num parque nacional, aí sim isso é um problema. Mas tudo isso é complementar. Não são unidades de conservação porque não se prestam para o critério primeiro, que é preservar *(Nicolau - 1º geração – agrônomo, engenheiro florestal e entomologista - 67 anos).*

Críticas como as de Nicolau e Licurgo não se restringiram somente às categorias de uso sustentável, pois algo semelhante ocorreu em relação às UCs de proteção integral. Se Nicolau ponderou que se "mata" dizendo que não tem "nada contra as Resex (...) nem contra reserva indígena e nem sequer contra um quilombo", Horácio alegou: "pessoalmente, acho que áreas protegidas são sem dúvida nenhuma uma estratégia importante, quanto a isso não há dúvida. Falam muito: 'ah! o Horácio é contra as UCs de uso indireto'. Eu não sou contra, ao contrário. Mesmo nas RDSs, por exemplo, sempre quando se estimula a criação delas, digo isso sempre, acho que seria importante deixar uma área sem tocar, sem mexer". Contudo, voltando à questão das unidades *fake* citada por Rodrigo, em seguida Horácio relatou um exemplo para criticar a "preferência por este tipo de UC" que privilegia o uso indireto dos recursos:

> quando era do conselho do Funbio, estávamos numa reunião e entra o representante da WWF com aquela postura do tipo "nós temos o dinheiro" e diz: "temos 80 milhões de dólares pra um projeto" (...). Aí, quando fomos ver, o objetivo era chegar a 10% de áreas protegidas na Amazônia. Ora, disse: "se for

> 10%, estão chutando baixo, porque já existe 10%". O que eles faziam? Na verdade era só pra considerar unidades de proteção integral. Aí é fácil. Quer dizer, com que direito eles vêm dizer que uma unidade de conservação que foi batalhada pelos seringueiros ou mesmo uma RDS, que elas não conservam? É claro que alguém por trás da instituição prefere financiar esse mundo selvagem, alguém que prefere esse tipo de conservação, que é cara, sempre digo, ineficiente e antidemocrática. Quem propõe isso é alguém que reluta em aceitar que uma reserva extrativista seja manejada pela população local e que é uma unidade de conservação importante. Esses temas surgem mais recentemente, mas vou atrás deles, gosto de brigar, quero ver exatamente o que há por trás destas estratégias *(Horácio - 1º geração - antropólogo – 64 anos)*.

Contrapondo-se a argumentação de Horácio, Nicolau voltou a realçar as motivações diferentes levam à criação de UCs de uso sustentável e de proteção integral, motivações estas que não as qualificariam as primeiras ser, de fato, consideradas como unidades de conservação "de verdade", visto não terem sido criadas para "preservar" e "proteger":

> essa gente da área social, que não entende nada do que eu estava te falando, pretende ridicularizar a necessidade de conservar amostras representativas, aliás, eles nem sequer aceitam que existam amostras representativas da natureza. E aí vem novamente o mito da natureza intocada, então, se tudo foi já tocado pelo homem e se tudo foi melhorado pela ação humana, como sustenta Diegues, então não necessita fazer área protegida. É por isso que eles consideram como área protegida uma reserva extrativista, uma floresta nacional, que não foram criadas para proteger, mas para dar de comer as pessoas, pra produzir madeira. Então, pra eles, as outras, de proteção integral, não lhes interessam, porque nem entendem delas e nem querem aceitar porque aí quebra um pouco essa filosofia de que o homem melhora a natureza e que não se pode, conseqüentemente, tirar o homem das áreas protegidas *(Nicolau - 1º geração – agrônomo, engenheiro florestal e entomologista - 67 anos)*.

A alegação de que RESEXs e RDSs não foram originalmente "criadas para proteger" pode não apresentar conotação negativa ou positiva. Mais uma vez, tudo depende da ênfase que se deseja conferir à finalidade da argumentação, o que parece ser o caso das constatações de Antônio. Apesar de admitir que "existe certa disputa sobre o projeto que deve ser apostado", este admitiu a possibilidade de compatibilizar diferentes tipos de áreas protegidas ao mesmo tempo em que apontou para a interferência de "interesses mais pesados" (externos ao debate sobre qual tipo privilegiar) que geralmente entram em choque com as políticas de preservação:

> acho pessoalmente que se deve apostar em vários ao mesmo tempo (...). Se não tiver uma terra indígena institucionalizada os caras vão lá e invadem, se não tiver uma reserva extrativista criada os madeireiros e caçadores ilegais pintam e bordam. Então, é prudente que você tenha aquelas áreas. Bom, aí deixa os conservacionistas gerenciando as de proteção integral, vamos ver aí o que acontece, mas vão ter que equacionar injustiças. No fundo, o que acho mesmo que está pesando numa região com essa [Amazônia] é a atuação de interesses muito mais pesados, a política da soja, por exemplo *(Antônio - 1º geração - antropólogo - 60 anos)*.

Outro entrevistado que não tocou na questão de qual tipo de categoria de UC seria mais "eficaz", "adequada" ou "verdadeira" foi Pedro, sendo que sua fala constituiu menos uma avaliação e mais uma constatação. Ao contrário de Toríbio e Nicolau, ao comentar com este primatólogo: "e no caso das reservas extrativistas?", sua resposta se limitou ao que reproduzi abaixo, não tecendo nenhum juízo (no sentido de "ser" ou "não" unidade de conservação ou se elas protegeriam "melhor" ou "pior" os recursos naturais) a respeito das RESEX:

> reservas extrativistas foram criadas mais por demandas, elas foram incorporadas no SNUC, mas não foram criadas pra preservar, na verdade, foram criadas por demandas de grupos, como no caso do Chico

> Mendes. Reservas extrativista e a própria RDS, criada pelo Marcio Ayres, foram artifícios criados pra poder conviver com uma situação agrária complicada, sobretudo na Amazônia. No início não estavam dentro do que se considerava unidade de conservação *(Pedro - 2º geração – primatólogo - 60 anos)*.

Por outro lado, Pedro foi o único entrevistado a destacar uma alternativa à política de conservação baseada na criação de UCs ao propor um cenário que ele avaliou como ideal:

> tem várias coisas no Brasil que são danadas. Primeiro, que se o código florestal fosse respeitado no Brasil não precisaríamos tanto de unidade de conservação. O que falo é que eu, provavelmente, se tivesse condições de propor isso, pra mim só existiria uma categoria de unidade de conservação. Não importa o nome que teria, todas as coisas seriam feitas conforme o plano de manejo. Mas isso implicaria que todas as UCs do país tivessem planos de manejo e que eles seguissem o roteiro de um plano de manejo, ou seja, serem refeitos a cada cinco anos. Porque é muito complicado você prender as coisas de uma forma tão rígida num mundo que é dinâmico, senão não vai dar certo *(Pedro - 2º geração – primatólogo - 60 anos)*.

Maneco foi outro entrevistado que seguiu um caminho alternativo (como o proposto por Pedro) ao comentar a legislação que rege o SNUC. Voltando a tensão entre as ênfases no universal e no particular, ao contrário de perspectivas que realçam a necessidade de haver parâmetros gerais a orientar a utilização de recursos naturais (como Francisco, que citou o fato de que deveria haver "um grau substantivo de padronização"), Maneco alegou que as normas precisariam levar em conta a diversidade de situações:

> é muito difícil fazer essa legislação pro Brasil inteiro, pois as realidades são muito diferentes. Então não sei se padronizar demais seria a solução. Por exemplo, no caso da Mata Atlântica, que a gente conseguiu que se assinasse a chamada Lei da Mata Atlântica, de 93. Ela determina uma legislação geral sobre o domínio de Mata Atlântica e exige que os estados façam um detalhamento particular pra cada realidade. Isso, se você for pensar hoje, foi interessante, porque nessa discussão, nesse detalhamento, realidades regionais podem ser contempladas. Então não sei se o SNUC não deveria seguir o mesmo caminho, ou seja, uma legislação que coloca parâmetros mínimos que devem ser respeitados entre os diferentes tipos de unidades que se possa ter, mas remetendo pra uma outra instância que então ficaria incumbida de fazer um detalhamento mais específico *(Maneco - 2º geração – botânico)*.

Voltando a discussão sobre quais tipos de UCs deveriam ser priorizados, se as constatações anteriores de Pedro e Antônio não possuem conotação nem positiva nem negativa sobre motivações que levaram a criação e inclusão de RESEXs e RDSs como unidades de conservação, outros entrevistados, apesar de se mostrarem "a favor" das categorias de uso indireto, enfatizaram a potencialidade das de uso direto. Alonso, por exemplo, como Horácio (que alegou não ser "contra as UCs de uso indireto"), admitiu: "sou a favor da criação de áreas de proteção integral (...). Espero que possa ser assim no futuro, que possamos ter muitas áreas de preservação integral pra conservar a biodiversidade". Porém, a seguir alegou: "mas também que muitas unidades de conservação sejam de uso sustentável. Acho que a idéia das reservas extrativistas representa um avanço enorme. Vi com os próprios olhos, a floresta dentro da RESEX é muito mais preservada e, além do mais, atende a objetivos sociais que temos que ter também" *(Alonso - 2º geração – historiador – 49 anos)*.

Veremos no tópico 6.11 que a idéia de que UCs deveriam "atender a objetivos sociais" foi muito contestada por alguns pesquisadores, sendo outro "ponto quente" polêmico. Mas

vejamos antes o que disseram estes sobre a afirmação de Alonso de que "a floresta dentro da reserva extrativista" seria "mais preservada". Toríbio, apesar de reconhecer que, "no meu modo de ver, e aí é um ponto de vista pessoal, acho que uma unidade de uso sustentável é melhor, claro, do que uma plantação de soja", declarou ver "um futuro duvidoso" para elas:

> não tem futuro a longo prazo. A população que está explorando aquilo ali dentro vai crescer e cada vez vai explorar mais e dificultar muito a conservação dos recursos genéticos numa área que já é limitada e que já sofre outros tipos de pressão e que já tem intrinsecamente problemas sérios, como tem as de proteção integral. Então eu vejo no longo prazo, pra essas unidades de uso sustentável, um futuro muito duvidoso *(Toríbio – 1º geração - sem curso superior, mas especialista em paleontologia - 83 anos)*.

Quando me encontrei com Licurgo pedi que "falasse sobre a separação entre áreas de proteção integral e de uso sustentável; a partir do SNUC esse debate meio que se sedimentou, não? Visto que se dividiu duas grandes categorias", ao que meu interlocutor complementou: "o SNUC na verdade formalizou uma divisão em dois grandes grupos, ok! Agora, aparentemente, essa é uma discussão que tem uma tendência de orientação pendular, uma hora está mais pra conservação e outra mais pra sustentável". Em seguida, Licurgo declarou:

> é bom lembrar o seguinte: as unidades de conservação nasceram como um enfrentamento dos processos de destruição, está certo? Bom, aí, a turma que quer usar e destruir vai criando mecanismos de fomento pra dizer: "mas dá pra fazer mais ou menos". Aí uma turma toda embarcou nesse processo do mais ou menos, que é fazer as unidades de uso sustentável, mas que, de fato, não são sustentáveis *(Licurgo - 2º geração - engenheiro florestal - 52 anos)*.

Além da polêmica sobre UCs "de verdade" e UCs "*fake*", outro ponto de conflito relaciona-se à qualificação destas em "sustentáveis" ou "insustentáveis". Licurgo foi além em sua crítica específica às reservas extrativistas (as quais estariam "fazendo água", visto que não seriam "sustentáveis"). Para ele, tais áreas representariam um "erro de conceito":

> várias áreas extrativistas da Amazônia estão literalmente fazendo água. A RESEX Chico Mendes, que é emblemática pelo nome, pelo conceito e por tudo, está batendo todos os recordes de desmatamento. Basta pegar informações do Imazon, que é uma ONG tipicamente socioambientalista e que faz monitoramento de cobertura florestal na Amazônia. É um desastre total o grau de desmatamento na Reserva Chico Mendes, provando que o conceito é falho. Por que o conceito é falho? Porque gente é gente, este bicho quer mais dinheiro. Porque com dinheiro compra o quê? Facilidade, bem estar. Ou seja, está havendo um processo enorme de desmatamento dentro da Reserva Chico Mendes. Pra quê? Sabe pra quê? Pra vender primeiro a madeira e, depois, fazer pecuária? Ou seja, em vez de ser extrativista vai virar pecuarista, igualzinho ao seu pai e ao seu avô *(Licurgo - 2º geração - engenheiro florestal - 52 anos)*.

Um primeiro contraponto à análise de Licurgo poderia ser estabelecido a partir do depoimento de Lúcio, o qual revelou ter uma visão bastante positiva sobre o que representou o surgimento das reservas extrativistas:

> reserva extrativista é a primeira unidade de conservação que rompe com a idéia de que ou é natureza ou é o homem. Essa discussão é extremamente importante, porque ela define a discussão sobre a questão ambiental no Brasil. A idéia de reserva extrativista vai na direção de fazer com que as pessoas possam ser protagonistas da conservação. Ela tem um princípio fantástico: é uma área pública destinada a uma população. Na verdade, essa foi a forma que encontramos pra dizer que tinha que ser assim, só podia ser assim, porque é a única forma de ser legítima. Quando a gente determinou que era assim é porque essas populações possuem um notório saber que advém da convivência com o ambiente onde vivem. Isso ninguém pode concorrer com elas porque é um componente histórico. Isso cria um papel pra esse notório

> saber, porque passa a ser elemento-chave, ou seja, aquelas populações dispõem de um saber que o Estado reconhece como legítimo pra conservação, isso é radical *(Lúcio - 1º geração – geógrafo - 58 anos)*.

Em sua defesa das RESEXs, além de realçar a importância de valorizar o "notório saber" da população local e o fato destas poderem se tornar "protagonistas da conservação", Lúcio aludiu a uma justificativa comum entre os críticos deste tipo de categoria: o "interesse geral". Voltando a dicotomia geral/particular, tal como outros entrevistados mencionaram a importância da biodiversidade para a nação, este geógrafo chamou atenção ao fato de que conhecimentos das populações tradicionais seriam "importantes pra sociedade como um todo":

> aliás, esse papo de uso racional, coitado do índio, do seringueiro, que não usam esse conceito. Racional pra nós é uma racionalidade científica determinada, racionalidade técnico-burguesa. Quer dizer, o negócio é gerar uma racionalidade técnica de engenheiro florestal pra salvar a floresta. E isso quer dizer que o saber dessas populações não é âncora do processo de mudança (...). Eu acho que o técnico do IBAMA deve dialogar com aquele saber. Por que qual é o princípio? O Estado vai conceder uma área pra uma determinada população. Por que o Estado faz essa concessão? Por que para aquela população? Bom, porque reconhece que ela tem prerrogativas, atributos que permitem essa conservação e que essa conservação e esse conhecimento são importantes pra sociedade como um todo. Então o Estado aparece como guardião do interesse geral *(Lúcio - 1º geração – geógrafo - 58 anos)*.

Em contraponto a Lúcio, e aludindo a mesma possibilidade aventada por Toríbio (de crescimento da população no interior das UCs), Joca demonstrou preocupação com o "papel" que as RESEXs poderão estar desempenhando. Mas, além disso, invertendo novamente os padrões de justificativas, se Lúcio enfocou o "interesse geral" que estaria por trás da garantia de proteção aos saberes locais, Joca chamou atenção, em seu comentário sobre as RESEXs, de que, no caso destas, "tem que ser caso a caso":

> acho que pode ser uma estratégia interessante criar RESEXs e RDS. Mas isso tem que ser bem pensado, porque se a população começar a crescer muito lá, daqui a pouco a reserva já não cumpre o seu papel. Além do mais você tem o que nessas reservas? Você tem o sujeito que cria gado, e ele acaba vivendo melhor dentro da RESEX do que o sujeito que é só seringueiro. E aí o que você vai fazer? Criar gado é uma coisa complicada na Amazônia, você vai fazer o quê? Botar espécies invasoras? Então isso tem que ser pensado, tem que ser caso a caso *(Joca - 3º geração – historiador - 43 anos)*.

Arminda foi outra entrevistada que se referiu - como Licurgo, Joca e, a seguir, Antônio e Bolívar - ao problema da criação de gado em "unidades de conservação com gente dentro". Com um viés diametralmente oposto ao estabelecido por Licurgo, seu depoimento, ainda que construído a partir de outro tipo de justificativa, se aproxima da visão de Lúcio no que tange à defesa das UCs "com gente dentro" (a despeito, já relembrando, de divergirem profundamente sobre o status das RDSs em relação ao das RESEXs[284]), para as quais, segundo Arminda,

> existe um potencial revolucionário, mas aqui no sentido bem amplo, no sentido de transformação. Você cria um ambiente de experiências, de experimentação em que as pessoas têm que se defrontar com problemas. Há problemas nas RESEXs? Há, mas pessoas experimentam. Como é a herança na RESEX? Como as pessoas agora querem criar gado? Existe alternativa econômica capaz de atender a necessidade das pessoas e, ao mesmo tempo, garantir que não vão ter de desmatar pra plantar capim? Então, nessas

[284] Visto que, como vimos, é provável que Arminda não concordasse com a alegação de Lúcio de que a "reserva de desenvolvimento sustentável, todas essas reservas que foram criadas, foram criadas pra ser contra as RESEXs".

> áreas, como você tem que atender uma orientação, você é forçado a pensar, tem de arrumar uma solução, não pode detonar adoidado *(Arminda - 2º geração - antropóloga com graduação em biologia – 49 anos)*.

Mas avaliações ligadas à suposta "insustentabilidade" de RESEXs (alegada por Licurgo e, indiretamente, por Toríbio) foram feitas por outros entrevistados. Para Aurora, a qual afirmou em citação anterior que "existem poucos dados científicos que dizem que as pessoas que vivem em reservas extrativistas não causam dano ambiental", esta insustentabilidade não seria só ecológica, mas, igualmente, socioeconômica:

> não estou falando mal de seringueiro. A questão das RESEXs é que até hoje não foi comprovado que realmente as pessoas que vivem nelas conseguem sobreviver. Porque o preço que elas conseguem pros seus produtos é muito baixo em termos de mercado. Elas têm que andar quilômetros pra conseguir certa quantidade de produto e isso economicamente se torna inviável. Tem aqueles que falam: "ah! As pessoas querem fazer assim, querem fazer isso". As pessoas não querem. Tem um monte de gente que está saindo das RESEXs porque não está dando certo, porque aquilo não dá dinheiro nem pra comprar farinha que ela já não está conseguindo produzir bem *(Aurora - 3º geração - engenheira florestal - 38 anos)*.

Reforçando a dinâmica de ponto e contraponto deste capítulo, Antônio, ao falar de suas impressões sobre a primeira RESEX criada no país, revelou uma perspectiva que vai na direção contrária à alegação de Aurora sobre o que as "pessoas querem" ou não fazer de suas vidas:

> o que acontece? O aspecto ambiental passou a ser outra coisa também, passou a ser o que eu chamei de "pacto". Digamos assim, uma espécie de barganha, mas institucionalizada, que é o seguinte. Em troca da garantia de direitos [de acesso ao uso de recursos] (...) se oferece serviços ambientais (...). Qual é o condicionante que tem a concessão de uso? Está lá, se não obedecer o plano de utilização você perde aquilo. Bom, é uma imposição, uma cristalização? Não, é uma escolha, você não é obrigado a morar numa reserva extrativista (...). Agora, há a possibilidade disso tudo se alterar e mudar, é óbvio, mas isso é uma coisa eterna. Também, do mesmo modo que qualquer país que tem uma constituição, que cristalizou normas vistas como justas, essas normas podem ser mudadas, mas não podem ser facilmente mudadas *Antônio - 1º geração - antropólogo - 60 anos)*.

Também em contraposição a acusação de "insustentabilidade" das práticas executadas por populações que vivem no interior ou no entorno de UCs, depois de comentar com Ana que "existe um argumento que fala que as pessoas querem ficar onde vivem justamente como um mecanismo de resistência", minha interlocutora concordou:

> sim, acho que é assim que deve ser tratado. É uma questão muito mais social do que ecológica. É mais um caso de direito de propriedade à terra, um pouco pro lado de movimentos como MST, de discussão de terra, de direito de ficar na propriedade do que de serem sustentáveis ou não sustentáveis (...). Com certeza isso não resolve a questão, cria um problema a mais. A posição dos antropocentristas da década de 90 já deve ter evoluído, não deve ser mais a mesma, mas acho que essa discussão dificultava ainda mais a batalha dessas populações de terem seus direitos garantidos, de ficar na sua terra, de fazer suas atividades, do que o contrário *(Ana - 3º geração - ecóloga humana - 44 anos)*.

Apenas para não deixar passar, reparem que a afirmação "é uma questão muito mais social do que ecológica", no caso de Ana, foi usada com um sentido positivo em relação ao que ela se propôs a discutir naquele momento. Todavia, como vimos em outros depoimentos, esta mesma afirmação pode ganhar conotação bastante negativa ao ser dita por outro pesquisador. Mas, voltando ao depoimento de Aurora, a qual admitiu, apesar das suas críticas, que "o único espaço de território brasileiro que posso ainda experimentar reserva extrativista é a

Amazônica", esta propôs uma comparação em relação a dois biomas específicos onde se criaram RESEXs. Aliás, aqui vemos novamente a ênfase no "específico" em contraposição ao "geral". Se a própria Aurora e outros colegas chamaram atenção para a necessidade de se ter uma "padronização" (de preferência, feita a partir de critérios técnicos) dos planos de manejo das UCs, agora esta realçou as particularidades ecológicas existentes entre estes dois biomas para sustentar sua visão de que seria inviável (ou, nas suas palavras, "insustentável") ambiental, social e economicamente incentivar a criação de RESEXs no Cerrado:

> não há justificativa pra criação de RESEX no Cerrado. Porque na Amazônia, goste ou não da categoria, seja ou não unidade de conservação, há áreas extensas onde grupos humanos vivem e viviam diretamente do extrativismo. Meu lado de eng. florestal me impede de pensar isso em relação ao Cerrado, porque estamos querendo replicar algo que é específico da Amazônia, feito para aquele bioma pra resolver uma situação de reforma agrária, uma questão fundiária. Como posso tentar replicar isso pro Cerrado se as pessoas que vivem lá não são extrativistas? Elas vivem disso porque são miseráveis, porque não têm outras opções. É como RESEX marinha. Me desculpe, mas não consigo conceber isso com seriedade e não é porque sou contra as pessoas que vivem do caranguejo, nada disso. É o conceito, isso é técnico. Pega o conceito e vai ver de onde vem a idéia de reserva extrativista? Foi criada dentro de um contexto ou condição regional. Não posso simplesmente extrapolar essa condição regional e tentar transpor pra um monte de lugar diferente. Porque não se aplica, não dá. Não estou dizendo se gosto ou não de reserva extrativista, acontece que as pessoas vão perdendo a história e começam a manipular uma idéia que não serve pra outras situações *(Aurora - 3ª geração - engenheira florestal - 38 anos)*.

A seguir, ponderei a Aurora: "mas se não criar reservas extrativistas, não vai aumentar mais ainda a devastação? Porque quando tem uma RESEX pelo menos as pessoas vão ter de se submeter a certas regras e vai ter um controle maior, mesmo no Cerrado". Ao que minha interlocutora se voltou novamente para a possível insustentabilidade deste tido de categoria e, também, para os argumentos demográfico (este, já citado por Toríbio e Joca) e tecnológico:

> vai ter controle maior, mas o que me garante que uma reserva extrativista vai ser sustentável? Até hoje não há nenhum estudo que comprove que a médio e longo prazo reserva extrativista garanta conservação. É o que dizia sobre a importância de se considerar a escala, é preciso considerar o tamanho da área, da população e o nível de tecnologia. E aí entramos nos argumentos técnicos, porque falamos muito de ser sustentável, mas isso é enganador. Não posso falar que posso extrair x se não conheço a ecologia daquela espécie, se não sei como essa extração interage com os demais fatores. Se não tiver esse conhecimento, o que estiver falando é simplesmente uma hipótese e uma hipótese sem respaldo científico. Então, se não tiver um trabalho de planejamento familiar numa reserva extrativista estou ferrado *(Aurora - 3ª geração - engenheira florestal - 38 anos)*.

Adiantando já um aspecto ligado ao tema das populações tradicionais, além da acusação de "ser ou não ser", "deixar ou não deixar de ser" tradicional que veremos no item seguinte, um ponto abordado durante as entrevistas foi sobre o caráter demasiado amplo desta categoria que, como vimos nos itens 2.8 e 3.6, pode ser motivo de crítica ou elogio. Aurora foi uma entrevistada que seguiu o primeiro caminho:

> o que não dá pra aceitar, e eu realmente passo muito mal com isso, é ver as pessoas se aproveitarem dessa situação. Agora, a onda é população tradicional pomerana, os alemães que vivem lá nas montanhas do Espírito Santo. Claro, eles têm uma comida típica e coisa e tal, mas gente, o que os difere dos alemães de Joinville? Por que tenho que pegar uma fatia de um orçamento que já é pequeno e investir em população tradicional? Gente, isso é uma loucura, é uma loucura completa. Então, se é assim, temos que começar a

> reconhecer populações tradicionais urbanas que vivem num lugar há muito tempo *(Aurora - 3º geração - engenheira florestal - 38 anos)*.

Não tive oportunidade de perguntar a nenhum entrevistado sobre o que achariam desta última possibilidade aventada por Aurora. Contudo, pelos depoimentos que veremos no tópico 6.13 e considerando que atualmente há já um forte movimento organizado reivindicando a demarcação de "quilombos urbanos"[285], creio que se alguns interpretariam tal fato como algo inadequado, outros, todavia, veriam com bons olhos o reconhecimento de "populações tradicionais urbanas". Mas deixemos o tema das "políticas da diferença" para mais tarde e vejamos como Lúcio reagiu ao meu comentário que, apesar de citar outros descendentes de imigrantes europeus, de certo modo trouxe nele a crítica acima feita por Aurora: "mas se argumenta contra a característica ampla da categoria dizendo-se algo como: 'daqui a pouco agricultores familiares, sei lá, italianos do interior do Rio Grande do Sul poderiam se autodenominar tradicionais e exigir os mesmos direitos'!". Ao contrário de sua colega, Lúcio não viu maiores inconvenientes na inclusão do grupo étnico por ela citado na categoria população tradicional:

> sim, isso está ocorrendo com os pomeranos no Espírito Santo, eles estão reivindicando a possibilidade de serem reconhecidos como população tradicional, e é perfeitamente cabível. Estou achando isso o maior barato. Hoje os pomeranos da Alemanha vêm saber o que é cultura pomerana no Brasil, porque na Pomerânia não tem mais aquela cultura deles. Então a cultura tradicional tá aqui e eles pegam isso pra dizer que podem ser vistos como população tradicional. Você vê a capacidade de criar, inclusive, de ressignificar a categoria população tradicional, que pode ir de índio à pomerano, isto é, o cara pode ser de origem européia e vir a ser considerado população tradicional *(Lúcio - 1º geração – geógrafo - 58 anos)*.

Aqui faço um pequeno esclarecimento. Visto que, para além da questão da "amplitude" da definição sobre população tradicional, os dois últimos trechos citados e os próximos quatro têm direta relação com a discussão sobre as implicações do uso da categoria "tradicional" para designar grupos sociais específicos, havia inicialmente programado incluí-los ou no próximo tópico ou nos itens 6.12 e 6.13, os quais tratam diretamente do tema. Porém, além da fala de Aurora, resolvi adiantar os argumentos de Lúcio, Arminda e Antônio devido ao fato de constituírem contraponto explícito às duras críticas feitas por diversos entrevistados aqui citados no sentido de colocar em xeque a "eficácia" ecológica e, até mesmo, social e econômica (como no caso de Aurora) das RESEXs e RDSs. Sendo assim, sigamos com o depoimento de Lúcio, o qual, após citar a "capacidade" de se "ressignificar a categoria população tradicional", voltou sua atenção para aspectos também ligados a "sustentabilidade" das práticas de grupos assim definidos:

---

[285] Como noticiou o Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (ver http://www.cedefes.org.br – novembro de 2008), exemplo desse movimento foi o reconhecimento, pelo INCRA, em outubro de 2006, do Quilombo Família Silva como o primeiro quilombo urbano do Brasil, localizado numa área nobre da cidade de Porto Alegre.

> usando uma linguagem de branco, se são populações cuja prática cultural e produtiva está apoiada num pilar que é o pilar da sustentabilidade, por que não? Enquanto a natureza tem um potencial de produção de biomassa (...) os diferentes grupos sociais entram com o outro lado da produtividade que é a criatividade pra conviver, de forma sustentável, com esta produtividade biológica primária, que é dada pela cultura. A cultura é a parte criativa da convivência e aí uma população de uma mesma sociedade pode às vezes nas mesmas condições de produção de biomassa, produzir de modo diferente *(Lúcio - 1º geração – geógrafo - 58 anos)*.

Em seguida, Lúcio demarcou uma diferença entre duas grandes categorias usadas geralmente para designar grupos sociais rurais como forma de estabelecer outro "critério" para a inclusão destes na definição de populações tradicionais:

> você sabe melhor do que eu que há uma diferença clássica entre a forma como um camponês trabalha e um empresário do agronegócio trabalha. O camponês passa o tempo todo dialogando com a natureza. Quer dizer, ele lança uma semente, deu certo, ele seleciona. A natureza pode opinar. No outro caso você tem um processo que a natureza já não opina. A natureza fica subordinada, e isso faz com que acelere o processo de degradação. Aí pode ser pomerano, pode ser italiano. Por que não podem ser tradicionais se você usar, por exemplo, esse critério?

Indo na mesma direção de Lúcio quando este mencionou, no trecho anterior, a necessidade de se "apoiar no pilar da sustentabilidade", Arminda chamou a atenção de que, para ser reconhecido como população tradicional, o grupo social envolvido deveria seguir práticas "sustentáveis". Só que no caso desta antropóloga, inicialmente havia lhe proposto a questão posta a Lúcio de outra forma. Ao comentar que "um argumento contrário [ao uso da categoria população tradicional] diz que, por exemplo, agricultores familiares, às vezes altamente tecnificados, poderiam se identificar como populações tradicionais", Arminda, além de, como Lúcio, trazer a possibilidade de se "criar" outras "maneiras de produzir", discordou dizendo:

> não, não pode, porque não está subscrevendo uma proposta de desenvolver um uso sustentável. (*Mas eles podem tentar fazer essa proposta*) Mas aí eles vão ter que mudar a sua maneira de produzir, torná-la sustentável. (*E o que seria esse sustentável?*) Você não sabe? (*Pra te dizer sinceramente, eu não sei*) No caso de um extrator de samambaia, ele pode retirar todas as samambaias? Ou ele vai ter que fazer um manejo? Manejo é uma coisa científica. É por isso que não existe, no capitalismo, numa economia de mercado, modelos pré-fabricados, tradicionais, de produção sustentável. Você tem que criar isso. E por isso que você tem que ter biólogos estudando reprodução de pirarucu, manejo florestal etc. Se isso não existe, tem que oferecer isso. Então não funciona assim, eu sou um usineiro e vou me subscrever *(Arminda - 2º geração - antropóloga com graduação em biologia – 49 anos)*.

Mais adiante em seu depoimento Arminda desenvolveu a idéia acima de que, ao se "subscrever" como população tradicional, seria preciso algum tipo de "alinhamento":

> argumentos do tipo: pessoas acabam com biodiversidade, acho que por aí você entra num argumento pessimista que melhor seria ficar em casa vendo televisão e os oceanos subindo de nível (...). Por outro lado, que bom que essas coisas estiveram assim tão forçosamente em confronto, pra que se aceitasse um desafio de se criar um modelo de viver na várzea sem degradar. É possível? É. Está aí o exemplo. Essa perspectiva é otimista, não é romântica (...) de pensar que as populações tradicionais conservam o meio ambiente, lógico que não, nem povos indígenas conservam o ambiente, lógico que não. O que se deveria chamar de população tradicional é no uso proposto pelo Mauro [Almeida] e pela Manuela [Carneiro da Cunha]. Populações que subscrevam que se identificam com o conceito. (*Como categoria política?*) Ela pode se tornar política, mas tem que ter um alinhamento. Então, se você estivesse morando no litoral, lá, tirando samambaia, e fosse convidado a participar da criação de uma unidade de conservação onde mora,

> você, com seu pensamento, subscreve: sou população tradicional. Agora, se quisesse continuar morando lá e degradando, então você não se subscreve.

Como vemos, mais uma vez estamos diante de uma afirmação que, arrisco dizer, agradaria Licurgo, Toríbio, Nicolau, Joca e outros pesquisadores críticos ao conceito de RESEXs e às políticas voltadas para populações tradicionais: "pensar que as populações tradicionais conservam o meio ambiente, lógico que não, nem povos indígenas conservam o ambiente, lógico que não". Como se pode notar, a distância que separa estes em relação à visão de Arminda não está nesta constatação, mas, sim, refere-se ao uso que dela fizeram, em seus depoimentos, e, sobretudo (com exceção talvez de Joca), diz respeito a sua crítica em relação à autonomia que se tem dado a diversos grupos socais para que se "subscrevam", ou seja, se definam como populações tradicionais (autonomia esta que, para Arminda, é visto como algo positivo e desejável).

Em consonância com Lúcio e Arminda, já vimos, em depoimento anterior de Antônio, este declarar que, na elaboração do plano de utilização (hoje plano de manejo), se instituiria "uma espécie de barganha" em que populações tradicionais, "em troca da garantia de direitos" do acesso à terra e uso dos recursos naturais ali presentes, "ofereceriam serviços ambientais", sendo que, quem não "obedecesse" o "plano de utilização" perderia estes mesmos direitos. Mas Antônio, sempre se referindo ao exemplo por ele vivido junto aos seringueiros quando da criação das primeiras RESEXs no Acre, foi muito além em sua reflexão sobre esta "barganha", e, também, sobre a questão do "controle" e das "regras" que precisariam ser criadas para regular o uso dos recursos naturais nessas áreas. Em primeiro lugar, meu interlocutor relembrou algumas implicações fundiárias que estão por trás da criação de uma reserva extrativista ao comentar que, no caso dos seringueiros, estes estavam

> abrindo mão de um direito que é de se tornarem proprietários de terra. Isso significa admitir que essa é uma terra que pertence ao Estado do qual você é concessionário, mas concessionário sujeito a certas condições. No fundo, esse seringueiro, longe de ser tradicional, é extremamente moderno (...). Não é porque a essência dele vai ser tradicional que ele não vai destruir mais, é porque isso faz parte de um pacto colocado no papel. Não precisava criar esse tal plano de uso porque a cultura mantém as pessoas no rumo. Jamais usei essa argumentação. Ao contrário, o que se tem numa situação dessas são instituições que traduzem interesses conflitantes numa regra pública. E aí passa a assegurar a liberdade das pessoas de agir conforme essas regras majoritárias (...). Então, se o seringueiro quer manter um sistema de baixa intensidade de caça, o que vai garantir para ele um fluxo de alimento, de caça, no futuro? Ele só pode fazer isso se tiver uma sanção institucionalizada que garanta a ele que, coletivamente, as pessoas agindo individualmente vão agir conforme aquilo que são interesses coletivos. O plano de uso é muito explícito, ele tem mecanismos de entrada e mecanismos de expulsar as pessoas. Uma versão espontaneísta e culturalista nunca teria apoiado ou incentivado seringueiros a fazer regras de como é que você expulsa gente que desobedece a coisa coletiva lá deles *(Antônio - 1º geração - antropólogo - 60 anos)*.

Finalizando este item, diria que os últimos depoimentos servem, ao mesmo tempo, de preâmbulo e termômetro para o que veremos desde o próximo tópico até o final deste capítulo. Passemos, pois, à questão das populações tradicionais.

6.10 População tradicional como alvo ("ser ou não ser?"): acusações

Um ponto polêmico de nosso "tema quente' refere-se à consolidação, na legislação ambiental brasileira e nas políticas públicas voltadas à proteção ambiental, de mecanismos jurídicos destinados a garantir direitos àqueles grupos rurais subalternos que residem dentro ou próximo a áreas consideradas prioritárias à conservação da biodiversidade: as chamadas comunidades, populações e povos tradicionais. O que significa que, como seria de se supor, discordâncias sobre esta polêmica surgiram nas entrevistas, sendo talvez o ponto mais "quente" que discuti com meus interlocutores, pois gerou reações acalorados e respostas enfáticas. Igualmente, é claro que divergências neste caso cruzam fronteiras disciplinares que separam ciências sociais das ciências naturais, visto que, como vimos no capítulo três, mesmo entre antropólogos esta não parece ser uma questão resolvida.

Porém, aqui gostaria de retomar à crítica de Antônio feita ao final do item anterior sobre a idéia de que "a cultura vai manter as pessoas no rumo". Veremos a seguir Joca, ainda que a partir de um ponto de vista totalmente distinto de Antônio, tocar neste aspecto ao argumentar, criticamente, que "a idéia de sociedade tradicional implica a idéia de que a cultura dessas populações é uma cultura estável, que ela não se transforma" e que, como "o que é cultural se reinventa a todo o momento", conseqüentemente não existiria "uma cultura que não mude nunca, que apenas se reproduza". Ao contrário da lógica de raciocínio seguida por Aurora - e que veremos de perto neste tópico - que enfatiza o que seria ou não seria população tradicional e quais atributos internos que um grupo social precisaria ter para ser ou não assim definido, os depoimentos de Antônio, Arminda, Lúcio apontam para o caráter maleável e fluido da categoria em foco, além de retirar, do centro das atenções, o julgamento sobre uma suposta condição "sustentável" ou "insustentável" intrínseca a identidade destes grupos.

Tal contra-ênfase, se posso chamar assim, surgiu, por exemplo: na crítica de Antônio a "versão espontaneísta" que afirmaria "que a cultura vai manter as pessoas no rumo" e quando afirma que "não é porque a essência dele vai ser tradicional que ele não vai destruir mais"; na observação de Lúcio de que haveria uma "capacidade de criar" e "de ressignificar a categoria população tradicional" e na sua alegação sobre a "criatividade" que seria "dada pela cultura" e que faria com que "uma população de uma mesma sociedade" possa às vezes "produzir de modo diferente"; e, por fim, quando Arminda ressaltou que não existiriam "modelos pré-fabricados, tradicionais, de produção sustentável", pois "você tem que criar isso" e, também, ao comentar que, para um grupo "subscrever uma proposta" visando reivindicar a condição de população tradicional, este precisaria "mudar a sua maneira de produzir".

Ocorre que temos neste último parágrafo uma outra linha de raciocínio que tende a separar, desde a base, o modo como pesquisadores abordaram a questão das populações tradicionais. Assim, como percebi que foram dados tanto um tratamento como uma ênfase não só discordantes, mas qualitativa e fundamentalmente muito diferentes, resolvi dividir os depoimentos sobre tal polêmica em três itens específicos: este e os tópicos 6.12 e 6.13. Portanto, alerto desde já que os trechos recortados neste item se afastam do debate específico que alguns cientistas sociais têm levado a cabo num contexto mais restrito voltado para suas respectivas disciplinas. Sendo assim, como este item diz respeito à suposta correspondência ou não da categoria "população tradicional" em relação às pessoas que possam vir a se reconhecer como tal, não trarei depoimentos ligados a esta discussão em particular, deixando-os para os dois itens finais, o que significa que não seguirei aqui a lógica do ponto e contraponto.

Como irão notar, com exceção de uma rápida passagem do depoimento de Horácio, dois trechos da entrevista de Alonso e de um comentário meu em relação ao que disse Bolívar (os quais estabelecem contraposição), o teor de todos os demais depoimentos citados possui uma conotação extremamente crítica em relação à condição e ao papel das populações tradicionais nas políticas de preservação ambiental. Fiz esta opção devido ao fato de vários entrevistados tratarem a categoria "tradicional" enquanto adjetivação objetiva de um ente concreto, o que os levou a enfatizar o status de grupos sociais nela potencialmente incluídos seguindo a lógica do "ser ou não ser". Indo direto ao ponto, diversos pesquisadores abordaram a questão das populações tradicionais classificando quem seria ou não "tradicional" para, com isso, colocar em xeque seu status enquanto grupo social diferenciado e, por conseguinte, em dúvida sua situação privilegiada em relação às políticas públicas destinadas a elas. Mas, se neste item não privilegiei o contraponto, como disse, o contraste em relação aos depoimentos de cerca de nove pesquisadores reproduzidos aqui virá, ao final, através de apenas um único entrevistado. Comecemos, pois, com o depoimento de Nicolau:

> o que é população tradicional? Para mim os seringueiros, todos chegaram uma geração atrás do nordeste, não são população tradicional por nada. População tradicional, por exemplo, (...) são as comunidades que antes se chamavam indígenas e hoje são comunidades camponesas e que têm três ou quatro mil anos de história nesse lugar. Isso, sim, é uma população tradicional. Não são índios, mas também não são selvagens. E muito pior é a questão dos quilombolas, dizer o que é tradicional aí é bem mais complicado *(Nicolau - 1º geração – agrônomo, engenheiro florestal e entomologista - 67 anos)*.

Joca também direcionou sua fala ao questionamento do status de grupos sociais hoje incluídos na categoria "população tradicional" ao citar, como Nicolau, o fato de que, se "você pensa na população tradicional na Amazônia, são pessoas que vieram do nordeste"; porém, em seguida indagou: "mas será que são [tradicionais] mesmo?". Após ponderar que cientistas sociais "estão muito preocupados com as populações do entorno, populações tradicionais", Joca alegou que elas seriam compostas "basicamente [por] populações desassistidas, com as

quais certamente temos uma dívida social". Em seguida, a partir de artefatos e parâmetros tecnológicos, citou o exemplo de um grupo social que teria deixado de ser tradicional:

> no Superagüi, você vai fazer o quê? Vai dizer que: "ah! Mas a população já estava lá". Sim, já estava lá, e provavelmente vai continuar naquela área onde ela está, mas ela vai ter que ser controlada, vai ter que desenvolver outras atividades. Além disso, é óbvio que ela não é mais uma população tradicional, você não acha nem um barqueiro daqueles sem um motor de poupa, todo mundo vê televisão. Então você tem uma reinvenção da cultura caiçara, que passa a ser outra coisa, não é o que foi há 100 anos atrás, há 50 anos atrás. E no Brasil todo esse processo está acontecendo *(Joca - 3º geração – historiador - 43 anos)*.

Um contraponto a idéia de que a incorporação de artefatos como "motores" e outros utensílios tidos como ligados à "modernidade" caracterizaria uma desqualificação da condição "tradicional" de certas populações foi feita por Horácio após comentar com ele que "uma crítica que se faz bastante é de que o uso desse termo tende a reforçar a naturalização destas populações, dos sujeitos":

> mas aí é mais um desconhecimento do debate, vou dizer o porquê. Porque na verdade o que naturaliza esses agentes não é a ecologia social, é o preservacionismo, pela simples razão de que o argumento deles é o seguinte: "enquanto o índio ou o caiçara ou o seringueiro não tiverem rádio de pilha ou televisão ou um motor pro seu barco, ótimo, eles fazem parte da natureza e por isso podem ficar; mas se começarem a adotar alguns comportamentos, entre aspas, modernos já não são tradicionais". Quer dizer, então o argumento que usam contra nós, na verdade, não bem contra nós, é contra a ênfase na idéia do bom selvagem, que nunca tivemos. Estamos tratando com comunidades humanas num processo muito rápido de mudança econômica, social e assim por diante, o que torna a situação muito mais complexa. Mas a pessoa não lê as coisas, muita gente não lê. Então, quando falamos em populações tradicionais, logo vem alguém pra dizer: "Está vendo! Olha aí o mito do bom selvagem, olha a naturalização da cultura". Ao contrário, a gente sempre achou o contrário.

O caso dos Pataxó foi outro exemplo trazido por Joca para relativizar a condição tradicional de grupos sociais assim classificados, só que agora, além de critérios ligados a artefatos e equipamentos produzidos por nossa própria sociedade, o parâmetro usado relaciona-se à "identidade" cultural desta etnia:

> exemplo: trabalhei em um projeto com os Pataxó lá no Monte Pascoal, porque os índios de lá cortam madeira pra fazer artesanato (...). Os caras diziam pra gente que eles queriam ser agricultores, queriam o tratorzinho deles. Então, o que tinha que ter era um projeto que permitisse que eles se tornassem autônomos como agricultores, a não ser que tivessem uma vocação pra trabalhar com turismo ali perto. Os Pataxó já não têm uma identidade como a que tinham, como é que a gente vai falar de resgate de cultura? Não sei nem se dá pra falar em resgate. Eles vão lá, pegam um negócio qualquer e passam a usar aquilo de novo. Isso não é um resgate, você está reinventando uma cultura *(Joca - 3º geração – historiador - 43 anos)*.

Um pouco mais adiante em seu depoimento, além de mais uma vez aludir à questão da urgência de preservar o que sobrou de nossa biodiversidade (no caso, especificamente da Mata Atlântica), Joca chamou atenção ao caráter potencialmente predatório dos "modos de vida" das populações tradicionais:

> o que não se percebe é que, por exemplo, se não forem preservados os últimos remanescentes de Mata Atlântica isso vai desaparecer. Por exemplo, na região do litoral, no sudeste e no Paraná, se você liberar pras populações tradicionais o que vai acontecer? Por mais tradicionais que elas sejam, hoje o modo de vida delas não é o mais compatível com a preservação. Um modo de vida baseado na caça, por exemplo, não dá, não é mais compatível. Aí você vai legitimar a caça do mico-leão-da-cara-preta ou do mono carvoeiro? Não dá, isso vai ter que mudar. Tem Guarani que pega papagaio-da-cara-rocha, isso não é

> tradicional, isso é sinal de que as populações tiveram que se adaptar e, às vezes, da pior forma *(Joca - 3º geração – historiador - 43 anos)*.

Embora com viés distinto, algumas observações de Ana se aproximam do depoimento de Joca, sobretudo, sua afirmação de que populações tradicionais seriam "basicamente populações desassistidas com as quais certamente temos uma dívida social":

> claro que elas [populações tradicionais] têm especificidade por estarem em unidades de conservação, mas dentro de todo o processo de formação histórica e econômica do Brasil, nada mais são do que populações excluídas. E essa discussão que era feita particularmente do lado dos antropocentristas, na minha visão, numa leitura feita anos depois, com mais leitura e distanciada um pouco, me mostrou o perigo de manter essas populações nesse mesmo lugar, excluídas. (*excluídos em que sentido?*) Do processo de desenvolvimento sócio-econômico. Se deixar elas dentro porque têm o direito de ficar lá, vamos deixar em que condições? Nessas mesmas condições? Vai congelar esse tradicional até quando? No fundo, são populações que estavam lá nesses remanescentes de Mata Atlântica porque não foram incorporadas no lado benéfico, vamos dizer assim, do desenvolvimento sócio-econômico do país *(Ana - 3º geração - ecóloga humana - 44 anos)*.

Voltarei, nos próximos dois tópicos, à questão levantada por Ana sobre "exclusão" de populações que estariam "à margem do processo de desenvolvimento sócio-econômico". Já sobre "congelar esse tradicional", ao perguntar a Joca "como você vê essa discussão sobre população tradicional?", este revelou não gostar

> do conceito, porque acho que a nossa população toda também é tradicional, nossa sociedade é tradicional. Qual sociedade que não é? Qual a sociedade que não se apóia em tradições? A idéia de sociedade tradicional implica na idéia de que a cultura dessas populações é uma cultura estável, que ela não se transforma (...). Claro, o que é cultural se reinventa a todo o momento. Você pode ter uma cultura em que as transformações são mais rápidas e outra em que elas são mais lentas, mas não acredito que exista uma cultura que não mude nunca, que apenas se reproduza *(Joca - 3º geração – historiador - 43 anos)*.

Ser ou não ser tradicional e, ainda, "perder" "suas tradições" foram pontos levantados por Francisco, o qual, além de trabalhar com uma espécie de gradação entre ser mais ou menos tradicional, como Nicolau em relação aos seringueiros e Joca em relação aos Pataxó e caiçaras, colocou em suspensão o status de grupos que se vêem incluídos nesta designação:

> qual a moral da história? Primeiro, tradicional nem sempre é tão tradicional; segundo, o tradicional pode deixar de ser tradicional, e acho que a tendência é deixar de ser; terceiro, ter acesso a recurso natural não garante que a pessoa vá ter um mínimo de bem-estar. Juntando estas desvantagens que as pessoas têm e colocando do lado delas um parque "virgem", desocupado, eles vão entrar no parque e detoná-lo (...). A moral da história é que "população tradicional" às vezes também perde suas tradições "milenares" ou embarca numa coisa moderna; depois quer voltar, mas não sabe voltar ou produz coisa que não vale nada *(Nicolau - 1º geração – agrônomo, engenheiro florestal e entomologista - 67 anos)*.

Outra ênfase, aqui já citada, relacionada ao fato das pessoas "quererem" ou não ser tradicionais, surgiu nas observações de Licurgo quando discutíamos o uso de recursos naturais por caiçaras na região de Guaraqueçaba, litoral do Paraná:

> o problema é que sobrou um contingente de gente que Diegues diz que é população tradicional e que vou dizer que é pobre, analfabeta, que o Estado não deu atenção pra educar essa população. Porque esse cara não queria ser tradicional, queria ser médico, advogado, agrônomo, queria fazer mestrado, doutorado ou ao menos que o filho fizesse. Tem um monte de gente que induz ele a ficar lá fazendo gamela, vendendo aquele negócio, colhendo palmito nas terras dos outros e correndo do dono e da polícia (...). Ou seja, têm situações em que vai se construindo a idéia de que eles são bonzinhos, que são integrados com a natureza.

> Não, não são. Falta dinheiro, tecnologia e em alguns casos é muito simples de entender esse processo. Hoje a região de Guaraqueçaba, na minha leitura, teria muito potencial e continua tendo, só que não se consegue efetivar por causa da cultura, da pobreza, do imediatismo e das regras do jogo nacionais que são tremendamente cruéis. A saída seria o ecoturismo, efetivamente. Mas ninguém das comunidades locais consegue fazer funcionar esse processo (...). E não conseguem por quê? Falta de educação e mais um monte de coisas, por exemplo, manipulação política pras pessoas continuarem pobres *(Licurgo - 2º geração - engenheiro florestal - 52 anos).*

Como em outros depoimentos, aqui há novamente a ênfase na universalização de direitos em detrimento das especificidades que cercam situações locais, sendo ela reforçada quando Licurgo criticou o Estado por não dar "atenção pra educar essa população" e ao evocar seu direito de acesso à "tecnologia", "dinheiro", "educação e mais um monte de coisas" no sentido de dar as pessoas oportunidade de se tornarem "médicos, advogados, agrônomos", "fazer mestrado, doutorado". Mas essa ampliação de direitos se coloca acima do protagonismo das populações locais, as quais, para meu interlocutor, nem mesmo tem a possibilidade de desejarem "ser tradicionais" ("esse cara não queria ser tradicional"). De fato, ao se referir a Guaraqueçaba, Licurgo viu a "cultura" local como empecilho à chegada de políticas universalizantes (apesar do seu "potencial", este não se efetivaria "por causa da cultura"), mas deixemos este tema por agora, pois voltarei à questão dos direitos universais no próximo item.

Outro ponto do depoimento de Licurgo citado por alguns colegas foi sua ênfase no papel passivo do que chamou de "população pobre, analfabeta" ao citar a ação de "agentes externos (...) pra essas pessoas continuarem pobres". A crítica de que populações tradicionais, no momento da tomada de decisão, seriam "induzidas" e que haveria uma "manipulação política" por trás da atuação destes "agentes externos" surgiu em outros depoimentos. Aurora, de forma parecida à afirmação de Licurgo de que "esse cara não queria ser tradicional", alegou que populações tradicionais estariam sendo "manipuladas" por "outras pessoas":

> digo assim: pessoas que são denominadas de tradicionais também são manipuladas. Porque essas pessoas e qualquer pessoa de baixa renda, qual é o sonho dela? Ela quer ficar um pouco melhor, quer dar algo melhor pros seus filhos, porque isso é intrínseco da nossa natureza humana. Eu não quero dar pra minha geração futura algo pior do que aquilo que vivi. Então essas pessoas acabam sendo manipuladas, porque outras pessoas dizem pra elas: "quero que vocês fiquem assim", mesmo se não quiserem *(Aurora - 3º geração - engenheira florestal - 38 anos).*

Apesar de ter pontos de vista bem diferentes de Licurgo e Aurora, tal como a alegação destes de que "as pessoas acabam sendo manipuladas" ou que haveria "um monte de gente que induz ele" a ficar "fazendo gamela", "colhendo palmito nas terras dos outros e correndo do dono e da polícia", em seu depoimento Maneco também alegou que populações tradicionais estariam "sendo manipuladas" e "arrastadas por posições" que não seriam as suas:

> como lidar com isso? É uma situação muito complicada definir o que é população tradicional e o que não é, que atividade se pode exercer nessas áreas e assim por diante. Está acontecendo com freqüência o que acontece no Parque Estadual da Serra do Mar, você tem populações tradicionais que estão dentro do parque sendo manipuladas, fazendo exigências que são na verdade de turistas que já compraram suas casas, suas propriedades e empurraram a população mais pra dentro do parque. E agora querem

> cascalhamento, asfalto, água, luz que não eram demandas antes. Então o problema é que muitas vezes elas se vêem arrastadas por posições que não são as posições que elas tomariam. Como é que você separa isso? É muito difícil enfrentar essa questão *(Maneco - 2º geração – botânico)*.

Ainda sobre a alegação das pessoas "não quererem ser" tradicionais, Toríbio seguiu esta linha de raciocínio em seu depoimento ao alegar que a "tendência" seria de que grupos assim definidos com o tempo deixariam de sê-lo. Além disso, tal como Joca, mencionou o apelo que certas tecnologias e artefatos de nossa "civilização" poderiam estar causando no sentido de cativar certo interesse consumista por parte das populações tradicionais:

> no longo prazo essas populações não vão querer continuar sendo tradicionais. Quando um índio vê um machado de ferro não vai mais querer usar machado de pedra. A tendência das populações tradicionais, por mais que os socioambeintalistas digam que não, é deixar de ser tradicionais. O sujeito quer ter rádio, quer ter televisão, quer ter automóvel, quer ter avião, entende? As populações indígenas, aquelas que tiveram contato com a população, querem tudo isso, você vê cacique hoje com automóvel e com avião. Então é bobagem pensar que as populações tradicionais vão continuar sendo tradicionais eternamente, não vão, elas tendo contato com a civilização, vão sofrer as influências da civilização e vão querer se desenvolver *(Toríbio – 1º geração - sem curso superior, mas especialista em paleontologia - 83 anos).*

Nicolau, além de proceder segundo a lógica do "ser ou não ser" e "querer ou não querer", foi outro entrevistado que enfatizou a possibilidade das populações tradicionais "deixarem de ser tradicionais" devido à intensificação do "contado com a civilização":

> inventaram o conceito de população tradicional. Mas indígena é uma coisa bem mais clara, porque uma população indígena tem um idioma, tem um vínculo, uma crença com a terra onde estão. O que não é o caso dos seringueiros. Mas falar em índio, o que é índio? Claro, índio também tem um momento. Então, obviamente um grupo de índios não contatados são índios, sem dúvida. Podem seguir sendo índios, como lá no Xingu. Mas chega um momento que deixam de ser índios e passam a ser cidadãos brasileiros como qualquer outro *(Nicolau - 1º geração – agrônomo, engenheiro florestal e entomologista - 67 anos)*.

Segundo o padrão de buscar parâmetros que permitissem discernir quem seria ou não população tradicional, Bolívar citou o aspecto temporal que, por vezes, se associa ao adjetivo tradicional; só que, neste caso, o fez justamente com o objetivo de relativizar a ancestralidade que estaria por trás da identificação de grupos sociais (como os Guarani) como tais:

> em todos os lugares que viajo tem esse problema de gente que mora no Parque e que se elegeu como tradicional, mas o tradicional é muito incerto, o quê é o tradicional? 500 anos? 100 anos? A gente sabe que os Guarani chegaram na Mata Atlântica 500 anos antes de Cabral. Só que há algumas gerações os portugueses chegaram no Brasil. Então, eu, por exemplo, que estou na terceira geração de portugueses no Brasil, sou tradicional ou não sou tradicional?

Em seguida, tentando estabelecer um contraponto com a fala de Bolívar, comentei com ele: "é que tradicional não se refere só ao tempo, mas também a modos de vida particulares. Não seria tanto uma questão de tempo, mas de práticas que seriam... (Bolívar interrompe dizendo: "menos impactantes?"). Bom, aí é outro tipo de discurso, que vem depois, o do menos impactante. Este derivaria deste modo particular, que não é totalmente capitalista, mas ao mesmo tempo é, sabe? É o que chamamos camponês. Aí entraria coisas como laços de pertencimento a um lugar e a um grupo social, modos diferentes de olhar e lidar com a

natureza, sendo que essas formas diferentes também poderiam se visto como patrimônio cultural. Então, teria não que se preservar, mas proteger esses modos de vida pra que essas populações continuassem a se reproduzir socialmente. É um argumento forte que se usa pra relativizar questões ambientais mais estritas". Seguindo mais ou menos a linha de pensamento de Toríbio (que alegou que "a tendência das populações tradicionais (...) é deixar de ser tradicionais"; e que as pessoas assim designadas querem ter "rádio", "televisão", "automóvel", "avião") e de Nicolau (que sustentou que "índio também tem um momento"), Bolívar discordou de minhas observações dizendo:

> mas a coisa é mais ou menos assim. Os gaúchos precisam do governo incentivar eles a serem gaúchos? Não. Por que as populações do litoral, caiçaras estão desaparecendo, por que está morrendo a cultura caiçara? Às vezes é complicado saber, enfim, mas é inevitável? Eles vão ser incorporados na sociedade que vai ocupar aquela região. Então, é obvio que o caiçara antigo lá, o caçador, é completamente diferente. Vejo muito isso lá na Ilha do Cardoso, lá as pessoas já tem uma relação com a Internet, de querer ter Internet. Então, não sei como que a gente preserva esse caiçara antigo. Bota numa redoma? Só que não tem jeito, porque ele vai estar sendo poluído com essas coisas, incorporando coisas da modernidade.

Tentando novamente estabelecer um contraste e, ao mesmo tempo, levar a discussão para outra direção, comentei com Bolívar: "mas também tem a questão de ver população tradicional como sujeito político que briga por direitos. Não é que a gente precisa preservar o caiçara, como num museu. Neste caso, há uma discriminação positiva em que eles estão, como grupo social, se movimentando justamente pra ter acesso a políticas diferenciadas". Ao que Bolívar voltou ao exemplo dos caiçaras com os quais trabalha para enfatizar, mais uma vez, o potencial "desaparecimento" de sua "cultura":

> qualquer grupo faz isso. As mães da praça de maio lá na Argentina se uniram, criaram uma sociedade. Claro, a gente trabalha muito com os caiçara, a gente tem uma admiração, é superlegal. Só que é lógico que na Ilha do Cardoso a cultura caiçara é uma cultura que vai se extinguir. Pelo andar da carroça é lógico que ela vai ser incorporada. O que a nova geração achar que tem que ser incorporado, como no caso da música e muito da fala, por exemplo, isso vai ser incorporado, agora, muita coisa vai sumir.

Retornando ao depoimento de Florêncio, mais à frente este voltou a citar a possibilidade de haver "falsas" populações tradicionais em relação as que seguiriam modos de vida "realmente tradicionais":

> acho que não se deveria empurrar as pessoas a viver por modos de vida de subsistência, não estou dizendo modos de vida que sempre foram assim, que são realmente tradicionais, digo empurrar neo-índios, falsos índios, MST, seringueiros. Aliás, que é um modo de vida comercial obsoleto, pois a gente paga pros seringueiros subsídios com dinheiro do nosso bolso, ¾ do preço que eles obtêm pela borracha é subsídio (...). A produção do Amazonas e do Acre é ínfima, sempre foi subsidiada e hoje em dia é mantida porque o governo acha interessante manter aquele modo de vida tradicional que ecologicamente é desastroso, que são os maiores caçadores que existem, uma cultura extremamente destrutiva quanto à caça e produzindo borracha a um preço que não é de mercado, enfim.

Após separar seu raciocínio com o operativo "agora", como o depoimento de Licurgo, que cito logo abaixo, em seguida Florêncio tocou no tema ligado à garantia de direitos universais ao reconheceu a necessidade de se dar, "às pessoas", "oportunidade decente de

viver": "agora, sempre vou defender que o mundo que eu concebo é um mundo onde todas as pessoas tivessem uma oportunidade decente de viver e de ter uma vida com qualidade de vida. Mas uma vida com qualidade de vida não é ficar extraindo seringa no meio da floresta naquelas condições, com o que as pessoas ganham e com o acesso as coisas que elas têm".

Por fim, Licurgo, sobretudo em relação aos quilombolas remanescentes, externou um posicionamento muito particular sobre políticas públicas voltadas para populações tradicionais:

> digo o seguinte: a política brasileira de desenvolvimento de sociedade é burra a ponto de se orientar pelos piores modelos, sabe, é burra, em todos os sentidos. Então nós vamos discutir aqui manter a sociedade quilombola e manter a população tradicional, quando a essência dessas duas coisas são práticas inadequadas de Estado! Quilombola, como comunidade tradicional, devia ser uma vergonha pra gente. Se devia preservar o sítio onde teve o quilombo e conseguir mudar aquela sociedade, aquelas pessoas e dar *status* de cidadão que elas não tem. E isso se faz com educação, com condições de vida adequadas, com tudo o que eles têm direito. O que não é manter eles quilombola com a cultura de 1800 e pouco. E isso é estúpido, é o que tem de pior pra mim, isso até me arrepia de falar, sabe! É condenatório, é condenatório, é condenatório. É como nazista pegando judeu e fazendo experiência genética, é tão ruim quanto; condenar essas pessoas a serem quilombolas e outras a serem caiçaras. Essas pessoas precisam ser cidadãos, e cidadão significa ter direito de estudar, ter direito de ser médico, de ser advogado, ter direito de ser empresário, por mais que a gente tenha que combater lá na frente algum empresário sacana, que pode ser quilombola ou caiçara, como são os colonos alemães e outras coisas ditas não tradicionais. Pra mim tradicional mesmo é gaúcho, é CTG *(Licurgo - 2º geração - engenheiro florestal - 52 anos)*.

Voltarei mais adiante a esta citação. Por hora, chamo atenção apenas para o fato de que, a despeito da acusação de que estaríamos diante de modos de vida "obsoletos" (presente na frase "manter eles com a cultura de 1800") e de que não se deveria "condenar pessoas" a ser caiçaras, quilombolas ou tradicionais, tanto a fala de Florêncio sobre a necessidade de que "todas as pessoas tivessem uma oportunidade decente de viver e de ter uma vida com qualidade de vida", quanto à alegação de Licurgo sobre dar "condições de vida adequadas" e "*status* de cidadão" a "estas pessoas" nos remetem a um ponto central presente nos próximos dois tópicos: a questão de se garantir direitos universais, cidadania e "condições de vida adequadas" as populações locais.

Até agora vimos falas de pesquisadores que têm mostrado elevado ceticismo e feito acusações e críticas agudas ao status e ao papel exercido pelas populações tradicionais nas políticas de preservação. Como alertei no início deste item, foi premeditada a opção de não trazer depoimentos cujo teor não se guiou pela lógica do "ser ou não ser" tradicional. Porém, reconhecendo-me como parte interessada da pesquisa, não pude deixar de marcar algum contraponto às idéias aqui citadas. Assim, após comentar com Alonso que a "discussão sobre populações tradicionais é um dos grandes temas quentes quando se fala sobre áreas protegidas", este voltou a chamar atenção às especificidades envolvidas:

> não devemos criar estereótipos, é preciso avaliar cada situação. Mesmo conservacionistas muito sérios e herméticos mudam muito a postura quando eles conhecem as pessoas, sabe? Quando você não conhece é muito fácil criar um estereótipo e aí vem a história de dizer: é um falso bom selvagem que na verdade é um destruidor, então fora daqui, longe daqui. Mudam quando conhecem, quando estabelecem relações de amizade, quando vêem que são pessoas, pessoas que em geral estão lutando pra viver, que não são nem

> bons nem maus selvagens, são pessoas lutando pra viver nos seus lugares, mas que podem ter situações de fricção com parques e áreas protegidas que se criam *(Alonso - 2º geração – historiador – 49 anos)*.

Alonso foi além em sua crítica àqueles que "criam estereótipos" por desconhecerem a realidade das pessoas que vivem próximas ou dentro de áreas protegidas. Para tanto, trouxe sua própria experiência de vida junto aos seringueiros, que, como quilombolas, caiçaras e algumas etnias indígenas, talvez seja um dos grupos sociais que mais foram atacados, acusados, criticados e estigmatizados nos depoimentos reproduzidos neste item:

> não se deve ter o dogma de que o extrativismo é sempre sustentável, tudo depende da intensidade e das circunstâncias biofísicas do lugar. Mas me fascina do ponto de vista humano, sabe? Quem conheceu as pessoas nunca mais esquece e nunca mais perde um certo amor por elas. Sem idealizar a coisa do bom selvagem, obviamente, mas o mundo da floresta, estar na floresta, nas RESEXs com os seringueiros, você encontra muita gente que não tem nada e dá tudo o que tem, sabe? A generosidade que eles têm com os viajantes, isso eu já vivi e ouvi de diferentes pessoas. Você chega numa casinha de seringueiro e é recebido de uma forma impressionante. Depois você vê a coragem dessas pessoas, o modo como elas se expõem, porque eu vi muitos morrerem, ou melhor, vi pessoas que conhecia serem mortas. As pessoas às vezes falam desses movimentos sem lembrar esse detalhezinho. Ok! Nas organizações ambientalistas, conservacionistas, socioambientalistas, nas universidades, nós podemos ter nossas divergências, temos nossas divergências políticas, mas nossos colegas não estão sendo mortos ao longo do caminho. Acho engraçado quando às vezes falam desses movimentos como se fossem radicais, raivosos, se esquecendo desse detalhe importante: o cara está vendo ali o seu amigo, seu companheiro morrer. Até em relação aos seringueiros, com quem convivi mais, ficava impressionado porque são pessoas muito bem humoradas, essa coisa da química boa da mestiçagem brasileira, né? É uma coisa que a gente sente e muita gente sente, essa coisa gostosa do falar com o caboclo e os caras rindo, brincando com a morte, fazendo piada. Então essa coragem me impressionou muito *(Alonso - 2º geração – historiador – 49 anos)*.

Em seguida, Alonso passou a relatar um exemplo da situação limite que seringueiros podem vivenciar para reforçar a importância de se conhecer as pessoas sobre as quais tecemos juízos de valor no que tange as suas práticas efetuadas sobre os recursos de que dispõem:

> uma vez conheci um cara formidável, um líder camponês do sindicado dos trabalhadores rurais, defensor da floresta, cristão, defensor de todas as coisas boas chamado Arnaldo. Um cara fantástico, um ser humano desses que a gente não esquece. Uma vez me disse brincando: "me empresta um macacão desses aí da Grennpeace, desses que vocês usam, porque aí eles não atiram em mim". Eu achei engraçado, a gente brincou, mas depois esse cara foi fuzilado na casa dele. Algum tempo depois ele foi morto em Eldorado na cama dele. Entraram e fuzilaram ele na frente da família. E ele já tinha marca de bala pelo corpo de tiros que tinha levado. Então há uma diferença entre ele e eu, uma diferença de classe mesmo aí. É um país de formação escravista. Não vemos o drama das pessoas. Muita gente que fala dos seringueiros nunca viu uma pessoa dessas, nunca conversou com ela pessoalmente, nunca esteve na casa dela. Nessa discussão sobre populações tradicionais, os setores que usam um discurso agressivo, desmistificando essa coisa das populações tradicionais dizendo que são destruidoras, eles falam delas, mas nunca conviveram com as pessoas. Aí é muito fácil, vira um mito, como se fosse uma banalidade qualquer que você fala (...). O Brasil é um país de dois andares mesmo, quem está na classe média, alta, não sabe como é viver numa situação em que seus familiares e companheiros vão sendo mortos. E tem gente que ainda empina o nariz e diz que eles são violentos. São até muito calmos, se a gente for pensar o que eles sofreram, era pra terem incendiado muitos lugares por aí *(Alonso - 2º geração – historiador – 49 anos)*.

6.11 Políticas ambientais "focadas" ou socioambientais "difusas": entre garantir proteção à biodiversidade e garantir qualidade de vida às populações locais

Apesar das idéias contidas nos trechos anteriores destoarem bastante, inicio este tópico trazendo dois depoimentos que talvez representem a maior distância em termos de visões tanto

sobre a política de criação de UCs "com gente dentro" como sobre o papel das populações locais na gestão de áreas protegidas. Assim, para Licurgo,

> o sujeito que inventou reserva extrativista pra quebradora de coco babaçu lá no Maranhão devia por a mãe dele pra quebrar coco. Porque se você for ver como se quebra coco, ver como é que faz, vai ver que é uma sacanagem. Além disso, obviamente manter um monte de família quebradora de coco é ótimo negócio pra um coronel nordestino, porque enquanto quebrar coco não vai fazer nem 2º grau. Agora, se ele fizer o segundo grau, tiver um mínimo de cultura, de capacidade de ler, que não seja analfabeto funcional, que consiga ler um jornal, não vota mais no coronel e nem vai querer quebrar coco, de jeito nenhum. É uma coisa muito simples. Só que essa coisa não entra no jogo do dia-a-dia. E essa pra mim é a parte mais cruel, porque ela é ideológica, mítica, vem do Rousseau com o bom selvagem e passa pelo Diegues achando que as pessoas são assim *(Licurgo - 2º geração - engenheiro florestal - 52 anos)*.

Já Arminda, contrastando drasticamente de Licurgo, teceu a seguinte reflexão sobre UCs "com gente dentro":

> ninguém percebe até hoje o potencial revolucionário das unidades de conservação com gente dentro. Por quê? Porque são ofuscadas pela questão do ambientalismo. Mas ali dentro tem um governo ecológico, ali você tem condições de lutar contra as forças econômicas, forças políticas, tem como coibir a entrada da soja, por exemplo, pode se levantar contra questões que fora dessa situação não se pode. As áreas de uso sustentável têm graus diversificados, têm desde RPPN, RESEX, RDS (...), APAs, têm um espectro de unidades sustentáveis com forças diferentes pra exercer (...) um governo ecológico, uma administração, se quiser ser mais suave. Isso é revolucionário, acho, porque você tem ali condições de enfrentar as forças de mercado, se se pode usar essas palavras assim. Mas, geralmente, o destino mais comum dessas áreas, considerando o campo de lutas da questão ambiental, é colocado em último plano ou contra-plano. Mais do que isso, nessas áreas se tenta criar condições de sociabilidade tais que, e isso é revolucionário, a vida humana seja possível, a reprodução social seja possível. Que esta reprodução social seja garantida ou, ao menos, prevista ou buscada. Isso acho que é revolucionário, essa é a única revolução social que vejo acontecendo e muito na surdina, muito fora do foco. E ainda bem que seja assim. Porque isso mostra um potencial de solução pra uma problemática que enfrentamos no mundo moderno, contemporâneo, de ter experiências de como ter uma participação social, como garantir condições de cidadania mínima, senão plena, ao menos mínima *(Arminda - 2º geração - antropóloga com graduação em biologia – 49 anos)*.

Estes dois depoimentos nos levam exatamente ao tema deste tópico. Vimos, no item 6.8, Alonso comentar que "RESEX é muito mais preservada e, além do mais, atende a objetivos sociais que temos que ter também"; e, acima, Arminda ver "nas RDSs e RESEXs um "potencial revolucionário" no sentido de "criar condições de sociabilidade (...) tais que (...) a reprodução social (...) seja garantida ou, ao menos, prevista ou buscada". Já Licurgo enfatizou aspectos relacionados com direitos básicos ao tocar na necessidade de se garantir acesso à educação" às pessoas que vivem em reservas extrativistas. Em suas falas, os três tocaram em outro tema polêmico tratado nas entrevistas e que se refere ao sentido prioritário que se deveria dar às políticas de criação-gestão de UCs: se estas deveriam se ater à proteção no sentido ambiental mais estrito ou precisariam incluir, entre seus objetivos, garantia de qualidade de vida e inclusão social às populações atingidas por elas.

Partidário da primeira alternativa, Joca, por exemplo, divergindo de Arminda e Alonso, argumentou: "outra coisa é que o dinheiro pro meio ambiente não pode ser um dinheiro que vai ser gasto em participação social, em projetos sociais. Você precisa ter um dinheiro específico para plano de manejo e pra garantir que as unidades de conservação sejam geridas". Do mesmo

modo, Florêncio, falando ainda sobre a disputa entre UCs de uso direto e indireto, alertou que a criação de RESEXs não poderia ocorrer "como panacéia pra resolver o fracasso do governo de dar condições de vida decente pras pessoas". Implícito na fala de ambos acha-se a divergência entre entrevistados sobre o papel das UCs em relação às dinâmicas locais. Destoando deste pesquisador, Alice, que, em depoimento já citado, afirmou não "acreditar em proteção da natureza se no entorno as pessoas estão vivendo na pobreza e miséria absoluta", comentou:

> outra coisa que pra mim é clara: o fato das demandas do país pra proteção da natureza exigirem alguns caminhos não inviabiliza que essas políticas tratem com toda clareza questões socioeconômicas ligadas a esse tema. Acho que esse é o único caminho possível (...). A maioria das primeiras áreas protegidas que foram criadas não tem justificativa ecológica documentada. A criação de muitas delas dependeu muito de pessoas bem intencionadas. Então, tem que ter uma justificativa, aí sim, científica, com base em uma série de levantamentos etc., primeiro, que argumente em favor de determinado tipo de categoria, mas que essa categoria escolhida seja realista; segundo, que seja capaz de lidar com as questões socioeconômicas da região *(Alice - 2º geração - graduação em biologia e psicologia - 52 anos).*

Como no caso de Joca e Florêncio, a alegação de Alice de que "demandas (...) pra proteção da natureza" não significaria deixar de tratar "questões socioeconômicas" e, também, que "a categoria escolhida seja capaz de lidar" com essas "questões" foi duramente contestada por outros entrevistados. Ao insistir com Nicolau, tal como como fiz com outros entrevistados (ver item 6.7), que "não se discrimina ou não se faz distinção das desigualdades sociais locais" quando se fala sobre áreas protegidas, meu interlocutor chamou minha atenção para "funções" e "objetivos" alheios àqueles que deveriam ser cumpridos quando se estabelecem UCs, não sendo estes de "responsabilidade" dos órgãos ambientais encarregados de geri-las:

> pode ser verdade, mas isso não é função de uma área protegida. Você cria um Ibama, um serviço florestal ou serviço de parques para cuidar da biodiversidade e cuidar de amostras representativas da natureza, esse é seu trabalho. Pra isso você não vai matar as pessoas, mas está protegendo esta área de quem? Das pessoas. Essa é sua função. Então, não é responsabilidade do serviço de áreas protegidas ver se as pessoas são mais pobres ou mais ricas, isso não é sua responsabilidade central. É sua responsabilidade, isso sim, com o objetivo de ter sucesso em conseguir preservar. O objetivo de um serviço florestal ou de um Ibama deve ser preservar e não proporcionar bem-estar ou direitos pras pessoas, isso é função de outros. Como disse nesse artigo que você leu, estão misturando coisas que não tem nada a ver uma com outra *(Nicolau - 1º geração – agrônomo, engenheiro florestal e entomologista - 67 anos).*

Mais adiante, em seu depoimento, Nicolau sustentou novamente a idéia de que "questões sociais" deveriam ser tratadas por "outras agências" que não às diretamente ligadas àquelas incumbidas de implantar e gerir UCs:

> o que mais se deve fazer para poder gerenciar bem as áreas e ter boas relações com a vizinhança? Precisa dar algum benefício ao redor, só que a maior parte desse benefício deve sair de outras agências do governo e não do serviço de parques. O que é isso? O órgão que deve tratar de parques recebe dinheiro pra tratar dos parques e não pra trabalhar ao redor dele. Então são outras agências que devem colaborar, agências de desenvolvimento rural, que devem trabalhar ao redor e em harmonia com o parque *(Nicolau - 1º geração – agrônomo, engenheiro florestal e entomologista - 67 anos).*

Aurora acompanhou este pensamento de Nicolau ao enfatizar a separação, em "processos distintos", das ações em "política social forte" e "política forte de conservação" visando dar uma "clareza de foco" definido à gestão de áreas protegidas:

> quando falo de natureza com direito intrínseco não estou desconsiderando questões humanas nem sociais, de modo algum. O que as pessoas precisam entender é que são processos distintos. Tenho que ter clareza de foco. Quando não defino o foco não tenho resultados. Não quer dizer que às vezes não possa cruzar algumas ações. Mas o que acontece? Misturo um monte de outras coisas junto com as políticas voltadas pra conservação, daí perco o foco e os dois lados perdem. Quando você em sã consciência vê objetivos, leis e políticas que estão por aí, você vê que aquilo não vai levar a nada. É simplesmente um discurso colocado na forma de um objetivo ou política que efetivamente nunca vai ser aplicada porque não tenho como mensurar, no mesmo indicador, porcentagem de conservação de biodiversidade e redução de pobreza. Não posso pôr no mesmo indicador porque são coisas completamente diferentes. Então nós fomos todos enganados. Se tivesse uma política forte de conservação e uma política social forte as coisas se complementariam e teríamos um mundo muito melhor. Quando coloco as duas coisas juntas, nem uma nem outra vai ser resolvida *(Aurora - 3º geração - engenheira florestal - 38 anos).*

Acompanhando Alice, Arminda e Alonso e, conseqüentemente, contrapondo-se à visão de Nicolau, Joca, Aurora e Florêncio, Rodrigo fez referência a um "componente" que estaria implícito na própria disciplina da biologia da conservação para fortalecer sua argumentação:

> pra mim justiça social é um componente da conservação da biodiversidade e não estou dizendo isso porque eu acho, mas porque aprendi cursando biologia da conservação com o Cláudio Pádua, lendo textos sobre o assunto, mas, claro, a partir de uma perspectiva de um olhar seletivo de um cientista social. Todos os autores da biologia da conservação dizem isso, que é uma ciência interdisciplinar, que ela joga com o aprendizado das ciências sociais, que a justiça social é um componente da conservação. Bom, se é isso, eu pensei, o canal é esse, a entrada é essa. Não é ficar justificando modos de vida sustentáveis, mas olhar em que condições esses grupos estão entrando dentro de uma cadeia produtiva maior, dentro de um sistema político e institucional mais abrangente e qual a posição que ocupam aí dentro. É uma posição subordinada? Então temos que fortalecer eles de forma que passem a ocupar uma posição de protagonista e passem a sentar na mesa e negociar com os outros autores em condições menos desiguais *(Rodrigo - 3º geração – antropólogo - 42 anos).*

A despeito de reconhecer que "trabalhamos com uma problemática que implica o objetivo fundamental de proteção à biodiversidade", Bibiana seguiu, em seu depoimento, direção parecida à proposta por Rodrigo e Alice. Contrário à idéia de Aurora de que se trataria de "processos distintos", Bibiana alegou que proteger a natureza e "garantir a reprodução social das pessoas" não poderiam ser feitos separadamente:

> tudo bem, só que partindo da idéia de que essa proteção não é, digamos, aí eu não queria dizer essa palavra, não é "superior" à importância de se garantir a reprodução social das pessoas. Claro que também a reprodução social não deveria ser predominante à proteção da natureza, de modo que aí posso autorizar toda a devastação do mundo em nome de que os pobres...toda aquela coisa, de que os pobres precisam viver e comer e gente precisa conservar o emprego, entendeu? Nem esse lado, nem o outro, porque é difícil fazer isso tudo separadamente *(Bibiana - 1º geração - graduação em ciências sociais e história natural - 65 anos).*

Além dessa igualdade hierárquica entre garantir a "reprodução social" e a "proteção da biodiversidade", Bibiana enfatizou a "interdisciplinaridade" e a necessidade de se "integrar" o trabalho de "especialistas", "técnicos", "cientistas sociais e naturais":

> teríamos que integrar bem essas dinâmicas sociais e naturais de modo a ver a problemática em função da situação que a gente se encontra. O que nos leva a chamar especialistas e técnicos a se dar as mãos por um diálogo e trabalhar juntos no campo, por exemplo, um antropólogo trabalhando com um agrônomo, um sociólogo com um biólogo, um jurista com um geógrafo, pois a questão da terra no Brasil é fundamental. Mas não é só a questão fundiária em si, pois há a questão da vizinhança, do parentesco, da exploração, as quais se juntam com questões mais propriamente ecológicas. Então são várias questões que se entrelaçam. Acho que o ideal seria um trabalho interdisciplinar com cientistas sociais e naturais *(Bibiana - 1º geração - graduação em ciências sociais e história natural - 65 anos).*

Divergindo da visão de Rodrigo, Alonso, Bibiana, Arminda e Alice e, por tabela, se aproximando do que propuseram Florêncio, Aurora e Nicolau, Francisco foi outro entrevistado que se referiu à questão de garantir melhor qualidade de vida às pessoas atingidas pela gestão de áreas protegidas, só que a partir do acesso a direitos universais:

> não sou só contra a presença de pessoas dentro dos parques, sou mais radical do que os que acham que não deve entrar gente ou ter gente onde é criada a reserva (...). Ultimamente tenho desenvolvido esse argumento da universalidade, que não tem a ver só com proteção da "pureza" ecológica contra o homem que a "corrompe". Mantenho isso, mas enfatizando que criou-se uma ilusão de que parque nacional é um vetor de desenvolvimento ou de inclusão social, quando não é. Tem lugar que tem parque há 40 anos e as políticas públicas estão paradas, como em vários outros lugares onde não tem parque (...). Penso assim: ao criar uma área preservada de qualquer tipo, inclusive de uso sustentável, em lugares muito isolados e pobres (...) onde não têm asfalto, onde o rio não é navegável, onde não têm posto de saúde, escola, polícia, juiz ou cartório, onde não têm vacinação, essa área preservada significa pouco e em nada ajuda a levar essas outras coisas pra região, coisas essas é que são muito mais importantes para o bem-estar das pessoas (...). Essa é uma segunda ilusão: pensar que se a gente criar uma unidade de conservação e fizer com que ela interaja bem com a comunidade, segue-se o desenvolvimento. Para mim, tem que ter escola, tem que ter segurança pública, tem que ter saúde, vacinação etc. Pode parecer que estou sacaneando ou sofismando para proteger os parques, mas não é isso. Esses direitos de que falo são direitos universais *(Francisco – 2º geração - cientista social, especialista em ciências ambientais - 59 anos).*

Aproximando-se do que foi dito por Licurgo no item anterior (sobretudo no que se refere aos "direitos universais"), Francisco deu ênfase não só à desvinculação entre unidades de conservação e qualidade de vida das populações locais, mas também à necessidade de se ter uma política mais ampla direcionada à universalização do acesso a direitos que garantam maior cidadania à população como um todo e não somente àquelas atingidas pela criação de áreas protegidas. O que nos leva ao tópico final deste item: a tensão entre garantir direitos especiais a grupos subalternos minoritários e privilegiar políticas que garantam a universalização de direitos considerados essenciais à "cidadania plena".

6.12 Populações tradicionais, direitos universais e paralelos com "políticas da diferença" nas políticas ambientais (primeiro ato)

Neste item trarei depoimentos cujo teor cruza três "pontos quentes". Dois deles já foram tocados aqui: a questão do status e do papel das populações tradicionais na conservação e o sentido prioritário das políticas de algum modo ligadas à criação-gestão de áreas protegidas. Já o terceiro, além de incluir a abrangência do termo e a discussão sobre as conseqüências sociais dos usos (seja político, seja analítico) da categoria "populações tradicionais", tem a ver com o que no Brasil se conhece por "políticas da diferença".

Voltemos ainda uma última vez ao argumento de Aurora sobre a amplitude demasiada da noção de população tradicional como mote para entrarmos na polêmica que surgiu nas entrevistas entre "direitos universais" e "políticas da diferença". Nicolau alegou que, "como hoje há muito benefício em ser índio e ser negro, todo muito está virando índio ou negro"

(apenas para não deixar passar, esta afirmação, dita por outro entrevistado -como Lúcio, por exemplo - pode assumir, ao contrário do que pensa Nicolau, uma conotação positiva). Contudo, a seguir este eng. florestal propôs uma associação, citada pela maioria dos entrevistados, vinculada à garantia de direitos especiais às populações tradicionais:

> a mesma coisa que acontece com as cotas nas universidades acontece com as populações tradicionais nas unidades de conservação. Porque na medida em que um grupo se auto-decreta negro e tem um pseudo-antropólogo que confirma que são negros com estudos ridículos em que politicamente a decisão já está tomada, onde vão instalar eles? Obviamente, numa unidade de conservação, porque ali é mais fácil, não tem que desapropriar a terra (...). Aliás, estão denunciando que estão dando as melhores praias entre Rio e São Paulo, estão dando lugares de parques para um bando de negros que nunca viveram ali e que não são mais quilombolas de jeito nenhum *(Nicolau - 1º geração – agrônomo, engenheiro florestal e entomologista - 67 anos)*.

Sabedor, por outras entrevistas, desta possível associação feita por Nicolau entre "cotas nas universidades" e "populações tradicionais", quando comecei a perguntar a ele: "então o senhor vê uma relação entre a discussão de cotas e...", este me interrompeu entusiasticamente para dizer: "exatamente. Vejo um paralelo absoluto, é o mesmo princípio, é uma decisão baseada num conceito político, que as esquerdas em geral têm, e que estão aplicando da mesma forma tanto nas cotas universitárias como nas unidades de conservação, distribuindo terras sem fazer reforma agrária". Eis um ponto delicado relacionado às políticas voltadas para populações tradicionais: a relação entre estas e outros modelos de políticas afirmativas hoje existentes no país. Outra vez estamos diante de um tema que tende, mais do que dividir a atenção de pesquisadores, a colocá-los em oposição. Mas, antes de vermos o que disseram aqueles que são favoráveis ou, ao menos, que tendem a ser simpáticos à política de "cotas", sigamos com o depoimento de Nicolau, o qual vê a idéia de políticas baseadas na diferença

> como extremamente negativa, porque não é justo para com os pobres brasileiros em geral. Me dá raiva que simplesmente porque alguém se diz negro ou população tradicional ganhe coisas e o resto não tenha a mesma coisa, o resto tem que trabalhar duramente pra ganhar a vida. Se fosse realmente justo, seria perfeito, mas que não me ponham quilombos em unidade de conservação. Que então desapropriem terras como fazem quando fazem reforma agrária, que entreguem uma fazenda desmatada, mas não entregar terra virgem ou quase virgem pra gente que vai desmatar *(Nicolau - 1º geração – agrônomo, engenheiro florestal e entomologista - 67 anos)*.

Este entendimento foi partilhado por diversos outros entrevistados, como Joca, por exemplo, que também fez um paralelo entre política de cotas e populações tradicionais ao afirmar que se deveria "fugir"

> desse tipo de discussão, por exemplo, em que diz que tem que ter educação pros negros. Se diz: "os negros têm que estar na universidade", não, todos têm o direito de estar na universidade. Se começar a discutir universidade pra pequenas parcelas da população a gente se desresponsabiliza em investir no ensino fundamental e médio, que é o que acontece hoje. (*você vê paralelo dessa discussão sobre populações tradicionais com essa discussão das cotas*) É, daqui a pouco vai ter cota pra tudo. E nessa discussão específica, quem vai se beneficiar das cotas pra negros? São os negros excluídos ou são os negros incluídos? Tendo a pensar que são os já incluídos *(Joca - 3º geração – historiador - 43 anos)*.

Francisco foi outro pesquisador que, ao admitir defender "políticas sociais inclusivas universais", fez associação com a garantia de "vaga na universidade pra afrodescendente":

> pode parecer demagogia, porque sou conhecido como neoliberal, a favor do capitalismo, mas defendo políticas sociais inclusivas universais. Nisso tem o mesmo problema de dar vaga na universidade pra afrodescendente. Resolve o problema de um lado só, porque vai dar acesso a uma minoria e a maioria dos pobres e ou negros ou de negros pobres não vai conseguir entrar *(Francisco – 2º geração - cientista social, especialista em ciências ambientais - 59 anos).*

Também Aurora, como Nicolau, Francisco e Joca, se referiu inicialmente ao mesmo grupo étnico minoritário mencionado por eles, só que colocando a questão em termos de "direitos" prioritários não relacionados à polêmica entre "direitos especiais" de minorias e o "direito de todos", mas, sim, entre os primeiros e o "direito maior da nação de preservar". Da mesma forma, colocou em suspeição a "relevância" de dar maior atenção a um "grupo social" em relação à "biodiversidade":

> o que não posso dizer é que esses direitos especiais dos remanescentes de quilombos se sobreponham ao direito maior da nação de preservar os últimos remanescentes de determinado ambiente, não posso aceitar que nossa biodiversidade seja menos relevante do que um grupo social. Posso assegurar esse direito, mas aí vamos ver onde a gente coloca essa gente, não em cima de unidade de conservação. A unidade de conservação não é a culpada, é vítima de um processo que vem acontecendo há séculos *(Aurora - 3º geração - engenheira florestal - 38 anos).*

Tal como Nicolau desqualificou o trabalho de "pseudo-antropólogos" aludindo a "estudos ridículos em que politicamente a decisão" para criticar a regulamentação de quilombolas "já está tomada", Aurora foi ainda mais fundo em sua crítica às políticas direcionadas à garantia de "direitos especiais" a "remanescentes de quilombos":

> existe uma nova moda chamada quilombola. E acho que não é desrespeitoso o que vou falar sobre eles. Em relação a quilombolas o que fizemos é uma grande vergonha. O modo como está sendo conduzido no país, daqui a pouco essa política vai entrar num descrédito total. Os quilombolas estão num rolo em que não existe arcabouço legal, não é legítimo, as pessoas estão executando essa política completamente sem critério. Agora é assim: chego lá e dou uma declaração dizendo que sou quilombola. Isso é suficiente pra desafetar unidades de conservação? Pra retirar 40% do Parque dos Aparados da Serra que protege 0,8% de araucária que ainda sobrou no país? Vamos dar isso pra pessoas que nem sequer moram lá dentro simplesmente porque têm uma declaração? Isso acho vergonhoso, o modo com que está sendo feito, porque as pessoas que realmente deveriam estar recebendo atenção especial, isto é, negros descendentes de escravos, ficam de fora. É mais ou menos como o MST. Era um movimento de agricultores que lutavam pela reforma agrária e de repente começaram a pegar pobre, cara sem emprego, prostituindo o movimento. Aí quem realmente necessita acaba não sendo atendido. Esse processo pra mim traz perdas muito grandes pras unidades de conservação e pra quem realmente tem direitos legítimos. Porque o que tem de gente por trás tentando se aproveitar disso! *(Aurora - 3º geração - engenheira florestal - 38 anos)*

Além da critica ao desvirtuamento do movimento de quilombos remanescentes, Aurora ressaltou que, em relação às populações tradicionais, os privilégios que estariam sendo a elas concedidos traria em si uma espécie de discriminação invertida ou às avessas:

> olha, sobre essa coisa de população tradicional, só porque não nasci no campo, pobre, andei sempre descalça, nem por isso sinto que minha relação com a natureza é menos intensa do que aquela pessoa que vive no mato. Acho que isso é preconceito. Nasci na capital, estudei em escola particular, uma exceção, estudei em universidade pública, outra exceção, pagaram pra eu fazer mestrado, nasci aqui e vivo nessa cidade há muito tempo. Nossa, não posso me envergonhar, não posso me sentir culpada por isso. Por ter me beneficiado disso é que tenho que ter um compromisso com a sociedade. Agora, não posso ser punida

> por causa disso, assim como não posso punir toda sociedade porque existe isso *(Aurora - 3º geração - engenheira florestal - 38 anos)*.

Aurora, além de ressaltar novamente o "preconceito" para com outros grupos sociais não atingidos por políticas "especiais", além de sua própria condição em relação às populações tradicionais, trouxe um exemplo durante sua entrevista para reforçar seu ponto de vista de que seria preciso levar "os benefícios a maior parte da população" e não só a determinados grupos como "caiçaras e quilombolas":

> gosto de usar um exemplo, porque às vezes acho que fomos muito longe em algumas coisas. Não sei se você tem filhos, não tenho filhos, mas sempre falo assim: meus sobrinhos nasceram numa cidade, são urbanos, se é privilégio ou não, eles estudam, têm alimentação, têm alguns benefícios que a maior parte das pessoas não têm. Mas não acho que eles têm menos diretos do que as mesmas crianças humanas caiçaras ou quilombolas. Isso é preconceito. Vejo eles como elementos do nosso mundo e acho que temos que tentar fazer com que essas pessoas fiquem, no mínimo, numa condição mais equiparada nessas questões básicas de saúde, educação etc., pra que as pessoas juntas possam viver num mundo melhor. Não acho que devamos sacrificar e condenar as pessoas, como acontece agora, só porque não são tradicionais. Com isso só estamos redimindo uma coisa errada que nós seres humanos fizemos. Precisamos reconhecer isso e temos que mudar o processo. Mas isso não pode ser feito sacrificando ou condenando os outros. Essa é minha leitura, temos que olhar para o ser humano como uma espécie *(Aurora - 3º geração - engenheira florestal - 38 anos)*.

Como visto no tópico anterior, na frase final ("olhar para o ser humano como uma espécie") surge novamente o imperativo do interesse geral unificador em detrimento de interesses minoritários locais. E aqui volto a um trecho já reproduzido no item 6.10 do depoimento de Licurgo em que ele criticava o fato de se "condenar essas pessoas a serem quilombolas e outras a serem caiçaras". De fato, tanto Aurora como este eng. florestal fizeram várias observações parecidas. Se a primeira afirmou que, "em relação a quilombolas", "isso que a gente fez é uma grande vergonha", para o segundo, "quilombola, como comunidade tradicional, devia ser uma vergonha pra gente". Da mesma forma, também como a primeira, para quem não "devemos sacrificar e condenar as pessoas (...) só porque não são tradicionais", o segundo alegou que "manter quilombolas e comunidades tradicionais" seria "estúpido", "condenatório" e "tão ruim quanto (...) nazista pegando judeu e fazendo experiência genética". Além disso, como a alegação de Aurora sobre a necessidade de se dar "condições" "básicas de saúde, educação etc. pra que as pessoas juntas possam viver num mundo melhor", Licurgo sugeriu que, no caso das populações tradicionais, se "devia era dar *status* de cidadão que elas não têm", dar-lhes "educação", "condições de vida adequadas" e "tudo o que elas têm direito".

Como podem notar, os trechos citados evocam aspectos como cidadania e direitos tidos como essenciais em nossa sociedade para criticar ações direcionadas especialmente a determinados grupos sociais. No tópico anterior, já vimos esta característica no depoimento de Francisco, quando este aludiu à necessidade de se garantir, não só para populações tradicionais, mas para a população brasileira como um tudo, "direitos universais" como "saúde", "vacinação", "asfalto", "posto de saúde", "escola", "segurança pública", "polícia, juiz ou

cartório". De fato, retomando seu depoimento, Francisco, ao criticar "políticas diferenciadas", ponderou mais adiante que "a pessoa não deve ter acesso a esses direitos só porque mora do lado de uma área protegida". Além disso, estabeleceu uma comparação entre populações que vivem próximas ou no interior de UCs e aquelas que moram na "periferia urbana" ao indagar:

> o mapa da inclusão social será o mapa das unidades de conservação? Minha resposta é: espero que não. Por quê? Se fazemos políticas diferenciadas para quem mora perto de parque, reserva etc., como fica a periferia urbana, que não tem o menor "charme natural"? - não tem árvore, tem esgoto correndo na rua, tem escola precária, mas tem muito mais pessoas lá do que em torno de uma reserva biológica remota, e todas elas têm os mesmos direitos aos serviços públicos! (...). Acho ótimo morar num lugar bonito, mas como ficam os que moram num lugar feio? Parece brincadeira, mas esta é uma questão muito séria, a universalidade dos direitos políticos e sociais. Além de ser difícil levar boa infra-estrutura e bons serviços para lugares remotos, não é justo levar só para alguns, tem que trazer pra todos (...). A cidadania plena deve passar pelo critério de o cidadão morar num lugar bonito? É claro que não! Quem defende essa e outras políticas públicas seletivas geralmente parte da constatação de que direitos universais não são efetivos em muitas dimensões, o que é certo, mas propõe mais um critério de seletividade pelo qual tais políticas jamais conseguirão ser universais *(Francisco – 2º geração - cientista social, especialista em ciências ambientais - 59 anos)*.

Mas Aurora também estabeleceu, durante sua entrevista, uma correspondência entre ambientes rurais onde vivem populações pobres e ambientes urbanos da "periferia" para, com isso, aproximar aqueles que vivem nestas áreas das "pessoas que dizem que são tradicionais":

> a gente tem, saindo daqui, uma periferia que precisa tanta atenção quanto essas pessoas que dizem que são tradicionais. Então, é preciso trabalhar com essas pessoas no sentido de dar assistência a elas. Tenho que estar trabalhando com saúde, dar educação, tenho que dar o mínimo, a base mínima que as pessoas têm o direito de ter. Mas elas não são nem mais nem menos diferentes, são exatamente iguais. Qual a relação delas com a natureza? É lógico que as histórias são contadas naquele cenário, naquele espaço, mas a diferença nessa relação existe apenas por uma questão geográfica *(Aurora - 3º geração - engenheira florestal - 38 anos)*.

Também se referindo ao tema discutido no tópico anterior, ao ponderar a Joca que, em relação às populações tradicionais, "há outra questão que é a reivindicação de se poder ter uma auto-referenciação no sentido de construir uma identidade política", este, distanciando-se inicialmente de algumas falas de Licurgo, Aurora e Francisco, reconheceu: "a questão não é se é tradicional ou não, isso é uma identidade que se constrói visando conseguir alcançar certas reivindicações". Mas, a despeito desse reconhecimento acerca de uma "identidade" construída para alcançar "reivindicações" (portanto, processo que implica participação de grupos sociais específicos nessa construção), após citar "a sociedade americana", a qual estaria "ancorada" em reivindicações "de minorias excluídas", Joca argumentou, tal como seus colegas, que, "no caso brasileiro, a maioria da população está excluída dos direitos universais, inclusive as minorias, portanto, não creio que só elas devam ser incluídas". Em seguida, este historiador propôs uma indagação muito parecida com a feita por Francisco em sua citação anterior:

> o mapa das UCs deveria ser o mapa da inclusão social? (...) não, o mapa da inclusão tem que ser o mapa do Brasil. Senão você vai estar defendendo que o sujeito que mora perto de UCs deve ter direito a alguma coisa a mais do que o sujeito que mora na favela. É preciso pensar sobre isso, se as populações têm direito não é só porque moram em UCs ou próximo delas. Elas têm direitos porque são seres humanos,

> são brasileiros. Então, têm que ter políticas sociais pra essas populações também. Educação é direito universal, todos têm direito ao acesso à educação *(Joca - 3ª geração – historiador - 43 anos)*.

Tal como Joca aludiu ao fato de que populações tradicionais que vivam em UCs "têm direitos porque são seres humanos, são brasileiros", ao indagar a Aurora sobre "qual o papel dessas populações chamadas tradicionais na conservação?", esta reagiu da seguinte forma: "vou te dizer o seguinte: não gosto do termo populações tradicionais porque elas também são populações humanas. E população humana é ser humano. Então, na minha forma de trabalhar não me interessa se são ricos, se são pobres, se são brancos, negros ou amarelos. Existe uma coisa dentro da natureza que se chama ser humano, é uma espécie e essa espécie a gente precisa estar olhando com cuidado".

Em seus depoimentos, Licurgo, Francisco, Joca, Aurora e Nicolau preferiram enfatizar o fato de que "todos" (não "só as minorias") deveriam ser incluídas nas políticas que garantem acesso a "direitos universais", opção discursiva que surge nitidamente em várias frases destes pesquisadores[286]. Apenas para reforçar tal característica visando, ao mesmo tempo, contrastá-las ou, se for o caso, aproximá-las do que disseram outros entrevistados, relembremos algumas. Vimos que Licurgo propôs que "quilombolas, caiçaras e comunidades tradicionais (...) precisam ser cidadãos; e cidadão significa ter direito de estudar, ter direito de ser médico, ter direito de ser advogado, ter direito de ser empresário"; já Nicolau, além de admitir que lhe "dá raiva que simplesmente porque alguém se diz negro ou população tradicional ganhe coisas e o resto não tenha a mesma coisa", viu como "extremamente negativa" políticas de ação afirmativa como as "cotas" "porque não é justo para com os pobres brasileiros em geral".

Mas foram Aurora, Francisco e Joca os entrevistados que mais enfatizaram a questão da "universalidade dos direitos" como forma de se contrapor às chamadas "políticas da diferença". No caso da primeira, tal ênfase aparece em frases como: "não posso dizer que esses direitos especiais (...) se sobreponham ao direito maior da nação"; "as pessoas que realmente deveriam estar recebendo uma atenção especial (...) ficam de fora"; "quem realmente necessita acaba não sendo atendido"; "este processo pra mim traz perdas (...) pra quem realmente tem direitos legítimos"; "meus sobrinhos nasceram numa cidade, são urbanos (...), estudam, têm alimentação, têm alguns benefícios que a maior parte das pessoas não tem; mas não acho que eles têm menos diretos do que as mesmas crianças humanas caiçaras ou quilombolas"; pessoas que vivem "na periferia precisa[m] tanta atenção quanto essas (...) pessoas tradicionais"; "tenho que estar trabalhando com saúde, dar educação, tenho que dar o mínimo, a base mínima

[286] Digo preferência discursiva porque, como vimos, pesquisadores escolhem, dentro de um rol de possibilidades, quais argumentos desejam realçar e quais ênfases desejam dar a suas afirmações. Assim, não é que colegas com pontos de vista contrários aos destes cinco entrevistados não concordem com suas declarações sobre "acesso a direitos universais", mas sim com seu modo de apresentar a questão e, obviamente, com o uso que faz no contexto da discussão sobre políticas específicas voltadas para populações tradicionais.

que as pessoas têm o direito de ter"; "pessoas que dizem que são tradicionais (...) não são nem mais nem menos diferentes, são exatamente iguais (...) [às pessoas] da periferia"; "não me interessa se são ricos, se são pobres, se são brancos, negros ou amarelos; existe uma coisa dentro da natureza que se chama ser humano, é uma espécie".

Já no depoimento de Joca, temos as frases: "todos têm direito de estar na universidade"; ao "discutir universidade pra pequenas parcelas da população a gente se desresponsabiliza em investir no ensino fundamental e médio"; "quem vai se beneficiar das cotas pra negros (...), os excluídos ou os já incluídos? Tendo a pensar que são os já incluídos"; "a maioria da população está excluída dos direitos universais, inclusive as minorias, portanto, não creio que só elas devam ser incluídas"; "o mapa da inclusão tem que ser o mapa do Brasil"; "vai estar defendendo que o sujeito que mora perto de UCs deve ter direito à alguma coisa a mais do que o sujeito que mora na favela"; "populações têm direito (...) porque são seres humanos, são brasileiros"; "educação é direito universal, todos têm direito ao acesso à educação".

Por fim, Francisco fez alegações como: "a periferia urbana (...) tem os mesmos direitos aos serviços públicos"; "esta é uma questão muito séria, a universalidade dos direitos políticos e sociais"; "não é justo levar (...) infra-estrutura e bons serviços (...) só para alguns, tem que trazer pra todos"; "defendo políticas sociais inclusivas universais"; "quem defende (...) políticas públicas seletivas geralmente parte da constatação de que direitos universais não são efetivos em muitas dimensões, o que é certo, mas propõe mais um critério de seletividade pelo qual tais políticas jamais conseguirão ser universais".

Voltarei ao depoimento de Antônio mais adiante, porém, seguindo a dinâmica do dito e contradito, reproduzo abaixo trecho de sua entrevista a qual contrasta radicalmente do que disseram os cinco pesquisadores citados nos parágrafos anteriores. E quando digo contraste não me refiro ao fato deste antropólogo concordar ou não com algumas das frases reproduzidas acima, mas em relação à ênfase geral dada por ele ao caráter das políticas públicas destinadas a grupos (como no caso das populações tradicionais) minoritários social e economicamente fragilizados. Assim, ao comentar com Antônio que "uma crítica que existe é um associação que se aproxima da crítica que se faz sobre as ações afirmativas", este admitiu de modo enfático:

> as quais sou totalmente favorável e por aí você já vê o meu viés. E aí a segunda razão da diferença em relação a algumas pessoas, que é mais profunda, que é a política da diferença e a política da igualdade. Sou absolutamente a favor de cotas e de várias políticas de diferença que incluem ações para eliminar desigualdades sociais, pra começar, de renda. Então, sou uma daquelas pessoas que publicou o manifesto lá na imprensa do Acre argumentando contra pessoas que descreviam essas políticas de transferências de renda e de redução de desigualdade social como assistencialismo, como clientelismo. Pra mim tem aí uma questão de quê? De muita desigualdade. Desigualdade de gênero, por exemplo, políticas que vários países europeus e dos EUA adotam para reduzir essa desigualdade são baseadas em cotas ou então em outros mecanismos. Então, políticas de direitos para índios são políticas exatamente desse tipo, distingue-se essa figura da população em geral *(trecho não compreensível)*. Políticas para deficientes físicos, para minorias em geral, todas essas políticas que afirmam direitos associados à idéia da diferença, pra mim

> essa é uma volta política muito grande pela teoria política, pela teoria da democracia *(Antônio - 1º geração - antropólogo - 60 anos).*

Como podemos notar, Antônio divergiu profundamente de seus colegas. Se este último viu como algo positivo políticas que "distingam" determinados grupos sociais "da população em geral", pelos seus depoimentos, os cinco entrevistados anteriores viram tal distinção como algo, no mínimo, indesejável. Ampliando esta distância em relação ao que disseram Francisco, Aurora, Joca, Nicolau e Licurgo, em seguida Antônio argumentou ser possível "articular" o que chamou de "política da igualdade" com a "política da diferença" de modo a torná-las "compatíveis". Segundo ele, "políticas que afirmam direitos associados à idéia da diferença"

> são não apenas compatíveis, mas necessariamente articuladas com a política da igualdade. Porque a igualdade se dá pelo reconhecimento de diferentes patrimônios. No instante em que você entra no jogo da igualdade, da competição, esta é uma discussão que pode ser travada num nível bem abstrato da teoria da justiça, mas, também, pode ser travado num nível muito concreto. Igualdade, mas até chegar à igualdade é preciso introduzir compensações para que isso ocorra. E isso se dá (...) através de opções, oportunidades pra garantir que você tenha acesso a direitos e não seja discriminado, por várias razões, por deficiência física, por opção sexual, por cor da pele. Então, óbvio que essa ligação existe e estou acostumado já a ouvir esse debate tratado nesse patamar, isto é, de que se deveria discutir direitos iguais *(Antônio - 1º geração - antropólogo - 60 anos).*

Como é possível notar, no que tange às alusões aos direitos tidos em nossa sociedade como "universais" em detrimento do que Antônio chamou "políticas que afirmam direitos associados à idéia da diferença", seu depoimento contrasta com todas as demais passagens dos cinco entrevistados até aqui citados. Nesse sentido, a oposição se apóia em duas grandes ênfases (aliás, citadas por Antônio): "política da diferença" e "política da igualdade".

Em linhas gerais, pelos depoimentos anteriores, a reivindicação pela universalização de direitos traz embutida algum tipo de crítica subseqüente que, em linhas gerais, pode ser dirigida tanto à ação de grupos sociais rurais atingidos pela criação de áreas protegidas, à atuação de órgãos governamentais ou ONGs junto a estes mesmos grupos e, obviamente, às próprias políticas sociais a eles destinadas. Ocorre que, se Nicolau, Licurgo, Aurora, Joca e Francisco se referiram a interesses mais amplos (sejam relativos ao planeta, nação, sociedade, cidadania, ser humano, espécie humana, humanidade, biodiversidade, ecossistemas, meio ambiente etc.), como mostram os trechos a seguir, veremos que certas justificativas e argumentos seus os aproximam do que disseram Rodrigo, Bento, Rosa, Alice, Luzia e Ana. Ademais, como temos visto ao longo de todo o capítulo, a despeito destes divergiem daqueles sobre diversos "pontos quentes" aqui tratados, veremos que o mesmo não pode ser dito em relação às "políticas da diferença" (sobretudo, às que seguem o modelo das ações afirmativas e, ainda mais, às voltadas

ao reconhecimento de direitos especiais a afrodescendentes e à garantia de acesso à terra a quilombolas remanescentes através da regulamentação dos locais onde vivem atualmente[287]).

Por outro lado, já contextualizando a afirmação acima, quando lemos seus depoimentos, um aspecto fundamental os afasta sobremaneira. Se tais pesquisadores compartilham algumas idéias comuns relativas à "universalização de direitos", a diferença mais forte entre eles, no que concerne a este tópico, está no fato de que os segundos, ao contrário dos primeiros, possuem uma postura que tende a valorizar a atuação, a autonomia e o papel exercido pelas populações locais e, igualmente, a concordar que algum tipo de política pública ligada à gestão de UCs deva ser feita no âmbito dos órgãos ambientais competentes e não por "outras agências", como propuseram alguns entrevistados no item anterior. Todavia, para complicar ainda mais a situação, veremos ao final que, além de Antônio, entrevistados como Bibiana, Maria, Lúcio, Arminda e Horácio, mais do que, obviamente, divergirem radicalmente do que disseram o primeiro grupo de pesquisadores, estabeleceram um contraponto em relação ao segundo.

6.13 Populações tradicionais, direitos universais e paralelos com "políticas da diferença" nas políticas ambientais (segundo ato)

Este item final se refere ao que disseram entrevistados que possuem em comum o fato de terem reconhecido e valorizado abertamente em seus depoimentos (ainda que sob vieses distintos) a importância do surgimento das populações tradicionais atingidas pela constituição de áreas protegidas como sujeitos políticos. Porém, isso não quer dizer que tenham os mesmos pontos de vista sobre o tema, visto que há, entre eles, nuanças que não podem ser desconsideradas. Iniciemos, pois, com um aspecto que tende a reunir pesquisadores como Alice, Ana, Rosa, Bento, Luzia, Rodrigo, Horácio, Antônio, Lúcio, Maria e Arminda.

Se há um ponto em comum nos depoimentos destes entrevistados, ele se refere à advertência quanto ao "cuidado" com o uso da expressão populações tradicionais, a qual traria em si "imprecisões" e "ambigüidades" empíricas e conceituais que tornariam seu uso (seja ele analítico, identitário, político, jurídico, administrativo) problemático. Rosa, por exemplo, disse textualmente num dos trechos que veremos a seguir: "temos que ter bastante cuidado" com seu uso e, mais adiante, que seria "muito complicado lidar com essa definição", pois, "cada vez que usar, você precisa qualificar exatamente o que está querendo dizer com isso"; Bento achou, em relação ao uso da referida categoria, "que a gente tá usando (...) ferramentas inadequadas"; Alice, que "essa categoria está se tornando uma solução e um problema ao mesmo tempo"; e Arminda observou que "depende de como você usa, como reproduz a definição dela".

[287] Pois, como já comentei, tais áreas constituem, também, um tipo de área protegida (sobre este ponto, ver página 11 e notas 10 e 11).

Além disso, Ana reconheceu que a expressão população tradicional seria "uma categoria extremamente complicada" quando usada "na academia", sendo que, após comentar com ela que isso ocorreria "porque ela, de certa forma, tem sido uma categoria operatória e analítica", minha interlocutora retorquiu:

> como categoria analítica, dentro da academia pelo menos, acho que ela sempre foi usada de uma maneira muito leviana. Talvez essa não seja a palavra, mas muito fácil, como se tivesse uma definição muito fácil a ser dada a população tradicional. Não acho que tem. Ela deve ser qualificada cada vez que se usar. Se usar com esse sentido do isolado, discordo. Mesmo porque também discordo dessa afirmação de que são elas que garantiram que esse remanescentes permanecem lá relativamente intocados. Não acho que eles são intocados.

Maria também admitiu este caráter problemático do termo população tradicional, sobretudo, segundo ela, "quando não se controla o uso da categoria". Depois de lhe dizer que "quando se fala de populações tradicionais, há a crítica de que algumas pessoas naturalizam populações tradicionais e que esses estudos são feitos muito mais com a intenção de dar voz a um sujeito político do que como uma análise", Maria assentiu:

> sim, cientistas sociais fizeram esta critica. Todo mundo começou usando população tradicional e daí em um ano ou dois já estavam usando população tradicional entre aspas, deixando em suspeição, e depois começaram a falar nas chamadas populações tradicionais e, por fim, tem os textos mesmo que fazem a crítica do conceito, se perguntando sobre o que é isso que você está estudando, criticando a importância que se dá a certo tipo de modo de vida como se estivesse estagnado (...). A ideologização [do uso da categoria] pode existir, mas ela é perigosa quando não se controla o uso da categoria e a categoria passa a te controlar. Você então deixa de saber sobre o que você está falando. Mas quando você tem domínio da categoria e de suas implicações, aí é outra coisa, porque poucas vezes você se dedica a fazer a gênese da categoria, de saber de onde ela veio, com que viés ideológico, como ela foi se transformando. Então, acho que precisamos estar sempre atento às implicações.

Rodrigo foi outro entrevistado que confessou ser uma pessoa "muito crítica" em relação ao uso da categoria população tradicional ao alegar que possui fortes

> restrições ao uso e a proliferação do termo tradicional, quaisquer que sejam os termos anteriores, ou seja, comunidade, povos e populações. Porque o problema não está aí. Problemas começam a aparecer quando você predica esse termo tradicional e predica o estilo de vida com o advérbio tradicionalmente, o qual tem ambigüidades sérias. É o tempo? É o modo? Os dois ao mesmo tempo? Ou só um? Essa é uma disputa conceitual que não se resolve nunca porque é da natureza do termo ser ambíguo.

Se Ana discordou da conotação do termo tradicional ligada à idéia de pessoas que estariam "isoladas" do mundo moderno, Maria reprovou sua tendência de indicar algo que ficaria "estagnado" e Rodrigo chamou atenção para seu caráter "ambíguo", Arminda criticou seu viés conservador, se posso falar assim, pois não permitiria apontar "para a transformação":

> isso é o ruim dessa palavra tradicional, ela não aponta pra transformação. (...) essa coisa do tradicional só faz sentido porque faz contraposição à modernidade que acaba com o meio ambiente (...). Mas ela é pessimista porque não se pensa que a gente pode caminhar em direção de uma transformação, de uma outra forma de viver, de um outro modelo de sociedade.

Por fim, se aproximando de Arminda, Lúcio reconheceu que, no caso da categoria população tradicional, "ela entra ainda num universo prisioneiro à discussão da modernidade. Neste caso, o contrário do moderno seria o tradicional, mas isso é o par moderno. Mas diria

que na verdade essas populações não podem ser identificadas a partir desta dicotomia, são simplesmente populações diferentes, elas são outras".

Contudo, apesar dos vários pontos de confluência, estes onze pesquisadores com perfil mais sensível às demandas das populações locais abordaram a questão das populações tradicionais a partir de vieses e orientações não totalmente convergentes. Vejamos, pois, primeiramente, como surgiu nas entrevistas uma ênfase geral distinta da que vimos no tópico anterior sobre a temática das populações tradicionais, mas, por outro lado, também crítica às implicações do uso da referida categoria e às políticas públicas que visam garantir direitos especiais a grupos específicos. Comecemos com Ana, que, em seu depoimento, em princípio admitiu que "muitas vezes essa incorporação de uma identidade, mesmo que ela não seja tão... tão... (*densa?*) É. Se isso traz ganhos políticos pras pessoas ou para o grupo, é interessante pra eles na luta política, por que não?". Da mesma forma, após comentar com ela que a categoria população tradicional permitiria que pessoas e grupos sociais emergissem "como sujeito político, como trabalhador rural, agricultor familiar", esta pesquisadora assentiu: "isso, como Sem Terra e tal. Acho importante, porque no fundo, se volto àquela discussão de que são populações excluídas, com muito pouco direito ao acesso aos benefícios que uma parte da sociedade tem ou que todo mundo deveria ter, isso nos últimos 500 anos, acho válido qualquer movimento que lhes dê força, que traga um ganho político". Após este comentário, seguiu-se ainda um curto diálogo: "*(então população tradicional também pode se auto-designar como um sujeito político).* Sim, se auto-designar *(como sujeito político).* Sem dúvida, aí não discuto".

Se a essência desta passagem indica distância em relação a Nicolau, Licurgo, Aurora e Florêncio (os quais teceram ácidas críticas a grupos políticos organizados como quilombolas, etnias indígenas, seringueiros e caiçaras), o argumento de que "populações excluídas" deveriam ter acesso aos "benefícios que parte da sociedade tem ou que todo mundo deveria ter" foi fortemente defendida também por estes quatro pesquisadores. Contudo, a questão não está, mais uma vez, na concordância ou não, mas no que os entrevistados decidiram fazer com uma observação como esta. Se os últimos resolveram por em evidência o potencial "depredador" das populações locais, vimos que Ana, por suas falas anteriores, se mostrou solidária à elaboração e execução de políticas que incentivem a autonomia de populações atingidas pela criação-gestão de áreas protegidas, bem como sua participação ativa e deliberativa nestas mesmas elaboração e execução.

Porém, se Ana concordou, em princípio, com o uso "operatório" da categoria população tradicional enquanto "categoria política", quando perguntei sobre "esse movimento de população tradicional, o que você acha dessa categoria?", minha colega usou mesmo termo adotado por Rosa, Alice e Horácio ("complicado"), como veremos a seguir, para dela falar:

> acho uma categoria extremamente complicada, um termo muito complicado, porque realmente cada vez que usar você precisa qualificar exatamente o que está querendo dizer com isso. Se for o tradicional isolado, que não muda e tal, eu discordo (...). Essas populações tiveram períodos de maior ou menor isolamento em relação ao mercado e a sociedade em geral, mas essa imagem romântica do isolado, vivendo em harmonia com a natureza é uma criação *(Ana - 3º geração - ecóloga humana - 44 anos).*

Arriscaria dizer que, mesmo tendo visões muito diferentes sobre temas aqui já discutidos, seria quase certo obter a anuência de Licurgo, Toríbio e Nicolau, por exemplo, a respeito do que disse Ana sobre "imagem romântica do isolado, vivendo em harmonia com a natureza". Algo parecido se deu um pouco mais adiante, quando Ana se aproximou novamente do que disseram Florêncio, Joca, Aurora ao enfatizar a questão da "densidade demográfica". Num primeiro momento, Ana deles se diferenciou ao assentir: "mesmo no caso das populações indígenas o ISA vem mostrado recentemente que as áreas indígenas, se você usa as imagens de satélites, você vê que elas estão muito mais bem preservadas do que no entorno, não há dúvida". Mas, se tal afirmação destoa dos depoimentos dos pesquisadores citados (não no sentido de concordarem ou não com ela, mas no que tange ao fato de que Ana, ao contrário dos demais, a fez visando valorizar ao invés de diminuir a importância de práticas executadas pelas "populações indígenas"), em seguida minha interlocutora ponderou:

> mas tem toda a questão da densidade demográfica. Claro que o uso que eles fazem dos recursos naturais, sociedades de pequena escala, tecnologias simples, enfim, nem se compara com a nossa sociedade, mas são muitas variáveis (...). Têm várias variáveis, mas tem uma fundamental, primordial que é a questão demográfica. Quintuplica, multiplica por 100 a população de caiçaras morando dentro de uma área e você não vai ter sustentabilidade. (*Mas aí se fala a mesma coisa dos índios*) Mas é verdade também. Não deixa de ser verdade *(Ana - 3º geração - ecóloga humana - 44 anos).*

Trazendo algumas observações de Antônio, cometei então com Ana sobre a existência de "auto-regulação. Culturas dentro de culturas. Então, alguns enfatizam que se deveria garantir a elas autonomia de determinar certas regras cotidianas onde os recursos seriam auto-geridos de uma forma que isso viesse a garantir a reprodução dos seus modos de vida". Ao que Ana, aproximando-se de Antônio, concordou que "não há dúvida que essas regras existem. Não é dizer que isso não exista. É claro que têm". Porém, já logo se afastando da ênfase dada por seu colega, voltou a ressaltar a importância de se considerar a "questão demográfica":

> mas as variações de a gente pegar a população indígena hoje, exceto no caso da Amazônia, talvez, que tem grandes áreas, você tem a mesma questão demográfica. Essas populações que foram removidas, que a sociedade envolvente cercou numa área tão pequena hoje elas estão cometendo suicídio, problemas de alcoolismo. Então, tem uma questão demográfica. Existem regras claras, mas agora essas regras sofrem modificações ao longo do tempo, depende da área que têm a disposição, depende se só eles que moram lá ou se tem garimpeiros, enfim, são muitas as variáveis e por isso acho complicado generalizar dessa forma: população indígena não acaba com o meio ambiente, são sustentáveis e aí você transporta isso para as populações tradicionais *(Ana - 3º geração - ecóloga humana - 44 anos).*

Como veremos também através de outros depoimentos, o debate sobre população tradicional tende a por alguns pesquisadores, quando precisam se pronunciar sobre o tema, numa relativa "saia justa", se posso falar assim. Assim, Ana, mesmo concordando que a

emergência da categoria população tradicional conferiu visibilidade às populações tradicionais como "sujeito político", também se preocupou em evidenciar aspectos (ou "variáveis") que ela definiu como "complicados" desta mesma emergência; igualmente, ao mesmo tempo em que valorizou o fato de que a "incorporação" desta "identidade" poderia acarretar "ganhos políticos pras pessoas", também criticou a imagem do "tradicional isolado"; do mesmo modo que reconheceu que "não há dúvida" de que "as áreas indígenas (...) estão muito mais bem preservadas do que no entorno", em seguida fez a ressalva: "mas tem toda a questão da densidade demográfica". O mesmo ocorreu quando Ana, ao admitir que, em princípio, entre grupos hoje classificados como tradicionais, "não há dúvida que essas regras existem", logo depois se apressou em dizer que há, em termos demográficos, "muitas variáveis" que poderiam fazer com que o uso dos recursos por populações tradicionais não fossem "sustentáveis".

Aliás, outro ponto que ligou Ana a Licurgo, Joca e Aurora (afastando-a de Antônio), relaciona-se a associação entre a questão das populações tradicionais e a política de ações afirmativas mais geral. Tal como Joca, ao questionar "quem vai se beneficiar das cotas pra negros (...), os excluídos ou (...) os já incluídos?" respondeu que tende "a pensar que são os já incluídos", Ana admitiu: "tendo a concordar com essa linha de pensamento (...) [em] relação às cotas. Você reserva cotas pra negros, mas, então, e o pobre branco? Ou, sabe, aquela coisa do até quando vamos com isso? Acho que se é pra existir cotas, que sejam cotas econômicas, socioeconômicas, não de raça, porque na nossa espécie não temos raça, mas questões étnicas".

Passemos agora ao depoimento de Rosa. Depois de lhe perguntar como via "essa discussão sobre populações tradicionais?", minha interlocutora, tal como Ana, e já demarcando (com exceção de Antônio) uma diferença em relação aos trechos citados no item anterior, admitiu: "acho que o movimento pelo reconhecimento dessas populações enquanto populações tradicionais é legítimo. Por que considero legítimo? Porque isso de certa forma é uma estratégia de defesa (...). Então, historicamente, esse movimento por esses direitos se justifica sim". Porém, o depoimento de Rosa, apesar de contrastar com o de Aurora (que, ao contrário, afirmou que tal reconhecimento, ao menos no caso de quilombolas, "não é legítimo") e Nicolau (que viu como "extremamente negativa" as políticas de ação afirmativa), estabeleceu mesma correlação que estes pesquisadores ao reconhecer que "a idéia de que existam populações denominadas como tradicionais, assim como tem os quilombolas, é mais ou menos a mesma discussão que se tem em torno das políticas de cotas nas universidades".

Assim, a despeito do mencionado "reconhecimento", Rosa fez em seguida uma ressalva ao admitir "que é legítimo que populações tradicionais tenham direitos especiais, mas que isso não seja entendido na forma romântica. Porque aí você corre o risco de justamente entrar num pensamento simplista de que, por serem tradicionais, têm sempre direitos, eles têm sempre

razões. Temos que ter bastante cuidado com isso". Seguindo com suas críticas, Rosa, ao citar o "problema" relativo à operacionalização de "políticas especiais" destinadas às populações tradicionais, de certo modo seguiu mesma prática classificatória vista no item 6.10:

> agora, o grande problema está exatamente quando isso é posto em execução. Porque não é tão simples assim definir não só o que são populações tradicionais e encontrar isso até hoje em estado puro, mas é muito complicado lidar com essa definição quando determinados interesses começam a se embolar nessa história toda. Porque existir interesses de populações tradicionais não significa que sejam sempre interesses legítimos e puros *(Rosa -3º geração – socióloga - 46 anos)*.

Como Ana, Rosa se mostrou solidária ao "movimento por direitos" protagonizado pelas populações tradicionais e suas representações. Contudo, da mesma forma que seus colegas no item 6.10, procedeu num dado momento seguindo a lógica do "ser ou não ser" ao falar sobre a dificuldade de se "definir não só o que são populações tradicionais e encontrar isso até hoje em estado puro". Já sobre existirem "interesses de populações tradicionais" que não sejam "sempre interesses legítimos e puros", mais adiante Rosa realçou o contrário do que disse Antônio sobre "regras" que moradores de reservas extrativistas deveriam seguir ao comentar: "tem um pessoal que trabalha no litoral aqui, que trabalha com pescador, que mostra perfeitamente como o pescador pode ter interesses absolutamente contrários a tudo o que é necessário pra proteger os recursos que são necessários a eles. Mesmo que não tenham consciência disso".

Notem que aqui (mas, também, nas citações anteriores de Ana) novamente não importa se Antônio discordaria ou não do que disse Rosa (pois creio que concordaria) e vice-versa; ou, ainda, se a própria entrevistada concordaria com sua frase, dita num momento específico que, como vimos com Irene lá no capítulo um, tudo "é muito momentâneo e o que a gente fala não é maduro o suficiente"; mas, sim, atentar para o que escolheram dizer e o modo de dizê-lo no instante de suas falas. No caso de Antônio, embora tenha reconhecido em seu depoimento que há casos de sobreuso dos recursos por parte de grupos sociais que vivam em UCs ditas de uso direto[288], durante a entrevista sua preocupação esteve muito mais direcionada a relativizar tal possibilidade e, igualmente, a realçar o fato de haver regras que controlam este uso. Já sua colega, embora tenha admitido à legitimidade da luta de grupos sociais atingidos por restrições ambientais, salientou, diversas vezes, a existência de interesses contrários à proteção destes mesmos recursos por parte de populações hoje definidas como tradicionais. Tanto que, para ilustrar seu ponto de vista, Rosa citou a seguir dois exemplos de como pode ser "complicado" a "execução" de "políticas especiais" quando "prevalecem interesses econômicos".

[288] Como, por exemplo, neste trecho em que admite: "em algumas áreas, sobretudo na reserva Chico Mendes, mas também no Juruá, estão acontecendo (...) mudanças importantes. Uma é a sedentarização acompanhada por uma conversão agropecuária, que não é uma coisa dominante ainda, mas é uma tendência, o aumento de agricultura. Aí você vai dizer: 'não, mas tem o plano de utilização?' É a tal coisa. Claro que tem uma oposição contra isso interna também. E a gente sente o efeito disso, por exemplo, sobre a caça, sobre isso e sobre aquilo, mas são tendências que, provavelmente, vão levar, no futuro, à renegociação, a um rearranjo dos termos desse pacto".

Ao mencionar um deles, ocorrido na região de Guaraqueçaba, esta desaprovou o uso de determinadas práticas por parte de populações tradicionais. Tal como Licurgo, no item 6.8, censurou a ação de "palmiteiros" também nesta região do litoral paranaense (os quais estariam roubando palmito por serem "induzidos por um sacana"), Rosa, ao desenvolver sua argumentação, chamou atenção (em tom de reprovação) para práticas executadas por um dos grupos étnicos mais criticados por seu colega:

> com os quilombolas, por exemplo, a gente está tendo um caso aqui no Paraná que nesse romantismo de dizer "não, deixa os quilombolas lá", sabe o que está acontecendo? Eles estão sendo pagos por indústrias madeireiras pra explorar madeira. Daí a necessidade de reconhecê-los como populações tradicionais, mas não esquecer que hoje elas estão inseridas numa outra lógica produtiva que já não tem muito a ver com a lógica tradicional deles *(Rosa -3º geração – socióloga - 46 anos)*.

Ora, embora Rosa se distancie de Licurgo no que tange "à necessidade de reconhecê-los como populações tradicionais" e outras tantas questões polêmicas, dele se aproximou ao complementar que seria preciso "não esquecer que hoje" suas práticas "já não tem muito a ver com a lógica tradicional".

Seguindo com o caso de "Guaraqueçaba", Rosa comentou ainda, também em tom desaprovador, que nesta região pescadores locais "colocaram um motorzinho no barco, colocaram uma rede diferente e fizeram isso. Então, o fato de serem considerados populações tradicionais não isenta elas de terem interesses conflitantes e que devem ser postos em questão mesmo e devem ser discutidos". Embora já saibamos que Rosa discorde, sobre vários aspectos e em larga medida, de Florêncio e Joca, seu comentário sobre a necessidade de não se "isentar" e colocar "em questão" "interesses" de populações tradicionais a aproximou do primeiro quando este ressaltou, no item 6.7, que não "devemos deixar" de "mudar certas atitudes das pessoas" e que "o povo que chamamos de tradicional possa viver de outro modo". Do mesmo modo, quando Rosa censurou o fato de pescadores de Guaraqueçaba adotarem "redes diferentes" e colocarem "um motorzinho" em seus barcos, algo parecido ocorreu em relação ao que disse Joca no item 6.10, quando, para criticar a condição tradicional dos pescadores, citou o fato de em Superagüi não se achar "nem um barqueiro daqueles sem um motor de poupa".

Novamente, apesar da distância que separa os entendimentos de Licurgo, Florêncio e Joca das posições adotadas por Rosa sobre nosso "tema quente", com as associações acima (incluindo aí as relativas ao depoimento de Ana) quero chamar atenção de que, numa situação específica (no caso, uma entrevista), eventuais escolhas devem ser feitas quando desejamos falar sobre o assunto. No caso citado, a despeito da veracidade ou não, da pertinência ou não do que foi dito, o contexto em que foram pronunciados os enunciados e as diferentes finalidades envolvidas levaram estes quatro entrevistados a fazerem observações, trazerem exemplos e demonstrarem preocupações as quais, ainda que circunstancial e pontualmente, os

aproximaram. Aliás, justamente por suas afirmações serem fruto de circunstâncias "momentâneas" é que elas foram feitas, fato este que, independente do que possam declarar posteriormente, valoriza ainda mais o que disseram, pois permite visualizar como pesquisadores reagem, em sua prática cotidiana, à necessidade de se pronunciar sobre temas controversos. Vejamos outras situações em que isso ocorreu.

Alice, como Rosa e Ana, foi outra entrevistada que declarou inicialmente ser "legítimo" e um "grande avanço" o movimento por trás do uso da categoria, e, também, a instituição de políticas voltadas para populações tradicionais. Assim, assentiu que tais políticas

> podem ser interpretadas como um grande avanço no sentido de que se reconhece que existem grupos e populações que tem uma relação visceral, histórica, simbólica com a base de seus recursos naturais. Essa relação se manteve ao longo do tempo e de alguma maneira permitiu uma convivência de grupos humanos com a natureza numa lógica de capacidade de regeneração da natureza e numa lógica de garantia de reprodução social. Então, acho que o reconhecimento das comunidades tradicionais como elementos importantes de todo esse jogo envolvendo a preservação um grande avanço *(Alice - 2º geração - graduação em biologia e psicologia - 52 anos)*.

Porém, novamente, como Rosa e Ana, Alice mencionou alguns "problemas" no que tange a execução destas políticas. Se aproximando das críticas feitas pela segunda alguns parágrafos atrás, mas, também, por Aurora, Licurgo, Nicolau, Joca e Francisco em relação à questão dos quilombos remanescentes, Alice mencionou, em tom reprovador, que, no caso da

> discussão sobre quilombolas (...), já estou por aqui com ela, você se auto-define, você se auto-inventa a sua história se você quiser (...). Já cansei de participar de uns processos de constituição de quilombolas que eram uma palhaçada. Acho, claro, que tem coisas sérias acontecendo e sendo feitas, mas que está virando uma banalidade tão grande que não vou mais em reuniões de processos de criação de quilombola, porque cheguei à conclusão que isso está virando algo muito questionável (...). Porque, agora, pra ter acesso a terra vale a pena ser quilombola, você ganha a terra do governo. Então, quem tem uma situação fundiária complicada diz: "vamos provar que somos quilombola" *(Alice - 2º geração - graduação em biologia e psicologia - 52 anos)*.

Apenas para relembrar, Aurora, cujo depoimento contrastou enormemente do de Alice em outros momentos, alegou, tal com sua colega que, "em relação a quilombolas (...), o modo como está sendo conduzido no país, daqui a pouco essa política vai entrar num descrédito total (...). As pessoas estão executando essa política completamente sem critério".

Bento foi outro entrevistado que, como vimos ao longo deste capítulo, censurou (como Alice) a postura adotada por pesquisadores (como Aurora) refratários à inclusão de populações locais nas políticas de conservação como protagonistas deste processo. Porém, como Ana e Alice e Aurora, este antropólogo fez duras críticas à inclusão de potenciais beneficiários de áreas públicas quando feita a partir da identificação de quilombolas remanescentes. Para tanto, trouxe exemplos para realçar seu ponto de vista, só que enfatizando outro aspecto, ligado à titularidade da posse da terra:

> conheço um caso de uma família que, até 91, seria população tradicional, herdeira espoliada que estava sofrendo uma série de grilagens. Em 90, se tenta fazer uma reserva extrativista pra salvar um pouco a área. Aí, em 98, eles viram quilombolas com laudo antropológico. Mas aí você começa a ler o laudo e lê

> um texto de um antropólogo famoso, melhor, lê a frase exata dele carimbada no texto da pessoa como sendo um laudo antropológico sobre esse grupo. Nos documentos anteriores eles eram populações tradicionais, eram herdeiros que estavam perdendo suas terras. Então, é preciso que definir o que as pessoas são. Mas na minha cabeça isso não vai dar certo ao longo do tempo, porque identidade não é uma coisa que se atribua assim nessa rapidez. Não deu outra, passados seis anos, já têm gente querendo vender [a terra] e agora não pode vender mais porque virou território quilombola e território quilombola é terra da união. Então, os caras que estavam lutando pra ficar com a terra perderam, numa perspectiva de proprietário, a terra deles. Mas ainda fica a minha pergunta: e quando alguém morrer, como fica a cadeia sucessória? Eles vão ter a liberdade pra estabelecer as regras sucessórias que sempre tiveram ou vão seguir as regras do Estado? *(Bento – 3º geração – antropólogo - 54 anos).*

Se tomarmos este trecho comparando-o com o depoimento de Antônio, ambos contrastam em um ponto específico: se Bento enfatizou a "perda" da condição de "proprietário privado" por parte das populações tradicionais, as quais, no futuro, poderão estar reivindicando o direito de "querer vender" a terra que lhes foi concedida pelo Estado, seu colega, em vários momentos, sublinhou, como algo positivo e desejável, o caráter público (no sentido amplo de algo que pertence ao país) das políticas de concessão de terras a populações tradicionais e, ao mesmo tempo, o incentivo ao uso coletivo dos recursos disponíveis que tal modelo pressupõe de seus possíveis beneficiários.

Agora, se tomarmos o depoimento de Bento, este tratou, do mesmo modo que Antônio, noções como população tradicional e quilombolas como categorias políticas que foram construídas e permanecem sendo ressignificadas. No entanto, o interessante de perceber nesta passagem e na que reproduzo a seguir, é que meu interlocutor, ao lidar com a possibilidade de grupos sociais "se verem" para depois "deixar de se verem" como tradicionais, em certa medida se aproximou de entrevistados que seguem a linha de pensamento do "ser ou não ser" e cujas visões foram frontalmente atacadas por Bento. De fato, as posições sustentadas por ele não poderiam nem de longe ser associadas ao que pensam pesquisadores com Licurgo, Aurora, Nicolau (aliás, que também afirmou que "o tradicional pode deixar de ser tradicional") e Toríbio (para quem "a tendência das populações tradicionais" "é deixar de ser tradicionais"), os quais (com exceção deste talvez), sempre que puderam, atacaram duramente aqueles grupos hoje designados como quilombolas. Mas, curiosamente, algo os reuniu: todos (incluídos aí, Ana e Alice) não viram com bons olhos o modo como tem sido conduzido o reconhecimento e criação de áreas destinadas a quilombolas remanescentes. No caso de Bento, tal aspecto fica ainda mais nítido neste outro trecho, também relativo a uma situação particular:

> o mesmo acontece com a Marambaia. Todo mundo fala maravilha do quilombo da Marambaia, mas a história daquele povo, por mais que antropólogos digam que são quilombola, que o ministério público diga que são quilombola, boto minha mão no fogo que aquele pessoal não se reconhece como quilombola. Vai ficar muito bem como quilombola até o momento que conseguirem ficar lá na relação com a marinha. Desse ponto de vista está beleza ser quilombola. Mas tem gente lá que não vai querer ser quilombola e nem vai resistir a ficar quilombola durante muito tempo, porque eles tinham outras clivagens internas, processos envolvendo problemas religiosos por disputa de praia e tal, não tinha essa unidade de terra coletiva, era tudo fragmentado, tudo hierarquizado. Vai dar certo isso? No momento, como o opositor maior é a marinha, essa estratégia, essa tática dá certo, no momento em que acabar o

> conflito com a marinha, você pode escrever, a quilombolista marambaia vai se dissolver *(Bento – 3º geração – antropólogo - 54 anos).*

Ora, se Licurgo e Aurora criticaram a diretriz que rege a identificação de quilombolas (mas, também, populações tradicionais em geral) baseada na auto-identificação para desqualificar políticas que permitem o acesso à terra a este e outros grupos sociais específicos, no caso de Bento, este inverteu totalmente o argumento. Deste modo, ao contrário de seus colegas, para criticar a forma como vêm sendo conduzidas as políticas voltadas para garantir esse direito a uma população "espoliada que estava sofrendo uma série de grilagens", como no caso citado do "povo da Marambaia", Bento aludiu justamente à falta ou, ao menos, à fragilidade desta mesma auto-identificação por parte do grupo social que dela se beneficiou.

Em todo caso, quilombolas foi um grupo social em particular (e que também pode ser designado como população tradicional) que mobilizou a atenção de entrevistados que, por seus depoimentos, tenderíamos a ver como estando tanto "do mesmo lado" como em "lados opostos". Porém, vemos e continuaremos vendo que, tanto sobre este mesmo grupo como no caso das populações tradicionais de um modo geral, certas sutilezas em seus depoimentos diferenciaram sobremaneira aqueles que, ao menos mais na superfície, aparecem como estando "do mesmo lado". Em parte, isso ocorre porque esta situação remete à tensão existente em torno da dupla ênfase definida por Antônio como "políticas da igualdade" e políticas da diferença", a qual tende a separar pesquisadores como este último de Ana, Alice e Bento. Aliás, no que tange à sua visão sobre políticas da diferença, Bento se diferenciou nitidamente de Antônio (seu aliado nas críticas a pesquisadores como Licurgo e Aurora) neste outro trecho, quando toquei "nessa questão bem problemática das políticas públicas":

> aí é que está, a política de governo, acho que a gente ta usando, e quando digo a gente, é a gente mesmo, ferramentas inadequadas pra tentar resolver questões de direito. Fazer aquele caminho de como as pessoas enunciam, seguir o caminho de como elas se vêem. Daí você vai discutir nos termos deles, que é o que é interessante. Então, por uma questão de utilitarismo legal, você transforma ele em comunidade quilombola, em população tradicional, você consegue titular uma área, tá, resolveu essa questão nesse momento, as pessoas ficam satisfeitas. Mas não tenho essa certeza dessa resolução formalista *(Bento – 3º geração – antropólogo - 54 anos).*

Como indica o trecho "quando digo a gente, é a gente mesmo", Bento dirigiu sua crítica neste momento específico aos seus próprios pares, ou seja, à posição adotada por antropólogos (como Antônio) em particular e cientistas sociais em geral, mas, igualmente, a todos aqueles que, como ele, se mostram sensíveis às demandas de grupos sociais hoje definidos como populações tradicionais. Assim, Bento, com sua crítica dirigida neste instante da entrevista a um universo bem mais restrito de pessoas, embora tenha pontos de vista parecidos com elas, demarcou uma fronteira que o separa de algumas delas.

De fato, arriscaria dizer que Alice, Ana, Rosa e Bento, mas, como veremos, também, Rodrigo (igualmente refratário à idéia de privilegiar grupos sociais a partir do uso da categoria população tradicional), concordariam com o que disse Antônio quando observou que,

> como essas populações tradicionais tem uma dificuldade muito grande de se articular politicamente, tendo a ver isso como uma estratégia, como contraponto para corporificar essa idéia de populações tradicionais como sujeito político (...). Concordo com você que quando se fala em população tradicional isso tem um significado político, teve um significado político que significava que tinha gente lá, que eram agentes, que podiam ser vistos como sujeitos. Agora, falta se transformar de um sujeito em si em um sujeito para si, auto-organizado, se auto apresentando *(Antônio - 1º geração - antropólogo - 60 anos)*.

Porém, se Alice, Ana, Rosa e Bento se aproximaram de Antônio ao valorizar o aspecto positivo acerca do reconhecimento das populações tradicionais como sujeitos políticos, dele se afastaram no que tange a opção pelo tipo de política pública que vem sendo privilegiada pelos órgãos públicos. Sem dúvida, a visibilidade política garantida pela popularização da referida categoria tende a unir estes cinco pesquisadores em torno de um ponto comum, e, ao mesmo tempo, diferenciá-los, em larga medida, em relação à direção argumentativa seguida por Licurgo, Nicolau, Aurora e Florêncio e, em menor grau, por Joca e Francisco. Mas, quando se trata da forma de se implantar políticas que visem garantir direitos às populações locais (e sem entrar no mérito de quem concordaria com o quê, pois, como disse, não é disso que se trata aqui), o conteúdo dos depoimentos de Alice, Ana, Bento e Rosa se afastaram não só de Antônio, mas, como veremos a seguir, também de Horácio, Arminda, Bibiana, Maria e Lúcio.

Para visualizar esta diferenciação mais específica, voltemos ao depoimento de Antônio para, já de saída, marcar o contraponto em relação aos depoimentos subseqüentes:

> todo problema aí é a diferença que existe entre interesse individual e interesse coletivo (...). [Com as reservas extrativistas] você estava antecipando, se você pensar bem, a figura de uma concessão do público para o privado, só que privilegiando o uso privado para um grupo particular da sociedade. E isso se justificaria, aí sim, pelo seu tradicionalismo, ou seja, é um privilégio você dar isso para um certo grupo (...). É por isso que o pessoal queria impedir, eles diziam: "vocês estão discriminando uma população de brasileiros". Mas qual seria a alternativa? A alternativa é transformar aquele modelo no que está sendo criado agora: áreas da Amazônia para concessão de uso por entidades que vão ser sempre sujeitas a alguma condição *(Antônio - 1º geração - antropólogo - 60 anos)*.

Antecipando o que veremos a seguir, se Antônio não viu maiores problemas no fato de que instituir reservas extrativistas significaria dar um "privilégio" para "um grupo particular da sociedade", Alice, Ana, Luzia, Rosa e Rodrigo já adotaram postura, se não contrária, bastante cética e crítica aos efeitos concretos deste mesmo privilégio. Do mesmo modo, estes pesquisadores, tal como vimos nos depoimentos de Francisco, Aurora e Joca, seguiram uma direção que aponta para a possibilidade aventada pelo próprio Antônio de que se estaria, com isso "discriminando uma população de brasileiros".

Comecemos com o que disse Rosa. Em certo momento esta direcionou sua reflexão para um aspecto (visto por ela como negativo) acerca do "reconhecimento das comunidades

tradicionais". Já prevendo o teor de sua resposta, lhe fiz fazer observações que, como veremos a seguir, tenderam a separar o que enfatizaram entrevistados que, em tese, possuiriam visões próximas sobre a questão das populações tradicionais. Assim, comentei com Rosa "que há alguns pesquisadores que criticam o uso da idéia de população tradicional dizendo que isso seria dar privilégio a alguns grupos que conseguiram virar tradicionais em detrimento de outros que, por vários motivos, não quiseram ou não puderam requerer o status de tradicional"; ao que minha colega concordou: "sim, se esses últimos não conseguiram alcançar esse status político, no entanto, eles têm tanto direito de reivindicar certas coisas quanto populações tradicionais. Não é porque não são tradicionais que essas pessoas não estão inseridas em toda uma relação de dominação, de exploração, de exclusão. Isso considero legítimo também". Alguma semelhança com parte dos depoimentos de Francisco e Joca no tópico anterior? Como vimos então, ambos utilizaram frases muito próximas para ressaltar a "questão da universalidade dos direitos políticos e sociais". Enquanto o primeiro alegou que "a pessoa não deve ter acesso a esses direitos só porque mora do lado de uma área protegida", pois "não é justo levar só para alguns (...) boa infra-estrutura e bons serviços (...), tem que trazer pra todos"; o segundo afirmou: "se as populações têm direito não é só porque moram em UCs ou próximo delas (...), têm que ter políticas sociais pra essas populações também". Mas sigamos com o depoimento de Rosa:

> a situação é muito complicada. Por isso digo: não sei como vai seguir essa discussão, mas, de qualquer forma, isso não pode ser abordado de uma maneira simplista. Tem que ser abordado tendo consciência de que são grupos sociais específicos, com interesses específicos que se relacionam e que existem relações de poder por trás. Não dá pra pensar dessa forma simplista de fechar em alguns grupos tradicionais e dar todos os privilégios pra eles. Isso não pode. Acho que essa política é legítima, isso tem que ser reconhecido, mas é um movimento de interrelação e de conflito que não pode ser cristalizado. Não é nem uma questão de mais ou menos privilégio. Os movimentos resultam, por exemplo, da necessidade de reconhecer populações como sendo populações tradicionais. O problema é que tem um outro lado que envolve populações que não constituíram um movimento organizado, que não se tornaram sujeitos capazes de interferir, por exemplo, na legislação. A sociedade é assim. Agora, não é porque esses movimentos não conseguiram que não temos que pensar neles *(Rosa -3º geração – socióloga - 46 anos)*.

Se algumas falas de Rosa vistas neste e em alguns parágrafos atrás a aproximaram de pesquisadores como Licurgo, Florêncio, Aurora, Francisco, Joca entre outros, há uma diferença básica que os separa. Suas observações podem ser vistas como outra inversão, sendo esta agora referente aos argumentos por eles usados para desqualificar o status privilegiado de populações tradicionais. Quer dizer, se aqueles condenaram o fato de se dar "privilégios" a grupos sociais que vivam próximos ou dentro de áreas protegidas (sobretudo em relação à autonomia sobre o uso dos recursos naturais), Rosa propôs a ampliação destes privilégios às "populações que não constituíram um movimento organizado (...) como sendo populações tradicionais". Porém, todos se aproximaram ao enfatizarem reiteradamente a idéia, dita por Rosa, de que não se deveria "fechar em alguns grupos tradicionais e dar todos os privilégios pra eles".

Também Ana, após dizer-lhe que haveria "uma crítica que vai numa direção próxima à crítica que é feita às políticas afirmativas, de que seria um preconceito incluir populações que conseguiram virar tradicionais e deixar outros de fora que não tiveram oportunidade...", seguiu a linha de pensamento de Rosa ao questionar: "vamos discutir os tradicionais, mas e os outros que estão dentro da unidade de conservação que não podem virar tradicionais?". Mas creio que tenha sido Alice quem mostrou maior sintonia em relação ao que foi dito por Rosa sobre a necessidade de se "pensar" nas "populações que não constituíram um movimento organizado". De fato, a ênfase dada por ela a seguir demarca uma separação entre os depoimentos de pesquisadores que se mostraram sensíveis à inclusão de demandas de populações locais nas políticas ambientais voltadas à gestão-criação de áreass protegidas. Ao indagar a ela como via "essa discussão sobre populações tradicionais e as políticas específicas pra essas populações, os usos dessa categoria", minha interlocutora alegou:

> primeiro, acho que essa categoria está se tornando uma solução e um problema ao mesmo tempo. Não é à toa que ela foi vetada no SNUC. Acho que a categoria criou uma hierarquia de alguns grupos sociais que é legítima em alguns casos e não legítima em outros (...). Por outro lado, a gente vê muitas pesquisas também (...) que mostram que dar uma hierarquia a essas populações tradicionais acaba muitas vezes desqualificando outras populações locais que não foram enquadradas dessa maneira. Populações locais que também possuem conhecimentos relevantes, que também vivem sobre uma dinâmica parecida, que também estão sendo pressionadas por problemas sociais e econômicos e que também tem uma relação sustentável com a natureza *(Alice - 2º geração - graduação em biologia e psicologia - 52 anos).*

A idéia de Alice de que se "criou uma hierarquia de alguns grupos sociais que (...) em alguns casos (...) não é legítima" que tende a "desqualificar" "outras populações locais que não foram enquadradas" como populações tradicionais, mais do que recorrente nas entrevistas, a vinculou fortemente ao que disse Rosa, mas, também aos depoimentos subseqüentes de Luzia, Bento e Rodrigo. Mas deixemos o que disseram estes por ora e vejamos mais de perto como Alice construiu sua argumentação em cima deste ponto específico. Visando reforçar seu ponto de vista, como foi de praxe nas entrevistas, minha interlocutora relatou um exemplo para ilustrar a ocorrência desta "desqualificação" das populações locais e de seus "conhecimentos":

> lá no Parque do Cabo Orange a gente entrevistou duas pessoas que exemplificam essa situação. Uma delas se diz quilombola, é altamente empoderada e com ela o Ibama não mexe; já a outra, que não tem o mesmo status de tradicional ou de quilombola, mas que também mora no mesmo parque, essa é massacrada pelo Ibama. Então, por que estou te falando isso? Porque, ao mesmo tempo em que o reconhecimento das comunidades tradicionais ajuda sua inclusão, essa política está sendo um problema para aquelas comunidades que vivem da mesma pressão e sobre a mesma dinâmica, mas que pelo fato de não terem o rótulo de populações tradicionais, acabam sendo esquecidas e marginalizadas *(Alice - 2º geração - graduação em biologia e psicologia - 52 anos).*

Sobre a suposta "discriminação", como sugeriu Antônio, em relação àqueles grupos sociais que não puderam ser incluídos dentro da definição de população tradicional, um primeiro contraste com o depoimento de Alice pode ser estabelecido através da fala de Arminda. Procurando trazer a visão de sua colega, comentei com minha interlocutora: "fazendo

uma analogia (...), como na política das cotas, que precisa da auto-identificação, o fato de que você tem certas pessoas que tem a possibilidade de usar esse artifício pra conseguir um direito, isso estaria excluindo dessa política outros possíveis interessados, que, aliás, poderiam estar contemplados por esta política, mas não o são por n razões. Existem populações tradicionais, seringueiros, caiçaras, babaçueiras, e tal, mas isso estaria deixando de fora outras". Em sua resposta Arminda argumentou que o uso da categoria

> populações tradicionais garante direitos. Agora, se população tradicional não inclui todo mundo, mas então chama os outros pra serem incluídos. Não é por isso que você vai tirar ou ser crítico do valor desse direito que existe. Ainda bem que existe, menos mal. Têm erros de interpretação, tem; tem essencialização, tem. Que tradicional conserva, qualquer camponês é bom, porque índio é parceiro da conservação, tudo isso são visões muito ingênuas, né? E essa leitura não é só biólogo que subscreve pra um lado e pra outro, mas você tem nas políticas de governo, coisas que substantivizam, essencializam. E o dever das pessoas mais esclarecidas é lutar contra essas interpretações. E, ao mesmo tempo, ter um pouco de bom senso. Porque teve uma crítica pesada sobre populações tradicionais, mas tem situações que tem que usar essa terminologia. Depende de como você usa, como reproduz a definição dela. É complicado dizer que população tradicional é aquela que defende a natureza porque ela não foi afetada pela modernidade *(Arminda - 2º geração - antropóloga com graduação em biologia – 49 anos).*

Como se pode notar, Alice e Arminda se distanciam pelo que buscaram priorizar em suas falas: se a segunda realçou o fato de que o uso da categoria "populações tradicionais garante direitos", a primeira, apesar de concordar com esta afirmação, preferiu acentuar a possibilidade de que "dar uma hierarquia a essas populações tradicionais acaba muitas vezes desqualificando outras populações locais". Lingüisticamente, tal diferença de ênfase, no caso destes dois trechos, pode ser vista facilmente através da forma como foram organizadas as afirmações ou, mais precisamente, a partir da seqüência em que foram dispostas. Assim, se Alice começou admitindo "que o reconhecimento das comunidades tradicionais ajuda sua inclusão", terminou dizendo que, "ao mesmo tempo", "essa política está sendo um problema para aquelas comunidades que vivem da mesma pressão e sobre a mesma dinâmica"; já Arminda iniciou reconhecendo que "população tradicional não inclui todo mundo" para, em seguida, concluir: "mas então chama os outros pra serem incluídos".

No caso de Alice, tal diferença de ênfase ficou ainda mais nítida ao prosseguir seu depoimento. Após trazer o exemplo presenciado por ela no cabo Orange, lhe fiz comentários que vão na direção do que disse sua colega acima, mas, também, outros entrevistados, como Antônio, por exemplo: "um contraponto que se faz é que você pode estar enfraquecendo aqueles grupos sociais subalternos que, por várias razões, tiveram condições de se fazerem reconhecidos como populações tradicionais; com isso, nega ou não considera o fato de que só existe uma política de governo voltada pra essas populações devido ao protagonismo que elas próprias tiveram, na luta política mesmo; aí, o que se deveria almejar é justamente o fortalecimento dos demais grupos no sentido e incluí-los dentro dessa categorização". Ao reagir a esta provocação, inicialmente Alice se apressou em reafirmar (como Ana e Rosa) que

“as conquistas das populações tradicionais não podem em nenhum momento ser invalidadas, porque isso foi um avanço político, um avanço de organização, foi um avanço das políticas de proteção da natureza”. Contudo, em seguida contestou meus argumentos dizendo:

> mas é um contra-argumento, no meu entender, parcial. Porque, por exemplo, se pegar as áreas protegidas no Mato Grosso, um grande problema ali não são nem comunidades tradicionais, são os assentados. O que se vê com toda a clareza ali? É que esses, por mais que sejam populações locais, que estejam lá há três gerações, não têm acesso aos mesmos recursos que os outros. Ainda que não tenham a lógica da relação pré-capitalista com a natureza blá, blá, blá, em compensação, estão trabalhando com modelos agroflorestais e com um tipo de agricultura que pretende ser sustentável. Então, o que acontece na prática? Não é que você está culpando movimentos ou grupos tradicionais, não é que vai punir de alguma forma esses movimentos que conseguiram conquistar seus espaços políticos. É preciso perceber que, independentemente das populações tradicionais, existem outras que não são tradicionais, mas que são submetidas às mesmas regras do jogo. E essas daí só tem um jeito de se tornarem parceiras no processo de proteção da natureza, é que, senão tendo acesso as mesmas fontes de recursos e oportunidades, sejam consideradas nas políticas e planejamento de áreas protegidas. Porque elas são invisíveis, entende? Quando tem população tradicional, tem uma lista de 20, 10 ONGs internacionais, 10 instituições vinculadas a igrejas, todas preparadas pra investir. Quando você vê o pobre do assentado ou do simples morador rural que, ás vezes, está ali do lado, ele é o vilão da natureza, não tem acesso a nada e é invisível às políticas sociais e ao planejamento das áreas. (...) acho que não podemos mais esquecer deste outro ator que hoje está invisível *(Alice - 2º geração - graduação em biologia e psicologia - 52 anos).*

Como vimos, embora Alice tenha se mostrado sensível “as conquistas das populações tradicionais”, dirigiu boa parte do seu depoimento para a crítica aos efeitos restritivos e negativos que políticas ambientais voltadas para estas populações em particular têm ocasionado para outros grupos sociais rurais que também se encontram social e economicamente fragilizados (como “assentados” e “outros que não são tradicionais, mas que são submetidos às mesmas regras do jogo”). Se tanto Alice como Arminda convergiram sobre a legitimidade do uso político da categoria população tradicional, ambas se distanciaram no que tange àquilo que escolheram enfatizar em seus depoimentos. Assim, tanto uma como outra censuraram possíveis reificações dos significados desta mesma categoria: enquanto a segunda criticou “visões muito ingênuas (...) que substantivizam, essencializam” grupos sociais definidos como populações tradicionais, a primeira disse em outro momento de sua entrevista: “você não pode entender o tradicional como uma coisa cristalizada, porque eles mesmos não estão cristalizados”. Ocorre que, no decorrer de seu depoimento (e talvez como resultado do caráter “complicado” da “categoria”, pois “depende de como você usa, como reproduz a definição dela”), Arminda preferiu reforçar o fato de que, visto ter sido feita já uma “crítica pesada sobre populações tradicionais”, “tem situações que tem que usar essa terminologia”; já Alice optou por adotar um tom bem mais crítico sobre os “problemas” deste “uso” no que tange aos “privilégios” dele resultantes.

Indo numa direção próxima e, em grande medida, reforçando o exemplo trazido por Alice sobre a questão da restrição que a categoria população tradicional pode acarretar para populações que não tiveram a oportunidade de, como disse Arminda, se “subscreverem” como

tal, Rosa citou outro aspecto negativo que estaria ligado ao debate sobre a identificação de grupos sociais como tradicionais ao ressaltar a possibilidade de haver "conflitos" entre populações tradicionais e aquelas que "vivem no mesmo lugar e que não são tradicionais":

> enquanto movimentos, eles lutam por alguma coisa e isso vai implicar em conflitos. Sabemos que tem conflitos inclusive de populações tradicionais exigindo mais privilégios do que outros que vivem no mesmo lugar e que não são tradicionais. A gente sabe disso e a coisa tem que ser entendida dessa forma, não se pode desconsiderar o fato de que esses conflitos existem, não se pode fechar os grupos tradicionais em uma redoma de cristal e só a eles é que cabem privilégios. Aí é complicado *(Rosa -3º geração – socióloga - 46 anos)*.

Luzia seguiu direção parecida à adotada por Rosa quando esta se referiu aos potenciais "conflitos" que estariam ocorrendo, segunda a primeira, "intra-comunidade" quando se precisaria definir "quem é e quem não é tradicional":

> não é só uma questão analítica, não é só uma questão teórica, entende? Você não colabora como um intelectual para o movimento dessa forma. Se a gente ficar preso ao ator, "quem é tradicional, quem não é tradicional?", ao invés de olhar a ação dos atores, a interação entre eles, a gente vai provocar uma crise nesses caras. Já estamos provocando, porque cansei de ver conflitos intra-comunidade que são estabelecidos no "quem é tradicional e quem não é tradicional". Então, quem não está dentro da categoria que os órgãos oficiais vão autorizar ter direitos, são excluídos. Excluídos pela própria comunidade. O que vai acontecer é o fim da possibilidade de aliança desses grupos sociais que deveriam estar unidos porque são apartados do desenvolvimento social, apartados do universo da cidadania. Esses caras deveriam estar juntos por isso, porque são excluídos. De repente, você vê um racha no movimento porque só tem direito a repartir benefícios da biodiversidade aqueles que são tradicionais *(Luzia - 2º geração - cientista social com graduação em ecologia – 52 anos)*.

Por este e outros trechos de seu depoimento, já vimos que Luzia mostrou preocupação com a condição daqueles "grupos sociais" "apartados do desenvolvimento" e "excluídos do universo dessa cidadania", sendo uma entrevistada que valorizou sempre o fortalecimento do protagonismo das populações locais na elaboração e execução das políticas ambientais. Ocorre que a continuação de seu depoimento mostra novamente como podem ser fluidas as fronteiras que dividem pesquisadores. Disse ela então:

> se todos topassem um pacto social para que se reconhecesse como valor a biodiversidade, que se reconhecesse que a biodiversidade tem um valor que é intrínseco, essas populações poderiam estar entrando num acordo de como distribuir os benefícios e a riqueza que ela produz. Enquanto ficamos discutindo quem é tradicional e quem não é tradicional, acontece uma clivagem perigosa, tanto em termos sociais como ecológicos, dentro das comunidades. Isso, pra mim, é provocado por essa ideologia extrema do uso ideológico do conceito, entendeu? *(Luzia - 2º geração - cientista social com graduação em ecologia – 52 anos).*

De início, ainda no trecho anterior, Luzia mencionou algo muito enfatizado por Joca e Francisco nos últimos dois itens: o fato de que "quem não está dentro da categoria que os órgãos oficiais vão autorizar ter direitos são excluídos". Além disso, já na passagem acima, além destes dois pesquisadores, se aproximou ainda do que pensam Aurora, Licurgo, Toríbio, Nicolau Joca e Florêncio ao propor "um pacto social para que se reconhecesse que a biodiversidade tem um valor que é intrínseco". Contudo, deles se distanciou ao complementar que, se tal "pacto" fosse instituído, "essas populações poderiam estar entrando num acordo de

como distribuir os benefícios e a riqueza que ela produz". Por outro lado, se aproximou do que disseram Alice e Rosa ao criticar o fato de que, "enquanto ficamos discutindo quem é tradicional e quem não é tradicional, acontece uma clivagem perigosa, tanto em termos sociais como ecológicos, dentro das comunidades". Já no caso de Maria, Juvenal, Bento, Rodrigo e Leonor, Luzia destes se afastou no tocante a um ponto já discutido aqui no item 6.2 relacionado à "ideologização" do debate sobre populações tradicionais, visto que estes últimos provavelmente discordariam que a tal "clivagem" citada por Luzia seria "provocada por essa ideologia extrema do uso ideológico do conceito". Todavia, este mesmo comentário seu sobre a excessiva "ideologização" a aproximou de certas alegações feitas por Nicolau, Licurgo, Francisco, mas, também, por Rosa.

Voltando aos aspectos problemáticos do uso institucional da categoria população tradicional, um contraponto ao conteúdo das últimas três passagens aqui reproduzidas pode ser estabelecido através do depoimento de Lúcio. Tendo já entrevistado Rosa e Luzia, comentei com este geógrafo durante nosso encontro: "na discussão sobre população tradicional, alguns pesquisadores falam que poderia estar se formando um preconceito mais ou menos como acontece no caso da discussão sobre raça e cotas; além disso, outros questionam porque certas populações têm acesso a direitos especiais e outras não. Isso não estaria ajudando a ocultar e negar direitos àquelas que não conseguiram, por n razões, serem reconhecidas como tradicionais? E aí então uma política de privilegiar apenas populações tradicionais seria equivocada; correríamos o perigo de estar, ao mesmo tempo, reificando certos grupos sociais e deixando outros de fora". Reagindo aos meus comentários, Lúcio, de forma direta, discordou de minhas observações:

> esse conceito de população tradicional não exclui indígenas, não exclui quilombolas e não exclui camponeses em geral (...). Não. (...) a categoria populações tradicionais é uma construção política, nela cabem todos aqueles que com elas se identificarem, cabem nela quilombolas, geraizeros, ribeirinhos, quebradeiras de coco. Ou seja, é uma categoria que indica pessoas que estabelecem uma outra relação com a natureza que não é só uma relação baseada na idéia de produtividade e lucro, e que tenta estabelecer certas prerrogativas para que essas populações tenham segurança sobre a terra, sobre o uso dos recursos naturais. Como toda categoria aparentemente científica, sobretudo, no campo das ciências sociais, elas são construções políticas. Então, essa categoria de populações tradicionais está em aberto, o nome é suficientemente amplo *(Lúcio - 1º geração – geógrafo - 58 anos)*.

Em sua resposta, Lúcio preferiu enfatizar o contrário de suas colegas Rosa, Alice e Luzia, jogando então sua argumentação para a amplitude da categoria população tradicional, a qual, segundo ele, "não exclui quilombolas e não exclui camponeses em geral", pois, estando "em aberto" e sendo "o nome suficientemente amplo", "nela cabem todos aqueles que com elas se identificarem". Já adiantando, veremos em seguida que, sobre este aspecto em particular, além de Alice, Luzia e Rosa, Rodrigo também divergiu de seu colega em seu depoimento, mas, deixemos o que disse este último para daqui a pouco.

Como se pode notar, a questão aqui é menos saber quem está com a razão nesta discussão, mas, sim, perceber que, na dinâmica que a rege, há uma quantidade relativa de argumentos que, além de circularem entre pesquisadores, podem ser acionados para justificar visões aparentemente contraditórias. É o caso da discussão sobre a categoria população tradicional ser ou "suficientemente ampla" (como propôs Lúcio) ou "insuficientemente aberta" (alegação que, apesar de não terem usado este termo, foi compartilhada por Alice, Luzia e Rosa). Dependendo da finalidade do enunciado e do contexto em que ele é dito, pesquisadores como Luzia e Lúcio que, em princípio, possuem pontos de vista que os aproximam sobre a relação entre áreas protegidas e populações locais, podem usar uma ou outra justificativa para fortalecer posições diferentes.

Mas o mesmo ocorre, só que agora de maneira inversa (ou seja, para fortalecer posições semelhantes), se contrapormos "suficientemente ampla" (no caso de Lúcio) ou, ainda, "insuficientemente aberta" (no caso de Luzia) à alegação de que a expressão população tradicional seria "demasiadamente ampla" (como vimos, argumento sustentado por Licurgo e Nicolau, por exemplo). Colocada a questão nestes termos, Luzia e Lúcio (independentemente de discordarem em relação à "suficiência" ou "insuficiência") tenderiam a se aproximar em torno de uma das duas primeiras possibilidades; já Licurgo e Nicolau, em torno da segunda.

Voltando ao depoimento de Lúcio, em seguida procurei reforçar críticas que havia escutado de seus colegas ao comentar com ele: "mas como populações locais não são homogêneas, às vezes, elas brigam entre si, ou seja, há diferenças que são internas; bom, então uma crítica que se faz a essa idéia de populações tradicionais é que, primeiro, ela não permite vizualizar essa diferenciação, ou melhor, ajuda a ocultar tais diferenças; e, segundo, há uma crítica que se assemelha à crítica que se faz em relação às cotas pra negros nas universidades; aí, se há populações que conseguiram enviar seus representantes pras reuniões e serem então classificadas como tradicionais, haveria inúmeros outros casos em que outros grupos sociais não tiveram essa possibilidade, por diversas razões; e isso geraria um preconceito de que as babaçueiras têm direito, por exemplo, mas quem está ali do lado delas, seus vizinhos, não têm". Inicialmente, a resposta dada por Lúcio não seguiu mesma linha de pensamento adotada por Arminda, por exemplo, pois preferiu realçar o fato de que

> nós temos uma dívida com essas populações, tanto indígenas quanto não indígenas. Porque muitas vezes se massacraram essas populações. Se você pegar o caso do litoral de São Paulo, quem massacrou as populações caiçaras foram os especuladores imobiliários e as casas dos ricos e da classe média. Acho que, primeiro, existe uma dívida nossa e, segundo, eles não são uma população qualquer. Eles têm uma identidade cultural que deve ser protegida de alguma forma *(Lúcio - 1º geração – geógrafo - 58 anos)*.

Mas, logo em seguida, Lúcio fez observações que o aproximaram do que disse Arminda sobre o fato de que, "se população tradicional não inclui todo mundo, então chama os outros pra serem incluídos":

> agora, se eles se organizam para defender os seus direitos, o direito aos seus territórios, acho que o que a gente deveria fazer era também organizar as outras populações pra que eles venham a reivindicar seus direitos. Talvez seja mais complicado. Nisso tudo existe um embaralhamento de argumentos, que no fundo é pra dizer o seguinte: "vamos deixar tudo como está, vamos deixar os parques sem ninguém, porque caiçara é sujo, quilombola também é, jogam peixe na praia". É um pouco isso *(Lúcio - 1º geração – geógrafo - 58 anos)*.

Sabe-se que, na discussão sobre políticas afirmativas, é comum os que defendem tal modelo de política pública acusarem aqueles que apostam em "políticas da igualdade" (para citar expressão usada por Antônio) ou, ainda, na "universalização de direitos" (como sugerido por Francisco) de que este argumento contribuiria para, como disse Lúcio, "dizer o seguinte: vamos deixar tudo como está". Ora, ao afirmar que "argumentos", como os que lhe havia citado, teriam função de "deixar tudo como está", Lúcio, distanciando-se de Alice, Ana, Luzia e Rosa, chamou atenção para a possibilidade de que esta linha de argumentação contribua para enfraquecer movimentos que têm levado a garantia de direitos às populações tradicionais.

Por outro lado, podemos notar ainda que, apesar de Lúcio fazer comentários que não foram ressaltados por Arminda (ligados à "dívida" que se teria com populações tradicionais), ambos possuem algo em comum. Assim, se Arminda sugeriu "chamar" aqueles que não estariam "incluídos" na categoria população tradicional "pra serem incluídos", Lúcio alegou "que o que a gente deveria fazer era também organizar as outras populações pra que eles venham a reivindicar seus direitos".

Seguindo viés próximo ao que foi dito por Lúcio, Horácio ressaltou outro aspecto muito usado para legitimar a adoção da noção de população tradicional: os efeitos concretos (positivos e, não, negativos, como os citados por Alice e Rosa) que sua popularização (tanto no senso-comum mais geral como no caso da sua inclusão nas instâncias jurídicas e no arcabouço administrativo encarregado de pensar e executar políticas públicas) desencadeou para populações locais atingidas pela gestão-criação de áreas protegidas. Assim, comentou Horácio:

> nós achamos que as mudanças estão aí, o importante é como se vai preparar essas populações pra essas mudanças tentando fazer com que elas conservem elementos da sua própria cultura, da sua própria identidade, apesar de que identidade é uma noção muito complicada, como o termo populações tradicionais. Mas a verdade é que nesse entrevero com as políticas de conservação, essas populações, como os caiçaras, começaram de fato a reconstruir sua identidade. Começaram a dizer: "olha, nós não aceitamos que nos expulsem das nossas terras". E aí quem que era o inimigo? O IBAMA ou o IEF ou o órgão que for. Isso permitiu agora ver o inimigo e aqueles interesses que são contrários às suas demandas *(Horácio - 1º geração - antropólogo – 64 anos)*.

Como se pode ver, Horácio, como Alice e Rosa, reconheceu que o "termo população tradicional" seria uma "noção muito complicada". Porém, ao contrário de suas colegas, que

intercalaram suas falas com pontos positivos e negativos, Horácio optou, durante todo seu depoimento, por realçar efeitos benéficos que sua adoção trouxe para populações locais (incluindo aí visualização de eventuais "inimigos" e "interesses contrários às suas demandas").

Mesma ênfase pragmática nos resultados concretos, para populações locais, da inclusão da referida categoria nas políticas públicas foi dada por Maria e Antônio em seus depoimentos. Para a primeira,

> tem outro lado, quer dizer, tem que pensar que isto é um instrumento pra certas populações reivindicarem não só direitos pra elas, mas também como sujeitos coletivos. Esse termo foi muito criticado desde o início. Mas acho que hoje essa discussão cansa um pouco. Porque o termo serve pra alguma coisa e trouxe coisas boas. É como quando criticávamos o uso da expressão "trabalho escravo" porque o que se tem hoje não é a mesma coisa que a escravidão. Mas então não vou chamar 'trabalho escravo'? É trabalho escravo, porque inclusive já tem até na lei a expressão trabalho escravo, até a lei reconhece isso! Tem uma hora que você precisa identificar as coisas, as pessoas, não tem como fugir muito disso. Então, você acaba incorporando no seu trabalho o termo, até porque trabalho escravo e população tradicional são categorias que vão sendo reapropriadas *(Maria - 1º geração - antropóloga - 67 anos)*.

Já Antônio, instigado por minhas provocações sobre a possível "naturalização" e "cristalização" (palavras usadas por mim) de grupos sociais que o uso da categoria população tradicional poderia acarretar, seguiu direção parecida à de Maria quando esta reiterou que "essa discussão cansa um pouco", pois haveria "uma hora que você precisa identificar as coisas":

> essa maneira de conceituar, no fundo, no fundo, é meio secundária, mas ela tem efeito. E o efeito foi principalmente no aspecto institucional. Ao invés de defender direitos falando da tradição, fala-se assim: que tipo de plano, que tipo de regra pode funcionar e como criar um procedimento para criar as reservas, para implantá-las, para mantê-las em uso, que tipo de custo que tem manter uma associação funcionando, que tipo de formação de pessoas locais, como cientistas, fiscais, pesquisadores da floresta (...). Como essas populações tradicionais têm uma dificuldade muito grande de se articular politicamente, tendo a ver isso [o uso da categoria de populações tradicionais] como uma estratégia, como contraponto para corporificar essa idéia de populações tradicionais como sujeito político *(Antônio - 1º geração - antropólogo - 60 anos)*.

Também Arminda mencionou em sua entrevista algo parecido com a constatação de Horácio de que "as mudanças estão aí", só que realçando ainda mais o fato de que seria um processo já consolidado e, portanto, sem volta. Após alegar que seria "complicado você dizer que população tradicional é aquela que defende a natureza porque ela não foi afetada pela modernidade" (o que, aliás, foi partilhado, creio, pela totalidade dos entrevistados, ou seja, embora seja um argumento eventualmente usado para acusar o outro, nenhum deles sustentou tal afirmação), comentei com Arminda que "isso aconteceria porque seria uma categoria operatória e analítica ao mesmo tempo?", ao que minha colega advertiu:

> é, mas na vida real ela não é uma categoria analítica, e muitos antropólogos querem tratá-la como categoria analítica; e não é, é uma categoria que está aí, que tem vida. Você não pode dizer que é besteira falar em população tradicional, porque você tem um movimento, tem pessoas criando e dando sentido pra ela. É uma guerra purista pra definir o sentido das palavras? É, mas não dá pra suspender mais isso *(Arminda - 2º geração - antropóloga com graduação em biologia – 49 anos)*.

Como havia dito, procurei trazer o ponto de vista de Alice e Bento para a entrevista com esta antropóloga, sendo que já reproduzi acima parte de sua resposta. Vejamos, pois, o

restante dela, dada após ter comentado com ela que uma "crítica enfatiza que reconhecer certas pessoas como tradicionais pode levar à discriminação de outras que não tiveram capacidade de se mobilizar ou mesmo mobilizar a participação de antropólogos e outros cientistas sociais para que suas práticas fossem reconhecidas como sustentáveis. E aí alguns grupos estariam tendo privilégio em relação a populações igualmente subalternas e pobres. Isso poderia significar uma espécie de preconceito pra com outros que não tiveram chances de entrar dentro dessa categorização". Após estes comentários, Arminda reconheceu: "com certeza (...). Fui chamada para participar dessa comissão que vai criar o PNAP [Plano Nacional de Áreas Protegidas]. Estava lá e fiquei assustadíssima justamente com essa questão". Tal constatação, como veremos a seguir, a aproximou de Bento e Rodrigo. Porém, sua sugestão para dar conta desta situação seguiu direção distinta destes dois antropólogos:

> coloquei uma proposta, que foi bem aceita, de que fossem criados mecanismos para identificar outras comunidades e populações interessadas em participar do PNAP. Então, você esquece essa coisa de tradicional e chama, abre as portas. Então resguarda o entendimento do que é tradicional, porque esse nome é triste, enfim, mas está aí, não dá pra ignorar, mas concede possibilidades pra quem não tem justamente uma diferenciação étnica[289] *(Arminda - 2º geração - antropóloga com graduação em biologia – 49 anos)*.

Como se vê, os últimos quatro entrevistados preferiram realçar os resultados positivos da instituição da categoria população tradicional como parte do arcabouço legal destinado a orientar políticas públicas. Assim, se Lúcio enfatizou que este processo permitiu a grupos sociais específicos "se organizarem para defender (...) o direito aos seus territórios", do mesmo modo, Horácio valorizou o fato de que "que as mudanças estão aí". Igualmente, enquanto Maria sublinhou que "o termo (...) trouxe coisas boas", Antônio salientou que "essa maneira de conceituar (...) tem efeito (...) institucional" que permitiu, por sua vez, "corporificar" grupos sociais específicos como "como sujeito político". Por fim, Arminda, apesar de reconhecer que a categoria "tradicional" seria um "nome triste" e, como consta no trecho reproduzido logo abaixo, mesmo admitindo ser "cética a respeito da necessidade de ter essa denominação", em seguida chamou atenção de que, "enfim, mas está aí, não dá pra ignorar", "é uma categoria que está aí" e que "não dá pra suspender mais isso".

---

[289] Como havia antecipado, visando preservar a integridade dos depoimentos, não usei de fontes secundárias nem neste nem no capítulo anterior. Porém, como Bento, em seu depoimento, fez uma descrição desta diferenciação entre "marcadores étnicos" e "marcadores culturais", reproduzo abaixo, para entendimento do leitor, este trecho de sua entrevista: "há três tipos principais de grupos sociais que interagem com áreas protegidas diretamente. Um deles são índios nas áreas indígenas, onde está mais claro qual é o espaço e o grupo social; o outro são territórios quilombolas, que também mais ou menos se sabe quem são (...); e, bom, populações tradicionais e unidades de conservação. Então, se nos dois primeiros está mais ou menos fácil de definir, não que seja fácil definir, mas são grupos étnicos, estrito senso, [no segundo] tem outro processo, outra legislação (...). De qualquer modo, no [primeiro] tem a idéia de etnicidade muito presente. Um índio pode se pensar como índio e um quilombola, um afrodescendente também pode se pensar como quilombola. Agora, quando começa a falar em pescador, pantaneiro, seringueiro, bom, aí se está falando não etnicamente, mas culturalmente, sobre elementos culturais".

Se Alice, Luzia, Ana, Rosa, Bento e, como veremos, Rodrigo concordariam com tais afirmações, tal aspecto aqui é secundário, pois, se alguns deles, em seus depoimentos, de fato reconheceram parte do que foi dito acima, preferiram, porém, dar a sua linha argumentativa uma outra direção, o que, por sua vez, os afasta dos cinco pesquisadores citados no parágrafo anterior. Ao invés de proporem a criação de "mecanismos para identificar outras comunidades e populações interessadas", como disse Arminda, seus depoimentos tomaram outro rumo.

Seguindo o padrão do ponto e contraponto, sabedor de algumas críticas de Bento à atuação de mediadores no processo de identificação de grupos sociais como populações tradicionais, comentei algo próximo ao que me havia dito Antônio. Assim, lhe disse: "no caso das populações tradicionais tem uma perspectiva tática, pragmática e que está ligada à luta contra uma perspectiva ecocêntrica, preservacionista, de natureza intocada; então, como ligar com isso sem cristalizar, de algum modo, identidades?", ao que meu colega retorquiu:

> porque acho que as pessoas não estão indo pro espaço de disputa devido. Em vez de ir pra um espaço de disputa (...) onde acontece a formulação da política pública, o que acaba acontecendo? Você utiliza outras estratégias, outras saídas que o sistema jurídico te permite estabelecer. Mas o que acho mais interessante é que as pessoas não querem fugir dos cânones que estão hoje dando acesso a recurso. Tô falando do discurso hegemônico de meio ambiente, de desenvolvimento sustentável, que é o que está dando dinheiro (...). Porque o dinheiro hoje vem carimbado e todo mundo aceita, o problema é que todo mundo aceita *(Bento – 3º geração – antropólogo - 54 anos)*.

Se tomarmos o depoimento de Arminda, esta enfatizou diversas vezes o fato de que populações tradicionais teriam que seguir critérios "sustentáveis" no caso do uso dos recursos naturais de que dispõem, o que, em certa medida, remete à crítica de Bento ao "discurso hegemônico de meio ambiente, de desenvolvimento sustentável". Voltemos então ao depoimento desta antropóloga para, novamente, marcar a diferença de ênfase existente entre estes dois entrevistados. Em certo momento de sua entrevista, instigada por minhas observações acerca da não inclusão de certos grupos sociais nas políticas que visam garantir direitos a populações rurais subalternas, minha interlocutora citou um episódio em que atuou como consultora para o "Programa de Áreas Protegidas da Amazônia" (ARPA):

> quem não é quilombola e quem não é povo indígena, pra se defender de muita coisa, desde barragens até reservas biológicas, pode, sabendo com quem se assessorar, ter direito a alguma coisa se for chamado de tradicional (...). Se sou cética a respeito da necessidade de ter essa denominação, me vi, no momento em que fui chamada pra fazer uma consultoria pro ARPA, no começo, quando eram só pró-unidades de conservação de proteção integral, pra fazer um plano de reassentamento das populações. Imagina, ainda me chamaram, acho que alguém me botou lá sabendo o que ia falar. Fiz um documento e a minha argumentação foi usando todos os procedimentos já definidos pelo Banco Mundial e que várias agências já têm definido pra povos indígenas, pra quilombolas. Defendi, para além desses dois, a inclusão de populações tradicionais. Porque é o único jeito de garantir direitos. Tem uma situação nas áreas rurais que dá direito apenas a uma indenização por *uso capião*, que não inclui áreas de uso, que não incluem áreas de rodízio. Então, essas populações seriam prejudicadas em relação, por exemplo, a um proprietário de terras que fossem indenizados. Nem na indenização, nem na possibilidade de permanência, como os quilombolas, eles estariam em condições de enfrentar esses problemas de reassentamentos, de retirada de populações. Como não tinha esse marcador étnico, então usei esse argumento *(Arminda - 2º geração - antropóloga com graduação em biologia – 49 anos)*.

Como vemos, apesar de Arminda ser "cética" em relação à "denominação" população tradicional, ela, "num momento", se viu colocada diante de uma situação concreta em que, então, usou de todos os instrumentos jurídicos disponíveis para estender, o máximo possível, a abrangência legal desta categoria de modo a contemplar "quem não é quilombola e quem não é povo indígena". Por outro lado, como indica sua surpresa ao saber que lhe chamaram para a referida consultoria ("imagina, ainda me chamaram..."), sendo um trabalho destinado ao programa (ainda) "pró-unidades de conservação de proteção integral", é de se supor que ela destoasse do perfil dos demais idealizadores deste projeto de "reassentamento das populações". Contudo, tal atitude pragmática destoa novamente dos depoimentos de Bento e Rodrigo, os quais atribuíram peso muito forte às suas críticas sobre a atuação de seus colegas antropólogos no processo de reconhecimento de populações tradicionais. Assim, o segundo, por exemplo, expressou certo cepticismo ao ironizar, abaixo, o possível papel (como o desempenhado por Arminda) exercido pelos seus próprios pares:

> quando uma definição dessas vai pra lei, tem um desdobramento disso que é aquela coisa dos efeitos de verdade, que acho complicado. Até brincava: "pô, legal, pode deixar a definição de população tradicional aí no artigo onde tem as definições, porque se não deixar, também não vai ter problema, o mercado de trabalho pra antropólogo vai se ampliar enormemente, porque o que vai ter de gente querendo estabelecer se população deixa ou não deixa de ser tradicional vai ser uma loucura". Como se a antropologia fosse parte de um sistema inquisitorial, uma compreensão da antropologia como se fosse uma disciplina que faria parte de um sistema inquisitorial, entendeu? Tipo: "porque nós vamos dar a resposta". Mas a resposta quem dá é a dinâmica social, que levou a coisa a esse limite *(Rodrigo - 3º geração – antropólogo - 42 anos)*.

Bento também usou de ironia (no caso, metafórica) ao comentar que, "na definição de quem é população tradicional, tem aquela história daquela propaganda da Semp Toshiba, os meus japoneses são melhores do que os seus, ou seja, os meus antropólogos são melhores do que os seus[290]. Mas acho que a gente tem que separar o que são direitos dos grupos sociais etnografados pelos antropólogos daquilo que os antropólogos estão dizendo".

Para começar, além de seus comentários irônicos sobre a atuação de seus colegas, a frase final de Bento segue mesma linha da crítica de Rodrigo à possibilidade de antropólogos "darem a resposta" sobre "se população deixa ou não deixa de ser tradicional", visto que esta, segundo ele, "quem dá é a dinâmica social". Em segundo lugar, reforçando a idéia de que opções são tomadas na hora em que somos chamados a nos pronunciarmos, notem que, antes do trecho anterior do depoimento de Arminda, havia lhe feito provocação próxima às críticas de Rodrigo e Bento (relembrando, lhe disse então: "uma crítica enfatiza que reconhecer certas pessoas como tradicionais pode levar à discriminação de outras que não tiveram capacidade de

[290] Referência a uma antiga propaganda da Semp Toshiba que afirmava: "os nossos japoneses [ou seja, japoneses brasileiros] são mais criativos que os japoneses dos outros". Com esta metáfora, Bento sugere que haveria antropólogos mais competentes do que outros no sentido de sua capacidade em auxiliar a visibilização de certos grupos sociais como populações tradicionais.

se mobilizar ou mesmo mobilizar a participação de antropólogos e outros cientistas sociais para que suas práticas fossem reconhecidas como sustentáveis").

Ocorre que, ao seguir mesma linha de raciocínio que havia feito para Arminda, questionando Bento se "não estaríamos incentivando preconceitos em relação às populações locais não tradicionais ao dar direitos especiais apenas àquelas que tiveram a capacidade, por razões diversas, de reivindicarem direitos e serem elevadas a categoria de população tradicional?", meu interlocutor reagiu de forma bem diferente da reação de Arminda. Se referindo a um evento específico (o qual, nas suas palavras, "tentou definir um conceito pra comunidades tradicionais"), Bento passou a criticar a ação daqueles que, na pergunta anterior, denominei "mediadores" e "antropólogos":

> foi interessante ver como essa idéia entre comunidade e desenvolvimento que coloca todos esses conceitos, como empedramento e tal, como eles apareciam (...). Agora está muito mais claro pra mim essa participação, essa inserção dos antropólogos, mas não só dos antropólogos (...) nesse processo de definição de populações tradicionais. Teve um evento em 2005 que tentou definir um conceito pra comunidades tradicionais. E teoricamente o governo dentro de suas mudanças políticas pra fechar o elo das áreas protegidas (...) começou a chamar vários antropólogos (...). Bom, nesse evento as pessoas estavam lá trabalhando exatamente dentro do seu feudo, do seu nicho, da sua concepção *(Bento – 3º geração – antropólogo - 54 anos).*

Se no trecho anterior Arminda ressaltou que, "sabendo com quem se assessorar", "quem não é quilombola" ou "povo indígena" poderia, "pra se defender de barragens até reservas biológicas, (...) ter direito a alguma coisa se for chamado de tradicional", Bento e Rodrigo criticaram justamente esta assimetria em relação a quem teria acesso a estes agentes peritos. Se Arminda dirigiu sua fala mais para aspectos concretos ligados à necessidade de se garantir direitos (sobretudo, acesso à terra) às populações locais, seus colegas optaram pela crítica acerca das práticas de seus próprios pares no caso das políticas vinculadas à discussão sobre população tradicional. Em suma, dirigiram seu olhar para o interior de sua própria disciplina, enquanto sua colega voltou-se para o exterior desta. E aqui alerto novamente que não se trata de saber se Arminda concordaria ou não com tal crítica ou se Bento e Rodrigo, se colocados numa situação com a que se viu sua colega, agiriam da mesma forma. Para além disso, chamo atenção para as escolhas que fizeram ao serem instigados por minhas observações e indagações, escolhas estas que os levaram a seguir caminhos argumentativos distintos, o que, em alguma medida, os distanciou em termos discursivos.

Ainda sobre potenciais efeitos práticos ligados à questão da inserção da categoria populações tradicionais nas políticas públicas, este ponto foi também realçado por Rodrigo, só que a partir de um outro viés que estabelece outro contraponto ao que enfatizaram Antônio, Horácio, Arminda, Maria e Lúcio. Como vimos, Rodrigo está entre os que se colocaram favoráveis às políticas de fortalecimento das populações locais a partir de ações que busquem

compatibilizar aspectos sociais e ambientais, bem como que propugnem sua inclusão ativa nas políticas ambientais voltadas para a conservação da natureza. Porém, está também entre os que, como Ana, Rosa, Alice e Bento, criticaram a aposta na opção pela adoção da categoria "tradicional" (seja ela, como disse o próprio Rodrigo, anexada aos substantivos "populações", "comunidades" ou "povos").

De fato, creio que Rodrigo tenha sito o entrevistado que mais destinou tempo de sua entrevista e, ao mesmo tempo, se mostrou preocupado com esta última questão (transcrevi cerca de três páginas seguidas, espaço 1,5, em que ele refletiu sobre este ponto específico). Todavia, como seus colegas citados acima, antes de passar as suas críticas, este antropólogo fez referência (como Maria, Antônio, Arminda, Lúcio e Horácio) aos aspectos positivos ligados à constituição de um movimento de populações tradicionais e à inclusão desta categoria como parte integrante das políticas governamentais voltadas para a gestão de áreas protegidas. Vejamos, então, primeiramente, observações suas que vão nesta direção:

> é inegável que uma operação classificatória como essa produz efeitos, ou seja, já, aqui e agora. Disseminar, dispersar, enfim, fazer uso freqüente dessa noção faz com que, se esse sujeito efetivamente não existe, um conjunto de grupos sociais se reconheça ali embaixo e passe a agir politicamente como um bloco. A ponto de hoje haver uma política pública pra eles, uma comissão nacional pro desenvolvimento sustentável das populações tradicionais. Quer dizer, vai ter uma política de desenvolvimento sustentável pras comunidades tradicionais dentro do ministério do meio ambiente (...). Então, de fato, a própria existência da categoria faz com que passem a existir comunidades, populações ou povos tradicionais (...). Quer dizer, eles passam a existir (...), a institucionalização da categoria produz efeitos de verdade. Entre estes efeitos de verdade está o fato de que esses grupos passam, eventualmente, a se reconhecer e a agir tendo isso como referência. Não significa dizer que passem a mimetizar o estilo de vida tradicional, mas agir como sujeito político diante de um horizonte que os reconhece como tal. Então, esse é um dado que não dá muito pra fugir. Os povos e as comunidades tradicionais estão aí *(Rodrigo - 3º geração – antropólogo - 42 anos)*.

Como vemos, nesta passagem Rodrigo se aproximou de Arminda, Horácio, Maria, Antônio e Lúcio (mas, igualmente, de Ana, Rosa, Alice, Luzia) ao reconhecer que classificar grupos sociais como populações tradicionais "produz efeitos", pois estes "passam (...) a agir como sujeito político", sendo este "um dado que não dá muito pra fugir", visto que "os povos e as comunidades tradicionais estão aí".

Todavia, após este reconhecimento acerca dos "efeitos" da "instituição" da categoria população tradicional como parte do aparato legal a direcionar políticas públicas voltadas para grupos sociais específicos, tal como suas colegas Ana, Rosa e Alice, Rodrigo reconheceu que sempre fez "parte de um contingente, de um grupo, que não sei lhe dizer quão extenso é, que sempre considerou essa categoria de um modo mais crítico". Assim, já demarcando, de saída, posição contrária à visão de Antônio, a partir daqui meu interlocutor começou a desenvolver seus argumentos contrários ao uso desta categoria ao admitir ser

> muito crítico por conta disso, porque acho que você gera, nesse processo todo, um dos efeitos perversos é a expectativa que se cria com relação à conduta que estes grupos - e isso é normativo - devem ter para

> poderem ser objeto dessa política pública. E aí tem um terceiro elemento, porque acho que o Estado, na sua atuação, não deve definir previamente quais são os grupos que devem ou não ser objeto de uma atenção diferenciada. E, principalmente, no que concerne a unidades de conservação, e aí faço quase que uma defesa, reconheço, relativamente purista. Porque se está falando em conservar biodiversidade *in sito* e não *ex sito*, você está falando em hierarquia bioespacial, em como é que você modula o espaço pra segurar esse negócio. E na modulação do espaço vai entrar, abre aspas, tradicional, moderno, semi-moderno, extraterrestre, enfim, quem você quiser incluir. Mas você tem que considerar a nação *(Rodrigo - 3º geração – antropólogo - 42 anos)*.

Por seu depoimento, Rodrigo se distanciou de Arminda e Lúcio ao sustentar que a definição de população tradicional teria como "efeito perverso" a "expectativa que se cria com relação à conduta que estes grupos (...) devem ter para poderem ser objeto dessa política pública", pois, como vimos, seus colegas enfatizaram repetidas vezes que, para se "subscrever" como população tradicional, potenciais candidatos a tal condição deveriam se submeter a certas regras (*ad hoc*) que levassem em conta a "sustentabilidade" do uso dos recursos.

Além disso, como indica sua frase final - "se está falando em conservar biodiversidade *in sito* (...) você tem que considerar a nação" -, Rodrigo utilizou-se de uma justificativa muito citada por Licurgo, Toríbio, Nicolau, entre outros. Porém, aqui temos novamente uma inversão no uso deste tipo de argumento. Se os últimos o acionaram para desqualificar e atacar políticas públicas voltadas à inclusão de populações locais como participantes ativos do processo decisório envolvendo unidades de conservação, Rodrigo usou-o justamente no sentido contrário, ou seja, para fortalecer a idéia de que não apenas populações tradicionais deveriam ser inseridas neste mesmo processo, mas, segundo ele, "quem você quiser incluir", "tradicional, moderno, semi-moderno, extraterrestre".

Outra sutileza envolve a afirmação de que "o Estado (...) não deve definir previamente quais são os grupos que devem ou não ser objeto de uma atenção diferenciada"; o que, aliás, o aproximou de Francisco e Joca. Em princípio, mesmo se Antônio concordasse com tal observação (pois, pelos seus depoimentos anteriores, presume-se que tanto ele como seu colega concordariam que tal "definição" deveria partir não do Estado, mas dos próprios grupos interessados), Rodrigo está, com ela, indiretamente criticando os rumos da atual política de identificação de populações tradicionais como detentoras de direitos especiais, como podemos ver no seguimento de seu depoimento:

> aí, se você tem como valor, e eu tenho como valor, que a ação do poder público deve operar segundo critérios de justiça distributiva, portanto, de justiça social, você vai ter que dar atenção a estes grupos não porque eles sejam tradicionais e vivam harmonicamente com o meio ambiente, mas vai ter que dar atenção pra estes grupos porque eles são grupos que não tem poder. Poder econômico e poder político de definição da sua situação. No meu entendimento, o Estado, ao intervir nestas situações, deve redistribuir poder e não acumular ou favorecer ninguém. Então, se tem um grupo que entra no jogo depauperado, que entra em cena sem condições de definir politicamente a sua própria situação, tem que fortalecer esses grupos, e não a mineradora, e não o madeireiro ilegal e etc. Não é por razões ecológicas, mas por razões de justiça social. Então, o que defendo é que os grupos que vêm sendo tradicionalmente definidos como grupos tradicionais, que sejam reconhecidos como grupos subordinados, como grupos explorados, grupos situados em dimensões quase hilárias de pirâmide social. E é por isso que eles merecem atenção, não por

> que tem um convívio supostamente harmônico com o meio ambiente *(Rodrigo - 3º geração – antropólogo - 42 anos).*

Ora, tanto Rodrigo como Arminda e Antônio (mas, também, Joca e Francisco) criticaram a idéia de que se deveria dar "privilégios" a grupos sociais específicos devido a um "um convívio supostamente harmônico com o meio ambiente". Antônio, por exemplo, ao criticar "a idéia de que uma tradição cultural, por si só, é uma força capaz de garantir a conservação", revelou que, no caso das políticas voltadas para populações tradicionais, "toda a formulação era diferente da idéia de que a tradição garantiria objetivos dados de conservação, acho que não garante (...). Esse pode ser um conceito reacionário, conservador, que era usado pelo Apartheid e tal".

Da mesma forma, estes três pesquisadores (tal como Ana enfatizou o fato de haver "relações de poder por trás" da ação destes "grupos sociais específicos") demonstraram preocupação em "dar atenção" a eles porque "são grupos que não tem poder (...) econômico e poder político de definição da sua situação", o mesmo ocorrendo com a afirmação de que se deveria "fortalecer esses grupos (...) não (...) por razões ecológicas, mas por razões de justiça social". A ênfase em todos estes argumentos distanciou Rodrigo, Antônio, Ana e Arminda de entrevistados como Aurora, Licurgo e Nicolau, por exemplo.

Porém, ainda que discordem radicalmente, tendo a crer que Rodrigo concordaria com o que disse Aurora sobre não se poder "dizer que esses direitos especiais (...) se sobreponham ao direito maior da nação", que "este processo traz perdas (...) pra quem (...) tem direitos legítimos" e que não deveríamos "sacrificar e condenar as pessoas, como acontece agora, só porque não são tradicionais". Igualmente, seria de supor que acompanharia Francisco quando sustentou que "não é justo levar (...) infra-estrutura e bons serviços (...) só para alguns, tem que trazer pra todos" ou, ainda, quando, após alegar que defende "políticas sociais inclusivas universais", Francisco criticou "quem defende (...) políticas públicas seletivas" por ser "mais um critério de seletividade pelo qual tais políticas jamais conseguirão ser universais".

Contrastando com o que disse Rodrigo e, é claro, muito mais ainda do que pensam Francisco, Aurora e Joca, temos na outra ponta novamente o depoimento de Antônio (forte defensor das políticas da diferença). Vejamos então, para finalizar este último capítulo, este último contraponto. Comecemos, contudo, por observações que não destoaram tanto do depoimento de Rodrigo. Ao falar com Antônio, havia lhe feito alguns comentários anteriores como: "essa coisa que você fala de cristalização [da categoria população tradicional na legislação] me lembrou certas críticas que se faz a naturalização das populações tradicionais, congelando elas de certa forma no tempo", ao que Antônio inicialmente assentiu: "acho que você tem razão, concordo sim (...). Tive esse problema, teve alguns alunos meus desse grupo

com quem trabalho que chegavam e diziam: 'mas não pode falar em população tradicional porque isso é cristalizar as pessoas'", para depois esclarecer:

> eu disse: "olha, população tradicional não é um conceito sociológico e não denota nenhuma essência e nenhuma realidade em si que existe lá na mata, é um conceito político, cuja origem é internacional *(como camponês?)* É, exato. Por isso tem que ir nas resoluções da ONU, da UNESCO. Na década de 80, 90, o que saiu dessas resoluções? Estão falando de *indigenous peoples*, *traditional population*, *local people*, isso estava expressando acordos políticos internacionais. Chega no Brasil através de tratados, a ECO 92 cristalizou isso, cristalizou estes acordos internacionais e, por sua vez, isso foi cristalizado nas leis e graças a isso se tem um espaço para poder agir localmente e ocupar esse local *(Antônio - 1º geração - antropólogo - 60 anos)*.

Neste trecho, há fortes convergências com o que foi dito por Rodrigo. Porém, quando comentei com Antônio que "tem aí uma coisa bem pragmática mesmo" e, mais adiante, que sua resposta ia na direção "de que a categoria de populações tradicionais (...) [fizesse vir] para a cena política determinados grupos sociais; e, claro, que nesse processo isso se naturaliza no sentido de que ...", Antônio respondeu que a categoria população tradicional seria um "conceito bonde, um bonde que é fruto dessa conjuntura sobre população tradicional e entra no bonde quem quer. Mas a outra maneira de dizer é que esta é uma arma política". Reparem que todos os autores dos depoimentos reproduzidos neste tópico, em algum momento, fizeram algum tipo de comentário que se aproxima da idéia de que o conceito de população tradicional seria "uma arma política" (alías, não só estes, mas também Joca, que, apesar de divergir sobremaneira destes entrevistados, partilhou de tal entendimento ao afirmar, algumas páginas atrás, que "a questão não é se é tradicional ou não, isso é uma identidade que se constrói visando conseguir alcançar certas reivindicações"). Mas, seguindo com a reação de Antônio às minhas observações anteriores, em seguida este se distinguiu de Rodrigo no que se referte a sua afriamção de que "o Estado, ao intervir nestas situações, deve redistribuir poder e não acumular ou favorecer ninguém":

> se fosse esperar a política da semelhança e da igualdade (...) eles hoje estavam expulsos, a maioria estava na rua. Então, não dá pra ficar discutindo abstratamente como conquistar as coisas, tem que partir das diferenças existentes e ir fundo, transformar isso numa arma de reconhecimento, de auto-reconhecimento e de criação. Porque em todos esses movimentos que acontecem você está produzindo, você não está só defendendo um espaço, está criando relações novas, novas formas de identidades, de identificação. Em todas essas diferenças ao mesmo tempo está produzindo uma espécie de meta-identificação de pessoas enquanto cidadãos que conheçam a lei, conheçam os seus direitos, quer dizer, você está contribuindo com o objetivo de formar cidadãos *(Antônio - 1º geração - antropólogo - 60 anos)*.

Observem que Antônio, tal como Francisco, Joca, Licurgo, Aurora, entre outros, fez menção, no caso das populações locais, à questão da cidadania. Porém, se estes ponderaram sobre a necessidade de se "dar condições" de acesso a estas populações, seu colega enfatizou, como ponto desejável, que o envolvimento e a atuação destas mesmas populações é que lhes garantiria serem "cidadãos". Quer dizer, se os segundos remeteram sua argumentação a algo que deveria vir de fora para dentro (do Estado para as populações), de modo que isso

produzisse uma igualdade de oportunidades, o primeiro ressaltou a originalidade das ações dos próprios grupos sociais no sentido de demandarem do Estado estas mesmas oportunidades.

Por outro lado, se Antônio se aproximou de Rodrigo no que tange a observação deste de que se deveria "dar atenção" para determinados grupos sociais "que não tem poder (...) econômico e político" de definir "sua situação", dele se distanciou drasticamente no que tange ao modo, ao como ou à forma (seja ela entendida como estratégia, tática, política, tipo de ação etc.) de proporcionar tal "atenção", como podemos ver neste outro trecho de sua entrevista:

> acho que vários movimentos aparentemente meio fragmentados entre si estão contribuindo pra reduzir a desigualdade no Brasil na forma de uma espécie de luta aparentemente desconectada, de uma espécie de guerrilha cultural que alia a questão ambiental, alia a questão étnica, alia a questão territorial. Em todos esses casos está se disputando brechas dentro do estado em nome da política de diferença pra se reduzir desigualdade. Às vezes, são as mulheres que estão usando políticas de defesa de patrimônio cultural ao lutar pela defesa do patrimônio delas como oleiras, como mulheres que são artesãs do barro. Com isso se faz o quê? Se faz uma barreira contra a privatização de áreas de uso de barro por grandes indústrias. Elas estão reduzindo a desigualdade social através de uma micropolítica da diferença, diferença delas enquanto pessoas de identidade cultural de oleiras (...). Por aí você já vê que as formas de luta por direitos são as mais diversas possíveis e passam por afirmações de diferenças, mas que também conduzem, em conjunto, à redução macro da desigualdade e o aumento da cidadania dessa população brasileira. Uma cidadania de pessoas diferenciadas. Além de ser a diferença, ela mesma, pra mim, uma patrimônio cultural importante como um todo, como modos de vida que tornam a vida interessante pras pessoas, ela é também uma arma política em um país extremamente desigual, com exclusão social e econômica brutal. Você termina usando essa aparente fraqueza como uma força pra reduzir a própria desigualdade *(Antônio - 1º geração - antropólogo - 60 anos)*.

* * *

Os depoimentos das pessoas que entrevistei ilustram o ambiente dividido e as sérias divergências existentes sobre "pontos quentes" que selecionei para debater com elas. Como havia antecipado no início do capítulo, ao explicitar (e, de certo modo, semear) a discórdia entre pesquisadores, quis acentuar aqui como ocorre na prática os encontros e desencontros por trás da discussão sobre áreas protegidas e populações locais. Porém, talvez algum leitor tenha notado uma característica não mencionada no início (muito porque me dei conta algumas semanas antes de entregar a versão final da tese): tal como os autores citados no tópico 2.1, também conduzi o capítulo a partir de uma dualidade, no caso, entre visões universalizantes e particularizantes em suas diferentes formas (que, neste último item, se concretizou, por exemplo, na oposição entre políticas baseadas na igualdade e na diferença). Quer dizer, talvez devido ao meu cacoete de "pesquisador participante" interagindo com pesquisadores também participantes, como ocorro com a confecção de outras oposições e esquemas conceituais dicotômicos adotados por meus colegas, não escapei a este procedimento.

Contudo, se nos ativermos apenas ao tema das populações tradicionais, por exemplo, vimos que há sutilezas que complexificam o debate. Neste caso, sem dúvida, Rodrigo não poderia, nem de longe, ser identificado como tendo um ponto de vista próximo ao de Francisco ou ao de Joca ou, ainda mais distante, ao de Licurgo. Sem dúvida. Mas, se pensarmos em

termos pragmáticos, há, por trás das falas de todos eles, a preponderância na ênfase à universalização de direitos. Se Licurgo, Florêncio, Aurora, Nicolau, Francisco e Joca, embora tenham atacado duramente as práticas adotadas por grupos sociais hoje reconhecidos com tradicionais, estes, como Rodrigo, mas, também, Alice, Rosa e Ana, também enfatizaram a necessidade de se levar direitos essenciais ou, nas palavras de Francisco, "cidadania plena" a todos aqueles que não tem acesso a ela independente de sua "condição tradicional". Todos eles, ainda que com objetivos bem distintos (e, em alguns casos, opostos) censuraram políticas que concedam "privilégios" há grupos sociais assim designados.

Fato este que levou os últimos a se distanciarem de Antônio, que, como vimos, tem posições próximas deles (e contrárias aos primeiros) no que se refere à legitimidade do uso político da categoria população tradicional por grupos sociais específicos ou mesmo como movimento social no sentido amplo. No entanto, mesmo tal reconhecimento foi admitido por Joça, cujo depoimento, como vimos, destoa do que foi dito por estes entrevistados no que tange, por exemplo, ao papel das populações locais nas políticas de conservação ambiental.

Por outro lado, vimos que Ana contestou várias afirmações que poderiam ser, pelo seu depoimento, imputadas a Bolívar, Joca, Florêncio e Toríbio, só que, do mesmo modo que estes, ressaltou importância de se considerar a questão do crescimento populacional nas UCs. Do mesmo modo, Rosa e Alice demonstraram ser radicalmente contrárias ao que disseram pesquisadores como Nicolau e Aurora sobre populações tradicionais. No entanto, ambas se preocuparam em apontar (ou seja, colocar a mostra, enfatizar, ressaltar, visibilizar) exemplos em que grupos rurais minoritários estariam seguindo práticas não muito interessantes do ponto de vista da sustentabilidade ambiental, sendo que Alice se mostrou tão crítica em relação à constituição de áreas quilombolas quanto Aurora.

Já Arminda, embora tenha concordado com minhas observações sobre a problemática mediação feita por antropólogos junto a grupos hoje incluídos na categoria população tradicional (portanto, dando certa razão à crítica feita por Bento e Rodrigo em relação a esta questão), preferiu destacar os efeitos positivos (que, diga-se de passagem, tanto Bento como Rodrigo, Ana, Alice e Rosa admitiram) das políticas voltadas para populações tradicionais. Igualmente, ao contrário do viés estabelecido por seus colegas, ao invés de enfatizar a "discriminação" para com eventuais grupos não contemplados nesta categorização, Arminda e Lúcio acentuaram a urgência de se criar mecanismos que possam fazer com que aqueles que se acham "de fora" do "bonde", como disse António, possam vir a ser assim reconhecidos.

Por outro lado, se Licurgo, Florêncio, Aurora, Nicolau entre outros adotaram a tática discursiva de colocar em xeque a condição tradicional de grupos sociais assim designados, divergindo destes, tanto Alice, Ana, Bento, Rodrigo, Luzia e Rosa (a partir de um olhar mais

crítico sobre esta designação) como Arminda, Horácio, Maria, Antônio e Lúcio (enfocando preferencialmente pontos positivos dela) tem em comum o fato de terem realçado, embora de modos distintos, a necessidade de se ampliar ações que permitam, como disse Arminda, que os que "não conseguiram alcançar esse status político" tenham o mesmo "direito de reivindicar determinadas coisas" que "as populações tradicionais".

Há diferença, porém, entre os dois últimos conjuntos de pesquisadores, surgiu quando estes começaram a se pronunciar sobre o formato e as diretrizes das políticas voltadas para o fortalecimento e a inclusão das populações locais como protagonistas dos processos de decisão envolvendo a constituição e gestão de áreas protegidas (aspecto este que tende a diferenciá-los, num nível mais elevado ou geral, dos primeiros). Assim, Rosa, Ana, Alice, Rodrigo e Bento se preocuparam sempre, após concordar sobre a "legitimidade" do movimento levado a cabo por populações tradicionais, seus representantes, assessores e simpatizantes, em enfatizar, criticamente, implicações negativas vinculadas ao uso desta categoria ou, como no caso de Bento e Rodrigo, ao papel exercido pelos seus próprios pares. Já Antônio, Horário, Lúcio, Maria, Bibiana e Arminda, embora possam concordar, eventualmente, com certos aspectos apontados pelos primeiros, preferiram escolher outros caminhos discursivos. Como resultado, esta diferença de ênfase levou Rosa Ana, Alice, Bento e Rodrigo a estarem sempre transitando entre uma postura mais crítica e outra mais cuidadosa em relação àquilo que pretendiam criticar ou concordar, condenar ou enaltecer, reprovar ou elogiar. Em suma, tal "saia-justa" discursiva, se posso chamá-la assim, fez com que estes pesquisadores adotassem uma postura mais cautelosa quando precisaram se pronunciar sobre a questão das populações tradicionais.

Tudo isso nos remete à base do que venho, reiterada e, talvez agora, já enfadonhamente tentando mostrar: quando chamados a nos posicionarmos sobre aspectos relacionados ao nosso "tema quente", somos colocados diante da necessidade de escolhermos o que iremos enfatizar, quais exemplos vamos citar, que pontos seriam importantes de serem trazidos à tona, quem e o que desejamos criticar e assim por diante. Mais do que saber quem está com a razão, é preciso saber qual e em quais termos queremos reforçar, refutar ou relativizá-la. Sendo que, neste caso, como percebeu Bento quando falávamos sobre a questão das interfaces entre conhecimentos locais e científicos (aliás, outro "ponto quente" que, por falta de tempo, não pude trazer aqui, mas que, todavia, despertou fortes divergências entre pesquisadores que, teoricamente, estariam "do mesmo lado"), "dependendo de como você entra nessa discussão, ou você sai pra um lado ou sai pra outro".

Sobre este aspecto em particular, finalizo com alguns comentários a respeito do que notou Goldman (2006, p.194) acerca da dinâmica discursiva seguida pelos candidatos a prefeito durante as eleições de 2000 em Ilhéus:

> tudo indica, pois, que os discursos e argumentos políticos parecem fazer parte de um estoque finito e limitado de enunciados, que circulam incessantemente entre emissores e receptores que não apenas alternam constantemente sua posição respectiva no processo, como atualizam enunciados aparentemente idênticos para justificar posições muito diferentes, e enunciados diferentes para justificar posições idênticas – tudo de acordo com os contextos e os interesses em jogo, isto é, com a conjuntura, como costumam justamente dizer os políticos.

Se estive falando com cientistas, já devem ter notado que nossas discussões têm um caráter eminentemente político, no sentido de que, como na citação de Goldman que abre este capítulo, meus interlocutores e eu, quando conversávamos, estávamos sempre tentando "ocupar os poucos espaços disponíveis". Para tanto, diversos argumentos, exemplos, informações, pontos de vista etc. eram trazidos para a cena discursiva visando reforçar nossas observações. Contudo, vimos que, dependendo dos objetivos pragmáticos do que estava sendo enunciado (relativos à situação de entrevista em que estávamos colocados), em diversos momentos atualizamos "enunciados aparentemente idênticos para justificar posições muito diferentes, e enunciados diferentes para justificar posições idênticas".

No caso da primeira possibilidade, de fato, afirmações muito parecidas serviram para entrevistados com posicionamentos muito distintos "justificarem posições muito diferentes". E cito aqui apenas uma, entre tantas, relativa a idéia de que "populações tradicionais vivem em harmonia com a natureza". Assim, Ana alegou que "essa imagem romântica do isolado vivendo em harmonia com a natureza é uma criação"; Joca, que "não necessariamente a agricultura que [populações tradicionais] praticavam era uma agricultura em harmonia com a natureza"; Francisco, que "onde vai ter preservação ambiental não pode ter gente, seja pobre (...) supostamente capaz de conviver 'em harmonia' com a natureza"; Bolívar, que "é meio incômodo se a gente mostra que comunidades primitivas nunca viveram em harmonia com o ambiente"; Rodrigo, que se deveria "dar atenção a estes grupos [subordinados] não porque vivam harmonicamente com o meio ambiente"; e Toríbio, que "não é verdade (...) [que] os índios vivem em harmonia com a natureza (...), essa história de dizer que população vive em harmonia com a natureza é bobagem, conversa fiada". Como vimos ao longo deste capítulo, estas afirmações foram ditas para reforçar posições muito diferentes e, por vezes, antagônicas.

O mesmo se pasou com a segunda possibilidade levantada por Goldman. Assim, tanto argumentar que "políticas da diferença", como as baseadas no reconhecimento de populações tradicionais, contribuem para "reduzir a própria desigualdade" e para "formar cidadãos" que passam a "conhecer seus direitos" (como propôs Antônio), como ressaltar que esta mesma política pode desencadear "efeitos perversos" devido a "expectativa que se cria com relação à conduta que estes grupos (...) devem ter para poderem ser objeto dessa política pública" (como alegou Rodrigo), serviram para "justificar posições idênticas". Será justamente este aspecto que faz com que, ao interagirmos com nossos interlocutores quando precisamos nos pronunciar

sobre algo relativo à discussão sobre populações locais e áreas protegidas, estejamos sempre prestando atenção à "conjuntura", isto é, aos "contextos e interesses em jogo", visto que estar atento a esta "circularidade" de argumentos parece ser uma prerrogativa básica para aqueles que desejam entrar e, depois disso, sobreviver (no sentido tanto de ser ouvido pelos demais como no que se refere à monopolização de "efeitos de verdade" citada por Rodrigo) neste campo de debate extremamente controvertido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

7.1 Um "detalhe" inconveniente: o possível ocultamento do outro na fala competente

> Um bocado de gente não sabe exatamente para onde vai, suponho; mas eu nem sei com certeza onde estive.
>
> Clifford Geertz (2002, p.15).

Na defesa de tese de Vagner Gonçalves da Silva (2006, p.18) – antropólogo que, como comentei no capítulo um, fez sua pesquisa junto a outros antropólogos -, Peter Fry o alertou de que "é uma imensa responsabilidade nos ombros do autor. Afinal, o autor tem que ser tão ou mais crítico em relação a sua própria pesquisa quanto à pesquisa dos nativos". Reconheço que também no meu caso procede a advertência feita por Fry. E, para desespero meu não há como saber, neste momento, se correspondi a essa expectativa, pois só com o desenrolar dos acontecimentos terei uma visão mais nítida sobre o que]produzi e, como percebeu Geertz, poderei saber com maior precisão "onde estive". Além disso, permanece a preocupação com àquelas implicações que, segundo Luís C. de Oliveira (2003, p.8-9), "aparecem pós-fato, depois da pesquisa feita e de seus resultados divulgados (...), num segundo momento, quando o pesquisador tem que se preocupar com a divulgação ou com a repercussão dos resultados". Mas, enquanto escrevia o último capítulo, já inquieto com possíveis conseqüências que a tese poderia acarretar depois de finalizada, me deparei com este trecho do depoimento de Rodrigo:

> você está implicado nestes processos, quer queira, quer não, você é parte. A questão é em que medida você reconhece isso e, ao reconhecer, define sua posição ou percebe sua posição nesse embate. E isso, por sua vez, tem rebatimento do ponto de vista ético. Quer dizer, é um problema simultaneamente epistemológico, de concepção da natureza do conhecimento que você produz e da relação disso com questões de ordem política, ou seja, do seu lugar aí dentro como cidadão, das suas visões a respeito do que é justiça social, tudo isso vai junto (...). Na minha conclusão da tese tento fazer um exercício similar ao que autores de certas tradições teóricas fazem, que é não só apresentar as conclusões analíticas, mas as conclusões de ordem política e moral. A direção na qual vejo que as coisas deveriam caminhar, ao meu juízo e a partir do conhecimento que acumulei. Que conclusões de ordem política e moral precisaria retirar do meu trabalho. Várias pessoas podem tirar outras, mas me antecipo e digo quais são as minhas.

Acompanhando Rodrigo, "antecipo" agora uma "questão de ordem política" que, certamente, tem "rebatimento do ponto de vista ético" e está intimamente vinculada às opções metodológicas que assumi. Como comentei, ao incentivar meus interlocutores a falarem durante nossos encontros, buscava que eles expusessem suas visões sobre outras pessoas,

lugares e acontecimentos. Gostaria, porém, de me reter às primeiras, especificamente, às pessoas que, no presente caso, identifiquei aqui genericamente como "populações locais".

Numa situação de entrevista há sempre um "outro" a quem se fala e uma troca constante de papéis onde se alternam instantes em que um (locutor) está com a palavra enquanto outro (respondente) escuta e assim sucessivamente. Porém, já vimos no segundo capítulo que pode haver também "outros ausentes" sobre quem ambos falam. Como ressalta Amorim (2004, p.97), apesar de haver "sempre um *eu* que enuncia e o faz dirigindo-se a alguém que ele designa como seu interlocutor – o *tu*", o primeiro "fala a um tu de alguma coisa, quer dizer, de um ele. Mesmo quando falo de mim mesmo, me constituo objeto da minha fala e este objeto está, como qualquer outro, no lugar do *ele*". Em suma, excetuando-se "eu e tu", os demais (pessoas ou coisas) viram, na interação, "objetos" de suas respectivas falas.

O caso é que várias passagens aqui reproduzidas dizem respeito ao papel de sujeitos social e economicamente vulneráveis atingidos por políticas que visam disciplinar o uso de recursos naturais, ou seja, o fazer e o pensar destes sujeitos viraram "objetos" de debate entre nativos da pesquisa. Avaliações e julgamentos expressos tanto por meus interlocutores como por mim diziam respeito a grupos sociais que, em um contexto mais amplo, possuem pouco poder simbólico e material para fazer valer seus pontos de vista e impor práticas sociais. Assim, tanto na primeira parte da tese (relativa aos textos científicos) como na segunda (composta de depoimentos dos entrevistados), estes sujeitos permaneceram ausentes e, pior, silenciados. No caso específico dos trechos citados no sexto capítulo, tanto cientistas críticos em relação ao papel exercido por populações locais na confecção e execução de estratégias de conservação como os que vêem nestes um potencial aliado neste processo, eu e meus colegas conversamos **sobre** e não **com** pessoas que, provavelmente, estariam muito interessadas em participar da discussão.

No caso da situação de entrevista, o encadeamento das mediações entre entrevistador e entrevistados poderia ser representado da seguinte forma: um **eu** (entrevistado) fala **para/com** um **outro** que está **presente** (entrevistador) **sobre** um **ele** que está **ausente** (populações locais). Ocorre que, posteriormente, um outro **eu** (autor da tese), para falar **sobre** os sujeitos da pesquisa (pesquisadores, que agora fazem às vezes de **eles**) para seus possíveis leitores (que então constituem vários **tus**), retraduziu novamente o que se disse **sobre** aquele **outro_ausente**. Quer dizer, há aí uma dupla tradução, ou melhor, uma dupla meta-tradução que invisilibiza o protagonismo daqueles que chamei genericamente de populações locais (categoria esta que já poderia ser motivo de crítica). Em dois momentos distintos da pesquisa (situação de entrevista e texto da tese) estas últimas permaneceram ausentes ou, mais problemático, visíveis não como sujeitos capazes de propor objetivos e praticar ações, mas como objetos do diálogo acadêmico

competente. Sem contar a tendência de que, como lembra Goffman (1985, p.158), quando membros de um grupo (no caso, cientistas) "vão para os bastidores, onde a platéia não pode vê-los nem ouvi-los, depreciarem de forma incompatível com o tratamento que lhes é dispensado frente a frente (...). Às vezes, certamente, ocorre o inverso da depreciação, e os atores elogiam (...), mas a detração secreta parece ser muito mais comum do que o elogio secreto". Tendência esta que, se consideramos os depoimentos contidos no sexto capítulo, se concretizou aqui de uma forma mais do que evidente.

Se tomarmos o recorte empírico da pesquisa, aqueles que, potencialmente, estariam sendo reconhecidos e se reconhecendo como "população tradicional", por exemplo, não foram procurados por mim. Seus interesses, desejos, argumentos, visões e conhecimento estiveram presentes sempre "na voz do outro", daquele que, ao falar sobre pessoas ausentes (eu incluído), acabou muitas vezes julgando suas condutas. Esta situação me impôs uma questão delicada, visto que, com exceção de arenas locais constituídas em torno de conflitos particulares e geograficamente delimitados, muitos grupos sociais que vivem em espaços rurais possuem pouco "capital" social, cultural, político, econômico, científico, enfim, simbólico que lhes permita ocupar uma posição de protagonista na discussão mais ampla sobre políticas de preservação em geral e áreas protegidas em particular.

Como resultado, a diversidade de sujeitos sociais e a complexidade de interesses em jogo foram traduzidos através das falas dos pesquisadores e retraduzidos por mim na tese. Como acontece com pessoas que vivem próximas ou dentro de áreas protegidas – as quais têm condições mínimas de acessar o que se diz sobre elas no âmbito científico e, igualmente, nos círculos sociais onde são pensadas e planejadas políticas públicas -, seus interesses terminaram, mais uma vez, mediados a partir do discurso perito[291]. Situação agravada se pensarmos no lugar social ocupado por cientistas, visto que estes dificilmente poderiam ser percebidos como estando em condição de subalternidade. No máximo, alguns reivindicariam o status de alguém que olha de "fora", observador externo e isento (argumento com o qual não compartilho). E, mesmo no caso de antropólogos, seus entendimentos têm forte relação com experiências pessoais vivenciadas em realidades específicas e não tão facilmente generalizáveis para outros contextos e grupos sociais.

Como ocorre normalmente nas ciências humanas, esta questão não se colocava durante boa parte da pesquisa, ou seja, não pude, até certo momento, percebê-la e racionalizá-la como objeto de reflexão. Porém, finalizadas as entrevistas, ao me dar conta destas implicações todas,

[291] Não quero dizer que todos os entrevistados fizeram uso instrumental desta "competência", apenas que a posição que ocupam, queiram ou não, lhes confere um papel e uma posição privilegiada perante os demais, afinal, por mais que o Rei repugne ou não queira exercer seu poder de direito, muitos súditos continuarão reconhecendo-o como Rei e, com isso, tenderão a não contestar tal posição, mas sim proceder "como se ele fosse" seu Rei.

permaneceu sempre comigo a idéia de estar ajudando a invisibilizar e desqualificar possíveis avaliações feitas por interessados "menos competentes". Se, como diz Amorim (2004, p.45), "colonizar é também traduzir", não estaria contribuindo para silenciar e retirar poder de grupos sociais minoritários já sem muita força política? Não estaria correndo o risco, ao fazer da relação entre populações locais e áreas protegidas um mote a ser discutido junto com meus pares, de cometer um duplo ocultamento destes sujeitos, reduzindo seu protagonismo e sua heterogeneidade sociocultural ao que cientistas tinham para dizer (seja através de publicações seja através de depoimentos gravados)? Não estaria reforçando tentativas de desqualificação de saberes, práticas e interesses de grupos sociais já fragilizados, contribuindo assim, mesmo que indiretamente, para bloquear ainda mais suas possibilidades de intervenção ativa e criativa em discussões que lhes dizem diretamente respeito? Ao conferir aos pesquisadores reconhecimento para falar sobre este tema (afinal, fui procurá-los muito porque eram pesquisadores conhecidos e conceituadas em suas respectivas áreas), não estaria reforçando uma atitude neocolonial acadêmica tal e qual como a sugerida por Lobão (2006)?

Creio que o problema persiste e não poderá ser resolvido. Mas, se passei então a me perguntar como contornar as implicações desta constatação tardia, a primeira coisa que me veio à mente foi compartilhá-la com o leitor. E, ao explicitá-la publicamente, me rendo às eventuais críticas que possam vir pela frente. Contudo, um atenuante talvez seja o fato de que, como lembra novamente Amorim (2004, p.30), por vezes "o esforço em apagar uma presença (...) só faz confirmar esta presença". Quem sabe o simples fato de expor, contrastando-os, pontos de vista divergentes possa mostrar como são amplos e difusos os entendimentos sobre o assunto, o que, por sua vez, aponta justamente para a necessidade de maior cautela (quanto as nossas certezas) caso se tenha a pretensão de falar sobre minorias em uma sociedade tão desigual quanto a nossa. Quiçá explicitar a evidente presença de antagonismos, a pluralidade de interpretações, a diversidade de visões, o não entendimento mútuo e o vasto desacordo entre especialistas possa reforçar a urgência de se adotar uma atitude interpretativa mais humilde por parte de todos aqueles que desejam dizer algo sobre nosso "tema quente".

Se algumas conseqüências advindas de opções metodológicas que tomei não podem mais ser alteradas, espero, ao menos, ter contribuído para relativizar algumas certezas. Anseio este que pode parecer paradoxal à primeira vista (sobretudo para aqueles que acham que um estudo científico teria como função apontar o que seria "correto" e "verdadeiro"), mas não o é se pensarmos que muitas ações autoritárias (no caso de mediadores técnicos e *policy makers*) e práticas pouco efetivas (no que concerne à conservação da biodiversidade) têm sido executadas com base em convicções cuja legitimação vem, em grande medida, respaldada pelo carimbo científico. Portanto, relativizar aqui significa tornar explícita a existência de um ambiente de

incerteza num universo (político-científico) marcado pela busca incessante por compreender a realidade em que vivemos, o que, do meu ponto de vista, reforça a necessidade de se ter uma conduta marcada mais pela prudência e menos pela arrogância. Afinal, como bem lembra Carlos Valter Porto Gonçalves (*apud* Monteiro, 2002, p.iii), "o fato de nós vivermos de falar do que os outros sabem dá a impressão de que a gente sabe. Eu, por exemplo, sou capaz de fazer uma tese sobre pesca e não saber pescar. Isso é perfeitamente possível. Mas não nos esqueçamos de que o pescador que não sabe falar sobre a pesca, sabe pescar, porque o ato de pescar pressupõe o saber pescar. Nós é que confundimos o saber com o saber falar".

Finalmente, pelo conteúdo deste tópico, alguém poderia supor que estaria adotando uma postura que vai contra a necessidade de haver regras e controle social que garanta proteção à biodiversidade. Não é o caso. É evidente que grupos culturalmente distintos que possuem percepções e modos de se relacionar com a natureza diferente das cosmovisões contemporâneas dominantes não podem ser vistos como se fossem bons samaritanos do meio ambiente, pessoas que teriam, em si, propensão quase genética para a preservação ambiental. Como sugeri há pouco, a controvérsia sobre "bons" ou "maus selvagens" ou sobre a propensão "natural" ou "intrínseca" de certos grupos sociais para a conservação ou destruição ambiental me parece analiticamente estéril e leva a infindáveis (e irresolvíveis) contestações de parte a parte. No meu entender, seria mais produtivo, ao caracterizar grupos sociais específicos, evitar a armadilha de tentar provar, "cientificamente", esta ou aquela tese. Assim procedendo, corremos o risco de simplesmente eliminar ou reduzir, a uma questão decisiva e finalista, multiplicidades identitárias, contextos culturais, heterogeneidades sociais, subjetividades individuais, especificidades geográficas, indeterminações e contingências históricas.

Não se trata de associar povos e populações tradicionais ao mito do "bom selvagem" roussoniano ou de imaginar que elas possuiriam o dom da preservação ambiental inoculado em suas práticas sociais. Porém, será a melhor opção, para aqueles que pensam nossas políticas ambientais, tratá-las como se fossem potenciais infratores, pessoas prontas para, na primeira oportunidade, depredar os recursos disponíveis ao seu redor? Seria o caso de rotular as experiências e conhecimentos que estas populações carregam consigo como se fosse algo descartável, inferior, inculto, primitivo ou menor? E se tentássemos estranhar nossas próprias certezas quanto às estratégias, objetivos e justificativas do porquê conservar a natureza de modo a também nos deixarmos conscientizar pelo que estes grupos subalternos têm para nos dizer? E se olhássemos para a quantidade de certezas que nossa própria ciência produziu e, depois de algum tempo, ela própria negou sobre, por exemplo, teorias e conhecimentos científicos relacionados à biodiversidade, estratégias eficazes de proteção ambiental, critérios adotados para delimitar áreas prioritárias?

Se grupos sociais culturalmente diferenciados são ou não os mais indicados para "cuidar da natureza", na maioria dos casos possuem menor poder de fazer valer seus interesses e pontos de vista. O que significa que, além do interesse geral (seja ele qual for), ao pensarmos em áreas protegidas, é preciso considerar, como elementos centrais a orientar nossas ações, tanto as desigualdades sociais como as especificidades circunstanciais envolvidas.

7.2 Sobre controvérsias e encruzilhadas

> Portão aberto, caminho pra você descobrir, estrada deserta esperando você pra poder existir.
>
> Grupo O Terço, 1973.

Com exceção talvez do quinto capítulo, ao longo de toda tese uma característica esteve sempre presente tanto nas publicações científicas citadas como nos depoimentos das pessoas com quem conversei: estivemos lidando constantemente com controvérsias. Vimos como estas tendem, de distintos modos e intensidades, a mobilizar a atenção de grande número de cientistas. Como ficou explícito no sexto capítulo, é, sobretudo no momento em que falamos sobre elas que a polaridade emerge com toda sua força e quando a alteridade presente se mostra mais saliente. Se, por vezes, o debate caracteriza-se pela instabilidade e fluidez, em certos momentos nos vemos, de fato, diante de "lados" bem definidos. Afinal, para marcar diferenças, é preciso que divergências entre especialistas sejam exteriorizadas e assumam a forma concreta de um debate discursivo sobre temas específicos, situação em que os diversos sistemas dicotômicos mencionados (que, como vimos, são fartos) podem vir a ser acionados.

Isso acontece, em parte, porque será muito difícil, caso um pesquisador queria entrar pra valer na discussão sobre áreas protegidas e populações locais, fugir à necessidade de, ao menos, reconhecer a existência desses lados e divisões. Poderá não concordar com as "visões" de seus representantes, se recusar a tomar uma "posição" definida ou mesmo não aceitar a pertinência do debate, mas, ainda assim, não poderá simplesmente rejeitar a existência de controvérsias que seus colegas se vêem envolvidos. Metaforicamente, pode-se dizer que há uma tendência, quando diante de temas polêmicos, daqueles que se vêem ou são vistos como pardos se inclinarem para o lado dos brancos ou dos pretos, daqueles que são ambidestros passarem a usar preferencialmente um só lado do corpo ao se movimentar ou, ainda, que protagonistas como Frédéric se aproximem ou se afastem mais de Dambreuse ou de Arnoux[292].

Porém, a despeito de toda esta situação, também podemos encontrar cientistas que não aceitam tão facilmente as regras do jogo implicitamente subjacentes à discussão. Um primeiro aspecto refere-se à possibilidade de nos vermos diante de um debate retórico sem fim resultante

[292] Ver pág. 154 e 200 e notas 174 e 216.

do fato de que se trata muito mais de entendimentos vinculados a questões éticas particulares de cada debatedor (e onde suas trajetórias exercem papel decisivo) do que da pretensão de explicar ou produzir conhecimentos científicos. Raul Valle (2004, p.314), por exemplo, falando sobre "direitos dos índios ou direitos da natureza" na questão polêmica que envolve a situação dos Guarani em unidades de conservação na Mata Atlântica, percebeu bem este aspecto de uma batalha cujo final possivelmente não terá vencedores:

> boa parte dos argumentos levantados por aqueles que se debruçam sobre o problema são fundamentados em preceitos morais, mesmo quando se propõe a analisá-lo de forma 'técnica'. As discussões sobre a anterioridade da presença humana em determinada região, ou a íntima relação entre biodiversidade e sociodiversidade, só fazem sentido se analisados à luz da moral, se compreendidos os valores que estão sendo confrontados, pois **suas conclusões** – dispares em muitos casos – **servirão para justificar determinada solução para o problema** perante a sociedade em geral. Assim, quando vemos que **informações sobre a presença histórica de determinado povo indígena na região 'sob disputa' vem sendo usadas** por ambas as partes da contenda **para construírem seus argumentos e para justificarem suas posições**, logo percebemos que **há um princípio ético.** (...) **as partes** envolvidas nesse dilema **brigam**, cada qual, **para implementar uma solução que privilegie aqueles valores por ela defendidos**, que podem se resumir, numa grande generalização, à conservação de espécies de fauna e flora ameaçadas de extinção para os ambientalistas, e à garantia do direito à terra aos povos indígenas para os indigenistas.

Como visto no itens 4.4, 4.5 e no capítulo anterior, não é nada difícil trazer exemplos empíricos de populações tradicionais que contribuíram para a diminuição da biodiversidade em uma UC; mas, do mesmo modo, procurar por casos em que populações tradicionais ajudaram a preservar a diversidade biológica - seja dentro ou fora de UCs - não é nada complicado. Ao propor discutir questões a partir de perguntas como as que fiz no início do item 4.5, conflagra-se uma guerra sem fim por dados, estudos de caso e autores que comprovem nossas teses. Só que neste caso há grande chance de estarmos diante de controvérsias irresolvíveis, visto que entrar em um debate fortemente marcado por diferentes concepções éticas e morais implica disputas sobre juízos de apreciação cujos fundamentos levam a trilhas distintas.

Por outro lado, toda esta situação de confronto vincula-se à geração de um emaranhado de macro e micro-controvérsias (que ora se confundem, ora se mesclam, ora se distinguem, ora desaparecem) em que, como vimos no quarto capítulo, distintas táticas discursivas entram em cena. Mas, além dos diversos modos de apresentar e lidar com uma controvérsia ser proporcional à imaginação daqueles que pretendem discuti-la, muitas tenderão a se transformar em discussões, se não sem solução, no mínimo, de longa, exaustiva e estéril duração, visto sempre ser possível identificar "evidências" que contrariem determinada tese, hipótese, argumento, dado, informação etc. Maria Inês Ladeira (2004, p.241) intuiu esta possibilidade ao falar especificamente sobre a relação entre povos indígenas e meio ambiente, mas creio que seu conselho-constatação possa ser estendido para todas as populações locais que vivem próximas ou dentro de áreas protegidas:

> duas concepções correntes sobre a relação dos índios com a natureza se contrapõem. Uma delas se funda na idéia inspiradora de harmonia entre índios e a natureza e a outra de que as práticas tradicionais de

> subsistência indígena são destrutivas e desequilibradoras. **Essas concepções dificultam a compreensão sobre a relação das sociedades** indígenas **e o seu ambiente e a busca de alternativas concretas de conservação**.

Pesquisadores, para debaterem nosso "tema quente", se vêem a todo o momento diante da necessidade de tomar posições e construir pontos de vista nada estáticos. Mais uma vez, chegamos ao mesmo ponto: quando iniciamos uma pesquisa, escolhas devem ser feitas. Nesse sentido, enfrentar uma controvérsia representa algo parecido a chegar a uma encruzilhada ou labirinto: se queremos prosseguir (ou seja, dela participar) poderemos escolher um caminho, atalho ou mesmo ficar parado no meio da encruzilhada. Ao optar por uma estrada (um argumento?) já conhecida, trilhada e desbravada por outros pesquisadores, é possível que venhamos a descobrir novas paisagens que passaram despercebidas pelos que antes vieram; porém, também é possível que terminemos como aqueles turistas que, ao visitarem determinados cartões postais, como Pão de Açúcar, Corcovado, apenas replicam e mimetizam as mesmas históricas e comentários feitos por milhares de visitantes anteriores. Se decidimos seguir um atalho (uma hipótese?) desconhecido, é possível que cheguemos diante de uma aconchegante estalagem ou pousada; mas, também, há o perigo de termos de cruzar desertos inóspitos, pântanos sombrios ou, ainda, ser atacado por ladrões a espera de algum peregrino desavisado. Já se ficamos parados no meio da encruzilhada (observando os que passam, conversando por um momento com eles e refletindo sobre as decisões que tomam), vejo duas possibilidades: uma é que simplesmente fiquemos para trás e sejamos esquecidos pelos demais; a outra, que, depois de algum tempo, outros viajantes que haviam seguido algum caminho ou atalho comecem a retornar, já que as trilhas escolhidas, tal como num labirinto, os fizeram andar em círculos. Em todo caso, teremos de apontar para onde vamos (ou não vamos).

Aqui arrisco dizer que talvez as batalhas (ou controvérsias) envolvendo nosso "tema quente" parecem seguir mesmo rumo do "efeito SLOSS" que vimos no item 3.4[293], sendo no futuro, como notou Morsello (2001), relegadas a um "um interesse histórico"[294]. Afinal, se

---

[293] Apenas para relembrar o leitor (ver páginas 169/170), o debate SLOSS, abreviatura de "single large or several small", durou anos sem que os cientistas envolvidos chegassem a uma solução ou consenso (a não ser, talvez, sobre a irrelevância de continuar a debatê-lo). Citando novamente Morselo (2001, p.), chegou-se a conclusão de que ausência de uma resolução para o debate "está na complexidade inerente ao processo de seleção de reservas. Não existem regras simples e aplicáveis que possam ser generalizadas para qualquer lugar e situação".

[294] Outro exemplo de controvérsia interminável foi o debate já mencionado entre construtivistas e realistas (que ficou conhecido como "guerra das ciências") iniciado nos anos 1980, sobretudo, entre cientistas anglo-saxões. Como o "efeito SLOSS", nele se envolveram inúmeros cientistas em intermináveis batalhas sem vencedores. Um episódio inusitado pelo qua tal "guerra" ficou famosa foi o chamado "caso Sokal". Guilherme Sá (2006, p.182) resume-o bem: "a 'reação sociológica' veio por meio de uma edição especial da revista Social Text, que versava sobre as guerras das ciências. Mas o que os responsáveis da revista desconheciam era que o físico Alan Sokal (...) estava envolvido numa conspiração ´ativamente apoiada´ para enganar a revista e levá-la a publicar o seu artigo *Transgressing tha Boundaries: Toward a Transformative Hermeneutics of Quantum Gravity* (...). Sokal expôs o embuste em outro artigo, *A Physicist Experiments with Cultural Studies*, que apareceu quase ao mesmo tempo na revista *Lingua Franca*, e no qual caracterizava o artigo publicado em *Social Text* como sendo uma combinação de

sempre teremos exemplos disponíveis para reforçar a tese de que populações locais usaram seus recursos naturais de maneira "insustentável", da mesmo modo, não será difícil encontrar exemplos de grupos locais que manejam tais recursos de modo "sustentável". O que nos leva a atentar para o possível caráter irresolvível da questão, pois, como percebeu Bourdieu (1998, p.177), "existe um monte de 'fontes', reais ou presumidas, jogando lenha na fogueira das disputas eruditas". Aurélio Rios (2004, p.83-84) parece ter percebido o perigo de estarmos diante de um novo "efeito SLOSS" ou "caso Sokal". Segundo ele:

> em nada auxilia o debate e as formas possíveis de conciliação dos interesses da preservação ambiental e da manutenção de populações tradicionais nos seus territórios a indicação de exemplos extremos de degradação ambiental que possam ter sido causados por populações tradicionais às Unidades de Conservação (...) ou o descaso causado pelo abandono e má gestão de áreas protegidas (...). Os casos ilustrativos de desmandos e má gestão dos recursos naturais pouco contribuem ao debate se deles se extraem, como regra ou princípio, a exclusão das populações tradicionais do manejo dos Parques e Reservas ou, ao contrário, a impossibilidade de qualquer intervenção da autoridade pública em caso de uso insustentável e sistemático de recursos naturais por parte de populações residentes nas áreas protegidas.

A coletânea onde se encontra os artigos de Valle, Ladeira e Rios ("Terras indígenas e unidades de conservação: o desafio das sobreposições") é emblemática para pensar sobre a questão. Configurando verdadeiro laboratório para estudos sobre o tema, só ela já daria um ótimo objeto de pesquisa para uma dissertação de mestrado. Editado pelo ISA e organizado por Fany Ricardo (2004), seus textos ilustram bem os comentários destes três autores. Nesta publicação encontramos artigos de pesquisadores que enfatizam tanto o caráter positivo quanto negativo da relação entre etnias indígenas e biodiversidade (embora os segundos sejam em menor número, o que é compreensível, pois se trata de publicação editada por uma instituição com perfil bem definido). Mas todos os autores tem muitos casos para contar, muitos exemplos para trazer e, sobretudo, muitos colegas para citar que ajudam a fortalecer seus pontos de vista.

Se pretendemos escapar a esta guerra por evidências, isso depende em boa medida do quanto estamos dispostos a discutir a relação entre áreas protegidas e populações locais a partir de um tom menos rígido, cáustico e corrosivo; do quanto somos capazes, como alertou Clifford Geertz (2000) para o caso da mordaz controvérsia que se estabeleceu certa vez entre Marshall Sahlins e Gananth Obeyesekere, de sustentar a intensidade do debate (pois considero positivo a permanência e o enfrentamento da polêmica), mas, igualmente, de "refrear [nossa] propensão a se ofender e a brigar pela vitória; de [sermos] capazes, em meio ao rancor alimentado e ao orgulho ferido, de continuar a conversar".

O que não significa, porém, abdicar de nossas posições e comprometimentos pessoais e morais, pelo contrário, pois aceitar o que o outro tem a dizer se esforçando em entender seus porquês no sentido de considerar seus pontos e vista como algo tão valioso (e tão verdadeiro)

´disparate´ e ´parvoíce´. (...) o 'caso Sokal', como ficou conhecido o evento, tornou-se a mais famosa batalha travada neste período de guerra".

quanto os nossos não quer dizer que devamos deles abrir mão. Ocorre que, além de proceder dessa forma permitir trazer nossos próprios recalques à superfície morna de nossas certezas mais profundas, só a partir do reconhecimento das diferenças é que se pode procurar por semelhanças e pelo que é comum. Em todo caso, se continuarmos aceitando tacitamente as regras do jogo interpretativo, comprando brigas discursivas de nossos adversários e pagando para ver a mão (os argumentos) de nossos vizinhos (ou seja, desafiando-os), vejo que papel fundamental precisá ser exercido pelos "que vierem depois", isto é, por cientistas e não cientistas que, no futuro próximo, se interessarão pelo nosso "tema quente". Deles saberemos, quando recontarem e reinventarem a história que vivemos e fazemos hoje a partir das pegadas e rastros que deixamos, quantas voltas demos no labirinto controvertido do debate sobre populações locais e áreas protegidas.

7.3 Reconectando alguns fios soltos

> É preciso multiplicar os lados, quebrar todo círculo em prol dos polígonos.
>
> Claire Parnet (Deleuze e Parnet, 1998, p.10).

Quando ainda no tempo da qualificação, me via cercado de dicotomias e frases do tipo "isto ou aquilo". Para todo lugar que olhava, elas apareciam sem cessar, me levando a becos sem saída do tipo: priorizar a preservação da biodiversidade ou da sociodiversidade; garantir proteção às espécies, ecossistemas, paisagens e remanescentes florestais ou qualidade de vida às populações locais, comunidades tradicionais, povos indígenas e quilombolas remanescentes; privilegiar UCs de uso indireto ou de uso direto; instalar conselhos consultivos ou deliberativos; apostar em planos de manejo ou de uso; considerar a essência de um ser humano visto como uma única e mesma espécie ou as distintas especificidades culturais e subjetividades individuais construídas por seres humanos socialmente diferenciados; levar em conta a primazia do país/nação/humanidade/gerações-futuras ou os direitos de comunidades/etnias/grupos sociais subalternos; valorizar saberes científicos ou saberes locais; procurar pela generalização e aplicação de modelos ecológicos replicáveis e que garantam previsibilidade ou considerar a heterogeneidade social irredutível a padrões gerais e o caráter histórico contingente das ações humanas; priorizar ações afirmativas para fortalecer a autonomia e o protagonismo de grupos sociais minoritários ou medidas de correção de caráter mais estrutural que visem diminuir a desigualdade social como um todo; dar preferência às políticas ambientais "focadas" ou socioambientais "difusas"; atentar ao que falam cientistas naturais/ecólogos/biólogos da conservação ou para o que dizem cientistas sociais/antropólogos/etnoconservacionistas; ver a ciência como fato ou como construção social; buscar separar o fazer ciência da ação política ou desconstruir a política que há por trás

da ciência; buscar neutralidade/isenção/objetividade em nossas pesquisas ou lidar com ela a partir de algum tipo de engajamento/comprometimento/militância; apostar nas propostas de preservacionistas ou conservacionistas; apoiar socioambientalistas ou ambientalistas; criticar ecocêntricos ou antropocêntricos; considerar natureza como tendo direito intrínseco de evoluir ou como representação social ligada ao imaginário simbólico de uma dada sociedade; admitir que cientistas se orientam pelo mito do bom selvagem ou pelo mito da natureza intocada.

Como vêem, meu trabalho parecia ser relativamente fácil. Bastaria sair a campo a recolher dados, fatos e eventos que ilustrassem (e comprovassem, claro) tais oposições. Porém, como acontece normalmente, o *campo* surpreende, afeta, transforma. Cada vez mais os "lados" se ampliaram e o que parecia ser límpido, claro, definido, estável foi desmoronando e se desmanchando. Primeiro, porque "posições" assumidas por alguns pesquisadores não são tão estáticas e automáticas como pareciam à primeira vista. Por trás das dicotomias e oposições conceituais, havia também movimento, mudança, reacomodação, adaptação, enfim, instabilidade. Segundo, que não se trata **só** (e esse advérbio é essencial) de uma "guerra" entre dois lados, mas de múltiplos lados que se materializam conforme contextos-momentos específicos. A despeito das polêmicas vistas ao longo da tese (reforçadas, no sexto capítulo, pelo modo como dispus seus depoimentos na forma de ponto e contraponto, dito e contradito), "atores" que aparentemente estão em lados opostos ou possuem visões divergentes podem, potencialmente, agir pragmaticamente **como se** (e, novamente, a expressão é aqui importante para o sentido da frase) fossem aliados ou em prol de interesses pontuais, mas comuns.

Em síntese, distinções não se dão no vazio, mas estão sempre situadas. Criticar ou concordar, marcar posição ou flexibilizar distinções depende de onde se enuncia (o lugar do discurso), de onde se está e com quem se deseja dialogar ou antagonizar. Obviamente, tal equilíbrio, marcado pela multiplicidade circunstancial, só poderia ser fluido. Por entre os interstícios das oposições perenes, há diferentes planos onde se estabelecem solidariedades tênues, movediças. Se o contraditório e a divergência está sempre presente, o consenso e a convergência (ainda que latente) idem. Não há acordos definitivos, mas consensos provisórios, tácitos e táticos. Como pesquisadores não ficam parados nem no tempo nem no espaço, estão sempre se cruzando, só que, como não sabemos antecipadamente o que irá sair desse cruzamento, este é sempre um encontro delicado que pode se materializar como desencontro. Isso leva a uma atenção constante, afinal, é preciso localizar os outros para se localizar entre os outros, é necessário reconhecer proximidade e distância para reafirmar ou mudar de "posição".

Já sobre distâncias disciplinares, como vimos no quinto capítulo, para além da oposição entre cientistas sociais e cientistas naturais, diferenças metodológicas, epistemológicas e teóricas, ao invés de estar na base de rivalidades e incompreensões, podem estar sendo

selecionadas, conscientemente ou não, pelas pessoas para marcar distinções ou identificações. Além disso, como muitos pesquisadores circulam, mantêm contato e convivem com colegas de outras áreas, boa parte deles sabe até onde pode ir, pois conhecem minimamente os "territórios inimigos". Como percebeu meu orientador Roberto Moreira já mais ao final da tese, se estamos diante de embates que se dão nas intersecções dos campos político e científico, ainda que capitais científicos acumulados no segundo confira legitimidade para agir e interpretar, será no primeiro que a luta aparecerá mais nitidamente e com maior vigor. É aqui que assimetrias irão surgir, que o exercício do poder de fixar e monopolizar pontos de vista irá se explicitar.

Tudo isso nos leva a um aspecto essencial. Há uma relativa autonomia, um grau elevado de liberdade para que pesquisadores façam suas opções argumentativas, decidam quais pressupostos adotar, com quem aspiram debater, quais idéias desejam comentar, que exemplos pretendem trazer e com que finalidade. Como há uma intencionalidade por trás do trabalho científico e, claro, das ações executadas no plano político, ao sermos cutucados e provocados, escolhemos o que desejamos ou não enfatizar. E espero que o sexto capítulo tenha mostrado como esta intenção se efetiva na prática. Além disso, vimos que mesmo pontos de vista mais rígidos são, por vezes, relativizados se atentarmos para o lado fraco de uma enunciação. Quando um pesquisador concorda com certa afirmação ou argumento para, em seguida, através de operadores argumentativos (os famosos "modalizadores" como "agora! ...", "mas, ...", "por outro lado, ...", "embora ..."), os enfraquecer a partir de um argumento conclusivo contrário, ele está, ainda que indiretamente, reconhecendo a pertinência da idéia inicial que justamente pretendia debilitar ou se contrapor. Em suma, há uma pragmática envolvida.

Por fim, se há tensão entre imperativos categóricos provenientes de ênfases universalizantes ("lei vale para todos"; "acesso à cidadania e qualidade de vida são direitos de qualquer cidadão"; "biodiversidade é patrimônio da humanidade") e particularizantes ("regras sobre uso dos recursos precisam considerar especificidades sociais, culturais e econômicas"; "normas ambientais devem levar em conta variabilidades ecossistêmicas, topográficas, biofísicas, etc."; "assimetrias de poder em nossa sociedade impõem políticas e direitos especiais para grupos subalternos"), uma alternativa não elimina a outra, ou melhor, ambas não se auto-excluem. E aqui volto às dicotomias e ao cacoete de proceder sob a lógica do "ou isto ou aquilo". Talvez o que falte um pouco em nossas discussões sobre áreas protegidas e populações locais seja o uso mais freqüente da conjunção aditiva "e". Sendo um operador discursivo inclusivo, que dá a idéia de "soma" e não de "alternativa" (como "ou"), praticar seu uso me parece fundamental se desejamos compreender as idéias do outro. Como sugere Parnet,

> não são os elementos, nem os conjuntos que definem a multiplicidade. O que define é o E, como alguma coisa entre os elementos ou entre os conjuntos. E, E, E, a gagueira. Até mesmo, se há apenas dois termos,

> há um E entre os dois, que não é nem um nem outro, nem um que se torna outro, mas que constitui, precisamente, a multiplicidade. Por isso **é sempre possível desfazer os dualismos de dentro**, traçando a linha de fuga que passa entre os dois termos ou os dois conjuntos, o estreito riacho que não pertence nem a um nem a outro, mas os leva, a ambos, em uma evolução não paralela (Deleuze e Parnet, 1998, p.45).

Enfim, se tivesse força suficiente para subverter o teor e as regras do jogo argumentativo que cercam o trabalho de interpretação (seja ou não ela considerada científica) do debate sobre populações locais e áreas protegidas, creio que, além de seguir a sugestão de Alice em depoimento já reproduzido ("a primeira coisa que faria era acabar com esse rótulo de dizer sou isso ou sou aquilo"), faria cessar a proliferação de antagonismos simplificadores e, sobretudo, oposições substancializadoras em proveito do movimento e da interação dos sujeitos, da sua fluidez identitária circunstancial e da pluralidade instável, dinâmica, segmentária e contextual de seus pontos de vista. Se operamos a partir de uma lógica dicotômica (e o parágrafo que inicia este tópico ilustra esta prática) em que é preciso estar atento em saber onde estamos e qual posição ocupamos, há também ambivalências e idiossincrasias em nossa prática cotidiana no seu sentido mais literal, a saber, de quem experimenta, numa dada situação-momento, sentimentos conflitantes e reage de modo muito pessoal e, sobretudo, reflexivo às ações dos sujeitos sociais com quem dialoga (seja divergindo seja convergindo) e se relaciona (seja de modo presencial seja através de textos escritos).

Bibliografia Referenciada

ABREU, Caio F. *Os dragões não conhecem o paraíso*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

ADAMS, Cristina. *Caiçaras na mata atlântica: pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental.* São Paulo: Annablume : FAPESP, 2000b.

_____. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. *Revista de Antropologia*. V.41, nº1. São Paulo: USP, 2000a.

ADOMILLI, Gianpaolo Knoller. Interações e representações em relação à apropriação social dos recursos naturais: o caso do parque nacional da Lagoa do Peixe. - nacional da Lagoa do Peixe–RS. Apresentado no *Tenth Conference of the International Association for the Study of Common Property*. Oaxaca, México: agosto de 2004. Disponível em http://dlc.dlib.indiana.edu/archive/00001423/ - acessado em dezembro de 2007.

ALBUQUERQUE, J. M. Importância ecológica, sócio-cultural, como meio de produção autosustentada. *Monografia* (Especialização em Geografia) - Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Guarapuava/PR, 2000.

ALDÉ, Lorenzo. Etnia, pra que te quero. In.: *Revista de história da biblioteca nacional*. Ano 2, nº18. Rio de janeiro: março de 2007.

ALEXANDRE, Agripa. A política que se aprende: avaliando o processo de implementação das reservas extrativistas no Brasil à luz do ideário da etnoconservação. In.: *Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*. N.25, ago. 2002a.

_____. Etnoconservação como política de meio ambiente no Brasil: desafios políticos de resistência e integração ao mundo globalizado. In.: *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*. Porto Alegre: v.3, n.3, Jul/Set 2002b.

ALMEIDA, Mauro Barbosa de. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. In.: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 19 nº 55. São Paulo: junho de 2004.

_____. Desenvolvimento e responsabilidade dos antropólogos. In.: *Desenvolvimento e direitos humanos: a responsabilidade do antropólogo*. ARANTES Antônio et. alli (Orgs.). Campinas/SP: Ed. Unicamp, 1992.

ALMEIDA, Miguel Vale de. Poderes, produtos, paixões: o movimento afro-cultural numa cidade baiana. In.: *Etnográfica 3* (1), 1999.

ALONSO, Ângela. COSTA, Valeriano. 2002. Para uma sociologia dos conflitos ambientais. In.: *Ecologia política: natureza, sociedad y utopia.* ALIMONDA, Hector (Org.). Buenos Aires: CLACSO/FAPERJ/Asdi, 2002.

ALPHANDÉRY, Pierre et. al. *O Equívoco ecológico*. São Paulo : Brasiliense, 1992.

AMARAL, Eduardo Antônio Ribas. Parques e comunidades rurais são compatíveis? Estudo de caso no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. *Dissertação de Mestrado* (Mestrado em Agroecossistemas). CCA-UFSC, Florianópolis, 1998.

AMORIM, Marilia. *O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas*. São Paulo: Musa Editora, 2004.

ANGELIN, Rosângela Revista espaço acadêmico, nº58, março de 2006 http://www.espacoacademico.com.br/058/58angelin.htm (acessado em dezembro de 2007).

AQUINO, Maria José. ONGs ambientalistas na Amazônia: práticas e representações. In.: *Boletim Rede Amazônica: diversidade sociocultural e políticas ambientais*. Rio de Janeiro: ano 1, n.1, 2002.

AQUINO, Hermes. Cuidado. In. *Desencontro de primavera*. DISCO (60 min.). Porto Alegre: 1977.

ARAÚJO, Ana Valéria. Terras indígenas no Brasil: retrospectiva, avanços e desafios do processo de reconhecimento. In.: RICARDO, Fany (Org.). *Terras indígenas e unidades de conservação: o desafio das sobreposições*. São Paulo: ISA, 2004.

ARRUDA, Rinaldo. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. In.: DIEGUES, Antônio Carlos. *Etnoconcervação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Annablume, 2000.

_____. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. In.: *Anais Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação*. Vol. I. Curitiba: nov. de 1997.

AUSTIN, John L. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

AUGÉ, Marc. *Os domínios do parentesco*. Lisboa: Edições 70, 2003.

_____.*O sentido dos outros: atualidade da antropologia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

AZEVEDO, Joaquim Rondon da Rocha. A conservação da paisagem como alternativa à criação de áreas protegidas: um estudo de caso do vale do Rio Negro na região do Pantanal – MS. *Dissertação de Mestrado* (Mestrado em Ciências Ambientais). PROCAM - USP, São Paulo, 2002.

BARRETO FILHO, Henyo. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In.: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (Orgs). *Sociedades Caboclas amazônicas: modernidade e invizibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. Notas para uma história social das áreas de proteção integral no Brasil. In.: RICARDO, Fany (Org.). *Terras indígenas e unidades de conservação: o desafio das sobreposições*. São Paulo: ISA, 2004.

_____. Preenchendo o Buraco da Rosquinha: uma análise antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira. *Boletim da Rede Amazônia Diversidade Sociocultural e Políticas Ambientais*. Ano 1, nº 1, 2002.

_____. Da nação ao planeta através da natureza: uma tentativa de abordagem sócio-antropológica das unidades de conservação na Amazônia. *Tese de Doutorado* (Doutorado em Antropologia Social) – FFLCH/USP. São Paulo, 2001, 2v.

_____. Da nação ao planeta através da natureza. In.: *Série Antropológica* (nº 222). Brasília: UnB, 1997.

BARROS, Ana Cristina. A construção da política nacional de áreas protegidas: fortalecendo as estratégias de conservação , uso e repartição de benefícios da biodiversidade no Brasil. In.: *Anais IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação*. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Naturezaa e Rede Nacional Pró Unidades de Conservação, out.2004.

BECKER, Bertha et alli. 1990. *Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território*. Brasília: Editora Unb, 1990.

BENATI, José Helder. Populações tradicionais e o manejo dos recursos naturais renováveis no Parque Nacional do Jaú: uma análise jurídica. *Anais*. 22º Reunião Brasileira de Antropologia. Brasília: UnB, julho de 2000.

BENJAMIN, Antônio Herman. *Direito Ambiental das Áreas Protegidas: o regime jurídico das unidades de conservação*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

BENSUSAN, Nurit e LIMA, André (Orgs.)**.** *Quem cala consente: subsídios para a proteção aos conhecimentos tradicionais*. São Paulo: ISA, 2003 (Série Documentos do ISA; 8).

BENSUSAN, Nurit. Terras indígenas: as primeiras unidades de conservação. In.: *Terras indígenas e unidades de conservação: o desafio das sobreposições*. RICARDO, Fany (Org.). São Paulo: ISA, 2004.

_____. *Seria melhor mandar ladrilhar? Biodiversidade: como, para que, por quê?* São Paulo: ISA, 2003 (Série Documentos do ISA).

_____.Os pressupostos biológicos do sistema nacional de unidades de conservação. In: BENJAMIN, Antônio Herman (Coord). *Direito Ambiental das Áreas Protegidas: o regime jurídico das unidades de conservação*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

BENTON, Ted. Ecology and social theory in the environmental debate. In.: *Social theory and the global environment*. REDCLIFT, Michael e BENTON, Ted (Orgs.). London: Routledge, 1994.

BLUMER, Herbert. Social problems as collective behavior. In.: *Social Problem* 18. 1971.

BOOKCHIN, Murray. *Towards na ecological society*. Montral: Black Rose Book, 1976.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. *Meditações pascalinas.* Oeiras, Celta Editora, 1998.

_____. *A Miséria do Mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papirus, 1996a.

_____. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.

_____. *O poder simbólico*. Lisboa : Difel, 1989.

BOURDIEU**.** Pierre. O sentimento de honra na sociedade Cabília. Em Peristiany, J.G. *Honra e Vergonha – valores das sociedades mediterrâneas*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1965.

BRANCO, Samuel Murgel. Conflitos conceituais nos estudos sobre meio ambiente. In.: *Estudos Avançados*. Vol. 9, n.23, 1995.

BRANDÃO, Helena. *Introdução à análise do discurso*. Campinas/SP: Ed. da Unicamp, 2004.

BRANDON, K;, REDFORD, K.H.; SANDERSON, S. *Parks in peril: people, politics and protected areas.* The Nature Conservancy. Island Press., 1998.

BRANDON Et. alli. Conservação brasileira: desafios e oportunidades. In.: *Megadiversidade,* vol. 1, nº1, jul. 2005.

BRASIL. *Sistema Nacional de Unidades de Conservação*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2000.

BRAUN, Jaime Caetano. Galpão Nativo. In.:*O Payador*. DISCO (60 min.). Porto Alegre:1983.

BROWN, K.; BROWN, G. *Habitat alteration and species loss in Brazilian forest: social, biological and ecological determinants*. Campinas: Unicamp; (s.l.): University of Wisconsin. Mimeografado. 1991.

CAILLÉ, Alain. A dádiva das palavras: o quer dizer pretender dar. In.: A dádiva entre os modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social. MARTINS, Paulo Henrique (Org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro *et. alli* (Orgs.). *Biodiversidade na Amazônia Brasileira*. São Paulo: Estação Liberdade, ISA, 2004.

CARDOSO de OLIVEIRA, Roberto. *O Trabalho do Antropólogo*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP. 2000.

CARDOSO de OLIVEIRA, Luis. O ofício do antropólogo, ou como desvendar evidências simbólicas. In.: *Série Antropologia* (nº 413). Brasília: UnB, 2007.

_____. Pesquisas em vs. pesquisas com seres humanos. In.: *Série Antropologia* (nº336). Brasília: UnB, 2003.

CARLOS, Roberto. O progresso. In.: *Roberto Carlos 1976*. DISCO (60 min.) São Paulo: 1976.

CARVALHO, Fabrício Alvim; NASCIMENTO, Marcelo Trindade; BRAGA, João Marcelo Alvarenga. Composição e riqueza florística do componente arbóreo da Floresta Atlântica submontana na região de Imbaú, Município de Silva Jardim, RJ. In.: *Acta Botanica Brasílica*, vol.20 no.3. São Paulo: Jul/Set 2006.

CARVALHO, Gilberto e PEREIRA, Raul. Leão do Caverá. Canção apresentada por Leopoldo Rassier e os Tropeiros do Ibirapuitã durante a *VI Califórnia da Canção Nativa*. Uruguaiana/RS. DISCO (60 min.). Porto Alegre: 1976.

CARVALHO, Isabel. *A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. Um país em preto e branco. In.: *Revista de História da Blibiotecva Nacional*. Ano 2, nº18. Rio de janeiro: março de 2007.

CARVALHO, José Jorge de. Poder e silenciamento na representação etnográfica. In.: *Série Antropologia* (nº 316). Brasília/DF: UnB, 2002.

CASTELLS, Manuel. *A era da informação: economia, sociedae e cultura. O poder da identidade*. Vol. 2. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELO BRANCO, Maria. Conhecimentos sobre Unidades de Conservação pelos delegados da Conferência Nacional do Meio Ambiente 2003. In.: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, BRASIL. *Conhecimentos e representações sociais das unidades de conservação pelos delegados da Conferência Nacional do Meio Ambiente 2003*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. 2004.

CASTRO, Fábio *et. Alli*. Use and misuse of the concepts of tradition and property rights in the conservation of natural resources in the atlantic forest (Brazil). In.: *Revista Ambiente e Sociedade*, Vol. IX, nº. 1 jan./jun 2006.

CDEFES. Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (disponível em. http://www.cedefes.org.br).

CHAUÍ, Marilena. *Convite a filosofia*. São Paulo : Editora Ática, 1999.

CLASTRES, Pierre. *Chronicle of the Guayaki Indians*. Nova York: Zone Books, 1998.

COLCHESTER, Marcus. *Naturaleza cercada: pueblos indígenas, áreas protegidas y conservación de la biodiversidad*. Montevideo - Uruguay: Movimento Mundial por los Bosques Tropicales, 1994.

_____. "Natureza cercada": panorama e perspectiva dos povos indígenas e as áreas protegidas. In.: *Boletim 73 do World Rain Forest Moviment* (disponível em http://www.wrm.org.uy/boletim/73/geral.html).

CREADO, Eliana S. J. *Contextos Múltiplos da Conservação da Biodiversidade*. III Encontro da ANPPAS. Brasília: 23 a 26 de maio de 2006.

_____. Resgatando a natureza: comunidades tradicionais e áreas protegidas. In.: DIEGUES, Antônio Carlos. *Etnoconcervação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Annablume, 2000.

COSTA, Sérgio; ALONSO, Ângela; TOMIOKA, Sérgio. A re-significação das tradições: o Acre entre o rodoviarismo e o socioambientalismo. In.: *Cadernos IPPUR*, vol. XII nº 2. Rio de Janeiro: UFRJ, ago./dez de 1999.

CUNHA, Manuela Carneiro. A convenção da diversidade biológica e suas repercuções no Brasil. In.: *Estudos Avançados*. Vol. 13, nº 36, 1999.

CUNHA, Manuela C. e ALMEIDA, Mauro. Populações tradicionais e conservação ambiental. In.: *Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios*. Capobianco, João Paulo Ribeiro *et. alli* (Orgs.). São Paulo: Estação Liberdade, ISA, 2004.

CRAPANZANO Vincent. *Waiting: the whites of South África*. Londres: Paladin, Grafton Books, 1986.

DAMATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Petrópolis: Vozes, 1981.

DELEUZE,Gilles. *Diferença e repetição*. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

DELEUZE, Gilles e PARNET, Claire. *Diálogos.* São Paulo: Escuta, 1998.

DENEVAN, William M. The primitive myth: the landescap of the Américas in 1492. In.: *Annals of the Association of American Geographers*, 52, 1992.

DEUS MEDEIROS, João. Criação de unidades de conservação no Brasil. In.: ORTH, Dora e DEBETIR, Emiliana (Orgs.). *Unidades de conservação: gestão e conflitos*. Florianópolis: Insular, 2007.

DIAS, Edna Castro. Os direitos humanos devem ser extensivos aos primatas? In.: *ComCiência. Revista Eletrônica de Jornalismo Científico* (http://www.comciencia.br/, acessado em dezembro de 2007).

DIEGUES, Antônio Carlos. In.: *Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica*. DIEGUES, Antônio Carlos e Viana, Virgílio (Orgs.). São Paulo: Hucitec – NUPAUB – CEC, 2004.

_____. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In.: DIEGUES, Antônio Carlos. *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: HUCITEC – Annablume, 2000.

_____. *Desmatamento e modos de vida na Amazônia*. São Paulo: Nupaub-Unrisd, 1999.

_____. O mito do paraíso desabitado nas florestas tropicais brasileiras. In.: CASTRO, Edna e PITON, Florence. *Faces do trópico úmido: conflitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 1997.

_____. *O mito da natureza intocada*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

DIEGUES, Antonio Carlos e NOGARA, Paulo. *O nosso lugar virou parque*. São Paulo: NUPAUB: CEMAR: USP, 1994.

DICIONÁRIO GROVE DE MÚSICA. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

DIEHL, Elena; SACCHETT, Franciele; ALBUQUERQUE, Emília Zoppas de. Riqueza de formigas de solo na praia da Pedreira, Parque Estadual de Itapuã, Viamão, RS, Brasil. In.: *Revista Brasileira de Entomologia.* São Paulo: v. 49, n. 4, 2005.

DOOLEY, Robert e LEVINSOHN, Stephen H. *Análise do discurso: conceitos básicos em lingüística*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

DUCROT, Oswald. *Princípios de semântica lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1976.

DOUROJEANNI, Marc J. Áreas protegidas de América Latina em los albores del siglo XXI. In: BENJAMIN, Antônio Herman (Coord). *Direito Ambiental das Áreas Protegidas: o regime jurídico das unidades de conservação*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

DOUROJEANNI, Marc e PÁDUA, Maria Tereza Jorge. *Biodiversidade: a hora decisiva*. Curitiba: Editora da UFPR, 2001.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. In.: *Revista Estudos Históricos*. Vol. 4, n. 8, Rio de Janeiro, 1991.

EKERSLEY, R. Environmentalism and political theory. Toward na ecocentric approach. New York: University of New york Press, 1992.

ELIADE, Mircea. *Imagens e símbolos*. São Paulo: martins Fontes, 1991.

ESTERCI, Neide; LIMA, Deborah; LÉNA, Philippe. Dinâmicas predatórias e projeto sócio-ambiental. *Boletim Rede Amazônia: dinâmicas de ocupação e exploração: efeitos e respostas socioculturais*, Ano 2, nº 1, 2003.

_____. Diversidade sociocultural e políticas ambientais na Amazônia: o cenário contemporâneo. In.: *Boletim Rede Amazônica: diversidade sociocultural e políticas ambientais*. Rio de Janeiro: ano 1, nº 1, 2002.

ESTERCI, Neide; LIMA, Deborah; LÉNA, Philippe; MANESCHY, Maria Cristina *et. alli*. Projetos e políticas socioambientais: repensando estratégias. .In.: *Boletim Rede Amazônica: diversidade cultural e perspectivas socioambientais*. Ano 3, nº 1, 2004.

ESTERCI, Neide. 2002. Conflitos Ambientais e Processos Classificatórios na Amazônia Brasileira. In.: *Boletim da Rede Amazônia: diversidade cultural e políticas socioambientais.* Ano 1, nº 1, 2002.

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

FERNANDEZ, Fernando A. S.. Aprendendo a lição de Chaco Canyon: do "desenvolvimento ustentável" a uma vida sustentável. In.: *Reflexão*. Ano 6, nº15. São Paulo: Instituto Ethos, agosto 2005.

_____. *O poema imperfeito: crônicas de biologia, conservação da natureza e seus heróis*. Curitiba: Editora da UFPR, 2004.

FERREIRA, Lúcia; CAMPOS, Simone; CREADO, Eliane; MENDES, Ana Beatriz.; CAROPRESO, Camilo. Encontro das Águas: Dinâmicas Sociais e Biodiversidade na Amazônia Brasileira. In.: *Teoria e Pesquisa*, v. 50, p. 15-40, 2007

FERREIRA, Lúcia *et. alli*. *Dimensões humanas da conservação in situ da biodiversidade: usos e conflitos em áreas de proteção integral e uso sustentável na Amazônia Brasileira.* Presentatio at the RC24 (Environment and Society) of the ISA World Congress in Durban, July 2006. Campinas: Nepam (documento interno).

FERREIRA, Lúcia. Dimensões humanas da biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no Vale do Ribeira, SP, Brasil. In: *Ambiente e Sociedade*. Campinas: vol. VII nº.1 jan./jun. 2004.

FERREIRA, Lúcia *et. alli*. *Conflitos sociais em áreas protegidas no Brasil: moradores, instituições e ONGs no Vale do Ribeira e Litoral Sul, SP*. In.: *Revista Idéias*. Vol. 8, nº2, 2001.

FIGUEIREDO, Luiz Afonso Vaz de. O ´meio ambiente´ prejudicou a gente...: políticas públicas e representações sociais de preservação e desenvolvimento; desvelando a pedagogia de um conflito no Vale do Ribeira (Iporanga-SP). *Dissertação de Mestrado* (Mestrado em Educação) – Unicamp. Campinas/SP, 2000.

FIORIN, José L. *Introdução à linguística vol. 2: princípios de análise*. São Paulo: Ed. Contexto, 2005.

FLAUBERT, Gustave. *A Educação Sentimental*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2005.

FLEURI, Reinaldo Matias. Políticas da diferença: para além dos estereótipos na prática educacional. In.: *Educação e Sociedade.* Vol. 27, n. 95. Campinas/SP: maio/ago de 2006.

FONSECA, Cláudia. A noética do vídeo etnográfico. In.: *Horizontes Antropológicos*. Ano 1, n. 2, p. 187-206, jul./set. Porto Alegre: 1995.

FOUCAULT, Michael. *Discorso e verità nella Grecia antica.* Edizione italiana a cura di Adelina Galeotti. Roma: Donzelli editore, 1997.

_____. *O que é um autor?* Passagens: Editora Veja, 1992.

FRY, Peter e MAGGIE, Yvonne. Cotas Raciais: construindo um país dividido? *Revista Econômica*, vol. 6, nº 1. Rio de Janeiro, 2004.

FURRIELA, Rachel Biderman Equilíbrio Socioambiental. BARRETO FILHO, Henyo Trindade. Notas para uma história social das áreas de proteção integral no Brasil. In.:

RICARDO, Fany (Org.). *Terras indígenas e unidades de conservação: o desafio das sobreposições*. São Paulo: ISA, 2004.

GALETTI, Mauro; OLMOS, Fábio; BERNARDO, Christine Steiner São. In.: RICARDO, Fany (Org.). *Terras indígenas e unidades de conservação: o desafio das sobreposições*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

GARCIA FILHO, D. P. *Análise e diagnóstico de sistemas agrários – Guia metodológico*. INCRA/FAO, 1999.

GEERTZ, Clifford. *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zaar Ed., 2001.

_____. Desde el punto de vista del nativo»: sobre la natrualeza del conocimiento antropológico. In: *Conocimiento local – Ensayos sobre la interpretación de las culturas*. Barcelona: Paidós, 1994.

GERHARDT, Cleyton. A invisibilização do *outro* nos discursos científicos sobre áreas naturais protegidas In.: *XIII Congresso Brasileiro de Sociologia*. 29 de maio a 1 de junho de 2007, UFPE, Recife (PE).

_____. Agricultores familiares, mediadores sociais e meio ambiente: a construção da problemática ambiental em agro-eco-sistemas. *Dissertação* 536f. (Mestrado em Programa de Pós Graduação Em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul,. Orientador: Jalcione Pereira de Almeida. Porto Alegre: 2002.

GERHARDT, Cleyton; MEDEIROS, Camila; CARNEIRO, Maria José. Conhecimentos científicos e seus usos nas políticas de preservação: genealogia de uma lei ambiental e da criação de duas unidades de conservação. In.: *Resumos II Encontro da Rede de Estudos Rurais*. Rio de Janeiro: 11 a 14 de setembro de 2007

GERHARDT, Cleyton e ALMEIDA, Jalcione . A dialética dos campos sociais na interpretação da problemática ambiental: uma análise crítica a partir de diferentes leituras sobre os problemas ambientais. Ambiente & sociedade, Campinas, v. 8, n. 2, p. 1-32, 2005.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LCT – Livros Técnicos e Científicos Editora, 1988.

_____. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

GOLDMAN, Marcio. *Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006a.

_____. Alteridade e experiência: antropologia e teoria etnográfica. In.: *Revista Etnográfica*. Vol. X (1), 2006b.

GOMEZ-POMPA Arturo e KAUS, Andréa. Taming the wilderness myth. In.: *Bioscience* 42(4), 1992.

GÓMEZ-POMPA, Arturo. e KAUS, Andréa. Domesticando o mito da natureza selvagem. In.: DIEGUES, Antônio Carlos. *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: HUCITEC – Annablume, 2000.

GONÇALVES DA SILVA, Vagner. *O antropólogo e sua magia: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre religiões afro-brasileiras*. São Paulo: Editora da USP, 2006.

GONÇALVES, Carlos W. P. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 1998.

GUHA, Ramachandra. O biólogo autoritário e a arrogância do anti-humanismo In.: DIEGUES, Antônio Carlos. *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: HUCITEC – Annablume, 2000.

GRAY, A. *Between the space of life and the melting pot: biodivesity conservation and its impact on indigenous peoples.* Copenhagen: IWGIA (doc. 70), 1991.

GUATTARI, Félix. *As três ecologias*. Campinas : Papirus, 1990.

GUIVANT, Julia S. Contribuições da sociologia ambiental para os debates sobre desenvolvimento rural sustentável e participativo. In.: *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, n.19. Out. 2002.

GUILHERME SÁ, José da Silva. No mesmo galho: ciência, natureza e cultura nas relações entre primatólogos e primatas. *Tese* (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social – Museu Nacional, 2006.

GUSMÃO CÂMARA, Ibsen. A política de unidades de conservação – uma visão pessoal. MAGNANINI, Alceu. Política sobre as unidades de conservação: dificuldades e sucessos no pensamento de Alceu Magnanini. In.: MILANO, Miguel S. (Org.). *Unidades de conservação: atualidades e tendências*. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002.

_____. Destruição da Amazônia: até quando? In.: *Revista A Lavoura*. Ano 107, nº650. Rio de Janeiro: set. de 2004.

HARDIN, Garret . The tragedy of the commons. In.: *Science* , nº 162, 1968.

HILGARTNER, Stephen e BOSK, Charles L. *Ascensão e queda dos problemas sociais: um modelo de arenas públicas*. Porto Alegre: 1988. Tradução livre de MOURA, L. G. V. (mimeo).

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Vocabulário Básico de Recursos Naturais e Meio Ambiente.* Rio de Janeiro: 2004.

ISAACS, Alan e Martin, Elizabeth. *Dicionário de Música*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

JOLLIVET, Marcel. Agricultura e meio ambiente: reflexões sociológicas. In.: *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE/USP, v.. 24, n. especial, 1994.

JORGE-PÁDUA, Maria Tereza. Entrevista concedida a Fany Ricardo e Valéria Macedo. In.: RICARDO, Fany. *Terras indígenas & unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

_____. Unidades de conservação: muito mais do que atos de criação e planos de manejo. In.: MILANO, Miguel Serediuk. (Org.). *Unidades de conservação: atualidades e tendências*. Apresentação. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002.

_____. Área de Proteção Ambiental. In: Benjamin, A.H. (Coord). *Direito Ambiental das Áreas Protegidas: o regime jurídico das unidades de conservação*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

JOVCHELOVTCH, Sandra e BAUER, Martin. Entrevista narrativa. In.: *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual*. BAUER, Martin e GASKELL, George (Orgs.) Oetópolis, RJ: Vozes, 2002.

KOCH, Ingedore G. V. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 2004.

LADEIRA, Maria Inês. Terras indígenas e unidades de conservação na mata atlântica: áreas protegidas? In.: RICARDO, Fany (Org.). *Terras indígenas e unidades de conservação: o desafio das sobreposições*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

_____. Terras indígenas e unidades e conservação na Mata Atlântica: terras protegidas?. In.: *Marandú – Revista Eletrônica do CTI – Centro de Trabalho Indigenista.* Ano I, nº 2, Ago 2004 (http://www.trabalhoindigenista.org.br/marandu/ - consultada em dezembro de 2008)

LAGO, Antônio e PÁDUA, José Augusto. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LANDÉ, C. H. Introduction: the dyadic basis of clientelism. p. 13-38 In: SCHMIDT, S. W. et. al. (eds.). *Friends, followers and factions: a reader political clientelism*. Berkeley : University of California Press, 1977.

LARRÈRE, Catherine; LARRÈRE, Raphael. *Do bom uso da natureza*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

LATOUR, Bruno. Como terminar uma tese de sociologia: pequeno diálogo entre um aluno e seu professor (um tanto socrático). In.: *Revista Cadernos de Campo*. São Paulo: nº14/15, 2006.

_____. *Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fé(i)tiches*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

_____. *A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

_____. A ecologia política sem a natureza. In.: *Revista Proj. Histórica*. (23). São Paulo: nov. 2001.

_____. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. *Jamais fomos modernos*. São Paulo: Editora 34, 1994.

LAURIOLA, Vincenzo. Ecologia global contra diversidade cultural? Conservação da natureza e povos indígenas no Brasil: O Monte Roraima entre Parque Nacional e terra indígena Raposa-Serra do Sol. In.: *Ambiente & sociedade*. Vol.5, n.2, 2003.

_____**.** Unidades de Conservação, Terras Indígenas e Conflitos Políticos na Amazônia: o caso do Parque Nacional do *Monte* Roraima. In: *Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum*. DIEGUES, Antônio Carlos e MOREIRA, André de Castro (Orgs.). São Paulo: NUPAUB/USP, 2001.

LEIS, Hector R. *A modernidade insustentável*: *as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea*. Petrópolis, Vozes, 1999.

LÉNA, Philippe. Matrizes de desenvolvimento na Amazônia: história e contemporaneidade. In.: RICARDO, Fany e MACEDO, Valéria. Apresentação. In.: In.: RICARDO, Fany. *Terras indígenas & unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições*. São Paulo: ISA, 2004.

_____. As políticas de desenvolvimento sustentável para a Amazônia: problemas e contradições In.: *Boletim Rede Amazônica: diversidade sociocultural e políticas ambientais*. Rio de Janeiro: ano 1, nº.1, 2002.

LEONEL, Mauro. Bio-sociodiversidade: preservação e mercado. In.: *Estudos Avançados*. Vol.14, n. 38, 2000.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

_____. *O pensamento selvagem*. Campinas, SP: Papirus, 1989.

_____. *The view from afar. Nova York: Basic Books, 1985.*

LEWINSOHN, Thomas M. *A evolução do conceito de biodiversidade*. 2001 http://www.comciencia.br/reportagens/framereport.htm (acessado em janeiro de 2008).

LIMA, Deborah. Ética e política ambiental na Amazônia contemporânea. In.: *Boletim Rede Amazônica: diversidade sociocultural e políticas ambientais*. Rio de Janeiro: ano 1, n.1, 2002.

_____. Eqüidade, desenvolvimento sustentável e preservação da biodiversidade: algumas questões sobre a parceria ecológica na Amazônia. In.: CASTRO, Edna e PITON, Florence.

Faces do trópico úmido: conflitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 1997.

LIMA, Deborah; POZZOBON, Jorge. Amazônia socioambiental: sustentailidade ecológica e diversidade social. *Revista Estudos Avançados*. Vol. 19, n.54, 2005.

LITTLE, Paul. Etnografia dos conflitos sócio-ambientais: bases metodológicas e empíricas. In*.: Anais II Encontro da ANPPAS*. Indaiatuba/SP: 26 a 29 de maio de 2004.

_____. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. In.: *Série Antropologia* (nº 322). Brasília/DF: UnB, 2002.

LOBÃO, Ronaldo Joaquim da Silveira. Cosmologias políticas do neocolonialismo: como uma política pública pode se transformar em uma política do ressentimento. *Tese de Doutorado*. Departamento de Antropologia. Pós-Graduação em Antropologia Social. Brasília: UnB, 2006b.

_____. Economia Política do ressentimento: contingente ou necessária? *Anais*. 25a Reunião Brasileira de Antropologia - Saberes e Práticas Antropológicas: desafios para o século XXI. UCG e UFG, Goiânia, GO, Brasil, 11 a 14 de junho de 2006a.

MAC ARTHUR, R. H.; WILSON, E. *The theory of island biogeography. Princeton, New Jersey*. Princeton University, XI, 1967.

MAFFESOLI, Michel. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades pós-modernas*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2006.

MAGGIE, Yvonne e FRY, Peter. A reserva de vagas para negros nas universidade brasileiras. In.: *Estudos Avançados*, vol.18, nº 50. São Paulo: 2004.

MAGNANINI, Alceu. Política sobre as unidades de conservação: dificuldades e sucessos no pensamento de Alceu Magnanini. In.: MILANO, Miguel S. (Org.). *Unidades de conservação: atualidades e tendências*. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002.

MARANGON, Maristela Aparecida; AGUDELO, Líbia Patrícia Peralta. Uso da Paisagem e Conservação: tensões sócio-ambientais e diálogo de saberes em UCs. In.: *Revista educação & tecnologia.* V. 8, n. 1, p. 1-23. Curitiba: set/2004.

MARETTI, Pedro C. Conservação e valores – Relações entre áreas protegidas e indígenas: possíveis conflitos e soluções. In.: RICARDO, Fany (Org.). *Terras indígenas e unidades de conservação: o desafio das sobreposições*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

MARX, Karl. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

McCORMICK, John. *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro: Ed. Relume-Dumará, 1992.

MEDEIROS, Rodrigo; IRVING, Marta; GARAY, Irene. Áreas protegidas no Brasil: interpretando o cotexto histórico para pensar a inclusão social. In.: *Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados*. IRVING, Marta (Org.). Rio de Janeiro: Fundação Fun-Rio – Núcleo de Produção Editorial Aquarius, 2006.

MELLO, Cecília C. Agenda 21: um glossário analítico para o debate. In.: ACSELRRAD, Henri; MELLO, Cecília C. do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. *Cidade, ambiente e política: problematizando a Agenda 21 local*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

MENEZES, Luiz. Tropa Amarga. Poema gravado DISCO (60 min.). *Tropa Amarga*. Porto Alegre: 1976.

MERCADANTE, Maurício. Uma década de debate e negociação: história da elaboração da Lei do SNUC. In.: BENJAMIN, Antônio H. (Org.). *Direito ambiental das áreas protegidas: o regime jurídico das unidades de conservação*. Rio de Janeiro: Forense Ed. Universitária, 2001.

MILANO, Miguel Serediuk. In.: *Unidades de Conservação: atualidades e tendências.* MILANO, Miguel S. (Org.). Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2004.

_____.Apresentação. In.: *Unidades de conservação: atualidades e tendências*. MILANO, Miguel Serediuk (Org.). Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002a.

_____. Por que existem as unidades de conservação? In.: *Unidades de conservação: atualidades e tendências*. MILANO, Miguel Serediuk (Org.). Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002b.

_____. Unidades de Conservação: técnica, lei e ética para a conservação da biodiversidade. In: BENJAMIN, Antônio Herman (Coord). *Direito Ambiental das Áreas Protegidas: o regime jurídico das unidades de conservação*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

_____. Mitos no manejo de unidades de conservação no Brasil ou a verdadeira ameaça. In.: *Anais do II Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação,* p.11-25. Campo Grande: 2000.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, BRASIL. *Conhecimentos e representações sociais das unidades de conservação pelos delegados da Conferência Nacional do Meio Ambiente 2003*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. 2004.

MONOD, Jacques. *Chance and necessity*. New York: Knopf, 1972.

MONTEIRO, Allan Arantes. *Mudança social em uma unidade de conservação. Dissertação de Mestrado*. Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais - NEPAM. Campinas: Unicamp, 2002.

MOREIRA, Roberto José. *Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação.* Ruralidades, CPDA, nº1/set/2002.

MORSELLO, Carla. *Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo.* São Paulo: Annablume-Fapesp, 2001.

MORIN, Edgar. *O Método 4: as idéias: habitat, vida, costumes, organização*. Porto Alegre: Sulina, 2002.

MOSCOVICI, Serge. A representação social da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. *Hommes domestiques, hommes sauvages*. Paris: Unión Générale d'Éditions, 1974.

MURRIETA, Rui Sérgio. O dilema do papa-chibé: consumo alimentar, nutrição e práticas de intervenção. In.: *Revista de Antropologia*, 1998.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, BRASIL. *Conhecimentos e representações sociais das unidades de conservação pelos delegados da Conferência Nacional do Meio Ambiente 2003*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. 2004.

NAESS, Arne. The Shallow and the Deep, Long-Range Ecology Movements: A Summary. In.: *Inquiry*. No. 16, 1973.

NUGENT, Stephen. The co-ordinates of identity in Amazônia: at play in the fields of culture. In.: *Critique of Anthropology*, n.17, 1997.

NUNES, Márcia. Do passado ao futuro dos moradores tradicionais da estação ecológica Juréia-Itatins-SP. *Dissertação de Mestrado* (Mestrado em Geografia Física) – PPGF-FFLCH/USP, São Paulo, 2003.

OLIVEIRA, Marisa Furtado e SERRAN, Paulo. Will Eisner: profissão cartunista – Master class. *Documentário.* Scriptorium e Rede Sesc/Senac de Televisão, 2002.

OLMOS, Fábio e GALETTI, Mauro. A conservação e o futuro da Juréia: isolamento ecológico e impacto humano. In: MARQUES, O. A. V; DULEBA, W.; POR, F.D (Orgs.). *Ambiente, flora e fauna da estação ecológica Juréia-Itatins*. 2002

OLMOS, Fábio *et. alli*. Correção política e biodiversidade: a crescente ameaça das "populações tradicionais" à Mata Atlântica. In.: ALBUQUERQUE, Jorge Luiz (Orgs.). *Ornitologia e conservação: da ciências às estratégias*. Tubarão: Editora Unisul, 2001.

OLMOS, Fábio. Os batustões. In.: *Revista eletrônica O ECO*. Rio de Janeiro: jan. de 2008. Disponível no site de O ECO - http://www.oeco.com.br (acessado em 03/01/2008).

O'RIORDAN, Timothy. *Environmentalism*. Londom: Pion, 1981.

PÁDUA, José Augusto. Natureza e projeto nacional: o nascimento do ambientalismo brasileiro. In.: CAPOBIANCO, João Paulo (Org.). *O ambientalismo no Brasil: passado presente e futuro*. São Paulo: ISA, 1997.

PAIOLA, Lucy M. e TOMANIK, Eduardo A. Populações tradicionais, representações sociais e preservação ambiental: um estudo sobre as perspectivas de continuidade da pesca artesanal em uma região ribeirinha do rio Paraná. In.: *Acta Scientiarum*. V.24, n.1. Maringá – PR: 2002.

PALAZZO Jr. José Truda. Os índios, sempre os índios. In.: *Revista eletrônica O ECO*. Rio de Janeiro: maio de 2008. Disponível no site de O ECO - http://www.oeco.com.br (acessado em 15/04/2008).

PÊCHEUX, Mises au point et perspectives à propôs de l'analyse automatique du discours. *Langages*, nº37, 1975.

PENAFRIA, Manuela. O ponto de vista no filme documentário. In.: *XII Encontros Internacionais de Cinema Documental*. Universidade da Beira Interior. Lisboa / Portugal: Centro Cultural Malaposta, 2001,

PIMBERT, Michel P. e PRETTY, Jules N. Parques, comunidades e profissionais: incluindo 'participação' no manejo de áreas protegidas. In.: DIEGUES, Antônio Carlos. *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: HUCITEC – Annablume, 2000.

PIRES, Alexandra *et. alli*. Vivendo em um mundo em pedaços: efeitos da fragmentação florestal sobre comunidades e populações animais. In.: *Biologia da conservação: essências. ROCHA* et. alli (Orgs.). São Carlos: RiMa, 2006.

PORTO, Marcelo Firpo. Dilemas e desafios da governança em situações de complexidade e conflitos sócio-ambientais. In.: *I Seminário Nacional sobre governança ambiental no Brasil: contexto, realidade, rumos*. Fundação Joaquim Nabuco. Recife: nov. 2006.

PRESTON, F. W. *The canonical distribution of commonness and rarity*. Ecology, v.3, 1962.

PULEO, Alicia H. *Feminismo y ecología.* Disponível em http://www.nodo50.org/mujeresred (acessado em dezembro de 2007).

REDFORD, Kent H. The Empty Forest. In.: *BioScience.* Vol.42, 1992.

RICARDO, Fany. *Terras indígenas & unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

RICARDO, Fany e MACEDO, Valéria. Apresentação. In.: In.: RICARDO, Fany. *Terras indígenas & unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições*. São Paulo: ISA, 2004.

RIGONATO, Valney Dias e ALMEIDA, Maria Geralda de. A singularidade do cerrado: a interrelação das populações tradicionais com as fitofisionomias. In. *VIII Encontro Regional de Geografia*. A geografia no mundo da diversidade. Cidade de Goiás: outubro de 2003.

RIOS, Aurélio Virgílio Veiga. Populações tradicionais em áreas protegidas. In.: RICARDO, Fany. *Terras indígenas & unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

ROCHA, Ana Flávia (Org.). *A defesa dos direitos socioambientais no Judiciário*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2003.

RODRIGUES, Efraim. Biologia da Conservação: ciência da crise. In.: *Semina: Ciências Agrárias*. Londrina: v. 23, n. 2, p. 261-272, jul./dez. 2002.

ROGNON, Frédéric. *Os primitivos, nossos contemporâneos*. Campinas, SP: Papirus, 1991.

ROUANET, Sergio Paulo. "Ética e antropologia". In: *Estudos avançados*, 4(10). São Paulo: USP, 1990.

ROUÉ, Marie. Novas perspectivas em etnoecologia: 'saberes tradicionais' e a gestão dos recursos naturais. In.: DIEGUES, Antônio Carlos. *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: HUCITEC – Annablume, 2000.

RUFINO, M. Pereira. Para além do espaço intocado. In.: RICARDO, Fany. *Terras indígenas & unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições*. São Paulo: ISA, 2004.

SACHS, Ignacy e WEBER, Jacquese. Developing in harmony with nature: Guidelines for resource management by people in the Biosphere Reserves. In: *Reservas da Biosfera e Reservas Extrativistas: Conservação da biodiversidade e ecodesenvolvimento*. ARAGÓN, Luis e GLÜSENER-GODT, Miguel (Orgs.). Belém: UNAMAZ e UNESCO, 1997.

SAITO Carlos. Representações sobre unidades de conservação pelos delegados da Conferência Nacional do Meio Ambiente 2003. In.: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, BRASIL. *Conhecimentos e representações sociais das unidades de conservação pelos delegados da Conferência Nacional do Meio Ambiente 2003*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. 2004.

SANT'ANNA, Renata. Sistema Nacional de Unidades de Conservação: reflexões antropológicas sobre a elaboração de uma lei ambiental. *Dissertação de Mestrado*. Mestrado em Sociologia com concentração em Antropologia – PPGSA-IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2003b.

_____. Populações humanas em unidades de conservação. In.: *Boletim Rede Amazônica: diversidade sociocultural e políticas ambientais*. Rio de Janeiro: ano 2, n.2, 2003b.

SANTILLI, Juliana. *Socioambientalismo e novos direitos*. São Paulo - Peirópolis: ISA, 2005.

_____. Povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais. A construção de novas categorias jurídicas. In.: RICARDO, Fany. *Terras indígenas & unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

SANTILLI, Márcio. A cilada corporativa. In.: RICARDO, Fany. *Terras indígenas & unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições*. São Paulo: ISA, 2004.

SANTOS, Washington dos. *Dicionário jurídico brasileiro.* Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

SARKAR, Sahotra. Restaurando o mundo selvagem. In.: DIEGUES, Antônio Carlos. *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: HUCITEC – Annablume, 2000.

SCARANO, Fabio Rubio. Prioridades para conservação: a linha tênue que separa teorias e dogmas. In.: ROCHA, Carlos F. D. *et. alli*. *Biologia da Conservação: essências.* (2006). São Carlos: RiMa, 2006.

SCHAIK, Carel van e RIJKSEN, Herman D. Projetos integrados de conservação e desenvolvimento: problemas e potenciais. In.: SPERGEL, Bary; TERBORGH, John *et. alli* (Orgs). *Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos*. Curitiba: Editora da UFPR, 2002.

SCHOPENHAUER, Arthur. *Como vencer um debate sem precisar ter razão: em 38 estratagemas (dialética erística)*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

SCHWARTZMAN, Stephan. Florestas cercadas: lições do passado, propostas para o futuro. In.: DIEGUES, Antônio Carlos. *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: HUCITEC – Annablume, 2000.

SCHWARTZMAN, Stephan. Indians, environmentalists and tropical forests: the curious history of the "ecologically noble savage". In: BENJAMIN, Antônio Herman (Coord). *Direito Ambiental das Áreas Protegidas: o regime jurídico das unidades de conservação*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

SEKEFF, Maria de Lourdes. *Curso e Dis-Curso do Sistema Musical (tonal)*. São Paulo: Annablume, 1996.

SHIVA, Vandana. *Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVANO, Débora e MAGNO, Segalla. Conservação de anfíbios no Brasil. *Revista Megadiversidade*. Vol. 1, nº1, julho de 2005.

SILVA, Gláucia da. A sociobiologia e a crítica dos antropólogos. In.: *ComCiência. Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*. Volume 80, 2006 (disponível em www.comciencia.br).

SILVA, Elmo Rodrigues da; SCHRAMM, Fermin Roland. A questão ecológica: entre a ciência e a ideologia/utopia de uma época. In: *Cadernos de Saúde Pública*. Vol.13 n.3 Rio de Janeiro: Jul/Set. 1997. (Disponível um http://www.eng.uerj.br/pos/publi_old.htm).

SILVEIRA, Pedro Castelo Branco. Etnografia e questões sócio-ambientais: esboço de uma antropologia simétrica da paisagem. In.: *Cadernos de Estudos Sociais* (FUNDAJ), 2008.

_____. Parks in peril: people, politics and protected áreas. Resenha. In.: *Ambiente e Sociedade*. Ano IV, nº 9, Set 2001.

SILVEIRA, Alex. Vila São Jorge e Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros: o impacto cultural de um projeto ecológico. In.: *Série Antropológica* (nº 214). Brasília: UnB, 1997.

Souza Filho, ver bibliografia (1990

SOUZA, Gabriela Coelho e KUBO, Rumi. *A perspectiva da etnobotânica sobre o extrativistmo de produtos florestais não madeiráveis e a conservação*. Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural Sustentável e Mata Atlântica (DESMA) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – UFRGS. Porto Alegre: 2008 (documento interno)

SPERGEL, Bary; TERBORGH, John *et. alli* (Orgs). *Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos*. Curitiba: Editora da UFPR, 2002.

SPIVAK, Gayatri. Can the subaltern speak? In: GROSSBERG, Lawrence *et al* (orgs.). *Marxism and the interpretation of culture*. Univ. of Illinois Press, 1988.

STRAVINSKY, Igor. *Poética Musical (em seis lições)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

TAVOLARO, Sergio B. F. Sociabilidade e construção de identidade entre antropocêntricos e ecocêntricos. In.: *Ambiente e Sociedade*. Ano III, nº 6-7, p.63-84, Jan./June 2000.

TERBORGH, John e PERES, Carlos. O problema das pessoas nos parques. In.: *Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos*. SPERGEL, Bary; TERBORGH, John *et. alli* (Orgs). Curitiba: Editora da UFPR, 2002.

TERBORGH, John e SCHAIK, Carel van. Por que o mundo necessita de parques? In: *Tornando os parques eficientes: estratégias para conservação da natureza nos trópicos*. SPERGEL, Bary; TERBORGH, John *et. alli* (Orgs). Curitiba: Ed. da UFPR / Fundação O Boticário, 2002.

TEIXEIRA, Cristina. O desenvolvimento sustentável em unidades de conservação: a 'naturalização' do social. In.: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 20, nº 59. Out 2005.

TIMMERS, Jean-François. Respeitar a vida: a preservação do meio ambiente com e pelos índios evita a definitiva condenação da biodiversidade. In.: RICARDO, Fany. *Terras indígenas & unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

THEODORO, Suzi Huff. Uma crise anunciada. In.: *Mediação de conflitos socioambientais*. THEODORO, Suzi Huff (Org.). Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THUILLIER, Pierre. Lês mythes de l1eau. In.: *La Recherche*. Num. Spéciel, 221, maio, 1990 .

TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América. A questão do outro*. São Paulo. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

TRASK, ver bibliografia 2004.

URBAN, Tereza. *Saudade do Matão: relembrando a história da conservação da natureza no Brasil*. Curitiba: Editora da UFPR – Fundação O Boticário de Proteção à Natureza – Fundação MacArthur, 1998.

VALLE, Raul Silva Telles. Direitos dos índios ou direitos da natureza: um debate acerca de direitos humanos. In.: RICARDO, Fany (Org.). *Terras indígenas e unidades de conservação: o desafio das sobreposições*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

VERÍSSIMO, Érico. *O Tempo e O Vento*. São Paulo: Globo, 1997.

_____. Incidente em Antares. São Paulo: Globo, 1997.

VIANNA, L.P. Considerações críticas sobre a construção da idéia de "população tradicional" no contexto das Unidades de Conservação. *Dissertação de Mestrado*. São Paulo: Departamento de Antropologia – USP, 1996.

VIANNA, Fernando. Razão indigenista e razão conservacionista desafiadas no sul da Bahia. In.: RICARDO, Fany. *Terras indígenas & unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

VIANA, Virgílio. Envolvimento sustentável e conservação das florestas brasileiras. In.: *Revista Ambiente & Sociedade*, Ano II, nº.5. Campinas: 1999.

VIGLIETTI, Daniel. Las agujas de un reloj. In.: *Esdrújulo*. Compact Disc (CD). Montevideo/Uruguai, 1993.

_____. Soledad Barret. In.: *Trabajo de Hormiga*. DISCO (60 min.). Montevideo/Uruguai, 1984.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem - e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Casac & Naify, 2002a.

_____. O nativo relativo. In.: *Revista Mana: Estudos de Antropologia Social*, 8(1). Programa de Pós Graduação em Antropologia Social – Museu Nacional. Rio de Janeiro: 2002b.

_____. Biodiversidade e sócio-diversidade: conhecmento tradicional e o mito da ciência oculta. In.: ARAÚJO, Ana Valéria e CAPOBIANCO, João Paulo (Orgs.). *Biodiversidade e proteção do conhecimento de comunidades tradicionais*. Documentos do ISA nº 2. São Paulo: ISA, 1996.

WETTERBERG, G. *et. alli*. Uma análise de prioridades em conservação da natureza na Amazônia. In.: *Projeto de Desenvolvimento e Pesquisa Florestal.* Série Técnica 8. Brasília: PNUD/FAO/IBDF/BRA-45, 1976.

WISNIK, José Miguel. *O som e o sentido*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ANEXO

Perfis dos entrevistados com base nos seus respectivos currículos *lattes*

Com o intuito de dar uma chave mais direta ao leitor para que este possa identificar rapidamente quem está sendo citado, incluí abaixo (seguindo a divisão em três gerações) uma breve síntese sobre o perfil profissional de cada pesquisador entrevistado, sendo que a quase totalidade das informações foram extraídas de seus respectivos currículos *lattes*[295].

1º Geração[296]

Antônio (60 anos) concluiu sua graduação em *ciências sociais* em 1972. Tendo feito mestrado em *ciência política* pela mesma universidade (1979), terminou em 1993 o doutorado em *antropologia social* na Inglaterra. Segundo seu currículo *lattes*, "tem experiência na área de antropologia, com ênfase em antropologia rural, atuando nos seguintes temas: Amazônia, seringueiros, reservas extrativistas, conservação e teoria antropológica" (http://lattes.cnpq.br).

No currículo *lattes* de **Bibiana** (65 anos) consta apenas que concluiu sua graduação em *ciências biológicas* em 1964 (mas, como vimos, com a ênfase de um curso de *história natural*), tendo terminado seu doutorado em *sociologia* na França em 1983. Todavia, Bibiana talvez seja aquela cuja formação tenha sido a mais híbrida de todas, tendo feito também *ciências sociais*, especialização em *ecologia*, passado pelo departamento de *geografia* e freqüentado cursos em áreas muito distintas durante o período que viveu na França (http://lattes.cnpq.br/).

[295] Como dois entrevistados não possuem, até o momento, seu perfil na Plataforma *Lattes*, neste caso organizei alguns dados básicos a partir do material coletado durante as entrevistas. Aqueles que aparecem com asterisco após os seus nomes não tiveram trechos de suas entrevistas citados tanto no capítulo anterior como no próximo.

[296] Para facilitar a busca, organizei os perfis por geração, mas seguindo ordem alfabética. A idade entre parênteses é referente a junho de 2008, cerca de 12 a 18 meses após a realização das entrevistas.

Horácio (64 anos) graduou-se em *ciências sociais* em 1969. Seu mestrado (terminado em 1973) e seu doutorado (concluído em 1979) foram feitos nas *ciências sociais*, ambos com ênfase em *sociologia* e pela mesma universidade. Contudo, Horácio, durante a entrevista, se referia a si mesmo como *antropólogo* (http://lattes.cnpq.br/).

Lúcio (58 anos) graduou-se em *geografia* em 1972. Concluindo seu mestrado 1985, em 1998 terminou seu doutorado também em *geografia*. Segundo seu currículo *lattes*, "tem experiência em geografia social e atua nos seguintes temas: território-territorialidade, geograficidade, conflito social, saber local e movimentos sociais" (http://lattes.cnpq.br/).

Maria (67 anos) formou-se em *ciências sociais* em 1965 e mestre em *antropologia social* em 1972, tendo feito seu doutorado em *ciência política em* 1985. Conforme seu currículo *lattes*, Maria "atua na área de antropologia com os seguintes temas: Amazônia, meio ambiente, campesinato, trabalho escravo e conflito sociais" (http://lattes.cnpq.br/).

Nicolau (67 anos) não possui currículo na plataforma *lattes*. Em sua entrevista, mencionou que se formou durante a década de sessenta como *agrônomo* e, depois, na *engenharia florestal*, tendo atuado durante mais de uma década também como *entomologista*.

Toríbio (83 anos) não possui graduação formal, ou seja, não cursou nenhum curso de nível superior ou pós-graduação. Contudo, além de ter grande conhecimento autodidata como *paleontólogo*, tem uma história de vida voltada à conservação da natureza que o torna um personagem extremamente reconhecido também no universo acadêmico mais restrito.

2º Geração

Em 1978 **Alice** (52 anos) formou-se *bióloga* (com ênfase em ecologia e biologia marinha) e, três anos mais tarde, também em *psicologia*. Seu mestrado em *oceanografia biológica*, concluído em 1983 e realizado em uma universidade inglesa, teve como temática a *gestão de ecossistemas costeiros*. Terminou seu doutorado, também em *oceanografia biológica*, em 1991. Apesar de enfocar a mesma temática do mestrado (gestão de *ecossistemas costeiros*), sua pesquisa foi feita sob a ótica do planejamento e controle de poluição. Possui ainda dois pós-doutorados sobre a temática da gestão da biodiversidade e inclusão social, ambos realizados na França durante os anos de 2004 e 2005. (http://lattes.cnpq.br/).

Anita (59 anos) graduou-se em 1971 num curso semelhante ao de Pedro: *administração pública* pela Fundação Getúlio Vargas. Contudo, só retomou sua carreira acadêmica muitos anos mais tarde, vindo a concluir seu mestrado em *antropologia social* em 1987 e o doutorado, também em *antropologia social*, em 1993. Segundo seu currículo *lattes*, "tem experiência na área de antropologia, trabalhando ultimamente com os seguintes temas: meio ambiente, ecologia, turismo, Ilha Grande (RJ)" (http://lattes.cnpq.br/).

Já **Alonso** (49 anos) terminou sua graduação em *história* em 1983. Concluído o curso, fez seu mestrado e seu doutorado (ambos defendidos, respectivamente, em 1985 e 1997) em *ciência política* na mesma instituição. Conforme seu currículo *lattes*, "tem experiência na área de história, com ênfase em história ambiental, atuando principalmente nos seguintes temas: história do Brasil, história de florestas e agroecossistemas, história da ciência, história das idéias sobre a natureza e políticas de desenvolvimento sustentável" (http://lattes.cnpq.br/).

Amaral (anos) terminou sua graduação em *história natural* em 1973. Fez seu mestrado e seu doutorado em *ecologia de recursos naturais*, tendo concluído o primeiro em 1979 e o segundo em 1981. Como consta em seu currículo *lattes*, "tem experiência na área de ecologia/limnologia, com ênfase em ecologia e conservação de ecossistemas aquáticos, atuando principalmente nos seguintes temas: produtividade primária, ecologia do fitoplâncton, conservação da biodiversidade aquática, qualidade de água" (http://lattes.cnpq.br/).

Em 1980 **Arminda** (49 anos) formou-se em *ciências biológicas*. Contudo, fez seu mestrado e seu doutorado em *antropologia social* (concluídos em 1982 e 1992), ambos por uma universidade da Inglaterra. Seu currículo *lattes* indica que "atua principalmente em questões ligadas à antropologia das populações tradicionais, geralmente na Amazônia e enfocando os seguintes temas: socioambientalismo, unidades de conservação de uso sustentável, RDS Mamirauá e Amanã e várzea do rio Solimões" (http://lattes.cnpq.br/).

Francisco (59 anos) terminou sua graduação em *ciências sociais* em 1975 e fez seu mestrado em *ciências ambientais* nos Estados Unidos no final da década de oitenta. Seu doutorado, concluído em 1999, foi em *Land Resources*, também no mesmo país. Segundo seu currículo *lattes*, "dedica-se aos temas de políticas públicas e dos recursos naturais; desenvolvimento sustentável; usos e conflitos em torno dos recursos naturais; políticas ambientais; Amazônia; unidades de conservação; história ambiental" (http://lattes.cnpq.br/).

Em 1978 **Licurgo** (52 anos) terminou sua graduação como *engenheiro florestal*. Concluiu seu mestrado e seu doutorado (respectivamente, 1984 e 1988) também na *engenharia florestal*, ambos feitos na mesma instituição universitária. Posteriormente, fez, nos estados Unidos, uma especialização em *manejo de áreas protegias silvestres e naturais* em 1993 e, em 1999, um pós-doutorado (http://lattes.cnpq.br/).

Luzia (52 idade) formou-se em *ecologia* em 1980, mas fez seu mestrado em *sociologia*, concluindo este em 1991. Cinco anos mais tarde, terminou seu doutorado em *ciências sociais*. Seu currículo *lattes* informa que "publica e orienta na área de sociologia, com ênfase em sociologia ambiental, atuando principalmente nos seguintes temas: conflitos sociais, biodiversidade, ambientalismo, Mata Atlântica e Amazônia" (http://lattes.cnpq.br/).

Maneco (anos) possui graduação em *ciências biológicas*. Após concluir o curso em 1976, fez mestrado em *biologia vegetal* (defendido em 1979). Possui PhD (1982) em *ecofisiologia vegetal* por uma instituição de pesquisa escocesa, além de um pós-doutorado realizado na Suíça em 1994. Segundo seu currículo *lattes*, "atua nas áreas de ecofisiologia vegetal e conservação da biodiversidade" (http://lattes.cnpq.br/).

Pedro[297] (60 anos) formou-se *administrador de empresas* na década de setenta, contudo, também se graduou *biólogo* em 1981. Possui mestrado na área da *biologia da conservação* e doutorado em *ecologia* pela mesma universidade nos EUA. Como consta em seu currículo *lattes,* "entre 1997 e 2005 ganhou seis prêmios conservacionistas sendo três nacionais e três internacionais" (http://lattes.cnpq.br/).

João* (anos) graduou-se em ciencias biológicas em 1979. Fez seu doutorado nos Estados Unidos em ecologia em 1993 e pós-doutorado em agroecologia também neste mesmo país em 1998. Segundo su currículo *lattes*, João "tem experiência na área de Ecologia, com ênfase em Ecologia de Ecossistemas, e Ecologia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: qualidade de solos, relações solo-planta, ciclagem de nutrientes, sistemas agroflorestais, etnoecologia, educação ambiental" (http://lattes.cnpq.br/).

Lucas* (47 anos) é engenheiro florestal formado em 1983. Póssui PhD em Biologia por uma universidade dos Estados Unidos e pós-doutorado em desenvolvimento sustentável também por uma universidade desse mesmo país (http://lattes.cnpq.br/).

3º Geração

Em 1986 **Ana** (44 anos) concluiu sua licenciatura e bacharelado em *ciências biológicas* e o mestrado em *ciência ambiental* em 1996. Tendo sido também *visiting training fellow* no departamento de antropologia de uma universidade da Inglaterra entre 1999 e 2000, terminou seu doutorado em *ecologia: ecossistemas terrestres e aquáticos* em 2002. Em seu currículo *lattes* consta que "tem experiência na área de ecologia, com ênfase em ecologia humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Mata Atlântica, unidades de conservação, antropologia ecológica, Amazônia, caboclos e caiçaras" (http://lattes.cnpq.br/).

Aurora (38 anos) não possui *currículo lattes*. No entanto, pela sua entrevista, sabemos que se formou engenheira florestal no começo dos anos 1990 e não possui doutorado.

[297] Como Pedro concluiu a biologia no começo dos anos oitenta, preferi incluí-lo na segunda geração; e, pelo motivo inverso, o mesmo ocorreu com Lúcio, pois, apesar de estar hoje com 58 anos, o incluí na primeira geração.

Bento[298] (54 anos) é bacharel em *ciências sociais* desde 1997, tendo terminado em 2000 seu mestrado em *antropologia* e, também em *antropologia*, titulado-se doutor em 2006. Segundo seu currículo lattes, "seus interesses estão voltados para a interface entre o direito e a sociedade, em campos ligados à justiça socio-ambiental, a construção legal de identidades, a administração institucional de conflitos e às políticas públicas endereçadas a estes *locii*. Sua atuação tem privilegiado os espaços de interação entre grupos minoritários e áreas protegidas, como as reservas extrativistas marinhas, parques, entre outros" (http://lattes.cnpq.br/).

Em 1990, **Bolívar** (41 anos) formou-se em *biologia* e fez seu mestrado em *ecologia*. Tendo terminado este último em 1992, doutorou-se em *biological sciences* por uma universidade inglesa em 1996. Também tem três pós-doutorados, concluídos na Inglaterra, Espanha e Estados Unidos respectivamente em 1997, 2007 e 2008. Conforme consta em seu currículo *lattes*, "em experiência na área de ecologia, com ênfase em biologia da conservação, atuando principalmente nos seguintes temas: censo de aves e mamíferos cinegéticos na Mata Atlântica e Pantanal, impacto de espécies exóticas na biodiversidade, frugivoria e dispersão de sementes" (http://lattes.cnpq.br/).

Florêncio (47 anos) formou-se em *ciências biológicas* (modalidade ecologia) em 1985 e fez mestrado em *ecologia*. Concluído este último em 1989, obteve em 1993 seu PhD em *ecologia*. Conforme seu currículo *lattes*, "tem experiência na área de ecologia, com ênfase em biologia da conservação, atuando principalmente nos seguintes temas: efeitos de fragmentação de habitats sobre populações de mamíferos; ecologia populacional de mamíferos, com ênfase em marsupiais e roedores" (http://lattes.cnpq.br/).

Joca (43 anos) terminou graduação em *licenciatura em história* em 1989, fiel a esta mesma área durante o mestrado e o doutorado, fez ambos (concluídos, respectivamente, em 1994 e 2002) em pós-graduações vinculadas à *história*. Conforme seu currículo *lattes*, "tem experiência na área de história, com ênfase em história Ambiental, atuando principalmente nos seguintes temas: meio ambiente, sociedade, história das Idéias, história da Ciência, conservação da natureza" (http://lattes.cnpq.br/).

Na metade dos anos oitenta, **Juvenal** (44 anos) se formou em *geografia* na Alemanha. Ainda morando neste país concluiu seu mestrado e seu doutorado também na área da *geografia* (respectivamente, 1992 e 2002). Lemos emf seu currículo *lattes* que Juvenal "tem experiência na área de geografia, com ênfase em desenvolvimento sustentável e meio ambiente, atuando principalmente nos seguintes temas: conflitos socioambientais, desenvolvimento sustentável

[298] Como vimos no capítulo cinco, o caso de Bento é um tanto *sui generis*, visto que fez ciências sociais com mais de 40 anos. Assim, se levasse em conta apenas sua idade, teria de pertencer à segunda geração. Porém, como sua graduação e pós-graduação ocorreram nos anos noventa, decidi incluí-lo como pesquisador da primeira geração.

nos espaços rurais e urbanos, certificação florestal, mecanismo do desenvolvimento limpo e políticas ambientais nacionais e internacionais" (http://lattes.cnpq.br/).

Leonor (46 anos) terminou sua graduação em *ciências sociais* em 1984. Teve a oportunidade de concluir o mestrado em *antropologia social* em 1992 e o doutorado na *sociologia* em 1998, ambos por uma mesma universidade da Inglaterra. Segundo consta em seu currículo *lattes*, "atua em ensino, pesquisa e extensão abordando os temas dos conflitos socioambientais, justiça ambiental, desenvolvimento sustentável, organizações não-governamentais e movimentos ambientalistas" (http://lattes.cnpq.br/).

Olinda (46 anos) graduou-se engenhara florestal em 1982. Fez seu mestrado, ambos também em engenharia florestal, respectivamente, em 1987 e 1998 . Seu currículo *lattes* informa que tem experiência na área de recursos florestais e engenharia florestal , com ênfase em Conservação da Natureza, atuando principalmente em temas como: recreação, ecoturismo, impactos da recreação, uso público, visitação.

Rosa (46 anos) graduou-se em *ciências sociais* em 1985. Terminado seu mestrado em *sociologia* em 1988, concluiu seu doutorado em *meio ambiente e desenvolvimento* em 2004. Conforme seu currículo *lattes*, "tem experiência em sociologia e ênfase em sociologia ambiental e sociologia da educação, atuando em temas como: sociedade e meio ambiente, meio ambiente e educação e meio ambiente e desenvolvimento" (http://lattes.cnpq.br/).

Por fim, **Rodrigo** (42 anos) se formou em *ciências sociais* no final dos anos oitenta, terminou seu mestrado em 1993 em *antropologia social* e, também nesta mesma área, concluiu seu doutorado em 2001. Atua na área de antropologia, com ênfase em relações interétnicas.